



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

VISÕES DA POBREZA NA PRIMEIRA PESSOA

- Contributos para o Entendimento do Fenómeno Social da Pobreza na Cidade de Beja -

Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de doutor em Serviço Social

por

Ana Isabel Lapa Fernandes

Faculdade de Ciências Humanas

Junho de 2012



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

VISÕES DA POBREZA NA PRIMEIRA PESSOA

- Contributos para o Entendimento do Fenómeno Social da Pobreza na Cidade de Beja -

Tese apresentada para obtenção do grau de doutor em Serviço Social

por

Ana Isabel Lapa Fernandes

Sob orientação de Professora Doutora Adelaide Fernandes Pires Malainho

Faculdade de Ciências Humanas

Junho de 2012

Resumo

Esta investigação consta de um estudo qualitativo que incide na forma como as pessoas pobres vivem a sua situação, pretendendo compreender o modo como são experienciadas as situações de pobreza na primeira pessoa, visando enquadrar o fenómeno social da pobreza nas suas formas de territorialidade, ao analisar as respostas sociais existentes, num território concreto e definido – a cidade de Beja. O procedimento metodológico foi o indutivo uma vez que se partiu do estudo de uma situação concreta do real para a compreensão e interpretação dessa mesma realidade, sem que o propósito fosse a concretização de uma explicação do problema plausível de ser generalizável. Os instrumentos de observação utilizados foram as entrevistas semi-directivas para indagar os profissionais de Serviço Social vinculados a instituições da cidade de Beja, com intervenção no fenómeno, sendo igualmente construídas entrevistas em profundidade para estudar e compreender as vivências, discursos e trajectórias de vida das pessoas em situação de pobreza. As referências teóricas de suporte basearam-se nas consistentes contribuições de diversos autores como: Alfredo Bruto da Costa, Serge Paugam, Luis Capucha, Francisco Branco, José Pereirinha, Renato do Carmo, José Cutileiro, Nuno Alves, entre outros. Concluiu-se que o quotidiano das pessoas pobres, é altamente influenciado pela experiência da pobreza, que confina estas pessoas ao universo doméstico do lar, constatação justificada pela ausência de recursos financeiros. Na forma de vivenciar a pobreza, o papel de protecção da família, enquanto “amortecedor” dos efeitos da pobreza, traduz um nexos de causalidade entre o nível de coesão familiar e o provimento de apoio afectivo e material. Deste modo, a incidência, intensidade e durabilidade são importantes indicadores na forma de vivenciar a pobreza. Tal pode conduzir a que a experiência deste fenómeno social se torne num modo de vida, no qual a aceitação e resignação tornam o “ser pobre” como um facto paulatinamente assimilado por quem o vive. Opostamente as pessoas que vivem esta situação mais recentemente, tendem a não assumi-la como elemento identitário, com receio do estigma social, facto que as empurra para a procura de saídas da pobreza.

Palavras-chave: Pobres, Pobreza, Território, Direitos Humanos, Necessidades Humanas, Serviço Social.

Abstract

This research project consists in a qualitative study which deals with the way poor/deprived people experience their condition. It aims to get to know and to understand how the condition of poverty is lived and experienced by the self, and also to frame the social phenomenon of poverty in its territorial dimension. With these aims in mind, the research project analysed the available social measures/responses to poverty in a concrete and defined territory: the town of Beja. An inductive methodological procedure was adopted, as the project departed from the study of a real-life situation to the interpretation and understanding of that same reality. However, the study did not aim at achieving an explanation which could be applied or generalized to other or wider contexts. The observation tools consisted in semi-structured interviews to question the social workers of Beja's social institutions, who directly intervene in the phenomenon. In-depth interviews were also designed, in order to study and understand the life experiences, discourse and trajectories of poor/deprived people. The main theoretical references relied on the consistent contributions of several authors such as: Alfredo Bruto da Costa, Serge Paugam, Luís Capucha, Maria Lúcia Martinelli, Francisco Branco, José Pereirinha, Renato do Carmo, José Cutileiro, Nuno Alves, among others. This research project led to the conclusion that poor people's everyday life is deeply influenced by the experience of poverty, which confines these people to the domestic environment, given the absence of financial resources. As far as the experience of poverty is concerned, the role of family protection, as a way of 'softening' the effects of poverty, evinces a causal nexus between the level of family cohesion and the provision of affective and material support. Thus, incidence, intensity and durability are important indicators as far as the self-experience of poverty is concerned. This may lead to a situation where the experience of this social phenomenon becomes a way of life, and where passive acquiescence or resigned acceptance make the condition of "being poor" a gradually assimilated fact by those who experience it. Conversely, those who have started to experience this situation more recently tend not to assume poverty as a (self-)identity element, mainly due to the fear of social discrimination/rejection, which pushes them into an actively search for ways out of their deprived condition.

Keywords: Poor, Poverty, Territory, Human Rights, Human Needs, Social Work.

Agradecimentos

Esta Tese de Doutoramento brotou da força de vencer obstáculos, importantes para que possamos progredir. Aquilo que neste trabalho foi possível concretizar, foi fruto destas circunstâncias, sendo muitos os que contribuíram para que esta pesquisa chegasse a bom porto.

Em primeiro lugar a Professora Doutora Adelaide Malainho, orientadora desta investigação, porque as encruzilhas da vida nos fazem surgir no nosso caminho pessoas que pela sua tenacidade, coragem e luta, se demonstram verdadeiros pilares quando connosco partilham o seu conhecimento. A ela, o meu muito obrigada pelo apoio e coragem de comigo partilhar os desafios e obstáculos deste percurso.

Ao Professor Doutor Vito Carioca pela sabedoria e serenidade que me transmitiu e que me fizeram encontrar respostas e o caminho que há muito procurava, fazendo de mim um Ser Humano melhor.

Uma palavra de agradecimento sincero às instituições da cidade de Beja, nas pessoas dos seus dirigentes e assistentes sociais pela colaboração neste trabalho, nomeadamente o Centro Distrital de Segurança Social, a Câmara Municipal, o Centro de Formação Profissional, a EAPN/Portugal – Núcleo Distrital de Beja, o Centro Hospitalar do Baixo Alentejo e a Diocese de Beja. Uma palavra muito especial à Cáritas Diocesana Beja na pessoa da sua Presidente Sr.^a Teresa Chaves e das Assistentes Sociais Dr.^a Ana Soeiro e Dr.^a Teresa Martins, bem como ao Centro Social, Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança, na pessoa do seu Presidente Sr. José Baguinho e da Assistente Social Dr.^a Dulce Cachola, pela abertura e disponibilidade demonstradas.

Ao meu colega Mestre António Piteira com quem tive a oportunidade de debater ideias, que contribuíram para o sentido deste trabalho e à minha colega Mestre Maria João Ramos pelo apoio prestado na tradução do resumo desta investigação.

Por fim, uma palavra muito especial às pessoas que vivenciam situações de pobreza, que comigo partilharam os seus anseios, esperanças e experiência de vida. A eles de forma particularmente especial, o meu muito obrigado.

Aos meus pais, por sempre acreditarem.

Índice

Resumo/Abstract

Agradecimentos

Índice Geral

Índice de Quadros

Índice de Gráficos

Índice de Figuras

Introdução

Parte I. Pobreza, Direitos Humanos e Territórios – Velhos e Novos Significados

Capítulo 1. A Pobreza como Fenómeno Social: Contributo para a sua Compreensão.....36

1.1. Em Torno de Conceitos para Entender a Pobreza – Rupturas e Continuidades36

1.1.1. O Conceito de Pobreza e seus Diversos Sentidos.....36

1.1.2. Os Significados de Ser Pobre.....41

1.2. Pobreza e Desigualdades Sociais na Actualidade44

1.3. O Binómio Necessidades/Direitos para Enfrentar a Pobreza.....52

1.3.1. Perspectivas e Controvérsias acerca dos Direitos Humanos52

1.3.1.1. A Construção Histórica dos Direitos Humanos.....52

1.3.1.2. Direitos Humanos e Contemporaneidade.....57

1.3.2. Ser ou não Ser Pobre: A Satisfação de Necessidades como Determinante?.....63

Capítulo 2. O Significado de Ser Pobre: Rostos Humanos da Desigualdade	68
2.1.Representações sobre a Pobreza	68
2.2.A Pobreza como Experiência Humana e Social	75
2.2.1.A Veracidade do Discurso dos Actores.....	79
 Capítulo 3. Os Mecanismos Institucionais de Resposta à Pobreza	81
3.1.A Protecção Social em Portugal	81
3.1.1A Assistência Social: Principais Acontecimentos	81
3.1.2.A Previdência Social: Os Movimentos Associativos e Mutualistas	85
3.1.3.O Sistema de Segurança Social Português	91
3.1.3.1.O Rendimento Mínimo Garantido e o Rendimento Social de Inserção.....	94
3.2.Crise e Actualidade: A Intervenção na Pobreza	98
 Capítulo 4. Pobreza e Território – Espaços de Vida e de Interacção	102
4.1.A Territorialidade da Pobreza: Algumas Perspectivas sobre o Fenómeno	102
4.1.1.Os Espaços e os Lugares: Funções e Papéis.....	102
4.1.2.A Cidade como Construção Social.....	106
4.2.História e Apontamentos sobre o Alentejo	108
4.3.A Cidade de Beja: Reflexão sobre Indicadores Demográficos, Sociais, Culturais e Económicos	116
4.3.1.Localização Geográfica.....	116

4.3.2.História e Símbolos da Cidade de Beja.....	119
4.3.3.A Realidade Demográfica.....	120
4.3.4.Sectores de Actividade.....	124
4.3.5.Indicadores de Protecção Social.....	127

Parte II. As Opções Metodológicas – Explicitação de um Caminho

Capítulo 5. O Percurso Metodológico.....	130
5.1. O Cariz Qualitativo	133
5.2.O Lugar da Teoria no Processo de Investigação.....	134
5.3.Estratégias de Investigação.....	136
5.4.O Desenho da Investigação.....	137

Parte III. Vidas e Perfis de Pobreza na Cidade de Beja

Capítulo 6. Um Retrato da Pobreza na cidade de Beja: Alguns Pontos de Vista.....	144
6.1.O Sistema Social Local.....	144
6.1.2.Equipamentos, Serviços e Respostas Sociais.....	146
6.1.2.1.Respostas Sociais no Distrito e Concelho de Beja.....	146
6.1.2.2. Serviços e Equipamentos Sociais na Área da Infância e Juventude.....	147
6.1.2.3. Serviços e Equipamentos Sociais na Área da População Adulta.....	151
6.1.2.4. Serviços e Equipamentos Sociais na Área da Família e Comunidade.....	158

6.1.2.5. Serviços e Equipamentos Sociais na área de Grupos Fechados/ Respostas Pontuais.....	160
6.2.O Caso Particular da Cáritas Diocesana de Beja.....	161
6.3.O Caso Particular do Centro Social, Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança.....	162

Capítulo 7. Percursos Profissionais no Combate à Pobreza: Entrevistas Realizadas a Assistentes Sociais.....

7.1.Prática Profissional dos Assistentes Sociais Entrevistados.....	166
7.1.1.Tempo de Trabalho e Percurso Profissional dos Assistentes Sociais Entrevistados Dentro da Instituição.....	166
7.1.2 Trabalho Realizado pelo Assistente Social na Instituição.....	168
7.1.3. Trabalho Desenvolvido pelos Assistentes Sociais Entrevistados.....	170
7.1.4. Objectivos da Instituição onde o Profissional de Serviço Social Exerce a sua Actividade Profissional.....	173
7.1.5.Objectivos Profissionais do Assistente Social Entrevistado.....	176
7.1.6. Forma como o Assistente Social Entrevistado Articula o Trabalho com outros Profissionais.....	179
7.1.7. Valores que Informam a Prática Profissional do Assistente Social Entrevistado.....	182
7.1.8. Referenciais Teórico – Práticos Subjacentes à Prática Profissional do Assistente Social Entrevistado.....	184
7.1.9. Estratégias Utilizadas pelo Assistente Social Entrevistado no Exercício da Profissão.....	187

7.1.10. Modo como o Assistente Social Actualiza os seus Conhecimentos a Nível Profissional.....	190
7.2. Trabalho Realizado pelo Assistente Social com Pessoas em Situação de Pobreza.....	192
7.2.1. Pessoa Responsável pela Sinalização de Situações de Pobreza.....	192
7.2.2. Perfil das Pessoas Pobres que recorrem às Instituições na perspectiva dos Assistentes Sociais.....	195
7.2.3. Forma como o Assistente Social Entrevistado tem Conhecimento das Situações de Pobreza.....	199
7.2.4. Casos mais Flagrantes e Típicos Atendidos na Instituição onde o Assistente Social exerce a sua Actividade Profissional.....	201
7.2.5. Tipo de Intervenção Realizada pelo Assistente Social junto das Pessoas em Situação de Pobreza.....	204
7.2.6. Forma como é Determinada a Condição de Pobre na Instituição onde o Assistente Social exerce a sua Actividade.....	208
7.2.7. Perspectiva do Assistente Social Entrevistado sobre a Relação com as Pessoas Pobres que recorrem à Instituição.....	211
7.2.8. Medidas de Política Social Operacionalizadas na Instituição onde o Assistente Social exerce a sua Actividade.....	214
7.2.9. Forma como o Assistente Social Avalia o seu Trabalho na Instituição.....	216
7.3. Noção de Pobreza e de Pessoa Pobre do Ponto de Vista dos Assistentes Sociais Entrevistados.....	219
7.3.1. Definição de Pobreza do Ponto de Vista dos Assistentes Sociais Entrevistados.....	219
7.3.2. Definição de Pessoa Pobre do Ponto de Vista dos Assistentes Sociais Entrevistados.....	222

7.3.3. Visões dos Assistentes Sociais Entrevistados sobre a Forma como as Pessoas Pobres Vivem a Sua Situação.....	224
7.4. Perspectiva dos Profissionais de Serviço Social sobre a Pobreza em Portugal e na Cidade de Beja.....	227
7.4.1. Visão dos Assistentes Sociais Entrevistados sobre o que deveria ser realizado para Intervir na Pobreza em Portugal.....	227
7.4.2. Perspectiva dos Assistentes Sociais Entrevistados sobre a existência de Particularidades do Fenómeno da Pobreza no Alentejo e na Cidade de Beja.....	230
Capítulo 8. Ser Pobre na Cidade de Beja: Visões da Pobreza na Primeira Pessoa.....	233
8.1. Perfil dos Entrevistados.....	233
8.2. Trajectória de Vida dos Entrevistados.....	238
8.2.1. Momentos Marcantes no Percorso de Vida dos Entrevistados.....	238
8.2.2. Razões que Conduziram à Situação de Pobreza do Ponto de Vista dos Entrevistados.....	254
8.2.3. Atitudes/Acções do Entrevistado para Inverter a Situação de Pobreza.....	258
8.3. A Vivência do Quotidiano.....	262
8.3.1. Forma como o Entrevistado passa o Dia a Dia.....	262
8.3.2. Pessoas com quem o Entrevistado contacta no Dia a Dia.....	265
8.3.3. Locais Frequentados pelo Entrevistado.....	267
8.3.4. Forma como o Entrevistado Gostaria que Fosse o seu Dia a Dia.....	270
8.4. Relação com a Família e Outras Redes de Sociabilidade.....	273

8.4.1. Perspectiva do Entrevistado sobre a Relação que mantém com a Família.....	273
8.4.2. Apoio Prestado pela Família perante a Situação de Pobreza do Entrevistado.....	275
8.4.3. Pessoas Mais Próximas do Entrevistado.....	277
8.4.4. Frequência das Relações Sociais e Actividades Realizadas pelo Entrevistado na Companhia da Família e/ou Amigos.....	280
8.5. Relação com as Instituições de Apoio Social.....	283
8.5.1. Apoio Social Auferido no Momento da Entrevista.....	283
8.5.2. Motivos que Conduziram o Entrevistado a Recorrer a Instituições de Apoio Social.....	286
8.5.3. Iniciativa do Recurso a Instituições de Apoio Social e Duração do Apoio Auferido pelo Entrevistado.....	288
8.5.4. Perspectiva do entrevistado sobre o atendimento nas instituições de apoio social.....	290
8.5.5. Perspectiva do Entrevistado Sobre a Resolução da Situação que Conduziu ao Pedido de Apoio Social.....	292
8.5.6. Trajectória do Recurso a Instituições de Apoio Social.....	295
8.5.7. Mudanças Sentidas pelo Entrevistado Após o Recurso a Instituições de Apoio Social.....	297
8.5.8. Perspectiva do Entrevistado sobre a Qualidade dos Serviços Prestados pelas Instituições de Apoio Social.....	299
8.5.9. Perspectiva do Entrevistado sobre os seus Direitos e Deveres nas Instituições de Apoio Social.....	301
8.5.10. Noção do que são Direitos e Deveres do Ponto de Vista do Entrevistado.....	304

8.6. Perspectiva sobre a Pobreza.....	306
8.6.1. Noção de Pessoa Pobre do Ponto de Vista do Entrevistado.....	306
8.6.2. Perspectiva do Entrevistado sobre a sua Situação de Pobreza.....	309
8.6.3. Perspectiva do Entrevistado sobre Formas de Combater a Pobreza.....	311
8.7. Perspectivas de Futuro.....	313
8.7.1. Perspectiva do Entrevistado sobre o Local onde Habita e onde Gostaria de Viver.....	313
8.7.2. Perspectiva do Entrevistado sobre o que ainda Gostaria de Realizar na Vida.....	315
8.7.3. Forma como o Entrevistado Encara o Futuro.....	317
 Capítulo 9. Vidas e Percursos de Pobreza: Análise global.....	 319

Conclusão

Referências

Índice de Apêndices

Apêndices

Índice de Quadros

Quadro nº 1. Termos Associados à Noção de Pobre e Pobreza.....	36
Quadro nº 2. Provérbios Associados aos Pobres e à Pobreza.....	68
Quadro nº 3. Preconceitos mais comuns sobre a Pobreza.....	69
Quadro nº 4. A Assistência Social em Portugal – Síntese dos Principais Marcos.....	83
Quadro nº 5. Conceito de Cidade e Comunidade associados à Compreensão da Territorialidade.....	106
Quadro nº 6. População Residente, Famílias, Alojamentos e Edifícios no Alentejo, Baixo Alentejo e Concelho de Beja, em 2001 e 2011.....	121
Quadro nº 7. Percentagem dos Sectores de Actividade em Portugal, no Alentejo e no Baixo Alentejo.....	125
Quadro nº 8. Indicadores de Protecção Social no Concelho de Beja em 2010.....	127
Quadro nº 9. Famílias com Requerimento de Rendimento Social de Inserção deferido não cessado, por Freguesia do Concelho de Beja, em 2011.....	127
Quadro nº 10. Beneficiários de Rendimento Social de Inserção do Concelho de Beja, por Titularidade, Sexo e Faixa Etária em 2011.....	128
Quadro nº 11. Síntese do Guião das Entrevistas Exploratórias.....	139
Quadro nº 12. Número e Capacidade das Respostas Sociais no Distrito e Concelho de Beja em 2011.....	146

Quadro nº 13. Serviço e Equipamentos Sociais na Área da Infância e Juventude destinados a Crianças e Jovens em Situação de Perigo, no Concelho de Beja, em 2011.....	147
Quadro nº 14. Serviços e Equipamentos Sociais na Área da Infância e Juventude destinados a Crianças e Jovens, no Concelho de Beja, em 2010/2011.....	148
Quadro nº 15. Serviços e Equipamentos Sociais na Área da Infância e Juventude destinados a Crianças e Jovens, no Concelho de Beja, em 2010/2011 (continuação).....	149
Quadro nº 16. Serviços e Equipamentos na Área da Infância e Juventude destinados a Crianças e Jovens com Deficiência, no Concelho de Beja, em 2010/2011.....	150
Quadro nº 17. Serviços e Equipamentos Sociais na Área da População Adulta destinados a Pessoas Idosas, no Concelho de Beja, em 2010/2011.....	151
Quadro nº 18. Serviços e Equipamentos Sociais na Área da População Adulta destinados a Pessoas Idosas, no Concelho de Beja, em 2010/2011 (continuação).....	153
Quadro nº 19. Serviços e Equipamentos Sociais na Área da População Adulta destinados a Pessoas Idosas, no Concelho de Beja, em 2010/2011 (continuação).....	154
Quadro nº 20. Serviços e Equipamentos Sociais na Área da População Adulta destinados a Pessoas Adultas com Deficiência, no Concelho de Beja, em 2010/2011.....	156
Quadro nº 21. Serviços e Equipamentos Sociais na Área da População Adulta, destinados a Pessoas em Situação de Dependência, no Concelho de Beja, em 2010/2011.....	157

Quadro nº 22. Serviços e Equipamentos Sociais na Área da Família e Comunidade destinados à Família e Comunidade em Geral, no Concelho de Beja, em 2010/2011.....	158
Quadro nº 23. Serviços e Equipamentos Sociais na Área de Grupos Fechados/Respostas Pontuais no Concelho de Beja, em 2010/2011	160
Quadro nº 24. Respostas Sociais da Cáritas Diocesana de Beja, Pessoas e Famílias abrangidas em 2010.....	161
Quadro nº 25. Tempo de Trabalho e Percorso Profissional dos Assistentes Sociais Entrevistados Dentro da Instituição.....	166
Quadro nº 26. Trabalho Realizado pelo Assistente Social na Instituição.....	168
Quadro nº 27. Perfil dos Entrevistados.....	236
Quadro nº 28. Momentos Marcantes no Percorso de Vida de “Sílvia”.....	238
Quadro nº 29. Momentos Marcantes no Percorso de Vida de “Amélia”.....	240
Quadro nº 30. Momentos Marcantes no Percorso de Vida de “Odília”.....	242
Quadro nº 31. Momentos Marcantes no Percorso de Vida de “Jorge”.....	243
Quadro nº 32. Momentos Marcantes no Percorso de Vida de “Felisbela”.....	244
Quadro nº 33. Momentos Marcantes no Percorso de Vida de “Inês”.....	245
Quadro nº 34. Momentos Marcantes no Percorso de Vida de “Margarida”.....	246
Quadro nº 35. Momentos Marcantes no Percorso de Vida de “Mariana”.....	247

Quadro nº 36. Momentos Marcantes no Percurso de Vida de “Artur”	249
Quadro nº 37. Momentos Marcantes no Percurso de Vida de “Paulo”	248
Quadro nº 38. Momentos Marcantes no Percurso de Vida de “Maria”	251
Quadro nº 39. Momentos Marcantes no Percurso de Vida de “João”	252
Quadro nº 40. Razões que Conduziram à Situação de Pobreza do Ponto de Vista dos Entrevistados	254
Quadro nº 41. Atitudes/Acções do Entrevistado para Inverter a Situação de Pobreza	258
Quadro nº 42. Forma como o Entrevistado passa o Dia a Dia	262
Quadro nº 43. Pessoas com quem o Entrevistado Contacta no Dia a Dia	265
Quadro nº 44. Locais Frequentados pelo Entrevistado	267
Quadro nº 45. Forma como o Entrevistado Gostaria que fosse o seu Dia a Dia	270
Quadro nº 46. Perspectiva do Entrevistado sobre a Relação que Mantém com a Família	273
Quadro nº 47. Apoio Prestado pela Família perante a Situação de Pobreza do Entrevistado	275
Quadro nº 48. Pessoas Mais Próximas do Entrevistado	277
Quadro nº 49. Frequência das Relações Sociais e Actividades Realizadas pelo Entrevistado na Companhia da Família e/ou Amigos	280

Quadro nº 50. Apoio Social auferido pelo Entrevistado ou Membro do Agregado Familiar no Momento da Entrevista.....	283
Quadro nº 51. Motivos que Conduziram o Entrevistado a Recorrer a Instituições de Apoio Social.....	286
Quadro nº 52. Iniciativa do Recurso a Instituições de Apoio Social e Duração do Apoio Auferido pelo Entrevistado.....	288
Quadro nº 53. Perspectiva do Entrevistado sobre o Atendimento nas Instituições de Apoio Social.....	290
Quadro nº 54. Perspectiva do Entrevistado sobre a Resolução da Situação que conduziu ao Pedido de Apoio Social.....	292
Quadro nº 55. Trajectória do Recurso a Instituições de Apoio Social.....	295
Quadro nº 56. Mudanças Sentidas pelo Entrevistado Após o Recurso a Instituições de Apoio Social.....	297
Quadro nº 57. Perspectiva do Entrevistado sobre a Qualidade dos Serviços Prestados pelas Instituições de Apoio Social.....	299
Quadro nº 58. Perspectiva do Entrevistado sobre os seus Direitos e Deveres nas Instituições de Apoio Social.....	301
Quadro nº 59. Noção do que são Direitos e Deveres do Ponto de Vista do Entrevistado.....	304
Quadro nº 60. Noção de Pessoa Pobre do Ponto de Vista do Entrevistado.....	306

Quadro nº 61. Perspectiva do Entrevistado sobre a sua Situação de Pobreza.....	309
Quadro nº 62. Perspectiva do Entrevistado sobre Formas de Combater a Pobreza.....	311
Quadro nº 63. Perspectiva do Entrevistado sobre o Local onde Habita e onde Gostaria de Viver.....	313
Quadro nº 64. Perspectiva do Entrevistado sobre o que ainda Gostaria de Realizar na Vida.....	315
Quadro nº 65. Forma como o Entrevistado Encara o Futuro.....	317

Índice de Gráficos

Gráfico nº 1. Razões que Conduziram à Situação de Pobreza do Ponto de Vista dos Entrevistados.....	257
Gráfico nº 2. Atitudes/Acções do Entrevistado para Inverter a Situação de Pobreza.....	261
Gráfico nº 3. Forma como o Entrevistado passa o Dia a Dia.....	264
Gráfico nº 4. Pessoas com quem o Entrevistado Contacta no Dia a Dia.....	266
Gráfico nº 5. Locais Frequentados pelo Entrevistado.....	269
Gráfico nº 6. Forma como o Entrevistado Gostaria que fosse o seu Dia a Dia.....	272
Gráfico nº 7. Perspectiva do Entrevistado sobre a Relação que Mantém com a Família.....	274
Gráfico nº 8. Apoio Prestado pela Família perante a Situação de Pobreza do Entrevistado.....	276
Gráfico nº 9. Pessoas Mais Próximas do Entrevistado.....	279
Gráfico nº 10. Frequência das Relações Sociais e Actividades Realizadas pelo Entrevistado na Companhia da Família e/ou Amigos.....	282
Gráfico nº 11. Apoio Social auferido pelo Entrevistado ou Membro do Agregado Familiar no Momento da Entrevista.....	285
Gráfico nº 12. Motivos que Conduziram o Entrevistado a Recorrer a Instituições de Apoio Social.....	287

Gráfico nº 13. Iniciativa do Recurso a Instituições de Apoio Social e Duração do Apoio Auferido pelo Entrevistado.....	289
Gráfico nº 14. Perspectiva do Entrevistado sobre o Atendimento nas Instituições de Apoio Social.....	291
Gráfico nº 15. Perspectiva do Entrevistado sobre a Resolução da Situação que conduziu ao Pedido de Apoio Social.....	294
Gráfico nº 16. Mudanças Sentidas pelo Entrevistado Após o Recurso a Instituições de Apoio Social.....	298
Gráfico nº 17. Perspectiva do Entrevistado sobre a Qualidade dos Serviços Prestados pelas Instituições de Apoio Social.....	300
Gráfico nº 18. Noção de Pessoa Pobre do Ponto de Vista do Entrevistado.....	308
Gráfico nº 19. Perspectiva do Entrevistado sobre a sua Situação de Pobreza.....	310
Gráfico nº 20. Perspectiva do Entrevistado sobre o Local onde Habita e onde Gostaria de Viver.....	314

Índice de Figuras

Figura nº 1. Mapa da Região Alentejo.....	116
Figura nº 2. Mapa do Baixo Alentejo.....	117
Figura nº 3. Mapa do Distrito de Beja.....	117
Figura nº 4. Mapa do Concelho de Beja.....	118
Figura nº 5. Armas, Bandeira e Selo da Cidade de Beja.....	119
Figura nº 6. Ligações entre o Nível Local e Nacional na Regulação da Pobreza.....	145

Introdução

Este trabalho de investigação, apresentado sob a forma de Tese de Doutoramento em Serviço Social, pretende enfatizar e dar voz, no discurso e na análise, às pessoas em situação de pobreza, acompanhadas por instituições de apoio social com intervenção na cidade de Beja, nos anos 2009 a 2011.

Parte-se de um entendimento da pobreza que vai para além de uma situação de privação, vulgarmente entendida como ausência de recursos e conotada frequentemente com a falta de acesso ao mercado de trabalho ou precaridade dos vínculos laborais. Não que estas sejam faces de sub – importância na análise do problema, mas de modo mais amplo e complexo, considera-se que a situação de pobreza é agravada igualmente por outros factores de privação, tais como o não acesso a serviços, a uma habitação condigna ou mesmo encontrar-se numa situação de vulnerabilidade provocada por uma doença, separação ou viuvez. Estes são também factores de privação, que podem constituir-se como chaves para entrar num processo de marginalização originado pela pobreza. (cf. Estivil,2000).

A delimitação do tema conferiu sentido ao que se pretendeu investigar e, em simultâneo, forneceu um conjunto de posturas e referenciais que acompanharam todo o trabalho.

Realizar uma investigação em Serviço social, assumiu-se como uma tarefa não diferente da dos investigadores de outras áreas, mas com particularidades inerentes aos propósitos da investigação nesta área do conhecimento. Real e teoria dialogam, conferindo sentido e utilidade ao que se pretende investigar pois, se por um lado, é na dimensão do real que o Assistente Social se depara com os problemas, por outro, a investigação contribuirá para um conhecimento aprofundado dos mesmos. Torna-se possível uma intervenção estruturada nas mais – valias obtidas com o processo de pesquisa.

A escolha do tema pode dizer-se que caminhou de mãos dadas com o processo de Doutoramento em si, inicialmente tímido e confuso, mas determinado nos seus propósitos. Permanecendo nebulosos ao longo do tempo, os contornos da investigação foram-se desenhando pela vontade de saber mais sobre a pobreza no Alentejo e, mais concretamente, sobre as suas expressões nesta região e em concreto na cidade de Beja.

Assim, este trabalho de investigação tem como tema: **a forma como as pessoas em situação de pobreza, acompanhadas por instituições de apoio social da cidade de Beja, vivenciam esta experiência.**

Pretendeu-se considerar a diversidade na desigualdade, partindo do princípio que desconstruir a homogeneidade dos discursos sobre a pobreza implica despadronizar a forma como são olhados os pobres, entendendo-se que as medidas de Política Social ganham em eficácia, no reconhecimento das singularidades. Importa aqui esclarecer que a pobreza vai para além das fronteiras do visível e objectivável e manifesta-se em dimensões como a liberdade, o desenvolvimento do Homem enquanto pessoa e as possibilidades que são colocadas ao seu dispor enquanto Ser Humano, como um todo, na sua globalidade. (cf. Bruto da Costa et al, 2008).

A questão reside ainda, em perceber o sentido, que as pessoas categorizadas como “pobres” dão à sua situação, na medida em que,

“... A aceitabilidade da identificação como «pobre» depende, então, da condição social objectiva, do grau de dependência das populações em situação de precariedade económica e social face aos serviços de Acção Social e, enfim, dos interesses recíprocos do assistente – que identifica – e dos utilizadores – que são identificados.” (Paugam, 2003:32).

O Alentejo, ora conotado com a desertificação e ausência de respostas estruturais, ora alvo de discursos político – partidários sobre a estagnação e necessidade de rentabilização do seu potencial endógeno, foi uma região fustigada por situações de pobreza.

“De facto, partindo de uma perspectiva mais histórica ou mais antropológica, acabou por se construir uma perspectiva relativamente homogénea e essencialmente rural da sociedade Alentejana. Este carácter homogéneo deve-se fundamentalmente a dois factores que estão interligados, por um lado, ao estatuto extensivo da paisagem e da propriedade agrícola, que identifica a Região como uma zona característica de latifúndio; por outro lado, à rigidez da estrutura social determinada por uma forte desigualdade social estabelecida entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores agrícolas assalariados, que eram a larga maioria da população.” (Carmo, 2007a:36).

Deste ponto de vista, o recurso à história revelou-se fundamental, pois que a herança cultural da região Alentejo, mais concretamente do Baixo Alentejo, da qual a cidade de

Beja é capital de distrito, zona ampla em território, mas fraca em densidade populacional, revelou-se um auxílio para compreender a contemporaneidade do fenómeno.

Eis o mote que alicerça esta Tese de Doutoramento, como vivem os pobres a sua situação, como se enfrenta e responde a este fenómeno, em termos da concretização de medidas de Política Social a nível local. É sabido que longe de ser homogéneo, o pauperismo não vê esgotado o seu objecto de estudo. A territorialidade da pobreza, longe de ser novidade, também não vê esgotada a procura de novos ângulos de conhecimento.

O confronto com o contributo desta tese para a produção de conhecimento em Serviço Social, fez regressar a nebulosidade sobre o objecto de estudo. Não que este objecto de estudo não seja discutível e passível de inúmeras reformulações, mas parece plausível afirmar que interessa ao Serviço Social perceber o que é ser pobre na primeira pessoa, que respostas existem e como se organizam face à pobreza, num território concreto e específico – a cidade de Beja. Embora a especificidade da territorialidade da pobreza não seja uma novidade, mas sim um pressuposto, a dúvida persiste: como é vivido este fenómeno, na primeira pessoa e tendo como pano de fundo um sistema de valores sócio – histórico e culturalmente particular. Traz-se desta forma ao debate uma das descrições de Cutileiro (1977), a propósito das desigualdades sociais no Alentejo

“Se a esmola se mostrava insuficiente para mitigar as condições de vida dos pobres, como os factos demonstravam à evidência, tal estado de coisas só poderia justificar-se pelas imperfeições da natureza humana: os ricos não eram tão caridosos como deveriam sê-lo. A solução necessária residia numa maior sensibilização dos corações, não numa redistribuição dos rendimentos. Contudo, os corações nem sempre se abrem aos apelos da caridade pelo que os pobres deverão ter paciência.” (Cutileiro, 1977:94).

À primeira vista parece precipitado considerar que esta herança histórica possui influência nos dias de hoje, no entanto não se colocou este facto fora de questão, bem como a possibilidade da mesma influenciar a relação entre actores sociais, a experiência da pobreza e as respostas à mesma. Recorrendo novamente à obra de Cutileiro, constata-se que no período do Estado Novo

“Os trabalhadores desempregados viam-se ...obrigados a pedir esmola pelas circunstâncias, formando deste modo um grupo perfeitamente distinto. Deslocavam-se em grandes ranchos, muitas vezes compostos por homens, mulheres e crianças. Se bem que por vezes apelassem para o amor de Deus da pessoa a quem pediam esmola, era mais frequente invocarem a sua própria fome. Estes ranchos constituídos por um

grande número de pessoas fisicamente capazes, que andavam a mendigar de herdade em herdade e pelas ruas das povoações, alertavam de uma maneira objectiva, clamorosa e violenta as consciências para as injustiças da sociedade em que viviam.” (Cutileiro, 1077: 95).

Desta forma, é interesse do Serviço Social conhecer e contextualizar expressões da questão social, mediante a compreensão das suas formas de territorialidade e dos factores de risco e de protecção social a este território associados.

Considerar na primeira pessoa a forma como é vivida a pobreza, implica entender a identidade de quem é categorizado como pobre, a forma como o mesmo encara o seu estatuto, o grau de precariedade em que se encontra, as trajectórias de vida e expectativas perante o futuro, pelo que a heterogeneidade das várias situações sociais, não se compadece, por vezes, com as várias categorias de “pobres”.

A capacidade de encetar esforços que impliquem a sensibilidade de perceber a existência de diferenças na forma de viver a pobreza, contribuirá para a humanização das respostas sociais, em detrimento de intervenções padronizadas.

Parte-se do pressuposto que a visão que melhor serve o Serviço Social será a que se afasta de uma perspectiva simplista e redutora que encara as pessoas em situação de pobreza da mesma forma, reproduzindo esta visão nas acções quotidianas. Entende-se que os riscos desta forma de ver o mundo, podem ter repercussão no percurso de homens e mulheres que vivem a experiência da pobreza.

Não será por isso consensual que todas as pessoas “sentem ou vivem” a pobreza da mesma forma. Ao Serviço Social é fundamental valorizar o Ser Humano como único, sendo o respeito pela sua singularidade um valor inestimável. Para reforçar este ponto de vista importa salientar que

“Alguns estudos rurais que se debruçaram sobre a questão das desigualdades sociais (a maior parte de natureza monográfica) consideram que os sistemas de estratificação social tradicionais contemplavam um carácter essencialmente dicotómico, no qual se diferenciavam dois estratos fundamentais: *os ricos e os pobres*. Os primeiros tendiam a possuir (em termos jurídicos e/ou económicos) maiores extensões de terra, a não exercer qualquer modalidade de trabalho manual e a deter níveis mais elevados de instrução. Enquanto que os segundos, para além de viverem numa dependência económica quase absoluta em relação aos mais ricos, caracterizavam-se sobretudo

pelo uso da sua força de trabalho. A posse da terra e o estatuto perante o trabalho manual eram, sem dúvida, os recursos mais distintivos, sendo principalmente a partir destes que se determinava o posicionamento social de cada indivíduo ou família perante a comunidade rural.” (Carmo, 2007 b:812).

Assim, assume pertinência para o Serviço Social o reconhecimento da experiência social do sujeito, partindo do princípio que conhecer essa experiência social implica conhecer o modo de vida dos sujeitos. (cf. Martinelli, 1999).

Esta investigação assenta em dois pilares que convergem para estes objectivos. Numa primeira linha, mais ampla, pretende-se perceber como se caracterizam as respostas à pobreza a nível local, em termos de equipamentos, serviços e respostas sociais, implementadas na cidade de Beja, procurando compreender como se organizam. Esta visão, é igualmente complementada pela análise ao trabalho realizado por Assistentes Sociais vinculados a instituições sociais locais com intervenção no fenómeno.

O segundo pilar, situa-se do ponto de vista das vivências, dos discursos na primeira pessoa e dos trajectos de vida de quem é pobre. Procurou-se compreender as trajectória e expectativas de vida das pessoas em situação de pobreza, sendo que neste segundo pilar, a tónica colocou-se na relevância e compreensão do problema e não no número de pessoas a estudar.

Retomando a discussão sobre o que é ser pobre, retoma-se também o interesse sobre as expressões da questão social, mais concretamente as continuidades e rupturas nas formas de a enfrentar. Sabendo que a questão social não se esgota na pobreza, parte-se do pressuposto que este fenómeno é a sua maior expressão, se entendermos a questão social como expressão das desigualdades geradas pelo sistema capitalista.

Parte-se também de uma estreita relação entre a profissão de Serviço Social e a luta contra a exploração das pessoas e grupos em situação de maior vulnerabilidade. A concepção que aqui se adopta entende a questão social fundamentada na relação com a pobreza, suportada pelo conhecimento e contributo reconhecido de José Paulo Netto (2001). De acordo com este autor, quase dois séculos nos separam do início da utilização do termo “questão social”, inicialmente mencionada por agentes críticos e filantropos da sociedade, na medida em que

“A expressão surge para dar conta do fenómeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: tratava-se do fenómeno do *pauperismo*... (Netto, 2001: 152-153).

Considerando que uma cultura de investigação sobre fenómenos sociais, que embora relativamente homogéneos, assumem particularidades que é necessário conhecer para cabalmente dar resposta, entende-se que a pobreza tem uma dimensão estrutural, com ênfase no meio. Os comportamentos individuais são considerados como uma reacção a factores externos, neste caso os obstáculos que se colocam às pessoas com esferas de vida marcadas pela pobreza.

A ruptura com o senso comum é particularmente importante para que os investigadores se distanciem de representações pré – concebidas, quase que dogmáticas, embora apenas se possam estudar partes, representações, categorias, sentimentos, contextos, percursos, dado que parece difícil abordar de forma universal a pobreza.

Assim, a territorialidade deste fenómeno não pode ser descurada pelo Serviço Social. As particularidades dos territórios e espaços geograficamente definidos, podem fornecer importantes elementos para intervenções sociais. É quase unânime que os territórios são muito mais do que espaços fisicamente demarcados, condicionam percursos de vida, recursos, constrangimentos, oportunidades. Estas são variáveis que devem ser tidas em consideração, sendo por isso pertinente compreender como estas pessoas encaram a sua situação e em simultâneo adquirir um conhecimento aprofundado e cientificamente sustentado sobre a pobreza no Alentejo e mais concretamente sobre a cidade de Beja.

Para fundamentar de forma mais coerente estes argumentos, foi realizada uma pesquisa e análise bibliográfica e documental, com recurso a livros, artigos, revistas científicas e outras fontes de informação em suporte informático (via internet), que se revelou fundamental, para a revisão do “Estado da Arte” nesta matéria:

- Destaca-se primeiramente o livro de José Cutileiro (1977) “ Ricos e Pobres no Alentejo”, escrito no final da década de 60 do século XX, que marca indubitavelmente a análise das desigualdades sociais no Alentejo. Partindo exactamente da dualidade que dá título à obra, a análise realizada pelo autor centra-se na realidade sócio – económica vivida nos campos do Alentejo;

-
- A obra de Afonso de Barros (1986), confina-se ao estudo freguesia rural de Alburnoa (concelho de Beja), na década de 70 do século passado e analisou as desigualdades sociais da sociedade agrária alentejana. A tónica deste sociólogo coloca-se no fenómeno da pluriactividade dos Alentejanos (agrícola e/ou não agrícola) como forma de sobrevivência e elemento organizador da vida nos campos. Antes deste autor, foi Henrique de Barros que, em 1934, realizou uma das primeiras monografias sobre “A População e o Trabalho Agrícola na Freguesia de Cuba” publicada pela Direcção Geral dos Serviços Agrícolas do Ministério da Agricultura da época (cf. Carmo, 2007 b);
 - Realça-se igualmente a Tese de Doutoramento de Margarida Fernandes (1997) intitulada “Terra, Trabalho e Pão: os trabalhadores agrícolas e a fome de terra, o caso de Baleizão”, que realizou um estudo de caso no âmbito da reforma agrária na freguesia de Baleizão, no Baixo Alentejo, concluindo que as formas de organização cívica ou política dos trabalhadores era ponderada, pelos mesmos, em função dos benefícios que poderiam acarretar em função do contexto desigual em que viviam (cf. Fernandes, 2002);
 - Por sua vez, Renato do Carmo em obras mais recentes como “De Aldeia a Subúrbio: trinta anos de uma comunidade alentejana” escrita em 2007, ou “Contributos para uma Sociologia do Espaço – Tempo” de 2006, assim como na sua Tese de Doutoramento (2005) intitulada “Alentejo: entre a urbanização e a marginalização”, fornece um olhar sociológico sobre a questão da identidade alentejana, a divisão social do trabalho e as desigualdades sociais que caracterizam durante décadas a região Alentejo;
 - No que respeita à área específica do Serviço Social, salienta-se o importante contributo da Tese de Doutoramento de Maria José Queiroz (2005), que sob o título “Mulheres e Território: Histórias de Sobrevivência e Luta”, realiza um estudo que reconstitui trajectórias biográficas de mulheres em situação de pobreza, por relação com o território em que se cruzam. O foco foi assim colocado do ponto de vista da vivência dos sujeitos, que foram seleccionados pelo facto de estarem inseridos em programas e políticas de luta contra a pobreza, como era o caso do Rendimento Mínimo Garantido.

O estudo da pobreza neste território encontra relação com a noção de um espaço partilhado, onde se cruza a cultura, a sociedade e o indivíduo. Confere-se, por isso, uma identidade a esse lugar e às pessoas que o habitam. Perspectiva-se uma relação entre territórios e condições de vida dos sujeitos/actores de intervenção do Serviço Social. É nestas particularidades que se deve procurar o reconhecimento das necessidades e potencialidades, na medida em que a territorialidade dos fenómenos tem subjacente uma “... construção concreta e simbólica do espaço que não poderia por si só dar conta das vicissitudes e das contradições da vida social, mas à qual se referem todos aqueles aos quais ela atribuiu uma colocação por humilde ou modesta que seja... “. (Augé, 2005:46).

Os territórios onde habitam as pessoas, quando geradores de desigualdades, devem estar munidos de mecanismos institucionais, que intervenham nas consequências da não socialização da riqueza e no fosso entre os que têm e os que não têm acesso ao exercício da cidadania. É necessário conhecer, e não descurar, a visão do território enquanto espaço particular, repleto de elementos endógenos, possíveis de serem compreendidos no espaço onde se inserem. A ideia de espaço é aqui em simultâneo sinónimo da produção e reprodução de relações sociais, que embora de complexa definição, não implica “... que nos proibamos de pensar nem as relações nem a identidade partilhada que lhes confere a ocupação do lugar comum ...na medida em que aqueles que nele vivem podem reconhecer pontos de referência que não têm de ser objectos de conhecimento... “. (Augé, 2005:48).

Nesta acepção, é fundamental ter em consideração a forma como os recursos e constrangimentos dos territórios geograficamente definidos influenciam a vida das pessoas, a forma como condicionam ou impulsionam a participação, a expressão de necessidades/problemas e a procura de soluções. Existe aqui uma relação relevante, não só na procura do conhecimento, mas na produção de um saber aplicado, que se entende, por isso, de utilidade social.

Desta forma, este trabalho tem como objecto teórico a pobreza, do ponto de vista de quem a vivência ou seja a pobreza do ponto de vista dos pobres. Como objecto empírico surgem as pessoas acompanhadas por instituições de apoio social com intervenção na cidade de Beja; profissionais de Serviço Social que operacionalizam medidas de Política Social de combate à pobreza em instituições da referida cidade e ainda líderes locais

responsáveis por instituições consideradas forças vivas do meio, relativamente à problemática em estudo.

O interesse reside sobretudo em estudar aprofundadamente o fenómeno da pobreza, do ponto de vista de quem a vivência, considerando-se este, um importante ângulo de análise para o estudo de um fenómeno que é sobretudo social, porque se entende a existência de um conjunto de relações multifacetadas, que lhe conferem um rumo incerto, de várias dimensões e pouco homogéneo.

Parte-se de um hipótese teórica que entende a existência de nexos de causalidade entre a forma de viver a pobreza e o território, configurado este último por determinantes de ordem diversa, nomeadamente económicas, políticas, culturais e sociais, perspectivando-se que as histórias de vida das pessoas pobres residentes no concelho de Beja são ou foram influenciadas pelo território/espaco físico onde habitam.

Face ao exposto esta investigação tem subjacente a seguinte questão de partida:

Como é que as pessoas acompanhadas por instituições de apoio social, com intervenção na cidade de Beja, vivenciam a sua situação de pobreza?

Neste sentido, o estudo teve inerente os seguintes objectivos gerais:

- Compreender o modo como são experienciadas as situações de pobreza, pelas pessoas que as vivenciam;
- Entender os percursos de vida das pessoas em situação de pobreza, enquanto elementos fundamentais para o reconhecimento da experiência social dos sujeitos;
- Conhecer e contextualizar expressões da pobreza, mediante a compreensão das suas formas de territorialidade;
- Compreender e caracterizar as respostas sociais existentes e como se organizam perante as situações de pobreza, num território concreto e específico.
- Contribuir para a produção de conhecimento em Serviço Social, mediante a apresentação de propostas de intervenção assentes nas especificidades da pobreza, atendendo às suas particularidades.

Relativamente a este propósito central definiram-se como objectivos específicos:

- Entender como se caracterizam as respostas sociais à pobreza na cidade de Beja;
- Analisar os principais indicadores demográficos, sociais, culturais e económicos relativos à região Alentejo, Baixo Alentejo, concelho e cidade de Beja;
- Compreender o trabalho realizado pelos Assistentes Sociais vinculados a instituições sociais locais com intervenção no fenómeno da pobreza;
- Estudar e compreender as vivências, discursos e trajectórias de vida de pessoas em situação de pobreza, acompanhadas por instituições de apoio social da cidade de Beja.

Considerando a linha de pensamento expressa e as razões consideradas lógicas e justificativas do estudo a desenvolver, a forma de organização deste documento pretendeu ir ao encontro das linhas gerais que o presidiram. Deste modo, o conjunto de capítulos que dão corpo a este trabalho foram conceptualizados e assumiram substância tendo subjacente o quadro de objectivos definidos para esta investigação.

Neste contexto, o presente trabalho estruturou-se em três partes que pretenderam conferir-lhe a devida coerência interna. Uma primeira parte, consignada à construção do objecto teórico, pretendeu abarcar a reflexão em torno da pobreza, direitos humanos e territórios, contemplando no seu âmago quatro capítulos, que foram ao encontro dos principais eixos de análise nos quais se alicerçou esta investigação.

O primeiro capítulo alicerçou-se na exploração de perspectivas que giram em torno do conceito de pobreza, procurando entender as várias linhas de ruptura e continuidade, perante o universo da multiplicidade de definições e interpretações deste fenómeno social, que são um auxílio para complementar a perspectiva sobre o fenómeno, bem como sobre os vários significados e sentidos de ser pobre. No seguimento desta análise, foi igualmente perspectivada uma reflexão sobre a pobreza e as desigualdades sociais na actualidade, ao que se seguiu a análise do binómio necessidades/direitos humanos no enfrentamento da pobreza, reflexão alicerçada na abordagem às perspectivas e controvérsias em torno dos direitos humanos, mediante a compreensão da sua construção histórica até à contemporaneidade e terminando com o enfoque no papel da satisfação de necessidades humanas básicas como determinante na análise sobre o fenómeno da pobreza.

Num segundo capítulo, procurou-se reflectir sobre o significado de ser pobre, contemplando para tal uma análise às representações sobre a pobreza. No seguimento deste capítulo, concebeu-se ainda como objectivo aprofundar o conhecimento sobre a pobreza enquanto experiência humana e social vivida na primeira pessoa pelos seus actores, análise que culminou num último ponto deste capítulo consignado à reflexão acerca da fiabilidade do discurso das pessoas que partilham a vivência de fenómenos sociais, como é o caso das situações de pobreza.

O terceiro capítulo da primeira parte deste trabalho, pretendeu indagar um percurso de reflexão sobre os principais mecanismos institucionais de resposta à pobreza em Portugal, iniciando com uma abordagem acerca da protecção social neste país, desde a assistência e previdência social até ao sistema de segurança social com a configuração assumida na actualidade. Nesta abordagem, foi ainda contemplado o destaque para o Rendimento Social de Inserção, na qualidade de uma das principais medidas de Política Social no combate da pobreza, terminando-se com a menção ao contexto de retracção que actualmente caracteriza as políticas públicas de intervenção social neste fenómeno.

No quarto e último capítulo da primeira parte deste trabalho, apresenta-se que reflexão sobre a relação entre pobreza e território, chamando ao debate as questões da territorialidade da pobreza ao reflectir sobre as funções e papéis dos espaços e lugares, bem como da cidade enquanto construção social. Seguidamente, é chegado o momento de analisar algumas parcelas, entendidas como relevantes face aos objectivos desta investigação, acerca das desigualdades sociais na história do Alentejo, factos que permitiram compreender o enquadramento actual da cidade de Beja ao nível dos principais indicadores demográficos, sociais, culturais e económicos, terminando com a análise a alguns dos dados relativos à protecção social neste território.

Findo o enquadramento do objecto teórico desta investigação, a segunda parte deste trabalho, foi consignada à explicitação do caminho percorrido em termos metodológicos, reservando-se para tal o quinto capítulo do trabalho. Neste capítulo, pretendeu-se dar conta das opções que visaram o alcance dos objectivos pretendidos, explicitando-se o cariz qualitativo da investigação, o lugar da teoria neste processo, a estratégia de investigação adoptada e por fim apresentando o desenho da investigação e as etapas inerentes.

Por fim, a terceira parte deste trabalho reservou-se ao trabalho de análise realizado com o objectivo de perceber as vidas e perfis de pobreza na cidade de Beja. Deste modo, o sexto capítulo pretendeu apresentar um retrato da pobreza neste território no âmbito dos principais equipamentos, serviços e respostas sociais existentes, conferindo particular ênfase à Cáritas Diocesana de Beja e Centro Social, Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança, na medida em que, as pessoas em situação de pobreza que colaboraram neste estudo eram acompanhadas socialmente por estas duas instituições.

O capítulo seguinte, é reservado à apresentação e análise dos percursos profissionais de sete Assistentes Sociais, que exerciam a sua prática profissional nas principais instituições com intervenção na pobreza, na cidade de Beja, procurando demonstrar a forma como os mesmos perspectivam o trabalho com as pessoas que vivenciam a pobreza na primeira pessoa.

No seguimento desta reflexão, surge no oitavo capítulo deste trabalho a apresentação dos testemunhos e relatos, recolhidos junto de doze pessoas acompanhadas por instituições com intervenção social na cidade de Beja, que se disponibilizaram a partilhar as visões e experiências da pobreza, na primeira pessoa.

No último capítulo, é realizada uma análise global dos dados recolhidos, por via das entrevistas realizadas a estes dois grupos, pretendendo encontrar elos de ruptura e continuidade na compreensão das visões da pobreza na primeira pessoa, e em simultâneo, organizar as principais linhas de pensamento que contribuam para a elaboração das principais considerações desta investigação.

Por fim, o último ponto deste trabalho assume a forma de conclusão, no qual se pretendeu efectuar uma síntese retrospectiva das linhas de pensamento apresentadas, assim como tecer as principais conclusões obtidas com a realização da investigação, que pretendeu indagar a forma como as pessoas em situação de pobreza vivenciam esta experiência. Deste modo, são defendidos os principais argumentos que sustentam o alcance dos objectivos do trabalho, reflectindo igualmente sobre os contributos do mesmo para o conhecimento e compreensão da pobreza e assumindo as limitações do estudo e propostas de continuidade na produção de conhecimento.

Parte I. Pobreza, Direitos Humanos e Territórios – Velhos e Novos Significados

Capítulo 1. A pobreza como Fenómeno Social: Contributo para a sua Compreensão

1.1. Em Torno de Conceitos para Entender a Pobreza – Rupturas e Continuidades

1.1.1. O Conceito de Pobreza e os seus Diversos Sentidos

Importa primeiramente considerar que a pobreza não pode associar-se apenas a dimensões visíveis e objectivas, pelo facto da mesma ser manifesta em dimensões como a liberdade, o desenvolvimento humano e a realização, afectando o ser humano como um todo, na sua globalidade. (cf. Bruto da Costa et al, 2008).

Questionar a forma como ser pobre afecta cada pessoa, conduz a uma dimensão subjectiva, que deve ser explicada com base nas características de cada um, no tipo de privação a que se reporta a situação em particular, e no tempo de permanência na mesma. Caso contrário existe o risco de serem ignorados aspectos relevantes do problema.

A multiplicidade de definições e interpretações do conceito, são um auxílio para complementar olhares sobre o fenómeno, se bem que, numa perspectiva contrária contribuem para a existência de equívocos, interpretações simplistas ou que simplesmente a reduzem a aspectos marginais de uma análise que se quer profunda. Ao vivermos e fazermos parte da pobreza, parece que se conhece tanto e em simultâneo tão pouco sobre ela (cf. Bruto da Costa et al, 2008) e quase que “... «exclusão social» é nome «moderno» - porventura mais vago e, por isso, politicamente menos comprometedor – para a pobreza.” (Bruto da Costa et al, 2008:19-20).

Quadro n.º 1. Termos associados à noção de pobre e pobreza

Termos associados à noção de pobre e pobreza	
Pobre	Desprovido ou mal provido do necessário; que indica pobreza; sem recursos; que vive com poucas posses; mal dotado; pouco favorecido; infeliz, desprotegido; digno de lástima ou de compaixão; que inspira dó; aquele ou aquela que mendiga; pessoa infeliz que merece protecção, amparo ou carinho.
Pobres de Espírito	Aquele cujo coração e espírito são desligados de bens temporais, isto é, os que possuem espírito de pobreza; por ironia passou a dar-se a pobres de espírito o sentido de pouco inteligentes, parvos, tolos, idiotas.
Pobre Diabo	Homem de importância medíocre sob o aspecto intelectual ou social; que não faz mal nem bem; que está sempre de acordo com tudo e todos; a quem é preciso perdoar todas as fraquezas.
Pobre Homem	Homem inofensivo, pacífico, inclinado demasiadamente à bondade e à tolerância; incapaz de fazer mal.
Pobreza	Estado ou qualidade daquilo que é pobre; falta do necessário à vida, penúria; escassez; estreiteza de posses ou haveres.
Pobreza de Faculdades	Escassez de inteligência.
Pobreza de Língua	Falta que um idioma possa ter de palavras ou de frases necessárias para adequadamente exprimir os pensamentos.
Pobreza de sangue	O mesmo que anemia; sangue pobre.
Pobreza Evangélica	Renúncia voluntária de bens terrenos.
Pobreza Franciscana	Extrema miséria.
Voto de Pobreza	Total desprendimento de todas as coisas confirmado com voto. Sendo o fim do estado religioso conseguir a perfeição, a posse de bens temporais costuma pôr um impedimento constante.

Fonte: Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, 2001:175-17

A dimensão subjectiva da pobreza, possível de ser apreendida com base nos testemunhos de quem a vive – é apenas uma das faces da moeda, sendo por isso a sua definição de carácter mais amplo. Bruto da Costa et al (2008:22-25) destaca diferentes perspectivas no olhar sobre a pobreza:

- A pobreza do ponto de vista material. Corresponde a situações em que se verifica uma insatisfação de necessidades materiais, após definidas as que mais interessa considerar;
- A pobreza como uma situação existencial. São consideradas não apenas necessidades materiais, mas também outras do foro psicológico, social, cultural, cuja insatisfação produz repercussões em aspectos como a personalidade, a relação com os outros e a sociedade em geral;
- A satisfação de necessidades básicas, não como um objectivo, mas como um meio para a habilitação e a capacidade;
- A pobreza relacionada com a liberdade, enquanto direito humano fundamental;
- A pobreza por referência a três categorias: necessidade material, circunstâncias económicas e relações sociais.¹

A pobreza não pode dissociar-se da vida social e, na maioria das situações uma das faces mais visíveis do fenómeno advém da quebra de ligação ao mercado de trabalho. Ao cortar-se este importante elo estruturador da vida do homem, a consequência mais imediata surge sob a forma da perda de rendimentos. No entanto, isto pode simbolizar apenas o início de sérias privações, inclusive a nível emocional. Com efeito, a perda de auto – estima afecta as redes de relações sociais existindo, em muitos casos, uma diminuição da participação das pessoas na vida colectiva das comunidades. A existência de um percurso social descendente, embora não totalmente relacionado com a diminuição ou ausência de rendimentos, em boa parte encontra nestes factores, pelo menos, o seu início.

¹ A este propósito destacam-se ainda as seguintes definições de pobreza:

INE: “Limiar do rendimento abaixo do qual se considera que uma família se encontra em risco de pobreza. Este valor foi convencionado pela Comissão Europeia como sendo o correspondente a 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente de cada país:”

EUROSTAT: “ (baseado na decisão do Conselho Europeu) Pobres são os indivíduos, famílias, grupos de pessoas cujos recursos (materiais, culturais e sociais) são tão limitados que os excluem do nível de vida aceitável do Estado Membro a que pertencem.”

Glossário de indicadores retirado do site <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt> acedido a 06 de Abril de 2011

Há que acautelar a utilização de termos como pobreza relativa e pobreza absoluta, se os mesmos forem utilizados numa tentativa de atenuar a gravidade do fenómeno ou de o relativizar, com base na utilização de um dos termos em detrimento de outro. Parece perigoso, e no mínimo perverso, considerar que ser pobre “relativamente” implica viver abaixo de um determinado padrão, convencionado por esta ou aquela sociedade, e que é considerado como mínimo. Este tipo de pobreza implica muito mais do que baixos rendimentos e traduz-se, muitas vezes, na falta de acesso à educação, a cuidados básicos de saúde ou a uma habitação condigna. (cf. Silva e Moinhos, 2005).

A utilização do outro conceito, que se convencionou apelidar de pobreza absoluta, associa-se por norma a casos extremos, de que é exemplo o fenómeno dos sem – abrigo. Nestas situações, verifica-se a completa ou quase total restrição de condições de subsistência. Quase que por inerência, esta total ausência de condições de subsistência, afasta as pessoas do contacto com aquele que era o seu meio natural de vida, colocando-as ainda numa situação de maior vulnerabilidade. Pode-se entender que estamos perante um tipo de pobreza persistente, que na perspectiva do Observatório do Quadro Comunitário de Apoio III, refere-se à “percentagem de famílias que acumulam um rendimento monetário equivalente inferior à linha de pobreza monetária e um nível de privação superior ao limiar de provação, correspondente a 150% do índice agregado de privação, isto é, da medida de não acesso a bens e serviços básicos.”²

Alguns dos factores que conduzem os indivíduos a esta situação já são de sobremaneira conhecidos, como é o caso do desemprego, a falta ou precariedade da habitação e a iliteracia, que colocam as pessoas em situação de desvantagem, face às exigências e à forma como se encontram organizadas as sociedades, nomeadamente as de índole capitalista, relacionando-se em grande medida com a incapacidade em participar no mercado de consumo, apelidada como “... rejeição para fora das representações normalizantes da sociedade moderna avançada.” (Xiberras, 1993:28).

Parte-se aqui do pressuposto que a pobreza não se constitui como um problema do foro individual, mas sim de índole estrutural, inscrito em determinados contextos sócio – históricos, que se constituem como variáveis impescindíveis para o seu entendimento.

² Glossário de indicadores retirado do site <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt> acedido a 06 de Abril de 2011

O conceito de pobreza adoptado por Bruto da Costa et al (2008:26) surge como uma referência e ponto de partida neste trabalho. Aqui a pobreza refere-se a situações de privação que sejam resultado da falta de recursos, sendo pobres aqueles que se encontram numa situação de privação, em que estejam em causa os recursos. As demais situações que apresentem outras causas, que não a falta de recursos, são consideradas como problemas sociais, mas não como pobreza.

A definição de privação é salientada como “...uma situação de carência, ou seja, de não satisfação de necessidades humanas básicas. Põe-se aqui a questão de saber como definir estas últimas.” (Bruto da Costa et al, 2008:27-28). Para que esta perspectiva de análise, bastante ampla por sinal, tivesse sucesso, é necessária uma uniformização de critérios de análise, na medida em que “A questão prática que se coloca a este respeito é a que nem todos os produtores de estatísticas sobre as receitas e as despesas dos agregados familiares ...incluem todas aquelas parcelas que formam os rendimentos e os recursos...” (Bruto da Costa et al, 2008:29).

Somos ainda alertados para a necessidade de ponderação sobre a utilização de termos como a pobreza financeira ou monetária, pois estes termos não podem, de forma simplista, relacionar o fenómeno da pobreza apenas com questões financeiras. Contudo, é certo que são os constrangimentos financeiros e materiais³, muitas das vezes constituem o trampolim para um percurso marcado pela privação, pelo que

“Deve, com efeito, notar-se que ao definir o limiar da pobreza em termos do rendimento necessário para satisfazer as necessidades humanas básicas, não se está a reduzir a pobreza a uma realidade meramente financeira. A falta de rendimentos conduz à situação em que as necessidades básicas não podem ser satisfeitas, o que, por sua vez, cria uma situação existencial que atinge os mais diversos e profundos aspectos da vida e da personalidade humanas.” (Bruto da Costa et al, 2008:30).

³ A privação material, segundo o INE em articulação com o EUROSTAT, “... baseia-se num conjunto de nove itens representativos das necessidades económicas e de bens duráveis das famílias, considerando-se em privação material todos os indivíduos em que não existe acesso a pelo menos três daqueles itens. São eles: 1) Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza (sem recorrer a empréstimo); 2) Sem capacidade para pagar uma semana de férias por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado; 3) atraso, motivado por dificuldades económicas, em algum dos pagamentos regulares relativos a rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou das outras despesas não relacionadas com a residência principal; 4) Sem capacidade financeira para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano) pelo menos de 2 em 2 dias; 5) Sem capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida; 6) Sem disponibilidade de máquina de lavar roupa por dificuldades económicas; 7) Sem disponibilidade de televisão a cores por dificuldades económicas; 8) Sem disponibilidade de telefone fixo ou telemóvel, por dificuldades económicas; 9) Sem disponibilidade de automóvel (ligeiro de passageiros ou misto) por dificuldades económicas.”

Glossário de indicadores retirado do site <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt> acedido a 06 de Abril de 2011

Defendem-se, ainda, indicadores como o rendimento⁴ e o consumo, como multidimensionais, pois através da sua análise é possível abarcar inúmeras dimensões relacionadas com o acesso a bens e serviços que o mercado disponibiliza, a troco da capacidade financeira de cada um. Embora limitada, pois a pobreza vai para além de uma dimensão financeira,⁵ esta é uma das faces da questão a não descurar. (Bruto da Costa et al, 2008).

Em suma, se há algumas décadas muito dificilmente se consideraria que alguém que nunca passou fome, viveu numa barraca ou esteve desempregado, chegaria à condição de assistido, nos nossos dias o risco perante a pobreza atravessa um sector considerável na população, que em nada se relaciona com aqueles que tradicionalmente são apelidados de “pobres”. Face a esta linha de pensamento, apresenta-se como fundamental reflectir sobre o que significa ser pobre e os vários sentidos que este fenómeno pode assumir na primeira pessoa.

⁴ Segundo o Instituto Nacional de Estatística, o rendimento é a “soma do rendimento monetário com o rendimento não monetário (rendimento total).”

Glossário de indicadores retirado do site <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt> acedido a 06 de Abril de 2011

⁵ O Índice de Privação Não Monetária Relativa é disso exemplo ao indicar “...para cada indivíduo, a prevalência de privação de 24 itens não monetários disponibilizados pelo ECHP (European Community Household Panel). São eles, divididos por 5 dimensões:

- a) Não possuir um dos seguintes itens, exclusivamente por falta de recursos económicos para adquirir – carro ou outra viatura, televisão a cores, gravador de vídeo, microondas, máquina de lavar louça e telefone;
- b) Ausência de itens básicos – banheira ou chuveiro, instalações sanitárias devidamente ligadas à rede colectora de esgotos e água quente corrente;
- c) Problemas com as condições de habitação e ambiente envolvente – espaço habitável diminuto, ruídos da vizinhança ou exterior, falta de iluminação natural, telhado sem impermeabilização, humidade excessiva na estrutura da casa, danos nos caixilhos das janelas ou no chão, poluição, sujidade ou outros problemas ambientais causados pelo trânsito ou indústrias, vandalismo ou crime na área envolvente à habitação;
- d) Falta de capacidade monetária para suportar requisitos básicos – manter a casa a uma temperatura adequada, pagar pelo menos uma semana de férias por ano fora da habitação, substituir mobília gasta/usada, comprar vestuário novo ao invés de roupas em 2ª mão, comer carne de aves e peixe alternadamente, convidar amigos ou familiares para uma refeição pelo menos uma vez por mês;
- e) Dívidas – dificuldades em pagamentos agendados, como por exemplo hipotecas, rendas, gastos mensais (água, luz, etc.).”

Glossário de indicadores retirado do site <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt> acedido a 06 de Abril de 2011

1.1.2.Os Significados de Ser Pobre

Considerando como cerne da questão: o sentido que essas pessoas categorizadas como “pobres” dão à sua situação, Serge Paugam (2003) surge como uma referência para a análise. O autor distinguiu os tipos de experiências vividas que lhe permitiram teorizar sobre a existência de estádios diferentes do processo de desqualificação social. Não sendo entendido de forma rígida, este processo de desqualificação social implicava uma sucessão no tempo, um faseamento implícito na passagem por cada um dos estádios. A problemática da desqualificação social, encontra-se relacionada com o “rótulo” atribuído aos indivíduos enquadrados nesta categoria e com os efeitos que esta “etiquetagem” produz na sua identidade. O apoio social prestado pelas instituições, tem aqui um efeito perverso, ao reforçar um estigma de inferioridade social. Para a análise interessa, ainda, perceber até que ponto este estatuto é aceite pelos “assistidos”, pois

“... A aceitabilidade da identificação como «pobre» depende, então, da condição social objectiva, do grau de dependência das populações em situação de precariedade económica e social face aos serviços de Acção Social e, enfim, dos interesses recíprocos do assistente – que identifica – e dos utilizadores – que são identificados.” (Paugam, 2003:32).

Estabelecendo uma relação entre identidade e estatuto e as condições sociais objectivas das populações, em situação de vulnerabilidade económica e social, Paugam (2003) formulou como hipótese, que as populações utentes dos serviços de Acção Social negociam a inferioridade do seu próprio estatuto, interiorizando, recusando ou negociando o referido estatuto. Partindo desta hipótese existe uma construção da sua identidade pessoal e social.

Reforça-se aqui a complexidade da pobreza, que recusa abordagens que induzam a uma única resposta para um problema que entrecruza múltiplas explicações. Estas não podem desenraizar-se do contexto social e espaço territorial em que ocorrem. (cf. Capucha, 2005). Podem apontar-se dois grandes vectores de análise, o nível macro em que se insere a dimensão estrutural do problema e o nível micro, que o circunscreve a um conjunto de dimensões mais restritas, relacionadas com elementos sócio – histórico – cultural, entre outros, em que decorrem as situações de pobreza.

A noção de que vivemos numa sociedade de risco⁶, em que a incerteza é um elemento dominante, conduz ao abandono da ideia dos pobres como os “outros”, mas sim como um risco que todos correm nos sistemas sociais e económicos de base capitalista. Existe o risco de se encarar a pobreza como natural.

O crescimento das sociedades industrializadas leva a uma preocupação crescente com o aumento das pessoas em situação de pobreza. Este é um facto contraditório face ao crescimento e desenvolvimento de sociedades que se queriam iguais, livres e solidárias. Os pobres são como que a antítese de um ideal, retoricamente assente em princípios relacionados com os direitos do Homem.

A compreensão do conceito de pobreza comporta a noção de modos de vida. (cf. Capucha, 2005). Parte-se do princípio que a pobreza pode entender-se com base em duas perspectivas: uma perspectiva culturalista e uma perspectiva sócio – económica. A primeira assenta na ideia de uma cultura de pobreza, a segunda comporta conceitos como pobreza relativa, absoluta e subjectiva. A noção de exclusão social, mais recorrente, aproxima-se umas vezes de uma perspectiva e outras vezes de outra.

A utilização do termo exclusão social, é justificada, pela ambiguidade e sentidos diversos do conceito de pobreza, que serviria de molde, inclusive para os discursos de diferentes quadrantes políticos. (cf. Capucha, 2005). À pobreza reservou-se mais a questão da distribuição dos rendimentos, sendo que o cruzamento entre estes dois conceitos surge quando

“Tendem a considerar sempre uma dimensão material, relativa à distribuição de recursos de vária ordem, sendo a escassez de recursos económicos, isto é, a pobreza, o principal factor de exclusão social nas sociedades modernas; uma dimensão social, relacionada com a construção e permanente reconstrução de identidades e sociabilidades; e uma dimensão simbólica, dados os efeitos específicos da exclusão resultantes da capacidade diferencial de impor classificações, desde logo, sobre o que é estar integrado ou estar excluído.” (Capucha, 2005:89).

A culpabilização do indivíduo pela sua situação, parece ainda existir na actualidade, traduzida por ideias estereotipadas com base em dois factores: a ideia de que os pobres são

⁶ O risco de pobreza segundo o Instituto Nacional de Estatística é a “proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha da pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente”; a Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social define-o como a “percentagem de indivíduos (0+anos) com rendimento monetário equivalente (após transferências sociais) inferior à linha de pobreza (60% do rendimento equivalente mediano).”

Glossário de indicadores retirado do site <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt> acedido a 06 de Abril de 2011

perigosos e que é necessário controlá-los; a ideia de que a pobreza está associada ao crime. (cf. Pinto, 1999). Por esta ordem de ideias

“...A definição de pobre e a avaliação do grau de pobreza podem ser feitas em função de dois critérios principais: o nível de recursos e o factor de exclusão social ...critérios de natureza objectiva e subjectiva, que se manifestam pelos seguintes traços: penúria material, impotência física e modo de vida próprio, marcado por uma marginalidade sócio – psicológica.” (Pinto, 1999:14).

O choque da mundialização que não apaga as velhas formas de pobreza e multiplica as novas formas de vulnerabilidade social. Fala-se de crise económica, mas importa não esquecer a sua vertente antropológica, a crise de valores, que é

“... uma crise da civilização e uma crise do indivíduo. Simultaneamente deixam de funcionar as instituições de instauração do laço social e da solidariedade (a crise do Estado – Providência), as formas da relação entre economia e sociedade (a crise do trabalho) e os modos de constituição das identidades individuais e colectivas (a crise do sujeito).” (Fitoussi e Rosanvallon, 1997:3).

Entraram em campo novas desigualdades, em muito também devido a uma visão diferente do social, pois percebeu-se que existem fenómenos que não poderiam imputar-se a trajectórias individuais, mas que são legitimamente produtos estruturais – societários.

É preciso fugir ao risco de encarar as desigualdades mais persistentes, as “velhas” formas de pobreza, como legítimas, pela sua durabilidade e grau de interiorização na sociedade. Esta questão pode ser apreendida, considerando que existiu um enfraquecimento dos princípios da igualdade, o crescimento das desigualdades estruturais ou o nascimento de novas desigualdades. (cf. Fitoussi e Rosanvallon, 1997). Estas são percepções complementares, não sendo, por isso, antagónicas, pelo que importa enquadrar em que consiste o fenómeno da pobreza e desigualdade na sociedade actual.

1.2.Pobreza e Desigualdades Sociais na Actualidade

Uma das faces da pobreza é a sua relação com a desigualdade, fenómeno com incidência relativamente elevada na Europa, em particular nas últimas décadas da humanidade. Uma distribuição desigual dos frutos do progresso (cf. Alves, 2011) parece ser a definição que melhor traduz o que neste ponto se pretende reflectir.

O prisma da naturalização do fenómeno é trazido ao debate da seguinte forma“...não implica que sempre teremos pobres connosco. No horizonte de cada indivíduo e de cada sociedade, a erradicação da pobreza é imperativo alcançável e inadiável. “ (Alves, 2011:45) Rompe-se aqui com a ideia de uma tipologia única e estática sobre as pessoas pobres. Um acontecimento inesperado ao nível da saúde ou emprego⁷ pode restringir as condições para a satisfação de necessidades básicas, sendo clara a linha de continuidade entre a pobreza e a satisfação de necessidades (carecendo este conceito de uma definição clara e objectiva). A este propósito não deixa de ser curiosa a seguinte afirmação:

“... a pobreza não é um problema exclusivo dos pobres. A sua persistência corrói a prossecução de destinos comuns pela sociedade, representa a perda dos talentos de uma fracção da população, implica menores níveis de saúde e de esperança média de vida e impede a plena participação democrática dos cidadãos. Uma opção preferencial pelos pobres funda-se assim não apenas em razões de equidade e humanismo, mas também em razões de eficiência económica e de coesão social. “ (Alves, 2011:46).

A pobreza é um fenómeno multifacetado, mesmo quando dela se tem uma concepção mais restrita, associando-se à falta ou insuficiência de recursos materiais. Na actualidade, algumas perspectivas de medição e análise da pobreza em Portugal, utilizadas por investigadores, são as seguintes:

- Utilização de limiares relativos e absolutos de pobreza;
- Análise de rendimentos e despesa dos agregados familiares;
- Mensuração de níveis de riqueza;

⁷ O principal meio de vida, segundo o Instituto Nacional de Estatística, é considerado a “fonte principal de onde o indivíduo retira os seus meios financeiros ou em géneros necessários à sua subsistência, durante o período de referência são geralmente consideradas as seguintes categorias: rendimento do trabalho;...a cargo da família;...pensão;...apoio social;...rendimento da propriedade e da empresa;...subsídio de desemprego;...subsídio temporário por acidente de trabalho ou doença profissional;...Rendimento Mínimo Garantido;...outros subsídios temporários.”

Glossário de indicadores retirado do site <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt> acedido a 06 de Abril de 2011

-
- Identificação de dimensões concretas de privação material de necessidades económicas;
 - Confronto entre pobreza temporária ou persistente;
 - Avaliação do impacto de alterações na composição dos agregados familiares. (cf. Alves, 2011).

Desde o ano 2000 são vários os compromissos europeus que vêm sendo assumidos. Nesse mesmo ano, o Conselho Europeu Extraordinário de Lisboa, assume como prioritárias, políticas que visem a erradicação da pobreza e da exclusão social. Um ano depois, em Fevereiro de 2001, com o Tratado de Nice passam a definir-se os Planos Nacionais de Acção para a Inclusão com o objectivo de “criar políticas destinadas a evitar rupturas de existência susceptíveis de conduzir a situações de exclusão social, nomeadamente no que se refere a casos de sobreendividamento, exclusão escolar ou perda de habitação.”⁸

Em Março de 2006, com a revisão estratégica de Lisboa, os Planos Nacionais de Acção para a Inclusão são integrados em Planos de Protecção e Inclusão Social. Mais abrangentes, estes planos definem como áreas prioritárias o acesso a serviços de qualidade, a um rendimento suficiente e ao mercado de trabalho. Volvidos dois anos, em 2008, salienta-se a declaração escrita do Parlamento Europeu que se compromete em criar soluções para as pessoas sem – tecto até 2015.

De acordo com valores publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, com base no Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, em 2008, o número de pessoas pobres era de cerca de 1,9 milhões de pessoas. (cf. Alves, 2011). Destes dados importa ainda reter que

“Do total de indivíduos que vivem em agregados familiares numa situação de pobreza, cerca de um quarto trabalham, outro quarto são indivíduos reformados, ainda outro quarto é composto por adultos inactivos (incluindo estudantes), cerca de 10 por cento encontram-se desempregados e os restantes 15 por cento são crianças (com menos de 15 anos). Em termos de nível educacional, cerca de dois terços dos pobres têm no máximo 4 anos de escolaridade completa. Alguns agregados familiares são particularmente vulneráveis a uma situação de pobreza: as famílias em que um ou mais adultos de encontram desempregados, os idosos (isolados ou casados) com baixos níveis de educação; as famílias compostas por um adulto solteiro com filhos e sem trabalho; ou as famílias numerosas em que pelo menos um adulto não trabalha.” (Alves, 2011:47).

⁸ Retirado do site <http://www.2010combateapobreza.pt> consultado a 08 de Fevereiro de 2011

Note-se a particular importância de analisar a distância entre o rendimento das pessoas em situação de pobreza e o definido como limiar da pobreza ⁹. Sob este prisma deve considerar-se o argumento que um aumento dos rendimentos das famílias teria efeitos na sua situação de pobreza, embora seja na eliminação das raízes estruturais do problema da pobreza em Portugal, que reside a saída para a erradicação deste fenómeno.

Em que factores assentam então as probabilidades de se ser pobre em Portugal? Nomeadamente no binómio educação/mercado de trabalho; transmissão do nível de capital humano para o nível de rendimento do agregado familiar. Grosso modo, são destacados por Alves (2011) três grandes canais que marcam este acesso:

“Em primeiro lugar, existem elevados retornos da educação no mercado de trabalho em Portugal. Estes retornos são particularmente elevados para o nível de educação superior, embora tenham diminuído no passado recente, num contexto de aumento acentuado do número de licenciados. Em segundo lugar, os vínculos conjugais são habitualmente estabelecidos entre indivíduos com um percurso escolar semelhante, o que amplia os retornos da educação quando calculados ao nível do agregado familiar. Em terceiro lugar, existe uma significativa transmissão intergeracional da educação em Portugal. A desvantagem relativa das crianças que crescem num contexto de pobreza amplia-se ao longo dos primeiros anos de vida, bem antes do percurso escolar obrigatório...” (Alves, 2011:49).

Pese embora a importância significativa que o vínculo ao mercado de trabalho mereça, como indicativo na aferição da taxa de pobreza, em termos quantitativos existem indicadores reveladores da necessidade de uma análise mais ampla, alicerçada por exemplo nos níveis salariais, no grau de precariedade dos vínculos laborais, nos níveis de qualificação e de produtividade. Alves (2011:49) revela assim que 10% dos trabalhadores de Portugal fazem parte de famílias pobres e que cerca de 80% dos agregados familiares pobres incluem trabalhadores. No entanto, não deixa de ser verídico que o desemprego é o factor que mais tem contribuído para o aumento da pobreza em Portugal.

Tal conduz à necessidade de questionar o papel das políticas de combate à pobreza em Portugal, destacando-se dois tipos de políticas

⁹ Considerando a definição adoptada pela Eurostat uma pessoa em risco de pobreza é aquela que “... vive num agregado familiar cujo rendimento monetário por adulto equivalente (i.e. corrigido na composição dos agregados familiares) é inferior a 60 por cento do rendimento monetário mediano por adulto equivalente. Este limiar ascendia a cerca de € 414 mensais a preços de 2008 para um indivíduo isolado e a € 870 no caso de uma família constituída por 2 adultos e 2 crianças. Estes limiares de pobreza são certamente inferiores ao valor do cabaz de bens e serviços básicos que garante uma participação digna na vida em sociedade (ou seja, a um limiar de pobreza dito «absoluto»)." (Alves, 2011:47).

“...as que procuram assegurar uma igualdade de oportunidades para todos os cidadãos – incluindo a oferta de serviços públicos de qualidade e um acesso equitativo ao sistema judicial – e as que visam criar uma rede de protecção social que assegure a cada cidadão uma participação plena na vida da sociedade, nomeadamente através da existência de um sistema de pensões sustentável, da provisão de benefícios de desemprego ou da existência de um esquema de rendimento mínimo garantido.” (Alves, 2011:50).

Como reflectir os resultados e impactos destas políticas na vida das pessoas em situação de pobreza, parece ser uma das interrogações, à qual poder-se-ia acrescentar a avaliação do ano de 2010 – consagrado como “Ano Europeu de Combate à Pobreza e à Exclusão Social”. Recorrendo mais uma vez à actualidade e pertinência do pensamento de Alves (2011), confirma-se uma perversão destes objectivos, perante um aumento das situações de pobreza. Pois que se assistiu a

“...uma clara reversão do progresso em termos de luta contra a pobreza observado nos últimos anos. De facto, a conjugação de uma dinâmica recessiva da economia com algum retrocesso em termos da rede de protecção social implicou um aumento significativo das famílias numa situação de privação material. Esta dinâmica é particularmente gravosa pois tenderá a persistir no tempo, dada a natureza estrutural dos factores que lhe estão subjacentes – nomeadamente a necessidade de correcção dos desequilíbrios da economia portuguesa e a segmentação prevalecente no mercado de trabalho, com um elevado nível de desemprego estrutural.” (Alves, 2011:50).

É neste sentido, que analisar o impacto das políticas públicas junto das pessoas pobres necessita de um enquadramento em vários ângulos: a forma como é incentivada a acumulação de capital humano; as oportunidades e condições de participação no mercado de trabalho e a distribuição e redistribuição de rendimentos.

O estudo realizado em 2009, “Novos factos sobre a Pobreza em Portugal” realizado igualmente por Nuno Alves, traz ao debate números reveladores da gravidade da pobreza em Portugal, nomeadamente a existência de 2 milhões de pessoas que se situam abaixo da linha de pobreza (destacando-se que destes 300 mil são crianças). A relevância destes dados pode encontrar como factor explicativo o número de pessoas que compõem o agregado familiar, a idade e o nível de qualificação. Associa-se desta forma a pobreza a famílias numerosas, pessoas mais idosas e indivíduos com menores níveis de escolaridade. (aferindo-se que quanto maior for o número de anos de escolaridade completos, menor será o risco de pobreza).

Ao colocar a tónica no carácter reprodutivo da pobreza assente no nível de escolarização, são dois os vectores que contribuem para a análise: “ a) detecta-se uma prevalência de vínculos conjugais positivamente relacionados com o nível de educação; ...b) existe uma significativa transmissão intergeracional da educação em Portugal, o que contribui para a transmissão intergeracional da pobreza.”. (Alves, 2009: 148 – 149).

Associado a esta questão surge o factor de integração no mercado de trabalho, ao existir de igual modo uma proporcionalidade entre o exercício de uma profissão pelos membros do agregado familiar e a probabilidade de ser pobre.

Por sua vez, Renato do Carmo (2010) no trabalho “Desigualdades Sociais 2010. Estudos e Indicadores”, descreve um Portugal desigual, aliás dos mais desiguais da Europa no que toca à distribuição de rendimentos. Esta matéria tem reflexos significativos em pessoas com baixos níveis de escolaridade, sem emprego, famílias numerosas, monoparentais e pessoas que vivem sós. Para além destas situações, salienta-se o acréscimo do desemprego em pessoas com qualificações consideradas de nível intermédio, sendo o Algarve e o Norte do país, apontados como as zonas onde se verifica maior incidência deste fenómeno. Ainda na área da educação, são referidos fenómenos como a prevalência de taxas significativas de abandono escolar e reduzido investimento na formação ao longo da vida.

No que respeita à saúde, a mesma é mencionada como uma das áreas mais reveladores de progresso em Portugal ao apresentar como resultados mais favoráveis, a redução da taxa de mortalidade infantil e o aumento da esperança média de vida. (cf. Carmo, 2010).

O contributo do estudo realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (2010) “Sobre a pobreza, as desigualdades e a privação material em Portugal” assume-se como pertinente ao revelar que, pese embora a grande incidência do fenómeno da pobreza em alguns grupos sociais e da persistência das desigualdades nomeadamente de índole salarial, parece registar-se uma diminuição da pobreza em Portugal. Este indicador é justificado por Manuela Silva, considerando que o

“... facto de o rendimento monetário ser usado como indicador de aferição da pobreza limita o grau de precisão na medição deste fenómeno por várias razões: por exemplo, o nível de intervenção do Estado em sectores como a saúde e a educação faz com que para o mesmo rendimento possam existir diferentes «situações de privação» ...não se ter em linha de conta os rendimentos não monetários; as populações institucionalizadas não serem incluídas na amostra.” (INE, 2010: 25).

A Equipa do Instituto Nacional de Estatística (2010) analisou ainda a transmissão intergeracional da pobreza, concluindo que a mobilidade social ¹⁰ e escolar dos sujeitos são marcadamente influenciadas pela classe social e nível de escolaridade da família de origem. Os perfis relativos à mobilidade social e escolar (com base no Inquérito às Condições de Vida efectuado em 2005) traduzem que 42,6% dos indivíduos tiveram uma mobilidade social ascendente; 27,3% uma mobilidade estacionária e 30,1% uma mobilidade descendente. No que respeita ao percurso escolar 52,8% das pessoas revelam uma mobilidade intergeracional ascendente; 44,7% estacionária e 2,4% descendente. (cf. INE, 2010).

Ainda nesta publicação o contributo de Carlos Farinha (cf. INE, 2010) evidencia três indicadores: incidência, intensidade e severidade da pobreza. É neste contexto, que o período temporal entre os anos 2003 e 2008 sugere uma análise alicerçada em diferentes valores da linha de pobreza, que variam entre os 2000 e os 7000 euros anuais da qual se conclui uma diminuição dos valores da pobreza monetária. Pese embora estes resultados, Carlos Farinha salienta o impacto dos rendimentos não monetários nas várias dimensões da pobreza.

Por sua vez o estudo de 2010, da autoria de Eduardo Vítor Rodrigues, versava os beneficiários de Rendimento Social de Inserção residentes em Vila Nova de Gaia. Os principais instrumentos de observação utilizados foram o inquérito por questionário aplicados aos referidos beneficiários e ainda a entrevista aos mesmos e a outros agentes locais. Com base neste estudo, é proposta uma tipologia de beneficiários de Rendimento Social de Inserção apelidados da seguinte forma:

“ os «beneficiários acomodados», os quais não evidenciam sinais de quererem investir em factores de mobilidade social ascendente; os «beneficiários bloqueados» que embora queiram e perspectivem condições para uma real inserção social, vêm-se impossibilitados de a procurar devido a constrangimentos familiares; os «beneficiários incomodados», indivíduos que recebem uma prestação social há pouco tempo, que se sentem envergonhados por terem essa dependência económica e estão bastante mobilizados para activar estratégias conducentes a uma melhoria das suas condições de vida.” ¹¹

São enfatizados factores, já anteriormente mencionados, como potenciadores do risco de pobreza, nomeadamente os recursos escolares/habilitações académicas,

¹⁰ Situação sócio – profissional do indivíduo, em relação à sua família de origem. (cf. INE, 2010)

¹¹ Retirado do site <http://observatorio.das.desigualdades.cies.iscte.pt> acedido a 25 de Fevereiro de 2011

relação/vínculo com o mercado de trabalho e as características do contexto territorial onde se habita. Tal remete para a heterogeneidade de percursos e situações das pessoas que vivem a pobreza e obriga a uma reflexão sobre as estratégias de inserção social levadas a cabo, pois

“... por um lado é necessário activar estratégias de inserção social adequadas ao perfil diferenciado dos beneficiários, pois os factores de imobilização e sua combinação variam bastante de indivíduo para indivíduo; por outro, esta política deve focar-se nos factores que estruturam as condições de pobreza, exclusão e imobilização social ...indo além de uma lógica meramente assistencialista.”¹²

Retomando a incursão pelas reflexões científicas sobre o tema em análise, parece pertinente focar a atenção no contributo de Fernando Diogo (2008), que publica uma análise sobre as relações entre trabalho, identidade e pobreza, mais uma vez colocando o enfoque em beneficiários de Rendimento Social de Inserção. Uma das principais conclusões, aponta para o facto das tensões identitárias que surgem nas e das situações de pobreza, serem fruto da posição ocupada no mercado de trabalho, assumindo-se esta como a questão central na construção das identidades das pessoas em situação de pobreza. Este estudo aponta ainda, com base no discurso dos entrevistados, para o desconhecimento, por parte dos mesmos, da vertente de (re) inserção prevista nesta medida de Política Social,

“... mas também pelo facto do estatuto de beneficiário ter fortes implicações no modo como este é socialmente categorizado (pobre, dependente do Estado ...). As estratégias identitárias mais frequentemente mobilizadas pelos beneficiários são as de defesa e resistência face às imposições identitárias provenientes do exterior, à forma como são classificados pelos demais indivíduos, que os entrevistados não consideram adequada(s) à sua situação particular ...a situação social destes beneficiários se caracteriza pela escassez geral de recursos e instabilidade laboral, num acto de pobreza geracionalmente reproduzido que propicia a construção de identidades sociais negativas.”¹³

A propósito da análise e definição dos perfis no estudo da pobreza salienta-se o estudo de Inês Amaro e Francisco Branco, datado de 2010, sobre os perfis de pobreza na cidade de Lisboa, em resultado do estudo qualitativo realizado junto dos utentes da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. São duas as considerações tecidas pelos autores perante este tipo de abordagem metodológica: por um lado é reconhecida a sua função de “...dar sentido ou a de ordenar realidades extremamente complexas e multidimensionais ...”.

¹² Retirado do site <http://observatorio.das.desigualdades.cies.iscte.pt> acedido a 25 de Fevereiro de 2011

¹³ Retirado do site <http://observatorio.das.desigualdades.cies.pt> acedido a 25 de Fevereiro de 2011

(Amaro e Branco, 2010:7); por outro é apontado o risco da rotulagem destas pessoas em “... tipos de pobres e a consequente perda de sentido da individuação e da singularidade com que estas experiências e trajetórias são vivenciadas.” (Amaro e Branco, 2010:7).

No que respeita aos perfis traçados com este estudo, os mesmos situaram-se num dos elos estruturadores da vida em sociedade, ou seja, a pertença ao mercado de trabalho, sendo por isso determinado o perfil dos que estavam integrados na ordem do trabalho e dos que a ela não pertenciam. Não é de todo de descurar que os trabalhadores pobres são um importante eixo de análise, quando o trabalho pela sua precariedade e nível de rendimento insuficiente, não funciona como alavanca para sair da pobreza, bem como os que não têm acesso ao mercado de trabalho e estão, por isso, desempregados (por norma, a proporcionalidade inversa de tal acontecer, cresce à medida que o nível de qualificação aumenta, se bem que tal não pode considerar-se como um dado adquirido e generalizável.)

Salienta-se, ainda, aqueles que por diversas razões, entre as quais a ausência de saúde ou outro tipo de vulnerabilidade, não vêm a sua vida formalmente estruturada em torno do trabalho e que apresentam uma maior predisposição para se encontrarem numa situação de pobreza. Desta forma, o binómio necessidades/direitos humanos parece fundamental para o entendimento das formas de enfrentar a pobreza, pois importa considerar o papel que os meios de satisfação de necessidades humanas básicas têm face a este fenómeno, reflectindo igualmente os direitos humanos como construção histórica e social e suas implicações na actualidade.

1.3. O Binómio Necessidades/Direitos para Enfrentar a Pobreza

1.3.1. Perspectivas e Controvérsias acerca dos Direitos Humanos

1.3.1.1. A Construção Histórica dos Direitos Humanos

Compreender e reflectir sobre o conceito de direitos humanos, apresenta-se como tarefa difícil, e até fugaz, se a mesma não se enquadrar historicamente. Aqui entende-se o recurso à história como uma importante fonte para a compreensão da contemporaneidade.

Os Direitos Humanos encontram-se subordinados a contextos históricos e “vontades” políticas dominantes que traduzem, por vezes, a fragilidade que caracteriza a garantia do seu cumprimento. Desta linha de raciocínio, sobressai a necessidade de direccionar a análise para uma abordagem aos Direitos Humanos como um todo, mas cujo reconhecimento se processou de forma progressiva.

A referência a um nível de classificação de direitos mediante patamares, apelidados frequentemente de gerações históricas de Direitos Humanos, parece fazer sentido para a análise. O reconhecimento da interdependência entre três gerações de direitos é algo que tem surgido de forma progressiva considerando que, embora os Direitos Humanos se encontrem reconhecidos em diferentes instrumentos internacionais, os mesmos constituem uma totalidade. (cf. Marques, 1996).

Os primeiros, os chamados “Direitos Positivos”, encontram a sua relação com as lutas reformadoras e revolucionárias do séc. XVIII. Por sua vez, o século seguinte serviria de palco à luta pelos Direitos Económicos e Sociais, caracterizando-se como um importante marco na luta levada a cabo pelo movimento operário, face à garantia de direitos nos campos do trabalho e da aposentação. Finalmente a segunda metade do séc. XX é apontada como o tempo da consagração de garantias fundamentais, mediante o confronto com problemáticas geradas pelas rápidas mutações sociais, destacando-se os direitos das mulheres, das minorias étnicas e/ou culturais ou dos direitos dos doentes infectados com o vírus da SIDA.

Tendo por base a perspectiva da Organização das Nações Unidas (1999) a raiz histórica do que actualmente se entende por Direitos Humanos, situa-se no séc. XVIII, mediante a publicação da Declaração de Independência da América e Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, oriunda de França. Apesar do séc. XVIII se apresentar como elemento charneira da actual concepção de Direitos Humanos, os ideais

desenvolvidos neste século são o culminar de princípios herdados no passado, sendo que “...é importante reconhecer que muitos dos elementos essenciais dos Direitos Humanos estavam presentes e foram aplicados nas culturas ocidentais e não ocidentais, desde a antiguidade” (ONU, 1999:28).

O marco histórico dos Direitos Humanos assente no séc. XVIII introduz uma noção de direitos individuais, com base em valores como a vida e a liberdade. Esta nova forma de conceitualização acarretou a preocupação por uma tripartização da noção de direitos: uma primeira fase a nível civil e político e uma segunda fase acompanhada pela preocupação com a garantia de direitos nos âmbitos económicos, sociais e culturais.

O Estado e os cidadãos relacionavam-se mediante a regulamentação de leis regionais geridas por uma lei internacional. Assim, a concepção actual de Direitos Humanos pode considerar-se imanente desta noção, da qual deriva o que se convencionou designar de Direitos Negativos e Direitos Positivos.

Os primeiros relacionam-se com “...os actos proscritos de que o Estado se deve abster, isto é, na domesticação e na contenção do Estado, fazendo o Estado obedecer aos devidos processos da lei, em principio criados e sustentados pelo Estado. “(Galtung, 1994:18). Os segundos – Direitos Positivos, implicam o papel de um Estado “... providenciador, tendo os indivíduos direitos sobre o Estado, não só contra o Estado como nos direitos negativos ...” (Galtung, 1994:18).

Ainda na perspectiva expressa pela Organização das Nações Unidas (1999), uma primeira geração de direitos corresponde à designação de “Direitos Negativos”, em virtude dos mesmos terem como finalidade a proibição, limitação ou restrição de actos que violem direitos alheios, encontrando-se estes direitos consignados do segundo ao vigésimo primeiro artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Continuando este percurso, uma segunda geração encontra-se relacionada com os “Direitos Positivos”, terminologia decorrente da intenção de garantir a justiça social, satisfação das necessidades básicas do Homem e sua participação em aspectos sociais, económicos e culturais da vida, consignada dos artigos vigésimo segundo ao vigésimo sétimo da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Finalmente o final deste caminho corresponde a um terceira geração, apelidada de “Direitos Colectivos”, referidos no vigésimo oitavo artigo da referida Declaração, sob a égide do seguinte pressuposto: “toda a pessoa tem direito a que reine, no plano social e no

plano internacional, uma ordem capaz de tornar plenamente efectivos os direitos e as liberdades enunciadas na presente declaração.” (ONU, 1999:23).

Actualmente o progresso acompanhado de uma maior diversidade e complexidade problemas sociais, apela para uma nova geração de direitos “ ...reconhecida como uma aspiração legítima e universal da humanidade – direitos à paz, ao desenvolvimento e a um ambiente não contaminado e protegido da destruição.” (ONU, 1999:28).

Uma possível perversidade no entendimento da consagração destes direitos, mediante um processo evolutivo assente em patamares ou gerações, aponta que

“...esta interpretação histórico – reconstitutiva por estratos ou gerações tem, contudo, o inconveniente de criar nos cidadãos a crença totalmente injustificada de que existe uma correspondência entre grau de antiguidade no reconhecimento dos direitos e o grau de segurança e garantia dos mesmos.” (Marques, 1996:16).

Assim, o risco deste tipo de análise com base numa concepção tripartida, não pode incorrer no desprezo ou apatia face a novas necessidades, não contempladas neste conjunto de direitos, na medida em que

“ ...os trabalhadores sociais reportam-se e enfrentam-se com os direitos humanos como uma totalidade indivisível, sendo perfeitamente clara a articulação dos direitos sociais, direitos culturais e direitos civis e políticos em algumas das relevantes problemáticas sociais que hoje se lhes colocam.” (Branco, 1996:42).

Em termos evolutivos e agregando à expressão Direitos Humanos como um todo, a expressão direitos civis e políticos, por um lado, e a expressão direitos económicos, sociais e culturais, por outro, pode considerar-se que estes últimos foram alvo de evolução mais lenta, quando comparados com os direitos civis e políticos. Esta é uma ideia que pode entender-se como aliada a diversos marcos históricos, dos quais se destacam o direito ao voto, direito alargado numa primeira fase à classe média, numa segunda fase às classes trabalhadoras e por fim ao género feminino.

Subjaz que a evolução e atenção para com os direitos civis e políticos, é também fruto não só do progresso e industrialização, mas do emergir da complexidade das relações sociais, que consigo acarretam novas problemáticas sociais. Destaca-se a Revolução Industrial como importante marco do florescimento/acentuação de problemas advindos das situações de pobreza das classes trabalhadoras, êxodo rural ou situações de exploração e desigualdade nas relações laborais.

Se numa fase inicial as respostas sociais tradicionais da época, com cariz caritativo e filantrópico, assumiram a tentativa de combate a estas situações, numa segunda fase a responsabilização colectiva pelos problemas sociais foi reconhecida progressivamente, através da transferência de responsabilidades individuais para responsabilidades colectivas dos esquemas de protecção social.

Apesar da aparente preocupação colectiva pelo agravamento e surgimento de novas problemáticas sociais, o colonialismo deitou por terra a efectiva garantia da noção de Direitos Humanos, na medida em que

“ ...apesar de os primeiros sinais de responsabilidade colectiva poderem ser detectados nos progressos legislativos registados na Europa Ocidental em finais do século XIX, simultaneamente essa mesma Europa ocidental alargava o seu domínio colonial sobre as Índias Ocidentais, Ásia e África ...” (ONU, 1999:29).

De uma forma paralela a este reconhecimento, a Primeira Guerra Mundial marca o rescaldo de uma consciência activista, centrada num carácter humanitário e na necessidade de partilha de responsabilidades, num quadro institucional a nível mundial.

Como fruto dessa consciencialização os anos 20 (séc. XX) foram férteis no surgimento de organizações baseadas neste espírito de cooperação, em prol da garantia dos Direitos do Homem, destacando-se a criação da Sociedade das Nações, Organização Internacional do Trabalho, Conferência Internacional de Bem - Estar Social, Comité Internacional de Escolas de Serviço Social e o Secretariado Internacional Permanente dos Assistentes Sociais.

Mais tarde, com uma natureza global e estrutural marcante, a humanidade assiste a uma Segunda Guerra Mundial, que marca definitivamente a história da noção actual de Direitos Humanos, mediante a (re)consciencialização de que a cooperação internacional urgia para que os direitos humanos, para além de reconhecidos, se efectivassem como tal. Neste prisma, destaca-se o ano de 1948, em que a Declaração Universal dos Direitos Humanos marca um novo rumo contra a violação de direitos elementares dos seres humanos.

Num quadro histórico - estrutural, Johan Galtung (1994) concebe a noção de Direitos Humanos como parte integrante de uma relação entre o Estado e os seres humanos, com base numa relação tripartida entre os Homens, os Estados e as Organizações do Estado. Em termos históricos as referências aos direitos e obrigações dos Homens assumem-se como

tão antigas quanto a própria história da humanidade, enquanto elementos inerentes à regulação do comportamento para com o outro, assumindo como ponto máximo que “...a metanorma é egocêntrica: ‘faz aos outros o que queres que te façam a ti’ ou o mesmo mas com negações.” (Galtung, 1994: 13).

Nesta incursão, a própria antiguidade das referências aos Direitos Humanos surge centrada na figura de Deus por oposição ao Homem, sendo esta figura transcendental de Deus associada à unidade entre os Homens, contrapondo-se os “meus deveres” relativamente aos “direitos dos outros” (cf. Galtung, 1994).

O respeito pelos direitos do outro é concebido como o respeito pelo próprio Deus, sendo disso exemplo os Dez Mandamentos, pois os mandamentos assumem-se como “...o nosso dever para com Deus como ética vertical, transcendental em oposição à ética horizontal imanente.” (Galtung, 1994:14) Reportando esta linha de pensamento até à Idade Média, o próprio clero assumiria neste prisma, o papel de mediador/juiz face ao cumprimento destes mandamentos, transferindo-se as obrigações para com Deus, para as obrigações para com a Igreja.

Mais tarde, o cumprimento dos deveres, que até aqui era julgado pela Igreja, sofre com o espírito do Absolutismo uma transferência de poderes da Igreja, para a figura do rei absoluto, sendo que “...isto não quer dizer que o Clero e Deus viessem em segundo plano na ordem temporal construída pela aristocracia e pelo rei, mas que eles constituíam uma ordem espiritual nas linhas laterais e não já no centro da sociedade.” (Galtung, 1994:15).

Com o passar da história, o próprio rei foi sendo substituído pelos governos e pela figura do Estado, colocando-se a essência do exercício das obrigações/deveres dos homens para com o Estado, na mesma analogia entre o Homem e Deus, sendo que a violação dos deveres não seria considerada “contra Deus”, mas sim “contra o Estado”. (cf. Galtung, 1994).

Se esta resenha histórica, permite contemplar a complexidade da consagração dos direitos humanos ao longo dos tempos, vejam-se agora que implicações trazem os problemas da actualidade, para o debate da consagração dos direitos humanos nos dias de hoje.

1.3.1.2. Direitos Humanos e Contemporaneidade

Na actualidade muitos são os desafios. Recuperando o pensamento de Francisco Branco (1996) é premente a necessidade de repensar o que se entende hoje por direitos humanos. Esta análise teria por base três vectores:

- Os constrangimentos/limites que se colocam à efectivação dos direitos (considerando o conceito de Estado/Sociedade Providência na luta contra a pobreza e exclusão social);
- A necessidade de reajustamento das perspectivas inerentes aos direitos sociais (numa conjuntura de crise económica e capitalismo); ¹⁴
- Repensar a teoria de Marshall (enquanto pilar fundamental para a reflexão acerca dos direitos inerentes à pessoa humana).

Também a este propósito José Pereirinha (1997) refere a crise do Estado – Providência salientando a manutenção das suas formas de financiamento, sendo evidente que:

“... há mais duas dimensões da crise do Estado – Providência que, pela sua importância, devem ser mais valorizadas quer no diagnóstico da situação quer na procura de soluções políticas: a crise do emprego e a alteração das estruturas familiares. A razão parece à partida, relativamente evidente: é nestes dois eixos base em que, tendo assentado a construção do Estado – Providência, neles encontramos sintomas de fractura que abalam todo o edifício social, constituindo elementos de natureza endógena ao próprio sistema e à sua crise.” (Pereirinha, 1997:136).

Sob este prisma, o acesso ao mercado de trabalho pode considerar-se como um dos principais mecanismos gerador deste processo de “desigualdades”, assumindo-se o desemprego estrutural como uma das principais problemáticas emergentes das sociedades ditas capitalistas, comprometendo o quadro de garantia dos Direitos Humanos.

A polémica gira em torno da consagração do direito a um nível de rendimentos face à flexibilização do mercado de trabalho, que conduz, na opinião de José Pereirinha (1997), a dois importantes fenómenos: fragilização das estruturas de financiamento dos Estados e o aumento de necessidades que impõem novas formas de intervenção social. Estes

¹⁴ Este conjunto de Direitos constitui o que Marshall apelidou de Direitos de Cidadania, colocando o enfoque nos Direitos Sociais como “...prolongamento dos Direitos Cívicos e Políticos os quais contribuem para o exercício efectivo dos Direitos Sociais.” (Branco, 1996:43)

fenómenos não podem dissociar-se, considerando a existência de uma crise do Estado – Providência, bem como a

“...alteração do papel dos actores sociais que a acompanha. E há três dimensões dessa alteração que requerem a nossa particular atenção: a crescente descentralização do Estado, as tendências de privatização dos serviços sociais e da protecção social, e a crescente importância do ‘terceiro sector’ (da economia social) ...” (Pereirinha, 1997:137).

Estes elementos constituem-se como um imperativo de reflexão face à “capacidade” do sistema (Estado/indivíduos/ organizações da sociedade civil) estabelecerem diligências concretas e até reflectirem os direitos, considerando as formas de entendimento dos mesmos, face a transformações estruturais e conjunturais da sociedade.

O quadro de desemprego estrutural, surge como uma das principais problemáticas emergentes na actualidade, comprometendo todo o quadro de garantia dos Direitos Humanos. Assim, o emprego/desemprego geram mudanças na reprodução de mecanismos de pobreza

“este parece ser ou talvez melhor continuar a ser, um desafio fundamental, na perspectiva dos Direitos Humanos ...A complexidade dos problemas sociais estruturais que emergiram nas últimas décadas, na Europa e Portugal, reclamam que ele seja considerado de forma séria e rigorosa.” (Branco, 1996:46).

Na actualidade a conceitualização ocidental do termo Direitos Humanos, as suas formas de efectivação e garantia podem resumir-se, não apenas pelo seu conteúdo, mas também pelo processo de construção:

- Surgem descentrados da compaixão humana e passam a centrar-se em formas de garantia a partir do topo;
- As formas de construção e garantia de direitos são encarados como formas de legitimação dos Estados, conduzindo a formas de centralização do poder do Estado a nível nacional;
- A garantia dos direitos assume para os Homens uma perspectiva cada vez mais individual, relegando para segundo plano valores como a solidariedade. (cf. Galtung, 1994).

A dificuldade de uma definição consensual, surge ainda em termos jurídicos, sendo frequentemente associados aos direitos deste “Homem” categorias como: cidadão, mulher, criança, trabalhador e/ou refugiado, facto que, pese embora a diversidade destas categorias,

alerta para as dificuldades de compreensão, legitimação e cumprimento dos direitos, como elementos que não diferem das dificuldades de compreensão dos Direitos Humanos no seu conjunto.

Nesta linha de pensamento, outro dos factores que acentua esta complexidade, relaciona-se com a necessidade de descrição da sua natureza e conteúdo, independentemente das interpretações teóricas ou filosóficas que possam ser efectuadas. Surge aqui a necessidade de apropriação do pressuposto que “...a pessoa é, por natureza, dotada de prerrogativas, ou seja, faculdades de conscientemente actuar ou agir, abster-se ou recusar, reclamar, obter e principalmente proteger-se.” (Mourgeon, 1982: 29).

Pese embora a multiplicidade de interpretações ou juízos, que envolvem a noção de Direitos Humanos, a sua existência deve reconhecer-se como um imperativo, perante as profundas desigualdades, que caracterizam a humanidade na sua contemporaneidade.

A perspectiva cultural na interpretação dos direitos não poderá, de forma alguma, ser descurada, pois as mais graves violações dos Direitos Humanos, são exactamente praticadas à luz das várias interpretações e leituras do que são os direitos e das considerações acerca do seu carácter de universalidade. Existe o risco de valorizar os “direitos dos homens” de forma particularizada, em detrimento de uma perspectiva de direitos como: o direito dos povos disporem de si próprios, o direito ao desenvolvimento ou o direito à paz.

A ideia de universalidade dos Direitos Humanos parece fundamental, consonante com um prisma que considere “...um conjunto de direitos inerentes à essência do ser humano e que tem por primeiro e último fim garantir a este, entre outros direitos, a vida, a liberdade, a igualdade, a integridade, sendo sempre de respeito e carácter universal.” (Mendes, 2002:9).

A aproximação entre a noção de direitos humanos e direitos fundamentais torna-se aqui visível, pelo facto dos mesmos se encontrarem associados ao desenvolvimento de qualidades humanas e à satisfação de necessidades básicas, tanto físicas como espirituais, numa crescente busca de dignidade e valor do respeito e protecção do Ser Humano, sendo que os direitos fundamentais:

“começaram por ser obra do pensamento e duram como explicações (condicionadas em cada época) de autonomia ética do homem, um valor em que se transcende a história e está para além do Direito (positivo). Nesta dimensão, os direitos fundamentais «gozam de anterioridade relativamente ao Estado e à Sociedade:

pertencem à ordem moral e cultural donde um e outra tiram a justificação e fundamento» “ (Andrade, 1987:15).

Os direitos humanos associados a direitos fundamentais, quando enquadrados no contexto constitucional englobam os direitos, liberdades e garantias que “ ...são, portanto, os direitos inerentes à pessoa, enquanto tal – ao cidadão enquanto membro activo da comunidade política; e aos trabalhadores, enquanto esfera da garantia dos seus interesses nas relações de trabalho ...” (Morgado, 1996: 5).

Os fundamentos dos Direitos Humanos do ponto de vista das grandes teses filosófico – jurídicas sobre a Constituição ou sobre o Estado, assentam em cinco concepções:

- Concepções Jusnaturalistas (equacionam os Direitos do Homem como imperativos de direito natural, anteriores e superiores à vontade e directrizes do Estado);
- Concepções Juspositivistas (corroboram uma noção de lei positiva que outorga e regula os direitos);
- Concepções Idealistas (encaram os Direitos do Homem como decorrentes do processo histórico) e Realistas (os direitos são entendidos como expressão da experiência ou das lutas e acontecimentos políticos, económicos e sociais);
- Concepções Objectivistas (os direitos surgem como realidades em si ou como valores objectivos ou decorrência de valores) e Subjectivas (os direitos são equacionados como expressão da vontade humana ou como manifestações de autonomia);
- Concepções Contratualistas (os direitos surgem como contrapartidas da integração do Homem na sociedade) e Institucionais (os direitos apresentam-se como instituições inerentes à vida em comunidade). (cf. Miranda, 1988).

Jorge Miranda (1988) refere ainda a indissolução presente entre direitos fundamentais e pressupostos filosóficos, na medida em que se relacionam de forma directa ou indirecta com a pessoa humana, o seu valor e a sua circunstância, cuja atitude se encontra plasmada a uma dimensão sócio – temporal, e portanto sujeita a diversas interpretações.

O carácter de universalidade dos Direitos Humanos, como forma de promoção da igualdade social, surge claramente contrariada pela dicotomia entre capitalismo e cidadania, mediante a:

“...persistência da pobreza, apesar da redução de algumas desigualdades sociais sob o Estado – Providência, a emergência de novos mecanismos de exclusão social, a não cidadania como situação extrema que afecta grupos sociais fortemente marginalizados, questionam naturalmente a teoria de Marshall, enquanto prova que o progresso da igualdade face à liberdade de mercado foi incompleto ...” (Branco, 1996:43).

Colocando a cidadania como uma preocupação presente, perante uma sociedade globalizada e globalizante, um dos riscos pode consistir na perda ou diminuição da cidadania (já adquirida), pelo que a regulação surge, em algumas opiniões, como um factor necessário à manutenção e incremento da cidadania e garantia dos direitos fundamentais. Porém, atenda-se que

“...a natureza primordialmente identitária e nacional desses mecanismos e dessas instituições faz com que não sejam transponíveis para os quadros universais da globalização ...os quadros de referência essenciais da democracia e dos conceitos contemporâneos da cidadania são os nacionais. Em que medida é que podem ser transpostos para a esfera internacional? ...” (Barreto, 2000: 13).

A tónica da complexidade de manutenção do estatuto de cidadão, regulado maioritariamente pelo Estado – Nação, depara-se agora com o desafio de ser mantido no seio de processos de globalização internacionalmente implacáveis. Este desafio pode, porém, ser uma oportunidade de algumas conquistas, pois relata-nos a história que “foi também no quadro da abertura generalizada que as políticas de promoção e defesa dos direitos humanos, assim como as exigências de representatividade e legitimidade, conheceram progressos efectivos ...” (Barreto, 2000: 14).

A meta, essa, está longe de ser alcançada ao considerar-se a incidência de situações de pobreza, que colocam em causa e obstruem o acesso a direitos, colocando o cidadão numa posição de fragilidade, reforçada

“...pelo estigma do estatuto de assistido que comporta, põe em risco esse direito, só fará sentido falar-se na relevância dos direitos sociais, se estes se afirmarem como instrumento potenciador de prevenir a sua perda, já que a perda do mais fundamental dos direitos, naturalmente que incapacita os cidadãos a fazerem uso de outros direitos.” (Morgado, 1996:9).

Pese embora esta necessidade de reconhecimento, os Direitos Humanos não passarão de um estádio virtual, se as estruturas de poder não os contemplarem nas suas acções, pois a sua afirmação, não é condição necessária para o seu cumprimento e efectivação perante

os seres humanos. Esta é uma questão fundamental, pois que a satisfação de necessidades humanas básicas, depende deste reconhecimento, como determinante para enfrentar as várias situações de pobreza.

1.3.2. Ser ou não Ser Pobre: A Satisfação de Necessidades como Determinante?

A satisfação de necessidades encontra uma íntima relação com a consagração de direitos adquiridos, cujo retrocesso faria com que as sociedades ocidentais regressassem a um espírito filantrópico de base caritativa, que para além de desresponsabilizar o Estado, retiraria a perspectiva de igualdade na dignidade de todos os Seres Humanos.

Trazer ao debate o número 1 do artigo 25º da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 é aqui pertinente:

“Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda e meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade”.

Face ao raciocínio aqui defendido, os grupos de pessoas em situação de vulnerabilidade económica e social podem transformar as suas necessidades em questões a incluir na agenda política. As pessoas em situação de vulnerabilidade transformam-se em actores estrategicamente posicionados. (cf. Pereira, 2002).

No âmbito desta análise é importante trazer ao debate as noções de mínimo e básico. O mínimo surge como termo preferencial dos ideais neoliberais. Comporta a noção de menos, menor. É identificado com níveis de satisfação de necessidades que se aproximam da desprotecção social. Nega o óptimo.

O conceito de básico pressupõe mudanças sociais de qualidade, que promovam atenção positiva e progressiva às necessidades humanas. Expressa-se como fundamental ou principal, que serve de base indispensável e fecunda. Direciona-se para o óptimo. (cf. Pereira, 2002).

Os mínimos sociais devem dar lugar a uma noção de necessidades humanas básicas. As preocupações políticas devem centrar-se, por isso, nas provisões básicas e não mínimas. O óptimo deve identificar-se com níveis mais elevados de aquisição de bens e serviços e promoção de direitos, partindo do provimento de condições básicas. Esta é uma ideia que contraria o conceito de minimax que entende “... esperar o melhor dos pobres, oferecendo-lhes apenas o mínimo ou o pior da protecção social.” (Pereira, 2002:41)

Assim, o conceito de necessidades humanas básicas tem um papel preponderante na justificação dos direitos sociais. Estes vinculam-se directamente ao conceito de necessidade, com relação aos princípios de igualdade, equidade e justiça social. Diferem dos direitos civis e políticos, que se apoiam em conceitos como liberdade e autonomia individual. Estas necessidades são facilmente identificáveis e a sua satisfação poderia ser planificada e gerida de forma sistemática e bem sucedida.

A utilização destes conceitos, acompanhada de outros como o de “necessidades básicas”, encontra-se impregnada de subjectividade, na medida em que, os mesmos devem analisar-se à luz dos contextos e padrões de cada sociedade em que se inserem. Porém é necessário que esta relativização não nos leve a considerar como “mínimos sociais” padrões de vida que firam a dignidade humana e valores como a vida ou a segurança.¹⁵ O conceito de pobreza relativa, baseia-se não na subsistência, mas na desigualdade, entendendo-se que “...São pobres, relativamente, os indivíduos, famílias e grupos cujos recursos materiais, culturais e sociais são tão fracos que os excluem dos modos de vida mínimos aceitáveis na sociedade em que residem.” (Capucha, 2005:70).

Está aqui implícita a complexidade de definir o que se entende por limiar de pobreza, sendo esta matéria objecto de inúmeros estudos, com destaque para a tentativa de definir indicadores com base numa relação entre necessidades/consumo e recursos/rendimentos necessários, tendo em conta a realidade de cada país. O Banco Mundial considera o limiar de pobreza com base na

“... disposição individual de 1,25 dólares para gastos em bens e serviços por dia. Como o valor relativo das diferentes moedas face ao dólar é variável, o BM utiliza taxas de câmbio para reverter o valor de uma moeda face a outra (ao dólar), as quais permitem manter a equivalência do poder de compra das populações.”¹⁶

¹⁵ A este propósito importa referir o índice de satisfação de necessidades básicas definido pela Social Watch, enquanto: “medida compósita que assenta em três indicadores: taxa de crianças que atingem o 5º ano de escolaridade, taxa de mortalidade das crianças com menos de 5 anos de idade e taxa de partos assistidos por pessoal médico qualificado. O valor máximo deste indicador é atingido quando, idealmente todas as crianças atingem o 5º ano de escolaridade, todos os partos são assistidos por pessoal médico qualificado e a mortalidade infantil é reduzida a menos de 5 mortes por cada 1000 nascimentos com vida. O nível de satisfação das necessidades básicas é decomposto em 5 patamares: crítico (valor do índice é inferior a 70 pontos), muito baixo (entre 70 e 79 pontos), baixo (entre 80 e 89 pontos), médio (entre 90 e 97 pontos) e aceitável (de 98 a 100 pontos).”

Glossário de indicadores retirado do site <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt> acedido a 06 de Abril de 2011

¹⁶ Glossário de indicadores retirado do site <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt> acedido a 06 de Abril de 2011

Por sua vez a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) define o limiar da pobreza como o “... Rendimento que é considerado minimamente suficiente para sustentar uma família em termos de alimentação, habitação, vestuário, cuidados de saúde, etc.”¹⁷

Por este prisma, trazem-se novamente ao debate dois artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

“Artigo 22º - Toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social; e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos económicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país.

Artigo 23º - 1. Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à protecção contra o desemprego.”

Considerando o binómio necessidades/direitos no enfrentamento da pobreza, o pensamento de Potyara Pereira (2002) traz à discussão uma abordagem à especificação de necessidades básicas, colocando um enfoque na dimensão social das mesmas, em detrimento de uma dimensão estritamente natural. A satisfação destas necessidades que constitui, ainda, um problema grave longe de ser solucionado, está também longe de concentrar toda a panóplia de necessidades inerentes à preservação da dignidade do ser humano. No conceito de “satisfadores” a autora identifica:

“... a. Alimentação nutritiva e água potável; b. habitação adequada; d. ambiente de trabalho desprovido de riscos; e. cuidados de saúde apropriados; f. protecção à infância; g. relações primárias significativas; h. segurança física; i. segurança económica; j. educação apropriada; l. segurança no planeamento familiar, na gestação e no parto...” (Pereira, 2002:76).

O que são então necessidades? Para Idáñez e Ander – Egg (2008) as necessidades humanas fundamentais são: “...o conjunto de condições de carência e privação claramente identificadas e de validade universal inerentes à natureza do homem e para cuja resolução este tem potencialidades...” (Idáñez e Ander – Egg, 2008:31). À semelhança de Potyara Pereira (2002), as necessidades humanas possuem uma conotação universal, são por isso identificadas em qualquer sociedade ou cultura, instituídas e reconhecidas historicamente.

Realça-se a subsistência como uma necessidade de valor reconhecidamente universal, pelo que o Ser Humano perante a privação de satisfazer estas necessidades, ou por outras palavras, se não tiver ao seu alcance meios de satisfação (cf. Idáñez e Ander –

¹⁷Glossário de indicadores retirado do site <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt> acedido a 06 de Abril de 2011

Egg, 2008), verá ameaçada a sua condição de vida. São exactamente as desigualdades no acesso a meios de satisfação, perante necessidades universais, que originam desigualdades sociais.

É por isso fundamental uma determinação clara e objectiva do conceito de necessidades humanas básicas, na medida em que o carácter humano – social das necessidades reside na sua universalidade. O que distingue as necessidades básicas de todas as outras, é o facto de somente a elas ser atribuída uma implicação particular, ou seja, a ocorrência de sérias perdas na vida material das pessoas e na sua actuação, como sujeitos informados e críticos, caso estas necessidades não estejam satisfeitas de forma adequada. (cf. Pereira, 2002).

A noção de sérias perdas refere-se a impactos negativos cruciais, que impedem ou colocam em sério risco, a possibilidade objectiva que as pessoas vivam física e socialmente em condições de poder expressar a sua capacidade de participação activa e crítica. Existem, deste ponto de vista, dois conjuntos de necessidades básicas e universais: a saúde física e a autonomia. Não são um fim em si mesmas, mas condição para alcançar níveis universais de participação social. (cf. Pereira, 2002).

O Índice de Desenvolvimento Humano definido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento aponta

“... três grandes dimensões substantivas: longevidade e saúde dos indivíduos, conhecimento e condições de vida. A primeira dimensão é operacionalizada a partir do indicador esperança média de vida; a segunda com base na literacia de adultos e nas taxas de participação no sistema de ensino; as condições de vida dos indivíduos são mediadas através do Produto Interno Bruto Per Capita¹⁸. O Índice de Desenvolvimento Humano é considerado elevado, médio e baixo, quando os resultados dos países são superiores a 0,80, entre 0,79 e 0,50 e abaixo de 0,50, respectivamente.”¹⁹

A pobreza pode entender-se no binómio: necessidades universais – meios de satisfação (neste caso a sua ausência). Necessidades e formas de as atender são termos complementares, mas diferentes. A própria ausência ou inadequação de formas de

¹⁸ O Produto Interno Bruto per capita, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), “... é uma medida agregada de produção, igual à soma dos valores brutos com os quais contribuíram todas as unidades produtivas residentes (acrescentada de todos os impostos sobre os produtos não incluídos no valor da sua produção, menos os subsídios). É a soma dos usos finais dos bens e serviços ...medidos segundo os preços de mercado, menos o valor da importação de bens e serviços, ou a soma dos rendimentos primários distribuídos pelas unidades produtivas residentes.”

Glossário de indicadores retirado do site <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt> acedido a 06 de Abril de 2011

¹⁹ Glossário de indicadores retirado do site <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt> acedido a 06 de Abril de 2011

satisfazer as necessidades humanas, constituem em si mesmas uma “necessidade”. (cf. Idáñez e Ander – Egg, 2008).

Importa atender que, na análise dos problemas sociais, não só a identificação de necessidades importa, mas também, conhecer que meios existem para sua a satisfação, facto que acentua a multiplicidade deste fenómeno e encaminha a análise para as próprias representações que ser pobre pode significar, para quem vivencia a situação e para quem a olha de diversos ângulos.

Capítulo 2. O Significado de Ser Pobre: Rostos Humanos da Desigualdade

2.1. Representações sobre a Pobreza

A representação sobre algo, pode definir-se grosso modo como uma visão, ideia, opinião, sobre determinado fenómeno ou assunto. Importa aqui reflectir sobre a forma como a pobreza é olhada na contemporaneidade, percebendo igualmente algumas das suas representações.

Quadro nº 2. Provérbios associados aos pobres e à pobreza

Provérbios associados	
Pobres	Pobreza
“A rico não devas e a pobre não prometas.”	“A pobreza é má conselheira.”
“Ao pobre não é proveitoso acompanhar com o poderoso.”	
“A vergonha no pobre fá-lo mais pobre.”	“A pobreza não é vergonha.”
“Na casa do pobre todos pelejam, e não sabem de quê... porque não têm o que comer.”	“Não te exaltes por riqueza, nem te abaixes por pobreza.”
“Não é pobre se não o que se tem por pobre.”	“Quem pobreza tem dos parentes é desdém.”
“Não te faças pobre a quem te não há-de fazer rico.”	
“Homem pobre com pouco se alegra.”	“Não te aconselhes sobre tua riqueza com quem está em pobreza.”
“Não é pobre o que tem pouco, senão o que cobiça muito.”	
“Antes pobre, mas honrado, do que rico mas ladrão.”	

Fonte: Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, 2001:176

Pode iniciar-se esta análise sintetizando o seguinte: este fenómeno oscila entre imputar a responsabilidade às pessoas que se categorizam como “pobres”, ou considerar que este é um fenómeno estrutural, da responsabilidade do Estado. Assim, é “... antiga, pois a controvérsia entre a solução adequada para o pauperismo entre o *laissez – faire* no mercado e a instituição de um novo modelo social capaz de alcançar o objectivo de acabar com a pobreza.” (Capucha, 2005:18).

Quadro nº 3. Preconceitos mais comuns sobre a pobreza

Crença	Atitudes associadas	Questões
A pobreza relaciona-se com a sorte ou azar dos indivíduos	Pena ou compaixão	Porque é que certos indivíduos estão mais expostos à doença ou à precariedade de trabalho do que outros? Porque é que certos indivíduos doentes não são necessariamente pobres? Porque é que alguns indivíduos têm acesso a empregos estáveis e bem remunerados e outros não?
A pobreza associa-se à preguiça e falta de iniciativa	Indiferença, altivez ou hostilidade	Quais são os mecanismos sociais que levam à diferenciação social de funções, à desigualdade nas oportunidades de emprego, nos níveis de remuneração e repartição do rendimento?
A pobreza surge associada a uma fatalidade, a uma cultura e estilo de vida	Resignação	Quais os motivos que estão na base deste tipo de exclusão?

Fonte: Silva,1990:137-138

Da análise às várias crenças associadas à pobreza, encontra-se muitas vezes expressa a noção que a mesma pode relacionar-se com episódios de doença, deficiência, perda de um ente querido ou falta de emprego, como se de uma questão de sorte ou azar se tratasse. Sendo que os menos afortunados, neste caso os pobres seriam assolados por vários episódios “de azar” na vida, parecendo-se descurar quais os factores de vulnerabilidade que expõem determinados indivíduos a estas situações e as razões que conduzem a que umas pessoas conseguem superar estes episódios e outras não dispõem de meios necessários para o fazer.

Numa outra linha de pensamento, a pobreza surge também associada à preguiça ou falta de iniciativa, fazendo crer que as pessoas pobres o são por falta de investimento ou de vontade de trabalhar. Esta crença, parece não considerar os mecanismos que conduzem às desigualdades de oportunidades no mundo do trabalho e aos níveis de remuneração justos.

Por fim, uma das outras crenças sobre a pobreza tende a associá-la a uma fatalidade associada à cultura e estilos de vida das pessoas que a vivenciam. Identifica-se aqui uma relação, com o pensamento que “...pobres sempre haverá...indo ao ponto de pensar que os pobres gostam da sua pobreza...são assim...estão habituados...” (Silva,1990:138). Trata-se aqui de reflectir, sobre quais são os mecanismos que geram este tipo de exclusão e quais as razões que estão na base deste tipo de vivências da pobreza, salientando-se a “inserção

na actividade económica...o habitat...o sistema de ensino...a segurança social ...e...o modelo de crescimento económico” (Silva, 1990:143:144), como importantes determinantes face à pobreza.

A coexistência de mentalidades em que o fim da pobreza se assume como uma meta a alcançar, e por antítese, a convivência quase que “natural” com este fenómeno, são contra-sensos que convivem a par e passo em muitas sociedades, coexistindo com medidas de Política Social que, por vezes, são mais paliativas que propriamente emancipadoras.

Existe uma intenção dos Estados e das estratégias subjacentes às medidas de Política Social de erradicar a pobreza? Como equiparar direitos e deveres consagrados na igualdade de repartição dos rendimentos – a socialização da riqueza e dos recursos? A promoção do bem – estar colectivo, passa por uma transferência para o Estado da riqueza gerada, para que esta possa ser administrada em prol de um bem – estar, que se estenda àqueles que se encontram à margem da produção da riqueza. Realça-se, igualmente a Europa, como uma das regiões do mundo em que o esforço para erradicar a pobreza foi maior, destacando este como um dos objectivos assumidos no Conselho Europeu de Lisboa no ano de 2000. (cf. Capucha, 2005).

Procurando estabelecer uma relação entre a questão social, as suas expressões e implicações, José Paulo Netto (2001) aborda o Serviço Social como e por relação com a intervenção na questão social, pois existe um forte vínculo entre a profissão de Serviço Social e a luta contra a exploração das pessoas e grupos em situação de maior vulnerabilidade. Considera-se aqui a articulação entre o Serviço Social, enquanto prática profissional e a questão social.

O termo questão social é alvo de múltiplas interpretações, consolidadas por diferentes linhas ideológicas, acompanhadas de dúvidas e questionamentos próprios da leitura da realidade. A concepção que aqui se adopta entende a questão social fundamentada na relação com a pobreza, suportada pelo conhecimento e contributo reconhecido de José Paulo Netto (2001).

De acordo com este autor, quase dois séculos nos separam do início da utilização do termo “questão social”, inicialmente mencionada por agentes críticos e filantropos da sociedade, na medida em que

“A expressão surge para dar conta do fenómeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: tratava-se do fenómeno do

pauperismo. Com efeito, a pauperização (neste caso *absoluta*) massiva da população trabalhadora constituiu o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial – concorrencial... Pela primeira vez na história registrada *a pobreza crescia na razão directa em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas...*” (Netto, 2001: 152-153).

Não se tratava, à semelhança do que sucede actualmente, de uma incapacidade de produzir riqueza, bem pelo contrário. A proporção do aumento da produção de bens revelase no aumento das desigualdades no acesso aos mesmos, imputando-se a este aumento uma quebra de condições de vida. Paradoxalmente, a produção de riqueza e a pobreza aumentaram a par e passo, dada a desigualdade que a primeira gerou em relação à segunda. José Paulo Netto (2001) explica este fenómeno da seguinte forma:

“Se, nas formas de sociedade precedentes à sociedade burguesa, a pobreza estava ligada a um quadro geral de escassez ..., agora ela se mostrava conectada a um quadro geral tendente a reduzir com força a situação de escassez. Numa palavra, a pobreza acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX – *o pauperismo* - aparecia como nova precisamente porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, da sua supressão. A designação desse pauperismo pela expressão “questão social” relaciona-se directamente aos seus desdobramentos sócio – políticos.” (Netto, 2001:154).

A importância da função reguladora e interventiva do Estado nos problemas sociais é fundamental, pois intervir nas desigualdades geradas por sistemas capitalistas, deve ser uma responsabilidade que o Estado deve chamar a si. A este propósito Capucha (2005:21) refere a fase do circuito virtuoso do modelo social europeu, cuja base de equidade entre receitas e despesas do Estado, permitiria o acesso à educação, formação, protecção social e saúde. Tal aumentaria a capacidade de produção da população activa, elementos que em articulação com investimentos em serviços colectivos, dinamizados pelo sector público e privado, permitiriam dinamizar a produção e estabilizar preços.

O autor destaca o fenómeno do desemprego estrutural como fruto de duas realidades opostas: a existência de indivíduos trabalhadores altamente qualificados, com remunerações altas, e a existência de indivíduos que se encontram numa situação antagónica. A incapacidade do Estado enfrentar este tipo de desigualdades geradas pelo mercado, com realce para crise financeira do chamado Estado Protector, serviram de justificação para a introdução de medidas de cariz neo – liberal. (cf. Capucha, 2005).

A ameaça de colapso do Modelo Social Europeu, assenta em vários factores de risco, relevantes para a compreensão das situações de pobreza:

“... O envelhecimento da população e a aceleração dos rácios de dependência..., níveis de emprego relativamente baixos, mudanças nos padrões de organização familiar..., a erosão de formas tradicionais de prestação de cuidados sociais e de integração em grupos primários..., a segregação das esferas de realização pessoal e a individualização das relações sociais..., a constituição de novos territórios suburbanos degradados e os crescentes fluxos imigratórios, resultantes tanto das transformações nos mercados de trabalho na própria Europa como da crescente pauperização das zonas de origem, com os consequentes impactos na transfiguração da matriz do multiculturalismo europeu e da capacidade de integração das populações imigrantes ...” (Capucha, 2005: 25).

O ciclo e reprodução da pobreza são marcados pela existência de situações que, à partida, colocam uns em situação de maior desvantagem em relação a outros. Enumeram-se, neste contexto, algumas situações referidas por Capucha (2005): pertencer a uma comunidade social e economicamente desfavorecida; ser portador de deficiência; ter problemas com o alojamento ou não possuir habitação; possuir um percurso de insucesso e/ou abandono escolar; ter fracas qualificações académicas e profissionais; pertencer a uma família com recursos insuficientes; viver em situação de precariedade laboral ou estar desempregado; ser alvo de segregação ou racismo e ter uma identidade negativa e/ou ser alvo de estigma social.

Encontra-se aqui em causa uma justa socialização/repartição da riqueza e a existência de oportunidades dignas para, efectivamente, todos os cidadãos. Capucha (2005) entende a emergência do século XXI marcada por novas formas de pobreza, e também pela confirmação que a “velha” pobreza ainda não sucumbiu, porque se trata de um fenómeno estrutural e não apenas porque os “velhos” pobres não se integraram.

No que respeita aos elementos que podem ajudar a caracterizar a nova economia destaca-se o acesso cada vez mais fragmentado ao mercado de trabalho, a exigência de mais qualificações e uma constante (re) actualização de saberes. Passa-se a criar um maior fosso entre os que correspondem e os que não correspondem a estas exigências.

O desemprego é, no entanto, redutor para explicar a existência de novas manifestações da pobreza e a persistência das velhas formas da mesma, pois “... As causas têm que ser encontradas no seio dos próprios sistemas económicos dos países desenvolvidos, e nomeadamente nas mudanças da organização do trabalho que a nova economia implicou...” (Capucha, 2005:33). Acentua-se, ainda, que a persistência de

níveis de desigualdade é visível, não só entre as pessoas, mas também entre as regiões/territórios.

O rendimento do trabalho pode ser insuficiente para que exista uma ruptura com a condição de pobre, pois:

“...há zonas mais isoladas onde não chegam os serviços sociais, as mulheres e as famílias continuam a ser as grandes provedoras dos cuidados dos mais fracos, possuir ou não uma habitação é um elemento chave da inclusão/exclusão, a vulnerabilidade perante determinados processos (envelhecimento, doença, falta de trabalho, ...) e acontecimentos (separações, viuvez, ...) é maior, o pertencer ou não a uma determinada classe da população ou a um circuito clientelar é um elemento diferencial para poder sair da marginalização.” (Estivil, 2000: 122).

A realidade dos países do Sul situa-se em crescentes disparidades: a) os que trabalham e auferem de protecção social; b) os que estão cobertos pelo sistema de protecção social, mas não têm trabalho; d) os que trabalham num sistema de economia subterrânea e não têm protecção e por fim e) as pessoas sem trabalho e sem protecção. (cf. Estivil, 2000).

O papel supletivo, pontual e pouco relevante do mercado na cobertura das necessidades sociais reduziu, quase sempre, o protagonismo do mercado a áreas que se afiguram rentáveis, como os serviços a crianças e sobretudo a pessoas idosas. O mercado funciona como factor de exclusão dos mais vulneráveis, sob a forma de

“...degradação do mercado de trabalho, com o aumento da precariedade laboral, a dificuldade dos jovens e das mulheres entrarem no próprio mercado, agravado pelos crescentes problemas dos canais de socialização (educação, habitação, ...) que geram um incremento da pobreza relativa e da exclusão...” (Estivil, 2000:123).

Estes são elementos que conduzem à noção de sociedade providência que nasce, em boa parte associada à necessidade de intervenção nas desigualdades geradas pelo mercado e perante uma progressiva desresponsabilização do Estado perante as mesmas. A sociedade providência é composta por uma panóplia de relações que vão desde a vizinhança, à família, a grupos informais como associações e federações, às próprias organizações não governamentais, pelo que

“... não é possível falar de bem – estar e qualidade de vida sem que se tenham em linha de conta ...todas as horas que as mulheres, os voluntários, os amigos, os vizinhos, os que participam em associações de prevenção, reabilitação, cuidados, qualificação, inserção ...” (Estivil, 2000: 125).

As grandes contradições e desigualdades da sociedade actual, parecem fortalecer as redes de apoio social informal, no seu indiscutível e quase que teimosamente irreduzível papel na sociedade providência. Com enfoque na família, assumem particular função na adversidade como a doença, o desemprego ou as crises familiares.

Parece então, que são múltiplos os factores implicados nas representações sobre a pobreza, dado que são também múltiplas as causas que podem conduzir aos diversos ângulos de análise do problema, pois que ser pobre implica viver uma experiência impregnada de subjectividade, heterogeneidade, nem sempre passível de ser entendida na sua plenitude, mas que importa ser reflectida.

2.2.A Pobreza como Experiência Humana e Social

Ao considerar-se a pobreza como algo que o Ser Humano experiencia em sociedade, importa reflectir que a acção humana não é redutível a condutas lógicas e puramente racionais. Tal não implica que estas condutas sejam necessariamente pugnadas pela instabilidade, sendo que o termo mais preciso para definir a forma como o Homem vive as suas experiências sociais, é talvez a heterogeneidade, que torna as trajectórias humanas fluidas e baseadas em interacções sucessivas. Pelo que,

“...as condutas sociais não aparecem redutíveis a puras aplicações de códigos interiorizados ou a encadeamentos de opções estratégicas que fazem da acção uma série de decisões racionais. Por isso, essas condutas não estão diluídas no fluxo contínuo de uma vida quotidiana feita de interacções sucessivas; elas são organizadas por princípios estáveis mais heterogêneos.” (Dubet, 1994:93)

A experiência social é entendida nesta linha como uma combinação de várias lógicas de acção. Por este prisma,

“A experiência social forma-se no caso em que a representação clássica da “sociedade” já não é adequada, no caso em que os actores são obrigados a gerir simultaneamente várias lógicas de acção, que remetem para diversas lógicas do sistema social ...” (Dubet, 1994:94).

Não existe por isso uma única lógica para agir, para viver a experiência social. Não existe uma lógica única ou recomendável, mas sim gerada pela atitude dos sujeitos, mais uma vez pautada pela heterogeneidade. Uma primeira aproximação ao significado da experiência, pode traduzi-la como algo pessoal e subjectivo. Um segundo patamar encaminha-nos para o “vivido”. A definição de experiência social é assim, por si própria, ambígua e ambivalente, quase irracional e ao mesmo tempo espelho de uma consciência individual das vivências em sociedade,

“...é uma maneira de sentir, de ser invadido por um estado emocional suficientemente forte para que o actor deixe de ser livre, descobrindo ao mesmo tempo uma subjectividade pessoal. É assim que se fala habitualmente da experiência estética, amorosa, religiosa ...Mas esta representação do «vivido» é, ela própria, ambivalente. Por um lado, ela aparece como propriamente individual, inefável em caso extremo, «misteriosa» e irracional, manifestação romântica do «ser» único e da sua história particular. Por outro lado, a experiência pode ser concebida como a recobertura da consciência individual pela sociedade... para se fundir numa emoção comum ...” (Dubet, 1994:95).

Outra significação da experiência social situa-a no patamar da actividade cognitiva de apreensão do real. Esta significação conduz a uma definição de experiência social, capaz de construir uma determinada interpretação do mundo. Desta forma,

“...uma actividade cognitiva, é uma maneira de construir o real e, sobretudo de o «verificar», de o *experimental*. A experiência constrói os fenómenos a partir das categorias do entendimento e da razão... a experiência social não é uma «esponja», uma maneira de incorporar o mundo por meio das emoções e das sensações, mas uma maneira de construir o mundo.” (Dubet, 1994: 95).

Pensar a experiência social é reflectir sobre a subjectividade do sujeito. Assim, a matéria-prima parte de uma perspectiva compreensiva sobre a forma como o sujeito se vê a ele próprio e analisa o vivido. É por isso uma interpretação que pouco tem de homogéneo, linear ou automático. Tal complexidade não deve contribuir para a desvalorização da experiência social como forma de entendimento dos fenómenos, antes pelo contrário, este deve ser um elemento de valorização daquela que é a experiência na primeira pessoa.

A experiência social como construção do sujeito, é pressuposto fundamental, pois não transpõe apenas o que o sujeito sente ou vive. Dá conta da interpretação que este possui dessa vivência e da forma como esta é construída socialmente, não sendo por isso puramente individual, mas sim social e culturalmente situada. (cf. Dubet, 1994).

Reflectir a experiência social implica crítica, julgamento e argumentação. A distância sobre os fenómenos, que impregnada de subjectividade, dá sentido e interpretação ao vivido. Deste ponto de vista, são três as lógicas de acção que se articulam na experiência social: integração, estratégia e subjectivação. Estas lógicas funcionam como registos diferentes que orientam o actor na tradução da experiência social. Assim,

“Cada experiência social resulta da articulação de três lógicas de acção: a *integração*, a *estratégia* e a *subjectivação*. Cada actor, individual ou colectivo, adopta necessariamente estes três registos da acção que definem simultaneamente uma orientação visada pelo actor e uma maneira de conceber as relações com os outros. Assim na lógica da integração o actor define-se pelas suas pertenças, visa mantê-las ou fortalecê-las no seio de uma sociedade considerada como um sistema de integração. Na lógica da estratégia, o actor tenta realizar a concepção que tem dos seus interesses numa sociedade concebida então «como» um mercado. No registo da subjectividade social, o actor representa-se como um sujeito critico confrontado com uma sociedade definida como um sistema de produção e dominação.” (Dubet, 1994:113).

O papel da cultura é reforçado como uma definição histórica do sujeito, que não é apenas simbólica, mas que se materializa na forma de conceber a crítica social, que flui mediante os valores que norteiam os sujeitos.

É também estabelecida nesta obra uma relação entre a experiência social e a exclusão, associada a desigualdades geradas por um aparelho económico pouco justo.

“As mutações do aparelho económico, por um lado, e, por outro lado, a influência de uma cultura de massa despedaça as dependências e as culturas populares não destroem as relações sociais tradicionais, as da «exploração». Mas estas são pouco a pouco, recobertas por um tipo de relações que surge de modo cada vez mais fundamental: o da exclusão social. Há toda uma hierarquia dos níveis de participação relativa que substitui as categorias e os conflitos da sociedade industrial. Os problemas sociais são definidos menos pelas relações de produção que como problemas urbanos, problemas de distância social, de identidade e de integração.” (Dubet, 1994:193).

Estudar a experiência social, parece assim partir de um estudo da percepção construída pelo sujeito, que também se vai ele próprio construindo quando relata a sua experiência dentro do conjunto de “experiências” e lógicas de acção perante as mesmas. O princípio da subjectivação é sob este prisma fundamental, dado que a valorização se centra no que é o sujeito, na sua autenticidade, na sua argumentação.

Aqui encontra-se presente uma lógica que considera que a linearidade nem sempre se ajusta a trajectórias de vida não lineares, não sendo aplicável um conceito de transição linear, que circunscreve as trajectórias de vida a uma sucessão de etapas identificáveis e previsíveis.

Importa aqui a valorização da subjectividade, a possibilidade de reconstruir o alcance objectivo de uma consciência individual, de grupo ou de época e ainda o enfoque na recuperação de memórias narradas do ponto de vista de quem as invoca, pois “...as memórias são selectivas e afectivas, não constituindo um registo neutro que evocam.” (Pais, 2001:107).

Tal reporta-nos a uma epistemologia interpretativa, em que o objectivo não é representar o mundo, basta representar o caso. Este pode representar no mundo casos semelhantes, na medida em que “Através do individual (discursos) chega-se ao social.” (Pais, 2001:123).

Neste sentido, o método biográfico na análise da pobreza configura-se pela necessidade de identificar processos pessoais e sociais, no quadro do carácter dinâmico e processual da exclusão social, considerando a reorientação das políticas sociais: visar

populações particulares e zonas sociais específicas, enquanto “... novas estratégias de gestão da pobreza e da exclusão social, distintas das políticas categoriais do Estado – Providência e assentes na categorização sistemática dos públicos...” (Branco, 2001:8).

Por este prisma “...o que está sobretudo em causa são as qualidades reconhecidas ao caso seleccionado para ilustrar o problema em estudo e que lhe permitem atribuir representatividade teórica.” (Branco, 2001:15).

É possível, partindo deste pressuposto, entender o que se encontra “oculto” por detrás dos estudos estatísticos ou onde predomina a “regra” da objectividade, regularidade e constância. Por isso, entende-se o indivíduo inscrito numa história, que importa conhecer, para compreender o social, dada a

“...necessidade de desvendamento ...dos processos e práticas sociais que têm lugar numa zona de sombra, para lá do domínio público mais imediato, da formulação de leis, do discurso político, dos media, ...por detrás dos guichés, das portas dos gabinetes de atendimento ...Um mundo de micro práticas...” (Branco, 2001:31).

Perante esta linha de pensamento, importa não só compreender o papel que os actores deste processo representam para a compreensão do fenómeno da pobreza, mas igualmente reflectir, até que ponto a sua implicação no processo tem consequências na fiabilidade dos discursos produzidos sobre as suas próprias vivências.

2.2.1. A Veracidade do Discurso dos Actores

Colocar o discurso dos actores como ponto central para a compreensão de um determinado fenómeno social, parte essencialmente de uma visão das pessoas como actores sociais, que não são seres passivos. No entanto esta autonomia não é total, pois o próprio sujeito possui visões do mundo próprias, influenciados pelo contexto social em que vive. São várias as opiniões que convergem em considerar o regresso deste tipo de abordagem à arena científica, como consequência de uma certa crise dos métodos quantitativos e das grandes elaborações teóricas. (cf. Balinder in Digneffe, 1997.)

Realça-se, novamente, a necessidade de compreender o geral por via do particular, através de relatos, expressões e sentimentos de quem vive as situações/problemas em estudo. Agrega-se aqui o procedimento indutivo, que pretende produzir um saber novo, sendo prevalecte “... o princípio geral de relatos de vida suficientemente numerosos e diversificados, de modo a cobrirem e infirmarem os pressupostos estabelecidos à partida...” (Digneffe, 1997:213).

Os relatos de vida são complexos, deambulantes e por vezes ocultam dimensões que é necessário desvendar, que não deixa de ser uma actividade de comunicação. Isto porque a vida dos sujeitos – os actores, não é linear e ao mesmo tempo que a relatam acabam por a modelar, numa tentativa de eles próprios a entenderem. Por este facto

“Coloca-se a seguir a questão de saber a quem se dirige o narrador. Seria excessivamente simples acreditar que se dirige apenas ao entrevistador. Seria mais exacto dizer que, uma vez embrenhado no relato, o narrador se dirige a um público imaginário, que pode mudar no próprio decurso do relato.” (Digneffe, 1997:216).

Deste ponto de vista, a questão dos narradores infidedignos é trazida ao debate ao considerar-se a possibilidade dos actores que vivenciam fenómenos sociais relevantes, poderem estar “... enganados, mal informados, ou que são incapazes de compreender as circunstâncias ou acontecimentos da história. (Latimer,2003:137).

Importa clarificar que o objectivo não é provar ou demonstrar factos, mas acrescentar algo ao conhecimento já existente, trazer algo de novo relativamente a um determinado aspecto da realidade estudada, pois “... na generalidade ...estas investigações culminam na construção de tipologias dinâmicas que subsumem a diversidade das trajectórias e das representações ...A partir destas tipologias, surgem novas maneiras de colocar as questões ...” (Digneffe, 1997:230)

Reforça-se também a dimensão temporal e histórica na análise do sentido do discurso dos actores, assim como a necessária relação entre nexos de causalidade que permitam perceber as trajectórias e os sentidos dados pelas pessoas que as viveram. O sujeito como actor social é um pressuposto fundamental, na medida em que

“Através da análise biográfica, podemos estudar os percursos, centrando-nos então sobre o que permite compreender a transição de um estado a outro, ou a mudança. Podemos igualmente examinar momentos de ruptura. Podemos, enfim, analisar formas de organização ou de reorganização num espaço social em mudança.” (Digneffe, 1997:243).

A veracidade do discurso dos actores, pode ser colocada em questão quando o próprio narrador não possui toda a informação sobre a história da qual faz parte, sendo que “A avaliação do leitor das «qualidades morais» de um narrador também influência a interpretação de uma história.” (Latimer,2003:138).

Em suma, o contacto com as histórias vividas na primeira pessoa, com os relatos de vida de fenómenos sociais vivenciados pelos actores, são uma fonte de tensão para quem os partilha e para quem os pretende retractar, apresentando-se desta forma como um desafio para os intérpretes, que pretendem desvendar mundos muitas vezes ocultos.

Após uma reflexão, que se pretendeu esclarecedora, acerca da multidimensionalidade da pobreza e a complexidade dos vários olhares sobre a mesma, é chegada a altura de analisar os vários mecanismos institucionais de resposta à pobreza em Portugal, iniciando esta incursão sobre a evolução do sistema de protecção social, colocando em destaque as mudanças ocorridos nos sistemas de assistência e previdência social, até ao sistema de Segurança Social com a configuração que detém nos dias de hoje.

Capítulo 3. Os Mecanismos Institucionais de Resposta à Pobreza

3.1. A Protecção Social em Portugal

3.1.1. A Assistência Social: Principais Acontecimentos

Analisar a protecção social em Portugal, implica uma reflexão sobre a génese da assistência e da previdência social, sendo incontornável o recurso à história para a compreensão da forma como se organiza o sistema de segurança social português, nos nossos dias. A perspectiva de análise adoptada funda-se essencialmente nos reconhecidos e importantes contributos de dois autores nesta área: Fernando Maia e Alcina Martins.

Iniciando o percurso histórico, os primeiros esforços de expressão organizada de dever moral de solidariedade, podem ser atribuídos à própria fundação da nacionalidade, situada no início do século XII. Desta forma,

“... a par da persistência dos simples impulsos de beneficência individual, traduzidos em actos isolados e acidentais de «mero auxilio aos pobres», foram-se multiplicando, até aos finais do século XV, sob inspiração dos valores subjacentes ao «espírito da caridade cristã», as instituições de protecção social destinadas a remediar paliativamente situações de carência económica, mas também a acolher órfãos, as viúvas, os doentes e os inválidos, actuando com carácter de continuidade.” (Maia, 1985:1).

É no período que marca os séculos XII a XV que se assiste ao surgimento dos hospitais, hospícios, gafarias e albergarias. A iniciativa destas instituições coube, essencialmente, a membros da nobreza e do clero. A partir do século XV impunha-se a reestruturação deste sistema, cuja falta de eficiência se materializava na dispersão de recursos e ausência de coordenação, aos quais se acresce “...a expansão marítima portuguesa, nos finais do século XV, (em que) se assistiu a uma inquietante proliferação de órfãos e viúvas, mutilados, pedintes e doentes.” (Maia, 1985:2).

Um dos marcos a considerar como a primeira grande reforma no âmbito da assistência aos pobres, foi protagonizado pela Rainha D. Leonor em 1498, com a fundação da Irmandade da Misericórdia. (cf. Maia, 1985), centrando-se a acção nas chamadas “obras de Misericórdia”,

“...tanto espirituais como corporais, tomando como único critério da Protecção Social a existência de comprovada situação de necessidade, impõe a todos um irrecusável dever de contribuir para remediar os efeitos da carência de recursos no plano individual ou familiar, para acolher os órfãos e os idosos, para assistir os doentes, enfim para melhorar as condições de existência dos necessitados.” (Maia, 1985:3).

Este franco aumento de responsabilidades das Misericórdias, conduziu a que de forma gradual, ao longo do século XVII, as mesmas fossem incorporando uma clara expansão geográfica. A gestão de hospitais locais foi claramente alargada, de forma progressiva, à quase totalidade dos hospitais do país e às restantes instituições de assistência.

A tentativa de instauração de uma assistência pública, pode confinar-se ao século XVIII com a fundação da Casa Pia, considerando-se esta a referência que marca o início da Assistência Social Pública em Portugal. (cf. Maia, 1985). No entanto, os frutos destas alterações não foram os esperados, reduzindo-se os seus resultados, no final do século XIX, a uma prática assistencial pouco estruturada, fundada na caridade e beneficência “... sendo a acção das Misericórdias e das Organizações particulares caracterizada pela desorganização, descoordenação e incapacidade de resposta às consequências sociais do desenvolvimento capitalista em Portugal.” (Martins, 1999:365).

Longo foi o percurso até à Revolução de Abril de 1974, que significa uma viragem e a emergência do Sistema de Segurança Social em Portugal. Salientam-se seguidamente alguns marcos que marcam a assistência e previdência social nos séculos XIX e XX.

Quadro nº 4. A Assistência Social em Portugal – Síntese dos Principais Marcos

Data	Marco Histórico	Destaca-se que:
1834	Extinção das Ordens Religiosas	
1835	Criação do Conselho Geral da Beneficência	Apenas em 1911, com o Decreto de 25 de Maio, que reorganiza os serviços de assistência, são alicerçados os pilares da assistência pública.
1836	Criação de vários estabelecimentos públicos de assistência social, como os asilos de infância, asilos de mendicidade, asilos para “velhos e inválidos”, as chamadas “casas de correcção”, estabelecimentos para alguns tipos de deficiência como a cegueira, creches, dispensários e lactários.	A proliferação deste conjunto de iniciativas públicas traduz “...o reconhecimento de que o Estado não podia manter-se de todo alheado de esforço de protecção social exigido pela insuficiência da acção particular ...sobretudo a partir de meados do séc. XIX, passará a assistir aos primeiros passos da industrialização, à crescente organização do operariado fabril ...à degradação das condições de vida ...avolumar de tensões sociais ...” (Maia, 1985:4-5).
1901	Criação da Direcção da Beneficência Pública	
1911	Reorganização da Assistência Pública	
1940	É criada a subsecretaria de Estado da Assistência Social	
1944	É aprovado o primeiro estatuto da Assistência Social.	Em conformidade com a Lei nº 1998 de 14 de Maio de 1944.
1945	Reorganização dos Serviços Públicos, com base no estatuto da Assistência Social, aprovado no ano anterior.	Em conformidade com o Decreto Lei nº 35 108, de 7 de Novembro, era clara a “...função supletiva do Estado na prestação directa a assistência, reservando para si a função orientadora, promotora, tutelar e de inspecção das actividades assistenciais ...estas actividades deviam ...ser cometidas à responsabilidade e iniciativas particulares ...com fundamento da experiência de uma tradição secular do papel dessas instituições na sociedade portuguesa.” (Maia, 1985:5)
A partir de 1945	À Direcção Geral da Assistência e à Inspecção da Assistência, estiveram reservadas a direcção, acção tutelar e inspecção de vários institutos públicos como: Instituto Maternal; Instituto de Assistência à Família; Instituto de Assistência aos Menores; Instituto de Assistência aos Inválidos; Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos; Instituto de Assistência Psiquiátrica; Instituto de Assistência aos Leprosos e Instituto do Sangue.	Diplomas legais de suporte: Dec. Lei nº 35 108, de 7 de Novembro de 1945 e Decs. Lei nº 36 450, de 2 de Agosto de 1947 e 41 749).
1958	Criação do Ministério da Saúde e Assistência	Para este Ministério foram “...transferidos os serviços de saúde pública e assistência social, até então dependentes do Ministério do Interior.” (Maia, 1985:5).

1963	Aprovação do Estatuto da Saúde e da Assistência, bem como da Lei Orgânica (lei nº 2 120) do Ministério da Saúde e da Assistência.	Com base na Lei nº 2120, de 19 de Julho de 1963.
1971	- Dá-se o ajustamento da Lei Orgânica criada oito anos antes, através da reorganização do Ministério da Saúde e da Assistência.	“Em termos estritamente legais, estava-se ...perante uma visão inovadora de aspectos relevantes de política social. As preocupações de coordenação e integração sectoriais são evidentes ...dada a progressiva expansão ...da previdência e as óbvias inter-relações, é de prever mesmo que a assistência social venha no futuro a constituir com aquele sector um conjunto de serviços nitidamente definido e diferenciado.” (Maia,1985:8).
	- É criada a Direcção Geral da Assistência Social, em substituição da anterior Direcção Geral da Assistência, que integra dois órgãos: o Instituto da Família e Acção Social e a Inspeção Superior de Tutela Administrativa.	O balanço da implementação do diploma de 1971 (dec. lei nº 413/71 de 27 de Setembro) aponta para algumas lacunas como: “Persistência da indefinição de qualquer política social global; não surgiram algumas importantes condições exigidas para a ultrapassagem de um sério condicionalismo de falta de garantia de realização de um conjunto definido de direitos sociais ...;as condições de desprotecção social, se, com frequência envolviam a falta ou insuficiência de meios de subsistência, iam-se mostrando particularmente inquietantes no que concerne à carência de equipamentos sociais para crianças, jovens, deficientes e idosos ...; incidências negativas de uma manifesta assimetria da implantação territorial dos equipamentos existentes, mantendo-se sem cobertura vastas áreas do país ...; persistiram as sobreposições orgânicas e funcionais entre os sectores da Acção Social, da Previdência Social, da Saúde, da Educação, da Justiça e da Administração Interna.” (Maia, 1985:11).
1973	Integração da Direcção Geral da Assistência Social no ex- Ministério das Corporações e Segurança Social, desvinculando-se do ex- Ministério da Saúde e Assistência.	Em conformidade com o Dec. Lei nº 584/73
1974	Foi prevista uma nova reestruturação da Direcção Geral da Assistência Social, considerando a necessidade de uma articulação mais eficaz com os restantes serviços.	Estas alterações foram previstas através do Dec. Lei nº 114/74 de 19 de Março, no entanto nunca se concretizaram, pois este diploma foi revogado.

Fonte: Maia (1985)

3.1.2.A Previdência Social: os Movimentos Associativos e Mutualistas

O desenvolvimento do espírito associativo em Portugal fez-se sentir de forma mais premente com a extinção definitiva das corporações de artes e ofícios, em 1834. Cinco anos depois, em 1839, constitui-se a primeira associação portuguesa, denominada “Sociedade dos Artistas Lisbonenses”, seguindo-se, mais tarde em 1907 a criação do primeiro Montepio de Socorro Mútuo no país e o Montepio do Senhor Jesus do Bomfim.

Foi a partir de 1851 (saliente-se a ocorrência da Revolução Francesa em 1858) que o movimento associativo se expandiu, com destaque para o de índole operária. (cf. Maia, 1985).

No que respeita ao movimento mutualista, o século XIX foi mais uma vez marcante, considerando as consequências da Revolução Industrial por toda a Europa, em torno da

“...crescente insegurança do operariado frente a certo tipo de riscos da existência – da doença à morte, passando pelo desemprego, os acidentes de trabalho e as doenças profissionais, a invalidez e a velhice. A insuficiência da acção protectora da assistência social, pública ou privada, e a falta de esquemas de seguro social obrigatório, conferiam às mutualidades, como vias de previdência colectiva, renovada importância...” (Maia, 1985:14).

Genericamente, destacam-se como principais objectivos das Associações de Socorros Mútuos, preconizados nos seus estatutos:

“...concessão de prestações pecuniárias, prestação de cuidados médicos e fornecimento de medicamentos, subsidio ou realização de funeral, subsídios em situações de «inhabilitade» para o trabalho, subsídios para luto e ainda auxílios em casos de prisão e até necessidade de «ares de campo e banhos».” (Maia, 1985: 15-16).

Dos factores que condicionaram uma eficaz prossecução dos objectivos do Movimento Mutualista em Portugal, salienta-se a insuficiente sensibilização dos aglomerados populacionais fora dos centros urbanos para a necessidade de uma atitude preventiva; os baixos salários que restringiam os níveis de socorro mútuo a quem deles auferia e ainda a existência de assimetrias na disseminação territorial das associações de socorros mútuos, com clara desvantagem para as zonas rurais e pequenos aglomerados do país.

Quanto às principais medidas legislativas levadas a cabo até 1919, as mesmas surgem a par das tensões que representaram os últimos anos da Monarquia em Portugal, destacando-se a criação até 1905 das Caixas de Pensões de Reforma, da responsabilidade

do Estado ou de Empresas Privadas, assim como a concessão de pensões de reforma para os operários dos estabelecimentos fabris do Estado em 1886. Mais tarde em 1907, assiste-se à criação da Caixa de Aposentações para as classes operárias e trabalhadoras, sem que no entanto a mesma viesse a funcionar, tendo em conta a instabilidade política e o próprio regicídio. (cf. Maia, 1985).

Saliente-se o facto que, durante a Primeira Republica, a filantropia viu aumentada a sua importância, por contraponto à caridade cristã. Recorde-se neste contexto o pensamento de Alcina Martins: “Na conjuntura de implantação do regime republicano, em que a Igreja é separada do Estado e as ordens religiosas são expulsas, os serviços de assistência pública são reorganizados ...sendo a filantropia enaltecida em detrimento da caridade cristã.” (Martins, 1999:368).

Continuando a análise, constata-se que em 1913, pela Lei nº 83 de 24 de Julho, é regulamentada e objectivada a responsabilidade das entidades patronais, perante o risco profissional,

“Segundo o qual a responsabilidade das entidades patronais no suporte de encargos com os danos sofridos pelos trabalhadores ao seu serviço, em consequência de acidente de trabalho, tem como fundamento o facto de àquelas entidades aproveitar a utilidade do trabalho das vítimas do acidente.” (Maia, 1985:20).

Nesta sequência legislativa, três anos depois, em 1916, é criado o Ministério do Trabalho pela Lei nº 494 de 16 de Março. Porém, a partir de 1919 o clima social e político agudiza-se, perante as

“...tensões ...que se foram avolumando ao longo dos anos que durara a Primeira Guerra Mundial e ainda mal feito do esforço dispendido no enfrentamento dos levantamentos monárquicos do Porto e de Monsanto, impunha-se ao Governo um impulso tendente à consolidação do regime republicano, pelo estabelecimento de um clima de confiança e, sobretudo, pela adopção de reformas sociais que fizessem esbater o manifesto descontentamento da população trabalhadora.” (Maia, 1985: 21).

Com base nos diplomas publicados no Diário do Governo de 10 de Maio de 1919 foram criados:

- O seguro social obrigatório na doença (decreto nº 5 636 de 10 de Maio de 1919);
- O seguro social obrigatório nos desastres de trabalho (decreto nº 5 637 de 10 de Maio de 1919);

-
- O seguro social obrigatório na invalidez, velhice e sobrevivência (decreto nº 5 638 de 10 de Maio de 1919);
 - As bolsas sociais de trabalho (decreto nº 5 639 de 10 de Maio de 1919), que consistiam em

“... instituições de utilidade pública, de natureza económica e de previdência social ...igualmente organizadas em base regional, e tendo como fins ...organizar o recenseamento geral de todos os assalariados por emprego e profissões; pôr em relação os patrões com os empregados e assalariados da respectiva especialidade, de modo a facilitar as colocações em todos os ramos de actividade ..., promover que sejam contratados os desempregados.” (Maia, 1985:23).
 - O Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral (decreto nº 5 640 de 10 de Maio).

Esta tentativa de recuperar um evidente atraso de Portugal em matéria de protecção social, foi gorada, dando lugar à necessidade de revisão da legislação sobre as Associações de Socorros Mútuos. Assim, em 1931, é aprovado um novo diploma sobre o regime jurídico destas associações (decreto nº 19 281 de 29 de Janeiro) e dois anos mais tarde, em 1933, são estabelecidas as novas bases da organização da previdência social em Portugal e é publicado o Estatuto do Trabalho Nacional (decreto nº 23 048 de 23 de Setembro de 1933), tendo o Estado chamado a si uma vaga função segundo a qual “...promove e favorece as instituições de solidariedade, previdência, cooperação e mutualidade.” (Maia, 1985:28).

Com o fim da época republicana, o Estado Novo faz regressar a valorização da caridade cristã, relegando a intervenção do Estado para segundo plano. Desta forma,

“Para o Estado Novo, segundo o decreto – lei nº 25 936, de 12 de Outubro de 1935, na satisfação das necessidades «não devemos consentir que (a mesma) seja abastardada pela imitação ou importação de um providencialismo estadista de origens suspeitas.” (Martins, 1999:335).

Por esta ordem de ideias, em 1935, assiste-se à aprovação, a 16 de Março desse ano, da Lei nº 1884, que pretende dar cumprimento aos princípios do Estatuto do Trabalho Nacional, determinando-se que a previdência social se estruturaria em quatro categorias: primeira categoria – instituições de previdência dos organismos corporativos; segunda categoria – caixas de reforma ou de previdência; terceira categoria – associações de socorros mútuos; quarta categoria – instituições de previdência dos servidores do Estado e dos Corpos Administrativos.

Na sequência da publicação do Estatuto do Trabalho Nacional, são determinadas as bases gerais do sistema de previdência da época. O efeito perverso do mesmo residiria, não só na sua ineficiência, mas no enlace claro com os propósitos de um regime ditatorial, que conduziria a que este não estivesse ausente das “... intenções de reeducação social ... Trata-se de tudo fazer para, «impedir a eclosão de um espírito de confronto social» e funcionar como um dispositivo que pudesse servir à disciplinação das consciências.” (Martins, 1999:353).

Passados oito anos, em 1943, o decreto – lei nº 32 674 de 20 de Fevereiro, pretende fomentar a constituição de instituições de previdência social e integrar as que já existiam no Plano de Previdência criado pela Lei nº 1884 de 16 de Março de 1935. (cf. Maia, 1985).

Na área da habitação, realça-se o ano de 1958, que através da Lei nº 2 092 de 9 de Abril desse ano, tem como objectivo criar “... condições tendentes a melhorar a situação habitacional dos beneficiários da previdência social, pelo impulso dado à construção de habitações ... e de renda económica e ainda de casas a edificar mediante empréstimos.” (Maia, 1985:35).

Ainda nesse ano, o esquema de prestações na doença passa a abranger o internamento hospitalar para cirurgia geral e no domínio da protecção na doença

“... os inscritos na caixas (e seus familiares) com direito à assistência médica passaram a beneficiar em regime de comparticipação, da concessão de medicamentos e especialidades farmacêuticas ...pela primeira vez se estabelecia o direito à assistência medicamentosa para familiares dos beneficiários da previdência social.” (Maia, 1985:36).

Apesar da existência de várias medidas de cariz social e a tentativa de disciplinar as consciências, perante os ideais do Estado Novo, a pobreza não era considerada um problema social de responsabilidade colectiva, mas sim era relacionada com a situação individual de quem a vivia e sentia, “ ...porquanto a pobreza não é considerada como um processo resultante das relações sociais existentes nas sociedades capitalistas, mas sim como um problema individual e familiar.” (Martins, 1999:341).

Por sua vez, nos anos de 1960 e 1961, foram previstas as pensões mínimas de invalidez e de velhice e a Portaria nº 17 966 de 23 de Setembro de 1960, confere aos reformados na situação de invalidez ou velhice, o direito à assistência médica ou medicamentosa.

Pese embora todas estas medidas, a sua aplicabilidade (ou ausência da mesma), não produziu os resultados esperados, salientando-se um nível muito baixo de cobertura destas medidas, especialmente junto da população rural, conduzindo a que em 1962 fosse efectuada mais uma reforma legal, através da aprovação da Lei nº 2 115 de 18 Junho que atribuía maiores responsabilidades ao Estado

“ ... a par dos poderes de regular, em termos nacionais, os objectivos e realização da previdência social e de sancionar a intervenção dos organismos corporativos na organização e expansão das instituições de previdência obrigatória – a competência para coordenar aqueles objectivos e correspondentes realizações num plano de conjunto, com os restantes sectores da política social, designadamente os da saúde e assistência.” (Maia, 1985:45).

Esta lei compreendia a existência de quatro categorias de instituições de Previdência:

- a) Instituições de Previdência da 1ª Categoria – instituições de previdência de inscrição obrigatória, destinando-se a proteger os trabalhadores por conta de outrem. Contemplava as Caixas de Previdência e Abono de Família; Caixas de Pensões; Caixas de Seguros; Casas do Povo e Casas dos Pescadores;
- b) Instituições de Previdência de 2ª Categoria – instituições de previdência inscrição obrigatória, direccionadas a pessoas sem dependência de entidades patronais, no exercício da profissão ou actividade;
- c) Instituições de Previdência de 3ª Categoria – de inscrição facultativa sob a forma de associações de socorros mútuos;
- d) Instituições de Previdência de 4ª Categoria – instituições direccionadas para funcionários públicos e pessoas ao serviço do Estado e corpos administrativos. (cf. Maia, 1985).

A década de 60 do século XX, mais propriamente o ano de 1962, com a publicação da Lei nº 2 115 de 15 de Junho, anteriormente mencionada, consubstancia a necessidade de colmatar lacunas existentes, ampliar a aplicação de medidas e alargar o esquema de prestações sociais. Porém ficar-se-ia mais pela forma, do que propriamente pelo conteúdo da efectivação destes objectivos, vindo a propósito as palavras de José de Saavedra, que descreve a intervenção nas questões sociais, durante o período do Estado Novo, do seguinte modo:

“ ...a «assistência tornada um ‘direito’ do indigente e uma dívida sagrada do Estado e da Sociedade, desenvolvia a imprevidência, favorecia a multiplicação dos indigentes,

estimulava o aumento da população nestas classes, e empobrecia as classes produtivas e trabalhadores da sociedade, obrigadas ao seu sustento.»”. (Martins, 1999:335).

A Revolução de 25 de Abril de 1974, marca indubitavelmente a década de 70 do século passado e todo o rumo do país. As transformações em quase todos os domínios: político, social, entre outros, surtiram forte impacto no sistema de protecção social, bem como os problemas sociais que emergiram da conjuntura da época, conduzindo à unificação do sistema de segurança social em Portugal.

Como principais factores que influenciaram estas alterações pode salientar-se “...o desejo de remediar os atrasos, lacunas e distorções acumuladas no passado e a preocupação de se racionalizar e inovar.” (Bruto da Costa e Maia, 1985:85).

3.1.3.O Sistema de Segurança Social Português

O Sistema de Segurança Social em Portugal, teve a sua génese no seguimento da história após o 25 de Abril de 1974, dado que o I Governo Provisório introduz um leque de medidas tendentes à “...substituição progressiva dos sistemas de previdência e assistência por um sistema integrado de segurança social.” (Decreto – Lei nº 203/74 de 15 de Maio).

Dois anos mais tarde, a Constituição da República Portuguesa de 1976, veio alterar substancialmente o papel do Estado relativamente à protecção social dos cidadãos, podendo ler-se no ponto nº 2, do seu artigo 63º que “Incumbe ao Estado organizar, coordenar e subsidiar um sistema de segurança social unificado e descentralizado, de acordo e com a participação das associações sindicais e outras organizações das classes trabalhadoras.” Mais adiante, e no mesmo artigo, encontra-se também redigido que, o sistema agora implementado deve proteger os cidadãos “... na doença, velhice, invalidez, viuvez, orfandade, bem como no desemprego e em outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.”

Destaca-se também o ano de 1984, em que foi aprovada a Lei de Bases da Segurança Social, Lei nº 28/84 de 14 de Agosto, e deste modo a assistência social incorporou-se no sistema de Segurança Social, englobando a área da previdência ou seja a administração de prestações financeiras ou benefícios e a área da provisão/assistência na prestação de serviços assistenciais, consagrando três ramos: o regime geral contributivo, o regime não contributivo e a acção social. Deste modo,

“O regime geral garante a protecção contra riscos ou eventualidades que podem ocorrer a um trabalhador activo ou ao seu agregado familiar ou contra problemas resultantes de uma situação de inactividade. O regime não contributivo da Segurança Social garante um esquema de protecção mínimo àqueles em situação de carência social ou económica por meio de pensões sociais de invalidez ou velhice; suplemento de pensão por grande invalidez; abono de família; subsídio social de desemprego; pensão de viuvez; pensão de orfandade. À acção social cabe assegurar protecção aos grupos mais vulneráveis nomeadamente crianças e jovens, deficientes e idosos e outras pessoas em situação de carência socioeconómica, concretizando-se em equipamentos e serviços e complementando a protecção garantida pelos regimes...”(Muniz,2005:56).

Esta lei foi alvo de três revogações até à actualidade, a primeira no ano 2000, com a Lei nº 17/2000 de 8 de Agosto, a segunda dois anos mais tarde em 2002 mediante a Lei nº 32/2002 de 20 de Dezembro e a última alteração, agora em vigor data de 2007, reportando-se à Lei nº 4/2007 de 16 de Janeiro. Destaca-se o artigo 4º desta lei que menciona o direito

de todos à segurança social; o fomento da melhoria sustentada da protecção social e reforço da equidade e a promoção da eficácia do sistema e eficiência da sua gestão. No artigo 5º são também mencionados os princípios da universalidade, igualdade, equidade social, unidade, descentralização, participação, eficácia e informação.

Ainda segundo a Lei nº 4/2007 de 16 de Janeiro, são três os sistemas que determinam a organização interna do sistema de Segurança Social: o sistema de Protecção Social de Cidadania, o Sistema Previdencial e o Sistema Complementar.

No que reporta ao Sistema de Protecção Social de Cidadania, que compreende os sub – sistemas: acção social, solidariedade e protecção familiar, o artigo 26º refere como competências

“ ...em situações de carência económica dos cidadãos, assegurar o direito dos mesmos a mínimos vitais; em situações de pobreza e privação, actuar no sentido da sua prevenção e erradicação e a compensação devido a encargos familiares e encargos relativos a situações de deficiência e dependência.”

Quanto ao Sistema Previdencial, o artigo 50º da mesma lei, visa assegurar prestações pecuniárias nos casos de perda de rendimentos do trabalho ou em outras eventualidades legalmente definidas. O artigo 56º salvaguarda, no entanto, a obrigação dos beneficiários em contribuir para o regime de Segurança Social.

Finalmente, o Sistema Complementar, mencionado no artigo 81º, contempla o Regime Público de Capitalização (artigo 82º) que pretende reforçar o apoio aos beneficiários mediante a atribuição de prestações complementares ao Sistema Previdencial; e ainda os Regimes Complementares de Iniciativa Colectiva e Individual (artigo 83º), que institui um regime facultativo a favor de grupos determinados de pessoas.

Para além dos vários suportes legais mencionados, destaca-se ainda a publicação do “Livro Branco da Segurança Social”, em 1997, que propõe a organização do Sistema em:

“... sistema de segurança social que inclui os subsistemas previdenciário e de solidariedade, sistema de acção social, que abrange os subsistemas público e privado; e sistema de complementaridade, que integra os subsistemas de complementaridade profissional e individual.” (Muniz,2005:56).

Por esta ordem de ideias, importa salientar o Sistema de Acção Social que se orienta para a criação de condições de vida que permitam aos grupos em situação de vulnerabilidade social, a sua autonomia e integração. Parecem estar aqui em causa, as pessoas e as suas condições de vida e a reprodução social dos processos de pobreza,

procurando ajustar os meios existentes à melhoria das condições de vida dos sujeitos. Esta é uma protecção fragmentada em grupos agrupados segundo características de vulnerabilidade, entendidas como homogéneas como: crianças, jovens, pessoas idosas ou portadoras de deficiência entre outras. (cf. Direcção Geral da Segurança Social, 2012 ²⁰).

É perante esta perspectiva, amplamente subsidiária que surgem algumas medidas de Política Social, que assumem como missão compensar os sujeitos pelas desigualdades geradas pelos sistemas económicos, das quais pela sua pertinência se destacam o Rendimento Mínimo Garantido, substituído mais tarde pelo Rendimento Social de Inserção.

²⁰ Retirado do site <http://www2.seg-social.pt/> acedido a 10 de Maio de 2012

3.1.3.1. Rendimento Mínimo Garantido e o Rendimento Social de Inserção

Um dos marcos fundamentais da protecção social em Portugal, surge em 1996, mais concretamente com a Lei nº 19 – A/96 de 29 de Junho, que cria a medida de Rendimento Mínimo Garantido. Esta constituiu-se, segundo o artigo 1º do capítulo I da referida lei,

“ ...como uma prestação do regime não contributivo da segurança social e um programa de inserção social, por forma a assegurar aos indivíduos e seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social e profissional.”

Esta prestação que assenta num conceito de necessidades mínimas, pese embora a sua definição não seja totalmente esclarecida no texto da lei, surge sob a forma de prestação pecuniária, temporária e de montante variável, mediante a análise da situação do requerente.

No artigo 3º do capítulo I da Lei nº 19 – A/96 de 29 de Junho, esclarece-se o que se entende por Plano de Inserção ou seja

“ ...o conjunto de acções cujos princípios são definidos pelos Ministérios da Solidariedade e Segurança Social e para a Qualificação e o Emprego e assumido localmente por acordo entre as Comissões Locais de Acompanhamento, adiante designadas por CLA, previstas na presente lei, e os titulares do direito a esta prestação, com vista à criação das condições para a progressiva inserção social destes e dos membros do seu agregado familiar.”

O ano de 2003, marca a revogação do Rendimento Mínimo Garantido e a criação do Rendimento Social de Inserção, através da Lei nº 13/2003 de 21 de Maio, definindo a sua nova configuração, com relevo para o Programa de Inserção, podendo ler-se no artigo 1º do capítulo I

“ ...o Rendimento Social de Inserção ...consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e favoreçam a sua progressiva inserção laboral, social e comunitária.”

A nova redacção do que se entende pela medida de Rendimento Social de Inserção, surge dois anos mais tarde, em 2005, através da Lei nº 45/2005 de 29 de Agosto, enquanto

“ ...prestação incluída no subsistema de solidariedade e um programa de inserção social por forma a assegurar às pessoas e seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de

uma progressiva inserção social, laboral e comunitária.” (artigo 2º da Lei nº 45/2005 de 29 de Agosto).

Note-se aqui a omissão, nesta nova redacção, da necessidade de conferir apoios adaptados à situação pessoal dos beneficiários, assim como o retorno ao termo necessidades mínimas em detrimento do termo necessidades essenciais, utilizado na primeira redacção da nova lei.

A partir de 1 de Agosto de 2010, são introduzidas alterações, com base no Decreto – Lei nº 70/2010 de 16 de Junho, estabelecendo novas normas de condição de recursos, no seio do Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013, implementado pelo então Governo liderado pelo Partido Socialista. Acentua-se a ênfase na componente de inserção desta medida, com uma tónica muito marcada no discurso do aumento de competências dos beneficiários, em cenário de crise económica.

“...não tendo sido esquecida uma das vertentes mais importantes desta prestação, que é precisamente, a inserção, a qual constitui um instrumento muito relevante no combate à pobreza e à exclusão social através do aumento das competências pessoais, sociais, educativas e profissionais dos seus beneficiários. Este desígnio do aumento das competências dos beneficiários torna-se ainda mais relevante num contexto de crise económica, em que a empregabilidade é crucial para que os cidadãos e as suas famílias possam ver melhoradas as suas condições de vida e conseguida a sua autonomização.”

Ainda no Decreto – Lei nº 70/2010 de 16 de Junho, é descrito o que se entende por medidas de activação, centradas no reconhecimento e validação de competências escolares e profissionais, como forma que quebrar o ciclo de não – acesso ao mercado de trabalho, com uma tónica muito mais centrada no individuo, do que nas condições estruturais necessárias para o alcance da inserção laboral, lendo-se o seguinte:

“... É com este desígnio que se procede à introdução de medidas de activação que impõem que todos os beneficiários entre os 18 e os 55 anos, que não estejam no mercado de trabalho e que tenham capacidade para o efeito, sejam abrangidos por medidas de formação, educação ou de aproximação ao mercado de trabalho, num prazo máximo de seis meses após a subscrição do programa de inserção, mantendo-se a imposição de que todos os menores em idade escolar frequentem o sistema de ensino.” (Decreto – Lei nº 70/2010 de 16 de Junho).

O carácter sancionatório do não cumprimento é descrito mais adiante, embora não esclarecendo a forma de análise das situações de incumprimento abaixo descritas:

“...em harmonia com o que já acontece no Regime de Protecção no Desemprego, determina-se expressamente que a recusa de emprego conveniente, a recusa de trabalho socialmente necessário, a recusa de formação profissional ou de outras medidas activas de emprego, determina a cessação da prestação. O subsequente período de inibição do acesso à prestação passa para 24 meses, como forma adicional de incentivar os beneficiários a participar no seu próprio processo de inserção e de autonomização, nomeadamente através das medidas de activação para a inserção profissional.” (Decreto – Lei nº 70/2010 de 16 de Junho).

No nº1 do artigo 2º do mesmo Decreto – Lei é definida a condição de recursos da seguinte forma: “... limite de rendimentos e de valor dos bens de quem pretende obter um prestação de segurança social ou apoio social, bem como do seu agregado familiar, até ao qual a lei condiciona a possibilidade da sua atribuição.”

Os rendimentos a considerar são referidos no nº 1 do artigo 3º do decreto – lei mencionando-se: “a) Rendimentos de trabalho dependente; b) Rendimentos empresariais e profissionais; c) Rendimentos de capitais; d) Rendimentos prediais; e) Pensões; f) Prestações sociais; g) Apoios à habitação com carácter de regularidade; h) Bolsas de estudo e de formação.”

O ano de 2012, foi novamente palco de alterações ao Rendimento Social de Inserção, preconizando um reforço do que se pretende ser uma medida de carácter transitório e de natureza contratual, que passa a implicar a obrigatoriedade da procura de emprego. A renovação anual da medida, outrora automática, exige a partir desta data, a apresentação de um pedido por parte dos titulares. (cf. Jornal Diário de Notícias de 3 de Abril de 2012²¹).

Perante este cenário, a própria definição da medida reforça as características já mencionadas, figurando como:

“...um apoio para os indivíduos e famílias mais pobres, constituído por... uma prestação em dinheiro para a satisfação das suas necessidades básicas; um programa de inserção para os ajudar a integrar-se social e profissionalmente. As pessoas que estão a receber o Rendimento Social de Inserção assinam um acordo com a Segurança Social onde se comprometem a cumprir o programa de inserção. (Instituto da Segurança Social, 2012:4).

O caminho percorrido pelas alterações à medida de Rendimento Social de Inserção, culminaram na continua acentuação do carácter sancionatório do incumprimento do contrato de inserção, que para além da continua e apertada prova de recursos, coloca ainda

²¹ Retirado do site <http://www.jn.pt/> acedido a 7 de Maio de 2012

a tónica na prestação de trabalho pelos beneficiários, entendido como socialmente necessário, procurar emprego, frequência de formação ou cumprimento de metas na educação dos filhos, salientando-se que “ ... o Governo vai considerar «regras particulares na condição de recursos, adaptadas ao carácter específico desta prestação», criando «limites mais apertados à renovação do RSI, evitando que se torne um subsídio permanente.»” (Portal do Governo, 2011²²).

Em suma, torna-se relevante perspectivar de que forma os marcos da actualidade, traduzidos na conjuntura atravessada pelo país, tornam mais visíveis as vulnerabilidades sociais, confinadas a intervenções cada vez mais pontuais e segmentadas, justificadas pela escassez de recursos para o investimento na protecção social dos cidadãos.

²² Retirado do site <http://www.portugal.gov.pt> acedido a 7 de Maio de 2012.

3.2.Crise e Actualidade: a Intervenção na Pobreza

Reflectir sobre a intervenção nas várias formas de pobreza, na actualidade, implica considerar as directrizes que dão rumo à concepção das Políticas Sociais, tendo em conta, a conjuntura económica e política em que o Portugal se encontra. No Programa do XIX Governo Constitucional, mais propriamente no capítulo IV relativo à Cidadania e Solidariedade, pode ler-se:

“Portugal vive hoje uma crise social. A essa crise o Governo quer responder com um Programa de Emergência Social, centrado nas pessoas com maiores carências, com uma atenção essencial aos mais idosos, aos que perderam o seu posto de trabalho, aos mais carenciados, às crianças com dificuldades, aos emigrantes e que não ignore as pessoas com deficiência.” (Programa do XIX Governo Constitucional, 2011:85).

Após este parágrafo que enfatiza alguns grupos populacionais, uns com base na idade: pessoas idosas e crianças, outros com base no não acesso ao mercado de trabalho e ainda outros grupos de pessoas como os emigrantes e os portadores de deficiência, na página seguinte continuam as referências ao problema da pobreza persistente, mencionando-se que:

“ O desenvolvimento social em Portugal enfrenta poderosos constrangimentos ...além do comportamento medíocre da economia portuguesa na última década, a fraca evolução demográfica, o isolamento dos mais velhos, a pobreza persistente, o desemprego, a injustiça no mercado de trabalho, o aumento das desigualdades sociais, a dificuldade em assegurar a sustentabilidade do sistema de pensões ...” (Programa do XIX Governo Constitucional, 2011:86).

É ainda incluída a criação de um Programa de Emergência Social, que transfere responsabilidades sociais para a sociedade civil e enfatiza a função de instituições como as Mutualidades ou as Misericórdias portuguesas

“ ...através de uma Rede Nacional de Solidariedade (RENASO) em que Estado, Autarquias Locais e, sobretudo, organizações da sociedade civil, designadamente as Mutualidades e as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) irão convergir ...o Programa de Emergência Social apostará numa menor intervenção directa do Estado na tarefas do quotidiano e por uma maior transparência na definição de normas. Terá em consideração que a solidariedade não pode ser objecto de uniformidade, antes deve ser exercida de acordo com os padrões culturais de cada região.” (Programa do XIX Governo Constitucional, 2011:87).

As linhas centrais do Programa de Emergência Social proposto passam grosso modo pelo combate à pobreza, numa linha de reforço da coesão social, recorrendo à meritocracia para colocar a dimensão da pobreza centrado no indivíduo, mencionando o

“... combate à apropriação indevida de riqueza, à fraude e evasão fiscal, à delapidação de recursos públicos, à economia informal, ao abandono escolar precoce e pela adopção de medidas de apoio à família e, por outro lado, pelo justo reconhecimento do mérito e esforço de cada um.” (Programa do XIX Governo Constitucional, 2011:87).

Relativamente à prestação de Rendimento Social de Inserção, este programa pretende reforçar o seu carácter transitório, bem como um carácter sancionatório e fiscalizador do incumprimento da medida, associando as Instituições Particulares de Solidariedade Social e as Misericórdias nesta função, sob a égide da denominada procura activa no mercado de trabalho, em tempos de crise e incerteza, pretendendo

“... assegurar o reforço dos mecanismos contratuais na sua atribuição e fiscalização, em particular no que respeita à procura activa de emprego, frequência de formação e prestação de trabalho comunitário pelos beneficiários do R.S.I com idade e condições de trabalhar, encarando o R.S.I. como direito/dever e sendo exigente no domínio do cumprimento dos contratos de inserção e do cumprimento da lei por parte dos beneficiários. Associar as IPSS e Misericórdias a uma gestão de proximidade do RSI, estabelecendo parcerias de forma a obter uma melhor fiscalização, justa e eficaz do RSI.” (Programa do XIX Governo Constitucional, 2011:92).

Nas páginas seguintes, é também destacado o eixo da economia social, sob a máxima “reconhecer o trabalho de quem está no terreno e aproveitar ao máximo as suas capacidades instaladas.” (Programa do XIX Governo Constitucional, 2011:94). Neste seguimento, destaca-se a clara menção e impulso ao voluntariado, colocando neste algumas das responsabilidades do Estado ao reforçar os denominados Projectos de Economia Solidária, sustentados nos pontos seguintes:

“ – Aumentar as redes de solidariedade social através da dinamização do voluntariado. A participação de jovens e reformados em especial nas áreas de solidariedade (como bancos alimentares, voluntariado nacional ou internacional) deverá ser alvo de particular atenção, propiciando benefícios não financeiros aos seus protagonistas.

- Apoiar, ao nível da administração central e local os projectos de economia solidária apresentados por IPSS e Misericórdias, a saber, aqueles que envolvam a participação de cidadãos em risco de exclusão social, tais como desempregados de longa duração, jovens à procura do primeiro emprego ou beneficiários do R.S.I em idade activa.” (Programa do XIX Governo Constitucional, 2011:94).

No que concerne ao actual modelo de Segurança Social português, são perspectivadas alterações com base numa revisão do mesmo, ainda que de forma pouco clara, alicerçada em necessidades de sustentabilidade e contenção orçamental, manifestada na intenção de

“Iniciar um processo de revisão do Sistema Público de Segurança Social de forma a introduzir-lhe sustentabilidade financeira inter – geracional e a capacidade voluntária de escolha das gerações mais novas da sua carreira contributiva e com a conversão das componentes da taxa social única em taxas actuariais segmentadas para a pensão de velhice, pensão de invalidez e pensão de sobrevivência e garantindo a regulação, a supervisão prudencial, a fiscalização e que os mecanismos de garantia de pensões serão exercidos pelas entidades legalmente competentes em razão de natureza prudencial.” (Programa do XIX Governo Constitucional, 2011:97).

Face a um cenário de incerteza perante o futuro da protecção social em Portugal, pode considerar-se que as políticas distributivas estão sujeitas às exigências da acumulação privada, tornando-se assim um semi – Estado – Providência, caracterizado pela inexistência de um pacto capital – trabalho que compatibilize capitalismo e democracia.

Essas lacunas são compensadas, em parte pelas relações sociais de solidariedade familiar, comunitária e institucional que escamoteia fragilidades individuais e sociais. Salienta-se ainda o largo período de ditadura, que conduziu a que em Portugal os direitos sociais foram reconhecidos com certo atraso e nem sempre efectivados, pese embora a existência de legislação nesse sentido, sendo predominante o discurso que proclama

“ ...a sua crise, adotando os cortes nos gastos sociais, a privatização dos serviços públicos, a degradação da relação salarial, um sistema de Previdência fragmentado e corporativo com distinção entre funcionários públicos e privados e categorias altamente privilegiadas, e uma fraca protecção para uma imensa parcela da população sem acesso ao emprego e ao seguro social. Em vez de se privilegiar a oferta colectiva de bem – estar, este é individualizado para pequenos grupos de categorias distintas.” (Muniz, 2005:249).

Num cenário que é de incerteza, importa reflectir no alcance das medidas de Política Social em Portugal, não em termos da quantidade de medidas existentes, mas na sua eficácia, face às necessidades das pessoas em situação de pobreza.

Os limites orçamentais impostos por toda a Europa, conduzem a que sejam insuficientes os recursos humanos profissionalmente qualificados para o acompanhamento de programas e medidas de luta contra a pobreza, sujeitos a restrições, cortes ou até mesmo à sua extinção. Estas são condições que ameaçam “ ...determinadas parcelas marginais ou

categorias da população ...ao contrário dos países que adoptam abordagem universal, onde a assistência social é destinada ao conjunto da população que dela necessita.” (Muniz, 2005:254).

Parece continuar a assistir-se à tendência de tripartir a protecção social entre o Estado, a família e as instituições de cariz social, muitas delas apenas comparticipadas pelo Estado numa pequena parcela. Estas são definidas prioritariamente pelo público a que se dirigem, mantendo-se em Portugal a ideia de uma assistência que não é universal (ou seja para quem dela necessita), sendo a mesma efectuada mediante prova de recursos ou obrigatoriedade de inserção no mercado de trabalho.

Após a reflexão encetada neste capítulo, impera agora trazer ao debate a importância do estudo da territorialidade da pobreza, como forma de compreender as suas especificidades, e em simultâneo, encetar esforços que cabalmente possam melhorar as condições de vida das pessoas em situação de pobreza. Para tal, importa compreender as funções e papéis, muitas vezes de cariz simbólico, desempenhados pelos espaços e lugares onde habitam os sujeitos.

Capítulo 4. Pobreza e Territórios – Espaços de Vida e de Interação

4.1.A Territorialidade da Pobreza: Algumas Perspectivas sobre o Fenómeno

4.1.1.Os Espaços e os Lugares: Funções e Papéis

Procurar olhar e conhecer a pobreza, implica considerar a sua dimensão de territorialidade, considerando por este prisma que os territórios são construções humanas e como tal sociais. Desta forma, importa trazer ao debate alguns conceitos como espaço e lugar.

Tendo primeiramente em atenção o conceito de lugar antropológico, o mesmo perspectiva-se como “... construção concreta e simbólica do espaço que não poderia por si só dar conta das vicissitudes e das contradições da vida social, mas à qual se referem todos aqueles aos quais ela atribui uma colocação por humilde ou modesta que seja ...” (Augé, 2005:46). Encontra-se aqui implícita uma ideia de espaço, que é em simultâneo social. Esta questão pode ainda associar-se ao local de nascimento ou de residência.

O conceito de lugar, de difícil definição, pode ser diferente consoante a forma e a simbologia que cada um atribui a um determinado espaço, porém tal não significa “... que nos proibamos de pensar nem as relações nem a identidade partilhada que lhes confere a ocupação do lugar comum ...na medida em que aqueles que nele vivem podem reconhecer pontos de referência que não têm de ser objectos de conhecimento... “ (Augé, 2005:48).

Torna-se aqui pertinente reflectir sobre a distinção, entre a noção de lugar e a noção de espaço. O primeiro, o lugar, encontra-se relacionado com uma ideia de ordem, associada a elementos que coexistem de uma forma ordenada. O espaço é, por sua vez, uma transformação do Homem, requer que este intervenha sobre aquilo que coexiste sob a forma de lugar. No entanto, não falamos de termos opostos ou incompatíveis, pois

“... incluímos na noção de lugar antropológico a possibilidade dos percursos que nele se efectuam, dos discursos que aí se sustentam, e da linguagem que o caracteriza. E a noção de espaço ...parece poder aplicar-se com utilidade ...às superfícies não simbolizadas do planeta.” (Augé, 2005:70).

É ainda de acrescentar a esta reflexão as funções dos territórios/espacos físicos. Embora, em Portugal, a população se concentre nos chamados aglomerados urbanos, o mundo rural está ainda bem próximo de muitos indivíduos, que encontram nos espaços físicos onde residem, características de ruralidade.

Importa desta forma, reflectir sobre a questão das assimetrias regionais e a existência de um padrão de estruturação territorial da pobreza e desigualdade, na medida em que

“O desenvolvimento da sociedade portuguesa tem vindo a produzir um padrão de estruturação territorial marcado por dois processos complementares e de efeitos desencontrados: a concentração da população junto ao litoral e em particular nas áreas metropolitanas, e a correspondente desertificação demográfica do interior rural. O contraste entre o interior rural relativamente deprimido e o litoral mais dinâmico e urbanizado correlaciona-se, entre outros factores, com a localização das actividades económicas e do emprego. De facto, as iniciativas de inovação e modernização dos diversos sectores concentraram-se sobretudo nas cidades e vilas de média dimensão, vulnerabilizando os territórios marcadamente rurais votados a um maior isolamento, rarefacção de investimentos produtivos, envelhecimento populacional e condições de exclusão. Os meios rurais mais pobres congregam uma população mais idosa, composta por camponeses e antigos assalariados rurais com pensões reduzidas, mantendo uma linha de continuidade entre a pobreza e a envolvente subdesenvolvida. Em contrapartida, a visibilidade da pobreza nas áreas urbanas e periurbanas contrasta fortemente com o meio, pela concentração de territórios de exclusão estigmatizadas e reprodutoras de situações de pobreza persistente.” (Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social, 2008:7).

O fenómeno da pobreza não é uniforme na sua distribuição pelo território português, pelo que a dimensão do território é fundamental nesta abordagem, onde se acentuam as clivagens entre o interior rural e as zonas litorais. Aqui a concentração dá-se nas zonas metropolitanas (nomeadamente Lisboa e Porto) e a desertificação nas zonas periféricas.

Renato do Carmo (2006) avança com algumas reflexões sobre o espaço e tempo social que parecem interessantes, como contributo, para a análise sobre as questões da territorialidade dos fenómenos sociais e mais concretamente da pobreza. Entender do que se fala quando se refere o conceito de espaço social, implica compreender determinada sociedade como dinâmica, dado que o “social” que compõe e caracteriza determinado espaço é por si próprio dinâmico.

Carmo (2006) socorre-se de Simmel para referir como se constrói o espaço social, através da existência de quatro condições: a exclusividade que apela para o espaço social como único, desenhado pelas acções dos indivíduos nesse espaço particular; a divisão, pois todo o espaço tem limites; a fixação que implica a existência de acções recíprocas como interesses e linguagens próprias; e por fim a reunião, que existe quando os sujeitos sociais se reúnem em torno de objectos e objectivos comuns, sendo os vizinhos do mesmo bairro um dos exemplos sugeridos da forma como se pode concretizar a reunião no espaço social. (cf. Carmo, 2006). Assim,

“O espaço é estruturado a partir da acção. Não faz sentido definir o espaço como um fenómeno autónomo independente das relações inter – individuais. O espaço não “fala” por si, este “fala” através das diversas dinâmicas sociais que se apropriam e produzem formas de espaço.” (Carmo, 2006:13).

A esta linha de pensamento surgem agregadas duas definições, intimamente relacionadas com este trabalho de investigação, o conceito de região (enquanto espaço construído de forma inter – pessoal pelos sujeitos), como tal com uma forte dimensão social e o conceito de local, agregado a uma lógica mais morfológica (cf. Carmo, 2006), traduzindo-se o espaço social com base nestes dois conceitos.

A análise das condições de determinados grupos de pessoas implica, nesta óptica, a análise do contexto sócio espacial. O conceito de espaço tem sido, ele próprio, utilizado para determinar a análise sobre a desigualdade social que nele é produzida, por exemplo quando são discutidas as assimetrias regionais.

Na era em que actualmente vivemos, a industrialização e a revolução tecnológica proporcionaram mutações no conceito de proximidade, que se descentram do território físico, por um lado, ao expandir as fronteiras da distância, mas em simultâneo, desumaniza-se ou seja

“A comunidade emancipa-se por intermédio da generalização de ligações sociais estabelecidas com grupos ou indivíduos localizados fora dos espaços de residência ...tendem cada vez mais para a desterritorialização e para a descontextualização, o que provoca uma autonomização das ligações e dos laços sociais face aos limites e constrangimentos sócio – espaciais.” (Carmo, 2006:37-38).

Também do ponto de vista da territorialidade os espaços podem ser elementos de inclusão/exclusão, considerando-se os últimos como estigmatizantes, marginalizadores e propiciadores de segregação de quem os habita. Coloca-se, por norma, a tónica no não trabalho como forma de diferenciar espaços, onde habitam activos e não activos da sociedade.

“Espacialmente estes indivíduos estão no lado de lá, fora dos espaços habituais de sociabilidade da classe média. As suas relações e interações sociais são sobretudo focalizadas para certos bairros e, portanto, tendem a ser fortemente territorializadas e contextualizadas.” (Carmo, 2006:39).

Desta forma, uma região justapõe-se ao espaço físico, com base numa coexistência entre actores sociais. Aprofundando a análise, salienta-se que uma região pode ser aberta ou fechada. (cf. Carmo, 2006).

Uma região fechada, como o próprio nome indica, caracteriza-se pelo fechamento e monopólio de um determinado espaço, por um grupo específico. A região aberta, que parece ser o conceito que mais interessa para esta investigação,

“...representa um espaço de contactos múltiplos entre diversos actores e grupos que interagem simultaneamente: o espaço tende para a abertura na medida em que as pessoas saem e entram nos diversos locais, como se estes fossem contínuos, ou seja, a visibilidade social aumenta ...o espaço socialmente construído autonomiza-se em relação ao espaço físico.” (Carmo, 2006: 45-46).

O espaço é, por isso, eminentemente social, apelando à heterogeneidade, ou seja “O espaço individualiza-se e particulariza-se, tal como as próprias ligações que estão cada vez mais descentradas em relação a um mesmo colectivo homogeneizado.” (Carmo, 2006:74).

Colocando o enfoque no caso específico de uma região, como é o caso do Alentejo, a configuração do espaço físico e a forma de organização do território, foram marcantes na organização social e condições de vida dos sujeitos, pois que

“Uma das diferenças fundamentais que se estabelece entre o Norte e o Sul tem que ver com a estrutura fundiária. Como é sabido, no Alentejo domina a grande propriedade, enquanto a Norte a propriedade se encontra muito mais disseminada e dividida. Este factor determina, em grande medida, as diferentes formas de organização social.” (Carmo b, 2007:814).

Numa dimensão micro, a cidade surge como uma construção social de enorme importância, que faz trespassar as características associadas às próprias regiões, na medida em que a mesma aparece como polo agregador a nível histórico, geográfico, social, cultural e económico. Importa por isso, compreender o seu significado no contexto da análise da territorialidade da pobreza.

4.1.2. A Cidade como Construção Social

Quadro nº 5. Conceito de Cidade e Comunidade associados à compreensão da Territorialidade

Cidade			Comunidade
Conjunto urbano, tendo uma certa unidade (administrativa, histórica, morfológica, identitária). Pode ser caracterizado pelos critérios de: número (densidade, importância); tipo de vida (actividades, relações); dependência (provisões e difusões); aspectos (edifícios, equipamentos, organizações).			Grupo social unido por interesses da mesma natureza...às vezes com a mesma origem comum e frequentemente num território comum...implica laços mais fortes do que a sociedade ou a colectividade e significa adesão voluntária ou tomada de consciência.
Do ponto de vista geográfico	Do ponto de vista histórico	Do ponto de vista sociológico	
Complexo demográfico, social e económico que se traduz no plano espacial por uma concentração de população dedicada...a actividades industriais e, sobretudo, terciárias...e de equipamentos destinados a moradia, trabalho, e circulação (habitações, edifícios, ruas).	Estado constituído por um núcleo urbano e território que o cercava, de tamanho modesto, onde os homens organizavam um conjunto político e económico coerente.	Engloba as noções de: - Metrópole, que concentra a maior parte dos poderes de decisão nos campos político, administrativo e financeiro; - Capital Regional, que assume frequentemente um papel importante no plano cultural e, actualmente, menor no plano económico; - Pequena Cidade, entendida como um centro comercial para uma área restrita (da ordem do município) e muitas vezes de preponderância rural.	

Fonte: Orlandi, 2003:32-34,41 e 113

Associadas ao território físico que é a cidade, se encontram problemáticas relacionadas com as fronteiras/delimitações desses espaços, e que contemplam problemas sociais como a imigração ilegal ou os sem – abrigo. Estes são problemas que são transformados, em algumas cidades, nomeadamente as de maior dimensão, em verdadeiros casos de polícia, ou seja

“... criaram-se as correspondentes categorias identitárias estigmatizantes e espaços separados ...as novas categorias identitárias (e todos os dias se inventam novas categorias), são as próprias palavras: refugiados, deslocados, retornados, clandestinos, pedidores de asilo, recusados de pedidos de asilo; todos os dias ou, realmente, todos os semestres existem novas categorias ligadas a este controlo policial da mobilidade e a esta necessidade de categorizar. Ao mesmo tempo esses deslocamentos criam espaços que, de certa forma, são emergentes ou que nos colocam novas questões, novas problemáticas sobre a localidade, o local e, de certa forma, ... sobre o modo de urbanizar, de fazer novos espaços urbanos.” (Agier in Cordeiro e Vidal, 2008:18).

Com esta questão articula-se, ainda, a perda de identificação com um determinado espaço, como se a sua função se tivesse metaforizado e se tivessem perdido as emoções, os sentimentos, as vivências, associados a um determinado local. Aqui encontra-se também patente a ideia da criação, a par das problemáticas sociais actuais, de espaços físicos instáveis, tensos, sendo que o autor elucida sobre alguns deles como

“... hotéis que são prisões ao mesmo tempo e campos de detenção para imigrantes que esperam regularização ou expulsão ...prédios abandonados; antigos espaços industriais abandonados; ruínas vazias que são invadidas; terrenos de *camping* que são ocupados por pessoas que se instalam na periferia das cidades e cujos espaços vazios de acampamento podem ser lugares de moradia duradoira ...” (Agier in Cordeiro e Vidal, 2008:19).

Por fim, salienta-se um aspecto de cariz simbólico, que associa a permanência na rua, nos passeios, à janela, nas esquinas – o estar muito tempo na rua – com indivíduos que trabalham pouco, facilmente conotados como marginais ou como pouco trabalhadores, dado que aqueles que possuem uma maior estabilidade familiar e laboral, não o fazem, ou pelo menos fazem-no com menos frequência. Tal associação, pode facilmente relacionar-se com a representação social que muitos dos bairros de habitação social surtem na comunidade em geral, associando estes comportamentos de rua, como delinquentes ou marginais. (cf. Sieber, 2008).

Deste modo, é necessário questionar a forma como estes grupos interagem na vida das cidades e como reagem aqueles que não estão neles enquadrados. Perante esta linha de pensamento, importa reflectir sobre as bases que estiveram na génese deste tipo de configurações, perspectivando a influência que, no caso concreto desta investigação, a história das desigualdades sociais no Alentejo possa assumir para compreender as expressões da pobreza na actualidade.

4.2.História e Apontamentos sobre o Alentejo

Para compreender o que é a Região Alentejo na actualidade e, mais concretamente a cidade de Beja, onde esta investigação coloca o seu enfoque, é importante considerar a própria representação e imagem construída da região, pois

“Na verdade, apesar de se ter construído uma imagem da Região como um território essencialmente rural e agrícola, verificamos que o Alentejo sofreu desde os anos 60/70 uma série de mutações... processos relativamente contraditórios condicionam a estruturação e a composição da realidade social contemporânea do Alentejo. (Carmo, 2007 a:28).

Como tal, o recurso à história apresenta-se como um elemento fundamental para a compreensão e estudo do presente, à luz de uma trajectória histórica que elucida sobre os principais aspectos sociais, culturais, políticos e económicos do Alentejo.

A forma de estratificação social predominante no Alentejo em torno da posse da propriedade e da forma de organização social do trabalho nos campos²³, marca a análise das desigualdades sociais, que aumentavam proporcionalmente consoante a posse e o domínio da terra diminuía. Importa assim conhecer o conjunto diferenciado de posições de classe que o constituía, sendo que

“... as posições que podem ser caracterizadas de forma relativamente linear são as classes mais altas, a saber, os latifundiários e os grandes e médios agricultores (lavradores) proprietários e/ou rendeiros. A diferença entre a primeira e as outras categorias tem a ver essencialmente com o estatuto perante as formas de exploração agrícolas ...As parcelas não arrendadas normalmente não eram dirigidas pelos próprios, delegando essa função no feitor, que detinha uma autoridade quase absoluta perante os restantes trabalhadores. Uma das características que distinguia esta classe das restantes era o facto de não exercer qualquer trabalho manual.” (Carmo b, 2007:820).

No entanto, a posse e gestão do trabalho da terra não era a única actividade dos grandes latifundiários, pois que outra das características deste grupo de pessoas era o facto

²³ Antes da Revolução do 25 de Abril de 1974 os recenseamentos “...dividem a população agrícola portuguesa em quatro categorias pré – definidas, a saber: *patrões* – recenseados que tivessem um ou mais empregados ou assalariados por sua conta; *isolados* – recenseados que, trabalhando por sua conta, não tivessem empregados ou assalariados, *trabalhadores por conta de outrem* – recenseados que trabalhassem para outrem, quer em tempo total, quer em tempo parcial, e recebessem uma remuneração em dinheiro e/ou em géneros pelo trabalho realizado; *trabalhadores familiares não remunerados* – recenseados que trabalhassem para o estabelecimento ou empresa explorada por pessoa de família, sem receberem qualquer remuneração.” (Carmo b, 2007:831).

de estarem ligados ao exercício de outras actividades²⁴, e por conseguinte auferiam de outras fontes de rendimento no exercício de profissões socialmente reconhecidas, senão vejamos

“Na verdade, a maior parte dos latifundiários encontravam-se numa situação de plurirendimento e, por vezes, de pluriactividade, na medida em que alguns podiam exercer uma actividade profissional exterior ao sector agrícola, nomeadamente profissões que exigiam um elevado nível de qualificação: professores, profissionais liberais, dirigentes da administração pública. (Carmo b), 2007:820).

Centrando agora o olhar nas classes mais pobres e que viviam em situação de maior vulnerabilidade, em virtude de não terem acesso à posse da terra, existiam os trabalhadores permanentes e os trabalhadores temporários, sendo estes últimos em maior número do que os primeiros,

“... sendo indiscutível que parte considerável das famílias encontravam-se numa situação pura de trabalho assalariado, que se podia distinguir em função da estabilidade e precariedade perante o contrato de trabalho. Assim de um lado existiam os *trabalhadores permanentes* (também designados por *concertados*), que normalmente eram contratados anualmente para a realização de um conjunto específico de serviços nas herdades ... A actividade na herdade constituía-se ... a partir de uma rígida hierarquia na qual a seguir ao patrão (proprietário ou rendeiro) só o feitor detinha o máximo de autoridade organizacional perante todos os trabalhadores. Contudo, a maior parte dos trabalhadores agrícolas eram temporários, sendo recrutados para a realização das tarefas agrícolas mais importantes, como é o caso da ceifa, da monda, da vindima e da apanha da azeitona.” (Carmo b, 2007:821).

Cutileiro (1977) refere a este propósito, no capítulo “Crises e Conflitos” da emblemática obra “Ricos e Pobres no Alentejo – Uma Sociedade Rural Portuguesa”, que uma das primeiras referências ao problema do desemprego no Alentejo, surge num documento local datado de 1879, em virtude dos prolongados períodos de tempo em que os trabalhadores rurais não tinham trabalho nas herdades. Este facto não era ignorado pelos grandes latifundiários, que temiam a agitação social, tentando contorná-la com o recurso à caridade e à esmola. Saliente-se assim que

“A caridade e o roubo, as formas tradicionais de comportamento institucionalizado que contribuía para mitigar a pobreza extrema originada pela natureza da

²⁴ Os conceitos de pluriactividade “... caracteriza a diversidade de actividades e de funções exercidas pelo conjunto dos elementos pertencentes a um mesmo agregado familiar. Por sua vez, o plurirendimento representa a variedade dos recursos e das fontes de rendimento. Em alguns casos o plurirendimento pode não significar pluriactividade, como no caso das famílias que, para além da actividade profissional, têm outras fontes de rendimento (juros, remessas de familiares emigrantes, etc).” (Carmo b, 2007:831).

estratificação social, revelaram-se ineficazes para contrariar as proporções assumidas pelas novas crises de desemprego. Desempenharam, todavia, um importante papel acessório durante muitos anos. «Quem dá aos pobres empresta a Deus.» (Cutileiro, 1997:91).

A esmola era parte das relações sociais estabelecidas entre ricos e pobres no Alentejo, mitigando qualquer tipo de agitação social. O controlo social exercido sobre os pobres, era exercido por vezes de forma organizada, como é exemplo o ano de 1937, em que foi organizada em colaboração com particulares mais abastados uma “Campanha de Auxílio aos Pobres no Inverno”. (Cutileiro, 1977:93). Pelo que

“A caridade expressa em esmolas tinha sobretudo um carácter local e privado: constituía um empréstimo a Deus e servia de reparação por pecados cometidos neste mundo, além disso, contribuía simultaneamente para afastar o perigo de agitação social. Era ainda um meio de assegurar prestígio e *status*.” (Cutileiro, 1977:93).

Historicamente o Alentejo é associado a um território deprimido, despovoado e envelhecido,

“Para esta visão relativamente estática do Alentejo em muito contribuiu a capacidade de persistência do sistema latifundiário, cujas estruturas se mantiveram estabilizados até meados dos anos 70 do século XX. No entanto, a partir dos anos 50 desenvolveu-se um conjunto de processos estruturais que alteraram significativamente a composição social e demográfica da sociedade rural. Para além dos fluxos migratórios que se intensificaram a partir desta altura, verificou-se a generalização do impacto da mecanização da agricultura, cuja consequência imediata foi a redução drástica da actividade agrícola; assistiu-se à intensificação da urbanização que atinge as principais cidades e vilas; desenrolou-se o problemático percurso de reforma agrária que levou à destituição do sistema tradicional na segunda metade dos anos 70.” (Carmo, 2007 a:31).

Carmo (2007 a) realiza uma interessante sistematização de dados sobre a Região Alentejo, que agrega a fotografia actual deste território a uma perspectiva histórica, fornecendo importantes contributos de análise.

Do ponto de vista demográfico são realçadas duas fases distintas, balizadas entre o final do século XIX e o final do século XX. Se até 1950 a população desta região viu os seus habitantes aumentarem em 121% (de 359088 para 792505 habitantes), a partir de 1950 começa uma fase de decréscimo da população, com destaque para uma perda de 33% da população de 1960 até 2001. Neste último ano, o número de habitantes da Região Alentejo equipara-se aos valores alcançados nos primeiros dez anos do século XX (530866

habitantes). (cf. Carmo, 2007 a). Para este facto concorre “ ...o grau de mecanização das explorações agrícolas que cresce consideravelmente entre as décadas de 50 e 60 ...que representa uma mudança profunda em relação aos modos de produção tradicionais.” (Carmo, 2007 b: 828).

No que diz respeito às grandes cidades, e mais concretamente Beja, esta a par de Évora, destaca-se das outras cidades do Alto Alentejo (Portalegre e Elvas), pois “A partir da década de 50 dá-se um crescimento da população que inverte a tendência geral de diminuição populacional da região: entre 1940 e 2001, as cidades de Évora e de Beja crescem 70% e 66%, respectivamente.” (Carmo, 2007 a:34).

O autor chama ainda atenção para o facto da componente de crescimento dos centros urbanos, ter sido descurada em diversos estudos, ao associar-se o Alentejo a uma dimensão de ruralidade que, ao homogeneizar, oculta a coexistência entre o aumento populacional nas cidades e o esvaziamento das áreas rurais e, porquanto, deixar escapar dimensões de análise importantes para a compreensão dos fenómenos sociais.

“De facto, partindo de uma perspectiva mais histórica ou mais antropológica, acabou por se construir uma perspectiva relativamente homogénea e essencialmente rural da sociedade Alentejana. Este carácter homogéneo deve-se fundamentalmente a dois factores que estão interligados, por um lado, ao estatuto extensivo da paisagem e da propriedade agrícola, que identifica a Região como uma zona característica de latifúndio; por outro lado, à rigidez da estrutura social determinada por uma forte desigualdade social estabelecida entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores agrícolas assalariados, que eram a larga maioria da população.” (Carmo, 2007 a:36).

Tradicionalmente conotado como um espaço periférico, o interior, parece surgir como um contraponto relativamente à urbanização relacionada, por norma, com as regiões do litoral. Porém, a partir da década de 90 do século passado, foi generalizada a urbanização em grande parte das sedes de concelho do Alentejo, conduzindo inclusive ao crescimento de algumas freguesias tendencialmente agrícolas – estaríamos perante o fenómeno da sub urbanização. (cf. Carmo, 2007 a).

É necessária uma atitude crítica e de vigia perante a tentação de homogeneização dos espaços e das culturas, pois, embora com traços comuns cultural e até geograficamente identificáveis, a mesma não é constituída apenas por essas dimensões. Note-se a explicação adiantada, que do ponto de vista histórico, fornece um importante contributo para a análise

“Portugal é um país que se forja de Norte para Sul e que tem o Tejo como entrave para continuar as cruzadas, que é uma barreira natural difícil de transpor ...Além Tejo viviam os “infiéis islâmicos”, o Outro, um mundo difícil de conquistar. É aqui, por um processo histórico de exclusão ... que se forjou a sua unidade fundamental, a partilha identitária que marcou esta região, desde os primórdios da fundação do país. (Orta, 1997:21).

Acresce a esta ideia o princípio da exclusão que forja a identidade e representação da Região, e que se encontra “ ...enraizado historicamente: o Alentejo é o outro. Foi sempre assim ao longo da história da humanidade. Perante a exclusão forja-se e cimenta-se a unidade... “ (Orta, 2000:16). Este é um facto que se reflecte na personalidade do trabalhador rural alentejano que possui, o que pode apelar-se de

“ ...atitude de cínica resignação perante a vida, atitude que é comum entre os trabalhadores rurais, está associada à impossibilidade material de se viver de acordo com os padrões ideais de comportamento. E, ainda que, pelo facto de serem pobres, ninguém espere que procedam de modo diferente, carregam o fardo do seu fracasso material.” (Cutileiro, 1977: 97-98).

Nesta reflexão é importante realçar a relação entre as severas condições de trabalho, sobre o peso de um clima igualmente agreste e formas desiguais de distribuição do rendimento, em que os que mais trabalhavam eram por norma os que menos ganhavam. Atendamos, neste prisma, à seguinte descrição, sobre a forma de organização social em torno da posse da terra, que data de uma análise à vida nos campos entre as décadas de 30 e 60 do século passado:

“Os grandes proprietários celebravam contratos de arrendamento a longo e médio prazo com lavradores mais abastados, que empregavam mão-de-obra assalariada para a exploração de grandes extensões de terra. Ao mesmo tempo, os proprietários ou os próprios rendeiros podiam ceder parte das terras, por um período não superior a três anos, a pequenos agricultores rendeiros ou parceiros...Esta última situação caracteriza a actividade do seareiro ...definido como o agricultor que cultivava cereais em terra alheia sob o pagamento de um quarto ou um terço da produção cerealífera ao proprietário, segundo um contrato que poderia ir de um a três anos ...geralmente, os proprietários ou os grandes lavradores rendeiros cediam as terras menos produtivas das suas explorações aos seareiros, fazendo com que proporcionalmente estes acabassem por obter lucros mais baixos com o cultivo de cereais.” (Carmo b, 2007:815).

A fome parecia permanecer orgulhosamente escondida, tal como orgulhosamente permanecia o carácter do Alentejano que, apesar de trabalhar, não conseguia fugir a uma condição de pobreza persistente.

“Hoje, sem essas coordenadas espaço – temporais, sem essa relação ancestral com a terra e com os ritmos da natureza, sob o peso da modernidade que o desaloja da sua compreensão do mundo, é catalogado pelo Outro que o inclui no anedotário da preguiça, quando ainda ontem era louvado pela sua honra vertical de se ver curvado sob o peso de um senhor, sem salário que atenuasse a fome... não confessa a fome, esconde-a, sabendo que todos sabem e que quase todos passam fome, mesmo quando trabalham. É nessa honra ancestral estreitamente relacionada com o trabalho, tantas vezes isolado, no campo, que o homem do Alentejo se cria como um ser solitário, de uma solidão pungente, e ao mesmo tempo partilhada, que os versos das suas cantigas e modas expressam muitas vezes.” (Orta, 2000:19).

O orgulho alentejano projectava-se mesmo nas condições sociais mais agrestes, sendo relatada por Cutileiro (1977) a penosidade que representava para o pobre sujeitar-se a tal condição:

“Pedir esmola constituía, para o trabalhador rural, ocupação odiosa. Mendigar era renunciar à pretensão de ser capaz de pagar um favor e, por conseguinte, descer mais baixo do que qualquer homem ou mulher jamais o deveria fazer; era passar a fazer parte dos grupos sociais marginais compostos por aqueles que, como os pedintes tradicionais e os ciganos, não tinham direito à plena «cidadania», o que representava perder toda a dignidade.” (Cutileiro, 1977:95).

De entre os pobres existiam como que duas “classes”: os mendigos tradicionais e aqueles que perante a condição de desempregados, se viam “forçados” a aceitar esmolas, sendo estes últimos os que “...convertiam a esmola numa importante instituição social.” (Cutileiro, 1977:1994).

Desta forma os estudos realizados sobre a região, nomeadamente a partir dos anos 60 do século XX, caracterizam-na como uma região marcadamente rural e profundamente desigual socialmente. Cutileiro (1977) exemplifica a forma como eram culpabilizados os pobres, quando refere a contestação a uma lei de 1931, que pretendia multar aqueles que não acaimassem os seus cães de guarda, sob a égide do seguinte argumento:

“... os cães não só protegem os rebanhos dos animais selvagens, como ainda constituem um meio de dissuasão para «quantos, pensando que podem justificar-se com a falta de trabalho e a crise económica, se sentem com o direito de deitar mão àquilo que os outros produziram».” (Cutileiro, 1977:96).

O ponto de vista dos trabalhadores pobres era bastante diferente, considerado como uma forma de repor alguma dose de justiça, numa sociedade onde a distribuição da riqueza era tão desigual, pois que

“... O roubo de pequenas quantidades de lenha, fruta, bolota ...é considerado quase como um direito quando aqueles que o praticam vivem em miséria extrema, especialmente se estão desempregados, ...o rico, que não precisava daquilo que lhe fora tirado pelos pobres, não deveria apresentar queixa, tinham fome e frio e aquilo que tinham roubado teria provavelmente ficado a apodrecer nos campos sem ter préstimo para ninguém. Aos olhos dos pobres, as desigualdades existentes ...justificavam este tipo de roubo.” (Cutileiro, 1977: 96-97).

Interessa perceber os contornos de evolução desta situação, relativamente aos dias de hoje, considerando que historicamente “A assimetria social da região era manifesta e espelhava-se, quer no modo como se desenvolviam as relações de produção que eram claramente de exploração, quer na forma como se vivia o quotidiano nas aldeias onde reinava a opressão.” (Carmo, 2000:25).

Deste ponto de vista, caracterizar as desigualdades sociais no Alentejo, implica considerar dois eixos de análise: a dimensão da propriedade e a organização do trabalho, esclarecendo-se que

“... O primeiro salienta o nível de polarização que se estabelece entre a grande e a média propriedade, que ocupam maior área, e a pequena e a pequeníssima propriedade, que são muito superiores em número. O segundo identifica duas formas distintas de organização e de estatuto perante o trabalho, caracterizadas por um lado pela exploração por conta própria, que se desenvolve a partir das modalidades de arrendamento e/ou parceria, e, por outro lado, pelo trabalho agrícola assalariado por conta de outrem.” (Carmo b, 2007:820).

A Revolução do 25 de Abril de 1974, veio abalar este mundo e esta forma de organização social. Os ecos do que estaria para vir surgiam e

“Em Março de 1975, antes da promulgação da lei da reforma agrária e antes também de quaisquer ocupações de terra ... as pessoas sabiam já que estavam eminentes grandes mudanças e a noção que tinham das suas posições relativas fora profundamente perturbada. Os latifundiários tinham ainda a terra mas suspeitavam, com razão, que iria muito em breve deixar de ser sua; os trabalhadores supunham que a sua hora tinha chegado e viriam a ser eles os novos donos.” (Cutileiro, 1977: 406).

O fim da ditadura foi recebida pelo povo alentejano mais oprimido, enquanto sinal de libertação e como uma possibilidade de melhoria das condições de vida, é deveras elucidada pela descrição de Cutileiro:

“... os hábitos mudam-se e no seu novo estatuto os trabalhadores libertam-se do peso das servidões antigas. Será preciso que as coisas corram muito mal para haver nostalgia do passado. Quando, especulando sobre os riscos e defeitos da situação actual, os trabalhadores imaginam um retorno a esse passado (um regresso aos latifundiários) a hipótese é certamente a menos agradável de todas que congeminam e considerada com antecipada resignação e não com esperança. Este é de resto um dos aspectos que separam o Alentejo de outras regiões rurais de Portugal: enquanto que nalgumas destas a referência aos status quo ...fornece um modelo de sociedade contraponível ao actual e viável, em princípio, como alternativa, no Alentejo o status quo ...é, para a enorme maioria da população, indesejável.” (Cutileiro, 1977: 414).

Reportando a análise para a actualidade há que mencionar as alterações na estruturação e forma de ocupação do espaço, considerando-se o espaço urbano que se incrementou e o espaço rural que perdeu população e se isolou, bem como o estreitamento das fronteiras entre o campo e a cidade.

4.3.A Cidade de Beja: Reflexão sobre Indicadores Demográficos, Sociais, Culturais e Económicos

4.3.1. Localização Geográfica

A cidade de Beja é capital de concelho e de distrito, situada na Região Alentejo, mais propriamente no Baixo Alentejo, sendo limitado a Norte pelo distrito de Évora, a leste por Espanha e a Sul pelo distrito de Faro.

Figura nº 1. Mapa da Região Alentejo



Fonte: Retirado do site www.bejadigital.pt acedido a 19 de Agosto de 2011

Em termos de localização geográfica o Baixo Alentejo integra a Região Alentejo, sendo limitado a norte pelo Distrito de Évora, a leste por Espanha, e a sul pelo Distrito de Faro. Esta sub-região integra catorze concelhos: Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Moura, Odemira, Ourique, Serpa e Vidigueira.

Figura nº 2. Mapa do Baixo Alentejo



Fonte: Retirado do site www.bejadigital.pt acedido a 19 de Agosto de 2011

No que respeita ao território o Baixo Alentejo abrange uma área de 8.544,6 km², que equivale a uma percentagem de 10,8% do território português, sendo que a totalidade da região Alentejo possui uma área de 31.551,8 km² ou seja 34,26% do território nacional, sendo por isso vasta em dimensão.²⁵

Figura nº 3. Mapa do Distrito de Beja



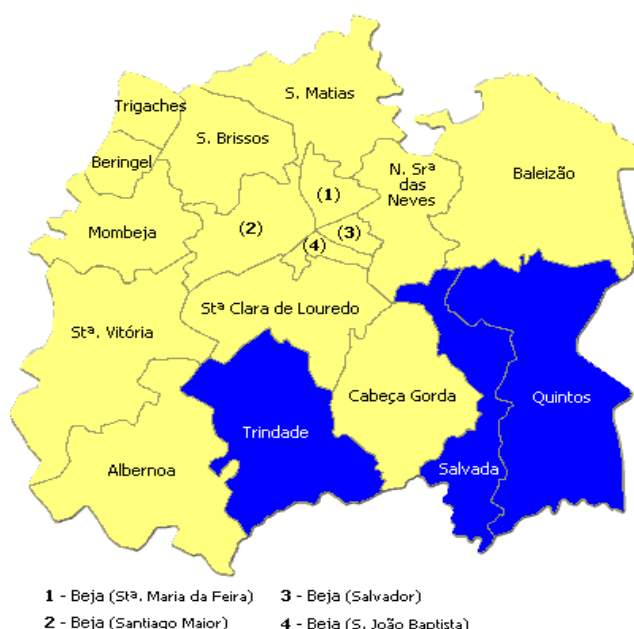
Fonte: Retirado do site www.bejadigital.pt acedido a 19 de Agosto de 2011

²⁵ Fonte: retirado do site www.bejadigital.pt acedido a 19 de Agosto de 2011

Colocando agora o enfoque no Distrito de Beja o mesmo pertencente à província do Baixo Alentejo, sendo limitado a norte com o Distrito de Évora, a leste com a Espanha, a sul com o Distrito de Faro e a oeste com o Distrito de Setúbal e com o oceano Atlântico. Possui uma área de 10 225 km², configurando-se desta forma como o maior distrito de Portugal, sendo a sua sede do distrito a cidade com o mesmo nome.²⁶

São catorze os municípios que constituem o Distrito de Beja: Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Moura, Odemira, Ourique, Serpa e Vidigueira. À excepção de Odemira, que pertence à sub- região Alentejo Litoral, os restantes treze concelhos enquadram-se na sub – região do Baixo Alentejo.

Figura nº 4. Mapa do Concelho de Beja



Fonte: Retirado do site www.bejadigital.pt acedido a 19 de Agosto de 2011

No que ao Concelho de Beja diz respeito, salienta-se que o mesmo possui uma área de 1.146,5 Km² é capital de distrito e insere-se na NUT II Alentejo e NUT III Baixo Alentejo. Este concelho é constituído por dezoito freguesias, sendo quatro predominantemente urbanas (Salvador, Santa Maria da Feira, São João Baptista e Santiago Maior) e catorze predominantemente rurais (Albernoa, Baleizão, Beringel, Cabeça Gorda,

²⁶ retirado do site www.bejadigital.pt acedido a 19 de Agosto de 2011

Mombeja, Nossa Senhora das Neves, Quintos, Salvada, Santa Clara de Louredo, Santa Vitória, São Brissos, São Matias, Trindade e Trigaches).

No que concerne às suas fronteiras, este concelho detém fronteiras com os concelhos de Cuba e Vidigueira, a este com Serpa, a oeste com Ferreira do Alentejo e a sul com os concelhos de Castro Verde e Mértola. (cf. Santos, 2005).

4.3.2. História e Símbolos da Cidade de Beja

Figura nº 5. Armas, Bandeira e Selo da Cidade de Beja



Fonte: Retirado do site www.bejadigital.pt acedido a 19 de Agosto de 2011

Em termos históricos desconhece-se a origem exacta da cidade de Beja. Existem contudo registos que remontam ao período da presença romana, apontando-se que o seu surgimento como cidade tenha tido origem com a Carta Régia de 10 de Abril de 1521. Esta cidade terá sido fundada ou por Júlio César ou por Augusto, com a denominação de Pax Júlia, assumindo na altura um importante estatuto no âmbito da regionalização romana.(cf. Santos, 2005).

A cidade de Beja, capital do Baixo Alentejo, tem como distância dos principais centros urbanos: Lisboa – 180 km; Évora – 80 km; Setúbal – 144 km; Sines – 104 km; Faro – 148 km. Apresenta como principais acessibilidades o IP2 que constitui o eixo de ligação Norte/Sul, enquanto que o IP8 é o eixo que atravessa transversalmente o Baixo Alentejo, promovendo a aproximação ao Atlântico e Espanha, e ligando Sines à fronteira (em Vila Verde de Ficalho). A auto-estrada de Lisboa ao Algarve tem acesso a aproximadamente 50 km, sendo que esta ligação agora realizada em itinerário principal deverá ser brevemente realizada em auto-estrada.

Esta cidade dispõe ainda de uma linha ferroviária, encontrando-se a sua capital a duas horas do centro da capital do País. Destaca-se ainda a existência de um aeroporto com fins civis, destinado a voos nacionais e internacionais.

Com base na informação disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística, relativa aos resultados dos Censos 2011²⁷, é possível traçar alguns elementos do perfil sócio – demográfico do Alentejo, Baixo Alentejo em geral e do concelho de Beja, de forma mais particular.

4.3.3. A Realidade Demográfica

O país que revela um crescimento ao nível dos seus residentes, famílias, alojamentos e edifícios, relativamente ao Recenseamento da População realizado em 2001. Desta forma actualmente residem em Portugal 10.555.853 pessoas, existem 4.079.577 famílias, 5.879.845 alojamentos e 3.550.823 edifícios, assistindo-se a um acréscimo de 1,9%; 11,6%; 16,3% e 12,4%, respectivamente. Salienta-se ainda que, ao nível das questões de género, continua a existir um maior número de mulheres (52,14%) para um menor número de homens (47,86%).

Assim, “... a região Centro, e o Alentejo, assinalam perdas da população residente ...Os municípios do interior perdem mais população e o litoral tende a manter o efectivo populacional.” (INE, 2011: 3).

²⁷ Censos 2011- Instituto Nacional de Estatística in <http://www.ine.pt> acedido a 20 de Julho de 2011

Vejamos agora a realidade demográfica do Alentejo, Baixo Alentejo e Concelho de Beja:

Quadro nº 6. População residente, famílias, alojamentos e edifícios no Alentejo, Baixo Alentejo e Concelho de Beja, em 2001 e 2011

	Alentejo		Baixo Alentejo		Concelho de Beja	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
População Residente	776.585	758.739	135.105	126.602	35.762	35.730
Famílias	292.898	306.207	50.110	50.999	13.010	14.278
Alojamentos	423.641	472.831	80.609	85.018	18.082	19.969
Edifícios	349.946	384.791	70.987	75.111	12.695	13.566

Fonte: Censos 2011 - Instituto Nacional de Estatística in <http://www.ine.pt> acedido a 20 de Julho de 2011

Importa primeiramente frisar que na NUT Alentejo em 2001 os residentes situavam-se nos 776.585 e em 2011 este valor decresceu, sendo um facto que esta região, que conta actualmente com 758.739 pessoas recenseadas pelos Censos de 2011, tem assistido a uma perda progressiva da sua população, “... e nos últimos 30 anos a região regista menos 60.598 residentes ...verificou-se uma redução da população que atingiu de forma mais significativa as zonas do interior. Alto Alentejo e Baixo Alentejo, apresentam respectivamente quebras na ordem dos 6%, cada.” (INE, 2011:247)

É ainda digna de menção a tendência de crescimento do parque habitacional, verificando-se o aumento do número de alojamentos e edifícios, bem como do número de famílias.

Tendo por base as estimativas da população para 2009 e as projecções demográficas para 2015, evidencia-se uma significativa perda da população residente na NUT Alentejo, equivalente a menos 27 754 indivíduos, variação negativa anual, média, de aproximadamente 1 habitante por cada 100 residentes. (cf. INE, 2010. Estimativas da População para 2009).

Atendendo a um cenário de projecção demográfica intermédio, a evolução da esperança média de vida à nascença aponta para valores de 79 anos para os homens e 84,7 anos para os elementos do género feminino. No que respeita à fecundidade prevê-se um aumento da mesma na ordem de 1,7 crianças por mulher até 2050. A este facto associa-se

uma projecção de saldos migratórios externos positivos que implicam uma redução dos 65 000 indivíduos por ano, registados em 2001, para os 10 000 por ano em 2010, valor continuará estável até 2050. (cf. Projeções da população 2000 a 2050, INE 2010, Estimativas da população para 2009).

Considerando ainda as mesmas projecções, prevê-se que o número de habitantes da NUT Alentejo diminua de 503 507 em 2009 para 475 753 habitantes em 2015. Deste valor as projecções destacam ainda um decréscimo do número de jovens, na ordem de um ponto percentual (13% em 2009 e 12% em 2015). Nesta ordem de ideias é ainda pertinente referir que

“...tendo por base a dinâmica demográfica passada, ressalta um contexto de envelhecimento populacional algo irreversível que deve ser tido em conta na promoção do desenvolvimento integrado da região, e que seria necessário contrariar através da potencialização de alguns dos investimentos territoriais em curso e, ainda, por uma estratégia clara em torno das mais valias/constrangimentos de algumas políticas nacionais de gestão e ordenamento do território alentejano. As questões de “stock” e de falta de vitalidade demográfica, que do passado à actualidade caracterizam este território, associam-se a aspectos relativos às qualificações da população residente, sendo visível um maior peso, face ao continente, de efectivos com níveis de escolaridade mais baixos (decorrentes de uma estrutura populacional envelhecida no topo).” (Plano Estratégico do Instituto Politécnico de Beja, 2010-2013:11).

Em entrevista ao Jornal Diário do Alentejo, de 15 de Julho de 2011, o demografo Joaquim Manuel Nazareth, realiza um comentário aos principais resultados dos Censos 2011, salientando que o declínio da população residente no Alentejo não será muito acentuado nas próximas décadas, dado que esta é uma região que já vê diminuir os seus habitantes há vários anos. Este fenómeno começará a ser mais visível em outras regiões do país. Assim

“... o Alentejo volta a perder alguma população enquanto o País aumenta ligeiramente a sua população ...o Alentejo não tem tido capacidade para atrair pessoas que compensem o declínio natural da sua população. Contudo ...o Alentejo, tendo começado o declínio do crescimento natural mais cedo do que as outras regiões, não irá perder muito mais população.” (Jornal Diário do Alentejo, 15 de Julho de 2011:4).

Nazareth desmistifica ainda que, a questão demográfica no Alentejo, se deve mais à não renovação de gerações, ou seja ao decréscimo do número de jovens, e não propriamente ao aumento do número de pessoas idosas, argumentando que

“... o Alentejo não é uma das regiões mais envelhecidas do mundo porque existem «velhos a mais». O que existe são crianças a menos ...A população diminuía no Alentejo quase 18 000 pessoas, mas as famílias aumentaram cerca de 13 000, os alojamentos aumentaram cerca de 49 000 e os edifícios cerca de 35 000. A diminuição da população associada ao aumento do número das famílias mostra a existência de mais famílias no Alentejo, mas de dimensão mais reduzida ...o ...Alentejo deve ser encarado ...como um laboratório para todo o Portugal. O declínio da natalidade começou muitos anos antes das outras regiões de Portugal e aquilo porque o Alentejo tem passado irá acontecer, a longo prazo, a todas as outras regiões.” (Jornal Diário do Alentejo, 15 de Julho de 2011:5).

4.3.4. Sectores de Actividade

A Economia Regional apresenta ainda um peso relevante do sector agrícola (17% contra 4% do território nacional), embora as actividades relacionadas com os Serviços venham a ganhar mais protagonismo. As actividades do Turismo, têm vindo a revelar também um potencial de crescimento para a Região.

Nesta linha de pensamento, também no capítulo do emprego os números permitem retirar algumas ilações que revelam preocupantes os valores sobre o desemprego nesta região. Factor que consequentemente pode repercutir-se nos índices de pobreza, na medida em que

“No capítulo do emprego, o Alentejo continua a ser uma das regiões com maiores índices de desemprego. De acordo com os últimos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (referentes ao 1º trimestre de 2010, Estatísticas do Emprego), a região apresenta uma taxa de desemprego de 11,1%, estando acima 0,5% da média nacional (que se cifra em 10,6%). O tecido empresarial da região caracteriza-se, tal como na generalidade do país, por empresas de micro – dimensão, tendência que tem sido reforçada ao longo dos últimos anos. No Baixo Alentejo, as micro empresas apresentam o seu peso mais significativo, estando acima da média regional. Contudo, todas as regiões NUT III apresentam uma demografia empresarial instável fruto das alterações constantes na dimensão e na estrutura das empresas, particularmente visível ao nível das micro e pequenas empresas.” (Plano Estratégico do Instituto Politécnico de Beja, 2010-2013:13).

A tendência parece assentar no declínio demográfico, reforçando desta forma o estatuto da Região Alentejo como território de baixa densidade populacional. Se a tal constatação se acrescentar a distância entre os centros e aldeias e vilas periféricas, a vulnerabilidade no acesso a bens e serviços acresce, e torna-se em mais uma dificuldade para os agentes económicos e sociais.

Quadro nº 7. Percentagem dos Sectores de Actividade em Portugal, no Alentejo e no Baixo Alentejo

Portugal		
Agricultura e Pescas /	Industria	Serviços
4%	25%	70%

Alentejo		
Agricultura e Pescas	Industria	Serviços
16%	27%	57%

Baixo Alentejo		
Agricultura e Pescas	Industria	Serviços
17%	15%	68%

Fonte: Retirado do site www.bejadigital.pt acedido a 19 de Agosto de 2011, INE – Retrato Territorial de Portugal (2005).

A atenção volta-se também para um dos sectores que outrora desempenhou um papel fundamental na economia alentejana: a agricultura. A par do turismo, esta surge como uma actividade económica que possa reverter a tendência de decréscimo populacional, ao considerar-se que

“ ...no Alentejo historicamente a agricultura desempenhou um papel importante ao nível da demografia. Os números apurados dão disso conta, pois o concelho de Beja terá uma oportunidade real de crescimento muito significativo da sua população. A história recente confirma esta tese, na medida em que houve no século XX períodos em que o Alentejo atraiu muita gente do exterior, devido ao incremento ou mudança no paradigma da agricultura, e no mesmo século foi a agricultura e as políticas regionais da época que conduziram à perda significativa de população.” (Câmara Municipal de Beja, 2010:5).

A diminuição da actividade agrícola, assumiu-se como um factor preponderante na reorganização do território, assistindo-se à transferência da população dos aglomerados de menor dimensão para os centros urbanos, facto que se relaciona igualmente com o crescimento do sector terciário. (cf. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, 2011)

Partindo da relação entre o nível de escolaridade, o acesso ao mercado de trabalho e o risco de pobreza, é importante introduzir no debate alguns dados que projectam dados para esta região. Pois que,

“De facto, no Alentejo, e nas sub – regiões do Baixo e do Alto Alentejo em particular, manifesta-se o predomínio de pessoas sem nenhum nível de ensino e/ou habilitadas unicamente com o 1º ciclo do ensino básico: em 2001, 56,8% dos habitantes detinham, no máximo, o 1º nível do ensino básico (a média em Portugal é de 49,4%). No Alto Alentejo e Baixo Alentejo estes valores são ainda mais expressivos correspondentes a, respectivamente: 58% e 57,7%. No que diz respeito às habilitações de nível médio e superior, no Alentejo a média da população registada situa-se nos 8%, face a uma média nacional de 11,2%.” (Plano Estratégico do Instituto Politécnico de Beja, 2010-2013:11).

4.3.5. Indicadores de Protecção Social

Quadro nº 8. Indicadores de Protecção Social no Concelho de Beja em 2010

Pensionistas da Segurança Social por 1000 habitantes em idade activa	Beneficiários de Rendimento Social de Inserção por 1000 habitantes em idade activa	Pensionistas da Segurança Social por local de residência	Pensões da Segurança Social por local de residência	Beneficiários/as de Rendimento Social de Inserção, por local de residência
‰	‰	N.º	€ (milhares)	N.º
410,06	82,55	11 761	46 555	2 380

Fonte: Censos 2011 - Instituto Nacional de Estatística in <http://www.ine.pt> acedido a 20 de Julho de 2011

Considerando os principais indicadores de protecção social no concelho de Beja, verifica-se a existência no ano de 2010 de 2380 pessoas beneficiárias da prestação de Rendimento Social de Inserção, perfazendo uma percentagem de 82,55% por mil habitantes em idade activa. No que concerne ao número de pensionistas, este número eleva-se para os 11 761, correspondente a uma percentagem de 410, 06 % pensionistas por cada mil habitantes em idade activa.

Quadro nº 9. Famílias com requerimento de Rendimento Social de Inserção deferido não cessado, por freguesias do concelho de Beja, em 2011

Concelho de Residência	Freguesia de Residência	Famílias
BEJA	Albernoa	4
	Baleizão	19
	Beja (Salvador)	89
	Beja (Santa Maria da Feira)	166
	Beja (Santiago Maior)	106
	Beja (São João Baptista)	48
	Beringel	13
	Cabeça Gorda	30
	Mombeja	11
	Nossa Senhora das Neves	17
	Quintos	5
	Salvada	22
	Santa Clara do Louredo	8
	Santa Vitória	13
	São Brissos	3
	São Matias	7
	Trigaches	9
	Trindade	2
	Total	572

Fonte: Centro Distrital de Segurança Social de Beja, Abril de 2011

Segundo os dados fornecidos pelo Centro Distrital de Segurança Social de Beja, em 2011 eram 572 as famílias com requerimento de Rendimento Social de Inserção, deferido não cessado, no concelho de Beja. No que se refere à distribuição desta realidade pelas freguesias deste concelho, a maior concentração situa-se nas freguesias urbanas de Santa

Maria da Feira, Santiago Maior, Salvador e São João Baptista, abrangendo 409 famílias beneficiárias de Rendimento Social de Inserção, de um total de 572. É nas freguesias rurais, que este fenómeno tem menor expressão nomeadamente em Trindade, São Brissos e Albernoa, considerando igualmente que estas são localidades com menores índices de população.

Quadro nº 10. Beneficiários de Rendimento Social de Inserção do concelho de Beja, por Titularidade, Sexo e Faixa Etária em 2011

Faixa Etária	Beneficiário com requerimento diferido não cessado	
	Concelho de Beja	
	Sexo feminino	Sexo masculino
Menos de 18 anos	364	426
18 anos	18	16
19 anos	16	23
20-24 anos	75	69
25-29 anos	83	54
30-34 anos	71	62
35-39 anos	58	63
40-44 anos	70	53
45-49 anos	27	43
50-54 anos	32	36
55-59 anos	22	34
60-64 anos	18	19
≥ 65 anos	7	5
Total	861	903
	1764	

Fonte: Centro Distrital de Segurança Social de Beja, Abril de 2011

Analisando agora, o número de titulares beneficiários de Rendimento Social de Inserção no concelho de Beja em 2011, constata-se que à data, a maioria das pessoas que auferia desta medida pertencia ao sexo masculino, abrangendo 903 homens, seguido de um valor expressivo de 861 mulheres titulares de R.S.I. De um total de 1764 beneficiários, salienta-se igualmente que é na faixa etária abaixo dos 18 anos que se situam a maior parte dos processos, num total de 790 pessoas. Contrariamente, os valores mais diminutos de pessoas a usufruírem desta medida situa-se na faixa etária a partir dos 60 anos.

Importa igualmente salientar, que entre os anos 2000 e 2009 o poder de compra da região Alentejo simbolizava 4% relativamente ao total nacional, sendo que o concelho de Beja se situa em terceiro lugar no âmbito dos concelhos com maiores valores percentuais relativamente ao poder de compra dos seus habitantes, a seguir a Sines e Évora, no primeiro e segundo lugar, respectivamente. A nível do emprego, esta região confronta-se com o decréscimo da actividade da construção, em grande parte associada à redução de investimento no domínio da habitação, (cf. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, 2011). No domínio do emprego público “... no total do emprego

...varia de um mínimo de 10,6% referente a Sines e um máximo de 52,3 % relativo a Mourão...sendo os valores de Évora e Beja superiores a 20%.” (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, 2011: 32).

É digno de menção para esta análise, que quinze dos quarenta e sete concelhos do Alentejo são considerados “Territórios Envelhecidos e Desertificados”, ao representarem apenas 4,9% da população portuguesa do continente. Desta classificação, destaca-se o concelho de Beja que surge como “Território Moderadamente Inclusivo” a par de Évora, Portalegre, Sines e Santiago do Cacém. (cf. Instituto da Segurança Social, 2005).

Após a análise que pretendeu abordar os espaços de vida e interacção, que permitem associar a compreensão do fenómeno da pobreza ao contexto territorial em que se insere, importa agora dar conta do percurso metodológico que guiou esta investigação, traduzindo o mais fielmente possível os passos e opções que lhe estiveram subjacentes.

Parte II. As Opções Metodológicas – Explicitação de um Caminho

Capítulo 5. O Percurso Metodológico

O percurso metodológico adoptado foi o que se considerou que ia ao encontro dos objectivos desta investigação, conferindo-lhe a necessária coerência global. Entendeu-se, nesta linha de pensamento, a pesquisa qualitativa como a que melhor serve a raiz e intencionalidade do presente trabalho, que se centrou em estudar a forma e significado que as pessoas atribuem a um determinado fenómeno social – neste caso a experiência da pobreza na primeira pessoa.

Partilha-se, pelo que foi evidenciado anteriormente, de três pressupostos:

“ ...Um primeiro pressuposto é o do reconhecimento da singularidade do sujeito ...pois se o sujeito é singular, conhecê-lo significa ouvi-lo, escutá-lo, permitir-lhe que se revele ...o segundo pressuposto é que essas premissas partem do reconhecimento da importância de se conhecer a experiência social do sujeito ...terceiro pressuposto que se expressa no reconhecimento de que conhecer o modo de vida do sujeito pressupõe o conhecimento da sua experiência social.” (Martinelli, 1999:23).

A escolha do percurso metodológico mais adequado face aos propósitos da investigação consiste numa decisão fundamental, sobre a qual todas as outras, de maior ou menor dimensão, irão culminar com o objectivo de produzir conhecimento, pois que

“Para cada pesquisa concreta caberia ao método seleccionar as técnicas adequadas, controlar a sua utilização, integrar os resultados parciais obtidos. A metodologia será, assim, a organização crítica das práticas de investigação ...” (Almeida e Pinto, 1990:84).

Esta pesquisa surge, em termos metodológicos, enquadrada num paradigma construtivista, não enquanto vertente que torna exclusivas e seleccionadas as tendências da mesma, mas sim como pano de fundo e base de orientação da mesma.

Tendo por base o pensamento de Denzin e Lincoln (2006), do ponto de vista ontológico, ou seja, na forma de conceber a natureza da vida social/mundo social, entende-se que as realidades são construídas nos contextos locais e específicos, pelo que em termos epistemológicos, o modo de alcançar o conhecimento aponta para que este seja efectuado de forma subjectiva, considerando o conhecimento que vai sendo gerado e descoberto. No plano metodológico o paradigma construtivista aponta para uma perspectiva dialéctica, assumindo-se como objectivo investigativo, à luz deste paradigma, a compreensão e

reconstrução do conhecimento, através dos contributos individuais e da experiência vivida dos actores. Nesta linha de pensamento,

“ ...Não acreditamos que os critérios para julgar a “realidade” ou a validade sejam absolutistas (Bradley e Schaefer, 1998), mas que sejam, sim, provenientes de um consenso da comunidade no que diz respeito ao que é “real”, ao que é útil e ao que tem sentido ...Acreditamos que uma proporção considerável dos fenómenos sociais consiste em atividades que visem a elaboração de significados realizados por grupos ou indivíduos em torno desses fenómenos. Essas próprias atividades são de interesse central para os construcionistas/construtivistas sociais, simplesmente porque são as actividades atribucionais que visam a elaboração de significados/de sentidos que influenciam a ação (ou a inação)...” (Denzin e Lincoln, 2006:172).

Parte-se do pressuposto que as pessoas devem assumir um papel cada vez mais activo perante a “... designação de problemas que sejam do interesse de qualquer investigação e no planeamento de saídas para que as descobertas possam ser compartilhadas de forma mais ampla dentro e fora da comunidade.” (Denzin e Lincoln, 2006:179-180).

O campo de interesse constrói-se, nesta perspectiva, em torno do capital social subjectivo e da construção e reconstrução activa do conhecimento pelos seres humanos, colocando a

“ ...ênfase sobre a construção social da realidade social, mutável em oposição às identidades fixas do eu, e a parcialidade de todas as verdades, simplesmente irá ultrapassar as suposições modernistas de uma realidade objetiva, como, de fato, já o fez, até certo ponto, nas ciências físicas.” (Denzin e Lincoln, 2006:182).

Aqui os fenómenos humanos, a natureza do mundo social têm por base a

“ ...experiência única ...pela mais poderosa de todas as ameaças à objectividade convencional, o sentimento e a emoção. Os cientistas sociais que se preocupam com a expansão do que é considerado dado social confiam cada vez mais nas qualidades experimentais, incorporadas e emotivas da experiência humana que contribuem com a qualidade da narrativa de uma vida.” (Denzin e Lincoln, 2006:183).

A opção por determinado paradigma confere um sentido particular, embora não fechado, à investigação e aos procedimentos a ela inerentes. É nesta linha, que este paradigma conferiu à pesquisa um carácter que pressupõe que “... el éxito contemporáneo de la metodología cualitativa se debe, en gran parte, al abandono del paradigma positivista

identificado com la metodologia cuantitativa y la aceptación del paradigma constructivista y su empatia com la metodologia cualitativa ...” (Olabuénaga, 1999:59).

Deste prisma, e considerando o pensamento de Olabuénaga (2003), o paradigma construtivista atribui à pesquisa um objectivo de entender, reconstruir determinado objecto de conhecimento, configurando-se a natureza deste conhecimento como uma (re)construção individual que se gera de forma agrupada, em torno dos consensos.

Assim concebido, o paradigma construtivista entende a acumulação de conhecimento mediante a elaboração de reconstruções, cada vez mais informadas e sofisticadas com base na experiência vivida, ao qual se associa uma dimensão qualitativa que surge com o propósito de entender um determinado fenómeno, cuja natureza do conhecimento surge de reconstruções e contributos individuais. (cf. Olabuénaga, 1999).

5.1.O Cariz Qualitativo

A vertente qualitativa desta pesquisa, parte da fiabilidade e autenticidade dos testemunhos que serão recolhidos, que não pretendem contribuir para a construção de explicações plausíveis de serem generalizadas, mas sim que permitam construir uma análise sobre uma situação concreta do real, pois que “... Los análisis cualitativos, por lo general, estudian un individuo o una situación, unos pocos individuos o unas reducidas situaciones. Mientras algún aspecto, aunque sea éste marginal, el cualitativa pretende más bien profundizar en ese mismo aspecto...” (Olabuénaga: 1999:63)

A pesquisa qualitativa, é entendida como um tipo de estudo que tem como principal raiz e essência a intencionalidade de estudar um determinado fenómeno, não tendo por base o número de sujeitos estudados, mas a forma e significado que estas pessoas atribuem ao mesmo.

Este é um tipo de investigação, que se assume como pertinente no estudo das relações sociais, em face da crescente pluralidade e diferenciação dos universos de vida, pois que “... as metodologias dedutivas tradicionais... fracassam na diferenciação dos assuntos...” (Flick, 2005:2). Por esta ordem de ideias as pesquisas do tipo qualitativo procuram acima de tudo um significado, definição, por norma, aberto em muitos sentidos. (cf. Olabuénaga, 2003).

Desta forma, por muito limitado ou reduzido que seja o problema a estudar, o mesmo deve sempre entender-se na sua totalidade e nunca de forma fragmentada. (cf. Olabuénaga, 2003). Considerando esta premissa, existem duas importantes características na abordagem qualitativa,

“... La *primera* la que obliga a una visión holística y global del fenómeno a estudiar. Cada objecto de investigación debe ser entendido como un Texto en un Contexto, debiendo ser ambos abordados en su totalidad. La *segunda* ...no perder contacto con la realidad inmediata... La proximidad es un requisito indispensable. (Olabuénaga, 2003:55).

Assim, a pesquisa qualitativa assume o compromisso de envolver os sujeitos que nela participam, enquanto seres únicos, heterogêneos e com experiências diferenciadas, na forma de ver o mundo e a vida, procurando dar-lhe um sentido capaz de gerar conhecimento, facto que torna fundamental a reflexão sobre a função ocupada pela teoria neste processo de investigação.

5.2.O Lugar da Teoria no Processo de Investigação

Procurando agora definir o lugar da teoria nesta investigação, a concepção de teoria adoptada surge na linha de Rey (2005) e entende-se como

“... a construção de um sistema de representações capaz de articular diferentes categorias entre si e de gerar inteligibilidade sobre o que se pretende conhecer na pesquisa científica. Tal sistema de representações cede espaço à organização intelectual de um campo, o qual se expressa em uma representação com capacidade de integrar novos aspectos do estudado no desenvolvimento de uma linha de pesquisa.” (Rey, 2005:29).

Considerando que se trata de uma pesquisa qualitativa, a teoria entendeu-se como um caminho aberto que integrou as ideias do investigador, o marco teórico assumido pelo mesmo e o momento empírico em que se realizou o trabalho de investigação. (cf. Rey, 2005).

Continuando a recorrer ao pensamento deste autor, entendeu-se a existência de dois níveis que explicam o lugar da teoria num processo de investigação: um nível macro e um nível local. No primeiro cabem as representações mais abrangentes e estáveis e no segundo existe uma forte ligação com o empírico gerando representações próprias e conceitos, que se confrontam com o nível mais macro, pelo que “As construções particulares de uma pesquisa concreta representam, em si mesmas, uma produção teórica importante, embora sejam seus nexos, relações e contradições com o nível macro que permitem a significação dessa pesquisa para a produção teórica geral da ciência.” (Rey, 2005:34).

Recorrendo agora ao pensamento de Anfara e Mertz (2006) o papel da teoria nesta investigação, encontra-se relacionado com a metodologia, ou seja, é estabelecida uma relação directa com um paradigma investigativo do tipo qualitativo, pois que “... there is a substantive body of work that equates theory in qualitative research with the methodologies used in the conduct of the research and the epistemologies underlying these methods.” (Anfara e Mertz, 2006: xx).

Este tipo de estudo não pressupõe, desta forma, a construção de um referencial teórico estruturado, mas sim a exploração de perspectivas teóricas emanadas da pergunta de partida. Sob este pensamento, a distância do marco teórico é reforçada pela integração de novos conhecimentos sobre o objecto da pesquisa,

“... o que conduzirá à formação do modelo teórico na medida em que as novas construções se relacionem entre si e levem à produção de uma representação teórica que aumente seu valor heurístico progressivamente, permitindo, assim, explicar e

organizar processos que não eram inteligíveis antes da referida experiência ... é um processo aberto submetido a infinitos e imprescindíveis desdobramentos, cujo centro organizador é o modelo que o pesquisador desenvolve e em relação ao qual as diferentes informações empíricas adquirem significados. “ (Rey, 2005:105).

Adoptando esta visão a produção de conhecimento passa por um marco teórico aberto, que não a silencie, caso contrário, estaríamos perante apenas a aplicação de conhecimento. (cf. Rey, 2005). Nesta ordem de ideias, procurou-se igualmente a ligação entre esta concepção e a estratégia de investigação adoptada que se afigurou do tipo indutivo.

5.3. Estratégia de Investigação

Ao optar-se por uma estratégia de investigação do tipo indutivo não se pretende concretizar uma explicação do problema, mas sim compreender e interpretar a realidade em estudo, partindo de uma situação concreta do real. Pois que

“ A démarche indutiva valoriza a observação e a experiência empírica. Pelo menos no início da investigação, o enquadramento teórico deve ser aberto e flexível. As teorias ganham corpo à medida que a pesquisa vai avançando; as que permanecem, as que não foram entretanto rejeitadas, asseveram-se como as mais “fundadas”. ” (Gonçalves, 1998:27).

Entende-se a pesquisa como uma construção progressiva na qual “... sem seguir nenhum outro critério que não seja o de sua própria reflexão teórica, os distintos elementos relevantes que irão se configurar no modelo do problema estudado.” (Rey, 2005:81). Deste ponto de vista, pressupõe-se a geração de teorias, que requer a existência de “sensitizing concepts”, mas não de hipóteses. (cf. Blaikie, 2000)

Recorrendo novamente aos pressupostos ontológicos e epistemológicos norteadores desta investigação, e na perspectiva de Rey (2005), a mesma assume uma intencionalidade subjectiva – interpretativa, na qual os modelos teóricos são como que uma moldura sobre o problema, mas estão longe de o esgotar. O objectivo não é a reprodução ou verificação de tais modelos, mas sim a criação de novas perspectivas teóricas tendo em linha de conta um processo de construção contínua, no qual o empírico, a experiência vivida ao longo do processo de investigação fornece novas pistas, fortalece ou altera perspectivas teóricas pensadas *à priori*. Logo “O problema não pode ser uma camisa-de-força, e sim uma representação que pode converter-se no primeiro momento do modelo teórico que se desenvolverá no curso da pesquisa...” (Rey, 2005:91).

O empírico é por isso inseparável do modelo teórico, que por essa via vai sendo construído ao longo do processo, o qual lhe confere sentido e reforça a dimensão interpretativa e construtivista desta pesquisa.

Este é um processo repleto de definições e redefinições do objecto de estudo, não fosse ele uma construção, que neste caso em concreto, pretende consomar o entendimento dos percursos de vida dos actores como importantes determinantes de análise, que desempenharam um importante papel na configuração do desenho deste trabalho de investigação, de que a seguir se dá conta.

5.4. O Desenho da Investigação

A escolha do caminho mais adequado, consiste numa decisão fundamental, sobre a qual todas as outras, de maior ou menor dimensão, irão ancorar, com o objectivo de alcançar o mais possível a produção de conhecimento.

Deste modo, se é do desenho da investigação que se trata, a divisão deste processo em determinadas etapas, para além de contribuir de forma pertinente para uma organização mais eficaz, permite sistematizar o trabalho desenvolvido e conceder-lhe um sentido.

Contextualizando este pressuposto, a formulação de uma pergunta de partida inaugurou o início do processo, conferindo-lhe um sentido e uma linha condutora. Assim, o desenho da investigação e o percurso metodológico efectuado tiveram subjacente a pergunta de partida: “ Como é que as pessoas acompanhadas por instituições de apoio social, com intervenção na cidade de Beja, vivenciam a sua situação de pobreza?”. Face a esta indagação, definiu-se como período temporal os anos de 2009 a 2011, considerando que os dados disponíveis a nível local, compreendiam este período, pelo que a opção visou a apresentação da informação mais actualizada até então.

Considerando a pergunta que conduziu a investigação, que lhe deu corpo e fundamento, formularam-se como objectivos gerais compreender o modo como são experienciadas as situações de pobreza na primeira pessoa, entendendo os percursos de vida das pessoas que a vivenciam, enquanto elementos fundamentais para o reconhecimento da experiência social dos sujeitos. Procurou-se igualmente, conhecer e contextualizar expressões da pobreza, mediante a compreensão das suas formas de territorialidade, pela caracterização e compreensão das respostas sociais existentes e da forma como se organizam perante as situações de pobreza, num território concreto e definido, visando deste modo contribuir para a produção de conhecimento em Serviço Social, mediante a apresentação de propostas de intervenção assentes nas especificidades da pobreza, atendendo às suas particularidades.

Apresentaram-se ainda como objectivos específicos, entender como se caracterizam as respostas sociais à pobreza na cidade de Beja, analisando igualmente os principais indicadores demográficos, sociais, culturais e económicos relativos à região Alentejo, Baixo Alentejo, concelho e cidade de Beja. Considerou-se também pertinente, face aos objectivos deste trabalho compreender o trabalho realizado pelos Assistentes Sociais

vinculados a instituições sociais locais com intervenção no fenómeno da pobreza, ao que se associou o estudo e compreensão das vivências, discursos e trajectórias de vida de pessoas em situação de pobreza, acompanhadas por instituições de apoio social da cidade de Beja.

No prosseguimento da investigação, que havia alcançado maior consistência por via da formulação da pergunta de partida e determinação de objectivos gerais e específicos, foi considerada como hipótese teórica a existência de nexos de causalidade entre a forma de viver a pobreza e o território, configurado este último por determinantes de ordem diversa, nomeadamente económicas, políticas, culturais e sociais.

Perante este cenário, este trabalho de investigação organizou-se tendo por base, uma linha de pensamento que lhe pretendeu conferir coerência global e em simultâneo alcançar os objectivos, que podem sintetizar-se da seguinte forma:

- a) **Pesquisa e análise bibliográfica e documental** de autores de referência perante o fenómeno da pobreza, com recurso a livros, artigos, revistas científicas, legislação e informação em suporte informático (via internet), permitindo enquadrar esta investigação em torno dos principais eixos de análise, emanados da própria questão de partida. O material recolhido, foi posteriormente submetido a uma análise de conteúdo, organizando-se a informação em torno da reflexão da pobreza como fenómeno social, sobre o significado de ser pobre, assim como acerca dos mecanismos institucionais de resposta à pobreza, sendo igualmente explorada a territorialidade da pobreza, procurando perspectivar o fenómeno na região Alentejo e mais propriamente na cidade de Beja;
- b) **A par desta construção foram construídas, realizadas e analisadas entrevistas exploratórias**, durante os meses de Março e Maio de 2010, a líderes locais responsáveis por instituições consideradas forças vivas do meio, relativamente à problemática em estudo, como sejam o Presidente da Câmara Municipal de Beja, o Director do Centro Distrital de Segurança Social, a Presidente da Cáritas Diocesana e o Bispo de Beja. Estas entrevistas foram pertinentes ao fornecerem pistas de investigação, em geral, e ao contribuírem para a definição do objecto de estudo, em particular, dado que este tipo de entrevista “... tem interesse quando se inicia uma

pesquisa de terreno e se pretende descobrir as linhas de força pertinentes, dado o desconhecimento do fenómeno estudado.” (Guerra, 2006: 33).

Quadro n.º 11. Síntese do Guião das Entrevistas Exploratórias

Questões	Objectivos
O foco principal desta investigação é estudar como os mais pobres vivem a sua situação e a forma como são concretizadas as medidas de Política Social, a nível local, para atender a este problema. O que lhe parece este tema?	Compreender a sensibilidade dos líderes locais face ao tema da investigação; recolher contributos e pistas de análise.
Como define pobreza e o que é para si uma pessoa pobre?	Entender a perspectiva dos líderes locais sobre o fenómeno da pobreza e a concepção de pessoa pobre.
Qual é o perfil das pessoas que recorrem a este serviço?	Perspectivar o perfil das pessoas pobres na cidade de Beja; construir indicadores de análise sobre esse perfil.
Como se processa o atendimento a estas pessoas: como chegam os casos e quem são essas pessoas?	Equacionar a visão dos líderes locais acerca do atendimento e sinalização de casos de pobreza em instituições da cidade de Beja.
Quais são os casos mais flagrantes e mais típicos?	Perspectivar o perfil das pessoas pobres na cidade de Beja; construir indicadores de análise sobre esse perfil.
Que tipo de intervenção é realizada junto destas pessoas? Como são tratados os casos?	Perspectivar o conhecimento detido pelos líderes locais sobre a intervenção realizada no fenómeno da pobreza na cidade de Beja; compreender a forma como se organizam as respostas sociais a nível local.
É possível aceder a estes processos? É possível entrevistar estas pessoas?	Garantir a possibilidade de acesso à informação e o contacto directo com pessoas em situação de pobreza acompanhadas por instituições de apoio social da cidade de Beja.
Como é determinada a condição de pobre nesta instituição?	Perceber a forma como se operacionalizam a nível local os critérios de atribuição de apoios sociais e como se organizam as respostas ao fenómeno da pobreza.
Que medidas de Política Social são concretizadas nesta instituição?	
Como considera que estas pessoas vivem a sua situação?	Recolher pistas de análise acerca da perspectiva dos líderes locais sobre a vivência da pobreza na primeira pessoa.
Como analisa a intervenção dos Assistentes Sociais nestas situações de pobreza?	Entender a visão dos líderes locais sobre a intervenção do Assistente Social no fenómeno da pobreza.
Considera que este fenómeno assume particularidades na região Alentejo?	Equacionar possíveis nexos de causalidade entre o fenómeno da pobreza e o contexto espaço – territorial.

Fonte: Guião de Entrevista Exploratória elaborado pela Investigadora

c) Organização do trabalho empírico em dois pilares:

Primeiro Pilar – Visão do fenómeno da pobreza a nível local

1. **Caracterização das respostas sociais à pobreza a nível local**, mediante a compreensão e análise dos principais equipamentos, serviços e respostas sociais por área de intervenção: infância e juventude; população adulta; família e comunidade; grupos fechados/respostas pontuais.
2. **Análise dos principais indicadores demográficos, sociais, culturais e económicos** relativos à região Alentejo, Baixo Alentejo, concelho de Beja e focalizando a análise, sempre que possível, na cidade de Beja, de acordo com os dados disponíveis.

Este trabalho foi efectuado com recurso a várias fontes estatísticas do Instituto Nacional de Estatística, Carta Social, documentos oficiais do Instituto da Segurança Social, da Câmara Municipal de Beja, do Instituto Politécnico de Beja e da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do Região Alentejo. Destaca-se, a impossibilidade de incorporar nesta investigação o Diagnóstico Social do Concelho de Beja, da responsabilidade da Rede Social deste concelho, cuja última versão datada de 2000, encontrava-se em fase de actualização e portanto indisponível para consulta.

3. **Análise do trabalho realizado por Assistentes Sociais vinculados a instituições sociais da cidade de Beja, com intervenção no fenómeno da pobreza.**

Esta análise alicerçou-se na realização de sete entrevistas semiestruturadas, durante o mês de Setembro de 2011, aos profissionais do Centro de Formação Profissional, Centro Distrital de Segurança Social, Câmara Municipal, Centro Hospitalar do Baixo Alentejo, EAPN/ Portugal – Núcleo Distrital de Beja, Cáritas Diocesana de Beja e Centro Social, Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança. Como critério subjacente à escolha dos entrevistados, procurou-se abarcar as instituições sociais locais, que se consideraram representativas dos vários sectores de intervenção social localizados na cidade de Beja.

Este tipo de entrevista, configurou-se como o mais adequado à compreensão do trabalho realizado pelos profissionais de Serviço Social, perante o fenómeno da pobreza a nível local, dado que pressupõe a existência de questões determinadas num guião,

conferindo à investigadora a suficiente liberdade e flexibilidade para acrescentar ou alterar o rumo das mesmas em função do decurso da entrevista.

Segundo Pilar – Visões da pobreza na primeira pessoa

4. Estudo e compreensão das vivências, discursos e trajectórias de vida de pessoas em situação de pobreza.

Para tal, foi determinado como campo de análise as pessoas acompanhadas por instituições de apoio social da cidade de Beja, que vivenciam uma situação de pobreza, sendo a unidade de análise constituída por doze pessoas, seleccionadas através de uma amostra intencional por conveniência da investigadora, considerando que “O pressuposto básico da amostragem intencional é o de que, com «boa» intuição e uma estratégia adequada, é possível seleccionar os elementos que devem ser incluídos na amostra ...” (Almeida e Pinto, 1990: 110-111).

Considerando que a escolha aleatória dos entrevistados, poderia consistir num factor que acarretaria consigo dificuldades de concretização, foram dois os critérios de conveniência que estiveram na base desta amostra:

- a) A facilidade de acesso ao terreno, por via do contacto e acompanhamento da realidade social das instituições Cáritas Diocesana de Beja e Centro Social, Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança, possibilitado à investigadora, pela actividade docente exercida no Instituto Politécnico de Beja, enquanto supervisora de estágios curriculares em Serviço Social.
- b) A disponibilidade demonstrada pelas pessoas em situação de pobreza para colaborar na investigação. Este procedimento teve como intermediárias as Assistentes Sociais das duas instituições seleccionadas, que por solicitação da investigadora, indicaram pessoas que vivenciavam situações de pobreza. O contacto foi posteriormente estabelecido entre a investigadora e os possíveis entrevistados, dos quais doze acederam em dar o seu contributo a este trabalho.

A linha de pensamento subjacente a este tipo de amostra, parte do pressuposto que “...o número de pessoas a estudar varia sobretudo segundo o tipo de análise que pretendemos ...” (Albarelló et al, 1997:59), pois que

“ ...Más bien que representar, o modo de réplica miniaturizada, todos los casos existentes en el universo objecto de investigación, se busca comprender el máximo de alguns casos selectos sin pretender generalizar los resultados a todo el colectivo. (Olábuenaga, 1999: 116).

Visando uma linha de coerência interna da investigação, bem como os seus objectivos, foi utilizado como método de recolha de informação a entrevista em profundidade, durante os meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011, por se considerar ser este o método que melhor serviria os objectivos deste trabalho de investigação, pois que

“ É de assumir como pressuposto... que estamos perante sujeitos racionais (entrevistador, mas também entrevistado), sendo que ambos dão sentido à sua acção e, de forma aberta e transparente, definem o objectivo dessa interacção: um pretende colher informações sobre percursos e modos de vida sobre os quais o outro é um informador privilegiado pelo fenómeno social que viveu.” (Guerra, 2006:21-22).

Seguidamente, a etapa de análise das informações teve por base o material recolhido, através da gravação das entrevistas, que foi submetido a uma análise de conteúdo que pretendeu uma “ ...análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores ...que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção ...destas mensagens.” (Bardin, 1977:42), sendo que o a análise do tipo categorial permitiu “... operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos.” (Bardin, 1977:153).

Mediante a análise das informações, foi possível captar o sentido do discurso das pessoas que vivenciam situações de pobreza, bem como confrontar esta visão com os Assistentes Sociais vinculados a instituições de apoio social da cidade de Beja, num diálogo permanente com o referencial teórico central desta investigação, permitindo construir e reconstruir linhas de continuidade e rupturas entre os vários elementos em análise. Este processo conduziu a uma análise global, que se apresentou como um importante contributo para a elaboração das conclusões deste trabalho.

Esta última etapa, pressupõe uma retrospectiva das linhas de pensamento, equacionamento dos contributos desta investigação e seu alcance ao nível da produção de conhecimento.

Após a explicitação dos pressupostos metodológicos, em que se fundou este trabalho de investigação, é chegado o momento de apresentar o retrato do problema da pobreza na cidade de Beja a dois níveis. Um primeiro nível, que pretende apresentar um esboço das configurações do sistema social local e um segundo nível que enfoca as visões recolhidas sobre a pobreza na primeira pessoa.

Parte III. Vidas e Perfis de Pobreza na Cidade de Beja

Capítulo 6. Um retrato da pobreza na cidade de Beja: alguns pontos de vista

6.1.O Sistema Social Local

O trabalho de Pereirinha et al in Saraceno (2002) surge como uma importante referência para a análise do conceito de sistema social local, colocando-se um enfoque concreto e específico na função do mesmo no atendimento a situações de pobreza. O local, construções da pobreza e implementação de políticas sociais são aqui apropriados como principais eixos de análise, alicerçados nos seguintes princípios: a) Os sistemas nacionais diferem na proporção em que permitem ou até incentivam as variações; b) As variações dentro de um próprio país são resultado dos “Welfare” regimes nacionais e padronizam também o desenvolvimento social, económico, demográfico e político transposto para o local. (tradução própria cf. Pereirinha et al in Saraceno, 2002:35).

Esta perspectiva, confere ao debate sobre a pobreza a reflexão sobre as articulações/influências entre o nível local e nacional e as formas de atender as situações de pobreza.

Desta forma, é considerada uma relação entre o que os autores apelidam de nível I que comporta três grandes eixos de análise, colocados a nível nacional: os aspectos políticos e institucionais, os princípios de enquadramento ético e normativo e os aspectos económicos. O nível II compreende a análise do contexto local nomeadamente a situação sócio – económica e o modelo de desenvolvimento económico desse mesmo contexto; o sistema político vigente e ainda a configuração e organização dos grupos emergentes da sociedade civil.

A análise da pobreza, com base nos conteúdos do nível I e II, estende-se a indicadores como a intensidade, tipos, concentração espacial e modos de intervenção. Implica-se na reflexão o que os autores apelidam de modelo local de garantia do rendimento dos pobres que abarca duas grandes dimensões: os aspectos organizacionais (redes institucionais; recursos; entre outros); os aspectos subjectivos (normas e valores dos actores; formas de viver as situações; entre outros). (tradução própria cf. Pereirinha et al in Saraceno, 2002:36).

Figura nº 6. Ligações entre o Nível Local e Nacional na Regulação da Pobreza

Nível I – Contexto Nacional		
Aspectos Políticos e Institucionais	Princípios, Enquadramento Ético e Normativo	Aspectos Económicos
Estrutura dos partidos, coligações política, organização de interesses, conflitos de classe etc.	Cidadania, integração, responsabilidade social, democracia, coesão social, individualismo.	Tipo e modelo de desenvolvimento económico, crises económicas

Welfare State	Medidas Anti – Pobreza
Universalidade/Particularismo; Estado/Mercado/Sociedade Civil; Relações Público/Privado (desmercantilização); Grau de descentralização.	Rendimento; estratégias

Nível II - Contexto Local

1. Situação sócio económica e modelo de desenvolvimento económico: Contexto urbano; segregação; estigmatização de distritos; violência etc. Tendências sócio – demográficas: família, habitação, grupos etários, imigração	Pobreza <ul style="list-style-type: none">• Intensidade• Tipos• Concentração espacial• Modos de intervenção
2. Sistema Político: Tipo do governo local, cultura política; grupos de interesse, conflitos	
3. Sociedade Civil: associativismo, grupos de interesse, mobilização contra a exclusão, local welfare (rede social): redes institucionais; relações público/privado; modos de intervenção, cultura local: identidade, religião, família, sentido de comunidade e responsabilidade social.	

MODELO LOCAL DE POBREZA E GARANTIA DO RENDIMENTO DOS POBRES
<ul style="list-style-type: none">• Aspectos organizacionais (redes institucionais, recursos, etc.).• Aspectos subjectivos (normas e valores dos actores, formas de viver as situações).

Fonte: Pereirinha et al in Saraceno, 2002:36 (tradução própria).

6.1.2 Equipamentos, Serviços e Respostas Sociais

6.1.2.1. Respostas Sociais no Distrito e Concelho de Beja

No que respeita aos equipamentos e serviços existentes no contexto territorial em que incide esta investigação, optou-se pela explicitação das respostas sociais existentes no distrito de Beja, em geral, e no concelho de Beja, mais concretamente na sua capital, em particular.

Quadro nº 12. Número e Capacidade das Respostas Sociais no Distrito e Concelho de Beja em 2011

Tipo de resposta social	Distrito de Beja		Concelho de Beja
	Nº	Capacidade	Capacidade
Creche	28	1436	536
Centro de actividades ocupacionais	6	205	110
Lar Residencial	3	52	18
Centro de Dia	47	1726	155
Lar de Idosos	53	2845	790
Serviço de Apoio Domiciliário para Idosos	59	3380	545

Fonte: Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos Sociais in <http://www.cartasocial.pt>

Conforme se pode constatar o maior número de respostas sociais existentes no distrito de Beja, destina-se à faixa etária das pessoas idosos, com destaque para o Serviço de Apoio Domiciliário com capacidade para 3380 pessoas, seguido da resposta social Lar com capacidade para 2845 utentes e ainda os Centros de Dia com uma capacidade estimada em 1726. Esta é uma realidade que pode relacionar-se com as questões demográficas, que configuram o Alentejo como uma das regiões mais envelhecidas do país.

De realçar que, comparativamente com outras faixas etárias (como por exemplo a infância), as pessoas idosas são abrangidas por um total de 159 respostas, com uma capacidade que ronda os 7951 utentes, no distrito e 1490 no concelho de Beja. Por sua vez, são as pessoas com deficiência, as que menos são abrangidas pelas respostas sociais, considerando-se a existência de três Lares Residenciais, com capacidade para 52 pessoas

em todo o distrito de Beja e sendo que apenas 18 vagas estão localizadas para todo o concelho de Beja.

6.1.2.2. Serviços e Equipamentos Sociais na Área da Infância e Juventude

Quadro nº 13. Serviços e Equipamentos Sociais na área da Infância e Juventude destinados a Crianças e Jovens em Situação de Perigo, no Concelho de Beja, em 2011

Resposta	Freguesia	Denominação	Capacidade	Nº Utentes	Nat. Jurídica	Atualização
Centro de Acolhimento Temporário ²⁸	Beja (S. João Baptista)	Centro de Acolhimento Temporário “A Buganvília”	28	22	Associação de Solidariedade Social	31-01-2011
Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental ²⁹	Beja (Santiago Maior)	Sementes de Vida – Associação de Apoio à Vitima	80	114	Associação	14-01-2011
Lar de Infância e Juventude ³⁰		Fundação Manuel Gerardo de Sousa e Castro	36	33	Fundação de Solidariedade Social	24-01-2011
		Beja (S. João Baptista)	Lar Girassol	10	8	Institutos de Organizações Religiosas
		Casa Pia de Beja	40	39	Instituto da Seg. Social	31-01-2011

Fonte: Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos Sociais in <http://www.cartasocial.pt>

No que respeita à área da infância e juventude, mais concretamente os serviços e equipamentos sociais destinados a crianças e jovens em perigo, verifica-se a existência de um Centro de Acolhimento, um Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental e

²⁸ **Centro de Acolhimento Temporário:** “Resposta Social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento urgente e temporário de crianças e jovens em perigo, de duração inferior a seis meses, com base na aplicação da medida de promoção e protecção.”

²⁹ **Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental:** “Resposta Social desenvolvida através de um serviço, vocacionada para o estudo e prevenção de situações de risco social e para o apoio a crianças e jovens em situação de perigo e suas famílias, concretizado na sua comunidade, através de equipas multidisciplinares.”

³⁰ **Lar de Infância e Juventude:** “Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento de crianças e jovens em situação de risco, de duração superior a seis meses, com base na aplicação da medida de promoção e protecção.”

(Respostas Sociais – Nomenclaturas e Conceitos; Despacho do Secretário de Estado da Segurança Social) in <http://www.cartasocial.pt> acedido a 27 de Maio de 2011).

três Lares de Infância e Juventude. Estas respostas no seu conjunto têm capacidade para 194 pessoas possuindo, à data da recolha dos dados 216 utentes, excedendo por isso a capacidade de resposta nesta área. Esta situação verifica-se no único Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental do concelho de Beja, que excedia a sua capacidade em trinta e quatro utentes. Salienta-se a inexistência de equipamentos/serviços como a Equipa de Rua de Apoio a Crianças e Jovens, Apartamentos de Autonomização ou Actividades Sócio – Educativas.

Quadro nº 14. Serviços e Equipamentos Sociais na área da Infância e Juventude destinados a Crianças e Jovens, no Concelho de Beja, em 2010/2011

Resposta	Freguesia	Denominação	Capacidade	Nº Utentes	Nat. Jurídica	Actualização
Centro de Actividades de Tempos Livres ³¹	Beja (Salvador)	Centro Paroquial e Social do Salvador	140	81	Institutos de Organizações Religiosas	31-03-2010
	Beja (Santa Maria da Feira)	Carrossel da Criança (CSRC Bairro da Esperança)	60	72	Associação de Solidariedade Social	27-01-2011
		Centro Comunitário (CSCR Bairro da Esperança)	52	50		25-01-2011
	Beja (Santiago Maior)	Academia Morangos	80	55	Entidade Lucrativa	31-03-2010
		O Avião	20	20	Associação	03-03-2010
	Beja (S. João Baptista)	Jardim-de-infância Centro Infantil Coronel Sousa Tavares	150	134	Associação de Solidariedade Social	28-01-2011
	Salvada	Jardim-de-infância Fundação Joaquim Honório Raposo	40	20	Fundação de Solidariedade Social	10-05-2011

Fonte: Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos Sociais in <http://www.cartasocial.pt>

³¹ **Centro de Actividades de Tempos Livres:** “Resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, que proporciona actividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diversos modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de actividades específicas e multi-actividades, podendo desenvolver, complementarmente, actividades de apoio à família.” (Respostas Sociais – Nomenclaturas e Conceitos; Despacho do Secretário de Estado da Segurança Social) in <http://www.cartasocial.pt> acedido a 27 de Maio de 2011).

No que se refere à intervenção com crianças e jovens, a mesma materializa-se pela existência de sete Centros de Actividades de Tempos Livres, um destes situado fora da cidade de Beja (na freguesia rural de Salvada).

Quadro nº 15. Serviços e Equipamentos Sociais na área da Infância e Juventude destinados a Crianças e Jovens, no Concelho de Beja, em 2010/2011 (continuação)

Resposta	Freguesia	Denominação	Capacidade	Nº Utentes	Nat. Jurídica	Actualização
Creche ³²	Beja (Salvador)	Centro Paroquial e Social do Salvador	82	104	Institutos de Organizações Religiosas	31-03-2010
		Centro Infantil da Santa Casa da Misericórdia de Beja	33	40	Irmandade da Misericórdia – Santa Casa da Misericórdia	17-01-2011
	Beja (Santa Maria da Feira)	Creche “O Sonho da Criança” (CSRC Bairro da Esperança)	39	39	Associação de Solidariedade Social	25-01-2011
		Jardim-de-Infância Associação Escola Aberta	50	50		24-01-2011
		Jardim-de-infância Patronato de Santo António	85	90		10-01-2011
	Beja (Santiago Maior)	Casa do Povo de Penedo Gordo	38	33	Casa do Povo	12-01-2011
	Beja (S. João Baptista)	Jardim Infantil Nossa Senhora da Conceição	15	11	Entidade Lucrativa	21-01-2011
		Jardim-de-infância Centro Infantil Coronel Sousa Tavares	116	113	Associação de Solidariedade Social	28-01-2011
	Beringel	Jardim-de-infância Seara Nova	32	32	Associação de Solidariedade Social	24-02-2011
	Salvada	Jardim-de-infância Fundação Joaquim Honório Raposo	38	26	Fundação de Solidariedade Social	10-05-2011
	Santa Clara do Louredo	Infantário da Freguesia de Santa Clara do Louredo – Junta de Freguesia	8	8	Autarquia Local	21-04-2011

Fonte: Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos Sociais in <http://www.cartasocial.pt>

³² **Creche:** “Resposta Social, desenvolvida em equipamento, de natureza sócio – educativa, para acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, vocacionada para o apoio à criança e à família.” (Respostas Sociais – Nomenclaturas e Conceitos; Despacho do Secretário de Estado da Segurança Social) in <http://www.cartasocial.pt> acedido a 27 de Maio de 2011).

O equipamento com maior predomínio, destinado a crianças e jovens, são as creches, em número de onze, três das quais fora da cidade de Beja. No que respeita à natureza jurídica, apenas uma creche assume a figura de entidade lucrativa, distribuindo-se as restantes instituições pelas Associações de Solidariedade Social, Fundações de Solidariedade Social, Casa do Povo, Autarquia e Santa Casa da Misericórdia.

No cômputo geral a capacidade destas respostas situa-se nas 536 crianças/jovens, tendo à data 546 utentes, excedendo em dez crianças a sua capacidade. Salienta-se ainda a ausência de informação sobre o Serviço de Amas e Creche Familiar, bem como de Estabelecimentos de Educação Pré – Escolar.

Quadro nº 16. Serviços e Equipamentos Sociais na área da Infância e Juventude destinados a Crianças e Jovens com deficiência, no Concelho de Beja, em 2010/2011

Resposta	Freguesia	Denominação	Capacidade	Nº Utentes	Nat. Jurídica	Actualização
Intervenção Precoce ³³	Beja (S. João Baptista)	Equipamento Social Centro de Paralisia Cerebral	70	70	Associação de Solidariedade Social	31-01-2011
Lar de Apoio ³⁴			12	12		

Fonte: Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos Sociais in <http://www.cartasocial.pt>

Colocando agora a tónica nas crianças e jovens com deficiência, existe no concelho de Beja uma Equipa de Intervenção Precoce e um Lar de Apoio, ambos da responsabilidade da mesma instituição – o Equipamento Social Centro de Paralisia Cerebral, uma Associação de Solidariedade Social com capacidade para oitenta e duas crianças e jovens com deficiência, à data da recolha da informação. Para além desta instituição, única no concelho, ter alcançado a sua capacidade em termos de número de

³³ **Intervenção Precoce:** “Resposta Social desenvolvida através de um serviço que promove o apoio integrado, centrado na criança e na família mediante acções de natureza preventiva e habilitativa, , designadamente no âmbito da educação, da saúde e da acção social.”

³⁴ **Lar de Apoio:** “Resposta social desenvolvida em equipamento destinada a acolher crianças e jovens com necessidades educativas especiais que necessitam de frequentar estruturas de apoio específico situadas longe do local da sua residência habitual ou que, por comprovadas necessidades familiares, precisem, temporariamente, de resposta substitutiva da família.” (Respostas Sociais – Nomenclaturas e Conceitos; Despacho do Secretário de Estado da Segurança Social) in <http://www.cartasocial.pt> acedido a 27 de Maio de 2011).

utentes, salienta-se que o Transporte de Pessoas com Deficiência é uma resposta inexistente.

6.1.2.3. Serviços e Equipamentos Sociais na Área da População Adulta

Quadro nº 17. Serviços e Equipamentos Sociais na área da População Adulta destinados a Pessoas Idosas, no Concelho de Beja, em 2010/2011

Resposta	Freguesia	Denominação	Capacidade	Nº Utentes	Nat. Jurídica	Actualização
Centro de Convívio ³⁵	Beja (Santa Maria da Feira)	Centro Comunitário (CSCR Bairro da Esperança)	10	10	Associação de Solidariedade Social	25-01-2011
	Salvada	Centro Social e Cultural da Imaculada Conceição da Salvada	30	29		11-03-2010
Centro de Dia ³⁶	Baleizão	Centro Social Nossa Senhora da Graça	20	15		31-01-2011
	Beja (Santa Maria da Feira)	Centro Comunitário (CSCR Bairro da Esperança)	15	20		25-01-2011
	Beja (São João Baptista)	Fundação de Solidariedade Social – Lar e Centro de Dia Nobre Freire	40	11	Fundação de Solidariedade Social	31-01-2011
	Salvada	Centro de Dia do Centro Social e Cultural da Imaculada Conceição da Salvada	30	22	Associação de Solidariedade Social	11-03-2010
		Fundação Joaquim Honório Raposo	50	40	Fundação de Solidariedade Social	10-05-2011

Fonte: Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos Sociais in <http://www.cartasocial.pt>

No âmbito da intervenção com pessoas idosas, o concelho de Beja possui dois Centros de Convívio, um na cidade e outro fora da mesma, mais concretamente na

³⁵ **Centro de Convívio:** “Resposta social, desenvolvida em equipamento, de apoio a actividades sócio – recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação activa das pessoas idosas de uma comunidade.”

³⁶ **Centro de Dia:** “Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sócio – familiar.” (Respostas Sociais – Nomenclaturas e Conceitos; Despacho do Secretário de Estado da Segurança Social) in <http://www.cartasocial.pt> acedido a 27 de Maio de 2011).

freguesia de Salvada. A capacidade destas respostas situa-se nos quarenta utentes, existindo à data a que se reporta a informação, trinta e nove pessoas que frequentavam esta resposta, estando por isso quase completa a capacidade das Associações de Solidariedade Social que prestam este serviço.

No que respeita aos Centros de Dia, verifica-se à data da actualização dos dados, que existem cinco Centros de Dia no concelho de Beja, situando-se três destes fora da cidade, mais concretamente nas freguesias rurais de Baleizão e Salvada. Distribuindo-se pelas figuras jurídicas de Associações de Solidariedade Social e Fundações de Solidariedade Social, os mesmos possuem na sua totalidade capacidade para 155 utentes, sendo que a única instituição que excede a sua capacidade situa-se na freguesia urbana de Santa Maria da Feira, ficando as restantes aquém no número estabelecido como capacidade de resposta. Na totalidade estes Centros de Dia eram frequentados por 108 pessoas.

Quadro nº 18. Serviços e Equipamentos Sociais na área da População Adulta destinados a Pessoas Idosas, no Concelho de Beja, em 2010/2011 (continuação)

Resposta	Freguesia	Denominação	Capacidade	Nº Utentes	Nat. Jurídica	Actualização
Lar de Idosos ³⁷	Albernoa	Lar Nossa Senhora da Luz	93	75	Centro Social Paroquial	01-02-2011
	Beja (Salvador)	Centro Social e Paroquial do Salvador	80	78	Institutos de Organizações Religiosas	28-01-2011
		Centro Paroquial e Social do Salvador – Estabelecimento II	90	86		27-01-2011
		Lar de Idosos Casa de Repouso Quinta do Charro	40	36	Entidade Lucrativa	05-01-2011
	Beja (Santa Maria da Feira)	Lar de Idosos Mansão de S. José	108	96	Institutos de Organizações Religiosas	12-01-2011
		Casa de Repouso José António Marques	30	28	Cruz Vermelha Portuguesa	01-04-2011
		Casa de Repouso Henry Dunant	30	31		31-03-2011
		Centro de Apoio à Terceira Idade	85	85	Instituto da Segurança Social	15-04-2011
	Beja (Santiago Maior)	Lar Quinta da Navarra	40	40	Institutos de Organizações Religiosas	12-01-2011
	Beja (São João Baptista)	Fundação de Solidariedade Social Lar e Centro de Dia Nobre Freire	60	60	Fundação de Solidariedade Social	31-01-2011
	Salvada	Fundação Joaquim Honório Raposo	12	12	Fundação de Solidariedade Social	10-05-2011
	Santa Clara do Louredo	Lar da Sagrada Família	61	62	Centro Social Paroquial	02-02-2011
		Lar Residencial Santa Clara	61	61	Fundação de Solidariedade Social	03-03-2011

Fonte: Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos Sociais in <http://www.cartasocial.pt>

³⁷ **Lar de Idosos:** “Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao alojamento colectivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas ou outras em situação de maior risco de perda de independência e/ou autonomia.” (Respostas Sociais – Nomenclaturas e Conceitos; Despacho do Secretário de Estado da Segurança Social) in <http://www.cartasocial.pt> acedido a 27 de Maio de 2011).

Quadro nº 19. Serviços e Equipamentos Sociais na área da População Adulta destinados a Pessoas Idosas, no Concelho de Beja, em 2010/2011 (continuação)

Resposta	Freguesia	Denominação	Capacidade	Nº Utentes	Nat. Jurídica	Actualização
Serviço de Apoio Domiciliário ³⁸	Baleizão	Centro Social Nossa Senhora da Graça	30	20	Associação de Solidariedade Social	31-01-2011
	Beja (Santa Maria da Feira)	TrataComigo, Lda (Serhogarsystem – Beja)	40	11	Entidade Lucrativa	27-01-2011
		Casa de Repouso Henry Dunant	50	50	Cruz Vermelha Portuguesa	31-03-2011
	Beja (Santiago Maior)	Equipa Social da Cáritas Diocesana de Beja	60	58	Institutos de Organizações Religiosas	26-01-2011
	Beja (São João Baptista)	Fundação de Solidariedade Social Lar e Centro de Dia Nobre Freire	100	109	Fundação de Solidariedade Social	31-01-2011
	Beringel	Centro de Apoio Social – Pólo de Beringel	140	126	Associação	13-04-2011
	Trigaches	Associação de Solidariedade Social “Os Amigos de Trigaches”	25	25	Associação	04-03-2011
	Salvada	Fundação Joaquim Honório Raposo	60	40	Fundação de Solidariedade Social	10-05-2011
		Centro de Dia do Centro Social e Cultural da Imaculada Conceição da Salvada	40	24	Associação de Solidariedade Social	11-03-2010

Fonte: Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos Sociais in <http://www.cartasocial.pt>

A maioria das respostas sociais direccionadas para a faixa etária das pessoas idosas, no concelho de Beja, apresenta-se sob a forma de Lar de Idosos, existindo um total de treze equipamentos deste género, dentro e fora da cidade de Beja. Neste sentido, embora a

³⁸ **Serviço de Apoio Domiciliário:** “Resposta social desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou actividades da vida diária.” (Respostas Sociais – Nomenclaturas e Conceitos; Despacho do Secretário de Estado da Segurança Social) in <http://www.cartasocial.pt> acedido a 27 de Maio de 2011).

maioria destes lares se situem na cidade, num total de nove, destaca-se a existência de quatro destes equipamentos distribuídos pelas freguesias rurais de Albernoa, Salvada e Santa Clara do Louredo, contando esta última com dois lares na sua freguesia.

Estas respostas assumem figuras jurídicas diversas como Centros Paroquiais, Institutos de Organizações Religiosas, Entidades Lucrativas, Fundações de Solidariedade, entre outras. Quase todas estas instituições estão no limite da sua capacidade ou perto do mesmo, existindo apenas uma, a Casa de Repouso Henry Dunant, situada na freguesia urbana de Santa Maria da Feira, que afirma exceder a sua capacidade em um utente. No cômputo geral, estes lares têm capacidade para 656 utentes, tendo, à data a que corresponde esta informação, institucionalizadas 615 pessoas.

No que reporta ao Serviço de Apoio Domiciliário, o mesmo, em algumas situações, é realizado pelas instituições que possuem igualmente a resposta social Lar de Idosos e/ou Centro de Dia. Este serviço é também expressivo nas freguesias rurais do concelho de Beja, existindo cinco respostas deste género distribuídas pelas freguesias de Baleizão, Beringel, Salvada e Trigaches. Na cidade existiam, à data a que corresponde a informação, quatro respostas de Serviço de Apoio Domiciliário, sedeadas na cidade de Beja. Portanto, de um total de nove destas respostas, cinco concentram-se fora da cidade.

Da totalidade das instituições que prestam este serviço, apenas uma, a Fundação de Solidariedade Social Lar e Centro de Dia Nobre Freire, declara exceder em nove utentes a sua capacidade de resposta. Neste sentido, na generalidade o concelho de Beja possuía como capacidade de resposta para 545 pessoas, sendo que eram utentes do Serviço de Apoio Domiciliário 463 indivíduos.

No que se refere às restantes respostas direccionadas para o grupo populacional das pessoas idosas, não se verifica a existência de Centros de Noite, Acolhimento Familiar ou Residências para estas pessoas, no concelho de Beja.

Quadro nº 20. Serviços e Equipamentos Sociais na área da População Adulta destinados a Pessoas Adultas com Deficiência, no Concelho de Beja, em 2010/2011

Resposta	Freguesia	Denominação	Capacidade	Nº Utentes	Nat. Jurídica	Actualização
Centro de Actividades Ocupacionais ³⁹	Beja (Santa Maria da Feira)	CAO da Cercibeja	60	59	Cooperativa de Solidariedade Social	27-01-2011
	Beja (São João Baptista)	Equipamento Social Centro de Paralisia Cerebral – Associado da Federação das Associações de Paralisia Cerebral	50	48	Associação de Solidariedade Social	31-01-2011
Lar Residencial ⁴⁰	Beja (Santa Maria da Feira)	Lar Residencial “Vidas Coloridas”	18	18	Cooperativa de Solidariedade Social	28-01-2011

Fonte: Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos Sociais in <http://www.cartasocial.pt>

Colocando agora a tónica nas pessoas adultas com deficiência, as respostas sociais concentram-se nas freguesias urbanas de Santa Maria da Feira e São João Baptista, a cargo da Cooperativa de Solidariedade Social Cercibeja e da Associação de Solidariedade Social Centro de Paralisia Cerebral. Assim, existem dois Centros de Actividades Ocupacionais com capacidade para 110 pessoas, possuindo, à data a que se refere a informação, 107 utentes.

Constata-se também a existência de um Lar Residencial no limite da sua capacidade, ou seja com dezoito pessoas adultas com deficiência. Das restantes respostas sociais previstas para este grupo populacional: Centro de Atendimento/Acompanhamento e Animação para Pessoas com Deficiência; Serviço de Apoio Domiciliário; Acolhimento Familiar ou Transporte para Pessoas com Deficiência, nenhuma existe no concelho de Beja.

³⁹ **Centro de Actividades Ocupacionais.** “Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a desenvolver actividades para jovens e adultos com deficiência grave.” (Respostas Sociais – Nomenclaturas e Conceitos; Despacho do Secretário de Estado da Segurança Social)

⁴⁰ **Lar Residencial:** “Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojar jovens e adultos com deficiência, que se encontrem impedidos temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar.” (Respostas Sociais – Nomenclaturas e Conceitos; Despacho do Secretário de Estado da Segurança Social) in <http://www.cartasocial.pt> acedido a 27 de Maio de 2011).

Quadro nº 21. Serviços e Equipamentos Sociais na área da População Adulta destinados a Pessoas em Situação de Dependência, no Concelho de Beja, em 2010/2011

Resposta	Freguesia	Denominação	Capacidade	Nº Utentes	Nat. Jurídica	Actualização
Apoio Domiciliário Integrado ⁴¹	Beja (Santiago Maior)	Equipa Social da Cáritas Diocesana de Beja	15	15	Institutos de Organizações Religiosas	26-01-2011
	Beja (São João Baptista)	Fundação de Solidariedade Social Lar e Centro de Dia Nobre Freire	15	5	Fundação de Solidariedade Social	31-01-2011

Fonte: Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos Sociais in <http://www.cartasocial.pt>

Relativamente às respostas para pessoas em situação de dependência, no concelho de Beja existem duas instituições, sedeadas na cidade, que prestam Apoio Domiciliário Integrado a vinte pessoas, à data a que se referem os dados. Possuem uma capacidade que se situa no apoio a trinta indivíduos, estando por isso aquém da mesma. Esta constatação pode encontrar explicação no facto do serviço de Apoio Domiciliário Integrado ser direccionado para pessoas que se encontram em situação de dependência, que na sua generalidade são, por norma, pessoas idosas, que já são apoiadas por respostas sociais direccionadas para esta faixa etária como é o caso dos Lares ou Apoio Domiciliário.

⁴¹ **Apoio Domiciliário Integrado:** “Resposta que se concretiza através de um conjunto de acções e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados, de apoio social e de saúde, a prestar no domicílio, durante vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana. “

(Respostas Sociais – Nomenclaturas e Conceitos; Despacho do Secretário de Estado da Segurança Social) in <http://www.cartasocial.pt> acedido a 27 de Maio de 2011).

6.1.2.4. Serviços e Equipamentos Sociais na Área da Família e Comunidade

Quadro nº 22. Serviços e Equipamentos Sociais na área da Família e Comunidade destinados à Família e Comunidade em Geral, no Concelho de Beja, em 2010/2011

Resposta	Freguesia	Denominação	Capacidade	Nº Utentes	Nat. Jurídica	Actualização
Ajuda Alimentar a Carenciados ⁴²	Beja (Santiago Maior)	Equipa Social da Cáritas Diocesana de Beja	2195	2589	Institutos de Organizações Religiosas	27-01-2011
Refeitório/ Cantina Social ⁴³			20	51		26-01-2011
Atendimento/ Acompanhamento Social ⁴⁴	Beja (Santa Maria da Feira)	Centro Comunitário (CSCR Bairro da Esperança)	1200	132	Associação de Solidariedade Social	01-02-2011

Fonte: Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos Sociais in <http://www.cartasocial.pt>

Analisando os serviços e equipamentos sociais na área da família e comunidade em geral, constata-se a existência de três tipos de respostas: Ajuda Alimentar a Carenciados, Refeitório/Cantina Social e Atendimento/Acompanhamento Social, mantidas por duas instituições sedeadas na cidade de Beja, uma de cariz religioso e outra sob a forma de Associação de Solidariedade Social. Verifica-se que na área da família e comunidade, são inexistentes respostas como: Grupo de Auto – Ajuda, Centro Comunitário, Centro de Férias e de Lazer, Centro de Apoio à Vida, Comunidade de Inserção, Centro de Alojamento Temporário ou Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial.

No cômputo dos três tipos de respostas existentes, verifica-se que as mesmas apoiavam, à data da recolha de informação, 2772 indivíduos, situando-se a sua capacidade

⁴² **Ajuda Alimentar a Carenciados:** “Resposta social, desenvolvida através de um serviço, que proporciona a distribuição de géneros alimentícios, através de associações ou entidades sem fins lucrativos, contribuindo para a resolução de situações de carência alimentar de pessoas e famílias.”

⁴³ **Refeitório/Cantina Social:** “Resposta social desenvolvida em equipamento, destinada ao fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos, podendo integrar outras actividades, nomeadamente de higiene pessoal e tratamento de roupas.”

⁴⁴ **Atendimento/Acompanhamento Social:** “Resposta social, desenvolvida através de um serviço de primeira linha, que visa apoiar as pessoas e as famílias na prevenção e/ou reparação de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão social e, em certos casos, actuar em situações de emergência.” (Respostas Sociais – Nomenclaturas e Conceitos; Despacho do Secretário de Estado da Segurança Social) in <http://www.cartasocial.pt> acedido a 27 de Maio de 2011).

nas 3415 pessoas. Note-se, porém, que nas respostas sociais Ajuda Alimentar a Carenciados e Refeitório/Cantina Social, ambas da responsabilidade da Equipa Social da Caritas Diocesana de Beja, as mesmas excedem o seu limite em 394 e 31 pessoas apoiadas, respectivamente. O cenário inverso surge no âmbito do Atendimento/Acompanhamento Social, que fica aquém da sua capacidade em 1068 indivíduos.

6.1.2.5. Serviços e Equipamentos Sociais na Área dos Grupos Fechados/Respostas Pontuais

Quadro nº 23. Serviços e Equipamentos Sociais na área de Grupos Fechados/Respostas Pontuais, no Concelho de Beja, em 2010/2011

Resposta	Freguesia	Denominação	Capacidade	Nº Utentes	Nat. Jurídica	Actualização
Apoio em Regime de Ambulatório ⁴⁵	Beja (São João Baptista)	Equipamento Social Centro de Paralisia Cerebral – Associado da Federação das Associações de Paralisia Cerebral	85	80	Associação de Solidariedade Social	31-01-2011

Fonte: Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos Sociais in <http://www.cartasocial.pt>

Na área das respostas pontuais, a única existente no concelho de Beja, trata-se do Apoio em Regime de Ambulatório, sediada na cidade. Apoiava, à data a que correspondem os dados oitenta pessoas, tendo capacidade para oitenta e cinco.

Salienta-se ainda a total inexistência de respostas sociais, que deixam a descoberto grupos populacionais como: pessoas com doença do foro psiquiátrico; pessoas sem abrigo; pessoas com VIH/Sida; pessoas toxicodependentes (como Equipa de Intervenção Directa ou Apartamento de Reinserção Social) e pessoas vítimas de violência doméstica (Centro de Atendimento ou Casa Abrigo).

⁴⁵ **Apoio em Regime de Ambulatório:** “Resposta social, desenvolvida através de um serviço/equipamento, destinado ao apoio de pessoas com deficiência, a partir dos 7 anos, suas famílias e técnicos da comunidade, que desenvolve actividades de avaliação, orientação e intervenção terapêutica e sócio – educativa promovidas por equipas transdisciplinares.” (Respostas Sociais – Nomenclaturas e Conceitos; Despacho do Secretário de Estado da Segurança Social) in <http://www.cartasocial.pt> acedido a 27 de Maio de 2011).

6.2. O Caso Particular da Cáritas Diocesana de Beja

A Cáritas Diocesana é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, nos termos do Decreto-Lei nº 119/83, de 25 de Fevereiro, estando registada no Livro das “Fundações de Solidariedade Social” sob o nº 53/83 em 12 de Agosto de 1983 sendo, por isso uma pessoa colectiva de utilidade pública. Esta instituição está sediada na cidade de Beja, freguesia de Santiago Maior sendo que a sua intervenção abrange esta área geográfica. As orientações fundamentais desta instituição são: a Sagrada Escritura, a Doutrina Social da Igreja e as definidas pelo plano pastoral diocesano, os imperativos da solidariedade e a legislação civil e canónica, atribuindo prioridade às situações mais graves de pobreza e exclusão social. (cf. Cáritas Diocesana de Beja, 2012⁴⁶).

Quadro nº 24. Respostas Sociais da Cáritas Diocesana de Beja, Pessoas e Famílias abrangidas em 2010

Respostas sociais	Pessoas abrangidas	Famílias
Serviço de Apoio Domiciliário	75	-
Protocolo de Rendimento Social de Inserção	-	100
Centro Local de Apoio à Integração do Imigrante	572	-
Comunidade Terapêutica Horta Nova	19	-
Banco de Voluntariado	Sem informação	Sem informação
Refeitório Social	450 (45 156 refeições)	-
Banco Alimentar	1801	632
Atendimento Social	3250	1199
Total	6167	1931

Fonte: Cáritas Diocesana de Beja, 2010

Perante a análise às respostas sociais da Cáritas Diocesana de Beja, no ano de 2010, foi possível constatar que foram atendidas no ano em análise 6167 pessoas nesta instituição, sendo contabilizadas 1931 famílias abrangidas por estas respostas sociais, de acordo com a informação disponível. Os números mais expressivos situam-se ao nível do refeitório social, banco alimentar e atendimento social que contabilizaram 5501 das 6167 pessoas que recorreram a esta instituição.

⁴⁶ Retirado do site www.caritas.pt/beja/ acedido a 11 de Maio de 2012

6.3. O Caso Particular do Centro Social, Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança

A intervenção social no Bairro da Esperança, realizada de uma forma sistemática, iniciou-se em 1993 com a constituição da Parceria GISA (Grupo de Intervenção Social Articulado). No decorrer desta intervenção surgiu a candidatura, e respectiva aprovação, de um Projecto de Luta Contra a Pobreza, dando origem à criação de uma Associação, através da qual se constitui o Centro Social Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança. O GISA terminou quando o Centro foi implementado, mantendo-se, no entanto, as mesmas parcerias (cf. CSCRBE, 2008:1).

Desta forma, o Centro Social Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança constitui-se como uma Associação de Solidariedade Social legalizada em 01 de Abril de 1997, pelo Cartório Notarial de Beja, constituída por elementos representantes da Comunidade do Bairro da Esperança. Esta é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), de acordo com o Decreto-lei 119/837, de 25 de Fevereiro, registada na Direcção Geral de Acção Social (DGAS) – Ministério da Solidariedade, desde Julho de 1998. (cf. CSCRBE, 2008:2).

Este Centro, foi criado com o intuito de combater situações de exclusão social e pobreza na comunidade de St.^a Maria da Feira, em Beja, através de uma rede de envolvimento de instituições, cidadãos e colaboradores, com vista à (re)inserção e criação de oportunidades, numa perspectiva de desenvolvimento humano e social. (CSCRBE, 2009:1).

Através da parceria GISA e do Projecto de Luta contra a Pobreza, foram implementadas várias áreas de intervenção social que o CSCRBE assumiu na sua gestão, sendo estas: Creche; Carrossel da Criança; Suplemento Alimentar (actividade extinta no final do ano lectivo 2001/02); Actividades de Tempos Livres de Santa Maria (Centro de Jovens); Animação Comunitária, Observatório Social, Centro de Dia, Apoio Domiciliário e Atendimento/Acompanhamento Social. (cf. CSCRBE, 2008:3-4).

O Bairro da Esperança situa-se na freguesia de Santa Maria da Feira, uma das quatro freguesias urbanas do concelho de Beja, com uma área total de 15,596 km² (cf. Relatório Junta Freguesia de St.^a Maria, 2005: 30). Este bairro, também conhecido como Carmo Velho, teve origem no século passado, no local onde se situava o Convento de

Nossa Senhora do Carmo, construído em 1526 e habitado por monges pertencentes à Ordem dos Carmelitas. Em 1585, o Tenente-coronel António de Aires e Sousa adquiriu o que restava do velho mosteiro, como também os terrenos próximos. Já no século XX, a partir da década de 40, surgiram pequenas habitações onde residiam pessoas com fracos recursos económicos, provenientes de zonas rurais, em busca de melhores condições de vida, procurando trabalho na cidade. (cf. Cachola, 2006).

Ao longo do tempo, aumentaram o número de famílias, juntando-se, também, famílias de etnia cigana, encaminhadas para o Bairro pela Câmara Municipal que residiam em zonas degradadas da cidade, com o objectivo de construir novos bairros urbanos nessas mesmas zonas, “...tendo resultado o aparecimento de um ghetto que marcou profundamente a história do Bairro, com reflexos na sua própria identidade colectiva e que ainda hoje se sentem vestígios.... (Cachola, 2006: 9).

A primeira intervenção no Bairro ocorreu após o 25 de Abril de 1974, através da implementação de um programa de habitação SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório) que pretendia intervir nas necessidades da população que apresentava carências habitacionais, sendo que na mesma altura, foi criada uma Associação de Moradores, com o objectivo de ser porta-voz do bairro.

Através da acção conjunta estabelecida pelo SAAL, a Associação de Moradores e a Câmara Municipal de Beja, foram realizadas obras de melhoramento das habitações existentes, promovido o desaparecimento das barracas e sua posterior substituição por novas construções. Desta forma, verificou-se uma melhoria significativa das condições de habitabilidade do Bairro da Esperança (cf. Cachola, 2006: 10).

O Bairro da Esperança é constituído por cinco ruas principais, sendo que num dos topos existia um vasto conjunto de barracões, onde habitavam pessoas de etnia cigana, realojadas em 2006. Nesse espaço, nasceu posteriormente um novo empreendimento urbanístico denominado de A Colina do Carmo, no sentido de revitalizar a zona. A população de etnia cigana e de duas famílias não ciganas, residentes em barracas foram realojadas no Bairro das Pedreiras. Este último bairro, é rodeado por uma lixeira municipal, selada em 2001, campos de cultivo e instalações industriais (cf. Cachola, 2006: 9).

Ao analisar-se os dados obtidos, constata-se que a população tende a diminuir, situação que se explica devido à saída de cerca de 253 elementos de etnia cigana, outrora residentes nos barracões no Bairro da Esperança, realojados em Janeiro de 2006 no Bairro das Pedreiras, construído para o efeito. Esta situação, alterou a estrutura demográfica do Bairro da Esperança, sendo que a comunidade era em 2005, constituída por 882 elementos, passando para 677 pessoas em 2008. Esta comunidade tem como maior característica, com um elevado número de elementos em idade adulta e activa. (cf. Centro Social, Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança a), 2008).

No que respeita às categorias profissionais dos habitantes deste bairro, o número de categorias classificadas como qualificadas é reduzido, predominando actividades entendidas como não qualificadas, ligadas à construção civil, trabalho doméstico, cantoneiros de limpeza, auxiliares de serviços gerais e auxiliares de acção directa. Deste modo, não se estranha que o sector dos serviços seja o mais representativo. O desemprego atinge a população que oscila entre programas ocupacionais e cursos de formação profissional e o trabalho precário ou temporário, assume também registos elevados, dando origem a dificuldades económicas, assumindo-se o Rendimento Social de Inserção, como o suporte económico de vários agregados familiares. (cf. Centro Social, Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança a), 2008).

Perante este cenário, que pretendeu enfatizar as respostas sociais existentes a nível local, particularizando a análise nas duas instituições que serviram de campo para a realização da investigação junto das pessoas que vivenciam situações de pobreza na cidade de Beja, importa agora dar conta dos testemunhos recolhidos junto das mesmas e de profissionais de Serviço Social com intervenção em instituições sociais da referida cidade, que se apresentam no capítulo seguinte.

Capítulo 7. Percursos profissionais no combate à pobreza: entrevistas realizadas a Assistentes Sociais

As entrevistas realizadas a Assistentes Sociais que concretizam a sua actividade profissional em instituições da cidade de Beja, assumiram um importante papel no âmbito deste trabalho de investigação, na medida em que, através deste instrumento de recolha de dados foi possível confrontar a visão de sete profissionais de Serviço Social, sobre o fenómeno da pobreza na cidade de Beja, bem como indagar qual a perspectiva dos mesmos no que concerne ao objectivo geral desta pesquisa, conhecendo o que pensam sobre a forma como as pessoas em situação de pobreza, acompanhadas por instituições de apoio social desta cidade, vivem esta experiência.

Para além deste objectivo central, foi ainda possível através dos relatos destes profissionais, confrontar as suas perspectivas e visões, com os testemunhos recolhidos junto das pessoas pobres, em termos de análise global.

Procurou-se abarcar na escolha das instituições, aquelas que se consideraram representativas das áreas e sectores de intervenção do Serviço Social face à pobreza na cidade de Beja, nomeadamente: Centro Distrital de Segurança Social de Beja, Centro de Formação Profissional de Beja, Câmara Municipal de Beja (Gabinete de Desenvolvimento Social), Centro Hospitalar do Baixo Alentejo, Centro Social Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança, Cáritas Diocesana de Beja e European Anti Poverty Network (EAPN)/Portugal - Núcleo Distrital de Beja.

7.1.Prática Profissional dos Assistentes Sociais Entrevistados

7.1.1.Tempo de Trabalho e Percurso Profissional dos Assistentes Sociais Entrevistados Dentro da Instituição

Quadro nº 25. Tempo de Trabalho e Percurso Profissional dos Assistentes Sociais Entrevistados dentro da Instituição

	Tempo de trabalho na instituição	Percurso profissional dentro da instituição
C. D. Segurança Social Beja	23 anos	- Responsável por áreas territoriais de intervenção no distrito e concelho de Beja na área dos menores, família e comunidade; - Directora do Núcleo de Prestações de Solidariedade, responsável pela análise das prestações de R.S.I e outras prestações não contributivas; - Directora do Núcleo de Qualificação de Famílias e Território ao nível das respostas sociais.
C. Formação Profissional Beja	19 anos	- Técnica Superior de Serviço Social; - Chefe de Serviços; - Directora da instituição.
Centro Hospitalar do B. Alentejo	20 anos	- Técnica Superior de Serviço Social; - Responsável pelo Gabinete de Serviço Social.
C. S. C. R. Bairro da Esperança	15 anos	- Monitora de Tempos Livres; - Técnica Superior de Serviço Social - Directora Técnica da instituição.
Cáritas Diocesana de Beja	11 anos	- Assistente Social na resposta social Comunidade Terapêutica; - Assistente Social na resposta social atendimento e acompanhamento social
Câmara Municipal de Beja	30 anos	- Assistente Social na área da habitação social; -Técnica no Gabinete Técnico Local; - Técnica na Comissão de Higiene e Segurança no Trabalho; - Técnica no Gabinete de Gestão e Planeamento ao nível das Empresas e Projectos; - Responsável pelo Gabinete de Assuntos Sociais; - Chefe da Equipa Multidisciplinar de Desenvolvimento Social.
EAPN/Portugal – Núcleo Dist. Beja	9 anos	- Técnico do Núcleo Distrital de Beja

Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora no mês de Setembro de 2011

Ao colocar o enfoque de análise na prática profissional dos Assistentes Sociais entrevistados, procurou-se primeiramente indagar o tempo de trabalho e o percurso profissional dos mesmos, no seio das instituições onde exerciam, à data da entrevista a sua actividade profissional.

Neste sentido, foi possível verificar que quatro, dos sete Assistentes Sociais entrevistados, desenvolvem o seu trabalho há mais de dez anos nas respectivas instituições, sendo que uma destas profissionais já havia completado duas décadas ao serviço do Centro Hospitalar do Baixo Alentejo e outra com dezanove anos de serviço, estava prestes alcançar esse tempo de trabalho no Centro de Formação Profissional de Beja. Destaca-se ainda, que duas das Assistentes Sociais entrevistadas trabalham nas respectivas instituições há mais de vinte anos, realçando-se a profissional de Serviço Social da Câmara Municipal

de Beja, que afirma exercer a sua actividade há mais de trinta anos. Por fim, do cômputo dos Assistentes Sociais entrevistados, apenas um encontra-se vinculado há menos de dez anos à instituição onde exerce a sua profissão, mais concretamente no Núcleo Distrital de Beja da EAPN/Portugal.

No que respeita ao percurso profissional destes Assistentes Sociais, no âmbito das instituições a que estão ligados profissionalmente, foi possível constatar que cinco, dos sete profissionais que deram o seu contributo a esta investigação, exercem um cargo de direcção ou chefia, sendo também neste grupo de entrevistados que se enquadram os Assistentes Sociais que exercem a sua actividade há mais anos.

Os restantes dois profissionais de Serviço Social, exercem a sua actividade profissional há onze e nove anos, respectivamente, e apresentam um percurso mais linear e menos diversificado, no seio das instituições a que estão vinculados profissionalmente.

7.1.2.Trabalho Realizado pelo Assistente Social na Instituição

Quadro nº 26. Trabalho Realizado pelo Assistente Social na Instituição

C. D. Segurança Social Beja	<ul style="list-style-type: none"> - Intervenção na área da Infância e Juventude -Qualificação de Famílias e Indivíduos -Parcerias e Desenvolvimento Social -Respostas Sociais e acompanhamento técnico a instituições -Atendimento e acompanhamento social -Identificação de novas problemáticas sociais
C. Formação Profissional Beja	<ul style="list-style-type: none"> -Seleção e recrutamento de formandos -Integração sócio – profissional dos formandos -Animação, lazer e visitas técnicas em cada área profissional -Promoção de acções complementares -Imagem e divulgação do trabalho realizado na instituição
Centro Hospitalar do B. Alentejo	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de avaliações sociais do contexto sócio familiar e económico do doente; - Planeamento de altas sociais; - Acompanhamento específico a situações consideradas problemáticas como é o caso de doentes crónicos, oncológicos ou com doenças do foro mental
C. S. C. R. Bairro da Esperança	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalho Comunitário ao nível das diferentes faixas etárias; - Coordenação de equipas que trabalham nas respostas sociais da instituição; - Representação da instituição na rede de parcerias da comunidade; - Concepção, gestão e avaliação de projectos sociais
Cáritas Diocesana de Beja	<ul style="list-style-type: none"> - Atendimento Social a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social - Avaliação e/ou encaminhamento para as várias respostas sociais da instituição
Câmara Municipal de Beja	<ul style="list-style-type: none"> - Intervenção ao nível de vários sectores como a habitação social, educação, pessoas com deficiência, saúde, famílias em situação de vulnerabilidade social - Gestão de um equipamento social da Autarquia (Centro de Dia) - Gestão dos Contractos de Responsabilização Social celebrados com municípios - Concepção e gestão de projectos sociais - Gestão de transportes solicitados por instituições sociais
EAPN/Portugal – Núcleo Dist. Beja	<ul style="list-style-type: none"> - Concepção, gestão e avaliação de acções ao nível da formação, informação e investigação - Trabalho em rede e em parceria com as instituições sociais do distrito de Beja

Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora no mês de Setembro de 2011

Dando continuidade à análise sobre o percurso profissional dos entrevistados, os mesmos foram questionados sobre o trabalho realizado pelo Assistente Social nas instituições em questão, considerando-se o facto de cinco dos profissionais de Serviço Social que colaboraram neste estudo exercerem cargos de chefia e direcção. Este revelou-se um indicado de análise importante, perante a tentativa de discernir a intervenção social realizada perante as situações de pobreza nestas instituições, situadas na cidade de Beja.

Nesta linha de pensamento, constatou-se que o profissional de Serviço Social desenvolve um trabalho relacionado com o perfil e área de intervenção da respectiva instituição onde se enquadra, sendo de realçar que em seis das sete instituições em questão, este profissional assumia, à data da entrevista, funções de atendimento e acompanhamento social, junto de públicos em situação de vulnerabilidade social e subsequentemente em situação de pobreza. Apenas o profissional de Serviço Social vinculado ao Núcleo Distrital de Beja da EAPN/Portugal, afirma realizar uma intervenção indirecta nestas situações, desenvolvendo o seu trabalho em parceria com as instituições sociais do distrito de Beja, que operam, essas sim, de forma directa no fenómeno da pobreza.

7.1.3.Trabalho Desenvolvido pelos Assistente Sociais Entrevistados

Analisando agora o trabalho desenvolvido pelos Assistentes Sociais entrevistados, verifica-se que o facto de três entrevistados assumirem cargos de direcção e chefia dentro das instituições, conduziu a que se centrem em actividades que implicam um trabalho indirecto com a população, não se verificando o contacto e intervenção directa com pessoas em situação de pobreza. Nas três situações em análise, a actividade destas profissionais é centrada em funções de coordenação de recursos humanos e gestão de equipas, sendo que num dos casos, o trabalho realizado pela profissional de Serviço Social estende-se para o nível da gestão contabilística e financeira da instituição:

“É...um trabalho indirecto...trabalho com as equipas, com os técnicos, trabalho com recolha e análise de dados estatísticos relativos à intervenção, com o planeamento...apoio às equipas...” (Assistente Social no Centro Distrital de Segurança Social de Beja).

“... é um cargo de direcção...de gestão a dois níveis...recursos humanos...afectos ao Instituto de Emprego...dos formadores...e por outro gestão corrente de contabilidade financeira do Centro...manutenção de instalações...recursos físicos...mobiliário...transportes...segurança...restauração...limpeza...” (Assistente Social no Centro de Formação Profissional de Beja).

“...chefe de equipa multidisciplinar,... gerir... conflitos interpessoais e de comunicação para melhorar...o funcionamento da equipa e...a eficiência e eficácia do serviço...a minha função é um bocado ...pedagógica de partilhar a minha experiência,... e a componente técnica...no fundo estão a aprender a parte técnica,...é uma aprendizagem, sabem a teoria mas não sabem a parte prática.” (Assistente Social na Câmara Municipal de Beja).

A situação inversa sucede-se com duas Assistentes Sociais, que integram o grupo de cinco profissionais que exercem cargos de direcção ou chefia, dados que ambas afirmam realizar actividades coincidentes com o trabalho desenvolvido pelos profissionais de Serviço Social, no âmbito da instituição a que estão vinculadas. Nestas actividades, estão patentes inclusive o atendimento e acompanhamento social, pese embora às mesmas acresçam actividades de responsabilidade pela qualidade e funcionamento dos serviços,

coordenação de equipas de trabalho ou articulação e relacionamento com as chefias das respectivas instituições.

“...é o mesmo que as outras colegas...estou com internamentos de algumas especialidades...com o acompanhamento a consultas,...como responsável de serviço...abrange...as duas unidades hospitalares...assegurar que o serviço está a funcionar em pleno e com organização e com uniformização de procedimentos...depois é a articulação com as chefias,...no sentido de cumprir os objectivos...que a instituição tem que atingir,...”(Assistente Social no Centro Hospitalar do Baixo Alentejo).

“...faço...desde o atendimento...e o acompanhamento social,...que passa muitas vezes por informar, ...apoio a preenchimento de impressos, de acessibilidade aos serviços, de articulação com os serviços...faço também a coordenação, ...dos horários do Centro de Dia, do Centro de Convívio, a ...gestão da equipa, na Creche...compromissos com as representações,...do serviço...nos projectos destas instituições em parceria, recebemos também trabalho a favor da comunidade,...faço...a construção e execução, de...projectos de fundos comunitários,..” (Assistente Social no Centro Social, Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança).

No que respeita aos dois profissionais de Serviço Social, que não se encontram vinculados a cargos de direcção ou chefia, numa das situações a Assistente Social que desenvolve a sua actividade na Cáritas Diocesana de Beja, afirma realizar um trabalho de proximidade com famílias em situação de pobreza, dado ser a responsável pela resposta de atendimento social da respectiva instituição, como revela o seu testemunho:

“...sou responsável pela resposta de Atendimento Social,...às famílias e também pela resposta Refeitório Social, que...ajuda famílias de facto muito carenciadas com a alimentação que vêm fazer à instituição ou levam para casa,...Essencialmente é fazer os atendimentos...tentar perceber qual é a condição sócio – económica da família, tentar apoiar a família ...no sentido de independentizá-la da sua situação actual,...encaminhá-la para várias instituições nomeadamente na procura activa de trabalho, na procura...de alguns subsídios que poderá recorrer,...caso...seja uma família...com rendimentos nulos... porque resolver na totalidade torna-se praticamente impossível tendo em conta a situação actual do país.” (Assistente Social na Cáritas Diocesana de Beja).

No caso do Assistente Social que exerce as funções de técnico no Núcleo Distrital de Beja da EAPN/Portugal, o trabalho vincula-se a uma relação indirecta com a população pobre, incidindo na missão da organização da intervenção social junto de instituições e

decisores políticos, alicerçados em quatro pilares de combate à pobreza, descritos da seguinte forma pelo entrevistado:

“...tem a ver com a missão da organização, combater a pobreza e a exclusão social. O trabalho está direccionado em...quatro linhas...informação, a formação e a investigação e o lobby social. O lobby passa ... por...ser de alguma forma um grupo de pressão...no sentido de lançar pistas para novas intervenções,...no que concerne ao combate à pobreza e exclusão social...por outro lado junto dos decisores políticos,...na identificação e sinalização de situações de pobreza...” (Assistente Social/ Técnico da EAPN – Núcleo Distrital de Beja).

7.1.4.Objectivos da Instituição onde o Profissional de Serviço Social Exerce a sua Actividade Profissional

Na continuidade da análise sobre a prática profissional dos Assistentes Sociais entrevistados, pretendeu-se indagar o ponto de vista dos sete profissionais que colaboraram neste estudo, no sentido de se pronunciarem sobre os objectivos da instituição onde exercem a sua actividade profissional.

Com o intuito de estabelecer um paralelismo, entre os objectivos institucionais enunciados e a intervenção no âmbito das situações de pobreza, foi possível compreender que estas instituições assumem uma intervenção institucional no fenómeno da pobreza, orientada para a sua vocação e missão de intervenção, alicerçada na garantia de meios de subsistência.

Estes meios, são muitas vezes apelidados como “mínimos” no provimento de meios de satisfação de necessidades humanas básicas ou como suportes perante a ocorrência de episódios marcantes no percurso de vida, como é o caso de doença ou morte. É-lhes ainda apontado o estatuto, de se assumirem como pontes para a integração das pessoas no mercado de trabalho, enquanto forma de superar a situação de pobreza e conferir um acesso a recursos económicos provindos do aumento do nível de formação e/ou escolaridade.

Os objectivos institucionais analisados, possuem ainda, por norma, uma moldura legal enformada em muitos dos casos por regulamentos e normas, que pretendem conceder-lhe legitimidade, senão veja-se o caso destas três instituições públicas:

“...de apoiar os indivíduos...na substituição dos meios que provêm às suas necessidades, seja por episódios de doença, de morte,...seja por via ...do seguro social,...das prestações não contributivas...prover respostas de substituição dos meios, dos rendimentos que normalmente as pessoas auferem por via do trabalho...esta área da acção social que tem como missão promover acções de combate à pobreza, à exclusão social, de inserção dos indivíduos e de garantia de meios de subsistência mínimos.” (Assistente Social no Centro Distrital de Segurança Social de Beja).

“...é...dotar os nossos públicos, principalmente da...região e do distrito de Beja, de competências pessoais, sociais e profissionais. Que as pessoas se enriqueçam escolarmente...no sentido de se formarem com uma saída profissional... que...lhes permita mais facilmente integrar o mercado de trabalho, que resolverá em ...grande

parte os problemas da maior parte dos nossos pobres da nossa região, que é ter...um vencimento para economicamente conseguir suportar uma família, uma casa e que as pessoas vivam com alguma dignidade...quem está já a trabalhar...pode aumentar os níveis de escolaridade,...reciclar-se e aperfeiçoar-se profissionalmente para que...possa progredir na sua carreira...ir acompanhando as exigências do mercado de trabalho...” (Assistente Social no Centro de Formação Profissional de Beja).

“...no Ministério da Saúde existem objectivos...que estão...formalizados...foram...também,...surgindo, novas áreas da saúde,...como é o caso da Rede Nacional de Cuidados Continuados,...de algumas especificidades com...doentes como os oncológicos, os AVC's, ...orientações específicas para o Serviço Social...estão,...constituídas em normas e em guias,... manuais...a partir dos quais...temos que guiar a nossa intervenção. Depois os objectivos do serviço...têm que ver com os objectivos da instituição,...pode variar de ano para ano,...depende das orientações que o Ministério dê...nós temos que nos enquadrar...” (Assistente Social no Centro Hospitalar do Baixo Alentejo).

À excepção do Assistente Social que exerce a função de técnico do Núcleo Distrital de Beja da EAPN/Portugal, que ao enunciar como objectivo da instituição onde exerce a sua actividade “...*combater a pobreza e a exclusão social...por muitas vias.*”, não especifica como se materializam estes objectivos, os restantes profissionais, procederam ao enquadramento dos objectivos das instituições onde actuam.

Constatou-se que estes objectivos, se centram numa linha de prestação de serviços à comunidade, entendidos desta forma como suportes sociais fundamentais num atendimento e acompanhamento social para além da atribuição de prestações pecuniárias, embora quase sempre condicionado à prova de recursos, por parte de quem procura estas instituições.

“...promover e apoiar iniciativas de integração comunitária ao nível económico, social, cultural e recreativo... mantêm-se em funcionamento o Centro Comunitário, a Creche e respostas para a população em geral...os centros comunitários ...têm...componentes essenciais,...atendimento, acompanhamento,...informação à população e...a animação comunitária...” (Assistente Social no Centro Social, Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança).

“...ouvir, a caridade e tentar...dar uma resposta a todas as pessoas excluídas e desfavorecidas,...tentando sempre resolver ou ajudar a resolver estas situações... no

âmbito da Igreja Católica, ...tendo em conta os valores da Doutrina Social ...da Igreja.” (Assistente Social na Cáritas Diocesana de Beja).

“...o Gabinete em si é promover desenvolvimento social no concelho de Beja, responder...às necessidades da população,...e melhorar a qualidade de vida das pessoas....e com as instituições e a nível da Rede Social...melhoramos a comunicação...as pessoas conhecem-se todas, mas não conhecem o trabalho que cada...instituição faz e é uma forma nessas reuniões de as pessoas...verem, o que...existe...” (Assistente Social na Câmara Municipal de Beja).

7.1.5.Objectivos Profissionais do Assistente Social Entrevistado

Dando continuidade à análise acerca da perspectiva dos profissionais de Serviço Social sobre a sua prática profissional no âmbito do fenómeno da pobreza, estes Assistentes Sociais foram convidados a reflectir sobre os seus próprios objectivos profissionais. Do conjunto das respostas obtidas foi possível discernir um grupo constituído por cinco, dos sete entrevistados, que revelam possuir objectivos profissionais relacionados com os próprios objectivos da instituição onde operam.

Os objectivos profissionais dos Assistentes Sociais entrevistados, são marcados pela vinculação com uma missão de combate à pobreza enformada pelos moldes institucionais, e quase sempre materializada em objectivos de eficácia e qualidade de funcionamento dos serviços, mencionando a disponibilidade, articulação interprofissionais e trabalho em equipa, como requisitos para o cumprimento dos seus objectivos profissionais, tal como revelam as sinopses seguintes:

“...identifico-me muito com a missão da Segurança Social, com a missão específica que a acção social aqui tem,...identifico-me...com uma missão de combate à pobreza, de compreensão dos processos que levam as pessoas à situação de pobreza e de actuação sobre eles...” (Assistente Social no Centro Distrital de Segurança Social de Beja).

“...dar resposta aos candidatos à formação profissional... neste momento é dar resposta a um grupo de pessoas...que a gente pode classificar...de desfavorecido,...pessoas que vivem situações de pobreza,...de carácter económico...mas também...a um nível social e...educacional...que as pessoas fiquem com uma profissão,...com uma qualificação profissional, mas que...também possam relacionar-se com outras pessoas,...crescer pessoalmente,...e integrar na sua conduta alguns valores e... princípios,...serem bons colegas,...serem boas pessoas para elas próprias, serem justos com eles próprios,...saberem relacionar-se, saberem respeitar o próximo e aqueles com quem trabalham... competências pessoais que lhes permitem...chegar a outro patamar...as competências profissionais.” (Assistente Social no Centro de Formação Profissional de Beja).

“...fazer com que o serviço funcione com qualidade,...que haja articulação...e com boas condições de trabalho...com um bom relacionamento entre todos os técnicos que trabalham aqui...uma boa comunicação...para que o serviço possa funcionar... com

qualidade...Faço habitualmente reuniões de serviço...não só para...troca de informações, mas também para aferir ...alguns aspectos que têm que ser uniformizados,...melhorados... “(Assistente Social no Centro Hospitalar do Baixo Alentejo).

“...estar cada vez mais disponível para,...continuar a fazer o meu trabalho com...famílias,...em conjunto com a restante equipa...arranjarmos cada vez mais soluções para ...enfrentar a crise...não só em Beja, mas no país...perceber o contexto actual do país e as novas medidas sociais, de forma a que como instituições de solidariedade social, consigamos responder...àquilo que está a acontecer actualmente...” (Assistente Social na Cáritas Diocesana de Beja).

“...gostava que a minha equipa...desenvolvesse um trabalho diferente e melhor...para responder...às necessidades das pessoas e das instituições...fazemos a planificação das actividades e dos objectivos,...depois surgem sempre coisas que nos obrigam a mudar e a não cumprir os objectivos que temos determinados,...é um constrangimento...e também é um constrangimento,...estas novas tecnologias porque passamos muito tempo no computador, é...importante...só que nós devemos estar no terreno e não aqui....estou um dia sentada em frente a um ecrã e que devia estar no terreno...devia estar a fazer outras coisas na área social,...o Serviço Social devia repensar...” estas questões,... (Assistente Social na Câmara Municipal de Beja).

Os restantes dois entrevistados, manifestaram testemunhos com um menor grau de vinculação aos objectivos das instituições às quais estão ligados, e que por isso extravasam as suas fronteiras, centrando-se em alguns investimentos pessoais como a continuidade da formação académica e o contacto com outras áreas de intervenção social através da realização de acções de voluntariado. Noutra das situações, parece ser a gratificação pessoal, alicerçada num desempenho profissional eficaz, que melhor traduz os objectivos do Assistente Social entrevistado, de que são reveladores os testemunhos seguintes:

“...aquilo que ...procurei sempre foi ter novas experiências para acumular...um maior conhecimento e experiência em várias áreas...tenho procurado integrar outros núcleos e até fazer voluntariado noutras instituições similares... em termos de objectivos procurei retirar da minha experiência a possibilidade de fazer alguma coisa...individualmente,...inicieei o mestrado, pensando...em produzir algum trabalho que fosse útil às próprias entidades parceiras e à...intervenção no Bairro,... “ (Assistente Social no Centro Social, Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança).

“...continuar a trabalhar...aqui...o objectivo profissional...passa por estar satisfeito,...contente com o trabalho,...é combater a pobreza, ajudar...estar sempre disponível para criar parcerias...E sentir-me bem comigo próprio...”(Assistente Social/ Técnico da EAPN – Núcleo Distrital de Beja).

7.1.6. Forma como o Assistente Social Entrevistado Articula o Trabalho com Outros Profissionais

A forma como o Assistente Social entrevistado estabelece uma articulação com outros profissionais, pretendeu perceber não só o modo como este processo se efectiva entre profissionais da mesma área, e no seio da instituição a que está vinculado o Assistente Social, mas também a sua relação com profissionais que extrapolem as fronteiras do Serviço Social, assim como a relação estabelecida inter – institucionalmente e porquanto com a rede institucional da cidade de Beja.

Com base nesta linha de raciocínio, constatou-se que as opiniões dos entrevistados se dividem relativamente à existência de dificuldades nos processos de articulação inter e intra – institucional. Assim, quatro dos Assistentes Sociais que deram o seu contributo para este trabalho de investigação, entendem este processo como produtivo, relevando o seu contributo para a prossecução de objectivos institucionais como abertura de canais de comunicação entre as instituições, o contributo para o funcionamento eficaz dos serviços, a manutenção do trabalho em equipa e ainda o acréscimo do conhecimento sobre os problemas sociais, que constituem a base comum de intervenção das várias instituições.

“O trabalho é muito fácil de articular,...temos um trabalho...em equipa,...internamente,...todos contribuem para um objectivo em comum,...dar resposta a quem precisa de fazer formação profissional, de integrar o mercado de emprego...os Técnicos...periodicamente fazem reuniões...como dirigente tenho um procedimento, de quinze em quinze dias...faço a programação para os próximos quinze dias com os Técnicos de Diagnóstico,... em termos externos há uma articulação muito grande entre o Assistente Social, ...com os Centros de Emprego da zona,...com o IDT...com os serviços de saúde,...com os CNO's e com as escolas...com o Estabelecimento Prisional... com as Câmaras,...ao nível dos Conselhos Municipais de Educação,...do CLAS... é uma atitude de muita abertura da parte do Centro de Formação para com a comunidade...temos todos a ganhar.” (Assistente Social no Centro de Formação Profissional de Beja).

“Isso é diariamente,...temos o gabinete aqui...a perda de contacto entre os profissionais,...acaba por acontecer...mas isso não...impede de fazermos reuniões periódicas...sempre que seja necessário,...vamos diariamente aos serviços,... Fora da instituição é diariamente,...os doentes não pertencem à instituição,...pertencem à comunidade, é lá que vivem,...que têm a sua família,...que têm as

instituições...,mesmo assim em Beja há os serviços que conhecem muitos dos nossos utentes... é lá que...vamos complementar,...a informação...do doente e da família...quando são situações mais problemáticas...fazemos um projecto de intervenção com as próprias instituições sobre a intervenção a ter com este doente e com esta família pós alta hospitalar.” (Assistente Social no Centro Hospitalar do Baixo Alentejo).

“...é um trabalho que tem que ser...de facto articulado...com as colegas dentro da própria instituição...com outros profissionais de...todas as instituições que...têm...uma vertente social,...cada vez mais as pessoas aparecem-nos mais deprimidas...é necessário encaminhá-las,...”(Assistente Social na Cáritas Diocesana de Beja).

“...articulo através da Rede Social ou então através de ...pequenos grupos...de trabalho...tem sido muito positivo,... as...colegas das instituições...têm essa necessidade,...antigamente...as instituições estavam muito isoladas,...o trabalho não era visível e neste momento as instituições estão muito mais abertas,...e as direcções também com isto vão abrindo...se não nos derem certa autonomia e responsabilidade também não podemos desenvolver nada...” (Assistente Social na Câmara Municipal de Beja).

De outro ponto de vista, a importância da articulação profissional é reforçada pelos restantes três Assistentes Sociais entrevistados, que pese embora esta opinião, revelam a existência de dificuldades na concretização eficaz de um processo de articulação. Estes obstáculos são oriundos de factores como a sobreposição de intervenções realizadas em simultâneo por vários profissionais e as fronteiras tidas como ténues entre as competências atribuídas a vários profissionais que realizam intervenção social:

“...nesta área da intervenção social...é uma área que toda a gente acha que tem competências para intervir...Isso coloca problemas complexos de articulação,...as sobreposições,...que sobrecarreguem as famílias com exigências que são desajustadas,...é uma questão que está a ser trabalhada...Internamente também se colocam questões de articulação,...pelas mesmas razões,...é da minha responsabilidade,...traduzir...orientações para as equipas,...da maneira que eu considero facilmente...integrável...nas práticas e nas rotinas...os canais com os técnicos estão permanentemente abertos,...temos relacionamentos muito informais...” (Assistente Social no Centro Distrital de Segurança Social de Beja).

Outro dos condicionalismos, apontados por uma das Assistentes Sociais entrevistadas, alicerça-se no grau diminuto de autonomia do profissional de Serviço Social, que se vê confrontado com questões hierárquicas que condicionam a morosidade dos processos de decisão e intervenção social:

“...sou uma pessoa flexível,...o facto de não ter má relação com as pessoas...ajuda...nos contactos e no...trabalho em parceria...a articulação não é má,...o que nos coloca alguns problemas é a morosidade dos processos...muitas vezes os colegas não são responsáveis...tem a ver com as chefias,...porque as...instituições...mudam de acordo com as orientações a nível nacional e das legislações em vigor e até das mudanças de executivo...há uma questão com que os profissionais se confrontam...por questões de hierarquia,...temos alguém acima de nós que tem que decidir...que acha que...não deve ser o técnico a resolver essa situação... influenciam o nosso nível de motivação para o trabalho e o nosso nível de frustração... isso não é produtivo...” (Assistente Social no Centro Social, Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança).

Por fim, o individualismo e as dificuldades de trabalho de colaboração interinstitucional, parecem ser os problemas que melhor traduzem o pensamento de outro profissional de Serviço Social entrevistado, que considera estas questões como obstáculos à concretização de parcerias e por inerência à ocorrência de um trabalho de articulação eficaz:

“...tem existido uma lacuna muito grande,...só tivemos a colaboração,...de uma colega ...a única que conseguiu identificar...famílias,...e continuamos a apelar para que isso aconteça,...a grande questão...é...cada um olha para o seu umbigo...e na área social não devem haver concorrentes...isso é para a área comercial,...há aqui falta de brio em termos de parcerias, de trabalho em rede,...”(Assistente Social/Técnico da EAPN – Núcleo Distrital de Beja).

7.1.7.Valores que Informam a Prática Profissional do Assistente Social Entrevistado

No decurso das entrevistas aos profissionais de Serviço Social, que acederam dar o seu contributo para este trabalho de investigação, os mesmos foram levados a reflectir sobre os valores que informam a sua prática profissional. Considerou-se deste modo, que os testemunhos oriundos desta reflexão assumem pertinência face aos objectivos deste trabalho, constituindo-se como um veículo para o entendimento dos percursos profissionais junto de pessoas em situação de pobreza, oriundas da cidade de Beja.

Constatou-se que os sete entrevistados, manifestaram ser guiados por valores alicerçados na preservação e respeito da condição humana das pessoas que recorrem às instituições a que estão vinculados, centrando a sua prática em valores que funcionam como pilares organizativos da própria profissão, oriundos de uma concepção inspirada no conjunto de direitos inerentes à pessoa humana. Por este prisma, as opiniões expressam por um lado, valores direccionados para a elevação da condição de pessoa dos usuários dos serviços, realçando a crença na capacidade do ser humano se auto – determinar e na preservação da sua dignidade humana, mediante a manutenção de valores como a honestidade, justiça, igualdade, humildade, respeito, confidencialidade, frisando também a necessidade do profissional desenvolver relações profissionais alicerçadas na empatia e capacidade de escuta do Assistente Social.

“...considerar que as pessoas têm sempre um potencial de mudança e de capacidade de controlo sobre as suas vidas,...a questão da dignidade das pessoas no relacionamento com os serviços,...criar uma situação de relação que seja digna para todos...”(Assistente Social no Centro Distrital de Segurança Social de Beja).

“...o primeiro valor é a honestidade, a justiça e...a igualdade porque a discriminação...me incomoda...todos nós somos iguais dentro dos parâmetros institucionais,...da resposta que as pessoas têm que ter, do acesso...aos serviços...”(Assistente Social no Centro de Formação Profissional de Beja).

“...humildade,...respeito...confidencialidade...ver o próximo...enquanto pessoa,...tentarmo-nos sempre pôr no lugar do outro,...de acordo com as Políticas Sociais com as quais nos vamos deparando e com as limitações que temos...passar às pessoas a mensagem do conforto,... conseguir estar com a

pessoa, ouvi-la, ajudá-la, já é meio caminho andado..., essencialmente...ouvir.” (Assistente Social na Cáritas Diocesana de Beja).

Os restantes quatro entrevistados, embora mencionando alguns dos valores já referidos, colocam ainda o enfoque em características do seu desempenho profissional, que consideram fundamentais para a concretização dos objectivos da profissão. Desta análise, resultam testemunhos que expressam a necessidade de prezar a qualidade do atendimento e trabalho realizado junto das pessoas, evitar o preconceito estabelecendo relações profissionais mais autênticas e ainda a necessidade de ser mais assertivo e tolerante, bem como pugnar pela sinceridade e imparcialidade na tomada de decisões profissionais:

“...são os valores...respeito por toda e qualquer situação,...é básico...da nossa...formação de base...o respeito por todas as pessoas...e fazer o nosso trabalho com qualidade...” (Assistente Social no Centro Hospitalar do Baixo Alentejo).

“...é o valor...da dignidade humana,...do lado de lá há sempre uma pessoa,...coloco-me muito no lugar da outra pessoa...evito,...o preconceito é uma situação que tenho vindo a trabalhar...ser mais genuína na relação com a pessoa,...em termos de valores profissionais, são as questões pedagógicas,...há muitas situações em que temos que impor,...depois outros, a honestidade,...”(Assistente Social no Centro Social, Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança).

“...a assertividade, a tolerância, ser...muito calma, não reagir de forma agressiva,...tentar adaptar-me às situações e viver de acordo com o existente...se não for tolerante não souber ouvir, ...não resulta, uma pessoa passasse atendendo aos problemas que existem...e depois vêm as depressões,...temos que nos resguardar e ter defesas,...”(Assistente Social na Câmara Municipal de Beja).

“...A sinceridade, depois a imparcialidade,...não ir atrás de grupos favorecidos, nem desfavorecidos, no sentido social...das questões políticas,...de grupos económicos...”. (Assistente Social/ Técnico da EAPN – Núcleo Distrital de Beja).

7.1.8.Referenciais Teóricos Subjacentes à Prática Profissional do Assistente Social Entrevistado

Quando questionados sobre os principais referenciais teóricos subjacentes à sua prática profissional, foi possível verificar a existência de quatro perspectivas presentes no testemunho dos profissionais de Serviço Social entrevistados.

Numa primeira visão, os profissionais não relacionam as referências teóricas adoptadas com a formação ministrada no primeiro ciclo de formação superior (licenciatura), sendo omissas no discurso destes profissionais as linhas de ruptura e continuidade, entre os referenciais teóricos que serviram de base à sua formação e aqueles que actualmente informam a sua prática. Num dos casos, é afirmada a existência de uma prática profissional que tem como referência a dimensão comunitária da intervenção, aplicada a processos de desenvolvimento social; e noutro caso verifica-se uma aplicação genérica de teorias sobre a prática profissional, alicerçadas, segundo a entrevistada, na condensação de referências teóricas ligadas à liberdade, justiça social e não acomodação:

“...uma visão sobre a mudança social que integra...a dimensão comunitária,...que as pessoas mudam...na sua relação com os outros...com as comunidades em questão, nos processos de participação social que podem ter...tenho...dificuldade em isolar os indivíduos do seu contexto e de não trabalhar ...os contextos de vida e a relação com esses contextos...depois...questões relacionadas com o trabalhar as autonomias e os processos de desenvolvimento pessoal.” (Assistente Social no Centro Distrital de Segurança Social de Beja).

“...não havendo um só referencial...que possa...fragmentar a leitura da nossa prática,...sobretudo são modelos que condensem no seu esquema,...a liberdade, a inovação, a não acomodação,...a justiça social...não entrar em rupturas, ...negativas, se forem rupturas para melhorar...muitas vezes com os conflitos...institucionais...acabamos por progredir,...melhorar a nossa prática...repensar as nossas práticas,... (Assistente Social no Centro de Formação Profissional de Beja).

Outra das perspectivas, que foi possível percepcionar por via da análise dos testemunhos recolhidos com as entrevistas, deixa transparecer um discurso que tem como

ponto de partida a formação inicial apreendida no primeiro ciclo de formação superior em Serviço Social. Este é o ponto de partida para um processo de comparação e classificação, de acordo com os objectivos da instituição em que o profissional exerce a sua actividade, bem como a sua experiência prévia e actual, mediante a necessidade expressa pelos profissionais de actualização de conhecimentos, focalizada em métodos ou formas de fazer já estabelecidas:

“...já me perdi nessas coisas há muito tempo. A gente ...enquanto tira o curso... ficamos com a biblioteca dentro de nós,...quando...começamos a trabalhar no terreno é que vamos crescendo...penso que a formação pós curso é extremamente importante,... toda a gente obrigatoriamente devia fazer formação nas áreas em que trabalha e ir sempre actualizando essa formação,... tem que ser adequado às novas situações e uma delas é a pobreza.” (Assistente Social no Centro Hospitalar do Baixo Alentejo).

“...quando passamos para o terreno há...como que uma ansiedade permanente,...como se...estivéssemos...a transportar dos livros para a prática...há autores que vêm ainda do tempo da licenciatura,...ao nível do Serviço Social,...outros autores,...estou a tirar o Mestrado em Ecologia,...autores mais da área da sociologia,...trabalhos com jovens e com comunidades...gostava...de ter...mais tempo para fazer uma paragem e...relembrar ...os autores de referência...para...criticar de forma mais construtiva os próprios autores.” (Assistente Social no Centro Social, Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança).

“...evolui de acordo com aquilo que aprendi,...comecei no 25 de Abril,...estudei muito a Mary Richmond,...Paulo Freire,...é a minha referência ...actual,...fui evoluindo... com os estágios...fui-me adaptando,...ajudou muito...”(Assistente Social na Câmara Municipal de Beja).

Por fim, realça-se ainda a perspectiva de outros dois Assistentes Sociais entrevistados, que revelam no seu testemunho a existência de referências teóricas alicerçadas na sua formação inicial em Serviço Social, sendo os seus relatos pouco reveladores sobre o lugar de novos referenciais teóricos no seu percurso profissional:

“...a prática é tão importante e nós absorvemo-nos tanto,...que...a parte teórica perde-se...e temos consciência disso...aquilo que nós conseguimos apreender durante o

curso,... principalmente durante a fase de estágio...foi essencial e fundamental,...”(Assistente Social na Cáritas Diocesana de Beja).

“Quem me marcou mais em termos teóricos, de filósofos,...Kant e Hegel e um bocadinho Nietzsche...outro...foi...Marx....Depois...já no Instituto de Serviço Social,...não poderia deixar de referenciar o Ander – Egg.” (Assistente Social/Técnico da EAPN – Núcleo Distrital de Beja).

7.1.9. Estratégias Utilizadas pelo Assistente Social Entrevistado no Exercício da Profissão

Quando analisadas as estratégias utilizadas pelos Assistentes Sociais entrevistados, no exercício da sua profissão, foi possível discernir que a discussão e debate de casos em grupo, a valorização da relação profissional/pessoa que recorre à instituição, bem como a capacidade de escuta, empatia, partilha de informação e o trabalho no sentido do consenso, são algumas das questões que os profissionais de Serviço Social mencionam como estando na base das principais estratégias por estes utilizadas. São disso reveladores os seus testemunhos:

“...discuto casos com os colegas,...valorizo muito estratégias...de trabalho em grupo, ...estratégias que criem,...relação entre o técnico e o beneficiário,...que criem situações e contextos de valorização das pessoas,...a questão de obtenção de recursos financeiros...determina logo a postura das pessoas face a nós,...Valorizam...essa...necessidade...pensam que mais rapidamente pode provocar no técnico o impulso de ajudar,...muitas vezes isso é uma postura que é desvalorizadora da própria pessoa e...nós percebemos que aquela pessoa noutro contexto tem... competências que ali ela não deixa ver,...” (Assistente Social no Centro Distrital de Segurança Social de Beja).

“...em primeiro lugar é o diálogo,... conversando com as pessoas...vamos sempre ao entendimento... temos que ter uma capacidade muito grande de ouvir as pessoas,...depois de as ouvir...com elas traçar um plano,...embora...durante o tempo todo da audição possa...ir compondo qualquer proposta de intervenção,... acho que deve ser seguida dessa estratégia de participação...que não está só nos livros e nas teorias e nos modelos de empowerment...”(Assistente Social no Centro de Formação Profissional de Beja).

“...todas as dificuldades...dúvidas...são partilhadas com as colegas no sentido...de troca de informações e de chegar a um consenso,...ou melhorar...intervenção...confrontam-se com...situações com as quais têm...dificuldade em lidar,...principalmente pelas nossas características...pessoais,...isso é visto em grupo...no sentido de ajudar...a colega...ou então vai outra colega fazer o atendimento e agarrar a situação se a pessoa não consegue.” (Assistente Social no Centro Hospitalar do Baixo Alentejo).

“...passa...por a formação de base...conjugada com a maneira de ser do técnico,... não olhar as pessoas para baixo nem as pessoas para cima, olhar as pessoas de frente ao mesmo nível...Uma das estratégias iniciais é tratar o outro como eu,...a partir daí criar empatia que depois o resto funciona.” (Assistente Social/ Técnico da EAPN – Núcleo Distrital de Beja).

No seguimento da análise, outra das Assistentes Sociais entrevistadas descreve estratégias alicerçadas na criação de cenários e planos de intervenção alternativos:

“...as estratégias têm que estar sempre presentes,...num contacto individual,...com grupos ...é como se fossem as várias tentativas que...vamos fazendo,...nos planos estratégicos,...A questão da qualidade...trouxe a possibilidade às instituições de crescerem nesse domínio,...da definição de estratégias,...se vamos desenvolver uma actividade, temos que contar que...possa não resultar...temos que ter à partida uma estratégia subjacente,... inverter a situação para que resulte,...” (Assistente Social no Centro Social, Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança).

Salienta-se também, que uma das profissionais entrevistadas funda as estratégias que declara utilizar no exercício da sua profissão, na utilização da prova de recursos como critério base para o rigor da intervenção social levada a cabo. O cumprimento de normas e regras padronizadas e pré- estabelecidas, utilizadas para regular e controlar o comportamento das pessoas que utilizam os serviços da instituição, onde exerce a sua actividade profissional, é outra das estratégias mencionadas por esta profissional.

“...tem que haver algum rigor quando se está a fazer um acompanhamento,...tem que ser solicitado tudo aquilo que... prove que...a pessoa nos está a dizer corresponde e é de todo verídico,...para não irmos no erro de olharmos para a pessoa e acharmos que...realmente precisa sem...fazer...esta avaliação... Se falarmos do refeitório tem que haver a regra, o cumprimento dos regulamentos internos,...dos acordos, porque a população é...muito abrangente, desde a pessoa que está numa condição social desfavorecida, ao toxicodependente, ao ex-recluso.” (Assistente Social na Cáritas Diocesana de Beja).

Por fim, outra das profissionais que colaborou com o seu testemunho na realização deste trabalho, afirma não utilizar estratégias no desempenho da profissão, partilhando com a investigadora que funda a sua actuação na experiência adquirida e na sua capacidade em responder assertivamente às situações que lhe vão sendo colocadas:

“...não utilizo estratégias,...no fundo é o bom senso,...tento estar mais à frente, quando a pessoa pensa,... já tenho a resposta mais à frente para dar,...isto é um exercício que eu faço muitas vezes de cabeça,... quando penso numa situação já sei mais ou menos qual vai ser a resposta,...temos que arranjar estratégias e adaptarmos às situações,...não prejudicar ninguém, mas saber dizer as coisas...de uma forma assertiva,... justificar de uma forma técnica...temos que exercer a nossa função...se não...também não acreditam em nós,...“ (Assistente Social na Câmara Municipal de Beja).

7.1.10. Modo como o Assistente Social Actualiza os seus Conhecimentos a Nível Profissional

Na linha de continuidade da análise sobre a prática profissional dos Assistentes Sociais entrevistados, considerou-se pertinente indagar e reflectir sobre o modo como estes profissionais de Serviço Social actualizam os seus conhecimentos.

Foi possível constatar, que três dos Assistentes Sociais que colaboraram neste estudo demonstraram preocupações em actualizar os seus conhecimentos por via de pesquisas, leituras e ainda frequência de acções de formação, embora não sistemáticas. Partilhando destas opiniões, apenas a Assistente Social que exerce funções no Centro Hospitalar do Baixo Alentejo, parece deixar transparecer a realização sistemática de formação e leituras vocacionadas para a área específica do seu desempenho profissional:

“São as formações e leituras...nas especificidades que...interessam para a minha prática profissional... sem isso não se consegue...” (Assistente Social no Centro Hospitalar do Baixo Alentejo).

“Dei aulas muitos anos,...foi muito importante para mim...o que me fez dar um salto grande,...Neste momento,...vou lendo...vou pesquisando não muito sistematicamente, mas com alguma preocupação.” (Assistente Social no Centro Distrital de Segurança Social de Beja).

“...vamos actualizando com aquilo que nos vamos confrontando no terreno,...quando abrimos a televisão...com os livros que...vamos lendo,...os jornais. Mas vou fazendo acções de formação quando posso, nem sempre temos disponibilidade e nem sempre há oferta,...na nossa região...não podemos estar parados,...os nossos públicos...as necessidades...vão sendo diferentes...no dia a dia...o que nos rodeia,...é a maior reciclagem...na nossa vida.” (Assistente Social no Centro de Formação Profissional de Beja).

Duas das Assistentes Sociais entrevistadas, manifestam uma opinião que embora numa linha convergente, enfatiza a informação proveniente de meios de comunicação social e internet, contactos com profissionais dentro e fora da área do Serviço Social, como importantes veículos que contribuem para a actualização dos seus conhecimentos a nível

profissional:

“...estar informada da situação actual do país,...Através dos meios de comunicação social,...de contactos com outras colegas,...” (Assistente Social na Cáritas Diocesana de Beja).

“...ler, consultar a internet, falar com...outros grupos profissionais...sobre determinadas coisas,...no mesmo tema ver a visão diferente...”(Assistente Social na Câmara Municipal de Beja).

Salienta-se também o testemunho de outros dois Assistentes Sociais, que colocam a tónica da dispersão das actividades e funções que desempenham profissionalmente, como elemento obstrutor à actualização dos seus conhecimentos.

Pese embora a relevância colocada por estas questões, uma das entrevistadas afirma que investe, sempre que possível, na frequência de acções de formação, encontrando-se à data de realização desta entrevista, a assumir as funções de docente numa escola secundária da cidade de Beja, leccionando matérias relacionadas com o seu perfil de competências profissionais na área do Serviço Social. Esta entrevistada, deu ainda continuidade à sua formação inicial, por via da frequência de um segundo ciclo de estudos superiores, por via da realização de um curso de mestrado:

“...ler...tenho uma actividade em que é muito fácil a dispersão,... é preciso ...priorizar e focalizar... tenho feito...formação em vários domínios... à medida que vou integrando determinadas actividades ou projectos vou focalizando para essa temática...comecei a concorrer para uma Escola Secundária,...a ter que preparar algumas unidades modelares sobre questões sociais,...e...frequentar um mestrado pensando na comunidade em que eu intervenho,...” (Assistente Social no Centro Social, Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança).

“...não tenho tempo para ler um livro do princípio ao fim,...o que se consegue...é uma leitura transversal,...da pesquisa que fazemos,...no local de trabalho nem pensar,...no pós-trabalho, fins-de-semana, férias...a vida familiar também não dá...para isso,...” (Assistente Social/ Técnico da EAPN – Núcleo Distrital de Beja).

7.2.Trabalho Realizado pelo Assistente Social com Pessoas em Situação de Pobreza

7.2.1.Pessoa Responsável pela Sinalização de Situações de Pobreza

Para além da prática profissional dos Assistentes Sociais entrevistados, analisada nos itens anteriores, foi fundamental perceber como se concretiza o trabalho realizado por estes profissionais de Serviço Social junto das pessoas em situação de pobreza.

Neste prisma, uma das questões colocadas pretendeu indagar da existência de pessoas responsáveis pela sinalização de situações de pobreza, nas instituições onde trabalhavam, à data da entrevista, os sete Assistentes Sociais entrevistados. Nesta linha de pensamento, foi possível compreender que em três, das sete instituições às quais se veiculam os profissionais entrevistados, é o Assistente Social a pessoa responsável pela sinalização de situações de pobreza. Segundo os testemunhos dos entrevistados em questão, é este o profissional que estabelece um primeiro contacto com as pessoas em situação de pobreza, quer por via de um acolhimento inicial, no caso do Centro de Formação Profissional de Beja, quer por intermédio do atendimento social realizado em duas das instituições em questão, nomeadamente no Centro Social, Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança e na Cáritas Diocesana de Beja:

“É sempre o Assistente Social...quando há formandos que são sinalizados como pessoas pobres,...há um acompanhamento especial...faz articulações com as entidades...a Segurança Social...a saúde...com o IDT...com os CAT's...com a Cáritas,...o Bairro da Esperança... há sempre uma acção articulada...as pessoas antes de entrarem passam por...o acolhimento...quando...atingem um nível de faltas,...justificadas como injustificadas,...se houver razões plausíveis documentadas é possível as pessoas permanecerem e damos-lhes mais algumas oportunidades...não esquecemos que elas não cumpriram, mas é trabalhada a questão com eles...”
(Assistente Social no Centro de Formação Profissional de Beja).

“...aquelas famílias...de situação social crónica mantêm-se e há outras famílias novas...o atendimento...sou eu que o faço, depois...há uma colega ...que também é Assistente Social e às vezes detecta situações ou encaminha-me quando são situações muito específicas...”(Assistente Social no Centro Social, Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança).

“...sou eu e a outra colega que também faz atendimento social...avaliamos...a condição sócio – económica da pessoa,...poderá ser uma situação pontual,... é aqui na resposta Atendimento Social que...é avaliada a situação da pessoa e que é definida...se é uma situação pontual ou se vai continuar a recorrer a nós...”(Assistente Social na Cáritas Diocesana de Beja).

No seguimento da análise, coloca-se ainda a tónica no facto de três entrevistados mencionarem não existir uma pessoa que esteja directamente responsável pela sinalização de situações de pobreza, nas instituições onde exercem a sua actividade profissional. Com base nestes testemunhos, foi ainda possível constatar que os três Assistentes Sociais em questão, mencionam que para além de não existir um responsável pela sinalização de pessoas em situação de pobreza, o conhecimento das mesmas surge, por vezes, de entidades externas que operam em sectores da Política Social e que funcionam como veículos de sinalização de casos relacionados com o fenómeno da pobreza:

“... trabalhamos com todos os utentes deste hospital,...quando aparecem as situações de carências ou...de pobreza,...há um acréscimo de intervenção....de suporte sociofamiliar a este doente...Isso é feito...em articulação, com,...as instituições...que têm como objectivo colmatar as situações de pobreza,...um dos objectivos da intervenção...é...assegurar que quando o doente sai haja...um maior acompanhamento,...as coisas básicas do dia a dia, ...uma alimentação, um tecto...e se há crianças que...sejam integradas em instituições escolares,... pré escolares, onde de facto poderão estar melhor...” (Assistente Social no Centro Hospitalar do Baixo Alentejo).

“...o acolhimento e o atendimento social...todas as pessoas podem aceder...é por aí que ...tomamos conhecimento, ...com as situações de...precariedade, pobreza,...Pode haver depois outras situações que...venham de contactos de serviços ...de Juntas de Freguesia ou de IPSS’s...escola...pode haver entidades que sejam sinalizadoras,...na comunidade, mas o atendimento acaba por ser a porta de entrada.” (Assistente Social no Centro Distrital de Segurança Social de Beja).

“...as situações de pobreza...foram detectadas...por...uma empresa municipal...muitas pessoas...não pagavam a água,... é uma área nova a nível da pobreza e tem a ver com a crise,...há duas técnicas que fazem...uma caracterização socioeconómica...obrigou-nos a criar um serviço de resposta para ...estas situações,...

podem surgir no atendimento,...por outras instituições,...não temos forma de fazer a triagem,...é feita...de acordo com as pessoas que vêm,...”(Assistente Social na Câmara Municipal de Beja).

Por fim, salienta-se ainda que um dos entrevistados relata que na instituição onde exerce a sua profissão, não é realizado um trabalho directo com pessoas em situação de pobreza. Desta forma, afirma ainda o Assistente Social em questão, quando confrontado com o conhecimento sobre casos de pobreza, o mesmo procede à sinalização dos mesmos junto de entidades externas, nomeadamente instituições da comunidade que realizam intervenção social junto de pessoas pobres:

“...não temos uma triagem efectiva de pessoas em situação de pobreza, nem apoiamos pessoas individuais...às vezes surgem pessoas para algumas informações...identifico...situações de pobreza, ou sinalizo para as colegas que estão nas instituições mais próximas...temos...o Conselho Consultivo Local, que se baseia em pessoas que viveram situações de pobreza ou conhecem situações de pobreza,...serem eles a identificar as situações de pobreza...para a voz deles chegar até aos...decisores políticos...” (Assistente Social/ Técnico da EAPN – Núcleo Distrital de Beja).

7.2.2. Perfil das Pessoas Pobres que recorrem às Instituições na perspectiva dos Assistentes Sociais

Compreender o ponto de vista dos Assistentes Sociais sobre o perfil das pessoas pobres que recorrem às instituições, onde estes profissionais realizam o seu trabalho, revelou-se fundamental na prossecução dos objectivos desta investigação. Foram quatro as categorias deste perfil, que foram possíveis de perceber através da análise dos testemunhos dos entrevistados.

Por esta ordem de ideias, um primeiro grupo constituído por três Assistentes Sociais entrevistados, considera a existência de dois perfis que melhor caracterizam as pessoas pobres, com quem possuem uma relação profissional. Num primeiro perfil, enquadram-se as pessoas que mantêm uma relação com um carácter duradouro e quase permanente com serviços de acção social, por norma revestidas por uma carência de autonomia a nível económico. Ao não possuírem condições que lhes permitam romper com esta situação, vêm-se enredados num ciclo que produz e reproduz uma pobreza que trespassa várias gerações e assume, por isso, um carácter prolongado:

“...vêm porque os seus pais já vieram e provavelmente os seus avós também já vieram, ...por vezes estão enquadradas no Rendimento Social de Inserção, outras vezes não estão porque a condição de recursos não lhe confere esse direito,...são pessoas que criaram já uma relação de dependência bastante grande, ...não têm meios de autonomia próprios ou nós não os conseguimos trabalhar devidamente, há...um... número significativo...de pessoas que estão há muitos anos...dependentes desta relação, que muitas vezes passa por apoios económicos...” (Assistente Social no Centro Distrital de Segurança Social de Beja).

“...é um perfil muito genérico,...pessoas que estão desempregadas, beneficiários de RSI, em situações de...salários em atraso, famílias monoparentais, famílias de etnia cigana...pessoas que de certa forma,...recorreram sempre aos serviços,...não conseguiram dar a volta por cima e continuam a ser subsidiadas...o que recebem não chega, ...para fazer face às despesas de alimentação, ...de habitação, a água, a luz, o gás, as despesas...medicação,...há pessoas cada vez estão mais deprimidas,...precisam de recorrer à medicação para conseguirem manter-se minimamente estruturadas...”(Assistente Social na Cáritas Diocesana de Beja).

“...há pessoas que não sabem gerir o dinheiro..., que não fazem cumprimento do pagamento das rendas ...da água, nem da electricidade...,e têm rendimento social de inserção, ...” (Assistente Social na Câmara Municipal de Beja).

Este mesmo grupo de três Assistentes Sociais entrevistadas, menciona um segundo perfil de pessoas pobres, para as quais a situação de pobreza foi uma imprevisibilidade nas suas vidas, oriunda de rupturas com pontos de equilíbrio nas suas trajetórias. Este segundo perfil, identifica-se por norma nos indivíduos que vivenciam uma ruptura na ligação ao mercado de trabalho ou ainda que contraíram dívidas, que os impossibilitam de cumprir com compromissos previamente estabelecidos, como o pagamento da renda da casa, da água ou da electricidade, Vejam-se os seguintes testemunhos:

“...pessoas que por alguma razão em algum momento da vida alguma coisa as colocou numa situação de vulnerabilidade, ou porque tinham um negócio próprio...e ficaram com dívidas e...ou...tinham um trabalho por conta de outrem...ou por outros factores que implicaram rupturas, ...naquilo que as pessoas tinham e que era fonte de equilíbrio...ultimamente...tem-se notado algum crescimento em pessoas que acumulam dívidas,...Depois há muitas pessoas que...vêm ao atendimento à procura de respostas sociais para familiares idosos,...nem sempre são pessoas em situação de precariedade económica,...entram em relação com a Segurança Social, por via de uma... aquisição de ajudas técnicas para deficientes...” (Assistente Social no Centro Distrital de Segurança Social de Beja).

”...são estas novas famílias, pessoas que têm...ainda uma integração em mercado de trabalho,...com salários baixos...os aumentos das rendas da casa, as dívidas...os créditos...vão surgindo no Atendimento Social...as famílias sobre endividadas,...ou pagam o que devem e não comem ou comem e não pagam o que devem...há os jovens que estão desempregados e...são beneficiários de Rendimento Social de Inserção, famílias jovens já estão constituídas, casados, juntos e têm filhos. Faixa,...meia idade, famílias...que viviam...estruturadas e...de repente a vida deu um boom e idosos com reformas muito baixas, que não têm...forma de conseguir pagar a medicação, a alimentação, a casa...” (Assistente Social na Cáritas Diocesana de Beja).

“...Há pessoas...da classe média que vêm aqui por questões de dívida de casa...há muitas que não pagam renda de casa,...com a actual crise, ...”(Assistente Social na Câmara Municipal de Beja).

Um outro grupo, constituído por dois profissionais de Serviço Social, que colaboraram neste estudo, consideram que o perfil das pessoas pobres que recorrem às instituições onde exercem a sua actividade, corresponde a um grupo de pessoas em situação de risco, dado que não possuem meios de satisfação das suas necessidades humanas básicas. Neste prisma, um dos Assistentes Sociais entrevistados, considera ainda a existência de um carácter discricionário da pobreza, que atinge maioritariamente grupos mais vulneráveis como pessoas idosas, pessoas desempregadas, sem abrigo, toxicodependentes, portadores de doença mental ou indivíduos de etnia cigana:

“...apontamos...para o envelhecimento, as pessoas idosas são aquelas que são mais pobres... há outras franjas...a nível do desemprego...dos sem abrigo, dos toxicodependentes, porque os sem abrigo surgem em grande parte dos toxicodependentes...das doenças mentais,...e das comunidades ciganas.... “
(Assistente Social/ Técnico da EAPN – Núcleo Distrital de Beja).

“...quando...aparecem as situações de carências ou dificuldades de pobreza,...tem a ver...com a sobrevivência desta família, ainda mais com a situação de doença de um dos elementos...alimentação,...as coisas básicas do dia a dia,...um tecto...a família...tem preocupações diárias com a sua sobrevivência...”(Assistente Social no Centro Hospitalar do Baixo Alentejo).

Por fim, os restantes entrevistados, em número de dois, colocam a tónica no carácter prolongado das situações de pobreza com as quais contactam por via da sua função de Assistentes Sociais. A durabilidade da situação de pobreza, condiciona a energia que a própria pessoa possui para mudar a sua situação, bem como as suas expectativas face à mesma, relata um dos profissionais; ao passo que outra das Assistentes Sociais entrevistadas, para além de acentuar o carácter reprodutivo e duradouro das situações de pobreza, afirma considerar que o perfil destas pessoas é por norma marcado por situações de carência sócio económica, que assumem um papel central na obstrução do caminho de saída da pobreza. Nesta linha de pensamento, atenda-se aos seguintes testemunhos:

“São pessoas marcadas pela sua situação,...de início querem dar a volta...mas...depois embora a ajuda toda...fazemos muito mais por eles que eles próprios,...não conseguem... não trazem regras,...não trazem interesses, não trazem grandes perspectivas,...acabam por ficar pelo caminho...não valorizam ainda muito o

que...pode ser a formação profissional...para eles...acabam por não estar muito dispostos a dar a quota-parte,...” (Assistente Social no Centro de Formação Profissional de Beja).

“...é um perfil muito variado...há sempre...uma carência,...a fasquia está sempre em baixo...pessoas que são beneficiárias de RSI ou...com vencimentos baixos ou que um dos elementos está desempregado,...em termos de...apoio aos idosos...habitualmente são pessoas com reformas mínimas, pensões sociais,...temos...um ou dois indivíduos com problemas psiquiátricos,...pessoas reformadas por invalidez ...começam a recorrer outra vez mais ao atendimento,...situações de livros,...escolares...alimentação, pessoas que estão com a vida muito desorganizada...olhamos...há anos que é assim...as pessoas estão numa situação de bola de neve ...não conseguem sair...estão sempre...naquele registo...” (Assistente Social no Centro Social, Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança).

7.2.3. Forma como o Assistente Social Entrevistado tem Conhecimento das Situações de Pobreza

Reflectindo agora sobre a forma como o Assistente Social entrevistado tem conhecimento das situações de pobreza, foi possível constatar através da análise às respostas obtidas, que existem duas vias privilegiadas através das quais as situações chegam aos profissionais de Serviço Social entrevistados.

Assim, uma das principais vias é o atendimento social, ao qual recorrem de forma directa as pessoas pobres; a segunda via materializa-se na sinalização por parte de outros profissionais que exercem funções em entidades externas que, frequentemente, operam em sectores da Política Social, representados na cidade de Beja:

“Porque se dirigem ao atendimento...Outras...são sinalizadas por...entidades ou por terceiros, às vezes...são pessoas da comunidade,...que sinalizam uma situação...e a polícia já tem acontecido sinalizar situações de sem – abrigo.” (Assistente Social no Centro Distrital de Segurança Social de Beja).

“Os Centros de Emprego da Zona...é de onde vêm a maior parte dos encaminhamentos...Depois há uma articulação...com todos os outros parceiros da nossa comunidade.”... (Assistente Social no Centro de Formação Profissional de Beja).

“...na triagem que...fazemos diariamente com os doentes,...em termos de internamento, outros são enviados pelas consultas directamente pela equipa de tratamento do médico ou do enfermeiro,...Os de urgência são enviados directamente pelos outros profissionais ao Serviço Social,...”(Assistente Social no Centro Hospitalar do Baixo Alentejo).

“Procuram o Centro Comunitário,...muitas vezes as pessoas já me conhecem há tanto tempo...eu já sou quase da família,...perguntam por mim,...encontram-me na rua preciso de ir falar consigo...é quase assim uma marcação ali na rua...(Assistente Social no Centro Social, Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança).

“Ou a pessoa recorre directamente à Cáritas,...passam...pelo atendimento, pelo

acolhimento...identificam o que é que pretendem da instituição, fazem uma marcação em agenda para os dias que estão definidos... e a pessoa vem ter connosco... Há ...a possibilidade de outros colegas de outros serviços ...ligarem e encaminharem as situações, tenta-se...fazer a marcação de acordo com a nossa agenda ...é claro que existe sempre um espaço,.. para situações de emergência, ...não vamos deixar uma pessoa que está com fome...para vir ser atendida...amanhã ou na semana seguinte... (Assistente Social na Cáritas Diocesana de Beja).

“...do RSI através da técnica,...dos bairros sociais,... essas pessoas também chegam ao nível...do atendimento ...da habitação social,...também...pelo atendimento no executivo... e de outros serviços... nós não temos dinheiro para dar às pessoas,...depois...são encaminhadas...com os outros serviços...o Centro de Saúde,...a Segurança Social,...a Cáritas,...o CRI...”(Assistente Social na Câmara Municipal de Beja).

No decorrer da reflexão sobre esta questão, apenas um dos Assistentes Sociais entrevistados afirma, que dados os objectivos da instituição e o conteúdo funcional do seu trabalho, não existe uma procura directa da instituição a que está vinculado, por parte das pessoas pobres. Afirma que, por via deste cenário, é realizada uma intervenção indirecta através da informação difundida pela instituição, no sentido da consciencialização social sobre a necessidade de intervenção no fenómeno da pobreza. Veja-se o seu testemunho:

“...tem sido muito raro aparecerem ...pessoas...aqui,...Aquela acção social directa, não existe, o que tentamos fazer é pela via da informação,... tem havido sempre a preocupação de não só chegar junto dos técnicos ou das instituições,...mas também as pessoas em si...torna-se complicado, as pessoas pobres não têm computador, não têm internet, alguns...não sabem ler nem escrever,...torna-se difícil,...verificar onde é que estão essas pessoas...”(Assistente Social/ Técnico da EAPN – Núcleo Distrital de Beja).

7.2.4.Casos mais Flagrantes e Típicos Atendidos na Instituição onde o Assistente Social exerce a sua Actividade Profissional

Quando questionados sobre os casos mais flagrantes e típicos de pobreza, atendidos na instituição onde o Assistente Social exerce a sua actividade profissional, a maioria dos profissionais entrevistados pronuncia-se no sentido dos perfis de pobreza que haviam indicado anteriormente. Neste sentido, é possível estabelecer um paralelismo entre o perfil traçado sobre as pessoas pobres que recorrem às instituições em questão e aqueles que foram considerados como os casos mais flagrantes e típicos de pobreza conhecidos pelos Assistentes Sociais que colaboraram nesta investigação.

Note-se, desta forma, que as pessoas que mantêm uma relação prolongada com os serviços de acção social, personificam um tipo de situações cujo carácter duradouro da situação de pobreza, não permite às pessoas pobres conquistar autonomia económica e social face à pobreza. Uma das entrevistadas, salienta também, que a carência e, em muitos casos, a ausência de recursos económicos, coloca em causa a satisfação das necessidades humanas básicas, especificando como franjas populacionais particularmente atingidas as pessoas desempregadas, toxicodependentes e de etnia cigana:

“...são as pessoas que nunca conseguiram sair da dependência da Segurança Social,...pode ser insuficiência de rendimentos, outras vezes não, mas são pessoas que não adquiriram os meios de autonomia,...aí a pobreza não é só uma pobreza de recursos económicos, é também uma pobreza de recursos pessoais suficientes para conseguir...ter autonomia e levar a vida por diante...” (Assistente Social no Centro Distrital de Segurança Social de Beja).

“...pobreza de tipo económico,...temos tido ...casos... gritantes...dar a comida para eles comerem à noite para darem...aos filhos,...articularmos rapidamente com a Cáritas para poderem dar em SOS alguns géneros...com a Segurança Social, algum dinheiro...também é muito grave...a ...pobreza de educação, pobreza social,...não há falta de dinheiro, não há falta de casa,...têm marido,...filhos,...mas há...uma falta de saber gerir,...os recursos para que não haja ausência...há o toxicodependente...que adormece no meio da sala,...vem num dia no outro já não vem,... Depois temos os utentes de etnia cigana, ...são pessoas que cumprem...que se sentirem valorizados eles próprios se comportam ...sabem que se desistirem das formações lhes tiram o Rendimento Social de Inserção...Depois temos mulheres,...marcadas pela vida, pela falta de dinheiro,...de estabilidade familiar,...têm...dificuldades...em dar

continuidade às acções de formação,...estão lá mas...deixam os filhos na rua...o grande grupo são...os desempregados...de longa duração que perderam os seus trabalhos...” (Assistente Social no Centro de Formação Profissional de Beja).

A esta questão acrescem, na opinião de outra das Assistentes Sociais entrevistadas, as causas que estão na base da ausência de recursos económicos, sendo nesta espiral de obstáculos que residem os casos mais flagrantes e típicos de pobreza de que tem conhecimento. Aliam-se aos problemas económicos, a baixa escolaridade, desemprego ou a precaridade do trabalho, que parecem, na opinião de uma das profissionais, prolongar indefinidamente a vivência da pobreza, conforme é disso revelador o seu testemunho:

“...a questão da desorganização,...económica,...sempre associada a uma baixa escolaridade,...temos...pessoas muito jovens com filhos, que não se escolarizaram...são situações de carência que à partida só são integradas em RSI...depois ...tenta-se uma colocação profissional, mas...depois têm filhos e não têm forma de...pagar a creche ou não têm vaga ...vão sempre sendo isentas de integração por estes motivos...há famílias...multiproblemáticas...a questão económica está...associada...à questão do desemprego ou a baixos rendimentos, a baixa escolaridade...difícilmente há integração profissional...isto é uma cadeia, baixa escolaridade, analfabetismo, desemprego, trabalho precário ou temporário, subsídios,...”(Assistente Social no Centro Social, Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança).

Dando continuidade à análise, são três os profissionais que colocam a tónica nas pessoas idosas com baixos recursos económicos, como um dos casos mais permeáveis às situações de pobreza, tidas como mais flagrantes e típicas. A este grupo acrescentam ainda outras franjas populacionais como os sem-abrigo, os membros de etnia cigana e ainda as pessoas desvinculadas do mercado de trabalho. A esta reflexão, e em sintonia com a perspectiva destes Assistentes Sociais sobre o perfil das pessoas pobres que recorrem às instituições, são ainda mencionadas as situações de endividamento das famílias, que sofrem rupturas importantes com pontos de equilíbrio e estabilidade outrora conquistados, que conduz inclusive a situações mais recentes de endividamento envergonhado e não assumido pelos próprios, relata outra das Assistentes Sociais entrevistadas:

“...idosos que não têm capacidade económica...têm que optar ...entre... alimentar-se, e...comprar a medicação...vão ter que abandonar as consultas porque não podem

vir... há grandes isolamentos as pessoas estão sozinhas em casa...”(Assistente Social no Centro Hospitalar do Baixo Alentejo).

“...situações de,...fome...pessoas que já não tem dinheiro para comer...em relação aos idosos...não têm uma alimentação cuidada,...a nível de funcionários da Autarquia também há situações...no Natal detectamos...famílias...são situações envergonhadas... neste momento têm o ordenado hipotecado com créditos...pedem alguns empréstimos...são situações...diferentes...com a crise... apareceram.” (Assistente Social na Câmara Municipal de Beja).

“...são os poucos sem abrigo que existem na cidade de Beja e as comunidades ciganas...depois os idosos, com reformas muito baixas e os desempregados,...e depois...as histórias que estão aí da crise ...há...pessoas endividadas...gastam mais que aquilo que recebem...” (Assistente Social/ Técnico da EAPN – Núcleo Distrital de Beja).

Finalmente, a profissional de Serviço Social que realiza o seu trabalho na Cáritas Diocesana de Beja, chama a atenção para o agravamento das situações de pobreza, originado pelo corte ou redução das prestações sociais, como é o caso do Rendimento Social de Inserção ou o Subsídio de Desemprego, que fazem perigar a satisfação de necessidades humanas básicas, de que é exemplo a alimentação, em virtude da ausência de rendimentos financeiros das famílias. Face a este cenário, são estas as situações que elege como mais flagrantes e típicas, no âmbito do trabalho que realiza com pessoas em situação de pobreza, conforme revela:

“...situações de famílias com rendimentos nulos, em que existem crianças,...com carências no essencial,...não têm nada para comer,...o frigorífico está vazio...ficaram desempregados ou...ainda não receberam o subsídio de desemprego ou...por incumprimento ...o RSI é suspenso ou cortado por um período de um ano ou dois anos e estas famílias de repente ficam sem nada,...”(Assistente Social na Cáritas Diocesana de Beja).

7.2.5. Tipo de Intervenção Realizada pelo Assistente Social junto das Pessoas em Situação de Pobreza

No decurso das entrevistas, os profissionais de Serviço Social que colaboraram nesta investigação, foram levados a pronunciarem-se sobre o tipo de intervenção realizada pelos mesmos, junto de pessoas em situação de pobreza.

Nesta linha de pensamento, constatou-se que três das profissionais entrevistadas revelaram levar a cabo uma intervenção baseada no atendimento, diagnóstico e acompanhamento social das situações de pobreza, que se traduz na operacionalização concreta de acções relacionadas com o perfil, objectivos e áreas de actuação das instituições onde realizam o seu trabalho. Deste modo, uma destas profissionais, em paralelo com o acompanhamento social de casos de pessoas pobres, afirma ainda a organização de sessões específicas de formação/informação, vocacionadas para o (re)ingresso das pessoas em situação de pobreza ao mundo do trabalho. Esta profissional frisa ainda, ser esta uma condição fundamental para uma (re)vinculação e reforço de competências profissionais destes públicos, considerando que a luta contra a pobreza não deve apenas basear-se na atribuição de prestações pecuniárias:

“...temos muitas acções...é complicado. Acaba por ser feito um acompanhamento...de falar com as pessoas,...eles normalmente concordam, com o facto de ali estarem estão a valorizar-se...mas trabalhar esta questão leva alguns meses,...Essa intervenção é feita...pelas sessões...de... formação cívica,...mas ...quando vemos que são casos mais gritantes, a ...Assistente Social com a equipa,...acaba por fazer intervenção junto dessas pessoas,... Por muito que... façamos...isto requeria acções de formação mais alargadas, parcerias...tem que fazer parte do percurso de...Rendimento Social de Inserção, de um Subsidio de Desemprego, ...uma estrutura que permitisse dar estas competências às pessoas, ...não é só darem o dinheiro.” (Assistente Social no Centro de Formação Profissional de Beja).

Numa mesma linha de pensamento, a Assistente Social vinculada profissionalmente à Cáritas Diocesana de Beja, realiza um trabalho que para além do atendimento e diagnóstico social de casos de pobreza, já mencionado, tem por base um acompanhamento social das situações, fundado na prova de recursos, como base para a atribuição de apoios sociais. A satisfação de necessidades humanas básicas como a alimentação e o vestuário,

são uma das principais respostas, mencionadas pela Assistente Social entrevistada, quase sempre acompanhadas pelo incitamento do (re)ingresso ao mercado de trabalho. Esta última questão, é entendida pela profissional em causa, como uma importante porta de saída da pobreza, que se encontra neste momento obstaculizada pelo contexto de instabilidade e precarização laboral do país, afirma no seu testemunho:

“...depois de a pessoa vir ao atendimento,...consequirmos perceber o contexto sócio – económico da família, fazer ...os encaminhamentos possíveis para outros serviços que possam dar respostas diferentes das nossas... ...Se há um RSI suspenso...tentamos ...dando as respostas que temos,...o apoio alimentar, a roupa,...o vestuário...o banco alimentar ou o refeitório social,...encaminhá-los para o Centro de Emprego para procurar um trabalho,...arranjar...por vezes trabalho temporário...entregar o curriculum para ver se surge alguma solução... Só que no contexto actual do país...é...um, ...milagre,... resolver o problema da família no imediato...se a pessoa não participa, se acomoda...não podemos obrigar ninguém a ir à procura de trabalho...nós também não conseguimos...” (Assistente Social na Cáritas Diocesana de Beja).

No que se refere ao Centro Distrital de Segurança Social de Beja, o trabalho do profissional de Serviço Social para além da actuação directa na realização de diagnósticos sociais, de acompanhamento social de situações, consiste também na atribuição de apoios sociais com base contratualizada entre a instituição e a pessoa pobre, à qual acresce uma prova de recursos. Por outro lado, fruto da insuficiência de recursos humanos, é também realizada uma intervenção indirecta nas situações de pobreza, através da celebração de protocolos de cooperação com instituições que operacionalizam medidas de Política Social, na cidade de Beja, para o acompanhamento social de pessoas que auferem de Rendimento Social de Inserção:

“...actuamos directamente, mas actuamos também por via de técnicos de instituições com as quais celebramos protocolos de actuação ...é o caso dos protocolos de Rendimento Social de Inserção...esses técnicos fazem o trabalho que nós não fazemos...porque não temos...recursos humanos suficientes...o que procuramos fazer são diagnósticos,...no caso de serem beneficiários de RSI ...procuramos perceber o pedido da pessoa, encontrar resposta...os apoios são concedidos sempre numa base de contratualização,...compromissos da família relativamente à carência...a...um plano de intervenção ...depois o acompanhamento às famílias...no quotidiano,...nas mudanças de rotinas ...formas de organização familiar, ...relação com as instituições da comunidade...Por vezes inserimos as pessoas,... em grupos para trabalhar

determinado tipo de competências,...as equipas de protocolo fazem-no de forma mais sistemática ...as nossas técnicas...limitam-se mais à contratualização do apoio e a identificar quais é que podem ser os compromissos que a família assume...” (Assistente Social no Centro Distrital de Segurança Social de Beja).

No que concerne aos restantes Assistentes Sociais que colaboraram neste estudo, duas profissionais não especificam em que se materializa a intervenção do Assistente Social, junto das pessoas em situação de pobreza. Em um dos casos, apenas é mencionada a realização de um trabalho de acção concertada entre vários serviços e em outro dos casos é colocada a tónica no carácter prolongado das situações de pobreza, que segundo o testemunho da Assistente Social em questão, obstaculizam o seu trabalho:

“Passa por um conjunto de, portanto pelo planeamento de acções conjuntas com outros serviços.” (Assistente Social na Câmara Municipal de Beja).

“...houve situações...que acompanhava mais de perto, mas ...agora como grande percentagem da população do bairro são beneficiários de RSI e foram implementadas...as Equipas de Protocolo,...que vão fazer trabalho ao domicílio...há situações que...se mantêm...há aqui uma componente de desorganização doméstica, de espaço, de tempo,...e económica também...tapam de um lado com o dinheiro que têm, entretanto já gastaram tudo pedem fiado, depois vem o Rendimento pagam, depois destapam outra vez,...” (Assistente Social no Centro Social, Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança).

Por fim, são em número de dois os profissionais que afirmam que o Assistente Social não intervém directamente nas situações de pobreza. Dado o perfil das instituições a que estão vinculados, num dos relatos é afirmado pela profissional de Serviço Social que a falta de verbas conduz ao encaminhamento das situações de pobreza para o Centro Distrital de Segurança Social de Beja:

“Temos que remeter para a Segurança Social,...é a entidade competente...para dar algum apoio específico, do ponto de vista económico,...o hospital não tem verbas, não o pode fazer.” (Assistente Social no Centro Hospitalar do Baixo Alentejo).

Noutro dos casos, a intervenção é realizada pela via indirecta da consciencialização da sociedade civil para a denúncia de casos de pobreza, ainda aquém das expectativas do

profissional de Serviço Social entrevistado. Pese embora, esta seja a missão primordial da organização a que se encontra vinculado, é ainda mencionada uma intervenção de apoio a algumas famílias em situação de pobreza, assenta na atribuição de uma prestação pecuniária mensal, contratualizada e assente na prova de recursos:

“...por via da nossa identidade e da nossa missão de rede,...dar-lhes informação, capacitá-los...estamos num grupo de apoio a famílias, ...passa pela junção de dez famílias a vinte e cinco euros por mês, dá 250 euros e identifica-se uma família e essa família recebe os 250 euros por mês...tem que apresentar as facturas de onde é que gasta dinheiro...para identificarmos estas pessoas...no concelho,...no distrito...temos que recorrer às instituições. Aqui tem existido uma lacuna muito grande,...só tivemos a colaboração,...de uma colega...a continuamos a apelar para que isso aconteça,..porventura vão pensar que não há pobres em Beja,...”(Assistente Social/ Técnico da EAPN – Núcleo Distrital de Beja).

7.2.6. Forma como é Determinada a Condição de Pobre na Instituição onde o Assistente Social exerce a sua Actividade

Debruçando-nos agora sobre a forma como é determinada a condição de pobre, na instituição onde o Assistente Social entrevistado exerce a sua actividade, foi visível que no cômputo geral, as pessoas que recorrem a estes serviços estão sujeitas a integrar-se numa condição de prova de recursos económicos, para aceder a um determinado apoio social, que lhe confere o estatuto de pobre.

Este cenário e os critérios do alcance do estatuto de carência económica, são por norma enquadrados legalmente e/ou dispõem de uma base regulamentar criteriosa e pré – estabelecida. Com um espaço de interferência mais diminuto, situa-se a abertura deixada ao profissional de Serviço Social para uma análise da situação de fragilidade social, fora da esfera da prova de recursos económicos, que atinge por vezes franjas populacionais que à partida estão em situação de desvantagem, nem sempre mensurável do ponto de vista económico, sendo disso exemplo as pessoas portadoras de doenças crónicas e incapacitantes, os portadores de deficiência ou as pessoas idosas sem suporte social. Neste sentido, veja-se os testemunhos dos entrevistados:

“...considerar pobre tem a ver com o integrar-se ou não na condição de recursos para aceder a determinado benefício,...o conceito de pobreza é mais vasto do que isso, mas aqui...no sentido de poder aceder a um benefício,...temos que verificar uma condição de recurso...que...confere a situação de carência económica. No caso das prestações não contributivas,...Pensão Social ou...Rendimento Social de Inserção, isso está definido na lei...qual é essa condição e é esse o patamar pelo qual nós nos regemos. Para a atribuição de outros benefícios,...como as prestações pecuniárias de carência económica temos um patamar definido, que...está indexado ao valor no fundo da Pensão Social,...no caso da atribuição de apoios económicos...a condição de recursos está definida num regulamento que...temos de atribuição de apoios económicos,...sendo que aí a abertura é maior,...pode haver uma análise de outros factores, que coloquem aquela família num momento de fragilidade,...mesmo que fuja um pouco mais ao patamar meramente económico.” (Assistente Social no Centro Distrital de Segurança Social de Beja).

“...quando nós fazemos...o conhecimento daquele candidato ou ...formando...eles têm que apresentar documentos, se de facto é considerado pobre...os colegas quando fazem a primeira filtragem...sinalizam logo...depois o Assistente Social quando faz esse acolhimento...não posso dizer que são por sinais exteriores, muitas vezes é pela

conversa que a pessoa apresenta que ...poderemos classificar,...pobre. Há o critério económico,...associado ao facto de não ter tido emprego...de...estar integrada numa família ou não, ser um sem-abrigo,...tem a ver com os dados que vêm...no seu processo quando...chegam e...sobretudo com o que nos contam, mas é mais a ausência de recursos económicos...” (Assistente Social no Centro de Formação Profissional de Beja).

“A condição de pobre é...quando a pessoa já não tem dinheiro para comer, ...ter que escolher entre a medicação,...ou a sua subsistência do dia a dia em termos de coisas básicas....tem que optar viver sem qualidade ou deixar de ter saúde...em Beja não temos todas as especialidades, esse é outro dos problemas as pessoas que têm algumas possibilidades têm que se deslocar a Lisboa,...se for um idoso...não consegue ir daqui a Lisboa sozinho, porque nunca lá esteve não consegue orientar-se, não percebe ..., nem o que é que vai fazer...” (Assistente Social no Centro Hospitalar do Baixo Alentejo).

“...o pobre é aquele que tem menos recursos económicos,...isso é um indicador independentemente de haver outros problemas...o que está em causa muitas vezes é a situação económica,...depois há outros,...a instrução,...o desemprego, ...as baixas reformas...há famílias que são sempre mais pobres, ...famílias alargadas que vivem em coabitação,... podem fazer a economia comum, mas ...há ali um emaranhado de relações e depois discussões... com crianças a cargo, ...famílias grandes,... a constituição e a formação de casais jovens...sem condições ou recursos para fazer uma vida...independente ...a...reprodução do modelo familiar anterior,... há outras situações,...em que a pessoa está sempre numa situação de desvantagem, ...o doente psiquiátrico, ...o deficiente,...o idoso...” (Assistente Social no Centro Social, Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança).

“...existem os critérios de admissão em que...temos que avaliar a condição sócio – económica da família,...vemos quais são os rendimentos...de salários,...de subsídios,...de reformas,...é uma situação que tem que ser avaliada individualmente,... podemos ter...à nossa frente uma família que tenham um rendimento mensal,...de...1500 euros, mas...se...formos tirar todas as despesas comprovadas...não chega. ...porque a família tem dificuldade em gerir,...houve uma subida considerável de alguma prestação...temos as situações de pessoas...toxicodependentes, que estão na rua,...os sem abrigo sem rendimentos ou com o Rendimento Social de Inserção que não chega,... que estão numa pensão e que ao pagarem a pensão o que sobra não dá para se conseguirem alimentar,.. não há respostas para pessoas que estão na rua...é mais difícil serem integradas em posto de trabalho. Beja é uma cidade muito pequena, as pessoas conhecem-se umas às outras e ainda há algum preconceito,...para quem quer dar a volta por cima...são pessoas com

escolaridade baixa...se não forem as obras ou as limpezas...não há mais nada,...”
(Assistente Social na Cáritas Diocesana de Beja).

“...é determinado pela análise que se faz, ...saber o que...a pessoa ganha, como vive, em que condições,...as despesas e o agregado familiar,...perante isso é definida a situação de vulnerabilidade...”(Assistente Social na Câmara Municipal de Beja).

Salienta-se ainda, o testemunho do Assistente Social vinculado ao Núcleo Distrital de Beja da EAPN/Portugal, que a manifesta que a intervenção indirecta de consciencialização para a luta contra a pobreza, deve suplantar o patamar de base económica na atribuição de apoios sociais, que deixa por vezes de fora grupos da população em situação de vulnerabilidade social:

“...temos que ...considerar em função daquilo que a Segurança Social diz que é uma pessoa pobre...pela via material...mas...há pessoas que ganham muito mais dinheiro e são mais pobres do que essas...não trabalhamos só a...parte materialista da questão, mas também da exclusão,...não são pobres têm pela via material...mas são excluídos...Famílias monoparentais, violência doméstica, os ciganos também se podem considerar ...excluídos, toxicodependentes, os sem abrigo,...” (Assistente Social/ Técnico da EAPN – Núcleo Distrital de Beja).

7.2.7. Perspectiva do Assistente Social Entrevistado sobre a Relação com as Pessoas Pobres que recorrem à Instituição

Quando questionados sobre a relação mantida com as pessoas pobres que recorrem à instituição, onde realizam a sua actividade profissional, os Assistentes Sociais que colaboraram nesta investigação, classificam como positivo o tipo de relacionamento em questão. A excepção é a entrevistada vinculada ao Centro Distrital de Segurança Social de Beja, que por via das funções de directora de um dos núcleos da instituição, revela não manter nenhum tipo de relacionamento directo com pessoas em situação de pobreza, como a própria afirma:

“...não tenho um tipo de relação directa, neste momento, com as pessoas em situação de pobreza.” (Assistente Social no Centro Distrital de Segurança Social de Beja).

Pese embora, a convergência de opiniões dos restantes entrevistados, os mesmos alicerçam o tipo de relação em diferentes valores alicerçados, em três dos casos, no respeito, não discriminação, capacidade de escuta e de estabelecer relação com as pessoas em situação de pobreza, sendo também salientada a valorização da capacidade de autodeterminação destas pessoas, como é possível constatar pelos seguintes testemunhos:

“...é uma relação em primeiro lugar de muito respeito,... as pessoas quando entram para uma instituição destas têm que ser respeitadas...é complicado transmitir esse respeito ...entre os próprios formandos e às vezes entre os próprios formadores... Não podemos segregar as pessoas,...nunca tive problemas de relacionamento com formandos, ... sempre me relacionei com muita tranquilidade e com muita calma com os públicos pobres ou desfavorecidos...acho que depois essa calma é transmitida... o comportamento gera comportamento...saber ouvir as pessoas,...compreender dentro do seu contexto...elas percebem que nós as compreendemos e...acabam por ter uma postura diferente...” (Assistente Social no Centro de Formação Profissional de Beja).

“...não fazemos distinção na intervenção que fazemos,...temos que entender...a preocupação que a pessoa tem, tentar ...desmistificar alguns aspectos que estão a ser vistos como muito negativos...encontrar junto da pessoa...maneira de ultrapassar esses problemas, ...hipóteses e soluções para os ultrapassar e...meios concretos aos quais se devem dirigir,...ver se ...não tem dinheiro...e não há que ter vergonha porque os serviços existem para isso...” (Assistente Social no Centro Hospitalar do

Baixo Alentejo).

“...uma relação de proximidade q.b....tem que haver aquele distanciamento necessário... mas...em situações muito complicadas...às vezes temos que respirar fundo,...não é fácil lidar...e também somos humanos...

famílias que recorrem mensalmente à instituição,...que nos conhecem, é difícil...não termos um afecto e um carinho por estas famílias, para as crianças,...com o devido respeito e distanciamento,...muitas destas pessoas que passam por aqui,...não são ouvidas em mais praticamente...mais lado nenhum e...tem que haver disponibilidade...Não basta dar o pacote de arroz,... com os utentes ...em refeitório social...vêm aqui todos os dias...fazem parte da Cáritas,...temos um carinho,...um afecto, mas quando é preciso,...dar um puxão de orelhas, temos que dar...”(Assistente Social na Cáritas Diocesana de Beja).

Numa outra linha de pensamento, uma das Assistentes Sociais entrevistadas considera que a relação que na actualidade mantém com as pessoas em situação de pobreza, foi fruto de um percurso de consolidação de relações de confiança, em que foi necessário criar competências no âmbito da gestão de conflitos. Esta questão, pode atribuir-se em parte, ao facto desta profissional de Serviço Social realizar o seu trabalho num contexto de proximidade pessoal e territorial, centrado em relacionamentos de base comunitária, que implicam uma relação de carácter mais permanente, com os habitantes do bairro onde se situa o Centro Comunitário a que está vinculada profissionalmente:

“...houve um longo caminho de consolidação de relações de confiança,...nós dependemos sempre das reacções das outras pessoas e...temos o nosso papel a nível profissional, muitas vezes...ingrato, ...numa situação...em que a pessoa não concorde ...aquelas pessoas mais agressivas ou que têm uma situação mais instável,...vão descarregar no técnico,... que está ali na zona de conflito... Mas...as pessoas depois de alguns conflitos criados,...tiveram que entender que era assim. É como se eu tivesse que estar a impor que o meu papel como técnica... “ (Assistente Social no Centro Social, Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança).

Por fim, os restantes entrevistados não especificam a forma como estabelecem relação com pessoas em situação de pobreza. Deste modo, uma das entrevistadas coloca a

tónica no que considera ser a necessidade de responsabilização das pessoas pobres, perante o processo de superação da sua situação:

“Eu mantenho uma boa relação,...Normal como eu faço com as outras pessoas,... nós não temos que dar tudo, as pessoas também têm que se esforçar um bocadinho porque a maior parte exigem e não se esforçam e não querem, ...” (Assistente Social na Câmara Municipal de Beja).

Por outro lado, o relacionamento com base num trabalho conjunto com todos os actores em presença, é mencionado por outro dos profissionais de Serviço Social entrevistado, embora não sejam avançadas mais explicações sobre a forma de concretização deste trabalho, conforme se constata pelo seu testemunho:

“Acho que é boa,...e tem que ser mesmo, não há outra hipótese, não andamos aqui pela negativa,...todos é que fazemos um todo, ...temos que trabalhar em conjunto e não podemos andar aqui a trabalhar cada um para seu lado.” (Assistente Social/Técnico da EAPN – Núcleo Distrital de Beja).

7.2.8. Medidas de Política Social Operacionalizadas na Instituição onde o Assistente Social Entrevistado exerce a sua Actividade

Quando analisadas as medidas de Política Social operacionalizadas na instituição onde o Assistente Social exerce a sua actividade, foi possível compreender a ligação entre estas medidas e os objectivos das instituições onde se enquadra este grupo de profissionais de Serviço Social. Salienta-se ainda, o carácter discricionário destas medidas, quase sempre acompanhado da prova de recursos, fraccionado em franjas populacionais previamente estabelecidas, como é o caso das pessoas idosas, das crianças ou das pessoas pertencentes a minorias étnicas:

“...são os apoios...provenientes de medidas de Política, nomeadamente...da Saúde e da Segurança Social,...taxas moderadoras, ...estarem isentas,...usufruir de apoios que são dirigidos ...a quem tem dependentes em casa, ...idosos,...crianças,...são...medidas...que podem ...facilitar a integração das pessoas na própria formação profissional,...acabam por se cruzar uma miscelânea e...de reflexos da Política Social geral,...”(Assistente Social no Centro de Formação Profissional de Beja).

“...temos as políticas ligadas à Segurança Social de apoio aos idosos...ter uma pensão superior ou o ...Complemento Solidário para Idosos, ...em termos autárquicos também saiu o Cartão Municipal Sénior,...facilitar-lhe a acessibilidade aos serviços e apoios sociais....ao nível da saúde articulamos muito,...em termos de educação temos...equipamentos educativos da rede social articulamos...com a rede pública,...faço as avaliações do RSI no âmbito dos Jardins de Infância da rede pública...”(Assistente Social no Centro Social, Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança).

“...a habitação social...os idosos,...as famílias vulneráveis, ...a CPCJ ...também ...estamos a apoiar...investimento para obras ou compra de carrinhas a instituições...ao nível dos Contratos de Responsabilização Social, ...com as famílias que não são só de etnia cigana, mas também...dos bairros sociais com incumprimentos e...com o...Rendimento Social de Inserção,...”(Assistente Social na Câmara Municipal de Beja).

Duas das profissionais de Serviço Social entrevistadas, colocam ainda o enfoque do seu testemunho no carácter sectorial das medidas de Política Social que operacionalizam,

nomeadamente nas instituições a que estão vinculadas profissionalmente. São disso exemplo o Centro Distrital de Segurança Social e o Centro Hospitalar do Baixo Alentejo, instituições em que a sectorialização das medidas de Política Social é fragmentada na existência de programas tipificados, de acesso condicionado à prova de recursos, como é o caso de medidas como o Rendimento Social de Inserção ou do Complemento Solidário para Idosos:

“...o Rendimento Social de Inserção, o Programa da Rede Social, o Programa Alimentar de Apoio a Carenciados, os programas...que se traduzem em projectos de combate à pobreza como sejam os Contratos Locais de Desenvolvimento Social,...o atendimento, acompanhamento social,...o Complemento Solidário para Idosos,...toda a legislação que enquadra as prestações não contributivas, a pensão social...de velhice...de invalidez...”(Assistente Social no Centro Distrital de Segurança Social de Beja)

“...Em termos da instituição...prestar cuidados de saúde,...o Serviço Social aparece para colmatar as falhas que existam quando uma situação de saúde tem que ser tratada no hospital, mas tem que ter uma continuidade lá fora...” (Assistente Social no Centro Hospitalar do Baixo Alentejo).

Por fim, os restantes entrevistados, em número de dois, para além de elencarem medidas de Política Social que operacionalizam, deixam transparecer o enfoque na relação entre as mesmas e os objectivos das instituições onde exercem os seus atributos profissionais:

“...aquelas que estão em vigor no nosso país...têm a ver com a doutrina social da Igreja...a missão, os valores, os objectivos da instituição,... pessoas beneficiárias de Rendimento Social de Inserção, Subsídio de Desemprego...temos um Protocolo de Rendimento Social de Inserção...”(Assistente Social na Cáritas Diocesana de Beja).

“...ao nível do PNAI, da Agenda 2020, ...do Plano Nacional de Reformas...as grandes decisões macro determinadas pela Comissão Europeia, pelos Governos...agora está a surgir...a Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem – Abrigo,...com alguns projectos piloto...a Estratégia Nacional para as Comunidades Ciganas,...está a surgir...brevemente...” (Assistente Social/ Técnico da EAPN – Núcleo Distrital de Beja).

7.2.9. Forma como o Assistente Social Avalia o seu Trabalho na Instituição

Para finalizar a incursão que pretendeu analisar o trabalho realizado pelos Assistentes Sociais, que deram o seu contributo para este trabalho de investigação, com as pessoas em situação de pobreza, considerou-se pertinente indagar de que forma estes profissionais avaliam o seu trabalho nas instituições em questão. De um modo geral, este grupo de sete Assistentes Sociais revela retirar gratificação do seu trabalho, afirmando sentirem-se realizados com a sua actividade profissional.

Por esta ordem de ideias, são três os profissionais que afirmam “gostar” do que fazem, verbalizando sentir que “fizeram um bom trabalho”. Numa das situações, a Assistente Social entrevistada, a par de testemunhos anteriores, revela sentir-se afastada de um trabalho directo com as pessoas em situação de pobreza, encontrando-se neste momento mais vocacionada para a análise de casos e para um trabalho de melhoria das condições de trabalho da equipa de profissionais que coordena:

“...gosto do trabalho que faço,...neste momento sinto-me excessivamente afastada do trabalho directo, daquilo que...faço agrada-me particularmente o trabalho de apoio às colegas na análise de casos e...de situações....há coisas mais que...posso fazer e melhor neste domínio da coordenação que é o que eu tenho agora... e há coisas que podem ser feitas para melhorar as condições de trabalho dos técnicos e por via disso melhorar a intervenção na comunidade,...”(Assistente Social no Centro Distrital de Segurança Social de Beja).

Outras duas entrevistadas, traduzem a sua gratificação enquadrando o seu trabalho como uma actividade que visa, em primeiro lugar, a concretização dos direitos das pessoas que recorrem à instituição, opinião visível no relato desta profissional:

“...fiz um bom trabalho,...dei o máximo daquilo que sabia,...sempre em função daquilo que as pessoas tinham direito...consegui sempre dar a volta positivamente, ...no apoio às pessoas com quem eu trabalhava,...dar sempre esperança a quem está a precisar,...tenho crescido muito ao longo destes anos...”(Assistente Social no Centro de Formação Profissional de Beja).

Noutro dos testemunhos, a auto – realização do profissional de Serviço Social é apoiada pelos resultados obtidos, desde o início da sua actividade na instituição, sendo que

o próprio afirma:

“...gosto do trabalho...começámos em 2003 a entregar muita informação pela via do fax, depois aos poucos... pela via da net,...a motivar as instituições...a informação ...sai daqui, todos os dias...em termos da dimensão ...no distrito, está a aumentar o pedido de pessoas que querem receber essa informação...actualmente estamos com uma base de destinatários,...na ordem dos cinco mil,...com Câmaras, IPSS, estudantes, pessoas individuais...penso que estou no bom caminho.” (Assistente Social/ Técnico da EAPN – Núcleo Distrital de Beja).

É também importante salientar, que três dos entrevistados manifestam alguma frustração perante o trabalho que realizam, atribuindo este sentimento nomeadamente a dois factores. Por um lado, à conjuntura sócio – económica vivenciada à data em Portugal, que constrange a intervenção do profissional de Serviço Social, em termos de recursos no combate à pobreza, tal como testemunha a Assistente Social vinculada profissionalmente ao Centro Hospitalar do Baixo Alentejo:

“...pelo próprio contexto político, social e económico em que se vive,...é mais frustrante...trabalhar em determinadas alturas principalmente com situações de pobreza,... porque a gente sabe que faz um esforço,...no sentido de garantir o máximo possível àquelas...famílias...mas...temos ...constrangimentos enormes...e as famílias ...vão continuar a viver na pobreza,...é muito difícil que...consigam ultrapassar de ...as situações que estão a viver.” (Assistente Social no Centro Hospitalar do Baixo Alentejo).

Por outro lado, o sentimento de frustração associado ao exercício profissional é alicerçado, na opinião de duas das Assistentes Sociais entrevistadas, nos obstáculos e condicionalismos enfrentados na concretização de articulações entre profissionais e na delegação de competências que permitam a realização de um trabalho com maior qualidade. Veja-se os seus testemunhos:

“...tem sido um trabalho positivo,...com alguns momentos....mais frustrantes, ...muitas vezes tenho a sensação que por muito que faça ...quem executa...não executa aquilo que nós idealizámos...as pessoas não se conseguem articular, quanto mais somos menos fazemos....temos que nos auto – criticar,...se calhar é bom ...delegar competências noutras equipas...há muita actividade a decorrer,... tenho sentido que caí tudo em cima de mim e é preciso também ter braços direitos a quem

passar...constituir...uma equipa mais alargada...que trabalhe tudo em conjunto, mas que cada qual tenha a sua tarefa,...”(Assistente Social no Centro Social, Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança).

“...gostava de fazer melhor,...tenho uma equipa grande com ...fragilidades ...ocupo-me muito a resolver aqueles conflitos...que já não deviam existir,... também demos um passo muito positivo...estamos a avançar com pequenos estudos...não havia tempo para planificação, neste momento...estamos a dar o salto qualitativo...mas surgem sempre coisas pontuais... temos que nos...gostava que...a equipa funcionasse, que as pessoas se dessem bem,...” (Assistente Social na Câmara Municipal de Beja).

Para finalizar, uma das profissionais de Serviço Social que deu o seu contributo para este trabalho de investigação, manifesta considerar o seu trabalho eficaz e necessário, face ao número crescente de pessoas que recorrem aos serviços de apoio social:

“...é um trabalho eficaz, necessário,...essencial...tendo em conta que...temos cada vez...mais pessoas no Atendimento Social,...tem que se...dar resposta e a Cáritas sempre a deu e vai continuar...” (Assistente Social na Cáritas Diocesana de Beja).

7.3.Noção de Pobreza e de Pessoa Pobre do Ponto de Vista dos Assistentes Sociais Entrevistados

7.3.1.Definição de Pobreza do Ponto de Vista dos Assistentes Sociais Entrevistados

Compreender a noção de pobreza do ponto de vista dos Assistentes Sociais entrevistados, demonstrou-se como fundamental para a prossecução dos objectivos deste trabalho de investigação, dado que foi possível reflectir por intermédio dos testemunhos recolhidos, não só sobre a forma como estes profissionais intervêm nas situações de pobreza, mas igualmente sobre os seus pontos de vista acerca do fenómeno e sobre as pessoas que o vivenciam.

Por esta ordem de ideias, os testemunhos recolhidos vão no sentido, no caso de três dos entrevistados, de estabelecer uma relação entre a pobreza e a ausência de recursos materiais, nomeadamente de base económica, que por sua vez podem ter repercussões numa pobreza de índole imaterial associada à ausência de tranquilidade, resiliência ou o acesso a determinados bens e serviços. Por este prisma, a noção de pobreza do ponto de vista destes entrevistados, é igualmente associada à ausência de meios de satisfação de necessidades humanas básicas como a alimentação, vestuário ou habitação condigna, facto que consolida a necessidade de uma relação muitas vezes permanente com instituições de apoio social.

Desta análise, sobressaiu a analogia entre esta concepção de pobreza, alicerçada na ausência ou insuficiência de acesso a bens materiais, por carência económica e um dos principais critérios, apontados por este grupo de profissionais para determinar a condição de pobre nas instituições a que estão vinculados. Notem-se assim os seus testemunhos:

“É um conceito muito difícil para definir, ...pobreza será um estado, tanto pode ser uma ausência de recursos materiais, financeiros, bens, como uma ausência de espírito, de tranquilidade, de...relacionamento com os outros,...mas também a ausência do acesso a determinadas situações,...as pessoas muitas vezes não tendo falta de dinheiro acabam por não ser felizes na mesma e não deixam de ser pobres, ...não têm acesso a determinadas...teias de relações laborais, de amigos, de vizinhos, de família, de bens,...de serviços...”(Assistente Social no Centro de Formação Profissional de Beja).

“A pobreza ...tem a ver com as questões de sobrevivência e ...subsistência de uma família no dia a dia. Uma pessoa que não tem já meios para poder ter as coisas básicas

do dia a dia, para mim...é pobreza, ...não ter alimentação,...não ter dinheiro suficiente para ter...a roupa limpa ...uma habitação condigna com...condições de higiene...uma casa de banho,...e...não conseguir ter autonomia,...ter uma profissão para poder ...tornar-se autónomo e não depender dos serviços.”(Assistente Social no Centro Hospitalar do Baixo Alentejo).

“...a pobreza são todas aquelas situações em que a pessoa não tem recursos,...básicos para sobreviver,...há um limiar de recursos...para se alimentarem, ...para se vestir ...para comprarem medicamentos...quando as pessoas não têm esses recursos são pessoas que estão em situação de pobreza, alguns até em...extrema pobreza,...independentemente de ter outros critérios associados...baixa escolaridade...não têm retaguarda familiar e sentem-se abandonadas ou...estão desempregadas,...deixam de poder participar activamente na sociedade, porque à partida são excluídos,...A pessoa quando não tem recursos económicos está dependente de toda a gente,...Depois há outras as pobrezaas...muito a ver com ...experiência de vida...questões emocionais...a pessoa não fez um crescimento interno que lhe permita ter outro tipo de condições, ...a resiliência.” (Assistente Social no Centro Social, Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança).

A estes testemunhos, alia-se ainda a perspectiva de profissional de Serviço Social ligado ao Núcleo Distrital de Beja da EAPN/Portugal, que para além da falta de acesso a bens e serviços de índole material e imaterial, entende a pobreza como a ausência de condições que permitam às pessoas pobres alcançar o princípio da dignidade humana, sendo disso revelador o seu testemunho:

“...pobreza é todo aquele que não consegue chegar às mínimas condições que tragam a dignidade humana, ...sejam materiais, ...sejam imateriais. ...materiais, habitação, saúde,...alimentação, roupas,...As imateriais...os acessos aos serviços,...da saúde,...educação...está a surgir cada vez mais exclusão ao nível da saúde, da educação e da formação,...para os pobres, ...aqueles...têm menos dinheiro...há um défice muito grande em Portugal a esse nível.” (Assistente Social/ Técnico da EAPN – Núcleo Distrital de Beja).

Por sua vez, duas das profissionais de Serviço Social entrevistadas realizam uma análise do fenómeno da pobreza, assente no seu carácter de durabilidade. Distinguem-se, deste modo, situações de pobreza quase “definitiva”, associada à existência de um ciclo e reprodução da mesma, sendo aqueles que a vivenciam portadores de um sentimento de

maior resignação; e as situações de pobreza mais recente, sendo atribuída a esta última uma ausência de competências de índole imaterial que impedem, na opinião destas profissionais, que as pessoas que mais recentemente se viram confrontadas com uma situação de pobreza, reúnam condições de enfrentar esse fenómeno:

“...a pobreza, ...temos alguma dificuldade em defini-la...poderá ser definitiva ou pontual,...se é uma pobreza que se vem arrastando, porque...se foi pobre e vai continuar a ser ...neste momento temos...uma nova pobreza ...são as...novas famílias que vão aparecendo...pobreza pode ser pobreza económica,...de espírito,...de iniciativa, para mim pobreza não é só não ter dinheiro na carteira... é a pessoa que está ...por vezes destruturada ou deprimida,...não consegue visualizar uma alternativa para a situação em que se encontra, seja ...financeira,...social,...profissional...não tem bases ela própria para se conseguir... organizar para ...fazer face...à situação em que se encontra,...” (Assistente Social na Cáritas Diocesana de Beja).

“...para mim a pobreza é aquela pessoa que já nasceu pobre, humilde e que não exige,...o novo conceito de pobre são aqueles que se manifestam, que exigem...mas que não fazem nada...por exemplo...no... RSI, há pobres, mas exigem e são agressivos, exigentes e para mim a pobreza não é isso,...é aquela pessoa que realmente é pobre, não exige,...tem uma postura,...diferente...quer trabalhar e a maior parte não quer.” (Assistente Social na Câmara Municipal de Beja).

Finalmente, destaca-se igualmente o testemunho da profissional de Serviço Social vinculada ao Centro Distrital de Segurança Social de Beja, que caracteriza a pobreza como um fenómeno que retira aos sujeitos a sua oportunidade de escolha, facto alicerçado na ausência de opções para sair da situação ou ainda por desconhecimento das alternativas existentes:

“...para mim pobreza é as pessoas não terem possibilidade de escolha,...estarem numa situação de...vulnerabilidade,...da qual não podem sair porque não têm opção, às vezes até porque não conhecem que há...alternativas possíveis...são levadas a viver uma vida que pensam que não têm alternativa para ela...” (Assistente Social no Centro Distrital de Segurança Social de Beja).

7.3.2. Definição de Pessoa Pobre do Ponto de Vista dos Assistentes Sociais Entrevistados

Quando confrontados com a solicitação para se pronunciarem acerca da sua perspectiva sobre o que consideram ser uma pessoa pobre, os Assistentes Sociais entrevistados não se afastaram muito da noção de pobreza partilhada na resposta anterior.

Deste modo, o entendimento realizado por estes profissionais expressou concepções de uma pessoa pobre como alguém vulnerabilizado por uma situação em que não tem possibilidade de escolha, ou que não é feliz dado encontrar-se numa posição de desconforto consigo própria, num percurso de desvalorização enquanto ser humano:

“...as...pessoas não terem possibilidade de escolha,...numa situação de...vulnerabilidade,...às vezes até porque não conhecem que há escolhas...determinismo...as pessoas são levadas a viver uma vida que pensam que não têm alternativa para ela...” (Assistente Social no Centro Distrital de Segurança Social de Beja).

“...uma pessoa...é pobre não é feliz...uma pessoa que vive uma situação de pobreza é uma pessoa que não está bem,...não se sente confortável, se calhar nem gosta dela própria, porque não tem culpa da situação em que está... se sente como se estivesse vazia,...é uma pessoa ...com um olhar fundo, triste e escuro,...” (Assistente Social na Cáritas Diocesana de Beja).

A tónica no não acesso a condições de satisfação de necessidade humanas básicas, como a alimentação e o vestuário, que colocam por vezes as pessoas pobres no limiar da sobrevivência humana e portanto dependente de instituições sociais, é colocada por três Assistentes Sociais entrevistados, para descrever o significado de pessoa pobre:

“...uma pessoa pobre é uma pessoa...não tem recursos,...básicos para sobreviver,...há um limiar de recursos...quando as pessoas não têm esses recursos...estão em situação de pobreza,...não têm retaguarda familiar e sentem-se abandonadas...à partida são excluídos,...A pessoa...está dependente de toda a gente...” (Assistente Social no Centro Social, Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança).

“É aquela que não tem acesso às condições básicas de vida, alimentação, educação, saúde...” (Assistente Social/ Técnico da EAPN – Núcleo Distrital de Beja).

“É uma pessoa que não tem já qualquer meio por si só para poder sobreviver no dia a dia...depende dos serviços.” (Assistente Social no Centro Hospitalar do Baixo Alentejo).

Noutra linha de pensamento, duas Assistentes Sociais que colaboraram nesta investigação, colocam a tónica no potencial das pessoas em situação de pobreza, manifestado segundo as entrevistadas, na forma como gerem os poucos recursos e tentam enfrentar os condicionalismos externos que as impedem de sair dessa situação:

“Uma pessoa pobre...é uma riqueza de pessoa,...às vezes por culpa delas, ou não, não conseguem chegar a ...níveis que são os aceitáveis para sobreviver,... há pessoas com um grande potencial, só que depois não têm ajudas externas e delas próprias para poderem ultrapassar essa situação.”(Assistente Social no Centro de Formação Profissional de Beja).

“...faz uma boa gestão ...do seu orçamento familiar, com o pouco que tem consegue gerir, enquanto que há outros que não,...”(Assistente Social na Câmara Municipal de Beja).

7.3.3.Visões dos Assistentes Sociais Entrevistados sobre a Forma como as Pessoas Pobres Vivem a Sua Situação

Perante a análise da perspectiva dos Assistentes Sociais entrevistados acerca da forma como as pessoas pobres vivem a sua situação, foi possível constatar que as visões expressas pela maioria deste grupo de profissionais se centram em dois critérios fundamentais, que na sua opinião determinam a forma como se vive a pobreza: a relação mantida com os serviços/instituições que operacionalizam medidas de Política Social; e o carácter mais ou menos longo da situação de pobreza.

Deste modo, três profissionais de Serviço Social entrevistados consideram determinante na forma de vivenciar a pobreza, a maneira como a situação é aceite pelo próprio, que pode oscilar entre a vergonha em aceitar uma situação de vulnerabilidade para a qual não existia preparação prévia e opostamente a pobreza pode funcionar como um elemento identitário da pessoa que a vivencia, influenciado pelo carácter de durabilidade da situação, fundado num ciclo e reprodução da mesma:

“...há aquelas pessoas que caíram numa situação para a qual não estavam preparadas e...na qual nunca viveram,...deve ser uma situação...que é vivida ...com vergonha de ter que vir aos serviços, ...ter que ser identificada...Depois...há pessoas que nunca viveram de outra forma ...esta sua relação com os serviços já...faz parte das suas estratégias de vida,... isso não coloca nenhum problema de identidade,...também há pessoas...com...aquela dificuldade em perceber que para além de si próprio há outros problemas...a relação com os serviços assistenciais...e a forma como esta relação se faz, se ela é mais autonomizada,...mais repressiva,...mais ...incriminatória...pode ser determinante na forma como se vive a pobreza...”(Assistente Social no Centro Distrital de Segurança Social de Beja).

“Algumas vivem essa situação de uma forma muito cómoda,... acabam por ter aquela sensação de conformismo. Há outras...lidam mal com essa situação...ou porque têm mais consciência,... têm...responsabilidades que não conseguem mesmo ultrapassar, são pessoas mais revoltadas,...que às vezes até trazem alguns conflitos... é um ciclo vicioso,... por ser pobre não tem acesso e não tem acesso por ser pobre,...acaba por...viver uma vida toda como pobre.” (Assistente Social no Centro de Formação Profissional de Beja).

“...muitas delas...já se habituaram a ser pobres,.. a ir à Assistente Social ou...ao

serviço de apoio social pedir apoio... é uma condição que vai ficando enraizada no próprio comportamento da pessoa,... Há aquelas pessoas que precisam, recorrem temporariamente,... numa situação pontual e resolvem o seu problema e há aquelas ...que são permanentemente dependentes ...os problemas nunca se resolvem, é ...uma bola de neve... muitas vezes parece que as pessoas até têm vontade de sair da situação e não conseguem. Parece que há sempre uma coisa a empurrá-los para as manter naquela situação,...” (Assistente Social no Centro Social, Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança).

Colocando agora o enfoque em outro elemento determinante para a analisar a forma como é vivida a pobreza na primeira pessoa, o olhar centra-se no carácter mais ou menos duradouro da situação. Deste modo, é sugerido que a vivência prolongada da situação pode conduzir a modos de vida em que a aceitação e resignação perante o facto de “ser pobre”, seja uma realidade paulatinamente assimilada por quem a vive, enquanto que num polo oposto, é possível discernir que as pessoas que vivenciam esta situação mais recentemente não assumem a pobreza como um elemento identitário, tendo dificuldades em assumir a situação, por receio inclusive de estigma social:

“Acho que vivem mal,...a nova pobreza vivem muito angustiados porque viveram bem,...há grandes depressões e ...problemas porque as pessoas nunca passaram por isto,...têm dívidas que não conseguem pagar, nem gerir o seu orçamento familiar,...com filhos... (os outros)...são humildes...sobrevivem,...de acordo com aquilo que lhes foi dado...por exemplo...sempre foi pobre e viveu sempre assim...nunca exigiu muito,...também nunca lhe deram...e se calhar não está deprimido... agora aqueles que já tiveram, viveram bem, esses ficam mal e ficam deprimidos,...” (Assistente Social na Câmara Municipal de Beja).

“...uns escondem,...têm vergonha de assumir a situação, porque... uma grande parte da população aponta as pessoas pobres pelo menos como incapacitadas ou malandras.... e já se verificou alguns casos...que não têm qualquer tipo de receio em dar a cara,...e dizer sou pobre,...não sou malandro...não tive foi as oportunidades que muita gente teve...outros, ficam, ...escondidos, não aparecem, têm vergonha...estes novos pobres não vão na hora que os tais ditos pobres...vão buscar os alimentos, vão já de noite que é para não dizerem...eu também sou pobre...eles...verificam as desigualdades sociais que estão a existir e a revolta dentro deles está a surgir....” (Assistente Social/ Técnico da EAPN – Núcleo Distrital de Beja).

Por fim, outra das profissionais aborda ainda outra face do problema, que pode

influenciar a forma como as pessoas pobres vivenciam a sua situação, e que se alicerça na relação que os mesmos estabelecem com o mundo do trabalho. Esta entrevistada, avança igualmente com um elemento explicativo para a aparente resistência de algumas pessoas perante o (re)ingresso ao mundo do trabalho, o facto de não existir uma efectiva valorização, por parte das instituições, do perfil de competências profissionais das pessoas em situação de pobreza, contribuindo para desencontros entre o perfil profissional e as ofertas de trabalho disponíveis:

“...há pessoas...que referem viver na pobreza, de facto vivem, as que estão dependentes dos serviços e continuam dependentes...penso que...não querem...alterar essa situação ou pelo menos não fazem grande esforço...a não ser que sejam obrigados a tal, que é o caso...dos acordos de RSI,...mas penso que não é isso que lhes trará...maior autonomia. ...trabalham porque são obrigados a trabalhar,...não há...valorização daquilo que as pessoas fazem...nas partes...de Formação,...isso é um dos principais problemas...das pessoas não quererem trabalhar....depois há...de pessoas que...de facto vivem mal,...que...são pessoas...até trabalham e...têm força de vontade ...fazem tudo para ter a sua autonomia porque têm consciência que é através disso que conseguem sentir-se melhor com elas próprias, mas...vão-se abaixo muitas vezes porque...não têm outro tipo de suporte,...sentem-se frustradas porque dependem dos serviços ...mas não têm outra opção...” (Assistente Social no Centro Hospitalar do Baixo Alentejo).

No final desta análise, salienta-se ainda a opinião manifestada pela Assistente Social que exerce a sua actividade na Cáritas Diocesana de Beja, que entende que a forma como a pobreza é vivida na primeira pessoa, encontra-se dependente de factores intrínsecos aos próprios e portanto de base subjectiva. Estes minimizam a energia psíquica e força interior para encontrar mecanismos para enfrentar a pobreza, conduzindo a casos de isolamento social, acompanhados de problemas do foro psicológico e psiquiátrico, cada vez mais frequentes:

“...há aquelas pessoas que...lutam e tentam de certa forma arranjar...uma alternativa...outras...isolam-se no seu mundo...vêm tudo tão escuro à sua volta e tão difícil e que acabam por se refugiar,...neste isolamento, não quer dizer que estejam isoladas da sociedade,...as pessoas recorrem aos serviços,...mas depois acabam por viver num isolamento tão grande...até se sentem a pior pessoa do mundo,...são pessoas que cada vez estão mais deprimidas,...” (Assistente Social na Cáritas Diocesana de Beja).

7.4. Perspectiva dos Profissionais de Serviço Social sobre a Pobreza em Portugal e na Cidade de Beja

7.4.1. Visão dos Assistentes Sociais Entrevistados sobre o que deveria ser realizado para Intervir na Pobreza em Portugal

Como itens finais das entrevistas realizadas ao grupo constituído por sete Assistentes Sociais, pretendeu-se conhecer a perspectiva destes profissionais de Serviço Social sobre o que deveria ser realizado para intervir na pobreza em Portugal. Confrontados com a questão, duas das profissionais alicerçaram a sua resposta na necessidade de repartição das responsabilidades sobre a intervenção no fenómeno da pobreza, entre o Estado e a sociedade civil. Este último sector, na opinião das entrevistadas, deve contribuir para colectivar essa responsabilidade, contribuindo para diagnósticos mais eficazes que vão ao cerne do problema da pobreza:

“...há famílias que não podem ser responsabilizadas, porque elas próprias não têm condições e há outras que sim...as avaliações ...os diagnósticos das situações familiares é que deveriam ser feitos de outra forma...procurar...as potencialidades que a família tem e ...ter recursos disponíveis na sociedade ...as situações de pobreza muitas vezes passam pela integração profissional e depois vemos que não temos emprego para pessoas,... Essa responsabilidade é...dos Governos,... há outra responsabilidade que é...dos cidadãos,...que muitas vezes...não querem ...essa responsabilidade como sua,...só têm a visão da exigência,... há responsabilidades que são dos cidadãos, não são de mais ninguém..... há muita gente que ...tem...recursos temporários e ...não investe neles, não têm a responsabilidade do que receberam, ... para implementar determinadas actividades e depois não as executam,... tem que haver uma intervenção mais colectiva,...aplicar modelos de outros países...valia a pena conhecermos mais o que estamos a trabalhar...” (Assistente Social no Centro Social, Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança).

“...as instituições de solidariedade social envolverem-se cada vez mais nas respostas sociais,...o Estado cada vez mais vai encurtando os apoios,...cada vez mais as pessoas vão tendo menos recursos...as instituições também não conseguiriam sobreviver se não tivessem os apoios do Estado, que...vão sendo cada vez menos...mas se não houver o envolvimento da sociedade civil..., se as pessoas não tiverem consciência que o país está a atravessar uma situação complicada e...se empenhem e se envolvam,... não há aqui grandes alternativas...se o Estado não continuar a apoiar...vai ser muito difícil ...as instituições continuarem a dar respostas, porque os subsídios são poucos, as famílias são muitas e os recursos são cada vez menos....” (Assistente Social na Cáritas Diocesana de Beja).

Numa linha contrária, posiciona-se a profissional de Serviço Social vinculada ao Centro Distrital de Segurança Social de Beja, que alerta para o que considera ser o perigo do recuo no papel do Estado perante a intervenção no fenómeno da pobreza. A manutenção da responsabilidade estatal, é uma postura determinante na garantia dos direitos dos mais pobres, na medida em que a sociedade civil nem sempre se encontra preparada para assumir a manutenção de direitos adquiridos, existindo o risco de uma postura que pode constituir-se como um retrocesso nesses direitos já consagrados, conforme revela o seu testemunho:

“...o Estado tem um papel determinante,...recuar no papel do Estado é um risco muito grande...a sociedade também tem deveres entre si de solidariedade, mas há graves riscos que essa solidariedade seja uma solidariedade demasiadamente catalogadora das pessoas...que rapidamente pode resvalar para a esmola,...defendo o papel do Estado e a garantia dos direitos para os mais pobres, ...os políticos ...muitas vezes formam juízos sobre coisas que provavelmente conhecem mal e...influenciam muito aquilo que é a opinião generalizada sobre os pobres e...a forma de actuação do Estado, ...quem actua do lado do Estado também tem que actuar com muito rigor, para que socialmente possa justificar aquilo que é feito.”(Assistente Social no Centro Distrital de Segurança Social de Beja).

Continuando a análise, um grupo constituído por três dos sete Assistentes Sociais entrevistados, considera que a intervenção no fenómeno da pobreza deve passar pela reformulação ou criação de medidas de Política Social. Estas medidas, na opinião das entrevistadas, devem ser capazes de se descentrarem da atribuição de prestações pecuniárias e condensar modelos de aplicação que permitam fazer face às novas contingências, que as instituições que realizam intervenção social têm que enfrentar em virtude de uma conjuntura sócio – económica de retracção do papel do Estado. A aposta no reforço de áreas sectoriais da Política Social, tidas como fundamentais, como é o caso da habitação e da saúde, é outra das propostas que complementa a visão deste grupo de Assistentes Sociais entrevistados:

“...primeiro que tudo tentar perceber...se são realmente situações de pobreza,...onde é que se pode atacar...e...envolver as entidades,...traçando ...planos de intervenção, que passam...por medidas de Política Social...novas,...perceber onde é que está o problema...não só dando dinheiro...mas traçar planos que tenham que ser cumpridos

para que as pessoas possam sair dessa situação.” (Assistente Social no Centro de Formação Profissional de Beja).

“...têm que ser medidas muito abrangentes do ponto de vista político e social...as coisas vão ter proporções muito maiores do que têm neste momento... a nova pobreza,...são situações de tal forma instáveis do ponto de vista económico, que as pessoas não conseguem garantir determinadas coisas básicas que tinham...ou mudam de atitude...de vida...de casa,...é uma atitude pessoal...têm que ter discernimento e consciência que têm que o fazer obrigatoriamente, não podem estar à espera que o Estado...as instituições bancárias ou ...a Segurança Social, resolvam,.....neste momento estão a ser resolvidas pontualmente...mas é impensável que isso continue...as instituições não conseguem suportar isso,...as necessidades estão a ser muito maiores,...” (Assistente Social no Centro Hospitalar do Baixo Alentejo).

“...medidas diferentes,...não se constrói habitação social, as pessoas vivem mal ou não têm casa,... jovens...não ...têm emprego,...a habitação social...não se está a construir,...é gerir o que existe, vaga uma ou outra, mas não se resolve o problema habitacional,...a degradação muito grande da saúde...o apoio é cada vez menor...a situação dos medicamentos,...fundamentalmente para os idosos e para as pessoas que estão dependentes,...em termos de pobreza, ...é uma situação que se vai agravar daqui para a frente.”(Assistente Social na Câmara Municipal de Beja).

Salienta-se, igualmente, a perspectiva de outro dos profissionais entrevistados, que entende que uma das formas de intervir no fenómeno da pobreza em Portugal, se deveria consubstanciar numa revisão das formas de (re)distribuição da riqueza, gerando um equilíbrio pautado pelo valor da justiça social, entre os detentores de recursos económicos e as pessoas pobres. Seria permitido, deste modo, o apoio a franjas populacionais à partida alvo de estigma social:

“...Políticas Sociais...nas sociedades onde as pessoas mais ricas participam com impostos mais altos e ...que...esses dinheiros provenientes...sejam bem geridos pelos nossos gestores políticos, ...às vezes não o são,...sempre com um pensamento que é não olhar o pobre como coitadinho,...um apoio muito forte a algumas franjas...no caso dos toxicodependentes e ciganos,...vão para um lado qualquer...negam-lhe o trabalho logo, nem ao menos, ...dão a oportunidade...estes novos pobres às vezes surgem derivado à ...fragilidade interna deles próprios,...esquecem-se de olhar para a carteira e ver que a carteira não tem dinheiro...não se capacita...” (Assistente Social/Técnico da EAPN – Núcleo Distrital de Beja).

7.4.2. Perspectiva dos Assistentes Sociais Entrevistados sobre a existência de Particularidades do Fenómeno da Pobreza no Alentejo e na Cidade de Beja

Os Assistentes Sociais entrevistados, ao serem questionados sobre a existência de particularidades do fenómeno da pobreza no Alentejo e em particular na cidade de Beja, tiveram por referência elementos de análise de índole diversa, assentes em factores demográficos, económico – sociais e ainda de base histórico – cultural.

Deste modo, umas das particularidades apontadas por três Assistentes Sociais que colaboraram neste estudo, aponta para o número de pessoas idosas que habitam a região Alentejo. Aliado ao envelhecimento demográfico da população residente, estas pessoas auferem de poucas reformas, o que conduz a que a região e consequentemente a cidade, se vejam confrontadas com um elevado número de pessoas com insuficientes recursos económicos, que colocam em risco as condições de satisfação de necessidades humanas básicas, como a alimentação ou a compra de medicação. A esta situação, acresce, na perspectiva de uma das entrevistadas, a pobreza “envergonhada”, que passa pela existência de franjas populacionais que tendem a esconder ou não assumir que se encontram numa situação de pobreza:

“...a mais particular,...há sinais de pobreza evidente, depois há aquela envergonhada e camuflada que...as pessoas às vezes conseguem ter mecanismos, contra elas agem,.....a particularidade dos bairros,...há um Bairro da Esperança que tem ali situações problemáticas,...de pobreza,...um bairro social que tem situações problemáticas,...nem sei se serão económicas, ...a maior parte dessas pessoas até têm grandes subsídios ao nível do Rendimento Social de Inserção,... E a pobreza da terceira idade que muitas vezes não é conhecida...dos...idosos...que estão numa situação de isolamento dentro da própria cidade...sozinhos numa casa, com que dinheiro, com que recursos,...”(Assistente Social no Centro de Formação Profissional de Beja).

“...em termos de...idosos, ...temos uma população idosa muito forte em relação aos outros distritos,...de facto é uma população envelhecida...e tendo os idosos reformas mínimas,...O Alentejo ...tem,...a maior parte da população ...idosa,...”(Assistente Social no Centro Hospitalar do Baixo Alentejo).

“...temos os índices de envelhecimento mais altos do país, se as reformas...da agricultura, são as reformas mais baixas que existem em Portugal,...temos...os pobres que ganham menos dinheiro,...a nível do país...”(Assistente Social/ Técnico da EAPN – Núcleo Distrital de Beja).

Outra das particularidades mencionadas, pelos Assistentes Sociais entrevistados, alicerça-se no facto dos mesmos considerarem que os habitantes da região e da cidade de Beja são particularmente vulneráveis a dificuldades de inserção profissional, dado existir menos oferta de emprego e de oportunidades de criação de postos de trabalho. Estes obstáculos, são acompanhados de uma massa critica diminuta e de instituições com fraca representatividade face ao peso nas decisões do poder central:

“...as pessoas vivem inseridas num determinado contexto e que há determinações sociais, económicas...que modelam as configurações da pobreza,...se calhar as situações das pessoas que entraram abruptamente em situações de pobreza por via de desempregos massivos, não acontece aqui no Alentejo mas acontece no Norte em que havia mais emprego por conta de outrem,...em contrapartida aqui haverá mais dificuldade de inserção profissional, porque...há menos oferta de emprego, há menos gente, há menos possibilidade até de criar o próprio emprego,...há menos massa critica para se discutir as coisas, há instituições menos poderosas com menos peso real em termos de discussão de situações e de opiniões...isso influencia sem dúvida as situações de pobreza...”(Assistente Social no Centro Distrital de Segurança Social de Beja).

“...a história da pobreza no Alentejo já vem, ...está em decadência ...em termos nacionais o Alentejo foi uma região um bocado esquecida,...ainda vive estes problemas...despovoação, ...as pessoas que tem oportunidade...vão para as grandes cidades, um jovem...que vá estudar para fora...se tem oportunidade de de há muitas décadas...o Alentejo é uma área muito vasta é ...de interior...os aglomerados populacionais são menores, há poucas ofertas para os jovens,... A actividade que predominava era a agricultura trabalhar lá não vem para o Alentejo, porque à partida está condenado...” (Assistente Social no Centro Social, Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança).

“...há muitas...pessoas do distrito de Beja que estão em condição de pobreza...que às vezes não temos ...conhecimento porque as pessoas têm mais dificuldade em se movimentar, ...têm menos respostas,...Os idosos têm reformas baixíssimas...alimentam-se mal, há idosos desidratados por carência alimentar e se calhar nos meios rurais do distrito de Beja,...há muita pobreza escondida...têm

vergonha de recorrer aos serviços...o distrito de Beja é muito pobre...no sentido...de recursos e de trabalho,...se falarmos em Lisboa claro que há desemprego, mas há alternativas...estamos limitados aos serviços e às obras que cada vez são menos porque os empreiteiros não têm como dar emprego às pessoas que os procuram, as limpezas cada vez menos, ...falta-nos...os recursos...ao nível do trabalho,...do desenvolvimento estamos muito aquém do que desejaríamos,...Se nós quisermos encaminhar alguém para trabalho, para onde? Para quê e para fazer o quê?...” (Assistente Social na Cáritas Diocesana de Beja).

Por fim, a Assistente Social que exerce a sua actividade profissional na Câmara Municipal de Beja, chama a atenção para o que considera ser uma das particularidades da pobreza neste território concreto, a herança de cariz histórico – cultural de uma pobreza que apelida de “amedrontada”, por via de uma distribuição desigual da riqueza. Os resquícios desta herança, fazem-se sentir na insipiência dos suportes sociais informais, como é o caso das redes de vizinhança, que no seu entender são pouco expressivas na região e na cidade, não assumindo uma função protectora contra situações de pobreza:

“...pela história o Alentejo sempre foi uma região deprimida,...atendendo à extensão dos terrenos, à ...propriedade... já havia pobreza e era a pobreza...amedrontada,... mudou muito, do antigo para hoje...em termos de pobreza e condições de vida,...neste momento está-se a regredir...não há indústria, não há trabalho,...e isso...vai aumentar que a pobreza nas famílias,...não eram pobres, tinham emprego...e neste momento não têm...e aqui as relações de vizinhança não são assim tão acentuadas, as pessoas não têm esse espírito...”(Assistente Social na Câmara Municipal de Beja).

Considerando a análise atrás realizada, que pretendeu dar conta o mais fielmente possível dos testemunhos de profissionais de Serviço Social, vinculados a instituições sociais da cidade de Beja, com intervenção no fenómeno da pobreza, importa seguidamente dar conta dos testemunhos sobre esta realidade, relatada pelas pessoas que a vivenciam.

Capítulo 8. Ser Pobre na Cidade de Beja: Visões da Pobreza na Primeira Pessoa

8.1. Perfil dos entrevistados

Colocando o olhar sobre o perfil dos entrevistados, salienta-se primeiramente que este grupo foi constituído por doze pessoas, que demonstraram a sua disponibilidade em colaborar com a investigadora no estudo em questão.

Considerando a necessidade de salvaguardar o anonimato e confidencialidade, daqueles que deram o seu contributo e experiência de vida para esta investigação, é omissa a verdadeira identificação das pessoas entrevistadas, que serão doravante identificadas com um primeiro nome fictício.

Tendo por referência as variáveis mais objectivas e quantificáveis, de entre o conjunto de elementos de análise versados nas entrevistas efectuadas, foi traçado no quadro nº 27 o perfil dos entrevistados, entendendo-se que o mesmo traça o conjunto dos elementos identificativos que se entenderam como essenciais face aos objectivos deste estudo. O grupo de pessoas que colaborou nesta investigação, foi constituído por oito elementos do género feminino e quatro elementos do género masculino, num total de doze pessoas.

No cômputo geral as idades situam-se entre os vinte e cinco e setenta e sete anos (idade mínima e máxima, respectivamente, das pessoas entrevistadas). Para além destes dois entrevistados, é também de salientar, que as idades das pessoas que colaboraram neste estudo se distribuem de forma muito heterogénea, sendo que quatro dos entrevistados se situam na faixa etária dos quarenta anos, seguidos de três pessoas que apresentam idades na faixa etária dos trinta anos, sendo também em número de três os entrevistados que estão enquadrados na faixa etária dos cinquenta anos.

Quanto ao estado civil, cinco entrevistados são casados, três pessoas apresentam-se como solteiras (embora duas se declarem separadas de uma união de facto), dois entrevistados são divorciados (sendo que um destes vive actualmente em união de facto) e por fim, em número de um, respectivamente, surge uma entrevistada que é viúva e um entrevistado que vive em união de facto.

À excepção de um entrevistado, todos possuem filhos, situando-se o número de filhos entre um e sete, salientando-se que oito dos entrevistados possuem três ou mais filhos. Note-se também que dos onze entrevistados que têm filhos, apenas quatro não

possuem menores a cargo, os restantes sete entrevistados têm filhos menores a cargo, com uma heterogeneidade de idades que vai desde um aos dezoito anos. Quanto aos filhos maiores de idade, a maioria é casada ou solteira e já não faz parte do agregado familiar dos pais.

Quando questionados acerca dos seus familiares mais próximos, a maioria das pessoas que participaram neste estudo, referiram como parentes directos os pais, irmãos, filhos e cônjuge. Releva-se que três dos entrevistados afirmaram não ter familiares próximos e uma pessoa refere ter uma relação de proximidade com a totalidade da família.

Analisando os agregados familiares das pessoas entrevistadas, denota-se que os mesmos apresentam alguma extensão, tendo em conta o número de filhos menores que os entrevistados têm a cargo. Desta forma, à excepção de um entrevistado que vive só e de duas pessoas que coabitam com um filho, as restantes dez pessoas entrevistadas vivem num agregado familiar composto por três a sete pessoas.

Já no âmbito da trajectória de residência, a mesma revela-se linear para cinco dos entrevistados que sempre residiram em Beja, os restantes relatam ter residido em variadas localidades dentro do país nomeadamente: Funchal, Lisboa, Mértola, Mem Martins, Benavente, entre outras, existindo três pessoas que relatam ter residido em países como a Venezuela, França ou Inglaterra.

Cruzando estes elementos com as habilitações literárias das pessoas que colaboraram neste estudo, verifica-se que a maioria possui um grau de escolaridade inferior ao 12º ano, à excepção de uma entrevistada que concluiu este nível de habilitações e de um outro, que embora não chegando a completar, frequentou o 12º ano por via de um Curso Profissional. Das restantes pessoas em questão, três completaram o 9º ano na idade adulta; duas possuem o 6º ano; duas têm como habilitações a quarta classe (num dos casos incompleta); duas pessoas afirmam apenas conseguir assinar o seu nome e uma das entrevistadas nunca frequentou a escola.

Face a este cenário e ao analisar-se a trajectória profissional das pessoas entrevistadas, poderá avançar-se com uma possível relação entre as habilitações literárias e as trajectórias profissionais dos entrevistados. Assim, das doze pessoas que deram o seu contributo para este trabalho, apenas quatro estão integradas no mundo do trabalho em profissões na área da higiene e limpeza, hortofloricultura e mediação intercultural (salientando-se que uma destas entrevistadas ainda auferia uma prestação de Rendimento

Social de Inserção, dado o baixo nível de rendimento de que dispõe). O grosso dos entrevistados encontra-se desempregado, sendo que das sete pessoas que compõem este grupo três auferem Rendimento Social de Inserção, uma entrevistada encontra-se integrada num Programa Ocupacional na área do apoio a pessoas idosas e dois dos entrevistados não possuem nenhum tipo de apoio. Por fim, salienta-se ainda a existência de uma entrevistada que se encontra reformada e uma outra que afirma nunca ter trabalhado. No cômputo geral na trajectória profissional, verifica-se um predomínio de actividades relacionadas com a agricultura, higiene e limpeza, comércio, hortofloricultura, cozinha, costura, mecânica, carroçaria e construção civil.

Quadro nº 27. Perfil dos entrevistados

Entrevistado	Local de Nas.	Idade	Estado Civil	Nº/Idade/Gén.dos Filhos	Est. Civil dos Filhos	Familiares Próximos	Agregado familiar	Trajectória de Residência	Hab. Literárias	Trajectória Profissional
Sílvia	Beja	25	Casada	F- 9 anos; F – 9 anos; F – 1 ano; M- 6 anos	Solteiros	Mãe e filhos	Marido e filhos	Beja	Sabe fazer o nome	Nunca trabalhou sempre, foi doméstica
Amélia	Funchal	50	Casada	M- 34 anos; M- 27 anos; M- 24 anos; F- 33 anos; F- 29 anos; F- 21 anos; F- 19 anos	3 filhos solteiros; 4 filhos casados	Filhos e marido	Neta e marido	Funchal/Lisboa/ Venezuela/Baixa da Banheira/ Beja	6º ano	Cantoneira de limpeza
Odília	Álamo (Mértola)	77	Viúva	F- 50 anos; F- 44 anos M- 42 anos	1 filha casada; 2 filhos solteiros	Filho	Filho	Álamo/Mértola/Álamo/ Beja	4ª classe	- Costureira - Funcionária em lares de 3ª idade - Cozinheira - Reformada
Jorge	Beja	40	Solteiro	Não tem filhos	Não tem filhos	Irmãos	Dois Irmãos	Beja	Sabe fazer o primeiro nome	- Funcionário na área da hortofloricultura
Margarida	Beja	32	Casada	F- 5 anos	Solteira	Mãe, pai e irmã	Marido e filha	Beja	- 12º ano - Curso de Formação em Turismo Ambiental e Rural	- Funcionária do comércio - Desempregada integrada num programa ocupacional na área do apoio a pessoas idosas
Artur	Beja	41	Casado	F- 16 anos; F- 9 anos	Solteiras	Pais e sogros	Mulher e filhas	- Beja/Mem Martins/Torres Vedras/ Inglaterra/França/ Beja	6º ano	- Mecânico - Funcionário do comércio - Trabalhador na área da carroçaria e construção civil - Desempregado
Paulo	Beja (Salvada)	40	União de facto	F- 18 anos; F- 14 anos M- 19 anos; M- 9 anos M- 5 anos	1 filho casado e 4 filhos solteiros	Toda a família, em particular os irmãos	Mulher e 4 filhos	Beja (Salvada)	- 9º ano - Curso de Pintor da Construção Civil	- Trabalhador rural - Vendedor ambulante - Mediador Cigano
Entrevistado	Local de Nas.	Idade	Estado Civil	Nº/Idade/Gén. dos Filhos	Est. Civil dos Filhos	Familiares Próximos	Agregado familiar	Trajectória de Residência	Hab. Literárias	Trajectória Profissional

Felisbela	Beja	30	Casada	F- 10 anos; F- 7 anos M- 14 anos; M- 12 anos	Solteiros	Marido e filhos	Marido e filhos	Beja	- 9º ano (RVCC) - Curso de Jardinagem - Curso de Acção Educativa	- Auxiliar de Acção Educativa - Desempregada a auferir RSI
Maria	Barreiro	46	Divorcia da	F- 15 anos; M- 30 anos M- 20 anos	2 filhos casados e 1 filha solteira	Diz não ter	Filha	Barreiro/Beja/ França/Beja	-abandonou a escola aos 15 anos - 9º ano (Programa Novas Oportunidades)	- Empregada de limpeza - Ajudante de Cozinha - Trabalhadora Rural - Desempregada a auferir RSI
Mariana	Moura	35	Solteira (separada de uma união de facto)	F- 14 anos; F- 4 anos	Solteiras	Diz não ter	Filhas	Moura/Beja	- 12º ano incompleto por via de um Curso Profissional de Biblioteca - Curso de Jardinagem	- Funcionária no Museu Regional de Beja - Funcionária numa loja de mobílias - Animadora num lar de 3ª idade - Funcionária no Centro de Saúde de Beja - Empregada de Limpeza (interrompeu RSI para ir trabalhar)
João	Coruche	57	Solteiro (separado de uma união de facto)	M- 32 anos; M- 15 anos F- 22 anos; F- 17 anos	2 filhos casados e 2 filhos solteiros	Diz não ter	Vive sozinho	Benavente/Beja	4ª classe incompleta	- Trabalhador Rural - Desempregado a auferir RSI
Inês	Beja	55	Divorcia da (vive em união de facto)	F- 34 anos; F- 32 anos M- 30 anos; M- 26 anos M- 25 anos	2 filhas casadas e 4 filhos solteiros	Irmã	Neto, 4 filhos, genro e marido	Beja/Baixa da Banheira/Beja	Nunca frequentou a escola	- Varredora de Ruas - Desempregada a auferir RSI - Curso de Jardinagem (interrompeu RSI para frequentar o curso) - Desempregada

Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

8.2. Trajectória de Vida dos Entrevistados

8.2.1. Momentos Marcantes no Percurso de Vida dos Entrevistados

A análise da trajectória de vida das pessoas entrevistadas, revelou-se fundamental na prossecução dos objectivos desta tese de doutoramento, na medida em que foi permitido à investigadora conhecer da forma mais aprofundada possível, os momentos que marcaram o percurso de vida das doze pessoas que se mostraram disponíveis para colaborar neste trabalho de investigação.

Neste sentido, foi solicitado a todos os entrevistados que partilhassem como tem sido “a sua vida” e quais os momentos que, do seu ponto de vista, foram mais marcantes nesse trajecto.

Na tentativa de apresentar o mais fielmente possível, o conteúdo resultante da análise às respostas dos vários entrevistados, optou-se por esquematizar de forma individualizada, com recurso a sinopses oriundas das entrevistas realizadas, os momentos marcantes das vidas dos entrevistados.

Quadro nº 28. Momentos Marcantes no Percurso de Vida de “Sílvia”

Sílvia (25 anos, nunca trabalhou, a auferir R.S.I.)	<ul style="list-style-type: none">• Nunca frequentou a escola
	<i>“...a minha mãe andava de monte em monte com o meu pai guardando gado e eu tinha que andar seguindo a vida deles...”</i>
	<ul style="list-style-type: none">• Nunca trabalhou
	<i>“...nunca trabalhei...quando me mandavam chamar para algum curso...não tinha a quarta classe mandavam-me para casa.”</i>
	<ul style="list-style-type: none">• Estigmatização/Isolamento Social
	<i>“Quando vou pedir emprego a primeira coisa que me perguntam é a escolaridade...digo que não tenho a quarta classe, perguntam-me de onde...sou...digo que sou do Bairro da Esperança, também rejeitam a gente por...ser daqui do bairro...somos...excluídos em tudo...pensam que (as pessoas do bairro)...são más, que...vivem à base de tráfico...que são mal criadas...por ser um,... paga tudo.”</i>
	<ul style="list-style-type: none">• Violência doméstica por parte dos dois companheiros
	<i>“Juntei-me com um rapaz...ele judiava muito comigo...abalou para a tropa e deixou-me...depois juntei-me com o pai agora dos meus filhos, que agora é o meu marido...era muito judiada...a primeira gravidez que...tive...lá do hospital da assistência social...andaram sempre vigiando. Tinham coiso de ele me estar sempre batendo.”</i>
	<ul style="list-style-type: none">• Episódio de maus tratos à filha por parte do companheiro
	<i>“...um dia a minha(filha) mais velha...foi...internada...tanto era ela judiada...como eu...”</i>
	<ul style="list-style-type: none">• Situação de pobreza
	<i>“...no mês passado...fui chorar à Cáritas...os piores (momentos)...eu querer dar comer aos meus filhos e não ter...”</i>
	<ul style="list-style-type: none">• Momentos mais felizes
	<i>“Os mais felizes é quando...tenho (os filhos)ao pé de mim...eles estão contentes...também estou...”</i>

Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

Ao analisar o percurso de vida de Sílvia, é notória a série de momentos marcantes, que foram ao longo da entrevista partilhados com a investigadora. Esta entrevistada, que à altura da recolha dos dados contava com 25 anos, começa por relatar o facto de nunca ter frequentado a escola, fruto de uma vida nómada dos pais, que ao

serem guardadores de gado, se viram obrigados a percorrer vários “montes” alentejanos, levando consigo Sílvia, a filha do casal.

Consequência em parte deste facto, Sílvia menciona nunca ter exercido nenhuma profissão, pois como a própria afirma: “...quando me mandavam chamar para algum curso...não tinha a quarta classe, mandavam-me para casa.” Este foi assim, um elemento determinante na vida da entrevistada, na medida em que trilhou o não acesso ao mercado de trabalho, senão veja-se o seu testemunho: “ Quando vou pedir emprego a primeira coisa que me perguntam é a escolaridade...”

Sílvia, ao longo do seu relato partilha também com a investigadora, o que parece ser um sentimento de estigmatização que a leva a sentir-se isolada socialmente, em virtude de nunca ter frequentado a escola, e ainda por residir num bairro periférico da cidade de Beja, muitas vezes conotado pela existência de fenómenos como marginalidade, violência ou tráfico de droga. Deixando transparecer orgulho do local onde vive, recusa a generalização do rótulo de marginal, que os outros tendem a colocar aos habitantes do bairro, afirma. Não esconde, porém que, para além das habilitações que não possui, quando tenta procurar emprego: “...digo que sou do Bairro da Esperança, também rejeitam a gente...somos excluídos em tudo...”, sendo este um sentimento de rejeição várias vezes mencionado no decurso da entrevista.

Do ponto de vista afectivo, a vida de Sílvia foi ainda marcada por episódios de violência doméstica, por parte dos dois companheiros. O primeiro caso, resultou numa separação de uma relação da qual não existiram filhos. No que respeita à segunda relação, Sílvia ainda permanece com o companheiro e da mesma já existem quatro filhos. É sobre esta segunda relação que a entrevistada mais se detém, relatando que desses actos de violência resultou uma gravidez de risco, sinalizada ao Serviço Social da unidade hospitalar que acompanhou a gestação de Sílvia.

Após o nascimento da filha, surge um novo momento que marcou a vida da entrevistada, pois que desta vez foi a própria filha vítima de um episódio de maus tratos, por parte do actual companheiro de Sílvia e seu pai, e que conduziu à hospitalização da criança. Foi este o momento, que segundo Sílvia, fez parar as agressões, dado que o companheiro “caiu em si”, existindo agora “apenas” algumas discussões entre o casal.

Transversal a este processo e aos momentos eleitos pela entrevistada como mais marcantes, é a situação de pobreza relatada por Sílvia, que menciona por várias vezes ao longo do seu relato: “...quero dar de comer aos meus filhos e não tenho...”, sinalizando este como dos piores momentos da sua vida.

No que concerne aos momentos mais felizes do seu percurso de vida, Sílvia não hesita em responder que estes acontecem quando está junto dos filhos, descrevendo que se “...eles estão contentes, também estou...”

Quadro nº 29. Momentos Marcantes no Percurso de Vida de “Amélia”

Amélia (50 anos, cantoneira de limpeza)	<ul style="list-style-type: none"> Infância como emigrante na Venezuela
	<i>“Do Funchal vim para Lisboa, para casa dos meus avós, o meu pai fez-se emigrante na Venezuela...depois mandou-me buscar.”</i>
	<ul style="list-style-type: none"> Vítima de um acidente de viação
	<i>“Tive um acidente de mota com vinte e dois anos, nessa altura tinha quatro filhos...o meu marido ficou sem uma perna e eu fui operada à perna esquerda...andei com ferros...”</i>
	<ul style="list-style-type: none"> Gravidez de risco
	<i>“...engravidar de outro menino, fiz uma gravidez de canadianas de alto risco...Depois comecei a ter meninos, até aos sete...”</i>
	<ul style="list-style-type: none"> Prisão por tráfico de droga
	<i>“O meu marido é reformado...depois eram muitos moços, o ordenado...era muito pouco...Comecei a fazer o tráfico de droga...estive presa quatro anos e quatro meses...não me arrependo de nada...só...de ter deixado os meus filhos cá fora...cumprir a minha pena...”</i>
	<ul style="list-style-type: none"> Doença dos filhos e do marido
	<i>“...optei pelo tráfico porque fui pedir ajuda para um filho...fiz uma operação muito grande...nunca me ajudaram em cinco tostões...tive que me desenrascar... o meu filho não podia ficar surdo...saí (da prisão)...a minha filha...apareceu-lhe um tumor...ia fazer catorze anos, nunca tive ajuda de ninguém, sem ser dos meus filhos...”</i> <i>“...dizem que eu tenho trabalho certo...tenho que meter...baixa...o meu marido...é dependente de mim...quase não vê...anda muito pouco...não posso deixar morrer o pai dos meus filhos...”</i>
	<ul style="list-style-type: none"> Situação de pobreza
	<i>...trago para casa 360 euro...água, luz e comer não dá...tantos aí sem fazerem nada...isso revolta uma pessoa...fiz uma carta para a Segurança Social...ninguém fez caso...quer dizer não sou ajudada em lado nenhum?...não queria dinheiro...só precisava que me ajudassem a pagar a farmácia que ainda devo...”</i>
	<ul style="list-style-type: none"> Momentos mais felizes
	<i>“...quando me diziam...está grávida...e os netos...são os momentos que a gente temos mais bonitos são esses...mais felizes é quando tenho tudo ao pé de mim com saúde...”</i>

Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

A entrevista com Amélia, uma mulher de 50 anos à data, foi pautada pelo relato de vários acontecimentos marcante no rumo de vida desta entrevistada.

Oriunda do Funchal, começa por relatar uma infância vivida com os avós, numa primeira fase em Lisboa, e numa fase posterior no estrangeiro para acompanhar o pai que “...fez-se emigrante na Venezuela.”

Quando retorna a Portugal, aos vinte e dois anos, e casada com o actual marido, Amélia é vítima de um acidente de viação que decidirá, em boa parte o rumo da sua vida, dado que daí foi consequência a situação delicada de saúde do marido, que o tornou dependente até hoje dos seus cuidados. Embora com menor gravidade, também Amélia sofreu fisicamente danos oriundos do referido acidente de viação, tendo sido submetida a uma cirurgia a um dos membros inferiores, sendo que posteriormente,

como a própria relata: “...engravidar de outro menino, fiz uma gravidez de canadianas de alto risco...depois comecei a ter meninos, até aos sete...”

O número de filhos e a frágil condição de saúde de alguns deles, são duas explicações avançadas por Amélia, para outro dos episódios marcantes da sua vida, em que foi presa por tráfico de drogas, forma que encontrou para fazer face aos insuficientes recursos financeiros, relatando: “...não me arrependo de nada...só...de ter deixado os meus filhos cá fora para...cumprir a minha pena...”

À frágil situação de saúde do marido, acrescentam-se os episódios de doença dos filhos, perante os quais Amélia assume recorrer “ao que for preciso” para salvar os entes queridos, como a própria afirma: “...optei pelo tráfico porque fui pedir ajuda para um filho...fiz uma operação muito grande...nunca me ajudaram em cinco tostões...tive que me desenrascar...a minha filha apareceu-lhe um tumor...o meu marido...é dependente de mim...não posso deixar morrer o pai dos meus filhos.”

No discurso de Amélia, é relatada a presença constante de situações de pobreza, acompanhadas de um sentimento de revolta associado, pela entrevistada, a uma distribuição pouco equitativa de recursos por parte das instituições sociais, facto mencionado várias vezes ao longo da entrevista: “...trago para casa 360 euros...água, luz e comer não dá...tantos aí sem fazerem nada...isso revolta uma pessoa...fiz uma carta para a Segurança Social...ninguém fez caso...”

Num outro prisma, quando questionada sobre os momentos mais felizes da sua vida, Amélia, à semelhança de outros entrevistados, não hesita em relacioná-los com a família, nomeadamente o nascimento dos filhos e dos netos, assim como as alturas de reunião familiar.

Quadro nº 30. Momentos Marcantes no Percurso de Vida de “Odília”

Odília (77 anos, ajudante de lar, reformada)	<ul style="list-style-type: none"> Ruptura da relação afectiva com o primeiro companheiro
	<i>“...um dia...fui apresentada a um senhor...comecei a ter namoro com esse senhor...choro às vezes de noite e sonho quase sempre com ele...não houve um beijo...não houve nada...tenho cartas dele lindas...”</i>
	<ul style="list-style-type: none"> Casamento e divórcio de um segundo companheiro
	<i>“...depois fui para Mértola...encontrei o pai dos meus filhos...nem sei se me casei...foi no tempo dos registos...deixou-me...tive que ir para o monte outra vez...”</i>
	<ul style="list-style-type: none"> Diagnóstico de Esquizofrenia do filho
	<i>“...este (filho)...vai estar a sofrer a vida inteira...começou a sentir sintomas...punha-se assim e chorava...não sabia bem o que era a esquizofrenia.”</i>
	<ul style="list-style-type: none"> Diagnóstico de Depressão Crónica
	<i>“...um dia perdi-me...não sabia onde é que estava...parti um pé...depois adoeci e passaram uma carta (com o diagnóstico de depressão crónica).”</i>
	<ul style="list-style-type: none"> Situação de pobreza
	<i>“...ele (o filho)...deixou-me ...cheia de dívidas até ao pescoço...tenho que as pagar...”</i>
	<ul style="list-style-type: none"> Momentos mais felizes
	<i>“...foi lá (no local onde nasceu), porque sei que fui amada...o amor é a coisa mais linda do mundo.”</i>

Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

Analisando agora os momentos marcantes na vida de Odília, que conta com 77 anos de idade à data da entrevista, e como última profissão, e a que relata de forma mais entusiasta, ser ajudante de lar em instituições sociais que apoiam pessoas idosas. Esta entrevistada, frequenta actualmente, em conjunto com o filho, um Centro de Dia, resposta social assegurada pelo Centro Comunitário de um dos bairros periféricos da cidade de Beja – o Bairro da Esperança.

Odília, relata repetidamente ao longo da entrevista, uma relação afectiva com o primeiro companheiro, que foi quebrada, segundo a entrevistada: “... *sem saber como...*”, mas que a marcou profundamente até aos dias de hoje, como a própria afirma: “...*choro às vezes de noite e sonho quase sempre com ele...*”. À ruptura desta relação, segue-se um casamento falhado com um segundo companheiro, que ao culminar em divórcio, conduz Odília novamente, ao “monte” onde nasceu.

A vinda para a cidade de Beja, cujos contornos não são totalmente esclarecidos pela entrevistada, é mencionada como um “...*tempo de desgosto...*”, marcado por vários episódios de doença sua e do seu filho. O primeiro, surge com o diagnóstico de esquizofrenia do filho, cuja preocupação com o seu bem-estar é relatada por Odília, ao longo da entrevista. A este episódio a entrevistada associa ainda a sua situação de pobreza actual, relatando “...*ele (o filho)...deixou-me cheia de dívidas até ao pescoço...tenho que as pagar.*”

A par deste percurso, também o historial de saúde de Odília é marcado por um diagnóstico de depressão crónica, vivido pela entrevistada com uma apreensão relatada

ao longo do seu testemunho, em virtude da necessidade de assegurar cuidados permanentes de saúde a si e ao filho.

Os momentos mais felizes para Odília, são oriundos do passado e associados ao local onde viveu a relação afectiva com o primeiro companheiro “...*porque sempre fui amada...o amor é a coisa mais linha do mundo.*”, afirma a entrevistada.

Quadro nº 31. Momentos marcantes no percurso de vida de “Jorge”

Jorge (40 anos, trabalhador na área da hortofloricultura)	<ul style="list-style-type: none"> Assassinato do pai
	<i>“...o meu pai foi morto a tiro...pela policia de choque...no 25 de Abril...os momentos em que me senti mais triste foi que não fui criado com o meu pai...foi a morte do meu pai...”</i>
	<ul style="list-style-type: none"> Abandonou a escola
	<i>“...a minha mãe era pobre, o meu pai mataram-no e a minha mãe não tinha possibilidade de meter a gente nos estudos, foi assim.”</i>
	<ul style="list-style-type: none"> Morte de dois irmãos
	<i>“...já me morreram dois irmãos...um na prisão...e o outro com problemas de droga.”</i>
	<ul style="list-style-type: none"> Doença dos irmãos
	<i>“...os meus irmãos foram seguidos...tenho um que é doente...outro dão-lhe ataques e pode cair...”</i>
	<ul style="list-style-type: none"> Situação de pobreza
	<i>“...ficámos sete filhos...e a minha mãe não tinha possibilidades de meter a gente nos estudos...a minha vida foi de tristeza...muita fome...miséria.”</i>
	<ul style="list-style-type: none"> Momentos mais felizes
	<i>“...são mais os desgostos.”</i>

Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

Na análise ao percurso de vida de Jorge, que trabalhava na área da hortofloricultura integrado numa instituição que apoia pessoas com deficiência e contava com 40 anos de idade à data da recolha do seu testemunho, relatou vários episódios como marcantes no seu percurso de vida.

Este iniciou com um acontecimento que surge como critico, para toda a vida de Jorge, o assassinato do seu pai, que é relatado pelo entrevistado da seguinte forma: “...*o meu pai foi morto a tiro...pela policia de choque...no 25 de Abril...os momentos em que me senti mais triste foi que não fui criado com o meu pai...foi a morte do meu pai...*”

Esta morte brusca do progenitor, marca ainda o percurso escolar de Jorge, que se vê obrigado a abandonar a escola precocemente, em virtude dos poucos recursos económicos da mãe.

Posteriormente à morte da progenitora, Jorge vê-se ainda confrontado com o falecimento de dois irmãos, como o próprio relata: “...*já me morreram dois irmãos...um na prisão...e outro com problemas de droga...*”. Para além destes factos, o entrevistado afirma confrontar-se ainda com o estado de saúde débil de dois dos irmãos, com quem coabita.

A situação de pobreza, fundada na insuficiência de recursos financeiros é, segundo Jorge, transversal ao seu percurso de vida, pois que “...*ficámos sete filhos...e a minha mãe não tinha possibilidades...a minha vida foi de tristeza...muita...fome...miséria.*”, relata o entrevistado, aludindo à insatisfação de necessidades humanas básicas, como é o caso da alimentação.

Quando confrontado com a questão que pretendia indagar os momentos mais felizes da sua vida, a resposta curta revela “... *são mais os desgostos.*”

Quadro nº 32. Momentos Marcantes no Percurso de Vida de “Felisbela”

Felisbela (30 anos, auxiliar de acção educativa, desempregada a auferir R.S.I.)	<ul style="list-style-type: none"> Morte do pai
	<i>“... a morte do meu pai...eu gostava muito dele...”</i>
	<ul style="list-style-type: none"> Situação de pobreza
	<i>“...sou sozinha, os meus filhos e o meu marido...estou com despesas...até fomos à DECO pedir ajuda...é do banco...conforme ia tendo necessidade para comer ia pedindo, agora a coisa está muito grande...tendo RSI há dez, onze anos...”</i>
	<ul style="list-style-type: none"> Momentos mais felizes
	<i>“...dos mais felizes foi ter os meus filhos...”</i>

Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

O relato da vida de Felisbela, auxiliar de acção educativa, em situação de desemprego, deixa transparecer dois momentos marcantes, narrados à investigadora no momento da entrevista.

O primeiro, a morte do pai, não é alvo de aprofundamento de maior, por parte da entrevistada, mas é mencionado quando a mesma é questionada acerca dos momentos mais tristes da sua vida, sem que a mesma se detenha em mais explicações sobre esta perda.

Por outra via, a situação de pobreza é mencionada variadas vezes por Felisbela, que à data contava com 30 anos de idade e afirmava estar endividada, facto que a torna vulnerável à pobreza, tendo em conta os recursos financeiros insuficientes de que dispõe, pois que “...*conforme ia tendo necessidade para comer ia pedindo, agora a coisa está muito grande...*”, relata.

Por fim, à semelhança da maioria dos entrevistados que colaboraram neste estudo, Felisbela aponta como momentos mais felizes no seu percurso de vida, o nascimento dos seus filhos.

Quadro nº 33. Momentos Marcantes no Percurso de Vida de “Inês”

Inês (55 anos, varredora de ruas, desempregada)	<ul style="list-style-type: none"> Nunca frequentou a escola
	<i>“Nunca fui à escola.”</i>
	<ul style="list-style-type: none"> Doença mental da filha
	<i>“...tive uma filha que é doente mental... A minha filha nasceu assim por causa dele, por causa do que ele (o primeiro marido) me fazia...”</i>
	<ul style="list-style-type: none"> Violência doméstica por parte do primeiro marido/Separação
	<i>“...com o meu primeiro marido...era muito mau para mim...dava-me porrada...queimava-me os peitos...nunca fui feliz...até me partiu os dentes todos...”</i>
	<ul style="list-style-type: none"> Situação de pobreza
	<i>“...pobre já eu nasci...a minha mãe abandonou a gente todos...tenho penado desde que nasci...vive-se só da reforma do meu marido...como...vou pagar...água...luz e a gente viver?”</i>
	<ul style="list-style-type: none"> Momentos mais felizes
	<i>“...não tive, nunca fui feliz.”</i>

Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

Analisando agora o percurso de vida de Inês, uma mulher de 55 anos, desempregada à altura da entrevista, é notório que o mesmo se pautou por vários acontecimentos testemunhados pela entrevistada.

Deste modo, Inês começa por relatar nunca ter ido à escola, facto que pode em parte considerar-se como tendo influenciado a sua trajectória profissional, e por consequência uma integração precária no mercado de trabalho.

Durante a entrevista, é relatada ainda a ocorrência de situações de violência doméstica, por parte do primeiro marido de Inês, que estiveram na base da separação do casal. Esta foi, sem dúvida uma fase marcante da sua vida, senão vejamos as suas palavras: *“...com o meu marido...era muito mau para mim...dava-me porrada...queimava-me os peitos...nunca fui feliz...até me partiu os dentes todos...”*.

Associado ao momento crítico da sua vida em que foi vítima deste tipo de violência doméstica, Inês confronta-se com um diagnóstico de doença mental da sua filha, resultante, segundo a entrevistada, de maus tratos infligidos pelo pai, marido de Inês na altura.

No que respeita à situação de pobreza, a entrevistada relata ao longo da entrevista situações e episódios que deixam transparecer os poucos recursos financeiros, que fazem perigar a satisfação das suas necessidades humanas básicas e da sua família. Aqui é ainda notório o relato de uma pobreza que parece de “sempre” revelada nas seguintes palavras: *“...pobre já eu nasci...a minha mãe abandonou a gente todos...tenho penado...desde que nasci...”*.

Por fim, quando questionada sobre os momentos mais felizes da sua vida, Inês é parca em palavras quando refere: *“...não tive, nunca fui feliz.”*

Quadro nº 34. Momentos Marcantes no Percurso de Vida de “Margarida”

Margarida (32 anos, funcionária do comércio, desempregada integrada num programa ocupacional)	<ul style="list-style-type: none"> • Endividamento por via da compra de um imóvel
	<i>“...casei comprámos casa...depois comprámos uma casa maior e mais cara com uma prestação mais alta...as coisas começaram a ficar complicadas...tem sido difícil pagar...é muito caro.”</i>
	<ul style="list-style-type: none"> • Situação de pobreza
	<i>“...aqueles (momentos) mais tristes é querer dinheiro para pagar as minhas despesas e não ter...custam-me muito querer dinheiro para comprar...coisas para a minha filha...e ter que estar sempre a pedir ajuda à minha mãe...se não fosse ela ainda passava mais dificuldades do que passo.”</i>
	<ul style="list-style-type: none"> • Momentos mais felizes
	<i>“o (momento) mais feliz foi quando pensei ser mãe...”</i>

Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

Ao analisar o percurso de vida de Margarida, é notório pelo seu relato, que foi o empréstimo contraído na compra de um imóvel, o episódio que marcou a vivência de uma situação de pobreza, por insuficiência de recursos financeiros. A par desta ocorrência, Margarida e o seu marido, que à data da entrevista já havia ingressado novamente no mundo do trabalho, ficaram desempregados.

A entrevistada, integrada agora num programa ocupacional, que resulta do facto de auferir de subsídio social de desemprego, relata “...comprámos uma casa maior e mais cara com uma prestação mais alta...tem sido difícil pagar...é muito caro.”

Margarida, que até aí havia experimentado uma vida apelidada de “estável” e com algum poder de compra, vê-se forçada a depender financeiramente da mãe, que considera um pilar nesta fase, pois que: “...se não fosse ela ainda passava mais dificuldades do que passo”, afirma.

Ser mãe, foi o momento mais feliz relatado por Margarida no seu percurso de vida, que em analogia com outros entrevistados, associa o nascimento da sua filha ao acontecimento mais feliz que já viveu.

Quadro nº 35. Momentos Marcantes no Percurso de Vida de “Mariana”

<p>Mariana (35 anos, empregada de limpeza, a auferir R.S.I)</p>	<ul style="list-style-type: none"> Relação distante com os pais e restante família <p>“...os meus pais são de origem humilde, o meu pai bebia, era alcoólico...a minha mãe sempre foi infeliz no que diz respeito ao casamento...tinha o pilar da minha avó...entretanto faleceu...não havia aquele lar afectuoso, se eu tivesse um problema guardava para mim...importava-me aquela disfuncionalidade sentimental...cá não tenho ninguém...não tenho um relacionamento muito chegado ao meu pai...nunca tive...mesmo quando morava com eles...desde que me separei o meu pai não me fala...e a minha mãe ficou muito chateada...frequentei um psicólogo...queria resolver uns fantasmas que me perseguiram em relação à minha mãe...a nível de amor é negligente...sinto-me sozinha e procuro uma mãe e não há.”</p>
	<ul style="list-style-type: none"> Gravidez não planeada <p>“...tive uma adolescência dormente...o que sei aprendi sozinha nos livros...o começo da vida adulta foi difícil, nunca tinha visto um bebé à minha frente...vim para cá (para Beja), primeiro estive numa residência para estudantes...depois mudei-me para um quarto...conheci...esse moço indiano...engravidar...não estava muito informada...não tive cuidado absolutamente nenhum...”</p>
	<ul style="list-style-type: none"> Violência doméstica por parte do primeiro companheiro/Separação <p>“...a Joana...é de um primeiro relacionamento...que durou apenas o estado da gravidez e poucos meses após ter nascido...eu vivia com uma pessoa de uma cultura diferente...indiana...era muito infeliz... não cheguei a terminar o 12º ano... ele...proibiu a minha ida para o curso enclausurou-me...foi aterrador...a subserviência feminina...era violento...passei coisas horróricas.”</p>
	<ul style="list-style-type: none"> Situação de toxicodependência do segundo companheiro/Separação <p>“do...meu relacionamento que durou doze anos...este agora que acabou...nasceu a Maria que tem quatro anos...quando o conheci...era uma pessoa que estava a tomar metadona...a droga na vida dele foi um acidente de percurso...não gostava de falar nisso...eu não era feliz...não tínhamos dinheiro...ele não me deixava trabalhar...porque é uma pessoa muito ciumenta...tem uma microempresa...meteu-se numa obra muito grande à qual não consegui dar resposta...entrei numa espécie de bloqueio e de stress mental...recai na heroína...passei um mini inferno...separei-me...sinto-me culpada...não devia ter abandonado uma pessoa nessa situação...”</p>
	<ul style="list-style-type: none"> Situação de pobreza <p>“...separei-me estava a receber o RSI...hoje em dia ganho muito menos...mas eu queria trabalhar e não podia estar só à espera do RSI...em casa sem fazer nada...Comecei a trabalhar...com a empresa de limpezas...se eu tivesse continuado a receber o RSI não passava aquilo que hoje passo...um verdadeiro inferno...a crise também se abateu sobre a empresa...não temos clientes...não é por uma questão de comodismo...é porque eu não consigo dormir bem à noite...perdi imenso peso...só tenho 1,10 euros na carteira, pago luz e água e fico o resto do mês sem dinheiro.”</p>
	<ul style="list-style-type: none"> Momentos mais felizes <p>“Gostei muito de ter sido mãe...acho que tenho imensa queda para ser mãe.”</p>

Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

Da parte de Mariana, uma mulher de 35 anos à data desta entrevista, foi possível escutar um relato preenchido por vários momentos marcantes, um dos quais transversal ao longo de toda a conversa, a relação distante com os pais e restante família, que Mariana não hesitou, desde o primeiro momento, em partilhar com a investigadora.

Deste relato sobressaem os seguintes depoimentos: “...o meu pai bebia, era alcoólico...a minha mãe sempre foi infeliz...não havia aquele lar afectuoso, se eu tivesse um problema guardava para mim...sinto-me sozinha e procuro uma mãe e não há.”

Esta questão, conotada pela entrevistada como uma “disfuncionalidade sentimental”, foi marcante a nível psicológico, pelo que Mariana partilha ainda com a investigadora: “...frequentei um psicólogo...queria resolver uns fantasmas que me perseguiram em relação à minha mãe.”

Esta relação familiarmente atribulada, relatada frequentemente por Mariana ao longo da entrevista, pode encontrar articulação com o facto de mais tarde, a entrevistada

se ver confrontada com uma gravidez não planeada, que a própria associa à falta de informação sobre métodos contraceptivos e a uma adolescência classificada como “*dormente*”, por Mariana, que confessa: “*...se eu tivesse um problema guardava para mim...tive uma adolescência dormente...o que sei aprendi sozinha nos livros...foi difícil, nunca tinha visto um bebé à minha frente...*”.

Este episódio constitui-se, parcialmente, como o ponto de partida para outro dos momentos mais marcantes na vida da entrevistada, em que se assume vítima de violência doméstica, por parte do primeiro companheiro, cuja relação pese embora de curta duração “*...apenas o estado da gravidez e poucos meses após (a filha) ter nascido...*”, revelou-se uma experiência marcante para Mariana, que se vê confrontada com “*...uma pessoa de uma cultura diferente...foi aterrador...era violento...passei coisas horrorosas...*”, confessa.

O primeiro relacionamento da entrevistada culmina, em consequência, numa separação, à qual prossegue um segundo relacionamento, que tem como frutos a segunda filha de Mariana. Mais duradoura, mas não menos conturbada, esta segunda relação é marcada pela situação de toxicodependência do segundo companheiro da entrevistada, que desde o início “*...era uma pessoa que estava a tomar metadona...não gostava de falar nisso...*”.

Esta situação não ficou resolvida ao longo do relacionamento de ambos, que durou doze anos, sendo ainda caracterizada por episódios em que “*... ele não me deixava trabalhar...porque é uma pessoa ciumenta...*”, relata Mariana.

No entanto, não foi este o motivo que conduziu à separação do casal, mas sim o facto do companheiro da entrevistada recair no consumo de heroína, como a própria afirma, ao que acrescenta ter passado “*...um mini – inferno...*”. Tal acontecimento não impede Mariana de confessar-se arrependida, por ter tomado a iniciativa da separação, pois que entende que “*...não devia ter abandonado uma pessoa nessa situação...sinto-me culpada...*”, confessa.

Embora com dificuldades a nível financeiro, durante os dois relacionamentos já mencionados, e já auferindo de Rendimento Social de Inserção no momento em que se separa do segundo companheiro, Mariana vê a sua situação de pobreza agudizar-se com a ruptura deste último relacionamento. Esta diminuição de rendimentos deveu-se, segundo a entrevistada, à sua decisão de ingressar no mundo do trabalho, mais concretamente numa empresa de limpezas, sofrendo desta forma um corte na prestação de Rendimento Social de Inserção.

Na actualidade, esta situação faz perigar a satisfação das necessidades humanas básicas de Mariana e de suas filhas, com quem habita, dado que a própria afirma: “...hoje em dia ganho muito menos...mas eu queria trabalhar e não podia estar só à espera do R.S.I....em casa sem fazer nada...só tenho 1,10 euros na carteira, pago luz e água e fico o resto do mês sem dinheiro.”

No que concerne aos momentos mais felizes da sua vida, Mariana relata: “Gostei muito de ter sido mãe...”, à semelhança de outras entrevistadas que colaboraram nesta investigação.

Quadro nº 36. Momentos Marcantes no Percurso de Vida de “Artur”

Artur (41 anos, trabalhador na construção civil, desempregado)	<ul style="list-style-type: none"> Situação de desemprego
	<i>“...tenho trabalhado nas obras...mas agora não há obras parou tudo...tem sido complicado viver assim com duas filhas e só com o ordenado dela (da esposa)...quatrocentos euros de desemprego...querem que eu vá estudar...somos obrigados para não cortarem...é uma tristeza uma pessoa estar deitado e a mulher ir trabalhar...uma pessoa anda aí feito parvo.”</i>
	<ul style="list-style-type: none"> Situação de pobreza
	<i>“...às vezes sem dinheiro, estar à espera que receba algum...acaba-se ter que estar novamente à espera...tive bons trabalhos e ganhava bem...agora é que não é nada.”</i>
	<ul style="list-style-type: none"> Momentos mais felizes
	<i>“Primeiro o nascimento das minhas filhas, andar de avião...também foi um sonho...”</i>

Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

Artur, um homem de 41 anos à data da entrevista, recentemente desempregado da área da construção civil, coloca a saída do mundo do trabalho como o principal motivo, para neste momento ter que fazer face à insuficiência de recursos financeiros, que faz perigar a sua economia familiar.

O entrevistado partilha com a investigadora, a sua visão sobre a forma como o não emprego tem gerido a sua vida, pois que aufere “...quatrocentos euros de desemprego...é uma tristeza uma pessoa estar deitado e a mulher ir trabalhar...uma pessoa anda aí feito parvo...”, confessa.

Artur, menciona ainda, as condições que tem que cumprir para auferir de subsídio de desemprego: “...querem que eu vá estudar...somos obrigados para não cortarem...”, facto que parece não ser a opção de Artur que manifesta, ao longo da entrevista, ter preferência por ingressar novamente no mundo do trabalho.

Quando questionado sobre os momentos mais felizes, o entrevistado vai ao encontro da maioria das opiniões recolhidas junto das pessoas que possuem filhos e que deram o seu contributo a esta investigação, ao mencionar o seu nascimento como o

momento mais marcante, ao qual acrescenta a oportunidade de ter concretizado o sonho de andar de avião.

Quadro nº 37. Momentos Marcantes no Percurso de Vida de “Paulo”

<p>Paulo (40 anos, mediador intercultural)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Abandonou a escola <p>“...estudei quando era criança...depois tive que ir muito cedo trabalhar, aos sete anos fiquei logo sem pai...tirei o nono ano depois de adulto...”</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Coesão familiar <p>“Somos seis irmãos contando comigo e todos os dias estou em contacto com eles...quero saber como é que estão... fui sempre feliz...nós os ciganos quando nos morre alguém estamos muito ligados e sentimos muito...”</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Tornar-se mediador cigano <p>“...há muitas crianças de etnia cigana...havia falta de alguém para...acompanhar a comunidade...já havia mediadores em várias partes do país...pensaram logo em mim...para esse trabalho...comecei a ser mediador na escola...depois acabei contrato...queriam um mediador e da Câmara de Beja...foram-me buscar...isto de ser mediador...é difícil a gente estarmos sempre prontos para os outros...havia muitos conflitos...desde que eu estou cá as coisas estão mais calmas...”</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Situação de pobreza <p>“...na minha casa só entra um ordenado...seis pessoas em casa...calçar, vestir e comida...mal dá para sobreviver...a minha mulher anda à procura de trabalho e não encontra...”</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Momentos mais felizes <p>“...o dia mais feliz foi o dia do meu casamento...durou oito dias...no segundo dia tive que vir fazer exame de condução...fui para o casamento estava tudo em festa...à minha espera.”</p>

Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

Paulo, foi outro dos entrevistados que demonstrou disponibilidade para partilhar os momentos mais marcantes da sua vida, com a investigadora. O entrevistado, à semelhança de outras pessoas que colaboraram nesta investigação, vê-se confrontado com o abandono precoce da escola, originado pela morte do pai, quando tinha sete anos de idade. A oportunidade de retomar os estudos, surge na vida adulta, em que Paulo completa o nono ano de escolaridade.

A coesão familiar é um facto que parece relevante aos olhos do entrevistado, que ao longo do seu discurso, deixa transparecer o peso que as relações familiares possuem na sua vida, pois que “...*todos os dias estou em contacto com eles...nós os ciganos quando nos morre alguém estamos muito ligados e sentimos muito...*”, confessa.

O facto de pertencer à etnia cigana, abre a Paulo uma oportunidade profissional ao tornar-se mediador intercultural, dado que: “...*havia falta de alguém para...acompanhar a comunidade...já havia mediadores em várias partes do país...pensaram logo em mim...*”, relata o entrevistado.

Pese embora, esta actividade profissional marcante na vida de Paulo, a estabilidade financeira não se tornou uma realidade, e o entrevistado relata que é com dificuldade que os seus rendimentos financeiros contribuem para satisfazer as

necessidades humanas básicas, do próprio e da sua família, deixando transparecer que “*mal dá para sobreviver...*”

Quando lhe é colocada a questão, que procura conhecer os momentos que considera mais felizes na sua vida, Paulo aponta o dia do seu casamento, ao qual alia a realização com sucesso do exame de condução.

Quadro nº 38. Momentos Marcantes no Percurso de Vida de “Maria”

Maria (46 anos, empregada de limpeza, desempregada a auferir R.S.I)	<ul style="list-style-type: none"> Abandonou a escola
	<i>“...aos quinze anos casei...deixei de estudar...comecei a trabalhar como empregada de limpezas...”</i>
	<ul style="list-style-type: none"> Vítima de violência doméstica por parte do marido/Divórcio
	<i>“...tive um divórcio litigioso, uma separação muito difícil, fui vítima de violência doméstica...eram maus-tratos e os meus filhos a verem-me maltratada, foi muito difícil tomar uma decisão...já não aguentava mais...pedi-lhe o divórcio e ele esteve para me matar...saí de casa...telefonei para o 144...tinha uma amiga que tinha uma casa...fui ter com ela...entretanto arranjei...onde estou a morar...os meus filhos é a única coisa a que eu me posso pegar...”</i>
	<ul style="list-style-type: none"> Situação de pobreza
	<i>“Por causa de... não ter trabalho...não tenho dinheiro, não tenho comida...”</i>
	<ul style="list-style-type: none"> Momentos mais felizes
	<i>“Muito feliz...o nascimento dos meus filhos...não tem explicação...quando podem vêm cá, vão-me ver e assim.”</i>

Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

Quando questionada acerca dos momentos que mais marcaram a sua vida, para Maria, surge como questão central a situação de violência doméstica que vivenciou, e que acaba por marcar o rumo do seu percurso de vida, até à actualidade.

Maria abandonou a escola aos quinze anos, para contrair matrimónio e em simultâneo inicia uma actividade profissional como empregada de limpezas. Durante vários anos, vive vários episódios de violência, por parte do marido, que parecem ainda hoje ter deixado as suas marcas, conforme confessa à investigadora: “*...tive um divórcio litigioso...fui vítima de violência doméstica...e os meus filhos a verem-me maltratada...foi muito difícil tomar uma decisão...os meus filhos é a única coisa a que me posso pegar...*”

Embora parco em palavras, o relato da entrevistada deixa transparecer as consequências da separação do marido maltratante, que se traduziram numa luta de Maria pela satisfação das suas necessidades humanas básicas. Deste facto, resultou que a entrevistada se viu dependente de uma instituição de apoio social da cidade de Beja “*...por causa de ...não ter trabalho...não tenho dinheiro, não tendo comida...*”, relata à investigadora.

Apesar destes momentos que marcaram a vida da entrevistada, a mesma não se mostra hesitante quando relata a alegria que sentiu ao ser mãe, elegendo este como o momento mais feliz da sua vida, pois que para si “...o nascimento dos...filhos...não tem explicação.”

Quadro nº 39. Momentos Marcantes no Percurso de Vida de “João”

João (57 anos, trabalhador rural, desempregado a auferir R.S.I)	<ul style="list-style-type: none"> Abandonou a escola
	<i>“...a vida era com muita dificuldade para os meus pais...estava dois dias na escola e tinha que ir guardar gado para subsistir em casa...ainda fiz a quarta classe, mas não fiz o exame...”</i>
	<ul style="list-style-type: none"> Separação da companheira
	<i>“...houve uma coisa comigo e com ela e separámo-nos...agora vivo sozinho...Mais triste foi quando aconteceu isto com a minha mulher...apeguei-me a ela e depois de um momento para o outro desapareceu.”</i>
	<ul style="list-style-type: none"> Afastamento dos filhos
	<i>“...os meus filhos já adultos...foram conhecer o pai...partiram da minha companhia eram muito pequeninos...”</i>
	<ul style="list-style-type: none"> Vítima de um acidente em que fracturou uma perna
	<i>“...parti uma perna a ajudar uma velhota...tenho...isto cheio de ferros...não consigo dobrar a perna...não posso fazer esforço de nada...estou à espera...mesmo de uma reforma mínima...”</i>
	<ul style="list-style-type: none"> Situação de pobreza
	<i>“...tenho o Rendimento (Social de inserção)...arranjei uma barraquita, às vezes peço uns empréstimos...e depois...pago...”</i>
	<ul style="list-style-type: none"> Momentos mais felizes
	<i>“Mais felizes era quando eu era novo...ia para os bailaricos...tinha os meus pais...tinha saúde... e tinha capacidade para trabalhar...”</i>

Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

João, um homem de 57 anos quando foi realizada a entrevista, trabalhador rural no desemprego, foi outro dos entrevistados que colaborou neste trabalho. Ao longo do seu relato, são alguns os momentos desfiados pelo entrevistado, que permitem conhecer e compreender o seu percurso de vida.

Começa por relatar à investigadora, as dificuldades económicas que parecem acompanhá-lo desde tenra idade, e que das quais derivou a necessidade de João abandonar a escola, pois que “...a vida era com muita dificuldade...estava dois dias na escola e tinha que ir guardar gado para subsistir em casa.”

Mais tarde na idade adulta, João, conhece uma companheira com quem chega a coabitar. A ruptura desta relação viria a marcar a sua vida, dado que ainda hoje refere este como o momento mais triste da sua vida, pois que “...apeguei-me a ela e depois de um momento para outro desapareceu...”, desabafa o entrevistado.

Esta separação da companheira, faria ainda desvanecer o relacionamento de João com os filhos, ditando um afastamento que durou até à vida adulta, altura em que “...foram conhecer o pai...”, pois que “...partiram da minha companhia eram muito pequeninos...”, atesta João.

Após a separação, o entrevistado transfere a sua residência para Beja, onde já havia exercido a actividade de trabalhador rural, sendo confrontado com outro momento que eleger como marcante na sua vida. João foi vítima de um acidente, no qual fracturou a perna, o qual na opinião do entrevistado, o impossibilita de exercer qualquer tipo de actividade profissional.

É este episódio, que vem adensar um percurso de vida já marcado pela insuficiência de recursos económicos, e que torna João dependente de uma instituição de apoio social situada na cidade de Beja e beneficiário de Rendimento Social de Inserção.

Sobre os momentos mais felizes da sua vida, revela as saudades da sua juventude, relacionando-a como uma época em que “...*tinha os meus pais...saúde...e capacidade para trabalhar...*”, refere o entrevistado.

8.2.2. Razões que conduziram à situação de pobreza do ponto de vista dos entrevistados

Quadro nº 40. Razões que Conduziram à Situação de Pobreza do Ponto de Vista dos Entrevistados

Entrevistado	Razões que conduziram à situação de pobreza do ponto de vista do entrevistado	
Sílvia (25 anos, nunca trabalhou, a auferir R.S.I.)	<i>“...uma foi eu não estudar...mas mesmo que eu aprendesse...não valia de grande coisa porque não dão trabalho à gente...em dizendo que vamos daqui deste bairro (Bairro da Esperança) metem a gente de parte logo...”</i>	Não frequência da escola Estigmatização/ isolamento social
	<i>“...as outras têm cunhas...é só tudo para bebedeiras...a gente cada vez mais vemos a nossa vida andando para trás...mal recebemos o nosso dinheiro...pagamos ali, pagamos aqui e ficamos sem nada e...sem coisas em casa.”</i>	Insuficiência de recursos financeiros Distribuição pouco equitativa dos recursos
	<i>“...porque uns têm tudo e outros não têm nada...quando uma pessoa nasce com aquele destino...já ninguém lho tira...quando nasce para penar, vai penar até à morte...acho que o meu caso é este.”</i>	Fatalismo e imutabilidade da “condição” de pobre
Amélia (50 anos, cantoneira de limpeza)	<i>“...se o meu marido trabalhasse, com o meu ordenado...vivíamos bem, assim infelizmente não conseguimos viver...gasto muito dinheiro em remédios...ele é dependente de mim... e tenho água e...luz para pagar e temos que comer todos os dias...as coisas aumentam de dia para dia...e os ordenados são iguais...não se consegue sobreviver com ordenados iguais e as coisas mais caras...”</i>	Insuficiência de recursos financeiros Doença de um elemento do agregado familiar
	<i>“É deles roubarem tanto, se cada um que lá está (no Governo) não metesse tanto ao bolso...não havia tanta miséria.”</i>	Distribuição pouco equitativa dos recursos
Odília (77 anos, ajudante de lar, reformada)	<i>“...deixei de trabalhar...os meus medicamentos... são muito caros...tenho uma depressão crónica...já estive no hospital...ele (o filho) andou abandonado sem comer nada, ali por aquelas ruas...tenho bronquite crónica e...depressão crónica...a depressão mata.”</i>	Doença crónica da entrevistada e do filho Insuficiência de recursos financeiros
Jorge (40 anos, trabalhador na área da horticulultura)	<i>“Cheguei a esta situação porque a minha mãe não tinha posses...aconteceu porque levaram logo o meu pai quando a gente erámos pequeninos...fomos criados...sem ninguém...a minha mãe não tinha, as vizinhas sempre tinham alguma coisinha para a gente comer.”</i>	Morte precoce do progenitor Insuficiência de recursos financeiros
Felisbela (30 anos, auxiliar de acção educativa, desempregada a auferir R.S.I)	<i>“Aconteceu porque conforme eu ia tendo necessidades ia pedindo, não pensei...nas consequências que tinha para pagar.”</i>	Endividamento da família
	<i>“Porque isto não há trabalho, se...tivesse um trabalho já se conseguia orientar...pagava as despesas...para comer e para nos irmos governando,...assim eu não tenho trabalho é muito difícil e com estas despesas ainda mais.”</i>	Desemprego Insuficiência de recursos financeiros
Inês (55 anos, varredora de ruas, desempregada)	<i>“...estive sempre assim...pedir e levar um não, não vale a pena...pobre já eu nasci....basta que a minha mãe abandonou a gente todos...tenho penado desde que nasci e hei-de penar até que morra.”</i>	Abandono da progenitora Fatalismo e imutabilidade da “condição” de pobre
	<i>“Porque não temos trabalho...vive-se só da reforma do meu marido...nem tenho direito a rendimento nenhum, nada...é com sessenta contos que eu vou pagar água...luz e...a gente viver?”</i>	Desemprego Insuficiência de recursos financeiros
Margarida (32 anos, funcionária do comércio, integrada num programa ocupacional)	<i>“...foi devido à compra da casa...se eu tivesse ficado com a outra casa a prestação era mais baixa...e também o desemprego sem dívida alguma, eu e ele (marido)...sem trabalho mesmo que se queira é complicado.”</i>	Endividamento da família Desemprego

Entrevistado	Razões que conduziram à situação de pobreza (cont.)	
Mariana (35 anos, empregada de limpeza, a auferir R.S.I)	<i>"A situação pôs-se má porque suspendi o RSI...renda para pagar...senão a senhoria expulsa-me...começo a ver que começa a faltar o dinheiro...vivo sempre no fio da navalha...tenho muito medo de ser despejada..."</i>	Decisão de suspensão da prestação de R.S.I. para ir trabalhar Insuficiência de recursos financeiros
	<i>"...sinto-me culpada...não sei se fiz mal...já não amava a pessoa com quem eu morava...que...entretanto recai na heroína...não devia ter abandonado uma pessoa nessa situação...fui egoísta...agora pago duras penas por isso...depois também se reflectiu muito a nível financeiro."</i>	Separação do último companheiro
Artur (41 anos, trabalhador na construção civil, desempregado)	<i>"...os partidos...tanta mudança tanta coisa..."</i>	Instabilidade governativa do país
	<i>"...acho que foi o euro, desde que acabaram com o escudo, acho que isto se complicou ainda mais...agora aumentaram o IVA, qualquer dia ainda vai faltar mais trabalho, vai tudo fechar...acabaram com o emprego..."</i>	Insuficiência de recursos financeiros Desemprego
Paulo (40 anos, mediador intercultural)	<i>"...na minha casa só entra um ordenado...é...esse o grande problema...seis pessoas em casa...calçar, vestir e comida...mal dá...para sobreviver...a minha mulher anda à procura de trabalho mas não encontra...quando a gente íamos...a Espanha...fazíamos o nosso dinheirinho...desde que Portugal entrou em crise, a Espanha também entrou...foi uma grande perda de oportunidade de trabalho."</i>	Insuficiência de recursos financeiros Desemprego
Maria (46 anos, empregada de limpeza, desempregada a auferir R.S.I)	<i>"Por causa de...não ter trabalho...não tenho dinheiro, não tenho comida."</i>	Insuficiência de recursos financeiros Desemprego Ausência de condições de satisfação de necessidades humanas básicas
João (57 anos, trabalhador rural, desempregado a auferir R.S.I)	<i>"...ter que pedir apoio...a fome puxa...tinha fome...depois começaram-me a dar apoio...através da roupa...se eu ainda tivesse capacidade...não posso trabalhar..."</i>	Insuficiência de recursos financeiros Desemprego Ausência de condições de satisfação de necessidades humanas básicas

Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

Compreender as razões que conduziram à situação de pobreza dos entrevistados, implicou o questionamento dos próprios acerca da sua perspectiva, sobre os motivos que estão na base desta situação.

É possível constatar, através das sinopses das entrevistas, que a insuficiência de recursos financeiros é mencionada por onze, dos doze entrevistados, como uma das razões em que se alicerça a situação de pobreza vivenciada por estas pessoas.

A situação de desemprego é a segunda razão maioritária, apontada por metade das pessoas que colaboraram neste estudo, que identificam a desvinculação com o mercado de trabalho como razão primordial para se confrontarem com uma situação de pobreza.

São também dignas de realce, embora referidas por um número inferior de entrevistados, razões como não conseguir assegurar a satisfação das suas necessidades

humanas básicas, como é o caso da alimentação; a morte precoce e abandono de um dos progenitores; a doença crónica de um elemento da família que conduz a gastos financeiros com a medicação e outros cuidados de saúde, por parte dos entrevistados.

Salienta-se ainda, a existência de dois entrevistados que se encontram numa situação de endividamento, e em mesmo número, existem duas pessoas que revelam estar numa situação de pobreza em virtude de serem vítimas de uma distribuição pouco equitativa de recursos, seguindo-se duas entrevistadas que encaram a sua situação como uma condição de pobreza imutável e fatal que sempre as acompanhará.

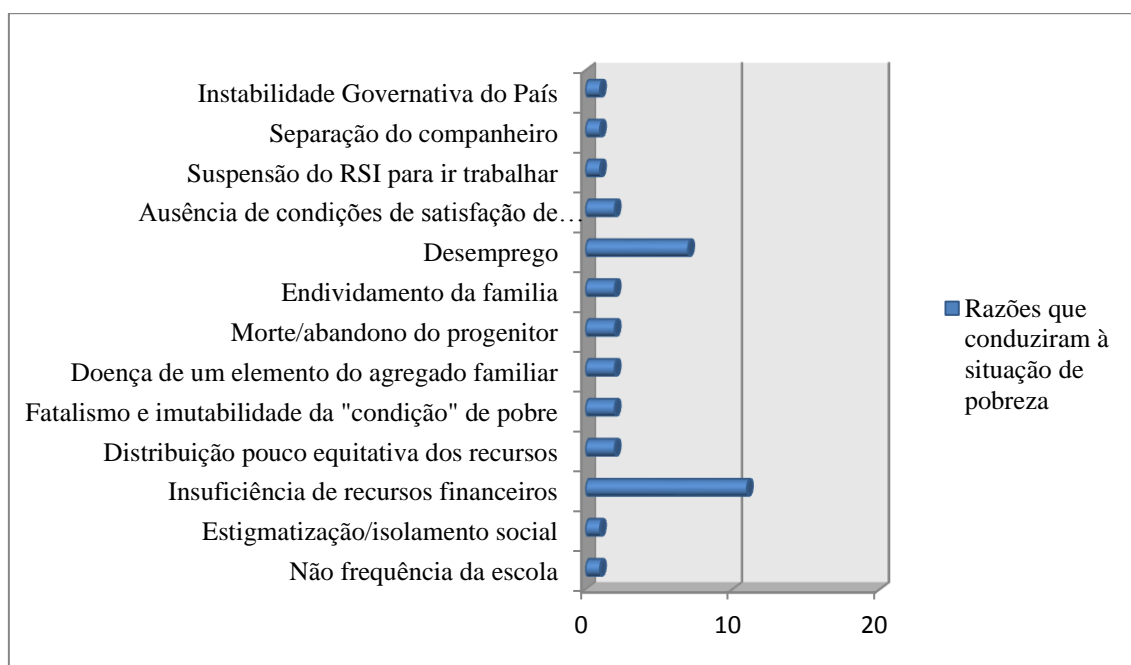
Posteriormente, realça-se também a existência de uma entrevistada, que se considera pobre por nunca ter frequentado a escola, facto que de alguma forma pode ter condicionado o acesso ao mercado de trabalho. Esta entrevistada confessa ainda um sentimento de estigma social originado pelo local onde habita, afirmando sentir-se discriminada no acesso a empregos, sempre que menciona o bairro em que reside.

No decorrer da análise, note-se ainda a existência de uma entrevistada que viu diminuída a prestação de Rendimento Social de Inserção, para ingressar no mercado de trabalho, e que atribui a esse facto o decréscimo dos seus rendimentos financeiros e consequente situação de pobreza.

A instabilidade governativa do país, é outro dos motivos apontados por um dos entrevistados para vivenciar uma situação de pobreza e por fim outra das pessoas que colaboraram neste estudo, refere sentir a satisfação das suas necessidades humanas básicas ameaçada, pelo facto de se ter separado do marido, em virtude de ser vítima de violência doméstica, o que a deixou sem trabalho e com ausência de rendimentos financeiros, apenas colmatada pela prestação de Rendimento Social de Inserção.

Desta forma, torna-se implícita a relação entre as razões avançadas pelos entrevistados para a sua situação de pobreza e alguns dos momentos marcantes das suas vidas, como é o caso das rupturas afectivas, morte ou doença de familiares, situações de endividamento ou casos de violência doméstica.

Gráfico nº1. Razões que Conduziram à Situação de Pobreza do Ponto de Vista dos Entrevistados



Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

8.2.3. Atitudes/Ações do Entrevistado para Inverter a Situação de Pobreza

Quadro nº 41. Atitudes/Ações do Entrevistado para Inverter a Situação de Pobreza

Entrevistado	Atitudes/Ações do Entrevistado para Inverter a Situação de Pobreza					
	Recorrer a instituições de apoio social	Pedir empréstimos	Procurar emprego	Refugiar-se na fé	Trabalhar	Poupar
Sílvia (25 anos, nunca trabalhou, a auferir R.S.I.)	X		X			
Amélia (50 anos, cantoneira de limpeza)		X				
Odília (77 anos, ajudante de lar, reformada)				X		
Jorge (40 anos, trabalhador na área da hortofloricultura)					X	
Felisbela (30 anos, auxiliar de acção educativa, desempregada a auferir R.S.I.)			X			
Inês (55 anos, varredora de ruas, desempregada)			X			
Margarida (32 anos, funcionária do comércio, integrada num programa ocupacional)			X		X	
Mariana (35 anos, empregada de limpeza, a auferir R.S.I.)	X		X		X	X
Artur (41 anos, trabalhador na construção civil, desempregado)			X		X	
Paulo (40 anos, mediador intercultural)			X		X	
Maria (46 anos, empregada de limpeza, desempregada a auferir R.S.I.)			X			
João (57 anos, trabalhador rural, desempregado a auferir R.S.I.)	X					

Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

Quando confrontados com a solicitação para se pronunciarem sobre as atitudes ou ações, que tem levado a cabo para inverter a sua situação de pobreza, a procura de emprego é mencionada por oito dos doze entrevistados, como a forma que consideram mais adequada para combater a pobreza. Alguns dos depoimentos, são reveladores das dificuldades sentidas, por este grupo de pessoas, no acesso ao mercado de trabalho:

“...tenho lutado,...sempre a pedir trabalho...não há trabalho. Nem sequer para varrer as ruas.” (Inês, 55 anos, varredora de ruas, desempregada).

“Procurar trabalho, ainda agora vim do Centro de Emprego...não consigo nada...não há trabalho.” (Felisbela, 30 anos, auxiliar de acção educativa, desempregada a auferir R.S.I.).

“No fundo de desemprego dizem que têm lá gente inscrita à parva, está muita gente desempregada...também disseram que não precisavam.” (Sílvia, 25 anos, nunca trabalhou, a auferir R.S.I.).

“Tenho procurado no Centro de Emprego, tenho procurado cursos, o máximo que posso fazer faço... a gente vai numa expectativa...era tudo diferente...deixava de vir à Cáritas...poder fazer o...comer em casa...escolher aquilo que posso comer...” (Maria, 46 anos, empregada de limpeza, desempregada a auferir R.S.I.).

“Tenho tentado trabalhar, não paro, saio de um vou para outro...tem que se fazer à vida, é complicado...acabaram com o emprego...” (Artur, 41 anos, trabalhador na construção civil, desempregado).

Manter a ligação com o mundo do trabalho é a atitude predominante dos entrevistados que possuem algum tipo de vínculo profissional, pois que consideram a manutenção do seu emprego como fundamental para sair de uma situação de pobreza, embora aspirem a melhores condições remuneratórias, senão veja-se:

“... eu trabalho, quero trabalhar mais...gostava de ter um emprego onde ganhasse o ordenado mínimo nacional...” (Mariana, 35 anos, empregada de limpeza, a auferir R.S.I.).

“...é jogar-me a tudo o que aparece...com a necessidade e a falta somos capazes de fazer tudo...” (Margarida, 32 anos, funcionária do comércio, integrada num programa ocupacional).

“...tenho feito muito, tenho guardado ovelhas...cabras,...apanhando vento, chuva.” (Jorge, 40 anos, trabalhador na área da hortofloricultura).

Seguidamente, são três os entrevistados que afirmam recorrer a instituições de apoio social, como forma de minimizar a sua situação de pobreza, deixando transparecer os seguintes testemunhos:

“...tento...melhorar a minha vida...mas não consigo...fui...pedir à Assistente Social a ver se me ajudava...corri tudo...” (Sílvia, 25 anos, nunca trabalhou, a auferir R.S.I.).

“...vim aqui à Cáritas...às vezes sinto-me...uma ampulheta...que a areiazinha do invólucro de cima está-se quase a ir embora...” (Mariana, 35 anos, empregada de limpeza, a auferir R.S.I.).

“Agora o que é que eu vou fazer...se eu ainda tivesse capacidade de andar...não posso trabalhar...vou-me aguentando até haver outra coisa.” (João, 57 anos, trabalhador rural, desempregado, a auferir R.S.I.).

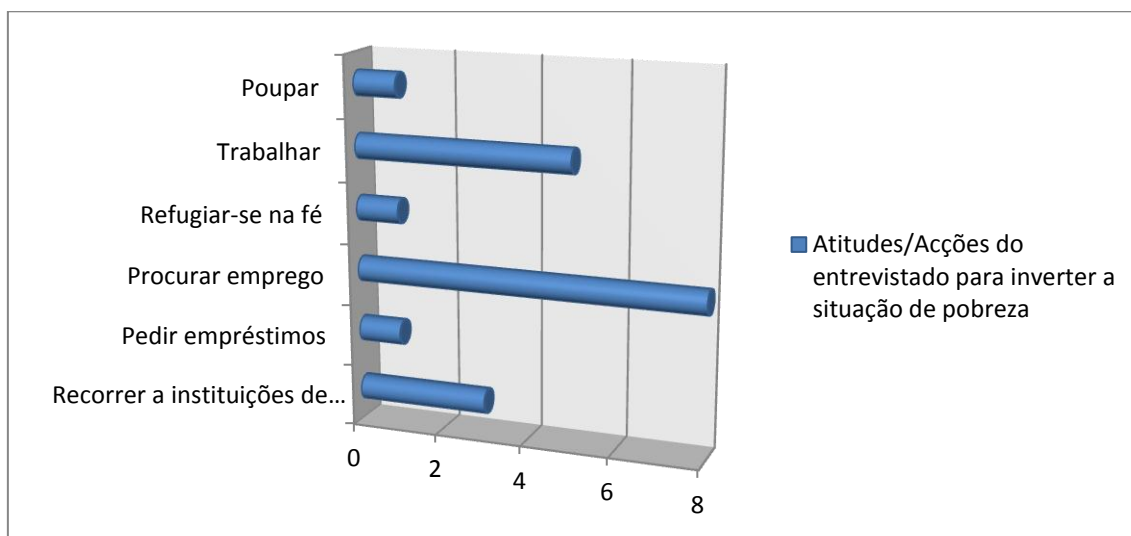
Por fim, embora com menor expressão, Amélia, Odília e Mariana, três das pessoas que colaboraram neste estudo, revelaram ainda outras atitudes que entenderam como adequadas face à sua situação, como pedir empréstimos, poupar ou refugiar-se na fé, respectivamente:

“Este mês peço aqui, peço ali, pago, tenho falta vou pedir outra vez...quando receber pago, depois tenho falta todos os meses, vou pedindo, nunca estou bem.” (Amélia, 50 anos, cantoneira de limpeza).

“...é tentar poupar ao máximo em casa...nunca mais lavei a louça com água quente...tenho imenso medo...vivo apavorada...” (Mariana, 35 anos, empregada de limpeza, a auferir R.S.I.).

“...Tenho pedido a Deus, tenho ido falar com o senhor padre...que Deus faça o melhor para mim.” (Odília, 77 anos, ajudante de lar, reformada).

Gráfico nº 2. Atitudes/Acções do Entrevistado para Inverter a Situação de Pobreza



Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

8.3. A Vivência do cotidiano

8.3.1. Forma como o Entrevistado Passa o Dia a Dia

Quadro nº 42. Forma como o Entrevistado passa o dia a dia

Entrevistado	Forma como o entrevistado passa o dia a dia							
	Tratar da casa/ Estar em casa	Levar/ buscar os filhos à escola	Passear	Ler/ver TV	Ir ao café	Estar com amigos	Ir a instituições de apoio social	Trabalhar
Sílvia (25 anos, nunca trabalhou, a auferir R.S.I.)	X	X		X				
Amélia (50 anos, cantoneira de limpeza)	X		X					X
Odília (77 anos, ajudante de lar, reformada)	X							
Jorge (40 anos, trabalhador na área da hortofloricultura)					X			X
Felisbela (30 anos, auxiliar de acção educativa, desempregada a auferir R.S.I.)	X	X					X	
Inês (55 anos, varredora de ruas, desempregada)	X							
Margarida (32 anos, funcionária do comércio, integrada num programa ocupacional)	X		X					X
Mariana (35 anos, empregada de limpeza, a auferir R.S.I.)	X	X					X	X
Artur (41 anos, trabalhador na construção civil, desempregado)		X			X	X		
Paulo (40 anos, mediador intercultural)								
Maria (46 anos, empregada de limpeza, desempregada a auferir R.S.I.)	X			X				
João (57 anos, trabalhador rural, desempregado a auferir R.S.I.)			X				X	

Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

A vivência do quotidiano, por parte das pessoas que colaboraram neste estudo, constituiu-se como um item fundamental para a análise da forma como os entrevistados passam o seu dia-a-dia, as pessoas que dele fazem parte, os locais frequentados, analisando-se ainda as expectativas que os entrevistados manifestam sobre como gostariam que fosse o seu quotidiano.

Entende-se que com este conjunto de questões, e após a análise obtida, será possível uma aproximação, com a maior fidelidade possível, a forma como é vivida a pobreza, pelas pessoas que deram o seu testemunho a este estudo.

Iniciando a incursão sobre a forma como os entrevistados passam o seu dia a dia, foi possível compreender que maioritariamente (em número de sete de um total de doze entrevistados), as pessoas realizam tarefas relacionadas com o universo doméstico, tais como: tratar da casa, da alimentação ou do vestuário, sendo também notório, o facto destes entrevistados manifestarem um quotidiano confinado quase que exclusivamente à sua habitação, especialmente os aqueles que não possuíam no momento vínculo ao mundo do trabalho, e que estão desta forma desempregados ou reformados (no caso de Odília):

“...o meu tempo é arrumando as casas, estendendo roupa...passo o tempo em casa.” (Sílvia, 25 anos, nunca trabalhou, a auferir R.S.I).

“...passo mexendo umas coisinhas em casa...um alguidar de roupa...depois penduro...”(Odília, 77 anos, ajudante de lar, reformada).

“...à tarde meto-me em casa a arrumar as coisas...quando os filhos estão em casa é com os filhos a fazer os trabalhos de casa.” (Felisbela, 30 anos, auxiliar de acção educativa, desempregada a auferir R.S.I).

“Arrumo as minhas coisas...estou na minha casa.” (Inês, 55 anos, varredora de ruas, desempregada).

“Arrumo a casa, vejo televisão, leio...” (Maria, 46 anos, empregada de limpeza, desempregada a auferir R.S.I).

Para os entrevistados que têm filhos menores a seu cargo, a tarefa de ir levar e buscar os filhos à escola, é mencionada por quatro pessoas, que afirmam ser esta uma das rotinas do seu quotidiano.

Considerando agora as pessoas integradas no mundo do trabalho, são igualmente em número de quatro, os entrevistados que mencionam ir trabalhar como uma

actividade integrante do seu quotidiano. Seguidamente são três os entrevistados, que referem a deslocação a instituições de apoio social, como parte do seu dia-a-dia:

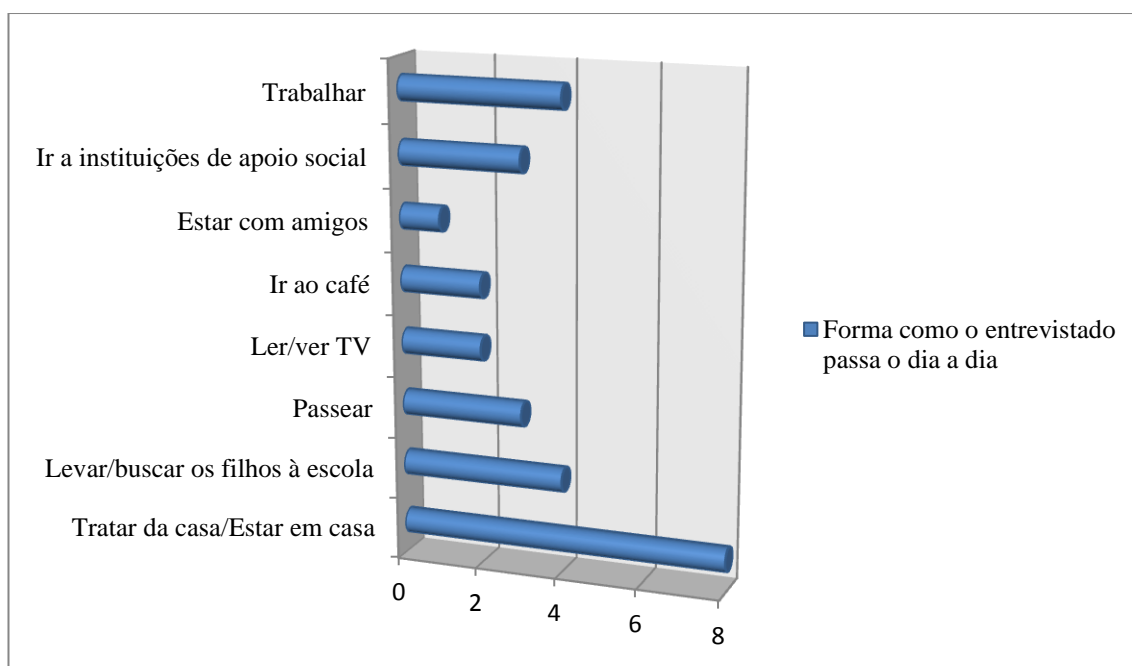
“De manhã venho aqui (à Cáritas) buscar o almoço...” (Felisbela, 30 anos, auxiliar de acção educativa, desempregada a auferir R.S.I.).

“...venho aqui à Cáritas...vou outra vez trabalhar...” (Mariana, 35 anos, empregada de limpeza, a auferir R.S.I.).

“Venho aqui (à Cáritas) direito...tomo o pequeno-almoço, dou uma voltinha, daí a nada chegasse o almoço...” (João, 57 anos, trabalhador rural, a auferir R.S.I.).

Por fim, as restantes actividades mencionadas pelas pessoas que colaboram neste estudo, passam por passear nos espaços da cidade de Beja, ler/ver televisão (mencionado por duas pessoas, ir ao café (referido por dois entrevistados) e ainda estar com amigos (resposta fornecida por uma pessoa).

Gráfico nº 3. Forma como o Entrevistado passa o Dia a Dia



Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

8.3.2. Pessoas com quem o Entrevistado contacta no Dia a Dia

Quadro nº 43. Pessoas com quem o Entrevistado contacta no Dia a Dia

Entrevistado	Pessoas com quem o entrevistado contacta no dia-a-dia					
	Família	Amigos	Colegas de trabalho	Funcionários de instituições de apoio social	Comunidade em geral	Não tem contactos
Sílvia (25 anos, nunca trabalhou, a auferir R.S.I.)	X					
Amélia (50 anos, cantoneira de limpeza)	X		X			
Odília (77 anos, ajudante de lar, reformada)						X
Jorge (40 anos, trabalhador na área da hortofloricultura)		X				
Felisbela (30 anos, auxiliar de acção educativa, desempregada a auferir R.S.I.)	X			X		
Inês (55 anos, varredora de ruas, desempregada)	X					
Margarida (32 anos, funcionária do comércio, integrada num programa ocupacional)	X					
Mariana (35 anos, empregada de limpeza, a auferir R.S.I.)	X	X		X		
Artur (41 anos, trabalhador na construção civil, desempregado)	X	X	X			
Paulo (40 anos, mediador intercultural)					X	
Maria (46 anos, empregada de limpeza, desempregada a auferir R.S.I.)	X					
João (57 anos, trabalhador rural, desempregado a auferir R.S.I.)				X		

Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

Analisando agora as respostas das pessoas entrevistadas, quando questionadas sobre quem são as pessoas com quem contactam no dia-a-dia, é possível concluir que a maioria das relações interpessoais estabelecidas no quotidiano, são centradas na família, dado que esta é mencionada por oito dos entrevistados como as pessoas com quem partilham o quotidiano.

Seguidamente em número de três, realçam-se os entrevistados que mencionaram os funcionários de instituições de apoio social e os amigos, respectivamente, como aqueles com quem mais contactam no dia-a-dia, seguindo-se dois entrevistados que indicam os colegas de trabalho, como parte das suas redes sociais diárias.

Desta análise, é ainda importante salientar que pese embora, as pessoas entrevistadas revelem a existência de redes sociais no seu quotidiano, alguns entrevistados manifestam relações confinadas a um grupo restrito de pessoas:

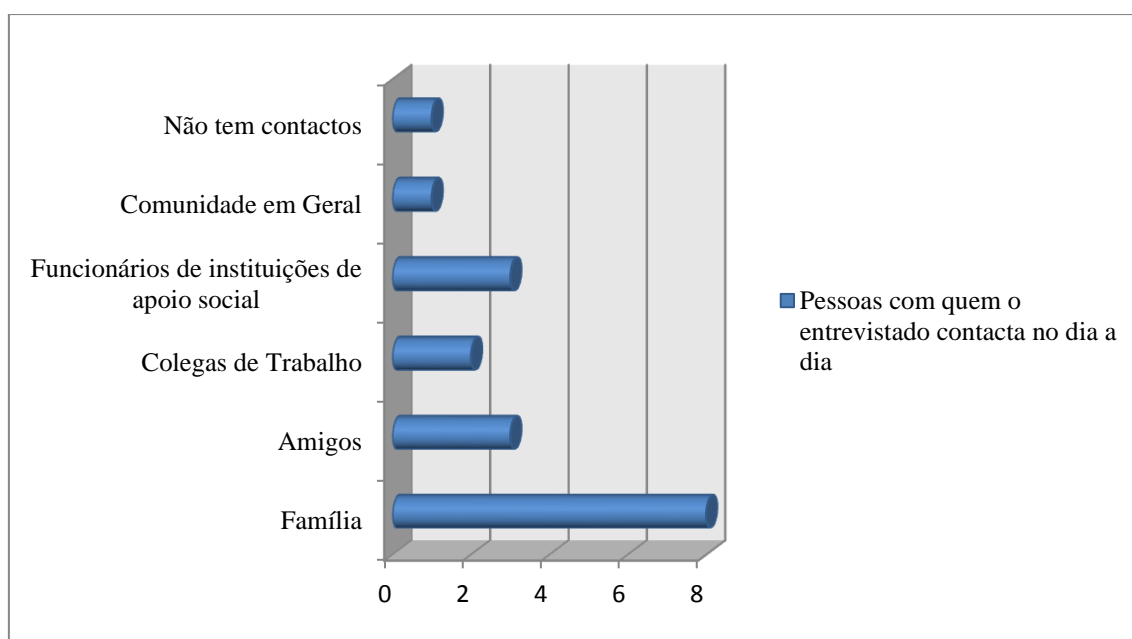
“...às vezes não me dá jeito desabafar com a minha mãe...sinto-me mal...se puder reservar tudo para mim reservo.” (Sílvia, 25 anos, nunca trabalhou, a auferir R.S.I.).

“...não falo com ninguém, falo com o meu neto...com o meu marido...”(Inês, 55 anos, varredora de ruas, desempregada).

“...tenho uma amiga...é assim a pessoa mais chegada...a minha avó e os meus tios sabem...que eu vivo numa situação precária, mas nunca lhes peço nada.” (Mariana, 35 anos, empregada de limpeza, a auferir R.S.I.).

“...sou amiga de casa, sou pouco de ir aos cafés.” (Maria, 46 anos, empregada de limpeza, desempregada, a auferir R.S.I.).

Gráfico nº4. Pessoas com quem o entrevistado contacta no dia a dia



Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

8.3.3. Locais Frequentados pelo Entrevistado

Quadro nº 44. Locais Frequentados pelo Entrevistado

Entrevistado	Locais frequentados pelo entrevistado									
	Cafés	Espaços culturais	Grandes superfícies	Casa de familiares/vizinhos	Inst. de apoio social	Hospitais Centro de Saúde	C. de Emprego	Jardim	Igreja	Escola dos filhos
Sílvia (25 anos, nunca trabalhou, a auferir R.S.I.)			X							X
Amélia (50 anos, cantoneira de limpeza)	X					X				
Odília (77 anos, ajudante de lar, reformada)										
Jorge (40 anos, trabalhador na área da hortofloricultura)	X									
Felishela (30 anos, auxiliar de acção educativa, desempregada a auferir R.S.I.)				X		X	X			
Inês (55 anos, varredora de ruas, desempregada)										
Margarida (32 anos, funcionária do comércio, integrada num programa ocupacional)			X					X		
Mariana (35 anos, empregada de limpeza, a auferir R.S.I.)		X								
Artur (41 anos, trabalhador na construção civil, desempregado)	X			X						
Paulo (40 anos, mediador intercultural)					X				X	
Maria (46 anos, empregada de limpeza, desempregada a auferir R.S.I.)					X					
João (57 anos, trabalhador rural, desempregado a auferir R.S.I.)			X		X			X		

Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

Ao continuar a análise sobre a vivência do quotidiano das pessoas em situação de pobreza, as mesmas foram questionadas sobre os locais frequentados no seu quotidiano. A esta pergunta correspondeu um conjunto heterogéneo de locais encabeçado, a par, pelos cafés, grandes superfícies e instituições de apoio social, mencionados por três entrevistados, respectivamente. A estes espaços físicos segue-se a referência à deslocação a casa de familiares/vizinhos e ainda o hospital ou o centro de saúde.

Mencionados por apenas um entrevistado, seguem-se locais, com menor expressividade no quotidiano das pessoas que colaboraram neste estudo, como é o caso do centro de emprego, jardim público, a escola dos filhos ou ainda espaços culturais da cidade de Beja.

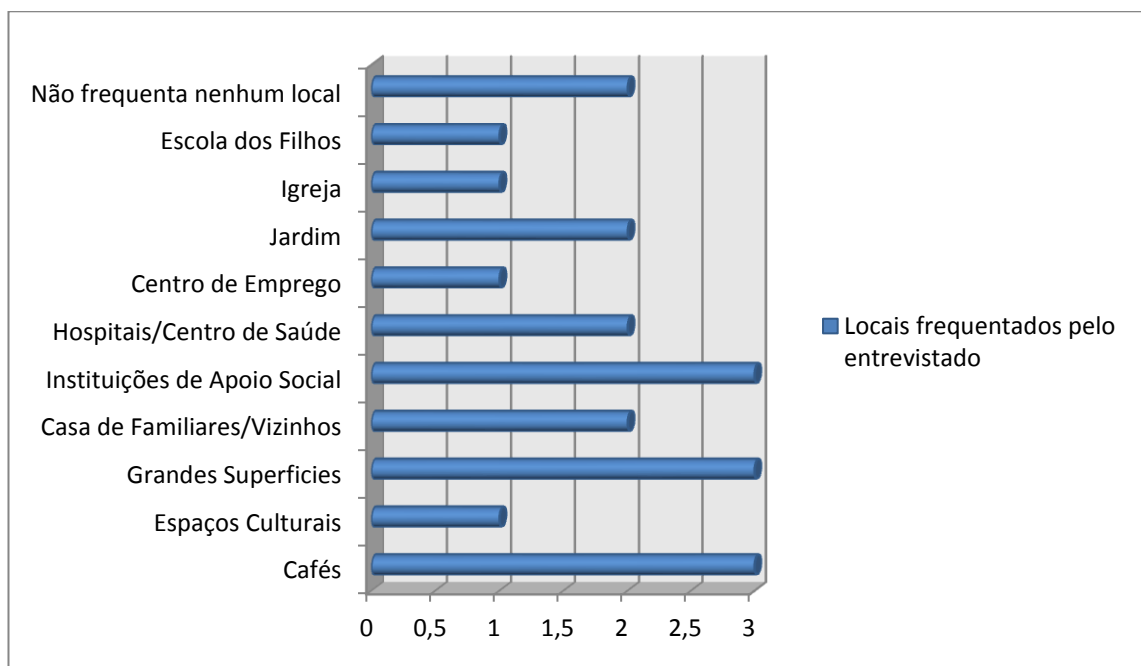
É ainda importante realçar dois dos testemunhos dos entrevistados, que relatam privar-se da frequência de alguns locais, uma vez que a insuficiência de recursos financeiros se torna um constrangimento:

“...há sítios onde...tenho que gastar muito...evito ir...dantes se calhar ia todos os fins de semana,...agora tive que me privar...” (Margarida, 32 anos, funcionária do comércio, integrada num programa ocupacional).

“Venho para a Cáritas e vou para casa, no outro dia venho para a Cáritas outra vez... (Não frequenta mais nenhum local?) ...Porque não tenho dinheiro.” (Maria, 46 anos, empregada de limpeza, desempregada a auferir R.S.I.).

Finalmente, salientam-se ainda, duas das entrevistadas que afirmam não frequentar nenhum local, confinando-se à sua habitação.

Gráfico nº5. Locais Frequentados pelo Entrevistado



Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

8.3.4. Forma como o Entrevistado Gostaria que Fosse o seu Dia a Dia

Quadro nº 45. Forma como o Entrevistado Gostaria que fosse o seu dia a dia

Entrevistado	Forma como o entrevistado gostaria que fosse o seu dia a dia	
Sílvia (25 anos, nunca trabalhou, a auferir R.S.I.)	<i>“...que fosse o dia mais feliz que eu nunca tive na vida...Era passear, arejar...a cabeça...era ir a muitos lados que ainda não fui...gostava de ir a Lisboa conhecer lá aquilo.”</i>	Passear e conhecer novos locais
Amélia (50 anos, cantoneira de limpeza)	<i>“...era, ir trabalhar...eu gosto muito de trabalhar e gosto daquilo que faço e depois de tarde ter um bocadinho mais de sossego...é muito complicado, a saúde do meu marido.”</i>	Trabalhar
Odília (77 anos, ajudante de lar, reformada)	<i>“Eu não sei o que é que me vai acontecer.”</i>	Ter um dia mais sossegado Não sabe
Jorge (40 anos, trabalhador na área da hortofloricultura)	<i>“...os meus dias...lidar com os meus amigos, que ainda tenho, e que tivesse a minha mãe que me desse um apoio...”</i>	Estar com os amigos Recuperar um ente querido já falecido
Felisbela (30 anos, auxiliar de acção educativa, desempregada a auferir R.S.I.)	<i>“No trabalho para poder dar de comer aos meus filhos...era o que eu mais gostava era um trabalho.”</i>	Trabalhar
Inês (55 anos, varredora de ruas, desempregada)	<i>“O meu dia em casa...na minha casinha é que eu estou bem...gostava de trabalhar, mas não há trabalho...é uma...situação muito má.”</i>	Em casa Trabalhar
Margarida (32 anos, funcionária do comércio, integrada num programa ocupacional)	<i>“...eu gosto dos meus dias...gosto do meu trabalho...mas se calhar ao fim de semana...tinha um passeio diferente...levar a minha filha a conhecer coisas que...ela não conhece, mas...na maioria é tudo coisas pagas.”</i>	Passear e conhecer novos locais
Mariana (35 anos, empregada de limpeza, a auferir R.S.I.)	<i>“...dormir melhor, porque eu estou sempre muito preocupada e nervosa...não consigo dormir descansada...a pensar no dia seguinte como é que vou arranjar dinheiro...”</i> <i>“O meu dia...gostava que fosse...levantava-me de manhã...sempre ir trabalhar, nem que fosse a fazer qualquer coisa...que elas estivessem bem na escola e...à tarde chegassem e estar descansada...ter um emprego que me pagassem condignamente e uma casa com melhores condições...que eu pudesse pagar.”</i>	Dormir melhor sem preocupações Ter um emprego que permitisse fazer face às despesas
Artur (41 anos, trabalhador na construção civil, desempregado)	<i>“Não...gostava de estar em casa sem fazer nada...gostava de ter um trabalho mais ou menos razoável e ter uns fins de semana à maneira...para a praia, um gajo quer ir e não pode...”</i>	Trabalhar Passear
Paulo (40 anos, mediador intercultural)	<i>“...estou contente com o meu dia a dia...se pudesse escolher era tratar dos assuntos das pessoas todas...tem falta disto, tome lá...resolver a situação das pessoas, porque cada vez são mais os problemas...”</i>	Ajudar os outros
Maria (46 anos, empregada de limpeza, desempregada a auferir R.S.I.)	<i>“Em casa...trabalhava, arranjava emprego. Era o que eu queria.”</i>	Em casa Trabalhar
João (57 anos, trabalhador rural, desempregado a auferir R.S.I.)	<i>“...os meus dias...do melhor que pudesse ser...eu fui um homem de cantar...alegre...Tenho...gaitas de beijos...se...tivesse confiança na letra...ia fazendo umas cançõezinhas para mim...se eu tivesse a situação de escrever bem, fazia.”</i>	Cantar e tocar música

Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

Tendo em mente o objectivo de conhecer e compreender a vivência do quotidiano deste grupo de entrevistados, às pessoas que colaboraram neste estudo foi pedido que se pronunciassem sobre a forma como gostariam que fosse o seu dia-a-dia.

Do conjunto das respostas obtidas, salienta-se o desejo de exercer uma actividade profissional, manifestado por seis dos entrevistados, que colocariam o (re) ingresso no mundo do trabalho como actividade central do seu quotidiano, e como consequente veículo para superar a sua situação de pobreza, conforme é revelado nos testemunhos de Felisbela, Inês, Mariana, Artur, Maria e Amélia.

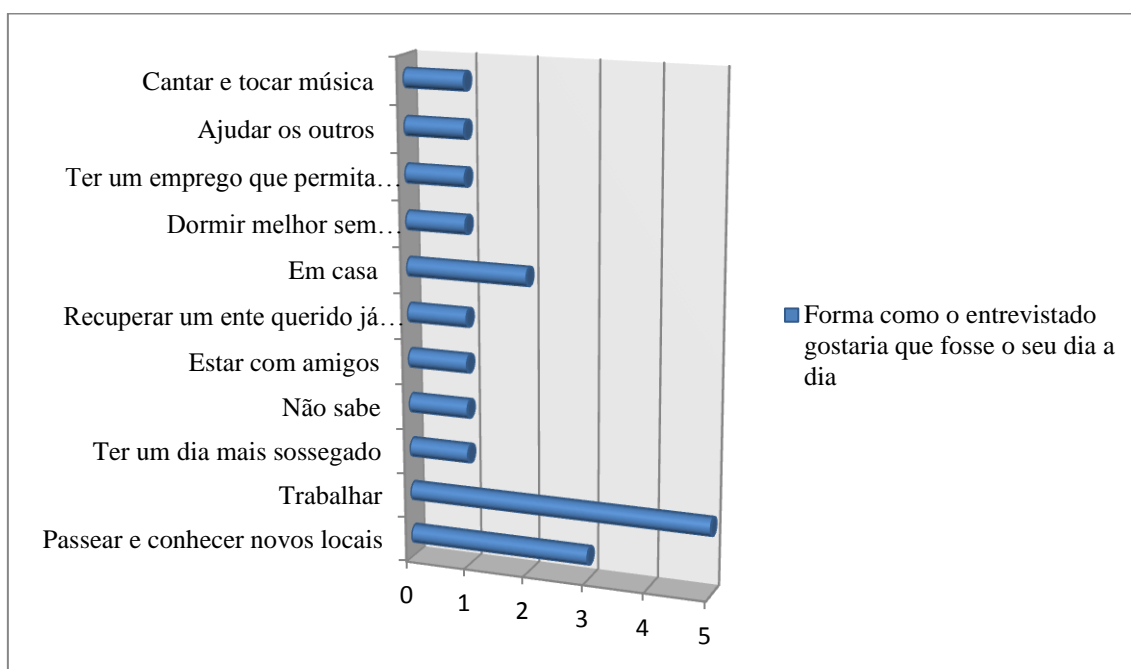
Seguidamente, e de forma mais heterogénea, apresentam-se um conjunto de respostas que manifestam o desejo de passear e conhecer novos locais, estar com amigos, ajudar os outros, estar em casa, cantar e tocar música e até recuperar um ente querido já falecido.

Nesta análise, coloca-se ainda a tónica no testemunho de duas entrevistadas, que partilharam com a investigadora a intranquilidade que a insuficiência de recursos manifesta no seu quotidiano:

“...ter um bocadinho mais de sossego...é muito complicado, a saúde do meu marido.” (Amélia, 50 anos, cantoneira de limpeza).

“...dormir melhor, porque eu estou sempre muito preocupada e nervosa...não consigo dormir descansada...a pensar no dia seguinte como é que vou arranjar dinheiro...” (Mariana, 35 anos, empregada de limpeza, a auferir R.S.I.).

Gráfico nº 6. Forma como o Entrevistado Gostaria que Fosse o seu Dia a Dia



Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

8.4. Relação com a Família e Outras Redes de Sociabilidade

8.4.1. Perspectiva do Entrevistado sobre a Relação que mantém com a Família

Quadro nº 46. Perspectiva do Entrevistado sobre a relação que mantém com a Família

Entrevistado	Perspectiva do entrevistado sobre a relação que mantém com a família		
		Próxima	Distante
Sílvia (25 anos, nunca trabalhou, a auferir R.S.I.)	<i>“...se eu chegar ao pé deles e disser...tenho falta...disto...especialmente um mano meu...vai-me arranjar...para me dar.”</i>	X	
Amélia (50 anos, cantoneira de limpeza)	<i>“...estamos sempre comunicando uns com os outros.”</i>	X	
Odília (77 anos, ajudante de lar, reformada)	<i>“...quando olho para ele (filho que sofre de esquizofrenia) dá-me tristeza...não sei quem irá à frente, mas ele vai ficar mal...mesmo que fique num lar, porque não vão ter paciência...”</i>	X	
Jorge (40 anos, trabalhador na área da hortofloricultura)	<i>“Estava mais tempo com a minha mãe, se tivesse a minha mãe.”</i>		X
Felísbela (30 anos, auxiliar de acção educativa, desempregada a auferir R.S.I.)	<i>“É bom dia, boa tarde quando nos vemos...eles no lado deles e eu no meu...não sou muito de andar de casa em casa...”</i>		X
Inês (55 anos, varredora de ruas, desempregada)	<i>“A gente não se dá bem...eu não vou à casa dela (irmã) nem ela vai à minha casa...”</i>		X
Margarida (32 anos, funcionária do comércio, integrada num programa ocupacional)	<i>“Boa, graças a Deus.”</i>	X	
Mariana (35 anos, empregada de limpeza, a auferir R.S.I.)	<i>“...os meus pais são a minha referência biológica...quando penso na minha família vejo uma coisa distante...não é o meu porto seguro...”</i>		X
Artur (41 anos, trabalhador na construção civil, desempregado)	<i>“Boa, os meus pais,...irmãos, damo-nos todos bem graças a Deus.”</i>	X	
Paulo (40 anos, mediador intercultural)	<i>“Muito boa...sou dos irmãos mais novos...dou sempre a minha opinião...o...relacionamento com a minha família não podia ser melhor.”</i>	X	
Maria (46 anos, empregada de limpeza, desempregada a auferir R.S.I.)	<i>“...Muito amorosa...”</i>	X	
João (57 anos, trabalhador rural, desempregado a auferir R.S.I.)	<i>“A minha família agora já não há mais nada,...só boa sorte...para os meus filhos...É uma relação distante...tenho muita pena...”</i>		X

Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

No que concerne à relação com a família e outras redes de sociabilidade, considerou-se importante analisar a perspectiva do entrevistado sobre a relação que mantém com a família. Desta forma, é possível afirmar que a maioria das pessoas que colaboraram neste estudo, em número de sete num total de doze, manifestaram ter uma relação de proximidade com os membros da sua família.

Num outro sentido, e pese embora serem os familiares as pessoas mencionadas pelos entrevistados como centrais nas relações interpessoais estabelecidas no seu quotidiano, cinco das doze pessoas que colaboraram neste estudo, confessam ter uma

relação distante com a família, alicerçada em motivos como a perda de entes queridos, o afastamento e ausência de relações sociais no quotidiano, ou motivada por uma separação conjugal, conforme se pode ler nos seguintes testemunhos:

“Estava mais tempo com a minha mãe, se tivesse a minha mãe.” (Jorge, 40 anos, trabalhador na área da hortofloricultura.).

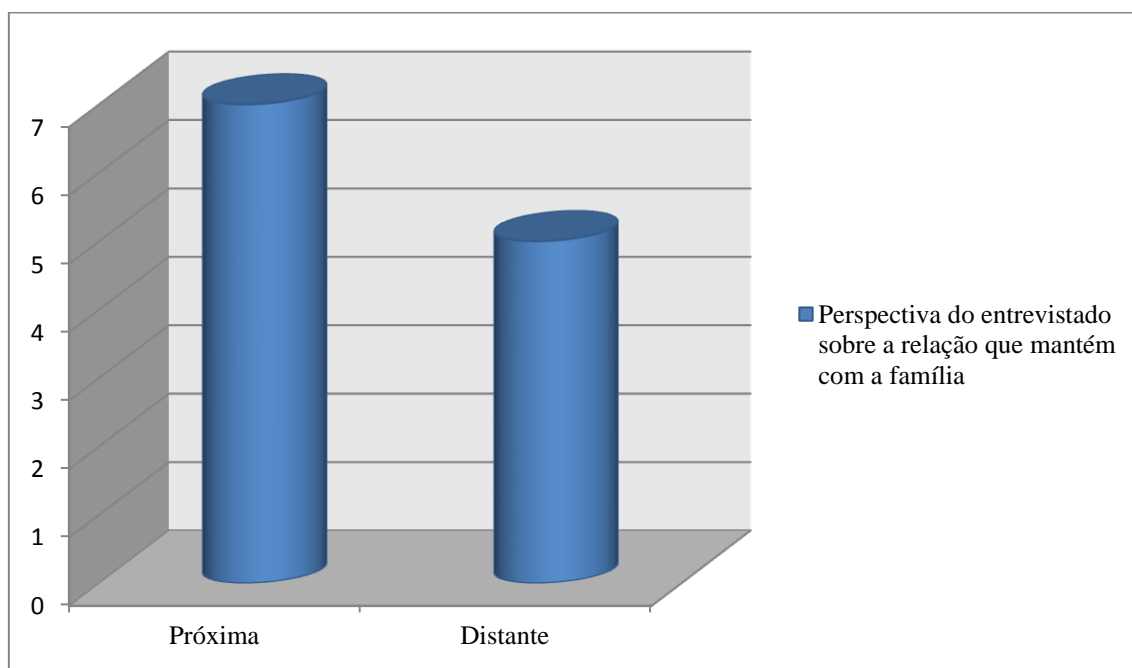
“...eles no lado deles e eu no meu,...não sou muito de andar de casa em casa...” (Felisbela, 30 anos, auxiliar de acção educativa, desempregada a auferir R.S.I.).

“...quando penso na minha família, vejo uma coisa distante...não é o meu porto seguro...” (Mariana, 35 anos, empregada de limpeza, a auferir R.S.I.).

“A gente não se dá bem...eu não vou à casa dela (fala da irmã) nem ela vai à minha casa...” (Inês, 55 anos, varredora de ruas, desempregada).

“Já não há mais nada...É uma relação distante...tenho muita pena...” (João, 57 anos, trabalhador rural, desempregado, a auferir R.S.I.).

Gráfico nº 7. Perspectiva do Entrevistado sobre a Relação que mantém com a Família



Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

8.4.2. Apoio Prestado pela Família perante a Situação de Pobreza do Entrevistado

Quadro nº 47. Apoio Prestado pela Família perante a situação de Pobreza do Entrevistado

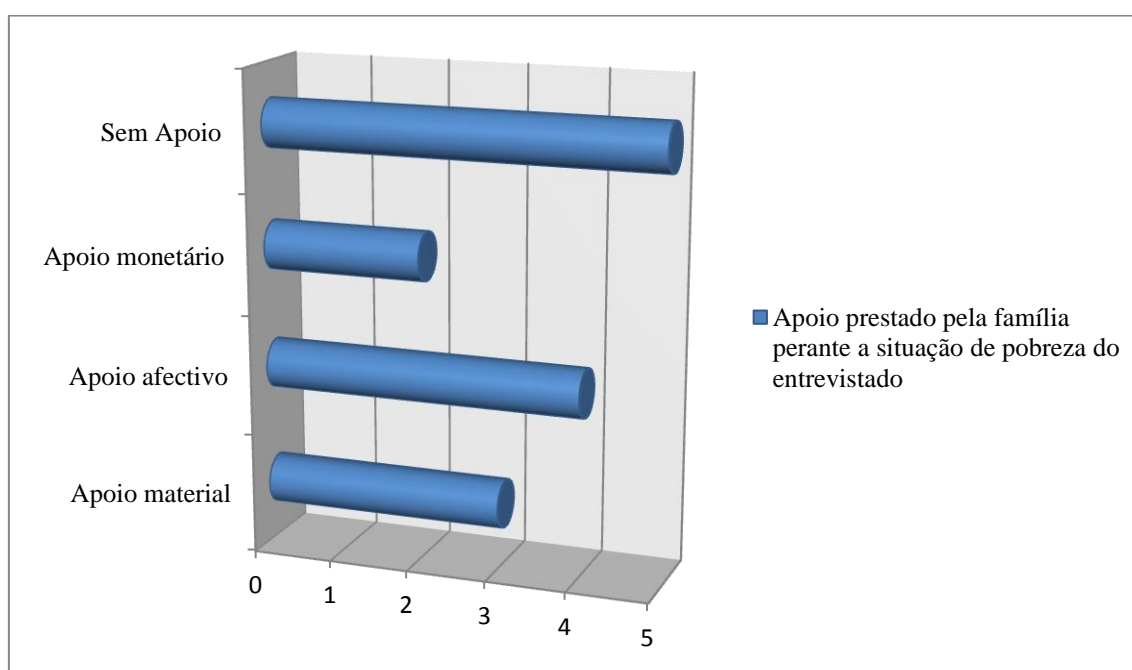
Entrevistado	Apoio prestado pela família perante a situação de pobreza	Material		Afectivo	Monetário	Sem apoio
		Alim.	Vest.			
Sílvia (25 anos, nunca trabalhou, a auferir R.S.I.)	"...este mês...vi-me aflita que não tinha nada em casa...a minha mãe é que me está dando comer a mim e...aos meus filhos...é pouco mas divide-se entre todos."	X				
Amélia (50 anos, cantoneira de limpeza)	"...extraordinário...elas (filhas) ...quando...foi preciso...fomos todos."			X		
Odília (77 anos, ajudante de lar, reformada)	"...tinha (apoio) daquela filha,...antes de isto estar mal(financeiramente) ...agora nem falar nisso...não me tem ajudado ninguém, era só ela que me ajudava."					X
Jorge (40 anos, trabalhador na área da hortofloricultura)	"O apoio que tive foi só do meu irmão mais velho,...está sempre em cuidado comigo e eu com ele também é igual..."			X		
Felisbela (30 anos, auxiliar de acção educativa, desempregada a auferir R.S.I.)	"...da minha família nada."					X
Inês (55 anos, varredora de ruas, desempregada)	"Não (tive apoio da família) ...o meu filho não tem trabalho...está em casa. Só quem recebe sou eu e o meu marido...a reforma."					X
Margarida (32 anos, funcionária do comércio, integrada num programa ocupacional)	"...em termos de alimentação com a minha pequenina...com o vestir...tenho a minha mãe que me ajuda nisso...o infantário é ela que paga...a minha mãe tem que trabalhar mais...do que aquilo que trabalhava se não...tivesse que me ajudar."	X	X		X	
Mariana (35 anos, empregada de limpeza, a auferir R.S.I.)	"...não tenho. A minha mãe quando lhe peço dinheiro...para ela é sempre tudo errado, salienta-me os pontos negativos em vez de me encorajar...detesto isso...o meu pai foi uma pessoa que...já não recupero mais...fui perdendo."					X
Artur (41 anos, trabalhador na construção civil, desempregado)	"...dos meus pais e dos meus sogros...compram roupas às mocinhas (filhas do entrevistado), a minha mãe especialmente... não me dá de comer porque eu não quero...não precisamos de chegar a esse ponto...um dia mais tarde se calhar terá que ser..."		X			
Paulo (40 anos, mediador intercultural)	"...tenho o apoio da minha mulher...dá-me sempre força...a minha família sempre. Se eles um dia souberem que estou passando uma dificuldade e se...não lhes disser...ficam chateados comigo...às vezes não é só o dinheiro...um consolo, uma ideia, um apoio, isso conta muito..."			X	X	
Maria (46 anos, empregada de limpeza, desempregada a auferir R.S.I.)	"Sempre...para ter coragem...tive o apoio deles ...(se não tivesse) talvez ainda estivesse em casa."			X		
João (57 anos, trabalhador rural, desempregado a auferir R.S.I.)	"...quando parti a perna e o joelho...nunca apareceram, é porque não podem...que o ordenado também é pouco...para eles...fizeram aquela desculpa para mim, para não virem cá..."					X

Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

Analisando ainda a relação com a família e outras redes de sociabilidade, os entrevistados foram questionados sobre o apoio prestado pelos familiares, perante a situação de pobreza por estes experienciada. As respostas obtidas podem encontrar relação com o item analisado anteriormente, na medida em que são os entrevistados que haviam manifestado uma relação distante com a família, os mesmos que revelam não ter apoio das suas redes familiares perante a situação de pobreza, facto mencionado por cinco pessoas que deram o seu contributo para esta investigação.

Simultaneamente, os entrevistados que haviam revelado uma relação de proximidade com a família, testemunham igualmente usufruir do seu apoio. Dos sete entrevistados que partilham desta opinião, quatro mencionam o espaço familiar como provedor de apoio afectivo, fundamental para superar dificuldades; ao que se segue o apoio a nível material, assegurando necessidades humanas básicas como a alimentação e o vestuário. Por fim, o apoio a nível financeiro prestado pela família é mencionado por duas das pessoas que colaboraram neste estudo.

Gráfico nº 8. Apoio Prestado pela Família Perante a Situação de Pobreza do Entrevistado



Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

8.4.3. Pessoas mais Próximas do Entrevistado

Quadro nº48. Pessoas mais Próximas do Entrevistado

Entrevistado	Pessoas mais Próximas do Entrevistado									Não tem
	Família						Outras redes de Sociabilidade			
	Filhos/ netos	Pais	Irmãos	Cônjuge	Genro	Família em geral	Amigos/ vizinhos	Colegas	Utentes de inst de apoio social	
Sílvia (25 anos, nunca trabalhou, a auferir R.S.I.)		X	X							
Amélia (50 anos, cantoneira de limpeza)	X									
Odília (77 anos, ajudante de lar, reformada)										X
Jorge (40 anos, trabalhador na área da hortofloricultura)							X			
Felisbela (30 anos, auxiliar de acção educativa, desempregada a auferir R.S.I)							X			
Inês (55 anos, varredora de ruas, desempregada)	X			X	X					
Margarida (32 anos, funcionária do comércio, integrada num programa ocupacional)		X	X	X						
Mariana (35 anos, empregada de limpeza, a auferir R.S.I)								X		
Artur (41 anos, trabalhador na construção civil, desempregado)	X	X	X	X						
Paulo (40 anos, mediador intercultural)						X	X	X		
Maria (46 anos, empregada de limpeza, desempregada a auferir R.S.I)						X				
João (57 anos, trabalhador rural, desempregado a auferir R.S.I)									X	

Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

Quando questionadas sobre quem são as pessoas que consideram mais próximas de si, a maioria dos entrevistados centra as suas relações em membros da família, enquanto são cinco as pessoas que contextualizam a proximidade das suas relações interpessoais em outras redes de sociabilidade como amigos, vizinhos, colegas ou utentes de instituições de apoio social.

Este facto, pode encontrar relação com as respostas anteriores, sobre a relação mantida com a família ou o tipo de apoio prestado pela mesma, perante a situação de pobreza do entrevistado, dado que são os mesmos entrevistados (em número de cinco), que revelaram pouca proximidade e apoio da família, quem agora testemunha uma rede de relações de sociabilidade fora do espaço familiar.

Salienta-se ainda, o caso de Odília que menciona a extinção das suas relações de sociabilidade da seguinte forma:

“Tinha aquela irmã...amigos já não tenho nenhum...morreram. (Odília, 77 anos, ajudante de lar, reformada).

Colocando agora a tónica nas pessoas que elegeram a família como os elementos de maior proximidade, são os filhos, netos, pais, irmãos e cônjuge/companheiro, as pessoas indicadas como mais próximas dos entrevistados. Releva-se ainda a existência de duas pessoas que afirmam ter uma relação de proximidade com a família em geral.

Do cômputo dos testemunhos obtidos, é ainda digno de menção, o sentimento manifestado por alguns destes entrevistados relativamente às redes de sociabilidade externas ao espaço familiar:

“...amigos não há...há conhecidos.” (Amélia, 50 anos, cantoneira de limpeza).

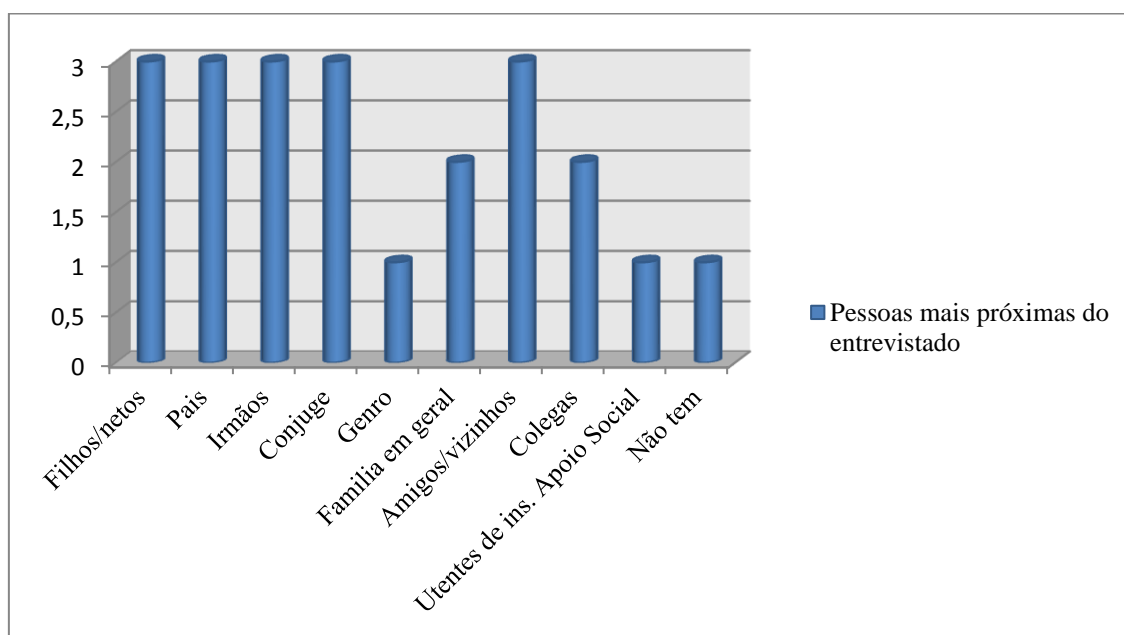
“...não sou muito de fazer amigos...” (Felisbela, 30 anos, auxiliar de acção educativa, desempregada a auferir R.S.I.).

“...(amigos) tenho poucos mas bons, porque acho que as pessoas já não são muito sinceras umas com as outras...” (Margarida, 32 anos, funcionária do comércio, integrada num programa ocupacional).

“...há um amigo ou outro...assim amigos são os nossos (familiares).” (Artur, 41 anos, trabalhador na construção civil, desempregado).

“Tenho...amigos...mas pessoas mais próximas são da minha família.” (Paulo, 40 anos, mediador intercultural).

Gráfico nº 9. Pessoas mais Próximas do Entrevistado



Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

8.4.4.Frequência das Relações Sociais e Actividades Realizadas pelo Entrevistado na Companhia da Família e/ou Amigos

Quadro nº 49. Frequência das Relações Sociais e Actividades Realizadas pelo Entrevistado na Companhia da Família e/ou Amigos

Entrevistado	Frequência das relações sociais			Actividades realizadas pelo entrevistado na companhia da família e/ou amigos	
	Frequente	Esporádica	Rara		
Sílvia (25 anos, nunca trabalhou, a auferir R.S.I.)	X			“...metemo-nos todos ali a falar e o meu pai mete-se a contar a vida dele...é só mais à base de casa...sentar-se ali um bocadinho no passeio...”	Conversar Estar em casa
Amélia (50 anos, cantoneira de limpeza)	X			“Vamos beber um cafezinho...isto não há dinheiro para mais...infelizmente...quando se recebe paga-se um cafezinho a todos, quando não há cada um paga o seu.”	Ir ao café
Odília (77 anos, ajudante de lar, reformada)		X		“Não...quero nada. Com as pessoas antigas é que eu queria...já faleceram.”	Não realiza nenhum tipo de actividade
Jorge (40 anos, trabalhador na área da hortofloricultura)	X			“É beber umas cervejinhas...comer um coelhinho frito, é comer umas coisas quaisquer...”	Comer Beber
Felisbela (30 anos, auxiliar de acção educativa, desempregada a auferir R.S.I.)	X			“...ficamos em casa...os moços costumam trazer trabalhos de casa, meto-me ali com eles...não dá para sair, não há (dinheiro).”	Estar em casa Ajudar os filhos nos trabalhos de casa
Inês (55 anos, varredora de ruas, desempregada)	X			“Nada, estar ao pé do lume...não saímos...Para onde é que a gente vai?”	Estar em casa
Margarida (32 anos, funcionária do comércio, integrada num programa ocupacional)	X			“...vamos às compras, vamos buscar a pequenina (filha)...Quando se pode vamos passear...para ir para fora gasta-se muito e às vezes é preferível não se ir.”	Ir às compras Ir buscar a filha à escola Passear
Mariana (35 anos, empregada de limpeza, a auferir R.S.I.)			X	“...ela (colega) ao fim de semana vinha cá...tamos...à piscina...ao parque...para minha casa...Ninguém me vai visitar, a não ser esta minha colega...uma coisa que me magoa na minha mãe é isso...”	Ir à piscina Ir ao parque Estar em casa
Artur (41 anos, trabalhador na construção civil, desempregado)	X			“Jogamos snooker...umas cervejinhas e tal...Com a minha família estamos em casa, ao fim de semana vamos ao cinema...de Verão saímos para uma barragem ou para a praia...quando há...vamos...a um baile.”	Jogar snooker /Beber Ir ao cinema Ir à barragem/praias Ir a bailes
Paulo (40 anos, mediador intercultural)	X			“...os amigos que...tenho são mais os da igreja...vamos para o campo...Com a...família em casa...quando estamos todos juntos vou passear...não muito longe...vamos à casa do meu filho...às vezes...dos meus sogros.”	Passear no campo Estar em casa Visitar familiares
Maria (46 anos, empregada de limpeza, desempregada a auferir R.S.I.)		X		“Vamos beber café, o máximo é ir beber café...”	Ir ao café
João (57 anos, trabalhador rural, desempregado a auferir R.S.I.)	X			“...conversa...umas anedotas...quando chega a hora a gente vai comer (à Cáritas)...vamos ao jardim...uns passeiozinhos, a andar por aqui e por acolá.”	Conversar/contar anedotas Comer Passear

Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

No que concerne à frequência das relações sociais e actividades realizadas pelos entrevistados na companhia de família e amigos, constatou-se que de um total de doze pessoas que deram o seu contributo para esta investigação, nove entrevistados referem como frequentes o tipo de relações sociais mantidas, com as pessoas que fazem parte das suas redes de sociabilidade, maioritariamente confinadas à família como foi possível constatar nos pontos anteriores.

Os restantes entrevistados, em número de dois, descreveram como esporádicas as relações sociais mantidas, sendo que apenas uma pessoa, menciona manter relações sociais raramente.

Do conjunto dos entrevistados que afirmam como frequentes as suas relações sociais, cindo destes, descrevem como principais actividades realizadas aquelas que são confinadas à habitação, realizadas na companhia da família. Seguidamente, mencionadas por três das pessoas que colaboram neste estudo, são descritas actividades como beber ou comer na companhia de outros; e ainda conversar ou ir ao café, actividades referidas por dois entrevistados, embora uma das pessoas declare fazer esta última de forma esporádica.

As restantes actividades mencionadas pelos entrevistados, detêm menor expressão no cômputo geral dos doze entrevistados que contribuíram para este trabalho, centrando-se em ajudar os filhos nos trabalhos de casa, ir às compras, ir buscar a filha à escola, ir ao cinema, barragem/praias ou bailes, passear no campo ou visitar familiares.

A esta análise, acresce ainda o facto de uma das entrevistadas declarar não realizar nenhum tipo de actividades.

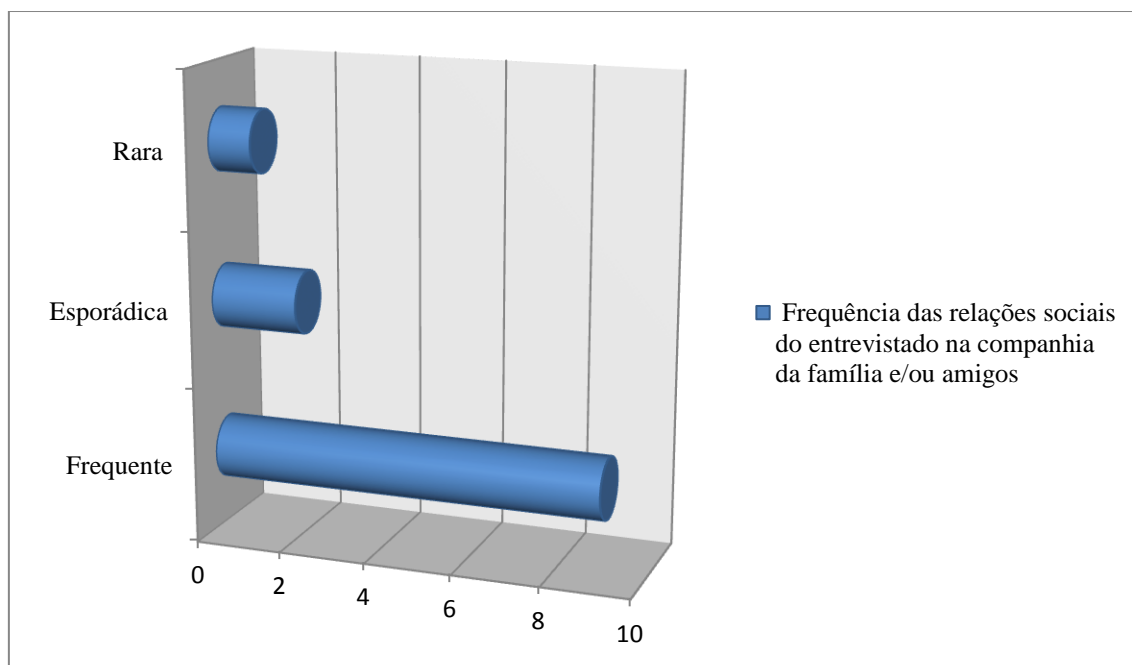
É ainda digno de realce que três das pessoas entrevistadas mencionaram a insuficiência de recursos financeiros, como um elemento obstrutor ao tipo de actividades realizadas no âmbito das relações sociais mantidas, senão recorde-se os seguintes testemunhos:

“...ficamos em casa...não dá para sair, não há (dinheiro).” (Felisbela, 30 anos, auxiliar de acção educativa, desempregada a auferir R.S.I).

“...estar ali ao pé do lume...não saímos...Para onde é que a gente vai?” (Inês, 55 anos, varredora de ruas, desempregada).

“...para ir para fora gasta-se muito e às vezes é preferível não se ir.” (Margarida, 32 anos, funcionária do comércio, integrada num programa ocupacional).

Gráfico nº 10. Frequência das Relações Sociais do Entrevistado na Companhia da Família e/ou Amigos



Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

8.5. Relação com as Instituições de Apoio Social

8.5.1. Apoio Social Auferido no Momento da Entrevista

Quadro nº 50. Apoio Social Auferido pelo Entrevistado ou Membro do Agregado Familiar no Momento da Entrevista

Entrevistado	Apoio social auferido pelo entrevistado ou membro do agregado familiar no momento da entrevista	
Sílvia (25 anos, nunca trabalhou, a auferir R.S.I.)	<i>“...Rendimento Social de Inserção...o pão...é só até ao final do mês. (ajuda alimentar do CSCR do Bairro da Esperança).”</i>	Rendimento Social de inserção Ajuda alimentar do Centro Comunitário do bairro onde habita
Amélia (50 anos, cantoneira de limpeza)	<i>“Uma (filha) recebe...Rendimento Social de Inserção, esta (outra das filhas) está pendente...Já pedi à Cáritas...e ainda me deu apoio alimentar...era para ir hoje falar com a doutora do apoio alimentar.”</i>	Rendimento Social de Inserção Aguarda por deferimento de um pedido de ajuda alimentar à Cáritas Diocesana
Odília (77 anos, ajudante de lar, reformada)	<i>“...tenho estado aqui (no Centro de Dia)...levo a comida (do CSCR do Bairro da Esperança)...”</i>	Utente do Centro de Dia do Centro Comunitário do bairro onde habita Ajuda alimentar do Centro de Dia
Jorge (40 anos, trabalhador na área da hortofloricultura)	<i>“Estou recebendo a bolsa da Cercibeja...os dois (irmãos) recebem...Rendimento Social de Inserção.”</i>	Rendimento Social de Inserção Bolsa da Cercibeja
Felisbela (30 anos, auxiliar de acção educativa, desempregada a auferir R.S.I.)	<i>“...Rendimento Social de Inserção...aqui da Cáritas estou a receber alimentação...levo para casa.”</i>	Rendimento Social de Inserção Ajuda alimentar da Cáritas Diocesana
Inês (55 anos, varredora de ruas, desempregada)	<i>“...nem direito a receber comida, não tenho nada...estive dois anos no desemprego...Acabou...Fui pedir o Rendimento Mínimo, mas não tenho direito...nunca mais lá fui.”</i>	Não recebe nenhum tipo de apoio social
Margarida (32 anos, funcionária do comércio, integrada num programa ocupacional)	<i>“...o prolongamento do desemprego,...o subsídio social...estou a receber há uns três anos...”</i>	Subsídio social de desemprego
Mariana (35 anos, empregada de limpeza, a auferir R.S.I.)	<i>“...a Cáritas...a nível alimentar...também emprestam o dinheiro...não sei como...pagar as contas...estou a receber 48 euros à mesma de RSI, porque quando faz um ano de contrato de trabalho reduz...”</i>	Apoio alimentar e financeiro da Cáritas Diocesana Rendimento Social de Inserção
Artur (41 anos, trabalhador na construção civil, desempregado)	<i>“Estou (a receber subsídio de desemprego) desde o dia 16.”</i>	Subsídio de Desemprego
Paulo (40 anos, mediador intercultural)	<i>“Só vivo do meu ordenado...neste momento fui pedir apoio às Cáritas e não estava na lista...tenho que esperar.”</i>	Aguarda deferimento de um pedido de ajuda alimentar à Cáritas Diocesana
Maria (46 anos, empregada de limpeza, desempregada a auferir R.S.I.)	<i>“O Rendimento...(Social) de Inserção...há três anos...(da Cáritas)...comida...há uns seis meses.”</i>	Rendimento Social de Inserção Ajuda alimentar da Cáritas Diocesana
João (57 anos, trabalhador rural, desempregado a auferir R.S.I.)	<i>“...Rendimento Social de Inserção...pequeno almoço, almoço e jantar...o empréstimo que às vezes me emprestam aqui...depois pago.”</i>	Rendimento Social de Inserção Ajuda financeira da Cáritas Diocesana Utente de refeitório social da Cáritas Diocesana

Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

Para a análise da relação mantida pelos entrevistados com as instituições de apoio social, tornou-se fundamental conhecer, primeiramente, o tipo de apoio social auferido no momento da entrevista, visando também compreender se os colaboradores neste estudo se encontravam integrados em medidas ou programas de luta contra a pobreza, e caso a resposta fosse afirmativa, perceber a tipologia desse apoio. Neste sentido, foram também considerados os apoios auferidos por pessoas integradas no

agregado familiar do entrevistado, dado que se partiu do pressuposto da existência de uma economia doméstica em comum.

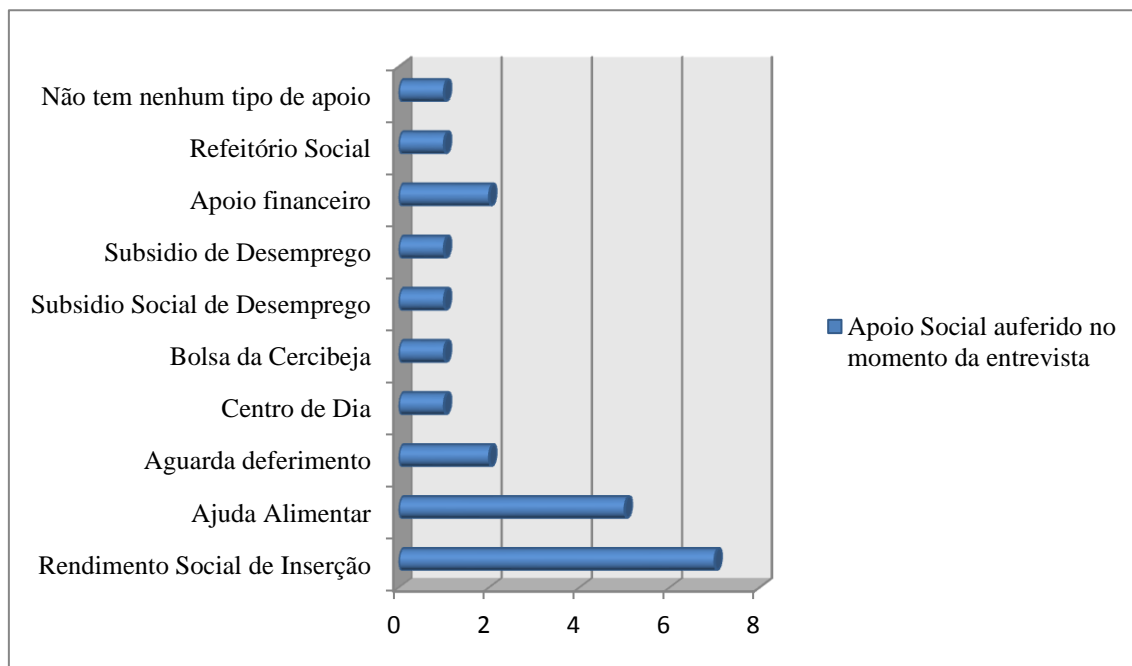
Desta forma, importa primeiramente mencionar que de um total de doze entrevistados, apenas uma pessoa declara não receber nenhum tipo de apoio social, pelo facto do mesmo já ter cessado; e outro entrevistado encontra-se a aguardar deferimento de um pedido de ajuda alimentar dirigido à Cáritas Diocesana de Beja.

Do cômputo dos restantes dez entrevistados que auferem de algum tipo de apoio social, no momento da entrevista, constatou-se que oito pessoas eram os titulares desse apoio. Desta forma, apenas uma das entrevistadas mencionou ser a filha a titular do apoio social, mais concretamente o Rendimento Social de Inserção, aguardando também um pedido de apoio alimentar por parte da Cáritas Diocesana de Beja; e um outro entrevistado que auferir de uma bolsa de formação na Cercibeja, afirma serem os dois irmãos com quem habita, os titulares da prestação de Rendimento Social de Inserção.

Realça-se ainda, que são também beneficiários de Rendimento Social de Inserção cinco dos entrevistados, que acumulam esta prestação com a ajuda alimentar, prestada pela Cáritas Diocesana de Beja, sendo uma destas pessoas utente do refeitório social desta instituição.

Salienta-se por fim, que dois entrevistados, para além do apoio alimentar e do Rendimento Social de Inserção, relatam auferir também de apoio financeiro por parte da instituição mencionada anteriormente. Em igual número, são os entrevistados que estão enquadrados na prestação de Subsídio de Desemprego e Subsídio Social de Desemprego, respectivamente.

Gráfico nº 11. Apoio Social Auferido pelo Entrevistado ou Membro do Agregado Familiar no Momento da Entrevista



Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

8.5.2. Motivos que Conduziram o Entrevistado a Recorrer a Instituições de Apoio Social

Quadro nº 51. Motivos que Conduziram o Entrevistado a Recorrer a Instituições de Apoio Social

Entrevistado	Motivo que conduziu o entrevistado a recorrer a instituições de apoio social	
Sílvia (25 anos, nunca trabalhou, a auferir R.S.I.)	<i>“...estava grávida desta mais velha...(a médica) viu que eu tinha dificuldades na minha vida...eu ainda só tinha quinze anos...e tinham cortado à minha mãe o Rendimento Mínimo...porque andava de monte em monte.”</i>	Gravidez de risco Insuficiência de recursos financeiros
Amélia (50 anos, cantoneira de limpeza)	<i>“...às vezes quero comer e não tenho e trabalho todos os dias.”</i>	Ausência de condições de satisfação de necessidades humanas básicas Insuficiência de recursos financeiros
Odília (77 anos, ajudante de lar, reformada)	<i>“...o meu filho...veio de lá (do hospital)...estava muito mal...o médico que o atendeu disse para a assistência do hospital tomar conta daquele caso...ele deixou-me...cheia de dívidas até ao pescoço.”</i>	Doença do filho (diagnóstico de esquizofrenia)
Jorge (40 anos, trabalhador na área da hortofloricultura)	<i>“...estava para os campos,...a...guardar ovelhas, cabras...foi a doutora (Assistente Social)...ela meteu-me no curso.”</i>	Insuficiência de recursos financeiros
Felisbela (30 anos, auxiliar de acção educativa, desempregada a auferir R.S.I.)	<i>“Porque já não tinha dinheiro para comer...”</i>	Ausência de condições de satisfação de necessidades humanas básicas Insuficiência de recursos financeiros
Inês (55 anos, varredora de ruas, desempregada)	<i>“Porque tinha o Rendimento Mínimo,...uma vez recebi...tive que dar baixa, nunca mais tive direito.”</i>	Requerer o Rendimento Social de Inserção
Margarida (32 anos, funcionária do comércio, integrada num programa ocupacional)	<i>“Tinha mesmo que pedir porque só o que ele (o marido) recebe...é para a casa...ficámos com uma dívida à Segurança Social...esse dinheiro tivemos que o pedir ao banco...estamos a pagá-lo.”</i>	Endividamento para a compra de um imóvel
Mariana (35 anos, empregada de limpeza, a auferir R.S.I.)	<i>“...as...dificuldades que eu tive quando fui morar sozinha com a Joana (filha mais velha)...o...medo de ser despejada...de não conseguir ter os dois menores a cargo...”</i>	Insuficiência de recursos financeiros
Artur (41 anos, trabalhador na construção civil, desempregado)	<i>“Para ver se ela (a Assistente Social) me arranjava aí alguma coisa (de trabalho)...”</i>	Ter ficado numa situação de desemprego
Paulo (40 anos, mediador intercultural)	<i>“...estão a dar coisas boas...e era mais isso que eu não comprava, a farinha, a massa, o arroz, essas coisas todas.”</i>	Solicitar ajuda alimentar Insuficiência de recursos financeiros
Maria (46 anos, empregada de limpeza, desempregada a auferir R.S.I.)	<i>“Não tinha condições em casa para fazer comida, não tenho dinheiro, não tenho nada em casa, tive que pedir ajuda...não tinha trabalho...e tinha uma renda para pagar...”</i>	Ausência de condições de satisfação de necessidades humanas básicas Insuficiência de recursos financeiros Desemprego
João (57 anos, trabalhador rural, desempregado a auferir R.S.I.)	<i>“...porque me faz falta...foram as Assistentes Sociais que atestaram...que eu não posso (trabalhar)...sabem...como é que eu estou...”</i>	Doença

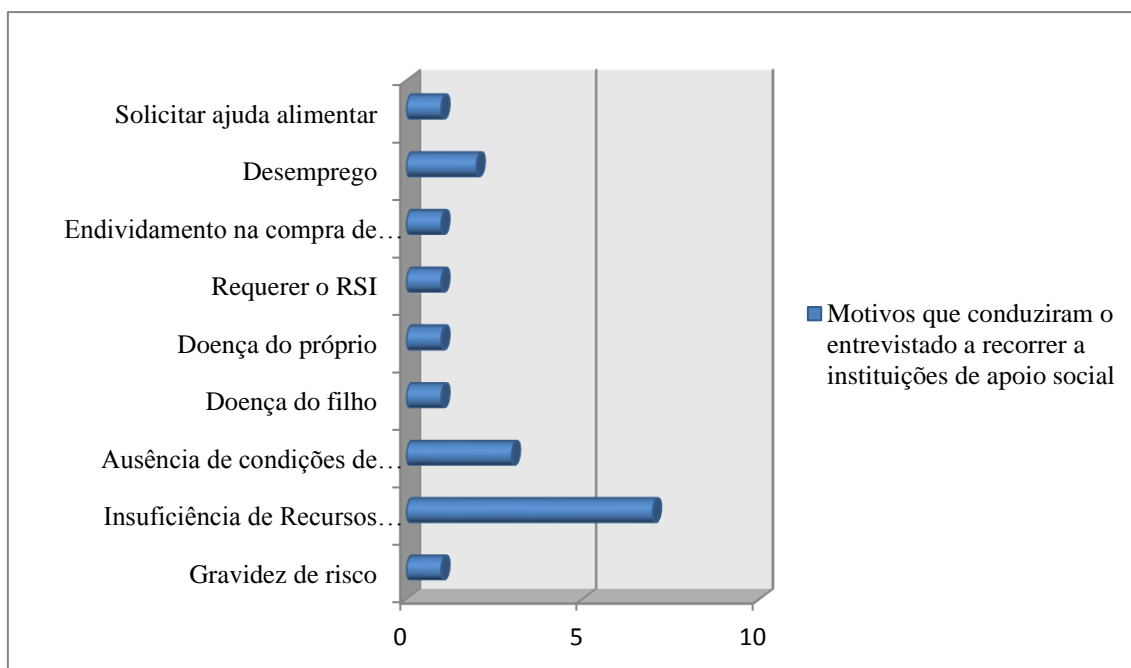
Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

Quando questionados sobre os motivos que estiveram na base do recurso a instituições de apoio social, constata-se que a maioria dos entrevistados declara tê-lo feito por insuficiência de recursos financeiros, mencionada por sete das pessoas que deram o seu contributo a esta investigação. Deste conjunto de pessoas, três entrevistados acrescentam a este motivo, o facto de não verem reunidas condições para a satisfação das suas necessidades humanas básicas, vivenciarem uma gravidez de risco ou ainda as dificuldades financeiras, relatadas por outra das entrevistadas.

As restantes cinco pessoas que integram o grupo dos entrevistados, dividem os motivos que as conduziram a recorrer a instituições de apoio social em razões alicerçadas na doença de um filho, na necessidade de requerer o Rendimento Social de Inserção, no endividamento advindo da compra de um imóvel, ter ficado numa situação de desemprego ou ser acometido por uma doença.

É ainda possível constatar, a relação existente entre os motivos que maioritariamente conduziram os entrevistados a recorrer a instituições de apoio social e as razões que estas pessoas consideram estar na base da sua situação de pobreza. Do cruzamento desta informação, é possível concluir o paralelismo das respostas, que tornam assim possível afirmar a simbiose entre o conteúdo destas categorias, depreendendo-se que os motivos que conduziram os entrevistados a recorrer a instituições de apoio social se fundam nas razões apontadas para a situação de pobreza, mencionadas por estas pessoas e encabeçadas maioritariamente pela insuficiência de recursos financeiros e pela ausência de condições de satisfação de necessidades humanas básicas.

Gráfico nº 12. Motivos que conduziram o entrevistado a recorrer a instituições de apoio social



Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

8.5.3. Iniciativa do Recurso a Instituições de Apoio Social e Duração do Apoio Auferido pelo Entrevistado

Quadro nº 52. Iniciativa do Recurso a Instituições de Apoio Social e Duração do Apoio Auferido pelo Entrevistado

Entrevistado	Iniciativa do recurso a instituições de apoio social			Duração do apoio social auferido pelo entrevistado
	Própria	Esposa	Encaminhamento do Hospital	
Sílvia (25 anos, nunca trabalhou, a auferir R.S.I.)			X	9 anos
Amélia (50 anos, cantoneira de limpeza)	X			Recebeu 2 meses apoio alimentar da Cáritas Diocesana, aguarda deferimento de um novo pedido
Odília (77 anos, ajudante de lar, reformada)			X	Há menos de 1 ano
Jorge (40 anos, trabalhador na área da horticoltura)	X			3 anos
Felisbela (30 anos, auxiliar de acção educativa, desempregada a auferir R.S.I.)	X			11 anos (intercalados com a frequência de cursos de formação)
Inês (55 anos, varredora de ruas, desempregada)	X			A prestação de R.S.I cessou, fez novo pedido que foi indeferido.
Margarida (32 anos, funcionária do comércio, integrada num programa ocupacional)	X			3 anos
Mariana (35 anos, empregada de limpeza, a auferir R.S.I.)	X			1 ano (a prestação diminuiu porque começou a trabalhar)
Artur (41 anos, trabalhador na construção civil, desempregado)		X		Há menos de 1 ano
Paulo (40 anos, mediador intercultural)		X		Aguarda deferimento de pedido de ajuda à Cáritas Diocesana
Maria (46 anos, empregada de limpeza, desempregada a auferir R.S.I.)	X			3 anos
João (57 anos, trabalhador rural, desempregado a auferir R.S.I.)	X			3 anos

Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

Quando analisada a iniciativa do recurso a instituições de apoio social e a duração do apoio auferido pelo entrevistado, é possível concluir que a maioria das pessoas, em número de oito, afirma ter sido sua a iniciativa do recurso a instituições. Seguidamente surgem dois entrevistados, que declaram que a iniciativa partiu do cônjuge, nesta caso a esposa, em igual número duas entrevistadas apontam o encaminhamento realizado pelo hospital, uma por via de uma gravidez de risco e outra devido ao diagnóstico de esquizofrenia do filho, como porta de entrada para as instituições de apoio social.

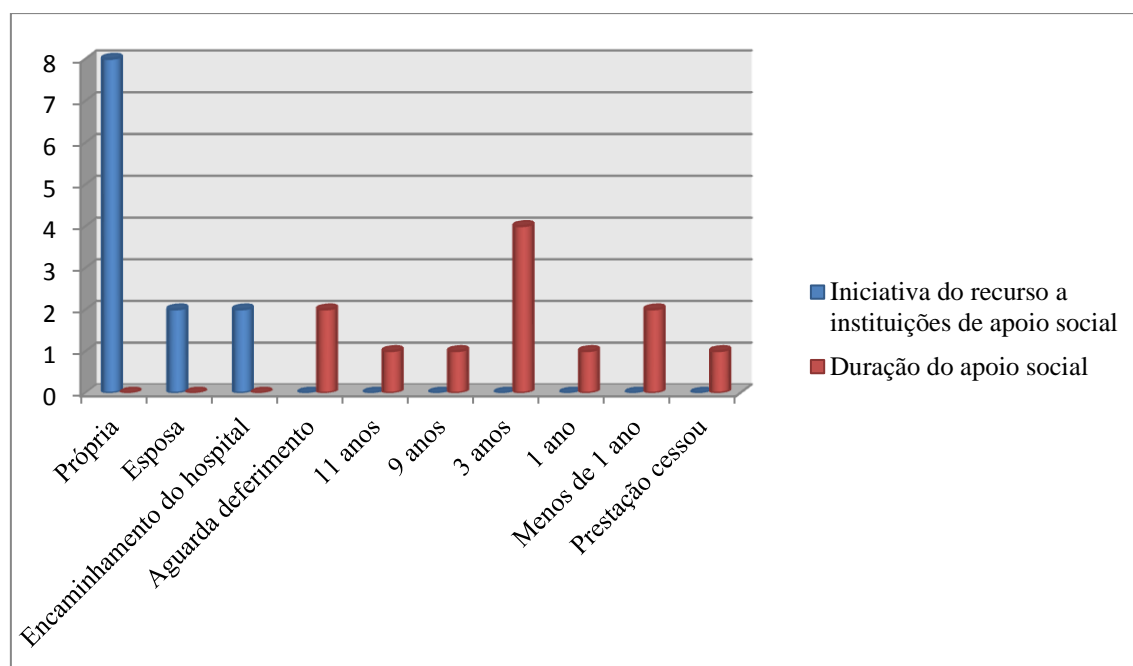
Relembra-se também, que dois entrevistados aguardam o deferimento de pedidos de apoio alimentar, tendo uma destas pessoas já auferido deste apoio durante

dois meses. Salientando-se ainda o caso de Inês, que já tendo estado enquadrada como beneficiária de Rendimento Social de Inserção, na actualidade deparou-se com o indeferimento de um novo pedido, realizado pela própria.

No que se refere à duração do apoio social, foram analisadas apenas as situações em que são os entrevistados os titulares dos apoios sociais. Constatou-se que quatro pessoas auferem de prestações sociais há três anos, dois entrevistados apresentam uma duração dos apoios que se prolonga há nove e onze anos, respectivamente, sendo esta última situação intercalada com a frequência de cursos de formação, como relata Felisbela, a entrevistada em questão.

Por fim, são duas as pessoas que colaboraram neste estudo que auferem de apoios sociais há menos de um ano e com um ano de duração do apoio social surge outra das entrevistadas.

Gráfico nº 13. Iniciativa do Recurso a Instituições de Apoio Social e Duração do Apoio Auferido pelo Entrevistado



Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

8.5.4. Perspectiva do Entrevistado sobre o Atendimento nas Instituições de Apoio Social

Quadro nº 53. Perspectiva do Entrevistado sobre o Atendimento nas Instituições de Apoio Social

Entrevistado	Perspectiva do entrevistado sobre o atendimento nas instituições de apoio social
Sílvia (25 anos, nunca trabalhou, a auferir R.S.I.)	<i>“...se fosse eu a pedir...elas (as assistentes sociais) não mo davam...a doutora é que foi pedir...”</i>
Amélia (50 anos, cantoneira de limpeza)	<i>“...ninguém me ouve...porque elas têm medo de uns e não têm medo de outros...as assistentes sociais...”</i>
Odília (77 anos, ajudante de lar, reformada)	<i>“...dirigi-me...à doutora...ouviu...”</i>
Jorge (40 anos, trabalhador na área da hortofloricultura)	<i>“Foi, foi (bem atendido)...”</i>
Felisbela (30 anos, auxiliar de acção educativa, desempregada a auferir R.S.I.)	<i>“Sim, tenho sido muito ajudada...porque vêm que eu tenho necessidade...”</i>
Inês (55 anos, varredora de ruas, desempregada)	<i>“Fui...muito ouvida...fizeram o que puderam.”</i>
Margarida (32 anos, funcionária do comércio, integrada num programa ocupacional)	<i>“Sim...na altura quando preenchi os papéis fui falar...na Segurança Social...veio aceite e em relação ao Centro (de Emprego)...eles tinham falta e aceitaram.”</i>
Mariana (35 anos, empregada de limpeza, a auferir R.S.I.)	<i>“Apenas e só na Cáritas...já fui em tempos na Segurança Social, quando tinha outra Assistente (Social)...aquilo não era impessoal, era uma coisa que eu falava e que às vezes me ajudavam...a Cáritas é...uma segunda casa para mim...sinto-me segura.”</i>
Artur (41 anos, trabalhador na construção civil, desempregado)	<i>“...é das primeiras vezes que venho cá pedir...acho que até fui bem recebido.”</i>
Paulo (40 anos, mediador intercultural)	<i>“...a esse nível sou sempre bem recebido em todas...as instituições...”</i>
Maria (46 anos, empregada de limpeza, desempregada a auferir R.S.I.)	<i>“...ajudaram-me, não é aquilo que se pode dizer que é fabuloso mas ajudaram-me...à medida que podem...conversamos...vou às entrevistas, essas coisas assim.”</i>
João (57 anos, trabalhador rural, desempregado a auferir R.S.I.)	<i>“Atenderam...tanto foram que me apareceu este ordenado (Rendimento Social de Inserção)...”</i>

Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

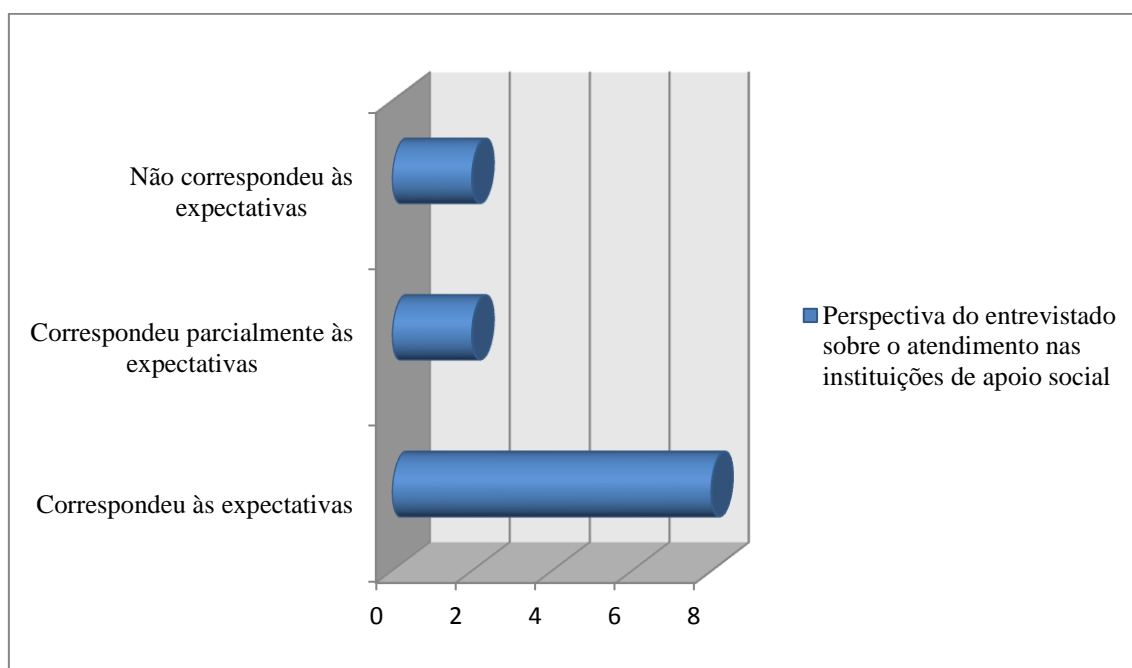
Quando questionados sobre a sua perspectiva acerca do atendimento nas instituições de apoio social, constata-se que oito dos entrevistados consideram que o atendimento correspondeu às suas expectativas, justificando esta opinião com o facto de se terem sentido ouvidos ou bem recebidos face ao seu pedido, conforme se pode constatar nas sinopses apresentadas.

Seguidamente, são duas as pessoas que partilham parcialmente desta opinião, pois que no caso de Mariana o testemunho divide-se entre um grau de satisfação elevado, perante uma das instituições, e um sentimento de ter sido atendida de forma impessoal em outra das instituições a que se dirigiu. Também Maria, assume ter sido

apoiada pelas instituições a que recorreu, mas “...*não é aquilo que se pode dizer que é fabuloso...*”, afirma a entrevistada.

No sentido oposto à maioria dos entrevistados, situam-se duas pessoas que demonstram descrença no trabalho realizado pelos profissionais de Serviço Social, com quem contactaram, e consequentemente não consideram que o atendimento que vivenciaram correspondesse às suas expectativas.

Gráfico nº14. Perspectiva do Entrevistado sobre o Atendimento nas Instituições de Apoio Social



Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

8.5.5. Perspectiva do Entrevistado sobre a Resolução da Situação que Conduziu ao Pedido de Apoio Social

Quadro nº 54. Perspectiva do Entrevistado sobre a Resolução da Situação que Conduziu ao Pedido de Apoio Social

Entrevistado	Perspectiva do entrevistado sobre a resolução da situação que conduziu ao pedido de apoio social	Teve Resolução	Não teve resolução
Sílvia (25 anos, nunca trabalhou, a auferir R.S.I.)	<i>“...a respeito...de me darem o Rendimento Mínimo...não é à base do Rendimento Mínimo que a gente se governa...queria que me dessem um trabalho, que eu pudesse descontar...e assim não tenho.”</i>		X
Amélia (50 anos, cantoneira de limpeza)	<i>“...nunca ninguém me disse...precisas toma lá...eu não precisava de dinheiro, só pelo menos que me ajudassem a pagar a farmácia...a mim ninguém nunca...me ajuda...”</i>		X
Odília (77 anos, ajudante de lar, reformada)	<i>“Ainda...tenho dividas...tenho que as pagar.”</i>		X
Jorge (40 anos, trabalhador na área da hortofloricultura)	<i>“Foi (resolvida)...sei que tenho pessoas na Cercibeja...sempre à minha vontade...”</i>	X	
Felisbela (30 anos, auxiliar de ação educativa, desempregada a auferir R.S.I.)	<i>“...no meu caso sim, tenho tido o que comer...sandes para os meus filhos levarem para a escola...o mais importante é ter comida para os meus filhos.”</i>	X	
Inês (55 anos, varredora de ruas, desempregada)	<i>“Não ficou resolvida, não tive direito a nada...”</i>		X
Margarida (32 anos, funcionária do comércio, integrada num programa ocupacional)	<i>“Resolvida não...porque é uma situação temporária...se agora estou mal depois vou ficar ainda pior.”</i>		X
Mariana (35 anos, empregada de limpeza, a auferir R.S.I.)	<i>“Não está resolvida...porque as coisas estão muito difíceis...só era resolvida se eu mudasse de emprego ou de casa.”</i>		X
Artur (41 anos, trabalhador na construção civil, desempregado)	<i>“...não me vão arranjar trabalho...como isto está é complicado...”</i>		X
Paulo (40 anos, mediador intercultural)	<i>“...disseram que me davam, mas pronto tem que ir a uma lista de espera...”</i>		X
Maria (46 anos, empregada de limpeza, desempregada a auferir R.S.I.)	<i>“Não há dinheiro, não há trabalho, era resolvido se eu tivesse um trabalho.”</i>		X
João (57 anos, trabalhador rural, desempregado a auferir R.S.I.)	<i>“Penso que sim, com esta idade...agora era tratar de uma reformazita...”</i>	X	

Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

Continuando a incursão pela relação mantida pelos entrevistados com as instituições de apoio social, coloca-se agora a tónica sobre a perspectiva das pessoas acerca da resolução da situação que conduziu ao pedido de apoio social.

Desta forma, embora a maioria dos entrevistados aufera de prestações sociais, tal como foi analisado anteriormente, apenas três consideram que a sua situação teve resolução. Os restantes nove entrevistados, declaram não considerar a sua situação

resolvida, pois que entendem que a mesma apenas seria invertida com o seu ingresso no mundo do trabalho, como afirmam Sílvia, Mariana, Artur ou Maria.

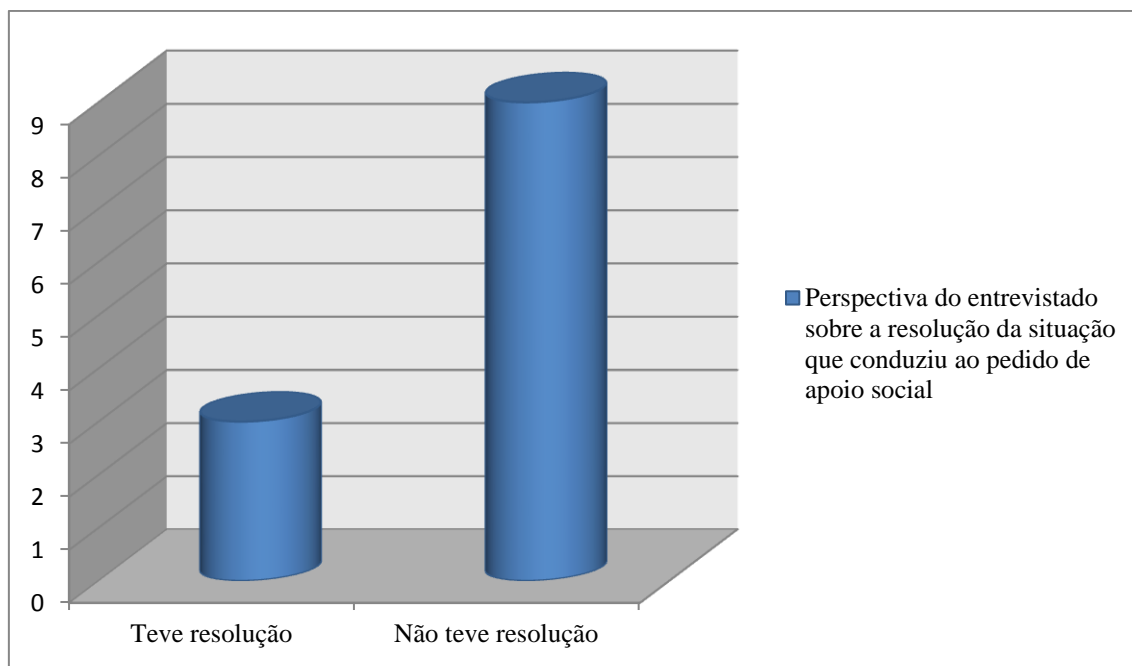
A este facto, acresce a opinião manifestada por duas entrevistadas, que chamam a atenção para o carácter efémero das prestações sociais que auferem, não conduzindo a mudanças estruturais nas suas vidas, senão veja-se os seus testemunhos:

“...não é à base do Rendimento Mínimo que a gente se governa...queria que me dessem um trabalho...e assim não tenho...” (Sílvia, 25 anos, nunca trabalhou, a auferir R.S.I.).

“Resolvida não...porque é uma situação temporária...se agora estou mal, depois vou ficar ainda pior.” (Felisbela, 30 anos, auxiliar de acção educativa, desempregada, a auferir R.S.I.).

Salienta-se também, a opinião manifestada por Amélia e Odília, duas pessoas entrevistadas que consideram que o recurso a instituições de apoio social, em nada resolveu a sua situação de insuficiência de recursos financeiros para fazer face às despesas que ambas confessam pagar com dificuldade, dado o estado de saúde de dois entes queridos, o marido e o filho, respectivamente.

Gráfico nº 15. Perspectiva do Entrevistado sobre a Resolução da Situação que Conduziu ao Pedido de Apoio Social



Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

8.5.6. Trajectória do Recurso a Instituições de Apoio Social

Quadro nº 55. Trajectória do Recurso a Instituições de Apoio Social

Entrevistado	Trajectória do recurso a instituições de apoio social					
	C. Distrital Segurança social	Cáritas Diocesana de Beja	C.S.C.R. Bairro da Esperança	Cruz Vermelha (Beja)	Centro Hospitalar Baixo Alentejo	Cercibeja
Sílvia (25 anos, nunca trabalhou, a auferir R.S.I.)	1ª	2ª	3ª			
Amélia (50 anos, cantoneira de limpeza)	2ª	1ª				
Odília (77 anos, ajudante de lar, reformada)			2ª		1ª	
Jorge (40 anos, trabalhador na área da hortofloricultura)			1ª			2ª
Felisbela (30 anos, auxiliar de acção educativa, desempregada a auferir R.S.I.)	1ª	2ª				
Inês (55 anos, varredora de ruas, desempregada)	1ª	2ª				
Margarida (32 anos, funcionária do comércio, integrada num programa ocupacional)	1ª		2ª			
Mariana (35 anos, empregada de limpeza, a auferir R.S.I.)	2ª	3ª		1ª		
Artur (41 anos, trabalhador na construção civil, desempregado)			1ª			
Paulo (40 anos, mediador intercultural)		1ª				
Maria (46 anos, empregada de limpeza, desempregada a auferir R.S.I.)	1ª	2ª				
João (57 anos, trabalhador rural, desempregado a auferir R.S.I.)	2ª	1ª				

Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

Quando analisada a trajectória de recurso a instituições de apoio social, é possível considerar que a mesma se reveste de alguma linearidade para a maioria dos entrevistados, e centrada, à excepção de quatro pessoas no recurso ao Centro Distrital de Segurança Social. Esta instituição, surge como primeira opção de recurso a apoio social para cinco pessoas que colaboraram neste estudo, ao que se seguem instituições como a Cáritas Diocesana ou o Centro Social Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança.

Em menor número, mais concretamente três pessoas, encontram-se os entrevistados que contactaram com outras instituições da cidade de Beja e que acrescentam a esta lista a Cruz Vermelha Portuguesa (delegação de Beja), o Centro Hospitalar do Baixo Alentejo ou a Cercibeja.

8.5.7. Mudanças Sentidas pelo Entrevistado Após o Recurso a Instituições de Apoio Social

Quadro nº 56. Mudanças Sentidas pelo Entrevistado Após o Recurso a Instituições de Apoio Social

Entrevistado	Mudanças sentidas pelo entrevistado após o recurso a instituições de apoio social	
Sílvia (25 anos, nunca trabalhou, a auferir R.S.I.)	<i>“Acho que não...as coisas que...me dão...não são coisas que se digam que são boas ...o Rendimento Mínimo...recebia mais até que ela (a filha) fez um ano...quando ela precisa mais que vai sendo maior...cortaram-no...tenho dois passes dos meus filhos, do autocarro...não têm transporte de lado nenhum...”</i>	Não sente mudanças
Amélia (50 anos, cantoneira de limpeza)	<i>“Não mudou nada...nunca fui ajudada.”</i>	Não sente mudanças
Odília (77 anos, ajudante de lar, reformada)	<i>“...acho que não mudou nada...”</i>	Não sente mudanças
Jorge (40 anos, trabalhador na área da hortofloricultura)	<i>“...mudar foi no...aprender...todos os dias havia escola...professores...colegas...fiquei contente...”</i>	Sente que aprendeu mais
Felisbela (30 anos, auxiliar de acção educativa, desempregada a auferir R.S.I.)	<i>“Mudar muito...não mudou, porque o Rendimento Social de Inserção é pouco...o melhor que está a acontecer é a comida.”</i>	Aumento dos recursos a nível alimentar
Inês (55 anos, varredora de ruas, desempregada)	<i>“Não mudou, é a mesma coisa...acho que ainda é pior.”</i>	Não sente mudanças
Margarida (32 anos, funcionária do comércio, integrada num programa ocupacional)	<i>“...melhorou...se eu não tivesse recorrido...não estava a receber este dinheiro...ajuda e muito.”</i>	Aumento dos recursos financeiros
Mariana (35 anos, empregada de limpeza, a auferir R.S.I.)	<i>“Senti uma grande mudança a nível de dinheiro...senti que a ajuda alimentar é fundamental para eu me conseguir orientar.”</i>	Aumento dos recursos financeiros e a nível alimentar
Artur (41 anos, trabalhador na construção civil, desempregado)	<i>“...ainda não sei...deixe lá ver.”</i>	Não sabe
Paulo (40 anos, mediador intercultural)	<i>“...estou à espera...já é bom.”</i>	Está a aguardar
Maria (46 anos, empregada de limpeza, desempregada a auferir R.S.I.)	<i>“...continuo sem dinheiro...porque o dinheiro não chega.”</i>	Não sente mudanças
João (57 anos, trabalhador rural, desempregado a auferir R.S.I.)	<i>“Senti que fiquei mais...apoiado...Aquele dinheirinho já me dá para aquilo que eu quero...faz de conta que é uma família que eu tenho aqui.”</i>	Aumento dos recursos financeiros Suporte afectivo

Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

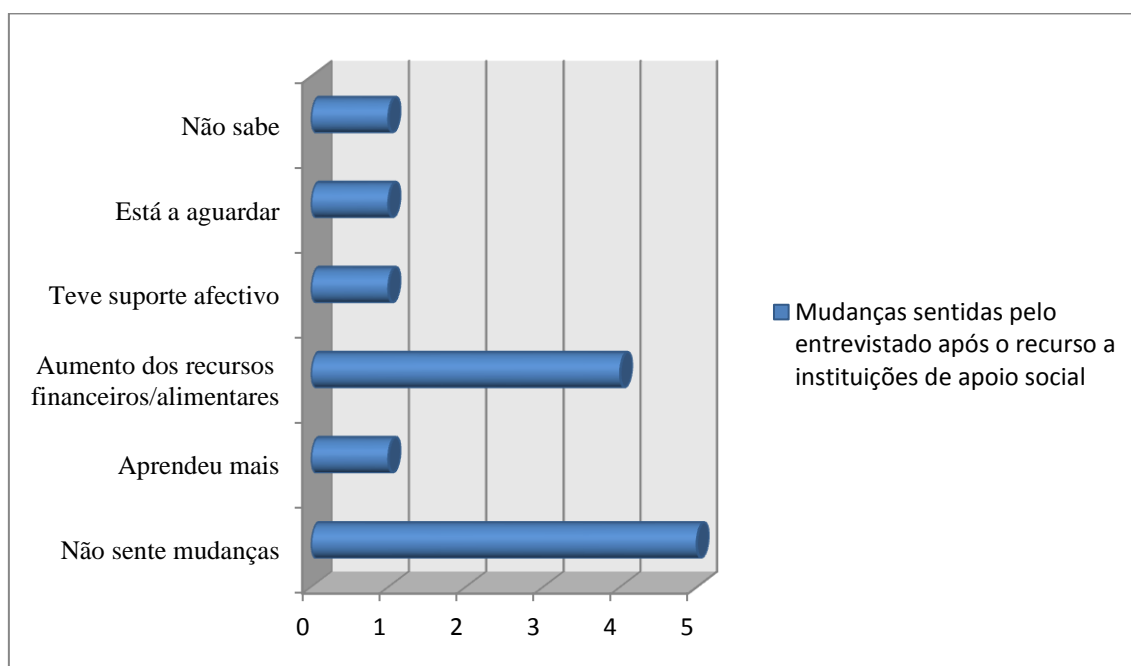
Consubstanciando a análise sobre a relação com as instituições de apoio social, os entrevistados foram levados a reflectir sobre as mudanças por eles sentidas, após o recurso a instituições de apoio social.

As conclusões desta análise realçam um grupo de entrevistados (em número de cinco), que não sentiram qualquer tipo de mudanças e em igual número de cinco, constata-se a existência de pessoas que sentiram algum tipo de alteração nas suas vidas,

após terem recorrido a instituições de apoio social. Para além destes dez entrevistados, existe um outro que afirma estar a aguardar a resolução da sua situação e outro que indica não saber, no momento, pronunciar-se sobre o assunto.

Do conjunto de pessoas que afirmam que algo mudou nas suas vidas, as mudanças relatadas centram-se no facto de verem os seus recursos financeiros aumentados, sendo ainda manifestado um reforço do apoio a nível alimentar. Para além destas mudanças, existe também uma pessoa entrevistada que menciona sentir que aprendeu mais com a formação profissional que lhe foi ministrada, e ainda uma outra pessoa que colaborou neste estudo, que refere ter encontrado um suporte afectivo na instituição social que frequenta.

Gráfico nº 16. Mudanças Sentidas pelo Entrevistado após o Recurso a Instituições de Apoio Social



Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

8.5.8. Perspectiva do Entrevistado sobre a Qualidade dos Serviços Prestados pelas Instituições de Apoio Social

Quadro nº 57. Perspectiva do Entrevistado sobre a Qualidade dos Serviços Prestados pelas Instituições de Apoio Social

Entrevistado	Perspectiva do entrevistado sobre a qualidade dos serviços prestados pelas instituições de apoio social	Satisfeito	Satisfeito parcialmente	Insatisfeito
Sílvia (25 anos, nunca trabalhou, a auferir R.S.I.)	<i>“...o...que elas dão à gente não são coisas que...deviam dar...a...manteiga congelada e arroz...que a gente cola à parede...a massa...e o leite com chocolate...é...a única coisa que se aproveita dali...de resto não se aproveita mais nada.”</i>			X
Amélia (50 anos, cantoneira de limpeza)	<i>“...ajudar só ajudam quem elas querem e a Assistente Social lá de baixo..., está falando com a gente e está de costas voltadas...muito mal criada...”</i>			X
Odília (77 anos, ajudante de lar, reformada)	<i>“Gosto da comida...e são carinhosas...”</i>	X		
Jorge (40 anos, trabalhador na área da horticulultura)	<i>“...faz bom trabalho e não apertam com uma pessoa.”</i>	X		
Felisbela (30 anos, auxiliar de acção educativa, desempregada a auferir R.S.I.)	<i>“É bom...quando venho aqui sou atendida bem e educadamente...nunca tive queixas...tenho sido sempre bem atendida.”</i>	X		
Inês (55 anos, varredora de ruas, desempregada)	<i>“É boa para quem elas ajudam...mas para mim não...não me dão nada...”</i>			X
Margarida (32 anos, funcionária do comércio, integrada num programa ocupacional)	<i>“...fui pedir uma coisa que acho que tinha direito...não tenho razão de queixa.”</i>	X		
Mariana (35 anos, empregada de limpeza, a auferir R.S.I.)	<i>“(A Cáritas) avalio muito bem...(A Segurança Social) avalio mal...é confusão...a burocracia...há ali...falta de trabalhar em equipa...é muito impessoal...até tremo de lá ir...”</i>		X	
Artur (41 anos, trabalhador na construção civil, desempregado)	<i>“Acho que é bom...não tenho assim que dizer...”</i>	X		
Paulo (40 anos, mediador intercultural)	<i>“...a pessoa se vai lá é porque tem falta...devia ser logo ajudada...porque é que eu tenho que esperar?...Acho mal...eu aceito...mas há muita gente que não aceita...”</i>			X
Maria (46 anos, empregada de limpeza, desempregada a auferir R.S.I.)	<i>“(Na Cáritas) bom...A comida, o atendimento...a gente somos estimadas pelas pessoas...(Na Segurança Social) não tanto...devia ter outro apoio...não fui bem atendida.”</i>		X	
João (57 anos, trabalhador rural, desempregado a auferir R.S.I.)	<i>“É bom...as pessoas que estão aqui (na Cáritas)...têm capacidades para falar para as pessoas...”</i>	X		

Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

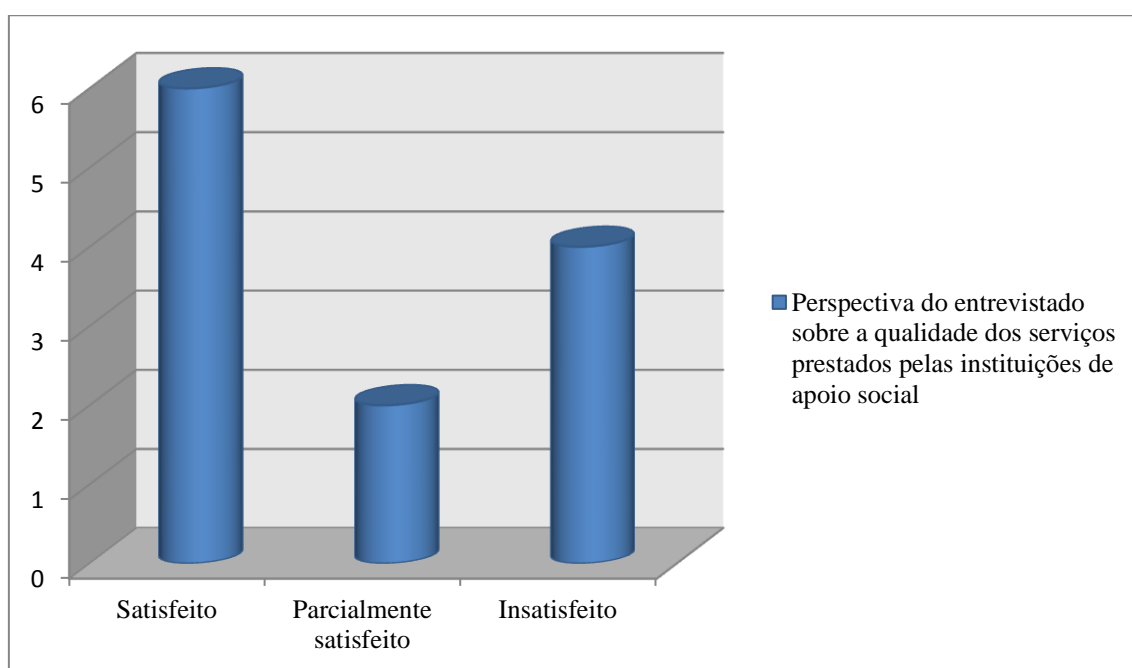
Indagadas acerca da perspectiva sobre a qualidade dos serviços prestados pelas instituições de apoio social, metade das pessoas que colaboraram nesta investigação, declaram-se satisfeitas, mencionando favoravelmente dimensões como o atendimento, a alimentação ou o facto de se sentirem apoiadas.

Com um grau de satisfação parcial, afirmam-se duas entrevistadas, que vêm as suas opiniões divididas entre duas instituições, considerando-se insatisfeitas com o

apoio e atendimento de que foram alvo numa delas, e noutra prisma tecem elogios à qualidade dos serviços de uma outra instituições com que tiveram igualmente contacto.

Insatisfeitos face aos serviços prestados, é a posição argumentada por quatro pessoas, que consubstanciaram a sua opinião na má qualidade dos alimentos fornecidos, na morosidade do tempo de espera pelo deferimento dos pedidos de apoio social ou no facto de considerarem que não foram alvo de um tratamento igualitário.

Gráfico nº 17. Perspectiva do Entrevistado sobre a Qualidade dos Serviços Prestados pelas Instituições de Apoio Social



Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

8.5.9. Perspectiva do Entrevistado sobre os seus Direitos e Deveres nas Instituições de Apoio Social

Quadro nº 58. Perspectiva do Entrevistado sobre os seus Direitos e Deveres nas Instituições de Apoio Social

Entrevistado	Perspectiva do entrevistado sobre os seus direitos e deveres nas instituições sociais			
	Direitos		Deveres	
Sílvia (25 anos, nunca trabalhou, a auferir R.S.I.)	“...não era discriminar um para dar a outro, porque há pessoas que têm direito para irem buscar o comer já feito e com bons ordenados...se eu for lá pedir dizem que não...porque estou recebendo o Rendimento Mínimo, não chega...já não tenho dinheiro nenhum...”	Não ser discriminada na distribuição dos apoios sociais	“...deviam ajudar mais estas pessoas que têm falta. Venho pedir...ficam sabendo a minha vida toda e não me ajudam em nada...”	Ser ajudada
Amélia (50 anos, cantoneira de limpeza)	“...não tinha direito porque tenho um trabalho certo...não se podem basear no ordenado, mas sim naquilo que eu trago para minha casa...eu era para ser ajudada...”	Não ser discriminada na distribuição dos apoios sociais Ser apoiada	“...se me pedirem...sou capaz de ir ajudar a qualquer um...”	Ajudar o próximo
Odília (77 anos, ajudante de lar, reformada)	“...acho que terei como as outras pessoas direitos...ser igual às outras pessoas...os direitos que eu tenho...é de estar aqui um bocadinho mais confortada...”	Usufruir de uma forma de tratamento igualitária Ter conforto	“...se elas (as funcionárias do Centro de Dia) quiserem dar deveres que dêem...”	Estar disponível para fazer o que lhe pedirem
Jorge (40 anos, trabalhador na área da hortofloricultura)	“...Os meus direitos...ainda hoje estou para meter uma placa nos dentes...tenho falta de vista...estamos à espera de vir a assistência social dar-me alguma coisa...e os óculos também...”	Ter apoio médico e social	“O meu dever não é nada.”	Não considerar deveres
Felisbela (30 anos, auxiliar de acção educativa, desempregada a auferir R.S.I.)	“...direitos...assim...de mandar não...direitos de respeito por mim e por todos que venham aqui...”	Ser respeitada	“É respeitar...os funcionários e as doutoras...deixar as coisas como encontro tudo limpo, não deitar nada para o chão...”	Respeitar as regras, os funcionários e os espaços físicos da instituição
Inês (55 anos, varredora de ruas, desempregada)	“...vejo pessoas que recebem muito dinheiro e mal empregado...não é com a reforma do meu marido que eu comia...para o nosso lado não vem, mas vem para o lado dos outros...”	Não ser discriminada na distribuição dos apoios sociais	“...não sei...explicar...É ser ajudada é só o que eu queria...”	Ser ajudada
Margarida (32 anos, funcionária do comércio, integrada num programa ocupacional)	“É...trabalhar...dar o meu melhor, rezando para que gostassem do meu serviço para eu ficar cá...”	Trabalhar	“...dar o meu melhor...fazer de tudo pela instituição para que me consigam manter cá mais tempo.”	Ser boa profissional
Mariana (35 anos, empregada de limpeza, a auferir R.S.I.)	“...é sempre ser tratada com respeito...ser bem tratada e ouvida...”	Ser respeitada e ouvida	“...isto tem regras...eu devo respeitar isso...é vir quando me chamam, é respeitar os colegas...agradecer...é mesmo um dever meu.”	Respeitar as regras, pessoas e os espaços físicos da instituição
Artur (41 anos, trabalhador na construção civil, desempregado)	“...os meus direitos acho que não são nenhuns, são direitos se ela (a Assistente Social) tiver alguma coisa para arranjar...”	Os direitos encontram-se dependentes do apoio social auferido	“...não sei...explicar...É ser ajudada é só o que eu queria...”	Não considerar deveres
Paulo (40 anos, mediador intercultural)	“...uma instituição que está a dar apoio eu acho um direito...que eles possam dar ajuda, mas também é um dever que eles têm...”	Ser apoiado	“...dar ajuda a todos é um dever...a...todas as pessoas que têm falta...acho que é um dever...meu...se for lá ter direito a isso...”	Ser ajudado e ajudar o próximo
Maria (46 anos, empregada de limpeza, desempregada a auferir R.S.I.)	“(direitos) Esses ainda muito menos...”	Não considerar ter direitos	“...aqui (na Cáritas) não tenho nenhuns.”	Não considerar deveres
João (57 anos, trabalhador rural, desempregado a auferir R.S.I.)	“O direito que tenho é comer...tomar banho, barbear, a roupinha...se há alguma coisa que eu não tenho dinheiro é pedir e eles fazem-me o empréstimo...”	Satisfação de necessidades humanas básicas Auferir de recursos financeiros	“...o meu dever...se eles quiserem falar...comigo...já tenho estado aqui...numa reuniãozinha.”	Estar disponível

Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

A análise e compreensão da forma como o entrevistado perspectiva os seus direitos e deveres nas instituições de apoio social com que teve contacto, revelou-se fulcral face aos objectivos deste trabalho de investigação.

Desta forma, as principais conclusões permitem reter a ideia que quando questionados sobre os seus direitos, três dos entrevistados mencionam o direito à não discriminação na atribuição de apoios sociais, conforme deixam transparecer os testemunhos de Amélia, Sílvia e Inês. É ainda de salientar, que estas duas últimas entrevistadas revelam uma visão algo turva acerca dos seus deveres nas instituições de apoio social, colocando novamente a tónica na necessidade de serem apoiadas por essas mesmas instituições.

No que respeita à perspectiva que os restantes entrevistados demonstram sobre os seus direitos, duas das entrevistadas mencionam o direito a serem ouvidas e respeitadas, sendo que em igual número, Paulo e Jorge afirmam ter direito a serem apoiados, especificando este último o direito a ter apoio médico e social.

Os restantes entrevistados mencionam o direito a ter uma forma de tratamento igualitária, a ter conforto (uma entrevistada), a satisfazer as suas necessidades humanas básicas como a alimentação e a higiene e a auferir de recursos financeiros (um entrevistado).

São ainda dignas de realce as perspectivas de Margarida, que menciona o direito a trabalhar como fundamental e de Artur que, noutra linha de pensamento, considera que os seus direitos apenas se efectivarão caso usufrua de apoio social, por parte da instituição a que recorreu. Por fim, salienta-se o facto de uma das pessoas entrevistadas não considerar ser titular de nenhum tipo de direitos.

Analizando agora a perspectiva das doze pessoas que colaboraram neste estudo, sobre os seus deveres perante as instituições de apoio social, para além de Sílvia e Inês, que mesclaram a noção sobre direitos e deveres colocando ambos no prisma da necessidade de serem apoiadas pelas instituições a que recorreram, duas das restantes dez entrevistadas, consideram um dever seu respeitar as regras, funcionários e espaços físicos das instituições.

Os restantes entrevistados dividem as suas opiniões, mencionando deveres como ajudar o próximo, estar disponível sempre que lhe seja solicitada algo pela instituição, ser ajudado e ajudar o próximo ou ainda o dever de ser boa profissional, mencionado por Margarida.

Finalmente, coloca-se ainda a tónica no testemunho de Jorge, Artur e Maria, três entrevistados que quando questionados acerca do tema em questão, afirmam não ter deveres perante as instituições de apoio social.

8.5.10.Noção do que são Direitos e Deveres do Ponto de Vista do Entrevistado

Quadro nº 59. Noção do que são Direitos e Deveres do Ponto de Vista do Entrevistado

Entrevistado	Noção do que são direitos e deveres do ponto de vista do entrevistado	
	Direitos	Deveres
Sílvia (25 anos, nunca trabalhou, a auferir R.S.I.)	“Para mim um direito é se...dizem tem direito, tome lá. Não é a gente bater àquela porta e dizerem...não tens direito e ainda vimos pior do que vamos...um dever é ajudarem as pessoas e não ajudam.”	
Amélia (50 anos, cantoneira de limpeza)	“Para mim um direito é como um dever, é igual...o direito é eu precisar e ser ajudada e um dever é eu ter e retribuir, mas como...não tenho, como é que eu...posso ajudar...se a mim não me ajudam...se não semeia não pode recolher.”	
Odília (77 anos, ajudante de lar, reformada)	Um direito...fazendo bem a estas pessoas já com...idade...	“...é as pessoas respeitarem-se umas às outras...serem humanas, não serem selvagens umas com as outras.”
Jorge (40 anos, trabalhador na área da hortofloricultura)	“Ter direito...em acabando esse contrato...a receber o ordenado mínimo...”	“...não sei,...não tenho dever de nada.”
Felisbela (30 anos, auxiliar de acção educativa, desempregada a auferir R.S.I)	“Um direito é respeitar as pessoas, não mandar vir com as pessoas...”	“...um dever é a gente cumprir com as coisas, se as pessoas disserem que não é porque não têm.”
Inês (55 anos, varredora de ruas, desempregada)	“...(direito) é de me ajudarem a mim, se o Estado dá o dinheiro é para ajudar os pobres...não aqueles que recebem os ordenados certos...sou contra essas coisas...(dever) para mim é ser ajudada..”	
Margarida (32 anos, funcionária do comércio, integrada num programa ocupacional)	“Mais ou menos o direito e o dever anda ela por ela...tentar fazer o trabalho bem feito...para que tenhamos muito trabalho.”	
Mariana (35 anos, empregada de limpeza, a auferir R.S.I)	“...acho que é uma coisa que...é essencial, se nós violarmos os direitos...estamos a fazer uma coisa muito errada...um direito deve ser fulcral para a nossa vida...”	“...tento ao máximo cumprir os meus, não dever nada a ninguém...tento...passar essa imagem às minhas filhas...”
Artur (41 anos, trabalhador na construção civil, desempregado)	“Um direito é uma pessoa querer mandar ou ter...”	“...um dever é o que tem que ser feito.”
Paulo (40 anos, mediador intercultural)	“...às vezes os direitos nem para todos são iguais...acho que o direito de qualquer português é ter o essencial...Em Portugal há muitas injustiças, há uns que têm mais direitos que outros...porque têm lá as cunhas...”	“...um dever...é respeitar toda a gente, não maltratar ninguém...é pôr-se no lugar do outro, do próximo...”
Maria (46 anos, empregada de limpeza, desempregada a auferir R.S.I)	“(direito) é uma coisa que a gente quer e não conseguimos alcançar...trabalho...”	“...um dever é uma coisa que a gente tem que fazer...não tenho nenhuns neste momento...(gostava de ter) um emprego.”
João (57 anos, trabalhador rural, desempregado a auferir R.S.I)	“...o meu direito é levar uma coisa que eu necessito...aquilo que eu preciso...”	“...não tenho dever nenhum...um...dever...é vir aqui e auxiliarem-me.”

Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

Com o propósito de completar a análise realizada no ponto anterior, que pretendia compreender a forma como as doze pessoas que colaboraram neste estudo entendiam os seus direitos e deveres, perante as instituições de apoio social que fazem ou fizeram parte do seu universo de vida, estas pessoas foram igualmente questionadas sobre o que consideram ser um direito e um dever.

Da análise realizada à noção do que são direitos e deveres, do ponto de vista dos entrevistados, ressalta o facto de quatro destas pessoas possuírem uma visão pouco

nítida sobre estes conceitos, conforme é possível verificar nas sinopses das suas entrevistas, em que demonstram considerar direitos e deveres como expressões sinónimas. Desta forma, a visão demonstrada por estes entrevistados, é encaminhada sempre na direcção do que os mesmos consideram ser as suas necessidades, nomeadamente ter apoio social por parte das instituições, usufruir de um tratamento igualitário ou ter um emprego, que funcionam em simultâneo como direitos e deveres na perspectiva destes quatro entrevistados.

O cômputo geral das restantes pessoas, manifestam uma noção de direitos relacionados com o respeito, possuir algo de que se tem necessidade, auferir do salário mínimo nacional, ter um trabalho ou ser tratado de forma igualitária no seu país. Nesta linha de análise, uma das entrevistadas manifesta ainda a sua noção de direitos, traduzindo-os como algo essencial e inviolável na vida em sociedade.

Do ponto de vista dos deveres, os mesmos são encarados pelos entrevistados como algo que tem que ser cumprido ou realizado e ainda como o respeito ao próximo. Existem também duas entrevistadas, Mariana e Maria, que mencionam não contrair dívidas e ter um emprego, como deveres, respectivamente.

Por fim, são ainda duas as pessoas que entendem não possuir deveres de nenhuma espécie.

8.6. Perspectiva sobre a Pobreza

8.6.1. Noção de Pessoa Pobre do Ponto de Vista do Entrevistado

Quadro nº 60. Noção de Pessoa Pobre do Ponto de Vista do Entrevistado

Entrevistado	Noção de pessoa pobre do ponto de vista do entrevistado	
Sílvia (25 anos, nunca trabalhou, a auferir R.S.I.)	<i>“...uma pessoa pobre...é...querer ir com os meus filhos a um lado e eles dizerem...gostava de ter aquilo e eu dizer...a mãe não pode. (chora).”</i>	É alguém numa situação semelhante à sua É alguém que não tem recursos para dar aos filhos
Amélia (50 anos, cantoneira de limpeza)	<i>“Uma pessoa pobre...é querer comer e não ter, mesmo que trabalhe todos os dias.”</i>	É alguém que trabalha, mas que não consegue satisfazer as necessidades humanas básicas
Odília (77 anos, ajudante de lar, reformada)	<i>“Uma pessoa pobre é uma pessoa honesta, boa...a gente temos no circo o pobre e o rico...o palhaço pobre faz mais rir que o rico...”</i>	É alguém honesto e bom
Jorge (40 anos, trabalhador na área da hortofloricultura)	<i>“Uma pessoa pobre é uma pessoa que não tem nada na vida para gastar, que não tem ninguém, comparado com outros eu não tenho para comprar.”</i>	É alguém que não tem recursos financeiros nem poder de compra É alguém numa situação semelhante à do entrevistado
Felisbela (30 anos, auxiliar de acção educativa, desempregada a auferir R.S.I.)	<i>“É não ter nada para comer, nem para vestir, nem para calçar.”</i>	É alguém que não consegue satisfazer as necessidades humanas básicas
Inês (55 anos, varredora de ruas, desempregada)	<i>“...eu por mim vejo...fomes...vi a fome do meu marido, ter que pagar...água...luz e ainda...que comer...estive...quase quatro meses sem água e não fui ajudada em lado nenhum.”</i>	É alguém numa situação semelhante à sua É alguém que não tem recursos financeiros e que não consegue satisfazer as necessidades humanas básicas
Margarida (32 anos, funcionária do comércio, integrada num programa ocupacional)	<i>“...uma pessoa pobre é uma pessoa que quer comer e não tem...que passa mesmo dificuldades em termos de alimentação, medicação, de tudo, não só a nível monetário...há pessoas mesmo pobres que querem dinheiro...para comer e não têm.”</i>	É alguém que não consegue satisfazer as necessidades humanas básicas
Mariana (35 anos, empregada de limpeza, a auferir R.S.I.)	<i>“...eu não sou nada pobre...o pobre...é uma pessoa não informada, não lutadora, é uma pessoa encostada...eu tenho que dar graças a Deus porque tenho...duas filhas espectaculares...eu não sou pobre.”</i>	É alguém acomodado à situação
Artur (41 anos, trabalhador na construção civil, desempregado)	<i>“...há pessoas mesmo pobres...um pobre é esse mendigo que anda...na rua...se tem uma casa ainda não é muito pobre...esses da rua é que é o limite de chegar a pobre.”</i>	É alguém que não tem uma habitação, que vive na rua
Paulo (40 anos, mediador intercultural)	<i>“...para mim o pobre é feliz, é mais feliz o pobre do que o rico...o rico nunca está contente...tendo o trabalho e o pão do dia a dia. Para mim o pobre...chega ao fim do mês acabou o dinheiro mas nunca faltou nada...o pobre lá por ser pobre...tem que ter uma casa...água e luz e trabalhar para comer...não ter tecto já não é ser pobre, é já baixo nível de exclusão...”</i>	É alguém que é feliz com a sua situação, desde que tenha a satisfação de necessidades humanas básicas assegurada A distinção entre pobre e excluído, é que este último, não tem acesso à satisfação de necessidades humanas básicas como a alimentação e habitação
Maria (46 anos, empregada de limpeza, desempregada a auferir R.S.I.)	<i>“É o momento que eu estou vivendo agora...porque não tenho dinheiro para comprar a comida para casa.”</i>	É alguém numa situação semelhante à sua É alguém que não tem recursos financeiros e que não consegue satisfazer as necessidades humanas básicas
João (57 anos, trabalhador rural, desempregado a auferir R.S.I.)	<i>“Para mim uma pessoa pobre sou eu...é uma pessoa mesmo no final, a arrasar, não tem deveres, não tem nada, não tem quem o auxilie...andar por aí de porta em porta...temos a Cáritas para auxiliar, é escusado as pessoas andarem aí a bater à porta ou...roubar...para se alimentar...”</i>	É alguém no limite da condição humana É alguém que não tem recursos financeiros e que não consegue satisfazer as necessidades humanas básicas

Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

Consubstanciar a análise sobre a perspectiva que os entrevistados possuíam sobre a pobreza, implicou primeiramente perceber qual a noção de pessoa pobre que os mesmos detinham.

Neste sentido, quando questionados sobre o que era para si uma pessoa pobre, Sílvia, Jorge, Inês e Maria, relacionaram esta noção com alguém que vivencia uma situação semelhante à sua, identificando-se os próprios como alguém pobre, opinião à qual acrescentaram ser uma pessoa que não possui recursos financeiros e que não vê as suas necessidades humanas básicas satisfeitas, nem possui poder de compra. A esta última concepção de pessoa pobre, como alguém destituído de poder de compra, juntam-se ainda mais três entrevistados, Felisbela, Margarida e João, sendo que este último vai mais longe, ao considerar como pobre alguém no limite da condição humana.

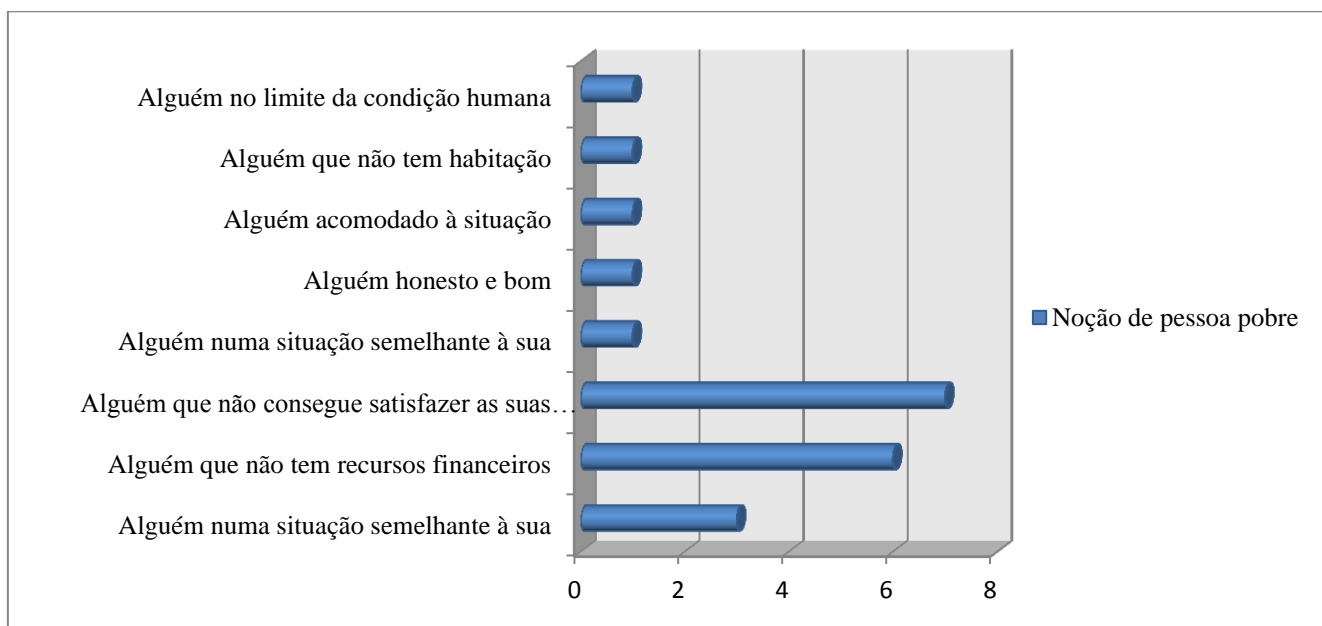
Nesta linha de pensamento, surge também Amélia, que acrescenta ainda a ideia do pobre como alguém que mesmo tendo um emprego, não encontra no mesmo um elemento protector contra a pobreza.

Por fim, dois dos entrevistados manifestam uma visão do pobre como uma pessoa honesta e boa, menciona Odília, e que vive feliz com a sua situação porquanto tenha as suas necessidades humanas básicas satisfeitas acrescenta Paulo. Do testemunho deste entrevistado, salienta-se ainda a distinção que o mesmo consubstancia entre pessoa pobre e pessoa excluída, associando esta última à situação limite de ausência de condições de satisfação de necessidades como a alimentação ou possuir uma habitação.

É ainda na linha de pensamento do pobre como alguém na situação limite de ausência de habitação, que outro dos entrevistados se situa face à noção de pessoa em situação de pobreza.

Por fim, uma outra entrevistada posiciona-se numa linha de raciocínio diversa, ao associar uma pessoa pobre a alguém acomodado e desinformado.

Gráfico nº 18. Noção de Pessoa Pobre do Ponto de Vista do Entrevistado



Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

8.6.2. Perspectiva do Entrevistado sobre a sua Situação de Pobreza

Quadro nº 61. Perspectiva do Entrevistado sobre a sua Situação de Pobreza

Entrevistado	Perspectiva do entrevistado sobre a sua situação de pobreza	
Sílvia (25 anos, nunca trabalhou, a auferir R.S.I.)	<i>“Acho que sou (pobre)...podia estar a dar mais aos meus filhos...porque me sinto pobre mesmo....estou à base do Estado, um dia que...me corte o Rendimento Mínimo ainda fico pior do que aquilo que estou...ou morremos à fome ou roubamo-nos uns aos outros...matamo-nos ou vendemos droga...sentir-se pobre é chegar ao supermercado...e... levar o dinheiro à conta...”</i>	Considera-se pobre porque está dependente de apoios sociais e tem insuficientes recursos financeiros para satisfazer as suas necessidades
Amélia (50 anos, cantoneira de limpeza)	<i>“...já fui rica, hoje sou pobre...tenho muitos dias...que...não tenho nada para comer...tenho muitos dias que bebo café com leite e café preto...”</i>	Considera-se pobre porque tem insuficientes recursos financeiros para satisfazer as suas necessidades humanas básicas
Odília (77 anos, ajudante de lar, reformada)	<i>“Em doença considero-me (pobre)...para mim a maior riqueza era a saúde...que eu não tenho...”</i>	Considera-se pobre porque não tem saúde
Jorge (40 anos, trabalhador na área da hortofloricultura)	<i>“Sou pobre, porque não tenho pai, não tenho mãe...sou um penante na vida...sou pobre numa coisa...falta aqui...a mãe, o pai...”</i>	Considera-se pobre porque os seus pais já faleceram
Felisbela (30 anos, auxiliar de acção educativa, desempregada a auferir R.S.I.)	<i>“Às vezes quero dar o que os meus filhos me pedem e não posso...os meus mais velhos estão descalços...têm uns ténis todos rotos...custa muito.”</i>	Considera-se pobre porque tem insuficientes recursos financeiros para satisfazer as suas necessidades humanas básicas
Inês (55 anos, varredora de ruas, desempregada)	<i>“...tenho uma vida muito pobre, não tenho uma vida de rico...vejo pessoas que vivem melhor que eu...é querer comer e não ter, custo a pagar a água...é uma guerra para pagar a luz...”</i>	Considera-se pobre porque tem insuficientes recursos financeiros para satisfazer as suas necessidades humanas básicas
Margarida (32 anos, funcionária do comércio, integrada num programa ocupacional)	<i>“Em certa parte sim, porque...muitas das vezes quero dinheiro para comer e não tenho, tenho que recorrer à minha mãe.”</i>	Considera-se pobre parcialmente, dado que depende financeiramente da mãe
Mariana (35 anos, empregada de limpeza, a auferir R.S.I.)	<i>“Não sou pobre...tenho uma família coesa (fala das duas filhas), logo isso faz de mim funcional...a pobreza às vezes faz...a disfuncionalidade...tenho saúde...as minhas filhas...só não tenho é dinheiro...vejo-o como um veículo para as coisas que nos fazem falta.”</i>	Não se considera pobre porque é saudável e forma uma família coesa em conjunto com as duas filhas Assume possuir insuficientes recursos financeiros
Artur (41 anos, trabalhador na construção civil, desempregado)	<i>“...não me considero pobre, mas...também não temos...para darmos a ninguém, é para a gente só...tenho comida em casa todos os dias...tenho carro, não ando a pé, as mocinhas (filhas) andam bem vestidas...não sou assim pobre, pobre.”</i>	Não se considera pobre porque possui meios de satisfação das suas necessidades humanas básicas e da sua família.
Paulo (40 anos, mediador intercultural)	<i>“...não sou rico...considero-me pobre, mas sou feliz...não gostava de ser rico...não tinha a liberdade que tenho...não há riqueza que pague isso...só gostava de ser rico com uma intenção de ajudar as pessoas...o rico deve ter uma vida muito ocupada, vive preocupado...nunca está contente.”</i>	Considera-se pobre, não especificando a razão Desvaloriza a condição de “rico” associando-a a preocupação e ausência de liberdade, embora a considere útil na ajuda ao próximo
Maria (46 anos, empregada de limpeza, desempregada a auferir R.S.I.)	<i>“Considero-me (pobre)...Porque não tenho dinheiro para comprar a comida para casa...não tenho...dinheiro...estou vivendo um momento difícil...”</i>	Considera-se pobre porque tem insuficientes recursos financeiros para satisfazer as suas necessidades humanas básicas
João (57 anos, trabalhador rural, desempregado a auferir R.S.I.)	<i>“...venho aqui (à Cáritas) porque sou pobre...se eu tivesse (dinheiro) não vinha aqui...eu devia ter...uma casa em condições e procurar uma mulher para mim...infelizmente...sou quase parecido com um cão...ninguém me vai acarinhar...animar-me...um gajo por vezes sente-se só...”</i>	Considera-se pobre porque depende de uma instituição de apoio social e não possui uma habitação condigna Considera-se pobre afectivamente, porque não tem uma companheira e se sente “só”.

Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

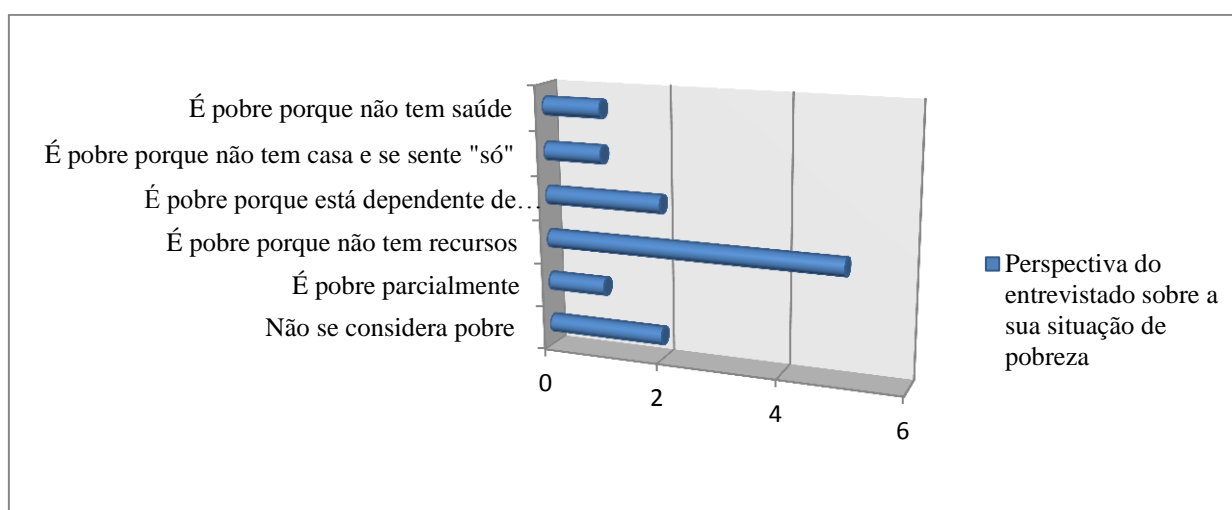
Após a análise da noção que os entrevistados possuem sobre o que é uma pessoa pobre, revelou-se fundamental reflectir acerca da perspectiva detida por estas pessoas, sobre a sua própria situação de pobreza.

Da análise dos testemunhos partilhados com a investigadora, salienta-se que dois dos entrevistados, embora assumam possuir insuficientes recursos financeiros, não se consideram pobres, alicerçando a sua opinião no facto de terem saúde e filhos (no caso de Margarida) ou de possuírem meios de satisfação das suas necessidades humanas básicas (no caso de Artur). A estas opiniões acresce o relato de uma outra entrevistada, que apenas se considera pobre parcialmente, pelo facto de depender financeiramente da mãe.

Dos restantes nove entrevistados, que afirmam encontrar-se numa situação de pobreza, cinco pessoas consideram-se pobres por insuficiência de recursos financeiros para satisfazer as suas necessidades humanas básicas. Na mesma linha de pensamento, apresentam-se também Sílvia e João, dois entrevistados que testemunham ainda sentirem-se pobres pelo facto de estarem dependentes de apoios sociais, ao que João acrescenta ainda ser pobre por não possuir uma habitação condigna e por se sentir “só” afectivamente.

Para além destes relatos, salienta-se ainda a visão dos restantes entrevistados, que se consideram pobres por não possuírem saúde ou pelo facto de já não terem junto a si entes queridos que faleceram.

Gráfico nº 19. Perspectiva do Entrevistado sobre a sua Situação de Pobreza



Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

8.6.3. Perspectiva do Entrevistado sobre Formas de Combater a Pobreza

Quadro nº 62. Perspectiva do Entrevistado sobre Formas de Combater a Pobreza

Entrevistado	Perspectiva do entrevistado sobre formas de combater a pobreza
Sílvia (25 anos, nunca trabalhou, a auferir R.S.I.)	<i>“...se me saísse o euromilhões ajudava as pessoas mais pobres...chegava àquelas aldeias...via que as pessoas tinham falta, dava um tanto dinheiro a elas...quando elas tivessem falta iam lá...buscar tudo.”</i>
Amélia (50 anos, cantoneira de limpeza)	<i>“...dava trabalho a toda a gente e um bom ordenado...e as coisas mais baratas...como antigamente...”</i>
Odília (77 anos, ajudante de lar, reformada)	<i>“Se fosse eu que mandasse, mandava o Salazar...não havia cá droga, foi isso que deu cabo disto tudo.”</i>
Jorge (40 anos, trabalhador na área da hortofloricultura)	<i>“...ajudava aqueles que precisassem, se tivesse...ajudava os pobres...se tivesse dinheiro, se tivesse as vida como muita gente tem...ajudava-os.”</i>
Felisbela (30 anos, auxiliar de acção educativa, desempregada a auferir R.S.I.)	<i>“Ajudava todo o mundo...se me saísse o euromilhões ajudava a quem precisasse...distribuía pelas instituições, principalmente pela Cáritas que me tem ajudado muito.”</i>
Inês (55 anos, varredora de ruas, desempregada)	<i>“...isso não sei explicar...gostava que a minha vida mudasse...a minha vida não muda...farto-me de ir a Assistentes Sociais...não sou ajudada em nada.”</i>
Margarida (32 anos, funcionária do comércio, integrada num programa ocupacional)	<i>“...criar mais postos de trabalho era uma boa solução...havendo trabalho se calhar havia mais poder de compra...é como se fosse uma bola...vivemos uns dos outros...se eu tiver mais dinheiro...vou comprar e a pessoa que vende, vende mais...”</i>
Mariana (35 anos, empregada de limpeza, a auferir R.S.I.)	<i>“...não consigo imaginar que tipo de recursos é que temos...acho que isto devia ser melhor distribuído...há pessoas que são indevidamente ajudadas, são uns parasitas do apoio social...gastámos mais do que devíamos, até os recursos naturais esgotámos...agora apagamos duras penas.”</i>
Artur (41 anos, trabalhador na construção civil, desempregado)	<i>“...se eu tivesse dinheiro dava, agora assim o que...vou dar? Eu também não tenho.”</i>
Paulo (40 anos, mediador intercultural)	<i>Era tirar aos ricos e dar aos pobres, se...pudesse não havia ricos...para mim era tudo igual...ter os mesmos direitos, os mesmos deveres...estarem todos no mesmo patamar...”</i>
Maria (46 anos, empregada de limpeza, desempregada a auferir R.S.I.)	<i>“Tirava a miséria que há no nosso país...Dava trabalho...”</i>
João (57 anos, trabalhador rural, desempregado a auferir R.S.I.)	<i>“...sair o euromilhões...Acabava logo com a pobreza para mim...podia auxilia-los (aos outros)...mas não podia ser muito porque primeiro estava eu...”</i>

Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

Quando questionados sobre o que fariam para terminar com a pobreza, os entrevistados foram convidados a partilhar as suas perspectivas sobre formas de combater a pobreza.

No cômputo geral, as opiniões manifestadas concentraram-se na distribuição equitativa de recursos pelos mais pobres, manutenção de postos de trabalho, diminuição do custo de vida e aumento do poder de compra, possibilitando desta forma um maior

equilíbrio entre “ricos” e “pobres”, conforme se pode ler nas sinopses das entrevistas realizadas.

8.7. Perspectivas de Futuro

8.7.1. Perspectiva do Entrevistado sobre o Local onde Habita e onde Gostaria de Viver

Quadro nº 63. Perspectiva do Entrevistado sobre o Local onde Habita e onde Gostaria de Viver

Entrevistado	Perspectiva do entrevistado sobre	
	Local onde habita	Onde gostaria de viver
Sílvia (25 anos, nunca trabalhou, a auferir R.S.I.)	“...nasci aqui e hei-de morrer aqui.”	“...gostava de viver aqui no meu bairro.”
Amélia (50 anos, cantoneira de limpeza)	“...o bairro há bons e ruins...se for para a cidade...há...a mesma coisa...É um bairro como outro qualquer...As vezes as pessoas é que deitam a fama, mais do que...é...”	“Aqui no meu bairro.”
Odília (77 anos, ajudante de lar, reformada)	“Não (gosto de viver em Beja)...não tenho recordações boas...não fui amada...fui um farrapo que vim para aqui.”	“...gostava de viver no monte onde nasci.”
Jorge (40 anos, trabalhador na área da hortofloricultura)	“...gosto de viver cá,...sempre disse...quando morrer é quando abalo daqui...”	“Sempre no meu bairro...não abalo daqui.”
Felisbela (30 anos, auxiliar de acção educativa, desempregada a auferir R.S.I)	“...foi...onde fui criada...que nasci...gosto de viver...Não gosto é...venda da droga...se pudesse mudar isso mudava.”	“No mesmo sítio, gosto de viver no meu bairro.”
Inês (55 anos, varredora de ruas, desempregada)	“...a minha terra foi aqui, foi aqui que...nasci...que...fui criada...”	“Numas belas casas...mas aqui em Beja.”
Margarida (32 anos, funcionária do comércio, integrada num programa ocupacional)	“Porque...sempre vivi...gosto de viver cá...tenho cá a minha família.”	“...gosto de viver cá.”
Mariana (35 anos, empregada de limpeza, a auferir R.S.I)	“Já gostei mais quando havia outras oportunidades...agora nem tanto...temos que...implorar...”	“Não me importava de continuar a viver aqui...onde pudesse criar bem as minhas filhas em sossego...sem muita correria.”
Artur (41 anos, trabalhador na construção civil, desempregado)	“Aqui é que temos tudo...é que eu nasci, a minha família, os meus pais estão cá, aqui...tenho os meus apoios...”	“...gostava de viver aqui.”
Paulo (40 anos, mediador intercultural)	“...é sossegado, sou reconhecido desde a minha adolescência...por toda a gente...gosto de viver onde me conhecem...é um sítio de confiança...sou respeitado...sinto-me bem.”	“...gosto de viver onde vivo...onde estou...”
Maria (46 anos, empregada de limpeza, desempregada a auferir R.S.I)	“...Gosto...não vivi em mais lado nenhum.”	“Na França...as pessoas são diferentes...”
João (57 anos, trabalhador rural, desempregado a auferir R.S.I)	“Gosto, porque...já estou aqui há tempo e já fiz amizade com as pessoas...como se estivesse na minha terra...”	“Gostava de viver aqui em Beja...”

Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

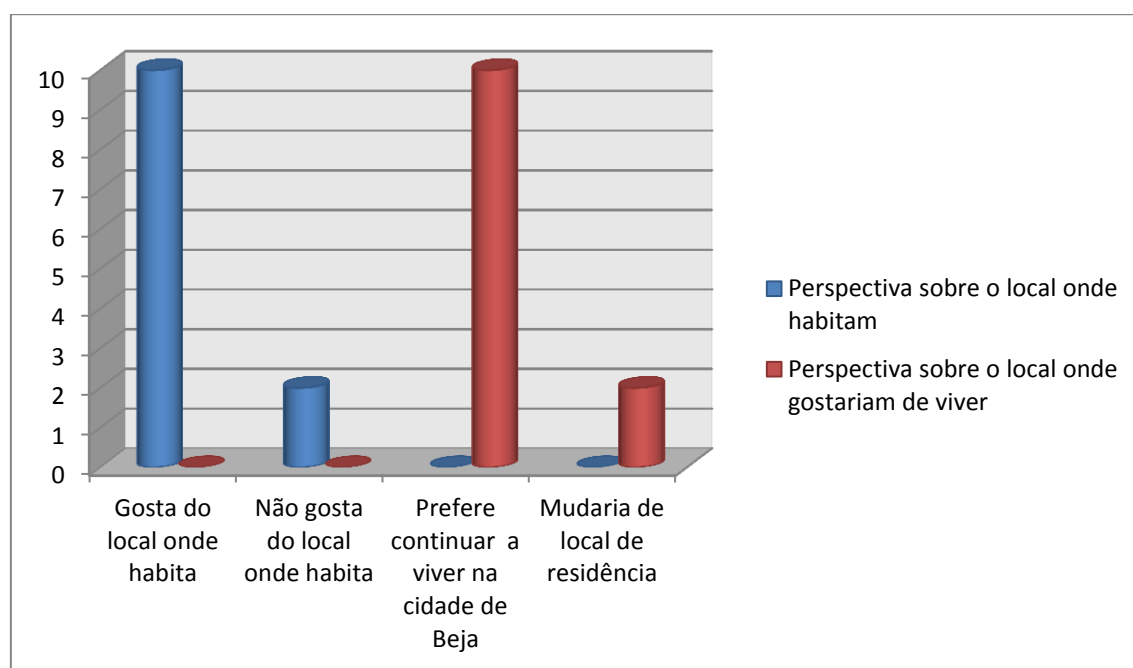
Na prossecução dos objectivos desta investigação, considerou-se importante compreender as perspectivas de futuro das doze pessoas que colaboraram neste trabalho. Para tal, os entrevistados foram questionados sobre a sua opinião acerca do local onde habitam, e em simultâneo foram convidados a pronunciarem-se sobre o local onde gostariam de viver.

As respostas obtidas revelaram alguma homogeneidade, senão veja-se que dos doze entrevistados, dez pessoas afirmam gostar do local onde habitam, argumentando ser a cidade onde nasceram e gostariam de morrer, apoiando-se no facto de ser na cidade de Beja que têm as suas redes familiares.

Os restantes entrevistados demonstram uma opinião contrária, na medida em que, entendem que na cidade de Beja se verificou um decréscimo de oportunidades de trabalho, relata Mariana, ou ainda pelo facto de não possuir recordações agradáveis da vivência nesta cidade, menciona Odília.

No que respeita ao local onde gostariam de viver, as opiniões são semelhantes, com dez entrevistados a manifestarem a sua preferência por continuar no local onde vivem actualmente.

Gráfico nº 20. Perspectiva do Entrevistado sobre o Local onde Habita e onde Gostaria de Viver



Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

8.7.2. Perspectiva do Entrevistado sobre o que ainda Gostaria de Realizar na Vida

Quadro nº 64. Perspectiva do Entrevistado sobre o que ainda Gostaria de Realizar na Vida

Entrevistado	Perspectiva do entrevistado sobre o que ainda gostaria de realizar na vida
Sílvia (25 anos, nunca trabalhou, a auferir R.S.I.)	<i>“Às vezes sonho...estou comendo...estou numa bela casa...”</i>
Amélia (50 anos, cantoneira de limpeza)	<i>“...sempre sonhei conduzir um camião...um bom jardim de infância para os moços brincarem, que aqui não há nada...”</i>
Odília (77 anos, ajudante de lar, reformada)	<i>“Gostava de ler...bons livros...e arrumava as coisas de outra maneira como...tinha antes a casa...que...para...estar em condições tinha que gastar ali vinte ou trinta mil contos.”</i>
Jorge (40 anos, trabalhador na área da hortofloricultura)	<i>“Desde que trabalhasse, sempre gostei de fazer tudo.”</i>
Felisbela (30 anos, auxiliar de acção educativa, desempregada a auferir R.S.I.)	<i>“Fazer os meus filhos felizes...comprava o que os meus filhos precisassem...para brincar...Eles querem muito, mas eu não tenho para lhes dar.”</i>
Inês (55 anos, varredora de ruas, desempregada)	<i>“...o que eu gostava...era trabalhar na Câmara...a varrer as ruas...e a podar...sempre gostei...só que não tenho oportunidade...sempre gostei de trabalhar...”</i>
Margarida (32 anos, funcionária do comércio, integrada num programa ocupacional)	<i>“...uma viagem...gostava de ir a Veneza...gostava que me saísse o euromilhões...”</i>
Mariana (35 anos, empregada de limpeza, a auferir R.S.I.)	<i>“...gostava muito de viajar...conhecer outras culturas...gostava muito de tirar um curso superior...aquilo que mais quero na minha vida é criar, sem sobressaltos a Maria e a Joana (filhas)...gostava que elas se sentissem realizadas.”</i>
Artur (41 anos, trabalhador na construção civil, desempregado)	<i>“Ter uma empresa de trabalho...tinha trabalho e uma empresa para dar trabalho às pessoas...”</i>
Paulo (40 anos, mediador intercultural)	<i>“Gostava de viajar...conhecer certas coisas que ainda não tive oportunidade...”</i>
Maria (46 anos, empregada de limpeza, desempregada a auferir R.S.I.)	<i>“Trabalho...”</i>
João (57 anos, trabalhador rural, desempregado a auferir R.S.I.)	<i>“...dar uns passeiosinhos de avião...para não estar sempre no mesmo sítio...gostava de andar como os outros, aí está a pobreza, se tivesse (dinheiro) ia dar uma voltinha...”</i>

Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

Quando questionados sobre o que ainda gostariam de realizar nas suas vidas, os entrevistados partilharam com a investigadora desejos diversos, que se materializariam na concretização de sonhos como viajar, proporcionar um futuro seguro aos filhos, melhorar a habitação onde vivem ou ainda conduzir um camião e construir um jardim-de-infância.

Desta análise, salienta-se ainda o facto de três das pessoas que participaram neste estudo, mencionarem a sua inclusão no mercado de trabalho, como o que gostariam mais de realizar na vida.

8.7.3. Forma como o Entrevistado Encara o Futuro

Quadro nº 65. Forma como o Entrevistado Encara o Futuro

Entrevistado	Forma como o entrevistado encara o futuro
Sílvia (25 anos, nunca trabalhou, a auferir R.S.I.)	<i>“...o meu futuro é cuidar dos meus filhos...deixá-los amparados...depois se Deus me quiser levar...já fiz a minha obrigação de mãe.”</i>
Amélia (50 anos, cantoneira de limpeza)	<i>“...o meu futuro é cada vez mais miséria, trabalho demais...não são os trabalhadores que são para ter miséria.”</i>
Odília (77 anos, ajudante de lar, reformada)	<i>“...vejo-o cada vez pior...”</i>
Jorge (40 anos, trabalhador na área da hortofloricultura)	<i>“O meu futuro está feito como eu estou...na mesma miséria...para a frente não sou capaz de ir, sempre para trás.”</i>
Felisbela (30 anos, auxiliar de acção educativa, desempregada a auferir R.S.I.)	<i>“Espero que o meu futuro seja bom...sonho que possa...dar um futuro bom aos meus filhos...para realizar os sonhos deles...para mim se...pudesse arranjar um trabalho, já era o meu futuro...era bom.”</i>
Inês (55 anos, varredora de ruas, desempregada)	<i>“O meu futuro vejo-o para trás...a gente pensa que tem, mas não temos nada na vida...”</i>
Margarida (32 anos, funcionária do comércio, integrada num programa ocupacional)	<i>“...vejo-o um bocado complicado...tenho medo de...não arranjar trabalho...é menos esse dinheiro, são mais dificuldades...”</i>
Mariana (35 anos, empregada de limpeza, a auferir R.S.I.)	<i>“Mais próximo...vejo...mesmo mau...vejo dificuldade...não ter dinheiro para a renda...que não vou conseguir...mais longínquo tenho esperança...que vou conseguir superar isto...arranjar um (outro) emprego...para mudar de casa...”</i>
Artur (41 anos, trabalhador na construção civil, desempregado)	<i>“...fraco...Da maneira que as coisas estão...Vamos morrendo sem saber e novos, acho que...vai ser o futuro.”</i>
Paulo (40 anos, mediador intercultural)	<i>“...vejo o meu futuro um pouco complicado...agora a expectativa é acordar sempre bem...que não me falte trabalho, para mim já é um grande futuro...”</i>
Maria (46 anos, empregada de limpeza, desempregada a auferir R.S.I.)	<i>“Com poucas esperanças...falta o trabalho...voltar a ter comida em casa...”</i>
João (57 anos, trabalhador rural, desempregado a auferir R.S.I.)	<i>“Tenho esperança...a gente tem sempre uma esperança quando acorda de manhã...”</i>

Fonte: Entrevistas realizadas pela investigadora nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011

A última questão colocada aos entrevistados, pretendeu indagar a forma como cada uma das pessoas que deu o seu contributo a este trabalho, encara o seu futuro.

O cômputo geral das respostas obtidas, revela o receio perante o futuro por parte dos entrevistados, baseado na possibilidade de não encontrarem trabalho ou de não conseguirem superar a sua situação de pobreza, opinião manifestada por oito dos entrevistados que afirmam possuir “poucas esperanças” face ao futuro.

Os restantes entrevistados, esperam conseguir levar a cabo o seu papel de progenitores, criando condições para o crescimento dos seus filhos, manifestando esperança na intenção de superar a sua situação de pobreza.

Face a estes testemunhos, que traduziram as vivências da pobreza na primeira pessoa, é importante reflectir e apresentar as principais elações sobre o que foi relatado, o sentido do que foi vivido pelos intervenientes, procurando encontrar linhas de continuidade e rupturas com o pensamento dos Assistentes Sociais entrevistados e o confronto com o referencial teórico subjacente a esta investigação.

Capítulo 9. Vidas e Percursos de Pobreza: Análise Global

Este ponto visa realizar uma análise global dos dados recolhidos, por via das entrevistas realizadas, junto de um grupo constituído por sete Assistentes Sociais, que se encontravam vinculados a instituições com intervenção no fenómeno social da pobreza a nível local; e de um grupo constituído por doze pessoas, que à data da entrevista, eram acompanhadas pela acção social de instituições de apoio social da cidade de Beja e se mostraram disponíveis para colaborar nesta investigação.

Perante o confronto com a análise do perfil genérico deste último grupo de pessoas, que vivenciavam situações de pobreza, pretendeu-se “...dar sentido ou... ordenar realidades extremamente complexas e multidimensionais...” (Amaro e Branco, 2010:7). Perseguindo este objectivo foi possível determinar que a pobreza na cidade de Beja está representada localmente por dois universos distintos: a) o universo das pessoas que vivenciam uma situação de pobreza, mas mantêm um vínculo com o mundo do trabalho (quatro entrevistados) e b) o universo das pessoas em situação de pobreza sem grau de vinculação com o mundo do trabalho (oito entrevistados).

Pese embora o risco presente, neste tipo de categorização em “... tipos de pobres e a consequente perda de sentido da individuação e da singularidade com que estas experiências e trajectórias são vivenciadas.” (Amaro e Branco, 2010:7), a pertença ao mercado de trabalho constitui um eixo de diferenciação na análise destes perfis. Porém, é igualmente constatável que quando o trabalho não permite auferir de rendimentos financeiros suficientes, não funciona como alavanca de saída da pobreza, pelo que não pode considerar-se como um dado adquirido e generalizável, mas como indicador de análise.

A par destes dois universos, e transversais aos mesmos, foram igualmente identificadas três formas de vinculação à acção social de instituições de apoio social da cidade de Beja, pois que face aos objectivos desta investigação, importava partir do pressuposto que

“... A aceitabilidade de identificação como «pobre» depende,... da condição social objectiva, do grau de dependência das populações em situação de precariedade económica e social face aos serviços de Acção Social e, enfim, dos interesses recíprocos do assistente – que identifica – e dos utilizadores – que são identificados.” (Paugam, 2003:32).

Assim, compreender a relação deste grupo de pessoas com as instituições de apoio social foi fundamental e permitiu constatar a existência de três tipologias de relação:

- a) A relação em que existe acesso ao apoio social com estatuto de carenciado, por pessoas que estão enquadradas em medidas e programas de luta contra a pobreza, das quais se destacam o Rendimento Social de Inserção, o Subsidio de Desemprego, o Subsidio Social de Desemprego ou o apoio alimentar e financeiro de instituições como a Cáritas Diocesana de Beja; o Centro Social Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança ou o Centro Distrital de Segurança Social de Beja;
- b) A relação em que foi quebrado o acesso ao apoio social, que entretanto cessou ou foi indeferido, mas segundo a qual as pessoas mantêm o estatuto de carenciado, mediante a indicação dos Assistentes Sociais que colaboraram neste estudo, que continuam a acompanhar estas situações no âmbito da acção social das instituições sociais da cidade de Beja;
- c) A relação por via da qual as pessoas almejam o estatuto de carenciado, aguardando decisão de pedidos de integração em medidas ou programas de luta contra a pobreza.

Realça-se que nas duas últimas tipologias de relação b) e c) o estatuto de carenciado, suplanta as prestações pecuniárias auferidas e dependentes da prova de recursos e concentra-se na indicação técnica e profissional dos Assistentes Sociais que deram o seu contributo para esta investigação, que acompanham as pessoas em situação de pobreza ao nível da acção social das instituições onde realizam a sua actividade profissional.

Quando analisado o perfil das doze pessoas, que deram o seu contributo para este estudo, verifica-se que grosso modo estas pessoas estão desempregadas, facto que pode associar-se a um perfil habilitacional com graus de escolaridade inferiores ao 12º ano e em alguns casos abaixo do 6º ano, existindo duas pessoas entrevistadas que afirmam apenas conseguir assinar o seu nome e uma outra que testemunha nunca ter frequentado a escola. Perante este cenário as trajectórias profissionais foram de certa forma comprometidas, constatando-se é diminuto o número de entrevistados que se encontram integrados no mundo do trabalho, em profissões nas áreas da higiene e limpeza, hortofloricultura e mediação intercultural.

O binómio educação/mercado de trabalho, traduzido na premissa que defende a relação entre a transmissão de capital humano para o nível de rendimento do agregado

familiar (cf. Alves, 2011), parece de todo fazer sentido, sendo igualmente verídico que o desemprego é o factor que mais tem contribuído para o aumento da pobreza em Portugal.

É igualmente significativa a relação entre o abandono escolar e o reduzido investimento na formação ao longo da vida, sendo que a proporcionalidade entre os níveis de habilitações literárias e o acesso a melhores condições de vida, pode efectivamente funcionar como indicativo na aferição das taxas de pobreza pressupondo-se que, quando maior for o número de anos de escolaridade completos, menor será o risco de pobreza. Pois que “...detecta-se uma prevalência de vínculos conjugais positivamente relacionados com o nível de educação...uma significativa transmissão intergeracional da educação em Portugal, o que contribui para a transmissão intergeracional da pobreza.” (Alves, 2009:148-149).

Esta análise, não dispensa porém a aferição dos níveis salariais, o grau de precaridade dos vínculos laborais, pois que recorrendo ao pensamento de Alves (2011), 10% dos trabalhadores em Portugal integram famílias pobres e cerca de 80% dos agregados familiares pobres incluem trabalhadores.

Ao perfil das pessoas entrevistadas, acresce a extensão do agregado familiar do qual fazem parte, que na sua maioria é composto por três a sete pessoas, salientando-se que oito dos doze entrevistados, possuem três ou mais filhos. A este propósito um estudo de 2009 sobre “Novos factos da Pobreza em Portugal” de Nuno Alves encontra como um dos factores explicativos para a existência de 2 milhões de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza (dos quais 300 mil são crianças), o número de pessoas que compõem os agregados familiares, associando-se desta forma a pobreza a famílias numerosas e a indivíduos com menores níveis de escolaridade.

No que respeita aos percursos individuais das doze pessoas entrevistadas, a reflexão sobre os momentos marcantes das suas vidas, foi elucidativa de percursos de vida pouco lineares, marcados por rupturas e descontinuidades, acontecimentos e episódios que parecem ter ditado, pelo menos em parte, um caminho pautado pela experiência da pobreza. Pelo que

“... as condutas sociais não aparecem redutíveis a puras aplicações de códigos interiorizados ou a encadeamentos de opções estratégicas que fazem da acção uma série de decisões racionais. Por isso, essas condutas não estão diluídas no fluxo contínuo de uma vida quotidiana feita de interacções sucessivas; elas são organizadas por princípios estáveis mais heterogéneos.” (Dubet, 1994:93).

É neste sentido, que aplicar um conceito de transição linear às várias etapas e episódios de vida das pessoas entrevistadas em situação de pobreza, parece não fazer sentido, dado que a valorização é centrada no sujeito, na sua autenticidade, na sua argumentação e não na trajectória de vida como uma sucessão de etapas identificáveis e previsíveis. (cf. Pais, 2001).

Do cômputo geral, das pessoas que vivenciam uma situação de pobreza e que colaboraram nesta investigação, foram marcantes relatos sobre a ocorrência de episódios de violência doméstica, de situações de doença ou morte de familiares próximos, rupturas afectivas com companheiros (as) ou cônjuges, materializadas por vezes de forma violenta, e quase sempre acompanhadas numa quebra de recursos financeiros, por parte dos entrevistados.

A par, foi igualmente relatado o abandono precoce do sistema escolar, dadas as dificuldades financeiras dos progenitores, ou ainda as situações de endividamento, perda do emprego ou ocorrência de uma gravidez não planeada. Estes momentos parecem constituir-se como uma sucessão de incidentes críticos, que decoram e enformam situações de pobreza, pautadas em muitos dos casos pelo não acesso a meios de satisfação de necessidades humanas básicas, como a alimentação ou o vestuário.

A heterogeneidade de percursos que conduziram as pessoas a uma situação de pobreza, obriga a uma reflexão sobre as estratégias de inserção social pois que é fundamental que a intervenção social sobre este fenómeno considere “...o perfil diferenciado dos beneficiários... pois variam bastante de individuo para individuo... esta política deve focar-se nos factores que estruturam as condições de pobreza, exclusão e imobilização social...”⁴⁷

Num polo oposto, a maioria dos entrevistados, quando questionados sobre os momentos mais felizes das suas vidas, não hesitam, no caso dos que possuem filhos, a associar o nascimento dos seus descendentes aos momentos mais gratificantes do seu percurso existencial.

De outro modo, a forma como estas pessoas que deram o seu contributo para este trabalho, vivenciam o quotidiano parece assumir uma ligação com a vivência de uma situação de pobreza. Quando questionados sobre a forma como “passam o seu dia”, o facto de estarem desempregados ou reformados, e portanto em desvinculação com o mercado de trabalho, conduz a que estas pessoas na generalidade realizem tarefas

⁴⁷ Retirado do site <http://observatorio.das.desigualdades.cies.iscte.pt> acedido a 25 de Fevereiro de 2011

relacionadas com o universo doméstico, manifestando um quotidiano quase exclusivamente confinado ao lar.

Constata-se que a vivência de uma situação de pobreza, não pode dissociar-se da vida social como um todo. O corte com um dos elos estruturadores da vida do Homem-o trabalho – a consequência mais imediata será a perda de rendimentos, porém outras consequências de índole indirecta parecem advir, inclusive a nível emocional, afectando as relações sociais e em muitos casos diminuiu a participação destas pessoas na vida colectiva das comunidades.

As pessoas que vivenciam situações de pobreza, que não confinam o seu quotidiano apenas ao espaço doméstico, possuem uma rotina que incorpora a deslocação a instituições sociais, a par de tarefas como levar os filhos à escola e em casos com menor expressão passear ou frequentar o café.

As redes de sociabilidade das pessoas entrevistadas, traduzem-se em relações interpessoais muito centradas na família, mencionada como o foco central de partilha do quotidiano, confinado a um grupo restrito de membros que geralmente partilham o mesmo agregado familiar. É assim pertinente afirmar que as desigualdades da sociedade actual, parecem fortalecer as redes de solidariedade informal, com enfoque no núcleo familiar, que se assumem como factores de protecção na adversidade como a doença, o desemprego ou as dificuldades financeiras. (cf. Estivil, 2000).

A relação das pessoas pobres com a família e outras redes de sociabilidade, demonstra que os entrevistados na sua generalidade, manifestam manter relações de proximidade com membros do seu núcleo familiar. Não deixa porém, de ser significativo que cinco entrevistados confessam a distância familiar motivada pela perda de entes queridos ou separações conjugais.

A função de amortecedor dos efeitos da vivência de uma situação de pobreza, que a família representa, parece ser tão mais forte quanto a capacidade da mesma para apoiar os seus membros “mais pobres”. Assume por isso coerência, o nexo de causalidade entre a proximidade do relacionamento com a família e o provimento de apoio afectivo e material perante a pobreza, que será tendencialmente maior quanto maior forem os laços familiares.

Esta última dimensão, terá ainda mais sentido, quando se encontra em causa a satisfação de necessidades humanas básicas, como a alimentação, o vestuário ou a ajuda financeira. O pressuposto, parte do facto das necessidades humanas possuírem uma conotação universal, sendo por isso identificadas em qualquer sociedade ou cultura,

instituídas e reconhecidas historicamente. Existem, deste ponto de vista, dois conjuntos de necessidades básicas e universais: a saúde e a autonomia, essenciais à participação social e desenvolvimento do Ser Humano. (cf. Pereira, 2002).

Esta centralidade na família, faz com que as próprias relações interpessoais das pessoas em situação de pobreza entrevistadas se confinem, em grande parte, ao núcleo familiar. Não sendo de descurar redes de sociabilidade mantidas com amigos, vizinhos, colegas ou pessoas que frequentam as instituições de apoio social, a família parece ser o verdadeiro “amortecedor” para os efeitos da pobreza, sendo digno de realce que quanto mais próximo este espaço familiar se torna, o sentimento de desconfiança em redes de sociabilidade externas tende a aumentar.

A pobreza surge neste cenário como determinante de uma condição existencial, perante a qual se devem considerar não apenas necessidades materiais, mas igualmente outras do foro psicológico, social ou cultural, cuja insatisfação se repercute em aspectos como a personalidade, a relação com os outros e com a comunidade em geral. (cf. Bruto da Costa, 2008).

Assumindo relações de proximidade com a família pautadas pela frequência e convívio, em muitos casos diário, as actividades realizadas pelos entrevistados com os seus entes mais próximos, confinam-se principalmente à habitação. São ainda mencionadas actividades como beber ou comer, conversar ou ir ao café, reforçando-se a importância para os entrevistados deste tipo de sociabilidade de base familiar.

A insuficiência de recursos financeiros, surge mais uma vez, caracterizada como um elemento obstrutor ao tipo de actividades realizadas no âmbito das relações sociais mantidas, pois que para além da subsistência, um dos pilares organizativos da pobreza prende-se com a desigualdade, que atinge “... os indivíduos, famílias e grupos cujos recursos materiais, culturais e sociais são tão fracos que os excluem dos modos de vida mínimos aceitáveis na sociedade em que residem.” (Capucha, 2005: 70)

Os locais frequentados por este grupo de entrevistados centram-se no espaço físico, geográfico e social da cidade de Beja, facto que pode encontrar relação com testemunhos segundo os quais estas pessoas mais uma vez relatam privar-se da frequência de alguns locais, novamente constrangidas pela insuficiência de recursos financeiros e consequentemente pela vivência de uma situação de pobreza. Pois que, parecem existir condicionalismos, que as colocam em situação de desvantagem em relação a outros, de que são exemplos pertencer a uma comunidade social e economicamente desfavorecida; ter problemas com o alojamento; não possuir

habilitações ou ter um percurso de insucesso e/ou abandono escolar; ter fracas qualificações académicas e profissionais; pertencer a uma família com recursos insuficientes; viver em situação de precaridade laboral ou estar desempregado e possuir uma identidade negativa e/ou ser alvo de estigma social. (cf. Capucha, 2005).

A realidade destes cenários de vida, conduziu à tentativa de perceber a forma como os entrevistados gostariam que fosse o seu dia-a-dia, permitindo constatar que metade deste grupo de pessoas, exprime o desejo de exercer uma actividade profissional, encarando a (re) vinculação profissional como um veículo fundamental para sair da situação de pobreza. É neste contexto, que o desejo de quebrar a convivência com a pobreza, transforma o acto de trabalhar na forma como os entrevistados gostariam de viver os seus dias.

Os obstáculos parecem acentuar às exigências para o acesso, cada vez mais fragmentado, ao mercado de trabalho, com base numa constante qualificação e actualização de saberes. O quadro de desemprego estrutural, é uma problemática que compromete todo o quadro de garantia dos direitos humanos e gera mudanças na reprodução dos mecanismos de pobreza, sendo este “... um desafio fundamental, na perspectiva dos Direitos Humanos ...A complexidade dos problemas sociais estruturais que emergiram nas últimas décadas...reclamam que ele seja considerado de uma forma séria e rigorosa.” (Branco, 1996:46).

A prática profissional dos setes Assistentes Sociais entrevistados, perante as situações de pobreza, permitiu olhar, ainda que parcialmente para a forma como se configuram as respostas sociais locais face ao fenómeno da pobreza na cidade de Beja.

Quanto ao percurso profissional destes Assistentes Sociais, no seio das instituições onde exerciam à data da entrevista, a sua actividade, quatro destes profissionais já desenvolviam o seu trabalho há mais de dez anos nas respectivas instituições, sendo que uma destas profissionais já se encontrava ao serviço há duas décadas, acompanhada de outra Assistente Social que à data já contava com dezanove anos de serviço. Apenas um dos Assistentes Sociais, encontrava-se vinculado há menos de dez anos na instituição onde exerce a sua profissão.

Desta forma, é possível depreender a existência de uma consolidação de percursos profissionais que permitem conhecer e olhar o fenómeno da pobreza por dentro. Estes profissionais, na sua maioria, apresentam percursos profissionais diversificados, marcados igualmente pelo exercício de cargos de direcção ou chefia, no seio destas instituições da cidade de Beja.

Na qualidade de interlocutores privilegiados, o trabalho destes Assistentes Sociais permite discernir de certa forma, a intervenção social realizada perante as situações de pobreza na cidade de Beja, sendo a mesma confinada ao perfil e área de intervenção da respectiva instituição onde se enquadra.

Na maioria dos locais em questão, eram predominantes as funções de atendimento e acompanhamento social, junto de públicos em situação de vulnerabilidade social, embora nos casos em que os profissionais assumem cargos de direcção ou chefia, a relação com as pessoas em situação de pobreza seja indirecta, centrada em funções de coordenação de recursos humanos e gestão de equipas.

O paralelismo, entre os objectivos institucionais enunciados por estes profissionais, e a intervenção no âmbito das situações de pobreza, ocorre por via da vocação e missão destas instituições, em muito alicerçada na garantia de meios de subsistência. Tendo o ano de 2010 consagrado como “Ano Europeu de Combate à Pobreza e à Exclusão Social” estas finalidades parecem ter sido insuficientes pois que se assistiu a

“... uma clara reversão do progresso em termos de luta contra a pobreza observado nos últimos anos. De facto, a conjugação de uma dinâmica recessiva da economia com algum retrocesso em termos da rede de protecção social implicou um aumento significativo das famílias numa situação de privação material. Esta dinâmica é particularmente gravosa pois tenderá a persistir no tempo, dada a natureza estrutural dos factores que lhe estão subjacentes – nomeadamente a necessidade de correcção dos desequilíbrios da economia portuguesa e a segmentação prevalecente no mercado de trabalho, com um elevado nível de desemprego estrutural.” (Alves, 2011:50).

Os meios que estas instituições locais possuem para intervir no fenómeno da pobreza, são muitas vezes apelidados de “mínimos” no provimento de meios de satisfação de necessidades humanas. O conceito de minimax parece aqui fazer sentido ao “... esperar o melhor dos pobres, oferecendo-lhes apenas o mínimo ou o pior da protecção social.” (Pereira,2002:41).

A tendência, centra-se assim, em promover condições mínimas e não básicas, que deveriam identificar-se com níveis mais elevados de aquisição de bens e serviços na promoção de direitos humanos.

As respostas sociais locais às situações de pobreza, apresentam uma moldura legal, enformada não raras vezes por regulamentos e normas. Procura-se legitimar os mínimos sociais e ainda fazer com que através destes as pessoas pobres se integrem no

mercado de trabalho ou aumentem o nível de formação ou escolaridade. Estes serviços de que realizam acção social na cidade de Beja possuem, com base nesta lógica, a pretensão de aumentar os recursos económicos das pessoas em situação de pobreza, centrados no atendimento e acompanhamento social, do qual resulta a atribuição de prestações pecuniárias, quase sempre condicionadas à prova de recursos.

Perante este cenário, importa relembrar a existência de dois importantes fenómenos: a fragilização das estruturas de financiamento dos Estados e o aumento das desigualdades social, que impõem em ambos os casos novas formas de intervenção social, considerando-se ainda a

“...alteração do papel dos actores sociais que a acompanha. E há três dimensões dessa alteração que requerem a nossa particular atenção: a crescente descentralização do Estado, as tendências de privatização dos serviços sociais e da protecção social, e a crescente importância do ‘terceiro sector’ (da economia social) ...” (Pereirinha, 1997:137).

As respostas sociais locais face ao fenómeno da pobreza, na cidade de Beja, são influenciadas pelos objectivos dos próprios Assistentes Sociais entrevistados. Estes objectivos encontram, na generalidade, relação com as instituições onde estes profissionais operam.

Assim, a missão de combate à pobreza é enformada por moldes institucionais, sendo associada a um discurso centrado na eficácia do funcionamento dos serviços, para a qual os profissionais de Serviço Social entrevistados consideram ser essencial a disponibilidade, articulação interprofissional e trabalho em equipa. Da análise dos testemunhos destes entrevistados, são menos expressivos os objectivos que assentam em investimentos pessoais, como a continuidade da formação académica ou a gratificação oriunda de um sentimento de “dever cumprido”, declarados por dois Assistentes Sociais, respectivamente.

A articulação dos profissionais de Serviço Social, com outros profissionais é analisada com base em dois polos opostos. Por um lado, este processo é entendido como produtivo e relevante para abrir canais de comunicação entre instituições, contribuindo para que os serviços funcionem eficazmente e acrescentando conhecimento sobre o problema social da pobreza na cidade de Beja; por outro, esta visão é desconstruída quando os profissionais de Serviço Social mencionam as dificuldades na concretização deste processo de articulação.

Parece assim, que a configuração das respostas sociais locais face ao fenómeno da pobreza, padecem de obstáculos como a sobreposição de intervenções, realizadas em simultâneo por vários profissionais, e ainda as fronteiras tidas como ténues entre as competências atribuídas a vários profissionais que operam na esfera da intervenção social. Como constrangimento a este trabalho, acresce o grau por vezes diminuto de autonomia do profissional de Serviço Social, que se confronta com questões hierárquicas, que tornam morosos os processos de decisão para a intervenção nos problemas sociais.

Numa outra ordem de ideias, os valores que informam esta prática profissional, são igualmente um veículo para o entendimento das formas de intervenção junto das pessoas em situação de pobreza.

A preservação e respeito pela condição humana alicerçam os valores que informam a prática profissional dos Assistentes Sociais entrevistados. Deste modo, esta prática inspira-se no conjunto de direitos inerentes à pessoa humana, que funcionam como pilares organizativos da própria profissão de Serviço Social. Estes são no entanto propósitos que surgem claramente contrariados pela “...persistência da pobreza... a emergência de novos mecanismos de exclusão social, a não cidadania... que afecta grupos sociais fortemente marginalizados... enquanto prova que o progresso da igualdade face à liberdade do mercado foi incompleto...” (Branco, 1996:43).

Pese embora este cenário, é testemunhada, por parte dos Assistentes Sociais entrevistados, uma preocupação com a elevação da condição de pessoa dos usuários dos serviços de acção social da cidade de Beja, sendo realçada a crença na preservação da dignidade e na capacidade do Ser Humano se autodeterminar.

Pelo presente raciocínio, as respostas sociais locais face ao fenómeno da pobreza, são alicerçadas num elenco de valores como a honestidade, justiça, igualdade, humildade, respeito e confidencialidade, que se aproximam de uma concepção profissional que tem por base o conjunto dos direitos humanos, pois que “...os trabalhadores sociais reportam-se e enfrentam-se com os direitos humanos como uma totalidade indivisível ...em...relevantes problemáticas sociais que ...se lhes colocam.” (Branco, 1996:42).

A empatia e capacidade de escuta, completam ainda o conjunto de características e expressões utilizadas pelos entrevistados, para descrever os valores que informam a sua prática profissional, entendidos como parte das competências relacionadas com o desempenho profissional. É neste prisma, que os Assistentes Sociais que integram parte

do sistema local de resposta à pobreza, consideram como fundamental a qualidade do atendimento que realizam, afirmando pugnar por relações profissionais mais autênticas, afastadas de atitudes preconceituosas, sendo enunciadas a assertividade, tolerância, sinceridade e imparcialidade, como características fundamentais, perante as funções que desempenham.

Os principais referenciais teóricos subjacentes à prática profissional dos sete entrevistados, revelam a existência de quatro perspectivas sobre o papel da teoria, no desempenho profissional dos Assistentes Sociais que colaboraram neste estudo.

Numa primeira visão, é constatável um afastamento das referências teóricas apreendidas no primeiro ciclo de formação dos profissionais em questão, sendo porém omissas as formas como se estabelecem as rupturas e continuidades com os referenciais que serviram de base à sua formação e aqueles que actualmente norteiam a sua prática. Depreende-se, desta forma, chamando ao debate o estudo realizado por Harrison em 1991, alusivo à forma como vinte e cinco trabalhadores sociais utilizavam a teoria (cf. Payne, 2002) que os profissionais em questão “...procuravam informações e formas de olhar para situações divergentes... evitavam procurar similaridades e generalizações.” (Payne, 2002:73).

Uma segunda perspectiva demonstrada pelos profissionais de Serviço Social entrevistados, caminha no sentido oposto, deixando perceber que alguns destes Assistentes Sociais na operacionalização das respostas sociais locais perante o fenómeno da pobreza, possuem referenciais teóricos que continuam a alicerçar-se na sua formação inicial de licenciatura. Ocorre, nesta segunda visão, um processo de comparação e classificação da teoria, mediado pelos objectivos da instituição onde exercem a sua actividade, de acordo com a experiência adquirida e enformada por métodos e formas de fazer já estabelecidos, pois que

“ A situação era comparada com a função da instituição, a experiência prévia e o entendimento da Ciência Social, e classificada de acordo com casos previamente experimentados. Havia uma focalização em questões que sugeriam uma resposta de acordo com métodos ou procedimentos convencionais ou estabelecidos.” (Payne, 2002:73).

Uma terceira perspectiva, funda-se numa aplicação genérica de teorias sobre a prática profissional, que pretendem condensar referenciais teóricos articulados com concepções de liberdade, justiça social e não acomodação.

Por sua vez, a quarta visão constatada por via da análise dos testemunhos dos profissionais de Serviço Social entrevistados, tem como referência teórica a dimensão comunitária da intervenção, aplicada a processos de desenvolvimento social “...enquadrada no sentido das redes ou comunidades, mais do que com indivíduos... com os processos sociais mais do que com os psicológicos.” (Payne,2002:73).

Nas formas de enfrentar a pobreza a nível local, este grupo de Assistentes Sociais utiliza estratégias de discussão e debate de casos em grupo, a valorização da relação entre o profissional e as pessoas que recorrem às instituições, assim como a capacidade de escuta, empatia, partilha de informação e o trabalho no sentido do consenso. É igualmente valorizada a criação de cenários alternativos, como resposta aos problemas sociais crescentes ou ainda a experiência adquirida com o exercício da profissão, como veículo para a resposta assertiva aos desafios profissionais do quotidiano.

Ainda na análise, a esta parcela que configura parte do sistema social local de resposta à pobreza, o modo como os profissionais de Serviço Social entrevistados actualizam os seus conhecimentos, demonstra que os mesmos procuram realizar pesquisas, leituras e frequentar acções de formação, mas não de forma sistemática.

Denota-se igualmente o privilégio atribuído às tecnologias de informação e comunicação, enquanto contributos para a actualização dos conhecimentos a nível profissional.

Assume ainda relevância, o facto de apenas uma Assistente Social ter investido na continuidade da sua formação inicial, por via da frequência de um curso de Mestrado, sendo notórios os relatos que enfatizam a dispersão de actividades e funções desempenhadas profissionalmente, como obstáculos à actualização de conhecimentos.

A relação com as instituições sociais, mantida pelas doze pessoas em situação de pobreza que colaboraram neste estudo, foi fundamental para discernir a ligação/integração dos mesmos em medidas ou programas de luta contra a pobreza e a tipologia do apoio social auferido. Este assume-se como um importante contributo para entender o estatuto e as condições sociais objectivas das populações, em situação de vulnerabilidade económica e social, indo ao encontro da linha de pensamento de Paugam (2007), segundo a qual as pessoas que frequentam serviços de acção social podem assumir três tipos de atitudes: recusa, interiorização ou negociação perante a inferioridade do estatuto de pobre.

Do cômputo dos doze entrevistados, foi constatável a ligação com as instituições que operacionalizam medidas de Política Social a nível local, pois que apenas uma entrevistada que colaborou neste estudo, declara não auferir de nenhum tipo de apoio social, pelo facto do mesmo ter cessado; enquanto que outra pessoa aguarda pelo início dessa relação, através do deferimento de um pedido de ajuda alimentar a carenciados.

É a medida de Rendimento Social de Inserção, a que assume maior relevância no cômputo dos apoios sociais auferidos pelos entrevistados, acumulada em algumas situações com a ajuda alimentar a carenciados ou a frequência da resposta refeitório social. Surge aqui uma das principais tensões identitárias, vivenciado pelas pessoas em situação de pobreza, oriunda de uma ausência de lugar no mercado de trabalho, a par da vertente de (re) inserção social prevista nesta medida. (cf. Diogo, 2008).

Seguidamente, o Subsídio de Desemprego, “... valor em dinheiro que é pago em cada mês a quem perdeu o emprego de forma involuntária, e que se encontre inscrito no Centro de Emprego...” (Instituto de Segurança Social a), 2012:4) e o Subsídio Social de Desemprego, “... pago quando ...não estão reunidas as condições para receber o subsídio de desemprego ... e o rendimento mensal do agregado familiar, por pessoa, não ultrapassa € 335,38.” (Instituto da Segurança Social b), 2012:4) assumem igualmente alguma notoriedade, no conjunto dos apoios sociais auferidos, tendo a missão de compensar a perda dos rendimentos obtidos por via do trabalho.

Questionar as pessoas em situação de pobreza, sobre os motivos que conduziram ao recurso a instituições sociais da cidade de Beja, permitiu vislumbrar que a maioria dos entrevistados declara tê-lo feito por insuficiência de recursos financeiros, razão directamente relacionada com a não satisfação de necessidades humanas básicas como a alimentação ou o vestuário. Os constrangimentos financeiros e materiais, constituem por este prisma o caminho para um percurso de privação, pois que

“ ... ao definir o limiar da pobreza em termos de rendimento necessário para satisfazer as necessidades humanas básicas, não se está a reduzir a pobreza a uma realidade meramente financeira... A falta de rendimentos ...cria uma situação existencial que atinge os mais diversos e profundos aspectos da vida e da personalidade humanas.” (Bruto da Costa et al, 2008:30).

É notório, que os motivos que conduziram os entrevistados a recorrer a instituições sociais, estão em simbiose com as razões apontadas para a situação de pobreza, relação fundada no paralelismo das respostas obtidas. O ponto de vista dos

entrevistados, deixa transparecer que são as razões do foro económico, a par da desvinculação do mercado de trabalho os principais motivos para o confronto com uma situação de pobreza, estando aqui em jogo a satisfação do “... conjunto de condições de carência e privação claramente identificadas e de validade universal inerentes à natureza do homem...” (Idáñez e Ander – Egg, 2008:31), nomeadamente

“...alimentação nutritiva e água potável...habitação adequada...ambiente de trabalho desprovido de riscos...cuidados de saúde apropriados...protecção à infância...relações primárias significativas...segurança física...segurança económica...educação apropriada...segurança no planeamento familiar, na gestação e no parto...” (Pereira, 2002:76).

Na análise, incluem-se também razões que se fundam na vivência de situações ou incidentes críticos na vida dos entrevistados, como a ocorrência de uma gravidez, ser acometido por uma doença ou possuir um filho nessa situação, bem como vivenciar uma situação de endividamento após a aquisição de um imóvel, ser vítima de violência doméstica, vivenciar rupturas afectivas, desvincular-se do mundo do trabalho, ter abandonado precocemente a escola ou nunca ter frequentado o sistema de ensino. Desta forma, surge aqui traduzido o carácter multidimensional da pobreza, recusando uma abordagem que induz a uma única resposta, que não pode desenraizar-se do contexto social e territorial onde ocorrem (cf. Capucha, 2005).

Torna-se interessante, relevar igualmente nesta análise, alguns relatos segundo os quais os entrevistados afirmam serem vítimas de uma distribuição pouco equitativa dos recursos ou que encaram a pobreza como uma condição imutável e fatal, para a qual dificilmente encontrarão uma saída.

Considerando que, a iniciativa do recurso a instituições sociais e a duração do apoio auferido, podem em muito ditar a forma como a pobreza é vivenciada, foi fundamental aferir este aspecto. Constatou-se que a maioria dos entrevistados, afirma ter sido sua a iniciativa do recurso às instituições, seguida da iniciativa do cônjuge ou do encaminhamento realizado por outra instituição.

Na sua maioria, são os entrevistados os titulares dos apoios sociais auferidos, sendo notória a existência de duas situações em que os apoios sociais se prolongam há nove e onze anos, respectivamente, reflectindo desta forma o carácter de durabilidade da situação de pobreza. O mesmo, é inclusivamente mencionado pelos Assistentes Sociais entrevistados, como um critério de análise relevante para a reflexão sobre a forma como

as pessoas pobres vivenciam a sua situação, marcando inclusive a própria transmissão intergeracional da pobreza e a mobilidade social e escolar (cf. INE, 2010).

A perspectiva sobre o atendimento nas instituições de apoio social, revela que a maioria dos entrevistados, considera que o mesmo correspondeu às suas expectativas, sentindo-se ouvido ou bem recebido face ao seu pedido. Esta constatação, encontra relação com o facto do atendimento social ser uma área considerada primordial no desempenho profissional dos Assistentes Sociais entrevistados, como foi possível aferir dos seus testemunhos acerca das estratégias utilizadas e dos valores que informam a sua prática profissional.

No entanto, também foi possível encontrar posicionamentos intermédios e até opostos ao grau de satisfação relatado pela maioria das pessoas em situação de pobreza, que colaboraram neste estudo. Sendo disto exemplo, o testemunho de uma entrevistada, que após o contacto com duas das instituições sociais da cidade de Beja, afirma estar dividida entre um grau de satisfação elevado, perante uma das instituições, e o sentimento de ter sido atendida de forma impessoal num outro local; num polo de insatisfação posicionam-se duas entrevistadas que manifestaram descrença no trabalho do Assistente Social e num atendimento que entenderam como aquém das suas expectativas.

É igualmente digno de realce, que pese embora o grau de satisfação da maioria dos entrevistados, face ao atendimento nas instituições sociais locais, existe uma descontinuidade de opiniões quando nos confrontamos com as perspectivas dos entrevistados sobre a resolução da situação que conduziu ao pedido de apoio social. Embora na sua maioria, os entrevistados em questão afirmem de prestações sociais, apenas três pessoas classificaram a sua situação como resolvida.

Os restantes entrevistados, colocam a tónica no (re) ingresso ao mundo do trabalho, como a única condição de inversão da situação; outras chamam a atenção para o carácter efémero das prestações sociais, que na sua opinião não conduz a mudanças estruturais nas suas vidas, sendo igualmente realçado o facto das instituições sociais, não se terem constituído como um recurso para fazer face à insuficiência de recursos financeiros, da qual afirma ainda padecer.

A desigual distribuição do rendimento em Portugal, parece ser uma matéria cada vez mais pertinente, tendo reflexos significativos em pessoas com baixa escolaridade, sem emprego, membros de famílias numerosas ou pessoas que vivem sós. (cf. Carmo,

2010), estando desta forma em cheque, a acumulação de capital humano, as oportunidades e as condições de participação no mercado de trabalho.

Assim, deste ponto de vista, pelo menos para este grupo de entrevistados a trajectória de recurso a instituições sociais, parece revestir-se de alguma linearidade, encontrando-se maioritariamente centrada no recurso ao Centro Distrital de Segurança Social de Beja, que surge como primeira opção para cinco dos entrevistados, seguindo-se instituições como a Cáritas Diocesana de Beja ou o Centro Social, Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança, dado que o mesmo se situa num bairro de onde são oriundos alguns dos entrevistados. Acrescem a esta lista, embora com menor relevância, instituições como a Cruz Vermelha Portuguesa (delegação de Beja), o Centro Hospitalar do Baixo Alentejo ou a Cercibeja.

As pessoas que vivenciam situações de pobreza, quando questionadas sobre as mudanças sentidas após o recurso a instituições de apoio social, permitiram discernir a existência de testemunhos que afirmam não ter vivenciado nenhum tipo de mudança, enquanto que outros entrevistados que afirmam terem sentido algum tipo de alteração nas suas vidas. Estes últimos, justificam estas mudanças com o facto de terem visto os seus recursos financeiros acrescidos e terem vivenciado um reforço de apoio do foro alimentar, opiniões complementadas pelo sentimento de ter aumentado os conhecimentos com a frequência de acções de formação profissional ou ainda ter encontrado um suporte afectivo da instituição social que frequenta.

No cômputo desta análise, a perspectiva sobre a qualidade dos serviços prestados pelas instituições, fez parte da reflexão realizada pelas pessoas em situação de pobreza e partilhada com a investigadora. A constatação traduz que metade destes entrevistados afirmaram sentir-se satisfeitos, classificando favoravelmente dimensões como o atendimento, a alimentação e o facto de se sentirem apoiadas.

Num outro pólo, a insatisfação relatada parece fundar-se no que os entrevistados apelidam de má qualidade dos alimentos fornecidos, na morosidade do tempo de espera pelo deferimento de pedidos de apoio social ou num sentimento de não terem sido tratados de modo igualitário. Deste modo, encontra-se implícita uma relação entre a vivência de uma situação de pobreza e a obstrução do acesso a um conjunto de direitos

“...pelo estigma do estatuto de assistido que ...põe em risco esse direito, só fará sentido falar-se da relevância dos direitos sociais, se estes se afirmarem como instrumento potenciador de prevenir a sua perda, já que a perda do mais fundamental dos direitos, naturalmente que incapacita os cidadãos a fazerem uso de outros direitos.” (Morgado,1996:9).

No decurso da investigação, partiu-se do pressuposto que compreender a forma como as pessoas pobres vivem a sua situação, implicaria entender a perspectiva das mesmas sobre quais consideram ser os seus direitos e deveres nas instituições de apoio social. Da análise, sobressai primeiramente o facto de o direito à não discriminação na atribuição de apoios sociais, ser mencionado em simultâneo como direito e como dever, deixando transparecer uma visão algo turva do que são direitos e deveres, do ponto de vista das pessoas entrevistadas.

A este olhar, são igualmente acrescentadas referências ao direito a ser ouvido e respeitado, a ser apoiado pelas instituições, e mais particularmente a ter apoio médico e social, assim como o direito a ser tratado “como os outros” ou seja de forma igualitária, a ter conforto, auferir de meios de satisfação de necessidades humanas básicas e de recursos financeiros.

São ainda dignas de menção, as opiniões de duas entrevistadas que afirmam não serem titulares de nenhum tipo de direitos, como se a pobreza as tivesse destituído de tal, na medida em que “...A sua persistência corrói a prossecução de destinos comuns pela sociedade, representa a perda dos talentos de uma fracção da população ...impede a plena participação democrática dos cidadãos...” (Alves, 2011:46).

Por fim, salienta-se igualmente uma entrevistada que menciona o direito a trabalhar, inclusive consignado no nº 1 do artigo 23º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que afirma “Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à protecção contra o desemprego”

Os deveres, que os entrevistados entendem como seus na relação com as instituições que operacionalizam medidas de Política Social a nível local, passam pelo respeito por regras, funcionários e espaços físicos das instituições, estar disponível para qualquer solicitação, ser ajudado e ajudar o próximo e ainda ser bom profissional como requisito para manter o seu posto de trabalho.

Também perante esta análise, existem dois entrevistados que quando questionados sobre o tema em questão, afirmam não ter deveres perante as instituições de apoio social. Face a este cenário, foi inevitável e peremptório reflectir sobre a noção de direitos e deveres que as doze pessoas que colaboraram neste estudo possuíam, sendo possível constatar que quatro entrevistados demonstraram uma visão pouco nítida sobre estes conceitos, considerando direitos e deveres como sinónimos. Ambas as expressões

são encaminhadas para as necessidades que sentem à data da entrevista, de que é exemplo: ter apoio social, usufruir de um tratamento igualitário ou ter um emprego.

Os restantes relatos, embora discirnam o que os entrevistados consideram serem direitos e deveres, também caminham no sentido de uma noção de direitos entendida como possuir algo do qual se tem necessidade, como um trabalho, auferir do salário mínimo nacional ou ser respeitado e tratado de forma igualitária no seu país. A noção de direitos é ainda traduzida como algo essencial e inviolável à vida em sociedade, enquanto “... conjunto de direitos inerentes à essência do ser humano e que tem por primeiro e último fim garantir a este, entre outros direitos, a vida, a liberdade, a igualdade, a integridade, sendo sempre de respeito e carácter universal.” (Mendes, 2002:9).

Já no cômputo da noção de deveres, as pessoas que colaboraram neste estudo demonstraram que o dever é algo que tem que ser cumprido ou realizado, implicando igualmente o respeito pelo próximo. É também de realçar, que duas entrevistadas consideram como dever não contrair dividas e ter um emprego, demonstrando desta forma uma relação entre a noção de dever e a vivência da situação de pobreza em que se encontram.

A par desta análise, a compreensão das formas de concretização do trabalho realizado pelos profissionais de Serviço Social a nível local, assumiu-se como fundamental para o entendimento dos pontos de vista expressos, pelas pessoas que vivenciam situações de pobreza sobre a relação mantida com as instituições de apoio social da cidade de Beja.

Em alguns casos, cabe ao Assistente Social sinalizar as situações de pobreza, dado que é este o profissional que estabelece um primeiro contacto com as mesmas, por via de um acolhimento inicial ou por intermédio do atendimento social que realiza. No entanto, é também uma realidade que em algumas instituições, que compõem as respostas sociais locais face ao fenómeno da pobreza, não existem responsáveis directos pela sinalização de situações de pobreza, e em alguns casos, o conhecimento surge por via de entidades externas que operam directa ou indirectamente em sectores da Política Social, de que são exemplo as Juntas de Freguesia ou as Escolas, que são retratadas como veículos de sinalização de casos de pobreza.

As pessoas cuja carência de autonomia económica e social, as mantem numa relação prolongada com os serviços de acção social, foi considerada como a personificação dos casos mais flagrantes e típicos atendidos pelos Assistentes Sociais

entrevistados. Esta afirmação, surge em grande medida do risco que se encontra implícito nestes casos, estando em causa por vezes a sobrevivência e satisfação de necessidades humanas, à qual se atribui como implicação particular a ocorrência de sérias perdas na vida das pessoas, que colocam em risco as suas condições físicas e sociais de existência (cf. Pereira, 2002), em “...três grandes dimensões substantivas: longevidade e saúde dos indivíduos, conhecimento e condições de vida.” (Índice de Desenvolvimento Humano definido pelo Programa das Nações Unidas⁴⁸)

Aliam-se a esta lista, outras razões em que se fundam os casos mais flagrantes e típicos de pobreza como a baixa escolaridade, desemprego ou precaridade do vínculo laboral, que parecem prolongar quase indefinidamente a vivência de uma situação de pobreza. Uma outra forma de defini-la, passa por categorizar as pessoas que vivenciam este fenómeno em grupos com características que se entendem como comparáveis de que são exemplo os sem-abrigo, as pessoas pertencentes a minorias étnicas, as pessoas idosas com baixos rendimentos ou as pessoas desvinculadas do mundo do trabalho, que são incluídas numa “velha pobreza”, ou seja numa pobreza vista de um ponto de vista das “tradicionais” desigualdades. A pobreza sinalizada mais recentemente, apelidada de “nova pobreza”, parece querer fazer referência às situações de endividamento, por vezes envergonhado e não assumido pelos próprios, englobando ainda situações de oriundas do corte ou redução de prestações sociais.

A conjugação das respostas sociais locais, face ao fenómeno da pobreza, baseiam-se na tríade atendimento, diagnóstico e acompanhamento social, fundado na prova de recursos ou obrigatoriedade de inserção no mercado de trabalho, como base para a atribuição de apoios sociais, mantendo-se a ideia de uma assistência que não é universal, facto que ameaça “... determinadas parcelas marginais ou categorias da população ...ao contrário dos países que adoptam uma abordagem universal, onde a assistência social é destinada ao conjunto da população que dela necessita.” (Muniz,2005:254).

A operacionalização de medidas de Política Social, encontra relação directa com o perfil, áreas e objectivos de actuação das instituições sociais locais. De forma mais marginal, parecem existir intervenções no fenómeno da pobreza, que tentam desvincular-se de um trabalho centrado apenas na atribuição de prestações pecuniárias, de que são exemplo a realização de sessões específicas de formação/informação,

⁴⁸ Glossário de Indicadores retirado do site <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt> acedido a 06 de Abril de 2011

vocacionadas para o (re)ingresso no mundo do trabalho ou a consciencialização da sociedade civil para a denúncia de casos de pobreza, realizada por uma das organizações com intervenção local.

A forma como é determinada a condição de pobre nas instituições locais, encontra-se igualmente fundada na prova de recursos económicos, que permite auferir do estatuto de pobre, sendo importante considerar que facto do “... estatuto de beneficiário ter fortes implicações no modo como este é socialmente categorizado (pobre, dependente do Estado) ... num acto de pobreza geracionalmente reproduzido que propicia a construção de identidades sociais negativas.”⁴⁹

As medidas emanadas de Organismos Governamentais, são sectorializadas em medidas de Política Social fragmentadas, de acesso condicionado pela já mencionada prova de recursos, de que são exemplo o Rendimento Social de Inserção, sendo frequente que “... As estratégias identitárias ...mobilizadas pelos beneficiários são de defesa e resistência face às imposições identitárias provenientes do exterior, à forma como são classificados pelos demais indivíduos, que ...não consideram adequadas à sua situação particular...”⁵⁰

Fora da esfera da prova de recursos, fica o espaço por vezes diminuto, para a análise da fragilidade social, por parte do profissional de Serviço Social. Este espaço, com margem de manobra reduzida, tentar abarcar situações e franjas populacionais cuja situação de pobreza, não é mensurável apenas do ponto de vista económico. É disto exemplo, a situação de desvantagem em que se situam pessoas portadoras de doenças crónicas e incapacitantes, portadoras de deficiência ou pessoas idosas dependentes sem suporte social.

A avaliação que os profissionais de Serviço Social realizam da sua prática profissional, nas instituições sociais da cidade de Beja, é revelada por sentimentos de gratificação e realização perante a actividade profissional desempenhada. Esta sensação de “dever cumprido”, é igualmente verbalizada em discursos que trazem para primeiro plano a concretização dos direitos das pessoas que recorrem às instituições.

Porém, os obstáculos são uma realidade, segundo testemunham estes profissionais, frisando a difícil conjuntura sócio – económica vivenciada à data em Portugal, que constrange a intervenção social em termos de recursos para o combate à

⁴⁹ Retirado do site <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt> acedido a 25 de Fevereiro de 2011

⁵⁰ Retirado do site <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt> acedido a 25 de Fevereiro de 2011

pobreza. Por fim, os condicionalismos na articulação entre profissionais e na delegação de competências por parte das chefias, são assumidos pelos entrevistados, não só como uma frustração, mas também como um entrave à realização de um trabalho com maior qualidade.

O confronto dos relatos dos Assistentes Sociais entrevistados, com as atitudes e acções levadas a cabo pelas pessoas que vivenciam situações de pobreza na cidade de Beja, para romper com a sua situação, permite compreender que a procura de emprego é a forma que estas pessoas consideram mais adequada para combater a pobreza. No entanto, são reveladas as dificuldades sentidas, numa busca incessante e quase sempre sem resposta para o acesso ao mercado de trabalho.

Para aquelas pessoas que ainda possuem algum tipo de vínculo profissional, ainda que precário, manter o emprego surge como uma questão vital para sair de uma situação de pobreza, pese embora almejem melhores condições de vida.

Neste sentido, traduzindo a noção de pessoa pobre como “alguém que vive uma situação semelhante” à sua. Por este prisma, revela-se a tendência de transposição desta noção para a sua própria vivência, associando uma pessoa pobre a alguém que não possui recursos financeiros, não vê as suas necessidades básicas satisfeitas e encontra-se destituído de poder de compra.

A estas noções, acresce igualmente a ideia do pobre como alguém que mesmo tendo um emprego, não encontra no mesmo um factor de protecção contra a pobreza, ou mesmo ser alguém que se encontra no limite da condição humana. No entanto, ser pobre pode significar ser portador de algumas virtualidades, como ser honesto, bom e viver feliz apenas com o essencial para as suas necessidades, ou de forma inversa, ser alguém desinformado e acomodado à sua situação.

Porém, quanto questionados sobre a sua situação em particular, nem todas as pessoas entrevistadas se consideram pobres, embora assumam a insuficiência de recursos financeiros. Afirmam ter saúde e filhos ou serem pobres apenas relativamente, pelo facto de dependerem financeiramente de terceiros.

Para aqueles que se assumem como pobres, a maioria alicerça a sua afirmação na insuficiência de recursos financeiros para subsistir de forma autónoma, pelo que o facto de dependerem de apoios sociais é outra das razões avançadas pelos entrevistados para se considerarem pobres. A estes motivos acrescem não possuir uma habitação condigna, não ter saúde, sentir-se “só” afectivamente ou já não ter junto a si entes queridos que faleceram.

A perspectiva das formas de combater a pobreza, por parte das pessoas que a vivenciam, concentra-se sobretudo na ideia de uma distribuição equitativa de recursos pelos mais pobres, no acesso e manutenção de postos de trabalho, diminuição do custo de vida e aumento do poder de compra. Estas parecem ser as condições fundamentais, para um maior equilíbrio entre “ricos” e “pobres”, almejado pelos entrevistados.

Por sua vez, os Assistentes Sociais que deram o seu contributo a esta investigação, possuem uma noção de pobreza plasmada na ausência de recursos materiais, geralmente de base económica, que assumem repercussões secundárias de índole imaterial, como a ausência de tranquilidade e de resiliência, e ainda constrange o acesso a determinados bens e serviços. A consolidação de uma relação, por vezes permanente, das pessoas pobres com as instituições de apoio social, advém da ausência de meios para se alimentar, vestir ou possuir uma habitação condigna.

Verifica-se deste modo, a coincidência entre esta concepção de pobreza e a forma como é determinada a condição de pobre nas instituições a que estão vinculados estes profissionais, que assenta exactamente na carência económica, como um dos principais critérios para determinar se estamos perante uma situação de pobreza.

Nesta concepção, salienta-se a dimensão imaterial da pobreza, por vezes relegada para segundo plano, talvez pela sua imensurabilidade. Esta dimensão subtrai aos indivíduos a sua oportunidade de escolha, tornando ausentes saídas para a sua situação, dado o não acesso ou desconhecimento das alternativas existentes.

Parece desta forma, que os Assistentes Sociais entrevistados enquanto parte integrante das respostas sociais locais, partilham noções de pobreza e de pessoa pobre muito próximas. Por este prisma, uma pessoa pobre segundo este grupo de entrevistados, possui uma dimensão subjectiva e imaterial, perante a qual, quem vivencia a pobreza vê retiradas as possibilidades de escolher livremente, encontra-se numa situação de desconforto consigo própria e porquanto sente-se encurralada num percurso de desvalorização enquanto Ser Humano, abandonando sentimentos como a felicidade ou a auto – estima.

Do ponto de vista objectivo ou material, uma pessoa pobre é alguém que vê a sua sobrevivência ameaçada em virtude da dificuldade de gestão de poucos recursos, encontrando-se não raras vezes dependente de instituições sociais, por via de prestações pecuniárias, temporalmente limitadas e sujeitas a periódicas provas de recursos.

Conclusão

As conclusões que aqui se tecem, visam elucidar os contributos deste trabalho de investigação na procura de respostas às indagações sobre a forma como as pessoas pobres vivem a sua situação.

Deste modo, com esta Tese de Doutoramento não se pretendeu encontrar explicações passíveis de serem generalizadas, mas sim compreender este fenómeno enquadrado no estudo de uma parcela concreta do real. Assumiu-se, como principal objectivo compreender o modo como são experienciadas as situações de pobreza na primeira pessoa, entendendo os percursos de vida das pessoas que as vivenciam como elementos fundamentais para o reconhecimento da experiência social dos sujeitos. Outro dos propósitos, igualmente pertinente, visou enquadrar a compreensão do fenómeno social da pobreza nas suas formas de territorialidade, mediante a análise das respostas sociais existentes e da forma como se organizam, num território concreto e definido – a cidade de Beja.

A configuração do Alentejo como uma das regiões mais envelhecidas do país, plasma o mapa das respostas sociais a nível local, destinando-se as mesmas maioritariamente à faixa etária das pessoas idosas, sendo que no ano de 2011 a capacidade das respostas abrangia 7951 utentes no distrito de Beja e 1490 no concelho (cf. Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos). No polo oposto, encontram-se as pessoas com deficiência que apresentam a menor taxa de cobertura, com três lares residenciais com capacidade para 52 pessoas para todo o distrito de Beja, sendo apenas 18 as vagas reservadas para o concelho de Beja.

É igualmente digna de realce, a ausência de respostas sociais como Grupos de Auto – Ajuda, Centro de Férias e de Lazer, Centro de Apoio à Vida, Comunidades de Inserção, Centro de Alojamento Temporário ou Centros de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial. Encontram-se, igualmente a descoberto, grupos populacionais que carecem de respostas específicas como as pessoas com doenças do foro psiquiátrico, pessoas sem-abrigo, pessoas com VIH/Sida, pessoas toxicodependentes (ao nível de Equipas de Intervenção Directa ou Apartamentos de Reinserção Social) e ainda pessoas vítimas de violência doméstica, dada a inexistência de um Centro de Atendimento ou Casa Abrigo.

Em termos de indicadores de protecção social, colocando o enfoque no Rendimento Social de Inserção, em 2011 eram 572 as famílias que auferiam desta

medida de Política Social, sendo a sua concentração predominante nas freguesias urbanas do Concelho de Beja, que abarcavam 409 famílias, sendo que na totalidade, estimava-se que fossem 1764 os beneficiários de Rendimento Social de Inserção. (cf. Centro Distrital de Segurança Social de Beja, 2011).

No cômputo geral, a forma como as pessoas pobres vivem a sua situação é influenciada por um perfil habilitacional com graus de escolaridade inferiores ao 12º ano e em alguns casos abaixo do 6º ano, existindo pessoas que apenas conseguem assinar o seu nome ou nunca frequentaram a escola. Este facto, traduz-se em trajectórias profissionais comprometidas com cenários de desemprego ou com áreas de trabalho precárias e pouco diversificadas.

As visões da pobreza na primeira pessoa, são assim marcadas por percursos de vida pouco lineares, pautados por experiências e incidentes críticos diversos como episódios de violência doméstica, situações de doença ou morte de familiares próximos, rupturas afectivas com companheiros (as) ou cônjuges, abandono precoce da escola ou ainda uma gravidez não planeada. Esta sucessão de incidentes críticos na vida dos entrevistados, parece ter como transversal o relato de situações de pobreza, pois que de uma forma ou de outra este rol de acontecimentos desemboca sempre no relato de situações de ausência de condições de satisfação de necessidades humanas básicas, derivada da falta de recursos económicos.

Deste modo, se a vivência de uma situação de pobreza, aparece como um dos episódios críticos centrais na vida destas pessoas, os momentos de felicidade surgem, quase sempre relacionados com vivências familiares, sobretudo o nascimento dos filhos.

O quotidiano das pessoas pobres, é altamente influenciado pela experiência da pobreza, e mais concretamente pela desvinculação com o mercado do trabalho, que confina estas pessoas ao universo doméstico do lar. Esta é uma constatação, justificada pela ausência de recursos financeiros para a realização de actividades que vão para além da deslocação a instituições sociais, a par de tarefas como levar os filhos à escola, e em casos mais esporádicos, dar um passeio ou frequentar o café.

Na forma de vivenciar a pobreza na primeira pessoa, a família parece assumir um papel fundamental na vida dos entrevistados, pelo significado que a perda de entes queridos ou as separações conjugais assumiram no percurso de pobreza. A proximidade dos laços com a família, traduz um nexo de causalidade entre o nível de coesão familiar e o provimento de apoio afectivo e material perante a pobreza, que surge como proporcionalmente maior em função da consistência da relação familiar.

É também na família que se centram os focos das relações sociais quotidianas, que confinam os contactos estabelecidos aos membros que partilham o mesmo agregado familiar. O papel de factor de protecção da família, enquanto “amortecedor” dos efeitos da pobreza, conduz a que esta proximidade com o espaço familiar, agudize um sentimento de desconfiança em redes de sociabilidade externas à esfera familiar.

Mais uma vez, a ausência de recursos financeiros parece determinar o tipo de actividades realizadas pelas pessoas pobres na companhia da família, pois que as mesmas são confinadas à habitação. Pese embora este facto, este tipo de sociabilidade de base familiar assume extrema importância para quem vivencia uma situação de pobreza, facto que pode encontrar relação com o tipo de privação do foro simbólico – relacional a que estas pessoas estão sujeitas, sendo que os obstáculos criados pela experiência da pobreza, repercutem-se igualmente nos locais frequentados pelos entrevistados que se confinam à cidade onde habitam.

O (re) ingresso ao mundo do trabalho, torna o significado do acto de “trabalhar”, ou “ter um emprego”, como um dos desejos mais almejados pelas pessoas pobres, que continuamente manifestam a intenção de quebrar a convivência com a pobreza. Porém, a exigência de qualificação e actualização constante de saberes surge como um entrave no acesso ao mercado de trabalho, cada vez mais precário e instável para quem não possui o perfil requerido.

A relação mantida com as instituições de apoio social, é também um foco central na vida das pessoas em situação de pobreza, sendo a medida de Rendimento Social de Inserção a que assume maior relevo no âmbito dos apoios sociais auferidos, acumulada por vezes com a ajuda alimentar a carenciados ou a frequência da resposta refeitório social. Esta nem sempre é uma relação pacífica, na medida em que o estatuto de beneficiário de Rendimento Social de Inserção, não parece ser a solução para as necessidades que estiveram na base do recurso a instituições de apoio social, nomeadamente a insuficiência de recursos financeiros relacionada com a ausência de condições de satisfação de necessidades humanas básicas, a par da desvinculação com o mercado de trabalho, que parecem não ter sido superadas.

As pessoas pobres, embora na sua maioria afirmem de prestações sociais, na generalidade não consideram a sua situação resolvida, dado o carácter efémero das mesmas, que na sua opinião não conduz a mudanças nas suas vidas. Deste ponto de vista, as instituições sociais não são encaradas como um recurso para fazer face à sua situação de pobreza.

É igualmente relevante, que as pessoas pobres parecem experienciar a pobreza com algum descrédito numa distribuição equitativa dos recursos, constatando-se ainda a ideia da pobreza como uma condição imutável e fatal, para a qual não se vislumbra uma saída.

Pese embora estes factos, a maioria dos entrevistados considera que foi ouvido no seu pedido, quando se dirigiu às instituições de apoio social. No entanto, também se registaram posicionamentos intermédios e mesmo opostos, que com menor expressão, manifestaram descontentamento face ao atendimento e trabalho realizado pelo Assistente Social, reforçando novamente a ideia de uma desigual distribuição dos recursos em Portugal. Igualmente, este parece ser um dos pilares justificativos para o facto da maioria das pessoas pobres afirmar não ter experimentado nenhum tipo de mudança nas suas vidas, após o contacto com instituições de apoio social.

A visão algo turva, sobre os direitos e deveres nas instituições de apoio social, conduz a que se conclua que a não discriminação na atribuição dos apoios, surja no topo das afirmações, umas vezes mencionada como direito e noutras como dever. Parece desta forma, que a pobreza é experienciada na primeira pessoa com base numa concepção de direitos e deveres como sinónimos, sendo a sua expressão encaminhada para as necessidades sentidas pelos entrevistados, como ver aumentados os seus rendimentos financeiros, usufruir de um tratamento igualitário ou ter um emprego.

As atitudes levadas a cabo pelas pessoas pobres, para superar a sua situação, centram-se na procura de emprego, entendido como meio privilegiado de saída da pobreza. As dificuldades de concretização desta tarefa, conduzem a que as pessoas que ainda possuem algum tipo de vínculo laboral, concentrem as suas energias na manutenção do seu emprego, questão vital para que a sua situação de pobreza não seja agravada.

Sempre que questionados sobre o que consideram ser uma pessoa pobre, a resposta é quase sempre encaminhada para “alguém que vive uma situação semelhante à sua”, assistindo-se a uma clara analogia com a sua própria situação de pobreza. Porém, nem todas as pessoas se consideram pobres, por entenderem ter outros recursos como a saúde e os filhos. No sentido oposto, a falta de autonomia financeira, a dependência de apoios sociais, não possuir uma habitação condigna, padecer de uma doença ou sentir-se “só”, são alguns dos motivos pelos quais as pessoas afirmam sentirem-se pobres.

As funções de atendimento e acompanhamento social, junto destas pessoas, surgem como actividades primordiais realizadas pelos Assistentes Sociais, embora os

meios para a intervenção no fenómeno da pobreza, sejam na generalidade “mínimos” no provimento das condições de satisfação de necessidades humanas básicas. Deste modo, as respostas sociais locais, são fundadas em elementos normativos, geralmente sob a forma de regulamentos e normas, que parecem querer legitimar uma lógica de “mínimos sociais”, que assumem a pretensão de aumentar os recursos económicos das pessoas em situação de pobreza através da atribuição de prestações pecuniárias, na generalidade condicionadas à prova de recursos.

Na configuração das respostas sociais locais, são identificados obstáculos manifestados pela sobreposição de intervenções sociais, levadas a cabo em simultâneo por vários profissionais, sendo igualmente ténues as fronteiras que demarcam as funções dos vários profissionais que intervêm localmente no fenómeno da pobreza. Estes profissionais, são também confrontados com níveis de autonomia diminutos, que tornam pouco céleres os processos de tomada de decisão a nível hierárquico.

De outro ponto de vista, a tríade atendimento, diagnóstico e acompanhamento social, com base na prova de recursos económicos e na obrigatoriedade de inserção no mercado de trabalho, parecem ser o que melhor traduz a ideia de uma assistência que não é universal na atribuição dos apoios sociais.

Encontram-se em causa, perante esta análise três importantes indicadores: incidência, intensidade e severidade da pobreza. (cf. Farinha in INE, 2010). A forma como as pessoas pobres vivem a sua situação, é vista pelo grupo de Assistentes Sociais entrevistados, como centrada em dois critérios: a duração e o tipo de relação que é mantida com os serviços/instituições que operacionalizam medidas de Política Social a nível local.

Concretizando esta ideia, parte-se do pressuposto que o prolongamento no tempo da situação de pobreza, pode ser um factor de risco para a entrada num ciclo de reprodução da pobreza, por constrangimentos económicos e até familiares. No entanto, se a mesma assumir um carácter temporário, podem ocorrer situações de não-aceitação e vergonha da situação, que conduzam à mobilização destas pessoas para activar estratégias que melhorem as suas condições de vida.

Pelo que, a duração da situação de pobreza, pode cristalizar a identidade do sujeito, esbatendo a vergonha e contribuindo para a aceitação de um estatuto de pobre, denunciado por relações prolongadas no tempo com as instituições de apoio social. Os casos de isolamento social, acompanhados de problemas do foro psicológico e psiquiátrico, parecem adensar a lista de consequências da vivência de uma situação de

pobreza, apontadas pelos Assistentes Sociais que trabalham directamente com este fenómeno.

Assim, a forma de vivenciar a pobreza pode conduzir a modos de vida, nos quais a aceitação e resignação, tornam o “ser pobre” como um facto e uma realidade paulatinamente assimilada por quem a vive. Num lado oposto, as pessoas que vivenciam esta situação mais recentemente tendem a não assumir a pobreza como um elemento identitário, vivenciando sentimentos de receio do estigma social, que por vezes as empurram para a busca de uma real reinserção social.

O perfil das pessoas pobres que recorrem às instituições sociais locais, considerando a perspectiva dos Assistentes Sociais entrevistados e das pessoas em situação de pobreza que colaboraram neste estudo, pode designar-se sob a égide de três perspectivas, que não se excluem entre si:

- a) O primeiro perfil, comporta situações de pobreza revestidas pela persistência no tempo, conduzindo a que a relação com as respostas sociais locais seja quase permanente, induzida pela carência de autonomia a nível económico, que parece enredar quem a vive num ciclo que produz e reproduz a pobreza por várias gerações, obstaculizando o caminho de saída da pobreza e as expectativas que tal aconteça.
- b) Num segundo perfil, considera-se a existência de pessoas para as quais a pobreza foi uma inevitabilidade nas suas vidas, advinda em grande parte da ruptura com pontos de equilíbrio nas suas vidas como a perda de ligação ao mundo do trabalho, o endividamento e a impossibilidade de assumir compromissos como o pagamento da água ou da electricidade;
- c) A terceira perspectiva, sobre o perfil das pessoas que vivenciam situações de pobreza, permite enquadrá-las num grupo de risco em virtude de não possuírem meios de satisfação das suas necessidades humanas básicas. Aqui a pobreza aparece como discricionária, ao atingir grupos à partida tidos como mais vulneráveis, de que são exemplo as pessoas idosas com baixos rendimentos; pessoas desempregadas; sem abrigo; toxicodependentes; portadores de doença mental ou indivíduos pertencentes a minorias étnicas (como é o caso das pessoas de etnia cigana).

Se o retrato parece consolidado, as respostas sobre como intervir no fenómeno da pobreza em Portugal, dividem a opinião dos profissionais de Serviço Social entrevistados. As opiniões, balançam entre a necessidade de repartição das

responsabilidades sobre a intervenção no fenómeno da pobreza, entre o Estado e a Sociedade Civil, sendo o papel desta última fundamental na colectivização das responsabilidades, perante a construção de diagnósticos capazes de ir ao cerne da pobreza. A posição contrária, alerta para o perigo que representa o recuo do papel do Estado perante a intervenção no fenómeno da pobreza, dado que a manutenção da posição estatal é entendida como determinante na garantia dos direitos dos mais pobres, caso contrário é real o retrocesso em direitos já consagrados, nomeadamente ao nível de prestações sociais já estabelecidas.

Para além das propostas mencionadas, a reformulação ou criação de medidas de Política Social, capazes de se descentrarem da atribuição de prestações pecuniárias, que permitam às instituições sociais enfrentar a conjuntura sócio – económica de retracção do papel do Estado, é outra das formas que os Assistentes Sociais consideraram como eficaz no combate à pobreza. A aposta em áreas sectoriais da Política Social, fragilizadas pelo desinvestimento público, de que são exemplo a habitação social e a saúde, complementam esta visão, aliada à revisão de formas de (re)distribuição da riqueza geradora de maior justiça social.

Tendo por referência, critérios de análise de índole diversa, como factores demográficos, económico – sociais e ainda de base estrutural, importa mencionar em primeiro lugar, que a região Alentejo e a cidade de Beja, confrontam-se com um elevado número de pessoas idosas. O problema em si, não reside somente no envelhecimento demográfico da população residente, mas nas poucas reformas auferidas por esta franja populacional, confrontando-se este território com um elevado número de pessoas com insuficientes recursos económicos, que colocam em causa a alimentação ou a compra de medicação, por parte destas pessoas.

Considerando o acesso ao mundo do trabalho, como fronteira, ainda que em alguns casos ténue, entre a saída e a entrada numa situação de pobreza, os habitantes da cidade de Beja, encontram-se particularmente vulneráveis a dificuldades de inserção profissional, dada a existência de menores ofertas de emprego e de criação de postos de trabalho. Parecem também existir, nexos de causalidade entre o reduzido número de habitantes da cidade e região e a massa crítica diminuta, acompanhada de instituições com fraca representatividade e peso nas decisões emanadas do poder central.

Outra das particularidades, pode residir numa herança alentejana de cariz sócio – histórico, que configura uma pobreza “amedrontada” face a uma distribuição desigual da riqueza, “... na medida em que aqueles que nele vivem podem reconhecer pontos de

referência que não têm que ser objectos de conhecimento...” (Augé, 2005:48). Os resquícios parecem fazer-se sentir na insuficiência dos suportes sociais informais, de que podem ser exemplo as redes de vizinhança pouco expressivas na cidade de Beja e que porquanto não assumem uma função protectora contra as situações de pobreza, pois que “Especialmente estes indivíduos (pobres) estão do lado de lá, fora dos espaços habituais de sociabilidade da classe média. As suas relações e interações sociais... tendem a ser fortemente...contextualizadas...” (Carmo, 2006:39).

No entanto, estas parecem não ser configurações que impulsionem as pessoas que vivenciam situações de pobreza a abandonar a cidade de Beja e tentar encontrar territórios sócio- economicamente mais prósperos. A maioria das pessoas entrevistadas, afirma gostar do local onde habita, argumentando ser esta a cidade onde nasceram, possuem as suas redes familiares e onde gostariam de morrer, não demonstrando vontade em mudar de local de residência, caso tivessem oportunidade, pelo que “Não faz sentido definir o espaço como um fenómeno autónomo independente das relações inter – individuais. O espaço não “fala” por si, este “fala” através das diversas dinâmicas sociais que se apropriam e produzem formas de espaço. “ (Carmo,2006:13).

No que reporta ao que ainda gostariam de realizar na vida, as pessoas que vivenciam situações de pobreza que deram o seu contributo a esta investigação, demonstram preocupação em assegurar o futuro dos seus filhos e mencionam a inclusão no mercado de trabalho como o que mais gostariam de realizar na vida.

No que concerne às limitações deste estudo, entendidas igualmente como hipóteses de trabalho e aprofundamento da investigação, é de mencionar que não foi possível estabelecer uma relação plausível entre a forma de vivenciar a pobreza e os elementos de cariz sócio – histórico e cultural da região Alentejo, dado o tipo de amostra por conveniência adoptado, que não permitiu tornar generalizáveis as conclusões obtidas, mas sim estudar o fenómeno aprofundadamente com base numa parcela concreta do real.

De outro ponto de vista, o acesso a dados actualizados e focalizados na cidade de Beja, que permitisse a análise do fenómeno da pobreza em períodos temporais passíveis de comparação, foi outra das limitações enfrentadas, dada a dispersão e diferenciação de métodos de sistematização de informação por parte das instituições locais.

Desta forma, o futuro parece surgir com “poucas esperanças”, relatam a maioria das pessoas em situação de pobreza, caso não encontrem um trabalho ou não consigam vencer a pobreza. Para os restantes, levar a cabo o papel de progenitores e criar

condições para o desenvolvimento dos filhos, aparecem como a força motriz para uma esperança manifestada na intenção de superar a situação de pobreza.

Perante este cenário, que foi possível entender que sentir-se pobre é encontrar-se privado do ponto de vista material, mas também não ter liberdade para realizar opções. As escolhas para as pessoas em situação de pobreza, parecem quase sempre estar condicionadas pela falta de recursos ou pelos limites das instituições das quais dependem financeiramente, que traduzem constrangimentos que parecem colocar no seu horizonte uma ausência de perspectivas de saída desta situação.

Referências

- Albarello, Luc el al (1997) *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva
- Agier, Michel (2008) «*O Acampamento, A Cidade e o Começo da Política*» pp. 17-25 in Cordeiro, Graça Índias e Vidal, Frédéric (orgs.), *A Rua – Espaço, Tempo, Sociabilidade*, Lisboa: Livros Horizonte
- Almeida, João Ferreira e Pinto, José Madureira (1990), *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa: Editorial Presença
- Alves, Nuno (2011), *Reflexões sobre o Problema da Pobreza em Portugal*”, Brotéria, Cristianismo e Cultura, Vol. 172, pp. 45-51
- Alves, Nuno (2009), *Novos Factos sobre a Pobreza em Portugal*, Boletim da Primavera do Banco de Portugal, pp. 125-154, acedido em <http://observatorio-das-desigualdades.cies.pt> em 22 de Fevereiro de 2011
- Amaro, Inês e Branco, Francisco (2010), *Perfis de Pobreza na Cidade de Lisboa – notas metodológicas e principais resultados do estudo qualitativo dos utentes do Serviço de Acolhimento Social da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, Revista Cidade Solidária, pp.6-11
- Andrade, Vieira (1987), *Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*, Coimbra: Almedina
- Anfara, V. e Mertz, N. (2006), *Theoretical Frameworks in Qualitative Research*, Londres: Sage
- Augé, Marc (2005), *Não – Lugares Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*, Lisboa: 90 Graus Editora (Trabalho original em francês publicado em 1992)
- Baptista, Myrian Veras (2001), *A Investigação em Serviço Social*, Lisboa – São Paulo: Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social
- Bardin, Laurence (1977), *Análise de Conteúdo*, Lisboa: Edições 70

-
- Barreto, António (2000), *Cidadania e Novos Poderes numa Sociedade Global*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Publicações D. Quixote
 - Blaikie, Norman (2000), *Designing Social Research*, Cambridge: Polity Press
 - Bobbio, Norberto (1992), *A Era dos Direitos*, Rio de Janeiro: Editora Campus
 - Branco, Francisco (2001), *A Face Lunar dos Direitos Sociais*, Tese de Doutoramento em Serviço Social: Pontifício Universidade Católica de São Paulo, Brasil
 - Branco, Francisco (1996), A Nova Centralidade dos Direitos Sociais e os Desafios à Formação e Intervenção em Serviço Social, *Intervenção Social* nº 13/14, pp.41-53
 - Bruto da Costa, Alfredo e Maia, Fernando (1985), *Segurança Social em Portugal: principais características e análise dos seus efeitos redistributivos*, *Segurança Social em Portugal*, nº 2, 81-114: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento
 - Bruto da Costa, Alfredo (2005), *Exclusões Sociais*, Lisboa: Gradiva
 - Bruto da Costa (coord.) et al (2008), *Um Olhar Sobre a Pobreza. Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*, Lisboa: Gradiva
 - Capucha, Luis (2005), *Desafios da Pobreza*, Oeiras: Celta Editora
 - Carmo, Renato (2010), *Desigualdades Sociais 2010. Estudos e Indicadores*, Lisboa: Editora Mundos Sociais, acedido em <http://observatorio-das-desigualdades.cies.pt> em 22 de Fevereiro de 2011
 - Carmo a), Renato (2007), *De Aldeia a Subúrbio: trinta anos de uma comunidade alentejana*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais
 - Carmo b), Renato (2007), *As desigualdades sociais nos campos: o Alentejo entre as décadas de 30 e 60 do século XX*, *Revista Análise Social*, vol. XLII (184), pp.811-835
 - Carmo, Renato (2006), *Contributos para uma Sociologia do Espaço – Tempo*, Oeiras: Celta Editora

-
- Carmo, Renato (2000), *Pobreza, Trabalho e Identidade Culturais, Identidades e Globalização*: Arquivo de Beja - Actas das III Jornadas/Congresso, Tomo II (publicadas em 2006)
 - Cutileiro, José (1977), *Ricos e Pobres no Alentejo – Uma Sociedade Rural Portuguesa*, Lisboa: Sá da Costa, pp. 89-105
 - Denzin, N. e Lincoln, Y. (Orgs.) (2006), *O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: Teorias e Abordagens*, 2ª edição, Porto Alegre: Artmed Bookman (Trabalho original em inglês publicado em 2003)
 - Digneffe, Françoise “Do individual ao Social: a abordagem biográfica” in Albarello, Luc el al (1997), *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva
 - Diogo, Fernando (2008), *Pobreza, Trabalho e Identidade*, Oeiras: Celta Editora, acedido em <http://observatorio-das-desigualdades.cies.pt> em 25 de Fevereiro de 2011
 - Dubet, François (1994), *Sociologia da Experiência*, Lisboa: Instituto Piaget
 - Eco, Umberto (1995) *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*, Lisboa: Editorial Presença
 - Estivil, Jordi (2000), *Uma Perspectiva desde o Sul: Cores Diferentes para um Mesmo Mosaico Europeu*, Comunicação apresentada no Seminário “Políticas e Instrumentos de Combate à Pobreza da União Europeia: a garantia de um Rendimento Mínimo”, organizada pela Presidência da União Europeia
 - Fernandes, Margarida (2002), *A organização dos trabalhadores agrícolas na reforma agrária: o caso de Baleizão*, Etnográfica, vol. VI (2), pp. 327-345
 - Fitoussi, Jean – Paul e Rosanvallon, Pierre (1997), *A Nova Era das Desigualdades*, Oeiras: Celta Editora (traduzido do francês em 1996)
 - Flick, U. (2005), *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*, Lisboa: Monitor

-
- Galtung, Johan (1994), *Direitos Humanos – Uma Nova Perspectiva*, Lisboa: Instituto Piaget
 - Gonçalves, Albertino (1998), *Métodos e Técnicas de Investigação Social*, Braga: Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais
 - Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (2001), Lisboa/Rio de Janeiro: Página Editora
 - Guerra, Isabel (2006), *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentido e Formas de Uso*, Estoril: Principia
 - Idáñez, Maria José Aguilar e Ander – Egg, Ezequiel (2008) *Diagnóstico Social: conceitos e metodologias*, 3ª edição revista e ampliada, Porto: Rede Europeia Anti – Pobreza/Portugal (Trabalho original em Espanhol publicado em 2007)
 - Latimer, Joanna (2003), *Investigação Qualitativa Avançada para Enfermagem*, Lisboa: Instituto Piaget
 - Maia, Fernando (1985), *Segurança Social em Portugal: Evolução e Tendências*, Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento
 - Marques, Viriato Soromenho (1996), *Direitos Humanos – Três questões para uma batalha pelo futuro*, Intervenção Social nº13/14, pp.13-17
 - Martinelli, Maria Lúcia (1999), *Pesquisa qualitativa um instigante desafio*, São Paulo: Veras Editora
 - Martins, Alcina Maria de Castro (1999), *Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
 - Mendes, Victor (2002), *Direitos Humanos – Declarações e Convenções Internacionais*, Lisboa, Vislis Editores
 - Miranda, Jorge (1988), *Manual de Direito Constitucional. Direitos Fundamentais*, Tomo IV, Coimbra: Coimbra Editora

-
- Morgado, Maria Violete (1996), *Direitos Sociais e Acção Social – breve reflexão e ponderação do seu contributo no combate e prevenção da exclusão social*, Lisboa: Direcção Geral da Acção Social – Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação
 - Mourgeon, Jacques (1982), *Os Direitos do Homem*, Mem Martins: Publicações Europa América
 - Muniz, Egli (2005), *Os Serviços de Protecção Social: um estudo comparado entre Brasil e Portugal*, São Paulo: Cortez Editora
 - Netto, José Paulo (2001), *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*, 3ª edição ampliada, São Paulo: Cortez Editora
 - Olabuénaga, José Ignacio Ruiz (1999), *Metodología de la investigación cualitativa*, Bilbao: Universidad de Deusto
 - Olabuénaga, José Ignacio Ruiz (2003), *Metodología de la investigación cualitativa*, Bilbao: Universidad de Deusto
 - Organização das Nações Unidas (1999), *Direitos Humanos e Serviço Social*, Lisboa: ISSS – Departamental Editorial
 - Ollandi, Eni P. (org.) (2003), *Para uma Enciclopédia da Cidade*, Campinas/S.P.: Pontes
 - Orta, José A. (2000), *Culturas, Identidades e Globalização: Arquivo de Beja - Actas das III Jornadas/Congresso, Tomo II* (publicadas em 2006)
 - Pais, José Machado (2001), *Ganchos, Tachos e Biscates*, Porto: Âmbar
 - Payne, Malcom (2002), *Teoria do Trabalho Social Moderno*, Coimbra: Quarteto, pp. 47-105 (Trabalho original em inglês publicado em 1997)
 - Paugam, Serge (2003), *A Desqualificação Social – Ensaio sobre a nova pobreza*, Porto: Porto Editora (Trabalho original em francês publicado em 1991)
 - Pinto, Maria de Fátima (1999), *Os Indigentes – Entre a Assistência e a Repressão*, Lisboa: Livros Horizonte

-
- Pereira, Potyara A.P. (2002) *Necessidades Humanas – Para uma crítica a los patrones de sobrevivência*, São Paulo: Cortez Editora. (Trabalho original em português publicado em 2000)
 - Pereirinha, José et al (2002), *Cities as Local Systems*, in Saraceno, Chiara “Social Assistance Dynamics in Europe: national and local poverty regimes”, pp.35-80, Bristol, UK: The Policy Press acedido em <http://books.google.pt> a 09 de Março de 2011
 - Pereirinha, José (1997), *A (Re)definição dos Direitos Sociais face à crise do Estado Providência e ao fenómeno da Exclusão Social*, Intervenção Social nº 15/16, pp. 131-142
 - Queiroz, Maria José (2004), *Mulheres e Território: histórias de sobrevivência e luta*, Tese de Doutoramento em Serviço Social, São Paulo: Pontifícia Universidade de São Paulo
 - Rey, F. (2005), *Pesquisa Qualitativa e Subjectividade*, São Paulo: Pioneira Thomson
 - Santos, Luísa (2005), *Caracterização sócio – económica dos concelhos: concelho de Beja*, Lisboa: Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano; Direcção de Serviços de Estudos e Planeamento Estratégico; Divisão de Estudos e Planeamento
 - Sieber, Tim, “*Ruas da Cidade e Sociabilidade Pública: Um Olhar a partir de Lisboa*”, pp. 47-64 in Cordeiro, Graça Índias e Vidal, Frédéric (orgs.), (2008) *A Rua – Espaço, Tempo, Sociabilidade*, Lisboa: Livros Horizonte
 - Silva, Elsa e Moinhos, Rosa (2005), *Práticas de Acção Social – 10º ano*, Lisboa: Plátano Editora
 - Silva, Manuela (1990), *Uma reflexão sobre a Pobreza em Portugal*” in *Os pobres na Bíblia e na Vida de Hoje*, Lisboa: Difusora Bíblica
 - Vasak, Karel (1983), *As Dimensões Internacionais dos Direitos do Homem*, Lisboa: Editora Portuguesa de Livros Técnicos e Científicos Lda/UNESCO

-
- Xiberras, Martine (1993), *As Teorias da Exclusão*, Lisboa: Publicações Instituto Piaget

Documentos

- Câmara Municipal de Beja (Junho de 2010), *Beja: um futuro incerto, mas uma terra de apostas e desafios*, (documento de reflexão e clarificação sobre as questões do desenvolvimento)
- Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos Sociais in <http://www.cartasocial.pt> acedido a 27 de Maio de 2011
- Censos 2011- Instituto Nacional de Estatística in <http://www.ine.pt> acedido a 20 de Julho de 2011
- Instituto Nacional de Estatística (2011), *Censos 2011 – Resultados Preliminares*, Lisboa: INE
- Cachola, Dulce (2006), *Ecologia Social e Reabilitação Urbana: Relações de Coexistência e Exclusão*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa
- Cáritas Diocesana de Beja acedido em <http://www.caritas.pt/beja> a 11 de Maio de 2012
- Centro Social, Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança (2009), *Missão, Visão e Valores*, Beja: CSCRBE
- Centro Social, Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança (2008), *Caracterização da Entidade*, Beja: CSCRBE
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (2012), *Alentejo/Análise Regional – Desenvolvimento Rural*, Évora: CCDR Alentejo
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (2011), *Observação das Dinâmicas Regionais – Políticas Públicas para os Territórios de Baixa Densidade*, Évora: CCDR Alentejo
- Constituição da República Portuguesa de 1976 acedido em <http://www.parlamento.pt> a 2 de Agosto de 2011
- Declaração Universal dos Direitos Humanos (adoptada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia das Nações Unidas em 10 de Dezembro de 1948 acedido em portal.mj.gov.br/.../ddh_bib_inter_universal.htm em 21 de Fevereiro de 2011

-
- Direcção Geral da Segurança Social – Acção Social (2012) acedido em <http://www2.seg-social.pt> a 10 de Maio de 2012
 - Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social – Portugal 2008/2010 (Setembro de 2008)
 - Glossário de Indicadores acedido em <http://observatorio-das-desigualdades.cies.pt> a 06 de Abril de 2011
 - Instituto Nacional de Estatística a) (2010). Estimativas da População para 2009 – Projecções da População 2000 a 2050
 - Instituto Nacional de Estatística b) (2010), *Sobre a Pobreza, as Desigualdades e a Privação Material em Portugal*”, Lisboa: INE acedido em <http://observatorio-das-desigualdades.cies.pt> em 22 de Fevereiro de 2011
 - Instituto da Segurança Social a) (2012), *Guia Prático – Subsidio de Desemprego*, Lisboa: ISS, I.P.
 - Instituto da Segurança Social b) (2012), *Guia Prático – Subsidio Social de Desemprego, Inicial ou Subsequente ao Subsidio de Desemprego*, Lisboa: ISS, I.P.
 - Instituto da Segurança Social c) (2012), *Guia Prático – Rendimento Social de Inserção*, Lisboa: ISS, I.P.
 - Instituto da Segurança Social (2005), *Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental*, Lisboa: ISS, I.P.
 - Jornal de Noticias, 3 de Abril de 2012 acedido em <http://www.jn.pt/> a 7 de Maio de 2012
 - Jornal Diário do Alentejo, 15 de Julho de 2011, n.º 1525/ II série, “Alentejo à Margem da Grande Cidade”, pp 4-5
 - Plano Estratégico do Instituto Politécnico de Beja 2010-2013
 - Portal do Governo 2011 acedido em <http://www.portugal.gov.pt> a 7 de Maio de 2012
 - Programa do XIX Governo Constitucional (tomada de posse em Junho de 2011) acedido em <http://www.portugal.gov.pt> a 14 de Julho de 2011
 - Relatório da Junta de Freguesia de Santa Maria – Beja (2005)

-
- Respostas Sociais – Nomenclaturas e Conceitos (Despacho do Secretário de Estado da Segurança Social) in <http://www.cartasocial.pt> acedido a 27 de Maio de 2011

Legislação

- Lei nº 28/84 de 14 de Agosto (aprova as bases do Sistema de Segurança Social em Portugal)
- Lei nº 19 – A/96 de 29 de Junho (cria o Rendimento Mínimo Garantido em Portugal)
- Lei nº 13/2003 de 21 de Maio (revoga o Rendimento Mínimo Garantido e cria o Rendimento Social de Inserção)
- Lei nº 45/2005 de 29 de Agosto (introduz a nova redacção do Rendimento Social de Inserção)
- Lei nº 4/2007 de 16 de Janeiro (regulamenta as actuais bases do Sistema de Segurança Social português)
- Decreto – Lei nº 203/74 de 15 de Maio (introduz a substituição progressiva dos sistemas de previdência e assistência por um sistema integrado de segurança social.)
- Decreto – Lei nº 70/2010 de 16 de Junho (estabelece novas normas de condição de recursos no âmbito do Rendimento Social de Inserção)

Índice de Apêndices

Apêndice A. Guião de Entrevista Exploratória

Apêndice B. Entrevistas Exploratórias

Apêndice C. Guião de Entrevista Realizada a Assistentes Sociais

Apêndice D. Entrevistas Realizadas a Assistentes Sociais

Apêndice E. Quadro de Análise das Entrevistas Realizadas a Assistentes Sociais

Apêndice F. Guião de Entrevista Realizada a Pessoas em Situação de Pobreza

Apêndice G. Entrevistas Realizadas a Pessoas em Situação de Pobreza

Apêndice H. Quadro de Análise das Entrevistas Realizadas a Pessoas em Situação de Pobreza

APÊNDICE A. GUIÃO DE ENTREVISTA EXPLORATÓRIA

Guião de Entrevista Exploratória

1. O foco principal desta investigação é estudar como os mais pobres dos pobres vivem a sua situação e a forma como são concretizadas as medidas de Política Social, a nível local, para atender a este problema. O que lhe parece deste tema?
2. Como define pobreza e o que é para si uma pessoa pobre?
3. Qual é o perfil das pessoas que recorrem a este serviço?
4. Como se processa o atendimento a estas pessoas: como chegam os casos e quem são essas pessoas?
5. Quais são os casos mais flagrantes e mais típicos?
6. Que tipo de intervenção é realizada junto destas pessoas? Como são tratados os casos?
7. É possível aceder a estes processos? É possível entrevistar estas pessoas?
8. Como é determinada a condição de pobre nesta instituição?
9. Que medidas de Política Social são concretizadas nesta instituição?
10. Como considera que estas pessoas vivem a sua situação?
11. Como analisa a intervenção dos Assistentes Sociais nestas situações de pobreza?
12. Considera que este fenómeno assume particularidades na região Alentejo?

APÊNDICE B. ENTREVISTAS EXPLORATÓRIAS

Entrevista Exploratória
Presidente da Câmara Municipal de Beja
22 de Março de 2010

Entrevistadora: Em primeiro lugar obrigada pela oportunidade desta entrevista. Como já falámos há pouco, o foco principal desta investigação é estudar como os mais pobres dos pobres vivem a sua situação e a forma como são concretizadas as medidas de Política Social, a nível local, para atender a este problema. O que lhe parece do tema?

Entrevistado: Para mim é um tema importantíssimo, tendo em conta as situações que temos aqui no concelho e no Alentejo em geral e sobretudo a evolução que essa situação tem tido nos últimos tempos, não é, portanto de agravamento em muitos casos. Eu aqui distinguia digamos duas, dois níveis diferentes, portanto a pobreza decorrente de, digamos, de famílias que estão destruídas, de pessoas que não têm, digamos condições de organização da sua vida familiar, seja individual seja colectiva e portanto que leva a situações de pobreza muito complicadas, não é, e portanto essas são de difícil resolução, sobretudo porque nós não temos enquadramento, nem temos coordenação das entidades no sentido de resolver em simultâneo todos os problemas e sobretudo fazer um acompanhamento de médio/longo prazo destas famílias, não é, destas famílias ou destes indivíduos. Portanto resolve-se o problema pontualmente quando se agudiza, ou porque a casa chegou a um estado tal que é preciso intervir, limpar e reabilitar; ou porque a pessoa está num estado tal de alcoolismo e tem que ser internada ou está, está num estado tal de pobreza que é preciso encontrar algum rendimento para que essa pessoa tenha o mínimo. Portanto essas situações são muito difíceis e nós não, da experiência que eu tenho autárquica, não há em termos nacionais, digamos, políticas para resolver estes problemas, não é, porque são respostas que têm que ser integradas, têm que ser prolongadas e têm que ser em simultâneo. Não pode ser: hoje resolvo o problema da casa, mas não resolvo o problema do emprego, nem resolvo o problema do alcoolismo, nem da violência doméstica ou outro, portanto pontualmente as coisas melhoram, passado pouco tempo está tudo na mesma outra vez e portanto esses casos são mais difíceis de resolver. Felizmente penso que não são, são alguns, mas penso que não são muitos, são mais complicados em meio urbano ainda do que em meio rural, como os outros casos também de pobreza. Depois há o outro, digamos outra vertente, que são, que é a pobreza relativa, mas que, e que é, do meu ponto de vista é mais preocupante, embora aqui também, não, não são casos extremamente graves e também

são mais complicados, mais complexos e de mais difícil resolução e mais numerosos em meio urbano do que em meio rural. E que tem a ver com famílias que têm rendimentos muito baixos, não é, ou porque é só o marido a trabalhar ou porque mesmo trabalhando os dois, os rendimentos são muito baixos e têm encargos complicados e portanto as pessoas não se pode dizer que estejam na miséria ou que passem fome, mas não têm qualidade de vida mínima, porque não têm acesso a, não têm condições para ter uma casa com o mínimo de conforto, não comem como deveriam comer, não têm acesso à cultura, nem ao desporto, nem a outros serviços, porque não têm condições para isso. Portanto digamos que são pessoas que vivem numa, digamos, com um nível de vida que hoje em dia não deveria ser, não deveria existir. Não quer dizer que sejam pessoas que passem fome, que seja em estado tal que necessitem muitas vezes de intervenções da Segurança Social ou da Câmara, mas que são situações complicadas e aí acho que há idosos que, por exemplo, que têm pensões muito baixas e que têm muitos medicamentos para comprar, portanto com situações desse tipo. As pessoas não, as pessoas passam mal, não têm uma vida confortável, têm uma vida triste, deprimente, não têm, quer dizer a preocupação delas no dia a dia é chegar ao fim do mês e ter que comer e poderem comer alguma coisa e comprar medicamentos, alguns chegam a não comprar os medicamentos ou não ir à consulta. Portanto não têm dinheiro para pagar, não irem, pronto, não se deslocarem a qualquer lado porque não têm dinheiro para o transporte e essas situações acho que há muitos e que não há uma caracterização bem feita desse, em termos quantitativos, nomeadamente. Isso é, é mais que pertinente. Pronto, portanto para esses casos também não há grandes respostas, não é, portanto e agora há casos mais recentes de, mas aí, aí há duas, digamos há duas, também, vertentes diferentes. Aquelas famílias que deixaram de ter condições para ter o nível de vida que tinham e portanto, que era um nível de vida pronto de classe média, que entram depois num caminho descendente complicado e há aqueles mesmo que, que entram num outro limiar ainda mais baixo porque deixam de poder pagar a renda. Às vezes também são situações de divórcio em que as despesas aumentam e os rendimentos diminuem, portanto, criam situações muito complicadas.

Entrevistadora: Na sua opinião como define a pobreza? O que é para si uma pessoa pobre?

Entrevistado: Para mim é uma pessoa que não tem, portanto, uma pessoa pobre não é às vezes aquela que não tem recursos para a sua sobrevivência, é aquela que não pode ter o mínimo de condições de vida em termos de habitação, de alimentação, em termos de, portanto, de conforto, da sua indumentária, que não tem acesso a, portanto ao tratamento da sua saúde, não tem recursos financeiros para isso e depois porque não têm também, portanto, condições para ter acesso a bens culturais, desportivos etc., isso também faz parte da pobreza.

Entrevistadora: Daquilo que conhece e do próprio trabalho que é feito aqui na Autarquia, quais são os casos de pobreza mais absoluta que conhece no concelho?

Entrevistado: Pobreza, quer dizer, definida em termos, os mais aflitivos são os casos em que há, em que a família não se consegue organizar, quando há um que é elemento alcoólico, depois portanto eventualmente há também pessoas doentes no agregado familiar, portanto aí complicam-se muito as coisas e aí as pessoas vivem, portanto as pessoas vivem mal. Ainda aqui há tempos vi aí um processo, portanto de uma senhora, penso que divorciada com um filho deficiente ou dois filhos deficientes, isso também conta muito, depois há outro filho toxicodependente. Portanto aquilo é uma miséria completa, não é.

Entrevistadora: Em termos de pobreza absoluta, de que tem conhecimento, estes são os casos mais graves?

Entrevistado: Sim, portanto não têm, não conseguem ter uma vida minimamente organizada e estável, com alguma segurança. É tudo muito precário, uns dias têm dinheiro para comer, outros dias não têm, depois andam aflitos se continuam a ter casa para morar, depois portanto adolescentes que precisam de estudar, vão para a escola e não podem ir todos rotos, nem mal alimentados e portanto aí há alguns casos. Depois, do meu ponto de vista, às vezes até a família já se conseguiu reorganizar minimamente, mas tem uma herança que dificulta muito o sair dessa situação.

Entrevistadora: Como acha que estas pessoas, as pessoas pobres vivem a sua situação?

Entrevistado: Eu não sei bem, porque não, nunca aprofundei isso muito com as pessoas, não é. Há pessoas que vivem, suponho eu, que vivem resignadas, não é, portanto não vêem outra saída, não têm também formação de base que lhes permita procurar outro, outro tipo de emprego que lhes dê melhores condições. Portanto, estão muito limitadas em termos daquilo que possam ser os seus objectivos para sair dessa situação, não é. Depois há pessoas que eu penso que, que estão permanentemente revoltadas com a situação e que têm comportamentos depois mais marginais, o que é natural. Portanto numa sociedade que está cada vez mais, a aprofundar mais as desigualdades, portanto reagem de maneira diferente. Depois há aqueles, que quer dizer, que do meu ponto de vista sempre viveram assim, não se conseguem organizar minimamente, portanto para eles não lhes faz, estão sempre, sabem que quando chegarem a determinado ponto há – de haver alguém que lhes resolve o problema durante uns tempos.

Entrevistadora: Porque acha que essas pessoas não se conseguem organizar?

Entrevistado: Acho que tem a ver também um bocado com a cabeça das pessoas e com parte também cultural, não é, o meio em que viveram. Acho que tem muito a ver com a cabeça das pessoas e depois deve haver pessoas que vivem muito deprimidas com a situação.

Entrevistadora: Como analisa, daquilo que conhece, a intervenção dos Assistentes Sociais nestas situações de pobreza?

Entrevistado: Eu acho que, pelo menos daquilo que conheço, a maior parte dos Assistentes Sociais são muito sensíveis e percebem muito estas situações e impressionam-se muito com estas situações e vivem muito estes casos dramáticos. Depois acho que passam, deve ser um bocadinho como os médicos, não é, passam e continuam sensíveis a esse problema, mas chegam à conclusão que não, quer dizer que podem dar o seu contributo para resolver os problemas do mundo, nesse aspecto, não é. Portanto acabam por impressionar-se, a continuarem a fazer o seu trabalho com gosto, com intensidade, mas digamos que se adaptam e arranjam alguns mecanismos de defesa para também não entrarem elas próprias, elas em depressão, não é. Eu admito que uma

pessoa que esteja permanentemente no seu dia a dia a lidar com estes casos que se sinta um bocadinho em baixo.

Entrevistadora: Na sua opinião o que seria necessário fazer para combater a pobreza? Como intervir no problema?

Entrevistado: Acho que há duas, há duas coisas fundamentais. Uma é uma redistribuição da riqueza, não faz sentido que um jogador de futebol ganhe num dia aquilo que pessoas não conseguem ganhar durante uma vida inteira, não há, não vejo qualquer justificação para que isso aconteça. Portanto devia haver aí um equilíbrio e não devia ser permitido haver salários acima de um determinado nível e depois relativamente aos casos que são, que têm a ver com as próprias pessoas, não é, haver uma possibilidade de um acompanhamento e de digamos de ser possível fazer uma despiagem desses casos o mais precocemente possível, para depois ter medidas concretas e coordenadas de várias entidades, no sentido dessas pessoas terem acesso às mesmas oportunidades e portanto tentar ultrapassar essas limitações.

Entrevistadora: Considera que este fenómeno assume particularidades aqui na região Alentejo?

Entrevistado: Sim, sim. Digamos não é tão grave se calhar aqui como nos grandes centros. Não é tão grave no meio rural como é aqui na cidade, há aqui sobretudo algumas especificidades que, portanto, são mais ao nível das respostas locais a este tipo de problema, não é. De resto, acho que o fenómeno tem características idênticas em todo o lado.

Entrevistadora: Quando se refere ao nível das medidas locais o que quer dizer concretamente? Seria necessário mudar ao nível das medidas de Política Social que são concretizadas localmente?

Entrevistado: Sim, eu acho que há, trabalha-se pouco em termos dos problemas estruturais que estão na origem das situações. Trabalha-se muito no efeito ou nos resultados ou nos sintomas e pouco nas suas causas. Portanto também os meios não são

muitos, enfim, a coordenação entre as entidades não é grande, portanto surgem dificuldades. Mas também acho que se tem evoluído muito a esse nível.

Entrevistadora: Considera que numa fase posterior deste trabalho seria possível aceder a alguns processos e entrevistar algumas pessoas?

Entrevistado: Eu penso que sim, desde que se mantenha o anonimato, penso que sim.

Entrevistadora: Estamos a terminar não sei se quer acrescentar alguma coisa?

Entrevistado: Não, acho que podemos terminar.

Entrevista Bispo da Diocese de Beja

22 de Julho de 2010

Notas sobre a pobreza

Aqui deixo alguns apontamentos sobre o que penso acerca da pobreza, sem pretensão de ser muito profundo e completo.

Mais que uma definição, dou uma pequena descrição da pobreza e da pessoa pobre.

Neste sentido digo que pobreza é a carência daquilo que é necessário para viver com alguma dignidade na sociedade actual, seja no âmbito do económico, do cultural, da saúde, das relações humanas, da família, etc. Pobre é a pessoa que não consegue satisfazer as necessidades fundamentais, a nível pessoal, familiar e social.

No sentido evangélico a pobreza pode ser um valor, se assumida voluntariamente e por amor a Deus e ao próximo. Por isso as bem-aventuranças proclamam feliz o pobre em espírito, porque dele é o Reino dos Céus. A atitude de desprendimento dos bens materiais é, para quem faz esta opção por valores mais altos, causa de libertação e de alegria. Mas esta não é a noção de pobreza em causa.

Os casos mais flagrantes de pobreza que conheço são aqueles em que a pessoa fica totalmente dependente da generosidade de outrem, como é o caso dos desempregados que perderam o direito ao subsídio de desemprego ou os viciados pelo álcool ou pela droga, cujos recursos não chegam para satisfazer os seus vícios para além da subsistência. Conheço também povos que nem sequer dispõem do mínimo necessário para a sua subsistência e por isso muitos morrem precocemente. Estes sofrem de pobreza absoluta.

Há muita diversidade de atitudes e de comportamentos entre as pessoas pobres. Há pobres que aprendem a viver com simplicidade e moderação, procurando ultrapassar as dificuldades à custa de muito esforço, para não recorrer à ajuda externa, enquanto outros se dedicam à mendicância e outros ao roubo. De qualquer modo a sociedade política e civil tem de ajudar os pobres no sentido de alcançarem um nível médio de vida em relação aos seus concidadãos.

Os trabalhadores sociais devem ajudar a descobrir as causas e factores da pobreza do seu meio (diagnóstico), potenciar os pobres para se envolverem na luta contra as suas pobreza, de modo a se converterem em agentes do próprio desenvolvimento, em vez de resignarem e ficarem totalmente dependentes. Para isso devem contar com a colaboração das instituições governamentais, autárquicas e da sociedade civil.

No Alentejo há algumas particularidades no que se refere aos pobres, sobretudo pelo passado histórico, climático e da organização socio-económica. Dado que grande parte da população do Alentejo viveu do trabalho agrícola dependente dos grandes agricultores e sem propriedade própria, mesmo que pequena, como em outras partes do país, criou-se uma mentalidade de dependência, de pouco espírito de iniciativa e empresarial. Com as mudanças no mundo agrícola, foi no sector terciário que muitos encontraram trabalho, permanecendo a mesma mentalidade. Alguns emigraram. Em momentos de crise, a economia liberal selecciona os melhores, deixando no desemprego os menos hábeis, os jovens à procura do primeiro emprego e os idosos ou menos jovens. É neste meio que surgem novos pobres, que vão ter cada vez mais dificuldade em se integrar no mundo do trabalho.

O sistema educativo e empresarial, com apoio do governo e da sociedade civil, tem de encontrar modos de incentivar as pessoas na luta contra a pobreza e no seu próprio desenvolvimento. O microcrédito económico e social, acompanhado de formação para o dinamismo empresarial, a divulgação das boas práticas neste âmbito, a reorganização socio-económica do nosso meio, a descoberta de novos mercados para os produtos agrícolas e de artesanato, o turismo de lazer e cultural, etc. poderão contribuir para ultrapassar muitos estrangulamentos e interagir no empenho de todos pelo progresso e desenvolvimento do nosso meio.

† António Vitalino, Bispo de Beja

Entrevista Exploratória
Director do ISS – Centro Distrital de Segurança Social de Beja
02 de Março de 2010

Entrevistadora: Em primeiro lugar muito obrigada pela disponibilidade para aceder a esta entrevista exploratória. Como tive oportunidade de explicar, o foco principal desta investigação é estudar como os mais pobres dos pobres vivem a sua situação e a forma como são concretizadas as medidas de Política Social, a nível local, para atender a este problema. O que lhe parece deste tema?

Entrevistado: Eu acho que é, eu acho que é um tema importante e pertinente, importante e pertinente para todas as instituições que têm responsabilidade na intervenção junto destas populações, sobretudo se ele tiver a capacidade de explorar as diversas perspectivas, não é. Desde a perspectiva das próprias pessoas até à perspectiva de todas as instituições que andam à volta destas pessoas. Não sei, nestas coisas é importante por vezes também termos a capacidade de focalizar, não é, a nossa atenção. Deve dizer que há um tema, que talvez dentro deste tema, eventualmente, pudesse ser interessante, pelo menos para mim teria algum interesse, que é tentar perceber a atitude das pessoas mais velhas, que os mais idosos têm, pensando num tema que é bastante actual, que é a questão do Complemento Solidário para Idosos. Nós tivemos, portanto foi uma medida criada na legislatura anterior. Houve aqui, em termo de penetração da medida, ao nível desta população mais idosa, algumas dificuldades, eu diria. E há várias teorias para isso, há quem diga que é por culpa da medida que era demasiado burocrática, depois ela foi simplificada. Há quem diga que tem a ver com outros aspectos, designadamente o facto de haverem alguns critérios em que são solicitados os rendimentos dos filhos e que isso choca muito com aquilo que é a cultura das pessoas. Mas o que é facto é que nós tivemos aqui diferentes ritmos de penetração em diferentes concelhos e o concelho de Beja foi um dos concelhos com uma menor taxa de penetração, portanto eu não sei se, enfim, como é que, pelo menos para nós aqui seria muito interessante tentar perceber, cientificamente, se possível, quais foram os motivos fundamentais para que estas pessoas mais idosas, que têm no fundo menos rendimentos e que têm aqui um direito, porque é que não acedem a este direito? Qual é a razão para que estas pessoas que têm acesso a um direito, não acedem a ele?

Entrevistadora: E tendo também em conta o número de pessoas idosas que existem na região?

Entrevistado: E tendo em conta. Enfim, não sei, isto ou há aqui uma situação qualquer, um problema ao nível daquilo que foram as expectativas do Governo, ou há um problema aqui ao nível das estatísticas que não consideraram todos os rendimentos das pessoas, ou há efectivamente aqui, por parte das pessoas, indisponibilidade de recorrer a uma medida porque não querem, porque não querem pôr supostamente em cheque os filhos ou porque não querem eventualmente divulgar determinados rendimentos que têm, mas que não aparecem nas estatísticas. Portanto eu não se, eventualmente, este tema até se pode distanciar, mas é uma pista interessante, porque, de facto, é um tema da maior actualidade. Isto do C.S.I. tem a ver com o fenómeno, nós somos aqui uma população envelhecida, não é. No fundo tem a ver com o impacto de uma medida sobre uma população específica, não é, que é uma medida que tem sido muito importante até porque é muito poderosa, no sentido de retirar muita gente da pobreza e da exclusão, não é. Mas efectivamente nós temos aqui um problema. Isto tem a ver com o tal problema da tal pobreza envergonhada ou escondida, muitas vezes também que é, determinadas pessoas terem aqui uma oportunidade de puderem aceder a um direito, porque é que não acedem? É porquê? É por questões pessoais da pessoa, é porque os serviços não facilitam, criam dificuldades? Não sei se seria possível explorar este tema.

Entrevistadora: É uma pista e estamos aqui exactamente para as explorar. De qualquer forma, voltando ao tema, gostaria de saber como é que define a pobreza e o que é para si uma pessoa pobre?

Entrevistado: A percepção que eu tenho, é que ao longo do tempo houve uma evolução do conceito de pobreza e acho que hoje este conceito é visto de uma forma muito mais complexa. Inicialmente a pobreza era muito associada, fundamentalmente, a questões materiais e com o tempo foi-se avançando no sentido de um conceito que hoje em dia faz mais sentido que é um conceito de exclusão social. A pobreza não apenas material, mas exclusão também no acesso a outros direitos a que os cidadãos deveriam ter acesso. Tem muito a ver aqui com esta ideia de cidadania, o cidadão deve ter acesso a direitos e está excluído do acesso a esses direitos.

Entrevistadora: Vê portanto uma relação entre essas duas dimensões, entre a pobreza e a exclusão social?

Entrevistado: Claramente, claramente, aliás eu acho que quem não tem a capacidade de aceder aos seus direitos de cidadania, terá enfim mais probabilidade de ser pobre, não é. Portanto acho que há aqui claramente uma relação, por isso é que a intervenção que tem que ser feita sobre estas pessoas tem que ser muito mais profunda do que a simples transferência de verbas ou de prestação, não é. Portanto tem que haver aqui todo um trabalho junto do cidadão, junto das famílias no sentido de trabalhar as suas competências, no sentido que eles se autonomizem e consigam, no fundo, ter maior capacidade de fazer face àquilo que são as suas necessidades. Eu penso que essa é a grande responsabilidade que todos nós temos. Por isso é que eu acho que aquilo que é a abordagem aqui de algumas medidas que foram criadas, como é o caso do Rendimento Social de Inserção, logo quando foi criado era o Rendimento Mínimo Garantido agora é o Rendimento Social de Inserção, vai precisamente nessa linha, não é. Portanto, de facto a prestação é importante, mas tão ou mais importante do que a prestação é depois a componente de inserção, não é. É por isso que são chamadas a intervir nestas, enfim associadas a esta medida, praticamente todas as entidades que têm intervenção ao nível da educação, ao nível do emprego, ao nível da saúde, formação profissional. Enfim, todas estas instituições, precisamente para conseguirem definir programas de inserção que ajudem estas pessoas em tudo o que, em todas estas dimensões que fazem parte da sua vida, para que elas se inicialmente precisam da prestação, com o tempo deixem de precisar dessa prestação e possam ser elas depois a fazer face às suas necessidades, através daquilo que são as suas competências.

Entrevistadora: Tem conhecimento que quais são os casos de pobreza mais absoluta, de pobreza mais extrema, que chegam a esta instituição?

Entrevistado: Eu acho que tudo o que é pobreza extrema, portanto, tem a ver connosco, não é. De facto a Segurança Social, para a generalidade destas famílias, acaba por ser a rede não é e de facto nós, enfim através da Acção Social, através de medidas como o Rendimento Social de Inserção, acabamos por ter aqui uma intervenção muito directa junto destas famílias que vivem em extrema pobreza e essa acaba também por ser a nossa marca.

Entrevistadora: Tem conhecimento do perfil dessas pessoas, consideradas em situação de pobreza extrema?

Entrevistado: Vamos lá a ver uma questão prévia. Primeiro estas questões da pobreza e da questão social, o perfil das pessoas que recorrem aos nossos serviços, portanto elas também se vão alterando com os tempos. Enfim pode não ser esta a pobreza mais extrema, mas nós muitas vezes temos aqui pessoas que recorrem aos nossos serviços e tem a ver com pessoas fundamentalmente com problemas económicos, situações de empréstimos que as pessoas não conseguem fazer face, ou porque perderam o emprego ou em situações de divórcio, por vezes as pessoas ficam em situações. Isso é uma coisa que é relativamente recente. Aqui até há 2 ou 3 anos até se verificou mais com a subida das taxas de juro. As coisas agora, mesmo assim, estão mais calmas, isto só para que esta coisa da pobreza.

Entrevistadora: O perfil é mutável?

Entrevistado: Há aqui uma coisa que é assim, se nós, a sociedade portuguesa sofreu grandes transformações, até na relação que têm com o crédito. Nós passámos de um paradigma de uma sociedade que era pouco consumista, que tinha na poupança um valor fundamental, para uma sociedade e uma geração, uma nova geração, que encara com toda a normalidade o endividamento para ter acesso a bens, enfim, como a habitação, como o automóvel e até outro tipo de bens que não são propriamente de primeira necessidade. Porque, enfim, numa sociedade em que existe alguma precariedade por vezes em termos de trabalho, ou onde existe até uma propensão muito maior para as pessoas mudarem até de parceiro e de se divorciarem, de facto quando há filhos associados, cria aqui uma situação que muitas vezes não é facilmente comportável para as pessoas. As pessoas muitas vezes, embora possam não ter problemas de competências ou assim, por vezes há este tipo de problemas na vida das pessoas que elas precisam de um empurrão, de uma ajuda. Portanto, isto é já agora para fazer uma contextualização daquilo que nós temos também, porque em termos de pobreza eu acho que a pobreza extrema é talvez aquilo que em termos do fenómeno da pobreza é mais estável, por incrível que pareça.

Entrevistadora: Estável em que sentido?

Entrevistado: No sentido em que as pessoas com que, que fazem parte dessa categoria da pobreza extrema, são pessoas que têm um tipo de problemas associados e são pessoas que mais dificilmente, não estão até tão dependentes das alterações sociais, porque isso da pobreza tem muito a ver, quando a mim tem muito a ver, com aquilo que são as condições inatas das pessoas, não é. O que as pessoas são enquanto pessoas e aquilo que está à sua volta e há pessoas que por muito que a vida social à sua volta possa melhorar, por muito que possam haver oportunidades, dificilmente saem de uma situação de pobreza porque tem a ver com problemas internos, inatos. Famílias multiproblemáticas, pessoas que têm problemas psiquiátricos, pessoas que têm muitas vezes dificuldade de sair desse tipo de situação.

Entrevistadora: Acredita que quem nasce pobre dificilmente sairá dessa situação?

Entrevistado: Não, não acredito nisso, não acredito nisso. Acredito é que quem nasce pobre, apesar da evolução que houve na nossa sociedade e basta pensar naquilo que era a nossa sociedade portuguesa há 30 ou 40 anos e o que é neste momento. Quer dizer, em que a maioria da população portuguesa era pobre e aqui nesta região era assim, em que a maioria dos jovens não tinham acesso à educação, não tinham acesso a bons empregos e portanto não tinham acesso a mantimentos, a solução era emigrar. Houve a nível da sociedade portuguesa, de facto, evoluções muito positivas que permitiram que hoje nós vivêssemos a situação que vivemos, em termos até de massificação da educação e de acesso a um conjunto de oportunidades que antes não existiam. Mas temos também situações de pobreza extrema que já vinham dessa altura e que se mantêm, é isso que eu quero dizer. Portanto houve aqui uma mudança social, as pessoas às vezes não valorizam isso.

Entrevistadora: Mas que não chegou a todos?

Entrevistado: Exactamente tem a ver com o sentido português das pessoas que não valorizam muitas vezes a mudança que houve, mas de facto houve aqui mudanças drásticas, basta olhar para aquilo que são os indicadores sociais. Mas enquanto a média geral, a maioria das pessoas de facto tiveram aqui oportunidades que os ajudaram a progredir, houve pessoas que não o fizeram e talvez sejam essas pessoas que estão na pobreza. Porque para isso basta ver a Segurança Social e os Técnicos com quem falo, e

que já cá estão há muitos anos, há 20 ou 30 anos, há famílias em que a exclusão social se foi reproduzindo ao longo destas décadas. São famílias muitas vezes destruturadas, por vezes essa destruturação pode ter como origem problemas de saúde mental ou assim, porque essas pessoas apesar de às vezes terem alguns desequilíbrios, isso não os impede de continuarem a constituir família e constituem, mas por vezes são pessoas que não têm competências básicas, não têm regras e acabam por não criar as condições necessárias para que os seus filhos possam de facto sair da situação em que eles sempre viveram, não é. Portanto há aqui, de facto, esse tipo de situação que muitas vezes tem a ver fundamentalmente com aquilo que são as competências das famílias, com a falta de competências que as impossibilita de aceder a oportunidades que a sociedade possa no fundo disponibilizar. E por isso é que é importante, de facto, ligando com o primeiro, com a primeira questão, por isso é que é importante cada vez mais que a intervenção, que a pobreza e a exclusão social têm que ser vistas de outra forma. Não é apenas o problema da insuficiência material, não é nada disso, portanto há aqui um trabalho que tem que ser feito ao nível das famílias, ao nível das pessoas, ao nível de desenvolver as suas competências, aumentar as suas competências. Permitir que os membros destas famílias, também os mais novos, tenham acesso a outro tipo de estímulos que possam abrir os horizontes e que eventualmente os ajudem de facto a criar aqui uma ruptura com aquilo que foi sempre o percurso das suas famílias. Portanto a aposta que tem sido feita cada vez pela Segurança Social, tem estado a fazer esta aposta com equipas multidisciplinares que trabalham directamente sobre as famílias, tentando trabalhar as suas competências, vão precisamente nesse sentido. Não é um trabalho fácil, nem sempre se conseguem os resultados, mas eu penso que é por aqui que nós de facto temos que ir e de facto têm uma preocupação muito grande ao nível das redes sociais e têm sempre aqui um papel de preponderância. Esta é a temática que nos é cara, no sentido de ser feito este trabalho ao nível das competências mais básicas, porque a questão é porque quando nós trabalhamos a inclusão destas famílias elas muitas vezes não estão no nível zero, estão abaixo de zero. Portanto, muitas vezes quando os Técnicos têm que negociar com os Técnicos de Emprego ou com outros profissionais, muitas vezes estas pessoas ainda não estão preparadas para o mercado de trabalho, não estão, portanto há que desenvolver aqui um trabalho e portanto ao nível das suas competências pessoais, ao nível das suas competências sociais e pô-los a um nível mínimo que lhes permita a partir daí iniciar um percurso ao nível da sua inserção profissional.

Entrevistadora: E porque é que acha que isso acontece? Porque é que as pessoas não estão preparadas ou não têm essas ditas competências?

Entrevistado: São percursos de vida que as pessoas tiveram sempre, em que nunca tiveram acesso no fundo a determinadas regras que considero que são básicas para que as pessoas possam inserir-se social e profissionalmente, não é. Por vezes são pessoas que viveram isoladas, são pessoas que viveram em determinados meios sociais ou familiares que, de facto, criaram barreiras a que eles pudessem vir cá para fora e poderem ter um percurso de vida mais normal e portanto a existência de guetos sociais infelizmente continua a ser uma realidade na nossa sociedade. Eles podem não ser guetos físicos, mas os guetos sociais continuam a existir. Portanto é isso que nós temos que tentar combater por todas as formas, mas de facto por vezes não é fácil, por vezes não é fácil.

Entrevistadora: É possível numa fase futura desta investigação aceder a alguns dos processos destas pessoas em situação de pobreza extrema? Será possível ter acesso a alguns desses dados, no sentido também de poder entrevistar essas pessoas?

Entrevistado: Eu penso que sim. Temos que ver, uma vez que se trata de um trabalho académico, sério, numa perspectiva de salvaguarda da privacidade das pessoas e sempre com autorização das pessoas. Desde que as pessoas autorizem, nós podemos ver depois nos serviços eventualmente, até acho que o investigador entrar em contacto com a família, ver se alguma das famílias está disponível e depois a partir daí se as pessoas estiverem disponíveis. Trata-se de criar conhecimento para melhorar o sistema.

Entrevistadora: Muito obrigada. Prosseguindo, como é que é determinada a condição de pobre nesta instituição?

Entrevistado: A condição de pobre é algo subjectivo. Nós de qualquer maneira legalmente estão definidos alguns critérios, não é. Normalmente o critério que os legisladores utilizam preferencialmente é o critério económico, portanto tem que se ir por algum lado e portanto normalmente embora depois se procure porém fazer uma intervenção que não fique apenas por uma concepção de pobreza material, mas efectivamente quando nós olhamos para aqueles que são os critérios de acesso às

medidas que nós temos, há sempre o critério económico que é o ponto de referência. De qualquer maneira a evolução que houve ao nível da sociedade portuguesa e até a nível daquilo que são as respostas institucionais, cada vez mais estruturadas em torno de relações de parceria e de redes sociais uma abordagem desenvolvimentista. Com a ideia de que intervir deve ser feito, é uma intervenção sistémica, deve se intervir sobre as famílias, mas deve-se intervir em simultâneo sobre todo o contexto das famílias, sobre a realidade, sobre a comunidade. Tendo a ideia de que num território onde existem melhores índices de educação, melhores índices de saúde, existe mais emprego. Em princípio o fenómeno da exclusão tenderá a diminuir, haverá mais oportunidades e portanto há cada vez mais essa perspectiva. Portanto, quando se olha para o problema da pobreza e para o problema da exclusão podemos olhá-lo de uma forma individual, do ponto de vista das famílias, aí normalmente de facto há um critério para acesso a, através das várias medidas que existem o R.S.I., o C.S.I., a questão do acesso a medidas como, tudo aquilo que tem a ver com as medidas do sub – sistema solidário, o subsídio de desemprego, o social desemprego, enfim todas essas medidas. Há aí uma questão económica sempre na base, mas depois há esta abordagem, esta abordagem mais geral, multidimensional, em que todos são chamados, em que se procura criar de facto esta lógica sistémica de intervenção. Eu acho que há aqui um, tem que haver essa capacidade de conciliar estes dois conceitos que não são diferentes, que é a luta contra a pobreza e a exclusão social, que passa também pelo, no fundo pelo combate, pelo desenvolvimento dos territórios, desenvolvimento naturalmente na sua acepção mais alargada, desenvolvimento integrado. Portanto em territórios onde há mais emprego, onde há mais educação, onde há bom ambiente, agora já vamos chamar também aqui, onde há tudo isso, portanto à partida haverá uma maior probabilidade de haver menos exclusão e menos pobreza. Portanto é preciso termos aqui a capacidade de conciliar todas estas perspectivas.

Entrevistadora: Que perspectiva tem sobre a forma como as pessoas em situação de pobreza vivem a sua situação?

Entrevistado: Pois é complexo, vamos ver eu não sei, porque esta questão da nossa situação é sempre algo muito subjectivo. Se as pessoas sempre viveram de uma determinada forma, eu vou-lhe dar um exemplo: os nossos idosos, as pessoas que hoje temos idosos e para muita gente as pessoas questionam-se: como é possível viver com

300 euros por mês? Sobretudo a nossa geração que é geração consumista. Como é possível as pessoas viverem com 300 euros, fazerem face a todas as suas despesas de alimentação, medicamentos e mais não sei o quê e ainda sobra dinheiro para darem aos netos uma prendazinha e não sei quê. De facto isso é possível pela vida que as pessoas sempre tiveram, porque as pessoas sempre viveram assim, mesmo que venham, venham a ter rendimentos acrescidos, eles não vão alterar o seu modo de vida. No entanto para nós, para nós não é, uma geração diferente, com hábitos diferentes, com valores diferentes, aquelas pessoas são pobres ou vivem na extrema pobreza, mas elas têm todas as suas necessidades satisfeitas. Eu acho que isto talvez seja um bom exemplo daquilo que é a subjectividade e da forma como as pessoas, porventura, as pessoas que sempre viveram numa situação de pobreza, sempre viveram assim, não têm a mesma percepção da falta de acesso que têm aos tais direitos de cidadania. Portanto para nós é mais difícil imaginarmos como é que nós viveríamos de acordo com aquilo que aquelas pessoas têm. Para nós isso é inimaginável, porque tivemos acesso a outro tipo de coisas, não é. De qualquer maneira isto é apenas uma visão, mas seria interessante de facto ver essa questão.

Entrevistadora: Como analisa a intervenção dos Assistentes Sociais nestas situações de pobreza?

Entrevistado: Como é que analiso? Como é que analiso em que sentido?

Entrevistadora: No sentido do trabalho que é realizado com estas pessoas, não só do ponto de vista do processo como dos próprios resultados. Do ponto de vista da própria implementação das Políticas Sociais, dado o trabalho do Assistente Social enquanto profissional que privilegiadamente trabalha em contacto directo com estas pessoas. Como vê o trabalho destes profissionais?

Entrevistado: Uma primeira frase é: o trabalho do Assistente Social não é fácil, não é fácil porque se vêem antes de mais confrontados com situações muitas vezes bastante complicadas. No fundo o Assistente Social é aqui a primeira pessoa que faz a gestão entre as necessidades existentes e os recursos existentes. É muito, o trabalho é muito, de acordo com este binómio. A análise diagnostica das necessidades e a locação dos recursos existentes na comunidade para fazer face a estas necessidades, depois há aqui

uma questão que é assim, o actual paradigma da intervenção social, de facto, torna a missão dos Assistentes Sociais um enorme desafio por um lado, mas um trabalho muito mais complexo, porque enquanto se entendeu a pobreza apenas como um problema de natureza material, era fácil. Portanto procedia-se à atribuição dos subsídios e pronto já estava, não é, e neste momento a questão não se pode ficar por aí. O trabalho do Assistente Social é muito mais do que a atribuição dos subsídios económicos, passa muito por esta capacidade de ter uma visão multidimensional dos problemas. Conseguir olhar para a realidade e conseguir de facto a localizar esses vários recursos que existem. Isto implica desde logo uma grande capacidade de trabalhar em equipa e em parceria de forma interdisciplinar, por um lado, e interinstitucional, por outro. Depois há aqui aspectos em que muitas das vezes não é fácil a um Técnico dar volta a isso, portanto coloca-se a outra dimensão que tem a ver com lutar contra culturas instaladas que muitas vezes existem em termos de organizações. Esta coisa do trabalho em parceria é uma coisa relativamente nova, uma coisa nova, uma coisa recente e portanto há aqui e é uma coisa que não, não se conseguem efeitos imediatos, é uma mudança longa, é um processo demorado e portanto esta coisa das instituições estarem todas focalizadas no cidadão e no cliente, é uma coisa que ainda temos um bocadinho para fazer, embora as teorias da administração pública e as boas práticas cada vez mais defendam isso, quer dizer todos estão de acordo, mas depois na hora da verdade as instituições continuam muito viradas, muito viradas para si. E pronto há um trabalho que tem sido feito e importante e portanto as orientações, a existência das redes sociais, a manutenção deste tipo de práticas vão no sentido correcto, vão no sentido de tentar quebrar isso. Mas há aqui um caminho longo e por vezes o trabalho do Técnico que está no terreno é difícil, porque há aspectos da decisão institucional que não estão dependentes do Técnico e não estão muitas vezes na instituição donde provêm, muito menos estão nas instituições donde provêm outros Técnicos, com quem têm que articular, está a ver. E portanto é o sistema, não é, o que as pessoas dizem que é o sistema, portanto é importante que os Técnicos de Serviço Social tenham aqui a capacidade de perceber também que não são heróis, não são super – homens, nem super – mulheres. Portanto o que eles fazem, são uma peça de uma engrenagem, devem fazer o seu melhor, mas de facto há aqui algo que não está dependente apenas deles e portanto o trabalho é um trabalho que, por um lado é estimulante, mas por outro lado não é fácil e portanto tem que haver uma grande capacidade de desde logo os Técnicos de Serviço Social perceberem que a intervenção que é feita sobre as famílias, muitas vezes implica que é preciso influenciar também

outros contextos, nomeadamente os contextos organizacionais, contextos estabelecidos, portanto há que ter estratégias a esse nível. No fundo tem que ver com a tal, há a componente técnica, a componente de investigação, o que temos aqui tem a ver com a tal componente política, não no sentido político – partidário, mas da relação e da capacidade de influenciar outros, as outras organizações, no sentido de levar a que as organizações incidam, cada vez mais tenham esta capacidade de intervenção integrada, e remar todas no mesmo sentido de preferência no sentido da resolução das necessidades das famílias e dos cidadãos.

Entrevistadora: Na sua perspectiva essa seria uma das formas de intervir na pobreza? Como perspectiva a intervenção na pobreza?

Entrevistado: A intervenção tem que ser assim. Claramente tem que ser uma intervenção sistémica, tem que ser uma intervenção onde exista estratégia, onde exista planeamento, onde exista capacidade de concertação institucional e onde as pessoas saibam todas para onde é que estão a ir e onde no fundo exista essa capacidade, por parte de toda a gente, no fundo de rentabilizar. Sabe, isto tem muito a ver com outro conceito também que é o da rentabilização de recursos. Nós muitas vezes, enfim diálogos que existem por vezes entre as pessoas, as instituições, os Técnicos, falam da falta de recursos e eu acho que muitas vezes pode haver falta de recursos, mas há também alguma incapacidade em rentabilizar os recursos que existem no terreno. Nós temos muitos recursos técnicos no terreno, desde que exista esta capacidade de conceituação, desde que as entidades de facto consigam chegar a um entendimento, a um consenso sobre a forma como devem intervir e todas intervirem no mesmo sentido, nós conseguirmos assim rentabilizar. Temos que aprofundar aqui a capacidade de integração ao nível das várias instituições, ao nível dos vários recursos. Se nós fizermos isso seguramente conseguimos rentabilizar melhor os recursos. Os recursos que são escassos sempre e poderão ser distribuídos por muito mais pessoas que precisam. Mas a intervenção tem que ser a intervenção sistémica, em que todos estejam comprometidos e que os cidadãos, aqueles para quem se intervém, têm que estar comprometidos, por isso é que têm que normalmente assinar acordos de inserção, porque há aqui um trabalho que vai ser feito com eles. Que eles também têm que se comprometer a fazer alguma coisa para mudar a sua situação, em que tem que haver um compromisso da parte dos Técnicos e tem que haver um compromisso da parte das pessoas e dos políticos, de

quem tem responsabilidades em termos institucionais, têm que ter uma capacidade de se organizar e de se concertarem entre si para que a sociedade esteja melhor preparada para resolver, para responder a estes problemas.

Entrevistadora: Considera que o fenómeno da pobreza assume particularidades na Região Alentejo?

Entrevistado: Eu acho que nós aqui no Alentejo, enfim temos que olhar para aquilo que é a nossa realidade demográfica, antes de mais, somos uma população envelhecida. Sabemos que na sociedade portuguesa os idosos, por questões históricas, são pessoas que tiveram acesso a poucos rendimentos, pessoas que descontaram pouco, enfim têm rendimentos baixos e portanto isso coloca-os automaticamente numa situação de pobreza. São pessoas que nunca tiveram a oportunidade de vivenciar, para além daquilo que foi sempre a sua vida, nunca tiveram grandes oportunidades. Portanto isso é uma particularidade, que penso que é comum, não só aqui, não só à nossa região, mas em geral às regiões do interior do país. Depois eu penso que a situação em termos de, enfim não temos alguns problemas que existem nos meios urbanos em termos de criminalidade, nem nada disso, nem temos essas questões muito pesadas associadas à criminalidade. A imigração também tem ainda pouca expressão, tirando o concelho de Odemira, mas tem pouca expressão. Temos aqui alguns problemas de exclusão associados à presença de etnia cigana, que continua a ser uma população que não conseguiu ainda uma integração plena, nem nada que se pareça, na nossa sociedade, não é, e portanto a situação é fundamentalmente esta. De resto penso que há aqui um padrão, há aqui um padrão geral. Tirando a questão do envelhecimento.

Entrevistadora: Que é mais particular?

Entrevistado: Que é algo que nos distingue, é algo que distingue a nossa, o Baixo Alentejo e o interior do país em relação porventura, é talvez um dos elementos mais distintivos. Temos aqui a população cigana que, enfim, tendo em conta a nossa demografia, temos aqui alguns núcleos importantes em alguns concelhos: Moura, mesmo aqui em Beja. Portanto são assim, não é exclusivo do Baixo Alentejo, mas é algo que tem a ver com estas realidades do interior, não é. No fundo o nosso problema tem muito a ver com uma característica de interioridade. Pouca massa crítica, não temos

os problemas dos meios urbanos da criminalidade, temos os problemas dos meios rurais da interioridade. Do menor acesso, muitas vezes, a determinados serviços, enfim, se bem que em termos de indicadores sociais, em termos de equipamentos sociais, de cobertura estamos, estamos melhor do que os meios urbanos. Lares de idosos e outro tipo de respostas sociais, creches, estamos melhor, não é. Portanto não é uma situação, ainda assim, ao contrário daquilo que algumas pessoas muitas vezes procuram fazer crer, não é uma situação excessivamente preocupante, até porque nestes meios mais rurais, com menos população acho que continua, ainda assim, a existir alguma solidariedade presente. As pessoas conhecem-se todas. As instituições sociais, as Autarquias, têm aqui um papel importante no sentido de uma forma solidária de intervenção sobre as situações de pobreza e de exclusão social.

Entrevistadora: Considera que a permanência de algumas relações de proximidade protege as pessoas de situações de pobreza?

Entrevistado: É, apesar daquilo que eu disse há pouco. A matriz social sofreu uma grande evolução nos últimos anos. A família não tem hoje o mesmo papel que tinha há 20 ou 30 anos, não é. Portanto o facto da mulher, fundamentalmente a mulher, elemento central, por via da sua emancipação e isso é positivo seguramente, ter começado a trabalhar. Portanto deixou de haver disponibilidade para tratar dos seus dependentes, sobretudo a nível dos idosos isso é algo que se verifica, não é. O facto das pessoas aqui estudarem mais e de haverem aqui menos oportunidades de emprego, as migrações que existem, torna a que muitas vezes algumas populações específicas fiquem mais isoladas. E portanto a família perdeu claramente o papel que tinha, não é, naturalmente que as comunidades mais pequenas conseguem ainda assim, nunca substituindo a família, porque não acredito que substitua, mas se calhar conseguem conviver e aguentar melhor o problema do que, por exemplo, nas sociedades urbanas, onde aí o isolamento dos idosos é uma situação muito mais gravosa, porque aí é bastante complicado. Não se conhecem as pessoas e as pessoas vivem isoladas, aí penso que as situações são muito mais complexas do que aquilo que nós vivemos aqui na nossa região.

Entrevistadora: Estamos a terminar, existe alguma coisa que gostasse de acrescentar a esta entrevista, sobre este tema?

Entrevistado: Acho que não.

Entrevista Exploratória
Presidente da Caritas Diocesana de Beja
04 de Março de 2010

Entrevistadora: Em primeiro lugar obrigada pela oportunidade de aceder a esta entrevista e como já tivemos oportunidade de falar, o foco principal desta investigação é estudar como os mais pobres dos pobres vivem a sua situação e a forma como são concretizadas as medidas de Política Social, a nível local, para atender a este problema. O que lhe parece este tema?

Entrevistado: Pronto, este tema parece-me importantíssimo, tendo em conta o número altíssimo de pobres que existem em Portugal e no mundo inteiro, portanto é uma prioridade, digamos é a prioridade das prioridades, não é. Repor a justiça porque todas as pessoas tem direito a ter um mínimo de, a ter uma vida digna e isso não está a acontecer. Infelizmente o fosso entre os mais ricos e os mais pobres está a aumentar e daí que tem que haver uma vontade politica para alterar esta questão. É possível, porque os recursos existentes no mundo são suficientes para que todos nós possamos ter qualidade de vida, o suficiente digamos assim para a nossa subsistência e para ter uma vida digna e portanto é só uma questão de vontade politica de alterar algumas regras de funcionamento. E também obviamente de cada um de nós, na nossa actuação do dia a dia, porque também, por vezes, vamos atrás daquela perspectiva do consumismo e que nos prejudica também a nós próprios porque os excessos, conforme nós temos vindo também a verificar, acabam também por nos prejudicar, não só ao nível da saúde, como também do equilíbrio psicológico. Temos assistido a um aumento do número de pessoas que recorrem a ansiolíticos etc e isso tem muito a ver com o peso que se está a dar à parte material, em detrimento da parte do ser e da relação, porque o ser humano é essencialmente um ser de relação e portanto isso está-se a perder e a valorizar muito o material. Portanto não só estamos a prejudicar um número enorme de pessoas que não têm o mínimo dos mínimos, como nos estamos a prejudicar a nós próprios. Então há que mudar mentalidades, há que mudar o estilo de vida. Portanto há muita coisa que temos que alterar aqui.

Entrevistadora: Como define a pobreza e o que é para si uma pessoa pobre?

Entrevistado: Portanto uma pessoa pobre é um pessoa que está numa situação de exclusão ou porque foi posta nessa situação ou porque por ela própria resolveu colocar-se nessa posição, ou seja, a não participação na construção da sociedade. Essa impossibilidade devido a várias condicionantes de não participar, portanto, na vida da comunidade e não ser um participante activo na construção da comunidade. Portanto eu penso que parte, a base está aí, não é. Portanto não se sente digno de ser um participante activo, devido a problemas anteriores, muitas vezes que já vêm de várias gerações, não é. Nós em Portugal, pelo menos até há relativamente pouco tempo, 70% dos nossos pobres, são pobres há três ou mais gerações, ou seja é um ciclo vicioso, a pessoa não tem auto – estima suficiente, não tem um incentivo, a motivação para sair desse ciclo de pobreza e portanto a consequência é que realmente não participa, não é um agente activo para, portanto, para, na construção da sociedade e também para sair dessa sua situação.

Entrevistadora: No último caso que referiu, das pessoas que são pobres há uma, duas ou três gerações, o que acha que poderia ser feito para intervir nessa problemática?

Entrevistado: Pronto eu penso que a prioridade devem ser as crianças, devem ser as crianças a nível da escolaridade, portanto na escolaridade e também no acompanhamento das famílias a nível das competências portanto de gestão doméstica, de olhar para a questão de, pronto, incentivar os seus filhos a não faltar à escola. Portanto eu penso que a base é realmente a escolaridade. Se a pessoa realmente conseguir atingir um nível de escolaridade, consegue então mais facilmente sair desse ciclo de pobreza. Portanto temos que trabalhar as famílias e principalmente com prioridade nas crianças de forma a que se sintam motivadas a ir à escola, a crescer, a perceberem que têm tantos direitos como qualquer outra criança e pelo facto de ser pobre ou de ser de uma etnia diferente, não quer dizer que à partida vá ser portanto uma situação de insucesso, portanto tem possibilidades de ter sucesso e temos que acompanhar então a partir das crianças.

Entrevistadora: Tem conhecimento de quais são os casos de pobreza mais absoluta que chegam aqui a esta instituição? Qual o perfil dos casos que tem conhecimento?

Entrevistado: A situação de maior pobreza, com maior dificuldade de resolução são as pessoas com problemas do foro psiquiátrico. Portanto, isto é um problema muito grave, eu penso que é um dos problemas maiores que temos a nível nacional, porque não há condições para, portanto, para o acompanhamento destas pessoas e também não há condições de acompanhamento das famílias destas pessoas. Portanto há um sofrimento imenso dessas pessoas com essa problemática e das suas famílias e portanto isso penso que deve ser uma prioridade. Depois temos também o problema das pessoas com problemas de toxicodependência, de alcoolismo, mas também temos também situações de pobreza por exemplo em famílias monoparentais, mães com crianças pequenas, também temos situações, e depois também alguns idosos que também devido às suas pensões muito reduzidas e os custos muito altos dos medicamentos também estão em situação de pobreza material. Porque para além da pobreza material, temos também depois outros tipos de pobreza e também uma das grandes pobreza que nós temos é realmente a solidão, é o não se sentir útil, daí que eu no início disse a questão de não se sentir suficientemente importante, digamos assim, para participar na vida da sociedade e portanto ser posto à margem e aí pronto, não ter uma reacção para realmente alterar essa situação.

Entrevistadora: Considera que numa fase posterior desta investigação seria possível aceder a alguns destes processos e entrevistar estas pessoas?

Entrevistado: Sim, nós podemos, nós podemos perguntar e estou convencida que sim, que as pessoas estão disponíveis para isso, sim.

Entrevistadora: Como é determinada a condição de pobre nesta instituição?

Entrevistado: Portanto os pobres são as pessoas que não têm qualquer tipo de rendimento ou que têm um rendimento tão baixo que não, que não lhes é possível ter o mínimo e indispensável no que se refere à alimentação, ao vestuário, portanto se for com as crianças, a poder dar as condições mínimas para essas crianças poderem realmente ir à escola e ter também o suficiente como as outras crianças, a alimentação. Portanto normalmente esses são os mais pobres dos pobres.

Entrevistadora: Como considera que essas pessoas vivem a sua situação? Tem ideia de como estas pessoas viverão esta condição de pobre?

Entrevistado: Bom isso, há alguns pobres que têm uma perspectiva de conformismo, não é, são aqueles pobres que são pobres há mais, há algumas gerações, não é, e acham que se calhar é mesmo assim a vida, têm uma perspectiva um pouco fatalista perante a situação, porque sempre viveram assim, porque sempre viram a sua família viver assim e portanto têm por vezes, mas eu penso que essa perspectiva está-se lentamente a alterar. Portanto os pobres começam a perceber, e talvez também fruto de algumas campanhas que se estão a fazer, de algumas intervenções que se estão a fazer, que os pobres acham que realmente, vão começando a achar que também têm direito a ter voz, não é e daí penso que é muito importante este tipo de estudo e portanto alertar toda a população para que realmente nós temos que acabar com a pobreza, não é. Dai por exemplo a Caritas Portuguesa através da Caritas Europa está, lançou ontem, antes de ontem, uma petição pública para que a nível da Comunidade Europeia os políticos, portanto, tenham em atenção políticas para erradicar a pobreza, portanto nós não queremos minimizar a pobreza, queremos erradicar a pobreza, erradicar a pobreza porque é a única forma de realmente termos justiça, não é, a justiça parte daí.

Entrevistadora: Como analisa a intervenção dos Assistentes Sociais que conhece nestas situações de pobreza?

Entrevistado: Eu acho que são pessoas extraordinárias, porque dedicam-se totalmente, portanto, à causa de ajudar a pessoa realmente a sair da sua situação, quer seja uma situação de emergência social, dando-lhe aquilo que é essencial no momento, como a alimentação, higiene pessoal, etc, mas vão mais longe do que isso. Fazem um trabalho também em parceria com outras entidades, com outros colegas de outras instituições de forma a poderem ajudar essas pessoas a saírem dessa situação de pobreza e portanto poderem encontrar o seu caminho. Por exemplo, eu aqui na Caritas acho que as nossas Assistentes Sociais têm tido um papel, portanto muito empenhadas e que realmente tem dado alguns resultados.

Entrevistadora: Considera que este fenómeno assume particularidades na Região Alentejo? Acha que tem contornos particulares circunscritos à região ou não?

Entrevistado: Penso que sim, porque nós estamos de certa forma um pouco isolados, não é. Enquanto que o litoral tem muito mais condições porque é-lhes dado, portanto, há toda, a questão por exemplo do emprego, no litoral temos algumas empresas que apesar de tudo, agora com a crise, sempre conseguem algum desenvolvimento e portanto a criação de algum emprego e nós aqui temos uma taxa altíssima de desemprego. O desemprego não só gera problemas a nível material, mas também a nível social, porque depois a pessoa não se sente realizada e tem imensos problemas a esses níveis e portanto pode depois também descambar um pouco para algumas compensações, não tão positivas para a sua saúde como o álcool e a toxicodependência e assim.

Entrevistadora: Acha que o que pode diferenciar o fenómeno nesta região tem a ver com estas questões da interioridade?

Entrevistado: Tem a ver com as questões da interioridade, sem dúvida nenhuma, porque temos muito menos empresas que estão aqui na região e portanto temos um número maior de desempregados.

Entrevistadora: Como considera então que se devia intervir no fenómeno da pobreza? E como analisa as actuais medidas de Política Social?

Entrevistado: Bom, eu penso que há algumas medidas que eu penso que são positivas, nomeadamente a questão do Rendimento Social de Inserção, que tem tido portanto algumas vozes contrárias. Eu penso que existem realmente algumas situações de abuso, mas há um número imenso de pessoas que estão a usufruir desta medida e que realmente se não tivessem acesso a ela estariam numa situação muito pior. Portanto, penso que o Rendimento Social de Inserção é uma medida positiva, desde que devidamente acompanhada para que realmente, pronto um acompanhamento das famílias, na questão da gestão doméstica e tudo o resto, não é. Como por vezes já tem acontecido, nós estamos a acompanhar por exemplo aqui na instituição, estamos a acompanhar 100 famílias que estão a receber o Rendimento Social de Inserção, temos uma equipa técnica que acompanha essas famílias e temos vindo a ver, portanto, uma melhoria das condições dessas famílias e muitas delas, pronto, a conseguir sair dessa dependência, digamos assim, e ter a sua autonomia. Encontrarem portanto, com ajuda, mas encontrarem por elas próprias o seu próprio caminho e, portanto, promover, portanto, no sentido da sua promoção, não é. A questão do, por exemplo uma das questões que por exemplo me preocupa é a questão da falta de apoio social, por exemplo, para os empresários de pequenas empresas, micro – empresas, portanto essas pessoas e nós temos vindo a assistir aqui na nossa região a algumas situações, mas em todo o país isso tem acontecido, muitas falências de pequenas empresas, que depois não só ficam endividadas na Segurança Social, etc., como acabam também por não ter acesso a qualquer tipo de apoios sociais por parte do Estado e são situações muito complicadas. São pessoas que pronto tiveram uma vida de, pronto sem necessidades básicas, sem falta desses meios e que de repente se encontram numa situação que a nível psicológico também é muito complicada de gerir, porque torna-se, apesar de tudo, mais complicado para essas pessoas terem de vir pedir ajuda e realmente o Estado devia também estar atento a isso, devia ter em conta esta situação anormal de crise que se verificou nos vários continentes.

Entrevistadora: Estamos a terminar, não sei se gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

Entrevistado: Quero-lhe dar os parabéns pela sua iniciativa. Acho que é extremamente importante falarmos sobre esta questão da pobreza, porque só alertando as pessoas para esta questão é que realmente podemos, de certa forma, fazer ver os políticos que é prioritário que eles adoptem medidas, pronto mais concretas, para erradicar a pobreza e também a nível individual cada um e nós sentir que é co – responsável por isso.

**APÊNDICE C. GUIÃO DE ENTREVISTA REALIZADA A
ASSISTENTES SOCIAIS**

Guião de Entrevista Semi – Directiva

Assistentes Sociais que exercem funções em instituições que operacionalizam medidas e programas de luta contra a pobreza na cidade de Beja

I. Prática Profissional

1. Há quanto tempo trabalha nesta instituição?
2. Exerceu sempre as mesmas funções? Se não, que outras funções já exerceu?
3. Qual o trabalho do Assistente Social nesta instituição?
4. Quais são as funções que desempenha? Qual o tipo de trabalho que desenvolve na instituição?
5. Quais são os objectivos da instituição onde exerce a sua actividade profissional?
6. Quais são os seus objectivos profissionais?
7. Como articula o seu trabalho com outros profissionais?
8. Quais são os valores que informam a sua prática profissional?
9. Quais são os principais referenciais teóricos subjacentes à sua prática profissional?
10. Quais são as principais estratégias que utiliza no exercício da sua profissão?
11. O que faz para actualizar os seus conhecimentos a nível profissional?

II. Trabalho realizado com as pessoas em situação de pobreza

12. Quem é a pessoa responsável pela triagem das situações de pobreza na instituição?
13. Qual é o perfil das pessoas que recorrem a este serviço?
14. Como se processa o atendimento a estas pessoas: como chegam os casos e quem são essas pessoas?
15. Quais são os casos mais flagrantes e mais típicos de pobreza atendidos nesta instituição?
16. Que tipo de intervenção é realizada junto destas pessoas? Como são tratados os casos?
17. Como é determinada a condição de pobre nesta instituição?

-
18. Como descreve a relação profissional que mantém com estas pessoas que recorrem ao serviço onde trabalha?
 19. Que medidas de Política Social são operacionalizadas nesta instituição?
 20. Como avalia o seu trabalho na instituição?

III. Noção de pobreza e de pessoa pobre

21. Como define pobreza?
22. O que é para si uma pessoa pobre?
23. Como considera que as pessoas em situação de pobreza vivem a sua situação?

IV. Perspectiva sobre o fenómeno da pobreza em Portugal e na cidade de Beja

24. Na sua opinião o que fazer para intervir nas situações de pobreza em Portugal?
25. Considera que este fenómeno assume particularidades na região Alentejo, mais concretamente na cidade de Beja?

**APÊNDICE D. ENTREVISTAS REALIZADAS A ASSISTENTES
SOCIAIS**

Entrevista Assistente Social

Núcleo Distrital de Beja da EAPN Portugal / Rede Europeia Anti-Pobreza

14 de Setembro de 2011

Entrevistadora: Muito bom dia. Em primeiro lugar muito obrigada pela sua disponibilidade, tal como já tínhamos conversado há pouco, portanto o grande objectivo deste trabalho de investigação é tentar perceber a forma como as pessoas enquadradas em medidas e programas de luta contra a pobreza vivem a sua situação no concelho de Beja. E nesse, nessa perspectiva considerou-se que enquanto Assistente Social e enquanto alguém que está ligado ao trabalho nessa área, seria um interlocutor privilegiado para poder dar um contributo nesta, neste trabalho. Iniciaria em primeiro lugar por falar um pouco da sua prática profissional. Há quanto tempo trabalha nesta instituição?

Entrevistado: Desde Janeiro de 2003. Nesta instituição?

Entrevistadora: A Rede Europeia Anti – Pobreza Núcleo Distrital de Beja.

Entrevistado: Exacto.

Entrevistadora: Exerceu sempre as mesmas funções aqui?

Entrevistado: Aqui pronto, aqui basicamente é sempre as mesmas funções, não é uma função muito específica do Assistente Social, mas pronto. Mas também há algumas partes onde há especificidades do Assistente Social, nomeadamente na criação de pontes, trabalho em rede, parceria e por aí fora.

Entrevistadora: E qual, em que consiste exactamente o seu trabalho aqui nesta instituição?

Entrevistado: Basicamente poderemos ser considerados um agente de desenvolvimento local, social, por aí fora. Temos de ser uma mola impulsionadora do combate à pobreza, por aí.

Entrevistadora: E qual é o tipo de trabalho que desenvolve?

Entrevistado: Basicamente tem a ver com a missão da organização, combater a pobreza e a exclusão social. O trabalho está direccionado em três, quatro linhas que é a informação, a formação e a investigação e o lobby social.

Entrevistadora: Pode explicar um pouco essa última parte?

Entrevistado: Do lobby social?

Entrevistadora: Sim.

Entrevistado: O lobby passa essencialmente por uma situação que é assim, nós temos que ser de alguma forma um grupo de pressão. O que se torna mais complicado, um grupo de pressão no bom sentido de lançar pistas para novas intervenções, para boas práticas, isto no que concerne ao combate à pobreza e exclusão social. Grupo de pressão por outro lado junto dos decisores políticos, o que é muito complicado, porque é assim nós vivemos sessenta por cento à conta do Estado, da Comissão Europeia, dos decisores políticos. Quando fazemos esta pressão, ou somos este grupo de pressão temos de o fazer com algum cuidado, é um bocado complicado, não é, nesta área, mas pronto, tem resultado nalguns casos aqui no distrito. Do tipo algumas actividades ou intervenções que tivemos alguma notoriedade ao nível dos sem abrigo, das comunidades ciganas, dos pobres em si também e na identificação e sinalização de situações de pobreza junto desses decisores políticos, quer sejam Câmaras, Entidades Públicas, Serviços Desconcentrados do Estado, por aí.

Entrevistadora: Há pouco disse que não fazia propriamente o trabalho do Assistente Social. Qual considera que seria o trabalho do Assistente Social nesta instituição?

Entrevistado: Bom porque é assim, quando eu digo não fazemos o trabalho do Assistente Social, digo naquela vertente da acção social, do assistencialismo mesmo. Nós a Rede Europeia Anti – Pobreza não somos uma instituição assistencialista. Há aqui uma grande diferença por exemplo entre a EAPN e a Cáritas, a Cáritas são mais assistencialistas, nós trabalhamos mais com outra vertente, da formação, da informação, da tal dito lobby, do despertar consciências, por aí, do alertar, do combater e por aí fora. Não do assistencialismo, do dar, doar, e por aí.

Entrevistadora: Então nessa perspectiva aqui trabalha como técnico, não como Assistente Social?

Entrevistado: Eu considero que aqui sou Assistente Social, porque é assim, na intervenção que nós fazemos, eu vejo isto a nível da formação, no lidar com os formandos ou com os formadores há outra sensibilidade. Eu verifico isto a nível nacional, porque a organização tem apenas três Assistentes Sociais, não quer dizer que sejam melhores ou piores técnicos, mas há outra dimensão, há outra empatia, enfim entre as instituições e o próprio técnico. Depois claro, esta área em que a gente faz muito trabalho em rede, das dinâmicas das parcerias e por ai fora. Eu não quero pôr as outras classes sociais, os sociólogos, ou outros, mas eu vejo que nós nessa parte estamos mais capacitados e conseguimos ir mais além nas relações e na criação de pontes para as parcerias com as instituições sociais e por ai fora, pronto não me quero pôr em bicos de pés, mas acho que estamos mais à vontade para isso.

Entrevistadora: Parece-lhe ser esse o trabalho do Assistente Social aqui nesta instituição?

Entrevistado: Aqui é e de alguma forma em termos da dinâmica do núcleo de Beja eu acho que a formação do Assistente Social aqui, deve-se muito a esse trabalho, porque há alguma, vê-se a diferença entre, pronto não somos mais nem melhores que os outros núcleos, mas vê-se a diferença pelos outros núcleos.

Entrevistadora: E quais são os objectivos da instituição, neste caso a EAPN onde exerce a sua actividade profissional?

Entrevistado: Objectivos, os essenciais é combater a pobreza e a exclusão social. Agora por muitas vias e várias vias, mas basicamente é esse, portanto e actualmente estamos com a aprovação do Plano Estratégico e esta semana vamos estar todos juntos para verificar como é que esse combate vai ser realizado.

Entrevistadora: E quais são os seus objectivos profissionais?

Entrevistado: Muito bem, é continuar a trabalhar por aqui. Porque é assim, o objectivo profissional de qualquer pessoa, em qualquer área, passa por estar satisfeito, estar contente com trabalho, esse é ponto assente, porque quem está a trabalhar e não está contente com o trabalho, em princípio essa pessoa não tem nenhum objectivo nem profissional, nem pessoal, nem social, nem por ai. Desde que eu continue contente como estou e eu digo isto como indicador e digo isto quando, é já é quinta feira, como a semana passou a correr, parece que não fiz nada, mas fiz tanta coisa, não é. Continua a

ser o mesmo, que é combater a pobreza, ajudar quem, estar sempre disponível para criar parcerias, pronto a disponibilidade total para combater a pobreza, por aí. E sentir-me bem comigo próprio.

Entrevistadora: E quais são os valores que informam a sua prática? Aqueles valores que o guiam em termos profissionais?

Entrevistado: Primeiro que tudo, fiquei um bocado. Primeiro que tudo como é que é. A sinceridade, depois a imparcialidade, aqui neste serviço tem que ser imparcialidade mesmo, não ir atrás de grupos favorecidos, nem desfavorecidos, no sentido social ou das questões políticas, por aí fora, de grupos económicos ou por aí. Sermos mesmo imparciais, a imparcialidade aqui acima de tudo. Ficava por estas sinceridade e imparcialidade.

Entrevistadora: E quais são os principais referenciais teóricos subjacentes à sua prática? Tem alguns?

Entrevistado: Quem me marcou mais em termos teóricos, de filósofos, mais Kant e Hegel e um bocadinho Nietzsche.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistado: Não sei, talvez fosse uma altura do liceu, que me marcaram um bocado não é. Há um outro que me estava a lembrar e isto teve muito a ver com o liceu, que foi o Marx. Porquê? Talvez tenha a ver com a história da idade. Porque depois na outra fase, já no Instituto de Serviço Social, já eram muitos teóricos e tem que haver os teóricos de base, em parte, pronto alguém que marque como base. Os outros depois eram mais específicos, nos específicos de Serviço Social claro não poderia deixar de referenciar o Ander – Egg.

Entrevistadora: O que é que costuma fazer para actualizar os seus conhecimentos a nível profissional?

Entrevistado: Isso aqui é que é muito complicado, porque é assim, uma pessoa aqui, um técnico, vejo por mim, os outros colegas de outros sítios deve ser a mesma situação, não tenho tempo para ler um livro do princípio ao fim, o último livro que li foi do Capucha, há dois anos ou três anos, na altura das férias “As Famílias Multidesafiadas”. Porque o que se consegue ler aqui ou actualizar é uma leitura transversal, do tipo da

pesquisa que fazemos, uma leitura mesmo transversal, tempo para ler um livro, digo por mim, aliás julgo que nenhum técnico consegue, no local de trabalho nem pensar, isso é impensável. Agora depois no pós-trabalho, fins-de-semana, férias e por aí, a vida familiar também não dá tanto para isso, gostar gostava de alguma forma de ler mais algumas coisas, mas é muito complicado neste momento. E claro vamos fazendo algumas leituras assim transversais, aliás mesmo alguns documentos aqui do núcleo ou da organização, a leitura é feita da mesma forma, muito transversal.

Entrevistadora: Passando agora a falar um pouco sobre o trabalho realizado com pessoas em situação de pobreza, quem é a pessoa responsável pela triagem de situações que possam eventualmente surgir aqui nesta instituição?

Entrevistado: É assim nós não temos uma triagem efectiva de pessoas em situação de pobreza, nem apoiamos pessoas individuais. Poderão surgir aqui e às vezes surgem pessoas para algumas informações e nós aqui pronto, o que eu pretendo, o que eu faço ou quando vejo na rua, identifico algumas situações de pobreza, ou sinalizo para as colegas que estão nas instituições mais próximas ou aquelas que estão nas Juntas de Freguesia ou aquelas que estão nas Câmaras Municipais a nível do distrito e Segurança Social, evidentemente. Portanto uma triagem aqui não há. Nós temos uma situação do Conselho Consultivo Local, que se baseia em pessoas que viveram situações de pobreza ou conhecem situações de pobreza, não quer dizer que sejam pessoas que foram pobres ou são pobres, mas que conhecem a pobreza. E pronto essa triagem em termos desse Conselho Consultivo é a vontade das pessoas, a grande coragem das pessoas darem a cara por essa situação e aceitamos claro as pessoas que quiserem estar connosco, temos um núcleo agora de para aí umas doze pessoas, doze, catorze pessoas. Nem todas essas pessoas vêm às reuniões, mas durante o ano essas pessoas participam nas nossas actividades. O objectivo deste grupo que é o Conselho Consultivo Local, porque há o Conselho Consultivo Nacional, passa essencialmente por isto, serem os pobres a terem a própria voz, é dar voz aos pobres, serem eles a identificar as situações de pobreza, a dizer o que é que é necessário para dar volta a esta situação e para a voz deles chegar até aos ditos decisores políticos. Em relação ao grupo aceitamos toda a gente e o que podermos fazer pela região em termos de sinalizar algumas situações, sinalizamos, não só no aspecto negativo, como também no aspecto positivo. Lembra-me a história do primeiro encontro, fizemos este ano já dois encontros de mediadores ciganos e pronto uma das grandes conclusões que saiu, que saiu para a comunicação social, foi dito por

eles e concordado por toda a gente, portanto as pessoas quando eles dizem têm de concordar e verifica-se no dia a dia mesmo que a existência de mediadores ciganos, por exemplo no distrito de Beja está com três, três, quatro, o Hospital de Beja, Câmara, Escola de Santa Maria e Moura. Nesses locais surgiu e há uma minimização de conflitos mesmo muito latente, que se verifica, por exemplo no Hospital é onde se verifica mais isso, foi uma das conclusões que eles tiveram, eles em conjunto connosco, mas pronto, a voz é a deles, nesse sentido mesmo. Minimizaram os conflitos, claro que depois há outros que eles falam em termos do que é necessário para a população cigana do tipo de dizerem que eles são nómadas, mas são nómadas forçados, não são nómadas porque eles querem, por causa das questões da habitação, da educação, enfim isso dava pano para mangas.

Entrevistadora: E qual é, nesta perspectiva qual é o perfil das pessoas que recorrem directa ou indirecta a este serviço?

Entrevistado: Aqui pessoas, mais instituições, instituições, IPSS, algumas entidades públicas também, Câmaras Municipais, alguns institutos públicos, técnicos, aliás técnicos de, das entidades públicas e institutos públicos, técnicos mais da área social. Alguns e muitos alunos surgem aqui nomeadamente de Serviço Social ou à procura de livros ou à procura de algumas matérias mais específicas relacionadas com, não só relacionadas com a pobreza ou com comunidades ciganas ou com violência familiar, enfim uma série de áreas mesmo. Surgem aqui muitos, muitos alunos, mais de Serviço Social, aparece alguém ou um ou outro de Animação, de Enfermagem também surgem alguns, mas basicamente são estes.

Entrevistadora: E de forma indirecta daquilo que tem conhecimento qual é que lhe parece ser o perfil das pessoas em situação de pobreza, que são utentes das instituições que fazem parte aqui do Núcleo?

Entrevistado: Essencialmente, das instituições do distrito, os utentes dessas instituições não é?

Entrevistadora: Sim, o perfil.

Entrevistado: Basicamente são idosos, porque nós em termos de prioridades do Núcleo, distrito, do Núcleo e do distrito, em termos da pobreza apontamos mais para o envelhecimento, as pessoas idosas são aquelas que são mais pobres. Claro há outras

franjas e a nível do desemprego que também, também se verifica uma grande pobreza e depois daquelas áreas mais específicas, que nós estamos apostar e tem que ser esse o caminho mesmo que estamos a fazer, que é na área de, eu digo dos sem abrigo, dos toxicodependentes, porque os sem abrigo surgem em grande parte dos toxicodependentes e das doenças mentais, não é, e das comunidades ciganas. É esse que tem sido e em princípio irá ser, tem sido o nosso caminho a percorrer e é aquele que vamos percorrer em termos de alguma intervenção. Mais algum ou outro perfil, queria deixar aqui, pronto dizer que, referenciar aqui uma frase que tinha falado há bocadito, não é, combater um bocado este pensamento, que é o nosso objectivo, o pensamento, muita gente pensa que o pobre é malandro, vive do subsídio e tem que prestar trabalho gratuito. O pobre é malandro, porque não tem oportunidade para trabalhar, isso é essa é a primeira logo. Vive do subsídio, porque não tem outro tipo de rendimentos, tem que ir buscar ao subsídio. Agora que lhe dêem oportunidades para trabalhar, não de uma forma gratuita como se está a querer fazer agora, mas de uma forma compensadora, não só monetariamente, mas como eu dizia há bocado, que a pessoa se sinta bem no trabalho, para continuar a trabalhar. Agora quando não há essas oportunidades, o pensamento continua a ser negativo em relação ao pobre.

Entrevistadora: Daquilo que tem conhecimento como é que se processa o atendimento a essas pessoas, como é que normalmente chegam os casos?

Entrevistado: Aqui ao Núcleo?

Entrevistadora: Sim ou quem são essas pessoas?

Entrevistado: No caso directo, connosco não há assim, grande, grande situação. Porque é assim, este Conselho Consultivo, destas pessoas que estão connosco, são mais uns pensadores ajudantes que nós temos aqui, do que propriamente termos uma acção directa com eles. Claro acabamos por ter, porque numa situação ou outra fazemos algum encaminhamento para alguns lares ou algumas pessoas que surjam aqui com alguns problemas, mas tem sido muito raro aparecerem aí pessoas tipo adoc aqui, ouvi falar nisto, podia-me ajudar naquilo, naquele outro, não surgiu nada disso. Aquela acção social directa, não existe, o que tentamos fazer é pela via da informação, fazer algum encaminhamento dessas pessoas, não só eu digo isto de uma forma não muito pessoal, mas mais pela via da informação que sai daqui por via electrónica, os emails e por aí fora, tem havido sempre a preocupação de não só chegar junto dos técnicos ou das

instituições, por aí, mas também as pessoas em si. Só que claro isto torna-se complicado, as pessoas em situação de pobreza ou pessoas pobres não têm computador, não têm internet, alguns deles ainda são do tempo antigo, não sabem ler nem escrever, é um bocado difícil. Agora claro tem existido uma preocupação nossa, do Núcleo e Sede, de cada vez mais estar junto destes grupos excluídos. Agora estes grupos excluídos ou as pessoas pobres também tem que existir aqui alguma dinâmica, alguma capacidade de diálogo da parte deles, o que aí se torna difícil de trabalhar com eles, de capacitá-los para eles falarem, não é. Torna-se um bocado complicado, é um dos problemas que nós temos e vamos ter que dar volta a esta situação, não jogar, não jogar, trabalhar só com estas pessoas que estão na miséria extrema mesmo, não sabem ler, não sabem escrever, têm algumas dificuldades em falar, basicamente por aí. Mas começarmos a ser selectivos e verificar onde é que estão essas pessoas e esses são representantes dos outros que estão na pobreza extrema. Não quer dizer que nestes grupos que nós temos não exista uma pessoa ou outra que esteja numa situação complicada.

Entrevistadora: Assim sendo falou há pouco nas dificuldades do trabalho com essas pessoas, quais são as estratégias que utiliza no seu exercício profissional, nesta situação ou em outras?

Entrevistado: Estratégias, se calhar passa um bocado por, por a formação de base que uma pessoa tem, se calhar um bocado conjugada com a maneira de ser do técnico, no caso, da minha pessoa. Que é não, tenho este entre aspas mau feitio, não olhar as pessoas para baixo nem as pessoas para cima, olhar as pessoas de frente ao mesmo nível, quer sejam técnicos, quer sejam Presidentes de Câmara, quer sejam Ministros, quer sejam sem abrigo, tocodependentes e por aí fora. Uma das estratégias iniciais é tratar o outro como eu, partir desse princípio, a partir daí criar empatia que depois o resto funciona.

Entrevistadora: Daquilo que tem conhecimento quais considera que são os casos mais flagrantes e mais típicos de pobreza, que tem conhecimento por via do trabalho nesta instituição?

Entrevistado: Pobreza no distrito?

Entrevistadora: Concelho ou distrito e na própria cidade que é também aquilo que nos interessa, aquilo que tem conhecimento.

Entrevistado: Aquelas franjas do que nós temos estado a direccionar de alguma forma, sem, sem, com alguns resultados, mas sem aquela visibilidade que deveríamos ter. Porque é assim, é complicado falar nestas franjas que são os poucos sem abrigo que existem na cidade de Beja e as comunidades ciganas. Só que o trabalho com as comunidades ciganas já deveria ter sido começado há quatrocentos anos atrás, não é, está-se a começar há relativamente pouco tempo. O que se verifica aí mais é esse e depois claro os idosos, ainda se verificam muitos idosos com reformas muito baixas e os desempregados, e depois claro agora as histórias que estão aí da crise e do gastar mais do que aquilo que se ganha, porque há aí pessoas endividadas que se nota bastante. Agora claro isso quando os baptizam dos novos pobres, eu gostaria de os baptizar de outra forma, não são novos pobres porque de alguma forma eles gastam mais que aquilo que recebem. Eu digo isto com os 187 euros do RSI há pessoas que ainda conseguem de alguma forma fazer uma alimentação mais ou menos precária, mas aguentar-se, outras com 1000 euros não dá. E depois há entre aspas as modernices dos gastos da net, do carro novo, do frigorífico super não sei quantos, isso é o consumismo que temos, isso está provado e depois as taxas de juro em termos da habitação, está provado que estão a surgir pronto entre aspas os novos pobres. Não gosto de os baptizar de novos pobres porque tiveram a oportunidade, os outros não a tiveram, eu digo isto porque enquanto se fala em termos de Portugal, por exemplo hoje estão a surgir aí no relacionamento que temos com as instituições, não vou agora dizer qual foi a instituição que comentou essa situação, mas dava mais prioridade a apoiar financeiramente os novos pobres, as pessoas que têm a casa para pagar, do que aqueles que não tiveram oportunidade de comprar casa. Acho que uma primeira prioridade de intervenção em termos destas coisas terá que ser aquele pobre, de extrema pobreza que não teve as oportunidades em relação a estes novos pobres.

Entrevistadora: E que tipo de intervenção é realizada junto destas pessoas? Como é que são tratados os casos?

Entrevistado: Nós directamente não os tratamos, directamente a única situação que fazemos aqui com o caso destes grupos excluídos que é trazê-los para cá para lhes dar voz, isso é por via da nossa identidade e da nossa missão de rede, dar-lhe voz, dar-lhes informação, capacitá-los. A via assistencialista, estamos num grupo de apoio a famílias, algo novo que surgiu aí por parte da sociedade civil, damos algum apoio a esse nível porque este grupo de apoio a famílias é a sociedade civil, mas basicamente passa pela

junção de dez famílias a vinte e cinco euros por mês, dá 250 euros e identifica-se uma família e essa família recebe os 250 euros por mês, com a devida fiscalização, tem que apresentar as facturas de onde é que gasta dinheiro. O nosso papel aqui, isto foi criado pela sociedade civil, quem superintende isto é o nosso Presidente Padre Jardim, mais um Padre dos Jerónimos com duas técnicas que dão o suporte administrativo e técnico e nós para identificarmos estas pessoas quer no concelho, quer no distrito, não podemos nem devemos, digo eu não podemos nem devemos entre aspas, porque pronto há aqui uma situação que é assim, quem é o técnico que possa identificar as pessoas no distrito e dizer é o Manuel, é o António, é o José, temos que recorrer das instituições. Aqui tem existido uma lacuna muito grande, as instituições quer sejam sociais, quer sejam públicas, quer sejam câmaras, por aí fora, já mencionámos isto, alertámos isso e informámos junto da Rede Social do Concelho de Beja, junto da Plataforma Supra Concelhia talvez duas vezes e só tivemos a colaboração, o nome tem que ser dito, de uma colega da Associação Terras Dentro, foi a única que conseguiu identificar quatro famílias. O resto das outras instituições, não se percebe porquê, porque não, elas estão nas bases de dados das instituições, quer seja Segurança Social, quer seja Cáritas, quer seja o Lar do que for. Não tem surgido, nós pronto não temos esmorecido e continuamos a apelar para que isso aconteça, vamos continuar a apelar, porque digo isto que é assim estas pessoas de boa vontade que até não estão a dar a cara, não querem protagonismo, só querem dar o dinheiro e ajudar essas famílias pobres, porventura vão pensar que não há pobres em Beja, não há pobres no distrito de Beja e quando nós temos taxas de pobreza bastante grandes.

Entrevistadora: Porque é que acha que esta informação ainda não está de alguma forma trabalhada?

Entrevistado: Pois, ela está trabalhada, ela chegou às pessoas, a grande questão aqui e não é só no nosso distrito é o tal trabalho em rede e as parcerias, eu chamo-lhe o umbigo, o umbigo social, cada um olha para o seu umbigo e se não é meu utente, se eu não tenho brilho ou protagonismo com esta intervenção, é do meu concorrente e na área social não devem haver concorrentes nenhuns, isso é para a área comercial, não é. Se não é também não vou, digo que colaboro e depois vou esquecendo que colaboro, eu acho que há aqui falta de brio em termos de parcerias, de trabalho em rede, há aqui um combate muito grande a fazer nesta área que é das parcerias, do trabalho em rede, do umbigo social. Verifica-se noutras áreas a nível das câmaras, isso verifica-se um

bocado, mas a nível das instituições não se deveria verificar, digo instituições de solidariedade e por aí fora.

Entrevistadora: Desse ponto de vista como é determinada a condição de pobre nesta instituição? Quando é que se considera uma pessoa pobre?

Entrevistado: Pois, nós temos que a considerar em função daquilo que a Segurança Social diz que é uma pessoa pobre. Indo pela via material 470 euros, quem recebe menos que 470 euros ou 485 euros pelo ordenado mínimo nacional, é considerada uma pessoa pobre. Nós pronto temos que respeitar isso, mas é assim se calhar há pessoas que ganham muito mais dinheiro e são mais pobres do que essas que ganham os 470 euros. Agora claro temos que ir para os patamares mais baixos, de alguma forma aqui temos que olhar para os números para os quantitativos, para o assistencialismo e dizer ganha menos que, é uma pessoa pobre, não tem as condições básicas de habitação, saúde e por aí. Pobre, pobres mas com um outro sentido também, mais abrangente, acho que não falei nisso, que é os excluídos, não trabalhamos só a pobreza em si, a parte materialista da questão, mas também da exclusão, porque a nível da exclusão aí nesses grupos dos Conselhos Consultivos Locais temos muitas pessoas que poderão e não são pobres têm pela via material um bom ordenado, mas são excluídos e essas pessoas, claro, entram nos nossos grupos, com outras franjas mais complicadas de trabalhar e que são excluídas da sociedade.

Entrevistadora: Como por exemplo?

Entrevistado: Famílias monoparentais, violência doméstica, os ciganos também se podem considerar um bocado excluídos, toxicodependentes, os sem abrigo, uma série de pessoas que pronto estão a trabalhar connosco e de alguma forma estão a sair daquelas situações. Verifica-se que pronto a auto estima sobe e eles sentem-se, sentem que o grupo é deles, eu faço parte desta organização, eu já não sou aquela pessoa que era. Pronto não têm a tal dita vergonha de falar em público e dizer: eu fui vítima de violência doméstica, sai de Braga e vim para Faro e dou a cara por isto assim, assim e estou aqui para ajudar. Os objectivos destes Conselhos Consultivos e destas pessoas é dar a cara e ajudar aqueles que estão escondidos com medo de surgirem, pronto de se sentirem excluídos. Serem o primeiro elo de ligação para apoiarem aquelas pessoas que estão no grupo da exclusão.

Entrevistadora: Como é que descreve a relação profissional que mantêm com estas pessoas que recorrem a este serviço de forma directa ou mais indirecta? Como é que descreve a relação profissional?

Entrevistado: Os técnicos, instituições e pobres?

Entrevistadora: Sim.

Entrevistado: Acho que é boa, apesar de em alguns casos, como referi atrás, existir algum umbigo social, mas acho que é boa, porque é assim ao nível das actividades que nós fazemos, posso dar aqui um exemplo muito concreto ao nível da formação, isto para vermos a relação que existe, não só o serviço, mas pronto uma pessoa está no serviço. Fizemos um inquérito nacional para as necessidades formativas, todos os núcleos, o que é que aconteceu: Beja e Lisboa foram os núcleos que receberam mais questionários, recebemos setenta e nove questionários. Porque é assim, não estou aqui, não quero por em causa o trabalho dos outros colegas dos outros núcleos, nós fizemos todo o trabalho que tínhamos que fazer, mandámos para todas as instituições e em função de mais empatia ou menos empatia que existe entre o técnico e as instituições, ou entre colegas e o técnico e entidades, por aí, assim houve a resposta. Convém não esquecer que o tecido social no Distrito de Beja é totalmente diferente do Distrito de Lisboa ou mesmo de Leiria, Faro, por aí, porque nós Beja, Portalegre, Bragança, todo o interior, são as regiões do país que têm o tecido social mais fraco. Nós mesmo com um tecido social mais fraco, conseguimos ser aquele que tivemos uma resposta maior em termos das necessidades de formação, em termos de dizer que nós precisamos desta formação assim, assim. Em termos de relação é uma relação boa e tem que ser mesmo, não há outra hipótese, não andamos aqui pela negativa, mas andamos aqui sempre pela positiva, sempre com apresentação de boas práticas das instituições do distrito, dos colegas, dos técnicos. Aliás até tem passado muito pela disseminação e divulgação de teses de mestrado, de teses de Serviço Social, licenciaturas e por aí fora, uma forma também de pormos o conhecimento também cá junto das instituições. Porque é aquele sentimento de todos é que fazemos um todo, do tipo todos temos que trabalhar em conjunto e não podemos andar aqui a trabalhar cada um para seu lado.

Entrevistadora: Que medidas de Política Social são operacionalizadas nesta instituição?

Entrevistado: Basicamente as institucionalizadas ou aquelas que nós trabalhamos mais têm que ser aquelas macro, ao nível do PNAI, da Agenda 2020, ao nível do Plano Nacional de Reformas. Porque pronto é assim, são as grandes decisões macro determinadas pela Comissão Europeia, pelos Governos e em que as instituições que estão no terreno, as mais assistencialistas não conhecem e por vezes há necessidade delas participarem no sentido de fazerem alguma opção. Essas, pronto depois a partir desses três grandes documentos surgem Políticas Sociais mais sectoriais, é aí que nós tentamos de alguma forma informar o tecido social e trazê-los para a participação, de forma a participar também com quem está a construir isso. Políticas Sociais efectivas, daquelas que nós dizemos assistencialistas, claro que não trabalhamos com elas, agora essas a nível da informação, do que pesquisamos e de tudo onde estamos inseridos, agora sai para os associados e para a sociedade civil, em termos de alertá-los para a situação. Por exemplo agora está a surgir aí a Estratégia Nacional, há dois anos foi a Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem – Abrigo, está a andar um bocado com alguns projectos piloto em Lisboa, Porto, Coimbra, Faro, Setúbal e Braga e toda a zona do interior ficou excluída. Tem sido, pelo menos da minha parte há aqui algum interesse em trazer isto a público, mostrar e identificar e dizer em Beja também há sem – abrigo. Se calhar, se calhar não, de certeza absoluta que é mais fácil uma intervenção em Beja com os sem – abrigo, que são quatro ou cinco, por parte da Câmara e da Segurança Social é muito mais fácil, do que em Lisboa com mil ou mil e tal sem abrigo, era uma actividade muito mais fácil. Uma outra está em termos de algumas Políticas Sociais que estão a surgir que é a Estratégia Nacional para as Comunidades Ciganas, isso está a surgir aí brevemente e claro o nosso empenho nestas coisas é em divulgar o mais que podemos e sabemos, isto para a sociedade civil mesmo, as Câmaras, para as IPSS e por aí. O nosso papel acaba por ser um bocado este, com Políticas Sociais mais activas, não assistencialistas, não temos capacidade para isso.

Entrevistadora: Como é que avalia o seu trabalho nesta instituição?

Entrevistado: Eu costumo dizer eu avaliar-me a mim próprio, não me vou avaliar, mas eu gosto do trabalho e nalgumas formas em termos de por exemplo aqui da criação de, às vezes faço uma avaliação por aí, da criação de destinatários, receptores daquilo que eu faço. Nós começámos em 2003 a entregar muita informação pela via do fax, depois aos poucos começámos a andar pela via da net, dos emails e começar a mobilizar, a motivar as instituições também a trabalharem com isto. Nós porque necessitávamos,

claro que havia outras instituições como a Segurança Social e por aí fora, claro que a Segurança Social em parte que se calhar obrigava as IPSS e receber emails e a entregar emails, nós mobilizávamos por esta via. E depois a informação que sai daqui, todos os dias ou dia sim, dia não, há um pacote informativo que passa por questões do emprego, de candidaturas, das tais ditas situações dos livros, que ainda tenho para ler, de alguma informação proveniente desses livros, proveniente de teóricos e da imprensa também, de questões sobre a pobreza. O que é que se verifica, tem-se verificado, por isso é que eu digo, poderá ser uma forma de avaliar, a postura do técnico aqui, em termos da dimensão que tem no distrito, cada vez mais está a aumentar o pedido de pessoas que querem receber essa informação. Nós começámos a contabilizar isto, para aí há, em 2005, 2006, actualmente estamos com uma base de destinatários, têm vindo a pedir informações, na ordem dos cinco mil, isto com Câmaras, IPSS, estudantes, pessoas individuais que pronto de alguma forma eu não os conheço, pedem-me sei lá maria.piedade@gmail.com, sei lá quem é, pede-me para mandar informação, envio informação, apesar de ser ou não ser associado, para nós também não é assim grande, grande problema. Comigo verifica-se que está a aumentar, consideravelmente mesmo, daí que a avaliação eu penso que estou no bom caminho.

Entrevistadora: Estamos quase a terminar, mas não podia deixar de perguntar como é que define pobreza?

Entrevistado: Aí tenho que ir ao principal das coisas, pobreza é todo aquele que não consegue chegar às mínimas condições que tragam a dignidade humana, por aí, quer sejam materiais, quer sejam imateriais. Quando digo materiais, habitação, saúde, saúde jogava mais com aquela, habitação, alimentação, roupas, por aí, isso assim muito simples. As imateriais mais para os acessos aos serviços, quer seja da saúde, da educação e por aí, porque cada vez mais se verifica há mais exclusão e está a surgir cada vez mais exclusão ao nível da saúde, da educação e da formação, não sei se pela questão da crise ou não, do dinheiro, mas verifica-se e é assim não posso dizer que é só mesmo para os outros, para os pobres, para aqueles que recebem menos, que têm menos dinheiro, para todos, porque eu na pele já sofri isso, não ser atendido no Hospital, ser excluído, por isso é que eu digo, há aqui uma nova, uma nova área. Por exemplo na Europa já se está a trabalhar, na Europa, lá mais para o Norte e a pobreza já não se está a combater tanto pela via do material, do materialismo, dinheiro e da habitação e da

alimentação, mas pela via do acesso aos serviços. E aos serviços não digo só sociais, sociais, médicos, há um défice muito grande em Portugal a esse nível.

Entrevistadora: Assim sendo, o que é para si uma pessoa pobre?

Entrevistado: É aquela que não tem acesso às condições básicas de vida, alimentação, educação, saúde e por aí.

Entrevistadora: Como é que considera que as pessoas em situação de pobreza vivem a sua situação?

Entrevistado: De alguma forma não muito bem, mas pronto são pessoas que têm as mesmas capacidades do que todos, não é, não tiveram foi oportunidade de as demonstrar. Agora como é que vivem, pronto alguns estudos que surgem aí, em termos do que apanho de informação, primeiro as outras pessoas, a longevidade não é tão grande em relação àqueles menos pobres, ou mais ricos, porque os outros têm acesso a tudo e mais alguma coisa, agora não vivem, sobrevivem.

Entrevistadora: E como é que considera que vivenciam, enquanto pobres como é que vivem ou sentem essa situação?

Entrevistado: O que eu vejo neste contacto que temos tido com as pessoas, com estas pessoas, primeiro é uns escondem, escondem, têm vergonha de assumir a situação, porque não sei se foi aquilo que eu disse há bocado de uma grande franja, ou uma grande parte da população apontar as pessoas pobres pelo menos como incapacitadas ou malandras. Não querem trabalhar, são pobres não querem trabalhar, não é bem assim, por um lado pronto têm vergonha de dar a cara e já se verificou alguns casos em que estes grupos que nós trabalhamos dos Conselhos Consultivos Locais, que não têm qualquer tipo de receio em dar a cara, de vir para cá e dizer sou pobre, sou trabalhador, não sou malandro como vocês dizem, não tive foi as oportunidades que muita gente teve. Agora em termos dos outros, ficam, ficam escondidos, não aparecem, têm vergonha. Verifica-se ao nível, ao nível das prestações mais físicas, alimentares, por parte das IPSS, que estes novos pobres não vão na hora que os tais ditos pobres primários vão buscar os alimentos, vão já de noite que é para não dizerem que eu também sou pobre. Eu acho que não há que ter vergonha de dizer que não tem dinheiro, não dizer que é pobre, não tenham vergonha de dizer que não têm dinheiro, têm que assumir. É como não ter vergonha de dizer olha eu tenho milhões de euros, há que não

ter vergonha de assumir essas coisas, porque as pessoas, eu acho como é que elas podem sair desta situação, é um bocado complicado porque a auto – estima para estas pessoas é sempre muito complicado trabalhar a auto – estima destas pessoas. Tem que ser muito continuamente e requer um esforço muito grande, grupos de apoio, como nós podemos ter aqui, aqueles grupos como surgem dos alcoólicos anónimos, poderia eventualmente criar-se um grupo dos pobres anónimos, levantar a auto – estima das pessoas e claro trazê-los para os media, em termos de dizer, dar a cara, mostrar-se e dizer estou cá, sou pobre mas não tenho vergonha, porque não tive oportunidades. Agora que se verifica e cada vez mais uma certa revolta por parte destas pessoas verifica-se, porque pronto a informação vai chegando a eles, eles não são pessoas parvas como muita gente pretende que eles sejam, verificam as desigualdades sociais que estão a existir e a revolta dentro deles está a surgir. Esperemos que não surja para aí uma confusão grande, dos pobres virem para a rua fazer barulho, eu tenho algum receio disso.

Entrevistadora: Na sua opinião o que fazer para intervir nas situações de pobreza em Portugal?

Entrevistado: É assim eu ia por um caminho muito simplista e muito básico. Às vezes falo nas questões das Políticas Sociais que eram Políticas Sociais do Robim dos Bosques, o que é que eu quero dizer com isto, é assim, está mais que provado que nas sociedades onde as pessoas mais ricas participam com impostos mais altos e deixam uma proporcionalidade de impostos, porque todos temos que participar, todos temos que colaborar com a sociedade. E que esses dinheiros provenientes daí sejam bem geridos pelos nossos gestores políticos, sejam bem geridos porque às vezes não o são, eu julgo que este era o caminho mais puro, mais simples. Agora sempre com um pensamento que é não olhar o pobre como coitadinho, nem pensar na situação que tem surgido aqui há uns tempos atrás que é, eu chamo-lhe a discriminação positiva excessiva, que é dar um apoio muito forte a algumas franjas e verifica-se em Portugal este sentimento e esta crítica é com as comunidades ciganas, diz-se que eles recebem setecentos, oitocentos euros e por aí, mil e tal euros por mês e depois outro dinheiro dos portugueses foi para esse lado. Em Portugal são só cinquenta mil ou quarenta mil ciganos e não eram esses que estavam a receber quatrocentos e quarenta mil aí há dois anos atrás, portanto há quarenta mil que são ciganos, há quatrocentos mil que não o são. Agora o que é que isso pode provocar em termos das comunidades ciganas, da toxicodependência e daqueles

que não queria chamar um nome muito complicado, daqueles que estão a viver destes expedientes, com algumas falcatuas entres aspas, não é, pode aqui surgir através desta discriminação positiva excessiva, é algumas situações que surgiram em França, alguma xenofobia do tipo de os outros vão para a rua porque, eu verifico às vezes quando saio do serviço, eu vou almoçar a casa e vejo muitas pessoas com algum apoio social que almoçam na esplanada e por aí fora. Claro, mais isso também não pode ser visto assim de ânimo leve, têm que pensar e as pessoas têm que verificar isso, que a organização interna de cada uma dessas pessoas é diferente da minha organização interna. É por isso que eu digo, estes novos pobres às vezes surgem derivado à tal fragilidade interna deles próprios, pessoas de querer, querer e depois esquecem-se de olhar para a carteira e ver que a carteira não tem dinheiro, por isso é que eu digo, estes novos pobres, como eu disse, podia-se de alguma forma arranjar um grupo de pobres anónimos, ou uma coisa do género, para começarmos a trabalhar de alguma forma, perceber o terreno aí. É o assistencialismo, o meter no Lar, o meter a criança na Creche, de institucionalizar o toxicodependente, de dar-lhe o dinheiro, de dar-lhe a comida e depois cai-se na esquina e não se faz mais nada, não se capacita para mais nada, não o capacitam para mais nada, para ter alguma outra actividade e quando, no caso dos toxicodependentes e ciganos, que vão para um lado qualquer para trabalho, negam-lhe o trabalho logo, nem ao menos, nem lhe dão a oportunidade, se eles são capacitados ou não.

Entrevistadora: Considera que este fenómeno assume particularidades aqui no Alentejo e mais concretamente na cidade de Beja?

Entrevistado: Aqui da discriminação positiva excessiva?

Entrevistadora: Da questão da pobreza.

Entrevistado: Sim, porque vamos lá a ver, se nós em termos de região, distrito, eu tenho que falar no distrito, porque de alguma forma tenho que falar no distrito não é. Se nós temos os índices de envelhecimento mais altos do país, se as reformas do antigamente da agricultura, são as reformas mais baixas que existem em Portugal, nós temos a pobreza, temos a pobreza mais, temos os pobres mais baixos, os pobres que ganham menos dinheiro, a nível da, a nível do país. Pronto e no caso aqui de Beja, não foge muito, porque pronto há regiões, há concelhos no distrito que são piores, é o caso de Mértola, Almodôvar e Ourique. Agora aqui Beja, pronto alguns dos reformados que nós verificamos por aí, pronto vêm dos serviços, a reforma sobe mais um bocadinho,

mas pronto o grande problema que temos aqui, pronto a meu ver é isso. Os outros acabam por ser franjas, que também merecem ser apoiados, mas estes, de alguma forma eu pessoalmente vejo-os com outros olhos.

Entrevistadora: Terminámos, não sei se quer acrescentar alguma coisa à entrevista que ache importante e que eu não tenha perguntado?

Entrevistado: Não, disse o essencial, não.

Entrevistadora: Então muito obrigada.

Entrevista Assistente Social/Directora

Centro de Formação Profissional de Beja

22 de Setembro de 2011

Entrevistadora: Em primeiro lugar muito bom dia, como falámos há pouco este trabalho de investigação pretende estudar e conhecer a forma como as pessoas enquadradas em medidas e programas de luta contra a pobreza vivem a sua situação aqui no concelho de Beja e mais concretamente na cidade, por isso entendeu-se que o seu contributo quer enquanto Directora do Centro de Formação Profissional de Beja, quer enquanto Assistente Social nesta área já há muitos anos seria muito importante para este trabalho, portanto desde já muito obrigada. Iremos começar por falar um pouco da sua prática profissional, há quanto tempo trabalha nesta instituição?

Entrevistada: Eu trabalho nesta instituição há dezanove anos e trabalho como Assistente Social, embora nos últimos anos da minha carreira tenha outras funções como dirigente, de qualquer forma face ao tema central desta entrevista, mesmo não estando a desenvolver a actividade de técnica superior de Serviço Social, estou sempre em contacto com este tipo de públicos e com os seus problemas no dia a dia, porque há decisões que não passam só pela decisão técnica do técnico de Serviço Social e têm que passar para o dirigente hierarquicamente. Portanto no dia a dia vivencio os problemas deste tipo de públicos na mesma, na instituição.

Entrevistadora: Assim sendo não exerceu sempre as mesmas funções?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Então pode-me descrever um bocadinho?

Entrevistada: De 1992 até 2002 exerci as funções de técnica superior de Serviço Social, que é como é considerada a carreira no Instituto de Emprego e Formação Profissional, relativamente a esta função, digamos assim, as actividades, as tarefas que desenvolvia era sempre na área da formação profissional, na selecção e recrutamento de formandos, no acompanhamento. Nestas carreiras profissionais o conteúdo funcional do Assistente Social é sobretudo ao nível da selecção e recrutamento de formandos, do acompanhamento dos formandos em situação de formação profissional, portanto acompanhamento tanto ao nível comportamental como social, como de aprendizagem

através de aproveitamento na formação e depois também de alguma forma também colaborar na preparação para a integração socioprofissional dos formandos, em três grandes áreas acaba por ser assim considerado o conteúdo funcional do Assistente Social. Embora a juntar-se a este tipo de funções, que são aquelas que estão mais institucionalizadas, venha sempre aquela parte da animação, cultural, do lazer dos formandos, das visitas técnicas que são realizadas em cada área profissional, está sempre relacionada, o Assistente Social está sempre envolvido nestas situações, tal como na promoção da imagem, de divulgação e da promoção de acções de formação complementares para os formandos do Centro de Formação.

Entrevistadora: E depois mais tarde é que passou a exercer o cargo de Directora?

Entrevistada: Não, a partir de 2002 passei a Chefe de Serviços que é digamos uma acessoria ou uma vice – direcção, do director e estive de 2002 a 2005 como Chefe de Serviços e em 2005 então tomei posse do cargo de Directora do Centro.

Entrevistadora: E actualmente que funções tem? Que tipo de trabalho desenvolve?

Entrevistada: Actualmente as funções são, é um cargo de direcção, é um cargo sobretudo de gestão a dois níveis: a gestão de recursos humanos e nesse âmbito temos dois tipos de recursos humanos, os recursos humanos afectos ao Instituto de Emprego, cerca de trinta pessoas e a gestão dos outros recursos que são dos formadores que prestam serviço em regime de prestação de serviços e que são cerca de duzentos formadores mensais; e por outro lado a questão da gestão corrente de contabilidade e financeira do Centro, que é uma casa muito grande. Portanto, exige a gestão como qualquer casa, não é, em termos de manutenção, de instalações, de recursos físicos, de mobiliário, de transportes, há um conjunto de área, não é, de segurança, de restauração, de limpeza, portanto há um conjunto de áreas que são necessário gerir no dia a dia para que a formação profissional e os públicos que acorrem à formação profissional tenham o melhor acolhimento e funcionem da melhor forma e mais adequada possível, portanto que visem os objectivos.

Entrevistadora: Portanto as funções do Assistente Social são as que descreveu lá atrás?

Entrevistada: As funções são aquelas que descrevi lá atrás.

Entrevistadora: E em termos de objectivos da instituição onde exerce a sua actividade profissional, quais são?

Entrevistada: Os objectivos da instituição como instituição pública, como serviço público de formação profissional, é sobretudo dotar os nossos públicos, principalmente da nossa região e do distrito de Beja, de competências pessoais, sociais e profissionais. Que as pessoas se enriqueçam escolarmente também, para que também consigam vingar profissionalmente e que as pessoas ganhem competências no sentido de se formarem com uma saída profissional x e que isso lhes permita mais facilmente integrar o mercado de trabalho, que resolverá em parte, uma grande parte os problemas da maior parte dos nossos pobres da nossa região, que é ter a base de um vencimento para economicamente conseguir suportar uma família, uma casa e que as pessoas vivam com alguma dignidade. E daí que seja este o grande objectivo, é profissionalizar as pessoas, aumentar as suas competências no sentido de elas poderem mais facilmente, por um lado as que estão desempregadas encontrarem um emprego mais facilmente, portanto damos-lhes instrumentos que facilitam essa procura e por outro lado quem está já a trabalhar também pode aumentar os níveis de escolaridade, como reciclar-se e aperfeiçoar-se profissionalmente para que possa também quem já trabalha progredir na sua carreira e não estagnar, aumentar, ir acompanhando as exigências do mercado de trabalho, da área onde trabalha, ir acompanhando essas exigências do mercado de trabalho.

Entrevistadora: E em termos de objectivos profissionais, quais são os seus objectivos profissionais?

Entrevistada: Os meus objectivos profissionais seja como Assistente Social, seja como dirigente do Centro de Formação Profissional, são sempre responder às solicitações de quem precisa de nós ou seja dar resposta aos candidatos à formação profissional e dar resposta aos candidatos à formação profissional neste momento é dar resposta a um grupo de pessoas se calhar que a gente pode classificar de, entre aspas, de desfavorecidos, de pessoas que vivem situações de pobreza, pobreza de carácter económico a um nível económico, mas também de pobreza a um nível social e muito educacional. E estas acções de formação não só permitem que as pessoas fiquem com uma profissão, fiquem com uma qualificação profissional, mas que as pessoas também durante os meses que estão no Centro de Formação possam relacionar-se com outras

peessoas, possam crescer pessoalmente, podem também formar-se e integrar na sua conduta alguns valores e alguns princípios, que muitas vezes as pessoas em casa ou nos bairros onde vivem não conseguem adquirir essas competências. Nós também cremos que podem sair de lá e saber varrer muito bem, ou saberem podar, saberem a arte da jardinagem, por exemplo, muito bem, mas que as pessoas também sejam capazes de quando estão a trabalhar serem bons colegas, para já serem boas pessoas para elas próprias, serem justos com eles próprios, serem boas pessoas para os outros, saberem relacionar-se, saberem respeitar o próximo e aqueles com quem trabalham e isso é muito importante também na formação profissional. Esta formação de competências básicas, de competências pessoais que lhes permitem depois chegar a outro patamar que é as competências profissionais e saírem de lá depois com qualidade na formação que se propõem frequentar.

Entrevistadora: E como é que costuma articular o seu trabalho com outros profissionais, quer dentro da instituição, quer fora dela?

Entrevistada: O trabalho é muito fácil de articular, porque nós temos um trabalho muito em equipa, portanto nos trabalhamos muito em equipa internamente, primeiro internamente nós temos um circuito de partilha porque todos contribuem para um objectivo em comum, como é óbvio, todos estão lá para dar resposta a quem precisa de fazer formação profissional, de integrar o mercado de emprego e então desde as Técnicas de Diagnóstico que fazem a primeira filtragem das pessoas que vão para a formação, desde os profissionais de RVCC que fazem o processo para a pessoa poder fazer por exemplo o processo de RVCC, ou outros profissionais como o Assistente Social, os Médicos do Trabalho, os Técnicos de Formação, todos estes Técnicos periodicamente fazem reuniões periódicas de quinze em quinze dias, depende depois da necessidade, só por cumprir calendário não fazemos reuniões todas as semanas. Eu como dirigente tenho um procedimento, de quinze em quinze dias à segunda-feira faço a programação para os próximos quinze dias com os Técnicos de Diagnóstico, para saber o que é que está para começar, o que é que está atrasado, qual é a nossa perspectiva de início de acções, de poder articular com outras entidades depois. Primeiro arrumamos internamente, depois então em termos externos há uma articulação muito grande entre o Assistente Social, quer entre os Conselheiros de Orientação Profissional, quer Técnicos de Diagnóstico ou os profissionais de RVCC, há uma articulação muito grande quer com os Centros de Emprego da zona, porque é de onde vêm a maior parte dos

encaminhamentos para os Centros de Formação e aí tinha que haver forçosamente, pelo menos até agora tem havido com esta estrutura orgânica, se calhar é a ligação mais próxima que nós temos é os Centros de Emprego. Depois há uma articulação muito positiva com todos os outros parceiros da nossa comunidade, há uma articulação muito positiva com o IDT porque nós fazemos intervenção, a nossa intervenção também vai para, é dirigida por exemplo para utentes que estão em tratamento com o IDT, temos uma articulação e temos projectos específicos que nos unem, mesmo formais, temos articulação com os serviços de saúde, temos articulação com os CNO's e com as escolas na nossa área de intervenção, com o Instituto Politécnico, com o Estabelecimento Prisional. Portanto todas estas casas que eu mencionei, qualquer uma delas, tem sempre qualquer projecto, tem sempre qualquer público, tem sempre qualquer intervenção que nós possamos articular em termos do trabalho, e com as Câmaras, eu esqueci-me das Autarquias e há um trabalho quer ao nível dos Conselhos Municipais de Educação, quer ao nível do CLAS há um trabalho que é feito de uma forma que nós, na medida do possível tentamos ser próxima, ser articulada. Há também uma atitude que não é só do meu tempo, tem sido sempre, é uma atitude de muita abertura da parte do Centro de Formação para com a comunidade e isso é muito positivo porque temos todos a ganhar.

Entrevistadora: E em termos de valores, quais são os valores que guiam a sua prática profissional?

Entrevistada: Os valores que guiam a minha prática profissional, como profissional de Serviço Social e como profissional de uma instituição como o Instituto de Emprego, o primeiro valor é a honestidade, a justiça e a justiça aqui muito clara, a igualdade porque a discriminação negativa, a discriminação é sempre assim, não é, toda ela me incomoda um bocadinho portanto todos nós somos iguais dentro dos parâmetros institucionais, dentro dos parâmetros da resposta que as pessoas têm que ter, do acesso que têm que ter aos serviços. Portanto, e é sobretudo esses valores e esse princípio de justiça, de honestidade, de muita seriedade no trabalho que se desenvolve, porque eu acho que só assim poderemos ter a consciência tranquila enquanto profissionais e só assim nós cresceremos como profissionais, acho que são os valores principais.

Entrevistadora: E em termos de referenciais teóricos subjacentes à prática profissional, consegue-me enumerar alguns que sejam uma referência?

Entrevistada: Referenciais teóricos subjacentes à prática profissional, é assim eu acho que os referenciais, não havendo um só referencial que possa conduzir a nossa conduta e a nossa prática como profissionais e sem querer estar aqui a mencionar nomes de um referencial, de um modelo que possa depois se calhar aqui fragmentar a leitura da nossa prática, eu penso que como profissional tenho-me pautado sempre por princípios uns que aprendi ao longo da minha formação e outros que fui adquirindo é sobretudo, tem a ver com aquilo que eu acabei de falar nos valores. Portanto, são modelos que condensem no seu esquema, não é, que propõem de valores e de princípios, a liberdade, a inovação, a não acomodação, o não deixar passar e no momento certo nós termos uma palavra activa, a justiça social e penso que se calhar não privilegiando um modelo ao outro, tirando um bocadinho deles todos, consegue-se ter uma prática, uma prática sobretudo eficaz junto daquelas para quem nós trabalhamos. E é sobretudo isso, nós não nos acomodarmos, nós termos sobretudo um espírito de abertura, ao que não está muito correcto nós não virarmos as costas, mas dizer assim não, há que ser hierarquicamente com quem for dizer parou, vamos ponderar será que é melhor assim é mais justo, é mais eficaz, é mais eficiente? Vamos ponderar em conjunto, com um senão aqui e com uma cautela muito grande que é não entrar em rupturas, não entrar em rupturas negativas, se forem rupturas para melhorar às vezes há aquelas brechas que nos permitem depois melhorar, não é. O Professor Ernesto dizia sempre, há uma frase Ernestiana que me ficou que era: deixar-se agredir para progredir, eu acho que é nestas brechas, nestas fissuras que existem muitas vezes na nossa prática e no todo social, às vezes é necessário sermos agredidos, deixarmo-nos agredir, com estes embates que temos com as nossas discordâncias, não é, com muitas vezes com os conflitos muitas vezes que existem institucionais e ninguém, só se estiver a dormir, ninguém deixa de os ter, que depois acabamos por progredir, progredir no sentido de melhorar a nossa prática. É isso que eu acho e há uma opção que eu acho que é importante até dentro dos modelos inclusive, da questão que me estava a colocar, que é essa agressão também nos permite, agressão entre aspas não é, também nos permite uma questão que eu acho que é muito importante que é o tal rever as nossas práticas, repensar as nossas práticas, porque quando as coisas correm todas muito bem, todos concordamos muito uns com os outros, podemos estar a fazer as maiores asneiras do mundo para aqueles com quem estamos a trabalhar, com todos os que nos rodeiam e eu acho que quando há assim um pequeno, uma pequena discordância, um pequeno conflito também é um momento de parar e pensar e reflectir sobre aquilo que se está a fazer e aí eu acho que repensar as práticas

exige algum tempo, alguma disposição e disponibilidade para as repensar, não é. Não é só dizer a partir de amanhã vamos fazer de outra maneira, mas tem que ser a partir de uma base muito sólida que tem a ver com essa reflexão que é necessária fazer.

Entrevistadora: E quais são as principais estratégias que costuma utilizar no exercício da profissão?

Entrevistada: As principais estratégias em primeiro lugar é o diálogo, a estratégia por via do diálogo, a estratégia por via do diálogo é a primeira e acho que é a fundamental, porque se nós resolvermos as situações no dia a dia conversando com as pessoas nós vamos sempre ao entendimento e aí, ainda que não haja concordância com esse diálogo, as questões são faladas, são amadurecidas e quem sabe às vezes até podemos estar errados e são resolvidas, são ultrapassadas, digamos assim. Portanto, a primeira estratégia é pelo diálogo, a segunda é uma estratégia eu costumo dizer de audição, além do diálogo, a gente falar com as pessoas, eu acho que temos que ter uma capacidade muito grande de ouvir as pessoas, podem ser as maiores barbaridades mas temos e eu por sistema gosto de ouvir as pessoas e estrategicamente depois de as ouvir em conjunto com elas traçar um plano, então vamos lá a ver você está muito constrangido com esta, muito magoado, muito mal, o que é que nós poderemos fazer todos em conjunto, embora se calhar durante o tempo todo da audição possa ir engendrando, ir compondo qualquer proposta de intervenção, acho que deve ser depois seguida dessa estratégia de participação sobretudo, essa estratégia de participação que não está só nos livros e nas teorias e nos modelos de empowerment que a gente todos muito empolamos e que de facto é muito importante nós trabalharmos isso no dia a dia com estes públicos desfavorecidos que participam nestes processos e programas e que as pessoas estão muito pouco às vezes disponíveis para isso, não está só nos livros tem que estar na nossa prática no dia a dia. É que a estratégia de participação, além do diálogo é outra que eu acho que é fundamental e que é importantíssima para que nós não estejamos só a apoiar a quem nos procura, mas que estamos a contribuir para o seu crescimento ao mesmo tempo.

Entrevistadora: E o que é que costuma fazer para actualizar os seus conhecimentos a nível profissional?

Entrevistada: É assim, eu acho que a vida todos os dias nos actualiza (risos) todos os dias nos vamos actualizando com aquilo que nos vamos confrontando no terreno, no dia

a dia quando abrimos a televisão e somos confrontados com aquela turbulência de ideias, de notícias e de informação, com os livros que nós vamos lendo, com os jornais. Mas vou fazendo acções de formação quando posso, nem sempre temos disponibilidade e nem sempre há oferta, também na nossa região também não há assim uma oferta tão alargada de acções de formação, mas quando posso é uma área em que nós não podemos estar parados, temos que estar sempre despertos, olho vivo, porque cada vez mais os nossos públicos se vão transformando, as necessidades que os nossos públicos nos vão apresentando vão sendo diferentes e nós vamos ter que nos indo adaptando a essas novas realidades. Portanto, eu acho que a formação e atenção que temos que ter no dia a dia para tudo o que nos rodeia, acho que é a maior reciclagem de podemos fazer na nossa vida.

Entrevistadora: Colocando agora o enfoque no trabalho realizado com pessoas em situação de pobreza, começava por lhe perguntar quem é a pessoa responsável pela triagem de situações de pobreza, na instituição?

Entrevistada: É sempre o Assistente Social Formandos do Centro de Formação efectivamente, quando há formandos que são sinalizados como pessoas pobres, com dificuldades nós embora os próprios regulamentos não estejam muito formatados para este tipo de públicos, porque os regulamentos dos formandos têm alterado muitas vezes mas depois há questões que não são muito adaptadas, mas quando nós sinalizamos situações de pobreza, há um olhar especial, há uma atenção, há um acompanhamento especial da parte do Assistente Social a esse tipo de públicos. Esse tipo de públicos faz articulações com as entidades que necessita sempre com a colaboração deles, se é com a Segurança Social articulamos com a Segurança Social e com ele, se é com a saúde articulamos com a saúde, se é com o IDT ou com os CAT's onde estão a ser acompanhados também, com a Cáritas, com o Bairro da Esperança por exemplo com os colegas todos que lá trabalham. Portanto há sempre uma acção articulada e é sempre sinalizada essa situação, porque as pessoas antes de entrarem passam por um momento que é chamado o acolhimento e nesse acolhimento, mesmo que as pessoas não venham muito referenciadas pelos Centros de Emprego ou de outros sítios de onde são encaminhadas, a Assistente Social é que faz esse acolhimento e acaba por conhecer um bocadinho melhor as pessoas e esse primeiro encontro é determinante depois para todo o acompanhamento ao longo da formação. Quando eu digo que o regulamento não está muito adaptado, em meu ver achava que devia estar um bocadinho mais flexível no

sentido de por exemplo da assiduidade e da pontualidade, nós por sistema quando as pessoas atingem um nível de faltas, tanto justificadas como injustificadas, as pessoas não podem permanecer, porquê? Porque nós trabalhamos com sistemas informáticos, com plataformas e se lançarmos as pautas conforme elas são dadas há uma altura em que as pessoas têm que ir embora. Nestes casos, de públicos mais desfavorecidos, embora o regulamento não permita, passa imediatamente para as mãos do dirigente a condução desse processo ou seja porque o regulamento prevê que se as pessoas ultrapassarem, mas que se houver razões plausíveis documentadas é possível as pessoas permanecerem e damos-lhes mais algumas oportunidades. Não ficamos lá com elas para sempre e não esquecemos que elas não cumpriram, mas é trabalhada a questão com eles que é nós já demos mais esta, mais a outra oportunidade, que não damos àqueles que não são sinalizados, nem considerados como pessoas com problemas de pobreza ou com problemas comportamentais ou com outros problemas, mas damos-lhes a oportunidade e explicamos-lhes porquê, precisa desta formação tem que contribuir também, precisa finalizá-la. E contribuir é, em vez de dormir até ao meio dia tem que se levantar a horas de ir apanhar o autocarro para ir para o Centro, ou então se vai a uma consulta com um filho e se fica logo despachado não espere por passar a manhã, venha logo para o Centro porque é encarado de outra maneira faltar duas horas que faltar o dia todo e isso é possível porque é contabilizado só à hora não é ao dia. Portanto, podemos fazer algumas, ter alguma atenção a esses públicos, mas são sempre sinalizados e tratados muito mais pelo Assistente Social.

Entrevistadora: E em termos do perfil dessas pessoas em situação de pobreza que frequentam a instituição, qual é genericamente o perfil destas pessoas?

Entrevistada: São pessoas marcadas pela sua situação, como é óbvio tinham que ser, das dificuldades que estão a passar no momento, são pessoas que de início querem dar a volta à sua situação e aceitam de bom grado ir para a formação, mas que depois embora a ajuda toda e a gente se esforce muito porque fazemos muito mais por eles que eles próprios, eles não conseguem acompanhar. O grande problema destas pessoas é que como não trazem regras, como não trazem interesses, não trazem grandes perspectivas, depois acabam por ficar pelo caminho e para eles às vezes mais vale ficar em casa a dormir e acordar ao meio dia, porque não valorizam ainda muito o que é que pode ser a formação profissional de futuro para eles. É um dos traços, não quer dizer que sejam todos, não estou aqui também para dizer que são todos assim, que são descuidados, não.

Há traços comuns a todos eles e este da vontade de vingar, da vontade de fazer, é um daqueles que pelo menos da experiência que tenho tido ao longo destes anos, me permite estar a sinalizar. Depois são pessoas que pedem muita ajuda, que querem ser muito ajudados, mas depois acabam por não estar muito dispostos a dar a quota-parte, nós chamamos a atenção para isso e não.

Entrevistadora: Que problemas costumam apresentar?

Entrevistada: Pessoas que trazem vícios, os problemas que já trazem, por exemplo há vários tipos de pessoas, há o toxicodependente que tem boa palavra que é um belíssimo amigo dos amigos dele até mesmo em formação, que adormece no meio da sala, que vem num dia no outro já não vem, que faz um discurso para nós faz outro para a família, faz outro para ele próprio se calhar, pronto este é o do toxicodependente. Depois temos os nossos utentes de etnia cigana, esses são pessoas que cumprem, da minha experiência não temos tido problemas com eles no Centro de Formação, são pessoas que se sentem valorizados eles próprios se comportam e sabem mais ou menos meter-se ao nível do resto e são pessoas que também são muito espertos, eu acho que são inteligentes sabem que se desistirem das formações lhes tiram o Rendimento Social de Inserção e isso faz logo à partida, condiciona logo o comportamento deles. Depois temos mulheres, mulheres marcadas pela vida, pela falta de dinheiro, pela falta de estabilidade familiar, pela falta de atenção e são pessoas que também muitas vezes, pronto, se calhar até com alguns problemas com os filhos acabam por não estar lá a tempo inteiro ou de corpo presente, mas têm algumas dificuldades depois em dar continuidade às acções de formação, a quererem continuar porque muitas vezes já têm dito que estão lá mas que deixam os filhos na rua, pequeninos, no bairro A, B, ou C e isso destabiliza e nem sempre contribui para que elas possam cumprir o objectivo delas. Depois o grande perfil dos nossos formandos são os desempregados, o perfil desses desempregados, o grande grupo são de facto os desempregados e desempregados de longa duração, são pessoas algumas que perderam os seus trabalhos e que de repente se viram numa situação de desemprego e que até têm que ir ao fundo de desemprego, como eles dizem e que não se sabe o que os espera e acabam por ir para a formação. Outros vão mesmo obrigados e a maior parte vão obrigados, sabem que se não forem lhes cortam o subsídio de desemprego e acabam também por ainda menos ganharem, até há dois, três anos, o grande objectivo destes formandos era ganhar, era subsistir, se a gente fosse fazer um questionário, todos eles, estes públicos desfavorecidos, digamos assim, pobres, se calhar

se lhes perguntássemos porque vêm para aqui, a resposta imediata não era para ter formação para sair carpinteiro, serralheiro, mecânico, mas é para viver.

Entrevistadora: E agora?

Entrevistada: Agora já não é tanto, é para viver mas já não é tanto, porque como as bolsas reduziram e os apoios sociais reduziram grandemente, agora a resposta é outra venho porque estou a usufruir de Subsidio de Desemprego, venho porque estou a usufruir de Rendimento Social de Inserção e faz parte dos programas tanto do Subsidio de Desemprego como do Rendimento Social de Inserção terem que se qualificar, em vez de estarem em casa a continuar com os seus vícios ou a dormir até às tantas e a não ter vida, não é, nem ofício nem benefício. Enquanto estão na formação profissional estão a valorizar-se, é a realidade, mas eles se calhar a resposta deles era porque o Centro de Emprego me mandou para aqui.

Entrevistadora: E como é que são trabalhados estes casos que acabou de descrever, como é que se processa, o atendimento, o trabalho que é feito com estas pessoas?

Entrevistada: É feito algum acompanhamento dentro da medida dos nossos possíveis, porque nós temos muitas acções e temos só um Técnico de Serviço Social e é complicado. Acaba por ser feito um acompanhamento como eu disse de se falar com as pessoas, de lhe tentar dar a perceber que o facto de ali estarem, e eles normalmente concordam, o facto de ali estarem estão a valorizar-se e estão a engrandecer-se e que se estiverem em Serpa ou se estiverem no bairro ou se estiverem em Beja ou se estiverem em Moura, que além de não ganharem nada também ficam como estavam, uns não têm a quarta classe, uns não têm o sexto ano, ali sempre aprendem e aquilo que vão aprendendo vão crescendo. As pessoas acabam por perceber mais cedo ou mais tarde e principalmente nos fins das acções, quando se vão embora eles até costumam dizer assim: afinal eu reclamava tanto não queria estar cá, às vezes dizia isto é uma prisão (risos), não é nada, é livre as pessoas são adultos e podem circular livremente, mas já temos que ir embora. Portanto há ali uma certa pena, não é, uma certa saudade depois dos tempos que passaram ali, que conviveram e afinal têm que voltar para as casas deles, mas trabalhar esta questão leva alguns meses, não é, e precisa de muitos técnicos e infelizmente nós não temos, temos só um Técnico de Serviço Social.

Entrevistadora: E quais são os casos mais flagrantes e mais típicos de pobreza que já teve conhecimento durante o seu trabalho?

Entrevistada: Olhe de dois, pobreza de tipo económico, essa temos tido alguns casos gritantes de tal maneira que a gente não tem tempo para ensinar a pescar e temos que lhe dar o peixe e às vezes até à socapa, entre aspás, a gente tem que lhe dar a comida para eles comerem à noite para darem de comer aos filhos, já tem acontecido essa situação ou de articularmos rapidamente com a Cáritas para poderem dar em SOS alguns géneros ou com a Segurança Social, algum dinheiro para pronto. Esses são aqueles que são muito lineares, é a tal pobreza com ausência de recursos económicos, lembro-me de uma senhora por exemplo de Santa Iria da Azóia, quando acabava de almoçar ia ter comigo e dizia: doutora deixe-me levar uma marmita com comida e os meus filhos estão em casa e não tenho comer para lhe dar; pronto até receber a bolsa de formação ela não tinha dinheiro, já temos feito algumas acções de sensibilização e de juntarmo-nos ali e de fazer uma pequena campanha e de dar, não há tempo ali para trabalhar nada, é o imediato, acho que todos nós nos confrontamos com isso. Depois eu acho que também é muito grave e é gritante aqueles que são de pobreza de educação, pobreza social, mas muito com uma raiz de educação social e eu digo isto porque nós constatamos que não há falta de dinheiro, nalguns casos, nestes casos que eu estou a mencionar não há falta de dinheiro, não há falta de casa, as pessoas têm um abrigo, têm marido, têm filhos, têm uma casa, por exemplo mulheres, mas há de facto uma falta de saber gerir, de se educar as pessoas no sentido de quando há recursos fazer render os recursos para que não haja ausência de recursos e isso tem havido situações muito chocantes que é receberem e esbanjarem imediatamente e a gente perceber que todo o dinheiro que receberam e quando recebiam há ali até eram montantes muito adequados, muito bons que davam para a família viver não digo no luxo, mas para ninguém ter fome, ninguém ter falta e a gente saber à partida que o dinheiro e a gente avisava atenção guardem o dinheirinho, têm que comprar passe para o mês que vem para poderem vir, têm que comprar comida para a vossa família e a gente saber que à partida eram maços de tabaco grandes que eram comprados, eram caixas de bolicas para dar às crianças, eram bebidas e eu acho que a falta de sensibilização e de formação para a gestão dos recursos domésticos e económicos é muito, é grave.

Entrevistadora: E qual é o tipo de intervenção que é realizada com estas pessoas?

Entrevistada: Essa intervenção é feita muito pelas sessões que se fazem em acção de formação, os próprios formadores dão quase que esta formação cívica, digamos assim, sabendo os casos, mas depois quando vemos que são casos mais gritantes, a própria Assistente Social com a equipa, com o Conselheiro de Orientação Profissional, acaba por fazer intervenção junto dessas pessoas, têm que fazer assim, têm que pedir, se não conseguirem pedem ajuda, recorrem à técnica do vosso bairro ou a nós ou a alguém e de facto não há sucesso nesta área. Por muito que nós façamos eu acho que isto requeria acções de formação mais alargadas, parcerias com a Segurança Social, com a saúde e que estes pais ou estas mulheres ou estes homens tinham que aprender de uma outra forma antes de chegarem lá, de fazer este tipo de gestão acho que tem que fazer parte do percurso de um Rendimento Social de Inserção, de um Subsidio de Desemprego, a par tinha que haver uma estrutura que permitisse dar estas competências às pessoas, porque nós só em contexto formativo é impossível que as pessoas entrem para lá e assim saem. Há melhorias, claro que há melhorias e já nos têm dito situações depois da formação: a gente quando veio para aqui parecia que vínhamos um bocadinho à toa e agora já sabemos um bocadinho mais, já organizamos a coisa de outra maneira, já nos arranjamos de outra forma, está a perceber, portanto, mas eles dizem. Não é só lá na formação que devem ser trabalhados estes conteúdos, tem que haver em parceria de facto com todas as estruturas de apoio social que existem, sempre esta componente não é só darem o dinheiro.

Entrevistadora: Como é que é determinada a condição de pobre na instituição, quando é que se diz que estamos perante uma pessoa pobre?

Entrevistada: É assim se for o pobre, considerado o pobre sem recursos económicos, não é, com ausência de recursos económicos, é quando nós fazemos todo o conhecimento daquele candidato ou daquele formando e vemos que, eles têm que apresentar documentos, de facto é considerado pobre. Se é encaminhado para lá um desempregado de longa duração que não tem ofício, que não tem casa, vai logo sinalizado, os colegas quando fazem a primeira filtragem muitas vezes sinalizam logo atenção que é um caso de tal, tal, tal, é um caso que não tem nada que precisa deste apoio, que precisa daquele, portanto há logo uma primeira filtragem, depois o Assistente Social quando faz esse acolhimento acaba por, é assim não posso dizer que são por sinais exteriores, muitas vezes é pela conversa que a pessoa apresenta que nós poderemos classificar, se podemos chamar pobre.

Entrevistadora: Quais são normalmente os critérios, há o critério económico e mais?

Entrevistada: Há o critério económico, é o critério que está associado ao facto de não ter tido emprego durante não sei quanto tempo, que é fundamental, é por exemplo o facto de a pessoa estar integrada numa família ou não, ser um sem-abrigo, já tivemos uma história muito interessante de uma pessoa que era sem-abrigo que dormia na estação, tapado com as tais caixas de papelão e que foi uma pessoa que fez um curso, foi muito giro, foi sinalizado como pobre, teve um acompanhamento para já muito especial porque a gente sabia que era uma pessoa que não tinha casa, depois conseguiu ir para o parque de campismo, portanto saltou, nós conseguimos ajuda-lo a ir para o parque de campismo, frequentou o curso de jardinagem, fez um percurso belíssimo ao nível da jardinagem e a partir daí formou uma empresa e começou a prestar serviços, arranjou uma companheira e neste momento é uma pessoa que está. Portanto, há pequenos exemplos de sucesso a partir de uma sinalização de um caso de pobreza extrema, esse é um exemplo, agora tem a ver com os dados que vêm já no seu processo quando nos chegam e tem a ver sobretudo com o que nos contam, mas é mais a ausência de recursos económicos, casos de sem-abrigo, casos de pessoas que levam logo um documento que estão a ser acompanhados pelo CAT, por exemplo, às vezes são pessoas muito problemáticas e muito pobres mesmo, mas não quer dizer que sejam toxicodependentes os pobres, há toxicodependentes com pais muito ricos, não é. Os casos principais ou casos de alcoolismo, senhores que chegam lá que logo no primeiro contacto pelo seu bafo, pelo seu estar, pelo seu ser, é logo sinalizado como um caso muito problemático, pode ser alcoólico e não ser pobre mas normalmente tem sempre associada uma pequena parcela, digamos assim, de pobreza.

Entrevistadora: E como é que descreve a relação profissional que mantém com essas pessoas?

Entrevistada: A minha relação profissional?

Entrevistadora: Sim.

Entrevistada: A minha relação profissional é uma relação em primeiro lugar de muito respeito, em primeiro lugar de muito respeito porque as pessoas quando entram para uma instituição destas têm que ser respeitadas desde cima até abaixo, desde como as pessoas se apresentam, a sua maneira de vestir, a sua maneira de se adornarem, a sua

maneira de sentirem a vida. É assim posso concordar ou não, ali depois só há duas coisas a gente pode apresentar uma proposta de uma conduta mais adequada, não é, mas é assim a primeira questão que eu acho é uma questão de respeito na minha relação, embora isso seja depois complicado transmitir esse respeito e esse relacionamento para todos os outros que se relacionam entre eles, entre os próprios formandos e às vezes entre os próprios formadores e os próprios formandos, às vezes tenho que eu como Técnica Superior de Serviço Social que dizer ao formador: atenção não tenha este comportamento porque esta pessoa merece outro tipo de respeito. Não podemos segregar as pessoas, eu costumava dizer assim no primeiro dia quando os recebia: aqui são todos, como aquela anedota dos azuis, aqui são todos azuis mas atenção os azuis-escuros não vão para trás e os azuis-claros não ficam à frente, aqui são todos azuis-claros e aqui independentemente de ser velho ou ser avô e ser novo e ser neto, porque muitas vezes num grupo há uma grande mistura geracional e eu costumo dizer aqui são todos iguais, aqui ninguém tem estatuto mais ou menos. Portanto a minha relação, nunca tive problemas de relacionamento com formandos, embora também possa sinalizar alguns casos que no início a gente também não estamos muito habituados e que nos fazem pensar, por exemplo, apontar uma faca de ponta e mola, apresentar algumas represálias muitas vezes, tentarem-nos à saída logo vez ou logo não sei quanto. Eu sempre me relacionei com muita tranquilidade e com muita calma com os públicos pobres ou desfavorecidos e eu acho que depois essa calma é transmitida com quem trabalhamos e nunca tive problemas, nunca ninguém me bateu, nunca ninguém me furou os pneus, nunca ninguém está a perceber e acho que aquela teoria da Psicologia que se calhar todos nós estudámos, que o comportamento gera comportamento na nossa profissão é fundamental e portanto como eu sempre me relacionei do lado de cá com esses públicos com muita calma, nunca tive outros, mas acho que esta relação de calma e de respeito, sempre como eu comecei por falar saber ouvir as pessoas, das compreender dentro do seu contexto e elas percebem que nós as compreendemos e até acabam por ter uma postura diferente. Nunca me sai mal e acabei sempre por ter resultados positivos depois na intervenção que tinha.

Entrevistadora: E em termos de medidas de Política Social quais são as principais medidas que são operacionalizadas na instituição?

Entrevistada: As principais medidas de Política Social, são os apoios de uma forma geral, os apoios que são dados que são provenientes de medidas de Política,

nomeadamente as Políticas da Segurança Social. Temos também a questão que está inserida na Política da Saúde e da Segurança Social, que é quem beneficiar de taxas, isto é mais operacional aquilo que eu estou a dizer que é das taxas moderadoras, das pessoas estarem isentas, de poderem usufruir disso, de poderem usufruir de apoios que são dirigidos por exemplo a quem tem dependentes em casa, se têm idosos, se têm crianças, também podemos apoiar e dar uma comparticipação para que as pessoas sejam bem tratadas, portanto também apoiamos a esse nível. Isto são questões que são fruto de medidas de Política específicas e que podem também facilitar a integração das pessoas na própria formação profissional, mas depois em termos de Políticas genéricas, em termos de Políticas Sociais genéricas, o que a gente em termos de influência dessas Políticas, é sempre numa perspectiva de oportunidade, de dar oportunidade às pessoas de se valorizarem, de terem emprego, de terem família, de terem comportamentos condignos, de terem uma vida digna. Portanto, penso que ali acabam por se cruzar uma miscelânea e um misto de reflexos da Política Social geral, sem termos que analisar A, B, ou C, portanto acho que é um sítio, um local onde vivenciamos dia a dia os reflexos dessas Políticas.

Entrevistadora: E como é que avalia o seu trabalho na instituição?

Entrevistada: Eu acho, é assim, nós temos sempre consciência daquilo que fazemos, daquilo que somos primeiro e depois daquilo que fazemos como profissionais, do nosso relacionamento, dos nossos objectivos. É sempre mais fácil pedir aos outros para nos avaliarem, não é, mas eu penso que e às vezes até ouço as pessoas até informalmente ao conversar comigo, eu acho que no tempo que desenvolvi as funções de Assistente Social, propriamente ditas, fiz um bom trabalho, pelo menos dei o máximo daquilo que sabia, daquilo que podia fazer sempre em função daquilo que as pessoas tinham direito, daquilo que levava as pessoas aqui ao Centro e que eu sempre estive muito tranquila e sempre de consciência tranquila, claro que erros todos nós fazemos e situações más todos nós temos, mas eu tenho uma capacidade que foi um dom, que nasceu comigo e se calhar não sei, nasceu comigo e tenho desenvolvido e tenho conseguido sempre mantê-lo, é de tratar os problemas com alguma tranquilidade até com alguma alegria, está a perceber, e isso nos anos que trabalhei no terreno até às orelhas, não é, como eu costumava dizer no terreno até às orelhas (risos) eu consegui sempre dar a volta positivamente, quer no apoio às pessoas com quem eu trabalhava, quer até mesmo em termos profissionais, em termos de avaliação que depois fazia das minhas práticas. E

como não sendo nem melhor nem pior do que os outros, não sou nenhuma sumidade, acho que nunca me dei mal e sempre tenho transmitido isso às pessoas com quem trabalho de perto, de resolver as situações não numa perspectiva negativa, muitas vezes até os nossos colegas não conseguem, mas sempre dar a volta pela positiva mas sempre com um sorriso ainda que com um bocadinho de um rasgo amarelo, mas sempre com um sorriso de dar sempre esperança a quem está a precisar, que vai resolver a sua situação, se for comigo tanto melhor, se não for mas que a gente vai conseguir resolver, mas pode acreditar que nem sempre isso é bom para quem traz o problema, muitas vezes quem nos traz o problema não é o nosso utente, nem é o nosso pobre, quem nos traz às vezes alguns problemas são colegas nossos que gostam de trazer, há pessoas que de perfil, técnicos superiores não estou a dizer que é um técnico administrativo, que é muito bom trazer problemas quer ao Assistente Social, quer ao Director ou à Directora e quando nós desmontamos, para já começamos a desmontar a situação que nos trazem e a primeira questão que eu faço quando começo a desmontar a situação é dizer logo isso não é problema, isso é uma situação, ponto final e como situação que é vamos desmontá-la, isto vai resolver-se. As pessoas aí ficam logo muito desanimadas, não é o nosso utente é o nosso técnico, é o nosso colega e eu acho que isso me tem beneficiado muito a mim, porque eu consigo resolver o problema do utente, se for nessa perspectiva, não consigo resolver e não consigo é ir de encontro à expectativa do nosso colega, que fica assim um bocadinho mal, mas não é isso que me interessa, está a perceber. Então que as pessoas especializaram-se em trazer problemas a quem tem poder de decisão, poder de chefe, poder hierárquico e isso para mim não é problema e acho que tem sido uma boa prática e eu avalio hoje, voltando ao princípio, como positivo, quer dizer agora que tenho crescido muito ao longo destes anos todos tenho, todos nós temos crescido e estou aberta para crescer muito mais.

Entrevistadora: Estamos quase a chegar ao fim, mas não poderia deixar de perguntar como é que define pobreza?

Entrevistada: É um conceito muito difícil para definir, é um conceito muito difícil, há autores muito bons que o têm definido e quem sou eu para estar a fazer uma definição. Se calhar pegando um bocadinho neles, um bocadinho de cada um desses que nós temos lidado ao longo da nossa vida, pobreza será um estado, tanto pode ser uma ausência de recursos materiais, financeiros, bens, como uma ausência de espírito, de tranquilidade, de acesso ao relacionamento com os outros, de acesso àquilo que a sociedade nos pode

dar, que muitas vezes não dá tanto, há aqui um misto que pode contribuir para uma definição de pobreza, não só económica como sabemos já de há muitos anos, mas também a ausência do acesso a determinadas situações, que as pessoas muitas vezes não tendo falta de dinheiro acabam por não ser felizes na mesma e não deixam de ser pobres, porque não têm acesso a determinadas relações, teias de relações laborais, de amigos, de vizinhos, de família, de bens, portanto de serviços.

Entrevistadora: E assim sendo o que é uma pessoa pobre?

Entrevistada: Uma pessoa pobre para mim é uma riqueza de pessoa, como pessoa muitas vezes são pessoas com muito para dar, mas que às vezes por culpa delas, ou não, não consegue chegar a esses níveis que são os aceitáveis para sobreviver, para participar, sobretudo para participar, pode não ser só para sobreviver, não é, e eu penso comecei por dizer que são umas ricas pessoas, que são umas riquezas, por isso porque há pessoas com um grande potencial, só que depois não têm ajudas externas e delas próprias para poderem ultrapassar essa situação.

Entrevistadora: Como é que considera que as pessoas pobres vivem a sua situação?

Entrevistada: Algumas vivem essa situação de uma forma muito cómoda, não é, são pobres, não deixo porque eu sou pobre, não tenho acesso àquilo e acabam por ter aquela sensação de conformismo. Há outras que não, que vivem mal, lidam mal com essa situação de pobreza, não é, ou porque têm mais consciência, porque têm filhos pequenos ou porque têm responsabilidades que não conseguem mesmo ultrapassar, são pessoas mais revoltadas, são pessoas que às vezes até trazem alguns conflitos até para os nossos serviços, não é, acabam por trazer cá para fora essa situação. Mas há muita gente que se acomoda, vêm aquilo já com um conformismo, como uma situação que não tem já e depois tudo vem bater ao mesmo, é um ciclo vicioso, eu acho que entra-se naquele ciclo que tem sido estudado por ser pobre não tem acesso e não tem acesso por ser pobre, acaba por não sair e andar anos e viver uma vida toda como pobre.

Entrevistadora: E na sua opinião o que fazer para intervir nas situações de pobreza em Portugal?

Entrevistada: Tentar perceber as situações, primeiro que tudo tentar perceber as situações, se são realmente situações de pobreza, não é, e onde é que se pode atacar e aí depois envolver as entidades, as áreas que possam estar ali ligadas e em conjunto

contribuir se calhar traçando alguns planos de intervenção, que passam se calhar por medidas de Política Social que têm que surgir novas, não sei mas penso que não serão só aquelas que estão neste momento em vigor, o Rendimento Social de Inserção, os subsídios, não passa só por isso, tem que haver o perceber onde é que está o problema e tentar ver em conjunto, não só dando dinheiro como eu dizia há bocado mas traçar planos que tenham que ser cumpridos para que as pessoas possam sair dessa situação.

Entrevistadora: E considera que este fenómeno da pobreza pode assumir particularidades aqui na Região Alentejo, mas concretamente no concelho, cidade de Beja?

Entrevistada: De pobreza?

Entrevistadora: Sim, assume particularidades ou não?

Entrevistada: Se calhar a mais particular, não sei se vou responder de encontro ao que pergunta, mas se calhar aqui na região aquela que a gente sente como mais, logo sinalizada à partida que se pode ver que ali há focos de pobreza, há sinais de pobreza evidente, depois há aquela envergonhada e camuflada que a gente nem que se mate, não descobre que as pessoas às vezes conseguem ter mecanismos, contra elas agem, mas pronto. Mas por exemplo se calhar é mais fácil ver a particularidade dos bairros, por exemplo perceber que há um Bairro da Esperança que tem ali situações problemáticas, não é, de pobreza, que há um bairro social que tem situações problemáticas, comportamentais, até nem sei se serão económicas, será a ausência de recursos, não é, sendo que a maior parte dessas pessoas até têm grandes subsídios ao nível do Rendimento Social de Inserção, mas há questões de pobreza, de relacionamento, de conflito. Peso que a mais particularizada se calhar, que seja mais evidente que é essa que é detectada e que é vista e que é conhecida até por estudos que se têm feito, que é mais esse tipo de pobreza. E a pobreza da terceira idade que muitas vezes não é conhecida e que não se fala muito, mas dos nossos idosos das nossas aldeias, das nossas vilas maiores em que estão numa situação de isolamento dentro da própria cidade e dentro da própria aldeia e acho que vamos ter que começar a trabalhar mais esses casos da situação dos idosos e que aí, eu não tinha falado ainda nessa situação porque não mexe tanto na minha intervenção como Assistente Social, mas que é muito crítica e acho que devemos ter uma atenção especial para ela, como é que estão a viver os nossos idosos, sozinhos numa casa, com que dinheiro, com que recursos, não é.

Entrevistadora: Chegámos ao fim da entrevista, não sei se quer acrescentar alguma coisa que considere importante?

Entrevistada: Não, penso que de uma forma geral foi tudo abordado.

Entrevistadora: Então muito obrigada pelo contributo.

Entrevista Assistente Social

Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo – Centro Hospitalar de Beja

16 de Setembro de 2011

Entrevistadora: Muito bom dia, em primeiro lugar agradeço a sua disponibilidade enquanto responsável pelo Serviço Social na Unidade Hospitalar aqui de Beja. Como falámos há pouco o grande enfoque desta investigação trata de conhecer e compreender a forma como as pessoas enquadradas em medidas e programas de luta contra a pobreza vivem a sua situação no concelho de Beja e como não poderia deixar de ser agradeço-lhe desde já o tempo que vai despende e o contributo que nos vai dar. Gostava que começássemos por falar um pouco da sua prática profissional. Há quanto tempo trabalha nesta instituição?

Entrevistada: Portanto aqui no hospital?

Entrevistadora: No hospital sim.

Entrevistada: No hospital há vinte anos.

Entrevistadora: Há vinte anos. E exerceu sempre as mesmas funções?

Entrevistada: Enquanto responsável não, mas enquanto Técnica de Serviço Social sim exerci sempre as mesmas funções, passei a ser responsável de serviço passado depois, há quinze anos mais ou menos.

Entrevistadora: E antes que funções tinha?

Entrevistada: Técnica de Serviço Social como as outras colegas e continuo a exercer como tal.

Entrevistadora: E qual é o trabalho do Assistente Social nesta instituição?

Entrevistada: Portanto nós aqui em termos da saúde, concretamente no hospital, nós estamos enquadrados sempre numa equipa, que é uma equipa multidisciplinar e que funcionamos em articulação com os profissionais de saúde, portanto médicos, enfermeiros e todos os profissionais que trabalhem directamente com os utentes, quer na parte de reabilitação quer na parte psicológica, parte nutricional, todos os técnicos que fazem parte de uma equipa de trabalho directamente com os utentes nós temos que

articular com todos eles para conhecer a situação não só do doente, mas para fazer depois a nossa análise do ponto de vista de avaliação social, de modo a dar um contributo à equipa do contexto em que o doente vive, porque não interessa só a entrada do doente na instituição e tratar do doente, mas interessa desde há muito que esta prática é definida na nossa instituição e já nas instituições a nível do país, penso que a maior parte funciona assim, não interessa ver só o doente como uma pessoa com uma doença que ele tem, mas sim como pessoa no todo. E como pessoa no todo é enquadrá-lo num contexto sócio – familiar e económico, que é onde ele está enquadrado e que tem que ser tido em conta quando a pessoa está numa situação mais debilitante que tem a ver com a situação de saúde e para os fins que haja uma recuperação dessa situação, portanto, que o doente recuperasse e se reabilitasse com a maior qualidade de vida e o melhor possível. Por isso, estes factores dependem não só do doente mas de todo o contexto em que ele vive não só familiar, portanto o suporte que tem do ponto de vista familiar, mas o suporte que tem também depois na sua comunidade local do ponto de vista social. Portanto todas as instituições que existam localmente e que possam dar um suporte a este doente, têm que ser também enquadradas, digamos assim, num projecto que é feito para o doente, junto da equipa multidisciplinar e que constitui, digamos assim, o planeamento de alta, portanto o planeamento de alta é o que nós basicamente fazemos no dia a dia da nossa intervenção. É planear, enquanto o doente está internado, desde as primeiras vinte e quatro e quarenta e oito horas, todo o acompanhamento do processo de reabilitação dentro da instituição e planear com os outros elementos, os outros profissionais de saúde, qual vai ser o prognóstico do doente, o que é que este vai necessitar pós- alta e contactar com as instituições locais, com a família e com o utente no sentido de conjugar todos os esforços para que haja um, portanto, um assegurar de cuidados de suporte sociofamiliar na pós-alta. Portanto todos os doentes que saem daqui têm que ter garantido que haja uma alta clinica e uma alta social, que implica que o doente saia e tenha as condições gerais para poder sair e ir para o seu local de origem ou outro quando não há condições para poder regressar. Portanto, basicamente é esta a nossa intervenção em termos de internamento, em termos de consultas, portanto já há um acompanhamento digamos assim específico às situações consideradas problemáticas, não só do ponto de vista social, mas tem que se ter, tem que se ter em conta também a situação de saúde, porque há situações de saúde muito complicadas, o caso concreto de doentes crónicos, como é o caso de doentes oncológicos, doentes do foro psiquiátrico, estes doentes crónicos requerem um acompanhamento mais

específico, mais especializado digamos assim e com acompanhamento frequente, porque as consultas também são frequentes e portanto também requer todo um acompanhamento no sentido de ir adequando as respostas que o doente necessita à sua situação que vai evoluindo favoravelmente ou não, mas vai havendo altos e baixos digamos assim no seu processo de reabilitação que têm que se ir adequando, aos quais se tem que ir adequando as respostas que são dadas do ponto de vista sociofamiliar. Portanto, nós temos que fazer esse acompanhamento precisamente para ir ajustando as respostas face às necessidades dos doentes que acompanhamos. Temos doentes completamente diferentes, temos depois uma Unidade muito específica que é a de Convalescença, que também há um trabalho muito específico. Digamos que dentro do hospital há várias áreas de, consoante as especialidades do ponto de vista clínico, podemos assim dizê-lo, consoante as especialidades que existem do ponto de vista clínico, também assim a intervenção do Técnico de Serviço Social tem que se ajustar às patologias e às situações de saúde que existem em cada uma dessas especialidades, portanto digamos que há, tal como há as especialidades clínicas, não é, médicas, assim há as especificidades também de intervenção consoante a especialidade porque as situações são diferentes, logo requerem respostas diferentes e logo o técnico que está com determinadas áreas tem que conhecer essas especificidades de saúde que esses doentes têm com características, para poder dar também respostas específicas e diferentes consoante a área em que está.

Entrevistadora: E quais são as funções que desempenha aqui? Qual é o tipo de trabalho que desenvolve?

Entrevistada: O trabalho é essencialmente, é o mesmo que as outras colegas todas, portanto eu estou com internamentos de algumas especialidades e estou também com o acompanhamento a consultas, tal como as outras colegas.

Entrevistadora: Embora tenha algumas funções de coordenação, não é?

Entrevistada: Sim como responsável de serviço, que abrange os hospitais, portanto as duas unidades hospitalares.

Entrevistadora: E nessas funções de coordenação, o que é que faz em concreto?

Entrevistada: Aquilo que faço é essencialmente assegurar que o serviço está a funcionar em pleno e com organização e com uniformização de procedimentos em todos

os, portanto para com todos os técnicos não é. Esse é o objectivo principal que haja uniformização de procedimentos de base, digamos assim, na nossa área, porque depois lá está há aqueles procedimentos específicos consoante as áreas e é assegurar que esses procedimentos sejam, sejam tidos em conta, estejam a funcionar plenamente no dia a dia, na intervenção de cada técnico. E depois é a articulação com as chefias, com a parte da administração no sentido de cumprir os objectivos e de levar projectos ou uma intervenção que vá no sentido dos objectivos que a instituição tem que atingir, portanto nós temos que estar sempre.

Entrevistadora: Era exactamente isso que lhe ia perguntar: quais são os objectivos que estão determinados? Genericamente estamos numa unidade que pretende garantir cuidados de saúde, estamos num hospital, digamos que objectivos da instituição onde exerce a sua actividade profissional são amplos, nesse sentido, mas aqui do gabinete onde são exercidas funções do Serviço Social em concreto, quais são os objectivos que estão traçados para este gabinete?

Entrevistada: É assim, nós temos objectivos que são os objectivos que estão definidos pela Direcção Geral, pela antiga Direcção Geral de Saúde e portanto no Ministério da Saúde existem objectivos específicos e muito concretos, que estão mesmo, digamos que formalizados em termos de orientações que nos são dadas. Para além dos objectivos gerais foram criados também, à medida que foram surgindo, novas áreas da saúde, digamos assim, como é o caso da Rede Nacional de Cuidados Continuados, como é o caso de algumas especificidades com alguns doentes como os oncológicos, os AVC's, surgiram da parte do Ministério da Saúde orientações específicas para o Serviço Social em termos de objectivos e de intervenções que estão, portanto constituídas em normas e em guias, digamos assim, manuais sobre a partir dos quais nós temos que guiar a nossa intervenção. Depois os objectivos do serviço em termos de âmbito geral têm que ver com os objectivos da instituição, isso pode variar de ano para ano, mas isso também depende das orientações que o Ministério dê à própria instituição para seguir e nós temos que nos enquadrar depois nalguns, acerca dos quais nos darão orientações superiormente, não é.

Entrevistadora: E quais são os seus objectivos profissionais?

Entrevistada: Digamos que em termos de concretização pessoal e profissional é basicamente fazer com que o serviço funcione com qualidade, em que haja articulação

boa, quando eu digo boa é funcional e com boas condições de trabalho que têm a ver basicamente com um bom relacionamento entre todos os técnicos que trabalham aqui no hospital e somos nove, com a administrativa que temos dez, que faz parte da equipa e aquilo que eu quero acima de tudo é que haja uma boa articulação, um bom relacionamento, uma boa comunicação e uma, digamos que uma linha comum de entendimento entre todos para que o serviço possa funcionar plenamente com qualidade e com respeito uns pelos outros e com bom relacionamento, principalmente isso porque sem isso não se consegue ir a lado nenhum. Felizmente temos tido essa prática sempre e cada um tem as suas características e ainda bem que assim é, se fossemos todos iguais é que seria mau, mas todos nos temos respeitado. Faço habitualmente reuniões de serviço precisamente para ir, não só para dar informações, para troca de informações, mas também para aferir precisamente alguns aspectos que têm que ser uniformizados, que têm que ser digamos que melhorados sempre. A nossa tentativa e a minha é de ir melhorando sempre aquilo que podemos e que sabemos fazer melhor.

Entrevistadora: E como é que articula o seu trabalho com outros profissionais?

Entrevistada: Com os profissionais de saúde e com outros profissionais da instituição?

Entrevistadora: Que estão na instituição ou fora dela.

Entrevistada: Isso é diariamente, pronto nós temos o gabinete aqui porque temos o sistema informático todo aqui, portanto não podemos andar com os computadores nos pisos, mas se pudéssemos ter um gabinete ou um sítio onde trabalhamos era lá que estaríamos seguramente, o que também trazia um inconveniente que seria a perda de contacto entre os profissionais, mais isso ao fim e ao cabo acaba por acontecer um bocadinho. Temos uma colega em Serpa, temos uma colega no Departamento de Psiquiatria, três colegas, quatro na urgência, portanto acaba por haver espaços diferentes de, mas isso não nos impede de fazermos reuniões periódicas ou de nos juntarmos sempre que seja necessário, juntamo-nos praticamente sempre que é necessário, portanto o contacto é sempre feito. Com os outros profissionais nós vamos diariamente aos serviços, estamos diariamente nos serviços e portanto todo o trabalho que tem que ser feito nesse dia é feito sempre em articulação com todos os profissionais.

Entrevistadora: E fora da instituição?

Entrevistada: Fora da instituição é diariamente, é digamos que a base mais importante do nosso trabalho. Portanto o ponto de partida é dentro da instituição, porque é aqui que nós temos o doente e é através dos profissionais que nós recolhemos a informação sobre o doente, na situação em que se encontra actualmente, mas depois é lá fora que nós vamos buscar todo o conteúdo importante para poder trabalhar com os colegas, porque elas é que conhecem os doentes, os doentes não pertencem à instituição, os doentes pertencem à comunidade, é lá que vivem, é lá que têm a sua família, é lá que têm as instituições, que a maior parte dos utentes quando naqueles meios mais pequenos, mesmo assim em Beja há os serviços que conhecem muitos dos nossos utentes e portanto é lá que nós vamos complementar, digamos assim, a informação que recolhemos aqui junto do doente e da família. Mas quando são situações mais problemáticas ou mais delicadas que requerem digamos um esforço maior de intervenção de intervenção e de articulação com outras instituições, são as instituições com que diariamente trabalhamos que são as instituições do distrito, portanto localmente recolhemos informação nas instituições locais acerca da família, com a qual complementamos a nossa e fazemos um projecto de intervenção com as próprias instituições sobre a intervenção a ter com este doente e com esta família pós alta hospitalar.

Entrevistadora: E quais são os valores em que assenta a sua prática profissional?

Entrevistada: Valores, valores são os valores humanos fundamentalmente, os valores de respeito por toda e qualquer situação, mas isso é básico da nossa, do nosso, da nossa digamos assim formação de base e é o respeito por todas as pessoas com quem nós trabalhamos e fazer o nosso trabalho com qualidade como lhe disse, com o mínimo de falhas possíveis e com o máximo de qualidade possível, basicamente é.

Entrevistadora: E quais são as principais referências teóricas subjacentes à sua prática?

Entrevistada: Isso já me perdi nessas coisas há muito tempo. A gente é assim enquanto tira o curso penso que criamos as raizinhas, é como as plantas criamos, temos as raizinhas para poder, aí é que temos as partes teóricas que são todas muito bonitas e são todas muito úteis para quando nós tivermos que recorrer a elas na nossa prática, digamos que ficamos com a biblioteca dentro de nós, daquilo da nossa área e depois é só quando entramos em campo e começamos a trabalhar no terreno é que vamos crescendo assim como as plantinhas, umas crescerão mais com mais pernas, com

menos pernadas é conforme a motivação e o empenho e a dedicação no sentido de querer sempre saber mais e acrescentar sempre mais e formar-se mais, isso depois já depende de técnico para técnico. Há pessoas que saem do curso e que acham que já sabem tudo, portanto está feito e há pessoas, pronto eu acho que a gente fica com as bases com o conteúdo básico e as bases digamos assim para sabermos trabalhar, depois a prática é que nos vai dando toda a experiência e aquilo que vamos aprendendo a fazer, isso é que nos vai enriquecendo e é que nos vai ensinando e é que nos vai fazendo melhorar cada vez mais. Penso que devemos recorrer à raizinha de vez em quando, por isso é que regamos a planta, quando precisamos já sabemos que determinado conteúdo temos que o procurar em determinado lado, é como os ficheiros de computador também e portanto recorremos ou já sabemos onde podemos recorrer em termos teóricos consoante vamos necessitando deles. Por outro lado eu penso que a formação pós curso é extremamente importante, portanto eu penso que qualquer pessoa que vá trabalhar para uma área específica, quando eu digo na saúde terá de perceber da saúde em geral, mas se trabalha numa área específica como um doente oncológico ou um doente de HIV, seja naquilo que for como crianças maltratadas, tem que ter uma especificidade muito grande nessa área para poder trabalhar bem, nunca pode trabalhar da mesma maneira com um doente oncológico, como trabalha com uma criança em risco, como trabalha com um idoso com AVC, não é a mesma forma de trabalhar, a abordagem não deve ser a mesma. Portanto deve formar-se, formação já profissional, nas áreas em que trabalha, isso é uma coisa que nós, que eu tento cultivar nos técnicos, mas hoje em dia nós sabemos que é muito complicado porque as formações às quais temos acesso, temos tido várias aqui no nosso distrito e com alguma qualidade, mas há algumas que são extremamente importantes a nível nacional, mas às quais nem toda a gente pode ir por vários motivos, motivos económicos, motivos familiares, motivos vários e obviamente uma pessoa não pode estar a exigir que os colegas vão, porque não têm condições para o fazer por vários motivos. O que é uma pena porque penso que toda a gente obrigatoriamente devia fazer formação nas áreas em que trabalha e ir sempre actualizando essa formação, porque a gente não nasce ensinados e a prática só não chega, pelo que estamos numa sociedade e num mundo em que a realidade social está a ser, está a haver uma evolução e alterações assim muito rápidas e com o surgimento de novas realidades sociais, digamos assim, completamente diferentes das com que trabalhávamos há dez anos atrás, há meia dúzia de anos atrás, nem sequer é. As coisas estão a evoluir muito rapidamente para situações muito complicadas do ponto de vista

social e familiar e nós temos que ir adequando a nossa intervenção às novas realidades, porque senão não conseguimos, não podemos nunca trabalhar como trabalhávamos há cinco ou seis anos atrás porque as coisas são diferentes, sempre, sempre diferentes, nós temos que ir acompanhando e tem que ir vendo o que é que está sendo já feito noutros lados, que pode ser ou não e também do ponto de vista teórico, o que é poderá ser melhorado e o que é que tem que ser obrigatoriamente e tem que ser adequado às novas situações e uma delas é a pobreza.

Entrevistadora: Ia-lhe exactamente perguntar o que costuma fazer para actualizar os seus conhecimentos a nível profissional?

Entrevistada: São as formações e leituras e actualizar leituras nas especificidades que me interessam para a minha prática profissional e que eu aconselho as colegas sempre a fazerem, porque sem isso não se consegue. Não acredito, a não ser que a pessoa tenha uma criatividade muito grande, mas depois também pode, pode acontecer algum acidente pelo meio e a gente trabalha com pessoas e acidentes nem pelo meio, nem em lado nenhum. (risos).

Entrevistadora: E quais são as principais estratégias que utiliza no exercício da profissão?

Entrevistada: Estratégias como?

Entrevistadora: No trabalho com as outras pessoas, com os doentes, com os colegas, sente necessidade de utilizar algum tipo de estratégia?

Entrevistada: Não as coisas surgem naturalmente. Quando a gente tem necessidade de falar umas com as outras falamos abertamente e portanto as coisas, ou seja, todas as dificuldades que vamos tendo, todas as dúvidas que vamos tendo, seja quem for, facilmente são partilhadas com as colegas no sentido de digamos de troca de informações e de chegar a um consenso, de chegar a uma, ou seja de chegar a ultrapassar a dúvida que a pessoa tem ou melhorar a sua intervenção ou a ajudar na intervenção que a colega tem, porque há pessoas que apesar de já trabalharem há muito tempo, há muito ou há pouco, mas às vezes confrontam-se com determinadas situações com as quais têm mais dificuldade em lidar, por vários problemas e principalmente pelas nossas características também pessoais, não é. Estão sempre presentes, não acredito nas pessoas quando se diz: a gente quando é para o trabalho a parte pessoal fica

de fora, é impossível porque nós somos uma pessoa única e portanto não podemos estar a dividir o pessoal do profissional. Obviamente que as preocupações e as coisas pessoais não podem, não se pode, não podem interferir negativamente no trabalho, não devem, mas a gente não pode pôr uma pedra e, temos que tentar realmente afastá-las, somos uma pessoa única não é, e há determinadas situações que se calhar chocam mais connosco, determinadas situações específicas, não é, pontuais, individuais, diferentes, que às vezes com as quais não conseguimos lidar, apesar de independentemente dos anos de experiência que se tenha. Mas pronto há ali qualquer coisa que nos causa algum transtorno ou alguma alteração e com a qual não conseguimos lidar e nessa altura isso é visto em grupo e é tratado em grupo no sentido de ajudar a pessoa, a colega portanto a ultrapassar isso ou então vai outra colega fazer o atendimento e agarra a situação se a pessoa não consegue.

Entrevistadora: E colocando agora a tónica no trabalho realizado com pessoas em situação de pobreza ou o conhecimento que tem de alguns casos que possam chegar aqui, quem é a pessoa responsável pela triagem de situações de pobreza que possam chegar aqui a este gabinete?

Entrevistada: Nós não temos, não trabalhamos com situações de pobreza, nós trabalhamos com todos os utentes deste hospital, todos. Portanto não há intervenções específicas com situações de carências ou de pobreza, há intervenção com o doente, com a pessoa que está doente, que está numa situação de doença e isso, como eu já disse, altera todo o funcionamento da família, não é, e portanto o que nós temos de trabalhar é com o utente e com a família no sentido de ajudar a reorganizar esta família para a aceitação desta nova situação de saúde e isso calha a todos, portanto calha à pessoa que não tem dificuldade nenhuma económica, como calha àquela que tem dificuldade ou carência económica. E portanto trabalhamos com todos dentro do mesmo pé de igualdade, portanto deste ponto de vista, não é, agora quando nos aparecem as situações de carências ou dificuldades de pobreza, obviamente que há um acréscimo de intervenção em relação àquela que é feita com aqueles que não apresentam esses problemas. Agora o acréscimo é digamos tentar apara além de dar, de fazer este trabalho de enquadramento, de suporte sociofamiliar a este doente que está a necessitar neste momento, é tentar ajudar digamos assim esta família a minimizar este problema de pobreza. Isso é feito sempre em articulação, com a Segurança Social, a Cáritas, nomeadamente as instituições que estão vocacionadas sim e que têm como objectivo

colmatar as situações de pobreza, portanto aí há sempre de facto a articulação e isso é obrigatoriamente um dos objectivos da intervenção com estes utentes ou com estas famílias que é de facto minimizar a situação, que tem a ver de facto com a sobrevivência, a questão de sobrevivência diariamente desta família, ainda mais com a situação de doença de um dos elementos. Isso depois obviamente que é em regulação com as instituições que estão vocacionadas para isso no sentido de assegurarem um acompanhamento, se é que não o fazem já, mas assegurar que quando o doente sai haja de facto um maior acompanhamento, se calhar um acompanhamento ainda maior, reforçado do que aquele que já existia até ao momento no sentido de tentar ajudar esta família a alterar, a ultrapassar os problemas. Principalmente o que nós tentamos é salvaguardar que haja alimentação, portanto as coisas básicas do dia a dia, portanto uma alimentação, um tecto portanto em termos habitacionais, e se há crianças que estas crianças sejam integradas em instituições escolares, pré escolares, onde de facto poderão estar melhor no sentido em que não só têm uma alimentação garantida maioritariamente, são bem tratadas, bem cuidadas, não quer dizer que a família não o faça, mas se calhar não tem condições nessa altura para o fazer tão bem e têm todo um desenvolvimento e uma estimulação, que provavelmente estas famílias também estarão mais debilitadas, entre parêntesis, para o fazer porque já têm preocupações diárias com a sua sobrevivência e portanto aliás estarão menos despertas e menos preocupadas, digamos assim, ou com menos disponibilidade para as crianças e portanto é prioridade que estas crianças estejam em instituições, creches, jardins de infância e por aí, para poderem estar com um desenvolvimento, estimulação e as suas necessidades básicas garantidas.

Entrevistadora: Então qual é o perfil das pessoas que recorrem a este serviço?

Entrevistada: O perfil, portanto é muito variado, é como lhe digo temos basicamente famílias que estão a ver-se confrontadas com um problema que até ao momento não tinham algumas e com os quais não conseguem lidar ou têm dificuldade em lidar e com os quais, a partir dos quais têm que reorganizar, digamos assim, toda a sua vida do dia a dia para poder dar o apoio necessário a uma pessoa que está numa situação de saúde, mais ou menos grave e tem que se reorganizar, digamos assim, para ajustar a sua vida do dia a dia a essa nova realidade. Por vezes, não conseguem sozinhas fazê-lo, portanto o nosso objectivo principal é ajuda-las a organizar-se enquanto o doente está internado, e ver todos os pormenores do dia a dia como é que vão ser reorganizados para receber

esse doente em casa e isso passa não só pela organização da família em si, não é, como dos suportes que existem do ponto de vista local para dar apoio a estas famílias e a estes doentes, os apoios domiciliários, os centros de dia, etc. Por outro lado, temos, um dos perfis é este, o confronto com uma realidade que desconheciam, ou que nunca tiveram nunca se confrontaram com ela e por outro lado temos já aquelas famílias com pessoas que já estão doentes há bastante tempo, por exemplo doentes acamados e que já estão muito cansadas digamos assim, do ponto de vista clínico e psicológico de ter estes doentes a cargo. Normalmente são pessoas, são famílias, casais em que o companheiro ou a companheira já é idosa também ou idoso e portanto tem muita dificuldade já em, digamos que em conseguir aguentar outra etapa, que é sempre uma etapa nova e de um cansaço já têm, até porque é uma situação já de alguns meses ou de alguns anos em que estão a prestar apoio a um doente acamado e mais uma vez o doente vem ao hospital e vamos outra vez começar uma nova etapa que é a continuidade já de uma série. Por vezes já estão mesmo muito cansadas e por vezes já rejeitam, algumas rejeitam, mas outras não é por rejeição é por cansaço mesmo, por incapacidade já de continuarem a manter a situação que mantêm e aí temos que pedir um reforço dos apoios locais em termos de maior acompanhamento domiciliário. Outras apontam mais para respostas com carácter definitivo, que são por exemplo os lares de terceira idade, depois temos outro perfil que é relativamente recente de pessoas que não têm a ver com estas, de casal idoso, que normalmente esses asseguram o apoio ao companheiro ou à companheira da família, com o apoio da Unidade, mas temos sim filhos, muito o caso de filhos ou de familiares próximos do doente que pura e simplesmente se recusam a levar o doente para o seu local de origem, alegando que não têm, isto agora é mesmo o mais recente digamos assim, é a recusa total em levar, não leva, não leva, como se não levasse o embrulho que foi ali, tipo o dos CTT que a gente recebe em casa o papelinho para ir levantar a encomenda e que não vai porque não lhe apetece naquela altura ir levantar, não tem tempo, não lhe apetece. Portanto aqui não é o embrulho, mas funciona como se fosse o embrulho, portanto um objecto qualquer que está aqui e que não se leva para casa, portanto a obrigação é dos serviços é do Estado e as instituições que resolvam o que quiserem porque simplesmente não, quando nós tentamos aprofundar o porquê e tentar ajudar as pessoas no sentido de dizer que é um Ser Humano que está ali, que a família é que tem em primeira mão obrigação de dar o apoio ao seu, seja pai, seja mãe, seja aquilo que for e nós estamos cá para ajudar a família a organizar-se e a encontrar uma resposta de comum acordo, digamos assim, que seja a mais adequada para o

doente, as pessoas recusam-se pura e simplesmente, não querem levar os doentes, e pronto ficam por aqui, e são pessoas novas normalmente, alegando que não têm tempo, algumas até estão desempregadas, outras já têm reformas mas são pessoas perfeitamente capazes. Uns não querem pura e simplesmente ter preocupações, nem chatices, nem obrigações, nem nada, quando se calhar tratam-se de familiares próximos como pais, os pais já cuidaram deles, não é, mas aí também temos de perceber porque há relações, temos de perceber o porquê, porque não é por acaso também que as pessoas recusam levar os doentes. Às vezes é mesmo por isto, porque não estão para se chatear e não estão para ter preocupações, às vezes é por causa de uma relação que se calhar não foi a melhor durante uma série de tempo. Por outro lado, temos um afastamento de familiares, de filhos ou sobrinhos que perderam o contacto com os pais, porque foram para centros maiores e que perderam pura e simplesmente o contacto, vêm no Natal ou vêm lá quando vêm e depois sentem que já afectivamente as coisas já estão muito afastadas no tempo, no espaço e não há ali uma ligação muito próxima, apesar de os laços afectivos, penso eu, nunca estão perdidos a não ser que tenham sido de má qualidade, não sendo penso que nada justifica este fundamento que as pessoas utilizam. Pronto são mais ou menos estes três grupos, os que se confrontam com uma realidade e têm que se ajustar a ela, os que já a têm e têm que continuar a tê-la já com muita dificuldade e os que não querem ter qualquer ligação, qualquer preocupação, qualquer colaboração com os serviços no sentido de arranjar uma resposta adequada para o doente.

Entrevistadora: E no caso das pessoas em situação de pobreza como é que costumam chegar aqui os casos e quem são essas pessoas?

Entrevistada: As situações de pobreza hoje em dia, e digo agora mesmo hoje em dia, nos últimos meses têm muito a ver com questões económicas no sentido de compra de medicamentos, compra de determinados produtos que fazem parte do dia a dia das pessoas e têm a ver com situações de saúde, fraldas e outro tipo de coisas deste género, portanto às vezes as alimentações específicas que as pessoas têm que ter, o caso do leite para bebés por exemplo, aqueles leites de substituição ao leite materno, dinheiro para vir a consultas ao hospital porque neste momento não há verbas, os transportes são assegurados pelos médicos e só podem ser autorizados pelos médicos, se o médico entender que o doente não tem critérios para utilizar um transporte, não o pode fazer

porque os doentes não têm dinheiro para se deslocar, principalmente se são consultas ou exames que têm que fazer com periodicidade.

Entrevistadora: E como é que chegam aqui esses casos?

Entrevistada: Chegam como os outros chegam todos, portanto são apanhados digamos assim na triagem que nós fazemos diariamente com os doentes, isto em termos de internamento, outros são enviados pelas consultas directamente pela equipa de tratamento do médico ou do enfermeiro, portanto os de consulta externa. Os de urgência são enviados directamente pelos outros profissionais ao Serviço Social, para estas questões específicas.

Entrevistadora: E quais são ou têm sido os casos mais flagrantes e mais típicos de pobreza, que têm sido atendidos aqui?

Entrevistada: Os mais flagrantes são estes são os dos idosos que não têm capacidade económica para comprar, porque têm que optar quase entre o alimentar-se, entre o comprar a alimentação ou o comprar a medicação que precisam, dar continuidade a consultas às quais já estavam habituados e vir e precisam delas, por isso é que são marcadas, não é e que pensar que a partir deste momento vão deixar de vir mesmo, provavelmente vão ter que abandonar as consultas porque não podem vir e isso é uma preocupação muito grande porque os idosos no nosso país infelizmente têm muito pouco a actividade quotidiana em termos de serem úteis e de tempos de lazer e de tempos de ocupação e portanto está tudo muito centrado, estão muito isolados, muito sozinhos, apesar de ainda e haver alguma convivência, penso que agora até há mais, se calhar também por este motivo. As pessoas já começam a sair um bocadinho mais já começam os laços de vizinhança a ser um bocadinho mais, mais exteriorizados, se calhar porque as pessoas têm mais necessidade de partilhar estas preocupações e de não estarem tão isolados em casa, mas em meios mesmo em que há grandes isolamentos as pessoas estão sozinhas em casa e também não é isso que lhes vai dar o dinheiro para eles, não é o partilhar que lhes vai dar mais dinheiro, mas de certa forma ajuda-os a viver digamos assim um bocadinho menos mal, pelo menos falam com alguém. Mas os principais problemas penso que são os dos idosos.

Entrevistadora: E qual é o tipo de intervenção que é realizada junto destas pessoas? Como são tratados os casos?

Entrevistada: Temos que remeter para a Segurança Social, porque é a entidade competente para tratar concretamente ou para dar algum apoio específico, do ponto de vista económico, a estas pessoas, o hospital não tem verbas, não o pode fazer.

Entrevistadora: Como é que é determinada a condição de pobre nesta instituição?

Entrevistada: A condição de pobre é precisamente quando a pessoa já não tem dinheiro para comer, ou quando chegamos a esta situação ter que escolher entre a medicação, a sua saúde digamos assim ou a sua subsistência do dia a dia em termos de coisas básicas.

Entrevistadora: Portanto o critério que é aqui utilizado para determinar se estamos diante de uma pessoa em situação de pobreza é qual?

Entrevistada: É quando ela tem que optar viver sem qualidade ou deixar de ter saúde ou saber que vai viver sem qualidade, portanto digamos qualidade de vida há muito pouco, seja para quem tem dificuldades económicas seja para quem não tem, a não ser que a pessoa tenha mesmo uma capacidade económica muito grande para por exemplo poder ter uma pessoa sempre disponível para o doente e que esteja sempre com aquele doente e para passear com ele, para ir, para que ele tenha acesso se tiverem condições para tal, para que tenha acesso a tudo ou quase tudo o que tinha anteriormente. Portanto, quem não tem essa capacidade económica dificilmente e de ter tudo aquilo que o doente precisa, não é, a alimentação adequada, os medicamentos todos, o acesso aos meios de saúde que entenderem que são os necessários, a gente em Beja não temos todas as especialidades, esse é outro dos problemas as pessoas que têm algumas possibilidades têm que se deslocar a Lisboa, por que simplesmente não há. Ou têm capacidade económica, nem é só económica, se for um idoso velhote sozinho, não consegue ir daqui a Lisboa sozinho, porque nunca lá esteve, não consegue orientar-se, não percebe nada do sítio onde vai, nem o que é que vai fazer, nem onde é que tem que se dirigir, já aqui não sei quanto mais noutro sítio num meio muito maior.

Entrevistadora: E como é que descreve a relação profissional que mantém com estas pessoas que recorrem aqui ao serviço?

Entrevistada: Relação profissional, nós não fazemos distinção na intervenção que fazemos, portanto só fazemos nas especificidades nas quais temos que trabalhar mais, não é, agora na relação que estabelecemos com a pessoa basicamente é a mesma, só que temos que entender aquilo a preocupação que a pessoa tem, tentar às vezes desmistificar

alguns aspectos que estão a ser vistos como muito negativos e tentar encontrar junto da pessoa que temos à frente a maneira de ultrapassar esses problemas, algumas hipóteses e soluções para os ultrapassar e dar-lhe meios concretos aos quais se devem dirigir, neste caso instituições específicas às quais se devem dirigir para os ultrapassar e digamos que é ajudar um bocadinho a organizar melhor esta pessoa para ultrapassar os problemas que tem e para minimizá-los. Era o que eu lhe estava a dizer, se me aparece uma mãe jovem com dois ou três filhos já com uma situação de pobreza eu a minha preocupação principal, para já tento ver qual é a preocupação principal daquela mulher, o que é que ela mais precisa, o que é que ela mais sente falta, quais são as preocupações dela principais e depois tentar ver se ela não tem dinheiro de facto já para sustentar aquela família, era o que eu lhe estava a dizer há bocado, se calhar é preferível que aqueles miúdos se estão em casa, que não estejam, que estejam numa instituição onde ela já não gasta tanto dinheiro numa alimentação e numa preocupação que está na cabeça dela e que não vai ser passada para aqueles miúdos durante o dia e onde as crianças poderão estar também mais despertas para coisas que fazem parte do ser criança e que esta mãe fique disponível ela própria para arranjar um emprego, para se tornar autónoma, para não se tornar dependente dos serviços, mas temporariamente eventualmente terá que o fazer e não há que ter vergonha porque os serviços existem para isso, como recorrer por exemplo à alimentação através da Cáritas.

Entrevistadora: E que medidas de Política Social são operacionalizadas aqui nesta instituição ou passa mais pelo encaminhamento para outras instituições?

Entrevistada: Sim, basicamente é. Em termos da instituição não porque a instituição preocupa-se com o prestar cuidados de saúde, não é, o Serviço Social aparece para colmatar as falhas que existam quando uma situação de saúde tem que ser tratada no hospital, mas tem que ter uma continuidade lá fora. A nossa obrigação, digamos assim, o nosso objectivo é fazer com que a pessoa que é tratada aqui e para a qual se investe, se gasta não sei quanto de diária, se gasta não sei quanto de dispêndio de um médico, de um enfermeiro ou de três ou de quatro e de mais não sei quantos técnicos, não vá por água abaixo, a pessoa não fique a tornar-se inútil, porque é um gasto que se faz que é exorbitante com um doente, só uma diária no hospital anda à volta de 300 euros. Portanto é mau que o doente não seja tratado e não haja uma continuidade daquilo que foi despendido com ele aqui, portanto que haja uma continuidade de cuidados e é esse o nosso papel.

Entrevistadora: Como é que avalia o seu trabalho aqui na instituição?

Entrevistada: Eu acho que pronto só posso avaliar, é assim as instituições de saúde, como todos os outros Ministérios há altos e baixos pela própria, digamos pelo próprio contexto político, social e económico em que se vive, portanto nós vamos vivendo altos e baixos de acordo com conjunturas da altura e portanto há alturas em que a gente apanha precisamente situações muito mais, em muito maior número de pobreza, por exemplo, do que noutras alturas e de facto digamos que é mais frustrante e mais não digo desmotivante, porque isso não é, mas é mais frustrante para nós trabalhar em determinadas alturas principalmente com situações de pobreza, porquê, porque a gente sabe que faz um esforço, um acréscimo na nossa intervenção no sentido de garantir o máximo possível àquelas, a essas famílias aquilo que elas necessitam, mas também sabemos que as instituições lá fora temos uns constrangimentos enormes e portanto sabemos que aquela família e as famílias que temos vão continuar a viver na pobreza, ou seja não vai haver apesar dos esforços que nós temos, as instituições lá fora terão que ter, penso eu, ainda mais, mas não vamos conseguir alterar aquela situação de um dia para o outro. Portanto é muito mais frustrante porque sabemos que o nosso trabalho em situações de dificuldade económica, de instabilidade económica, são situações que vão ser resolvidas e nós tentamos que isso aconteça, mas em situações de extrema pobreza é muito difícil que estas famílias consigam ultrapassar de um dia para o outro as situações que estão a viver.

Entrevistadora: Assim sendo como define a pobreza, o que é para si pobreza?

Entrevistada: A pobreza para mim é, tem a ver com as questões de sobrevivência e da subsistência de uma família no dia a dia. Uma pessoa que não tem já meios para poder ter as coisas básicas do dia a dia, para mim isso é pobreza, é o não ter alimentação, é o não ter dinheiro suficiente para ter as coisas que qualquer pessoa precisa a roupa limpa para se poder vestir, porque não pode andar nua, uma habitação condigna com condições mínimas, que são pelo menos ter condições de higiene portanto uma casa de banho, as coisas que são básicas de uma habitação e é não ter autonomia ou não conseguir ter autonomia, não conseguir adquirir a autonomia do ponto de vista profissional, ter uma profissão para poder precisamente tornar-se autónomo e não depender dos serviços.

Entrevistadora: O que é para si então uma pessoa pobre?

Entrevistada: É uma pessoa que não tem já qualquer meio por si só para poder sobreviver no dia a dia só por ela, portanto depende dos serviços.

Entrevistadora: Como é que considera que estas pessoas em situação de pobreza vivem a sua situação?

Entrevistada: Isso já é mais difícil, é mais difícil porque eu não, eu trabalho aqui dentro e portanto não vejo, ou vejo nalgumas situações porque posso fazer visitas domiciliárias quando assim o entender e são em situações extremas de grandes problemáticas complicadas, mas normalmente tem a ver com situações de saúde complicadas. Como não trabalho no terreno lá fora, é-me difícil avaliar, fazer uma avaliação digamos que fidedigna de como é que as pessoas vivem isso, porque uma coisa é aquilo que as pessoas me transmitem aqui, pronto quando vão aos serviços já sabem o que hão-de dizer aos serviços, independentemente de ser ver verdade ou não, mas já sabem. Há diferentes pobreza digamos assim, há pessoas que vivem na pobreza ou que referem viver na pobreza, de facto vivem, as que estão dependentes dos serviços e continuam dependentes dos serviços e penso que não vão, não querem sequer alterar essa situação ou pelo menos não fazem grande esforço para alterar essa situação a não ser que sejam obrigados a tal, que é caso agora portanto dos acordos de RSI, que já têm alguma obrigatoriedade pelo menos de aceitar empregos que recusavam antigamente, mas penso que não é isso que lhes trará digamos que maior autonomia. Porque é assim trabalham porque são obrigados a trabalhar, trabalham provavelmente em coisas que não lhes dão interesse nenhum e portanto logo que possam voltam novamente à situação que estavam anteriormente e portanto não há motivação absolutamente nenhuma para coisa nenhuma, nem valorização daquilo que as pessoas fazem depois porque podia-se valorizar já nas partes de Centro de Formação, valorizar aquilo que as pessoas fazem e eu penso que isso é um dos principais problemas no facto das pessoas não quererem trabalhar. E depois há a pobreza real de pessoas que a gente sabe que de facto vivem mal, são pessoas que ainda têm, não digo muitos filhos, mas muitos filhos hoje em dia já será três ou quatro, já não serão os oito ou dez, que também há e que são pessoas que até trabalham e que têm força de vontade e que fazem tudo para ter a sua autonomia porque têm consciência que é através disso que conseguem sentir-se melhor com elas próprias, mas que de facto vão-se abaixo muitas vezes porque têm não sei quantas pessoas em casa a seu cargo e não têm outro tipo de suporte, mesmo que seja pontualmente através dos serviços através de alimentação ou não, mas sentem-se

frustradas porque dependem dos serviços ou não gostam de depender dos serviços mas não têm outra opção. E há muito hoje em dia também as situações de pobreza ligadas a famílias portanto separadas, portanto mães que vivem só com filhos, famílias monoparentais, não encontrava o termo, está muito ligado, eu penso que está muito ligado hoje em dia a famílias monoparentais e aos idosos que tem reformas que não lhes garantem de forma nenhuma, nos pequenos meios conseguem ainda porque não pagam casas, por exemplo as casas são casas próprias, têm ali um quintal que se calhar têm as galinhas e os ovos e alguma coisita que cultivam, vão conseguindo mais ou menos manter-se, mas de facto depois não conseguem garantir a parte da saúde que é uma das partes fundamentais em relação aos idosos, em termos de medicação, de consultas e por aí fora.

Entrevistadora: E na sua opinião o que fazer para intervir nas situações de pobreza em Portugal?

Entrevistada: Não sei, não sei porque quer dizer têm que ser medidas muito abrangentes do ponto de vista político e social e penso que tem que ser por aí. Portanto não se consegue porque as coisas vão ter proporções muito maiores do que têm neste momento e ninguém sabe que proporções serão essas, não é, porque a pobreza agora não é só destas pessoas que eu estou a dizer, porque estas são as que nós apanhamos na saúde, porque as que os outros serviços apanham são famílias normais em termos económicos que tinham uma vida estável do ponto de vista económico e que neste momento não têm e que estão a entrar em situações quase de pobreza, não sei de é de pobreza, provavelmente não porque ainda têm que comer não é. Já lhe transmiti o que era para mim a pobreza, a pobreza para mim é não ter já de facto meios nenhuns para poder garantir as coisas básicas do dia a dia, portanto eu não sei a nova pobreza, não sei se estas situações serão consideradas pobreza, o que é facto é que são situações de tal forma instáveis do ponto de vista económico, que as pessoas não conseguem garantir determinadas coisas básicas que tinham. Das duas uma ou mudam de atitude mudam de vida mudam de casa, mudam tudo, e penso que isso é uma atitude pessoal que algumas pessoas têm que ter discernimento e consciência que têm que o fazer obrigatoriamente, não podem estar à espera que o Estado resolva, os instituições bancárias ou outras, a Segurança Social, resolvam, mas até chegarem a essa consciencialização se calhar vão estar a depender das instituições. Agora as coisas penso que neste momento estão a ser resolvidas pontualmente, não é, mas é impensável que isso continue a acontecer, porque

as instituições não conseguem suportar isso, o próprio Banco Alimentar tinha, tem aumentado em termos de portanto de contributos que as pessoas têm dado de produtos alimentares tem aumentado expansivamente, mas neste momento já não é suficiente e não está em concordância com as necessidades. Portanto as necessidades estão a ser muito maiores, isto em termos de alimentação, do que aquilo que o Banco tem em termos da alimentação para poder fornecer, portanto isto depois é tudo desproporcional em todos os aspectos.

Entrevistadora: Uma última questão considera que este fenómeno assume particularidades na região ou no distrito?

Entrevistada: Só em termos de termos mais idosos, quer dizer temos uma população idosa muito forte em relação aos outros distritos, não sei no Norte também há em algumas regiões. O Alentejo de facto é uma população envelhecida basicamente e tendo os idosos reformas mínimas, então ficamos nesta questão de particularidade penso que será em relação aos idosos, de resto não, há poucos jovens há pouca taxa de natalidade, não tem aumentado por ai além e nem sei se tem aumentado ou se tem mantido e portanto penso que a particularidade será nos idosos que nós temos, porque temos uma população envelhecida, os idosos tem muita dificuldade com as reformas que têm, daí que eu diga que isto tem que ser uma coisa a nível nacional em termos de Políticas, principalmente que abranja os idosos, porque também temos uma população envelhecida do ponto de vista global e os idosos são de facto os principais atingidos. O Alentejo como tem, digamos que a maior parte da população que tem é idosa, é a particularidade que tem, portanto ou há Políticas dirigidas para os idosos que garantam maior qualidade de vida e isso implicará obviamente ter mais ou ter mais apoios do ponto de vista gratuito nalgumas coisas ou reformas com valores mais elevados, portanto isso são Políticas a nível nacional que não sei como é que vão conseguir.

Entrevistadora: Chegámos ao fim não sei se quer acrescentar mais alguma coisa?

Entrevistada: Não, não.

Entrevistadora: Então resta-me agradecer, muito obrigada.

Entrevista Assistente Social

Centro Social, Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança

21 de Setembro de 2011

Entrevistadora: Muito boa tarde, em primeiro lugar quero agradecer o seu contributo para este trabalho de investigação. Considerou-se que toda a sua prática profissional e o trabalho que desempenha no Centro Social, Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança enquanto Assistente Social, seria fundamental para este trabalho. Tal como falámos há pouco pretende-se estudar a forma como as pessoas enquadradas em medidas e programas de luta contra a pobreza vivem a sua situação mais concretamente na cidade de Beja e portanto é nesta qualidade que vamos realizar esta entrevista. Eu começava por falar um pouco da sua prática profissional, em primeiro lugar há quanto tempo trabalha nesta instituição.

Entrevistada: Primeiro que tudo boa tarde e obrigada pelo convite para responder aqui a esta entrevista. Relativamente à primeira questão, quer dizer eu trabalho nesta instituição desde o seu início, portanto a instituição foi criada em 1997 e eu já trabalhava no Bairro da Esperança, portanto até antes mesmo de ser profissional de Serviço Social. Eu iniciei o trabalho na comunidade do Bairro da Esperança em 1992, há medida que fui estudando, portanto licenciiei-me e depois integrei um projecto de luta contra a pobreza e portanto até ao momento continuo a trabalhar já com treze para catorze anos de formação em Serviço Social e tenho desenvolvido a minha prática nesta comunidade.

Entrevistadora: E exerceu sempre as mesmas funções?

Entrevistada: Portanto eu quando iniciei em 1992 era monitora de tempos livres, trabalhava numa entidade diferente, trabalhava na Cáritas Diocesana de Beja e fazia o atendimento à população também do Bairro da Esperança e durante a tarde ia fazer animação de tempos livres para o respectivo Bairro, depois licenciiei-me, na altura havia uma colega que trabalhava no projecto mas que entretanto com a abertura do CAT, Centro de Apoio a Toxicodependentes, ela integrou o CAT e deixou essa vaga, eu já estava licenciada e foi-me oferecido esse lugar e desde aí fui, era técnica superior, portanto numa fase inicial e actualmente sou Directora Técnica da instituição já alguns anos, já alguns anos que passei a Directora Técnica.

Entrevistadora: E qual é o trabalho do Assistente Social nesta instituição?

Entrevistada: O trabalho do Assistente Social nesta instituição é muito diversificado. Primeiro porque nós fazemos um trabalho social comunitário, em que todas as faixas etárias estão abrangidas, é um serviço que não é específico, é um serviço polivalente e exige também da nossa prática alguma polivalência, portanto nós trabalhamos com crianças desde a primeira infância até à terceira idade e portanto também trabalhamos em várias frentes, com várias problemáticas desde a toxicodependência ao alcoolismo, aos problemas relacionados às crianças e jovens em risco, aos próprios problemas relativos à terceira idade e o próprio funcionamento das instituições, portanto, esse também é um grande peso que o trabalho social ou que o técnico de Serviço Social tem que desempenhar. No fundo é a coordenação de equipas, as lideranças, a coordenação de projectos e a direcção de projectos também, portanto é muito diversificada, para dizer que actualmente aquilo que eu estou a fazer para além do meu trabalho de coordenação e directora técnica dos equipamentos mais da área sócio – educativa, onde se integra a creche, os ATL's, o próprio Centro de Dia, apoio aos idosos, estou também a representar a instituição Centro Social no Núcleo Local de Inserção do Rendimento Social de Inserção, na Rede Social do Concelho de Beja e também o Núcleo do PRODER, portanto são os novos projectos comunitários que a Associação Alentejo XXI tem a decorrer e que eu faço parte desse núcleo de gestão, de aprovação e análise de projectos e etc.

Entrevistadora: E quais são na instituição o tipo de funções que desempenha, o tipo de trabalho que desenvolve na instituição?

Entrevistada: Portanto eu faço trabalho desde o atendimento, que é uma das valências que o Centro Comunitário tem, o atendimento e o acompanhamento social, embora este trabalho é feito, mas é um atendimento de vários níveis, portanto é um atendimento técnico quando é exigido, mas também é um atendimento que se calhar não exige tanto a nossa técnica e o nosso conhecimento porque é um atendimento que passa muitas vezes por informar, portanto um atendimento de informação, um atendimento até de apoio a preenchimento de impressos, de acessibilidade aos serviços, de articulação com os serviços, portanto é um atendimento muito vasto que vai desde o nosso nível menos exigente para um nível mais exigente. Depois faço também a coordenação, por exemplo os horários do Centro de Dia, do Centro de Convívio, a própria gestão da equipa, na

Creche a mesma coisa a coordenação, a própria organização dos anos lectivos e as listas de espera, portanto todos esses processos de admissão iniciais, depois tenho estes compromissos com as representações, não é, do serviço nestes subprojectos ou nos projectos destas instituições em parceria, recebemos também trabalho a favor da comunidade, neste momento até tenho lá uma proposta da Direcção Geral de Reinserção Social para integrar uma pessoa em trabalho a favor da comunidade, projectos, faço a arquitectura e o delinear projectos, a construção e execução, o próprio desenvolvimento, já tivemos projectos na área da formação profissional, temos a decorrer um projecto que é financiado pelo Escolhas, temos também um projecto financiado pelo Instituto da Droga e Toxicodependência e já tivemos outros do LIDER, portanto projectos de fundos comunitários, portanto o trabalho é muito vasto, essencialmente é isto.

Entrevistadora: E em termos dos objectivos da instituição onde exerce a sua actividade profissional, quais são os objectivos dessa instituição?

Entrevistada: A instituição tem um objectivo principal que é promover e apoiar iniciativas de integração comunitária ao nível económico, social, cultural e recreativo e portanto neste âmbito desenvolvem-se todas as actividades e mantêm-se em funcionamento o Centro Comunitário, a Creche e respostas para a população em geral e depois também tem uma componente muito própria porque a própria resposta social dos centros comunitários, os centros comunitários como resposta têm duas a três componentes essenciais, que é questão do atendimento, acompanhamento, a informação à população e também a animação comunitária e portanto eu própria quando iniciei a minha actividade eu coordenava a área da animação comunitária e foi através da animação comunitária e do trabalho com grupos, Serviço Social de grupos, que se foram depois mantendo o Centro de Dia, que se construiu mais um ATL. Portanto, todo esse trabalho inicial foi que depois consolidou respostas que hoje são financiadas no âmbito do acordo de cooperação.

Entrevistadora: E em termos dos seus objectivos profissionais, quais são eles?

Entrevistada: Bom, os meus objectivos profissionais, eu tenho vivido um pouco este trabalho, acho que tenho tido momentos de profunda realização naquilo que faço, mas também tenho procurado diversificar a minha actividade e modificá-la, primeiro porque o contexto onde trabalho é um contexto muito complexo, é uma população muito dependente, que já vem com níveis de dependência muito antes de existir esta

instituição, população muito dependente dos serviços da Segurança Social e de outros serviços que prestavam e prestam apoio à comunidade. E portanto muitas vezes o que equilibrava o bem estar, o meu próprio bem estar era ter outro tipo de actividades que complementassem o atendimento, porque se houvesse só uma componente de atendimento é um trabalho muito mais desgastante em termos emocionais, então a questão da animação comunitária e o trabalho com grupos favoreceu outro tipo de projectos que foram muito gratificantes e que se tem levado a cabo um trabalho muito colectivo e portanto uma animação comunitária sem trabalho colectivo não, quer dizer não pega uma coisa com a outra. É necessário trabalharmos individualmente com as pessoas, mas também se fazemos animação comunitária temos que a fazer de forma colectiva, com grupos e com grupos muito específicos seja por faixas etárias, seja por problemáticas sociais definidas. Em termos de objectivos, aquilo que eu procurei sempre foi ter novas experiências para acumular sabedoria ou um maior conhecimento e experiência em várias áreas e por isso tive outras oportunidades como integrar a Comissão de Protecção de Menores e que saí em 2010, sendo o último ano como presidente, portanto tendo sido eleita como presidente, como tenho procurado integrar outros núcleos e até fazer voluntariado noutras instituições similares como as Sementes de Vida, que sou Presidente da Assembleia Geral já há alguns anos. Estive também na minha terra na Casa do Povo em Pias, também como vogal da Direcção e procurando também articular e dinamizar muito as instituições, portanto continuar e melhorar toda a intervenção em parceria, porque também foi essa a escola inicial que eu comecei a ter e portanto este é um prolongamento. Actualmente para além destas actividades de representação do Centro, estou também, fui convidada a integrar o Conselho Municipal de Segurança como cidadã digamos assim, como pessoa idónea e portanto já integrei e estou nesse Conselho. E pronto e já tive outras experiências também extraordinárias inclusivamente um diagnóstico que foi feito na Assembleia da República, em participei nesse diagnóstico, um diagnóstico dirigido às comunidades de etnia cigana, porque também o meu trabalho se dirige muito a esta etnia, porque é uma etnia que reside ou que coabita com população não cigana no bairro, também já passei pela experiência do realojamento em parceria, realojamento das famílias de etnia cigana que saíram do Bairro da Esperança para passarem para outro bairro, portanto, tem sido muito estimulante, logicamente com momentos de frustração e emocionalmente mais em baixo. Mas em termos de objectivos procurei retirar da minha experiência a possibilidade de fazer alguma coisa também individualmente, nomeadamente iniciei o

mestrado, pensando logicamente em produzir algum trabalho que fosse útil às próprias entidades parceiras e à própria intervenção no Bairro, sendo que pronto esperamos que esse objectivo seja concretizado dentro de alguns meses ou um ano.

Entrevistadora: Passando agora a falar sobre a articulação do seu trabalho com outros profissionais, como é que articula com os outros profissionais, quer dentro da instituição, quer fora?

Entrevistada: Eu acho que, portanto em termos pessoais considero que sou uma pessoa flexível, portanto nalguns momentos e também há situações em que eu não concordo e também exponho no momento e digo aquilo que penso, acho que o facto de não ter má relação com as pessoas isso ajuda muito nos contactos e no próprio trabalho em parceria. Se eu tiver que defender uma coisa, porque acredito nessa coisa eu não me importo de confrontar o colega com essas situações, mas procuro sempre fazer o melhor para o meu trabalho e para a população com quem trabalho. A articulação, a articulação não é má, às vezes o que nos coloca alguns problemas é a morosidade dos processos e portanto muitas vezes os colegas até não são responsáveis por essa morosidade, porque tem a ver com as chefias, tem a ver com as orientações que têm, mas isso acontece muitas vezes ou com a execução dos projectos temos que ter sempre um prazo de espera, que implicam financiamentos e nós também sem financiamentos não podemos executar aquilo que pretendemos, outras vezes tem a ver com a própria reorganização, porque as próprias instituições também mudam de acordo com as orientações a nível nacional e das legislações em vigor e até das mudanças de executivo. Portanto há, muitas vezes nós instituições também somos condicionados por essas, embora também em outros momentos também haja oportunidades, porque há coisas novas que surgem em termos de respostas aos utentes. Eu considero que a articulação é boa, há uma questão com que os profissionais se confrontam que é o facto também de muitas vezes as direcções e por questões de hierarquia, muitas vezes podíamos conseguir resolver as situações em muito menos tempo, mas que não conseguimos porque temos alguém acima de nós que tem que decidir e que tem que dar a cara e que acha que o técnico não deve estar naquele momento e que não deve ser o técnico a resolver essa situação. Porque eu gosto muito de resolver problemas, eu acho que o nosso trabalho é resolver problemas, seja da população que temos à nossa frente, ajudar a resolver os problemas, seja das próprias instituições e tudo isto, todas as situações que implicam uma morosidade acrescida também influenciam o nosso nível de motivação para o trabalho e

o nosso nível de frustração e portanto isso não é produtivo para nós, não é, cria-nos também alguns bloqueios e alguns atrasos.

Entrevistadora: E quais são os valores que guiam a sua prática profissional?

Entrevistada: Bom eu penso que os valores que estão muito presentes na minha prática, os meus valores enquanto pessoa é o valor humano, da dignidade humana, portanto esse é um valor que está muito presente porque é assim que eu procuro actuar junto da população, eu acho que do lado de lá há sempre uma pessoa, embora nós muitas vezes tenhamos que ser duros com as pessoas ou não possamos resolver o problema no tempo útil, mas há sempre um problema por trás e eu tento perceber, coloco-me muito no lugar da outra pessoa e portanto eu percebo que aquela pessoa precisa de ajuda e evito, ou talvez porque não sou ou talvez porque já estou treinada nesta questão mas questão do preconceito é uma situação que tenho vindo a trabalhar ao longo dos anos e portanto habitualmente eu não sou preconceituosa e portanto o facto de não ser preconceituosa também me permite ser mais genuína na relação com a pessoa, esse é um valor que está presente. Depois também em termos mais se calhar de prática, em termos de valores profissionais, são as questões pedagógicas, essencialmente trabalho com uma população que precisa de ser reeducada e como precisa de ser reeducada, há muitas situações em que temos que impor, digamos assim, um determinado ponto de vista para poder levar o barco a bom porto, porque senão continuamos a alimentar os comportamentos anti – pedagógicos, digamos assim. Mas esses, o valor da pessoa humana está muito subjacente na minha prática, esse essencialmente, depois outros, a honestidade, sei lá acho que esses estão muito presentes.

Entrevistadora: E em termos de referenciais teóricos, quais são os grandes referenciais que guiam, que norteiam o seu trabalho?

Entrevistada: Sabe que em termos de referenciais efectivamente enquanto nós, quando estamos em formação quando passamos para o terreno há assim como que uma ansiedade permanente, porque é como se nós estivéssemos a aprender a prática que não aprendemos ou a transportar dos livros para a prática. Logicamente que há autores que vêm ainda do tempo da licenciatura, mas que eles se calhar ao longo do tempo vão estando presentes, mas muitas vezes até com alguma inconsciência, portanto em termos de formação teórica há autores de referência nomeadamente ao nível do Serviço Social,

o Ander-Egg que tem vários trabalhos de grupos, de comunidade, de animação, tal como Cristina de Robertis, tal como Maria do Carmo Falcão, Vicente Paula Faleiros, essa foi a formação de base que já vem da minha licenciatura e que já vão uns aninhos largos. Depois vai surgindo outros autores, por exemplo eu agora estou a tirar o Mestrado em Ecologia, já outros autores mais da área da sociologia, já li algumas coisas do José Machado Pais, que também tem trabalhos com jovens e com comunidades sobre a questão dos jovens, do trabalho e do futuro e isso vai muitas vezes direccionando também a nossa actividade. Mas em termos metodológicos esses autores são os básicos, gostava era de ter se calhar nesta fase do campeonato, de ter muito mais tempo para fazer uma paragem e voltar a relembrar tudo aquilo que os autores de referência me têm dito para eu poder também criticar de forma mais construtiva os próprios autores.

Entrevistadora: E em termos de estratégias de actuação, quais são as principais estratégias que utiliza, que adopta no exercício profissional?

Entrevistada: Pois isso as estratégias têm que estar sempre presentes, seja num contacto individual, seja num contacto com grupos e portanto eu costumo dizer que a estratégia é como se fosse as várias tentativas que nós vamos fazendo, é o acertar ou errar e portanto a estratégia é isso mesmo, se nós procuramos fazer uma acção ou uma actividade de determinada forma e se ela não resulta então temos que repensá-la e temos que ver como é que nós vamos actuar da seguinte forma, portanto as estratégias estão sempre presentes, seja no trabalho com grupos seja no trabalho individual. Em termos, fala-se muito agora nos planos estratégicos, não é, e até as instituições independentemente de neste momento haver muita questão que está em alteração, nomeadamente até o funcionamento das IPSS's e tudo aquilo que se defendia com o Governo anterior, hoje há muita coisa que está posta em causa, nomeadamente a qualificação dos serviços, das instituições, houve um investimento enorme relativamente às instituições definirem o seu plano estratégico, definirem uma série de situações, qualificarem os serviços, implementarem os manuais da qualidade, tudo isso neste momento está parado e está colocado em causa. Se nós antes em relação às respostas sociais tínhamos uma determinada capacidade, porque assim foi definida porque a qualidade assim o exigia, neste momento nós até podemos integrar mais crianças ou mais idosos nas instituições, porque essas capacidades desde que cumpram determinados requisitos podem ser alteradas. A questão da qualidade trouxe, e as questões até relativas à avaliação do desempenho que foi implementada e que trouxe

muitas dores de cabeça a muitos profissionais, a muitos presidentes, a muitos directores, até as instituições que não seriam contempladas com esses requisitos, com as questões da qualidade, as instituições também podiam desenvolver essas avaliações de desempenho e por aí fora. Isto para dizer o quê, a qualidade trouxe a possibilidade às instituições de crescerem nesse domínio, das metodologias de intervenção, da definição de estratégias, do plano estratégico, logicamente que o plano estratégico não é mais do que nós dizermos aquilo que pretendemos fazer em x tempo, portanto passarmos para o papel, definirmos muito bem em termos metodológicos o que é que são os objectivos gerais, o que é que são os objectivos específicos, o que é que pretendemos fazer, o que é que é necessário fazer para concretizarmos esses objectivos e portanto o nosso plano estratégico está definido para dois anos ou para três anos, de acordo com aquilo que foi definido e o plano estratégico é isso. As estratégias, nós temos que ter em atenção se vamos desenvolver uma actividade, temos que contar que essa actividade possa não resultar e se não resulta nós temos que ter à partida uma estratégia subjacente, então se isto não resultou vamos imediatamente inverter a situação para que resulte, efectivamente às vezes não resulta mesmo e temos que abandonar essa actividade, noutros momentos até resulta e conseguimos ir consolidando de alguma forma com pequenas alterações e revisões, vamos vendo alguns projectos ou algumas acções ou no fundo a nossa prática.

Entrevistadora: O que costuma fazer para actualizar os seus conhecimentos a nível profissional?

Entrevistada: O que costumo fazer, olhe é ler algumas coisas de alguns autores, até novos autores, até podem não ser os autores de base, mas autores que vão saindo com determinadas obras, com determinados temas e que naquele momento interessam. Portanto há uma situação que eu considero muito importante e que isso ajuda qualquer profissional, porque às vezes e isto porquê, é importante muitas vezes eu consciencializar, porque eu tenho uma actividade em que é muito fácil a dispersão, porque são muitas problemáticas, porque são muitos projectos, porque são muitas actividades, isto às vezes dá-nos alguma dispersão, portanto é preciso muitas vezes priorizar e focalizar as situações e ao focalizar determinadas acções que entendemos e com base nos diagnósticos que vamos fazendo. É mais fácil se temos um diagnóstico pensamos, aquela acção ou aquela intervenção dirigida àquele público é muito mais premente neste momento, então vamos focalizar e vamos ver aquele público. Eu tento

fazer isso e tento ler algumas obras, muita formação, eu tenho feito muita formação em vários domínios no decurso da minha prática, portanto eu licenciiei-me em 1996 e nesse ano, um mês depois ou quinze dias depois já estava a trabalhar como técnica superior e portanto eu a partir daí fiz sempre muita formação em diversos domínios seja na adolescência, seja nas crianças e nos jovens e portanto à medida que vou integrando determinadas actividades ou projectos vou focalizando para essa temática a prioridade das formações. Portanto agora as últimas foram a qualificação dos serviços, os projectos Qualis, a auditorias internas, as estratégias, as metodologias e os projectos, os projectos também tenho tido muita formação continua nesse campo. E pronto há outra coisa que eu às vezes procuro fazer, que é ao ter outras experiências que me ajudem a mexer em coisas, em livros, em autores, também me permitem não ir esquecendo, nomeadamente acerca de três anos comecei a concorrer para uma Escola Secundária, onde comecei a ter que preparar algumas unidades modelares sobre questões sociais, sobre a terceira idade, sobre a intervenção socioeducativa, sobre a família, sobre projectos e portanto tudo isto vai-me permitindo que eu com a prática também vá continuando a fazer o processo de aprendizagem, é como se fosse uma autoformação. Portanto eu procuro fazer isto, mas também sei que há momentos em que se calhar não estou até tão disponível emocionalmente para o fazer ou porque a prática também me deixa pouco tempo para me dedicar mais à leitura e à reflexão e pronto depois também para além dessa experiência da escola, o facto de ter considerado frequentar um mestrado pensando na comunidade em que eu intervenho, pensando digamos assim que na minha opinião está muito vocacionado para o trabalho comunitário, embora esteja mais integrado no ramo da Sociologia que é a área da Ecologia Humana e dos Problemas Sociais Contemporâneos e portanto isso também me fez ter outro tipo de seminários, mais relacionados com a Ecologia, o que é isto da Ecologia, o que é que são as relações ecológica e trabalhar muito estes domínios e portanto é assim que eu vou tentando crescer um bocadinho.

Entrevistadora: Colocando agora o enfoque no trabalho realizado com as pessoas em situação de pobreza, em primeiro lugar quem é a pessoa responsável pela triagem das situações na instituição em que trabalha?

Entrevistada: Pronto é assim, este trabalho, esta intervenção nesta comunidade já vem, este é um trabalho longo e portanto já tinham havido várias tentativas de intervenção nesta comunidade até desde 74, houve várias intervenções, algumas delas não surtiram

efeito e só em 93 se constituiu uma parceria para intervir no Bairro da Esperança com alguma consolidação, portanto, a consolidação vê-se no próprio, naquilo que foi criado e fundamentalmente naquilo que foi mantido e nos serviços de proximidade que foram criados. Portanto em 93, que foi também quando eu comecei a ter mais contacto com esta realidade, até porque eu considero que o facto de ter iniciado o meu trabalho ainda não como técnica numa instituição que trabalha muito com estas populações, me foi fazendo também crescer a este nível e portanto aquilo que acontecia em 1993, já aconteceria há muitos mais anos porque o bairro onde trabalho é um bairro que tem uma história de segregação e de bairro de lata da década de 40 e famílias em situação de exclusão muito forte e portanto nessa data os próprios serviços, os serviços locais começaram a sentir um problema muito grande, portanto sentiam que toda a comunidade solicitava apoios nas instituições da cidade, mas que não havia uma intervenção que alterasse a situação da população. E foi nessa altura em 93 que começaram a surgir os primeiros projectos com esta base, em que a primeira intervenção desta equipa, desta parceria, que iniciou com a Câmara, o Instituto de Reinserção Social na altura, com a Segurança Social e com a Cáritas que até já tinha um ATL em funcionamento que era para onde eu ia fazer animação de tempos livres com uma colega, começou a fazer-se o quê, uma coisa muito simples, articular o atendimento. A Cáritas fazia atendimento e o atendimento que a Cáritas fazia com as pessoas diariamente estava relacionado com a distribuição de géneros alimentares e com a distribuição de vestuário e calçado, e portanto e a Segurança Social também no âmbito da acção social apoiava as famílias com subsídios eventuais e por aí, na altura não havia Rendimento Social de Inserção, nem Rendimento Mínimo Garantido; o Instituto de Reinserção Social, na altura em algumas situações ainda tinham verba às vezes para apoiarem as famílias para de deslocarem para verem o filho que estava recluso nos Estabelecimentos Prisionais e a Câmara apoiava as famílias em situação de carência habitacional. Portanto, havia aqui quatro entidades que se conheciam, que sabiam que estavam-se a multiplicar a mesmas respostas para as mesmas famílias e portanto daí a história de dependência daquela população, então começou-se a pensar não isto não tem sentido e alguém teve uma luz e disse não, se estiverem disponíveis estas quatro instituições que fazem atendimento às famílias vamos começar aqui a articular o atendimento e procurar dar as respostas mais adequadas às necessidades da população. Portanto tudo isto começou assim, logicamente que a partir daí quando foi criado o Projecto de Luta Contra a Pobreza, surgiu o Observatório Social e esse Observatório

Social foi criando os tais processos, que digamos assim haviam dois tipos de processos, haviam os processos de acolhimento, que eram os processos cujas famílias estavam identificadas por esses serviços de referência, já tinham sido atendidos, já tinha uma história de dependência dos serviços e depois haviam os processos familiares que eram os processos da restante população do bairro e que caracterizavam as famílias nas suas diversas dimensões. Portanto todo esse trabalho foi referenciado dessa forma e a partir daí já se sabia à partida que essas famílias, agora logicamente que ao longo do tempo tudo muda, a sociedade está em mudança, aquelas famílias que nós conhecemos como as famílias de situação social crónica mantêm-se e há outras famílias novas que não estariam nessa situação mas que passam a ter, seja por reprodução do modelo familiar, porque isso também acontece, por exemplo aquela problemática ligada à formação dos casais jovens, à sobrelotação habitacional, essas problemáticas há uma tendência que se reproduzam porque o modelo familiar já é este e as gerações que vêm a seguir se não houver uma ruptura, que essa ruptura tem que ser feita com o técnico, com os serviços de proximidade, com as alternativas que se vão apresentando às famílias, portanto é uma situação que tem que se romper, com os anos, com mudanças de gerações, com essas situações. Portanto este trabalho foi referenciado dessa forma.

Entrevistadora: E actualmente quem o faz, quem faz essa triagem no Centro?

Entrevistada: Quer dizer, há o atendimento que sou eu que o faço, depois também há uma colega que acaba também por receber algumas situações, embora esse trabalho seja um trabalho meu, que está a coordenar o Projecto Inclusão Pela Arte, que também é Assistente Social e às vezes detecta situações ou encaminha-me quando são situações muito específicas, portanto esse trabalho é realizado nesse âmbito.

Entrevistadora: E relativamente ao perfil das pessoas que recorrem a esse serviços, qual é o perfil das pessoas que recorrem ao Centro?

Entrevistada: Pronto é assim, é um perfil muito variado embora na sua maioria em qualquer resposta social há sempre ali uma carência, há sempre famílias com um nível inferior, digamos assim, inferior ao nível médio não é. Por exemplo, se estiver a falar na Creche se calhar a excepção é se tivermos uma pessoa com maiores recursos económicos e há anos que não temos, habitualmente a fásquia está sempre em baixo, tem sempre pessoas que são beneficiárias de RSI ou que são pessoas com vencimentos baixos ou que um dos elementos está desempregado, portanto o perfil é sempre esse.

Depois em termos de respostas de apoio aos idosos também, habitualmente são pessoas com reformas mínimas, pensões sociais, temos por exemplo um ou dois indivíduos com problemas psiquiátricos, são indivíduos ainda na ordem dos quarenta e tal anos mas que têm essa patologia, são pessoas reformadas por invalidez mas que também são reformas mínimas. E agora nesta fase, sempre isso aconteceu, mas agora nesta fase começam a recorrer outra vez mais ao atendimento, primeiro iniciou o ano lectivo, situações de livros, todas as alterações que houve em relação à atribuição dos livros escolares para quem deixou de ter escalão A, para passar a ter escalão B, às vezes até com a alimentação pessoas que estão com a vida muito desorganizada e que é daquelas situações que nós olhamos para aquela família e há anos que é assim e que essa situação não vai passar, portanto porque nós vemos que as pessoas estão numa situação de bola de neve de tal forma que não conseguem sair da bola, portanto estão sempre ali naquele, naquele registo e portanto mais ou menos o perfil nós não temos pessoas com profissões liberais a recorrer ao Centro, a não ser que seja para um pedido de integração ou apoio domiciliário, mais se calhar na área dos idosos, porque na área das crianças já tivemos dois ou três situações, mas foram situações sempre temporárias, em que houve uma data de admissão da criança na creche mas que depois no final do ano lectivo saiu, ou encontram outra resposta diferente com outro tipo de famílias, e que retiraram da instituição. Portanto, o perfil mais ou menos é sempre um perfil mais baixo.

Entrevistadora: E como é que se processa o atendimento a essas pessoas, como é que chegam esses casos das pessoas enquadradas nesse perfil?

Entrevistada: Procuram o Centro Comunitário, a técnica que neste caso sou eu, muitas vezes as pessoas já me conhecem há tanto tempo que eu já sou quase da família, não é, então perguntam por mim, às vezes encontram-me na rua preciso de ir falar consigo e não sei quê, às vezes é quase assim uma marcação ali na rua que se faz e portanto essencialmente é assim, é através do atendimento procuram o Centro Comunitário, sabem quem é a pessoa de referência e portanto recorrem.

Entrevistadora: E quais são os casos mais flagrantes e mais típicos de pobreza de que tem conhecimento?

Entrevistada: Olhe, como eu lhe disse há pouco a questão da desorganização, a questão económica, é sempre um problema a questão económica e porque tudo isto está sempre associado a uma baixa escolaridade, nós temos jovens mas pessoas muito jovens com

filhos, que não se escolarizaram, que não têm o primeiro ciclo ou se calhar o primeiro ciclo só e portanto são situações de carência que à partida só são integradas em RSI e depois do RSI tenta-se uma colocação profissional, mas entretanto depois têm filhos e não têm forma de depois pagar a creche ou não têm vaga para a creche e vão sempre sendo isentas de integração por estes motivos e portanto há uma panóplia de problemas associados, há famílias ali multiproblemáticas e portanto a questão económica está muito associada ou à questão do desemprego ou a baixos rendimentos, a baixa escolaridade porque entretanto se as pessoas não têm escolaridade dificilmente há integração profissional. Tudo isto é uma cadeia, baixa escolaridade, analfabetismo, desemprego, trabalho precário ou temporário, subsídios, dependem do RSI e pronto é isto, depois há situações em que um elemento do casal ele está desempregado, mas ainda é toxicodependente e depois ainda frequenta o CAT, quer dizer está a ver como é que isto se processa é sempre uma cadeia, os problemas são todos uma cadeiazinha.

Entrevistadora: E qual é o tipo de intervenção que é feita com essas pessoas, como é que são tratados esses casos?

Entrevistada: É assim, até ao momento houve situações muito concretas que acompanhava mais de perto, mas isto agora como grande percentagem da população do bairro são beneficiários de RSI e foram implementadas há uns anos as Equipas de Protocolo, portanto que são equipas específicas para acompanhar situações de RSI em que têm Ajudantes Familiares e que vão fazer trabalho ao domicílio, em domicílio nas situações mais crónicas, mais complicadas. Só que eu acho que há situações que efectivamente se mantêm porque dificilmente as pessoas conseguem sair, entre aspas, do buraco onde estão metidas, não é, porque há sempre, ou porque um familiar estava, agora por exemplo estou-me a lembrar de uma situação que é a mais recente e depois às vezes também não entendo porque é que aquilo aconteceu daquela forma, portanto isto é uma família, é uma família neste momento monoparental porque o companheiro está no Estabelecimento Prisional, portanto ele está a cumprir uma pena de prisão, entretanto essa pessoa ainda tinha uma filha do primeiro casamento com um bebé, integraram todos o processo de RSI, entretanto ela acabou por esse motivo por ter menos escalão de Subsídio Familiar a Crianças e Jovens e também dos escalões da escola para os livros e para a senha e mais não sei quê, entretanto a familiar vai-se embora sem a criança e mãe fica nesta situação com os quatro menores com menos dinheiro face às situações, tem sempre dívidas porque vai buscar o pão fiado e mais não sei o quê, portanto aquilo está

sempre tudo tapa, destapa, tapa, destapa. Portanto é uma situação que é aquilo a que nós chamamos de situações sociais crónicas, não é, não evoluem, não passam para uma situação; então ela foi, recorreu recentemente ao Centro e eu pensei, articulei com a Equipa do Protocolo e disse olhe neste momento aquilo que se pode fazer é nós tentarmos até final de Setembro é nós apoiarmos a senhora, levar por exemplo x refeições por dia, mas até com meias doses porque são crianças menores comem menos, até dia 30 e depois avalia-se a situação e eu solicitei à senhora, passa-se isto quero que você traga as suas dividas para eu ver em que situação está, no outro dia foi dizer que já não precisava da situação, tinha a situação resolvida, que ela ia resolver a situação por outro nível. No fundo as pessoas precisam, mas é sempre difícil depois a dependência em relação às decisões não é, portanto as pessoas acabam por ter dificuldades, mas há aqui uma componente de desorganização doméstica, de espaço, de tempo, muito grande e económica também e é isto a que nós assistimos muitas vezes no próprio bairro a esta desorganização e isto é um problema que permanece, que continua ainda a permanecer em muitas das famílias de Rendimento Social de Inserção, porque as pessoas vão tapam de um lado com o dinheiro que têm, entretanto já gastaram tudo pedem fiado, depois vem o Rendimento pagam, depois destapam outra vez, portanto isto é uma situação que está sempre neste patamar.

Entrevistadora: E como é que é determinada a condição de pobre no Centro, quando é que se considera que estamos perante uma pessoa pobre?

Entrevistada: À partida eu encaro todas as pessoas que ali recorrem como situação de pobreza, não é, porque à partida são pessoas residentes que vivem uma situação de exclusão. Agora para mim o pobre é aquele que efectivamente tem menos recursos económicos, porque isso é um indicador independentemente de haver outros problemas e nós sabemos que eles estão tipificados, como a falta de instrução ou como o analfabetismo que constituem um critério de definição da pobreza, o que está em causa muitas vezes é a situação económica, não é, é o não ter dinheiro para isto, é o não ter dinheiro para aquilo e mais não sei quê. Porque nós depois sabemos que a pobreza não é só um critério, este é um deles depois há outros, não é, que têm a ver com a instrução, com o desemprego, com as baixas reformas e portanto à partida há famílias que são sempre mais pobres, agora o que é que determina mais, se calhar famílias alargadas que vivem em coabitação, portanto nós temos ali casas que se calhar têm dois ou três agregados familiares a coabitar tudo em conjunto, que é muito complicado podem fazer

a economia comum, mas é extremamente complexo, não é, conviver ali aquilo há ali um emaranhado de relações e depois discussões e depois que é muito complicado. Portanto, se calhar as situações que eu considero onde incide mais e nos tempos que correm hoje temos uma situação de crise e possivelmente a situação vai piorar um bocadinho em que as famílias vão ter que recorrer aos serviços de apoio social, são famílias com crianças a cargo, são famílias grandes, até um casal que pode ser relativamente jovem, casais entre os vinte, trinta anos, mas que já têm cinco filhos por exemplo, que têm uma situação económica instável ou vivem uma situação de desemprego ou só um dos elementos do casal é que trabalha. Portanto tudo isto são indicadores de pobreza, a constituição e a formação de casais jovens em que vem logo a seguir um filho, sem condições ou recursos para fazer uma vida mais independente e portanto tudo isto também tem a ver com a tal reprodução do modelo familiar anterior, não é, eu considero um pouco isto, eu acho que aquilo que nos preocupa sempre mais são as crianças, são aquelas que não se podem defender, não é. Mas depois há outras situações, são aquelas situações em que estão sempre, em que a pessoa está sempre numa situação de desvantagem, seja o doente psiquiátrico, seja o deficiente, seja o idoso.

Entrevistadora: E como é que descreve a relação profissional que mantém com essas pessoas que recorrem ao serviço?

Entrevistada: Eu acho que houve um longo caminho de consolidação de relações de confiança, portanto eu não considero que haja uma má relação. Agora logicamente que nós dependemos sempre das reacções das outras pessoas e muitas vezes também temos o nosso papel a nível profissional, muitas vezes também é um papel ingrato, porque numa situação qualquer em que a pessoa não concorde especialmente aquelas pessoas mais agressivas ou que têm uma situação mais instável, é ali que vão descarregar no técnico, portanto o técnico é que está ali na zona de conflito. Mas também acho que as pessoas depois de alguns conflitos criados, e estou-me a recordar por exemplo de uma situação muito concreta quando eu estive na protecção de crianças e jovens, em que fui eu própria que enviei umas informações à Comissão para identificar os casos e para pensar num possível acolhimento, houve mesmo aí uma situação limite, o que é que aconteceu, aconteceu que eu por acaso nesse dia não estava cá, acho que foi um bocado a sorte ou o Altíssimo que me ajudou, tinha ido a Lisboa tratar de umas coisas do Mestrado e então telefona-me a educadora toda muito assustada e a chorar, toda muito tensa, em tensão porque tinham ido lá as colegas da Segurança Social para irem retirar

as crianças e não sei quê, não sei quantos e aquilo foi um alvoroço no bairro, portanto houve ali dois, três dias em que as pessoas tinham quase que andar escoltadas. E portanto essa foi uma das situações limite, logicamente que eu estava em Lisboa e estava a pensar se eu apareço no bairro eu vou ser eliminada logo e aquilo é assim houve aquela situação limite um bocado complicada, mas eu acho que depois as pessoas se calhar tiveram que entender que era assim. É como se eu estivesse que estar a impor que o meu papel como técnica tinha que ser aquele, e não podia voltar atrás, aquilo que eu estava a fazer é que estava certo independentemente das outras pessoas me quererem fazer mal, mas é muito isto que acontece, muitas destas situações limite, agora as coisas têm andado assim um bocadinho mais calmas, assim esperemos.

Entrevistadora: E em termos de medidas de Política Social, quais são as principais medidas de Política Social que são operacionalizadas na instituição?

Entrevistada: Então, temos as políticas ligadas à Segurança Social de apoio aos idosos, até porque nós somos apoiados pela Segurança Social, logicamente que há outras medidas que na própria instituição não temos, mas que recorremos como por exemplo um requerimento em que ajudamos a pessoa a ter uma pensão superior ou o tal Complemento Solidário para Idosos, depois em termos autárquicos também saiu o Cartão Municipal Sénior, em que ajudei a elaborar algumas candidaturas, até houve uma divulgação até com estágios de Serviço Social, fazer essas candidaturas e apresentar, tentar procurar dar dentro do nosso conhecimento, dentro daquilo que nós sabemos tentar aumentar os recursos ou pelo menos facilitar-lhe a acessibilidade aos serviços e apoios sociais. E é um pouco isso, é um pouco isso que se vai realizando, em termos de saúde nem tanto, ao nível da saúde articulamos muito, mas não acho que não se verifica tanto, acho que é um apoio mais directo da saúde para a população; em termos de educação temos alguns equipamentos educativos da rede social articulamos muito com a rede pública, eu até é que faço as avaliações do RSI no âmbito dos Jardins de Infância da rede pública. Portanto há aqui uma série de articulações e de trabalho em parceria que se mantém e que vão surgindo umas parcerias para uns projectos, que depois terminam ou continuam noutra perspectiva.

Entrevistadora: E como é que avalia o seu trabalho na instituição?

Entrevistada: Eu acho que tem sido um longo trabalho, eu considero que tem sido um trabalho positivo, como já disse com alguns momentos mais baixos, mais frustrantes,

porque muitas vezes tenho a sensação que por muito que faça ou por muito que tente, muitas vezes quem executa também não executa aquilo que nós idealizámos e pensámos e que às vezes também nos dá a sensação mas porquê fazer tanta coisa, se depois não há, as pessoas não se conseguem articular, quanto mais somos menos fazemos. Portanto há sempre estas questões, não é, e têm que ser questões em que nós também temos que nos auto – criticar, afinal temos que reflectir sobre isto, porque às vezes mais vale fazer pouco e bom, até porque integrar novos técnicos e não sei quê, quando depois as coisas não estão articuladas. Mas eu acho que até apesar de tudo, depois há aqueles momentos em que nós vemos olha o Centro também já tinha tanta actividade se calhar é bom passar para outras equipas, mais de delegar competências noutras equipas mesmo que sejam temporariamente, porque efectivamente há muita actividade a decorrer, eu também muitas vezes tenho sentido que caí tudo em cima de mim e é preciso também ter braços direitos a quem passar isto, a quem passar aquilo e constituir ali tipo uma equipa mais alargada em que trabalhe tudo em conjunto, mas que cada qual tenha a sua tarefa, portanto é um pouco isto.

Entrevistadora: Estamos quase a terminar, mas não podia deixar de lhe perguntar como é que define pobreza?

Entrevistada: Pois é, pronto a pobreza são todas aquelas situações em que a pessoa não tem recursos, digamos assim, pelo menos básicos para sobreviver, digamos assim, há um limiar de recursos que toda a gente considera que as pessoas devem ter para sobreviver, pelo menos para se alimentarem, para terem dinheiro para se vestir ou para terem dinheiro para comprarem medicamentos e portanto quando as pessoas não têm esses recursos são pessoas que estão em situação de pobreza, alguns até em situação de extrema pobreza, não é, independentemente de ter outros critérios associados que já falei há pouco, baixa escolaridade ou porque não têm retaguarda familiar e sentem-se abandonadas ou porque estão desempregadas, ou porque. Quer dizer há aí inúmeras situações em que as pessoas também deixam de poder participar activamente na sociedade, porque à partida são excluídos, não entras aqui no grupo dominante, estás ali no teu cantinho porque tu és o pobre, és o discriminado, és o excluído, portanto a pobreza é isto tudo, quer dizer temos os recursos que é aquilo que pode determinar o factor de pobreza, não ter recursos económicos. A pessoa quando não tem recursos económicos está dependente de toda a gente, não é, e depois vêm os outros que já têm a ver depois com o nível da pessoa, porque nós podemos até ter pessoas que estão, podem

até ter temporariamente ou uma situação contínua de pobreza, mas depois ao longo da sua experiência de vida têm outros, tiveram experiências em que foram pessoas até integradas e que vão ter sempre mais facilidade em participar em determinadas instâncias ou em resolver determinados problemas. Esta pobreza de que estou a falar são aquelas pessoas que não conseguem desenvolver a sua vida sem o apoio de ninguém, portanto não conseguem entrar num serviço e perguntar ou pedir uma coisa para resolver um problema, são aquelas situações, é esta pobreza. Depois há outras as pobreza mais de espírito, que têm a ver mais com um critério ou pelo menos em termos teóricos não se define pobreza de espírito, não é, mas é uma pobreza que tem muito a ver com as questões mais de experiência de vida e que também está relacionado com questões emocionais em que a pessoa não fez um crescimento interno que lhe permita ter outro tipo de condições, não é, a resiliência.

Entrevistadora: Assim sendo o que é uma pessoa pobre?

Entrevistada: Então uma pessoa pobre é uma pessoa com estas características que eu acabei de mencionar, não é.

Entrevistadora: E como é que considera que as pessoas em situação de pobreza vivem a sua situação?

Entrevistada: Eu acho que às vezes as pessoas, é assim a experiência que eu tenho eu acho que as pessoas, acho que muitas delas às tantas já se habituaram a ser pobres, portanto eu acho que as pessoas acabaram já por se habituar a ir à Assistente Social ou ir ao serviço de apoio social pedir apoio porque não têm e porque não sei quê. Aquilo é uma condição que vai ficando enraizada no próprio comportamento da pessoa, não consegue discernir até onde é que pode ir porque depois também não domina, não tem instrumentos que ela possa dominar o seu nível de dependência. Há aquelas pessoas que precisam, recorrem temporariamente, precisam numa situação pontual e resolvem o seu problema e há aquelas pessoas que são permanentemente dependentes porque não conseguem, os problemas nunca se resolvem, é sempre uma bola de neve. Eu acho que muitas vezes as pessoas já nem têm consciência crítica sobre isso, portanto as pessoas já aceitaram a sua condição de ser assim e de procurar na vida de pobre às vezes ter experiências efémeras de vida de rico, não é, do consumismo, que muitas vezes até as pessoas que têm um nível de vida superior não fazem, mas que aquelas pessoas têm que ter esse tipo de experiências e daí muitas vezes vem a desorganização social,

económica, destas famílias, porque estas famílias andam sempre em oposição às outras com outro tipo de recursos, seja no número de filhos, seja, sei lá, no tipo de produtos que adquirem. Portanto há uma oposição porque é a falta de consciência, é a resignação a esta condição, mas também penso será que estas pessoas alguma vez terão condições de sair desta situação, também me questiono, porque vejo que muitas vezes parece que as pessoas até têm vontade de sair da situação e não conseguem. Parece que há sempre uma coisa a empurrá-los para as manter naquela situação, é muito complicado, é complexo, mas eu acho que é um bocado isto como as pessoas vivem a sua situação de pobreza, eu acho que as pessoas já aceitaram aquilo como normal, o pedir para elas já é normal e o exigir também já é normal e o tendo direitos também já é normal, e portanto eu acho que é isto tudo, acho que é assim que as pessoas vêm, porque acho que neste momento, se calhar se por um lado isso até é vantajoso, pode ser mais incomodativo, mas se calhar para as pessoas isso é mais vantajoso, ir e dirigir-se ao serviço e pedir, pelo menos não ficaram com aquilo e alguém os ajudou. Porque aquela questão que nós sempre ouvimos falar da pobreza envergonhada, se calhar hoje são as excepções e essas situações as pessoas vivem sempre muito mal, essas pessoas têm uma capacidade de resiliência fabulosa, não é, mas também sofrem mais, vivem mais essa situação, portanto o que é que é melhor no meio disto tudo, pobre mas que peça ou pobre e que, portanto é complicado.

Entrevistadora: E na sua opinião o que fazer para intervir nas situações de pobreza em Portugal?

Entrevistada: É assim, não sei se é por um bocado de defeito se calhar do tipo de área profissional, eu acho que efectivamente é assim, há aquelas situações em que nós percebemos que há famílias que não podem ser responsabilizadas, porque elas próprias não têm condições e há outras que sim. Se calhar as avaliações é que deveriam ser feitas de outra forma e os diagnósticos das situações familiares é que deveriam ser feitos de outra forma e ir procurar se calhar as potencialidades que a família tem e também ter recursos disponíveis na sociedade para que isso acontecesse, porque nós sabemos muito bem que as situações de pobreza muitas vezes passam pela integração profissional e depois vemos que não temos emprego para pessoas, não é. Portanto e aí não pode haver resolução do problema de maneira nenhuma e isto falha muito no nosso país, porque nós se formos pensar que uma entidade obrigatória do Rendimento Social de Inserção é o emprego e o emprego não tem emprego para dar às pessoas.

Entrevistadora: E de quem é essa responsabilidade?

Entrevistada: Essa responsabilidade é do poder nacional, dos Governos, de quem nos comanda, de quem nos governa, de quem nos orienta, portanto e se calhar há outra responsabilidade que é nossa, que é dos cidadãos, mas também me parece que muitas vezes os cidadãos não querem ver essa responsabilidade como sua, os Governos é que estão mal e estão, alguns estão, também há coisas que também fazem bem, mas depois as pessoas só têm a visão da exigência, acham que não têm que fazer, não é, e eu acho que há responsabilidades que são dos cidadãos, não são de mais ninguém e acho que é isso também de facto falha muito, a participação do cidadão é essencial em determinadas situações e quando o cidadão é ele próprio a dizer realmente já me cortaram o vencimento e já fizeram e são sempre aos mesmos que fazem e não sei quê, não sei quantos. Mas também há muita gente que no fundo tem ali recursos temporários e depois não investe neles, não têm a responsabilidade do que receberam, se calhar fundos para implementar determinadas actividades e depois não as executam, não é, portanto tudo isto é muito complicado. Agora, isto é um problema, logicamente tem que haver uma intervenção mais colectiva, se calhar fazer bons diagnósticos, não andar em, não se andar se calhar a utilizar modelos, porque também há muito essa tendência, a aplicar modelos de outros países no nosso país e se calhar valia a pena conhecermos mais o que estamos a trabalhar o terreno, não é, acho que é um bocadinho isto, mas isto é aquilo que nós ouvimos há tanto tempo e se calhar é uma utopia.

Entrevistadora: E considera que este fenómeno assume algumas particularidades aqui na região Alentejo ou mais propriamente no concelho ou cidade de Beja?

Entrevistada: Eu acho que é assim, eu acho que a história da pobreza no Alentejo já vem de há muitas décadas portanto não é de hoje, o Alentejo é uma área muito vasta é uma área de interior em que à partida os aglomerados populacionais são menores, há poucas ofertas para os jovens, há pouco emprego. A actividade que predominava era a agricultura, também está em decadência e portanto acho que até em termos nacionais o Alentejo foi uma região um bocado esquecida, não é, temos o exemplo do Alqueva que só há bem pouco tempo, há poucos anos é que alguém meteu na cabeça que tinha que investir para acabar a Barragem do Alqueva, pronto e assim foi feito, mas o que é facto é que o Alentejo ainda vive estes problemas, nós não lhe podemos chamar desertificação porque isso está errado, temos que lhe chamar é despovoação,

logicamente que as pessoas que tem oportunidades no exterior nas grandes cidades, vão para as grandes cidades, um jovem que se vá licenciar e que vá estudar para fora e se tem oportunidade de trabalhar lá não vem para o Alentejo, porque à partida está condenado, entre aspas, a viver aqui e portanto ou as pessoas têm situações em que foram fazendo o seu crescimento e efectivamente têm ali um lugar e que vão fazendo alguma coisa ou então torna-se muito complicado, portanto isto é aquilo que eu conheço.

Entrevistadora: Chegámos ao fim, não sei se quer acrescentar mais alguma coisa?

Entrevistada: Não eu penso que o essencial está dito, agradeço também.

Entrevistadora: Eu é que agradeço, muito obrigada pelo contributo.

Entrevista Assistente Social

Gabinete de Desenvolvimento Social – Câmara Municipal de Beja

16 de Setembro de 2011

Entrevistadora: Muito boa tarde. Em primeiro lugar agradeço a sua disponibilidade enquanto Assistente Social que desenvolve o seu trabalho na Câmara Municipal de Beja e pelo contributo que vai dar a este trabalho de investigação. Como falámos há pouco, o grande objectivo deste trabalho é compreender como é que as pessoas enquadradas em programas e medidas de luta contra a pobreza, vivem a sua situação aqui no concelho de Beja e mais concretamente na cidade e neste sentido dada a sua prática profissional e o contacto com estas pessoas entendeu-se que seria um grande contributo para esta tese, por isso desde já lhe agradeço. Gostava que começássemos por falar um pouco da sua prática profissional, em primeiro lugar há quanto tempo trabalha nesta instituição?

Entrevistada: Olhe eu comecei a minha actividade profissional aqui na Câmara de Beja. Foi o meu primeiro trabalho, estou há cerca de trinta anos aqui em Beja, portanto fui a primeira Assistente Social na Autarquia e a minha experiência era zero, tinha acabado o curso e não sabia nada de nada. Fui para a Habitação Social, a equipa era muito reduzida como vê era há muito tempo, não havia praticamente ninguém e fui logo largada assim às feras que foi atribuir cerca de quinhentos fogos. Pronto uma pessoa sem qualquer experiência, mas não tinha experiência na prática mas tinha a teoria e então o que é que fiz desde logo para a atribuição das casas, organizei equipas multidisciplinares, na altura já era uma novidade, com um elemento das Juntas de Freguesia, pedimos também à Segurança Social um elemento que representasse, fizemos quatro equipas multidisciplinares, onde tinha um representante da Junta, um representante da Câmara, da Segurança Social e de outros serviços. Portanto para ir visitar as pessoas que concorreram, não é, havia necessidade de ir visitar as situações, como concorreram cerca de mil e tal pessoas, portanto fizemos essas visitas e correu bem, depois daquilo, de acordo com a legislação foram pontuadas, houve uma pontuação, pronto foi muito difícil porque é assim eram poucas casas para o número de concorrentes. Pronto isto eu acabada de formar com esta carga toda às costas, por outro lado foi muito, foi positivo, foi é muito violento atender todas as pessoas que concorreram e tinha que justificar porque é que não tiveram casa. Nessa altura, a seguir quase ao 25 de Abril, estava tudo ainda muito com a veia muito revolucionária, portanto

caia tudo em cima de mim, portanto para mim foi uma experiência boa, muito boa, mas também um bocado muito violenta porque eu vinha muito fresquinha.

Entrevistadora: Exerceu sempre essas funções ou teve outras funções?

Entrevistada: Estive sempre na habitação social, depois foi a gestão, a seguir à atribuição das casas foi a gestão dos bairros sociais, onde só estava eu com duas administrativas pronto gerir os bairros sociais que eram cerca, depois na altura, três não é. Os conflitos, a questão das rendas, dos pagamentos, portanto muito complicado porque era sozinha, tentava sempre articular ou encaminhar situações com a Segurança Social pronto tínhamos uma boa relação para resolver as situações, quer dos bairros quer daquelas pessoas que não tinham habitação. Por outro lado, também integrei depois à medida que eu fui trabalhando fui incutindo nos outros técnicos a necessidade da equipa dentro da própria Câmara e comecei a trabalhar com os arquitectos e engenheiros, dando-lhe uma componente mais multidisciplinar porque era necessário trabalho em equipa. Depois fiz parte do GTL, pronto em que tínhamos que, havia um estudo dos becos da cidade para serem realojados, aí já foi a equipa, com a equipa multidisciplinar com o engenheiro e com o arquitecto, foi uma aprendizagem muito boa, não é, e também fazer ver aos outros, porque é assim a Assistente Social era aquela que tinha ideias malucas e a que só defendia os pobrezinhos, não é, (risos) e eles pronto estes técnicos tinham uma visão diferente, não é, olhavam para, tinham sempre a perspectiva do bonito mas a parte social ficava sempre posta de lado, até aquelas propostas que eles faziam não tinham enquadramento social de acordo com as famílias. Pronto isto também por um lado foi uma aprendizagem para mim, mas para eles também começaram a ter uma visão diferente daquilo que era para eles a parte social, não é, pronto isto, integrei vários planos de pormenor na cidade, portanto com realojamentos, também foi bom, uma aprendizagem boa, isto na habitação social. Depois tive um período depois da habitação social passei para, pronto quando se formou aqui o Instituto passei a ter estágios curriculares, tinha a habitação social que passou depois também para o Fundo de Fomento da Habitação, na altura deixamos de ter a gestão e eu fiquei noutras funções e fui melhorando um bocado e também tirar aquela parte que já estava de saturação, pronto da habitação social é muito dura não é e eu já estava a ter outras funções. Depois passei, com os estágios passei para os recursos humanos, para a Comissão de Higiene e Segurança no Trabalho, que foi também uma experiência muito boa fazer a programação de acções que têm a ver com a higiene e

segurança no trabalho ao nível da Autarquia, não é, acompanhar os trabalhadores não havia nenhum técnico desta área, não é.

Entrevistadora: E depois foi assumindo outras funções?

Entrevistada: Depois fui assumindo outras funções de coordenação e também de outras áreas de intervenção. Por exemplo o Engenheiro Miguel Quaresma estava no gabinete, pronto o gabinete de gestão, planeamento, era ao nível de empresas, pronto e eu, e de projectos, pronto e ele chamou-me e perguntou-me se eu queria trabalhar nesta área com ele, ele era um, é uma pessoa muito exigente e com muitos conhecimentos e aí senti-me um bocado fragilizada e pensei assim, ele perguntou-me se queria aceitar e eu disse-lhe: vou pensar Engenheiro porque é assim, o Engenheiro é muito exigente e eu não sei se vou corresponder ao seu grau de exigência e aceitei e acho que foi uma boa tomada de posição ter aceite. Aprendi muito com ele ao nível de elaboração de projectos e até eram transfronteiriços, transnacionais, aqueles contacto todos e também aprendi a organizar-me de uma forma diferente, acho que aí foi uma boa experiência, não é e depois é que se formou então o Gabinete de Assuntos Sociais onde passei para lá com outras funções noutras áreas e depois também se começou, começou a Autarquia a alargar o corpo técnico e o grau de exigência foi maior, também aí a intervenção começou a ser diferente.

Entrevistadora: E qual o trabalho do Assistente Social neste Gabinete em concreto, nesta instituição?

Entrevistada: Quer dizer está no Gabinete de Desenvolvimento Social, mas há outros sectores que têm Assistente Social nomeadamente na parte da educação, não é, e na habitação social. Pronto aqui temos só duas Assistentes Sociais e temos mais duas técnicas da área da Investigação Social, pronto nota-se uma diferença em termos de conhecimentos, de actuação, é diferente não é porque os outros estão vocacionados para a investigação e os outros para o acompanhamento, para a acção é diferente. Nós aqui no Gabinete eu exerço as funções de Chefe de Equipa Multidisciplinar de Desenvolvimento Social, onde tenho a responsabilidade de várias áreas que é o Lidador um equipamento da Autarquia que é um Centro de Dia, onde tem uma coordenadora e uma equipa técnica, depois tenho a área dos Contratos de Responsabilização Social RSI, que tem uma técnica que está também com isso, uma interlocutora nas IPSS e também de elaboração e gestão de projectos e depois outra técnica que faz a gestão de

transportes, não transportes escolares mas de um projecto que temos “Conhecer é Viver” com as freguesias e também transportes que as instituições peçam para saídas, portanto ela faz essa gestão. Temos também neste momento um protocolo que temos com o EMAS que é para famílias com fragilidade social, carenciados, e depois temos a parte das pessoas com deficiência, a saúde, portanto está tudo neste Gabinete.

Entrevistadora: E as suas funções em concreto, que funções desempenha actualmente?

Entrevistada: De chefe de equipa multidisciplinar, em que tenho que coordenar uma equipa grande com alguns problemas de comunicação e de relacionamento entre si, porque é assim, a equipa não é nova, não é, as pessoas já estavam noutros sítios com alguns vícios e isso é um bocado difícil, mas pronto vamos tentando gerir, vou tentando gerir esses conflitos interpessoais e de comunicação para melhorar no fundo o funcionamento da equipa e a questão de melhorar a eficiência e eficácia do serviço não é. Por outro lado, a minha função é um bocado também pedagógica de partilhar a minha experiência, portanto aquilo que eu já vivi, não é, face à situação actual e à necessidade que muitas vieram de uma carreira administrativa e passaram a técnicas e a componente técnica não existe, no fundo estão a aprender a parte técnica, não é, porque a pessoa tira o curso mas o estigma de administrativa fica e acho que a minha função também é esta, tentar, não é exigir de um momento para o outro, mas tentar dar-lhe essa componente, no fundo é uma aprendizagem, sabem a teoria mas não sabem a parte prática, não é, mais ou menos isso.

Entrevistadora: E quais são genericamente os objectivos deste Gabinete?

Entrevistada: Portanto é assim, este Gabinete tem duas equipas, tem a Equipa Multidisciplinar de Desenvolvimento Social e a Equipa de Habitação Social. Pronto o Gabinete em si é promover desenvolvimento social no concelho de Beja, responder da melhor maneira às necessidades da população, não é, e melhorar a qualidade de vida das pessoas. As funções são diferentes de uma equipa e de outra, nós é mais abrangente, mais difícil porque as coisas não, muitas coisas não são visíveis, não é, o desenvolvimento social às vezes não é visível e às vezes traz frustrações, mas pronto é um desafio, no fundo é um desafio nos termos desta área e acho que se melhorou muito e com a formação deste Gabinete para pronto melhorar a intervenção neste concelho e com as instituições e a nível da Rede Social. Esqueci-me da Rede Social, a nível da Rede Social portanto coordeno a Rede Social, há uma técnica que é responsável

também, melhoramos a comunicação na Rede Social, portanto as reuniões mensais onde estão cerca de trinta e tal, quarenta pessoas e técnicos das instituições, temos sempre três ou quatro temas para apresentar, portanto é livre, as instituições, pessoas de fora ou serviços de fora, agora vamos convidar também a ESE para ir lá, apresentam os projectos. Porque é assim, as pessoas conhecem-se todas, mas não conhecem o trabalho que cada um faz e que cada instituição faz e é uma forma nessas reuniões de as pessoas se verem, o que é que existe o que é que se faz, o que é que se pode melhorar e que intervenção se pode fazer e planificação, portanto melhorámos isso.

Entrevistadora: E quais são os seus objectivos profissionais?

Entrevistada: Os meus neste momento, é assim, sou um bocado idealista, não é, neste momento gostava que a minha equipa fosse a melhor e que desenvolvesse um trabalho diferente e melhor, para responder melhor às necessidades das pessoas e das instituições. Neste momento acho que, é assim nós fazemos a planificação das actividades e dos objectivos, mas depois surgem sempre coisas que nos obrigam a mudar e a não cumprir os objectivos que temos determinados, mas isto também faz parte da nossa profissão com avanços e recuos, não é, porque às vezes programamos temos que os adaptar, isto também é um constrangimento e também é um constrangimento, na minha opinião, estas novas tecnologias porque passamos muito tempo no computador, é muito importante as novas tecnologias, mas num sistema informático de uma aplicação, em que tudo é por aplicação, só que nós devemos estar no terreno e não aqui. Eu estou um dia sentada em frente a um ecrã e que devia estar no terreno e as técnicas igual, portanto nós já não temos papéis é tudo por computador e neste momento faço, tendo a aplicação, tenho que ler os mails todos os dias que é uma carga muito grande, é visar facturas, requisições. Portanto se devia estar a fazer outras coisas na área social, nós neste momento acho que o Serviço Social devia repensar um bocado estas questões, nós estamos, está tudo muito dependente destas tecnologias e não fazemos a intervenção social que devíamos fazer no terreno, antigamente era diferente.

Entrevistadora: E face a este cenário como é que articula o seu trabalho com outros profissionais?

Entrevistada: É assim, como articulo, articulo através da Rede Social ou então através de, nós temos pequenos grupos está a ver, restritos, grupos de trabalho e é através destes grupos de trabalho que articulamos as intervenções também.

Entrevistadora: E considera que tem funcionado essa articulação?

Entrevistada: Tem, acho que tem sido muito positivo, tem. Até porque pronto as nossas colegas das instituições também sentem falta, têm essa necessidade, porquê, é assim eu vejo antigamente e agora e comparando as instituições estavam muito isoladas, não é, e o trabalho não era visível e neste momento as instituições estão muito mais abertas, as técnicas já se sentem melhor, porque também têm oportunidade, não é, de conhecer outras pessoas e de abrir mais a instituição e as direcções também com isto vão abrindo mais, não é. Antigamente essas direcções muito fechadas não queriam intervenção nenhuma, portanto fechavam um bocado, a técnica que estava nessas instituições sentia-se um bocado no fundo, como é que eu hei-de explicar, de acordo com aquilo que tinha aprendido, uma falhada, porque não estava a desenvolver o trabalho que ela tinha, não é, porque também tem muita influencia as direcções, no desenvolvimento do trabalho, também se estivermos, não formos autónomas, não é, se não nos derem certa autonomia e responsabilidade também não podemos desenvolver nada, não é.

Entrevistadora: E quais são os valores em que assenta a sua prática profissional? Quais são os valores que a guiam como profissional?

Entrevistada: Os valores que me guiam é a assertividade, a tolerância, ser também muito calma, não reagir de forma agressiva, pronto tentar ser calma e perante as situações tentar adaptar-me às situações e viver de acordo com o existente e depois melhorar um bocado a actuação. Porque é assim, se a gente for, se não for tolerante não souber ouvir, portanto não resulta, uma pessoa passasse atendendo aos problemas que existem se não tiver essa postura não consegue e depois vêm as depressões, vêm uma série de coisas que nós também temos que nos resguardar e ter defesas, também tenho algumas defesas, defendo-me um bocado assim no fundo.

Entrevistadora: E quais são os principais referenciais teóricos subjacentes à sua prática profissional?

Entrevistada: É assim aquilo que aprendi, já não é (risos) eu também evolui de acordo com aquilo que aprendi, tive Serviço Social de Casos, que foi bom, mas que na altura depois quando houve, eu comecei no 25 de Abril, mas a seguir ao 25 de Abril achou-se que o Serviço Social de Casos não que se tinha que acabar com aquilo, mas chega-se à conclusão que é preciso, não é. Numa outra perspectiva estudei muito a Mary Richmond, estudei muito e acho que apesar das pessoas dizerem não, não, eu acho que é importante todas as pessoas lerem, para reflectir, que ali muita coisa que se pode tirar, pronto. Tive uma referência também, Paulo Freire, que é a minha referência mesmo actual, pronto e depois os outros, fui evoluindo com o Instituto aqui, com as estagiárias, pronto com os estágios acho que também fui-me adaptando, ajudou muito, não é, melhorou bastante, é isso.

Entrevistadora: E no exercício da sua profissão que estratégias, quais são as estratégias que utiliza no exercício da profissão?

Entrevistada: Eu não utilizo estratégias, as estratégias no fundo é o bom senso às vezes, não é, e saber, eu já estou a pensar aquilo que as pessoas vão dizer, eu já estou, é assim eu tento estar mais à frente, quando a pessoa pensa na resposta, já tenho a resposta mais à frente para dar, portanto isto é um exercício que eu faço muitas vezes de cabeça, não é. Eu quando penso numa situação já sei mais ou menos qual vai ser a resposta, mas eu já tenho outra resposta para dar e para, no fundo já é um exercício mental que me obrigou a fazer isto não é. Porque é assim nós temos que arranjar estratégias e adaptarmo-nos às situações, mesmo às que, temos que ter estratégias e essa estratégia é no fundo fazer um exercício que nós não prejudicar ninguém, mas saber dizer as coisas, saber dizer as coisas de uma forma assertiva, que não prejudique ninguém, não é, e que melhore um bocado, porque é assim se eu for falar com o chefe e for logo de trombas e dizer isso e não sei quê, pronto não, é também justificar de uma forma técnica e ser essencialmente técnica não é, porque qualquer pessoa pode fazer um determinado trabalho, mas nós somos técnicas e aí temos que exercer a nossa função técnica e se não formos técnicas eles também não acreditam em nós, não é, têm que acreditar à partida em nós e nós também acreditar um bocado naquilo que queremos não é, eu gosto do que faço tenho de acreditar naquilo que faço e naquilo que proponho, porque se não acreditar então não vale a pena não é.

Entrevistadora: O que é que costuma fazer para actualizar os seus conhecimentos a nível profissional?

Entrevistada: Então o que costumo fazer, ler, consultar a internet, falar com pessoas, mas mais também internet, vou muito aos sites brasileiros, acho que é muito bom, tem muitas experiências, a realidade é diferente mas tem muitas experiências que eu gosto e que me revejo ali e consulto muito isso. Por outro lado também, acho que é muito importante com outras pessoas, outros grupos profissionais falarmos sobre determinadas coisas, quer dizer no mesmo tema ver a visão diferente e que nos complementamos, eu vejo por exemplo o Diniz que é médico e muitas vezes conversamos sobre determinada coisa, eu tenho uma perspectiva ele tem outra, mas depois por exemplo eu vejo que ele faz intervenções já de acordo com aquilo que eu penso, portanto é assim quer sejam médicos, engenheiros ou arquitectos é bom também falarmos sobre as coisas para ver qual é a perspectiva de cada um e melhorarmos um bocado a actuação e os conhecimentos. Porque é assim nós não somos detentores dos conhecimentos, não é e com outros profissionais nós vamos melhorando mesmo a nível da intervenção e é sempre bom.

Entrevistadora: Falando agora do trabalho que realiza com pessoas em situação de pobreza, começava por lhe perguntar quem é a pessoa responsável pela triagem de pessoas em situação de pobreza, aqui neste Gabinete?

Entrevistada: É assim, as situações de pobreza é assim, de acordo com as áreas, por exemplo, nós foi detectado por exemplo pelo EMAS, uma empresa municipal que havia, muitas pessoas que tinham, não pagavam a água, pronto o que é que se fez, portanto o EMAS encaminhava as pessoas para aqui, portanto isto é uma área nova a nível da pobreza e tem a ver com a crise, em que se fez, portanto há duas técnicas que fazem as caracterizações, as pessoas vêm e são atendidas e depois é feita uma caracterização socioeconómica. Elaborou-se um protocolo com o EMAS em que as pessoas levavam daqui a caracterização, levavam uma declaração que era assinada pelo Presidente, em que a pessoa atendendo à fragilidade económica pagava a dívida em prestações, as pessoas têm que pagar sempre qualquer coisa, eu também não acho que as pessoas não devem ter que pagar nada, não é, é facilitado o pagamento em prestações e isto é uma realidade nova, nós não tínhamos há muito tempo e neste momento temos duzentas e tal famílias em planos de pagamento, portanto que é uma pobreza não é que

surgiu agora, que não havia antigamente. A nível da electricidade também deve haver com certeza, não é, mas nós temos esta realidade que é nova e obrigou-nos a criar um serviço de resposta para responder a estas situações, portanto é dada a oportunidade, depois há um incumprimento, portanto se não cumprirem a água nunca é cortada, mas quando é atendida a pessoa liga-se para o EMAS, não cortam a água enquanto não for regularizada a situação, mas se não cumprirem é-lhes dada a segunda oportunidade, à terceira é cortada, mas pronto as pessoas estão a cumprir e isto portanto é uma resposta que surgiu de acordo com a crise e da nova pobreza. Temos por outro lado, relacionado com os idosos o Cartão Municipal Sénior que vem, de certa forma, responder às questões que agora se levantam que é a questão dos medicamentos, nós portanto pagamos 25% dos medicamentos, têm direito também, um dos benefícios é 50% de desconto na água imediato, que é bom não é, foi um acordo com o EMAS e também os da cidade têm 50% de desconto nas Petras, o que também tem uma boa adesão e a nível de espectáculos também, se quiserem frequentar espectáculos realizados pela Câmara também têm gratuito, também têm descontos, estão isentos de taxas se quiserem fazer obras, adaptar a casa ou fazer obras novas também estão isentos de taxas municipais, portanto a nível dos idosos temos estes benefícios.

Entrevistadora: Mas existe alguém aqui responsável por triar essas situações quando surgem?

Entrevistada: Não, quando surgem, podem surgir no atendimento, podem surgir por outras instituições, não é, mas não temos forma de fazer a triagem, não é, a triagem é feita assim de acordo com as pessoas que vêm, os serviços enviam-nos para aqui as pessoas, são feitas as caracterizações neste caso do Cartão Municipal, ou Juntas de Freguesia ou as pessoas sabem que existe o cartão, vêm aqui inscrevem-se e é analisada a situação. Para ter direito ao cartão tem quer mais de sessenta anos e ter rendimento per capita igual ou superior ao salário mínimo nacional, pronto.

Entrevistadora: E no que se refere ao perfil das pessoas que recorrem a este Gabinete, qual é o seu perfil, das pessoas que são atendidas aqui?

Entrevistada: É assim, nós também temos que ver que há má gestão dos dinheiros, portanto há pessoas que não sabem gerir o dinheiro. Há pessoas pronto da classe média que vêm aqui por questões de dívida de casa, portanto há muitas que não pagam renda de casa, agora com as caracterizações é que nós vemos qual é que é a situação das

peçoas, não é fácil com a actual crise, classe média, neste momento é muito classe média. E também, depois é também os Contratos de Responsabilização Social que tem a ver com as famílias de etnia cigana, que não fazem cumprimento do pagamento das rendas nem da água, nem da electricidade, não é e têm rendimento social de inserção, neste momento temos, estamos a tentar regularizar a situação das rendas em colaboração com a Segurança Social.

Entrevistadora: Portanto para além das pessoas idosas que já tinha referido, são maioritariamente mais estes dois grupos, é isso?

Entrevistada: São, são.

Entrevistadora: E como é que chegam esses casos aqui?

Entrevistada: Então do RSI através da técnica, não é, e dos bairros sociais, nós temos os bairros sociais, essas pessoas também chegam ao nível ali do atendimento ao nível da habitação social, chegam aqui também não é, pelo atendimento no executivo não é, e de outros serviços também chegam aqui. Claro que nós não temos dinheiro para dar às pessoas, não temos dinheiro, mas depois também são encaminhadas e depois também se faz a articulação com os outros serviços com o Centro de Saúde, com a Segurança Social, com a Cáritas, com o CRI também, portanto fazemos essa articulação com todos.

Entrevistadora: Portanto a forma como é feita a articulação, como são tratados estes casos passa por?

Entrevistada: Passa por um conjunto de, portanto pelo planeamento de acções conjuntas com outros serviços.

Entrevistadora: Quais são os casos mais flagrantes e mais típicos de pobreza que são aqui atendidos?

Entrevistada: Mais típicos, é assim quando nós estamos a atender há sempre situações de, por exemplo, fome já, de pessoas que já não tem dinheiro para comer, porque é assim em relação aos idosos eles têm muitos medicamentos, mesmo os 25% não vão cobrir o gasto dos medicamentos, não é, e eles não têm uma alimentação cuidada, com algumas restrições que têm em casa. Agora assim pobreza, pobreza é com a Cáritas, não é, que nós encaminhamos e depois eles, por exemplo a nível de funcionários da

Autarquia também há situações destas. Nós no Natal detectamos vinte e tal famílias nessa situação.

Entrevistadora: De não terem dinheiro para comer?

Entrevistada: Sim, são situações envergonhadas de funcionários que ninguém lhes passa pela cabeça e mesmo técnicos, que neste momento têm o ordenado hipotecado com créditos e mais não sei o quê e que é uma pobreza escondida, tinha-me esquecido desta. Portanto é uma situação muito complicada já também, já pedem subsidio de Natal já adiantado, pedem alguns empréstimos, portanto são situações que não estão dentro daquela pobreza que se vê, aí o pobrezinho coitadinho que anda na rua, não é, são situações já diferentes e com a crise que apareceram.

Entrevistadora: Como é que é determinada a condição de pobre aqui, quando é que se designa que uma é pessoa pobre?

Entrevistada: É pobre, é assim, o meu conceito de pobreza não sei bem qual é, porque é assim há os pobres de espírito, não é, há os pobres que são pobres porque não sabem gerir o orçamento familiar e há pobres que são aqueles que são mais humildes que não recorrem a nada e que vivem angustiados, são mesmo, nasceram assim, não é.

Entrevistadora: E aqui como é que se determina que alguém é pobre?

Entrevistada: Então é assim, é determinado pela análise que se faz, não é, é saber o que é que a pessoa ganha, como vive, em que condições, o que é que ganha, as despesas e o agregado familiar, não é, perante isso é definida a situação de vulnerabilidade. Não digo bem de pobreza, assim com aquele conceito muito rigoroso, não é, de pobreza, mas é feito assim, da análise socioeconómica das famílias.

Entrevistadora: Como é que descreve a relação que mantém com essas pessoas, que atende, como é que descreve a relação profissional que mantém com elas?

Entrevistada: Eu mantenho uma boa relação, não é uma relação de entender que são mais, portanto ele é pobre e eu sou média ou sou superior, não. Normal como eu faço com as outras pessoas, de atendimento técnico, não é, de explicar as situações como é que as coisas de processam, o que é que existe, não é ser assistencialista, agora vai receber isto e não sei quê, eles também têm que demonstrar que têm que fazer alguma coisa por eles, não é, nós não temos que dar tudo, as pessoas também têm que se

esforçar um bocadinho porque a maior parte exigem e não se esforçam e não querem, vocês têm que dar e tem que ser assim e não é, e a gente vê com as Pedreiras com os ciganos, que são diferentes, que só exigem mas também não dão não é. E é isso que eu faço, é a minha perspectiva.

Entrevistadora: E em termos de medidas de Política Social, já me tem vindo a enumerar algumas, resumidamente quais são as medidas de Política Social que são operacionalizadas aqui?

Entrevistada: Então aqui, depois tem a habitação social não é, aqui no Gabinete pronto tem a ver com os idosos, tem a ver com as famílias vulneráveis, com a CPCJ tinha-me esquecido temos uma técnica na CPCJ, com as instituições porque também nós estamos a apoiar a nível de investimento para obras ou compra de carrinhas a instituições também, não é, e subsídios. Não são grandes subsídios, mas é uma pequena ajuda e também ao nível dos Contratos de Responsabilização Social, que tem a ver com as famílias que não são só de etnia cigana, mas também dos outros bairros sociais com incumprimentos e inclusivamente com o RSI, Rendimento Social de Inserção, mais não estou a ver assim...

Entrevistadora: E como é que avalia o seu trabalho aqui na instituição?

Entrevistada: Como é que eu avalio, eu não avalio vêm-me avaliar (risos). É assim gostava de fazer melhor, mas também estou há pouco tempo nesta área, o Gabinete tem ainda um ano ou dois de existência e atendendo a que tenho uma equipa grande com as fragilidades que já lhe disse ocupo-me muito a resolver aqueles conflitos e aquelas pequenas coisas que já não deviam existir, não é, para me preocupar com a planificação. Penso que neste momento também demos um passo muito positivo que é assim, já estamos a avançar com pequenos estudos, quando não tínhamos tempo era tipo bombeiros, a acorrer a determinadas coisas e não havia tempo para planificação, neste momento já estamos a dar o salto qualitativo a nível de pequenos estudos, por exemplo, a nível do Cartão Municipal Sénior já estudámos o ano de 2010, já conseguimos fazer com gráficos tudo do Cartão, não é, mas surgem sempre coisas pontuais, visitas, depois há uma casa que ardeu, há isto e aquilo e que no fundo temos que nos adaptar às coisas. Agora gostava que fosse diferente a nível da equipa, que a equipa funcionasse, que as pessoas se dessem bem, A não gosta de B, B não gosta de C, portanto ainda estamos quase no tempo da pré-história (risos).

Entrevistadora: Sei que há pouco já falámos sobre isso, mas voltava a perguntar, afinal como é que define pobreza?

Entrevistada: Como é que defino, eu não sei definir pobreza.

Entrevistadora: O que é para si a pobreza?

Entrevistada: O que é para mim a pobreza, para mim a pobreza é aquela pessoa que já nasceu pobre, humilde e que não exige, não é, porque o novo conceito de pobre são aqueles que se manifestam, que exigem e não sei quê, mas que não fazem nada. Eu sou de uma zona em que há pobreza, pessoas que vivem na sua casinha, humilde, de pedra, com a sua lareira do tempo antigo e não sei quê e que são pobres e que não exigem, enquanto que nós batemo-nos, deparamo-nos por exemplo RSI, há pobres, mas exigem e são agressivos, exigentes e para mim a pobreza não é isso, a pobreza é aquela pessoa que realmente é pobre, não exige, mas que humilde, não é, que recebe as coisas mas também tem uma postura, uma perspectiva diferente que quer trabalhar e a maior parte não quer.

Entrevistadora: É assim que definiria uma pessoa pobre?

Entrevistada: É e faz uma boa gestão por exemplo do seu orçamento familiar, com o pouco que tem consegue gerir, enquanto que há outros que não, não é, e dentro da sua humildade consegue gerir a sua pequena reforma.

Entrevistadora: Como é que acha que as pessoas em situação de pobreza vivem a sua situação?

Entrevistada: Acho que vivem mal, aqueles, a nova pobreza vivem muito angustiados porque viveram bem, não é, nunca tinham passado pela situação de pobreza, não é, e dói muito e ficam muito afectados. Sei que há grandes depressões e grandes problemas porque as pessoas nunca passaram por isto, não é, tiveram uma boa vida, estamos a falar da nova pobreza, viveram bem e neste momento têm dívidas que não conseguem pagar, nem gerir o seu orçamento familiar, não é, com filhos com tudo para pagar.

Entrevistadora: E os outros como é que acha que vivem, os que estão há mais tempo nessa situação?

Entrevistada: É assim, esses vivem, são humildes vivem, sobrevivem, sobrevivem de acordo com aquilo que lhes foi dado e sempre mostraram aquela vida, é assim eu vejo por exemplo numa aldeia um pastor, que não é aquele pastor que tem muitas ovelhas, mas tem meia dúzia de ovelhas, não é, sempre foi pobre e viveu sempre assim e também nunca exigiu muito, porque também nunca lhe deram e não tem e se calhar não está deprimido porque não tem, agora aqueles que já tiveram, viveram bem, esses ficam mal e ficam deprimidos, não é. Estes já viveram assim, acho que aceitam um bocado a situação.

Entrevistadora: E na sua opinião o que fazer para intervir nas situações de pobreza em Portugal?

Entrevistada: O que fazer, acho que medidas diferentes, não é.

Entrevistadora: De que forma?

Entrevistada: Medidas diferentes, porque é assim se formos analisar os tipos de pobreza, estes mais humildes que sempre viveram assim desde que nasceram até que morrem, falamos por exemplo dos sem abrigo, os sem abrigo pronto são, é pobreza mas é diferente, muitos deles não querem sair dali, habituaram-se àquela vida e não querem, há outros que conseguem sair, mas são poucos, não é, depois há os outros que atendendo à situação de crise pronto estão na situação de pobreza e não sei quê. Agora tem que haver medidas sociais diferentes, não é, quando eu falo da habitação social é um caos, não se constrói habitação social, as pessoas vivem mal ou não têm casa ou vivem na promiscuidade na casa, jovens também não têm possibilidades, não têm emprego, também não têm, portanto a habitação social é muito importante, não se está a construir, não é, o que existe, é gerir o que existe, vaga uma ou outra, mas não se resolve o problema habitacional, não é. Depois das outras políticas é a questão de, por exemplo em relação à saúde, a gente vê a degradação muito grande da saúde e o apoio é cada vez menor, os medicamentos, vemos agora a situação dos medicamentos, agora fundamentalmente para os idosos e para as pessoas que estão dependentes, que têm doenças continuadas, portanto é uma situação que agora se vai agravar em termos de família, não é, em termos de pobreza, que é uma situação que se vai agravar daqui para a frente.

Entrevistadora: E considera que este fenómeno assume algumas particularidades na região Alentejo ou no concelho?

Entrevistada: Acho que assume e sempre foi, não é, pela história o Alentejo sempre foi uma região deprimida, atendendo às características do Alentejo, atendendo à extensão dos terrenos, à própria propriedade que era só de dois ou três, já viu era uma pobreza grande as pessoas só comiam uma açorda com uma água e coentros e não sei quê, portanto já havia pobreza e era a pobreza um bocado também amedrontada, viviam amedrontados. Lá está, é uma pobreza que as pessoas tinham que aceitar, porque o regime permitia isso, não é.

Entrevistadora: E na actualidade?

Entrevistada: Na actualidade, há pobreza.

Entrevistadora: E há particularidades aqui na região, ou não, em relação ao resto do país?

Entrevistada: As particularidades, eu acho que é assim, aqui, como assisti aqui, já estou aqui há algum tempo, mudou muito, do antigo para hoje as pessoas melhoraram muito em termos de pobreza e condições de vida, não é. Houve um período em que as pessoas pronto, a habitação social, houve trabalho, a exploração acabou, melhorou, neste momento está-se a regredir um bocado porque pronto não há indústria, não há trabalho, não é e isso vai prejudicar, vai aumentar que a pobreza nas famílias não é, a pobreza no sentido que não eram pobres, tinham emprego e não sei quê e neste momento não têm estão desempregados. A nível dos outros concelhos dos outros distritos, se calhar comparado comigo, com o meu concelho é diferente, porque é assim há pobreza, mas as pessoas têm um bocadinho de terra, tem a ver com a propriedade onde têm as cebolas, onde têm as hortinhas. As hortas, por exemplo aquilo que a Câmara quer implementar as hortas sociais, são muito importantes, não é que resolva o problema da pobreza, mas compra-se tudo, uma pessoa compra a salsa, os coentros, as batatas, as cebolas e não sei quê, no Norte as pessoas se não tiverem o terreno as pessoas dão e aqui as relações de vizinhança não são assim tão acentuadas, as pessoas não têm esse espírito de relação de vizinhança.

Entrevistadora: Chegámos ao fim da entrevista, ia-lhe só perguntar se quer acrescentar alguma coisa?

Entrevistada: É assim, eu não estava preparada para isto da pobreza, isto leva a uma reflexão maior, isto é mais espontâneo se calhar até disse asneiras. Há bocado lembrei-me de uma coisa e agora já não me lembro que era para focar, (pausa) mas agora já não me lembro.

Entrevistadora: Então muito obrigada, pela sua disponibilidade.

Entrevistada: Espero que disso resultasse alguma coisa de positivo.

Entrevista Assistente Social

Instituto de Segurança Social – Centro Distrital de Beja

19 de Setembro de 2011

Entrevistadora: Boa tarde, em primeiro lugar muito obrigada pela sua disponibilidade, está aqui porque se considerou que era um importante contributo, enquanto Assistente Social e alguém que está relacionada com o trabalho na Segurança Social, mais propriamente no Centro Distrital de Beja e portanto entendeu-se que podia ser um contributo importante para este trabalho de investigação, que como falámos trata de uma forma geral de compreender como é que as pessoas enquadradas em medidas e programas de luta contra a pobreza vivem a sua situação aqui no concelho de Beja. E começava por falarmos um pouco da sua prática profissional e iniciava por lhe perguntar há quanto tempo trabalha nesta instituição.

Entrevistada: Então aqui no Centro Distrital trabalho desde 1988, portanto há vinte e três anos, exactamente.

Entrevistadora: E exerceu sempre as mesmas funções?

Entrevistada: Não, portanto até 2001, eu trabalhei na, fiz trabalho directo em várias zonas territoriais, portanto tinha área territoriais de intervenção, na altura tinha o concelho de Aljustrel e tive durante muito algumas freguesias rurais aqui do concelho de Beja, Mombeja e Santa Maria e o Bairro da Esperança. Trabalhei esses anos todos naquilo que nós chamávamos uma intervenção directa e que abrangia na altura todas as áreas, na altura havia muito poucas especializações portanto não havia áreas especializadas muito definidas e nós tínhamos uma intervenção muito abrangente, desde tudo, menores, comunidade, família, portanto todas as áreas. Depois a partir de 2001 assumi lugar de chefia e desde lá até então estive sempre em lugares de chefia e dirigente.

Entrevistadora: Como por exemplo? Pode descrever melhor por onde tem passado?

Entrevistada: Sim, em 2001, estive durante quatro anos e tal, mais ou menos, como directora de um núcleo que era um núcleo prestacional, que era o núcleo das prestações de solidariedade, portanto o núcleo que era responsável pela análise e atribuição das

prestações de Rendimento Social de Inserção, Pensão Social e outras prestações não contributivas, um bocadinho mais fora da acção social especificamente e depois a partir de 2008, acho eu, regressei mais para esta área da acção social e neste momento sou directora de um núcleo que se chama Qualificação de Famílias e Território, que abrange toda esta área de intervenção na pobreza de trabalhos com famílias e comunidade e respostas sociais.

Entrevistadora: E quais são as suas funções em concreto, que tipo de trabalho desenvolve?

Entrevistada: É um trabalho abrangente, é um trabalho mais indirecto, porque eu não trabalho directamente nem com os indivíduos, nem com as famílias, portanto trabalho com as equipas, com os técnicos, trabalho com recolha e análise de dados estatísticos relativos à intervenção, mais com o planeamento, é uma intervenção mais indirecta, apoio às equipas, é uma intervenção mais indirecta.

Entrevistadora: E no caso do Assistente Social que faz outro tipo de intervenção, quais são as funções do Assistente Social?

Entrevistada: Aqui?

Entrevistadora: Sim.

Entrevistada: Pronto, então é assim, nós aqui no Centro Distrital, portanto a orgânica dos Centros Distritais tem uma base comum, mas tem diferenças de acordo com a dimensão dos Centros Distritais. No nosso caso em concreto, que é um Centro Distrital de pequena dimensão, nós temos dentro daquilo que se chama a Unidade de Desenvolvimento Social, que é na orgânica do Centro Distrital a área que tem responsabilidades nestas questões específicas da acção social, portanto nós temos uma área sectorial, uma área orgânica que é o chamado núcleo, no nosso caso não é núcleo é um sector, o Sector de Infância e Juventude, que integra Assistentes Sociais e Psicólogos e intervém ao nível das questões do relacionamento com os tribunais em matéria de menores em risco, que é a chamada EMAT, Equipa Multidisciplinar de Apoio aos Tribunais, e que actua ao nível das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Risco ao nível das comunidades, dos concelhos, portanto é uma equipa especializada digamos assim nestas matérias ligadas às crianças e jovens em risco e que também intervém nas instituições de acolhimento de crianças e jovens em risco, nos

lares de infância e juventude e centros de acolhimento. Depois temos outra área orgânica, que no nosso caso que é pequeno abrange duas áreas que nos outros Centros Distritais estão divididas, que é a área da qualificação de famílias e é a área das respostas sociais, portanto é essa área que está neste núcleo que eu coordeno, não é, e portanto aqui temos, o que é que nós temos, temos toda a intervenção direccionada para indivíduos e famílias, desde o acolhimento que é a intervenção chave, é a intervenção de base, o acolhimento e atendimento social, o Rendimento Social de Inserção, o acompanhamento às famílias e todos os programas associados e direccionadas para as famílias, portanto o Programa de Apoio Alimentar a Carenciados, a intervenção noutros programas que haja, projectos etc., a Rede Social, portanto virado para a organização da comunidade, a Rede Social e todas as parcerias que existam na comunidade para a intervenção na área do desenvolvimento social. E depois outra área que aqui está integrada na mesma, mas que é outro sector, do ponto de vista orgânico é outro sector, que é sector das respostas sociais e promoção da autonomia, portanto que integra toda a área de tutela das IPSS ao nível das diferentes respostas sociais que existem nas várias áreas de intervenção, que integra também a parte de licenciamento e acompanhamento aos privados, às entidades privadas que actuam também nesta área do apoio social e que tem também a nossa intervenção naquilo que diz respeito às novas competências da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados. Portanto as técnicas aqui na nossa área, nós temos um corpo técnico que é constituído exclusivamente por Assistentes Sociais e Psicólogos, nós não temos, há também Educadores de Infância, temos também neste momento duas ainda e portanto as nossas técnicas trabalham de acordo com as áreas, fazem o trabalho mais virado para instituições como é o caso da área das respostas sociais, que tem uma intervenção mais no acompanhamento técnico às organizações e às instituições que desenvolvem as respostas sociais, mais virado para, na outra área mais virado para uma intervenção junto dos indivíduos e da comunidade ao nível do atendimento, ao nível depois do acompanhamento e ao nível das parcerias que pode passar por coordenação de parcerias, portanto é um trabalho, uma intervenção que, ao nível da coordenação ou só de participação em parceria consoante os casos. Portanto é uma intervenção bastante abrangente, porque a nossa área é uma área com competências bastante latas, com recursos de intervenção muito específicos, porque estão tipificados, não é, as respostas que nós temos estão tipificadas, mas por outro lado também temos uma vocação bastante abrangente de identificação de novas

problemáticas sobre as quais depois procuramos actuar através das parcerias, através de programas, a partir dos recursos que temos etc.

Entrevistadora: E quais são os objectivos da instituição onde exerce a sua actividade profissional? Se quiser começar por um enfoque mais geral e depois descer à área concreto em que trabalha, é como quiser.

Entrevistada: Então, a Segurança Social tem esta missão, digamos assim, de apoiar os indivíduos por um lado na substituição dos meios que provêm às suas necessidades, seja por episódios de doença, de morte, etc., que é a área mais específica da Segurança Social, seja por via da lógica do seguro social, seja por via das prestações não contributivas, portanto aí é prover respostas de substituição dos meios, dos rendimentos que normalmente as pessoas auferem por via do trabalho. E depois esta área da acção social que tem como missão promover acções de combate à pobreza, à exclusão social, de inserção dos indivíduos e de garantia de meios de subsistência mínimos.

Entrevistadora: E quais são os seus objectivos profissionais?

Entrevistada: Os meus objectivos profissionais, eu em termos de missão e aqui, estando aqui, como Assistente Social aqui na Segurança Social, eu identifico-me muito com a missão da Segurança Social, com a missão específica que a acção social aqui tem, portanto identifico-me muito com uma missão de combate à pobreza, de compreensão dos processos que levam as pessoas à situação de pobreza e de actuação sobre eles. Portanto identifico-me bastante com a missão da Segurança Social nesta área em que trabalho.

Entrevistadora: E como é que articula o seu trabalho com outros profissionais?

Entrevistada: Fora?

Entrevistadora: Aqui dentro e também fora, sim.

Entrevistada: E também de outras áreas?

Entrevistadora: De outras áreas e da sua. Genericamente como é que articula o seu trabalho com os outros profissionais, sendo da área ou não?

Entrevistada: Isto das articulações, sabe é talvez das questões mais complicadas que existem porque e por várias razões, porque vamos lá ver como é que eu organizo aqui a

resposta a essa questão, nesta área da intervenção social isto falando um bocadinho para fora, portanto há as questões de articulação interna, mas agora falando para fora, são áreas em que hoje em dia há muitos técnicos a intervir, há muitos técnicos e não só técnicos ou seja é um bocadinho uma área que toda a gente acha que tem competências para intervir e que infelizmente muita gente acha que não são precisas grandes competências para intervir e portanto é uma área muito apetecível, para intervenção de vários agentes, não só técnicos, mas pronto. Isso coloca problemas muito complexos de articulação, quer articulação institucional, quer articulação depois técnica, já mais operacional, mas coloca problemas que estão a ser trabalhados, sobre os quais temos vindo a trabalhar, mas que não é fácil encontrar caminhos que evitem as sobreposições, que evitem os confrontos na intervenção nas famílias que sobrecarreguem as famílias com exigências que são desajustadas, enfim portanto esse problema da articulação com outros técnicos e não é a minha articulação em concreto, eu não sei se estava a referir-se mais à minha articulação pessoal?

Entrevistadora: Era mais a sua articulação enquanto profissional com outros profissionais.

Entrevistada: Esta questão não se coloca directamente comigo porque eu não intervenho nas famílias, mas coloca-se com outros técnicos, está a ser trabalhada.

Entrevistadora: Mas também pode dar a sua perspectiva sobre esse facto.

Entrevistada: Coloca-se tanto que é uma questão que está a ser trabalhada, já foi identificada como uma questão hoje em dia de grande importância nas famílias que nós acompanhamos e que outras entidades acompanham, portanto esse é um problema enfim que está, que é importante e que está identificado e que estamos a trabalhar nele. Internamente também se colocam questões de articulação, como é evidente, pelas mesmas razões, agora pensando mais especificamente na minha articulação com, vamos lá a ver eu tenho um papel de coordenação, os meus processos de articulação, os técnicos são um bocadinho marcados por essa questão, não é, portanto ou seja, sei lá imagine que há uma orientação que vem para o Centro Distrital de uma determinada matéria que é da minha responsabilidade, portanto eu tenho que traduzir aquilo em orientações para as equipas, dando-a, transmitindo-a da maneira que eu considero facilmente integrada, integrável até nas práticas e nas rotinas dos técnicos, que não seja preciso toda a gente perder muito tempo com as coisas, não é, por outro lado tenho

sempre, tento sempre e isto também pronto tem a ver com as nossas formas de coordenação aqui, os canais com os técnicos estão permanentemente abertos, porque nós temos relacionamentos muito informais e portanto se é preciso analisar um caso, os colegas telefonam e pedem colaboração para analisar um caso, para ajudar a discutir uma situação, para analisar a aplicação de uma medida etc., há essa articulação mais informal. Agora a articulação nas intervenções quando as orgânicas são um bocadinho mais complexas, não é, como é o caso deste Centro Distrital e da maior parte das organizações hoje em dia, é uma questão central porque a eficiência da nossa resposta e da nossa actuação depende muito de boas articulações, não é, não só pelo resultado como também depois pelo desgaste etc.. Uma boa articulação é, e às vezes ela não existe ou porque a comunicação falhou, ou porque não dissemos as coisas como deveríamos ou porque de todo não se sabia o que é que já estava a ser feito, portanto há sempre questões relacionadas com a articulação que não foram devidamente tratadas.

Entrevistadora: E quais são os valores que informam a sua prática profissional, que a guiam enquanto profissional?

Entrevistada: Eu acho que para mim pessoalmente, para mim há duas ou três questões importantes, uma é considerar que as pessoas têm sempre um potencial de mudança e de capacidade de controlo sobre as suas vidas, portanto isso para mim é uma questão importante, depois é a questão da dignidade das pessoas no relacionamento com os serviços, portanto criar uma situação de relação que seja digna para todos. Esses dois valores para mim são os essenciais.

Entrevistadora: E em termos de referenciais teóricos, quais são os principais referenciais teóricos que estão subjacentes à sua prática profissional?

Entrevistada: Eu tenho uma visão sobre a mudança social que integra muito a dimensão comunitária, ou seja eu considero que as pessoas mudam na relação, na sua relação com os outros e na sua relação com as comunidades em questão, nos processos de participação social que podem ter etc., portanto eu tenho alguma dificuldade em isolar os indivíduos do seu contexto e de não trabalhar em simultâneo os contextos de vida e a relação com esses contextos, portanto talvez esses sejam os referenciais. Para além depois das questões relacionadas com o trabalhar as autonomias e os processos de desenvolvimento pessoal etc..

Entrevistadora: E em termos de estratégias, consegue identificar as principais estratégias que utiliza no exercício da sua profissão?

Entrevistada: Pronto Ana, é assim eu como lhe disse neste momento estou, aquilo que eu faço é mais de retaguarda ou seja de quando discuto casos com os colegas, de utilizar estes referenciais que são aqueles que eu utilizo na análise das situações e tendo a passar isso quando analiso com colegas situações. Eu para mim valorizo muito, tem a ver com o que eu disse anteriormente, valorizo muito estratégias sempre que possível de trabalho em grupo, acho que as pessoas em grupo tendem a valorizar-se e valorizo muito estratégias criem, como é que eu hei-de dizer, que criem na relação entre o técnico e o beneficiário, as famílias com as quais trabalhamos, que criem situações e contextos de valorização das pessoas, ou seja a tendência normal das pessoas quando vêm ter com os técnicos da nossa área, porque nós também temos esta mediação que é a missão da nossa instituição, não é, e a questão de obtenção de recursos financeiros e isso é uma mediação fundamental e que tem que ser equacionada, as pessoas vêm com essa expectativa e isso determina logo a postura das pessoas face a nós, não é. Portanto e a tendência é que as pessoas venham, elas vêm em situação de necessidade, mas que valorizem sobretudo essa dimensão da necessidade e às vezes da forma que elas pensam que mais rapidamente pode provocar no técnico o impulso de ajudar, não é, e portanto muitas vezes isso é uma postura que é desvalorizadora da própria pessoa e frequentemente nós percebemos que aquela pessoa noutro contexto tem n competências que ali ela não deixa ver, não deixa perceber e portanto ter a possibilidade de olhar para aquela pessoa noutro contexto, noutra relação com outros objectivos, significa que nós estamos a descobrir outra pessoa ali, portanto estas estratégias são valorizadoras, eu acho que são.

Entrevistadora: O que costuma fazer para actualizar os seus conhecimentos a nível profissional?

Entrevistada: Dei aulas muitos anos, o que foi muito importante para mim deve dizer que foi das coisas, foi um grande desafio para mim e foi o que me fez dar um salto grande, mesmo em termos pessoais. Neste momento, tenho estado mais fora dessa dimensão mais académica, portanto vou lendo umas coisas, vou pesquisando não muito sistematicamente, mas com alguma preocupação.

Entrevistadora: Colocando agora o enfoque no trabalho realizado ou no conhecimento que tem sobre o trabalho realizado com as pessoas em situação de pobreza, começava por lhe perguntar quem é ou quem são as pessoas responsáveis pela triagem de situações de pobreza aqui na instituição?

Entrevistada: Pronto, então, nós aqui, nós e todos os Centros Distritais temos ao nível da acção social uma função que é uma função para nós chave, porque é aquela função que nos permite tomar conhecimento com as situações e que é a porta de entrada que é justamente o atendimento, o acolhimento, aquilo a que nós chamamos o acolhimento e o atendimento social. O acolhimento, portanto nós aqui concretamente não temos propriamente uma triagem, mas isso já tem a ver com o processo organizativo, mas o facto é que temos uma função de acolhimento no distrito inteiro, ao qual todas as pessoas podem aceder pelas razões que entenderem necessárias e é por aí que nós tomamos conhecimento, é fundamentalmente por aí que tomamos conhecimento com as situações de alguma precariedade, pobreza, etc. Pode haver depois outras situações que nos venham de contactos de serviços ou de Juntas de Freguesia ou de IPSS's que nos sinalizem uma ou outra situação ou a escola mesmo, pode haver entidades que sejam sinalizadoras, não é, entidades que estão na comunidade, mas o atendimento acaba por ser a porta de entrada e a forma de.

Entrevistadora: Portanto esses casos chegam voluntariamente porque são as pessoas que se dirigem ao serviço?

Entrevistada: Porque se dirigem ao atendimento sim, mas como lhe digo também podem haver outras situações com as quais nós tomamos conhecimento porque são sinalizadas por outras entidades ou por terceiros, às vezes até são pessoas da comunidade, terceiros que sinalizam uma situação de um menor que parece que está enfim numa situação de negligência ou parece que está ali uma pessoa que está numa situação de habitação que está não sei quê ou a policia mesmo, às vezes até a policia já tem acontecido sinalizar situações de sem – abrigo, pronto pode haver outras entidades que sinalizem, não é.

Entrevistadora: E qual lhe parece ser o perfil dessas pessoas, quem são essas pessoas do conhecimento que tem?

Entrevistada: Bom é assim, há pessoas que vêm à Segurança Social ao atendimento que são acompanhadas e que vêm porque os seus pais já vieram e provavelmente os seus avós também já vieram, portanto são famílias que vêm continuamente à Segurança Social, que por vezes estão enquadradas no Rendimento Social de Inserção, outras vezes não estão porque a condição de recursos não lhe confere esse direito, mas são pessoas que criaram já uma relação de dependência bastante grande com a instituição, que não têm meios de autonomia próprios ou nós não os conseguimos trabalhar devidamente, há uma, não lhe sei dizer qual é a percentagem dessas pessoas, relativamente ao total dá um número significativo em todos os concelhos de pessoas que estão há muitos anos digamos que dependentes desta relação, que vezes passa por apoios económicos etc. Pronto depois temos, e talvez mais neste momento, mas sempre houve, mas agora mais, pessoas que por alguma razão em algum momento da vida alguma coisa as colocou numa situação de vulnerabilidade, ou porque tinham um negócio próprio e o negócio deixou de dar e ficaram com dividas e não sei quê, isso é bastante mais comum, ou porque tinham um trabalho por conta de outrem e deixou de, ou por outros factores que implicaram rupturas, que implicaram quebras naquilo que as pessoas tinham e que era fonte de equilíbrio. Portanto essas pessoas acabam por vir e ultimamente até tem-se notado algum crescimento em pessoas que acumulam dividas, enfim quando há problemas dessas rupturas entram rapidamente em desequilíbrio, não é, que tipo de pessoas, pronto eu estou-lhe a falar mais desta área da qualificação, não estou a falar na área dos menores em risco, porque essa é uma área um bocadinho diferente.

Entrevistadora: Concentremo-nos então na outra área.

Entrevistada: Estou a falar da área que eu conheço um pouco melhor. Depois há muitas pessoas que também vêm ao atendimento à procura de respostas sociais para familiares idosos, por exemplo, no domínio das respostas sociais é sobretudo isso não é, mais do que qualquer outro tipo de resposta, pessoas que têm pais ou familiares idosos e não têm onde os colocar e que portanto vêm pedir ajuda e nem sempre são pessoas em situação de precariedade económica, às vezes são outras vezes não são, pronto e depois também temos famílias que vêm, que entram em relação com a Segurança Social, por via de uma outra medida que nós temos que é o apoio económico para a aquisição de ajudas técnicas para deficientes não é e portanto também aí há famílias que nem sempre estão em situação de fragilidade económica, mas que entram em relação connosco por essa razão específica e penso que é essencialmente isso, portanto as famílias mais antigas, as

famílias novas com estas novas situações de fragilidade, as famílias que procuram respostas sociais, aquelas que entram em relação connosco por via das ajudas técnicas.

Entrevistadora: E quais lhe parecem ser, deste perfil, os casos mais flagrantes e mais típicos de pobreza de que tem conhecimento?

Entrevistada: Eu para mim acho que são as pessoas que nunca conseguiram sair da dependência da Segurança Social, muitas vezes até pode ser insuficiência de rendimentos, outras vezes não, mas são pessoas que não adquiriram os meios de autonomia, não é, portanto essas são aquelas, porque aí a pobreza não é só uma pobreza de recursos económicos, é também uma pobreza de recursos pessoais suficientes para conseguir enfim ter autonomia e levar a vida por diante sem ter que recorrer sistematicamente a apoios desta natureza.

Entrevistadora: E que tipo de intervenção é feita com essas pessoas, como é que são tratados esses casos?

Entrevistada: Portanto nós aqui na Segurança Social, e eu há bocadinho esqueci-me de dizer isso, nós actuamos directamente, mas actuamos também por via de técnicos de instituições com as quais celebramos protocolos de actuação e esse é o caso dos protocolos de Rendimento Social de Inserção. Portanto nós celebrámos com diversas instituições, aqui no concelho que é o caso que interessa mais com duas, o acompanhamento a famílias beneficiárias de RSI e portanto esses técnicos fazem o trabalho que nós não fazemos porque não temos condições de recursos humanos suficientes para o fazer, não é, portanto o que é que nós procuramos fazer, numas situações mais aprofundadamente noutras bastante menos, depende dos recursos que temos, o que procuramos fazer e estas equipas de protocolos são equipas mais multidisciplinares, com um maior potencial de intervenção nas famílias, o que procuramos fazer são diagnósticos, que nos casos dos protocolos são multidisciplinares porque as equipas incluem também Psicólogo e Ajudantes de Acção Directa, no caso das nossa técnicas aqui, enfim, não têm essa vertente tão facilitada e normalmente o técnico faz mais sozinho ou suportado nos Núcleos Locais de Inserção, no caso de serem beneficiários de RSI e procuramos perceber o pedido da pessoa, encontrar resposta para o pedido em concreto, sempre numa base de contratualização, portanto os apoios são concedidos sempre numa base de contratualização, contratualiza-se um apoio e procura-se de alguma maneira inserir esse apoio nalguns compromissos da família

relativamente a questões que podem ter influência naquela carência que a trouxe, que resultou num determinado pedido. Portanto, a contratualização de um plano de intervenção que às vezes é um bocadinho mais vasto, outras vezes é mais limitado, é uma constante, faz parte da nossa metodologia de intervenção, procuramos fazê-lo sempre que possível ou sempre que necessário, não quer dizer que façamos sempre e depois o acompanhamento às famílias no caso das equipas dos protocolos é um acompanhamento muito mais no quotidiano das famílias, identificadas as principais áreas de intervenção procura-se actuar no quotidiano das famílias, nas mudanças de rotinas às vezes, de formas de organização familiar, da relação com as instituições da comunidade, nomeadamente com a escola, com o centro de saúde etc.. Por vezes inserimos as pessoas, os indivíduos em grupos para trabalhar determinado tipo de competências, portanto procuramos actuar em diferentes dimensões junto da família, agora não é sempre possível fazê-lo com esta abrangência, não é, portanto as equipas de protocolo fazem-no de forma mais sistemática porque têm outros recursos, as nossas técnicas estão mais limitadas nessa possibilidade de acompanhamento, às vezes limitam-se mais à contratualização do apoio e a identificar quais é que podem ser os compromissos que a família assume relativamente a questões que podem influenciar aquele de se inscrever no Centro de Emprego, de aceitar uma oferta qualquer de formação, seja de, mais nessa linha, não é.

Entrevistadora: E como é que é determinada a condição de pobre nesta instituição? Quando é que se considera que estamos perante alguém pobre?

Entrevistada: Vamos lá ver, aqui a questão da pobreza, o considerar pobre tem a ver com o integrar-se ou não na condição de recursos para aceder a determinado benefício, certo. Porque o conceito de pobreza é mais vasto do que isso, mas aqui para nós no sentido de poder aceder a um benefício, nós temos que verificar uma condição de recurso e é essa condição de recurso que de facto confere a situação de carência económica. No caso das prestações não contributivas, como é o caso da Pensão Social ou do Rendimento Social de Inserção, isso está definido na lei e portanto a lei diz qual é essa condição e é esse o patamar pelo qual nós nos regemos. Para a atribuição de outros benefícios, digamos, como sejam as prestações pecuniárias de carência económica nós temos um patamar também definido, que também está indexado ao valor da Pensão Social, ao valor no fundo da Pensão Social, que acaba por ao indexado dos apoios sociais, não é. Portanto no caso da atribuição de apoios económicos com carácter de,

são os apoios de carência económica, aí a condição de recursos está definida num regulamento que nós temos de atribuição de apoios económicos, que também tem a ver com o cálculo da capitação do agregado, também assenta num valor indexado ao indexante aos apoios sociais, sendo que aí a abertura é maior, aí a rigidez não é tão grande porque pode haver uma análise de outros factores, cá está, de outros factores que coloquem aquela família num momento de fragilidade, vulnerabilidade, mesmo que fuja um pouco mais ao patamar meramente económico.

Entrevistadora: Daquilo que disse há pouco, dadas as funções que exerce actualmente, não tem um tipo de relação directa, neste momento, com as pessoas em situação de pobreza?

Entrevistada: Não, não.

Entrevistadora: Continuando a linha de raciocínio, em termos de medidas de Política Social, genericamente quais são aquelas que são operacionalizadas aqui no trabalho com estas pessoas?

Entrevistada: Medidas concretas?

Entrevistadora: Sim.

Entrevistada: Então em termos de medidas concretas, as que nós operacionalizamos aqui são o Rendimento Social de Inserção, o Programa da Rede Social, o Programa Alimentar de Apoio a Carenciados, os programas que existem e que se traduzem em projectos de combate à pobreza como sejam os Contratos Locais de Desenvolvimento Social, que nós não executamos, mas que temos actuação sobre eles, houve em termos o Progride que agora neste momento já não existe, temos os Contratos Locais de Desenvolvimento Social, o atendimento, acompanhamento social não se integra numa medida específica, não há propriamente uma medida regulamentada específica nessa matéria, o Complemento Solidário para Idosos, enfim toda a legislação que enquadra as prestações não contributivas, a pensão social seja de velhice seja de invalidez etc., isso já não é tão específico da nossa área embora nós tenhamos participação nisso, pronto penso que serão estas a principais.

Entrevistadora: Como avalia o seu trabalho? Face a tudo o que falámos, face à sua experiência, como avalia o seu trabalho aqui nesta instituição?

Entrevistada: É assim, é uma pergunta difícil, não é. Eu gosto do trabalho que faço, tenho, neste momento sinto-me excessivamente afastada do trabalho directo, que é uma coisa que gosto de fazer, daquilo que eu faço agrada-me particularmente o trabalho de apoio às colegas na análise de casos e na análise de situações. Conheço relativamente bem, penso que conheço relativamente bem o trabalho nesta área, porque tive muitos anos de trabalho directo, acho que há coisas mais que eu posso fazer e melhor neste domínio da coordenação que é o que eu tenho agora e é sobre isso que eu posso falar ou seja acho que há coisas que podem ser feitas para melhorar as condições de trabalho dos técnicos e por via disso melhorar a intervenção na comunidade, portanto é isso.

Entrevistadora: Não podia deixar de lhe perguntar também como é que define pobreza, o que é para si a pobreza?

Entrevistada: Olhe para mim, se calhar assim numa frase muito curta para mim pobreza é as pessoas não terem possibilidade de escolha, e portanto estarem numa situação de uma ou outra vulnerabilidade, mas da qual não podem sair porque não têm opção, às vezes até porque não conhecem que há escolhas possíveis ou que há alternativas possíveis e esse determinismo que as pessoas são levadas a viver uma vida que pensam que não têm alternativa para ela para mim é pobreza.

Entrevistada: Então o que é para si uma pessoa pobre, é alguém que está nessa situação que acabou de descrever?

Entrevistada: Sim, sim.

Entrevistadora: Como é que considera, daquilo que tem conhecimento, que as pessoas pobres vivem a situação de pobreza? Como é que acha que as pessoas encaram a sua situação de pobreza, que a vivem?

Entrevistada: Bom, aquilo que eu considero pobreza é a minha perspectiva, não é, portanto a auto- compreensão que as pessoas têm seguramente que é uma coisa diferente. Eu acho que aí não pode haver uma resposta única, quer dizer eu acho que, repare isto agora é uma visão um bocadinho mais indirecta e mais remota, não é, mas eu acho que há certamente pessoas, pronto há aquelas pessoas que caíram numa situação para a qual não estavam preparadas e para a qual nunca viveram, portanto são aquelas situações mais novas de pobreza e que eu acho que deve ser uma situação que provavelmente é vivida com, se calhar até com vergonha, com vergonha de ter que vir

aos serviços, de ter que ser identificada como pobre, pronto acho que essa é uma possibilidade de viver a pobreza. Depois se calhar há pessoas que nunca viveram de outra forma e que portanto esta sua relação com os serviços já é uma relação que faz parte das suas estratégias de vida, e que portanto para quem isso não coloca nenhum problema de identidade, penso que também há situações dessas. Penso que também há pessoas que vivem a situação de pobreza e que para as quais o expediente assim mais rápido e mais, é a forma de saída e isso muitas vezes, ou seja aquela dificuldade em perceber que para além de si próprio há outros problemas e para além de si próprio há outros direitos e portanto é uma assimilação do direito distorcida e isso também acho que é uma forma de viver a pobreza, também é sinónimo de pobreza no fundo, portanto há aqui várias formas acho eu de viver a pobreza, de qualquer forma penso que a relação com os serviços assistenciais é determinante na forma como se vive a pobreza, e isso muitas vezes não é muito bem, nós técnicos não reflectimos o suficiente sobre essa questão. Portanto a relação com os serviços assistenciais ocupa muito do tempo, não é do tempo físico se calhar, mas da importância na vida das pessoas e a forma como esta relação se faz, se ela é mais autonomizada, se ela é mais repressiva, se ela é mais incriminadora, incriminatória digamos assim, pode ser determinante na forma como se vive a pobreza e eu acho que isso não é uma questão suficientemente reflectida por nós.

Entrevistadora: E na sua opinião o que fazer para intervir nas situações de pobreza em Portugal?

Entrevistada: Pronto eu acho que o Estado tem um papel determinante, penso que é importante avaliar aquilo que se faz e as medidas com as quais se trabalha e os recursos que se aplicam, sem dúvida nenhuma, mas acho que recuar no papel do Estado é um risco muito grande. Acho que a sociedade, a sociedade também tem deveres entre si de solidariedade, mas há graves riscos que essa solidariedade seja uma solidariedade demasiadamente catalogadora das pessoas, não é, portanto acho que há riscos nessa forma de solidariedade, que rapidamente pode resvalar para a esmola, digamos, e para coisas desse tipo, não é. Eu defendo o papel do Estado e a garantia dos direitos para os mais pobres, acho também que os políticos da nossa praça têm uma elevada responsabilidade nesta matéria, porque acho que muitas vezes formam juízos sobre coisas que provavelmente conhecem mal e que influenciam muito aquilo que é a opinião generalizada sobre os pobres e sobre a forma de actuação do Estado, embora eu

considere que quem actua do lado do Estado também tem que actuar com muito rigor, para que socialmente possa justificar aquilo que é feito.

Entrevistadora: E considera que este fenómeno pode assumir alguma particularidade aqui no Alentejo e mais propriamente na cidade de Beja, ou considera que essas particularidades não existem?

Entrevistada: Há claro, sem dúvida, aliás isso também tem um bocadinho a ver com a minha forma como eu olho para as questões da pobreza, não é, sem dúvida nenhuma que as pessoas vivem inseridas num determinado contexto e que há determinações sociais, económicas etc. que modelam as configurações da pobreza, isso não há dúvida nenhuma. Para um lado e para outro, se calhar as situações das pessoas que entrarem abruptamente em situações de pobreza por via de desempregos massivos, não acontece aqui no Alentejo mas acontece no Norte em que havia mais emprego por conta de outrem, aqui isso não existe, mas em contrapartida aqui haverá mais dificuldade de inserção profissional, porque também há menos oferta de emprego, há menos gente, há menos possibilidade até de criar o próprio emprego, portanto há menos massa critica para se discutir as coisas, há instituições menos poderosas com menos peso real em termos de discussão de situações e de opiniões e não sei quê e portanto tudo isso influencia sem dúvida as situações de pobreza, acho que sim.

Entrevistadora: Chegámos ao fim da entrevista, não sei se quer acrescentar algo, algo que eu não tenha perguntado ou que considere importante?

Entrevistada: Não, quer dizer já lhe disse que acho que é importante poder falar com pessoas que estão mais próximo das pessoas que recorrem aos serviços, porque lhe podem dar eventualmente uma ideia um bocadinho mais actualizada que a minha. A minha é assim um bocadinho mais de quem está mais afastado e pronto olhe desejo-lhe boa sorte para o resto do trabalho.

Entrevistadora: Muito obrigada pela disponibilidade.

Entrevista Assistente Social

Cáritas Diocesana de Beja

14 de Setembro de 2011

Entrevistadora: Muito boa tarde, em primeiro lugar agradeço a sua disponibilidade e o tempo que vai despendar para a colaboração neste trabalho. Como sabe, já falámos há pouco, trata-se de um estudo que em termos gerais pretende perceber como é que as pessoas enquadradas em medidas e programas de luta contra a pobreza, vivenciam a sua situação aqui no concelho de Beja. Entendemos que obviamente a Cáritas Diocesana de Beja, não podia deixar de colaborar neste estudo pelo papel importante e privilegiado que tem tido no trabalho com estas pessoas. Em primeiro lugar gostava que falássemos um bocadinho sobre a sua prática profissional, há quanto tempo trabalha nesta instituição?

Entrevistada: Há onze anos.

Entrevistadora: Onze anos, e exerceu sempre as mesmas funções ou não?

Entrevistada: Não, durante dez anos da minha vida profissional, se assim se pode dizer, estive numa outra valência que é a Comunidade Terapêutica Horta Nova, onde desempenhei também funções de Assistente Social, mas mais direccionada para a área da toxicodependência, essencialmente a inserção dos utentes no mercado de trabalho, o apoio deles no mercado de trabalho através do Vida Emprego, apoio terapêutico e por aí em termos de apoio social também, mas não tanto direccionado para esta área que me está a questionar neste momento.

Entrevistadora: E qual é o trabalho do Assistente Social aqui nesta instituição?

Entrevistada: Essencialmente é passar pelo atendimento social, conhecer as famílias, no âmbito da, de famílias desfavorecidas ou socialmente desfavorecidas quer a nível económico, familiar, social, não é só a nível económico. É feita a avaliação destas famílias que nos procuram e tentamos de certa forma encaminhar para as respostas que temos na instituição, para tenta minorar um pouco a situação em que a família se encontra ou que estará a atravessar no momento actual.

Entrevistadora: E quais são as funções que desempenha concretamente?

Entrevistada: Eu neste momento sou responsável pela resposta de Atendimento Social, ou seja, faço-o às famílias e também pela resposta Refeitório Social, que também é uma valência que temos na instituição, que de certa forma ajuda famílias de facto muito carenciadas com a alimentação que vêm fazer à instituição ou levam para casa, quando se trata de famílias, de famílias ou com crianças, que vêm buscar à instituição essas refeições. Sou essencialmente responsável, neste momento, por essas duas respostas sociais, dentro do âmbito do Atendimento Social, claro.

Entrevistadora: E qual é o tipo de trabalho que desenvolve aqui com essas pessoas?

Entrevistada: Essencialmente é fazer os atendimentos consoante as marcações que são feitas previamente, tentar perceber qual é a condição sócio – económica da família, tentar apoiar a família o mais possível, tentar se a família realmente tem rendimentos, tentar fazer um acompanhamento desta família no sentido de independia-la da sua situação actual, tentar encaminhá-la para várias instituições nomeadamente na procura activa de trabalho, na procura se calhar de alguns subsídios que poderá recorrer, caso por exemplo seja uma família que no momento esteja com rendimentos nulos. Ao fim e ao cabo é fazer um acompanhamento o mais aprofundado possível com estas famílias que nos aparecem diariamente à instituição para ajudar a resolver um pouco digamos assim do problema, porque resolver na totalidade torna-se praticamente impossível tendo em conta a situação actual do país.

Entrevistadora: Quais são os objectivos desta instituição onde exerce a sua actividade profissional?

Entrevistada: Essencialmente ouvir, a caridade e tentar de certa forma dar uma resposta a todas as pessoas excluídas e desfavorecidas, que nos batem à porta digamos assim, tentando sempre resolver ou ajudar a resolver estas situações que referi ainda há pouco, ainda no âmbito da Igreja Católica, nomeadamente estamos a falar da Cáritas, sempre tendo em conta os valores da Doutrina Social e da Igreja.

Entrevistadora: E quais são os seus objectivos profissionais, enquanto profissional?

Entrevistada: Os meus objectivos profissionais é estar cada vez mais disponível para, neste momento que estou nesta área, não é, como referi há pouco não estou aqui há

muito tempo, numa área diferente. É estar cada vez mais disponível para realmente continuar a fazer o meu trabalho com estas famílias, tentar em conjunto com a restante equipa de todos eles colaboradores da Cáritas, arranjar-mos cada vez mais soluções para conseguirmos enfrentar a crise que se está a atravessar não só em Beja, mas no país e na situação actual no país e tentar corresponder junto da sociedade dando um pouco de nós, enquanto pessoas, profissionais desta instituição, para de certa forma, vou-me repetir, minorar toda esta, essencialmente é isto como profissional e como pessoa. Sempre havendo aqui uma abertura, não é para tentarmos perceber o contexto actual do país e as novas medidas sociais, de forma a que como instituições de solidariedade social, consigamos responder cada vez mais a todas as, àquilo que está a acontecer actualmente, essencialmente é isso, neste momento.

Entrevistadora: Como é que articula o seu trabalho com outros profissionais?

Entrevistada: É assim, é um trabalho que tem que ser mesmo de facto articulado com outros profissionais, porque sozinhos não conseguiríamos, não é, como eu disse ainda há pouco, por vezes em situações de atendimento ou de famílias quer de Atendimento Social quer da resposta Refeitório ou todas as outras situações que nos vão surgindo, para além de tentarmos articular também com o nosso outro serviço, valência que é o protocolo do RSI, também nos chegam também do RSI, portanto articulamos com as colegas dentro da própria instituição. Temos que ir sempre articulando com outros profissionais de outras instituições, quer da Segurança Social, o Hospital, a Câmara, as Juntas de Freguesia, todas as instituições que de certa forma têm também uma vertente social, no Departamento de Saúde Mental, cada vez mais as pessoas aparecem-nos mais deprimidas e às vezes é necessário encaminhá-las, pronto para outras respostas. Tem que haver sempre um contacto permanente com estas instituições que referi e outras, que neste momento não me estou a lembrar agora, para conseguirmos tentar fazer o melhor que consigamos neste trabalho.

Entrevistadora: Consegue-me descrever quais são os valores que norteiam a sua prática profissional?

Entrevistada: Essencialmente, é assim, que já os referi ainda há pouco, essencialmente sempre muito na base da humildade, do respeito também sem dúvida, como profissional a confidencialidade e tudo o mais. Mas tendo em conta a problemática em que neste momento estou a trabalhar e as pessoas que nos surgem diariamente, o respeito, a

humildade, a ver o próximo digamos assim, para mim enquanto pessoa, porque mais uma vez refiro, o profissional é importante, mas estar com o outro enquanto pessoa também. Tentar corresponder e dar às pessoas uma imagem de que estamos aqui para ouvi-los, estamos aqui para tentar ajudá-los, tentando sempre, tentarmo-nos sempre pôr no lugar do outro, tentar perceber o que é que se passa com aquela pessoa, se não conseguirmos fazer realmente este caminho, acho que dificilmente conseguimos corresponder àquilo que nos é solicitado. Claro que sempre de acordo com aquilo que nos é possível, sempre de acordo com as Políticas Sociais com as quais nos vamos deparando e com as limitações que temos a nível de vários apoios, mas essencialmente passar às pessoas a mensagem do conforto, só o facto de conseguir estar com a pessoa, ouvi-la, ajudá-la, já é meio caminho andado para a pessoa se sentir um bocadinho mais confortável, essencialmente o ouvir.

Entrevistadora: E quais são os principais referenciais teóricos que estão subjacentes à sua prática profissional? Consegue-me enumerar alguns que sejam uma referência?

Entrevistada: Neste momento, é assim, a prática é tão importante e nós absorvemo-nos tanto, tanto na prática e no nosso dia a dia, que por vezes por mais que eles estejam lá gravados, a parte teórica perde-se um bocadinho e temos consciência disso. Mas essencialmente tudo aquilo que nos é passado durante o curso, agora se me pedir para referenciar alguma metodologia ou alguma coisa do género.

Entrevistadora: Não, não é isso que se pretende.

Entrevistada: Não vou conseguir dizer, porque de facto foi tudo aquilo que nós conseguimos apreender durante o curso, mas principalmente durante a fase de estágio. O estágio durante o curso foi essencial e fundamental, para, meio caminho andado para o arrancar desta minha forma de estar enquanto profissional. E não posso deixar de referir que fiz o estágio na instituição e logo por ter feito o estágio na instituição Cáritas, é como se tivesse vestido a camisola e ao vestir a camisola, claro que sem dúvida nenhuma se está mais disponível para tudo aquilo que possa aparecer na instituição, enquanto respostas, sejam elas quais forem.

Entrevistadora: E quais são as principais estratégias que utiliza no exercício da sua profissão?

Entrevistada: Essencialmente o respeito, eu acho que me vou continuar a repetir, porque não sei se estou a responder àquilo que me está a colocar, mas de qualquer forma.

Entrevistadora: Estratégias de actuação profissional ou quando lhe surgem determinadas situações, que tipo de estratégias utiliza?

Entrevistada: Essencialmente tentar perceber realmente se aquilo que me está a ser passado, não é, corresponde, não é a questão do duvidar daquilo que está a ser passado, mas tem que haver algum rigor quando se está a fazer um acompanhamento, claro que tem que ser solicitado tudo aquilo que nos prove que tudo aquilo que a pessoa nos está a dizer corresponde e é de todo verídico, toda a documentação necessária à família ou à pessoa. Se formos dar o exemplo da condição sócio – económica da pessoa, vamos ter que solicitar todos os comprovativos da situação dessa pessoa, temos que fazer uma avaliação rigorosa para não irmos no erro de olharmos para a pessoa e acharmos que a pessoa realmente precisa sem termos que fazer realmente esta avaliação e aí tem de existir de facto o rigor, por mais que por vezes a situação seja muito complicada, só temos que respeitar determinados critérios e determinadas situações que às vezes não nos permite, enquanto instituição dar uma resposta viável, não nos permite avançar para além daquilo que está estabelecido e que pode ser. Sem duvida este é o rigor e diga-mos assim uma metodologia que utilizada em Refeitório, em Refeitório, em Atendimento Social. Se falarmos do refeitório tem que haver a regra, o cumprimento dos regulamentos internos, o cumprimento dos acordos, porque a população é uma população muito abrangente, desde a pessoa que está numa condição social desfavorecida, ao toxicodependente, ao ex-recluso e tem sem dúvida nenhuma que haver o acordo, digamos assim com estas pessoas e estas famílias e o respeito da norma, da regra para se conseguir gerir, se não, não conseguiríamos manter este trabalho e manter as pessoas em instituição sem que elas conseguissem de facto dar esse contributo à instituição. Essencialmente é este o rigor com que se actua aqui no Atendimento Social, eu e qualquer outra colega que passe por este atendimento.

Entrevistadora: E o que faz para actualizar os seus conhecimentos a nível profissional?

Entrevistada: O que faço, tentar sempre estar informada da situação actual do país, estamos a falar da situação actual do país, quer a nível da crise económica que estamos

a vivenciar. Através dos meios de comunicação social, através de contactos com outras colegas, através de agora que se fala tanto do PES, tentarmos perceber o que é o PES.

Entrevistadora: O que pensa sobre isso?

Entrevistada: Ainda não estudei, não avaliei de forma muito objectiva e concreta, mas é assim, é uma salvaguarda ou não de determinadas situações. Não me cabe a mim agora pôr em causa aquilo que foi ou não foi de certa forma aprovado ou ainda não. Mas poderá ser um escape ou uma fuga para resolver determinadas situações que na realidade não vão ficar resolvidas, mas é uma alternativa, digamos assim, que neste caso o nosso Governo arranjou para minorar a situação de crise e principalmente para famílias que estão a passar por situações complicadas a nível económico. Mas é assim, é preciso haver o envolvimento e o empenho de todos os profissionais e também destas pessoas, se não houver o envolvimento e o empenho destas pessoas também não se consegue sair, resolver.

Entrevistadora: Continuando agora a falar um pouco sobre o trabalho que realiza com as pessoas em situação de pobreza, quem é a pessoa responsável pela triagem das situações de pobreza, aqui na instituição?

Entrevistada: Neste momento sou eu e a outra colega que também faz atendimento social. Fazemos as entrevistas, fazemos as marcações no atendimento social e avaliamos de facto a condição sócio – económica da pessoa, porque poderá ser uma situação pontual, não é, porque a pobreza não é estanque como nós sabemos e uma situação de pobreza pode acontecer a qualquer família. Não vamos, claro que não é sinalizada logo como uma situação de pobreza, mas claro que já existem situações em que uma família dita entre aspas normal, já vai recorrendo a pedir determinados apoios, porque os aumentos da renda da casa, o aumento ao nível da alimentação, da escola dos filhos principalmente nesta altura do ano, já vão surgindo famílias, entre aspas nós chamamos os novos-ricos, acho que vamos ter que utilizar o termo os novos pobres. Mas é aqui, é aqui na resposta Atendimento Social que de facto é avaliada a situação da pessoa e que é definida realmente se a pessoa, é aquilo que eu lhe disse, se é uma situação pontual ou se vai continuar a recorrer a nós todos os meses, porque é o mais frequente é isso acontecer, tendo em conta as respostas que temos.

Entrevistadora: Desse ponto de vista gostava de lhe perguntar qual é o perfil genericamente das pessoas que recorrem a este serviço?

Entrevistada: É assim, é um perfil muito genérico, porque é assim, é aquilo que lhe estava a dizer, principalmente a maioria das pessoas que recorrem ao serviço de Atendimento Social são sem sombra de dúvida pessoas que estão desempregadas, beneficiários de RSI, em situações de incumprimento salarial nomeadamente com salários em atraso, famílias monoparentais, famílias de etnia cigana também, e desculpe o perfil, não foi?

Entrevistadora: Sim, genericamente quem são essas pessoas que recorrem a este serviço?

Entrevistada: São pessoas que de certa forma, há aquelas que recorreram sempre aos serviços, tendo em conta que não conseguiram dar a volta por cima e continuam a ser subsidiadas e com os cortes que estão a acontecer cada vez mais a nível dos subsídios, tiveram uma situação muito complicada porque o que recebem não chega, não chega para fazer face às despesas de alimentação, às despesas de habitação, a água, a luz, o gás, as despesas associação à medicação, como já referi há pouco as pessoas cada vez estão mais deprimidas, cada vez mais precisam de recorrer à medicação para conseguirem manter-se minimamente estruturadas. E são estas novas famílias, pessoas que têm de certa forma ainda uma integração em mercado de trabalho, que ainda trabalham, mesmo que pronto com salários baixos e que tenho em conta a situação que o país atravessa, os aumentos das rendas da casa, as dívidas que se vão contraindo, os créditos que se vão contraindo, vão surgindo no Atendimento Social e as famílias sobre endividadas, que no fundo recorrendo a crédito atrás de crédito, é muito fácil às vezes pedir o empréstimo, o crédito, a banca digamos assim, ou os ditos, está-me a faltar o nome, as financeiras digamos assim, facilitam muito, facilitam muito. E depois as pessoas chegam a determinada altura em que não têm como fazer face ao pagamento destes empréstimos, em que estão completamente endividadas, ou pagam o que devem e não comem ou comem e não pagam o que devem e há já muitas famílias sobre endividadas que vão chegando ao atendimento social e vão pedindo apoio a nível alimentar, apoios económicos para fazer face a alguma despesa que apareça pontualmente e cada vez mais as pessoas vão recorrendo por esses motivos.

Entrevistadora: E como é que se processa o atendimento a estas pessoas? Como chegam aqui os casos?

Entrevistada: Ou a pessoa recorre directamente à Cáritas, porque a Cáritas é uma instituição muito conhecida e sabem que à partida existe esta resposta. Chegam à Cáritas passam ali pelo atendimento, pelo acolhimento que está na secretaria, identificam o que é que pretendem da instituição, fazem uma marcação em agenda para os dias que estão definidos para o Atendimento Social, é feita esta marcação e a pessoa vem ter connosco no dia que fica marcado. Há também a possibilidade de outros colegas de outros serviços que já referenciei nos ligarem e encaminharem as situações, tenta-se também fazer a marcação de acordo com a nossa agenda de acordo com a nossa disponibilidade, é claro que existe sempre um espaço, uma hora para situações de emergência, é óbvio que não vamos deixar uma pessoa que está com fome hoje, para vir ser atendida depois de amanhã ou na semana seguinte. É tentar priorizar um pouco o que é que é imediato, porque para as pessoas que estão em situação de carência, digamos assim, tudo é imediato, por vezes temos que fazer aqui também esta separação senão não conseguiríamos de facto fazer o tal atendimento que lhe referi ainda há pouco, com mais calma e priorizado, com a família, teria que ser tudo resposta imediata, resposta imediata e nem sequer conhecíamos a família de uma forma aprofundada para conseguirmos avaliar a situação. Essencialmente é isso, as pessoas recorrem a nós directamente ou são encaminhadas pelos vários serviços da cidade.

Entrevistadora: Voltando um pouco ao perfil dessas pessoas, são pessoas que se situam em que faixa etária normalmente ou é muito heterogéneo?

Entrevistada: É muito heterogéneo. Há pessoas, é assim há os jovens que estão desempregados e que de certa forma são beneficiários de Rendimento Social de Inserção, famílias jovens que à partida muitas delas já estão constituídas, casados, juntos e têm filhos. Faixa, meia, meia idade, famílias estas que viviam, que estiveram estruturadas e que de repente a vida deu um boom digamos assim e idosos com reformas muito baixas, que não têm mesmo forma de conseguir pagar a medicação, a alimentação, a casa. De facto, os idosos têm vindo a recorrer, idosos, pessoas a partir dos sessenta e cinco anos, que estão reformadas pronto, no sentido que as pensões que recebem não são suficientes para fazer face às despesas que têm com a medicação, como nós sabemos muita medicação subiu o preço consideravelmente, muita medicação

principalmente para as depressões que tinham uma portaria que eram gratuitas ou que tinham um valor muito baixo, deixaram de ter essa portaria e as pessoas não têm como participar com mais do que aquilo que estavam habituados a participar ou porque o dinheiro não chega. Por isso é uma, podemos dizer, não digo dos oito aos oitenta, mas se calhar dos dezoito aos oitenta.

Entrevistadora: Quais são os casos mais flagrantes e mais típicos de pobreza atendidos aqui nesta instituição?

Entrevistada: Essencialmente situações de rendimentos nulos mesmo, situações de famílias com rendimentos nulos, em que existem crianças, pronto e que chegam de facto essencialmente com carências no essencial, pessoas que chegam e que não têm nada para comer, que não têm nada em casa mesmo, que o frigorífico está vazio. Por vezes é necessário, em algumas situações, fazer mesmo o atendimento, fazer visitas domiciliárias, para perceber também e quando existem crianças ainda se torna uma situação mais grave e mais preocupante. É a situação mais flagrante e mais preocupante é a família que de facto neste momento não tem, é assim, nada, não há rendimentos por vários motivos ou porque ficaram desempregados ou porque ainda não receberam o subsídio de desemprego ou porque, por incumprimento às vezes por parte das famílias também, o RSI é suspenso ou cortado por um período de um ano ou dois anos e estas famílias de repente ficam sem nada, logo recorrem ao serviço e nós vamos ter que entrar com o apoio alimentar, porque subsídios a nível económico é muito difícil, nós não conseguimos manter uma família, não é, economicamente durante este período todo, não é. Claro sem dúvida que nestas situações temos que encaminhar também para a Segurança Social, mas são os casos mais flagrantes e se calhar mais preocupantes e do meu ponto de vista enquanto profissional no atendimento social, pronto como já tinha dito priorizo também situações das crianças, essencialmente das crianças que é importante manter, sem dúvida nenhuma, a alimentação mínima.

Entrevistadora: Voltando um pouco a isso, qual é a intervenção que é realizada com estas pessoas? Como é que são tratados estes casos?

Entrevistada: É assim depois de a pessoa vir ao atendimento, nós conseguirmos perceber o contexto sócio – económico da família, fazer todos os encaminhamentos possíveis para outros serviços que possam dar respostas diferentes das nossas e que se possa de facto enquadrar a família no meio, no sentido de se traçarem determinadas

movimentações para que a situação seja resolvida, que às vezes não é fácil, não é. Se há um RSI suspenso e é assim dentro do nosso trabalho o que nós tentamos fazer é acompanhar a família dando as respostas que temos, que é o apoio alimentar, a roupa, por exemplo o vestuário às vezes é necessário, o banco alimentar ou o refeitório social, se for o caso, se não há mesmo forma de fazer a alimentação e falta, nós sabemos que o banco alimentar ajuda, mas não há carne, não há peixe e se não há dinheiro para a carne e para o peixe, não é só o arroz e a massa e os enlatados que vão fazer face. E tentar de certa forma enquadrar esta família, encaminhá-los para o Centro de Emprego para procurar um trabalho, tentar arranjar alguma solução por vezes trabalho temporário e haver algum encaminhamento no sentido de se inscreverem, de entregar o curriculum para ver se surge alguma solução. Só que no contexto actual do país e principalmente ao nível de emprego e de procura, está tão complicado e tão difícil que nós nem, mesmo que tentemos encaminhar estas pessoas para estes serviços a solução é muito, quer dizer, pode eventualmente acontecer um, entre aspas, milagre, digamos assim, mas não é fácil dar-se uma resposta e enquadrar esta família e resolver o problema da família no imediato. É ir acompanhando, é ir de certa forma fornecendo, digamos assim, o nosso apoio para aquilo que já referi, para que a família mais ou menos se vá mantendo, porque é essencialmente este o acompanhamento. Quando existe um projecto qualquer em que possamos enquadrar a família, ainda agora houve a situação da SIC Esperança, no sentido do apoio para os materiais escolares, foram sinalizadas algumas famílias, aqui do Protocolo do RSI, para as famílias terem algum apoio no material escolar das crianças só do primeiro ciclo, primeiro ciclo. E vão aparecendo estes projectos, vão aparecendo estas iniciativas, nós vamos sinalizando as famílias que realmente consideramos que estão numa situação mais complicada para poder ajudar a minorar, porque resolver, resolver, é muito complicado neste momento dizermos resolvemos uma situação de carência económica no imediato, não se consegue. E claro sempre tentando motivar a pessoa no sentido de participar nesta procura activa e neste, se a pessoa não participa, se acomoda e se a pessoa não faz diligências necessárias que de certa forma lhe dizemos ou seguir as directrizes, nós não podemos obrigar ninguém a ir à procura de trabalho como é óbvio. Mas se a pessoa não se movimenta e se mantém, nós também não conseguimos trabalhar com a família, não é, essencialmente tem que haver a colaboração por parte da família, seja do pai, da mãe, do irmão ou de quem quer que seja, depende, que faça alguma coisa para fazer face à situação.

Entrevistadora: E como é determinada a condição de pobre nesta instituição? Quando é que se considera que uma pessoa é pobre?

Entrevistada: É assim, é uma pergunta pertinente, não é fácil de responder. Claro que existem os critérios de admissão em que nós temos que avaliar a condição sócio – económica da família, que vemos quais são os rendimentos que a família tem, quer de salários, quer de subsídios, quer de reformas, o que é que quer que seja, consoante os critérios, temos um pouco estes critérios. Vamos também um pouco à Segurança Social, digamos assim buscar aos critérios que eles utilizam, tendo por base um valor que neste momento é os 189, nós subimos um bocadinho mais, digamos assim, mas é assim para nós é uma situação que tem que ser avaliada individualmente por cada família, porque nós podemos ter aqui à nossa frente uma família que tenham um rendimento mensal, sei lá vou deixar aqui um número de, poucas são as que têm, mas um rendimento mensal de se calhar 1500 euros, mas que este rendimento se nós formos tirar todas as despesas comprovadas pela família e tudo aquilo, há-de ficar alguma coisa em falta, não chega. Por vários motivos, porque a família tem dificuldade em gerir, porque houve uma subida considerável de alguma prestação ou o que quer que seja e por as famílias, as tais famílias sobre endividadas que a determinada altura foram contraindo e depois de repente viram-se numa situação tipo de beco sem saída, por isso o conceito de quem é que é mais desfavorecido ou quem são as pessoas mais desfavorecidas, tem que ser de facto avaliado individualmente. Claro que temos as situações de pessoas que são toxicodependentes, que estão na rua, temos os sem abrigo sem rendimentos ou com o Rendimento Social de Inserção que não chega, pessoas com o Rendimento Social de Inserção que estão numa pensão e que ao pagarem a pensão o que sobra não dá para se conseguirem alimentar, é óbvio que são situações de Refeitório Social que mantemos e que vamos mantendo aqui. Para além de ser uma resposta que não é definitiva, de facto existem situações em que não conseguimos retirar, porque a situação sócio – económica não se altera e porque são pessoas com outras problemáticas associadas que também não se conseguem resolver assim no imediato, porque às vezes não se quer, da parte deles digamos assim, ou porque não se consegue ou porque também não há respostas para estas pessoas que estão na rua e se calhar o trabalho é mais difícil serem integradas em posto de trabalho. Beja é uma cidade muito pequena, as pessoas conhecem-se umas às outras e ainda há algum preconceito, digamos assim, para quem quer dar a volta por cima e às vezes não consegue e para além de não haver trabalho, são pessoas com

escolaridade baixa que depois também se não forem as obras ou as limpezas e pouco mais, também não há mais nada, não é.

Entrevistadora: E como é que descreve a relação profissional que mantém com essas pessoas que recorrem aqui ao serviço?

Entrevistada: É assim, uma relação de proximidade q.b., pronto claro que sem dúvida tem que haver aquele distanciamento necessário para não haver aqui, para não se misturarem uma série de coisas, mas também em situações muito complicadas com as quais nos deparamos que às vezes temos que respirar fundo, que temos que abstrairmos um pouco porque, não é fácil lidar com determinadas situações e também somos humanos e também somos pessoas e às vezes é difícil e temos que nos abstrair, temos que olhar para a parte, para aquilo que falávamos há pouco para a teoria e pôr um bocadinho de parte a parte pessoal e humana, nunca fica de parte mas sempre com alguma, com algum distanciamento. No entanto, famílias que recorrem mensalmente à instituição que vêm todos os meses, que nos conhecem, é difícil nós não termos um afecto e um carinho por estas famílias, para as crianças, para as mães, para os pais, há sempre um afecto, há sempre um carinho, há sempre uma afectividade, com o devido respeito e distanciamento, mas é sempre tentar fazer também o acolhimento. Porque é assim, muitas destas pessoas que passam por aqui, ou que vêm uma vez por mês, ou que vêm ao Refeitório e que ficam temporariamente ou que vêm quando há uma situação nova, não são ouvidas em mais praticamente em mais lado nenhum e chegam aqui e falam de tudo e mais alguma coisa primeiro, para depois irmos àquilo que realmente é, à questão que a pessoa realmente recorreu ao atendimento. É óbvio que tem que haver disponibilidade, é óbvio que tem que se manter também aqui uma proximidade para a pessoa, quer dizer que vem que volta e que torna a vir, também no momento que está aqui neste espaço sente-se confortável, sente que tem também aqui alguém com quem conversar. Não basta dar o pacote de arroz, porque isso também e de certa forma confortar esta pessoa no sentido de pelo menos fala aqui um bocadinho, de perceber o que é que se passa, queixe-se lá, ao fim e ao cabo é queixe-se lá e as pessoas queixam-se e as pessoas choram e as pessoas acabam se calhar às vezes e isto não é, não quer dizer que seja pretensão da minha parte enquanto profissional, mas às vezes sinto que algumas pessoas saem daqui um bocadinho, um bocadinho mais aliviadas, pelo menos pronto estiveram aqui dez ou vinte minutos a conversar um bocadito daquilo que, daquilo que lhes dói, essencialmente acho que isso querer abrir o frigorífico e ter

alguma coisa para comer e não têm e quando há filhos, quando há crianças, pronto temos, é muito complicado. É muito complicado nós depararmo-nos, as crianças às vezes vêm ao atendimento, é muito difícil gerir um atendimento com crianças, muito difícil eu pessoalmente não gosto, não gosto de falar de determinadas questões na presença dos filhos, tem que se fazer aqui uma ginástica muito grande para tentar chegar às respostas sem que sejam umas perguntas muito evidentes, mas é óbvio que mexe não é. E a questão dos idosos também mexe, ao fim e ao cabo cada problemática, não é, cada problemática tem a sua especificidade, não é, e cada situação cada história de vida toca-nos cada uma de forma diferente, não podemos fazer distinção entre famílias, é óbvio, não podemos e não devemos mas há situações que nos tocam mais do que outras, não seria correcto da minha parte estar a dizer que não, porque na realidade é verdade. E depois é a outra parte que também se ter algum rigor e alguma rigidez, enquanto a regra, enquanto os utentes que estão em instituição, de que falei. Às vezes tem que se manter aqui o distanciamento no sentido de manter alguma autoridade, porque senão é tudo muito bonzinho, é tudo muito bonzinho e depois quando se realmente tem que se chamar a atenção e tem que se fazer cumprir depois a regra e a chamada repreensão já não é bem vinda. É óbvio que o Atendimento Social é uma realidade que a pessoa vem, não há este acompanhamento, mas com os utentes que temos em refeitório social tem que haver, eles estão aqui, eles são nossos entre aspas, eles vêm aqui todos os dias à instituição, eles vêm tomar banho à instituição, eles vêm tomar o pequeno almoço, eles vêm almoçar, eles passam na instituição, ou seja fazem parte da Cáritas, fazem parte digamos assim da família Cáritas, logo com estas pessoas nós temos que, gostamos deles, não vamos dizer que não gostamos, temos um carinho, temos um afecto, mas quando é preciso, como eu costumo dizer dar um puxão de orelhas, temos que dar um puxão de orelhas, principalmente a esta população.

Entrevistadora: E que medidas de Política Social são operacionalizadas aqui na instituição?

Entrevistada: Todas aquelas que estão em vigor no nosso país actual, pronto entre aquelas que têm a ver com, que não são Políticas Sociais digamos assim, mas que têm a ver com a doutrina social da Igreja, de tentarmos respeitar ao máximo a missão, os valores, os objectivos da instituição, mas tentando sempre cumprir de certa forma aquilo que nos está imposto aqui, porque é assim somos uma instituição sem fins lucrativos, não é, uma IPSS, mas temos que de certa forma que nos seguir e nos guiar pelas

Políticas Sociais actuais do nosso país. Vamos tentando de certa forma enquadrá-las na nossa medida de actuação, para não haver aqui também uma actuação assim diferente da realidade, do que é o Atendimento Social noutras instituições ou noutras valências ou noutros serviços, mas também sempre muito tendo por base a nossa missão, os nossos valores, neste momento então que estamos a introduzir o sistema de gestão da qualidade, neste momento estamos a organizar a instituição para conseguirmos certificar as nossas valências e a instituição, tudo tem mais rigor, temos que de certa forma corresponder aquilo que a gestão da qualidade nos solicita para termos cada vez mais capacidade de resposta para os nossos clientes, para conseguirmos de certa forma corresponder àquilo e às expectativas daquilo que nos é solicitado, tendo o trabalho digamos assim organizado e de forma a conseguir minorar digamos assim as questões que nos vão aparecendo e um trabalho de qualidade, por assim dizer.

Entrevistadora: E com que medidas trabalham, o Rendimento Social de Inserção, por exemplo?

Entrevistada: Pois, isso eu já tinha referido, pessoas beneficiárias de Rendimento Social de Inserção, Subsidio de Desemprego também nos surgem muito, pronto é uma medida mas, pessoas socialmente desfavorecidas que estejam integradas em cursos de formação profissional, normalmente estas pessoas que estão nestes cursos já vêm inseridas no Rendimento Social de Inserção que a maioria destas pessoas estão também a ser acompanhadas pelos Protocolos. Nós também temos um Protocolo de Rendimento Social de Inserção na Cáritas, são outras colegas que estão e de facto estas colegas é que de certa forma acompanham estas pessoas de mais perto, fazem uma intervenção diferente com as famílias, se calhar também seria importante falar com elas, porque também se deparam com esta situação diariamente e fazem o acompanhamento à família que estão integradas em RSI e o Protocolo, e o acompanhamento mais pormenorizado na questão da gestão familiar. Nós aqui no atendimento estamos com as pessoas em sala, aqui, depois quando de facto é necessário fazer uma visita domiciliária ou não tendo em conta a situação que depois é encaminhada ou que nos chegue, depois é encaminhada, também muitas vezes são as colegas do Protocolo, mas elas fazem um trabalho com as famílias, elas têm as Ajudantes Familiares, no sentido que vão à família, tentam organizar a gestão orçamental da família, também têm um trabalho muito importante, pronto, na Cáritas dentro do Protocolo com famílias também desfavorecidas, que pronto vêm também ao Atendimento. Que às vezes, ainda há pouco

fiz um encaminhamento num atendimento de uma senhora de veio dali, que foi encaminhada por uma colega dali para outro tipo de resposta, tentando sempre articular entre todas, mas tem que haver um trabalho de facto importante, nesta questão também na questão das medidas, de seguir as medidas de Política Social como também corresponder às regras da Segurança Social, muito mais enquadradas digamos assim nesta perspectiva.

Entrevistadora: E como é que avalia o seu trabalho aqui na instituição?

Entrevistada: Como é que eu o avalio, é assim no meu ponto de vista é um trabalho eficaz, necessário, quer o meu quer o de qualquer outra colega que esteja nesta área e essencial cada vez mais porque tendo em conta que cada vez temos mais famílias, cada vez temos mais pessoas no Atendimento Social, terá que, poderá ser pretensão mas pronto, imprescindível no sentido em que tem que se estar, seja eu ou qualquer outra colega nesta área que dar resposta e a Cáritas sempre a deu e vai continuar e como falei há pouco na certificação da qualidade, cada vez há níveis com mais qualidade e com mais empenho no sentido de que se responda cada vez mais às necessidades dos nossos clientes.

Entrevistadora: Estamos quase a chegar ao fim, mas não poderia deixar de lhe perguntar o que é para si a pobreza, como define pobreza?

Entrevistada: Como é que eu defino a pobreza, ela tem tantas definições que nós muitas vezes paramos para pensar e realmente temos alguma dificuldade em defini-la. Para mim a pobreza é uma situação que lhe disse ainda há pouco, que poderá ser definitiva ou pontual, porque hoje em dia quando se fala em pobreza já não se consegue definir se é uma pobreza que se vem arrastando, porque isso se foi pobre e vai continuar a ser pobre e cada vez mais pobre, mas neste momento temos uma pobreza, uma nova pobreza e se calhar esta nova pobreza me preocupa muito enquanto profissional e enquanto técnica, porque são as tais novas famílias que vão aparecendo. Mas para mim pobreza pode ser pobreza económica, pobreza de espírito, pobreza de iniciativa, para mim pobreza não é só não ter dinheiro na carteira para poder ir comprar o que quer que seja, pobreza é a pessoa que está de certa forma por vezes destruturada ou deprimida, que não consegue visualizar uma alternativa para a situação em que se encontra, seja ela financeira, seja ela social, seja ela profissional e uma pessoa que se encontra destruturada não tem bases ela própria para se conseguir de certa forma, não quero dizer

independentizar, mas se conseguir organizar, organizar para tentar fazer face minimamente à situação em que se encontra, é uma pessoa que está a passar por um período de pobreza, seja ela qual for. Para mim pobreza não é não ter dinheiro, para mim, claro que é e que também conta, porque nós sabemos que de facto é assim, mas para mim, essencialmente pobreza é aquela pessoa que se encontra numa situação tal vulnerável, tão deprimida digamos assim e que não consegue de certa forma abrir um caminho ou porque não consegue ou porque não tem mesmo como o fazer, mas não consegue abrir um caminho para se conseguir arranjar uma alternativa.

Entrevistadora: É assim que descreveria uma pessoa pobre?

Entrevistada: Sim, não todas na generalidade, porque mais uma vez nós não conseguimos generalizar, mas é assim uma pessoa que está numa situação de pobreza ou que é pobre não é feliz. Há pessoas que conseguem dar a volta por cima e trazer um sorriso na cara e que conseguem de certa forma pensar o dia de amanhã será melhor, estas são as pessoas que se envolvem e que conseguem às vezes dar a volta por cima, mas uma pessoa que vive uma situação de pobreza é uma pessoa que não está bem, que não é feliz, que não se sente confortável, se calhar nem gosta dela própria, porque não tem culpa da situação em que está por vezes, não é, mas que se sente como se estivesse vazia, é uma pessoa vazia, é uma pessoa como eu costumo dizer com um olhar fundo, triste e escuro, essencialmente.

Entrevistadora: Como é que considera que essas pessoas vivem a sua situação, como será que as pessoas pobres vivem a sua situação?

Entrevistada: Referenciei ainda há pouco, há aquelas pessoas que ainda conseguem ter um sorriso, há algumas que ainda conseguem pensar amanhã será um dia melhor e lutam e tentam de certa forma arranjar aqui uma alternativa e que se movimentam e que ainda não estão numa situação de depressão profunda, porque existe não é e que vão tentando aqui arranjar alternativas, outras que isolam-se no seu mundo e que vêm tudo tão escuro à sua volta e tão difícil e que acabam por se refugiar, digamos assim, neste isolamento, não quer dizer que estejam isoladas da sociedade, porque as pessoas recorrem aos serviços, porque as pessoas vêm ter connosco, mas depois acabam por viver num isolamento tão grande. Se calhar às vezes as pessoas até se sentem a pior pessoa do mundo, digamos assim, porque é que isto me está a acontecer, ou porque é que tem que me acontecer a mim, o que vou fazer à minha vida, aquilo que as pessoas

de certa forma vão verbalizando, não é e são pessoas que cada vez estão mais deprimidas, muito, muito deprimidas.

Entrevistadora: Na sua opinião o que fazer para intervir nas situações de pobreza em Portugal?

Entrevistada: Tudo aquilo que nós temos estado a dizer, as instituições de solidariedade social envolverem-se cada vez mais nas respostas sociais, porque cada vez mais são as instituições sem fins lucrativos e as IPSS e as instituições de solidariedade social que têm que dar resposta a este tipo de problemas porque o Estado cada vez mais vai encurtando os apoios, cada vez mais as pessoas vão tendo menos recursos a nível do Estado. É tudo muito abrangente e é tudo muito aberto para as instituições, as instituições também não conseguiriam sobreviver se não tivessem os apoios do Estado, que também vão sendo cada vez menos. E o envolvimento da sociedade civil em geral, porque os técnicos, os técnicos podem fazer o trabalho deles de acordo com as Políticas Sociais, de acordo com as missões e os valores que as instituições cada uma delas tem, mas se não houver o envolvimento da sociedade civil em geral, se as pessoas não tiverem consciência que o país está a atravessar uma situação complicada e que se empenhem e se envolvam, seja entre elas na família, pronto na sociedade, não há aqui grandes alternativas em conseguirmos tentar ir arranjando aqui os escapes, digamos assim, para a situação se ir alterando, que vai demorar. O 2012 vai ser pior que o 2011, não tenhamos dúvidas em relação a isso, e haver aqui um empenhamento, mas principalmente, isto está complicado isto está difícil, mas principalmente se não houver o apoio, se o Estado não continuar a apoiar realmente estas questões, vai ser muito difícil até mesmo as instituições continuarem a dar respostas, porque os subsídios são poucos, as famílias são muitas e os recursos são cada vez menos. Posso-lhe dar um exemplo concreto, nós temos Banco Alimentar, as pessoas continuam a contribuir nos peditórios, digamos assim, trabalhamos em articulação com o Banco, todos os meses nos fornecem alimentos, só que é assim as pessoas que davam se calhar dois pacotes de arroz já só dão um e não chega, não é suficiente para conseguirmos fazer face às necessidades das famílias que temos actualmente. O número de famílias que temos em Banco Alimentar neste momento, às vezes é muito difícil conseguir-se fazer um cabaz minimamente razoável para as famílias todas, para conseguirmos ajudar as famílias todas nós temos que aumentar os géneros, porque não temos, porque a situação do país não o permite, porque as pessoas já não fazem os mesmos apoios, que davam na altura,

portanto o Banco Alimentar tem duas iniciativas, uma em Maio e outra em Dezembro e os apoios que se podem dar aos Bancos Alimentares, pronto durante o ano e que eles também vão conseguindo angariar. Mas é assim, esta é a realidade aqui, se calhar em cidades maiores, com situações de pobreza mais, pronto maiores, mais abrangentes, se calhar estarão a passar pela mesma dificuldade.

Entrevistadora: Ia colocar exactamente essa pergunta, que é a minha última pergunta: considera que este fenómeno da pobreza assume particularidades na região Alentejo e mais concretamente aqui na cidade de Beja?

Entrevistada: É assim a pobreza, a situação de crise e pobreza está generalizada pelo país inteiro. O concelho de Beja e o distrito também, há muitas situações de pessoas do distrito de Beja que estão em condição de pobreza e principalmente nos meios rurais, que às vezes não temos tanto conhecimento porque as pessoas têm mais dificuldade em se movimentar, porque as pessoas têm menos respostas, digamos assim. Os idosos têm reformas baixíssimas e porque foram habituados e se calhar é um bocadinho uma avaliação minha do senso comum, acho que aquilo, no passado deles também passaram por muitas necessidades e que conseguiam se calhar, pronto, não tinham pão bebiam um café e que há muitas pessoas que se calhar voltaram muito a este tipo de alimentação, não é. Os idosos alimentam-se mal, há idosos desidratados por carência alimentar e se calhar nos meios rurais do distrito de Beja, não é um estudo que eu tenha feito é aquilo que eu consigo observar enquanto pessoa, também há muita pobreza escondida de pessoas que têm, ainda há muitas pessoas que têm vergonha de recorrer aos serviços porque se encontram numa situação complicada, porque não têm que comer, mas que têm vergonha de vir às instituições ou aos serviços e dizer eu não tenho nada para comer. Porque enquanto a pessoa vem às instituições e diz assim eu não tenho nada para vestir é difícil mas, agora uma pessoa que vem e diz eu não tenho nada para comer é muito difícil uma pessoa vir, realmente isto. A cidade tem estas respostas todas, também há respostas no distrito, o Banco Alimentar também já tem um meio abrangente muito grande, não sei se teve oportunidade de pesquisar um pouco sobre isso, há muitas pessoas, concelhos e freguesias que já têm distribuição de géneros do Banco Alimentar e do Programa Alimentar da Segurança Social, no entanto o distrito de Beja é muito pobre.

Entrevistadora: Assim sendo não considera que existam particularidades em relação ao resto do país?

Entrevistada: É assim, há no sentido que a nível de recursos e de trabalho, não é, se nós falarmos num meio urbano grande, se falarmos em Lisboa claro que há desemprego, mas há alternativas quer para os jovens quer para as pessoas, há os part – time, há os grandes centros comerciais onde as pessoas minimamente se vão integrando, seja por muito ou pouco tempo, há algumas alternativas na procura de trabalho. No distrito de Beja estamos limitados aos serviços e às obras que cada vez são menos porque os empreiteiros não têm como dar emprego às pessoas que os procuram, as limpezas cada vez menos, a imigração as pessoas trabalham muito nas limpezas, as pessoas que têm menos dinheiro vão prescindindo dos serviços, ou seja falta-nos também os recursos aqui ao nível do trabalho, de termos respostas a este nível. É óbvio que Beja sempre foi e há-de continuar a ser, se não houver aqui uma mudança muito grande, uma cidade, Beja e o distrito, muito difícil a nível de não termos postos de trabalho e abrir mais postos de trabalho porque a nível do desenvolvimento estamos muito aquém do que desejaríamos, porque o aeroporto não há meio, se calhar falava-se num fluxo grande de pessoas que pudessem integrar o mercado de trabalho, mas também as coisas estão paradas e pouco mais. Se nós quisermos encaminhar alguém para trabalho, para onde? Para quê e para fazer o quê? Trabalho no campo também cada vez mais, aparece uma coisinha ou outra, cada vez mais reduzida. Há sim, há especificidades em Beja, que se calhar não há em Lisboa, Porto, Coimbra, se calhar se compararmos Beja/Évora, se calhar Beja tem mais respostas a esse nível do que propriamente, Évora tem mais respostas a esse nível do que propriamente Beja, acho eu, nada de concreto, nada de um estudo feito que tenha tentado de facto informar-me mesmo, mas no meu entendimento penso que sim.

Entrevistadora: Chegámos ao fim, não sei se deseja acrescentar alguma coisa que considere importante?

Entrevistada: Não, acho que já falei tanto.

Entrevistadora: Então muito obrigada pela disponibilidade.

**APÊNDICE E. QUADRO DE ANÁLISE DAS ENTREVISTAS
REALIZADAS A ASSISTENTES SOCIAIS**

Quadro de Análise das Entrevistas aos Assistentes Sociais

I. Prática Profissional dos Assistentes Sociais Entrevistados							
	ISS – Centro Distrital de Beja	Centro de Formação Prof. de Beja	Hospital de Beja	CSCR do Bairro da Esperança	Cáritas Diocesana de Beja	Câmara Municipal de Beja	EAPN – Núcleo Distrital de Beja
1.Tempo de trabalho na instituição	“...desde 1988, portanto há vinte e três anos...”	“...há dezanove anos...”	“No hospital há vinte anos.”	“...a instituição foi criada em 1997 e eu já trabalhava no Bairro da Esperança em 1992.”	“Há onze anos.”	“...há cerca de trinta anos...fui a primeira Assistente Social na Autarquia”	“Desde Janeiro de 2003.”
2.Percorso profissional dentro da instituição	“...até 2001...fiz trabalho directo...tinha áreas territoriais de intervenção...abrangia na altura todas as áreas...menores, comunidade, família...a partir de 2001...estive em lugares de chefia e dirigente...como directora de ...o núcleo das prestações de solidariedade ...responsável pela análise e atribuição das prestações de Rendimento Social de Inserção, Pensão Social e outras prestações não contributivas ...a partir de	“De 1992 até 2002 exerci as funções de técnica superior de Serviço Social ...a partir de 2002 passei a Chefe de Serviços... estive de 2002 a 2005 como Chefe de Serviços e em 2005...tomei posse do cargo de Directora do Centro.”	“Enquanto... Técnica de Serviço Social... exerci sempre as mesmas funções, passei a ser responsável de serviço...há quinze anos...”	“...iniciei em 1992 era monitora de tempos livres... trabalhava na Cáritas Diocesana de Beja e fazia o atendimento à população... do Bairro da Esperança e... animação de tempos livres para o respectivo Bairro, depois licenciiei-me...foi-me oferecido esse	“...durante dez anos... estive numa outra valência que é a Comunidade Terapêutica Horta Nova, onde desempenhei... funções de Assistente Social... direccionada para a área da toxicodependência ...”	“...tinha acabado o curso...Fui para a Habitação Social...a seguir à atribuição das casas foi a gestão dos bairros sociais... depois... comecei a trabalhar com os arquitectos e engenheiros...fiz parte do GTL,... havia um estudo	“...basicamente... sempre as mesmas funções, não é uma função muito específica do Assistente Social...Mas também há algumas partes onde há especificidades do Assistente Social, nomeadamente na criação de pontes, trabalho em rede, parceria...”

	<p>2008...regressei... para esta área da acção social e neste momento sou directora de um núcleo ...Qualificação de Famílias e Território,...abrange toda esta área de intervenção na pobreza de trabalhos com famílias e comunidade e respostas sociais.”</p>			<p>lugar...era técnica superior,...e actualmente sou Directora Técnica da instituição.”</p>		<p>dos becos da cidade para serem realojados... integrei vários planos de pormenor na cidade... com realojamentos sociais Depois... passei para, ... os recursos humanos, para a Comissão de Higiene e Segurança no Trabalho,... Depois fui assumindo outras áreas de intervenção...o gabinete de gestão, planeamento...a o nível de empresas,... e de projectos,... depois é que se formou...o Gabinete de Assuntos Sociais...”</p>	
--	--	--	--	---	--	---	--

3.Trabalho realizado pelo A.S. na instituição	“No...caso em concreto, que é um Centro Distrital de pequena dimensão,...a Unidade de Desenvolvimento Social,... que tem responsabilidades...da acção social,...nós temos...um sector, o Sector de Infância e Juventude, que integra Assistentes Sociais e Psicólogos e intervém ao nível das questões do relacionamento com os tribunais em matéria de menores em risco, que é a chamada EMAT, Equipa Multidisciplinar de Apoio aos Tribunais, e que actua ao nível das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Risco ao nível das comunidades, dos concelhos,...é uma equipa especializada...que... intervém nas instituições de acolhimento de crianças e jovens em risco, nos lares de infância e juventude e centros de acolhimento. Depois temos outra área orgânica,...a área da qualificação de famílias e...a área das	“...o conteúdo funcional do Assistente Social é...ao nível da selecção e recrutamento de formandos, do acompanhamento dos formandos em situação de formação profissional,...colaborar na preparação para a integração socioprofissional dos formandos,...a juntar-se a este tipo de funções, ...vem sempre aquela parte da animação, cultural, do lazer dos formandos, das visitas técnicas que são realizadas em cada área profissional,... na promoção da imagem, de divulgação e da promoção de acções de formação complementares	“...no hospital,... estamos enquadrados sempre numa equipa,... multidisciplinar ...em articulação com os profissionais de saúde...que trabalham directamente com os utentes, quer na parte de reabilitação...psicológica,...nutricional ...conhecer a situação não só do doente, mas...fazer...a ...análise do ponto de vista de avaliação social,...do contexto em que o doente vive,...não interessa ver só o doente como uma pessoa com uma doença... mas sim como pessoa no	“...fazemos um trabalho social comunitário...to das as faixas etárias estão abrangidas...é um serviço polivalente... trabalhamos com crianças desde a primeira infância até à terceira idade... com várias problemáticas desde a toxicodependência ao alcoolismo, aos problemas relacionados às crianças e jovens em risco,...o próprio funcionamento das instituições,... portanto, a coordenação de equipas, as lideranças, a coordenação de projectos... para além do meu trabalho de coordenação e	“...atendimento social, conhecer as famílias... socialmente desfavorecidas...a nível económico, familiar, social, não é só a nível económico. É feita a avaliação destas famílias...tentamos...encaminhar para as respostas que temos na instituição, para tenta minorar...a situação em que a família se encontra ou que estará a atravessar no momento actual.”	“...está no Gabinete de Desenvolvimento Social, mas há outros sectores que têm Assistente Social...educação,... habitação social... temos só duas Assistentes Sociais e...mais duas técnicas da área da Investigação Social,... aqui no Gabinete eu exerço as funções de Chefe de Equipa Multidisciplinar de Desenvolvimento Social, onde tenho a responsabilidade de várias áreas...um equipamento da Autarquia que é um Centro de Dia,... depois	“...quando eu digo não fazemos o trabalho do Assistente Social, digo naquela vertente da acção social, do assistencialismo mesmo...não somos uma instituição assistencialista... trabalhamos mais com outra vertente, da formação, da informação,...do despertar consciências,...alertar, ...combater... Não do assistencialismo, do dar, doar...considero que aqui sou Assistente Social,... porque é vejo isto a nível da formação, no lidar com os formandos ou com os formadores há outra sensibilidade...há outra dimensão, há outra empatia,...entre as instituições e o próprio técnico...esta área em que a gente faz muito trabalho em rede, das dinâmicas das parcerias...nós nessa parte estamos mais capacitados e
---	--	--	---	--	---	--	--

	<p>respostas sociais,...temos toda a intervenção direccionada para indivíduos e famílias, desde... o acolhimento e atendimento social, o Rendimento Social de Inserção, o acompanhamento às famílias e todos os programas associados e direccionadas para as famílias,...o Programa de Apoio Alimentar a Carenciados,...noutros programas...a Rede Social,...e todas as parcerias que existam na comunidade para a intervenção na área do desenvolvimento social. E depois... outro sector, que é sector das respostas sociais e promoção da autonomia,...que integra toda a área de tutela das IPSS ao nível das diferentes respostas sociais...que integra...a parte de licenciamento e acompanhamento aos privados,...que actuam...nesta área do apoio social...naquilo que diz respeito às novas competências da Rede</p>	<p>para os formandos...”</p>	<p>todo... enquadrá-lo num contexto sócio – familiar e económico...para...que haja uma recuperação...com a maior qualidade de vida...estes factores dependem ...não só...do suporte... familiar, mas o suporte ...na sua comunidade local do ponto de vista social... constitui,...o planeamento de alta,... planear, enquanto o doente está internado, todo o... processo de reabilitação...com os outros... profissionais de saúde, qual vai ser o prognóstico do doente, o que é que este vai</p>	<p>directora técnica dos equipamentos... da área sócio – educativa...a creche, os ATL’s, o próprio Centro de Dia, apoio aos idosos, estou também a representar a instituição...no Núcleo Local de Inserção do Rendimento Social de Inserção, na Rede Social do Concelho de Beja e também o Núcleo do PRODER,...núcleo de gestão, de aprovação e análise de projectos...”</p>		<p>tenho a área dos Contratos de Responsabilização Social RSI, que tem uma técnica... uma interlocutora nas IPSS e também de elaboração e gestão de projectos e depois outra técnica que faz a gestão de transportes, ...de um projecto que temos “Conhecer é Viver” com as freguesias e também transportes que as instituições peçam para saídas... Temos também... um protocolo... com o EMAS que é para famílias com fragilidade social,</p>	<p>conseguimos ir mais além nas relações e na criação de pontes para as parcerias com as instituições sociais...”</p>
--	---	------------------------------	--	--	--	---	---

	<p>Nacional de Cuidados Continuados Integrados...o caso da área das respostas sociais,...tem uma intervenção...no acompanhamento técnico às organizações e às instituições que desenvolvem as respostas sociais,...na outra área...virado para um intervenção junto dos indivíduos e da comunidade ao nível do atendimento, ao nível...do acompanhamento e ao nível das parcerias que pode passar por coordenação de parcerias,...as respostas que nós temos estão tipificadas, mas por outro lado também temos uma vocação bastante abrangente de identificação de novas problemáticas...partir dos recursos que temos...”.</p>		<p>necessitar pós-alta e contactar com as instituições locais, com a família e com o utente no sentido de conjugar todos os esforços para...assegurar de cuidados de suporte sociofamiliar na pós-alta...todos os doentes...têm que ter garantido que haja uma alta clínica e uma alta social...em termos de consultas,...há um acompanhamento o...específico às situações consideradas problemáticas, não só do ponto de vista social, mas...também a situação de</p>			<p>carenciados, e depois...a parte das pessoas com deficiência, a saúde,...”</p>	
--	--	--	--	--	--	--	--

			saúde,...o caso concreto de doentes crónicos,... doentes oncológicos, doentes do foro psiquiátrico...re quer todo um acompanhament o no sentido de ir adequando as respostas que o doente necessita à sua situação que vai evoluindo favoravelmente ou não... temos depois uma Unidade...a de Convalescença ...				
--	--	--	--	--	--	--	--

4. Trabalho desenvolvido pelo A.S. entrevistado	<p>“É um trabalho abrangente,...um trabalho mais indirecto,...não trabalho directamente nem com os indivíduos, nem com as famílias,... trabalho com as equipas, com os técnicos, trabalho com recolha e análise de dados estatísticos relativos à intervenção,...com o planeamento,...apoio às equipas,...”</p>	<p>“...é um cargo de direcção,... sobretudo de gestão a dois níveis: a gestão de recursos humanos.... afectos ao Instituto de Emprego, cerca de trinta pessoas e a gestão...dos formadores que prestam serviço em regime de prestação de serviços e que são cerca de duzentos formadores mensais; e por outro gestão corrente de contabilidade e financeira do Centro...em termos de manutenção, de instalações, de recursos físicos, de mobiliário, de transportes,... segurança, de restauração, de limpeza,... gerir no dia a dia para que a formação</p>	<p>“...é o mesmo que as outras colegas... estou com internamentos de algumas especialidade... com o acompanhamento o a consultas,... como responsável de serviço... abrange...as duas unidades hospitalares... assegurar que o serviço está a funcionar em pleno e com organização e com uniformização de procedimentos ...depois é a articulação com as chefias, com a... administração no sentido de cumprir os objectivos...que a instituição tem que atingir,...”</p>	<p>“...faço... desde o atendimento...e o acompanhamento o social,... atendimento técnico... mas também ...que passa muitas vezes por informar, ...de apoio a preenchimento de impressos, de acessibilidade aos serviços, de articulação com os serviços...vai desde o nosso nível menos exigente para um nível mais exigente... faço também a coordenação, ...dos horários do Centro de Dia, do Centro de Convívio, a ...gestão da equipa, na Creche a...própria organização dos</p>	<p>“...sou responsável pela resposta de Atendimento Social,...às famílias e também pela resposta Refeitório Social, que... ajuda famílias de facto muito carenciadas com a alimentação que vêm fazer à instituição ou levam para casa,... Essencialmente é fazer os atendimentos...ten tar perceber qual é a condição sócio – económica da família, tentar apoiar a família ...no sentido de independia-la da sua situação actual,...encaminh á-la para várias instituições nomeadamente na procura activa de trabalho, na procura...de alguns subsídios que poderá</p>	<p>“...chefe de equipa multidisciplinar, ... gerir... conflitos interpessoais e de comunicação para melhorar...o funcionamento da equipa e...a eficiência e eficácia do serviço...a minha função é um bocado ...pedagógica de partilhar a minha experiência,... e a componente técnica...no fundo estão a aprender a parte técnica,...é uma aprendizagem, sabem a teoria mas não sabem a parte prática.”</p>	<p>“...tem a ver com a missão da organização, combater a pobreza e a exclusão social. O trabalho está direccionado em...quatro linhas é a informação, a formação e a investigação e o lobby social. O lobby passa ... por...ser de alguma forma um grupo de pressão...no sentido de lançar pistas para novas intervenções, para boas práticas,...no que concerne ao combate à pobreza e exclusão social...por outro lado junto dos decisores políticos, o que é muito complicado, porque é assim nós vivemos sessenta por cento à conta do Estado, da Comissão Europeia, dos decisores políticos...temos de o fazer com algum cuidado,... tivemos alguma notoriedade ao nível dos sem abrigo, das comunidades ciganas, dos pobres em si também e na</p>
---	---	--	---	--	---	--	---

		profissional e os públicos que acorrem à formação profissional tenham o melhor acolhimento e funcionem da melhor forma e mais adequada possível,..."		anos lectivos e as listas de espera,... todos esses processos de admissão iniciais,... compromissos com as representações, ...do serviço nestes subprojectos ou nos projectos destas instituições em parceria, recebemos também trabalho a favor da comunidade,... fãço a arquitectura e o delinear projectos, a construção e execução, o... desenvolvim ento,... projectos de fundos comunitários,"	recorrer,... caso... seja uma família... com rendimentos nulos... porque resolver na totalidade torna-se praticamente impossível tendo em conta a situação actual do país."		identificação e sinalização de situações de pobreza junto desses decisores políticos, quer sejam Câmaras, Entidades Públicas, Serviços Desconcentrados do Estado..."
--	--	--	--	--	---	--	--

5. Objectivos da instituição onde o profissional exerce a sua actividade	<p>“...a Segurança Social tem esta missão,...de apoiar os indivíduos...na substituição dos meios que provêm às suas necessidades, seja por episódios de doença, de morte,...seja por via ...do seguro social, seja por via das prestações não contributivas...prover respostas de substituição dos meios, dos rendimentos que normalmente as pessoas auferem por via do trabalho...depois esta área da acção social que tem como missão promover acções de combate à pobreza, à exclusão social, de inserção dos indivíduos e de garantia de meios de subsistência mínimos.”</p>	<p>“...como serviço público de formação profissional, é...dotar os nossos públicos, principalmente da...região e do distrito de Beja, de competências pessoais, sociais e profissionais. Que as pessoas se enriqueçam escolarmente...qu e... consigam vingar profissionalmente e que...ganhem competências no sentido de se formarem com uma saída profissional... que...lhes permita mais facilmente integrar o mercado de trabalho, que resolverá em ...grande parte os problemas da maior parte dos nossos pobres da nossa região, que é ter...um vencimento para</p>	<p>“...no Ministério da Saúde existem objectivos específicos...qu e estão... formalizados em termos de orientações que nos são dadas... foram... também,... surgindo, novas áreas da saúde,... como é o caso da Rede Nacional de Cuidados Continuados,... de algumas especificidades com... doentes como os oncológicos, os AVC's, ... orientações específicas para o Serviço Social...que estão,... constituídas em normas e em guias,... manuais...a partir dos</p>	<p>“...promover e apoiar iniciativas de integração comunitária ao nível económico, social, cultural e recreativo... mantêm-se em funcionamento o Centro Comunitário, a Creche e respostas para a população em geral... os centros comunitários ...têm... componentes essenciais,...ate ndimento, acompanhamento,... informação à população e...a animação comunitária...”</p>	<p>“...ouvir, a caridade e tentar...dar uma resposta a todas as pessoas excluídas e desfavorecidas,...t entando sempre resolver ou ajudar a resolver estas situações... no âmbito da Igreja Católica, ...tendo em conta os valores da Doutrina Social ...da Igreja.”</p>	<p>“...o Gabinete em si é promover desenvolviment o social no concelho de Beja, responder...às necessidades da população,...e melhorar a qualidade de vida das pessoas....e com as instituições e a nível da Rede Social... melhoramos a comunicação... as pessoas conhecem-se todas, mas não conhecem o trabalho que cada...instituiçã o faz e é uma forma nessas reuniões de as pessoas se verem, o que...existe...”</p>	<p>“...é combater a pobreza e a exclusão social...por muitas vias...”</p>
--	--	--	---	---	--	--	---

		economicamente conseguir suportar uma família, uma casa e que as pessoas vivam com alguma dignidade... por outro lado quem está já a trabalhar... pode aumentar os níveis de escolaridade,...reciclar-se e aperfeiçoar-se profissionalmente para que...possa progredir na sua carreira...ir acompanhando as exigências do mercado de trabalho...”	quais...temos que guiar a nossa intervenção. Depois os objectivos do serviço...têm que ver com os objectivos da instituição,...po de variar de ano para ano,... depende das orientações que o Ministério dê...nós temos que nos enquadrar...”				
6. Objectivos profissionais do A.S. entrevistado	“...identifico-me muito com a missão da Segurança Social, com a missão específica que a acção social aqui tem,... identifico-me...com uma missão de combate à pobreza, de compreensão dos processos que levam as pessoas à situação de pobreza e de actuação sobre eles...”	“...responder às solicitações de quem precisa...dar resposta aos candidatos à formação profissional... neste momento é dar resposta a um grupo de pessoas...que a gente pode classificar...de	“...fazer com que o serviço funcione com qualidade,...que haja articulação... funcional e com boas condições de trabalho... com um bom relacionamento entre todos os técnicos que	“...tenho tido momentos de profunda realização naquilo que faço,...tenho procurado diversificar a minha actividade e modificá-la,...o contexto onde trabalho	“...estar cada vez mais disponível para,... continuar a fazer o meu trabalho com...famílias,...e m conjunto com a restante equipa... arranjarmos cada vez mais soluções para ...enfrentar a crise que se está a atravessar não só	“...gostava que a minha equipa fosse a melhor... desenvolvesse um trabalho diferente e melhor... para responder...às necessidades das pessoas e das	“...continuar a trabalhar...aqui...o objectivo profissional... passa por estar satisfeito,... contente com o trabalho,...é combater a pobreza, ajudar...estar sempre disponível para criar parcerias...E sentir-me bem comigo próprio...”

		<p>desfavorecido,...pessoas que vivem situações de pobreza,...de carácter económico...mas também...a um nível social e...educacional...que as pessoas fiquem com uma profissão,...com uma qualificação profissional, mas que...também possam relacionar-se com outras pessoas,...crescer pessoalmente,...e integrar na sua conduta alguns valores e...princípios,...serem bons colegas,...serem boas pessoas para elas próprias, serem justos com eles próprios,...saberem relacionar-se, saberem respeitar o próximo e</p>	<p>trabalham aqui...uma boa comunicação...uma linha comum de entendimento entre todos para que o serviço possa funcionar...com qualidade...Faço habitualmente reuniões de serviço...não só para...troca de informações, mas também para aferir ...alguns aspectos que têm que ser uniformizados, ...melhorados... “</p>	<p>é...muito complexo,...um a população muito dependente,...dos serviços da Segurança Social e de outros serviços...que...prestam apoio à comunidade...o atendimento é um trabalho muito mais desgastante em termos emocionais, ...a...animação comunitária e o trabalho com grupos favoreceu outro tipo de projectos...muito gratificantes...a quilo que ...procurei sempre foi ter novas experiências para acumular sabedoria...</p>	<p>em Beja, mas no país...dando um pouco de nós, enquanto pessoas, profissionais ...para...minorar...perceber o contexto actual do país e as novas medidas sociais, de forma a que como instituições de solidariedade social, consigamos responder...àquilo que está a acontecer actualmente...”</p>	<p>instituições...fazemos a planificação das actividades e dos objectivos,...depois surgem sempre coisas que nos obrigam a mudar e a não cumprir os objectivos que temos determinados,...isto também faz parte da nossa profissão...às vezes ...também é um constrangimento ...e também é um constrangimento ,...estas novas tecnologias porque passamos muito tempo no computador, é...importante ...só que nós devemos estar no terreno e não aqui...estou um dia sentada em frente a um ecrã</p>
--	--	---	---	--	--	---

		aqueles com quem trabalham... competências pessoais que lhes permitem... chegar a outro patamar...as competências profissionais.”		um maior conhecimento e experiência em várias áreas...tenho procurado integrar outros núcleos e até fazer voluntariado noutras instituições similares... tem sido muito estimulante, logicamente com momentos de frustração e emocionalmente mais em baixo... termos de objectivos procurei retirar da minha experiência a possibilidade de fazer alguma coisa... individualmente, ...inicie o mestrado, pensando...em produzir algum trabalho que fosse útil às próprias		e que devia estar no terreno... e as técnicas...é visar facturas, requisições...de via estar a fazer outras coisas na área social,...o Serviço Social devia repensar... estas questões,...”	
--	--	---	--	---	--	---	--

				entidades parceiras e à... intervenção no Bairro,... “			
7. Articulação do trabalho do A.S. com outros profissionais	“...é talvez das questões mais complicadas que existem...nesta área da intervenção social...há muitos técnicos a intervir, há muitos técnicos e não só...é uma área que toda a gente acha que tem competências para intervir e que...não são precisas grandes competências...é uma área muito apetecível,...Isso coloca problemas complexos de articulação,... institucional,... técnica,...operacional...nã o é fácil encontrar caminhos que evitem as sobreposições,...os confrontos na intervenção nas famílias que sobrecarreguem as famílias com exigências que são desajustadas,...é uma questão que está a ser trabalhada, já foi identificada... Internamente também se colocam questões de articulação,...pelas mesmas razões,...tenho	“O trabalho é muito fácil de articular,...nós temos um trabalho muito em equipa,... internamente,...to dos contribuem para um objectivo em comum,...dar resposta a quem precisa de fazer formação profissional, de integrar o mercado de emprego... ...desde as Técnicas de Diagnóstico...os profissionais de RVCC...ou outros profissionais como o Assistente Social, os Médicos do Trabalho, os Técnicos de Formação, todos estes...periodicam ente fazem reuniões... como dirigente tenho um	“Isso é diariamente,...te mos o gabinete aqui...temos o sistema informático...aq ui,...se pudéssemos ter...um sítio onde trabalhamos era lá que estariamos...o que...trazia um inconveniente que seria a perda de contacto entre os profissionais,...i sso... acaba por acontecer... Temos uma colega em Serpa, temos uma colega no Departamento de Psiquiatria,...qu atro na urgência,... mas isso	“...sou uma pessoa flexível,... também há situações em que eu não concordo...e digo aquilo que penso,...o facto de não ter má relação com as pessoas... ajuda muito nos contactos e no...trabalho em parceria... Se...tiver que defender uma coisa,...não me importo de confrontar o colega com essas situações,... Procuró...fazer o melhor para o meu trabalho...a articulação não é má,...o que nos coloca alguns problemas é a morosidade dos	“...é um trabalho que tem que ser...de facto articulado... porque sozinhos não conseguiríamos... articulamos com as colegas dentro da própria instituição... com outros profissionais de outras instituições,... da Segurança Social, o Hospital, a Câmara, as Juntas de Freguesia, todas as instituições que...têm também uma vertente social, ...Departamento de Saúde Mental, cada vez mais as pessoas aparecem- nos mais deprimidas...é necessário encaminhá-las,...”	“...articulo através da Rede Social ou então através de ...pequenos grupos...de trabalho... articulamos as intervensões...t em sido muito positivo,... as...colegas das instituições...tê m essa necessidade,... antigamente...a s instituições estavam muito isoladas,...o trabalho não era visível e neste momento as instituições estão muito mais abertas,...e as direcções também com isto vão abrindo...se não nos derem certa autonomia e responsabilidad	“...tem existido uma lacuna muito grande, as instituições quer sejam sociais,...públicas,...câ maras,...já... Alertámos...junto da Rede Social do Concelho de Beja, junto da Plataforma Supra Concelhia...e só tivemos a colaboração,...de uma colega da Associação Terras Dentro, ...a única que conseguiu identificar quatro famílias...elas estão nas bases de dados das instituições,...e continuamos a apelar para que isso aconteça,...ajudar essas famílias pobres, porventura vão pensar que não há pobres em Beja,...a grande questão...é o tal trabalho em rede e as parcerias, eu chamo- lhe...o umbigo social, cada um olha para o seu umbigo e se não é meu

	<p>um papel de coordenação, os meus processos de articulação,...</p> <p>técnicos são...marcados por essa questão,...há uma orientação que vem para o Centro Distrital...é da minha responsabilidade,... traduzir aquilo em orientações para as equipas,...da maneira que eu considero facilmente... integrável...nas práticas e nas rotinas...os canais com os técnicos estão permanentemente abertos,...temos relacionamentos muito informais...há essa articulação mais informal...quando as orgânicas são...mais complexas,...como é o caso deste Centro Distrital...a eficiência da nossa resposta e da nossa actuação depende muito de boas articulações,...”</p>	<p>procedimento, de quinze em quinze dias à segunda-feira faço a programação para os próximos quinze dias com os Técnicos de Diagnóstico,... em termos externos há uma articulação muito grande entre o Assistente Social, ...entre os Conselheiros de Orientação Profissional,...Técnicos de Diagnóstico ou os profissionais de RVCC, há com os Centros de Emprego da zona,...com o IDT...com os serviços de saúde,...com os CNO's e com as escolas...com o Estabelecimento Prisional... com as Câmaras,...ao nível dos Conselhos Municipais de</p>	<p>não...impede de fazermos reuniões periódicas... sempre que seja necessário,...o contacto é sempre feito. com os outros profissionais...vamos diariamente aos serviços,... Fora da instituição é diariamente, é...a base mais importante do nosso trabalho...o ponto de partida é dentro da instituição, porque é aqui que nós temos o doente...mas depois é lá fora...os colegas,...é que conhecem os doentes, os doentes não pertencem à instituição,...pertencem à comunidade é lá</p>	<p>processos...muitas vezes os colegas não são responsáveis...tem a ver com as chefias,... acontece muitas vezes...com a execução dos projectos... com a própria reorganização, porque as...instituições ...mudam de acordo com as orientações a nível nacional e das legislações em vigor e até das mudanças de executivo... há uma questão com que os profissionais se confrontam...é o facto...de muitas vezes as direcções e por questões de hierarquia, muitas vezes podíamos conseguir resolver as situações</p>		<p>e também não podemos desenvolver nada...”</p>	<p>utente, se eu não tenho...protagonismo com esta intervenção, é do meu concorrente e na área social não devem haver concorrentes...isso é para a área comercial,...digo que colaboro e depois vou esquecendo que colaboro,...há aqui falta de brio em termos de parcerias, de trabalho em rede,...”</p>
--	--	--	---	--	--	--	---

		<p>Educação,...do CLAS... é uma atitude de muita abertura da parte do Centro de Formação para com a comunidade... temos todos a ganhar.”</p>	<p>que vivem,...que têm a sua família,...que têm as instituições...,mesmo assim em Beja há os serviços que conhecem muitos dos nossos utentes... é lá que...vamos complementar, ...a informação...do doente e da família... quando são situações mais problemáticas... fazemos um projecto de intervenção com as próprias instituições sobre a intervenção a ter com este doente e com esta família pós alta hospitalar.”</p>	<p>em...menos tempo,...temos alguém acima de nós que tem que decidir...que acha que...não deve ser o técnico a resolver essa situação... influenciam o nosso nível de motivação para o trabalho e o nosso nível de frustração... isso não é produtivo... “</p>			
--	--	--	---	--	--	--	--

8. Valores que informam a prática profissional do A.S.	“...considerar que as pessoas têm sempre um potencial de mudança e de capacidade de controlo sobre as suas vidas,...a questão da dignidade das pessoas no relacionamento com os serviços,...criar uma situação de relação que seja digna para todos...”	“...o primeiro valor é a honestidade, a justiça e...a igualdade porque a discriminação...m e incomoda... todos nós somos iguais dentro dos parâmetros institucionais,...da resposta que as pessoas têm que ter, do acesso...aos serviços...”	“...são os valores... respeito por toda e qualquer situação,...é básico...da nossa... formação de base...o respeito por todas as pessoas...e fazer o nosso trabalho com qualidade...”	“...é o valor humano, da dignidade humana,...do lado de lá há sempre uma pessoa,... coloco-me muito no lugar da outra pessoa... evito,...o preconceito. é uma situação que tenho vindo a trabalhar... ser mais genuína na relação com a pessoa,...em termos de valores profissionais, são as questões pedagógicas,...há muitas situações em que temos que impor,...um determinado depois outros, a honestidade,...”	“...humildade, do respeito ...como profissional a confidencialidade ...ver o próximo... enquanto pessoa,... corresponder e dar às pessoas uma imagem de que estamos aqui para ouvi-los,...ajudá-los,... tentarmo-nos sempre pôr no lugar do outro,...de acordo com as Políticas Sociais com as quais nos vamos deparando e com as limitações que temos...passar às pessoas a mensagem do conforto,... conseguir estar com a pessoa, ouvi-la, ajudá-la, já é meio caminho andado..., essencialmente o ouvir.”	“...a assertividade, a tolerância, ser...muito calma, não reagir de forma agressiva,... tentar adaptar-me às situações e viver de acordo com o existente... se não for tolerante não souber ouvir, ...não resulta, uma pessoa passasse atendendo aos problemas que existem...e depois vêm as depressões,...te mos que nos resguardar e ter defesas,...”	“...A sinceridade, depois a imparcialidade,... não ir atrás de grupos favorecidos, nem desfavorecidos, no sentido social ou das questões políticas,...de grupos económicos...”
--	---	--	---	---	--	---	--

9. Referenciais teóricos subjacentes à prática profissional do A.S.	<p>“...tenho uma visão sobre a mudança social que integra muito a dimensão comunitária,...que as pessoas mudam...na sua relação com os outros...com as comunidades em questão, nos processos de participação social que podem ter...tenho alguma dificuldade em isolar os indivíduos do seu contexto e de não trabalhar ...os contextos de vida e a relação com esses contextos...depois...questões relacionadas com o trabalhar as autonomias e os processos de desenvolvimento pessoal.”</p>	<p>“...não havendo um só referencial...que possa...fragmentar a leitura da nossa prática,...tenho-me pautado sempre por princípios uns que aprendi ao longo da minha formação e outros que fui adquirindo...sobretudo são modelos que condensem no seu esquema,...a liberdade, a inovação, a não acomodação,...a justiça social...com uma cautela muito grande ...não entrar em rupturas, ...negativas, se forem rupturas para melhorar...brechas,...fissuras que existem...na nossa prática e no todo social,...muitas vezes com</p>	<p>“...já me perdi nessas coisas há muito tempo. A gente ...enquanto tira o curso ...criamos as raizinhas, é como as plantas...temos as partes teóricas que são todas muito bonitas e...muito úteis para quando...tivermos que recorrer a elas na nossa prática,...ficamos com a biblioteca dentro de nós,...quando...começamos a trabalhar no terreno é que vamos crescendo...conforme a motivação e o empenho e a dedicação...de querer sempre saber mais...isso</p>	<p>“...quando passamos para o terreno há...como que uma ansiedade permanente, porque é como se...estivéssemos a aprender a prática que não aprendemos...a transportar dos livros para a prática...há autores que vêm ainda do tempo da licenciatura,...a o nível do Serviço Social, o Ander-Egg...Cristina de Robertis,...Maria do Carmo Falcão, Vicente Paula Faleiros,...já vão uns aninhos largos...outros autores,...estou a tirar o Mestrado em Ecologia,...autores mais da área da sociologia,...li</p>	<p>“...a prática é tão importante e nós absorvemo-nos tanto,...que...a parte teórica perde-se um bocadinho e temos consciência disso...referenciar alguma metodologia ou...coisa do género, não vou conseguir dizer,...aquilo que nós conseguimos apreender durante o curso,...principalmente durante a fase de estágio...foi essencial e fundamental,...”</p>	<p>“...aquilo que aprendi, já não é (risos)...evolui de acordo com aquilo que aprendi,...comecei no 25 de Abril,...estudei muito a Mary Richmond,...acho que é importante todas as pessoas lerem, para reflectir,...Paulo Freire, que é a minha referência ...actual,...fui evoluindo...com os estágios...também fui-me adaptando,...ajudou muito...”</p>	<p>“Quem me marcou mais em termos teóricos, de filósofos,...Kant e Hegel e um bocadinho Nietzsche...talvez fosse uma altura do liceu, que me marcaram...outro...foi ...Marx....Depois...já no Instituto de Serviço Social,...não poderia deixar de referenciar o Ander – Egg.”</p>
---	--	---	--	---	--	---	--

		os conflitos... institucionais...ac abamos por progredir,... melhorar a nossa prática... repensar as nossas práticas,...”	depois já depende de técnico para técnico... quando precisamos...já sabemos onde podemos recorrer em termos teóricos... penso que a formação pós curso é extremamente importante,...qu alquer pessoa que vá trabalhar para uma área específica,... toda a gente obrigatoriament e devia fazer formação nas áreas em que trabalha e ir sempre actualizando essa formação,... tem que ser adequado às novas situações e uma delas é a pobreza.”	algumas coisas do José Machado Pais, que...tem trabalhos com jovens e com comunidades...g ostava era de ter...mais tempo para fazer uma paragem e...relembrar ...os autores de referência... para...poder...cr iticar de forma mais construtiva os próprios autores.”			
--	--	--	---	---	--	--	--

10. Estratégias utilizadas pelo A.S. no exercício da profissão	<p>“...aquilo que...faço é mais de retaguarda...discuto casos com os colegas,...valorizo muito estratégias...de trabalho em grupo, ...as pessoas em...tendem a valorizar-se...estratégias que criem,...relação entre o técnico e o beneficiário,...que criem situações e contextos de valorização das pessoas,...a tendência normal...quando vêm ter com os técnicos da nossa área,...a questão de obtenção de recursos financeiros...as pessoas vêm com essa expectativa e isso determina logo a postura das pessoas face a nós,...elas vêm em situação de necessidade,... Valorizam...essa dimensão da necessidade...da forma que elas pensam que mais rapidamente pode provocar no técnico o impulso de ajudar,...muitas vezes isso é uma postura que é desvalorizadora da própria pessoa e...nós percebemos que aquela pessoa noutro</p>	<p>“...em primeiro lugar é o diálogo,... conversando com as pessoas... vamos sempre ao entendimento... temos que ter uma capacidade muito grande de ouvir as pessoas,... depois de as ouvir...com elas traçar um plano,... embora... durante o tempo todo da audição possa...ir compondo qualquer proposta de intervenção,... acho que deve ser seguida dessa estratégia de participação...que não está só nos livros e nas teorias e nos modelos de empowerment...”</p>	<p>“...as coisas surgem naturalmente...todas as dificuldades...dúvidas que vamos tendo,... facilmente são partilhadas com as colegas no sentido...de troca de informações e de chegar a um consenso,... ultrapassar a dúvida que a pessoa tem ou melhorar a sua intervenção ...há pessoas que apesar de...trabalharem há muito tempo,...ou há pouco ... confrontam-se com... situações com as quais têm mais dificuldade em lidar,... principalmente pelas nossas características... pessoais,...isso</p>	<p>“...as estratégias têm que estar sempre presentes,... num contacto individual,...com grupos ...a estratégia é como se fosse as várias tentativas que ...vamos fazendo, é o acertar ou errar...fala-se muito agora nos planos estratégicos,...A questão da qualidade ...trouxe a possibilidade às instituições de crescerem nesse domínio,...da definição de estratégias,...se vamos desenvolver uma actividade, temos que contar que...possa não resultar... temos que ter à partida uma estratégia subjacente,...</p>	<p>“...perceber...se aquilo que me está a ser passado..., corresponde, não é a questão do duvidar ...mas tem que haver algum rigor quando se está a fazer um acompanhamento, ... tem que ser solicitado tudo aquilo que... prove que tudo aquilo que a pessoa nos está a dizer corresponde e é de todo verídico,... para não irmos no erro de olharmos para a pessoa e acharmos que a pessoa realmente precisa sem...fazer... esta avaliação... e Se falarmos do refeitório tem que haver a regra, o cumprimento dos regulamentos internos,...dos acordos, porque a</p>	<p>“...não utilizo estratégias,...no fundo é o bom senso ...saber, eu aquilo que as pessoas vão dizer,...tento estar mais à frente, quando a pessoa pensa,... já tenho a resposta mais à frente para dar,...isto é um exercício que eu faço muitas vezes de cabeça,... quando penso numa situação já sei mais ou menos qual vai ser a resposta, mas eu já tenho outra resposta para dar...temos que arranjar estratégias e adaptarmo-nos às situações,... não prejudicar ninguém, mas saber dizer as coisas...de uma forma assertiva,...</p>	<p>“...passa...por a formação de base que uma pessoa tem,...conjugada com a maneira de ser do técnico,... não olhar as pessoas para baixo nem as pessoas para cima, olhar as pessoas de frente ao mesmo nível, quer sejam técnicos,... Presidentes de Câmara, ...Ministros,...sem abrigo, toxicodependente...Um a das estratégias iniciais é tratar o outro como eu,...a partir daí criar empatia que depois o resto funciona.”</p>
--	--	--	---	---	---	--	---

	contexto tem... competências que ali ela não deixa ver,...a possibilidade ...significa que nós estamos a descobrir outra pessoa ali,..."		é visto em grupo...no sentido de ajudar...a colega...ou então vai outra colega fazer o atendimento e agarrar a situação se a pessoa não consegue."	inverter a situação para que resulte, ...e às vezes não resulta mesmo...."	população é...muito abrangente, desde a pessoa que está numa condição social desfavorecida, ao toxicodependente, ao ex-recluso."	justificar de uma forma técnica... qualquer pessoa pode fazer um determinado trabalho, mas nós somos técnicas e ai temos que exercer a nossa função...se não formos técnicas eles também não acreditam em nós,...e nós também acreditar um bocado naquilo que queremos..."	
11.Modos como o A.S. actualiza os seus conhecimentos a nível profissional	"Dei aulas muitos anos,...foi muito importante para mim...o que me fez dar um salto grande,...Neste momento,...vou lendo...vou pesquisando não muito sistematicamente, mas com alguma preocupação."	"...vamos actualizando com aquilo que nos vamos confrontando no terreno, no dia a dia quando abrimos a televisão.... com os livros que...vamos lendo, com os jornais. Mas vou fazendo acções de formação quando	"São as formações e leituras...nas especificidades que... interessam para a minha prática profissional... sem isso não se consegue..."	"...ler algumas coisas de alguns autores, até novos autores,... tenho uma actividade em que é muito fácil a dispersão,... são muitas problemáticas, ... é preciso ...priorizar e focalizar... tenho feito muita formação em	"...estar informada da situação actual do país,...da crise económica... Através dos meios de comunicação social,...de contactos com outras colegas,... através de agora que se fala tanto do PES, tentarmos perceber o que é o PES..."	"...ler, consultar a internet, falar com pessoas,... vou muito aos sites brasileiros,...é muito importante com...outros grupos profissionais falarmos sobre determinadas coisas,...no mesmo tema ver	"...não tenho tempo para ler um livro do princípio ao fim, o último...que li foi do Capucha, há dois anos ou três anos, na altura das férias "As Famílias Multidesafiadas"...o que se consegue ler...é uma leitura transversal,...da pesquisa que fazemos,...no local de trabalho nem pensar,...no pós-

		<p>posso, nem sempre temos disponibilidade e nem sempre há oferta,...na nossa região...não podemos estar parados,...os nossos públicos se vão transformando, as necessidades...vão sendo diferentes...no dia a dia...o que nos rodeia,...é a maior reciclagem... na nossa vida.”</p>		<p>vários domínios... à medida que vou integrando determinadas actividades ou projectos vou focalizando para essa temática... comecei a concorrer para uma Escola Secundária,...comecei a ter que preparar algumas unidades modelares sobre questões sociais,...e...frequentar um mestrado pensando na comunidade em que eu intervenho,...na área da Ecologia Humana e dos Problemas Sociais Contemporâneos .”</p>	<p>Ainda não estudei, não avaliei de forma muito objectiva e concreta,...”</p>	<p>a visão diferente...”</p>	<p>trabalho, fins-de-semana, férias...a vida familiar também não dá...para isso,... vamos fazendo...leituras assim transversais,... documentos aqui do núcleo ou da organização,...”</p>
--	--	--	--	--	--	------------------------------	--

II. Trabalho realizado pelo Assistente Social com pessoas em situação de pobreza							
12. Pessoa responsável pela triagem das situações de pobreza	<p>“...todos os Centros Distritais temos...uma função...chave,...que...per mite tomar conhecimento com as situações...o acolhimento e o atendimento social...não temos propriamente uma triagem, mas isso já tem a ver com o processo organizativo,...temos uma função de acolhimento no distrito inteiro,...todas as pessoas podem aceder...é por aí que ...tomamos conhecimento, ...com as situações de alguma precariedade, pobreza,...Pode haver depois outras situações que...venham de contactos de serviços ...de Juntas de Freguesia ou de IPSS’s...escola...pode haver entidades que sejam sinalizadoras,...na comunidade, mas o atendimento acaba por ser a porta de entrada.”</p>	<p>“É sempre o Assistente Social... quando há formandos que são sinalizados como pessoas pobres,... embora os... regulamentos... há questões que não são muito adaptadas,... mas...há um acompanhamento o especial da parte do Assistente Social...faz articulações com as entidades... com a Segurança Social articulamos com a Segurança Social...a saúde...com o IDT...com os CAT’s...com a Cáritas,...o Bairro da Esperança... há sempre uma</p>	<p>“...não trabalhamos com situações de pobreza,... trabalhamos com todos os utentes deste hospital,... não há intervenções específicas com situações de carências ou de pobreza, há intervenção com o doente,...e com a família... quando... aparecem as situações de carências ou...de pobreza, obviamente que há um acréscimo de intervenção...d e suporte sociofamiliar a este doente...Isso é feito sempre em articulação, com a Segurança Social, a</p>	<p>“...em 1993, que foi... Quando... comecei a ter mais contacto com esta realidade... os serviços locais começaram a sentir um problema muito grande, ...sentiam que toda a comunidade solicitava apoios nas instituições da cidade, mas que não havia uma intervenção que alterasse a situação da população... nessa altura... começou a articular-se o atendimento...q uando foi criado o Projecto de Luta Contra a Pobreza,...os processos de acolhimento,</p>	<p>“...sou eu e a outra colega que também faz atendimento social. Fazemos as entrevistas,... as marcações no atendimento social e avaliamos...a condição sócio – económica da pessoa,... poderá ser uma situação pontual,...uma situação de pobreza pode acontecer a qualquer família...não é sinalizada logo como uma situação de pobreza, mas...já existem situações em que uma família dita...normal,...va i...pedir determinados apoios, porque os aumentos da renda da casa,...nível da alimentação, da escola dos filhos... é aqui na resposta</p>	<p>“...as situações de pobreza... por exemplo, nós foram detectadas...pel o EMAS, uma empresa municipal...mu itas pessoas... não pagavam a água,...o EMAS encaminhava as pessoas para aqui,... é uma área nova a nível da pobreza e tem a ver com a crise,...há duas técnicas que fazem as caracterizações, as pessoas vêm e são atendidas e depois é feita uma caracterização socioeconómica . Elaborou-se um protocolo com o EMAS...em que a pessoa</p>	<p>“...não temos uma triagem efectiva de pessoas em situação de pobreza, nem apoiamos pessoas individuais...às vezes surgem pessoas para algumas informações... quando vejo na rua, identifico... situações de pobreza, ou sinalizo para as colegas que estão nas instituições mais próximas ou nas ...Juntas de Freguesia...nas Câmaras Municipais...e Segurança Social, evidentemente... temos...o Conselho Consultivo Local, que se baseia em pessoas que viveram situações de pobreza ou conhecem situações de pobreza,...O objectivo deste grupo...passa...por ...dar voz aos pobres, serem eles a identificar as situações de pobreza, a dizer o que é que é necessário para dar volta</p>

		acção articulada... as pessoas antes de entrarem passam por...o acolhimento...mesmo que...não venham muito referenciadas pelos Centros de Emprego ou de outros sítios,... a Assistente Social é que faz esse acolhimento...o regulamento devia estar...mais flexível... quando as pessoas atingem um nível de faltas,... justificadas como injustificadas,... não podem permanecer,...trabalhamos com sistemas informáticos,...Nestes casos, de públicos mais desfavorecidos, ...passa...para	Cáritas,...as instituições...que e têm como objectivo colmatar as situações de pobreza,... um dos objectivos da intervenção...é ... minimizar a situação,...a questão de sobrevivência diariamente desta família,... com a situação de doença de um dos elementos... assegurar que quando o doente sai haja...um maior acompanhamento,... salvaguardar que haja...as coisas básicas do dia a dia, ...uma alimentação, um tecto...e se há crianças que...sejam integradas em	...cujas famílias estavam identificadas... já tinham sido atendidos,... tinham uma história de dependência dos serviços e...havam os processos familiares que eram os processos da restante população do bairro... aquelas famílias...de situação social crónica mantêm-se e há outras famílias novas...o atendimento...so u eu que o faço, depois...há uma colega ...que também é Assistente Social e às vezes detecta situações ou encaminha-me quando são situações muito específicas,...”	Atendimento Social que...é avaliada a situação da pessoa e que é definida...se é uma situação pontual ou se vai continuar a recorrer a nós...”	atendendo à fragilidade económica pagava a dívida em prestações,... as pessoas têm que pagar sempre qualquer coisa,...não acho que as pessoas não devem ter que pagar nada,... temos duzentas e tal famílias em planos de pagamento,...é uma pobreza que não havia antigamente... obrigou-nos a criar um serviço de resposta para ...estas situações,... as pessoas estão a cumprir... podem surgir no atendimento,... por outras instituições,... não temos forma de fazer a	a esta situação e para a voz deles chegar até aos...decisores políticos...”
--	--	---	---	---	--	---	---

		as mãos do dirigente...se houver razões plausíveis documentadas é possível as pessoas permanecerem e damos-lhes mais algumas oportunidades... não esquecemos que elas não cumpriram, mas é trabalhada a questão com eles...”	instituições escolares,... pré escolares, onde de facto poderão estar melhor...”			triagem,...é feita...de acordo com as pessoas que vêm...”	
13.Perfil das pessoas pobres que recorrem à instituição	“...vêm porque os seus pais já vieram e provavelmente os seus avós também já vieram,...são famílias que vêm continuamente à Segurança Social, ...por vezes estão enquadradas no Rendimento Social de Inserção, outras vezes não estão porque a condição de recursos não lhe confere esse direito,...são pessoas que criaram já uma relação de dependência bastante grande com a instituição, que não têm meios de autonomia próprios ou nós não os conseguimos trabalhar devidamente, há...um...	“São pessoas marcadas pela sua situação,... são pessoas que de início querem dar a volta à sua situação... mas que depois embora a ajuda toda... fazemos muito mais por eles que eles próprios,... não conseguem... não trazem regras,...não trazem	“...não trabalhamos com situações de pobreza,... trabalhamos com todos os utentes deste hospital,... agora quando nos aparecem as situações de carências ou dificuldades de pobreza,... tem a ver... com a sobrevivência desta família, ainda mais com	“...é um perfil muito variado...há sempre...uma carência, há sempre famílias com um nível inferior,...ao nível médio...a fasquia está sempre em baixo... pessoas que são beneficiárias de RSI ou...com vencimentos baixos ou que um dos elementos está	“...é um perfil muito genérico,... são ...pessoas que estão desempregadas, beneficiários de RSI, em situações de incumprimento salarial...com salários em atraso, famílias monoparentais, famílias de etnia cigana... São pessoas que de certa forma,...que recorreram sempre aos serviços,...não conseguiram dar a	“...há pessoas que não sabem gerir o dinheiro. Há pessoas...da classe média que vêm aqui por questões de dívida de casa...há muitas que não pagam renda de casa,...com a actual crise, ...neste momento é muito classe média...depois ...também os Contratos de	“...mais instituições,...IPSS...entidades públicas...Câmaras Municipais,... técnicos...das entidades públicas e institutos públicos,...mais da área social...muitos alunos... nomeadamente de Serviço Social...à procura de livros ou...de algumas matérias mais específicas relacionadas...com a pobreza...com comunidades ciganas... violência familiar,... um ou outro de Animação,

<p>número significativo...de pessoas que estão há muitos anos...dependentes desta relação, que muitas vezes passa por apoios económicos... depois temos,...mais neste momento,... pessoas que por alguma razão em algum momento da vida alguma coisa as colocou numa situação de vulnerabilidade, ou porque tinham um negócio próprio e o negócio deixou de dar e ficaram com dividas e...ou porque tinham um trabalho por conta de outrem...ou por outros factores que implicaram rupturas, ...naquilo que as pessoas tinham e que era fonte de equilíbrio...ultimamente...tem-se notado algum crescimento em pessoas que acumulam dividas,...Depois há muitas pessoas que...vêm ao atendimento à procura de respostas sociais para familiares idosos,...mais do que qualquer outro tipo de resposta,...e nem sempre são pessoas em situação de precariedade económica, às vezes ...entram em relação com a Segurança Social, por</p>	<p>interesses, não trazem grandes perspectivas,...a cabam por ficar pelo caminho... não valorizam ainda muito o que...pode ser a formação profissional...para eles... Depois são pessoas que pedem muita ajuda, que querem ser muito ajudados, mas... acabam por não estar muito dispostos a dar a quota-parte,...”</p>	<p>a situação de doença de um dos elementos... assegurar que quando o doente sai haja...um maior acompanhamento o,... salvarguardar que haja alimentação,...a s coisas básicas do dia a dia,...um tecto...que estas crianças sejam integradas em instituições escolares,... pré escolares, onde...poderão estar melhor...não só têm uma alimentação garantida... são bem tratadas, bem cuidadas,... não...que a família não o faça,...mas... já têm preocupações diárias com a</p>	<p>desempregado, ...em termos de...apoio aos idosos... habitualmente são pessoas com reformas mínimas, pensões sociais,... temos...um ou dois indivíduos com problemas psiquiátricos,... pessoas reformadas por invalidez ...são reformas mínimas.... E agora nesta fase,... começam a recorrer outra vez mais ao atendimento,... iniciou o ano lectivo, situações de livros,... escolares... com a alimentação pessoas que estão com a vida muito desorganizada...</p>	<p>volta por cima e continuam a ser subsidiadas... o que recebem não chega, ...para fazer face às despesas de alimentação, ...de habitação, a água, a luz, o gás, as despesas... medicação,... há pessoas cada vez estão mais deprimidas,... precisam de recorrer à medicação para conseguirem manter-se minimamente estruturadas. E são estas novas famílias, pessoas que têm...ainda uma integração em mercado de trabalho,... mesmo que pronto com salários baixos...tenho em conta a situação que o país atravessa, os aumentos das rendas da casa, as dividas...os</p>	<p>Responsabilização Social ...com as famílias de etnia cigana, que não fazem cumprimento do pagamento das rendas ...da água, nem da electricidade..., e têm rendimento social de inserção, ...”</p>	<p>de Enfermagem ...em termos de prioridades do Núcleo,... apontamos...para o envelhecimento, as pessoas idosas são aquelas que são mais pobres... há outras franjas...a nível do desemprego que também,...se verifica...áreas mais específicas,... dos sem abrigo, dos toxicodependentes, porque os sem abrigo surgem em grande parte dos toxicodependentes...das doenças mentais,...e das comunidades ciganas.... “</p>
--	---	--	---	---	--	---

	via de uma... aquisição de ajudas técnicas para deficientes...”		sua sobrevivência...”	olhamos para aquela família e há anos que é assim...as pessoas estão numa situação de bola de neve ...não conseguem sair...estão sempre... naquele registo...”	créditos que se vão contraindo, vão surgindo no Atendimento Social...as famílias sobre endividadas,...ou pagam o que devem e não comem ou comem e não pagam o que devem...há os jovens que estão desempregados e...são beneficiários de Rendimento Social de Inserção, famílias jovens já estão constituídas, casados, juntos e têm filhos. Faixa,...meia idade, famílias ...que viviam... estruturadas e...de repente a vida deu um boom e idosos com reformas muito baixas, que não têm...forma de conseguir pagar a medicação, a alimentação, a casa....”		
--	---	--	-----------------------	--	--	--	--

14. Forma como o A.S. tem conhecimento das situações de pobreza	Porque se dirigem ao atendimento...mas... Outras...são sinalizadas por...entidades ou por terceiros, às vezes...são pessoas da comunidade,...que sinalizam uma situação...e a polícia já tem acontecido sinalizar situações de sem – abrigo.”	“Os Centros de Emprego da Zona...é de onde vêm a maior parte dos encaminhamentos... Depois há uma articulação...com todos os outros parceiros da nossa comunidade.”...	“...na triagem que... fazemos diariamente com os doentes, isto em termos de internamento, outros são enviados pelas consultas directamente pela equipa de tratamento do médico ou do enfermeiro,...Os de urgência são enviados directamente pelos outros profissionais ao Serviço Social...”	“Procuram o Centro Comunitário, a técnica ...muitas vezes as pessoas já me conhecem há tanto tempo...eu já sou quase da família,... perguntam por mim,... encontram-me na rua preciso de ir falar consigo...é quase assim uma marcação ali na rua...”	Ou a pessoa recorre directamente à Cáritas,... porque...é uma instituição muito conhecida... passam...pelo atendimento, pelo acolhimento que está na secretaria, identificam o que é que pretendem da instituição, fazem uma marcação em agenda para os dias que estão definidos... e a pessoa vem ter connosco... Há ...a possibilidade de outros colegas de outros serviços ...ligarem e encaminharem as situações, tenta-se...fazer a marcação de acordo com a nossa agenda ...é claro que existe sempre um espaço,... para situações de emergência, ...não vamos deixar uma	“...do RSI através da técnica,...e dos bairros sociais,... essas pessoas também chegam ao nível...do atendimento ...da habitação social,... Chegam... também... pelo atendimento no executivo... e de outros serviços... nós não temos dinheiro para dar às pessoas,... mas depois...são encaminhadas ...faz a articulação com os outros serviços...o Centro de Saúde,...a Segurança Social,...a Cáritas,...o CRI...”	“...tem sido muito raro aparecerem ...pessoas...aqui,...Aqui ela acção social directa, não existe, o que tentamos fazer é pela via da informação,... tem havido sempre a preocupação de não só chegar junto dos técnicos ou das instituições,...mas também as pessoas em si...torna-se complicado, as pessoas pobres não têm computador, não têm internet, alguns...não sabem ler nem escrever,...torna-se difícil...capacitá-los para eles falarem,...verificar onde é que estão essas pessoas...”
---	---	--	--	---	---	---	---

					pessoa que está com fome... para vir ser atendida...amanhã ou na semana seguinte...		
15. Casos mais flagrantes e típicos atendidos na instituição	“...são as pessoas que nunca conseguiram sair da dependência da Segurança Social,...pode ser insuficiência de rendimentos, outras vezes não, mas são pessoas que não adquiriram os meios de autonomia,...aí a pobreza não é só uma pobreza de recursos económicos, é também uma pobreza de recursos pessoais suficientes para conseguir...ter autonomia e levar a vida por diante sem ter que recorrer sistematicamente a apoios...”	“...pobreza de tipo económico,...temos tido ...casos... gritantes...a gente não tem tempo para ensinar a pescar e temos que lhe dar o peixe... dar a comida para eles comerem à noite para darem...aos filhos,... articularmos rapidamente com a Cáritas para poderem dar em SOS alguns géneros... com a Segurança Social, algum dinheiro... uma senhora ...quando	“...idosos que não têm capacidade económica...têm que optar ...entre... alimentar-se, e...comprar a alimentação...vão ter que abandonar as consultas porque não podem vir... em meios mesmo...que há grandes isolamentos as pessoas estão sozinhas em casa...”	“...a questão da desorganização, ... económica,...isto... sempre associado a uma baixa escolaridade,...temos... pessoas muito jovens com filhos, que não se escolarizaram... não têm o primeiro ciclo ou se calhar o primeiro ciclo só...são situações de carência que à partida só são integradas em RSI...depois ...tenta-se uma colocação profissional, mas...depois têm filhos e não	“...situações de famílias com rendimentos nulos, em que existem crianças,...com carências no essencial,...não têm nada para comer,...o frigorífico está vazio...quando existem crianças ainda se torna uma situação mais grave...ficaram desempregados ou...ainda não receberam o subsídio de desemprego ou...por incumprimento ...o RSI é suspenso ou cortado por um período de um ano ou dois anos e estas famílias de repente ficam sem nada,...”	“...situações de,...fome...pessoas que já não tem dinheiro para comer...em relação aos idosos...não têm uma alimentação cuidada,... Agora assim pobreza, pobreza é com a Cáritas,... nós encaminhamos ...a nível de funcionários da Autarquia também há situações... no Natal detectamos vinte e tal famílias... são situações envergonhadas ...que ninguém lhes passa pela	“franjas...que são os poucos sem abrigo que existem na cidade de Beja e as comunidades ciganas...depois os idosos, com reformas muito baixas e os desempregados,... e depois claro...as histórias que estão aí da crise e do gastar mais do que aquilo que se ganha,...há...pessoas endividadas... baptizam dos novos pobres,... gostaria de os baptizar de outra forma,...porque de alguma forma eles gastam mais que aquilo que recebem...com os 187 euros do RSI há pessoas que ...conseguem de alguma forma fazer uma alimentação mais ou menos precária,...aguentar-se, outras com 1000 euros não dá...gastos da net, do carro novo, do

		<p>acabava de almoçar ia ter comigo e dizia:...deixe-me levar uma marmita com comida e os meus filhos estão em casa e não tenho comer para lhe dar;... até receber a bolsa de formação ela não tinha dinheiro,... também é muito grave e...gritante a ...pobreza de educação, pobreza social,...não há falta de dinheiro, não há falta de casa,...têm marido,... filhos,...mas há...uma falta de saber gerir,... de... fazer render os recursos para que não haja ausência... a</p>		<p>têm forma de...pagar a creche ou não têm vaga ...vão sempre sendo isentas de integração por estes motivos...há famílias... multiproblemáticas...a questão económica está...associada ...à questão do desemprego ou a baixos rendimentos, a baixa escolaridade...difícilmente há integração profissional...isto é uma cadeia, baixa escolaridade, analfabetismo, desemprego, trabalho precário ou temporário, subsídios,... há situações em que um elemento do casal...está desempregado,</p>		<p>cabeça e mesmo técnicos,... neste momento têm o ordenado hipotecado com créditos...já pedem subsidio de Natal... adiantado, pedem alguns empréstimos...são situações...co m a crise que apareceram.”</p>	<p>frigorífico...é o consumismo que temos,...tiveram a oportunidade, os outros não a tiveram,...temos...a instituição que comentou...dava mais prioridade a apoiar financeiramente os novos pobres, as pessoas que têm a casa para pagar, do que aqueles que não tiveram oportunidade de comprar casa...”</p>
--	--	---	--	---	--	---	---

		falta de sensibilização... para a gestão dos recursos domésticos e económicos é muito,... grave...há o toxicodependent e que tem boa palavra ...que adormece no meio da sala,...que vem num dia no outro já não vem,... Depois temos os utentes de etnia cigana, ...são pessoas que cumprem... não temos tido problemas ...são pessoas que se sentirem valorizados eles próprios se comportam ...são inteligentes sabem que se desistirem das formações lhes tiram o Rendimento Social de		mas ainda é toxicodependent e...depois ainda frequenta o CAT,...”			
--	--	---	--	---	--	--	--

		<p>Inserção...</p> <p>Depois temos mulheres,...mar cadas pela vida, pela falta de dinheiro,...de estabilidade familiar,... têm...dificulda des...em dar continuidade às acções de formação,... estão lá mas que deixam os filhos na rua...o grande grupo são...os desempregados ...de longa que perderam os seus trabalhos... Outros vão mesmo obrigados... sabem que se não forem lhes cortam o subsídio de desemprego...at é há dois, três anos, o grande objectivo destes formandos era ganhar,... Agora...como...</p>					
--	--	---	--	--	--	--	--

		os apoios sociais reduziram grandemente,... a resposta é outra venho porque estou a usufruir de Subsidio de Desemprego,... de Rendimento Social de Inserção e faz parte dos programas... terem que se qualificar,...”					
16. Tipo de intervenção realizada junto das pessoas pobres	“...nós actuamos directamente, mas actuamos também por via de técnicos de instituições com as quais celebramos protocolos de actuação ...é o caso dos protocolos de Rendimento Social de Inserção...celebrámos com diversas instituições,...no concelho...o acompanhamento a famílias beneficiárias de RSI...esses técnicos fazem o trabalho que nós não fazemos...porque não temos...recursos humanos suficientes...o que procuramos fazer são diagnósticos,...as equipas	“...temos muitas acções e temos só um Técnico de Serviço Social...é complicado. Acaba por ser feito um acompanhamento o...de falar com as pessoas,... tentar... perceber...o facto de ali estarem,... eles normalmente concordam, com o facto de ali estarem estão a	“Temos que remeter para a Segurança Social,...é a entidade competente...para dar algum apoio específico, do ponto de vista económico,...o hospital não tem verbas, não o pode fazer.”	“...houve situações... que acompanhava mais de perto, mas ...agora como grande percentagem da população do bairro são beneficiários de RSI e foram implementadas ...as Equipas de Protocolo,... para acompanhar situações de RSI... que vão fazer trabalho ao	“...depois de a pessoa vir ao atendimento,... conseguimos perceber o contexto sócio – económico da família, fazer ...os encaminhamentos possíveis para outros serviços que possam dar respostas diferentes das nossas... que...possa... enquadrar a família...para que a situação seja resolvida, ...às	“Passa por um conjunto de, portanto pelo planeamento de acções conjuntas com outros serviços.”	Nós directamente não os tratamos,... a única situação que fazemos...é trazê-los para cá para lhes dar voz, ...por via da nossa identidade e da nossa missão de rede,...dar-lhes informação, capacitá-los. A via assistencialista, estamos num grupo de apoio a famílias, ...passa pela junção de dez famílias a vinte e cinco euros por mês, dá 250 euros e identifica-se uma família e essa família recebe os 250 euros por mês, com a devida

	<p>incluem também Psicólogo e Ajudantes de Acção Directa, no caso das nossas técnicas aqui,...não têm essa vertente tão facilitada e normalmente o técnico faz mais sozinho ou suportado nos Núcleos Locais de Inserção, no caso de serem beneficiários de RSI ...procuramos perceber o pedido da pessoa, encontrar resposta...os apoios são concedidos sempre numa base de contratualização,... procura-se...inserir nesse apoio...compromissos da família relativamente à carência...que resultou num determinado pedido...a contratualização de um plano de intervenção ...é...mais vasto, outras vezes é mais limitado...faz parte da nossa metodologia de intervenção, procuramos fazê-lo sempre que possível ou...necessário,...depois o acompanhamento às famílias no caso das equipas dos protocolos é um acompanhamento ...no quotidiano das famílias,...nas mudanças de rotinas ...formas de organização familiar, da</p>	<p>valorizar-se...As pessoas acabam por perceber...principalmente nos fins das acções, quando se vão embora...mas trabalhar esta questão leva alguns meses,...e precisa de muitos técnicos... Essa intervenção é feita...pelas sessões...em acção de formação, os...formadores dão... formação cívica,...mas ...quando vemos que são casos mais gritantes, a ...Assistente Social com a equipa, com o Conselheiro de Orientação Profissional, acaba por fazer intervenção junto dessas</p>		<p>domicílio,...nas situações mais crónicas, mais complicadas...há situações que...se mantêm... dificilmente as pessoas conseguem sair,...há aqui uma componente de desorganização doméstica, de espaço, de tempo, muito grande e económica também... continua...a permanecer em muitas das famílias de Rendimento Social de Inserção,... tapam de um lado com o dinheiro que têm, entretanto já gastaram tudo pedem fiado, depois vem o Rendimento pagam, depois</p>	<p>vezes não é fácil...Se há um RSI suspenso... tentamos ...dando as respostas que temos,...o apoio alimentar, a roupa,...o vestuário...o banco alimentar ou o refeitório social,...se não há...forma de fazer a alimentação... não há dinheiro para a carne e para o peixe, não é só o arroz e a massa e os enlatados que vão fazer face... encaminhá-los para o Centro de Emprego para procurar um trabalho,... arranjar...por vezes trabalho temporário... encaminhamento no sentido de ...entregar o curriculum para ver se surge alguma solução... Só que no contexto actual do</p>		<p>fiscalização, tem que apresentar as facturas de onde é que gasta dinheiro...quem superintende...é o nosso Presidente Padre Jardim, mais um Padre dos Jerónimos com duas técnicas que dão o suporte administrativo e técnico...para identificarmos estas pessoas...no concelho,...no distrito...temos que recorrer das instituições. Aqui tem existido uma lacuna muito grande,...já... Alertámos...e informámos junto da Rede Social do Concelho de Beja, junto da Plataforma Supra Concelhia...e só tivemos a colaboração,...de uma colega...a única que conseguiu identificar quatro famílias. O resto das outras instituições, não se percebe porquê,...elas estão nas bases de dados das instituições,... continuamos a apelar</p>
--	---	--	--	---	--	--	---

	<p>relação com as instituições da comunidade,...a escola, ...o centro de saúde etc.. Por vezes inserimos as pessoas,... em grupos para trabalhar determinado tipo de competências, ...procuramos actuar em diferentes dimensões junto da família,...as equipas de protocolo fazem-no de forma mais sistemática ...têm outros recursos, as nossas técnicas estão mais limitadas nessa possibilidade de acompanhamento,... limitam-se mais à contratualização do apoio e a identificar quais é que podem ser os compromissos que a família assume... inscrever no Centro de Emprego,...aceitar uma oferta ...de formação..”</p>	<p>peças,... Por muito que... façamos... isto requeria acções de formação mais alargadas, parcerias com a Segurança Social, com a saúde...tem que fazer parte do percurso de ...Rendimento Social de Inserção, de um Subsídio de Desemprego, ...uma estrutura que permitisse dar estas competências às pessoas, ...nós só em contexto formativo é impossível... Há melhorias, claro...mas tem...que haver...com todas as estruturas de apoio social ...esta componente não é só darem o</p>		<p>destapam outra vez,... “</p>	<p>país...está tão complicado ...que nós...mesmo que tentemos encaminhar estas pessoas para estes serviços a solução é...um, ...milagre,... resolver o problema da família no imediato... Quando existe um projecto ...em que possamos enquadrar a família,...houve a situação da SIC Esperança, ...do apoio para os materiais escolares, foram sinalizadas algumas famílias,... do Protocolo do RSI,...resolver, é muito complicado neste momento... se a pessoa não participa, se acomoda...não podemos obrigar ninguém a ir à procura de</p>	<p>para que isso aconteça,.. porventura vão pensar que não há pobres em Beja,...”</p>
--	---	---	--	---------------------------------	---	---

		dinheiro.”			trabalho...Mas se a pessoa não se movimenta ...nós também não conseguimos...”		
17. Forma como é determinada a condição de pobre na instituição	“...considerar pobre tem a ver com o integrar-se ou não na condição de recursos para aceder a determinado benefício,...o conceito de pobreza é mais vasto do que isso, mas aqui...no sentido de poder aceder a um benefício,...temos que verificar uma condição de recurso...que...confere a situação de carência económica. No caso das prestações não contributivas,...o caso da Pensão Social ou do Rendimento Social de Inserção, isso está definido na lei...qual é essa condição e é esse o patamar pelo qual nós nos regemos. Para a atribuição de outros benefícios,...como as prestações pecuniárias de carência económica temos um patamar definido, que...está indexado ao valor no fundo da Pensão Social,...no caso da atribuição de apoios económicos...a condição de	“...pobre sem recursos económicos, ...é quando nós fazemos todo o conhecimento daquele candidato ou ...formando...eles têm que apresentar documentos, se de facto é considerado pobre...um desempregado de longa duração que não tem ofício,...não tem casa,...os colegas quando fazem a primeira filtragem... sinalizam logo...depois o Assistente Social quando faz esse acolhimento... não posso dizer que são por	“A condição de pobre é...quando a pessoa já não tem dinheiro para comer, ...ter que escolher entre a medicação,...ou a sua subsistência do dia a dia em termos de coisas básicas... tem que optar viver sem qualidade ou deixar de ter saúde... a alimentação adequada, os medicamentos todos, o acesso aos meios de saúde...em Beja não temos todas as especialidades, esse é outro dos problemas as pessoas que têm	“À partida ...encaro todas as pessoas que... recorrem como situação de pobreza,...à partida são pessoas residentes que vivem uma situação de exclusão...o pobre é aquele que tem menos recursos económicos,...isso é um indicador independentemente de haver outros problemas... sabemos que eles estão tipificados, como a falta de instrução ...o analfabetismo que constituem um critério de definição da	“...existem os critérios de admissão em que...temos que avaliar a condição sócio – económica da família,...vemos quais são os rendimentos...de salários,...de subsídios,...de reformas,... Vamos também ...à Segurança Social,... buscar aos critérios que eles utilizam, tendo por base um valor que neste momento é os 189,...subimos um bocadinho mais,..é uma situação que tem que ser avaliada individualmente por cada família,... podemos ter...à nossa frente uma família que tenham	“...é determinado pela análise que se faz, ...saber o que é que a pessoa ganha, como vive, em que condições,...as despesas e o agregado familiar,... perante isso é definida a situação de vulnerabilidade. Não...bem de pobreza, ...com aquele conceito muito rigoroso,...é feito...da análise socioeconómica das famílias.”	“...temos que ...considerar em função daquilo que a Segurança Social diz que é uma pessoa pobre...pela via material...quem recebe menos que 470 euros ou 485 euros pelo ordenado mínimo nacional, é considerada uma pessoa pobre...temos que respeitar isso, mas ...há pessoas que ganham muito mais dinheiro e são mais pobres do que essas...temos que olhar para os números...e dizer ganha menos que, é uma pessoa pobre, não tem as condições básicas de habitação, saúde...não trabalhamos só a...parte materialista da questão, mas também da exclusão,...não são pobres têm pela via material...mas são excluídos... Famílias monoparentais, violência doméstica, os ciganos também se

	<p>recursos está definida num regulamento que...temos de atribuição de apoios económicos,...tem a ver com o cálculo da capitação do agregado, assenta num valor indexado ao indexante aos apoios sociais, sendo que aí a abertura é maior,...pode haver uma análise de outros factores, que coloquem aquela família num momento de fragilidade,...mesmo que fuja um pouco mais ao patamar meramente económico.</p>	<p>sinais exteriores, muitas vezes é pela conversa que a pessoa apresenta que ...podemos classificar,...pobre. Há o critério económico,...as sociado ao facto de não ter tido emprego...o facto de a pessoa estar integrada numa família ou não, ser um sem-abrigo,...tem a ver com os dados que vêm...no seu processo quando...chegam e tem a ver sobretudo com o que nos contam, mas é mais a ausência de recursos económicos,...pessoas que levam logo um documento que estão a ser acompanhados</p>	<p>algumas possibilidades têm que se deslocar a Lisboa,... Ou têm capacidade económica, nem é só...se for um idoso ...sozinho, não consegue ir daqui a Lisboa sozinho, porque nunca lá esteve não consegue orientar-se, não percebe ...do sítio onde vai, nem o que é que vai fazer,...”</p>	<p>pobreza, o que está em causa muitas vezes é a situação económica,...de pois há outros,...a instrução,...o desemprego, ...as baixas reformas...há famílias que são sempre mais pobres, ...famílias alargadas que vivem em coabitação,... podem fazer a economia comum, mas ...há ali um emaranhado de relações e depois discussões... com crianças a cargo, ...famílias grandes,... são indicadores de pobreza, a constituição e a formação de casais jovens...sem condições ou</p>	<p>um rendimento mensal,... de...calhar 1500 euros, mas...se... formos tirar todas as despesas comprovadas...não chega. ...porque a família tem dificuldade em gerir,...houve uma subida considerável de alguma prestação...tem que ser ...avaliado individualmente.... temos as situações de pessoas... toxicodependentes, que estão na rua, temos os sem abrigo sem rendimentos ou com o Rendimento Social de Inserção que não chega,... que estão numa pensão e que ao pagarem a pensão o que sobra não dá para se conseguirem alimentar,... é são situações de Refeitório</p>	<p>podem considerar ...excluídos, toxicodependentes, os sem abrigo,...”</p>
--	--	---	--	---	---	---

		pelo CAT,...”		recursos para fazer uma vida... independente ...tem a ver com a tal reprodução do modelo familiar anterior,... há outras situações,... em que a pessoa está sempre numa situação de desvantagem, ...o doente psiquiátrico, ...o deficiente,...o idoso...”	Social...que vamos mantendo aqui... não há respostas para pessoas que estão na rua...é mais difícil serem integradas em posto de trabalho. Beja é uma cidade muito pequena, as pessoas conhecem-se umas às outras e ainda há algum preconceito,...para quem quer dar a volta por cima...são pessoas com escolaridade baixa...se não forem as obras ou as limpezas...não há mais nada,...”		
18. Relação do A.S. com as pessoas pobres que recorrem ao serviço	“...não tenho um tipo de relação directa, neste momento, com as pessoas em situação de pobreza.”	“...é uma relação em primeiro lugar de muito respeito,... as pessoas quando entram para uma instituição destas têm que ser respeitadas...desde como as pessoas se	“...não fazemos distinção na intervenção que fazemos, ...só...nas especificidades nas quais temos que trabalhar... temos que entender...a preocupação que a pessoa tem, tentar	“...houve um longo caminho de consolidação de relações de confiança,... não considero que haja uma má relação... nós dependemos sempre das reacções das outras pessoas e...temos o	“...uma relação de proximidade q.b....tem que haver aquele distanciamento necessário... para não se misturarem uma série de coisas, mas...em situações muito complicadas...às vezes temos que	“Eu mantenho uma boa relação, não é uma relação de entender que são mais, portanto ele é pobre e eu sou média ou sou superior, não. Normal como eu faço com as outras pessoas,	“Acho que é boa, apesar de em alguns casos, como referi atrás, existir algum umbigo social, mas acho que é boa, porque é assim ao nível das actividades que nós fazemos, posso dar aqui um exemplo muito concreto ao nível da formação, isto para vermos a relação que existe, não só o serviço,

		<p>apresentam, a...maneira de vestir,...de se adornarem,...de sentirem a vida...posso concordar ou não,...a gente pode apresentar uma proposta de uma conduta mais adequada... Isso...depois é complicado transmitir esse respeito ...entre os próprios formandos e às vezes entre os próprios formadores... e os próprios formandos, às vezes ...dizer ao formador: atenção não tenha este comportamento porque esta pessoa merece outro tipo de respeito... Não podemos segregar as pessoas,...</p>	<p>...desmistificar alguns aspectos que estão a ser vistos como muito negativos... encontrar junto da pessoa... maneira de ultrapassar esses problemas, ...hipóteses e soluções para os ultrapassar e...meios concretos aos quais se devem dirigir,... ajudar...a organizar melhor esta pessoa para ultrapassar os problemas...e para minimizá-los...ver se ...não tem dinheiro...e não há que ter vergonha porque os serviços existem para isso,..."</p>	<p>nosso papel a nível profissional, muitas vezes...é um papel ingrato, ...numa situação...em que a pessoa não concorde ...aquelas pessoas mais agressivas ou que têm uma situação mais instável,...vão descarregar no técnico,... que está ali na zona de conflito... Mas...as pessoas depois de alguns conflitos criados,...as pessoas se tiveram que entender que era assim. É como se eu tivesse que estar a impor que o meu papel como técnica... “</p>	<p>respirar fundo,...temos que abstrairmo-nos um pouco porque, não é fácil lidar com determinadas situações e também somos humanos... famílias que recorrem mensalmente à instituição,... que nos conhecem, é difícil...não termos um afecto e um carinho por estas famílias, para as crianças,... mães,...pais,...co m o devido respeito e distanciamento,... muitas destas pessoas que passam por aqui,...não são ouvidas em mais praticamente...mai s lado nenhum e chegam aqui e falam de tudo ...para depois irmos àquilo que realmente é,...tem que haver</p>	<p>de atendimento técnico, não é, de explicar as situações como é que as coisas de processam, o que é que existe, não é ser assistencialista, agora vai receber isto e não sei quê, eles também têm que demonstrar que têm que fazer alguma coisa por eles, não é, nós não temos que dar tudo, as pessoas também têm que se esforçar um bocadinho porque a maior parte exigem e não se esforçam e não querem, vocês têm que dar e tem que ser assim e não é, e a gente vê com as Pedreiras com os ciganos, que são diferentes,</p>	<p>mas pronto uma pessoa está no serviço. Fizemos um inquérito nacional para as necessidades formativas, todos os núcleos, o que é que aconteceu: Beja e Lisboa foram os núcleos que receberam mais questionários, recebemos setenta e nove questionários. Porque é assim, não estou aqui, não quero por em causa o trabalho dos outros colegas dos outros núcleos, nós fizemos todo o trabalho que tínhamos que fazer, mandámos para todas as instituições e em função de mais empatia ou menos empatia que existe entre o técnico e as instituições, ou entre colegas e o técnico e entidades, por aí, assim houve a resposta. Convém não esquecer que o tecido social no Distrito de Beja é totalmente diferente do Distrito de Lisboa ou mesmo de Leiria, Faro, por aí, porque nós Beja, Portalegre, Bragança,</p>
--	--	---	---	--	---	--	--

		<p>muitas vezes num grupo há uma grande mistura geracional e ...costumo dizer...aqui ninguém tem estatuto mais ou menos... nunca tive problemas de relacionamento com formandos,... embora...possa sinalizar alguns casos...que nos fazem pensar,... apontar uma faca de ponta e mola, apresentar... represálias...à saída... sempre me relacionei com muita tranquilidade e com muita calma com os públicos pobres ou desfavorecidos ...acho que depois essa calma é</p>			<p>disponibilidade..., uma proximidade para a pessoa,...no momento que está aqui sente-se confortável,... tem...aqui alguém com quem conversar. Não basta dar o pacote de arroz,...as pessoas queixam-se...choram e ...saem daqui...um bocadinho aliviadas...pelo menos... estiveram aqui ...a conversar ...daquilo que lhes dói, ...querer abrir o frigorífico e ter alguma coisa para comer e não têm... quando há filhos,...é muito complicado....as crianças às vezes vêm ao atendimento, é muito difícil gerir um atendimento com crianças, ...não gosto de falar de</p>	<p>que só exigem mas também não dão não é. E é isso que eu faço, é a minha perspectiva</p>	<p>todo o interior, são as regiões do país que têm o tecido social mais fraco. Nós mesmo com um tecido social mais fraco, conseguimos ser aquele que tivemos uma resposta maior em termos das necessidades de formação, em termos de dizer que nós precisamos desta formação assim, assim. Em termos de relação é uma relação boa e tem que ser mesmo, não há outra hipótese, não andamos aqui pela negativa, mas andamos aqui sempre pela positiva, sempre com apresentação de boas práticas das instituições do distrito, dos colegas, dos técnicos. Aliás até tem passado muito pela disseminação e divulgação de teses de mestrado, de teses de Serviço Social, licenciaturas e por aí fora, uma forma também de pormos o conhecimento também cá junto das instituições. Porque é aquele</p>
--	--	---	--	--	---	--	--

		transmitida... o comportamento gera comportamento ...saber ouvir as pessoas,... compreender dentro do seu contexto... elas percebem que nós as compreendemos e...acabam por ter uma postura diferente... “			determinadas questões na presença dos filhos, tem que se fazer...uma ginástica muito grande para...chegar às respostas sem que sejam umas perguntas muito evidentes,... cada história de vida toca-nos...também se ter algum rigor e ...rigidez,... manter...o distanciamento no sentido de manter alguma autoridade,... com os utentes ...em refeitório social tem que haver,...eles vêm aqui todos os dias...tomar banho...o pequeno almoço,... almoçar,... fazem parte da Cáritas,... temos um carinho,...um afecto, mas quando é preciso,...dar um		sentimento de todos é que fazemos um todo, do tipo todos temos que trabalhar em conjunto e não podemos andar aqui a trabalhar cada um para seu lado.
--	--	--	--	--	--	--	--

					puxão de orelhas, temos que dar... principalmente a esta população.”		
19. Medidas de Política Social operacionaliza das na instituição	“...o Rendimento Social de Inserção, o Programa da Rede Social, o Programa Alimentar de Apoio a Carenciados, os programas que existem...que se traduzem em projectos de combate à pobreza como sejam os Contratos Locais de Desenvolvimento Social, que nós não executamos, mas que temos actuação sobre eles,...o atendimento, acompanhamento social não se integra numa medida específica,...o Complemento Solidário para Idosos,...toda a legislação que enquadra as prestações não contributivas, a pensão social...de velhice...de invalidez...isso já não é tão específico da nossa área embora...tenhamos participação...”	“...são os apoios... provenientes de medidas de Política, nomeadamente ...da Saúde e da Segurança Social,... beneficiar de taxas moderadoras, ...estarem isentas,... usufruir de apoios que são dirigidos ...a quem tem dependentes em casa, ...idosos,... crianças,... são... medidas... que podem ...facilitar a integração das pessoas na própria formação profissional,...a	“...Em termos da instituição...o prestar cuidados de saúde,...o Serviço Social aparece para colmatar as falhas que existam quando uma situação de saúde tem que ser tratada no hospital, mas tem que ter uma continuidade lá fora...é mau que o doente não seja tratado e não haja uma continuidade daquilo que foi despendido com ele aqui...”	“...temos as políticas ligadas à Segurança Social de apoio aos idosos... Outras...que na... instituição não temos,... ajudamos a pessoa a ter uma pensão superior ou o ...Complemento Solidário para Idosos, ...em termos autárquicos também saiu o Cartão Municipal Sénior,... elaborar algumas candidaturas,...f acilitar-lhe a acessibilidade aos serviços e apoios sociais....ao nível da saúde articulamos	“...aquelas que estão em vigor no nosso país...têm a ver com a doutrina social da Igreja,... tentarmos respeitar ao máximo a missão, os valores, os objectivos da instituição,... tentando sempre cumprir ...aquilo que nos está imposto... porque...somos uma instituição sem fins lucrativos,... uma IPSS,... estamos a introduzir o sistema de gestão da qualidade,... para conseguirmos certificar as ...valências e a instituição,... pessoas beneficiárias de Rendimento Social de Inserção,	“...a habitação social...os idosos,...as famílias vulneráveis, ...a CPCJ ...também ...estamos a apoiar... investimento para obras ou compra de carrinhas a instituições...ao nível dos Contratos de Responsabilizaç ão Social, ...com as famílias que não são só de etnia cigana, mas também... dos bairros sociais com incumprimentos e...com o RSI, Rendimento Social de Inserção...”	“...aquelas macro, ao nível do PNAI, da Agenda 2020, ...do Plano Nacional de Reformas....as grandes decisões macro determinadas pela Comissão Europeia, pelos Governos...as instituições que estão no terreno, ...mais assistencialistas não conhecem e ...há necessidade delas participarem... no a partir desses três grandes documentos surgem Políticas Sociais mais sectoriais, é aí que ...tentamos... informar o tecido social e trazê-los para a participação,... de trabalhamos com elas,...a nível da informação, ...alertá-los para a situação...agora está a surgir...a Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem – Abrigo,...com

		cabam por se cruzar uma miscelânea e...de reflexos da Política Social geral,..."		muito,...é um apoio mais directo da saúde para a população; em termos de educação temos...equipamentos educativos da rede social articulamos...com a rede pública,...faço as avaliações do RSI no âmbito dos Jardins de Infância da rede pública..."	Subsidio de Desemprego surgem...é temos um Protocolo de Rendimento Social de Inserção...elas fazem um trabalho com as famílias, ...têm as Ajudantes Familiares,...tentam organizar a gestão orçamental da família,..."		alguns projectos piloto em Lisboa, Porto, Coimbra, Faro, Setúbal e Braga e toda a zona do interior ficou excluída...há ...interesse em trazer isto a público,...e dizer em Beja também há sem – abrigo. ...é mais fácil uma intervenção em Beja com os sem – abrigo, que são quatro ou cinco, por parte da Câmara e da Segurança Social ...do que em Lisboa...a Estratégia Nacional para as Comunidades Ciganas,...está a surgir...brevemente..."
20. Forma como o A.S. avalia o seu trabalho na instituição	"...gosto do trabalho que faço,...neste momento sinto-me excessivamente afastada do trabalho directo, que é uma coisa que gosto de fazer, daquilo que...faço agrada-me particularmente o trabalho de apoio às colegas na análise de casos e...de situações. ...penso que conheço relativamente bem o trabalho nesta área,...tive muitos anos de trabalho directo,...há coisas mais que...posso fazer e melhor	"...temos sempre consciência ...daquilo que somos primeiro e depois daquilo que fazemos como profissionais, do nosso relacionamento, dos nossos objectivos.... às vezes até ouço as pessoas..."	"...há altos e baixos...pelo próprio contexto político, social e económico em que se vive,...de acordo com conjunturas...é mais frustrante...trabalhar em determinadas alturas principalmente com situações	"...tem sido um longo trabalho, ...tem sido um trabalho positivo,...com alguns momentos mais baixos, mais frustrantes, ...muitas vezes tenho a sensação que por muito que faça ...quem executa...não executa aquilo	"...é um trabalho eficaz, necessário,...o meu...ou de...outra colega que esteja nesta área...essencial cada vez mais...tendo em conta que...temos cada vez...mais pessoas no Atendimento Social,...imprescindível no	"...gostava de fazer melhor,...tenho uma equipa grande com ... fragilidades ...ocupo-me muito a resolver aqueles conflitos...pequenas coisas que já não deviam existir,...também demos	"...gosto do trabalho...começámos em 2003 a entregar muita informação pela via do fax, depois aos poucos começámos a andar pela via da net, dos emails e...a mobilizar,...motivar as instituições também a trabalharem com isto...a informação ...sai daqui, todos os dias...há um pacote informativo que passa por questões do

	<p>neste domínio da coordenação que é o que eu tenho agora... e há coisas que podem ser feitas para melhorar as condições de trabalho dos técnicos e por via disso melhorar a intervenção na comunidade,...”</p>	<p>informalmente ao conversar comigo,...fiz um bom trabalho,... dei o máximo daquilo que sabia,...que podia fazer sempre em função daquilo que as pessoas tinham direito...sempre estive...de consciência tranquila,... tenho uma capacidade... é de tratar os problemas com alguma tranquilidade até com alguma alegria,... consegui sempre dar a volta positivamente, ...no apoio às pessoas com quem eu trabalhava,...em termos de avaliação que depois fazia das minhas</p>	<p>de pobreza,... porque a gente sabe que faz um esforço, um acréscimo na ...intervenção no sentido de garantir o máximo possível àquelas... famílias... mas... sabemos que as instituições lá fora temos ...constrangimentos enormes...e as famílias ...vão continuar a viver na pobreza,... é muito mais frustrante... sabemos que o nosso trabalho em situações... de instabilidade económica, ...situações de extrema pobreza é muito difícil que estas famílias consigam ultrapassar de</p>	<p>que nós idealizámos ...também nos dá a sensação... porquê fazer tanta coisa, se depois...as pessoas não se conseguem articular, quanto mais somos menos fazemos.... também temos que nos auto – criticar,... reflectir...às vezes mais vale fazer pouco e bom,... depois há aqueles momentos em que...se calhar é bom ...delegar competências noutras equipas... porque...há muita actividade a decorrer,... muitas vezes tenho sentido que cá tudo em cima de mim e é preciso também</p>	<p>sentido em que...tem que se...dar resposta e a Cáritas sempre a deu e vai continuar...”</p>	<p>um passo muito positivo... estamos a avançar com pequenos estudos, quando não tínhamos tempo era tipo bombeiros,...nã o havia tempo para planificação, neste momento... estamos a dar o salto qualitativo... a nível de pequenos estudos,...do Cartão Municipal Sénior já estudámos o ano de 2010,...mas surgem sempre coisas pontuais, visitas,...há uma casa que ardeu,... temos que nos adaptar às coisas.... gostava que...a equipa funcionasse,</p>	<p>emprego,... candidaturas,... informação proveniente...de teóricos e da imprensa...sobre a pobreza...a postura do técnico...em termos da dimensão ...no distrito, está a aumentar o pedido de pessoas que querem receber essa informação... actualmente estamos com uma base de destinatários,...na ordem dos cinco mil,...com Câmaras, IPSS, estudantes, pessoas individuais...envio informação, apesar de ser ou não ser associado,...a avaliação...penso que estou no bom caminho.”</p>
--	--	---	--	--	--	---	--

		práticas... resolver as situações não numa perspectiva negativa,... mas sempre dar a volta pela positiva ...com um sorriso ainda que com...um rasgo amarelo,... dar sempre esperança a quem está a precisar,... muitas vezes quem nos traz o problema não é o nosso utente,...o...pobre,... são colegas nossos que gostam de trazer, há pessoas que de perfil,... é muito bom trazer problemas...ao Assistente Social,...à Directora e quando nós desmontamos,... a situação que	...as situações que estão a viver.”	ter braços direitos a quem passar... constituir... uma equipa mais alargada... que trabalhe tudo em conjunto, mas que cada qual tenha a sua tarefa,...”		que as pessoas se dessem bem,...ainda estamos quase no tempo da pré-história (risos).”	
--	--	--	-------------------------------------	---	--	--	--

		<p>nos trazem...ficam logo muito desanimadas,... as pessoas especializaram-se em trazer problemas a quem tem poder de decisão,... tenho crescido muito ao longo destes anos...”</p>					
III. Noção de Pobreza e de Pessoa Pobre do ponto de vista dos Assistentes Sociais Entrevistados							
<p>21. Definição de pobreza do ponto de vista dos A.S</p>	<p>“...para mim pobreza é as pessoas não terem possibilidade de escolha,...estarem numa situação de...vulnerabilidade,...da qual não podem sair porque não têm opção, às vezes até porque não conhecem que há escolhas...ou alternativas possíveis...esse determinismo...as pessoas são levadas a viver uma vida que pensam que não têm alternativa para ela...”</p>	<p>“É um conceito muito difícil para definir, ...há autores muito bons que o têm definido... pegando neles... pobreza será um estado, tanto pode ser uma ausência de recursos materiais, financeiros, bens, como uma ausência de</p>	<p>“A pobreza ...tem a ver com as questões de sobrevivência e ...subsistência de uma família no dia a dia. Uma pessoa que não tem já meios para poder ter as coisas básicas do dia a dia, para mim...é pobreza, é o não ter alimentação,...n</p>	<p>“...a pobreza são todas aquelas situações em que a pessoa não tem recursos,... pelo menos básicos para sobreviver,...há um limiar de recursos que toda a gente considera que as pessoas devem ter para sobreviver, ...para se</p>	<p>“...a pobreza, ...tem tantas definições... temos alguma dificuldade em defini-la...a pobreza... poderá ser definitiva ou pontual,...se é uma pobreza que se vem arrastando, porque...se foi pobre e vai continuar a ser ...e cada vez mais pobre,... mas neste</p>	<p>“...para mim a pobreza é aquela pessoa que já nasceu pobre, humilde e que não exige,...o novo conceito de pobre são aqueles que se manifestam, que exigem... mas que não fazem nada...sou de uma zona em que há pobreza,</p>	<p>“...pobreza é todo aquele que não consegue chegar às mínimas condições que tragam a dignidade humana, ...sejam materiais, ...sejam imateriais. ...materiais, habitação, saúde, ...alimentação, roupas,...As imateriais...os acessos aos serviços,...da saúde,...educação...está a surgir cada vez mais exclusão ao nível da saúde, da educação e da</p>

		<p>espírito, de tranquilidade, de... relacionamento com os outros, ...àquilo que a sociedade nos pode dar,...mas também a ausência do acesso a determinadas situações,... as pessoas muitas vezes não tendo falta de dinheiro acabam por não ser felizes na mesma e não deixam de ser pobres, ...não têm acesso a determinadas ...teias de relações laborais, de amigos, de vizinhos, de família, de bens,...de serviços..."</p>	<p>ão ter dinheiro suficiente para ter as coisas que qualquer pessoa precisa a roupa limpa ...uma habitação condigna com condições mínimas, que são pelo menos ter condições de higiene... uma casa de banho,...e...não conseguir ter autonomia,...ter uma profissão para poder ...tornar-se autónomo e não depender dos serviços."</p>	<p>alimentarem, ...terem dinheiro para se vestir ...para comprarem medicamentos... quando as pessoas não têm esses recursos são pessoas que estão em situação de pobreza, alguns até em...extrema pobreza,... independentemente de ter outros critérios associados...baixa escolaridade...não têm retaguarda familiar e sentem-se abandonadas ou...estão desempregadas, ...há... inúmeras situações em que as pessoas... deixam de poder participar activamente na</p>	<p>momento temos...uma nova pobreza ...são as...novas famílias que vão aparecendo... pobreza pode ser económica,... de espírito,...de iniciativa, para mim pobreza não é só não ter dinheiro na carteira... pobreza é a pessoa que está ...por vezes destruturada ou deprimida,...não consegue visualizar uma alternativa para a situação em que se encontra, seja ...financeira,...social,... profissional e uma pessoa que ...não tem bases ela própria para se conseguir... organizar para ...fazer face...à situação em que se encontra,... não é não ter dinheiro,</p>	<p>pessoas que vivem na sua casinha, humilde, de pedra, com a sua lareira do tempo antigo e...que são pobres e que não exigem, enquanto que nós ... deparamo-nos por exemplo RSI, há pobres, mas exigem e são agressivos, exigentes e para mim a pobreza não é isso,...é aquela pessoa que realmente é pobre, não exige, mas... humilde, ...tem uma postura,... diferente... quer trabalhar e a maior parte não quer."</p>	<p>formação, não sei se pela questão da crise...do dinheiro, mas verifica-se ...para os pobres, ...aqueles que recebem menos, ...têm menos dinheiro,...na Europa...Norte...a pobreza já não se está a combater tanto pela via do material,...mas... do acesso aos serviços....não...só sociais,...médicos, há um défice muito grande em Portugal a esse nível."</p>
--	--	--	---	--	---	--	---

				<p>sociedade, porque à partida são excluídos,...no grupo dominante, estás ali no teu cantinho ...tu és o pobre,...o discriminado,... o excluído,... A pessoa quando não tem recursos económicos está dependente de toda a gente,... têm a ver depois com o nível da pessoa, ...podemos até ter pessoas que ...tiveram experiências em que foram pessoas... integradas e que vão ter sempre mais facilidade em participar em determinadas instâncias ou em resolver determinados problemas. Esta pobreza de que estou a falar são</p>	<p>para mim, claro que...também conta,...é aquela pessoa que se encontra numa situação tão vulnerável, tão deprimida digamos assim ...que não consegue... abrir um caminho...”</p>	
--	--	--	--	--	--	--

				<p>aquelas pessoas que não conseguem desenvolver a sua vida sem o apoio de ninguém,... não conseguem entrar num serviço e perguntar ou pedir uma coisa para resolver um problema,... são aquelas situações, é esta pobreza. Depois há outras as pobrezaas... de espírito, em termos teóricos não se define pobreza de espírito,...tem muito a ver com experiência de vida...com questões emocionais...a pessoa não fez um crescimento interno que lhe permita ter outro tipo de condições, ...a resiliência.”</p>			
--	--	--	--	---	--	--	--

22. Definição de pessoa pobre do ponto de vista dos A.S.	(Então o que é para si uma pessoa pobre, é alguém que está nessa situação que acabou de descrever?) Sim, sim.	“Uma pessoa pobre...é uma riqueza de pessoa, ...são pessoas com muito para dar,...às vezes por culpa delas, ou não, não conseguem chegar a ...níveis que são os aceitáveis para sobreviver, ...sobretudo para participar, pode não ser só para sobreviver,... há pessoas com um grande potencial, só que depois não têm ajudas externas e delas próprias para poderem ultrapassar essa situação.”	“É uma pessoa que não tem já qualquer meio por si só para poder sobreviver no dia a dia... depende dos serviços.”	“...uma pessoa pobre é uma pessoa com estas características que eu acabei de mencionar, não é.”	“...uma pessoa que está numa situação de pobreza ou que é pobre não é feliz. Há pessoas que conseguem dar a volta por cima e trazer um sorriso na cara... Conseguem... pensar o dia de amanhã será melhor, estas são as pessoas que se envolvem e que conseguem... dar a volta por cima,...uma pessoa que vive uma situação de pobreza é uma pessoa que não está bem, ...não é feliz, ...não se sente confortável, se calhar nem gosta dela própria, porque não tem culpa da situação em que está... se sente como se estivesse vazia,...é uma pessoa ...com um olhar fundo, triste e escuro,...”	“...faz uma boa gestão ...do seu orçamento familiar, com o pouco que tem consegue gerir, enquanto que há outros que não,...dentro da sua humildade consegue gerir a sua pequena reforma.”	É aquela que não tem acesso às condições básicas de vida, alimentação, educação, saúde...”
--	---	---	---	---	---	---	--

23. Visão dos A.S. sobre a forma como as pessoas pobres vivem a sua situação	<p>“...aquilo que eu considero pobreza é a minha perspectiva,...a auto-compreensão que as pessoas têm...é uma coisa diferente...aí não pode haver uma resposta única,... é uma visão...mais indirecta e mais remota,...eu acho que...há aquelas pessoas que caíram numa situação para a qual não estavam preparadas e...na qual nunca viveram,...são aquelas situações mais novas de pobreza...deve ser uma situação...que é vivida ...com vergonha de ter que vir aos serviços, ...ter que ser identificada...é uma possibilidade de viver a pobreza. Depois...há pessoas que nunca viveram de outra forma ...esta sua relação com os serviços já...faz parte das suas estratégias de vida,... para quem isso não coloca nenhum problema de identidade,...também há pessoas que vivem a situação de pobreza e que para as quais o expediente...mais rápido...é a forma de saída e isso...é...aquela dificuldade em perceber que para além de si próprio há outros</p>	<p>“Algumas vivem essa situação de uma forma muito cómoda,... acabam por ter aquela sensação de conformismo. Há outras que não, que ...lidam mal com essa situação...ou porque têm mais consciência, porque têm filhos pequenos... têm responsabilidade s que não conseguem mesmo ultrapassar, são pessoas mais revoltadas,...qu e às vezes até trazem alguns conflitos... para os ...serviços,... é um ciclo vicioso,... entra-se naquele ciclo que tem sido estudado</p>	<p>“Isso já é mais difícil,...mas normalmente tem a ver com situações de saúde complicadas. Como não trabalho no terreno lá fora, é-me difícil avaliar,... como é que as pessoas vivem isso,...uma coisa é aquilo que as pessoas me transmitem ...quando vão aos serviços já sabem o que hão-de dizer ...independente mente de ser ver verdade ou não,...há pessoas...que referem viver na pobreza, de facto vivem, as que estão dependentes dos serviços e continuam dependentes dos serviços e penso</p>	<p>“...muitas delas...já se habituaram a ser pobres,.. a ir à Assistente Social ou...ao serviço de apoio social pedir apoio... é uma condição que vai ficando enraizada no próprio comportamento da pessoa,... não consegue discernir até onde é que pode ir... não domina, não tem instrumentos que...possa dominar o seu nível de dependênciaHá aquelas pessoas que precisam, recorrem temporariamente ,...numa situação pontual e resolvem o seu problema e há</p>	<p>“...há aquelas pessoas que ainda conseguem ter um sorriso,...ainda conseguem pensar amanhã será um dia melhor e lutam e tentam de certa forma arranjar...uma alternativa... ainda não estão numa situação de depressão profunda, porque existe... outras...isolam-se no seu mundo...vêm tudo tão escuro à sua volta e tão difícil e que acabam por se refugiar,...neste isolamento, não quer dizer que estejam isoladas da sociedade, porque as pessoas recorrem aos serviços,...vêm ter connosco, mas depois acabam por viver num isolamento tão grande...às vezes as pessoas até se</p>	<p>Acho que vivem mal,...a nova pobreza vivem muito angustiados porque viveram bem,... nunca tinham passado pela situação de pobreza,...e dói muito ...ficam muito afectados. Sei que há grandes depressões e ...problemas porque as pessoas nunca passaram por isto,... tiveram uma boa vida, ...neste momento têm dividas que não conseguem pagar, nem gerir o seu orçamento familiar,... com filhos... (E os outros como é que acha que vivem, os que</p>	<p>“...são pessoas que têm as mesmas capacidades do que todos,...não tiveram foi oportunidade de as demonstrar...a longevidade não é tão grande em relação àqueles menos pobres, ou mais ricos, porque ...não vivem, sobrevivem...uns escondem,...têm vergonha de assumir a situação, porque... uma grande parte da população aponta as pessoas pobres pelo menos como incapacitadas ou malandras. Não querem trabalhar,... não é bem assim, por um lado...têm vergonha de dar a cara... e já se verificou alguns casos...que não têm qualquer tipo de receio em dar a cara,...e dizer sou pobre,...não sou malandro...não tive foi as oportunidades que muita gente teve...em termos dos outros, ficam, ...escondidos, não aparecem, têm vergonha. Verifica-se ao</p>
--	--	--	--	---	--	--	--

	<p>problemas...também é sinónimo de pobreza no fundo,...a relação com os serviços assistenciais é determinante na forma como se vive a pobreza,...nós técnicos não reflectimos o suficiente sobre essa questão....a relação com os serviços assistenciais ocupa muito do tempo, não é do tempo físico...mas da importância na vida das pessoas e a forma como esta relação se faz, se ela é mais autonomizada,...mais repressiva,...mais ...incriminatória...pode ser determinante na forma como se vive a pobreza...”</p>	<p>por ser pobre não tem acesso e não tem acesso por ser pobre,... acaba por não sair e andar anos e viver uma vida toda como pobre.”</p>	<p>que...não querem... alterar essa situação ou pelo menos não fazem grande esforço...a não ser que sejam obrigados a tal, que é o caso...dos acordos de RSI, que já têm alguma obrigatoriedade pelo menos de aceitar empregos que recusavam antigamente, mas penso que não é isso que lhes trará...maior autonomia. ...trabalham porque são obrigados a trabalhar,... provavelmente em coisas que não lhes dão interesse nenhum e...logo que possam voltam</p>	<p>aquelas ...que são permanentemente dependentes ...não conseguem, os problemas nunca se resolvem, é ...uma bola de neve...as pessoas já nem têm consciência crítica sobre isso,...</p> <p>aceitaram a sua condição... procurar na</p> <p>vida de pobre às vezes ter experiências efémeras de vida de rico, não é, do consumismo, que muitas vezes até as ...dai muitas vezes vem a desorganização social, económica, ...estas famílias</p>	<p>sentem a pior pessoa do mundo,...são pessoas que cada vez estão mais deprimidas,...”</p>	<p>estão há mais tempo nessa situação?)...esses...são humildes... sobrevivem,...d e acordo com aquilo que lhes foi dado...por exemplo... um pastor, ...tem meia dúzia de ovelhas,... sempre foi pobre e viveu sempre assim... também nunca exigiu muito,... também nunca lhe deram...e se calhar não está deprimido... agora aqueles que já tiveram, viveram bem, esses ficam mal e ficam deprimidos,...”</p>	<p>nível,...das prestações, por parte das IPSS, ...estes novos pobres não vão na hora que os tais ditos pobres primários vão buscar os alimentos, vão já de noite que é para não dizerem...eu também sou pobre...eles... verificam as desigualdades sociais que estão a existir e a revolta dentro deles está a surgir. Esperemos que não surja...uma confusão grande, dos pobres virem para a rua fazer barulho, ...tenho algum receio disso.”</p>
--	--	---	---	--	---	---	---

			<p>novamente à situação que estavam... não há motivação...nenhuma para coisa nenhuma, nem valorização daquilo que as pessoas fazem... podia-se valorizar já nas partes de Centro de Formação, ...aquilo que as pessoas fazem...isso é um dos principais problemas...das pessoas não querem trabalhar.... depois há a pobreza real de pessoas que...de facto vivem mal,... são pessoas que ainda têm, ...muitos filhos hoje em dia...será três ou quatro,...são pessoas que até trabalham</p>	<p>andam sempre em oposição às outras...seja no número de filhos,...no tipo de produtos que adquirem...é a falta de consciência,...a resignação a esta condição, mas...será que estas pessoas alguma vez terão condições de sair desta situação, também me questiono,...muitas vezes parece que as pessoas até têm vontade de sair da situação e não conseguem. Parece que há sempre uma coisa a empurrá-los para as manter naquela situação,... pedir para elas já é normal e...exigir também...por um lado...até é</p>		
--	--	--	--	--	--	--

			<p>e...têm força de vontade ...fazem tudo para ter a sua autonomia porque têm consciência que é através disso que conseguem sentir-se melhor com elas próprias, mas que ...facto vão-se abaixo muitas vezes porque têm não sei quantas pessoas em casa a seu cargo e não têm outro tipo de suporte,... mas sentem-se frustradas porque dependem dos serviços ...mas não têm outra opção...há muito hoje ...também as situações de pobreza ligadas a famílias... separadas, ...mães que vivem só com</p>	<p>vantajoso, pode ser mais incomodativo..., mas se calhar para as pessoas...é mais vantajoso, ir e dirigir-se ao serviço e pedir, pelo menos... alguém os ajudou.... aquela questão que ...sempre ouvimos falar da pobreza envergonhada, se calhar hoje são as excepções e essas.... pessoas vivem sempre muito mal,...têm uma capacidade de resiliência fabulosa,... mas também sofrem mais, vivem mais essa situação,...”</p>		
--	--	--	---	--	--	--

			filhos,... e aos idosos que tem reformas que não lhes garantem de forma nenhuma, nos pequenos meios conseguem ...as casas são casas próprias, têm ...um quintal ...as galinhas e os ovos ecultivam, depois não conseguem garantir a parte da saúde...”				
IV. Perspectiva dos Profissionais de Serviço Social sobre a pobreza em Portugal e na cidade de Beja							
24. Visão sobre o que deveria ser realizado para intervir na pobreza em Portugal	“...o Estado tem um papel determinante,...é importante avaliar aquilo que se faz e as medidas com as quais se trabalha e os recursos que se aplicam,...recuar no papel do Estado é um risco muito grande...a sociedade também tem deveres entre si de solidariedade, mas há graves riscos que essa solidariedade seja uma solidariedade demasiadamente catalogadora das pessoas,	“...primeiro que tudo tentar perceber as situações, se são realmente situações de pobreza,... onde é que se pode atacar...e... envolver as entidades,... áreas que possam estar ...ligadas e em conjunto	“...têm que ser medidas muito abrangentes do ponto de vista político e social...não se consegue porque as coisas vão ter proporções muito maiores do que têm neste momento... a nova pobreza, não sei se estas situações serão	“...há famílias que não podem ser responsabilizadas, porque elas próprias não têm condições e há outras que sim...as avaliações é ...os diagnósticos das situações familiares é que deveriam ser	“...as instituições de solidariedade social envolverem-se cada vez mais nas respostas sociais,...cada vez mais são as instituições... que têm que dar resposta a este tipo de problemas...o Estado cada vez mais vai encurtando os apoios,...cada vez	“...medidas diferentes,...a... habitação social é um caos, não se constrói habitação social, as pessoas vivem mal ou não têm casa ou vivem na promiscuidade na casa,... jovens...não ...têm	“...ia por um caminho muito simplista e...básico. ...eram Políticas Sociais do Robim dos Bosques,...nas sociedades onde as pessoas mais ricas participam com impostos mais altos e deixam uma proporcionalidade de impostos, porque todos temos que participar,...E...

<p>não é,...há riscos nessa forma de solidariedade, que rapidamente pode resvalar para a esmola,...e para coisas desse tipo,...defendo o papel do Estado e a garantia dos direitos para os mais pobres, ...os políticos da nossa praça têm uma elevada responsabilidade nesta matéria,...muitas vezes formam juízos sobre coisas que provavelmente conhecem mal e...influenciam muito aquilo que é a opinião generalizada sobre os pobres e sobre a forma de actuação do Estado, ...quem actua do lado do Estado também tem que actuar com muito rigor, para que socialmente possa justificar aquilo que é feito.”</p>	<p>contribuir se calhar traçando ...planos de intervenção, que passam se calhar por medidas de Política Social... novas,...não serão só aquelas que estão neste momento em vigor, o Rendimento Social de Inserção, os subsídios,... perceber onde é que está o problema... não só dando dinheiro... mas traçar planos que tenham que ser cumpridos para que as pessoas possam sair dessa situação.”</p>	<p>...são situações de tal forma instáveis do ponto de vista económico, que as pessoas não conseguem garantir determinadas coisas básicas que tinham...ou mudam de atitude...de vida...de casa, mudam tudo,... é uma atitude pessoal... algumas pessoas têm que ter discernimento e consciência que têm que o fazer obrigatoriamente e, não podem estar à espera que o Estado...as instituições bancárias ou ...a Segurança Social, resolvam,... as coisas ...neste momento estão a ser resolvidas</p>	<p>feitos de outra forma...ir procurar...as potencialidades que a família tem e ...ter recursos disponíveis na sociedade ...as situações de pobreza muitas vezes passam pela integração profissional e depois vemos que não temos emprego para pessoas,... Essa responsabilidade é do poder nacional, dos Governos,... há outra responsabilidade que é...dos cidadãos,... parece que muitas vezes os cidadãos não querem ...essa responsabilidade como sua,...as pessoas só têm a visão da exigência,... há responsabilidade</p>	<p>mais as pessoas vão tendo menos recursos a nível do Estado... as instituições também não conseguiriam sobreviver se não tivessem os apoios do Estado, que...vão sendo cada vez menos...mas se não houver o envolvimento da sociedade civil..., se as pessoas não tiverem consciência que o país está a atravessar uma situação complicada e...se empenhem e se envolvam,... não há aqui grandes alternativas... O 2012 vai ser pior que o 2011,...se o Estado não continuar a apoiar...vai ser muito difícil ...as instituições continuarem a dar respostas, porque</p>	<p>emprego,...a habitação social...não se está a construir,...é gerir o que existe, vaga uma ou outra, mas não se resolve o problema habitacional,... a gente vê a degradação muito grande da saúde...o apoio é cada vez menor...a situação dos medicamentos, ... fundamentalmente para os idosos e para as pessoas que estão dependentes, que têm doenças continuadas,...e m termos de pobreza, ...é uma situação que se vai agravar daqui para a frente.”</p>	<p>esses dinheiros provenientes... sejam bem geridos pelos nossos gestores políticos, ...às vezes não o são,...julgo que este era o caminho ...sempre com um pensamento que é não olhar o pobre como coitadinho,... chamo-lhe a discriminação positiva excessiva, ...um apoio muito forte a algumas franjas e...o que é que isso pode provocar em termos das comunidades ciganas, da toxicodependência e daqueles...que estão a viver destes expedientes,... alguma xenofobia...vejo muitas pessoas com algum apoio social que almoçam na esplanada...isso... não pode ser visto ...de ânimo leve, têm que pensar ...que a organização interna de cada uma dessas pessoas é diferente... da minha organização interna...estes novos pobres às vezes surgem</p>
--	---	--	--	--	---	--

			<p>pontualmente... mas é impensável que isso continue...as instituições não conseguem suportar isso,...as necessidades estão a ser muito maiores,...”</p>	<p>s que são dos cidadãos, não são de mais ninguém... isso...falha muito, a participação do cidadão é essencial em determinadas situações... há muita gente que no fundo tem ali recursos temporários e ...não investe neles, não têm a responsabilidade do que receberam, ...fundos para implementar determinadas actividades e depois não as executam,... tem que haver uma intervenção mais colectiva,... fazer bons diagnósticos, ...a aplicar modelos de outros países no nosso país ...valia a pena</p>	<p>os subsídios são poucos, as famílias são muitas e os recursos são cada vez menos....”</p>	<p>derivado à ...fragilidade interna deles próprios,... esquecem-se de olhar para a carteira e ver que a carteira não tem dinheiro..., É o assistencialismo, o meter no Lar, o meter a criança na Creche,... institucionalizar o toxicodependente, ...dar-lhe o dinheiro,...a comida e depois cai-se na esquina e não se faz mais nada, não se capacita...no caso dos toxicodependentes e ciganos,...vão para um lado qualquer...negam-lhe o trabalho logo, nem ao menos, ...dão a oportunidade...”</p>
--	--	--	---	---	--	---

				conhecemos mais o que estamos a trabalhar...é aquilo que ...ouvimos há tanto tempo e se calhar é uma utopia.”			
25. Perspectiva sobre a existência de particularidades do fenómeno da pobreza no Alentejo e na cidade de Beja	Há claro, sem dúvida, ...tem...a ver com a minha forma como ...olho para as questões da pobreza,...as pessoas vivem inseridas num determinado contexto e que há determinações sociais, económicas...que modelam as configurações da pobreza,...se calhar as situações das pessoas que entraram abruptamente em situações de pobreza por via de desempregos massivos, não acontece aqui no Alentejo mas acontece no Norte em que havia mais emprego por conta de outrem,...em contrapartida aqui haverá mais dificuldade de inserção profissional, porque...há menos oferta de emprego, há menos gente, há menos possibilidade até de criar o próprio emprego,...há menos massa critica para se discutir as coisas, há	“...a mais particular, sinalizada à partida...há sinais de pobreza evidente, depois há aquela envergonhada e camuflada que...as pessoas às vezes conseguem ter mecanismos, contra elas agem,... ...a particularidade dos bairros,...há um Bairro da Esperança que tem ali situações problemáticas, ...de pobreza,...um bairro social que tem situações	“...em termos de ...mais idosos, ...temos uma população idosa muito forte em relação aos outros distritos,...de facto é uma população envelhecida...e tendo os idosos reformas mínimas,...há poucos jovens há pouca taxa de natalidade,... O Alentejo ...tem,...a maior parte da população ...idosa,...”	“...a história da pobreza no Alentejo já vem de há muitas décadas...o Alentejo é uma área muito vasta é ...de interior em que à partida os aglomerados populacionais são menores, há poucas ofertas para os jovens, há pouco emprego. A actividade que predominava era a agricultura, ...está em decadência ...em termos nacionais o Alentejo foi uma região um bocado esquecida,...ain	“...há muitas ...pessoas do distrito de Beja que estão em condição de pobreza e principalmente nos meios rurais, que às vezes não temos tanto conhecimento porque as pessoas têm mais dificuldade em se movimentar, ...têm menos respostas,... Os idosos têm reformas baixíssimas... passaram por muitas necessidades ...não tinham pão bebiam um café...há muitas pessoas que se	“...pela história o Alentejo sempre foi uma região deprimida,...ate ndendo à extensão dos terrenos, à própria propriedade ...era uma pobreza grande as pessoas só comiam uma açorda com uma água e coentros... já havia pobreza e era a pobreza... amedrontada,... uma pobreza que as pessoas tinham que aceitar,... mudou muito, do antigo para hoje...em	“...nós temos os índices de envelhecimento mais altos do país, se as reformas do antigamente da agricultura, são as reformas mais baixas que existem em Portugal,...temos...os pobres que ganham menos dinheiro,...a nível do país...Beja, não foge muito,...há concelhos no distrito que são piores, é o caso de Mértola, Almodôvar e Ourique. Os outros acabam por ser franjas, que também merecem ser apoiados,...”

	instituições menos poderosas com menos peso real em termos de discussão de situações e de opiniões...isso influencia sem dúvida as situações de pobreza,..."	problemáticas, comportamentais s,...nem sei se serão económicas, ...a ausência de recursos, ...a maior parte dessas pessoas até têm grandes subsídios ao nível do Rendimento Social de Inserção,... E a pobreza da terceira idade que muitas vezes não é conhecida...dos ...idosos das nossas aldeias, das nossas vilas ...que estão numa situação de isolamento dentro da própria cidade...como é que estão a viver os nossos idosos, sozinhos numa casa, com que dinheiro, com que recursos,..."		da vive estes problemas...des povoação, ...as pessoas que tem oportunidade...vão para as grandes cidades, um jovem...que vá estudar para fora...se tem oportunidade de trabalhar lá não vem para o Alentejo, porque à partida está condenado,...a viver aqui..."	calhar voltaram...a este tipo de alimentação,...Os idosos alimentam-se mal, há idosos desidratados por carência alimentar e se calhar nos meios rurais do distrito de Beja,...há muita pobreza escondida... ainda há muitas pessoas que têm vergonha de recorrer aos serviços porque se encontram numa situação complicada, porque não têm que comer, mas ...têm vergonha de vir às instituições ...e dizer eu não tenho nada comer...o distrito de Beja é muito pobre...no sentido...de recursos e de trabalho,...se falarmos em Lisboa claro que há desemprego,	termos de pobreza e condições de vida,...neste momento está-se a regredir... não há indústria, não há trabalho,...e isso...vai aumentar que a pobreza nas famílias,... não eram pobres, tinham emprego...e neste momento não têm... as hortas sociais, são muito importantes, não é que resolva o problema da pobreza, mas compra-se...salsa, ...coentros, ...batatas, ...cebolas...e aqui as relações de vizinhança não são assim tão acentuadas, as pessoas não têm esse	
--	--	--	--	--	---	--	--

					<p>mas há alternativas... há os part - time,...os grandes centros comerciais...há algumas alternativas na procura de trabalho. No distrito de Beja estamos limitados aos serviços e às obras que cada vez são menos porque os empreiteiros não têm como dar emprego às pessoas que os procuram, as limpezas cada vez menos,...as pessoas que têm menos dinheiro vão prescindindo dos serviços, ...falta-nos...os recursos...ao nível do trabalho,...a nível do desenvolvimento estamos muito aquém do que desejaríamos,...Se nós quisermos encaminhar</p>	<p>espírito de relação de vizinhança.”</p>	
--	--	--	--	--	---	--	--



					alguém para trabalho, para onde? Para quê e para fazer o quê?...”		
--	--	--	--	--	---	--	--

**APÊNDICE F. GUIÃO DE ENTREVISTA REALIZADA A PESSOAS
EM SITUAÇÃO DE POBREZA**

Guião de Entrevista Pessoas em Situação de Pobreza

I. Perfil dos Entrevistados

- a) Data de nascimento
- b) Local de nascimento
- c) Idade
- d) Estado civil
- e) N° de filhos
- f) Idade dos filhos
- g) Género dos filhos
- h) Estado civil dos filhos
- i) Outros familiares mais próximos (n°/género/estado civil/residência)
- j) Composição do agregado familiar
- k) Residência/trajectória de residência
- l) Habilitações literárias/trajectória escolar
- m) Profissão/trajectória profissional
- n) Situação profissional

II. Trajectória de Vida

- 1. Conte-me como foi a sua vida.
- 2. Quais foram os momentos mais felizes da sua vida? E aqueles que foram menos bons/menos felizes? (incidentes críticos/momentos marcantes na trajectória de vida).
- 3. Como é que chegou à situação de pobreza?
- 4. Que razões considera que estão na base desta situação de pobreza?
- 5. O que tem feito para inverter esta situação?

III. Vivência do Quotidiano

- 6. Como é que passa o seu tempo?
- 7. Com que pessoas contacta no seu dia a dia?
- 8. Que locais costuma frequentar?
- 9. Se pudesse escolher como gostaria que fosse o seu dia a dia?

IV. Relação com a família e outras redes de sociabilidade

10. Como é a relação com a sua família?
11. Tem tido apoio da sua família? Qual?
12. Quais são as pessoas que lhe são mais próximas? São da família ou são amigos?
13. Com que frequência está com elas/ com que frequência se encontram?
(relação com a família e outras redes de sociabilidade/intensidade das relações sociais)
14. O que costumam fazer?

V. Relação com as instituições de apoio social

15. Está a receber algum tipo de apoio institucional no momento? Qual?
16. Quais os motivos que o levaram a recorrer a esta instituição?
17. Sente que foi ouvido no seu pedido?
18. Considera que a sua situação foi resolvida?
19. Já recorreu a outras instituições? Se sim, quais as razões?
(razões do recurso a instituições; trajectória de recurso a instituições de apoio social)
20. De quem foi a iniciativa de recorrer a essas instituições? (iniciativa do recurso a instituições)
21. Que mudanças sentiu na sua vida após o recurso às instituições? (mudanças no modo de vida após recorrer às instituições)
22. Como avalia a qualidade dos serviços/apoios prestados por essas instituições?
(perspectiva sobre a qualidade dos serviços prestados pelas instituições com que teve contacto)
23. Quais considera serem os seus direitos e deveres perante as instituições a que recorre ou recorreu?
24. O que é para si um direito? E o que é para si um dever? (noção de direitos e deveres).

VI. Perspectiva sobre a pobreza

25. O que é para si uma pessoa pobre?
26. Considera-se pobre? (perspectiva sobre o que é uma pessoa pobre e sobre a sua situação)
27. Se tivesse poder o que faria para acabar com a pobreza?

VII. Perspectivas de Futuro

28. Se pudesse escolher onde gostaria de viver? (local onde gostaria de viver)

29. Gosta de viver aqui?

30. O que não fez na vida e que gostaria de realizar?

31. Como vê o seu futuro?

**APÊNDICE G. ENTREVISTAS REALIZADAS A PESSOAS EM
SITUAÇÃO DE POBREZA**

Entrevista “Amélia”

28 de Novembro de 2011

Entrevistadora: Em primeiro lugar muito obrigada pela entrevista.

Entrevistada: Pode ir perguntando que eu vou respondendo.

Entrevistadora: Começava então por lhe perguntar quando é que nasceu?

Entrevistada: A 23 de Janeiro de 1962.

Entrevistadora: Sendo assim tem quantos anos?

Entrevistada: 49 anos, faço 50.

Entrevistadora: Portanto 49 anos, vai fazer 50. E onde nasceu?

Entrevistada: No Funchal.

Entrevistadora: E qual é o seu estado civil?

Entrevistada: Casada.

Entrevistadora: E quantos filhos tem?

Entrevistada: Sete.

Entrevistadora: Sete filhos e que idade é que eles têm?

Entrevistada: Desde os 34 até aos 18 anos. Portanto o mais velho tem 34, a outra tem 33, a outra tem 29, o outro tem 27, o outro tem 24, esta tem 21, a mais nova tem 18, faz agora 19 no dia 8.

Entrevistadora: Assim sendo quantos rapazes e quantas raparigas?

Entrevistada: Quatro rapazes e três raparigas, não quatro raparigas e três rapazes.

Entrevistadora: Então e eles são casados ou são solteiros?

Entrevistada: São, espere aí, Raquel, Carla e Miguel são solteiros, portanto duas raparigas e um rapaz são solteiros e o resto casados.

Entrevistadora: E quem é que vive consigo na sua casa?

Entrevistada: Comigo não vive nenhum, não, só estou com uma neta e o meu marido.

Entrevistadora: Com a neta e o marido. E os seus filhos trabalham?

Entrevistada: Trabalham, só menos uma.

Entrevistadora: Que também vive noutra sítio?

Entrevistada: Exactamente, cada um no seu lugar.

Entrevistadora: E onde vive, vive aqui no bairro?

Entrevistada: Vivo.

Entrevistadora: E como é que foi, nasceu no Funchal e como veio para Beja?

Entrevistada: Do Funchal vim para Lisboa, para casa dos meus avós, o meu pai fez-se emigrante para a Venezuela e nessa altura os menores não podiam ir e então tive que vir para Lisboa para a companhia da minha avó e do meu avô, os pais da minha mãe. Depois o meu pai mandou-me buscar, estive dois anos na Venezuela, voltei novamente para Portugal, fui para a Baixa da Banheira com doze anos, aos treze conheci o meu marido, com catorze casei.

Entrevistadora: E até agora?

Entrevistada: Até agora, trinta e cinco anos de casada.

Entrevistadora: E como é que veio para Beja?

Entrevistada: Tal e qual assim, comecei a namorar havia a feira de Agosto, fiquei aqui encantada na feira de Agosto, já não sai.

Entrevistadora: O seu marido é de cá?

Entrevistada: O meu marido é nascido e criado aqui.

Entrevistadora: E teve oportunidade de estudar?

Entrevistada: Eu tenho o sexto ano, a quarta classe que fiz como o sexto ano e tirei mesmo o sexto ano.

Entrevistadora: Tirou o sexto ano?

Entrevistada: Tenho o sexto ano.

Entrevistadora: E em termos profissionais o que faz actualmente?

Entrevistada: Cantoneira de limpeza, trabalho na Câmara de Beja.

Entrevistadora: E sempre fez isso?

Entrevistada: Sempre fiz isso, andei nas camionetas do lixo, fiz de tudo um pouco lá dentro. A minha idade hoje já não deixa, não é, mas quando comecei, comecei nas camionetas a despejar o lixo mesmo, de aldeia em aldeia.

Entrevistadora: E sempre fez isso ou já teve outros empregos?

Entrevistada: Não, foi sempre a minha profissão.

Entrevistadora: Esteve sempre aqui na Câmara?

Entrevistada: Sempre na Câmara.

Entrevistadora: E sempre nesta área?

Entrevistada: Sempre nesta área, que eu gosto muito, gosto muito daquilo que faço.

Entrevistadora: E há quanto tempo está na Câmara?

Entrevistada: Há dezanove para vinte anos.

Entrevistadora: Se eu lhe pedisse para me contar como foi a sua vida, o que me diria?

Entrevistada: Tinha muito que estar aqui e eu tenho pouco vagar.

Entrevistadora: Então e com o vagar que tem, o que é que me pode contar?

Entrevistada: Tive um acidente com vinte e dois anos, nessa altura tinha quatro filhos, eu e o meu marido de mota, de motorizada, o meu marido ficou aqui internado e eu fui para Lisboa, morro não morro e não morri cá estou, o meu marido ficou sem uma perna e eu fui operada à perna esquerda do joelho para cima, andei com ferros e não sei quantos. Depois disso vim passar um fim de semana a casa e não sei como é que eu fiz aquilo, engravidei de outro menino, fiz uma gravidez de canadianas de alto risco, hoje

tem vinte e quatro anos. Depois comecei a ter meninos, meninos, meninos, até aos sete, o meu marido ficou sem a perna, mas sempre gozou de saúde, infelizmente aí há uns quinze anos apareceram-lhe os diabetes.

Entrevistadora: Ele não trabalha, sendo assim?

Entrevistada: Não. O meu marido é reformado, está reformado. Depois disso eram muitos moços, o ordenado da Câmara era muito pouco e eu da parte da tarde o que é que eu fiz, fazia o que bem quisesse e entendesse e comecei a fazer o tráfico de droga, estive presa quatro anos a quatro meses, onde não me arrependo de nada, só me arrependo de ter deixado os meus filhos cá fora. Cumpri a minha pena de quatro anos e quatro meses por tráfico, saí de lá a minha filha mais nova que tinha na altura seis anos, ia fazer sete apareceu-lhe um tumor tinha treze ia fazer catorze anos, nunca tive ajuda de ninguém sem ser dos meus filhos, de ninguém. Foi fazer exames ao IPO no dia 15 de Março de 2006, nunca mais regressei, fiquei seis meses em Lisboa, um mês e meio a dormir dentro de um carro, eu, o meu marido e o meu filho mais velho, nunca me deixou o meu marido apesar de ser um homem muito doente.

Entrevistadora: Porque é que ficavam no carro?

Entrevistada: Porque ninguém nos deu quarto, eu pedi um quarto à assistente social e disseram-me que não havia verbas.

Entrevistadora: Iam lá fazer os tratamentos e depois dormiam no carro?

Entrevistada: Não, a minha filha estava internada nos cuidados intensivos e eu como mãe, ou como outra mãe qualquer, não abandona aquilo que é dela e eu então fiquei lá. Uma vez dormia o meu filho mais velho ao pé da minha filha, outra vez dormia eu, mas isso, antes disso ela fez uma biópsia e o tumor cresceu, como cresceu teve que ser transportada de urgência para o Hospital da Estefânia, porque o tumor foi muito teimoso e não queria baixar, mesmo com a quimioterapia logo no início. Teve que fazer quatro sessões de radioterapia, depois disso fez dois anos de quimioterapia, ficou com trinta quilos, não andava, não falava, ficou toda carequinha, nunca ninguém me ajudou, nunca, nem a assistente social, nunca ninguém me deu nada.

Entrevistadora: Porquê, porque acha que isso aconteceu?

Entrevistada: Porque dizem que eu tenho trabalho certo, eles baseiam-se no trabalho certo, ao basearem-se no trabalho certo fazem as contas ao tempo que eu estou de baixa, não é, porque eu não posso pôr apoio à família, porque só tenho direito a quinze euros, tenho que meter mesmo por baixa e vêm que eu trago para casa trezentos e sessenta euros ou trezentos e cinquenta euros, água, luz e comer dá, portanto elas que vivam assim para ver se dá. É assim eu desconto e trabalho um ano dia a dia e faço os meus descontos e o que é que eles descontam? Nada, tantos aí sem fazerem nada a receberem Rendimento Mínimo e não fazem um desconto e recebem e têm ajuda de todo o lado, por isso revolta uma pessoa.

Entrevistadora: Foi por isso que optou pelo tráfico?

Entrevistada: Foi. Eu optei pelo tráfico porque fui pedir ajuda para um filho que hoje tem vinte e oito anos, vinte e sete e vai fazer vinte e oito e então ele foi cortado aqui nesta parte dos ouvidos, porque as otites o obrigaram a estragar os tímpanos e o doutor, como é que era o nome dele?, nem me lembro já, daqui de Beja mandou-me ir à praia com ele e onde estragou mais porque ele não podia apanhar água. Foi para o Hospital, também, da Estefânia, onde ele fez uma operação muito grande, só que foi operado veio para casa ao fim de uma semana, só que eu tinha que ir lá dia sim, dia não, dia sim, dia não, nunca me deram, fui pedir ajuda, nunca me ajudaram em cinco tostões e eu tive que me desenrascar, não podia o meu filho ficar surdo com treze anos ou catorze. Comecei com o tráfico. E agora da minha filha não comecei com o tráfico, porque todos eram grandes e cada um nas suas casas e optaram por me ajudar, porque senão filha eu não deixava uma criança com treze anos a morrer com um tumor na traqueia, isso então nem que viesse o cavalinho. Concluindo, o meu marido sempre muito doente, a minha filha fez dois anos de tratamento, graças a Deus melhorou, recuperou, hoje não parece que ela tem o problema que tem, não foi operada porque não podia ser, que é na traqueia, ela tem-no lá, ela sabe que o tem, está controlado. O meu marido piorou, foi operado a primeira vez à vista, o doutor João aqui do Hospital de Beja disse-me que ele ficava bem e não ficou, cada vez mais cego, andava-se a tratar e trata-se com o doutor Loff, trata-se com o doutor Monteverde e é hoje e é amanhã e é no outro dia, os diabetes estavam controlados, mas o rim não. É hoje e é amanhã, senhor Cavaco você está pior, hoje está pior e nunca mais ninguém fazia nada, onde o meu marido hoje faz hemodiálise.

Entrevistadora: E a reforma dele é baixa?

Entrevistada: É, ele está com trezentos e vinte euros porque tem aquela ajuda que sou eu que trato dele, porque ele é dependente de mim, o meu marido quase não vê, andar anda muito pouco, por isso é que ele recebe os trezentos e tal, são aqueles que são meus, que me compete a mim de estar a ajudar o meu marido. Agora dava-lhe uma dor, ele cada vez que vinha da hemodiálise, dava-lhe sempre uma dor no peito onde ficava todo negro e íamos com ele para a urgência, falava com médicos, falava com este, falava com aquele e a assistência social nunca me deu ajuda, nem hoje que o meu marido está entre a vida e a morte, no Hospital de Santa Marta, nunca ninguém me deu ajuda.

Entrevistadora: Porque é que acha que nunca teve ajuda?

Entrevistada: Porque onde se agarram é eu ter trabalho certo, eles agarram-se porque eu tenho trabalho certo e eu trabalho para o Estado, mas quantas colegas minhas não trabalham para o Estado e têm tantas regalias. Os maridos não trabalham, não fazem descontos, mas trabalham, os maridos e elas têm borregos, têm cabras, portanto têm uma vida mais ou menos e são ajudadas, ou no comer, uns porque bebem, só bebe quem quer, se têm uma doença vão-se tratar que há remédio para isso. Por isso eu acho que doente, doente, é o meu marido que não quer estar com um operação do pescoço ao estômago, foi operado de urgência ao coração, sem saber o que vai ser, se fica cá se vai embora, isso é que é uma doença, não é a gente beber, a gente só bebe porque quer, e a gente só se droga porque quer, eu acho que isto não é uma doença é porque eles querem. E acho que onde a assistente social se baseia é ah coitadinho é bêbado, os filhos é que pagam, quer dizer eu acho que está mal feito, oh coitadinho não quer trabalhar ou não tem trabalho, por causa dos filhos vamos ajudar, eu acho que não é assim, não trabalham, trabalham só que não fazem descontos e se quiser eu digo o nome de um a um que eu não tenho medo, só que eu já fiz uma carta e ninguém me deu resposta.

Entrevistadora: Fez uma carta para a Segurança Social?

Entrevistada: Para a Segurança Social.

Entrevistadora: E já foi há muito tempo?

Entrevistada: Já e ninguém viu nada e ninguém fez caso de nada e ninguém vê nada, só vêm os pobres, quem mais precisa é quem mais eles pisam, quanto mais precisa é

quanto mais, porque eu já vim pedir ajuda porque tinha quase duzentos euros de luz, nunca ninguém me ajudou, eu tive, estou pagando uma prestação que eu tive que escrever ao Presidente para me darem prestações da água, tinha cento e tal contos, quinhentos e tais de água, tenho remédios do meu marido e infelizmente tenho um tumor pequenino no rim, estou sendo vigiada de seis em seis meses, trabalho todos os dias. Quer dizer eu que trabalho, tenho o meu marido nas condições que tenho, tenho uma neta que estou criando com seis anos, que foi o tribunal que foi-me dada a mim, por isso é minha, quer dizer não sou ajudada em lado nenhum? E a minha pergunta é porquê, por eu ser honesta? Por eu dizer e verdade ou por os outros mentirem e terem mais lucro? Se não começamos a mentir.

Entrevistadora: Então tem sido assim a sua vida?

Entrevistada: Luta e ainda estou para lutar amiga, porque o meu marido não está nada bem, foi operado de urgência na quinta feira, não está bem, não sei lhe explicar porquê, porque não sou médica, mas nota-se que o meu marido não está bem. Tenho gasto aquilo que tenho e aquilo que não tenho, porque tenho que ir para Lisboa e gasta-se muito, eu fui na quinta, eu fui sábado, eu fui domingo e vou amanhã e ninguém diz assim: toma pelo menos dez euros para comeres uma sandes para comeres em Lisboa, ou dizer assim: olha deixa estar eu não queria dinheiro, não queria dinheiro, eu só precisava que me ajudassem a pagar a farmácia que ainda devo, portanto o dinheiro da farmácia que era para ter pago este mês à farmácia foi para ir a Lisboa, porque o meu ordenado não é muito grande, porque eu recebo quinhentos e trinta, é correcto, mas estão-me a descontar quase noventa euros do dinheiro que eu devo, que me pagaram por lei para depois eu ter que descontar todos os meses, desconto e fora as faltas que eu dou, porque eu dou muitas faltas por causa do meu marido porque quem tem a carta sou eu e eu não posso deixar morrer o pai dos meus filhos por causa de um trabalho. A minha história está contada amiga.

Entrevistadora: E os momentos mais felizes da sua vida?

Entrevistada: Mais felizes é quando tenho tudo ao pé de mim com saúde, em Natais, são sete filhos e nove netos.

Entrevistadora: É quando se sente mais feliz?

Entrevistada: É.

Entrevistadora: E assim outros momentos mais felizes, quais foram?

Entrevistada: Era quando paria, cada vez que paria, ou que me diziam assim está grávida, vamos ver o que é que ela vai ter e os netos.

Entrevistadora: Foram os filhos e os netos, o nascimento de uns e de outros?

Entrevistada: É, de uns e de outros, são os momentos que a gente temos mais bonitos são esses.

Entrevistadora: E os momentos que a marcaram mais na sua vida?

Entrevistada: Foi quando tive o meu acidente, que eu tinha nessa altura o meu filho tinha catorze meses, era muito pequenino.

Entrevistadora: O acidente de motorizada?

Entrevistada: Eu e mais o meu marido, onde o meu marido ficou sem a perna e eu fui para Lisboa. Foi, eu não digo quando estive presa, não me marcou muito, não, foi um passatempo.

Entrevistadora: Como foi essa experiência?

Entrevistada: É assim, a gente quando vamos arriscar uma coisa que a gente sabemos que é proibida, sabemos que estamos a arriscar e quem não arrisca não petisca e quem petiscou mamou, é um ditado velho. E eu, uma mulher sofre mais dentro de uma cadeia do que um homem, verdade, porque tem filhos, deixa os filhos cá fora, eu graças a Deus tive uma filha boa que ficou com elas, tudo certo. Mas há mais momentos ruins que me marcam, marcou-me mais olharem para mim e dizerem-me assim: a tua filha se calhar tem um tumor.

Entrevistadora: Isso marcou-a mais do que ter sido presa?

Entrevistada: Do que ser presa, eu podia ser presa e qualquer, tanto a minha filha, como o meu marido terem saúde, não me importava nada.

Entrevistadora: Foram as doenças dos seus familiares que a marcaram mais?

Entrevistada: Foram. É muito triste uma mãe ouvir um médico a dizer assim: ah talvez, talvez, talvez seja um tumor. E eu dizer ao médico: doutor talvez não é certo, tem a

certeza ou não tem? Depois eu telefonar chorando à minha filha mais velha e a minha filha mais velha ir ter com o médico e dizer assim para a médica: doutora não pode ser um quisto? Ah, pois pode. Quer dizer ainda não tinham a certeza, depois quando eu fui para o IPO é que me deram a certeza quando fez a biópsia.

Entrevistadora: E como é que acha que chegou a uma situação em que tem necessidades, que necessita de apoio?

Entrevistada: É assim, se o meu marido trabalhasse, com o meu ordenado e o ordenado dele de quinhentos euros, a gente vivíamos bem, assim infelizmente não conseguimos viver, porque eu gasto muito dinheiro em remédios e tenho água e tenho luz para pagar e temos que comer todos os dias.

Entrevistadora: Acha que a doença do seu marido esteve na base disso?

Entrevistada: E as coisas a aumentarem de dia para dia, porque as coisas cada vez estão mais caras e os ordenados são iguais. A gente não consegue sobreviver com ordenados iguais e as coisas mais caras, porque é que o Coelho não vive com quinhentos e trinta euros, dá-me os mil e tal dele e eu dou-lhe os meus quinhentos e trinta durante dois meses, que é para ver quem é que se governa melhor.

Entrevistadora: Que razões é que acha que estão na base disto?

Entrevistada: É deles roubarem tanto, se cada um que lá está não mete-se tanto no bolso, não fizesse tanto jantar, não passeasse tanto, não havia tanta miséria.

Entrevistadora: O que é que tem feito para mudar a sua situação?

Entrevistada: O que é que eu tenho feito da minha vida é complicado. Este mês peço aqui, peço ali, pago, tenho falta vou pedir outra vez, depois quando receber pago e depois tenho falta todos os meses e todos os meses vou pedindo, nunca estou bem.

Entrevistadora: E em termos do seu dia a dia, como é que passa o seu tempo?

Entrevistada: O meu tempo, levanto-me às 6 horas da manhã, trato do meu marido quando está em casa, dou-lhe insulina, pico-lhe o dedo, a medicação já está preparada da tarde, a minha filha toma conta do pai, vou trabalhar saio de casa às 6h30, vou trabalhar para aquilo que eu gosto. Chego por volta das 13h05, tomo banho, visto-me,

ou vou estender ou vou passar a ferro ou vou à cidade ou vou aqui, só para quando estou deitada.

Entrevistadora: É assim o seu dia?

Entrevistada: Normalmente e quando eu parar morro.

Entrevistadora: E com que pessoas é que contacta no seu dia a dia?

Entrevistada: Com todas.

Entrevistadora: E quem são aquelas com quem está mais?

Entrevistada: Durante a manhã com as minhas colegas de trabalho, da parte da tarde mais com as minhas filhas.

Entrevistadora: E sem ser para trabalhar a que sítios é que costuma ir?

Entrevistada: Ao café, gosto muito de ir ao café beber o meu café, posso não ter peço fiado, mas o meu cafezinho bebo-o e o meu cigarrinho também o fumo, também quando não tenho dinheiro para comprar, se eu tenho dinheiro para leite, eu compro leite e fico sem fumar, isso então é direito limpinho, o leite da minha neta e o pão da minha neta está primeiro que um maço de tabaco. Pois se eu tenho para as duas coisas é para as duas coisas, se eu não tiver, pois fica para o leite da minha neta e para o pão da minha neta e para o tabaco não há.

Entrevistadora: E para além do café a que sítios costuma ir?

Entrevistada: Hospitais, café, casa está o meu dia feito. Estou para ir a Fátima e ainda não arranjei tempo, nem vagar, nem tempo e nem dinheiro.

Entrevistadora: Se pudesse escolher como é que gostava que fosse o seu dia?

Entrevistada: Como é que era, ir trabalhar, trabalhar que eu gosto muito de trabalhar e gosto muito daquilo que faço e depois de tarde ter um bocadinho mais de sossego, não trabalhar tanto que eu trabalho muito.

Entrevistadora: Nas coisas de casa?

Entrevistada: E não é só nas coisas de casa, é aqui, é ali, porque o meu marido tem consulta e depois tenho que ir com ele para Montemor por causa da prótese e quando

não vou para Montemor já temos ido a Évora e já temos ido, quer dizer é muito complicado, a saúde do meu marido muito, muito complicada.

Entrevistadora: E como é que é a relação com a sua família?

Entrevistada: Bem, cada um nas suas casas são reis, mas estamos sempre comunicando uns com os outros.

Entrevistadora: Tem tido apoio deles?

Entrevistada: Sim, com o pai extraordinário. Elas não me podem ajudar porque também vivem do trabalho delas, não é, uma tem filhos, agora tenho um neto que vai ser operado agora às 8 horas de urgência com uma apendicite, portanto esse é irmão do outro neto que teve leucemia, portanto a tia tinha um tumor e o neto tinha leucemia, portanto tinha quatro anos ia fazer cinco. Por isso já pode ver cada um com a sua, mas quando.

Entrevistadora: Sente que tem tido apoio deles quando precisa?

Entrevistada: Quando preciso, ainda agora quando aconteceu isso ao pai fomos as cinco todas para Lisboa, era só mulheres, portanto no carro da mais velha, mas fomos todos para Lisboa.

Entrevistadora: Quem são as pessoas que lhe são mais próximas, são da família ou são amigos?

Entrevistada: Filhos.

Entrevistadora: São mais os seus filhos?

Entrevistada: Sim. Amigos não há, amiga, há conhecidos.

Entrevistadora: E costuma estar com os seus filhos todos os dias?

Entrevistada: Todos os dias.

Entrevistadora: E o que é que costumam fazer juntos?

Entrevistada: Vamos beber um cafezinho.

Entrevistadora: É o que fazem mais todos juntos?

Entrevistada: Todos juntos. Cada uma vai comer à sua casa que eu não tenho nada para lhe dar, infelizmente, tenho pena mas não posso ajudar, por isso sem ser um cafezinho, que isto quando há, quando se recebe a reforma paga-se um cafezinho a todas, quando não há casa uma paga o seu.

Entrevistadora: E não costumam ir a mais nenhum sítio?

Entrevistada: Não, isto não há dinheiro para mais, infelizmente não há dinheiro para mais. Gostava mas não há.

Entrevistadora: Quer dizer que não está a receber nenhum tipo de apoio de nenhuma instituição?

Entrevistada: Nada, nada, mal a mal os abonos da minha neta e estou no segundo escalão.

Entrevistadora: E já teve uma filha que recebeu Rendimento Social de Inserção?

Entrevistada: Já.

Entrevistadora: Foi só uma?

Entrevistada: Foi, uma não, dois.

Entrevistadora: Dois que receberam e já não recebem?

Entrevistada: Não, porque ele está trabalhando na Câmara.

Entrevistadora: E a outra?

Entrevistada: Uma recebe agora, esta está pendente, portanto a outra casada que o filho tem leucemia, a que está no hospital e o ordenado do marido são quatrocentos euros.

Entrevistadora: Portanto só tem uma filha neste momento a receber?

Entrevistada: Uma, só uma.

Entrevistadora: Já recorreu a várias instituições?

Entrevistada: Já pedi à Cáritas, estava lá uma doutora que era a Patrícia muito simpática, entreguei-lhe os meus papéis todos e ainda me deu por duas vezes apoio

alimentar. Depois a doutora Patrícia saiu, foi para lá uma não sei quem era, nunca havia nada para me dar.

Entrevistadora: Recebeu apoio alimentar da Cáritas durante quanto tempo?

Entrevistada: Dois meses. Agora tenho para ir lá dia vinte e oito, é hoje vinte e oito, olhe já passou era para ir lá hoje, para ir falar com elas para lhes mostrar o meu recibo, se eu como com trezentos e sessenta euros e mais nada.

Entrevistadora: Pedir novamente ajuda alimentar à Cáritas e está à espera?

Entrevistada: Era para ir hoje falar com a doutora do apoio alimentar, só que hoje com isto do meu marido passou-me e nunca mais me lembrei.

Entrevistadora: Quais foram os principais motivos que a levaram a ir à Cáritas?

Entrevistada: Olhe, amiga, que eu às vezes quero comer e não tenho e trabalho todos os dias e às vezes quero comer e não tenho.

Entrevistadora: Sente que tem sido ouvida no seu pedido?

Entrevistada: Não, aqui ninguém me ouve, se eu pudesse falar ao Coelho eu tinha muito para lhe dizer, nem na panela eu o queria.

Entrevistadora: Porque acha que não foi ouvida?

Entrevistada: Porque elas têm medo de uns e não têm medo de outros. A questão é que as assistentes sociais todas, se eu fosse ao pé delas e dizia-lhes assim: ai eu apanho-te ali fora e limpo-te o sarampo; elas não me dão uma coisa que eu cá sei para não seu mal criada, porque não podem, agora eu mesmo que arremate não digo que as mato, nem digo que lhes vou matar os filhos porque os filhos não têm culpa daquilo que elas fazem. E depois a gente, eu olhei para a doutora Graça Loução, que até digo o nome delas que eu não tenho medo, e disse que já que não ajudava num par de óculos o meu marido, que eu ia-me divorciar do meu marido e ficava com ele, para ela ter direito de ajudar, porque ele só com a reforma eram obrigados a ajudar, não me diga que você era capaz de fazer isso? Sou, vocês com a verdade, com o meu ordenado é muito, como é muito vocês não me querem ajudar, eu vou-me divorciar do homem. Ao fim de tanto ano, não há ao fim de tanto que ano que se fartam? Olhe eu fartei-me dele.

Entrevistadora: Sendo assim acha que a sua situação nunca foi resolvida?

Entrevistada: Nunca e nunca ninguém me disse assim: precisas toma lá. Eu não precisava de dinheiro, amiga, só pelo menos que me ajudassem, o que eu fui pedir foi pedir para me ajudar a pagar a farmácia, porque a doutora Clara eu fui lá, eu mostrei-lhe e ela fez um relatório, ela fez um orçamento para mim só que a chefe dela não autorizou, a doutora Clara não sei quantas, não sei o nome da senhora, sei que fez o orçamento, fez o relatório, eu disse que não queria o dinheiro, que pagassem mesmo directamente à farmácia e a chefe dela não autorizou. Por isso já você pode ver, a mim ninguém nunca, eu já disse à Graça Loução que eu vendia droga e depois dizia que era ela a culpada, não me ajuda e eu preciso de pagar as minhas dívidas e não me chega, por isso eu não tenho vergonha de dizer que estive presa como muitas, amiga, eu fiz e paguei o meu crime. Agora que todas deviam de falar como eu falo na minha situação, porque há muitas, milhares, têm vergonha, mas não deviam de ter, porque quem não arrisca não petisca e quem petiscou, mamou, é um ditado muito antigo e é verdade.

Entrevistadora: Para além da Cáritas já foi a mais alguma instituição pedir apoio?

Entrevistada: Fui à assistente social da Cáritas e da Segurança Social e nunca.

Entrevistadora: E de quem foi a iniciativa de recorrer?

Entrevistada: Sou eu.

Entrevistadora: Foi sempre sua?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E sente que mudou alguma coisa na sua vida após ter ido a estas instituições?

Entrevistada: Não mudou nada, porque nunca fui ajudada.

Entrevistadora: E como é que avalia a qualidade dos serviços, acha que foi bem atendida?

Entrevistada: Elas da Cáritas tem muito bom agrado, mas ajudar só ajudam que elas querem e a assistente social lá em baixo, a Graça Loução, está falando com a gente e

está de costas viradas, uma mal criada, sendo uma doutora, muito mal criada, porque eu não sou nada, mas quando estou falando dou a cara.

Entrevistadora: E quais acha que são os seus direitos nestas instituições?

Entrevistada: Eu não tinha direito porque tenho um trabalho certo, isso é uma verdade, toda a vez e hora que eu tenho problemas de saúde graves na minha casa, eu mostrando a verdade do recibo, que não se podem basear no ordenado, mas sim naquilo que eu trago para a minha casa, eu era para ser ajudada, não sou o que é que você quer que eu lhe diga? Bem delas não posso dizer de nenhuma, se fosse aos ciganos davam, assim eu não tenho nada para me darem, depois dizem que eu sou mal criada, eu não sou mal criada eu sou revoltada, não é ser mal criada, não estou faltando ao respeito a ninguém, é a revolta porque eu nunca fui ajudada e o meu filho que hoje tem vinte e seis ou vinte e sete anos, que eu já nem sei, até ao meu marido que tem cinquenta e sete anos.

Entrevistadora: E deveres, acha que tem alguns deveres para com essas instituições?

Entrevistada: Se me pedirem ajuda da parte da tarde, eu sou capaz de ir ajudar a qualquer um. O meu neto ainda ontem, não antes de ontem, foi com os saquinhos para o Pingo Doce ajudar ali os do Banco Alimentar, portanto, eu mesmo que não possa ir tenho os meus netos que fazem.

Entrevistadora: O que é para si um direito?

Entrevistada: Para mim um direito é como é um dever, é igual, há deveres e há direitos. O direito é eu precisar e ser ajudada e um dever é eu ter e retribuir, mas como eu não tenho o direito também não posso ter o dever, como é que eu lhe posso ajudar a si se você a mim não me ajuda, é que uma mão lava a outra, as duas lavam o rosto, se eu não tenho água para lavar uma, como é que você pode ter água para lavar a sua, se não semeia não pode recolher.

Entrevistadora: O que é para si uma pessoa pobre?

Entrevistada: Uma pessoa pobre, pobre, é querer comer e não ter mesmo que trabalhe todos os dias.

Entrevistadora: Considera-se pobre?

Entrevistada: Considero-me, já fui rica, hoje sou pobre.

Entrevistadora: Acha que está nessa situação?

Entrevistada: Estou. Eu tenho muitos dias que eu quero fazer o que faço de comer e não tenho nada para comer e tenho muitos dias que bebo café com leite e café preto, porque na minha casa não se bebe café com leite.

Entrevistadora: Se pudesse o que fazia para acabar com a pobreza?

Entrevistada: Olhe, dava trabalho a toda a gente e um bom ordenado. Já isso era bom e as coisas mais baratas que é para ter recompensa como antigamente, eu antigamente fiz muitos filhos porque eu com um conto e quinhentos ia ao mercado e trazia comer para uma semana e fatura de carne e agora vou com sete euros e meio e o que é que compro?

Entrevistadora: E se pudesse onde gostava de viver?

Entrevistada: Aqui no meu bairro.

Entrevistadora: Gosta do bairro?

Entrevistada: Gosto.

Entrevistadora: Porquê, porque gosta de viver aqui?

Entrevistada: Porque o bairro há bons e há ruins, você se for para a cidade há bons e há ruins, se for para Lisboa há ruins e há bons, se for para o Porto a mesma coisa, por isso isto é um bairro como outro qualquer. Às vezes as pessoas é que deitam a fama, mais do que ele é.

Entrevistadora: Se pudesse não gostava de sair do bairro?

Entrevistada: Não. Já saí e já voltei.

Entrevistadora: E o que é que ainda não fez na vida e que gostava de fazer?

Entrevistada: Conduzir um camião.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Porque sempre sonhei conduzir um camião.

Entrevistadora: Gosta de conduzir?

Entrevistada: Gosto.

Entrevistadora: Também conduz os carros do lixo?

Entrevistada: Já conduzi os carros, os camiões não porque não tenho carta de pesados, mas os carros já conduzi, hoje não conduzo derivado às faltas que tenho e isso é um trabalho que tem que ser feito todos os dias e eu não estou disposta para isso, mas gosto de conduzir.

Entrevistadora: E o que é que gostava mais de fazer, se pudesse e tivesse oportunidade?

Entrevistada: Um bom jardim de infância para aqui para os moços brincarem, que aqui não há nada, que o Presidente da Junta é outro mentiroso, disse que fazia, fazia e não fez nada.

Entrevistadora: Uma última pergunta, como é que vê o seu futuro?

Entrevistada: Olhe, o meu futuro é cada vez mais miséria, trabalho demais e mais miséria, mas quem devia ter miséria eram aqueles todos do Parlamento, ou como é que se diz, esses é que eram para ter miséria, não são os trabalhadores que são para ter miséria.

Entrevistadora: É assim que vê o seu futuro?

Entrevistada: É.

Entrevistadora: Chegámos ao fim, quer acrescentar alguma coisa?

Entrevistada: Não, chegámos ao fim, tenho que me ir embora, amiga. O coelhinho que pense nos pobrezinhos ou que dê os ordenados deles, os ordenados deles dê aos pobres e como lá com o dinheiro dos pobres e não faça tanta janturada.

Entrevista “Artur”

5 de Dezembro de 2011

Entrevistadora: Muito obrigada pelo seu contributo, queria perguntar-lhe em primeiro lugar, quando é que nasceu?

Entrevistado: A 23 de Abril de 1971.

Entrevistadora: E onde é que nasceu?

Entrevistado: Aqui no Bairro da Esperança.

Entrevistadora: Nasceu portanto em Beja e sendo assim tem quantos anos?

Entrevistado: Quarenta.

Entrevistadora: Tem quarenta anos e qual é o seu estado civil, é casado, solteiro?

Entrevistado: Casado.

Entrevistadora: E tem filhos?

Entrevistado: Duas filhas.

Entrevistadora: Duas filhas e que idade é que elas têm?

Entrevistado: Dezassex e nove.

Entrevistadora: E tem alguma família mais próxima, com quem vive?

Entrevistado: Com a mulher e com elas.

Entrevistadora: E tem família mais próxima?

Entrevistado: Tenho pais e sogros tudo próximo, moram todos aqui.

Entrevistadora: Moram todos aqui no bairro?

Entrevistado: Exacto, os meus pais vivem cá e os meus irmãos também, uns estão na Suíça e outros estão aqui, pronto.

Entrevistadora: Sendo assim a família mais próxima é a que vive aqui no bairro?

Entrevistado: São os meus sogros, moro mesmo ao lado ao pé dos meus sogros.

Entrevistadora: Sempre viveu em Beja?

Entrevistado: Sempre, já estive no estrangeiro em Inglaterra, nasci cá, já morei em Mem Martins com os meus pais e em Torres Vedras e depois vim para aqui.

Entrevistadora: Explique-me então, nasceu cá em Beja e depois como foi?

Entrevistado: Nasci aqui, somos quatro irmãos, o meu pai estava ali na Câmara e na altura acareava-se palha e o meu pai acareava palha e trabalhava na Câmara e então um senhor lá de Torres Vedras, como há lá muitas vacarias e essas coisas, fomos para lá morar, para uma vacaria desse senhor.

Entrevistadora: Para Torres Vedras.

Entrevistado: Estivemos lá bué de anos, bué, uns cinco ou seis anos e depois vim para cá outra vez.

Entrevistadora: E em Mem Martins?

Entrevistado: Em Mem Martins, isso era mais novinho, os meus pais também moraram lá, tinha família também lá.

Entrevistadora: Portanto morou em Mem Martins, Torres Vedras e também esteve no estrangeiro?

Entrevistado: Em Inglaterra, em Manchester e em França.

Entrevistadora: E esteve a trabalhar?

Entrevistado: Sempre a trabalhar pois.

Entrevistadora: E depois voltou para Beja?

Entrevistado: Depois voltei para cá.

Entrevistadora: E neste momento, o que tem feito em termos profissionais?

Entrevistado: Tenho trabalhado com guias, tenho carta de guista e máquinas assim, pronto nas obras tenho-me mantido, mas agora não há obras parou tudo.

Entrevistadora: Tem trabalhado sempre na área das obras?

Entrevistado: Comecei como mecânico com catorze anos na oficina da Nissan aqui em Beja até ir à tropa e depois pronto.

Entrevistadora: E depois da tropa o que é que fez?

Entrevistado: Fui para o estrangeiro, foi nessa altura e depois comecei a trabalhar na outra área e pronto.

Entrevistadora: E trabalhou em que áreas?

Entrevistado: A embalar carros em Inglaterra e nas obras com grua em França e nos Cash's também.

Entrevistadora: E neste momento qual é a sua situação profissional?

Entrevistado: Agora estou desempregado.

Entrevistadora: Há quanto tempo?

Entrevistado: Desde o dia 16, também não é muito.

Entrevistadora: E a sua mulher?

Entrevistado: A minha mulher trabalha, ela é recepcionista num Centro de Fisioterapia, está lá há dezassete anos, eu é que estou assim desempregado.

Entrevistadora: Se lhe pedisse para me contar como tem sido a sua vida, o que me diria?

Entrevistado: Tem sido complicado, tem dias mais aliviados, mas é complicado viver assim com duas filhas e só com o ordenado a bem dizer dela, eu não sei, mas vou ganhar para aí quatrocentos euros de subsídio de desemprego. Amanhã vou começar a ir para a escola, querem que eu vá estudar para tirar o 9º ano, somos obrigados a ir para não mo cortarem, pronto e agora tenho que ir, não sei amanhã vou ver o que é que vai acontecer.

Entrevistadora: E a sua vida como é que tem sido?

Entrevistado: Um bocado chato, um gajo às vezes sem dinheiro, estar à espera que receba algum, um bocado chato, acaba-se ter que estar novamente à espera.

Entrevistadora: Tem tido sempre falta de dinheiro ao longo da vida?

Entrevistado: Não. Agora aqui nesta situação, durante a vida não que eu tive bons trabalhos e ganhava bem e a minha mulher também e estava bem, agora é que não é nada.

Entrevistadora: E quais foram os momentos mais felizes da sua vida?

Entrevistado: Sei lá, já tive tantos, momentos felizes já tive uns quantos.

Entrevistadora: Quais foram, conte-me lá?

Entrevistado: Primeiro o nascimento das minhas filhas, andar de avião também foi uma coisa que nunca esperei de andar e andei nessa altura quando fui para a Inglaterra, também foi um sonho vá que eu tinha realizado que um dia gostava de andar e realizei, sei lá muitos.

Entrevistadora: E os mais tristes?

Entrevistado: Os mais tristes é não trabalhar, é uma tristeza uma pessoa estar deitado e a mulher ir trabalhar.

Entrevistadora: E quais são os momentos que mais o marcaram na sua vida, esse foi um deles?

Entrevistado: Sim, este e o das mocinhas, das miúdas terem nascido e vê-las crescer.

Entrevistadora: E aqueles em que se sentiu mais triste, ter ficado desempregado foi um deles?

Entrevistado: É isso, uma pessoa andar aí feito parvo, vai para aqui vai para ali, a mulher vai trabalhar e uma pessoa fica aí, não é nada.

Entrevistadora: Como é que acha que chegou a esta situação?

Entrevistado: Sei lá, dos partidos, eu sei lá, tanta mudança tanta coisa que eu sei lá e acho que foi o euro, desde que acabaram com o escudo acho que isto se complicou ainda mais.

Entrevistadora: E quais é que acha que são as razões para neste momento estar a passar por dificuldades?

Entrevistado: Sei lá há aí tantas, agora aumentaram o IVA, qualquer dia vai ainda faltar mais trabalho, vai tudo fechar, vai ser ainda pior, eu não sei. É isso tudo, são as condições.

Entrevistadora: Acha que é por isso que está nesta situação?

Entrevistado: Eu acho que sim, então, acho que é.

Entrevistadora: E o que tem feito para mudar a sua situação?

Entrevistado: Tenho tentado trabalhar, não paro, saio de um vou para outro, acabei no dia 16 quando acabou a auto-estrada, era ajudante de arqueólogo, era um trabalhinho fixe, havia ali muita coisa e há ali em Beringel, acabaram com a auto-estrada, acabaram com o emprego, tanto dinheiro enterrado ali e agora acabam à mesma. Isso é que é o mau estar do nosso país, é esse, culpa minha não é, a culpa é de quem faz isso, isso é que eles não vêm e depois dão uma miséria a um gajo, quatrocentos euros, pronto vá tchau toma lá quatrocentos euros com duas filhas a estudar, uma na Cuba, outra aqui em Beja, então. E as miúdas hoje, as mulheres não é qualquer coisa que vestem, depois a outra diz que gozam e um gajo tem que ter tudo para elas, tem que se fazer à vida, é complicado mas terá que ser.

Entrevistadora: E como é que passa o seu tempo?

Entrevistado: Venho aqui para o bairro com os meus amigos, como nasci aqui e vivi aqui vinte e três anos, a bem dizer venho para aqui, aqui é que eu me sinto, eu moro em Beja há dezassete ou dezoito, mas tenho convivência é aqui, jogo às cartas, jogo ao dominó.

Entrevistadora: Como é que é o seu dia?

Entrevistado: Beber umas cervejinhas e jogar umas cartadas aí com a malta e pronto.

Entrevistadora: E assim que passa o tempo?

Entrevistado: Até que a mocinha saia para ir buscá-la, até ir buscar a mulher e pronto e jantamos e casa e tchau.

Entrevistadora: E com que pessoas é que costuma contactar no seu dia a dia?

Entrevistado: Com poucas, é assim colegas só aqui, colegas amigos de infância e a mulher em casa e as mocinhas.

Entrevistadora: E a que sítios é que costuma ir?

Entrevistado: Às vezes vou à dos meus pais, os meus pais às vezes estão ali, não sei se eles agora estão, o meu pai tem um negócio que vende carvão e cal, não sei se ele hoje está aí em casa, às vezes vou ali a casa estou ali, lanchinho ali com eles, a minha mulher só sai às nove, lanchinho ali e depois vou ao café e depois para casa, é a vida.

Entrevistadora: E se pudesse escolher como é que gostava que fosse o seu dia?

Entrevistado: Não digo que gostava de estar em casa sem fazer nada, sem ganhar, mas gostava de ter um trabalho mais ou menos razoável e ter uns fins-de-semana à maneira, vamos curtir, vamos para a praia, um gajo quer ir e não pode.

Entrevistadora: E como é que é a relação com a sua família?

Entrevistado: Boa, os meus pais, os meus irmãos, tudo, damos-nos todos bem graças a Deus.

Entrevistadora: E tem tido apoio da sua família?

Entrevistado: Sim, dos meus pais e dos meus sogros.

Entrevistadora: Têm-no apoiado?

Entrevistado: Sim.

Entrevistadora: O que é que eles têm feito?

Entrevistado: Compram roupas às mocinhas, a minha mãe especialmente, não me dá de comer que eu não vou ali comer porque não quero, não é, com a mulher podia ir ali almoçar, jantar, todos os dias, não vamos porque não queremos, também não precisamos de chegar a esse ponto, mas não sei um dia mais tarde se calhar terá que ser.

Entrevistadora: Sendo assim têm apoiado?

Entrevistado: Ajudam um bocadinho, um bocadinho no sentido de ajudarem as mocinhas, vá.

Entrevistadora: Ajudam mais as suas filhas?

Entrevistado: Pois, também não podem estar a dar a toda a gente, somos quatro irmãos, também não vão estar a dar a um.

Entrevistadora: E quem são as pessoas que lhe são mais próximas, são da família ou são amigos?

Entrevistado: As mais próximas são as da minha família, os meus pais, a minha mulher, as minhas filhas e os meus irmãos.

Entrevistadora: E amigos?

Entrevistado: De resto é quase tudo amigos.

Entrevistadora: Mas as pessoas mais próximas são da família?

Entrevistado: E há um amigo ou outro, há um ou outro, assim de pessoas amigas, amigas são os nossos.

Entrevistadora: E costuma estar com eles todos os dias?

Entrevistado: Normalmente.

Entrevistadora: Com a sua família está todos os dias?

Entrevistado: Sim, normalmente.

Entrevistadora: E com os seus amigos?

Entrevistado: Também.

Entrevistadora: E o que é que costumam fazer?

Entrevistado: Jogamos snooker e vamos pagar uns balões, umas cervejinhas e tal, é o que a gente faz.

Entrevistadora: E com a sua família o que é que costuma fazer?

Entrevistado: Com a minha família estamos em casa, ao fim de semana vamos ao cinema, com a Sofia que é a mais novinha, ver uns desenhos animados e pronto é o que a gente faz é isso.

Entrevistadora: Ficam sempre cá por Beja?

Entrevistado: Sim, normalmente sim, no Inverno sim, no Verão saímos sempre para uma barragem ou para a praia, temos que arranjar sempre maneira de irmos, pronto, vá. De Inverno não, de Inverno vamos para onde? Vamos a um bailezinho, quando há aí um bailezinho vamos ali a um baile.

Entrevistadora: E está a receber neste momento o subsídio de desemprego?

Entrevistado: Sim, vamos lá a ver, estou desde o dia 16, vamos lá a ver se não falha, amanhã tenho que ir para a escola, tenho que ir tratar disso para eu começar a tirar o 9º ano, não tenho cabeça, preferia trabalhar do que ir para a escola, está a ver.

Entrevistadora: Chegou a estudar?

Entrevistado: Tirei o 6º ano.

Entrevistadora: Quais foram os motivos que o levaram a vir aqui ao Centro pedir apoio?

Entrevistado: Sim, porque a minha mulher conhece bem aqui a doutora Dulce, a minha mulher telefonou-lhe e ela disse para eu passar aqui, podia ser.

Entrevistadora: E veio aqui porquê?

Entrevistado: Para ver se ela me arranjava aí alguma coisa, ela diz que já tem aí umas propostas vamos lá a ver.

Entrevistadora: E sente que foi ouvido aqui no seu pedido?

Entrevistado: Sim, é das primeiras vezes que venho cá pedir, olhe acho que até fui bem recebido.

Entrevistadora: Considera que a sua situação foi resolvida?

Entrevistado: Acho que não, não me vão arranjar um trabalho logo, não sei.

Entrevistadora: Tem essa expectativa de arranjar um trabalho?

Entrevistado: Como isto está é complicado, arranjar logo um trabalho é mau.

Entrevistadora: E já tinha recorrido a outras instituições?

Entrevistado: Já. Recorri a muitas empresas de trabalho temporário, está a ver, já corri bué delas, tenho lá bué contactos delas, só que é um mês, dois meses, três meses e depois acaba.

Entrevistadora: E para pedir apoio já recorreu a outros sítios, ou só veio aqui ao Centro?

Entrevistado: Vim só agora aqui ao Centro.

Entrevistadora: E a iniciativa foi da sua mulher?

Entrevistado: Foi.

Entrevistadora: E sente que mudou alguma coisa o facto de ter vindo aqui?

Entrevistado: Não sei, ainda não sei, deixe lá ver, logo se vê.

Entrevistadora: E como é que avalia a qualidade do atendimento?

Entrevistado: Acho que é bom, eu não frequento isto e os meus pais também não, graças a Deus, não levam daqui nada, há pessoas que levam, não sei, conheço a malta, estas raparigas todas, agora de resto não, não tenho assim que dizer, nem nada disso.

Entrevistadora: E quais é que acha que são os seus direitos aqui?

Entrevistado: Epá, os meus direitos aqui acho que não são nenhuns, são direitos se ela tiver alguma coisa para arranjar, tudo bem, se não tiver, está bem na mesma.

Entrevistadora: E os seus deveres, acha que tem alguns deveres aqui?

Entrevistado: Acho que não, como eu lhe digo eu não vivo cá, isso é do bairro, isto foi só uma coisa da minha mulher.

Entrevistadora: E o que é para si um direito?

Entrevistado: Um direito é uma pessoa querer mandar ou ter.

Entrevistadora: E um dever o que é?

Entrevistado: É uma pessoa dever a outra (risos).

Entrevistadora: Acha que um dever é isso?

Entrevistado: Um dever é o que tem que ser feito, não é.

Entrevistadora: E o que é para si uma pessoa pobre?

Entrevistado: Epá pobre, pobre, há pessoas mesmo pobres. Não me considero pobre, mas também gostava de ter mais alguma coisinha.

Entrevistadora: O que é então para si um pobre?

Entrevistado: Um pobre é esse mendigo que anda aí na rua, um pobre, um ser humano, para mim acho que é. Se tem uma casa ainda não é muito pobre, tem uma casa, esses da rua é que é o limite de chegar a pobre.

Entrevistadora: E considera-se pobre?

Entrevistado: Não, eu não me considero pobre, mas pronto também não temos aí mão aberta para darmos a ninguém, é para a gente só, para os quatro, mais nada.

Entrevistadora: Não se considera pobre porquê?

Entrevistado: Tenho comida em casa todos os dias, graças a Deus, tenho carro não ando a pé, as mocinhas andam bem vestidas, vamos nos desenrascando, não sou assim pobre, pobre.

Entrevistadora: Se pudesse o que fazia para acabar com a pobreza?

Entrevistado: Sei lá, isso não sei, dava aí a alguns, se tivesse dinheiro dava, agora assim o que é que eu vou dar a eles, eu também não tenho.

Entrevistadora: E se pudesse onde é que gostava de viver?

Entrevistado: Aqui, gostava de viver aqui.

Entrevistadora: Aqui no bairro ou em Beja?

Entrevistado: Como eu digo já não vivo aqui há dezoito anos ou isso, aqui no bairro já era complicado porque as miúdas não estão aqui habituadas.

Entrevistadora: Mas em Beja gostava de viver?

Entrevistado: Em Beja gostava.

Entrevistadora: Gosta de viver cá?

Entrevistado: Gosto.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistado: Aqui é que temos tudo, aqui é que eu nasci, a minha família, os meus pais estão cá, aqui é que eu tenho os meus apoios, aqui é que temos tudo, os meus cunhados, pronto é a família toda.

Entrevistadora: E o que é que ainda não fez na vida e que gostava de fazer?

Entrevistado: Isso é complicado (risos), tanta coisa que eu não fiz.

Entrevistadora: O quê por exemplo?

Entrevistado: Ter uma empresa de trabalho, uma coisa assim, tinha trabalho e uma empresa para dar trabalho às pessoas.

Entrevistadora: Gostava de ter uma empresa sua?

Entrevistado: Gostava, já tive aí há uns anos e depois acabou, eu e mais um irmão meu, mas depois o financiamento acabou, veio o euro acabamos com isso, ele foi para a Suíça e está lá, pronto.

Entrevistadora: E como é que vê o seu futuro?

Entrevistado: Fraco.

Entrevistadora: Fraco como?

Entrevistado: Da maneira que as coisas estão e tudo, qualquer dia vamos morrendo, vamos morrendo sem saber e novos, acho eu que vai ser o futuro.

Entrevistadora: Terminámos, não sei se quer acrescentar alguma coisa?

Entrevistado: Nada, acho que da minha parte está.

Entrevista - “Felisbela”

03 de Novembro de 2011

Entrevistadora: Muito bom dia, em primeiro lugar muito obrigada pela sua disponibilidade, já tínhamos falado há pouco da sua colaboração neste estudo. Eu ia começar por lhe perguntar quando é que nasceu?

Entrevistada: Nasci em 1982.

Entrevistadora: E em que data?

Entrevistada: 15 do 3 de 1982.

Entrevistadora: E onde é que nasceu?

Entrevistada: Em casa no Bairro da Esperança.

Entrevistadora: E tem que idade sendo assim?

Entrevistada: 29.

Entrevistadora: E qual é o seu estado civil?

Entrevistada: Casada.

Entrevistadora: E tem filhos?

Entrevistada: Tenho quatro.

Entrevistadora: Quatro e que idades têm eles?

Entrevistada: O mais velho tem 14, 12, 10 e 7.

Entrevistadora: Portanto é um rapaz e mais?

Entrevistada: Dois rapazes e duas raparigas.

Entrevistadora: Portanto eles vivem consigo?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E vive com mais outras pessoas ou só com o seu marido e os seus filhos?

Entrevistada: O meu marido e os meus filhos.

Entrevistadora: E quem é a outra família mais próxima, tem aqui pessoas mais próximas de família ou não?

Entrevistada: Tenho, mas não conto com elas sou sozinha, os meus filhos e o meu marido.

Entrevistadora: Pronto tem pessoas de família mas não se relaciona com elas é isso?

Entrevistada: É isso.

Entrevistadora: E sempre morou no Bairro da Esperança?

Entrevistada: Sempre, nasci lá e moro lá, mudei da Rua do Carmo Velho para a Rua da Esperança.

Entrevistadora: Portanto só mudou de rua, mas viveu sempre no mesmo bairro?

Entrevistada: Vivi sempre no mesmo bairro.

Entrevistadora: E estudou?

Entrevistada: Estudei até ao quinto ano e depois tirei o sexto num curso de jardinagem, fiz um curso de acção educativa aqui nas Cáritas em 99 e depois em 2002 fui fazer o curso de jardinagem e agora o ano passado fiz o RVCC para tirar o nono.

Entrevistadora: E gostou de estudar?

Entrevistada: Gostei e agora vou-me inscrever para tirar o 12º.

Entrevistadora: E em termos profissionais como é a sua vida, já trabalhou ou trabalha no momento, como está a sua vida?

Entrevistada: Terminei um contrato de seis meses aqui para a Câmara numa escola, tenho o curso de acção educativa e fui para uma escola.

Entrevistadora: E foi isso que fez?

Entrevistada: Sim e foram os dois cursos.

Entrevistadora: E o emprego que teve foi esse que me disse?

Entrevistada: Foi esse de seis meses.

Entrevistadora: E neste momento qual é a sua situação profissional?

Entrevistada: Difícil, estou desempregada, estou com ajuda das Cáritas.

Entrevistadora: E está a receber algum tipo de apoio?

Entrevistada: Tenho o RSI, o Rendimento Social de Inserção e é o ordenado do meu marido, que eu agora estou com umas despesas que até fomos à Deco pedir ajuda a ver se diminuía as despesas em mais anos e menos dinheiro.

Entrevistadora: E que tipo de despesas é que tem?

Entrevistada: É do banco, do Barckleys.

Entrevistadora: De um crédito?

Entrevistada: Sim, porque é assim conforme ia tendo necessidade para comer ia pedindo, agora a coisa está muito grande e eu fui à Deco a ver se eles faziam menos em dinheiro e mais em tempo, mais em tempo.

Entrevistadora: Recebe o Rendimento Social de Inserção há quanto tempo?

Entrevistada: Foi desde que começou, só que depois quando fiz estas formações fui dando baixa.

Entrevistadora: Então já há muitos anos?

Entrevistada: Já há uns dez, onze anos que eu recebo isso.

Entrevistadora: E conte-me como é que tem sido a sua vida, desde que nasceu como é que tem sido assim a sua vida?

Entrevistada: Muito triste.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Porque os meus pais sempre foram pessoas com dificuldades, só o meu pai é que trabalhava, a minha mãe não, a minha mãe só fazia uns contratos quando era e agora casada igual.

Entrevistadora: E quais foram os momentos mais marcantes da sua vida?

Entrevistada: Foi a morte do meu pai.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Porque eu gostava muito dele.

Entrevistadora: E dos mais felizes da sua vida?

Entrevistada: Dos mais felizes foi ter os meus filhos.

Entrevistadora: Como é que acha que chegou a esta situação de pobreza, de ter que pedir apoio, como é que acha que isto aconteceu?

Entrevistada: Aconteceu porque conforme eu ia tendo necessidades ia pedindo, não pensei depois nas consequências que tinha para pagar.

Entrevistadora: Acha que foi por isso que está neste momento nesta situação?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E como é que chegou a esta situação?

Entrevistada: Porque isto não há trabalho, se eu tivesse um trabalho já se conseguia orientar, pagava as despesas com o ordenado dele ou com o meu e com o meu fazíamos para comer e para nos irmos governando, mas assim eu não tenho trabalho é muito difícil e com estas despesas ainda mais.

Entrevistadora: E o que tem feito para tentar mudar esta situação?

Entrevistada: Procurar trabalho, ainda agora vim do Centro de Emprego, fui agora ali ao Centro de Emprego, já vim um bocado mais cedo para ir ali e não há nada, não consigo nada.

Entrevistadora: O que é que lhe têm dito?

Entrevistada: Que não há trabalho.

Entrevistadora: E diga-me uma coisa em termos do seu dia a dia, como é que passa o seu tempo?

Entrevistada: De manhã venho aqui buscar o almoço, depois à tarde meto-me em casa a arrumar as coisas, já deixo os quartos arrumados, depois é lavar a loiça do almoço, ontem tive que vir à escola por causa da reunião intercalar, hoje também tenho uma e quando os filhos estão em casa é com os filhos a fazer os trabalhos de casa.

Entrevistadora: E com que pessoas contacta no seu dia a dia, quem são as pessoas que vê no seu dia a dia, com quem está?

Entrevistada: Estou aqui com estas raparigas que vêm buscar o almoço, depois estou em casa com os meus filhos, às vezes vou à da minha sogra e depois venho para casa e é o meu dia a dia.

Entrevistadora: Passa o dia assim.

Entrevistada: Passo o dia assim.

Entrevistadora: E a que sítios costuma ir, para além de vir aqui e estar em casa?

Entrevistada: O Centro de Saúde, o Centro de Emprego, às vezes lá no meu bairro vou à de uma vizinha minha que também me ajuda às vezes quando pode.

Entrevistadora: São esses os sítios onde costuma ir?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E se pudesse escolher como é que gostava que fosse o seu dia a dia?

Entrevistada: No trabalho para poder dar de comer aos meus filhos.

Entrevistadora: Se pudesse escolher como era o seu dia de manhã até à noite, como é que fazia?

Entrevistada: Trabalhar.

Entrevistadora: Era o que mais gostava?

Entrevistada: Era o que eu mais gostava era um trabalho.

Entrevistadora: E como é que é a relação com a sua família?

Entrevistada: É bom dia, boa tarde quando nos vemos, porque eu não sou muito de andar de casa em casa.

Entrevistadora: E com o seu marido e os seus filhos?

Entrevistada: Com o meu marido e os meus filhos estamos ali no nosso cantinho.

Entrevistadora: Dá-se bem com eles?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E com os outros familiares de que me falou há pouco?

Entrevistada: Também me dou bem, só que eles no lado deles e eu no meu.

Entrevistadora: É mais distante?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Tem tido o apoio deles?

Entrevistada: (pausa) Não.

Entrevistadora: Nunca teve o apoio deles quando esteve mais aflita?

Entrevistada: Às vezes a minha sogra ou uma vizinha minha, mas da minha família nada. (pausa)

Entrevistadora: Quem são as pessoas que lhe são mais próximas são da família ou são amigos?

Entrevistada: São uma vizinha minha, é mais de fora do que de casa.

Entrevistadora: Tem amigos?

Entrevistada: Amigos não, não sou muito de fazer amigos.

Entrevistadora: E a sua vizinha, costuma desabafar com ela?

Entrevistada: Sim e ela comigo.

Entrevistadora: O que é que lhe costuma dizer?

Entrevistada: Falar da vida e dos problemas que temos.

Entrevistadora: Com que frequência costuma estar com a sua família?

Entrevistada: Os meus filhos e o meu marido só.

Entrevistadora: Com os outros não costuma estar?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: E com a sua vizinha?

Entrevistada: Com a minha vizinha vou lá assim quando tenho tempo para ir, quando não tenho tempo não vou, agora quando tenho tempo vou.

Entrevistadora: O que costuma fazer quando está com o seu marido e os seus filhos, ficam em casa, saem?

Entrevistada: Não, ficamos em casa.

Entrevistadora: O que costumam fazer?

Entrevistada: Os moços costumam trazer trabalhos de casa, meto-me ali com eles a fazer os trabalhos de casa, o pai põe-se a ver televisão ou tem ali umas coisinhas semeadas, uns coentros, uma salsa e tal.

Entrevistadora: Costumam ficar mais em casa, não saem muito?

Entrevistada: Não, porque não dá para sair, não há (dinheiro).

Entrevistadora: Diga-me uma coisa está a receber algum tipo de apoio não é?

Entrevistada: Estou o Rendimento Social de Inserção.

Entrevistadora: E aqui da Cáritas, qual é o tipo de apoio?

Entrevistada: Aqui da Cáritas estou a receber a alimentação.

Entrevistadora: Não come aqui leva para casa?

Entrevistada: Levo para casa.

Entrevistadora: Quais foram os motivos que a levaram a recorrer aqui à Cáritas?

Entrevistada: Porque já não tinha dinheiro para comer.

Entrevistadora: Mesmo com o Rendimento Social de Inserção?

Entrevistada: Sim, porque o Rendimento Social de Inserção é pouco, pagar luz, pagar água, algumas coisinhas que vou buscar à padaria, mais algum dinheirinho que peço emprestado para ir buscar coisas para eles, são 228 euros.

Entrevistadora: Que recebe de Rendimento Social de Inserção?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E o seu marido ganha pouco?

Entrevistada: O meu marido ganha 566 euros. O ordenado dele fica todo no banco para as despesas.

Entrevistadora: O que faz o seu marido?

Entrevistada: É cantoneiro de limpeza aqui na Câmara.

Entrevistadora: Quando veio aqui a esta instituição, sente que foi ouvida no seu pedido?

Entrevistada: Sim, tenho sido muito ajudada.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Pela Dr.^a Susana que é a minha Assistente Social e pela Dr.^a Patrícia, a Dr.^a Teresa e a Dr.^a Ana.

Entrevistadora: Porque acha que elas a ajudaram?

Entrevistada: Porque vêm que eu tenho necessidade.

Entrevistadora: E quando recorreu para receber o Rendimento Social de Inserção, também sente que foi ouvida?

Entrevistada: Sim, sim.

Entrevistadora: E considera que a sua situação foi resolvida com estes apoios?

Entrevistada: Sim, no meu caso sim, tenho tido o que comer, tenho tido sandes para os mesu filhos levarem para a escola, é o mais importante.

Entrevistadora: O que é mais importante para si neste momento?

Entrevistada: É ter comida para os meus filhos.

Entrevistadora: Já recorreu a outras instituições?

Entrevistada: Não, só recorri a esta.

Entrevistadora: E quando recebeu o Rendimento Social de Inserção?

Entrevistada: Sim, à Segurança Social e aqui.

Entrevistadora: Nunca recorreu a mais nenhuma?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: E de quem foi a iniciativa de pedir o Rendimento Social de Inserção, de vir aqui à Cáritas?

Entrevistada: Foi pela necessidade que eu tinha, não tinha trabalho.

Entrevistadora: E de quem foi a iniciativa?

Entrevistada: Eu despachei tudo, eu é que despacho tudo.

Entrevistadora: Sentiu alguma mudança na sua vida depois de ter recorrido à Segurança Social e à Cáritas?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: O que sentiu, o que acha que pode ter mudado na sua vida?

Entrevistada: Mudado muito, muito, não mudou, porque o Rendimento Social de Inserção é pouco e o melhor que está a acontecer é a comida.

Entrevistadora: Acha que isso já foi uma mudança na sua vida?

Entrevistada: Sim, porque só a comida para levar, senão os miúdos começam a comer na escola, eles já comem lá, depois começam a comer mais.

Entrevistadora: Como avalia a qualidade do serviço, acha que é bom ou é mau, como é que o avalia?

Entrevistada: É bom.

Entrevistadora: Porque é que acha que é bom?

Entrevistada: É bom, porque pronto quando venho aqui sou atendida bem e educadamente, sou bem atendida, nunca tive queixas nem de funcionários, nem de doutoras, de nada, tendo sido sempre bem recebida.

Entrevistadora: E quais é que acha que são os seus deveres aqui dentro?

Entrevistada: É respeitar.

Entrevistadora: Respeitar como?

Entrevistada: Os funcionários e as doutoras.

Entrevistadora: O que quer dizer respeitar, o que significa para si?

Entrevistada: Quer dizer que se a doutora disser que não pode ou não coiso, não vale a pena a gente estar disparatar. Nem toda a gente pode, se não têm, não têm, porque é que a gente vai estar a disparatar com as doutoras.

Entrevistadora: Acha que isso é um dever que tem aqui dentro?

Entrevistada: Sim, sim.

Entrevistadora: E quais é que acha que são os seus direitos aqui?

Entrevistada: Os meus direitos é ter respeito pelas pessoas, quando venho aqui deixar as coisas como encontro tudo limpo, não deitar nada para o chão porque elas depois têm que arrumar.

Entrevistadora: E acha que tem direitos aqui?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Não tem direitos nenhuns aqui?

Entrevistada: Direitos, direitos tenho, mas assim direitos de mandar não.

Entrevistadora: E que outros direitos acha que tem?

Entrevistada: Direitos de respeito por mim e por todos que venham aqui.

Entrevistadora: O que acha que é um direito?

Entrevistada: Um direito é respeitar as pessoas, não mandar vir com as pessoas.

Entrevistadora: E um dever o que acha que é?

Entrevistada: Um dever é a gente cumprir com as coisas, se as pessoas disserem que não é porque não têm, se estão a dizer que não têm é porque não têm.

Entrevistadora: O que é para si uma pessoa pobre?

Entrevistada: É não ter nada para comer, nem para vestir, nem para calçar.

Entrevistadora: Isso é um pobre para si?

Entrevistada: É um pobre.

Entrevistadora: Considera-se pobre?

Entrevistada: Sim, muito.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: (Chora) Às vezes quero dar o que os meus filhos me pedem e não posso, não tenho, os meus mais velhos estão descalços, ontem chegaram ao pé de mim todos molhados, os pés estão todos molhados, têm uns ténis todos rotos, custa muito. (continua a chorar).

Entrevistadora: Se pudesse o que fazia para acabar com a pobreza?

Entrevistada: Ajudava todo o mundo, às vezes digo se me saísse o Euromilhões ajudava a quem precisasse.

Entrevistadora: Como é que fazia isso?

Entrevistada: Distribuía pelas instituições, principalmente para a Cáritas que me tem ajudado muito.

Entrevistadora: E se pudesse onde gostava de viver?

Entrevistada: No mesmo sítio, gosto de viver no meu bairro.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Porque foi lá onde eu fui criada, que nasci. Gosto de viver lá.

Entrevistadora: O que é que o bairro tem de bom para si, o que gosta no bairro?

Entrevistada: Quase tudo, da movimentação. Não gosto é de coisas que lá passam, a venda da droga e isso não gosto de ver, mas se pudesse mudar isso mudava.

Entrevistadora: Gosta de viver em Beja?

Entrevistada: Gosto.

Entrevistadora: E o que é que ainda não fez na vida e que gostava de fazer?

Entrevistada: Tanta coisa.

Entrevistadora: Então diga lá o que gostava de fazer e que ainda não teve oportunidade?

Entrevistada: Fazer os meus filhos felizes.

Entrevistadora: Se pudesse o que fazia?

Entrevistada: Comprava o que os meus filhos precisassem, necessitassem para brincar, eles às vezes dizem: mãe todos têm um brinquedo e eu não tenho, uma playstation, uma coisa assim. Eles querem muito mas eu não tendo para lhes dar.

Entrevistadora: Era importante para eles terem isso?

Entrevistada: Não, não era muito importante, mas para brincar, dava para eles se distraírem, não pensavam tanto.

Entrevistadora: Em que acha que eles pensam?

Entrevistada: Que a mãe não tem para lhes dar. (Chora).

Entrevistadora: Como é que vê o seu futuro?

Entrevistada: Espero que o meu futuro seja bom.

Entrevistadora: O que é que ir quer dizer para si?

Entrevistada: Sonho que possa daqui para a frente dar um futuro bom aos meus filhos, o meu mais velho fala quando tiver dezoito anos em tirar a carta, por exemplo. A outra

quer ser Educadora de Infância, também, se tiver dinheiro para realizar os sonhos deles é o que interessa.

Entrevistadora: E para si como é que vê o futuro?

Entrevistada: Para mim é só mais para os meus filhos, para mim se eu pudesse arranjar um trabalho, se me dessem um trabalho já era o meu futuro, um trabalhinho efectivo era bom.

Entrevistadora: Quer acrescentar alguma coisa, que gostasse de dizer sobre a sua situação, a sua vida?

Entrevistada: Há tanta coisa que gostava mesmo de mudar, mas não há solução nenhuma, farto-me de procurar e não, só oiço não, não, não. Pode ser que daqui para a frente possa mudar.

Entrevista “Inês”

28 de Novembro de 2011

Entrevistadora: Muito boa tarde e mais uma vez muito obrigada pela sua disponibilidade para responder às minhas perguntas. Em primeiro lugar pergunto-lhe quando é que nasceu?

Entrevistada: A 15 de Janeiro.

Entrevistadora: De que ano?

Entrevistada: O ano é que eu não sei, não sei ler, não sei.

Entrevistadora: E quantos anos tem?

Entrevistada: Tenho 54 anos.

Entrevistadora: Olhe e onde é que nasceu?

Entrevistada: Aqui em Beja, no Hospital de Beja.

Entrevistadora: E é casada, solteira?

Entrevistada: Sou divorciada.

Entrevistadora: E tem filhos?

Entrevistada: Tenho seis.

Entrevistadora: Muito bem e são rapazes ou raparigas?

Entrevistada: Tenho duas raparigas e tenho quatro rapazes.

Entrevistadora: E que idades é que eles têm?

Entrevistada: Olhe a mais velha tem trinta e quatro anos.

Entrevistadora: E os outros?

Entrevistada: Os outros têm trinta e dois, trinta, vinte e seis, vinte e cinco e vinte e quatro.

Entrevistadora: Portanto tem quatro rapazes e duas raparigas. E eles são casados, são solteiros?

Entrevistada: Tenho só duas casadas, o resto está tudo solteiro.

Entrevistadora: O resto dos filhos estão solteiros e vivem consigo?

Entrevistada: Vivem, vivem, vivem os quatro comigo.

Entrevistadora: E os que são casados já não vivem consigo?

Entrevistada: Vive o menino de um, o Raúl vive comigo.

Entrevistadora: Então quantas pessoas vivem consigo?

Entrevistada: Vivem oito pessoas. O meu neto e são os meus quatro filhos e sou eu, o meu genro e o meu marido.

Entrevistadora: E tem outra família mais próxima cá ou não?

Entrevistada: Tenho uma irmã minha.

Entrevistadora: E vive cá em Beja?

Entrevistada: Vive cá no bairro, trabalha aqui no Centro dos bebés.

Entrevistadora: E sempre viveu aqui no bairro ou não?

Entrevistada: Vivi na Baixa da Banheira.

Entrevistadora: E como foi isso, nasceu em Beja e como foi para a Baixa da Banheira?

Entrevistada: Tinha nove anos e fui para lá.

Entrevistadora: E já viveu em mais algum sítio?

Entrevistada: Não, só aqui.

Entrevistadora: E foi para a Baixa da Banheira porquê?

Entrevistada: Porque eu tinha lá a minha mãe e o meu pai.

Entrevistadora: E depois voltou?

Entrevistada: Depois voltei, casei lá, depois tive lá uma filha que é doente mental, depois o meu casamento deu mal, depois vim para cá e juntei-me com este rapaz e estou com ele.

Entrevistadora: Teve oportunidade de estudar?

Entrevistada: Nunca fui à escola.

Entrevistadora: Nunca andou na escola?

Entrevistada: Não, não.

Entrevistadora: E sabe escrever o seu nome?

Entrevistada: Não, não.

Entrevistadora: E gostava de poder estudar?

Entrevistada: Agora nestas idades já não dá (risos), a idade está avançada e a coisa não dá para mais.

Entrevistadora: Tinha-me dito há pouco que é divorciada e que agora vive com outro companheiro, é assim?

Entrevistada: Sim, sim.

Entrevistadora: E em termos de profissão o que faz?

Entrevistada: Olhe nada, estou em casa a olhar pelo meu neto.

Entrevistadora: Está desempregada?

Entrevistada: Estou, estou.

Entrevistadora: Há muito tempo?

Entrevistada: Oh, andei na Câmara, deixei a Câmara, andei num curso aqui na Quinta dos Bonecos e depois fiz aqui um curso na Cáritas e agora nunca mais.

Entrevistadora: E no que é que já trabalhou?

Entrevistada: A varrer ruas.

Entrevistadora: Tem sido sempre o que tem feito?

Entrevistada: Sim, sim e nos cursos, fiz o curso na Cáritas e fiz um curso aqui na Quinta dos Bonecos e mais nada.

Entrevistadora: E está desempregada há quanto tempo?

Entrevistada: Olhe eu sei lá, há séculos.

Entrevistadora: Há muitos anos?

Entrevistada: Oh pois há.

Entrevistadora: Não se lembra?

Entrevistada: Não, não.

Entrevistadora: E se eu lhe pedisse para me contar como é que tem sido a sua vida, o que é que me dizia?

Entrevistada: A minha vida dava um romance, não a dava contada (risos). É uma história muito má desde princípio, não dá para contar.

Entrevistadora: Tem sido má?

Entrevistada: Má e má, tenho penado muito, a minha vida dava um romance, nem vale a pena contar.

Entrevistadora: E quais foram os momentos mais difíceis?

Entrevistada: Quando estive com o meu primeiro marido, penei muito, agora não, mas penei muito.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Porque ele era muito mau para mim, levava-me para os montes, para os campos, judiava, dava-me porrada, queimava-me os peitos, judiava muito comigo. A minha filha nasceu assim por causa dele, por causa do que ele me fazia e depois aí já não podia, cada um foi à sua vida. A minha vida foi isto.

Entrevistadora: Tem sido difícil?

Entrevistada: Difícil e muito, mas agora mais ou menos.

Entrevistadora: Então casou-se com essa pessoa, depois separou-se e veio para aqui?

Entrevistada: Vim viver para aqui.

Entrevistadora: E há quanto tempo está com este companheiro?

Entrevistada: Eu estou há trinta e cinco anos, a idade da minha filha mais velha.

Entrevistadora: Separou-se ainda nova.

Entrevistada: Sim, tinha trinta anos. E depois fiquei com este rapaz que também era casado com outra rapariga, depois divorciado, a nossa vida, tenho vivido assim.

Entrevistadora: E os momentos mais felizes da sua vida, quais foram?

Entrevistada: Ai não tive, não tive, nunca fui feliz.

Entrevistadora: Nunca teve nenhum momento em que fosse mais feliz?

Entrevistada: Não, não, eu penei muito com esse rapaz, basta que ele dava-me porradas, até me partiu os dentes todos, eu nunca fui feliz na minha vida, por isso a minha vida é um romance.

Entrevistadora: E como acha que chegou a esta situação, teve que pedir apoio, ajuda?

Entrevistada: Eu não pedi nada a ninguém, tive sempre assim e nunca pedi nada a ninguém, porque pedir e levar com um não, não vale a pena, vou vivendo.

Entrevistadora: Como é que acha que chegou a uma situação de pobreza?

Entrevistada: Olhe pobre já eu nasci.

Entrevistadora: Desde que nasceu?

Entrevistada: Desde que nasci, basta que a minha mãe abandonou a gente todos, deixou a gente todos bebezinhos, abalou deixou a gente, veja lá a minha vida. Por isso a minha vida é um romance.

Entrevistadora: Acha que chegou à pobreza por isso que começou com a sua mãe?

Entrevistada: Acho que sim foi, porque eu tenho penado muito, basta o que eu tenho penado desde que nasci e hei-de penar até que morra.

Entrevistadora: E que razões é que acha que estão na base dessa pobreza?

Entrevistada: Porque não temos trabalho, não há trabalho, vive-se só da reforma do meu marido, veja lá é com sessenta contos que eu vou pagar a água, dar para pagar a luz e para a gente viver? Não dá, nem tenho direito a rendimento nenhum, nem nada.

Entrevistadora: E o que é que tem feito para tentar mudar esta situação.

Entrevistada: O que tenho feito, tenho lutado.

Entrevistadora: Como?

Entrevistada: Como, a andar aí sempre, a pedir trabalho, que não há trabalho.

Entrevistadora: O que é que lhe dizem quando pede trabalho?

Entrevistada: Oh que não há trabalho, pronto é o que dizem, pronto que não há trabalho. Nem se quer para varrer as ruas, não dá.

Entrevistadora: Portanto para mudar a situação tem procurado trabalho?

Entrevistada: Tenho andado a ver se acareio, a minha vida é assim. Mas também não peço nada a ninguém, da minha vida ninguém sabe, estou contanto agora à senhora, mas da minha vida ninguém sabe.

Entrevistadora: Porquê, não gosta de falar nisso?

Entrevistada: Não gosto, porque eles não, vão nos ajudar? Ninguém nos ajuda nada, porque elas não precisam e porque assim e porque assado. Tenho uma irmã aqui e ela não me ajuda nada, tenho uma irmã aqui que trabalha aqui no Centro e ela não me ajuda nada.

Entrevistadora: Porque é que acha que ela faz isso?

Entrevistada: Porque ela é má, se ela não fosse má não fazia isso, eu para mim acho que é não sei, é a minha opinião, ela não entra nas minhas casas, nem eu entro nas delas.

Entrevistadora: Então e diga-me uma coisa, como é que passa o tempo, o que é que faz, como é que passa o seu tempo?

Entrevistada: Arrumo as minhas coisas, cuido do meu neto, estendo a roupa, arrumo as minhas coisas e estou na minha casa. Uma pessoa fica sempre com vezes, o meu genro anda trabalhando, não tinha emprego e agora anda trabalhando.

Entrevistadora: E quem são as pessoas com quem fala durante o dia, com quem está?

Entrevistada: Eu não falo com ninguém, falo com o meu neto e falo com o meu marido que apanhou quatro trombozes.

Entrevistadora: Teve quatro trombozes o seu marido?

Entrevistada: Anda com um cajadinho.

Entrevistadora: São estas as pessoas com quem está durante o dia?

Entrevistada: O meu neto e o meu marido.

Entrevistadora: E a que sítios é que costuma ir?

Entrevistada: Não vou a lado nenhum, fico na minha casa.

Entrevistadora: Não vai a mais sítio nenhum?

Entrevistada: Não, não. Na minha casa é que eu estou bem.

Entrevistadora: E não vem aqui ao Centro?

Entrevistada: Fazer? Não.

Entrevistadora: E se pudesse escolher como é que gostava que fosse o seu dia?

Entrevistada: O meu dia em casa, eu gosto é da minha casinha, na minha casinha é que eu estou bem.

Entrevistadora: Se pudesse era assim que passava o dia?

Entrevistada: Sim. Se trabalhasse gostava de trabalhar, mas não há trabalho, isto é uma crise muito má, uma situação muito má.

Entrevistadora: Falou-me há pouco da sua irmã, com quem não se dá muito bem.

Entrevistada: A gente não se dá bem não, ela é muito amiga de estar no trabalho dela e eu na minha casa, eu não vou à dela nem ela vai à minha casa.

Entrevistadora: E com a sua família com quem vive, dá-se bem com eles?

Entrevistada: Com o meu filho, o meu marido e o meu genro. A minha filha anda a tirar um curso, anda tirando um curso na Cercibeja, entra às 9 e sai às 4, que é a mãe do menino.

Entrevistadora: E eles têm-na apoiado, a sua família?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Nunca a apoiaram?

Entrevistada: Não, não. O meu filho não tem trabalho, tenho um que tem vinte e sete anos não trabalha, está em casa. Só quem recebe sou eu e o meu marido, mais nada, a reforma.

Entrevistadora: E quem são as pessoas que estão mais perto de si?

Entrevistada: Os meus netos, a minha filha, o meu marido e o meu genro.

Entrevistadora: E tem amigos?

Entrevistada: Ah, quem tem falta de fazer amigos com a minha casa. Falo com a minha vizinha, boa tarde, bom dia.

Entrevistadora: E vê-a todos os dias?

Entrevistada: Vejo, está mesmo ao pé.

Entrevistadora: E à sua família também, mora com eles.

Entrevistada: Pois, esses então vejo a toda a hora.

Entrevistadora: O que é que costumam fazer todos, quando estão em família o que é que costumam fazer?

Entrevistada: Nada, estar ao pé do lume.

Entrevistadora: Não costumam sair?

Entrevistada: Não, não, não saímos.

Entrevistadora: Ficam mais em casa?

Entrevistada: Mais em casa. Para onde é que a gente vai? Em casa é que a gente estamos bem.

Entrevistadora: Porquê, não gostava de sair?

Entrevistada: Nunca fui mulher de sair, sempre em casa.

Entrevistadora: E diga-me, está a receber algum tipo de apoio de alguma instituição?

Entrevistada: Nada, nada, nada, vivo só com a reforma do meu marido, mais nada, nem avios, nem direito a receber comida, não tenho nada.

Entrevistadora: E os seus filhos, não recebem nada, nem subsídio de desemprego?

Entrevistada: Nada. Tenho um que tem o desemprego, mas é no curso na Quinta dos Bonecos que é o mais novo.

Entrevistadora: E a senhora nunca recebeu subsídio de desemprego?

Entrevistada: Não. Estive uma vez na Câmara, depois acabei, fui para o desemprego, estive dois anos no desemprego, acabou o desemprego, acabou tudo.

Entrevistadora: E neste momento já fez várias formações?

Entrevistada: Fui pedir o Rendimento Mínimo mas não tenho direito.

Entrevistadora: Pediu o Rendimento Social de Inserção?

Entrevistada: Não tinha direito, porque o meu marido recebe a reforma, dá para a gente comer, pagar a água e pagar a luz e comer, com isso que a gente come.

Entrevistadora: E mesmo aqui do Centro não recebe nenhum tipo de apoio?

Entrevistada: Nada, nada, nada. A doutora sabe que é verdade, que a gente não tem apoios nenhuns.

Entrevistadora: Vivem todos da reforma do seu marido?

Entrevistada: Não, o meu Zé trabalha para ele, para o filho e para a mulher, eu é que vivo assim.

Entrevistadora: Então a última vez que foi a uma instituição, foi quando foi pedir o Rendimento Social de Inserção?

Entrevistada: À Caixa lá abaixo, não tive direito, nunca mais lá fui.

Entrevistadora: Quando é que lá foi, foi há muito tempo?

Entrevistada: Já, já, ainda era a doutora Graça.

Entrevistadora: E porque é que lá foi?

Entrevistada: Porque tinha o Rendimento Mínimo, eu uma vez recebi, tive direito a receber, depois fui para um curso e tive que dar baixa, nunca mais tive direito.

Entrevistadora: Quer dizer que já recebeu?

Entrevistada: Recebi, mas pouquinho, mas recebi, mas depois fui fazer um curso à Quinta dos Bonecos, deu baixa e depois nunca mais recebi.

Entrevistadora: Já foi há muito tempo?

Entrevistada: Já.

Entrevistadora: Quando foi à Segurança Social pedir esse Rendimento sente que foi ouvida no seu pedido?

Entrevistada: Fui, fui muito ouvida.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Porque eu gostava muito da doutora Graça, tinha muito, pronto gostava muito da doutora Graça e da doutora Inês, fizeram o que puderam, não é.

Entrevistadora: E porque é que acha que foi ouvida?

Entrevistada: Isso não sei, não sei explicar.

Entrevistadora: E considera que a sua situação foi resolvida?

Entrevistada: Não ficou resolvida, não tive direito a nada, não ficou nada resolvido. O meu marido uma vez foi pedir uns comprimidos à doutora Inês e ela disse que não tinha dinheiro para a receita do meu marido, por isso não fui ouvida.

Entrevistadora: E já recorreu a alguma outra instituição?

Entrevistada: Não, não.

Entrevistadora: Nunca foi a mais lado nenhum?

Entrevistada: Não, não.

Entrevistadora: E quando foi pedir o Rendimento Social de Inserção, quem teve a iniciativa, a ideia de ir?

Entrevistada: Fui eu.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Porque estavam todos a receber e eu vou fazer, fiz, depois recebi uma carta a dizer que tinha direito. A primeira vez que recebi 130 contos, depois já recebia menos, depois fui lá para o curso na Quinta dos Bonecos, depois tive que dar baixa, dei baixa e não recebi nunca mais. Fui fazer outra vez, acabei o curso, recebi uma carta a dizer que não tinha direito porque o meu marido recebia a reforma, pronto desde aí nunca mais.

Entrevistadora: Então foi desde que o seu marido recebeu a reforma que lhe cortaram o Rendimento?

Entrevistada: Nunca mais recebi nada. Nem tenho direito à Cáritas, veja lá.

Entrevistadora: O que é que lhe disseram na Cáritas?

Entrevistada: Que a minha filha recebe, está no rendimento social, recebe a alimentação e é para todos comerem em casa.

Entrevistadora: A sua filha é que vai à Cáritas?

Entrevistada: Sim, vai, leva um avio.

Entrevistadora: E sente que mudou alguma coisa na sua vida depois de ter ido a estas instituições?

Entrevistada: Não mudou, é a mesma coisa, a minha vida não muda, acho que ainda é pior.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Não sei, isto cada vez está pior.

Entrevistadora: E como é que avalia a qualidade dos serviços destas instituições, acha que é boa ou má?

Entrevistada: É boa para alguém, para quem as ajudam, não é para mim. Eu sou sincera, para quem recebe e para quem as ajudam vivem bem, mas para mim não, não me dão nada.

Entrevistadora: E quais é que acha que são os seus direitos e os seus deveres nestas instituições?

Entrevistada: Não sei, não sei, não sei explicar.

Entrevistadora: E o que é que acha que é um direito?

Entrevistada: É de me ajudarem a mim, se o Estado dá o dinheiro é para ajudar os pobres, não para ajudar aqueles que recebem os ordenados certos e que têm um ordenado, dois ordenados e ainda recebem o Rendimento Mínimo e estou contra isso, eu sou contra essas coisas.

Entrevistadora: Acha que era um direito seu receber?

Entrevistada: Era, porque não é só com a reforma do meu marido que eu comia, nem que me mandassem com 100 contos que dava para mim e para o meu marido, com a água e a luz. Porque eu vejo pessoas que recebem muito dinheiro e mal empregado e mal empregado, que acabam de receber o Rendimento Mínimo vão para os chineses, vai tudo para ali. A minha filha recebe vinte contos do Rendimento Mínimo e eu recebo a bolsa do curso, o meu genro está no desemprego, às vezes sou eu e ela, unimo-nos uma à outra.

Entrevistadora: E quais é que acha que seriam os seus deveres?

Entrevistada: É ser ajudada, é só o que eu queria. Pronto, na minha casa chove como na rua, não tenho um pedreiro, não tenho dinheiro para pagar ao pedreiro e estar na minha casa e estar na rua quando chove é a mesma coisa. A minha filha está farta de ir à Cáritas, para ver se arranjam a casa, eu durmo no chão, mas ter um quarto para os filhos eu durmo no chão, porque nem sequer tenho local para dormir, a minha filha não consegue que eles venham cá arranjar a casa, com quatro crianças. Isto é que custa viver, não vê, para o nosso lado não vem mas vem para o lado dos outros.

Entrevistadora: Acha que os seus deveres passam por isto?

Entrevistada: Passam por tudo, por tudo.

Entrevistadora: Então para si um dever o que é?

Entrevistada: Para mim é ser ajudada, só o que eu queria é uma casa para a minha filha, para ela estar bem, em ela estar bem já eu estava bem também.

Entrevistadora: E o que é para si uma pessoa pobre?

Entrevistada: Para mim, eu por mim vejo, por mim vejo, é fomes, porque eu vi a fome do meu marido, ter que pagar a água, pagar a luz a ainda temos que comer. A doutora sabe que é verdade, que eu estive uma vez sem água, que eu uma vez, a minha filha veio aqui à doutora Dulce e foi ouvida, que a doutora Dulce fez tudo por tudo, vieram ligar a água porque a doutora Dulce pediu, depois cortaram-na outra vez porque não tinha dinheiro para a pagar, depois tive outra vez a água, mas estive muito tempo, quase quatro meses sem água e não fui ajudada em lado nenhum.

Entrevistadora: Considera-se pobre?

Entrevistada: Considero.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Porque tenho uma vida muito pobre, não tenho uma vida de rico, tenho uma vida de pobre. Pois, eu vejo aí pessoas que vivem melhor que eu, vivem.

Entrevistadora: O que é ter uma vida de pobre para si?

Entrevistada: Para mim é querer comer e não ter, custo a pagar a água, é uma guerreia para pagar a água, é uma guerreia para pagar a luz, é isso.

Entrevistadora: E se pudesse o que fazia para acabar com a pobreza?

Entrevistada: Olhe sei lá, isso é que eu não sei explicar.

Entrevistadora: Se mandasse o que é que fazia?

Entrevistada: Sei lá, olhe não sei explicar, isso agora é que eu não sei explicar à senhora. Se gostava que a minha vida mudasse gostava, a minha vida não muda.

Entrevistadora: Porque acha que a sua vida não muda?

Entrevistada: Não, não muda, cada vez pior, para mim é, porque eu vou, farto-me de ir à Cáritas, farto-me de ir a Assistentes Sociais e pronto não sou ajudada em nada. Eu não posso dizer que sou ajudada que eu não sou, não sou ajudada em nada.

Entrevistadora: E se pudesse escolher onde é que gostava de viver?

Entrevistada: Onde é que eu gostava de viver? Numas belas casas.

Entrevistadora: Numas belas casas onde?

Entrevistada: Numa terra qualquer mas aqui em Beja.

Entrevistadora: Gosta de viver cá?

Entrevistada: Sim, a minha terra foi aqui, foi aqui que eu nasci, que aqui fui criada.

Entrevistadora: E se pudesse mudar de sítio gostava de mudar?

Entrevistada: Gostava, eu e o meu marido e os meus filhos.

Entrevistadora: Mas aqui em Beja ou fora de Beja?

Entrevistada: Num lado qualquer em que me sentisse bem, eu às vezes digo assim porque é que não me sai a sorte grande, que eu comprava umas casas e ia daqui para fora e ainda digo, falo sozinha a respeito disso. Oh mas a sorte não é para a gente, não é mesmo para a gente, é verdade, é o que a gente diz às vezes.

Entrevistadora: Olhe e o que é que ainda não fez na vida e que gostava de fazer?

Entrevistada: Olhe tenho feito tudo, trabalhei, por isso não, fiz cursos.

Entrevistadora: Não há nada que gostasse de fazer e que nunca teve oportunidade?

Entrevistada: Olhe o que eu gostava de fazer bem, bem, era trabalhar na Câmara.

Entrevistadora: Gostava de trabalhar na Câmara?

Entrevistada: Gostava, a varrer as ruas, sempre gostei e podar também gostava, só que não tenho oportunidade (risos).

Entrevistadora: Então o seu maior desejo qual era?

Entrevistada: O meu maior desejo era trabalhar na Câmara, trabalhar é que eu gosto, sempre gostei de trabalhar, sempre. Gostei de trabalhar na Câmara, trabalhei um ano na Câmara, depois fui para o desemprego e nunca mais, nunca mais me chamaram.

Entrevistadora: Como é que vê o seu futuro?

Entrevistada: O meu futuro vejo-o para trás, não é para a frente é para trás, é o meu futuro.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Não sei, a gente pensa que tem mas não temos nada na vida. Ainda há bocado estava sozinha em casa a pensar na minha vida e depois vim aqui. Não gosto de contar a minha vida a ninguém, ainda fico mais sei lá.

Entrevistadora: Quer acrescentar alguma coisa que não lhe tenha perguntado?

Entrevistada: Que não me tenha perguntado, nada, nada (risos).

Entrevistadora: Então muito obrigada.

Entrevista “João”

15 de Novembro de 2011

Entrevistadora: Então bom dia e muito obrigada pela sua disponibilidade e pelo contributo que nos vai dar. Começava por lhe perguntar quando é que nasceu?

Entrevistado: Eu nasci em 1954 a 28 de Dezembro, vou fazer agora.

Entrevistadora: Vai fazer agora quantos anos?

Entrevistado: 57 anos.

Entrevistadora: E onde é que nasceu?

Entrevistado: Eu nasci no Ribatejo, em Coruche.

Entrevistadora: Em Coruche.

Entrevistado: Em Coruche não, um bocadinho mais retirado, numa freguesiazinha que fica ali pronto a 16 km.

Entrevistadora: Portanto nasceu perto de Coruche a 16 km. E qual é o seu estado civil?

Entrevistado: Fui junto, de maneira que houve uma coisa comigo e com ela e separamo-nos.

Entrevistadora: E estão separados há muito tempo?

Entrevistado: Há vinte e dois anos.

Entrevistadora: E tem filhos?

Entrevistado: Quatro.

Entrevistadora: Quatro filhos, e quantos anos é que eles têm?

Entrevistado: Tenho um com trinta e dois, outra com vinte e dois, outra com dezassete e outro com quinze.

Entrevistadora: Então são dois rapazes e duas raparigas?

Entrevistado: É verdade sim senhora.

Entrevistadora: E eles são casados?

Entrevistado: Só dois é que não são, mas de resto são, os mais velhos, e tenho quatro netinhos.

Entrevistadora: Então tem quatro netos.

Entrevistado: Dois meninos e duas meninas.

Entrevistadora: Muitos parabéns.

Entrevistado: Muito obrigado.

Entrevistadora: E tem outra família mais próxima?

Entrevistado: Mais próximo daqui?

Entrevistadora: Daqui ou da sua terra onde nasceu.

Entrevistado: Pronto já não tenho, eram padrinhos e tios, mas já foi tudo a coiso.

Entrevistadora: Já faleceram?

Entrevistado: Já, agora já só pelos arredores uns primos e primas.

Entrevistadora: A sua família mais próxima quem é?

Entrevistado: É da parte do meu pai.

Entrevistadora: Da parte do seu pai, são seus tios?

Entrevistado: Tios e da parte da minha mãe que lá tinha, eram irmãos da minha mãe e sobrinhos.

Entrevistadora: E com quem é que vive?

Entrevistado: Eu agora vivo sozinho.

Entrevistadora: Vive sozinho e vive cá em Beja?

Entrevistado: Vivo sim senhora e vai fazer já os seus dezasseis anos.

Entrevistadora: Portanto nasceu em Coruche e depois como é que veio parar aqui a Beja?

Entrevistado: Aquele caso foi um caso que eu, deixamo-nos e depois eu comecei assim a ganhar um bocado de vergonha de andar por lá, está a perceber e imigrei para aqui.

Entrevistadora: E veio directamente de Coruche para Beja ou já viveu noutros sítios?

Entrevistado: Vivi mas quer dizer ali perto, o mais longe é aqui Beja.

Entrevistadora: Viveu em Coruche nos arredores?

Entrevistado: Nos arredores, Salvaterra, Benavente, agora zona por além.

Entrevistadora: E depois veio para Beja?

Entrevistado: Vim para Beja, já estive aqui uns anos antes de vir para cá, aqui na Boavista, pronto o meu pai foi aqui um pastor por conta do senhor visconde e portanto eu vim para aqui mais ou menos e depois segui para lá. Quando eu voltei passou-se o que se passou, voltei atrás, era capaz de ficar mas não era assim. De maneira que eu tenho aqui em baixo, as senhoras doutoras sabem, a doutora Ana, eu estou ali a viver dentro de uma barraquinha.

Entrevistadora: Vive onde?

Entrevistado: Além em baixo à ponta do cemitério, está a ver os vidros ali à rotunda. Já lá foram e pronto sinto-me ali bem, o homem deixa-me lá estar, está a perceber, vou arranjando aquilo, estou à minha vontade. Quer dizer posso vir para aqui, posso, quer dizer eu tive um problema comigo que elas até me disseram se for preciso a gente vai lá levar-lhe a comida, não tenha problema nenhum, e eu disse que não, eu com as muletas, eu parti a perna e o joelho a ajudar uma velhota aqui ao pé da escola primária a descer e estava um dia péssimo, caia uma cacimba e os degraus eram pequenininhos e eu desequilibrei-me por aí abaixo e parti este dedo, escalavrei-me todo, parti a perna, quer dizer tenho isto aqui cheio de ferros, não consigo dobrar a perna mais que não só um bocadinho e esta dói-me bastante porque ajuda esta. De maneira que estou aqui.

Entrevistadora: Disse-me que vive numa barraca.

Entrevistado: Vivo sim senhora e estou lá.

Entrevistadora: Porque é que esse senhor o deixa lá estar?

Entrevistado: Porque eu falei com ele, eu contei-lhe a situação, que não havia nada porque isso agora está tudo para aí essas casas está tudo lotado com ciganos, africanos. De maneira que eu falei com o homem e ele deixou-me lá estar.

Entrevistadora: E está lá há muito tempo?

Entrevistado: Eu, vai fazer três anos.

Entrevistadora: E antes disso onde é que vivia?

Entrevistado: Vivia ali numa barraca ao pé de, uma barraca não, uma casa de um senhor aqui no Tanque dos Lavadores, chamam-lhe o Tanque dos Cavalos, por cima daquilo e estive ali muito tempo e depois é que eu fui para além, fui dar uma voltinha, que eu naquela altura apanhava uns caracóis, apanhava um caracolzito para ganhar qualquer coisa e depois estava lá e o homem viu-me lá estar e fui lá e falei com ele. Ele não quer aqui mais ninguém, nesse caso que você está a falar, foi tirar uma informação, não sei se ele tirou aqui uma informação aqui se não, calhando informou-se para aí em algum lado que eu não faço mal a ninguém e toda a gente me conhece e ele disse assim bom, uma vez que ele andava lá na agricultura, chamou-me venha cá e ajudei-o, pronto. Arranjei a barraquita, às vezes peço aqui uns empréstimos para comprar umas coisas para lá, elas emprestam-me e depois eu tenho o Rendimento e pago e pago todos os meses a minha continha, tenho aqui os papéis pago.

Entrevistadora: Há pouco disse-me que teve que sair de Coruche porque tinha vergonha.

Entrevistado: Tinha vergonha, porque aquilo são umas pessoas assim um bocado coiso, depois podiam-me começar a chamar certas coisas, ou por isto ou por aquilo, ou cabrão ou assim ou assado está a ver e eu estou ausente. Já falei com a senhora doutora vou lá agora para o Natal, tenho essa ideia se não mudar nada, ir lá ver os meus filhos.

Entrevistadora: E aconteceu alguma coisa para achar que as pessoas lhe podiam chamar nomes ou que o podiam tratar mal?

Entrevistado: Quer dizer é aquela maneira de gente, aquela maneira e depois mais não sei quantos, eu abalei para não me chatear, pronto e cada qual foi à sua vida, não é, foi ela e fui eu.

Entrevistadora: Foi mais por causa da sua ex-companheira?

Entrevistado: Foi, isso é verdade. E os meus filhos mais tarde já adultos, estava eu a trabalhar por conta dos toureiros ali de Rebiteles, lá e eles foram lá todos, foram lá todos para conhecer o pai, quando eles partiram da minha companhia eram muito pequeninos e eles próprios é que foram à minha procura.

Entrevistadora: Eles é que tomaram a iniciativa de o ir ver?

Entrevistado: Para ver e pronto levaram umas coisinhas, umas camisas, uns perfumes e tal e tal e pronto.

Entrevistadora: E gostou de os ver?

Entrevistado: Gostei imenso e mais tarde fui comer à casa dela e foi aí que propriamente é que me chamou pai: “pai quer comer mais?”, aí é que eu caíu-me tudo.

Entrevistadora: Quando a ouviu chamá-lo de pai?

Entrevistado: Agora os outros não, os outros fui eu, pronto eu ia um bocadinho trémulo com o que pertencia à herança da minha mãe, dividi 750 contos com um primo meu, e depois parti daí 300 contos ao filho mais velho, agora estás aqui dou-te os 300 contos e distribuis mais aqui e mais além e não distribuiu nada, ficou com tudo. Mas não fiquei coiso que é meu filho.

Entrevistadora: E diga-me uma coisa, teve oportunidade de estudar?

Entrevistado: Eu naquela altura, senhora doutora a vida era com muita dificuldade para os meus pais, que a vida no tempo do Salazar eu estava dois dias na escola e tinha que ir guardar gado para subsistir em casa, para ajudar em casa, de maneira que ainda fiz a quarta classe, mas não fiz o exame.

Entrevistadora: Fez tudo mas não chegou a fazer o exame?

Entrevistado: Sim. Sei qualquer coisita, faço o meu nome, escrevo umas palavras, mas boto muito erro está a ver, boto muito ainda, tem que ser com uma grande paciência, por vezes.

Entrevistadora: E em termos de trabalho, o que é que tem feito ao longo da vida?

Entrevistado: O meu trabalho foi sempre dar vida à agricultura.

Entrevistadora: Agricultor, portanto?

Entrevistado: Pronto trabalhar no campo.

Entrevistadora: E é isso que tem feito sempre?

Entrevistado: Trabalhador rural, trabalhei muito por conta do senhor David Rebiteles a trabalhar o arroz e dava lá a pastagem ao gado e tratava dos cavalos dos filhos e pronto fazia o que eles me mandavam.

Entrevistadora: Foi sempre trabalhador rural?

Entrevistado: Sempre, trabalhava com o tractor por aqui e por ali, a carregar palha, está a perceber pronto uma vida para ganhar algum.

Entrevistadora: E neste momento o que é que faz?

Entrevistado: Neste momento não posso por causa que tenho a perna partida, não posso fazer esforço de nada. Eu já estive a trabalhar por causa de uma reformazinha e eles disseram que eu na minha idade, diziam-me que eu tinha capacidade para ir trabalhar, mas como então se eu não posso, isso ainda há ali uma coisinha, é a idade que ainda não dá para.

Entrevistadora: Disseram-lhe que não tinha idade para a reforma?

Entrevistado: É, mas eu comecei a dizer mas há aí tantos que não têm nada e têm a sua reforma, pronto isto são coisas assim, pronto você está ali a desabafar e a dizer que há pessoas mais novas e que têm a reforma, mas é assim pronto a papelada voltou toda em zero. As doutoras aqui, elas mesmo é que liam e tudo e tudo e eu ia e voltava para trás. Na altura a doutora Maria José de Almeida que estava na Segurança Social e ela depois é que falava comigo ela sabe perfeitamente bem, ela mesmo própria tentou mas aquilo não foi capaz em condição nenhuma, mesmo uma reforma mínima.

Entrevistadora: Portanto, está à espera?

Entrevistado: Estou à espera, a senhora doutora disse que agora você agora aguarda, a senhora doutora Ana disse: agora aguenta para o ano de 2012 a gente vai meter outra papelada. Fiz tudo o que me mandaram, tudo aqui a doutora que daqui a nada é família,

de maneira que ela disse eu vou-lhe assinar isto tudo, tudo, por causa da perna e do que me aconteceu e tenho que ir a ela para me ajudar e depois não sei como é que isto ficou tudo em zeros.

Entrevistadora: Se eu lhe pedisse para me contar como é que foi a sua vida, o que é que me diria?

Entrevistado: Da minha vida como?

Entrevistadora: De como tem sido a sua vida.

Entrevistado: A minha vida agora venho aqui, venho comer, levo daqui o jantarinho e estou lá, se me apetecer dar uma voltinha dou para dar um reforço à perna, não é, para fazer um bocadinho de fisioterapia e pronto.

Entrevistadora: E antes disso, desde que nasceu até agora, como é que tem sido a sua vida?

Entrevistado: A minha vida, saí da escola não cheguei a fazer o ensino, depois comecei logo a trabalhar muito cedo para ajudar os meus pais e até chegar a uma certa idade e depois eu juntei-me como lhe acabei de dizer e a coisa correu mal. Morreu o meu pai e morreu a minha mãe se estivessem lá eu lá estava, sinto-me sozinho e como já tinha estado por aqui, gostei desta terrinha e aqui estou.

Entrevistadora: E quais foram os momentos mais felizes da sua vida?

Entrevistado: Mais felizes era quando era mais novo, não era, ia para os bailaricos e para aqui e para ali, naquela altura não é só trabalhava, nem me lembrava de mais nada, tinha os meus pais e queria era uma parodiazita e de maneira que era assim.

Entrevistadora: Foi quando se sentiu mais feliz?

Entrevistado: Mais exactamente na mocidade, quando era novo, isso para mim é agora está como o outro, o António Mourão oh tempo volta para trás, já não volta para trás.

Entrevistadora: Então e os momentos menos felizes, aqueles que o marcaram mais, em que se sentiu mais triste?

Entrevistado: Mais triste, quando eu me senti mais triste foi quando aconteceu isto com a minha mulher, quando a tinha, vivi ainda uns tempos com ela e de maneira que tinha

saúde e tudo e tinha capacidade para trabalhar, principalmente era eu ter capacidade para trabalhar para ter algum para ela comprar umas coisitas para a casa.

Entrevistadora: Quanto tempo esteve com a sua mulher?

Entrevistado: Ora eu estive doze anos.

Entrevistadora: E porque é que diz que o momento mais triste foi quando a vossa relação acabou?

Entrevistado: Foi mais triste porque eu fiquei assim um bocado e pronto eu naquele momento, eu apeguei-me a ela e depois de um momento para o outro desapareceu, está a perceber. Mas agora o que eu tenho mais foi ter isto aqui partido, mas também não estou muito coiso, tenho aqui a Cáritas tudo a tempo e horas, tomo banho, ando limpinho que elas gostam disso para mim e vou vivendo aqui, elas não me deixam desanimar, pronto está a ver e é assim a vida.

Entrevistadora: E como é que chegou à situação em que teve que pedir ajuda à Cáritas?

Entrevistado: Porque eu tive também nesse tempo, antes de vir comer à Cáritas eu vinha comer ao Quartel e depois vim aqui, vim aqui por causa que ia lavar a roupa ali abaixo ao tal dito tanque e depois começaram umas pessoas a dizerem-me para vir aqui, comecei a conhecê-las, fiz um contrato com elas, elas trataram-me do Rendimento, ajudaram-me em tudo. Eu comecei logo, todos os meses pago e dai pronto.

Entrevistadora: E porque é que ia comer ao Quartel?

Entrevistado: Eu não vinha aqui à Cáritas porque não sabia e as pessoas quando eu cheguei nunca tinha lá comido, nunca lá tinha ido e depois comecei a ir atrás dos outros e fui lá também, tinham lá mais.

Entrevistadora: Ao Quartel?

Entrevistado: Pois e depois eu fui e tenho muita gente conhecida graduados de lá que me ajudaram e perguntam: “então e agora?” “Agora estou na Cáritas.” “Nunca esmoreças, porque a gente estamos aqui, qualquer coisa a gente pode ajudar.”

Entrevistadora: E que razões é que acha que estão na base de ter que pedir ajuda, pedir apoio?

Entrevistado: Exactamente ter que pedir apoio que por vezes, é como se disse a fome puxa, começaram a me indicar e eu fui lá, fui lá uma mão cheia de vezes.

Entrevistadora: A principal razão porque recorreu foi porque tinha fome?

Entrevistado: Pois, tinha fome e depois começaram-me a dar apoio aqui através da roupa e depois falei com elas e tudo e elas pronto aceitaram-me aqui e eu fiz um contrato como todos os meses eu pago e assim foi e estou a pagar.

Entrevistadora: E tem algum tipo de rendimento?

Entrevistado: Tenho o rendimento que é 180 e poucos euros.

Entrevistadora: O Rendimento Social de Inserção?

Entrevistado: Pois, é o Rendimento. Eu pago aqui e pronto fico tranquilo e o resto dá para mim pagar as minhas cosinhas, também para fumar algum cigarrito.

Entrevistadora: E o que é que tem feito para mudar esta situação, tem vontade de mudar esta situação, tem feito alguma coisa para isso?

Entrevistado: Agora o que é que eu vou fazer, agora assim neste momento. Se eu ainda tivesse capacidade de andar aí num lado qualquer, nem que fosse a guardar um rebanho de ovelhas, não posso trabalhar nas obras, não posso ir para cima de andaimes, não posso. Para andar de arames, para andar atrás do gado tenho que ter as pernas como deve ser e assim olhe vou-me aguentando até haver outra coisa.

Entrevistadora: E diga-me como passa o seu tempo, normalmente como é que passa o tempo?

Entrevistado: Passo aqui, olhe venho aqui e depois vou lá abaixo à barraquinha levar o jantarzito e depois dou uma voltinha até ao jardim, dou uma voltinha pela cidade para fazer qualquer coisa à perna e às vezes até ando aqui na bicicleta aqui da Câmara, peço ali e vou dar uma voltinha, vou até ao Continente, vou até ao quartel, dou assim uma voltinha e pronto assim se passa o tempo.

Entrevistadora: E como é que é o seu dia a dia, o que é que costuma fazer desde manhã, como é que é o seu dia?

Entrevistado: O meu dia, levanto-me, lavo a cara, como qualquer coisinha se houver. Venho aqui direito às 9 horas, às 9h30 o pequeno- almoço, tomo o pequeno- almoço dou uma voltinha, dai a nada chegasse a hora de almoço para ai me meto e depois vou para baixo e se o tempo estiver assim muito muito mau deixo-me estar ali sossegado um bocadinho, deito-me para descansar a perna e deixo-me estar.

Entrevistadora: E os sítios onde costuma ir são aqueles que me disse há bocado?

Entrevistado: Vou até ao jardim ver ali os passarinhos, vou direito aqui às Portas de Mértola falo às vezes com pessoas que a gente conhece por aqui, aquele rapaz que estava ali ao pé de mim, e às vezes até nos entretemos num lado qualquer a jogar uma cartazita no jardim naqueles banquinhos. E pronto olhe e assim se vai passando o tempo e o tempo vai passando também para mim, os anos vão passando.

Entrevistadora: E se pudesse como é que gostava que fosse o seu dia, se pudesse escolher como gostava que fossem os seus dias?

Entrevistado: Assim os meus dias do melhor, do melhor que pudesse ser.

Entrevistadora: O que é que gostava de fazer se pudesse?

Entrevistado: Eu fui um homem de cantar, de gostar de tocar o meu instrumento, se calhar já me tem ouvido aqui, gaitas de beijos, guitarra.

Entrevistadora: Gostava de tocar música?

Entrevistado: Gostava, alegre, eu sou bastante alegre e pronto por vezes não tenho mais nada, não é, tenho lá uns instrumentos assim deste tamanho que se chamam gaitas de beijos e eu desenvolvo mesmo lá sozinho, tenho lá um radiozinho, ligo-o e outras vezes quero ouvir uma música, toco-a eu para mim próprio (risos) é para mim próprio mesmo.

Entrevistadora: Se pudesse passava o dia a tocar, a ouvir música?

Entrevistado: Isso e eu também, se eu tivesse bem confiança na letra ai arranjando, ia estudando e fazendo umas cançõezinhas para mim, está a ver e pronto assim me entretinha com qualquer coisa.

Entrevistadora: E porque é que não faz isso?

Entrevistado: Pois, eu para fazer depois falha-me a letra. Está a ver se eu tivesse assim bem a situação de escrever bem, está a perceber, fazia.

Entrevistadora: Gostava de voltar a estudar?

Entrevistado: Agora já não, está a perceber, agora para já eu assino, seu fazer o meu nome assim em qualquer papel que for preciso assinar, eu assino o meu nome.

Entrevistadora: Há bocado já me falou um pouco, como é que é a relação que tem com a sua família?

Entrevistado: A minha família agora já não há mais nada, agora é só boa sorte para eles para os meus filhos e quem tiver por lá, ir visitá-los e levar alguma coisinha para eles está a ver, isto também é tudo pouco.

Entrevistadora: É uma relação distante?

Entrevistado: É uma relação distante e essa relação eu tenho muita pena, às vezes levo, já lá fui duas vezes levo qualquer coisinha para as criancinhas, um brinquedo que eu vou aqui aos chineses e compro, está a ver. Para os pais não posso, às vezes são eles até que me ajudam num almoço, às vezes fico lá num jantarzinho e depois marchó.

Entrevistadora: Não é uma relação muito próxima?

Entrevistado: Não.

Entrevistadora: E eles têm-no apoiado, eles sabem que passa algumas necessidades? Têm-lhe dado algum apoio ou não?

Entrevistado: Eu quando houve aquilo, comuniquei para lá quando parti a perna e o joelho e eles dizem-me eu vou lá, mas nunca apareceram, é porque não podem, também não podem certamente e depois fui lá eu, como eles não vieram fui lá eu e eles pronto a gente não pode e isto assim e assado e para aqui e para acolá, que o ordenado também é

pouco e assim, pronto eles para ali fizeram aquela desculpa para mim para não virem cá, não é. E eu fiquei à mesma contente.

Entrevistadora: Sendo assim as pessoas mais próximas de si quem são?

Entrevistado: Isso agora.

Entrevistadora: São amigos?

Entrevistado: Isso arranjei aqui agora.

Entrevistadora: São mais amigos que família?

Entrevistado: São, porque as outras estão fora do alcance, quando lá vou pronto sempre há ali uma coisinha qualquer, está a compreender as lágrimas ainda saem, mas estou agora aqui agora mais próximo, estou aqui diariamente, estou aqui.

Entrevistadora: Tem amigos cá?

Entrevistado: Tenho, sim senhor.

Entrevistadora: E com que frequência está com eles, muitas vezes, todos os dias?

Entrevistado: Eles vêm aqui também.

Entrevistadora: São amigos que arranjou aqui na instituição?

Entrevistado: Eles também vêm aqui comer e também andam aí por fora.

Entrevistadora: Está com eles todos os dias?

Entrevistado: Exactamente, aqui.

Entrevistadora: O que é que costumam fazer?

Entrevistado: Aqui, pois a gente aqui mangamos uns com os outros e pronto e conversa para aqui, conversa para ali, umas anedotas e pronto quando chega a hora a gente vai comer e depois cada qual vai ao seu caminho.

Entrevistadora: Não costuma estar com eles fora daqui?

Entrevistado: Às vezes estou com este que passa aqui e estamos ali também, mais eu, e outros também.

Entrevistadora: E onde é que costumam ir?

Entrevistado: Ou vamos ao jardim ou vamos por aqui, aqui nas Portas de Mértola e tal e o Jardim do Bacalhau, pronto.

Entrevistadora: Dão uns passeios?

Entrevistado: Uns passeiozinhos, a andar por aqui e por acolá.

Entrevistadora: Então e há pouco também me tinha referido que está a receber apoio, está a receber o Rendimento Social de Inserção?

Entrevistado: Só.

Entrevistadora: E vem aqui à Cáritas buscar comida, comer, são os dois apoios que está a receber?

Entrevistado: São os três, é o pequeno – almoço, almoço e jantar.

Entrevistadora: E recebe também o Rendimento Social de Inserção?

Entrevistado: E depois chego aqui e pago a minha conta. Pago logo o empréstimo que às vezes me emprestam aqui, que eu tenho aqui um empréstimo, mas depois pago está a perceber e pronto assim vou indo.

Entrevistadora: Para receber o Rendimento Social de Inserção teve que ir à Segurança Social?

Entrevistado: Sim e eu recebo-o aqui, deu a morada para aqui. Eles recebem todos lá para baixo e elas todas me conhecem as senhoras doutoras, pronto tudo está dentro do meu caminho está a perceber, há também aqui outras que estão aqui na Junta de Freguesia, aquela mulher baixinha e pronto tudo me ajudou, mas ao final não foi nada que é a reforma.

Entrevistadora: A reforma é que não conseguiu?

Entrevistado: Uma reformazinha, para eu um dia mais tarde para poder ir para um lar.

Entrevistadora: E porque é que foi à Segurança Social pedir o Rendimento Social de Inserção?

Entrevistado: Pedi porque andava tudo a receber e eu tinha que receber também, tendo os mesmos direitos pois.

Entrevistadora: Porque é que diz isso?

Entrevistado: Digo porque me faz falta, faz falta, os outros andam aí, pronto o Estado está a dar esse dinheiro e eu nunca tinha tido e fui pedir também.

Entrevistadora: E achava que tinha direito a receber porquê?

Entrevistado: Calhando se tenho o direito a receber é porque alguma coisa será e tanto que já vai fazer três anos e ainda não mo tiraram.

Entrevistadora: Recebe há três anos o Rendimento Social de Inserção?

Entrevistado: Sim, foram as Assistentes Sociais que atestaram a minha capacidade, que eu não posso, mas se eu pudesse trabalhar já sabiam que me andavam a chamar a atenção e por não cumprir, não era. Até as doutoras ali sabem perfeitamente como é que eu estou, que não posso, exactamente.

Entrevistadora: E quando foi a essas instituições sente que foi ouvido no seu pedido?

Entrevistado: Ouvido de quê, de receber?

Entrevistadora: Se atenderam ao seu pedido?

Entrevistado: Atenderam.

Entrevistadora: Sente que foi bem atendido?

Entrevistado: Fui sim senhora.

Entrevistadora: Porque é que diz isso?

Entrevistado: Porque vi que foram umas pessoas que tanto foram que me apareceu este ordenado e elas todas sim senhora, elas mesmo, o senhor vá aqui, vá ali, o senhor vá aqui e meta este papel e vá ali, está a perceber, pronto.

Entrevistadora: Sente que foi apoiado?

Entrevistado: Sempre, sim senhora.

Entrevistadora: Considera que a sua situação está resolvida?

Entrevistado: Penso que sim, com esta idade.

Entrevistadora: Faltaria a reforma?

Entrevistado: Sim, eu agora era tratar de uma reformazinha, ficava mais coiso, como via que não posso agora com esta idade e um dia mais tarde vou-me abaixo e era eu depois aqui dava outra volta, as Assistentes Sociais, já tinha aquilo para pagar não era, exactamente.

Entrevistadora: E em termos de instituições já recorreu à Segurança Social, à Cáritas e já foi a mais alguma instituição sem serem estas duas?

Entrevistado: Nada.

Entrevistadora: Só foram estas duas?

Entrevistado: Só aqui e mais nenhuma.

Entrevistadora: Pelas razões que já me disse?

Entrevistado: Pois, foi aqui dentro que eu tratei disso tudo.

Entrevistadora: Foi na Segurança Social e na Cáritas?

Entrevistado: Exactamente, apoiaram-me.

Entrevistadora: E de quem foi a iniciativa, foi sua, de vir procurar apoio?

Entrevistado: Fui.

Entrevistadora: Porquê, porque estava sozinho?

Entrevistado: Pois, estava sozinho.

Entrevistadora: Sentiu que a sua vida mudou depois de ter vindo a estas instituições?

Entrevistado: Senti que fiquei mais um bocadinho, apesar de eu ter aqui a perna partida, foi um grande coiso para mim, mas fiquei mais um bocadinho e pronto tudo apoiado, está a perceber aqui e eu pronto aquele dinheirinho já me dá para aquilo que eu quero.

Entrevistadora: O que é que acha que mudou desde que vem a estas instituições?

Entrevistado: Minha senhora para mim mudou só um bocadinho, foi isto que eu estava a dizer, auxiliaram-me aqui neste momento e aqui a Cáritas, já estou feliz não é verdade, não andar por aqui, não andar por ali, sem poder e assim estou faz de conta que aqui é uma família que eu tenho aqui.

Entrevistadora: E como é que avalia o serviço?

Entrevistado: O serviço de quê?

Entrevistadora: A comida, o atendimento.

Entrevistado: É bom sim senhora, as pessoas que estão aqui são pessoas que têm capacidades para falar para as pessoas que vêm aqui e receber as pessoas e dar, está a ver, exactamente.

Entrevistadora: E na Segurança Social como é que acha?

Entrevistado: Também. De vez em quando a dona Maria José de Almeida manda-me chamar que às vezes quer conversar comigo, vá então o que é que se passa diga lá e eu digo continuo na mesma, pronto. Elas calhando ligam para aqui para saber o que é que se passa, pronto está tudo bem.

Entrevistadora: E quais é que acha que são os seus direitos aqui?

Entrevistado: Os meus direitos de que forma?

Entrevistadora: A que é que acha que tem direito aqui na instituição?

Entrevistado: O direito que tenho é comer, não é, é tomar banho, barbear, a roupinha para não andar aí na rua a meter nojo e pronto.

Entrevistadora: E os seus deveres, que deveres é que acha que tem aqui?

Entrevistado: Os deveres é, só o dever que eu tenho, que eu gosto mais é se há alguma coisa que eu não tenho dinheiro é pedir e eles fazem-me o empréstimo à mesma. Se eu chegar aqui e pedir qualquer coisinha, é logo, se não for hoje é amanhã qualquer coisa.

Entrevistadora: E acha que tem alguns deveres aqui para com a instituição?

Entrevistado: Não tenho deveres nenhuns.

Entrevistadora: Porque é que acha isso?

Entrevistado: São coisas que o meu dever, por vezes que eles queiram mesmo falar comigo assim nesse caso, não é, elas mesmo, eu entendo-me bem com elas a falar, já tenho estado aqui por vezes numa reuniãozinha, quando a gente fomos dar um passeio aos aquários lá no Verão e depois fizeram aqui uma reuniãozinha sobre o que é que a gente achámos, está a perceber, tudo bem senhora doutora, a senhora doutora assinou o que é que gostou, o que é que não gostou, eu gostei de tudo e do melhor que fosse.

Entrevistadora: Acha que isso é um dever que tem aqui na instituição?

Entrevistado: É e bom.

Entrevistadora: Então o que é para si um direito?

Entrevistado: Um direito, minha senhora agora aí é que eu não sou capaz de responder.

Entrevistadora: O que é que acha que é para si ter direito a alguma coisa?

Entrevistado: O que necessito, por exemplo eu não vou levar daqui, não vou levar daqui, o meu direito é levar uma coisa que eu necessito, ou como acabei de referir, ou aquilo que eu preciso, isto é assim uma coisa que quem está aqui dentro pode ajudar.

Entrevistadora: E assim sendo o que é para si um dever?

Entrevistado: Pois.

Entrevistadora: O que acha que é um dever, quais é que acha que são os seus deveres aqui na instituição?

Entrevistado: O que é que eu queria?

Entrevistadora: Quando lhe perguntam o que é um dever, o que é que lhe vem à cabeça?

Entrevistado: Não sou capaz de explicar, aí é que eu não sou capaz.

Entrevistadora: Ou se lhe perguntarem quais é que acha que são os seus deveres?

Entrevistado: O meu dever, aqui não tenho dever nenhum, não vou para aqui como sendo um dever, não sinto isso, isso é um dever, não pronto, a minha coisa de dever é eu vir aqui e auxiliarem-me.

Entrevistadora: Então o que é para si uma pessoa pobre?

Entrevistado: Para mim uma pessoa pobre sou eu (risos).

Entrevistadora: O que é que isso quer dizer?

Entrevistado: Quer dizer uma pessoa pobre é uma pessoa mesmo no final, a arrasar, não tem deveres não tem nada, não tem quem o auxilie, é uma pessoa pobrezinha, andar por ai a pedir de porta em porta, não é, um pobre. Nós estando aqui ou mesmo noutro lado temos a Cáritas para auxiliar, é escusado as pessoas andarem ai a bater à porta, ou mexer numa coisa qualquer que não há-de mexer, uma pessoa que seja pobre tem assim várias ideias e isto e aquilo e roubar e você está a ver o que é que se está a passar no nosso país, é o mesmo caso de um homem pobre, não há e tem que fazer algumas coisas para se alimentar, mas nós temos aqui a Cáritas para auxiliar as pessoas ao nível disso.

Entrevistadora: Considera-se pobre?

Entrevistado: Eu considero-me.

Entrevistadora: Porque é que acha que é pobre?

Entrevistado: Porque sou, não tenho os meus deveres como um gajo rico, sou pobre, venho aqui porque sou pobre, se eu tivesse não vinha aqui.

Entrevistadora: Acha que é pobre porque tem falta de dinheiro?

Entrevistado: E não só.

Entrevistadora: Então?

Entrevistado: Saúde tenho graças a Deus, pouca mas tenho alguma, e há outra que, só o viver, que você até se passava e outras coisas pronto, o que eu devia ter gozado, pronto mudar de situação, uma casa em condições e procurar uma mulher para mim, pronto nem que fosse para me assear a roupa, para me fazer carinhos, que é isso que eu necessito, de tudo está a ver. Eu infelizmente, não sou, mas sou quase parecido com um cão, ninguém me vai acarinharem-me e pronto animarem-me.

Entrevistadora: Costuma sentir-se só?

Entrevistado: Tenho eu que me animar.

Entrevistadora: Costuma sentir-se sozinho?

Entrevistado: Sinto e por vezes a cabeça também anda à volta e um gajo por vezes sente-se só, às vezes não, como é que eu hei-de dizer, não se lembra tanto quando fala com aquele e fala com aquele, mas quando a gente não dá por nada a cabeça vai, vai aquele local e depois vai puxar coisas como era antes e agora como é.

Entrevistadora: E se pudesse o que é que fazia para acabar com a pobreza?

Entrevistado: Acabar com a pobreza sair o euromilhões, eu jogo mas não me sai, eu acabava logo com a pobreza para mim.

Entrevistadora: E para os outros pensava em alguma coisa?

Entrevistado: Pensava, eu podia auxiliá-los em qualquer coisita, mas não podia ser assim muito, porque primeiro estava eu.

Entrevistadora: E se pudesse onde é que gostava de viver?

Entrevistado: Gostava de viver aqui dentro de Beja, aqui em Beja eu gostava de viver.

Entrevistadora: Gosta de viver cá?

Entrevistado: Gosto, tanto gostava que estou.

Entrevistadora: E porque é que gosta?

Entrevistado: Gosto porque eu já estou aqui há tempo e já fiz amizade com as pessoas, alguns está a perceber, a gente já fala, como se eu estivesse na minha terra, está a ver falar com gajos da escola, amigos e tal e aqui é a mesma coisa, não os encontro a todos mas encontro alguns e na minha terra agora sou um conhecido, não é.

Entrevistadora: Portanto gosta de cá viver?

Entrevistado: Gosto.

Entrevistadora: E o que é que ainda não fez na vida e que gostava de fazer?

Entrevistado: Isso agora (risos) o que é que eu gostava de fazer agora?

Entrevistadora: Sim, o que é que ainda não fez na vida e que não teve oportunidade, não teve condições e que gostava de fazer?

Entrevistado: Olhe era dar uns passeiozinhos de avião aí a um sítio qualquer.

Entrevistadora: Gostava de andar de avião?

Entrevistado: Eu já andei mas foi nessas asas deltas, na minha terra havia lá um senhor e eu andei nisso. Era uma coisa que eu gostava de andar como os outros, aí está a pobreza, se tivesse ia dar uma voltinha para conhecer outras coisas. Pronto, às vezes aqui a Cáritas também recebem a gente e a Câmara também, têm o autocarro para a gente dar uma voltinha, está a perceber, fica logo a pessoa mais.

Entrevistadora: Gostava de passear?

Entrevistado: Era dar um passeiozinho para não estar sempre no mesmo sítio.

Entrevistadora: E como é que vê o seu futuro?

Entrevistado: O meu futuro vejo-o nesta situação, vou indo até Deus querendo com isto que tenho, e pronto vou vivendo assim.

Entrevistadora: Como é que acha que vai ser o seu futuro?

Entrevistado: O meu futuro daqui para a frente?

Entrevistadora: Sim.

Entrevistado: Isso é que eu não sei, nem ninguém, até pode ser melhor, como ser pior, aí é que é, isso agora é que ninguém sabe.

Entrevistadora: Tem esperança no futuro?

Entrevistado: Tenho esperança, que a gente tem sempre, a gente tem sempre uma esperança quando acorda de manhã com os olhinhos abertos, tem sempre uma esperança, mais aqui e mais ali tem sempre aquela esperançazinha, epá chama-se uma fé. Vou comprar uma cautelazinha, às vezes sai mas é o dinheiro do bolso (risos) e o papel joga-o fora.

Entrevistadora: Chegámos ao fim da entrevista, quer acrescentar alguma coisa?

Entrevistado: A senhora doutora que me dê uma esperançazinha para mim, que eu fui sempre que eu fui sempre um homem que nunca esmoreci, mas às vezes a cabeça em estando assim um bocadinho vai buscar, a memória vai buscar certas coisas, o que é que já se passou comigo.

Entrevistadora: São mais as coisas do passado?

Entrevistado: Do passado, que eu lembro-me do passado, algumas não é, e vou assim mas porque é que aconteceu aquilo, porque é que foi assim, porque é que foi assado e isto é muito na cabeça, como é que se passou no momento eu com a mulher, sem haver nada foi uma coisa, foi um relâmpago vamos lá.

Entrevistadora: Nunca conseguiu perceber o que tinha acontecido?

Entrevistado: Nunca, aquilo foi uma zanga que foi automaticamente uma coisa que pronto tu vais à tua vida, que eu vou à minha e pronto. Chegámos mais tarde a falar e ela morou lá na terra antes de partir para Benavente e chegámos a falar como falo consigo, normal.

Entrevistadora: Mas apesar de tudo nunca chegou a perceber?

Entrevistado: Não, nunca percebi nada.

Entrevistadora: Chegámos ao fim, não sei se quer acrescentar alguma coisa?

Entrevistado: Senhora doutora eu agora só diria é que eu precisava, que acrescentassem para mim, eu não queria mais nada, só ser capaz de saber porque é que eu não tenho direito a certas coisas.

Entrevistadora: À reforma?

Entrevistado: Isso é que eu gostava, pronto para saberem qualquer coisa, que eu tenho descontos, que a senhora doutora telefonou para lá, telefonou para o patrão e havia descontos e depois já não havia e depois lá em baixo, pronto lá no Centro comunicaram e havia descontos e depois mais tarde outro papel e já não havia. Então mas que baralhada era esta? Eu cheguei aqui a falar com a senhora doutora e eles não chegaram a compreender, então mas primeiro havia descontos e agora já não há, estava tudo a andar

e de um momento para o outro já não há, tal e qual como aconteceu com a minha mulher, acabou-se no momento e não conseguem mexer nisso.

Entrevistadora: Muito obrigada então pelo seu contributo.

Entrevista “Jorge”

5 de Dezembro de 2011

Entrevistadora: Boa tarde, tal como falámos há pouco, agradeço o seu contributo para este trabalho. Começava por saber em primeiro lugar qual é a sua data de nascimento?

Entrevistado: Isso não sei.

Entrevistadora: Não se recorda o dia em que nasceu?

Entrevistado: Não, não.

Entrevistadora: E sabe quantos anos tem?

Entrevistado: Tenho 40 anos.

Entrevistadora: E onde é que nasceu?

Entrevistado: Santa Maria da Feira.

Entrevistadora: Isso é no concelho de Beja?

Entrevistado: De Beja.

Entrevistadora: Portanto nasceu na freguesia de Santa Maria da Feira?

Entrevistado: Sim, sim.

Entrevistadora: E qual é o seu estado civil, é casado, solteiro?

Entrevistado: Solteiro.

Entrevistadora: É solteiro. E tem filhos?

Entrevistado: Não, não.

Entrevistadora: E com quem é que vive?

Entrevistado: Eu vivo com três irmãos. Não tenho pai, não tenho mãe, o meu pai foi morto a tiro e a minha mãe morreu com um AVC, esteve aqui no Centro de Dia do Bairro da Esperança.

Entrevistadora: E já morreram há muito tempo os seus pais?

Entrevistado: Já, já e já me morreram dois irmãos também, um morreu na prisão e o outro morreu em Coimbra, deu positivo com problemas de droga e isso tudo. De maneira que foi para Coimbra, já não tinha mãe, não tinha ninguém e depois desalvorou e a gente nunca sabíamos dele, fomos à procura dele, falei com os meus irmãos, fomos à pergunta e a gente nunca sabíamos dele e quando morreu a minha mãe, nunca soube que a mãe morreu e ficámos assim. Dele telefonou para a minha cunhada e a minha cunhada disse que ele já soube que a mãe morreu e disse que não podia vir, que não tinha posses para vir, não tinha dinheiro e tal e depois quando ele esteve muito doente foi para o Hospital de Coimbra e do hospital, o Centro de Dia, o Centro fez um baile que o meu irmão ajudou para o Centro, depois disse-me o irmão está mau, no outro dia voltou, não sabia se já morreu, estivemos aqui pela cidade de Beja, por todo o lado para a gente o trazer para cá, pedimos transporte para a gente o trazer, a gente lutou para o trazer, epá e acho que a minha vida é assim.

Entrevistadora: Portanto agora vive com os seus três irmãos?

Entrevistado: Vivo com os meus três irmãos.

Entrevistadora: E são a família mais próxima que tem?

Entrevistado: São, são.

Entrevistadora: Não tem mais família?

Entrevistado: Tenho três irmãos e tenho a minha cunhada e o meu sobrinho aqui e mais uma irmã e um irmão que estão no Algarve, mas esses irmãos...

Entrevistadora: E diga-me uma coisa, viveu sempre em Beja ou já viveu noutros sítios?

Entrevistado: Não sai daqui.

Entrevistadora: Viveu sempre em Beja e sempre aqui no bairro?

Entrevistado: Sempre, nascido e criado foi sempre aqui, até quando morrer. (risos)

Entrevistadora: E teve oportunidade de estudar?

Entrevistado: Não, não tive que a minha mãe era pobre, o meu pai mataram-no e a minha mãe não tinha possibilidade de meter a gente nos estudos, foi assim.

Entrevistadora: E sabe ler?

Entrevistado: Não, não.

Entrevistadora: E fazer o nome?

Entrevistado: O primeiro nome sei.

Entrevistadora: E em termos profissionais, tem trabalhado?

Entrevistado: Tenho, estive um ano e meio na Cercibeja e agora estou no coiso das flores do senhor Picamilho.

Entrevistadora: E o que fazia na Cercibeja?

Entrevistado: De hortas.

Entrevistadora: E agora qual é o seu trabalho?

Entrevistado: Agora é de flores.

Entrevistadora: Trabalha numa florista e o que costuma fazer lá?

Entrevistado: O meu trabalho é de limpezas, quintais e isso tudo.

Entrevistadora: Portanto neste momento está empregado, a trabalhar?

Entrevistado: Sim, mas só por um ano, em acabando o tempo já me disseram, pronto que em acabando o tempo tenho de para aí arranjar outro sítio, que não dá, há muito pessoal para entrar e pouco pessoal a sair, tenho que me aguentar pronto.

Entrevistadora: Já me falou um pouco, mas se eu lhe pedisse para me contar como tem sido a sua vida, o que me diria?

Entrevistado: A minha vida?

Entrevistadora: Sim.

Entrevistado: Posso contar, a minha vida é assim, olhe foi sem mãe sem pai, tive bons amigos que ainda hoje tenho, a minha vida foi de tristeza da maneira como nós tivemos a vida, passei muita fome, da miséria. Ainda hoje ando aí e vejo os meus vizinhos, toda a gente me estima, pronto e vens à minha casa comer e isso tudo.

Entrevistadora: E o que faziam os seus pais?

Entrevistado: O meu pai trabalhava em matas, a minha mãe não, a minha mãe nunca trabalhou.

Entrevistadora: E quer contar-me um pouco o que aconteceu ao seu pai?

Entrevistado: Digo, o meu pai foi morto a tiro pela Polícia de Choque.

Entrevistadora: Porquê, o que aconteceu?

Entrevistado: Foi desse barulho que houve aí do 25 de Abril, houve esse barulho e o meu pai foi morto quando a gente eramos pequeninos. O meu pai foi morto a gente ficámos sete, somos sete filhos, foi tudo com a minha mãe e foi tudo com a minha avó, a mãe da minha mãe.

Entrevistadora: Tem sido assim a sua vida?

Entrevistado: A minha vida é só assim, a minha vida e às vezes são mais os desgostos que um gajo apanha. Os meus irmãos foram seguidos, o mais novo, e depois foi mais esse que ainda foi pior ninguém o viu.

Entrevistadora: E os seus irmãos que idade têm?

Entrevistado: Não me pergunte que eu não sei.

Entrevistadora: Mas são mais novos?

Entrevistado: Não, não, são mais velhos.

Entrevistadora: E eles não trabalham porquê?

Entrevistado: Tenho um que é doente, é doente, ele tem força para buscar trabalho só que pronto, o outro dão-lhe ataques, é doente dão-lhe ataques e pode cair e pode-lhe dar algum ataque e o outro não trabalha porque diz que não arranja, que não há, que não há. Esse tinha também um curso para a Cercibeja não quis, diz que não era maluco para ir (risos). O mais velho é trabalhador da Câmara Municipal de Beja.

Entrevistadora: E quais é que foram os momentos mais felizes da sua vida?

Entrevistado: nenhuns.

Entrevistadora: Não teve nenhum momento em que ache que tenha sido feliz?

Entrevistado: Nada, nada, nada.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistado: Foi sempre mais por desgostos.

Entrevistadora: Não tem portanto momento nenhum?

Entrevistado: Nada, nada. Lido com os meus amigos e brinco e depois fico sossegado e não digo mais nada a ninguém.

Entrevistadora: E momentos que mais o marcaram, em que se sentiu mais triste?

Entrevistado: Os momentos em que me senti mais triste foi que não fui criado com o meu pai, claro.

Entrevistadora: Foi a morte do seu pai?

Entrevistado: Foi a morte do meu pai (pausa).

Entrevistadora: E como acha que chegou a uma situação de pobreza, de ter que pedir apoio?

Entrevistado: Cheguei a esta situação porque a minha mãe não tinha posses, tinha que trabalhar coitadinha e a gente quando ela estava pronta para ir para o hospital a gente tínhamos uma receita para aviar a gente não tinha para lhe dar. E depois os meus irmãos, esse o mais velho mora no Algarve e veio aqui falar com a doutora Dulce para ter autorização para ter aqui a minha mãe durante o dia e depois ela ia para casa.

Entrevistadora: No Centro de Dia?

Entrevistado: No Centro de Dia, agora já não volta cá que a minha mãe já morreu.

Entrevistadora: E quais é que acha que são as razões para ter tido uma vida com necessidades, porque acha que isso aconteceu?

Entrevistado: Aconteceu porque me levaram logo o meu pai quando a gente erámos pequeninos, fomos criados sem pai, fomos criados pronto sem ninguém, sem pronto,

tivemos boas vizinhas ainda hoje ainda tenho, foi a minha sorte quando não tinha, a minha mãe não tinha, as vizinhas sempre tinham alguma coisinha para a gente comer.

Entrevistadora: E o que é que tem feito para tentar mudar essa situação?

Entrevistado: O que é que eu tenho feito, tenho feito muito, tenho guardando ovelhas, guardando cabras, pelo campo, pelo ar, apanhando vento, chuva, por aí acima.

Entrevistadora: Tem tentado mudar?

Entrevistado: Tenho, só não mudo porque o cérebro não dá para mudar, tento, volto sempre à mesma coisa, pronto não tenho. Vejo muitos jovens chamarem pai e mãe em dias de festa e eu conseguir ver, e eu não conseguir ver, mesmo um moço meu amigo que mora ali na Colina do Carmo olha para mim e diz-me não chores e eu volto as costas e começo a chorar, as pessoas sabem que é verdade.

Entrevistadora: Marcou-o muito?

Entrevistado: Ainda hoje marca, ainda hoje me está marcando muito, sinto muito.

Entrevistadora: Tinha quantos anos quando isso aconteceu?

Entrevistado: Eu era pequenino, a gente erámos pequeninos todos.

Entrevistadora: Mudando de assunto, como é que costuma passar o seu tempo?

Entrevistado: O meu tempo é com a malta a beber o café, tendo brincadeiras no café, passamos o tempo, chega a hora de deitar vamo-nos deitar e isso tudo, com os meus amigos e malta jovem da minha idade e isso tudo.

Entrevistadora: E como é o seu dia?

Entrevistado: O meu dia, levanto-me vou beber um cafezinho e vou trabalhar.

Entrevistadora: E depois?

Entrevistado: Depois saio às quatro horas, porque a hora da Cerci é às quatro, venho meto-me com os meus amigos e isso tudo.

Entrevistadora: E para além do café a que sítios é que costuma ir, costuma ir a mais algum?

Entrevistado: Eu vou a todo o lado.

Entrevistadora: Como por exemplo, quais são os sítios onde gosta de ir?

Entrevistado: Aqui ai café do lado.

Entrevistadora: É mais ao café que gosta de ir?

Entrevistado: É.

Entrevistadora: E se pudesse escolher como é que gostava que fossem os seus dias?

Entrevistado: Que fossem os meus dias, os meus dias se pudesse que fossem assim de vivência, com mais pronto lidar com os meus amigos, que ainda tenho, e que tivesse a minha mãe que me desse um apoio, se a não tenho esse apoio é dos meus amigos e isso tudo.

Entrevistadora: Se pudesse estava mais tempo com os seus amigos?

Entrevistado: Não. Estava mais tempo com a minha mãe se tivesse a minha mãe.

Entrevistadora: Sente que tem tido apoio da sua família?

Entrevistado: Não. O apoio que tive só foi do meu irmão mais velho, isso das cunhadas, são cunhadas, fazem uma vez e depois dizem que não querem e eu mais é pelos meus amigos.

Entrevistadora: Tem mais apoio dos seus amigos do que da sua família?

Entrevistado: Exacto.

Entrevistadora: E o seu irmão as vezes que o tem apoiado, o que tem feito?

Entrevistado: Tem feito muito.

Entrevistadora: O que tem feito por si?

Entrevistado: Tem feito muito, com esse apoio ao meu irmão, esse que morreu em Coimbra, ele não fez sozinho porque tinha mais a colaboração dos irmãos, veio me dar um apoio e disse-me: o que queres fazer? E eu para ele ficar lá abandonado e não ter ninguém vamos pedir para o trazerem para cá porque ele é nosso irmão.

Entrevistadora: Ele ajudou-o a fazer isso?

Entrevistado: Pois, porque ele é nosso irmão. Ele é um moço que não tem coragem para pedir, nunca na minha vida desde que nasci nunca pedi nada a ninguém, calhou-me essa parte de ir pedir e eu tive que ir e tive moços e tive pessoas que já me conhecem há anos e anos, que nunca me viram pedir como estava a pedir agora e eu disse: epá é agora que eu preciso.

Entrevistadora: E o seu irmão tem-no ajudado em mais alguma coisa?

Entrevistado: Tem, tem.

Entrevistadora: O que é que tem feito?

Entrevistado: Alguma coisa que é comigo, tem, tem, está sempre em cuidado comigo e eu com ele também é igual, isso então.

Entrevistadora: Disse-me há pouco que as pessoas mais próximas são mais amigos do que família?

Entrevistado: Exacto.

Entrevistadora: E com que frequência é que está com os seus amigos, está todos os dias?

Entrevistado: Todos os dias, todos os dias.

Entrevistadora: E o que é que costumam fazer?

Entrevistado: É beber umas cervejinhas, é comer um coelhinho frito, é comer umas coisas quaisquer, isso tudo.

Entrevistadora: Neste momento está a receber algum tipo de apoio de alguma instituição?

Entrevistado: Estou recebendo o dinheiro da Cercibeja.

Entrevistadora: É um subsídio?

Entrevistado: É a bolsa, a bolsa da Cercibeja.

Entrevistadora: E algum dos seus irmãos recebe algum tipo de apoio como o Rendimento Social de Inserção?

Entrevistado: Recebe, recebe.

Entrevistadora: É um dos seus irmãos que recebe o Rendimento Social de Inserção?

Entrevistado: Os dois, os dois.

Entrevistadora: Recebem os dois o Rendimento Social de Inserção?

Entrevistado: Correcto.

Entrevistadora: E quais foram os motivos que o levaram a pedir apoio à Cercibeja?

Entrevistado: A mim?

Entrevistadora: Sim.

Entrevistado: A mim foi aqui a doutora Dulce.

Entrevistadora: A iniciativa não foi sua?

Entrevistado: Foi a doutora Dulce, que eu já fiz um primeiro curso aqui no Centro de Dia, gostaram de mim, andei até ao fim e ela depois disse-me quer ir tirar um curso na Cercibeja? E eu: Vou. Estava marcado para ir lá e eu fui e gostei e quando acabei o meu tempo, um ano, acabámos todos, há malta mais velha que era do meu tempo e elas ficaram muito tristes, sabiam que eu fazia tudo. Ainda hoje estão sempre comigo: veja lá se precisar de alguma coisa peça, com a gente está à vontade.

Entrevistadora: E porque é que veio pedir ajuda aqui ao Centro, à doutora Dulce?

Entrevistado: Não, não, só foi o primeiro curso porque ela meteu-me no curso.

Entrevistadora: E antes disso?

Entrevistado: Antes disso estava para os campos, ia para guardar ovelhas, cabras.

Entrevistadora: E foi a doutora Dulce que ficou a saber da sua situação?

Entrevistado: Exactamente.

Entrevistadora: E estando na Cercibeja e tendo vindo aqui acha que a sua situação foi resolvida?

Entrevistado: Foi, foi.

Entrevistadora: Porque diz isso?

Entrevistado: Foi porque eu sei que tenho pessoas na Cercibeja que me, a doutora Maria José chamou-me à parte e a dona Francisca também, e isso tudo, sempre à minha vontade.

Entrevistadora: E já tinha pedido ajuda a alguma instituição?

Entrevistado: Não, não.

Entrevistadora: Nunca tinha pedido, portanto a iniciativa de ir foi aqui da Assistente Social do Centro?

Entrevistado: Pois.

Entrevistadora: E sentiu que mudou alguma coisa na sua vida após o recurso a esta instituição?

Entrevistado: Nada, nada.

Entrevistadora: Não mudou nada?

Entrevistado: Nada, nada.

Entrevistadora: Porque diz isso?

Entrevistado: Nunca mudei, fiquei sempre no mesmo.

Entrevistadora: E o mesmo é o quê?

Entrevistado: Fiquei sempre a mesma pessoa.

Entrevistadora: E acha que a sua vida melhorou depois de ter ido a estas instituições ou não?

Entrevistado: Fiz aquele curso aqui no Centro de dia do Bairro da Esperança, fiquei contente. Esse curso que eu fiz desse da Cercibeja, para mim foi melhor esse curso do que aquele do Bairro da Esperança.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistado: Porquê? Porque havia outros lidares, havia outras coisas que a gente tinha, tínhamos professoras, mesmo de colegas era para fazer é isso que temos que fazer. Todos os dias havia escola, mesmo uma professora que foi minha professora e até gostou muito da gente daqui do Bairro da Esperança, diziam que se eu tivesse um curso mais tempo, você aprendia tudo.

Entrevistadora: O que acha que mudou, sendo assim, depois disso?

Entrevistado: O mudar foi no trabalho quer tivemos com o professor, tirar tubos e meter tubos, aprender isso tudo.

Entrevistadora: Acha que aprendeu?

Entrevistado: Pouco, se eu não aprendi tanto foi porque foi pouco tempo o curso.

Entrevistadora: E como é que avalia esse curso, e nas vezes que foi à Cercibeja, como acha que foi atendido?

Entrevistado: Na Cercibeja, o incentivo foi para umas hortas com o senhor Luís, o mestre da horta, semear couves, semear alfaces, aprender o produto que se dá nas oliveiras, aprender o produto que se dá na laranjeira. Só que a gente que anda na Cercibeja ninguém respeita o trabalho, mas eu gosto de respeitar o meu trabalho e gosto de respeitar o trabalho dos outros.

Entrevistadora: Acha que fazem lá um bom trabalho?

Entrevistado: A Cercibeja faz, faz, faz bom trabalho e não apertam com uma pessoa e isso tudo, só querem que os trabalhos sejam bem-feitos, para que sejam vistos para avaliação quando a gente acabar. A minha avaliação ainda não saiu, não sei quando é, disseram que me mandavam uma carta para eu ir, telefonavam aqui para o Centro de Dia para eu saber, estou à espera.

Entrevistadora: Esteve lá quanto tempo?

Entrevistado: Eu na Cercibeja estive lá um ano e meio, agora estou um ano e meio cá fora em estágio.

Entrevistadora: E quais é que acha que são os seus direitos na Cercibeja?

Entrevistado: Os meus direitos?

Entrevistadora: Sim.

Entrevistado: Os meus direitos, já estive, ainda hoje estou para meter uma placa nos dentes que não tenho, a doutora Jesus olhou para mim diz que eu tenho falta de vista, já fomos ao doutor e isso tudo e estamos à espera de vir a assistência social dar-me alguma coisa para eu ver e os óculos também, é igual.

Entrevistadora: E em termos de deveres, que deveres é que acha que tem?

Entrevistado: Dever de quê?

Entrevistadora: Deveres lá na instituição.

Entrevistado: Então o meu dever não é nada.

Entrevistadora: E não acha que tem alguns deveres lá na instituição?

Entrevistado: Não, não.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistado: Porque não, porque só pela posição deles que eu fui pedir, fui pedir ao Presidente da Cercibeja ao senhor José Hilário para ver se eu podia ficar mais um ano e disse-me que não, que não podia fazer mais tempo.

Entrevistadora: Portanto você acha que não tem nenhuns deveres para com eles?

Entrevistado: Não, só tive depois porque eles estão-me ajudando até quando eles puderem fazer, ainda estou nas mãos deles, hoje estou nas mãos deles e se acabar depois isso já é comigo.

Entrevistadora: Então o que é para si um direito?

Entrevistado: Para mim um direito?

Entrevistadora: Sim.

Entrevistado: Ai mãe (risos).

Entrevistadora: O que é para si ter direito a alguma coisa?

Entrevistado: Ter direito eu só tenho a ter, acho que em acabando esse contrato tenho um ano, só a receber o ordenado mínimo.

Entrevistadora: E o que é para si um dever?

Entrevistado: Um dever?

Entrevistadora: Sim.

Entrevistado: Ah, não sei.

Entrevistadora: O que é para si ter o dever de alguma coisa?

Entrevistado: Não tenho dever de nada, nada.

Entrevistadora: Considera-se uma pessoa pobre?

Entrevistado: Considero-me pobre.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistado: Porquê? Porque sou pobre, porque não tenho pai, não tenho mãe. Pronto sou um penante da vida, ainda hoje sou, pronto há pessoas que têm os incentivos todos, eu às vezes não sei sou um moço asseado que não cheira mal, está bem asseadinho, bem lavado e isso tudo. Porque sou pobre numa coisa, calho de ser pobre e ser asseado, sou eu e os meus irmãos graças a Deus também, nunca cheiram mal ao pé de ninguém, só que pronto a vida que eu tenho é chegar a casa, o Rogério olha para mim e diz-me: falta aqui uma pessoa, ou faltam dois, são três; é a mãe, o pai e são os dois irmãos, pronto começamos assim os dois a chorar e fazemos assim a vida.

Entrevistadora: Considera-se pobre pela falta que sente da sua família e acha que é pobre por mais alguma coisa?

Entrevistado: Não, não. Sou pobre por isso só.

Entrevistadora: E o que é para si uma pessoa pobre?

Entrevistado: Uma pessoa pobre é uma pessoa que não tem nada na vida para gastar, que não tem ninguém, comparado com outros eu não tenho para comprar.

Entrevistadora: Acha que é pobre por isso?

Entrevistado: Exactamente.

Entrevistadora: Se pudesse o que faria para acabar com a pobreza?

Entrevistado: Acho que ajudava aqueles que precisassem, se tivesse.

Entrevistadora: Como é que os ajudava?

Entrevistado: Se tivesse para ajudar, ajudava os pobres.

Entrevistadora: Como é que os ajudava?

Entrevistado: Se tivesse dinheiro, se tivesse a vida como muita gente tem que eu não tenho, ajudava-os.

Entrevistadora: E se pudesse onde é que gostava de viver?

Entrevistado: Sempre no meu bairro.

Entrevistadora: Gostava de morar aqui sempre?

Entrevistado: Sempre, sempre, não abalo daqui.

Entrevistadora: Gosta de viver cá?

Entrevistado: Eu gosto de viver cá, a última conversa à morte da minha mãe sempre disse, eu quando morrer é quando abalo daqui. Abalou a minha mãe, abalaram os meus dois irmãos e abalou o meu padrasto e a minha avó que era mãe da minha mãe.

Entrevistadora: E o que é que ainda não fez na vida e que gostava de fazer?

Entrevistado: Só dinheiro, ainda não o fiz, ainda não sei fazer (risos).

Entrevistadora: E há mais alguma coisa que gostasse de fazer?

Entrevistado: Desde que trabalhasse, sempre gostei de fazer tudo.

Entrevistadora: E como é que vê o seu futuro?

Entrevistado: O meu futuro, está feito não vê como eu estou, é chegar, agora fui à Cercibeja, senti-me doente.

Entrevistadora: E vê o seu futuro de que forma?

Entrevistado: Na mesma miséria, nunca aumento, o meu aumentar é só para trás, para a frente não sou capaz de ir, sempre para trás.

Entrevistadora: Chegámos ao fim, quer acrescentar alguma coisa?

Entrevistado: Não, penso que não.

Entrevista - “Maria”

03 de Novembro de 2011

Entrevistadora: Em primeiro lugar muito obrigada por colaborar neste estudo. Ia começar por lhe perguntar quando é que nasceu?

Entrevistada: Em 18 do 5 de 1966.

Entrevistadora: 1966, portanto tem neste momento que idade?

Entrevistada: 45 anos.

Entrevistadora: E onde nasceu?

Entrevistada: No Barreiro.

Entrevistadora: Nasceu no Barreiro e é casada, qual é o seu estado civil?

Entrevistada: Sou divorciada.

Entrevistadora: E tem filhos?

Entrevistada: Tenho três.

Entrevistadora: E que idade têm eles?

Entrevistada: Tenho um que faz quinta feira, trinta anos (chora), tenho um com vinte e sete e tenho uma menina com quinze anos.

Entrevistadora: Portanto tem dois rapazes e uma menina. Eles são casados ou são solteiros?

Entrevistada: São casados e já tenho netos.

Entrevistadora: Já tem netos, quantos netos já tem?

Entrevistada: Tenho dois.

Entrevistadora: São rapazes, raparigas?

Entrevistada: Rapazes e são pequeninos?

Entrevistada: Tenho um com cinco anos e tenho um com treze semanas.

Entrevistadora: Então muitos parabéns, foi avó há muito pouco tempo. E tem família próxima cá, com quem vive?

Entrevistada: Vivo só com a minha filha.

Entrevistadora: Vive só com a sua filha, portanto a filha que me falou há pouco, que tem quinze anos?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Vivem as duas e os outros filhos vivem fora?

Entrevistada: Um está no Barreiro e o outro está cá em Beja.

Entrevistadora: Vive na casa dele?

Entrevistada: Não, vive com o pai.

Entrevistadora: E quem são as pessoas mais próximas de família?

Entrevistada: Não tenho cá ninguém.

Entrevistadora: Tirando estes que falou, não tem cá mais ninguém de família?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Como me disse não nasceu cá, como é que veio cá parar, desde que nasceu em que sitio tem vivido?

Entrevistada: Só em Beja. Estive na França cinco anos na apanha da fruta.

Entrevistadora: Portanto nasceu no Barreiro e quando foi para a apanha da fruta que idade tinha?

Entrevistada: Tinha trinta anos.

Entrevistadora: Esteve em França e depois quando é que veio para cá.

Entrevistada: Eu estive em França já estava cá em Beja.

Entrevistadora: Portanto foi e veio?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Portanto tem sido assim.

Entrevistada: A caminhada

Entrevistadora: Os sítios onde viveu, portanto não foram muitos.

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: E estudou, tem tido oportunidade de estudar?

Entrevistada: Tenho tirado as formações nos cursos, tirei o 9º naquele apoio.

Entrevistadora: Nas Novas Oportunidades?

Entrevistada: Nas Novas Oportunidades.

Entrevistadora: Então diga-me nasceu e depois na idade de ir para a escola, foi para a escola?

Entrevistada: Fui.

Entrevistadora: E esteve na escola até que idade?

Entrevistada: Até aos quinze anos.

Entrevistadora: E depois teve que deixar a escola?

Entrevistada: Depois casei.

Entrevistadora: E deixou de estudar?

Entrevistada: Deixei de estudar.

Entrevistadora: E quando é que voltou a estudar?

Entrevistada: Em 2002 aqui nas Cáritas, uma formação.

Entrevistadora: E foi essa formação que lhe deu o 9º ano, é o 9º ano que tem neste momento?

Entrevistada: É o 9º ano que tenho neste momento.

Entrevistadora: E o que é que já fez como profissão na vida?

Entrevistada: Empregada de limpezas.

Entrevistadora: Foi sempre empregada de limpezas?

Entrevistada: Não, fui ajudante de cozinheira.

Entrevistadora: E mais, o que fez mais?

Entrevistada: Oh tanta coisa.

Entrevistadora: Então conte-me lá como foi a sua vida.

Entrevistada: Complicada.

Entrevistadora: Então aos 15 anos casou-se e depois começou a trabalhar?

Entrevistada: Comecei a trabalhar.

Entrevistadora: A fazer o quê?

Entrevistada: Como empregada de limpezas.

Entrevistadora: E depois?

Entrevistada: Depois ajudante de cozinheira.

Entrevistadora: E depois o tempo foi passando e fez mais alguma coisa?

Entrevistada: Tem sido assim, a minha vida tem sido assim.

Entrevistadora: Como ajudante de cozinheira, foi a sua última profissão?

Entrevistada: Foi.

Entrevistadora: Mas também esteve em França?

Entrevistada: A apanhar fruta.

Entrevistadora: Foram estas três coisas que fez e neste momento?

Entrevistada: Estou desempregada, estou recebendo Rendimento (Social de Inserção).

Entrevistadora: E há quanto tempo está desempregada?

Entrevistada: Há três anos.

Entrevistadora: Nunca conseguiu arranjar emprego?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: E como é que tem sido a sua vida?

Entrevistada: Muito complicada, tive um divórcio litigioso, uma separação muito difícil, fui vítima de violência doméstica (pausa).

Entrevistadora: E entretanto resolveu pedir ajuda?

Entrevistada: Pois, não tinha ajuda.

Entrevistadora: Portanto casou-se aos 15 anos e quando é que se divorciou?

Entrevistada: Há três anos.

Entrevistadora: Durante todos esses anos esteve com o seu companheiro e quando é que começou a ocorrer a violência?

Entrevistada: Foi desde sempre.

Entrevistadora: Como é que sentia isso?

Entrevistada: Muito complicado.

Entrevistadora: Quer-me explicar porquê?

Entrevistada: Porque eram maus tratos e os meus filhos a verem-me maltratada, foi muito difícil tomar uma decisão (chora).

Entrevistadora: Porque é que tomou essa decisão?

Entrevistada: Porque cheguei à altura que tinha que parar, já não aguentava mais.

Entrevistadora: E a iniciativa foi sua?

Entrevistada: Foi.

Entrevistadora: O que fez, saiu de casa?

Entrevistada: Não, pedi-lhe o divórcio e ele esteve para me matar, foi quando sai de casa depois telefonei para o 144, fui directa à Polícia e depois é que tomei a iniciativa pelo Rendimento Mínimo.

Entrevistadora: Foi aconselhada nesse sentido?

Entrevistada: Sim, não tinha trabalho.

Entrevistadora: E depois como é que arranjou casa para viver, foi ele que saiu de casa ou foi a senhora?

Entrevistada: Não, fui eu.

Entrevistadora: Como é que foi depois para arranjar um sítio para viver, como é que as coisas aconteceram?

Entrevistada: Tinha uma amiga que tinha uma casa, fui ter com ela, ela deu-me acolhimento, paguei o que ela me tinha pedido, achava justo. Depois ela teve que sair da casa, entretanto eu arranjei aqui agora onde estou há três anos a morar, através de um amigo do meu filho.

Entrevistadora: Onde mora neste momento?

Entrevistada: No Largo de Santa Maria.

Entrevistadora: Cá em Beja portanto e a casa é sua ou é arrendada?

Entrevistada: É alugada, é arrendada.

Entrevistadora: E quais foram os momentos que mais a marcaram na sua vida?

Entrevistada: Os meus filhos.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Eles é a única coisa a que eu me posso pegar. (pausa).

Entrevistadora: Saiu muito marcada dessa relação?

Entrevistada: Foram trinta anos de casada.

Entrevistadora: O que é que mais a marcou?

Entrevistada: O meu divórcio, a minha casa que tive que deixei para trás.

Entrevistadora: Não gostava que isso tivesse acontecido, porque é que acha que isso aconteceu?

Entrevistada: Porque eu tinha que tomar uma iniciativa e tomei acho que foi a minha decisão certa.

Entrevistadora: Porque acha que lhe acontecia isso, consegue encontrar uma razão?

Entrevistada: Ciúmes.

Entrevistadora: Era?

Entrevistada: Era (pausa).

Entrevistadora: E quais foram os momentos mais felizes da sua vida?

Entrevistada: Foram os meus filhos, o nascimento dos meus filhos.

Entrevistadora: O que sentiu nessa altura?

Entrevistada: Não tem explicação.

Entrevistadora: Sentiu-se muito feliz?

Entrevistada: Muito feliz.

Entrevistadora: E hoje dá-se bem com eles?

Entrevistada: Muito.

Entrevistadora: E eles têm-na apoiado?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Como é que eles a têm apoiado?

Entrevistada: Telefonando-me, quando podem vêm cá, vão-me ver e assim.

Entrevistadora: Como é que acha que chegou a esta situação de ter que pedir apoio e ajuda à Cáritas, ao Rendimento Social de Inserção. Como é que acha que isto aconteceu?

Entrevistada: Por causa de eu não ter trabalho.

Entrevistadora: Foi mais desde que se divorciou?

Entrevistada: Foi.

Entrevistadora: E antes de se ter divorciado, vivia já com algumas dificuldades ou não?

Entrevistada: Já vivia.

Entrevistadora: Já vivia com dificuldades?

Entrevistada: Já.

Entrevistadora: Mas neste momento recorreu à Cáritas porque não tem trabalho?

Entrevistada: Não tenho trabalho, não tenho dinheiro, não tenho comida.

Entrevistadora: E que razões acha que estão na base de ter chegado a esta situação?

Entrevistada: Não ter trabalho.

Entrevistadora: É o fundamental?

Entrevistada: É o fundamental.

Entrevistadora: Se pudesse gostava de fazer o quê?

Entrevistada: Qualquer coisa.

Entrevistadora: E o que é que tem feito para tentar mudar essa situação?

Entrevistada: Tenho procurado no Centro de Emprego, tenho procurado cursos, o máximo que posso fazer faço, instituições onde sei que há cursos vou tentar fazer. Hoje até vou a uma entrevista para um curso para o 12º ano.

Entrevistadora: E o que é que lhe têm dito quando vai a esses sítios?

Entrevistada: Para esperar, aguardar.

Entrevistadora: O que acha disso?

Entrevistada: Mal.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Porque a gente vai numa expectativa de ter um curso ou um trabalho e às vezes não é aquilo que a gente espera para mudar a vida.

Entrevistadora: Como é que acha que deveria ser?

Entrevistada: Diferente, ter um trabalhinho era tudo diferente.

Entrevistadora: Diferente porquê?

Entrevistada: Por exemplo deixava de vir à Cáritas.

Entrevistadora: Gostava de deixar de depender daqui da Cáritas?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Era uma coisa diferente eu poder fazer o meu comer em casa, escolher aquilo que posso comer, é diferente.

Entrevistadora: Acha que é importante poder escolher?

Entrevistada: É.

Entrevistadora: O que sente quando pode escolher as coisas?

Entrevistada: Orgulho.

Entrevistadora: E quando não pode, que é este o caso, como é que se sente?

Entrevistada: Triste.

Entrevistadora: Diga-me uma coisa, como é que passa o seu tempo, o que faz no dia a dia, como é que costuma passar o seu tempo?

Entrevistada: Arrumo a casa, vejo televisão, leio um bocado livros quando posso, gosto de ler. Mais do que ler vejo televisão.

Entrevistadora: É assim que passa os seus dias?

Entrevistada: É.

Entrevistadora: E a que sítios costuma ir?

Entrevistada: Não saio.

Entrevistadora: Vem aqui à Cáritas e mais?

Entrevistada: Venho para a Cáritas e vou para casa, no outro dia venho para a Cáritas outra vez.

Entrevistadora: Só vem aqui à Cáritas, não costuma ir a mais sítio nenhum?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Porque não tenho dinheiro.

Entrevistadora: E acha que se tivesse dinheiro podia ir a outros sítios?

Entrevistada: Acho que sim.

Entrevistadora: Porquê, qual a diferença para si entre ter dinheiro ou não?

Entrevistada: Não é muita. A diferença entre ter dinheiro ou não ter dinheiro, eu fazia a mesma vida que estou fazendo agora, sou amiga de casa, sou pouco amiga de ir aos cafés

Entrevistadora: Se pudesse escolher como é que gostava que fosse o seu dia?

Entrevistada: Em casa.

Entrevistadora: Mesmo que tivesse uma situação melhor, se tivesse dinheiro? Como é que gostava que fosse o seu dia se pudesse escolher?

Entrevistada: Em casa.

Entrevistadora: E se trabalhasse como é que seria o seu dia?

Entrevistada: A trabalhar.

Entrevistadora: Então se pudesse escolher mudava alguma coisa no seu dia a dia?

Entrevistada: Trabalhava, arranjava um emprego. Era o que eu queria.

Entrevistadora: Como é que é a relação com a sua família?

Entrevistada: Não tenho família cá.

Entrevistadora: Mas vive com a sua filha?

Entrevistada: Vivo.

Entrevistadora: E como é que é a relação com ela?

Entrevistada: Ah muito amorosa.

Entrevistadora: E sente que a sua família a tem apoiado?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E mesmo nos momentos mais difíceis têm-na apoiado?

Entrevistada: Sempre.

Entrevistadora: O que lhe disseram nestes momentos mais difíceis?

Entrevistada: Para ter coragem.

Entrevistadora: Acha que isso foi importante?

Entrevistada: Foi.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Porque tive o apoio deles.

Entrevistadora: Se não tivesse tido acha que seria diferente?

Entrevistada: Talvez ainda estivesse em casa.

Entrevistadora: Não teria tido coragem para sair de casa?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Quais são assim as pessoas que lhe são mais próximas, são da família ou são amigos?

Entrevistada: Da família.

Entrevistadora: Tem amigos?

Entrevistada: Poucos mas bons.

Entrevistadora: E costuma estar com eles muitas vezes?

Entrevistada: Quando posso.

Entrevistadora: Eles estão cá ou estão fora?

Entrevistada: Estão cá.

Entrevistadora: O que é que costumam fazer?

Entrevistada: Vamos beber café, o máximo é ir beber café.

Entrevistadora: E gosta de fazer isso com eles?

Entrevistada: Gosto.

Entrevistadora: E quer dizer que se encontram quando pode, isso é quando uma vez por semana, todos os dias?

Entrevistada: Não, quando posso.

Entrevistadora: Nem sempre é todos os dias?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Falou-me há pouco, mas vou voltar a perguntar-lhe está a receber algum tipo de apoio?

Entrevistada: Estou.

Entrevistadora: Está a receber o quê?

Entrevistada: O Rendimento Mínimo (Social) de Inserção.

Entrevistadora: E desde quando é que está a receber?

Entrevistada: Há três anos.

Entrevistadora: Há três anos. Portanto desde que se separou.

Entrevistada: Separei-me aí.

Entrevistadora: E aqui na Cáritas também está a receber apoio?

Entrevistada: Estou da comida.

Entrevistadora: Leva para casa?

Entrevistada: Levo.

Entrevistadora: E está a receber este apoio da Cáritas há quanto tempo?

Entrevistada: Há pouco tempo.

Entrevistadora: Há quanto tempo?

Entrevistada: Não lhe quero mentir, mas se calhar há uns seis meses.

Entrevistadora: E porque é que resolveu pedir apoio aqui à Cáritas?

Entrevistada: Não tinha condições em casa para fazer comida, não tenho dinheiro, não tenho nada em casa, tive que pedir ajuda.

Entrevistadora: E leva para si e para a sua filha?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E o Rendimento Social de Inserção porque é que resolveu pedir?

Entrevistada: Porque não tinha trabalho, não tinha dinheiro e tinha uma renda para pagar.

Entrevistadora: E acha que foi ouvida, quando foi à Segurança Social e aqui, acha que foi ouvida no seu pedido?

Entrevistada: Acho que sim.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Derivado à situação em que eu estava ajudaram-me, não é aquilo que se pode dizer que é fabuloso mas ajudaram-me tenho um rendimento mínimo de 227 euros, renda, luz e água para pagar todos os meses, gás para se dar banho.

Entrevistadora: E acha que foi ouvida em ambas as instituições?

Entrevistada: Eu pertenço às Sementes da Vida, têm-me ajudado à medida que podem.

Entrevistadora: Pertence à Associação Sementes de Vida, quem é que a encaminhou para lá?

Entrevistada: A Segurança Social.

Entrevistadora: E eles ajudam-na em quê?

Entrevistada: Apoiam.

Entrevistadora: Em quê concretamente?

Entrevistada: Conversa.

Entrevistadora: Vai lá para conversar com elas?

Entrevistada: Vou.

Entrevistadora: E foi a Segurança Social que lhe disse que lá podia encontrar alguém com quem conversar?

Entrevistada: Directamente eu tive que ir para lá.

Entrevistadora: E explicaram-lhe porquê?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: E lá o que costumam fazer?

Entrevistada: Conversamos, quando é preciso ir às entrevistas vou às entrevistas, essas coisas assim.

Entrevistadora: A que entrevistas costuma ir?

Entrevistada: De todas um pouco.

Entrevistadora: É sobre trabalho?

Entrevistada: Trabalho, formações.

Entrevistadora: E considera que a sua situação foi resolvida, quando foi à Segurança Social e à Cáritas?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Não há dinheiro, não há trabalho, era resolvido se eu tivesse um trabalho.

Entrevistadora: E já recorreu a outras instituições sem ser à Segurança Social ou à Cáritas?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Foi só a estas duas?

Entrevistada: Só.

Entrevistadora: E a Associação Sementes de Vida é por intermédio da Segurança Social?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Portanto nunca foi a mais nenhuma instituição?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: E de quem foi a iniciativa de vir a estas instituições?

Entrevistada: Foi minha.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Porque não havia comida em casa.

Entrevistadora: E sentiu que tinha que fazer alguma coisa?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E o que é que sentiu nessa altura?

Entrevistada: Tristeza.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Não ter nada em casa para comer é triste.

Entrevistadora: E o que sentiu quando teve que vir pedir apoio?

Entrevistada: Muito triste.

Entrevistadora: E o que sente agora?

Entrevistada: Tristeza (pausa).

Entrevistadora: Sentiu alguma mudança na sua vida depois de ter recorrido à Segurança Social e à Cáritas?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Porque continuo sem dinheiro.

Entrevistadora: Acha que continua tudo igual na sua vida?

Entrevistada: Tudo.

Entrevistadora: Mesmo depois de ter vindo às instituições?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Porque é que acha que não mudou nada?

Entrevistada: Porque o dinheiro não chega.

Entrevistadora: Como é que avalia aqui a qualidade do serviço prestado?

Entrevistada: Bom.

Entrevistadora: Porquê, o que acha bom aqui?

Entrevistada: A comida, o atendimento.

Entrevistadora: Sente-se bem atendida aqui?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: O que é que a faz dizer que é bem atendida?

Entrevistada: Porque a gente somos estimadas pelas pessoas aqui.

Entrevistadora: E na Segurança Social como avalia a qualidade do serviço quando lá foi?

Entrevistada: Não tanto.

Entrevistadora: Porquê, há diferenças?

Entrevistada: Algumas.

Entrevistadora: Quer-me explicar melhor?

Entrevistada: Eu devia ter outro apoio que não tenho, para quem paga uma renda de casa de 150 euros, luz e água e gaz, devia ter um rendimento mais justo, mas não tenho.

Entrevistadora: Como acha que foi atendida na Segurança Social?

Entrevistada: Injustamente.

Entrevistadora: O que é que isso quer dizer?

Entrevistada: (pausa) Quer dizer que não fui bem atendida.

Entrevistadora: O que acha que deveriam ter dito ou feito para ser bem atendida, o que acha que faria com que dissesse que foi bem atendida?

Entrevistada: Tanta coisa.

Entrevistadora: Como por exemplo?

Entrevistada: (pausa) Que me ajudavam mais?

Entrevistadora: Porque acha que não ajudaram mais?

Entrevistada: Não sei.

Entrevistadora: Não sabe?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Quais é que considera que são os seus deveres aqui nesta instituição?

Entrevistada: Ajudar o próximo.

Entrevistadora: Acha que tem esse dever aqui dentro?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E que deveres é que acha que tem aqui?

Entrevistada: Aqui não tenho nenhuns.

Entrevistadora: E direitos, que direitos acha que tem aqui?

Entrevistada: Esses ainda muito menos.

Entrevistadora: O que acha que é um direito?

Entrevistada: É uma coisa que a gente quer e não conseguimos alcançar.

Entrevistadora: Acha que não tem direitos?

Entrevistada: Directamente não.

Entrevistadora: Porque é que acha que isso é assim?

Entrevistada: Não sei.

Entrevistadora: Que direitos é que gostava de ter?

Entrevistada: Tanta coisa.

Entrevistadora: Diga-me uma.

Entrevistada: Trabalho.

Entrevistadora: Ter um trabalho é um direito para si?

Entrevistada: É.

Entrevistadora: E o que é um dever para si, consegue-me definir?

Entrevistada: Um dever é uma coisa que a gente tem que fazer.

Entrevistadora: E que deveres acha que tem?

Entrevistada: Não tenho nenhuns neste momento.

Entrevistadora: Gostava de ter?

Entrevistada: Gostava.

Entrevistadora: Que deveres é que gostava de ter?

Entrevistada: Um emprego.

Entrevistadora: O que é para si uma pessoa pobre?

Entrevistada: É o momento que eu estou vivendo agora.

Entrevistadora: Como descreve uma pessoa pobre, quando é que diz que uma pessoa é pobre?

Entrevistada: Por exemplo no momento que estou vivendo agora.

Entrevistadora: Porquê, é pobre porquê?

Entrevistada: Porque não tenho dinheiro para comprar a comida para casa.

Entrevistadora: Considera-se pobre porque não tem dinheiro ou por mais alguma coisa?

Entrevistada: Porque não tenho dinheiro para comprar a comida para casa.

Entrevistadora: E se tivesse esse dinheiro achava que não era pobre?

Entrevistada: Não, continuava pobre na mesma.

Entrevistadora: Então.

Entrevistada: Não sei, como estou vivendo um momento difícil agora, não sei.

Entrevistadora: Mas considera-se pobre?

Entrevistada: Considero-me.

Entrevistadora: Por essa razão do dinheiro e por mais alguma?

Entrevistada: Porque não tenho trabalho.

Entrevistadora: Se pudesse o que faria para acabar com a pobreza?

Entrevistada: (pausa) Tirava a miséria que há no nosso país.

Entrevistadora: E o que fazia para tirar essa miséria?

Entrevistada: Dava trabalho.

Entrevistadora: Se pudesse, mandasse era isso que faria?

Entrevistada: Era.

Entrevistadora: Acha que ter trabalho é muito importante?

Entrevistada: É.

Entrevistadora: Porque é que ter um trabalho é importante na sua vida?

Entrevistada: Porque há alguma coisa que eu estou fazendo de útil, a mim e à minha família.

Entrevistadora: E se pudesse onde é que gostava de viver?

Entrevistada: Não posso dizer, tenho vivido sempre aqui em Beja.

Entrevistadora: E gostava de experimentar a viver noutro sítio?

Entrevistada: Gostava.

Entrevistadora: Onde é que gostava de viver?

Entrevistada: Na França.

Entrevistadora: E porquê?

Entrevistada: Porque eu gostei de lá estar.

Entrevistadora: Gostou? O que é que França tem que tenha gostado?

Entrevistada: Tanta coisa diferente de Beja, as pessoas são diferentes, é um mundo diferente.

Entrevistadora: É diferente como, é capaz de me explicar?

Entrevistada: O vestir, a maneira de a gente beber café, lá é tudo diferente daqui.

Entrevistadora: E gosta de viver cá?

Entrevistada: Gosto.

Entrevistadora: Porque é que gosta de viver cá?

Entrevistada: Porque não vivi em mais lado nenhum.

Entrevistadora: E o que é que ainda não fez na vida e que gostava de fazer?

Entrevistada: Não sei.

Entrevistadora: Tem um sonho, alguma coisa que gostasse de fazer e que ainda não teve oportunidade?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Não há nada que desejasse fazer e que ainda não tivesse feito?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Porque eu acho que já fiz de tudo um pouco.

Entrevistadora: Não deseja mais nada neste momento?

Entrevistada: Trabalho.

Entrevistadora: E como é que vê o seu futuro?

Entrevistada: Com poucas esperanças.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Falta o trabalho.

Entrevistadora: E vê o seu futuro com pouca esperança de quê?

Entrevistada: De andar para a frente, de voltar a ter comida em casa.

Entrevistadora: Porque acha que isso não vai mudar?

Entrevistada: Porque não tenho um trabalho, os custos de casa, de luz e água são muitos.

Entrevistadora: Como é que via o seu futuro de outra maneira?

Entrevistada: Tendo trabalho.

Entrevistadora: Muito obrigada, não sei se há alguma coisa que gostasse de acrescentar?

Entrevistada: Não, está tudo.

Entrevistadora: Então, mais uma vez obrigada.

Entrevista “Margarida”

5 de Dezembro de 2012

Entrevistadora: Boa tarde e muito obrigada pelo contributo para este trabalho, ia começar por lhe perguntar quando é que nasceu?

Entrevistada: No dia 14 de Março de 1980.

Entrevistadora: Em 1980 e onde nasceu?

Entrevistada: Em Beja.

Entrevistadora: Portanto tem neste momento 31 anos e é casada, solteira?

Entrevistada: Sou casada, tenho uma filha com cinco anos.

Entrevistadora: Tem uma menina sendo assim com cinco anos. E tem família mais próxima?

Entrevistada: A minha mãe, o meu pai, a minha irmã.

Entrevistadora: E com quem vive?

Entrevistada: Actualmente, sozinha com o meu marido e com a minha filha.

Entrevistadora: E depois tem essa família mais próxima que me falou?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E sempre viveu em Beja?

Entrevistada: Sempre.

Entrevistadora: E teve oportunidade de estudar?

Entrevistada: Sim. Fiz o 9º ano na escola e depois entretanto comecei a trabalhar e depois já de adulta, devido a ficar no desemprego frequentei uma formação com equivalência ao 12º ano.

Entrevistadora: E que formação foi essa?

Entrevistada: Turismo ambiental e rural.

Entrevistadora: E a sua situação profissional qual é, neste momento?

Entrevistada: Neste momento é desempregada, porque depois acabei o curso, não tive colocação, aquilo foi mesmo só por causa do 12º ano. Trabalhava na Macmoda, fechou, fui para o desemprego e depois vim para aqui pelo desemprego e agora estou com o Social Desemprego.

Entrevistadora: E sempre trabalhou nessa loja, no comércio, ou já trabalhou noutros sítios?

Entrevistada: Já tinha trabalhado numa loja de bijuteria, depois fui para a Macmoda, sempre ligada ao comércio.

Entrevistadora: Sempre ligada ao comércio e neste momento está desempregada?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Se eu lhe pedisse para me contar como tem sido a sua vida, o que me diria?

Entrevistada: Então a minha vida é assim, eu casei comprámos casa, depois pensámos em trocar de casa, comprámos uma casa maior e mais cara com uma prestação mais alta, entretanto as coisas começaram a ficar complicadas, o meu marido ficou desempregado também. Começámos a ver, na altura quando comprámos a casa conseguíamos pagar aquela prestação, depois começou-se a complicar, ele entretanto já arranjou trabalho, mas tem sido muito difícil estar a pagar a casa, tenho tido alturas de quase pensar ter que a entregar.

Entrevistadora: Mesmo com o seu marido a trabalhar tem sido difícil pagar esse empréstimo?

Entrevistada: É porque é muito caro e se fosse agora não tinha trocado de casa, tinha ficado com a outra.

Entrevistadora: Então a sua vida teve um percurso normal até ao facto de terem ficado os dois desempregados?

Entrevistada: Exacto e tenho muita ajuda da minha mãe, se não então ainda mais complicado era.

Entrevistadora: E os momentos mais felizes da sua vida, quais foram?

Entrevistada: Momentos mais felizes em termos financeiros?

Entrevistadora: Da sua vida em geral.

Entrevistada: Da minha vida em geral o mais feliz foi quando pensei em ser mãe.
(risos).

Entrevistadora: Foi o momento mais feliz?

Entrevistada: Quando decidi ser mãe, quando decidi engravidar, casei e depois estive cinco anos sem querer, depois quando decidi ser, que pronto estava na altura certa foi o momento mais feliz.

Entrevistadora: E os momentos mais tristes, aqueles que mais a marcaram na vida?

Entrevistada: Aqueles mais tristes é querer dinheiro para pagar as minhas despesas e não ter?

Entrevistadora: São os momentos que a marcam mais?

Entrevistada: Muito (chora), muito.

Entrevistadora: Como é que descreveria o que sente?

Entrevistada: Desespero, sei lá tenho momentos, ainda há bocado estava falando nisso, e custa-me muito às vezes querer dinheiro para comprar, mesmo coisas para a minha filha, coisas de comer, necessidades e ter que estar sempre a pedir ajuda à minha mãe, porque pronto se não fosse ela passava ainda mais dificuldades do que passo.

Entrevistadora: E na sua opinião como é que acha que chegou a esta situação?

Entrevistada: Na minha opinião foi devido à compra da casa, porque se eu tivesse ficado com a outra casa a prestação era mais baixa, se calhar agora estava um bocadinho melhor e também o desemprego, sem dúvida alguma, eu e ele.

Entrevistadora: Portanto acha que as principais razões são essas?

Entrevistada: Sim, mais, mais o desemprego, porque quando há emprego e saúde as coisas resolvem-se, com um bocadinho mais um bocadinho menos, mas resolve-se, agora sem trabalho mesmo que se queira é complicado.

Entrevistadora: E o que tem feito para tentar mudar esta situação?

Entrevistada: Olhe uma das coisas que tenho feito é jogar-me a tudo o que aparece, principalmente esta parte dos idosos que nunca tinha trabalhado, não é estar a desvalorizar o trabalho, mas trabalha-se com idosos, com as higenes, que nem todas as pessoas têm coragem de o fazer, que eu pensava que não tinha e toda a gente me dizia, até a minha mãe me dizia tu não vais ser capaz, mas com a falta e a necessidade a gente somos capazes de fazer tudo. E olhando para a minha filha, vendo que tenho que lhe dar uma vida mais ou menos.

Entrevistadora: Portanto tem tentado procurar trabalho?

Entrevistada: Procurar trabalho e ele é igual, ele nisso também joga-se ao que aparece.

Entrevistadora: E em termos do seu dia a dia, como é que passa o seu tempo?

Entrevistada: No meu dia a dia, trabalhando, vou para casa, com a miúda em casa, passeando vou ao jardim com ela quando posso, quando não posso estou em casa brinco, vou um bocadinho à da minha mãe, o meu dia a dia é isto basicamente.

Entrevistadora: E isso que faz normalmente durante o dia?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E a que sítios costuma ir, gosta de ir?

Entrevistada: É assim, actualmente, vou ao jardim, vou ao Continente dar uma voltinha, porque há outros sítios onde depois tenho que gastar muito e mesmo ao Continente evito de ir, porque depois a miúda pode querer isto ou aquilo e é melhor ela nem ver.

Entrevistadora: Dantes quando tinha outra situação ia a outros sítios?

Entrevistada: Ia. Por exemplo neste Verão foi uma das coisas, dantes se calhar ia todos os fins de semana podia ir à praia e agora se calhar tive que me privar mais um bocadinho.

Entrevistadora: Deixa de ir a determinados sítios por causa disso?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E se pudesse escolher como é que gostava que fosse o seu dia?

Entrevistada: É assim, eu gosto dos meus dias, gosto porque, primeiro gosto, apesar de nunca ter feito mas gosto do meu trabalho, gosto de fazer aquilo que faço e gosto de ir para casa brincar com a minha filha, mas se calhar ao fim de semana sempre tinha um passeio diferente, sempre ia passear a outros sítios, levar a minha filha a conhecer coisas que se calhar ela não conhece, mas que na maioria é tudo coisas pagas.

Entrevistadora: Já me falou um pouco da relação que tinha com a sua mãe, como é a relação que tem com a sua família?

Entrevistada: Boa, graças a Deus.

Entrevistadora: E segundo o que me disse tem tido apoio da sua família?

Entrevistada: Muito, muito mesmo.

Entrevistadora: Como é que eles a têm apoiado?

Entrevistada: Deixando que não me falte nada, dentro pronto do possível não é, em termos de alimentação com a minha pequenina, eu praticamente no meio mês vá, não tenho que me preocupar com a comida, com o vestir porque tenho a minha mãe que me ajuda nisso. O infantário dela é ela que paga, mas cá esta para isso a minha mãe também sente que tem que trabalhar, mais se calhar do que aquilo que trabalhava se não me tivesse que me ajudar.

Entrevistadora: E quem são as pessoas que lhe são mais próximas?

Entrevistada: Neste momento a minha mãe, a minha irmã e o meu marido.

Entrevistadora: São mais pessoas da família?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E amigos?

Entrevistada: Poucos.

Entrevistadora: Tem poucos amigos?

Entrevistada: Tenho.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Porque, hoje em dia, é assim tenho poucos mas bons, porque acho que as pessoas já não são muito sinceras umas com as outras.

Entrevistadora: Portanto as pessoas mais próximas são mais da família do que propriamente amigos?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E com que frequência costuma estar com essas pessoas de família?

Entrevistada: Com muita, quase todos os dias, a minha mãe vejo-a todos os dias, a minha irmã não que ela não está cá, está a viver no Algarve arranhou lá trabalho e foi para lá, mas a minha mãe vejo-a todos os dias.

Entrevistadora: E o que é que costumam fazer?

Entrevistada: Olhe, vamos às compras, vamos buscar a pequenina, no normal isso.

Entrevistadora: E costumam passear ou ir a outros sítios?

Entrevistada: Quando se pode vamos passear, mas é assim, cá está aqui em Beja também não há muito para passear e para ir para fora gasta-se muito e às vezes é preferível não se ir.

Entrevistadora: Falou-me que estava a receber neste momento um subsídio?

Entrevistada: É o prolongamento do desemprego, é o subsídio social, fiquei a receber o mesmo do que estava a receber de desemprego, se calhar derivado à situação.

Entrevistadora: Há quanto tempo está a receber?

Entrevistada: É assim, eu já estou a receber há uns três anos e qualquer coisa o desemprego, entretanto depois interrompi para ir para o curso, depois retomei o subsídio de desemprego, acabou e agora tive direito a mais seis meses de social que acaba em Fevereiro.

Entrevistadora: É nesse âmbito que está aqui no Centro a tratar das pessoas idosas?

Entrevistada: Sim, sim e já eu estou a temer quando chegar essa altura, se não arranjar nada, ficar sem nada mesmo.

Entrevistadora: E quais foram os motivos que a levaram a ter que pedir algum tipo de apoio?

Entrevistada: Tinha mesmo que pedir porque só o que ele recebe, praticamente o ordenado dele é para a casa, depois entretanto ele trabalhou por conta própria, ficámos com uma dívida a Segurança Social, tivemos que fazer em prestações, esse dinheiro tivemos que o pedir ao banco, estamos a pagá-lo e tinha mesmo que recorrer a isso para tentar ir pagando as contas.

Entrevistadora: E foi sua a iniciativa?

Entrevistada: Foi.

Entrevistadora: E sente que nas vezes que tem ido aqui ao Centro ou a outras instituições, foi ouvida no seu pedido?

Entrevistada: Sim. É assim eu na altura quando preenchi os papéis fui falar lá com, na Segurança Social, também não foi assim grande, meti os papéis para o subsidio veio aceite e em relação ao Centro quando vim pedir para vir para aqui pelo desemprego, eles tinham falta aceitaram.

Entrevistadora: E considera que a sua situação foi resolvida?

Entrevistada: Resolvida não.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Porque é uma situação temporária, porque agora em vindo a altura de Fevereiro que acaba o social, ainda vou ficar outra vez pior do que estou, se agora estou mal depois vou ficar ainda pior.

Entrevistadora: E já recorreu a mais alguma instituição?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Foi a Segurança Social e o Centro?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E foi sempre sua a iniciativa como tinha dito?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E sente que mudou alguma coisa na sua vida depois de ter recorrido a estas instituições?

Entrevistada: É assim, melhorou porque se eu não tivesse recorrido ao social, não estava a receber este dinheiro e se não tivesse ido ao Centro pedir trabalho também não recebia a bolsa que recebo daqui e o subsídio de almoço e ajuda muito.

Entrevistadora: Mudou alguma coisa?

Entrevistada: Sim, ajuda e muito.

Entrevistadora: E como é que avalia a qualidade do serviço que lhe foi prestado nestas instituições?

Entrevistada: Aqui foi boa, porque quando vim falar também já sabia à partida que estavam a precisar de pessoas para trabalhar. Acho que para a instituição é bom, porque pronto só me paga aquela parte da bolsa e do subsídio de almoço e eu quase que acabo por fazer o mesmo trabalho que uma funcionária normal faz e em termos da Segurança Social, fui pedir uma coisa que acho que tinha direito.

Entrevistadora: Sente que foi bem atendida?

Entrevistada: Sim, fui, não tenho razão de queixa.

Entrevistadora: E quais é que acha que são os seus direitos aqui na instituição?

Entrevistada: Os meus direitos como trabalhadora, os meus direitos é assim, actualmente, não percebi bem a pergunta.

Entrevistadora: Está a receber um subsídio e está aqui integrada nesse âmbito, enquanto beneficiária desse subsídio que direitos acha que tem?

Entrevistada: É assim o meu direito é trabalhar como as outras funcionárias trabalham, trabalho igual, tento dar o meu melhor, rezando para que gostassem do meu serviço para eu ficar cá.

Entrevistadora: E os seus deveres quais acha que são?

Entrevistada: Os meus deveres, é assim, é dar o meu melhor à casa e tentar fazer de tudo por a instituição para que me consigam manter cá mais tempo.

Entrevistadora: E o que é para si um direito?

Entrevistada: Um direito, é assim, eu como funcionária penso que tenho o direito de lutar por isto, de tratar bem os idosos que cá estão, tentar fazer o trabalho bem feito para que eles gostem de estar cá e para que estejam cá muito tempo e para que venham mais para que tenhamos muito trabalho.

Entrevistadora: E o que é para si um dever?

Entrevistada: Um dever, pois é assim, mais ou menos o direito e o dever anda ela por ela.

Entrevistadora: E diga-me o que é para si uma pessoa pobre?

Entrevistada: Uma pessoa pobre, é assim, para mim uma pessoa pobre é uma pessoa que quer comer e não tem, uma pessoa que passa mesmo dificuldades em termos de alimentação, de medicação, de tudo, não só a nível monetário. Por exemplo na minha situação o que me agravou mais foi a casa, mas mesmo pessoas que têm casas próprias vê-se que há pessoas mesmo pobres que querem dinheiro mesmo para comer e não têm.

Entrevistadora: Considera-se uma pessoa pobre?

Entrevistada: Em certa parte sim, porque actualmente muitas das vezes quero dinheiro para comer e não tenho, tenho que recorrer à minha mãe.

Entrevistadora: E se pudesse o que faria para acabar com a pobreza?

Entrevistada: Oh, sei lá, nem faço ideia.

Entrevistadora: Se tivesse poder o que faria?

Entrevistada: Se calhar criar mais postos de trabalho era uma boa solução, tentar mas isto está tão complicado que é difícil. Havendo trabalho se calhar havia mais poder de compra, poder de as pessoas terem dinheiro, porque isto é como se fosse uma bola e o

nosso meio vivemos uns dos outros, que é mesmo assim, é se eu tiver mais dinheiro eu vou comprar e a pessoa que vende, vende mais e vai sendo mesmo assim.

Entrevistadora: E se pudesse onde é que gostava de viver?

Entrevistada: Ah gosto de viver cá.

Entrevistadora: Em Beja?

Entrevistada: Gosto.

Entrevistadora: Gosta de viver aqui porquê?

Entrevistada: Porque, sei lá sempre vivi, gosto de viver cá, tenho cá a minha família.

Entrevistadora: E o que é que ainda não fez na vida e que gostava de fazer?

Entrevistada: O que é que ainda não fiz, uma viagem.

Entrevistadora: Onde gostava de ir?

Entrevistada: (risos) Gostava de ir a Veneza (risos).

Entrevistadora: Era do que gostava mais, de viajar?

Entrevistada: É assim, se pudesse, pudesse mesmo, gostava que me saísse o Euromilhões, não era (risos), mas pronto como sonho era viajar sim.

Entrevistadora: E como é que vê o seu futuro?

Entrevistada: É assim, o meu futuro vejo-o um bocado complicado.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Porque tenho medo em acabando o social não arranjar trabalho, não arrançando é menos esse dinheiro, são mais dificuldades, é mais complicado.

Entrevistadora: Chegámos ao fim, não sei se quer acrescentar alguma coisa?

Entrevistada: Não.

Entrevista “Mariana”

14 de Novembro de 2011

Entrevistadora: Muito bom dia, muito obrigada pela sua disponibilidade e pelo contributo que vai dar a este estudo. Começava por lhe perguntar quando é que nasceu?

Entrevistada: Eu, dia 12 de Maio de 1977.

Entrevistadora: Dia 12 de Maio de 1977, portanto tem?

Entrevistada: 34 anos.

Entrevistadora: E onde é que nasceu?

Entrevistada: Em Moura.

Entrevistadora: E qual é o seu estado civil?

Entrevistada: É solteira, no entanto sou mãe, já vivi em união de facto.

Entrevistadora: E está separada há quanto tempo?

Entrevistada: É recente, mais ou menos um ano e meio.

Entrevistadora: E tem filhos.

Entrevistada: Sim, sim.

Entrevistadora: Quantos filhos tem?

Entrevistada: Tenho duas filhas.

Entrevistadora: Duas filhas e que idade é que elas têm?

Entrevistada: Portanto a Joana tem catorze anos, não, tem treze e ainda vai fazer catorze, é de um primeiro relacionamento que eu tive, mas que durou apenas o estado da gravidez e poucos meses após ter nascido. Quando ela tinha um ano iniciei o meu relacionamento durou doze anos, portanto este agora que eu acabei, e do qual nasceu a Maria que tem quatro anos.

Entrevistadora: Portanto tem duas meninas, e tem outra família mais próxima cá?

Entrevistada: Cá não tenho ninguém, a minha família é toda de Moura e Serpa. Eu não tenho um relacionamento muito, como é que lhe hei-de explicar, chegado aos meus pais.

Entrevistadora: Não tem um relacionamento muito próximo?

Entrevistada: Na realidade nunca tive, na realidade mesmo quando morava com eles. E entretanto vim para cá estudar, tirar o 12º ano no Liceu e essas coisas assim, portanto esse tempo que eu vivi com os meus pais foi sempre uma coisa natural, não é, pronto eu era filha mas nunca, não há uma simbiose pronto entre eu e os meus pais e desde que me separei o meu pai não me fala, basicamente é isso e a minha mãe ficou muito chateada. Eles são muito conservadores, pessoas muito conhecidas em Moura, o meu pai trabalha na Câmara Municipal e a minha mãe trabalha no Lar, e não viram nada disso, pronto já tenho, separei-me uma primeira vez e embora eles tivessem ficado aliviados nessa altura porque eu vivia com uma pessoa de uma cultura diferente, portanto uma pessoa indiana, e era muito infeliz, pronto nunca me consegui adaptar àquela cultura, eles ficaram aliviados. Mas do segundo casamento gostavam do rapaz, pronto mas eu resolvi acabar o relacionamento e isso ainda fez um afastamento muito maior. Pronto e com a minha mãe, eu frequentei um psicólogo, o meu querido doutor Pedro que nunca mais lá fui, muito tempo, muito tempo quer dizer um ano e tal, já depois de ser mãe e tudo porque tinha sempre uma coisa má, um sentimento que queria resolver uns fantasmas que me perseguiam em relação à minha mãe.

Entrevistadora: E conseguiu perceber quais eram?

Entrevistada: Consegui, eu acho que fiquei muito melhor, eu era para continuar, acho que fiquei muito melhor, porque eu tinha sempre uma esperança de ter uma mãe na realidade, como eu acho que sou, pronto. A minha mãe sempre foi uma excelente mãe, é daquelas senhoras muito honestas e a higiene e as notas, as a nível de amor é negligente, pronto eu sempre achei isso que ela era negligente, a minha mãe nunca me disse que gostava de mim, raramente havia contacto físico, que é uma coisa que me incomoda. Eu levei sempre a mendigar uma atenção especial da minha mãe, que na realidade nunca tive nem nunca vou ter. A razão porque eu frequentei esse psicólogo, o doutor Pedro, foi através do meu médico de família, porque eu andava sempre muito deprimida em relação a isso, era porque eu tinha esperança que ia ter aquela mãe que eu idealizava, mas que nunca consegui vou mudar, pronto nunca vou conseguir mudar.

Entrevistadora: E consegue superar isso?

Entrevistada: Consigo, hoje em dia já não penso tanto nisso. Eu deixei de frequentar porque comecei a trabalhar, pronto eu trabalho à hora numa empresa de limpezas e não podia estar a faltar àqueles clientes para ir. Mas, eu senti-me muito melhor logo desde as primeiras vezes, eu ouvi coisas que queria, que eu já sabia mas precisava que alguém as dissesse.

Entrevistadora: Que lhe fizeram sentido?

Entrevistada: Falo com a minha mãe ao telefone, pronto cerca de uma vez por semana se tanto agora, porque ela no Natal passado e essas coisas nunca me telefonou, porque eu em separei, embora ela nunca tenha ouvido a minha versão, nunca ouviu a minha versão, nunca quis ouvir, pronto também não lhe disse. Pronto, não há um afecto e às vezes eu sinto-me sozinha e procuro uma mãe e não há.

Entrevistadora: O que acha que correu mal nesse seu último relacionamento?

Entrevistada: O que correu mal foi, eu vivi com esse rapaz, eu vivo um dilema, eu vivi com esse rapaz doze anos, ele sempre foi um excelente pai para a minha filha mais velha e depois para a Maria pronto, mas eu não era feliz, houve uma determinada altura em que deixei de ser feliz e pensei eu ando cá neste mundo porquê ter que viver uma coisa que eu não quero? Porque a sociedade quer, porque é o melhor para as crianças? A minha mãe está sempre a dizer: ah não pensaste nos filhos. Ele trabalha em tectos falsos e divisórias e não tínhamos dinheiro, eu sentia-me muito infeliz e após o nascimento da Maria as coisas agravaram-se, ele não me deixava trabalhar porque é uma pessoa um pouco ciumenta, nunca foi agressivo nem verbal nem fisicamente, amuava-se tipo quinze dias sem dizer uma palavra, que é uma coisa que me deixava furiosa, pronto. O que correu mal é que eu cheguei a um ponto de ruptura psicológica, eu não era feliz, estava presa naquela casa, um exemplo eu sou uma leitora compulsiva, agora já nem tanto porque não tenho tempo, mas dizia, vou à biblioteca queres vir e ele dizia não e passado dez minutos aparecia lá. E eu considero-me uma pessoa muito independente e detesto que me persigam e que me controlem e detestei.

Entrevistadora: Foi há quanto tempo que se separou?

Entrevistada: Um ano e tal, vai fazer dois anos aí em Março, para aí. E não é só isso, eu quando conheci o Luís, pronto eu não tenho nada que dizer dele como marido, só esse aspecto que é uma coisa que eu não revelo às pessoas, as pessoas pensam que fui eu, entretanto comecei a namorar aí um moço, isso também não deu nada, a seguir. O Luís quando eu o conheci era uma pessoa que estava a tomar a metadona e era daquele tipo de homens em que a droga na vida dele foi um acidente de percurso, isso dito ali mesmo pelas pessoas do CAT, ele não é esse tipo de toxicodependentes que nós vimos aí e não sei quê que rouba, ele era um consumidor em casa, mas eu quando o conheci ele estava nesse processo e entretanto terminou a metadona e tudo e vivemos muito bem nesse aspecto, ele não gostava de falar nisso, pronto. Eu também me separei, é isto que os meus pais não sabem, porque entretanto o Luís tem uma microempresa e meteu-se aí numa obra muito grande à qual ele não conseguia dar resposta ao cliente e acho que entrou numa espécie de bloqueio e de stress mental, não sei o que é que lhe aconteceu e recai na heroína e portanto isto vai também ter peso, porquê, eu depois passei embora pouco tempo um mini – inferno, ele não ia trabalhar, não tinha dinheiro, começava a ressacar, essas coisas, está a ver e eu juntei tudo e separei-me.

Entrevistadora: E neste momento vive com quem, qual é o seu agregado familiar?

Entrevistada: O meu agregado familiar, é a minha família que eu mais adoro que é a minha Maria e a Joana.

Entrevistadora: Portanto vive com as suas duas filhas?

Entrevistada: E uma cadela (risos), sim as duas filhas.

Entrevistadora: E em termos da sua residência, disse-me que nasceu em Moura, viveu em Moura e depois veio para Beja, onde é que já viveu?

Entrevistada: Pronto eu sempre vivi em Moura, pronto depois acabei lá o 11º ano e como eu sou muito má para Matemáticas e não sei quê, a minha queda são mesmo as línguas e pronto lá em Moura não havia alunos suficientes para fazer a turma que eu pretendia que antigamente era Humanidades, não sei se ainda se chama agora Humanísticas e então vim para cá, primeiro estive aqui numa residência para estudantes na Rua do Esquível, onde frequentava o liceu e ia para aí porque era mais barato para a minha mãe. Pronto e depois mudei-me para um quarto e depois aconteceu que eu conheci o pai da Joana, portanto esse moço indiano de que lhe falei e acabei por ficar

cá, engravidei, pronto engravidei, posso-lhe dizer que também não tinha, não estava muito informada, isto parece que é como é que hei-de dizer, que não existe, mas eu na altura não estava mesmo informada em relação a períodos férteis e essas coisas, sabia que se podia engravidar, mas de qualquer forma não tive cuidado absolutamente nenhum, é a realidade e depois engravidei. Fui de férias para casa e o período não veio e não vinha e eu já sabia que estava grávida e o meu pai pôs-me fora de casa, portanto disse-me agora quando fores outra vez para o curso já não, entretanto entro na Bento de Jesus Caraça, já não te quero cá e pronto fui morar com o pai da Joana e sempre vivi cá.

Entrevistadora: Portanto de Moura veio para Beja e ficou cá?

Entrevistada: Sim, sim.

Entrevistadora: E quais são as suas habilitações literárias, fez o 12º ano?

Entrevistada: Não cheguei a terminar o 12º ano, entretanto entro num curso que era o curso dos meus sonhos na Bento de Jesus Caraça, também para terminar o 12º ano, que era de BAD, biblioteca, eu acho que tenho uma queda muito grande para isso e adoro e sonhava trabalhar no sector infantil, é realmente uma coisa que me fascina os miúdos e livros à mistura.

Entrevistadora: Era um curso de biblioteca?

Entrevistada: Era. E o que é que acontece, quando engravidado da Joana as minhas notas, eu lembro-me de ter mostrado as notas à minha mãe e eram excelentes e a seguir mostrei-lhe um teste de gravidez, que não foi tão excelente não é. Ainda continuei com aquele sentimento do pai da Joana de ir ao curso, mas lá está aquilo é uma cultura completamente diferente, onde eu lhe posso dizer que por exemplo as mulheres estendem a roupa, eu morava num segundo andar ali no bairro social, eu tinha que estender a roupa à noite, porque as pessoas do sexo masculino estavam a jogar à bola ou residiam ali, naqueles bancos ou cafés alguém me podia ver, não podia falar com o senhor dos EMAS, não podia dizer piadas a ninguém do sexo masculino, tinha que usar o cabelo preso, não podia usar roupa sensual, do género. Acabei, como a minha turma era mista, claro nos dias de hoje, ele também proibiu a minha ida para o curso e eu acabei por não terminar, até hoje ainda sonho, falta-me a PAP e mais não sei quê, em terminar o curso, acabei por nunca terminar. Ele enclausurou-me mesmo, o Luís ao pé dele em termos de ciúmes é uma criança.

Entrevistadora: Chegou a fazer o 11º ano, só o 12º ano é que não concluiu?

Entrevistada: Sim, sim, mas quero muito concluir. Eu penso em mil estratégias para concluir, ir à noite não posso porque tenho a Maria, pronto, penso em meter-me nas Novas Oportunidades, agora quando a doutora telefonou estava a ver o SIZEPE que são cursos de formação que também dão equivalência, porque eu quero muito isso, não consigo é arranjar uma altura em que o possa fazer, uma altura do dia digamos assim.

Entrevistadora: Para conseguir gerir o tempo?

Entrevistada: Sim, porque eu quero acabar o 12º ano e gostava de apostar numa formação. Na realidade eu tenho muita conversa, mas eu sou especialista em quê? Em nada, eu no fundo já fiz tanta coisa e não tenho muita informação, que é uma coisa que me incomoda muito.

Entrevistadora: O que é que já fez, como é que tem sido a sua vida em termos profissionais?

Entrevistada: Eu fui muito feliz em termos profissionais até ao nascimento da Maria, antigamente as coisas eram fáceis e um dia eu passei no Centro de Emprego e qual é o meu espanto deram-me um postal para trabalhar no Museu Regional de Beja. Oh meu Deus, eu fui super – feliz a trabalhar ali, fazia mini visitas, falo fluentemente inglês e adorava os colegas e tudo, só que depois era aquele esquema dos programas, depois passamos para portaria e não sei quê, e entretanto terminaram todas as opções, estive lá quatro anos.

Entrevistadora: Foi o seu primeiro emprego?

Entrevistada: Foi.

Entrevistadora: E depois o que fez?

Entrevistada: Já tinha trabalhado numa loja de mobílias, dado explicações a meninos do 5º e 6º ano vizinhos meus, fazia assim essas coisas, adorei um trabalho que tive também através do IPJ em Moura, chorei foi muito, a trabalhar num lar como animadora, era, é a minha praia, falava com os idosos, fizemos projectos, uma sala de jogos, recolhemos receitas, eu adorei aquilo. Trabalhei assim esses trabalhos, que não contam assim muito, só para nível pessoal, não é, experiência. Bem estive quatro anos

no Museu, entretanto acabei todas as possibilidades, a Assembleia Distrital não contrata ninguém, uma vez que estão ali os mesmos funcionários há quinhentos anos, passo pelo Centro de Emprego, vou trabalhar em pouco tempo, pouco tempo, para o Centro de Saúde para a Sala de Conferências e de Farmácia, foi um emprego que eu também adorei, pronto a princípio estava muito descabida daquilo, o sistema informático e passar as receitas todas do Baixo Alentejo pelo scâner e não sei quê, mas gostei muito.

Entrevistadora: Esteve lá quando tempo?

Entrevistada: Três anos, a mesma situação.

Entrevistadora: A mesma situação?

Entrevistada: A mesma situação. Entretanto vivia com o Luís, ele não se importava muito que eu trabalhasse ou não, uma vez que nos conseguia sustentar, mas eu detesto, não tenho queda nenhuma para ficar enfiada em casa, quero ser pró-activa e detesto isso de estar em casa os dias inteiros, invernos, verão e não sei quê. Não tenho outra opção e vou para a Quinta de Santo António para um Curso de Jardinagem, que também adorei com pessoas muito mais velhas do que eu com muito menos habilitações, não sabiam ler nem escrever, mas foi uma experiência que adorei e aprendi muita coisa, eles a matemática bem davam-me de letra, eu era uma burricalha a matemática e eles sabiam aquilo, adorei.

Entrevistadora: De quanto tempo foi o curso?

Entrevistada: Foi um ano e no final do curso eu engravidei mas porque quis, pronto também havia um bocado aquela pressão nós eramos um casal e tínhamos uma filha que não era dos dois em conjunto, não é, e eu já tinha também trinta anos. Fui mãe tinha vinte e tal e queria muito, sempre pensei em dar uma irmã à Joana ou um irmão, porque eu tenho uma irmã com a qual não sou chegada, mas daí porque saí muito cedo de lá, quando ela tinha treze anos eu saí de Moura para vir para cá e depois nunca criámos um relacionamento chegou, também é uma coisa que me magoa muito. Tenho um sobrinho com dois anos que vi no dia que nasceu e só há cinquenta e seis quilómetros que nos separam, pronto e depois eu pensava nisso tudo e resolvi ser mãe e depois já não pude ir estagiar, era estagiar num jardim, mas pronto estava super – grávida e cabei por não ir.

Entrevistadora: Desde aí nunca mais trabalhou?

Entrevistada: Depois não trabalhei, depois separei-me estava a receber o RSI, porque entretanto quando eu estava a prever que me ia separar, o Luís estava naquela situação e não ia trabalhar, requeri o RSI e pronto. Entretanto o Luís saí de casa e eu começo a pensar: meu Deus eu estou aqui em casa à espera de um envelope com um valor que dava perfeitamente para eu viver, hoje em dia ganho muito menos, mesmo muito menos.

Entrevistadora: Mas antes disso tinha uma situação económica confortável?

Entrevistada: Sim, estável. Pronto nós pagamos 300 euros de renda, que ainda pago hoje e o Luís era assim quando tinha obras, posso-lhe dizer que quando me separei tínhamos 5000 euros na conta.

Entrevistadora: Portanto o seu companheiro ganhava bem na altura?

Entrevistada: Sim, sim. Havia fases, no inverno nem tão bem.

Entrevistadora: Trabalhava nas obras?

Entrevistada: Não, ele é o dono da empresa. Entretanto eu vou trabalhar para a Serhogar System, vou falar com a empresa de limpezas, a senhora olha para mim e diz-me que eu não tenho qualquer perfil para mulher de limpezas (risos) e não ficou assim muito convencida, mas eu queria porque queria trabalhar e não podia estar só à espera do RSI e em casa sem fazer nada, não me estava a sentir nada bem e era a única coisa, a única porta que se abriu, embora eu mandasse trinta e sete currículos ou mais por dia. Comecei a trabalhar nisto e estou muito arrependida, não pelo trabalho porque aprendi muito, mesmo junto das minhas clientes e das minhas colegas, por acaso é uma empresa saudável, às vezes onde trabalham muitas senhoras às vezes há muitos conflitos, mas não ali, uma empresa de elite, quer dizer nós não fazemos assim limpezas, é só pessoas importantes digamos assim, pronto, mas estou muito arrependida.

Entrevistadora: Está arrependida porquê?

Entrevistada: Estou arrependida porque se eu tivesse continuado a receber o RSI não passava aquilo que eu passo hoje, podia já ter encontrado outra coisa ou fazer uma coisa

por conta própria. Aquilo que eu passo hoje é um verdadeiro inferno, é um verdadeiro inferno.

Entrevistadora: Então o que é que passa?

Entrevistada: O que passo, eu vou-lhe ser muito franca, eu trabalho para uma empresa à hora onde ganho 2,70 euros, pronto e o que é que a minha empresa faz, eu no verão sempre ganho mais qualquer coisa, tenho um contrato com a empresa que consigo 280 euros, eu pago logo 300 de renda. No verão fazia muitas, fazia 150 e mais não sei quê, surgiam limpezas grandes e a Inês punha-me. O que é que acontece, também comecei a vir aqui porque eu comecei a trabalhar quatro, cinco, seis horas por dia, nunca trabalho oito e depois ao final do mês ganho 300 e poucos euros.

Entrevistadora: Portanto deixou de receber o Rendimento Social de Inserção, para ir trabalhar, suspendeu-o?

Entrevistada: Claro, sim, suspendi, a Inês disse-me: ah isso depois surgem sempre coisas. Depois a crise também se abateu sobre a empresa e nós não temos clientes, as pessoas rescindem os contractos com a empresa.

Entrevistadora: Foi uma opção sua portanto, preferiu ir trabalhar a receber o RSI?

Entrevistada: Prefiro sempre, eu para mim estar a receber o RSI em casa não faz qualquer sentido, porque não, meu Deus eu sou jovem tenho saúde e quero dar o exemplo às minhas filhas, eu não tenho orgulho que a minha filha dissesse: ah a minha mãe está em casa a receber o RSI, prefiro que a minha filha diga: a minha mãe trabalha, trabalha muito, ou a minha mãe faz isto, faz aquilo. Não penso que seja um bom exemplo estar em casa encostada a um envelope, para mim está fora de questão, só mesmo pronto, agora a doutora, uma doutora me dissesse: olhe você volta a receber o RSI, eu iria dizer sim, mas não por uma questão de comodismo, é porque eu não consigo dormir bem à noite, porque eu estou sempre a fazer contas, porque eu este mês vou, eu no mês passado em Setembro foi a altura da, eu perdi imenso peso, foi a altura do regresso à escola, recebi 307 euros, no dia em que recebi os 307 euros dei 300 à minha senhoria, sobraram 7 euros, luz, água. Eu tenho MEO, mas não é porque eu veja TV Cabo, eu não tenho prazer em ver televisão, é porque a minha filha diz: mãe os trabalhos já não são em cartolina como no teu tempo, acorda isto é tudo por e.mail.

Entrevistadora: Tem que ter internet por causa da sua filha?

Entrevistada: Tenho que ter, eu não tive durante o verão todo.

Entrevistadora: Como é que consegue gerir a sua vida com esse ordenado?

Entrevistada: Pronto, eu agora ainda estava a ganhar mais qualquer coisa porque estava a fazer a baixa de uma colega, que entretanto foi ter um bebé, e fiquei com as clientes dela, mas ela vem sexta-feira, é por isso que eu marquei ali para falar com a doutora e vou ter 70 horas, vai dar muito menos que 280 euros. Pronto, aquilo que eu consigo é assim, eu tenho conseguido porque até agora eu ganho 300 e tal euros e o que faço, os 300 euros entrego à senhoria, do e tal que é 50 ou 60 euros pago logo a MEO porque a luz e a água ainda não vieram, aguento-me com esses 15 euros ou 20 euros que sobram, porque nenhum dos pais me paga a pensão de alimentos, está tudo em tribunal. Eu aguentava-me antes porque cada um me dava 100 euros e eu com 500 euros conseguia ir lá.

Entrevistadora: Mas eles deixaram de pagar a pensão?

Entrevistada: Deixaram. O pai da Maria alega que não tem trabalho, mas eu sei que tem, pronto ele dá, mas por exemplo agora dá 20 euros, depois dá, posso-lhe dizer que a última vez ele me deu 5 euros e andava a consumir, agora já não. Agora dá 20, depois dá 30 e é se der, é uma coisa etérea, se ele me dissesse assim eu dou-te só 50 euros certos, mas dia 15 eu dou, eu descansava, mas não é uma coisa etérea, tenho que andar a insistir, pronto essas coisas todas. O outro eu tentei ir pela via diplomática, eu posso-lhe até contar isto, não sei se tem muito tempo?

Entrevistadora: Sim, sim.

Entrevistada: A minha filha mais velha nunca conheceu o pai, conheceu o pai quando nasceu. Ainda vivi ali uns tempos no bairro social, e entretanto pus tudo dentro de sacos do lixo preto e vim-me embora aqui para um quarto na Rua das Lojas onde fui muito feliz com a minha filha, fui muito feliz ali naquele quarto, vivia só com ela, era um quanto grande, as estudantes não sei como é que me aceitaram com um bebé, mas aceitaram e colaboravam e gostei muito de morar ali, trabalhava no museu e conseguia subsistir, pagava a renda e ainda me sobrava dinheiro. A minha filha nunca conheceu o pai e no ano passado deu-lhe uma crise de adolescência e de identidade, pronto o que é

perfeitamente normal, e disse que queria conhecer o pai, entretanto eu fiz montes de pesquisas, porque ele durante onze anos nunca lhe disse nada, pronto. Procurei pessoas que o conheciam aqui e não sei quê, fui dar a uma taberna que há ali nas Portas de Mértola que é o Forno, acho que é uma taberna, e deram-me aí o número de telefone e a morada dele e eu contactei-o, disse que a Joana o queria conhecer. Muita gente, e inclusive a minha mãe, ficaram muito chateadas, mas eu preferi que a minha filha fosse conhecer o pai e um dia mais tarde não me dissesse eu quis conhecer o meu pai e tu não me deixaste, no fundo as minhas filhas não são propriedade minha.

Entrevistadora: E ela conheceu-o?

Entrevistada: Sim. Arranjámos uma viagem, porque ele mora em Viana do Castelo, com ele a pagar, uma viagem em que ela ia daqui até Lisboa com uma pessoa minha conhecida e de Lisboa iria com a tia até Viana do Castelo e foi conhecer o pai. Entretanto quando sai do autocarro, primeiro sai uma menina inglesa, sem ser morena, e ele disse filha e não era (risos) ela vinha atrás, ela é igualzinha a ele, é muito bonita, modéstia à parte. Entretanto estive três semanas em Viana do Castelo, mas aquilo que eu lhe posso dizer, é que não sei se foi o tempo, o que foi, porque eu nunca lhe tentei causar má impressão, mas ela sempre ouviu dizer que o Sérgio era muito violento para mim, violento fisicamente, mas muito violento mesmo, ela já ouviu dizer. Eu nunca lhe disse o teu pai não presta, aquilo e o outro, não, queria que ela tirasse as ilações dela, ela esteve lá três semanas, mas não houve uma, não se conectaram.

Entrevistadora: E desde aí ela tem visto o pai?

Entrevistada: Depois foi no Natal, nós começámos a falar da pensão e ele resolveu depositar 50 euros para ajudar nas despesas, mas entretanto eu comecei a ficar numa situação má e pu-lo em tribunal uma vez que ele deve 7659 euros em pensões. E ele disse: ah por favor não me ponhas em tribunal, vão-me penhorar o ordenado, eu dou os 125 euros, já falei com o meu advogado, já assinei uns papéis, e verbalmente chegámos a um acordo sem ir a tribunal. Entretanto, ele deixa de pagar os 125 euros, porque o banco lhe penhora o ordenado por uma outra razão qualquer.

Entrevistadora: E entretanto está à espera?

Entrevistada: Estou à espera, com medo que isso não vá dar em nada. Mas ele como eu disse deu-me 50 euros, isto para lhe responder como é que eu subsisto, eu pago a MEO,

a seguir com os 50 euros dele consigo comer e gerir, porque eu venho aqui buscar a alimentação, mas há muitas coisas que são necessárias para, pronto há muitas, muitas coisas que eu preciso de comprar para elas sem ser aqui a alimentação. Com estes 50 euros subsisto, depois vem o abono que eu agora já estou à espera, estou completamente, só tenho 1,10 euros na carteira, pago a luz e água e depois fico o resto do mês sem dinheiro.

Entrevistadora: Se eu lhe pedisse para me contar como é que tem sido a sua vida, o que é que me diria?

Entrevistada: Aquilo que eu lhe posso dizer é, a minha infância não posso dizer que tivesse sido uma infância feliz, não foi embora nós nunca tenhamos passado privações a nível alimentar. Pronto, os meus pais são de origem humilde, o meu pai bebia, era alcoólico, não sei se o posso classificar assim, até eu ter quinze anos e a minha mãe sempre foi uma mãe infeliz no que diz respeito ao casamento, eu sempre tive essa noção, porque o meu pai bebia, pronto ele era mecânico, hoje em dia é mestre de mecânico, mas naquela altura ele era mecânico e a minha mãe trabalhava a dias na casa das senhoras, eu ficava muito feliz quando ela me trazia sacos de brinquedos, com bonecas sem um braço e sem um olho (risos), mas eu adorava aquilo. Não foi feliz, tinha o pilar da minha avó, que era mãe do meu pai, que a minha mãe muitas vezes ia-me lá deixar e eu passava lá o dia, entretanto a minha avó faleceu. Não foi feliz, porque eu não, não havia aquele lar afectuoso, se eu tivesse um problema eu guardava para mim, vivíamos numa casa humilde, eu dormia na sala num sofá com a minha irmã, mas isso na realidade nunca me importou, as condições da casa isso nunca me importou, importava-me era aquela disfuncionalidade sentimental, incomodou-me, nunca fui feliz por isso. A adolescente, eu não fui aquela adolescente rebelde e má e respondona, nunca fui, vinha sempre a horas, respondia à minha mãe, mas pronto porque ela também, a minha mãe é uma pessoa muito diferente, eu sou muito diferente da minha mãe e da minha irmã, elas são fotocópia, eu não tenho preconceitos, elas são preconceituosas, eu não ligo ao que as pessoas dizem, elas ligam. Pronto nunca fui assim uma adolescente muito, como é que hei-de dizer, muito travessa, não, a adolescência, foi assim uma adolescência muito, que eu posso classificar dormente, não aprendi muito na adolescência, tudo o que sei aprendi sozinha nos livros, sempre tive assim curiosidade. Depois quando vim para cá gostei muito, não é, sai lá de Moura, vim para cá.

Entrevistadora: Sentiu-se livre?

Entrevistada: Sim, mas também morava com uma senhoria, não me portava assim mal de ir para as noites e não sei quê. O começo da vida adulta foi difícil, porque nunca tinha visto um bebé à minha frente, só quando tinha sete anos a minha irmã, e pronto vejo-me com um bebé numa casa onde não havia cadeiras, nem talheres, pronto eles também passavam muito mal, com um homem extremamente, pronto acho que aquilo é genético, muito ciumento e a cultura está tudo introduzido naquela cabeça, embora ele seja moderno, não é daqueles indianos, muçulmanos. O começo da idade adulta foi péssimo, quando vivi com o Sérgio foi mesmo de ficar muito deprimida, eu posso-lhe dizer que durante a gravidez perdi imenso peso, em vez de ganhar perdi imenso peso, tínhamos fome e foi aí a primeira vez que eu vim sozinha à Cáritas, ouvi falar na Cáritas.

Entrevistadora: A primeira vez que recorreu à Cáritas foi nessa altura?

Entrevistada: Sim, nessa altura era a doutora Mariana que eu julgo que ainda está aí, que me recebeu muito bem e que me dava alimentos e que eu levava para casa, ia à Cáritas e ia à Cruz Vermelha. Depois, tive aquele período muito feliz no quarto a trabalhar no museu e depois conheço o Luís, também correu tudo pronto dentro da normalidade e pronto foi assim.

Entrevistadora: E quais foram os momentos mais felizes da sua vida?

Entrevistada: Oh foi sem dúvida o nascimento primeiro da Joana, porque era a única a que eu me podia agarrar lá naquele seio familiar onde eu morava, era que ia nascer um bebé, portanto eu vivi uma sub – família, não sei se isto existe, mas eu digo assim, pronto, era eu e o Sérgio e a mãe e o padrasto e mais não sei quê e depois eu tinha uma sub – família que era eu e a Joana. Gostei muito de ter sido mãe, pronto eu acho que tenho imensa queda para ser mãe (risos) modéstia à parte, ela nasceu, era um bebé muito bonito e é uma miúda muito bonita, nunca ninguém pensa que ela é minha filha quando vamos na rua, ela é muito maior, é morena, tem o cabelo negro muito bonito e depois eu aprendi muito com ela. Mas sempre disse um dia vamos embora e vamos as duas embora e fomos mesmo embora e esse foi o momento mais feliz. O momento mais feliz foi o dia do nascimento, quando vim para casa não, três dias depois levei porrada, foi o dia do nascimento e foi quando me sentia independente, estava a morar ali no

quarto e depois foi o nascimento da Maria que foi um bebé que eu planeei, como o primeiro tinha aparecido de surpresa, eu fiz tudo bem, fui ao médico e planeei essas coisas todas, foi o nascimento da Maria, foi.

Entrevistadora: E os mais infelizes, mais marcantes, menos bons da sua vida?

Entrevistada: Menos bons foi, já passei muita coisa isso poderia nos levar o dia todo. Menos bom na infância foi eu estar sentada no sofá, eu passava o tempo na sala não é, a nossa casa era daquelas compridas alentejanas, era a minha mãe passar e ignorar-me, isso foi sempre uma cruz que eu carreguei, agora já não, quando falo claro fico melindrada, não consegui chegar à minha mãe, ela não ia ver os meus espectáculos de ballet, ela não me elogiava porque eu tinha dezanove a português, nem dezoito a inglês.

Entrevistadora: Porque é que acha que isso acontecia?

Entrevistada: Eu faz-me confusão, porque a mãe dela, que é a minha avó pronto, a minha avó não sabe o que eu passo hoje, ela pensa que eu estou bem porque eu lhe minto, a minha avó é muito carinhosa, não consigo perceber porquê a frieza da minha mãe. Eu consigo associar, embora o meu psicólogo diga que é a minha desculpa, como ela era infeliz, pronto eu e a minha irmã, ela sempre disse que viemos numa má altura, ela não queria ter logo filhos e o meu pai disse-lhe que queria logo filhos. Nasci eu e depois o meu bebia, também não devia ser nada fácil para ela, não sei mas eu considero isso do feitio dela, ela não é afectuosa, não quer dizer que ela, eu uma vez disse-lhe: tu não gostas de mim, e ela: gosto à minha maneira, pronto ela gosta mas não demonstra isso, isso na construção do equilíbrio de uma criança quando está a crescer, não ter esse pilar é muito doloroso.

Entrevistadora: Teve da sua avó? Disse-me que já faleceu.

Entrevistada: Era a mãe do meu pai, dava-me todo o afecto do mundo, mas entretanto ela também ficou, não sei se a expressão é a mais indicada, senil, pronto já não me conhecia nem nada disso, faltou-me, aí faltou-me. E é a mãe dela que está em Serpa, a minha família é muito influente em Serpa, os meus tios são importantes lá, mas também não fazem ideia do que é que eu passo, faz-me confusão a minha mãe, porque lá está os irmãos parecem completamente diferentes, a irmã dela quando eu ia passar férias, mora com a minha avó, a minha tia já é uma mãe que eu vejo completamente diferente, pronto.

Entrevistadora: E existem outros momentos que acha que a marcaram na sua vida?

Entrevistada: Na negativa, foi viver com uma pessoa de uma cultura diferente, foi aterrador porque eu pensava, eu vivi com os meus pais, mas nunca vi o meu pai bater na minha mãe, sim às vezes gritava, era daquelas pessoas: traz lá a comida! assim como eles fazem, as pessoas mais velhas e não sei quê. Sempre detestei, e acho que às vezes era por isso que não me dava muito bem com a minha mãe, a subserviência feminina, isso não assenta para mim, é claro que se o meu marido me pedir traz-me isto ou traz-me aquilo, quem sou eu, eu vou buscar, mas eu sempre idealizei uma família que cooperasse, não que a mulher fosse escrava da casa, quer dizer que ouvisse tudo e mais alguma coisa e nunca se manifestasse.

Entrevistadora: O seu primeiro companheiro era violento consigo?

Entrevistada: Era, era. Era violento, posso-lhe dizer que um mês depois de me ter mudado para lá, entretanto o meu pai põe-me fora de casa e essa minha tia é que me vem trazer com a minha mãe ao bairro social com as malas, pronto que eu fiz o teste e tive que dizer à minha mãe, disse-lhe no dia do aniversário dela porque não queria estar a arrastar, fiz nesse dia o teste e disse-lhe e ao meu pai disse três dias depois e o meu pai disse-me tens que sair. Eu posso-lhe dizer que o meu pai vinha almoçar a casa, eu estava nesse período de férias ainda lá em Moura e punha a mesa ao meu pai e tinha que ter o almoço feito, o meu pai chegava e ia pôr outros talheres, aqueles talheres que eu tinha tocado, o meu pai ia pôr outros e isso dói imenso, pronto. A minha mãe veio-me cá deixar à casa desse moço indiano e não se despediu de mim, só a minha tia é que se despediu, eu ligava para casa, ia a uma cabine, nessa altura não tinha telefone, não é, e eu: pergunta ao pai se eu posso voltar, e ela não perguntava, ela tinha medo, ela tem medo das reacções do meu pai, embora o meu pai não lhe bata, é o meu pai que gere tudo, não é, foi marcante isso. O começo da vida adulta foi traumatizante, eu passei horrores a viver com o Sérgio, embora pouco tempo, foi um ano e tal, mas foi o pior período da minha vida.

Entrevistadora: Foi o que mais a marcou?

Entrevistada: Sim, tirando isso da mãe, foi o começo da vida adulta, tinha vinte anos e foi horrível, eu nem sei explicar, eu passei coisas horrorosas mesmo.

Entrevistadora: E como é que chegou a esta situação de ter dificuldades financeiras?

Entrevistada: Eu como lhe digo, há catorze anos é que vim cá à Cáritas, mas depois aconteceu isso, eu arranjei emprego, eu conseguia antigamente o escudo aquilo rendia e tentei sempre gerir as coisas, eu sou aquela pessoa, sou do tipo de mulher que não ligo muito a roupas, nem malas, nem nada disso. A situação pôs-se má porque eu suspendi o RSI, o que faço, começo a trabalhar na Serhogarm, renda para pagar e tem que ser a dias certos, porque se não a senhoria expulsa-me dali para fora, pronto e começo a ver que começa a faltar o dinheiro, por exemplo surge um extra, imagine a Maria é uma criança que no inverno está sempre doente, não tenho dinheiro para os medicamentos, está tudo contado, não há, eu pago 35 euros de luz, se vier 41 já não tenho o dinheiro, percebe é assim, 20 euros de água, se vier 23 já não há. Tenho que carregar o cartão da minha filha mais velha com 5 euros por semana, sabe Deus e surge um extra, eu lembro-me que ela aí há uns tempos foi a Fátima com a escola, ela é muito boa aluna, e eu não tenho como lhe dizer que não em determinadas coisas, porque ela é realmente muito boa aluna, agora não anda lá muito bem diz que o 8º ano é difícil, mas eu também associo isso um bocado à pré-adolescência, noto que ela está a mudar, há ali um conflito dentro dela, hormonal se calhar (risos), já fui buscar os livros todos do Daniel Sampaio à biblioteca, mas às vezes não tenho como lhe dizer que não. Eu nunca lhe dou 2 euros, nunca lhe dou 1 euro para ela ir comer um gelado, não tenho, essa ida a Fátima eu tive que trabalhar muito, mas muito para ter o dinheiro para ir, porque ela teve que pagar 40 euros e depois tinha que levar dinheiro, pronto tive que trabalhar mesmo muito chegava a casa às 9 horas.

Entrevistadora: E que razões é que acha que estão na base desta situação, porque acha que chegou aqui?

Entrevistada: Não sei, eu sinto-me culpada, sinto-me culpada, eu não sei se deveria ter, eu fiz mal, eu nunca disse isto a ninguém, eu já não amava a pessoa com quem eu morava, e depois quando alguém deixa de amar, não sei se já deixou de amar alguém, quando nós deixamos de amar alguém tudo faz impressão, não é, nós queremos, tudo faz impressão, às tantas tudo faz impressão e era essa coisa dos ciúmes, entretanto recaí na heroína, eu apoio-me nessa muleta para terminar a relação. Mas eu fiz mal, eu não devia ter abandonado uma pessoa nessa situação, eu penso isso, não devia, devia se calhar ter-me empenhado mais, eu acho que fui egoísta, egoísta, pensei, agora com a cabeça fria pensei em mim, não é pelas dificuldades, porque nós também quando eu estava de cinco meses grávida da Maria também não tínhamos dinheiro, houve aí uma

fase má no trabalho que não tínhamos dinheiro. Acho que fui egoísta, acho que pensei só em mim e agora pago duras penas por causa disso, ele depois entretanto andou aí a consumir, agora já está melhor, já passou, acho que sim, já passou pronto, não o devia ter abandonado naquela altura, eu um dia saí do psicólogo cheguei a casa e terminei a relação, porque o meu psicólogo acha o mesmo que eu, porque é que eu tenho que viver infeliz, porquê. Eu também penso que pais infelizes fazem crianças infelizes, não quero dar o exemplo que a minha mãe sempre me deu, a minha mãe toda a vida dizia: só não deixo o teu pai por vossa causa e porque o teu pai faz-me a vida num inferno e porque berra e porque isto e porque aquilo, eu olhava para ela e via uma pessoa também derrotada, que só estava a viver aquela situação porque tinha filhos. Mas eu não fiz isso, eu tentei-me safar daquela situação, mas será que fiz bem? Acho que não, eu abandonei aquela pessoa se calhar quando mais precisava de mim, eu sou má, não devia ter feito isso e depois também se reflectiu muito a nível monetário, financeiro, mas eu digo-lhe uma coisa às vezes não vale a pena o dinheiro, porque eu às vezes tenho pequenos momentos, eu vou-lhe dizer eu aí no verão ganhei 500 euros, isso para mim 500 euros era (risos) e disse às minhas filhas hoje vamos ao Kebab, que é uma coisa de fast – food, vamos ao Kebab, mas é que nem imagina eu em vez de estar concentrada, chorei o jantar inteiro, a minha filha dizia-me assim: mãe tu não gostas da comida? E eu, eu adoro a comida, mas aquele momento, eu se vivesse com o Luís se calhar não tinha aquele momento, aquele momento eu trabalhei e agora estou aqui com elas soube-me muito bem. Ou por exemplo vou ao Pax Júlia ao teatro com a minha filha mais velha, quando é assim 2 euros, 3 euros, gosto de a levar, acho que é importante ela abrir os horizontes, com o Luís isso não era possível e no entanto eu não tenho dinheiro, mas naqueles momentos, sinto-me muito feliz. Eu na realidade sou feliz, se calhar era isso que eu lhe queria dizer com essas perguntas que me fez, anteriores, se calhar eu nunca fui tão feliz como agora, a nível sentimental eu sinto-me realizada como mãe e mulher, não como profissional, mas como mãe e mulher sinto. O que se passa é que eu vivo sempre no fio da navalha, eu tenho sempre o cutelo em cima da cabeça, eu tenho muito medo de ser despejada, eu até lhe posso contar uma situação, a casa onde eu estou é boa menos uma parte que é a cozinha e marquise, está a cair aos bocados, mas eu não consigo dizer à senhoria porque houve um problema nos canos e ela disse que nós tínhamos que sair para arranjar aquilo, só a senhora de baixo é que lhe aconteceu isso, mas se ela entrar ali na minha marquise ela despeja-me, porque aquilo está muito mau, mas eu tenho medo de lhe dizer, o que é que vai ser de mim, da Joana e da Maria, para

onde é que nós vamos? A minha mãe nunca me vai abrir a porta, eu não entrego a Maria ao pai de maneira nenhuma, ela pode a ir buscar, uma coisa que nós acordámos em tribunal é vai buscar a Maria quando sente necessidade, eu odiava que me marcassem um horário para ver os meus filhos, não é, pronto vai quando quer.

Entrevistadora: E o que é que tem feito para inverter esta situação?

Entrevistada: Tudo (risos), pronto eu vim aqui à Cáritas, mas às vezes sinto-me parece uma ampulheta, às vezes parece que a areiazinha do invólucro de cima está-se quase a ir embora, eu tenho sempre essa sensação, eu hoje estou nessa situação, hoje acordei e vi que está a chover dentro da marquise não sei o que hei-de fazer, se hei-de dizer à senhoria se não. Isto tudo para lhe dizer, eu trabalho, quero trabalhar mais não há horas, eu também compreendo um bocado a posição da Inês, ela não tem clientes, não tem onde me pôr, tem três pessoas do Centro de Emprego que ganham 600 euros ao final do mês e estão em casa, não vai pôr uma pessoa à hora, não é, se aquelas senhoras estão em casa, não vai pôr. Pronto, o que eu tento fazer é procurar, eu só gostava, as pessoas dizem: ah gostava que me saísse o Euro milhões, eu não, eu gostava de ter um emprego onde ganhasse pelo menos o ordenado mínimo nacional, pelo menos, eu consegui viver assim e uma casa, pronto mesmo que fosse alugada, que eu já tentei procurar é tudo na ordem dos 300, 350 euros, para me estar a mudar, eu moro mesmo a um passo da escola de cada uma. O que eu tento inverter é procurando, conhecer senhoras que às vezes me chamam mas é uma coisa esporádica trabalhar, mas aí sim a pagar 5 euros à hora, é tentar poupar ao máximo em casa, mas às vezes a poupança já é tanta que não dá, agora a minha senhoria quis gás natural, eu vou-lhe dizer eu nunca mais lavei a louça com água quente, porque tenho imenso medo que é mais uma conta ao final do mês, só tomamos é banho e ainda por cima todos os dias, nunca mais lavei a louça com água quente porque tenho imenso medo quando vier a conta, eu vivo apavorada, eu quando vejo lá os envelopes na minha escada, eu tenho ataques de pânico, eu começo a hiperventilar a abrir o envelope, eu tenho medo, muito medo de ficarmos sem tecto, de nos cortarem alguma coisa, de pôr as minhas filhas numa situação desfavorecida, por não ter conseguido lá chegar, por não haver emprego.

Entrevistadora: E como é que passa o seu tempo?

Entrevistada: Bem, eu tenho dias muito ocupados (risos), muito ocupados. Levanto-me às 6h30 da manhã, pronto, porque tenho que ir a pé até aos clientes, o que é uma

verdadeira violência (risos), mas é verdade a senhora que guiava a carrinha foi ter o bebé, a Inês não quer saber e nós temos que ir a pé até aos clientes e às vezes tenho clientes ao pé da Ovibeja, ou seja só tenho uma hora desde que a escola da Maria abre até tocar à porta da cliente, eu levanto-me e vou levar a Maria à escola, a mais velha já trata de si sozinha e muito bem, trabalho de manhã quando há, depois venho aqui à Cáritas, depois vou outra vez trabalhar e depois à tarde quando chego faço uma coisa que é, nós fazemos sempre o jantar em conjunto, porque não há mais nenhuma época de reunião durante o dia, pronto isto é um dia normal, geralmente dou banho à Maria, jantamos e depois a Maria adormece logo cedo e eu faço a lida da casa. Pronto, durante a semana não faço nada de absolutamente interessante, não vejo televisão, nem leio, só vou passear a cadela, nem tenho tempo, estou cansada, vou-me deitar, mas a animação lá em casa começa na sexta-feira, na sexta-feira é dia de gazeta lá em casa e sábado, é declarado lá em casa ninguém faz nada, só a cama (risos), sexta-feira, trabalhámos a semana toda e à sexta-feira normalmente o que eu faço, geralmente lancho com elas, se for no verão vamos sair, vamos dar uma volta com a cadela até ao parque, jantamos e nesse dia não fazemos mais nada de especial, no sábado é que é, no sábado de manhã vamos ao parque, não fazemos nada, vamos ao parque, vamos à biblioteca, se houver alguma coisa interessante no Pax Júlia vamos, vamos visitar qualquer coisa que esteja aqui, pronto sei lá uma exposição, se não houver uma exposição outra coisa qualquer, arranjo sempre uma coisa para fazermos ao sábado, se estiver a chover muito fazemos biscoitos, eu invento, sei lá com a Maria gosto muito de fazer pinturas, tento ocupar o sábado sem fazer nada, não fazemos nada só divertir e depois no domingo volta a rotina, arrumar a casa, roupas e essas coisas, a minha vida é assim.

Entrevistadora: E com que pessoas contacta no seu dia a dia?

Entrevistada: Pronto, eu contacto eu tenho uma amiga, esta senhora que me estava agora a ligar que é a que guia a carrinha da empresa é assim a pessoa mais chegada, pronto é essa colega. Contacto com as minhas clientes, mas é do tipo: olá Mariana tudo bem? Até logo. E vão-se embora, vão-se embora. E com a Maria e a Joana e aqui com as pessoas da Cáritas e mais ninguém. Como eu lhe disse a minha avó e os meus tios sabem, imaginam que eu vivo numa situação precária, mas nunca lhes peço nada, mas nesse mês que recebi os 307 euros tive que perder o orgulho e pedir à minha mãe, porque não consigo e este mês então. Posso dizer eu não vou ter Natal, de certeza que não, tenho que pensar numa situação para dar volta a isso, não quero que elas percebam

que eu estou em dificuldades, para o Natal foi ter que arranjar aí umas ementas e uns presentes improvisados, porque eu tento sempre não as sobrecarregar com a minha tristeza, embora a mais velha nota, sabe que eu não tenho dinheiro. Outro dia faltei-me de chorar, eu posso-lhe contar isto, a minha filha mais pequena tem um monopólio e depois ela sabe que eu não tenho dinheiro e pegou nas notas, naquelas notas a fingir disse-me: mãe já temos dinheiro; eu fartei-me de chorar, foi isso.

Entrevistadora: Os locais que costuma frequentar são aqueles que já falou há pouco?

Entrevistada: Sim, gosto muito de ir à biblioteca, acho que é bom, acho que lhes faz bem. À pala disso a minha filha mais velha tem um vocabulário bom, extenso, ela agora já não gosta muito de ler, pronto ela dantes lia muito, liamos muito ao serão as duas na minha cama, ela agora não gosta muito de ler mas tem um vocabulário extenso, é uma criança informada e a Maria estou a trabalhar nisso, ela só tem quatro anos tento-lhe explicar, já lhe passei bons valores.

Entrevistadora: E se pudesse escolher como é que gostava que fosse o seu dia a dia?

Entrevistada: Basicamente a mesma coisa, dormir melhor, porque eu estou sempre muito preocupada e nervosa e normalmente à noite eu digo-lhe uma coisa eu tenho muito sono antes de me ir deitar, quando me vou deitar não consigo dormir descansada porque já estou a pensar no dia seguinte como é que vou arranjar dinheiro para o lanche e por isto e por aquilo e mais qualquer coisa. E às vezes, por exemplo, se for aqui imagine que aqui é caldeirada e feijoada, eu como e de bom grado e dou graças a Deus e ia de joelhos a Fátima por isso, as pequenas às vezes não querem, comem mas pouco e depois às vezes eu tento arranjar outra coisa para elas comerem. Basicamente não falta nada lá em casa, mas eu sofro um grande stress para isso, por exemplo agora tenho que comprar umas botas à Maria e não sei como, estou a pensar nisso, como é que eu vou comprar as botas à Maria se eu não me vai sobrar dinheiro nenhum, ela só tem ténis, pronto tenho tido sorte na roupa que as minhas colegas dão-me saquiladas e tenho lá montes de sapatos mas é para quando ela for mais velha. O meu dia eu gostava que fosse, eu levantava-me de manhã como me levanto sempre, eu levanto-me sempre bem disposta, ir trabalhar, sempre ir trabalhar, nem que fosse a fazer qualquer coisa, desentupir sarjetas, qualquer coisa, ir trabalhar pronto, e basicamente a mesma coisa, que elas estivessem bem na escola, caso corresse tudo bem e que à tarde chegassem e estar descansada, porque eu às vezes à tarde chego e tenho que disfarçar a minha

preocupação e isso é um grande peso mental, eu fico muito cansada eu não quero que elas percebam que eu estou preocupada. Era isso, era ter um emprego que me pagassem condignamente e uma casa com melhores condições, mesmo que fosse renda eu não me interessa, mas que fosse acessível, que eu pudesse pagar.

Entrevistadora: E tendo em conta aquilo que me tem falado, como é que descreveria a relação que tem com a sua família?

Entrevistada: Com a minha família, pai, mãe e tios?

Entrevistadora: Sim, sem serem as suas filhas.

Entrevistada: Eu quando falo em família, associo sempre à Maria e à Joana, pronto os meus pais são a minha referência biológica, não sei se esta expressão existe assim conjugada. Eu quando penso na minha família vejo uma coisa distante, não é o meu porto seguro, não é para onde posso correr quando estou em apuros.

Entrevistadora: Não tem tido o apoio deles?

Entrevistada: Não, não tenho. A minha mãe quando eu lhe peço dinheiro, pronto ela deposita-me no máximo 50 euros, que ela também não pode muito por aí além, mas eu às vezes abdicava que ela me depositasse o dinheiro e me dissesse: olha filha deixa lá isto vai ficar bem, isso é uma fase. Não, para ela é sempre tudo errado, salienta-me os pontos negativos em vez de me encorajar, “isto está muito mau e tu vais ver, vais para o olho da rua e porque é que tu deixaste o Luís”, pronto eu detesto isso. O meu pai foi uma pessoa que eu perdi, já não recupero nunca mais, fui perdendo, eu idolatrava-o, deve ser aquela coisa do complexo de Édipo, ele foi um pai que bebia mas foi um pai, lá está, mais afectuoso que a minha mãe. Eu posso-lhe contar uma coisa muito rápida que me marcou, eu devia ter uns cinco, seis anos, uma coisa mesmo rápida, nós fomos à feira eu, a minha mãe e o meu pai, o meu pai estava embriagado e eu comecei a chorar porque queria um tanque que era uma coisa de plástico a imitar um tanque, como as nossas mães tinham quando eramos pequenas, e a minha mãe disse-me que não comprava o tanque nem morta, claro não tinha dinheiro, e chorei muito porque queria o tanque e não sei quê, entretanto viemos para casa, mas o meu pai ficou na feira, eu estava a dormir na sala ouvi um grande estrondo, portas a bater e uma pessoa a arrastar os pés, era o meu pai com uma grande piela, entretanto ele veio deitou-se ali no sofá, eu dormia num divã e ele deitou-se no sofá ao lado, eu dormia naquelas cambalhotas que

há, pôs uma coisa no chão e na minha sala havia assim uma clarabóia, havia claridade e eu olhei para o lado e vi o tanque, não dormi a pensar, ele era mais afectuoso, mas fui-o perdendo, eu não sou para ele o melhor exemplo de filha uma vez que vim estudar, engravidei e depois era um indiano e o meu pai é altamente racista, o meu pai refere-se a uma pessoa de cor e é “o preto”, coisa que me enerva solenemente, aí já o perdi um bocado, mas recuperei-o, entretanto por causa do Luís, eu nunca disse ao meu pai: “olha o Luís é um ex-consumidor de heroína”. Esse assunto não é meu, eu nunca ia expor o Luís, coisa que eu não faço aí, às vezes dizem-me, ele quando eu acabei a relação ficou zangado, claro, triste, nós já nos demos melhor, agora não, já nos demos melhor mas nunca consegui dizer mal dele aí às pessoas.

Entrevistadora: Assim sendo as pessoas que lhe são mais próximas são da família ou são amigos?

Entrevistada: Não, tenho só a colega, não tenho assim mais ninguém.

Entrevistadora: E com que frequência costuma estar com a sua família, tirando as suas filhas, a outra família que está em Moura?

Entrevistada: Então, os meus pais já não os vejo há dois anos nem o meu sobrinho, pronto.

Entrevistadora: E a sua irmã?

Entrevistada: A minha irmã há dois anos também, há dois anos, quando acabou de ter o Rodrigo passou ali à minha porta com o bebé dentro do carro, que era nessa altura da gripe e não sei quê, nós não o podíamos visitar. Eu vi o bebé só em fotografias porque a minha filha mais velha vai lá, a minha filha mais velha passa por exemplo uma semana no verão e no Natal e vai aos meus pais, a mais nova não que ela já não se lembra deles, não quer.

Entrevistadora: E a sua colega vê-a todos os dias?

Entrevistada: Sim, a minha colega mora em Baleizão, nós falamos todos os dias várias vezes por telefone, ela agora vem já sexta feira trabalhar, claro encontro-me com ela de manhã e à tarde, temos clientes diferentes. Mas muitas vezes, eu agora disse à doutora, eu quero marcar para falar, porque eu sinto-me sozinha.

Entrevistadora: Só tem essa sua colega para falar?

Entrevistada: Só. A minha tia telefona-me, essa irmã da minha mãe, a minha avó também já não ouve, ao telefone eu começo a gritar e ela não me ouve. Mas não sabem, pronto, a última que estive em conjunto, porque os meus tios têm um terreno aqui ao pé de Serpa, os irmãos têm aqui um terreno, eles convidaram-me não sei acho que foi aí no verão, ou para o aniversário de uma prima que eu gosto muito, essa é que sim é que é a minha irmã, mas também não faz ideia do que é que eu passo.

Entrevistadora: Porque é que nunca contou?

Entrevistada: Digo que tenho dificuldades, mas não quero, não quero que eles têm a vida deles, não queria sobrecarregar. Houve uma vez, houve uma vez já aí há muito tempo, que eu não tinha mesmo alternativa pedi-lhe 20 euros, ela depositou 30, pronto. Ela pergunta-me se está tudo bem, eu digo-lhe que sim, porque não consigo, porque depois eles dizem à minha mãe: olha a tua filha passa isto e isto; e ela: é porque ela deixou o Luís e mais não sei o quê. Ela nunca ouviu também aquela parte que eu lhe disse.

Entrevistadora: E relativamente à sua colega, que é uma pessoa com quem tem uma relação mais próxima, é uma relação mais profissional ou costumam fazer outras coisas?

Entrevistada: Portanto ela tem uma filha com quinze anos e outra com sete e teve agora o Vicente há quatro meses. Nós costumamos fazer outras coisas em conjunto, do género, ela agora já não, ela dantes levava a carrinha da empresa para Baleizão e trazia, mas agora a chefe não deixa, mas ela ao fim de semana vinha cá, claro que ela pagava a parte dela à Inês e nós íamos por exemplo à Ovibeja, assim à piscina. Ela já não é tanto do âmbito cultural, ela não aprecia muito isso, mas íamos ao parque, íamos para minha casa. Tonto, ninguém me vai visitar, a minha casa não é frequentada por ninguém a não ser esta minha colega, não é que eu não queira, uma coisa que me magoa na minha mãe é isso, ela está a 56 km, posso lhe dar o exemplo da irmã dela, essa minha prima que eu gosto morou em Bruxelas, pronto ela é Assistente Social, morou em Bruxelas e um dia teve um problema ginecológico e a minha tia mete-se num avião e vai para Bruxelas, é Bruxelas está a ver e a minha mãe mora a 56 km e eu posso-lhe dizer que já estive muito doente no ano passado com uma otite e uma gripe e entretanto a Maria também,

ficámos as duas de cama assim tapadas no inverno, numa casa húmida e a minha mãe não veio cá, está a ver essas coisas, pronto por mais que a minha mãe tenha má impressão minha porque não sou uma mulher casada aos olhos da sociedade e porque isto e porque aquilo, essas coisas não são de mãe, não é, eu não faria isso e espero nunca vir a fazer.

Entrevistadora: Ia-lhe perguntar relativamente ao percurso de relação com as várias instituições de apoio social, está a receber neste momento algum tipo de apoio de alguma instituição?

Entrevistada: Pronto a única, eu queria muito dizer isto aqui a alguém aqui da Cáritas, até pensei escrever um postal de Natal (risos) à doutora Teresa Chaves, eu quero-lhe dizer uma coisa, eu não tenho palavras para agradecer o que a Cáritas faz por mim, foi a única instituição que até hoje me abriu as portas a cem por cento, se não fosse a Cáritas onde é que eu ia buscar comida para dar à Maria e à Joana.

Entrevistadora: Portanto, neste momento está a receber apoio da Cáritas?

Entrevistada: Sim, a nível alimentar. Pronto houve aí uma situação em que eu não conseguia pagar uma conta, também emprestam o dinheiro, eu tenho vergonha e não tenho como me endividar mais, pedir mais, este mês não sei como vou pagar as contas. A Segurança Social é uma disfuncionalidade total, eu vou-lhe dizer porquê, quem recebia aqui o meu protocolo de RSI era aqui a Dr.^a Teresa que é, gosto muito mesmo, e eu recebia a diferença entre o ordenado mínimo e o meu salário, porque nenhum dos pais, eles deixaram de pagar a pensão, eu recebia 180 e tal euros que vinham no dia vinte e tal, quando eu já estava desesperada por dinheiro vinha aquele cheque para casa que me sabia, é que eu nem lhe posso explicar, espectacular. Entretanto sou passada para a Sementes de Vida, por uma questão processual, foi isso que me explicaram, onde me é atribuída a Dr.^a Carla Felício, pronto, em que tem sido uma constante montanha russa, eu agora estou tão mal, mas não consigo ir lá, uma constante montanha russa, porque até por os pais em tribunal, eu não fiz logo isso, foi-me suspenso esse valor. Depois começou-me a dar só 100 euros, depois não entreguei um papel porque a doutora não me avisou, suspenderam, portanto andamos sempre nisto.

Entrevistadora: Objectivamente está a receber apoio só da Cáritas?

Entrevistada: Estou a receber 48 euros à mesma de RSI, porque quando faz um ano de contracto de trabalho reduz. O que eu compreendo só que acontece eu não fui aumentada, nenhum pai me dá a pensão, se isso já tivesse sido regularizado mesmo sem ser o aumento, isso nunca vai acontecer, daí só para pior, as pensões, eu sou a primeira pessoa a ir lá dizer eu não quero receber estes 48 euros, eu não quero, eu fiz isso da primeira vez com 400 e tal, cheguei lá e disse não quero receber RSI, quero trabalhar, até foi a Dr.^a Carla, porque assinámos lá o protocolo, pronto. A Dr.^a eu queria ir lá e dizer-lhe isto que eu lhe disse, tirando as partes da mãe, porque não tenho uma simbiose com a minha Assistente Social, infelizmente, eu posso lhe dizer eu já fui seguida pela doutora, eu acho que é Graça Loução, Cátia, Patrícia, Dr.^a Teresa, Dr.^a Ana Soeiro, Dr.^a Mariana, durante todos estes anos eu fui seguida por estas Assistentes Sociais, e fui sempre entendida, sempre pararam para me ouvirem assim como a senhora está aí sentada, às vezes podiam me dizer eu não posso fazer nada, mas ouviam, compreendiam. A Dr.^a Carla Felício despacha-me logo, não tem, não é isso, diz que não pode ser só ela: “tenho uma coordenadora, eu tenho chefes”, eu compreendo, mas ela não me ouve, ela não sabe aquilo que eu passo, naquele mês dos 307 euros tive que pedir dinheiro à Alice, que pedir dinheiro à minha mãe, tive que pedir dinheiro à mãe do pai da Maria, para conseguir juntar e pagar as coisas, ela podia dizer eu vou interceder por si, eu vou tentar, mas não, pronto não faz isso nem eu quero receber esse dinheiro indevidamente, era só até ficarem regularizadas as pensões.

Entrevistadora: Portanto recebe esse dinheiro e recebe aqui da Cáritas o apoio alimentar?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Todos os dias tem as refeições para si e para as suas filhas?

Entrevistada: Todos os dias, menos a quinta que eu não posso, trabalho nove horas seguidas.

Entrevistadora: E os motivos que a levaram a recorrer a esta instituição, porque recorreu aqui à Cáritas?

Entrevistada: Porque como disse, eu já conhecia a Cáritas, se eu tiver um problema nunca vou antes à Segurança Social, passo sempre aqui primeiro.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Porque sou bem recebida, sou muito bem recebida, não sou mais um número, sou a Mariana, está a ver na Segurança Social, nós vamos, estão lá as senhoras do guiché, nós vamos lá: “preciso” e elas “ ah tem que por os papéis, temos que ver”, essas coisas todas de que está ao corrente, mas aqui não, aqui sou a Mariana, pronto sou bem recebida, as doutoras tratam-me muito bem, não é que as outras pessoas me tratem mal das outras instituições na Segurança Social e nas Sementes de Vida, só que eu nas Sementes nunca mais lá fui, já não vou lá sei lá há um ano, mas aqui não sou um número, sou a Mariana.

Entrevistadora: Recorreu à Cáritas, porque já conhecia?

Entrevistada: Já conhecia, daquela altura das dificuldades que eu tive depois quando fui morar sozinha com a Joana, não sabia que podia levar os alimentos assim diariamente, eu já estive sem vir, a trabalhar na Serhogar, já estive sem vir porque tinha mais trabalho, lá está não gosto de fazer as coisas indevidamente, se eu consigo subsistir sozinha porquê estar a tirar a oportunidade a outra pessoa, custava-me, isso não é o meu perfil.

Entrevistadora: E sente que neste percurso que tem feito nas instituições, sente que tem sido ouvida no seu pedido?

Entrevistada: Apenas e só na Cáritas.

Entrevistadora: Na Segurança Social não?

Entrevistada: Não, não, só na Cáritas. Já fui em tempos na Segurança Social, quando tinha outra Assistente essa senhora Graça Loução e era uma também, aí morava com o Sérgio, que era a Dr. ^a Clara, sim aí sim, aquilo não era impessoal, era uma coisa que eu falava e que às vezes me ajudavam, surgia qualquer problema e acontecia, mas eu sei também que hoje as coisas não estão para isso, a Dr. ^a Graça Loução às vezes passava-me um vale que eu até vinha aqui levantar, pronto de 250 euros. Mas a sério, a sério, só aqui na Cáritas, a Cáritas é tipo uma segunda casa para mim, eu às vezes tenho um problema, que são estes todos que eu lhe digo, o meu problema grande é não saber como superar os obstáculos, tenho medo de ser despejada, tenho medo de não conseguir

ter dois menores a cargo, essas coisas quando estou a subir aqueles três degraus dali, já estou um bocado mais, sinto-me segura.

Entrevistadora: E considera que a sua situação foi resolvida no meio de isto tudo ou não?

Entrevistada: Não está resolvida por isso e porque as coisas estão muito difíceis e porque eu adorava mesmo que fosse uma formação, porque eu sei que se entrasse numa formação, não andava lá só pelo dinheiro, como lhe disse isso não é de facto o meu perfil e eu tenho documentação das coisas que frequentei e a escola, sempre sobressaí no meio escolar, não sendo uma aluna excelente, mas pronto, normal. Nunca andei num curso só pelo dinheiro, nunca andei também em cursos assim, só esse da jardinagem, entretanto perdi-me.

Entrevistadora: Estávamos a falar se a sua situação foi resolvida.

Entrevistada: Não porque eu vivo esta corda ao pescoço que é o trabalho e agora a redução de horas, quer dizer não vejo uma perspectiva, eu não me posso desvincular, eu só me poderia desvincular da Serhogar onde trabalho, sair, se tivesse a seguir um apoio, um emprego ou um apoio. Se me dessem um apoio, imagine que me davam outra vez o RSI, eu consigo porque eu sou perseverante, eu consigo arranjar outra coisa, assim como estou presa não consigo ir procurar. Só era resolvida se mudasse de emprego ou de casa.

Entrevistadora: Falou-me há pouco que já recorreu à Cáritas e à Segurança Social, já recorreu a outras instituições durante a sua vida?

Entrevistada: Durante a minha vida, lembro-me quando estava grávida da Joana, a viver lá com esse moço indiano fui à Cruz Vermelha e também fui muito bem atendida, mas isto já foi há muitos anos, nunca mais lá fui.

Entrevistadora: Porque é que foi à Cruz Vermelha?

Entrevistada: Porque eu estava sozinha em cas, hoje em dia nós queremos saber uma coisa e vamos à net e vamos pesquisar onde é que devemos ir e eu estava sozinha em casa e as ideias vinham-me à cabeça é que nós passávamos mesmo fome, mesmo fome a sério e um dia eu apareci com uma barriga lá na Cruz Vermelha e os senhores não me conheciam de lado nenhum e deram-me caixas da minha altura com enlatados e essas

coisas e ainda veio uma ambulância (risos) trazer-me ao bairro social com as coisas, está a ver, isso já foi há muitos anos, porque eu não as podia carregar, nunca poderia. Também fui muito bem recebida, não conhecia lá ninguém, apareci lá a dizer que tinha muitas dificuldades e não sei quê, fui bem atendida mas nunca pensei lá ir depois, porque aqui a Cáritas consegue colmatar, um bocadinho vá, as minhas dificuldades.

Entrevistadora: E tem sido sempre sua a iniciativa de recorrer a estas instituições?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Tem sido sempre você a recorrer, a ter a iniciativa?

Entrevistada: A Cáritas porque já conhecia e porque também não tenho outra opção, eu não, eu nunca vou pôr em risco a Joana e a Maria, nunca.

Entrevistadora: E tem sentido mudança após o recurso a estas instituições?

Entrevistada: Senti uma grande mudança a nível de dinheiro, parece que não levar aqui as refeições todos os dias e o pão e os iogurtes, quer dizer isso para mim representa, imagine que a doutora agora me suspendia isto, o que é que eu ia fazer, está tudo caríssimo e são crianças para alimentar todos os dias.

Entrevistadora: Essa foi a grande mudança que sentiu após o recurso?

Entrevistada: Senti que a ajuda alimentar é fundamental para eu me conseguir orientar.

Entrevistadora: E como é que avalia a qualidade dos serviços que lhe têm sido prestados?

Entrevistada: Avalio muito bem.

Entrevistadora: E no outro serviço onde já foi, na Segurança Social?

Entrevistada: Avalio mal, mal, mal. É confusão, para pedir o apoio judiciário para as pensões foi o cabo dos trabalhos e papéis e a senhora que redigiu colocou lá uma expressão que não era e depois eu tive que fazer uma carta toda a emendar e atrasou-se ainda mais um mês. Aquilo a burocracia, eu acho que há ali uma falta de trabalhar também em equipa, em corrente, não sei há qualquer coisa, aquilo é muito impessoal, os guichés se calhar não comunicam entre si, não fazem, eu não sei acho que aquilo não

está bem, eu cada vez que vejo lá aquele simbolozinho da Segurança Social eu até tremo de ir lá, é sempre confusão e aqui não.

Entrevistadora: E quais é que considera que são os seus direitos e os seus deveres perante estas instituições a que recorreu?

Entrevistada: Pronto, o meu direito é sempre ser tratada com respeito, não é, às vezes não, como é que eu lhe explico isto, não me enquadro muito bem no tipo de pessoas que estão ali na sala, todos sabem o meu nome, todos gostam de mim (risos), sei o nome de muito pouca gente, gosto muito deles, pronto não me enquadro bem. O meu direito é ser bem tratada, sou, pelas senhoras da cozinha, outro dia, também lhe posso dizer isto eu disse: olhe eu queria-lhe agradecer a si e às suas colegas, à senhora que me vem entregar o saco cá fora, “então porquê filha?”, porque eu imagino o trabalho que vocês devem ter aí, mas é que as pessoas não fazem a mais pequena ideia para gerir tudo, porque eu até vi no Diário do Alentejo que elas servem mesmo muita, muita gente, o trabalho que vocês devem ter, é que se não fossem vocês, é que não é só as doutoras, isto é uma equipa e parece-me que isto funciona bem, se não fossem vocês o que é que seria de mim e das minhas filhas e a senhora começou a chorar, eu comecei a chorar, foi tudo uma choradeira. Pronto é ser bem tratada e ouvida.

Entrevistadora: E em termos de deveres, quais é que acha que são os seus deveres?

Entrevistada: Pronto, isto tem regras e outra coisa não seria de esperar, quer dizer eu devo respeitar isso, isto é à vontade mas não é à vontadezinha, não posso fazer o que quero pronto, é respeitar, é vir quando me chamam, é respeitar os colegas, é agradecer, agradecer é mesmo um dever meu, não sei eu acho que são estes os meus deveres aqui nesta instituição.

Entrevistadora: E para si, qual é a ideia que tem do que é um direito?

Entrevistada: Isso é que tinha que pensar, um direito acho que, é difícil arranjar uma palavra que defina um direito por acaso, acho que é uma coisa que na realidade é essencial, um direito é essencial, se nós violarmos os direitos é porque estamos a fazer uma coisa muito errada, portanto aquilo deve ser fulcral, um direito deve ser fulcral para a nossa vida.

Entrevistadora: E um dever, o que é que acha que é?

Entrevistada: Um dever é a mesma coisa, eu tento ao máximo cumprir os meus, não deve nada a ninguém e tento muito passar essa imagem às minhas filhas, é claro às vezes também faço disparates (risos), às vezes arrependo-me, mas também faço burrices (risos).

Entrevistadora: O que é para si uma pessoa pobre?

Entrevistada: Isso é muito subjectivo, veja lá eu não sou nada pobre (risos), não sou pobre.

Entrevistadora: Então porquê?

Entrevistada: Então que dar graças a Deus porque tenho uma família coesa, embora sejamos só três, a minha família somos só nós três, basicamente é isso eu não sou pobre.

Entrevistadora: O que é que acha que tem que a faz dizer que não é pobre?

Entrevistada: Sou uma sortuda, tenho duas filhas espectaculares, até agora nunca foram crianças difíceis, não quer dizer que não venham a ser, pronto, nunca foram aqueles bebés difíceis de criar e hoje em dia não são crianças nada exigentes. Tenho uma família coesa, logo isso faz de mim funcional, em relação às outras famílias, isso pode ser mau, isso é ser pobre, às vezes mesmo precários a pobreza às vezes faz isso a disfuncionalidade, n o meu caso não. Tenho isso, pronto tenho saúde, alguém em quem encostar a cabeça as minhas filhas, só não tenho é dinheiro, porque eu vejo o dinheiro como um veículo para as coisas, eu não me interessa números na conta bancária, nem notas de 100, não me interessa nada disso, interessa-me é trocar aquilo por coisas que nos fazem falta.

Entrevistadora: Então sendo assim o que é uma pessoa pobre, não tem a ver só com dinheiro?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Então tem a ver com o quê?

Entrevistada: Se quiser nesse sentido, é sempre uma pessoa, sou eu nesse sentido, sou pobre no sentido lato das coisas, tenho dinheiro para subsistir mas muito, muito dificilmente, muito dificilmente vou subsistindo, superando obstáculos, já superei isto, já superei aquilo, eu sou pobre. Agora o pobre no sentido da palavra é uma pessoa não

informada, não lutadora, é uma pessoa encostada, é uma pessoa que está deprimida mas que não dá graças a Deus. Por exemplo, uma pessoa pode estar deprimida, imagine eu agora estava muito deprimida, mas eu tenho que dar graças a Deus porque tenho ali duas filhas espectaculares, nós rimos à mesa, se quisermos ir comprar imagine um gelado vamos, eu não sou pobre.

Entrevistadora: E se pudesse o que faria para acabar com a pobreza?

Entrevistada: Mundial?

Entrevistadora: É como quiser.

Entrevistada: É difícil pensar nisso, eu consigo perceber que as coisas estão más, que a chamada crise está e as troikas e essas coisas todas, mas não consigo imaginar que tipo de recursos é que temos. Acho é que eles a nível mundial ou mais pequeno a nível do país eu não consigo imaginar que fundos é que há para as coisas, eu não sei, há fundos, há verbas para quê e quantas é que há, não sei eu acho que isto devia ser melhor distribuído. Acho também, eu tenho que lhe dizer isto, eu tenho ideia nas Sementes de Vida, aqui nem tanto, também não gosto de levantar a lebre como se diz, há pessoas que são indevidamente ajudadas, eu sei têm negócios paralelos, têm mais possibilidades que eu ou qualquer outro, são indevidamente ajudadas, são uns parasitas do apoio social, eu não me estou a referir só aos ciganos a eterna conversa dos ciganos, não, há mais pessoas. Outra coisa que eu acho extremamente errada é eu tenho uma colega do CAT, que é, eu posso-lhe dizer é das melhores empregadas da Serhogar, ela a limpar é um espectáculo, mas ganha, tem contrato de dois anos, ganha 600 e tal euros, falta, começa a trabalhar a partir das 10 horas, quer dizer não é justo, não é justo, acho que por ser do CAT, porquê desse favorecimento, não me parece e a Dr. ^a Carla Felício é a mesma Assistente dela e eu faz-me confusão, ela vai lá e ela consegue algo e eu vou lá por 100 euros e não consigo e isso é muito injusto, já não vou sequer. Acho que isto está mal distribuído, acho que isto, não sei olhe acho que isto foi o Ser Humano em si, isto parece um bocado conversa de padre, mas não é, nós estragámos isto, nós gastámos mais do que devíamos, até os recursos naturais esgotámos ao máximo e agora pagamos duras penas.

Entrevistadora: E se pudesse onde é que gostava de viver?

Entrevistada: Cidade ou sítio?

Entrevistadora: As duas coisas.

Entrevistada: Não sei, eu não gostava de viver assim numa grande, grande cidade, porque acho que não há qualidade de vida familiar. Acho que aquela coisa, aquela correria de deixar os moços na escola, eu aqui, venho aqui e agora vou a casa, ou vou pagar a luz e depois vou para casa, assim, pronto, não gostava. Gosto do Algarve, mas só porque tem praia, pela qualidade de vida muito, o custo lá é muito elevado. Não me importava de continuar a viver aqui, num sítio onde pudesse criar bem as minhas filhas em sossego, sim imagino isso sem muita correria.

Entrevistadora: Gosta de viver em Beja?

Entrevistada: Já gostei mais quando havia outras oportunidades, já gostei mais, agora nem tanto não é.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Porque não vejo saída sabe, quando eu vivia em Moura, vou a Moura agora, que já não vou, mas pronto quando ia a Moura está tudo igual. As jovens lá quando terminam a escola vão trabalhar para o Lar ou para o Intermarché, não há outra coisa, não há mesmo. Pronto, naquela altura há catorze anos quando vim para cá isto era um mundo, tanto que eu arranjei estes empregos lá no museu e mais não sei quê, sozinha a passar ali pelo Centro de Emprego, a passar, agora temos que ir implorar, mas dantes fazia isso e havia aqui mais oportunidades, a biblioteca é uma coisa que me fascina, aquele sítio fascina-me imaginava-me a trabalhar ali, sei lá.

Entrevistadora: Agora não vê muitas oportunidades cá?

Entrevistada: Quase nenhuma.

Entrevistadora: E o que é que ainda não fez na sua vida e que gostava de fazer?

Entrevistada: Oh isso é muito subjectivo, o que é que eu ainda não fiz, claro que gostava muito de viajar de conhecer outras culturas, coisa que pelos vistos não vai acontecer (risos), gostava muito de tirar um curso superior, gostava. Eu basicamente é assim, o sonho mais realizável que seria era estudar, eu quero e tenho que acabar o 12º ano, queria estudar, viajar. Bem pensando aquilo que eu mais quero para a minha vida é criar, sem sobressaltos a Maria e a Joana, introduzi-las na vida delas semi – adultas e

depois adultas e quando elas estivessem encaminhadas gostava que estudassem, quando elas, não sei quando, quando elas estivessem encaminhadas já não me interessava nada para mim.

Entrevistadora: Era mais para as suas filhas?

Entrevistada: É. Não quero que elas passem estes sufocos que eu às vezes passo, não queria, por isso é que tento incutir o estudo sempre na mais velha, às vezes não me saio lá muito bem, mas gostava que estudassem. Eu gostava que elas se sentissem realizadas.

Entrevistadora: Como é que vê o seu futuro?

Entrevistada: Próximo ou longínquo?

Entrevistadora: As duas coisas, o mais próximo e aquele que lhe parece estar mais longe.

Entrevistada: Mais próximo, o muito próximo, tipo Dezembro, Janeiro, vejo mau, mesmo mau, mesmo, vejo dificuldade, vejo, costumo ter um pensamento recorrente que é a senhoria, não ter dinheiro para a renda ou ela a expulsar-me, não sei, que não vou conseguir.

Entrevistadora: E o futuro mais longínquo?

Entrevistada: Mais longínquo, eu tenho esperança, sabe eu às vezes gostava de trabalhar à noite, mesmo na Serhogar há o apoio domiciliário nocturno onde as empregadas ganham 700 euros, quer dizer, porque é que eu não vou trabalhar, para já não tenho formação, teria que a tirar, mas porque eu tenho a Maria, eu não posso abandonar a minha casa durante a noite. Posso-lhe dizer que em Agosto ficaram fechadas em casa das 8 da manhã até às 9 da noite, quando eu chegava íamos à bomba com a cadela, íamos passear para desanuviar, porque a escola fechou e eu não tinha ninguém que ficasse com a Maria a não ser a irmã, aos fins de semana ia com o pai, mas durante a semana levantava-me e deixava a mesa posta, fazia imensos bolos, todos os dias um para comerem. O meu futuro assim mais longe, não quero pensar que é mau, penso que vou conseguir superar isto, eu dentro de mim sei que eu só mudo se, isto só muda se eu arranjar um emprego, outro, para mudar de casa, porque estas duas condições, estes dois factores, imagine eu agora estou muito mal de emprego, mas

morava imagine numa casa da Câmara com uma renda mais barata, não vivia sempre com este frio na barriga, um frio que nós sentimos aqui diariamente.

Entrevistadora: Chegámos ao fim, não sei se quer acrescentar alguma coisa?

Entrevistada: Não, olhe quero acrescentar que me senti mais leve.

Entrevistadora: Fico feliz por isso, foi muito importante o seu contributo, muito obrigada.

Entrevista “Mariana”

14 de Novembro de 2011

Entrevistadora: Muito bom dia, muito obrigada pela sua disponibilidade e pelo contributo que vai dar a este estudo. Começava por lhe perguntar quando é que nasceu?

Entrevistada: Eu, dia 12 de Maio de 1977.

Entrevistadora: Dia 12 de Maio de 1977, portanto tem?

Entrevistada: 34 anos.

Entrevistadora: E onde é que nasceu?

Entrevistada: Em Moura.

Entrevistadora: E qual é o seu estado civil?

Entrevistada: É solteira, no entanto sou mãe, já vivi em união de facto.

Entrevistadora: E está separada há quanto tempo?

Entrevistada: É recente, mais ou menos um ano e meio.

Entrevistadora: E tem filhos.

Entrevistada: Sim, sim.

Entrevistadora: Quantos filhos tem?

Entrevistada: Tenho duas filhas.

Entrevistadora: Duas filhas e que idade é que elas têm?

Entrevistada: Portanto a Joana tem catorze anos, não, tem treze e ainda vai fazer catorze, é de um primeiro relacionamento que eu tive, mas que durou apenas o estado da gravidez e poucos meses após ter nascido. Quando ela tinha um ano iniciei o meu relacionamento durou doze anos, portanto este agora que eu acabei, e do qual nasceu a Maria que tem quatro anos.

Entrevistadora: Portanto tem duas meninas, e tem outra família mais próxima cá?

Entrevistada: Cá não tenho ninguém, a minha família é toda de Moura e Serpa. Eu não tenho um relacionamento muito, como é que lhe hei-de explicar, chegado aos meus pais.

Entrevistadora: Não tem um relacionamento muito próximo?

Entrevistada: Na realidade nunca tive, na realidade mesmo quando morava com eles. E entretanto vim para cá estudar, tirar o 12º ano no Liceu e essas coisas assim, portanto esse tempo que eu vivi com os meus pais foi sempre uma coisa natural, não é, pronto eu era filha mas nunca, não há uma simbiose pronto entre eu e os meus pais e desde que me separei o meu pai não me fala, basicamente é isso e a minha mãe ficou muito chateada. Eles são muito conservadores, pessoas muito conhecidas em Moura, o meu pai trabalha na Câmara Municipal e a minha mãe trabalha no Lar, e não viram nada disso, pronto já tenho, separei-me uma primeira vez e embora eles tivessem ficado aliviados nessa altura porque eu vivia com uma pessoa de uma cultura diferente, portanto uma pessoa indiana, e era muito infeliz, pronto nunca me consegui adaptar àquela cultura, eles ficaram aliviados. Mas do segundo casamento gostavam do rapaz, pronto mas eu resolvi acabar o relacionamento e isso ainda fez um afastamento muito maior. Pronto e com a minha mãe, eu frequentei um psicólogo, o meu querido doutor Pedro que nunca mais lá fui, muito tempo, muito tempo quer dizer um ano e tal, já depois de ser mãe e tudo porque tinha sempre uma coisa má, um sentimento que queria resolver uns fantasmas que me perseguiam em relação à minha mãe.

Entrevistadora: E conseguiu perceber quais eram?

Entrevistada: Consegui, eu acho que fiquei muito melhor, eu era para continuar, acho que fiquei muito melhor, porque eu tinha sempre uma esperança de ter uma mãe na realidade, como eu acho que sou, pronto. A minha mãe sempre foi uma excelente mãe, é daquelas senhoras muito honestas e a higiene e as notas, as a nível de amor é negligente, pronto eu sempre achei isso que ela era negligente, a minha mãe nunca me disse que gostava de mim, raramente havia contacto físico, que é uma coisa que me incomoda. Eu levei sempre a mendigar uma atenção especial da minha mãe, que na realidade nunca tive nem nunca vou ter. A razão porque eu frequentei esse psicólogo, o doutor Pedro, foi através do meu médico de família, porque eu andava sempre muito deprimida em relação a isso, era porque eu tinha esperança que ia ter aquela mãe que eu idealizava, mas que nunca consegui vou mudar, pronto nunca vou conseguir mudar.

Entrevistadora: E consegue superar isso?

Entrevistada: Consigo, hoje em dia já não penso tanto nisso. Eu deixei de frequentar porque comecei a trabalhar, pronto eu trabalho à hora numa empresa de limpezas e não podia estar a faltar àqueles clientes para ir. Mas, eu senti-me muito melhor logo desde as primeiras vezes, eu ouvi coisas que queria, que eu já sabia mas precisava que alguém as dissesse.

Entrevistadora: Que lhe fizeram sentido?

Entrevistada: Falo com a minha mãe ao telefone, pronto cerca de uma vez por semana se tanto agora, porque ela no Natal passado e essas coisas nunca me telefonou, porque eu em separei, embora ela nunca tenha ouvido a minha versão, nunca ouviu a minha versão, nunca quis ouvir, pronto também não lhe disse. Pronto, não há um afecto e às vezes eu sinto-me sozinha e procuro uma mãe e não há.

Entrevistadora: O que acha que correu mal nesse seu último relacionamento?

Entrevistada: O que correu mal foi, eu vivi com esse rapaz, eu vivo um dilema, eu vivi com esse rapaz doze anos, ele sempre foi um excelente pai para a minha filha mais velha e depois para a Maria pronto, mas eu não era feliz, houve uma determinada altura em que deixei de ser feliz e pensei eu ando cá neste mundo porquê ter que viver uma coisa que eu não quero? Porque a sociedade quer, porque é o melhor para as crianças? A minha mãe está sempre a dizer: ah não pensaste nos filhos. Ele trabalha em tectos falsos e divisórias e não tínhamos dinheiro, eu sentia-me muito infeliz e após o nascimento da Maria as coisas agravaram-se, ele não me deixava trabalhar porque é uma pessoa um pouco ciumenta, nunca foi agressivo nem verbal nem fisicamente, amuava-se tipo quinze dias sem dizer uma palavra, que é uma coisa que me deixava furiosa, pronto. O que correu mal é que eu cheguei a um ponto de ruptura psicológica, eu não era feliz, estava presa naquela casa, um exemplo eu sou uma leitora compulsiva, agora já nem tanto porque não tenho tempo, mas dizia, vou à biblioteca queres vir e ele dizia não e passado dez minutos aparecia lá. E eu considero-me uma pessoa muito independente e detesto que me persigam e que me controlem e detestei.

Entrevistadora: Foi há quanto tempo que se separou?

Entrevistada: Um ano e tal, vai fazer dois anos aí em Março, para aí. E não é só isso, eu quando conheci o Luís, pronto eu não tenho nada que dizer dele como marido, só esse aspecto que é uma coisa que eu não revelo às pessoas, as pessoas pensam que fui eu, entretanto comecei a namorar aí um moço, isso também não deu nada, a seguir. O Luís quando eu o conheci era uma pessoa que estava a tomar a metadona e era daquele tipo de homens em que a droga na vida dele foi um acidente de percurso, isso dito ali mesmo pelas pessoas do CAT, ele não é esse tipo de toxicodependentes que nós vimos aí e não sei quê que rouba, ele era um consumidor em casa, mas eu quando o conheci ele estava nesse processo e entretanto terminou a metadona e tudo e vivemos muito bem nesse aspecto, ele não gostava de falar nisso, pronto. Eu também me separei, é isto que os meus pais não sabem, porque entretanto o Luís tem uma microempresa e meteu-se aí numa obra muito grande à qual ele não conseguia dar resposta ao cliente e acho que entrou numa espécie de bloqueio e de stress mental, não sei o que é que lhe aconteceu e recai na heroína e portanto isto vai também ter peso, porquê, eu depois passei embora pouco tempo um mini – inferno, ele não ia trabalhar, não tinha dinheiro, começava a ressacar, essas coisas, está a ver e eu juntei tudo e separei-me.

Entrevistadora: E neste momento vive com quem, qual é o seu agregado familiar?

Entrevistada: O meu agregado familiar, é a minha família que eu mais adoro que é a minha Maria e a Joana.

Entrevistadora: Portanto vive com as suas duas filhas?

Entrevistada: E uma cadela (risos), sim as duas filhas.

Entrevistadora: E em termos da sua residência, disse-me que nasceu em Moura, viveu em Moura e depois veio para Beja, onde é que já viveu?

Entrevistada: Pronto eu sempre vivi em Moura, pronto depois acabei lá o 11º ano e como eu sou muito má para Matemáticas e não sei quê, a minha queda são mesmo as línguas e pronto lá em Moura não havia alunos suficientes para fazer a turma que eu pretendia que antigamente era Humanidades, não sei se ainda se chama agora Humanísticas e então vim para cá, primeiro estive aqui numa residência para estudantes na Rua do Esquível, onde frequentava o liceu e ia para aí porque era mais barato para a minha mãe. Pronto e depois mudei-me para um quarto e depois aconteceu que eu conheci o pai da Joana, portanto esse moço indiano de que lhe falei e acabei por ficar

cá, engravidei, pronto engravidei, posso-lhe dizer que também não tinha, não estava muito informada, isto parece que é como é que hei-de dizer, que não existe, mas eu na altura não estava mesmo informada em relação a períodos férteis e essas coisas, sabia que se podia engravidar, mas de qualquer forma não tive cuidado absolutamente nenhum, é a realidade e depois engravidei. Fui de férias para casa e o período não veio e não vinha e eu já sabia que estava grávida e o meu pai pôs-me fora de casa, portanto disse-me agora quando fores outra vez para o curso já não, entretanto entro na Bento de Jesus Caraça, já não te quero cá e pronto fui morar com o pai da Joana e sempre vivi cá.

Entrevistadora: Portanto de Moura veio para Beja e ficou cá?

Entrevistada: Sim, sim.

Entrevistadora: E quais são as suas habilitações literárias, fez o 12º ano?

Entrevistada: Não cheguei a terminar o 12º ano, entretanto entro num curso que era o curso dos meus sonhos na Bento de Jesus Caraça, também para terminar o 12º ano, que era de BAD, biblioteca, eu acho que tenho uma queda muito grande para isso e adoro e sonhava trabalhar no sector infantil, é realmente uma coisa que me fascina os miúdos e livros à mistura.

Entrevistadora: Era um curso de biblioteca?

Entrevistada: Era. E o que é que acontece, quando engravidado da Joana as minhas notas, eu lembro-me de ter mostrado as notas à minha mãe e eram excelentes e a seguir mostrei-lhe um teste de gravidez, que não foi tão excelente não é. Ainda continuei com aquele sentimento do pai da Joana de ir ao curso, mas lá está aquilo é uma cultura completamente diferente, onde eu lhe posso dizer que por exemplo as mulheres estendem a roupa, eu morava num segundo andar ali no bairro social, eu tinha que estender a roupa à noite, porque as pessoas do sexo masculino estavam a jogar à bola ou residiam ali, naqueles bancos ou cafés alguém me podia ver, não podia falar com o senhor dos EMAS, não podia dizer piadas a ninguém do sexo masculino, tinha que usar o cabelo preso, não podia usar roupa sensual, do género. Acabei, como a minha turma era mista, claro nos dias de hoje, ele também proibiu a minha ida para o curso e eu acabei por não terminar, até hoje ainda sonho, falta-me a PAP e mais não sei quê, em terminar o curso, acabei por nunca terminar. Ele enclausurou-me mesmo, o Luís ao pé dele em termos de ciúmes é uma criança.

Entrevistadora: Chegou a fazer o 11º ano, só o 12º ano é que não concluiu?

Entrevistada: Sim, sim, mas quero muito concluir. Eu penso em mil estratégias para concluir, ir à noite não posso porque tenho a Maria, pronto, penso em meter-me nas Novas Oportunidades, agora quando a doutora telefonou estava a ver o SIZEPE que são cursos de formação que também dão equivalência, porque eu quero muito isso, não consigo é arranjar uma altura em que o possa fazer, uma altura do dia digamos assim.

Entrevistadora: Para conseguir gerir o tempo?

Entrevistada: Sim, porque eu quero acabar o 12º ano e gostava de apostar numa formação. Na realidade eu tenho muita conversa, mas eu sou especialista em quê? Em nada, eu no fundo já fiz tanta coisa e não tenho muita informação, que é uma coisa que me incomoda muito.

Entrevistadora: O que é que já fez, como é que tem sido a sua vida em termos profissionais?

Entrevistada: Eu fui muito feliz em termos profissionais até ao nascimento da Maria, antigamente as coisas eram fáceis e um dia eu passei no Centro de Emprego e qual é o meu espanto deram-me um postal para trabalhar no Museu Regional de Beja. Oh meu Deus, eu fui super – feliz a trabalhar ali, fazia mini visitas, falo fluentemente inglês e adorava os colegas e tudo, só que depois era aquele esquema dos programas, depois passamos para portaria e não sei quê, e entretanto terminaram todas as opções, estive lá quatro anos.

Entrevistadora: Foi o seu primeiro emprego?

Entrevistada: Foi.

Entrevistadora: E depois o que fez?

Entrevistada: Já tinha trabalhado numa loja de mobílias, dado explicações a meninos do 5º e 6º ano vizinhos meus, fazia assim essas coisas, adorei um trabalho que tive também através do IPJ em Moura, chorei foi muito, a trabalhar num lar como animadora, era, é a minha praia, falava com os idosos, fizemos projectos, uma sala de jogos, recolhemos receitas, eu adorei aquilo. Trabalhei assim esses trabalhos, que não contam assim muito, só para nível pessoal, não é, experiência. Bem estive quatro anos

no Museu, entretanto acabei todas as possibilidades, a Assembleia Distrital não contrata ninguém, uma vez que estão ali os mesmos funcionários há quinhentos anos, passo pelo Centro de Emprego, vou trabalhar em pouco tempo, pouco tempo, para o Centro de Saúde para a Sala de Conferências e de Farmácia, foi um emprego que eu também adorei, pronto a princípio estava muito descabida daquilo, o sistema informático e passar as receitas todas do Baixo Alentejo pelo scâner e não sei quê, mas gostei muito.

Entrevistadora: Esteve lá quando tempo?

Entrevistada: Três anos, a mesma situação.

Entrevistadora: A mesma situação?

Entrevistada: A mesma situação. Entretanto vivia com o Luís, ele não se importava muito que eu trabalhasse ou não, uma vez que nos conseguia sustentar, mas eu detesto, não tenho queda nenhuma para ficar enfiada em casa, quero ser pró-activa e detesto isso de estar em casa os dias inteiros, invernos, verão e não sei quê. Não tenho outra opção e vou para a Quinta de Santo António para um Curso de Jardinagem, que também adorei com pessoas muito mais velhas do que eu com muito menos habilitações, não sabiam ler nem escrever, mas foi uma experiência que adorei e aprendi muita coisa, eles a matemática bem davam-me de letra, eu era uma burricalha a matemática e eles sabiam aquilo, adorei.

Entrevistadora: De quanto tempo foi o curso?

Entrevistada: Foi um ano e no final do curso eu engravidei mas porque quis, pronto também havia um bocado aquela pressão nós éramos um casal e tínhamos uma filha que não era dos dois em conjunto, não é, e eu já tinha também trinta anos. Fui mãe tinha vinte e tal e queria muito, sempre pensei em dar uma irmã à Joana ou um irmão, porque eu tenho uma irmã com a qual não sou chegada, mas daí porque saí muito cedo de lá, quando ela tinha treze anos eu saí de Moura para vir para cá e depois nunca criámos um relacionamento chegou, também é uma coisa que me magoa muito. Tenho um sobrinho com dois anos que vi no dia que nasceu e só há cinquenta e seis quilómetros que nos separam, pronto e depois eu pensava nisso tudo e resolvi ser mãe e depois já não pude ir estagiar, era estagiar num jardim, mas pronto estava super – grávida e cabei por não ir.

Entrevistadora: Desde aí nunca mais trabalhou?

Entrevistada: Depois não trabalhei, depois separei-me estava a receber o RSI, porque entretanto quando eu estava a prever que me ia separar, o Luís estava naquela situação e não ia trabalhar, requeri o RSI e pronto. Entretanto o Luís saí de casa e eu começo a pensar: meu Deus eu estou aqui em casa à espera de um envelope com um valor que dava perfeitamente para eu viver, hoje em dia ganho muito menos, mesmo muito menos.

Entrevistadora: Mas antes disso tinha uma situação económica confortável?

Entrevistada: Sim, estável. Pronto nós pagamos 300 euros de renda, que ainda pago hoje e o Luís era assim quando tinha obras, posso-lhe dizer que quando me separei tínhamos 5000 euros na conta.

Entrevistadora: Portanto o seu companheiro ganhava bem na altura?

Entrevistada: Sim, sim. Havia fases, no inverno nem tão bem.

Entrevistadora: Trabalhava nas obras?

Entrevistada: Não, ele é o dono da empresa. Entretanto eu vou trabalhar para a Serhogar System, vou falar com a empresa de limpezas, a senhora olha para mim e diz-me que eu não tenho qualquer perfil para mulher de limpezas (risos) e não ficou assim muito convencida, mas eu queria porque queria trabalhar e não podia estar só à espera do RSI e em casa sem fazer nada, não me estava a sentir nada bem e era a única coisa, a única porta que se abriu, embora eu mandasse trinta e sete currículos ou mais por dia. Comecei a trabalhar nisto e estou muito arrependida, não pelo trabalho porque aprendi muito, mesmo junto das minhas clientes e das minhas colegas, por acaso é uma empresa saudável, às vezes onde trabalham muitas senhoras às vezes há muitos conflitos, mas não ali, uma empresa de elite, quer dizer nós não fazemos assim limpezas, é só pessoas importantes digamos assim, pronto, mas estou muito arrependida.

Entrevistadora: Está arrependida porquê?

Entrevistada: Estou arrependida porque se eu tivesse continuado a receber o RSI não passava aquilo que eu passo hoje, podia já ter encontrado outra coisa ou fazer uma coisa

por conta própria. Aquilo que eu passo hoje é um verdadeiro inferno, é um verdadeiro inferno.

Entrevistadora: Então o que é que passa?

Entrevistada: O que passo, eu vou-lhe ser muito franca, eu trabalho para uma empresa à hora onde ganho 2,70 euros, pronto e o que é que a minha empresa faz, eu no verão sempre ganho mais qualquer coisa, tenho um contrato com a empresa que consigo 280 euros, eu pago logo 300 de renda. No verão fazia muitas, fazia 150 e mais não sei quê, surgiam limpezas grandes e a Inês punha-me. O que é que acontece, também comecei a vir aqui porque eu comecei a trabalhar quatro, cinco, seis horas por dia, nunca trabalho oito e depois ao final do mês ganho 300 e poucos euros.

Entrevistadora: Portanto deixou de receber o Rendimento Social de Inserção, para ir trabalhar, suspendeu-o?

Entrevistada: Claro, sim, suspendi, a Inês disse-me: ah isso depois surgem sempre coisas. Depois a crise também se abateu sobre a empresa e nós não temos clientes, as pessoas rescindem os contractos com a empresa.

Entrevistadora: Foi uma opção sua portanto, preferiu ir trabalhar a receber o RSI?

Entrevistada: Prefiro sempre, eu para mim estar a receber o RSI em casa não faz qualquer sentido, porque não, meu Deus eu sou jovem tenho saúde e quero dar o exemplo às minhas filhas, eu não tenho orgulho que a minha filha dissesse: ah a minha mãe está em casa a receber o RSI, prefiro que a minha filha diga: a minha mãe trabalha, trabalha muito, ou a minha mãe faz isto, faz aquilo. Não penso que seja um bom exemplo estar em casa encostada a um envelope, para mim está fora de questão, só mesmo pronto, agora a doutora, uma doutora me dissesse: olhe você volta a receber o RSI, eu iria dizer sim, mas não por uma questão de comodismo, é porque eu não consigo dormir bem à noite, porque eu estou sempre a fazer contas, porque eu este mês vou, eu no mês passado em Setembro foi a altura da, eu perdi imenso peso, foi a altura do regresso à escola, recebi 307 euros, no dia em que recebi os 307 euros dei 300 à minha senhoria, sobraram 7 euros, luz, água. Eu tenho MEO, mas não é porque eu veja TV Cabo, eu não tenho prazer em ver televisão, é porque a minha filha diz: mãe os trabalhos já não são em cartolina como no teu tempo, acorda isto é tudo por e.mail.

Entrevistadora: Tem que ter internet por causa da sua filha?

Entrevistada: Tenho que ter, eu não tive durante o verão todo.

Entrevistadora: Como é que consegue gerir a sua vida com esse ordenado?

Entrevistada: Pronto, eu agora ainda estava a ganhar mais qualquer coisa porque estava a fazer a baixa de uma colega, que entretanto foi ter um bebé, e fiquei com as clientes dela, mas ela vem sexta-feira, é por isso que eu marquei ali para falar com a doutora e vou ter 70 horas, vai dar muito menos que 280 euros. Pronto, aquilo que eu consigo é assim, eu tenho conseguido porque até agora eu ganho 300 e tal euros e o que faço, os 300 euros entrego à senhoria, do e tal que é 50 ou 60 euros pago logo a MEO porque a luz e a água ainda não vieram, aguento-me com esses 15 euros ou 20 euros que sobram, porque nenhum dos pais me paga a pensão de alimentos, está tudo em tribunal. Eu aguentava-me antes porque cada um me dava 100 euros e eu com 500 euros conseguia ir lá.

Entrevistadora: Mas eles deixaram de pagar a pensão?

Entrevistada: Deixaram. O pai da Maria alega que não tem trabalho, mas eu sei que tem, pronto ele dá, mas por exemplo agora dá 20 euros, depois dá, posso-lhe dizer que a última vez ele me deu 5 euros e andava a consumir, agora já não. Agora dá 20, depois dá 30 e é se der, é uma coisa etérea, se ele me dissesse assim eu dou-te só 50 euros certos, mas dia 15 eu dou, eu descansava, mas não é uma coisa etérea, tenho que andar a insistir, pronto essas coisas todas. O outro eu tentei ir pela via diplomática, eu posso-lhe até contar isto, não sei se tem muito tempo?

Entrevistadora: Sim, sim.

Entrevistada: A minha filha mais velha nunca conheceu o pai, conheceu o pai quando nasceu. Ainda vivi ali uns tempos no bairro social, e entretanto pus tudo dentro de sacos do lixo preto e vim-me embora aqui para um quarto na Rua das Lojas onde fui muito feliz com a minha filha, fui muito feliz ali naquele quarto, vivia só com ela, era um quanto grande, as estudantes não sei como é que me aceitaram com um bebé, mas aceitaram e colaboravam e gostei muito de morar ali, trabalhava no museu e conseguia subsistir, pagava a renda e ainda me sobrava dinheiro. A minha filha nunca conheceu o pai e no ano passado deu-lhe uma crise de adolescência e de identidade, pronto o que é

perfeitamente normal, e disse que queria conhecer o pai, entretanto eu fiz montes de pesquisas, porque ele durante onze anos nunca lhe disse nada, pronto. Procurei pessoas que o conheciam aqui e não sei quê, fui dar a uma taberna que há ali nas Portas de Mértola que é o Forno, acho que é uma taberna, e deram-me aí o número de telefone e a morada dele e eu contactei-o, disse que a Joana o queria conhecer. Muita gente, e inclusive a minha mãe, ficaram muito chateadas, mas eu preferi que a minha filha fosse conhecer o pai e um dia mais tarde não me dissesse eu quis conhecer o meu pai e tu não me deixaste, no fundo as minhas filhas não são propriedade minha.

Entrevistadora: E ela conheceu-o?

Entrevistada: Sim. Arranjámos uma viagem, porque ele mora em Viana do Castelo, com ele a pagar, uma viagem em que ela ia daqui até Lisboa com uma pessoa minha conhecida e de Lisboa iria com a tia até Viana do Castelo e foi conhecer o pai. Entretanto quando sai do autocarro, primeiro sai uma menina inglesa, sem ser morena, e ele disse filha e não era (risos) ela vinha atrás, ela é igualzinha a ele, é muito bonita, modéstia à parte. Entretanto estive três semanas em Viana do Castelo, mas aquilo que eu lhe posso dizer, é que não sei se foi o tempo, o que foi, porque eu nunca lhe tentei causar má impressão, mas ela sempre ouviu dizer que o Sérgio era muito violento para mim, violento fisicamente, mas muito violento mesmo, ela já ouviu dizer. Eu nunca lhe disse o teu pai não presta, aquilo e o outro, não, queria que ela tirasse as ilações dela, ela esteve lá três semanas, mas não houve uma, não se conectaram.

Entrevistadora: E desde aí ela tem visto o pai?

Entrevistada: Depois foi no Natal, nós começámos a falar da pensão e ele resolveu depositar 50 euros para ajudar nas despesas, mas entretanto eu comecei a ficar numa situação má e pu-lo em tribunal uma vez que ele deve 7659 euros em pensões. E ele disse: ah por favor não me ponhas em tribunal, vão-me penhorar o ordenado, eu dou os 125 euros, já falei com o meu advogado, já assinei uns papéis, e verbalmente chegámos a um acordo sem ir a tribunal. Entretanto, ele deixa de pagar os 125 euros, porque o banco lhe penhora o ordenado por uma outra razão qualquer.

Entrevistadora: E entretanto está à espera?

Entrevistada: Estou à espera, com medo que isso não vá dar em nada. Mas ele como eu disse deu-me 50 euros, isto para lhe responder como é que eu subsisto, eu pago a MEO,

a seguir com os 50 euros dele consigo comer e gerir, porque eu venho aqui buscar a alimentação, mas há muitas coisas que são necessárias para, pronto há muitas, muitas coisas que eu preciso de comprar para elas sem ser aqui a alimentação. Com estes 50 euros subsisto, depois vem o abono que eu agora já estou à espera, estou completamente, só tenho 1,10 euros na carteira, pago a luz e água e depois fico o resto do mês sem dinheiro.

Entrevistadora: Se eu lhe pedisse para me contar como é que tem sido a sua vida, o que é que me diria?

Entrevistada: Aquilo que eu lhe posso dizer é, a minha infância não posso dizer que tivesse sido uma infância feliz, não foi embora nós nunca tenhamos passado privações a nível alimentar. Pronto, os meus pais são de origem humilde, o meu pai bebia, era alcoólico, não sei se o posso classificar assim, até eu ter quinze anos e a minha mãe sempre foi uma mãe infeliz no que diz respeito ao casamento, eu sempre tive essa noção, porque o meu pai bebia, pronto ele era mecânico, hoje em dia é mestre de mecânico, mas naquela altura ele era mecânico e a minha mãe trabalhava a dias na casa das senhoras, eu ficava muito feliz quando ela me trazia sacos de brinquedos, com bonecas sem um braço e sem um olho (risos), mas eu adorava aquilo. Não foi feliz, tinha o pilar da minha avó, que era mãe do meu pai, que a minha mãe muitas vezes ia-me lá deixar e eu passava lá o dia, entretanto a minha avó faleceu. Não foi feliz, porque eu não, não havia aquele lar afectuoso, se eu tivesse um problema eu guardava para mim, vivíamos numa casa humilde, eu dormia na sala num sofá com a minha irmã, mas isso na realidade nunca me importou, as condições da casa isso nunca me importou, importava-me era aquela disfuncionalidade sentimental, incomodou-me, nunca fui feliz por isso. A adolescente, eu não fui aquela adolescente rebelde e má e respondona, nunca fui, vinha sempre a horas, respondia à minha mãe, mas pronto porque ela também, a minha mãe é uma pessoa muito diferente, eu sou muito diferente da minha mãe e da minha irmã, elas são fotocópia, eu não tenho preconceitos, elas são preconceituosas, eu não ligo ao que as pessoas dizem, elas ligam. Pronto nunca fui assim uma adolescente muito, como é que hei-de dizer, muito travessa, não, a adolescência, foi assim uma adolescência muito, que eu posso classificar dormente, não aprendi muito na adolescência, tudo o que sei aprendi sozinha nos livros, sempre tive assim curiosidade. Depois quando vim para cá gostei muito, não é, sai lá de Moura, vim para cá.

Entrevistadora: Sentiu-se livre?

Entrevistada: Sim, mas também morava com uma senhoria, não me portava assim mal de ir para as noites e não sei quê. O começo da vida adulta foi difícil, porque nunca tinha visto um bebé à minha frente, só quando tinha sete anos a minha irmã, e pronto vejo-me com um bebé numa casa onde não havia cadeiras, nem talheres, pronto eles também passavam muito mal, com um homem extremamente, pronto acho que aquilo é genético, muito ciumento e a cultura está tudo introduzido naquela cabeça, embora ele seja moderno, não é daqueles indianos, muçulmanos. O começo da idade adulta foi péssimo, quando vivi com o Sérgio foi mesmo de ficar muito deprimida, eu posso-lhe dizer que durante a gravidez perdi imenso peso, em vez de ganhar perdi imenso peso, tínhamos fome e foi aí a primeira vez que eu vim sozinha à Cáritas, ouvi falar na Cáritas.

Entrevistadora: A primeira vez que recorreu à Cáritas foi nessa altura?

Entrevistada: Sim, nessa altura era a doutora Mariana que eu julgo que ainda está aí, que me recebeu muito bem e que me dava alimentos e que eu levava para casa, ia à Cáritas e ia à Cruz Vermelha. Depois, tive aquele período muito feliz no quarto a trabalhar no museu e depois conheço o Luís, também correu tudo pronto dentro da normalidade e pronto foi assim.

Entrevistadora: E quais foram os momentos mais felizes da sua vida?

Entrevistada: Oh foi sem dúvida o nascimento primeiro da Joana, porque era a única a que eu me podia agarrar lá naquele seio familiar onde eu morava, era que ia nascer um bebé, portanto eu vivi uma sub – família, não sei se isto existe, mas eu digo assim, pronto, era eu e o Sérgio e a mãe e o padrasto e mais não sei quê e depois eu tinha uma sub – família que era eu e a Joana. Gostei muito de ter sido mãe, pronto eu acho que tenho imensa queda para ser mãe (risos) modéstia à parte, ela nasceu, era um bebé muito bonito e é uma miúda muito bonita, nunca ninguém pensa que ela é minha filha quando vamos na rua, ela é muito maior, é morena, tem o cabelo negro muito bonito e depois eu aprendi muito com ela. Mas sempre disse um dia vamos embora e vamos as duas embora e fomos mesmo embora e esse foi o momento mais feliz. O momento mais feliz foi o dia do nascimento, quando vim para casa não, três dias depois levei porrada, foi o dia do nascimento e foi quando me sentia independente, estava a morar ali no

quarto e depois foi o nascimento da Maria que foi um bebé que eu planeei, como o primeiro tinha aparecido de surpresa, eu fiz tudo bem, fui ao médico e planeei essas coisas todas, foi o nascimento da Maria, foi.

Entrevistadora: E os mais infelizes, mais marcantes, menos bons da sua vida?

Entrevistada: Menos bons foi, já passei muita coisa isso poderia nos levar o dia todo. Menos bom na infância foi eu estar sentada no sofá, eu passava o tempo na sala não é, a nossa casa era daquelas compridas alentejanas, era a minha mãe passar e ignorar-me, isso foi sempre uma cruz que eu carreguei, agora já não, quando falo claro fico melindrada, não consegui chegar à minha mãe, ela não ia ver os meus espectáculos de ballet, ela não me elogiava porque eu tinha dezanove a português, nem dezoito a inglês.

Entrevistadora: Porque é que acha que isso acontecia?

Entrevistada: Eu faz-me confusão, porque a mãe dela, que é a minha avó pronto, a minha avó não sabe o que eu passo hoje, ela pensa que eu estou bem porque eu lhe minto, a minha avó é muito carinhosa, não consigo perceber porquê a frieza da minha mãe. Eu consigo associar, embora o meu psicólogo diga que é a minha desculpa, como ela era infeliz, pronto eu e a minha irmã, ela sempre disse que viemos numa má altura, ela não queria ter logo filhos e o meu pai disse-lhe que queria logo filhos. Nasci eu e depois o meu bebia, também não devia ser nada fácil para ela, não sei mas eu considero isso do feitio dela, ela não é afectuosa, não quer dizer que ela, eu uma vez disse-lhe: tu não gostas de mim, e ela: gosto à minha maneira, pronto ela gosta mas não demonstra isso, isso na construção do equilíbrio de uma criança quando está a crescer, não ter esse pilar é muito doloroso.

Entrevistadora: Teve da sua avó? Disse-me que já faleceu.

Entrevistada: Era a mãe do meu pai, dava-me todo o afecto do mundo, mas entretanto ela também ficou, não sei se a expressão é a mais indicada, senil, pronto já não me conhecia nem nada disso, faltou-me, aí faltou-me. E é a mãe dela que está em Serpa, a minha família é muito influente em Serpa, os meus tios são importantes lá, mas também não fazem ideia do que é que eu passo, faz-me confusão a minha mãe, porque lá está os irmãos parecem completamente diferentes, a irmã dela quando eu ia passar férias, mora com a minha avó, a minha tia já é uma mãe que eu vejo completamente diferente, pronto.

Entrevistadora: E existem outros momentos que acha que a marcaram na sua vida?

Entrevistada: Na negativa, foi viver com uma pessoa de uma cultura diferente, foi aterrador porque eu pensava, eu vivi com os meus pais, mas nunca vi o meu pai bater na minha mãe, sim às vezes gritava, era daquelas pessoas: traz lá a comida! assim como eles fazem, as pessoas mais velhas e não sei quê. Sempre detestei, e acho que às vezes era por isso que não me dava muito bem com a minha mãe, a subserviência feminina, isso não assenta para mim, é claro que se o meu marido me pedir traz-me isto ou traz-me aquilo, quem sou eu, eu vou buscar, mas eu sempre idealizei uma família que cooperasse, não que a mulher fosse escrava da casa, quer dizer que ouvisse tudo e mais alguma coisa e nunca se manifestasse.

Entrevistadora: O seu primeiro companheiro era violento consigo?

Entrevistada: Era, era. Era violento, posso-lhe dizer que um mês depois de me ter mudado para lá, entretanto o meu pai põe-me fora de casa e essa minha tia é que me vem trazer com a minha mãe ao bairro social com as malas, pronto que eu fiz o teste e tive que dizer à minha mãe, disse-lhe no dia do aniversário dela porque não queria estar a arrastar, fiz nesse dia o teste e disse-lhe e ao meu pai disse três dias depois e o meu pai disse-me tens que sair. Eu posso-lhe dizer que o meu pai vinha almoçar a casa, eu estava nesse período de férias ainda lá em Moura e punha a mesa ao meu pai e tinha que ter o almoço feito, o meu pai chegava e ia pôr outros talheres, aqueles talheres que eu tinha tocado, o meu pai ia pôr outros e isso dói imenso, pronto. A minha mãe veio-me cá deixar à casa desse moço indiano e não se despediu de mim, só a minha tia é que se despediu, eu ligava para casa, ia a uma cabine, nessa altura não tinha telefone, não é, e eu: pergunta ao pai se eu posso voltar, e ela não perguntava, ela tinha medo, ela tem medo das reacções do meu pai, embora o meu pai não lhe bata, é o meu pai que gere tudo, não é, foi marcante isso. O começo da vida adulta foi traumatizante, eu passei horrores a viver com o Sérgio, embora pouco tempo, foi um ano e tal, mas foi o pior período da minha vida.

Entrevistadora: Foi o que mais a marcou?

Entrevistada: Sim, tirando isso da mãe, foi o começo da vida adulta, tinha vinte anos e foi horrível, eu nem sei explicar, eu passei coisas horrorosas mesmo.

Entrevistadora: E como é que chegou a esta situação de ter dificuldades financeiras?

Entrevistada: Eu como lhe digo, há catorze anos é que vim cá à Cáritas, mas depois aconteceu isso, eu arranjei emprego, eu conseguia antigamente o escudo aquilo rendia e tentei sempre gerir as coisas, eu sou aquela pessoa, sou do tipo de mulher que não ligo muito a roupas, nem malas, nem nada disso. A situação pôs-se má porque eu suspendi o RSI, o que faço, começo a trabalhar na Serhogarm, renda para pagar e tem que ser a dias certos, porque se não a senhoria expulsa-me dali para fora, pronto e começo a ver que começa a faltar o dinheiro, por exemplo surge um extra, imagine a Maria é uma criança que no inverno está sempre doente, não tenho dinheiro para os medicamentos, está tudo contado, não há, eu pago 35 euros de luz, se vier 41 já não tenho o dinheiro, percebe é assim, 20 euros de água, se vier 23 já não há. Tenho que carregar o cartão da minha filha mais velha com 5 euros por semana, sabe Deus e surge um extra, eu lembro-me que ela aí há uns tempos foi a Fátima com a escola, ela é muito boa aluna, e eu não tenho como lhe dizer que não em determinadas coisas, porque ela é realmente muito boa aluna, agora não anda lá muito bem diz que o 8º ano é difícil, mas eu também associo isso um bocado à pré-adolescência, noto que ela está a mudar, há ali um conflito dentro dela, hormonal se calhar (risos), já fui buscar os livros todos do Daniel Sampaio à biblioteca, mas às vezes não tenho como lhe dizer que não. Eu nunca lhe dou 2 euros, nunca lhe dou 1 euro para ela ir comer um gelado, não tenho, essa ida a Fátima eu tive que trabalhar muito, mas muito para ter o dinheiro para ir, porque ela teve que pagar 40 euros e depois tinha que levar dinheiro, pronto tive que trabalhar mesmo muito chegava a casa às 9 horas.

Entrevistadora: E que razões é que acha que estão na base desta situação, porque acha que chegou aqui?

Entrevistada: Não sei, eu sinto-me culpada, sinto-me culpada, eu não sei se deveria ter, eu fiz mal, eu nunca disse isto a ninguém, eu já não amava a pessoa com quem eu morava, e depois quando alguém deixa de amar, não sei se já deixou de amar alguém, quando nós deixamos de amar alguém tudo faz impressão, não é, nós queremos, tudo faz impressão, às tantas tudo faz impressão e era essa coisa dos ciúmes, entretanto recai na heroína, eu apoio-me nessa muleta para terminar a relação. Mas eu fiz mal, eu não devia ter abandonado uma pessoa nessa situação, eu penso isso, não devia, devia se calhar ter-me empenhado mais, eu acho que fui egoísta, egoísta, pensei, agora com a cabeça fria pensei em mim, não é pelas dificuldades, porque nós também quando eu estava de cinco meses grávida da Maria também não tínhamos dinheiro, houve aí uma

fase má no trabalho que não tínhamos dinheiro. Acho que fui egoísta, acho que pensei só em mim e agora pago duras penas por causa disso, ele depois entretanto andou aí a consumir, agora já está melhor, já passou, acho que sim, já passou pronto, não o devia ter abandonado naquela altura, eu um dia saí do psicólogo cheguei a casa e terminei a relação, porque o meu psicólogo acha o mesmo que eu, porque é que eu tenho que viver infeliz, porquê. Eu também penso que pais infelizes fazem crianças infelizes, não quero dar o exemplo que a minha mãe sempre me deu, a minha mãe toda a vida dizia: só não deixo o teu pai por vossa causa e porque o teu pai faz-me a vida num inferno e porque berra e porque isto e porque aquilo, eu olhava para ela e via uma pessoa também derrotada, que só estava a viver aquela situação porque tinha filhos. Mas eu não fiz isso, eu tentei-me safar daquela situação, mas será que fiz bem? Acho que não, eu abandonei aquela pessoa se calhar quando mais precisava de mim, eu sou má, não devia ter feito isso e depois também se reflectiu muito a nível monetário, financeiro, mas eu digo-lhe uma coisa às vezes não vale a pena o dinheiro, porque eu às vezes tenho pequenos momentos, eu vou-lhe dizer eu aí no verão ganhei 500 euros, isso para mim 500 euros era (risos) e disse às minhas filhas hoje vamos ao Kebab, que é uma coisa de fast – food, vamos ao Kebab, mas é que nem imagina eu em vez de estar concentrada, chorei o jantar inteiro, a minha filha dizia-me assim: mãe tu não gostas da comida? E eu, eu adoro a comida, mas aquele momento, eu se vivesse com o Luís se calhar não tinha aquele momento, aquele momento eu trabalhei e agora estou aqui com elas soube-me muito bem. Ou por exemplo vou ao Pax Júlia ao teatro com a minha filha mais velha, quando é assim 2 euros, 3 euros, gosto de a levar, acho que é importante ela abrir os horizontes, com o Luís isso não era possível e no entanto eu não tenho dinheiro, mas naqueles momentos, sinto-me muito feliz. Eu na realidade sou feliz, se calhar era isso que eu lhe queria dizer com essas perguntas que me fez, anteriores, se calhar eu nunca fui tão feliz como agora, a nível sentimental eu sinto-me realizada como mãe e mulher, não como profissional, mas como mãe e mulher sinto. O que se passa é que eu vivo sempre no fio da navalha, eu tenho sempre o cutelo em cima da cabeça, eu tenho muito medo de ser despejada, eu até lhe posso contar uma situação, a casa onde eu estou é boa menos uma parte que é a cozinha e marquise, está a cair aos bocados, mas eu não consigo dizer à senhoria porque houve um problema nos canos e ela disse que nós tínhamos que sair para arranjar aquilo, só a senhora de baixo é que lhe aconteceu isso, mas se ela entrar ali na minha marquise ela despeja-me, porque aquilo está muito mau, mas eu tenho medo de lhe dizer, o que é que vai ser de mim, da Joana e da Maria, para

onde é que nós vamos? A minha mãe nunca me vai abrir a porta, eu não entrego a Maria ao pai de maneira nenhuma, ela pode a ir buscar, uma coisa que nós acordámos em tribunal é vai buscar a Maria quando sente necessidade, eu odiava que me marcassem um horário para ver os meus filhos, não é, pronto vai quando quer.

Entrevistadora: E o que é que tem feito para inverter esta situação?

Entrevistada: Tudo (risos), pronto eu vim aqui à Cáritas, mas às vezes sinto-me parece uma ampulheta, às vezes parece que a areiazinha do invólucro de cima está-se quase a ir embora, eu tenho sempre essa sensação, eu hoje estou nessa situação, hoje acordei e vi que está a chover dentro da marquise não sei o que hei-de fazer, se hei-de dizer à senhoria se não. Isto tudo para lhe dizer, eu trabalho, quero trabalhar mais não há horas, eu também compreendo um bocado a posição da Inês, ela não tem clientes, não tem onde me pôr, tem três pessoas do Centro de Emprego que ganham 600 euros ao final do mês e estão em casa, não vai pôr uma pessoa à hora, não é, se aquelas senhoras estão em casa, não vai pôr. Pronto, o que eu tento fazer é procurar, eu só gostava, as pessoas dizem: ah gostava que me saísse o Euro milhões, eu não, eu gostava de ter um emprego onde ganhasse pelo menos o ordenado mínimo nacional, pelo menos, eu consegui viver assim e uma casa, pronto mesmo que fosse alugada, que eu já tentei procurar é tudo na ordem dos 300, 350 euros, para me estar a mudar, eu moro mesmo a um passo da escola de cada uma. O que eu tento inverter é procurando, conhecer senhoras que às vezes me chamam mas é uma coisa esporádica trabalhar, mas aí sim a pagar 5 euros à hora, é tentar poupar ao máximo em casa, mas às vezes a poupança já é tanta que não dá, agora a minha senhoria quis gás natural, eu vou-lhe dizer eu nunca mais lavei a louça com água quente, porque tenho imenso medo que é mais uma conta ao final do mês, só tomamos é banho e ainda por cima todos os dias, nunca mais lavei a louça com água quente porque tenho imenso medo quando vier a conta, eu vivo apavorada, eu quando vejo lá os envelopes na minha escada, eu tenho ataques de pânico, eu começo a hiperventilar a abrir o envelope, eu tenho medo, muito medo de ficarmos sem tecto, de nos cortarem alguma coisa, de pôr as minhas filhas numa situação desfavorecida, por não ter conseguido lá chegar, por não haver emprego.

Entrevistadora: E como é que passa o seu tempo?

Entrevistada: Bem, eu tenho dias muito ocupados (risos), muito ocupados. Levanto-me às 6h30 da manhã, pronto, porque tenho que ir a pé até aos clientes, o que é uma

verdadeira violência (risos), mas é verdade a senhora que guiava a carrinha foi ter o bebé, a Inês não quer saber e nós temos que ir a pé até aos clientes e às vezes tenho clientes ao pé da Ovibeja, ou seja só tenho uma hora desde que a escola da Maria abre até tocar à porta da cliente, eu levanto-me e vou levar a Maria à escola, a mais velha já trata de si sozinha e muito bem, trabalho de manhã quando há, depois venho aqui à Cáritas, depois vou outra vez trabalhar e depois à tarde quando chego faço uma coisa que é, nós fazemos sempre o jantar em conjunto, porque não há mais nenhuma época de reunião durante o dia, pronto isto é um dia normal, geralmente dou banho à Maria, jantamos e depois a Maria adormece logo cedo e eu faço a lida da casa. Pronto, durante a semana não faço nada de absolutamente interessante, não vejo televisão, nem leio, só vou passear a cadela, nem tenho tempo, estou cansada, vou-me deitar, mas a animação lá em casa começa na sexta-feira, na sexta-feira é dia de gazeta lá em casa e sábado, é declarado lá em casa ninguém faz nada, só a cama (risos), sexta-feira, trabalhámos a semana toda e à sexta-feira normalmente o que eu faço, geralmente lancho com elas, se for no verão vamos sair, vamos dar uma volta com a cadela até ao parque, jantamos e nesse dia não fazemos mais nada de especial, no sábado é que é, no sábado de manhã vamos ao parque, não fazemos nada, vamos ao parque, vamos à biblioteca, se houver alguma coisa interessante no Pax Júlia vamos, vamos visitar qualquer coisa que esteja aqui, pronto sei lá uma exposição, se não houver uma exposição outra coisa qualquer, arranjo sempre uma coisa para fazermos ao sábado, se estiver a chover muito fazemos biscoitos, eu invento, sei lá com a Maria gosto muito de fazer pinturas, tento ocupar o sábado sem fazer nada, não fazemos nada só divertir e depois no domingo volta a rotina, arrumar a casa, roupas e essas coisas, a minha vida é assim.

Entrevistadora: E com que pessoas contacta no seu dia a dia?

Entrevistada: Pronto, eu contacto eu tenho uma amiga, esta senhora que me estava agora a ligar que é a que guia a carrinha da empresa é assim a pessoa mais chegada, pronto é essa colega. Contacto com as minhas clientes, mas é do tipo: olá Mariana tudo bem? Até logo. E vão-se embora, vão-se embora. E com a Maria e a Joana e aqui com as pessoas da Cáritas e mais ninguém. Como eu lhe disse a minha avó e os meus tios sabem, imaginam que eu vivo numa situação precária, mas nunca lhes peço nada, mas nesse mês que recebi os 307 euros tive que perder o orgulho e pedir à minha mãe, porque não consigo e este mês então. Posso dizer eu não vou ter Natal, de certeza que não, tenho que pensar numa situação para dar volta a isso, não quero que elas percebam

que eu estou em dificuldades, para o Natal foi ter que arranjar aí umas ementas e uns presentes improvisados, porque eu tento sempre não as sobrecarregar com a minha tristeza, embora a mais velha nota, sabe que eu não tenho dinheiro. Outro dia faltei-me de chorar, eu posso-lhe contar isto, a minha filha mais pequena tem um monopólio e depois ela sabe que eu não tenho dinheiro e pegou nas notas, naquelas notas a fingir disse-me: mãe já temos dinheiro; eu fartei-me de chorar, foi isso.

Entrevistadora: Os locais que costuma frequentar são aqueles que já falou há pouco?

Entrevistada: Sim, gosto muito de ir à biblioteca, acho que é bom, acho que lhes faz bem. À pala disso a minha filha mais velha tem um vocabulário bom, extenso, ela agora já não gosta muito de ler, pronto ela dantes lia muito, liamos muito ao serão as duas na minha cama, ela agora não gosta muito de ler mas tem um vocabulário extenso, é uma criança informada e a Maria estou a trabalhar nisso, ela só tem quatro anos tento-lhe explicar, já lhe passei bons valores.

Entrevistadora: E se pudesse escolher como é que gostava que fosse o seu dia a dia?

Entrevistada: Basicamente a mesma coisa, dormir melhor, porque eu estou sempre muito preocupada e nervosa e normalmente à noite eu digo-lhe uma coisa eu tenho muito sono antes de me ir deitar, quando me vou deitar não consigo dormir descansada porque já estou a pensar no dia seguinte como é que vou arranjar dinheiro para o lanche e por isto e por aquilo e mais qualquer coisa. E às vezes, por exemplo, se for aqui imagine que aqui é caldeirada e feijoada, eu como e de bom grado e dou graças a Deus e ia de joelhos a Fátima por isso, as pequenas às vezes não querem, comem mas pouco e depois às vezes eu tento arranjar outra coisa para elas comerem. Basicamente não falta nada lá em casa, mas eu sofro um grande stress para isso, por exemplo agora tenho que comprar umas botas à Maria e não sei como, estou a pensar nisso, como é que eu vou comprar as botas à Maria se eu não me vai sobrar dinheiro nenhum, ela só tem ténis, pronto tenho tido sorte na roupa que as minhas colegas dão-me saquiladas e tenho lá montes de sapatos mas é para quando ela for mais velha. O meu dia eu gostava que fosse, eu levantava-me de manhã como me levanto sempre, eu levanto-me sempre bem disposta, ir trabalhar, sempre ir trabalhar, nem que fosse a fazer qualquer coisa, desentupir sarjetas, qualquer coisa, ir trabalhar pronto, e basicamente a mesma coisa, que elas estivessem bem na escola, caso corresse tudo bem e que à tarde chegassem e estar descansada, porque eu às vezes à tarde chego e tenho que disfarçar a minha

preocupação e isso é um grande peso mental, eu fico muito cansada eu não quero que elas percebam que eu estou preocupada. Era isso, era ter um emprego que me pagassem condignamente e uma casa com melhores condições, mesmo que fosse renda eu não me interessa, mas que fosse acessível, que eu pudesse pagar.

Entrevistadora: E tendo em conta aquilo que me tem falado, como é que descreveria a relação que tem com a sua família?

Entrevistada: Com a minha família, pai, mãe e tios?

Entrevistadora: Sim, sem serem as suas filhas.

Entrevistada: Eu quando falo em família, associo sempre à Maria e à Joana, pronto os meus pais são a minha referência biológica, não sei se esta expressão existe assim conjugada. Eu quando penso na minha família vejo uma coisa distante, não é o meu porto seguro, não é para onde posso correr quando estou em apuros.

Entrevistadora: Não tem tido o apoio deles?

Entrevistada: Não, não tenho. A minha mãe quando eu lhe peço dinheiro, pronto ela deposita-me no máximo 50 euros, que ela também não pode muito por aí além, mas eu às vezes abdicava que ela me depositasse o dinheiro e me dissesse: olha filha deixa lá isto vai ficar bem, isso é uma fase. Não, para ela é sempre tudo errado, salienta-me os pontos negativos em vez de me encorajar, “isto está muito mau e tu vais ver, vais para o olho da rua e porque é que tu deixaste o Luís”, pronto eu detesto isso. O meu pai foi uma pessoa que eu perdi, já não recupero nunca mais, fui perdendo, eu idolatrava-o, deve ser aquela coisa do complexo de Édipo, ele foi um pai que bebia mas foi um pai, lá está, mais afectuoso que a minha mãe. Eu posso-lhe contar uma coisa muito rápida que me marcou, eu devia ter uns cinco, seis anos, uma coisa mesmo rápida, nós fomos à feira eu, a minha mãe e o meu pai, o meu pai estava embriagado e eu comecei a chorar porque queria um tanque que era uma coisa de plástico a imitar um tanque, como as nossas mães tinham quando eramos pequenas, e a minha mãe disse-me que não comprava o tanque nem morta, claro não tinha dinheiro, e chorei muito porque queria o tanque e não sei quê, entretanto viemos para casa, mas o meu pai ficou na feira, eu estava a dormir na sala ouvi um grande estrondo, portas a bater e uma pessoa a arrastar os pés, era o meu pai com uma grande piela, entretanto ele veio deitou-se ali no sofá, eu dormia num divã e ele deitou-se no sofá ao lado, eu dormia naquelas cambalhotas que

há, pôs uma coisa no chão e na minha sala havia assim uma clarabóia, havia claridade e eu olhei para o lado e vi o tanque, não dormi a pensar, ele era mais afectuoso, mas fui-o perdendo, eu não sou para ele o melhor exemplo de filha uma vez que vim estudar, engravidei e depois era um indiano e o meu pai é altamente racista, o meu pai refere-se a uma pessoa de cor e é “o preto”, coisa que me enerva solenemente, aí já o perdi um bocado, mas recuperei-o, entretanto por causa do Luís, eu nunca disse ao meu pai: “olha o Luís é um ex-consumidor de heroína”. Esse assunto não é meu, eu nunca ia expor o Luís, coisa que eu não faço aí, às vezes dizem-me, ele quando eu acabei a relação ficou zangado, claro, triste, nós já nos demos melhor, agora não, já nos demos melhor mas nunca consegui dizer mal dele aí às pessoas.

Entrevistadora: Assim sendo as pessoas que lhe são mais próximas são da família ou são amigos?

Entrevistada: Não, tenho só a colega, não tenho assim mais ninguém.

Entrevistadora: E com que frequência costuma estar com a sua família, tirando as suas filhas, a outra família que está em Moura?

Entrevistada: Então, os meus pais já não os vejo há dois anos nem o meu sobrinho, pronto.

Entrevistadora: E a sua irmã?

Entrevistada: A minha irmã há dois anos também, há dois anos, quando acabou de ter o Rodrigo passou ali à minha porta com o bebé dentro do carro, que era nessa altura da gripe e não sei quê, nós não o podíamos visitar. Eu vi o bebé só em fotografias porque a minha filha mais velha vai lá, a minha filha mais velha passa por exemplo uma semana no verão e no Natal e vai aos meus pais, a mais nova não que ela já não se lembra deles, não quer.

Entrevistadora: E a sua colega vê-a todos os dias?

Entrevistada: Sim, a minha colega mora em Baleizão, nós falamos todos os dias várias vezes por telefone, ela agora vem já sexta feira trabalhar, claro encontro-me com ela de manhã e à tarde, temos clientes diferentes. Mas muitas vezes, eu agora disse à doutora, eu quero marcar para falar, porque eu sinto-me sozinha.

Entrevistadora: Só tem essa sua colega para falar?

Entrevistada: Só. A minha tia telefona-me, essa irmã da minha mãe, a minha avó também já não ouve, ao telefone eu começo a gritar e ela não me ouve. Mas não sabem, pronto, a última que estive em conjunto, porque os meus tios têm um terreno aqui ao pé de Serpa, os irmãos têm aqui um terreno, eles convidaram-me não sei acho que foi aí no verão, ou para o aniversário de uma prima que eu gosto muito, essa é que sim é que é a minha irmã, mas também não faz ideia do que é que eu passo.

Entrevistadora: Porque é que nunca contou?

Entrevistada: Digo que tenho dificuldades, mas não quero, não quero que eles têm a vida deles, não queria sobrecarregar. Houve uma vez, houve uma vez já aí há muito tempo, que eu não tinha mesmo alternativa pedi-lhe 20 euros, ela depositou 30, pronto. Ela pergunta-me se está tudo bem, eu digo-lhe que sim, porque não consigo, porque depois eles dizem à minha mãe: olha a tua filha passa isto e isto; e ela: é porque ela deixou o Luís e mais não sei o quê. Ela nunca ouviu também aquela parte que eu lhe disse.

Entrevistadora: E relativamente à sua colega, que é uma pessoa com quem tem uma relação mais próxima, é uma relação mais profissional ou costumam fazer outras coisas?

Entrevistada: Portanto ela tem uma filha com quinze anos e outra com sete e teve agora o Vicente há quatro meses. Nós costumamos fazer outras coisas em conjunto, do género, ela agora já não, ela dantes levava a carrinha da empresa para Baleizão e trazia, mas agora a chefe não deixa, mas ela ao fim de semana vinha cá, claro que ela pagava a parte dela à Inês e nós íamos por exemplo à Ovibeja, assim à piscina. Ela já não é tanto do âmbito cultural, ela não aprecia muito isso, mas íamos ao parque, íamos para minha casa. Tonto, ninguém me vai visitar, a minha casa não é frequentada por ninguém a não ser esta minha colega, não é que eu não queira, uma coisa que me magoa na minha mãe é isso, ela está a 56 km, posso lhe dar o exemplo da irmã dela, essa minha prima que eu gosto morou em Bruxelas, pronto ela é Assistente Social, morou em Bruxelas e um dia teve um problema ginecológico e a minha tia mete-se num avião e vai para Bruxelas, é Bruxelas está a ver e a minha mãe mora a 56 km e eu posso-lhe dizer que já estive muito doente no ano passado com uma otite e uma gripe e entretanto a Maria também,

ficámos as duas de cama assim tapadas no inverno, numa casa húmida e a minha mãe não veio cá, está a ver essas coisas, pronto por mais que a minha mãe tenha má impressão minha porque não sou uma mulher casada aos olhos da sociedade e porque isto e porque aquilo, essas coisas não são de mãe, não é, eu não faria isso e espero nunca vir a fazer.

Entrevistadora: Ia-lhe perguntar relativamente ao percurso de relação com as várias instituições de apoio social, está a receber neste momento algum tipo de apoio de alguma instituição?

Entrevistada: Pronto a única, eu queria muito dizer isto aqui a alguém aqui da Cáritas, até pensei escrever um postal de Natal (risos) à doutora Teresa Chaves, eu quero-lhe dizer uma coisa, eu não tenho palavras para agradecer o que a Cáritas faz por mim, foi a única instituição que até hoje me abriu as portas a cem por cento, se não fosse a Cáritas onde é que eu ia buscar comida para dar à Maria e à Joana.

Entrevistadora: Portanto, neste momento está a receber apoio da Cáritas?

Entrevistada: Sim, a nível alimentar. Pronto houve aí uma situação em que eu não conseguia pagar uma conta, também emprestam o dinheiro, eu tenho vergonha e não tenho como me endividar mais, pedir mais, este mês não sei como vou pagar as contas. A Segurança Social é uma disfuncionalidade total, eu vou-lhe dizer porquê, quem recebia aqui o meu protocolo de RSI era aqui a Dr.^a Teresa que é, gosto muito mesmo, e eu recebia a diferença entre o ordenado mínimo e o meu salário, porque nenhum dos pais, eles deixaram de pagar a pensão, eu recebia 180 e tal euros que vinham no dia vinte e tal, quando eu já estava desesperada por dinheiro vinha aquele cheque para casa que me sabia, é que eu nem lhe posso explicar, espectacular. Entretanto sou passada para a Sementes de Vida, por uma questão processual, foi isso que me explicaram, onde me é atribuída a Dr.^a Carla Felício, pronto, em que tem sido uma constante montanha russa, eu agora estou tão mal, mas não consigo ir lá, uma constante montanha russa, porque até por os pais em tribunal, eu não fiz logo isso, foi-me suspenso esse valor. Depois começou-me a dar só 100 euros, depois não entreguei um papel porque a doutora não me avisou, suspenderam, portanto andamos sempre nisto.

Entrevistadora: Objectivamente está a receber apoio só da Cáritas?

Entrevistada: Estou a receber 48 euros à mesma de RSI, porque quando faz um ano de contracto de trabalho reduz. O que eu compreendo só que acontece eu não fui aumentada, nenhum pai me dá a pensão, se isso já tivesse sido regularizado mesmo sem ser o aumento, isso nunca vai acontecer, daí só para pior, as pensões, eu sou a primeira pessoa a ir lá dizer eu não quero receber estes 48 euros, eu não quero, eu fiz isso da primeira vez com 400 e tal, cheguei lá e disse não quero receber RSI, quero trabalhar, até foi a Dr.^a Carla, porque assinámos lá o protocolo, pronto. A Dr.^a eu queria ir lá e dizer-lhe isto que eu lhe disse, tirando as partes da mãe, porque não tenho uma simbiose com a minha Assistente Social, infelizmente, eu posso lhe dizer eu já fui seguida pela doutora, eu acho que é Graça Loução, Cátia, Patrícia, Dr.^a Teresa, Dr.^a Ana Soeiro, Dr.^a Mariana, durante todos estes anos eu fui seguida por estas Assistentes Sociais, e fui sempre entendida, sempre pararam para me ouvirem assim como a senhora está aí sentada, às vezes podiam me dizer eu não posso fazer nada, mas ouviam, compreendiam. A Dr.^a Carla Felício despacha-me logo, não tem, não é isso, diz que não pode ser só ela: “tenho uma coordenadora, eu tenho chefes”, eu compreendo, mas ela não me ouve, ela não sabe aquilo que eu passo, naquele mês dos 307 euros tive que pedir dinheiro à Alice, que pedir dinheiro à minha mãe, tive que pedir dinheiro à mãe do pai da Maria, para conseguir juntar e pagar as coisas, ela podia dizer eu vou interceder por si, eu vou tentar, mas não, pronto não faz isso nem eu quero receber esse dinheiro indevidamente, era só até ficarem regularizadas as pensões.

Entrevistadora: Portanto recebe esse dinheiro e recebe aqui da Cáritas o apoio alimentar?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Todos os dias tem as refeições para si e para as suas filhas?

Entrevistada: Todos os dias, menos a quinta que eu não posso, trabalho nove horas seguidas.

Entrevistadora: E os motivos que a levaram a recorrer a esta instituição, porque recorreu aqui à Cáritas?

Entrevistada: Porque como disse, eu já conhecia a Cáritas, se eu tiver um problema nunca vou antes à Segurança Social, passo sempre aqui primeiro.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Porque sou bem recebida, sou muito bem recebida, não sou mais um número, sou a Mariana, está a ver na Segurança Social, nós vamos, estão lá as senhoras do guiché, nós vamos lá: “preciso” e elas “ ah tem que por os papéis, temos que ver”, essas coisas todas de que está ao corrente, mas aqui não, aqui sou a Mariana, pronto sou bem recebida, as doutoras tratam-me muito bem, não é que as outras pessoas me tratem mal das outras instituições na Segurança Social e nas Sementes de Vida, só que eu nas Sementes nunca mais lá fui, já não vou lá sei lá há um ano, mas aqui não sou um número, sou a Mariana.

Entrevistadora: Recorreu à Cáritas, porque já conhecia?

Entrevistada: Já conhecia, daquela altura das dificuldades que eu tive depois quando fui morar sozinha com a Joana, não sabia que podia levar os alimentos assim diariamente, eu já estive sem vir, a trabalhar na Serhogar, já estive sem vir porque tinha mais trabalho, lá está não gosto de fazer as coisas indevidamente, se eu consigo subsistir sozinha porquê estar a tirar a oportunidade a outra pessoa, custava-me, isso não é o meu perfil.

Entrevistadora: E sente que neste percurso que tem feito nas instituições, sente que tem sido ouvida no seu pedido?

Entrevistada: Apenas e só na Cáritas.

Entrevistadora: Na Segurança Social não?

Entrevistada: Não, não, só na Cáritas. Já fui em tempos na Segurança Social, quando tinha outra Assistente essa senhora Graça Loução e era uma também, aí morava com o Sérgio, que era a Dr. ^a Clara, sim aí sim, aquilo não era impessoal, era uma coisa que eu falava e que às vezes me ajudavam, surgia qualquer problema e acontecia, mas eu sei também que hoje as coisas não estão para isso, a Dr. ^a Graça Loução às vezes passava-me um vale que eu até vinha aqui levantar, pronto de 250 euros. Mas a sério, a sério, só aqui na Cáritas, a Cáritas é tipo uma segunda casa para mim, eu às vezes tenho um problema, que são estes todos que eu lhe digo, o meu problema grande é não saber como superar os obstáculos, tenho medo de ser despejada, tenho medo de não conseguir

ter dois menores a cargo, essas coisas quando estou a subir aqueles três degraus dali, já estou um bocado mais, sinto-me segura.

Entrevistadora: E considera que a sua situação foi resolvida no meio de isto tudo ou não?

Entrevistada: Não está resolvida por isso e porque as coisas estão muito difíceis e porque eu adorava mesmo que fosse uma formação, porque eu sei que se entrasse numa formação, não andava lá só pelo dinheiro, como lhe disse isso não é de facto o meu perfil e eu tenho documentação das coisas que frequentei e a escola, sempre sobressaí no meio escolar, não sendo uma aluna excelente, mas pronto, normal. Nunca andei num curso só pelo dinheiro, nunca andei também em cursos assim, só esse da jardinagem, entretanto perdi-me.

Entrevistadora: Estávamos a falar se a sua situação foi resolvida.

Entrevistada: Não porque eu vivo esta corda ao pescoço que é o trabalho e agora a redução de horas, quer dizer não vejo uma perspectiva, eu não me posso desvincular, eu só me poderia desvincular da Serhogar onde trabalho, sair, se tivesse a seguir um apoio, um emprego ou um apoio. Se me dessem um apoio, imagine que me davam outra vez o RSI, eu consigo porque eu sou perseverante, eu consigo arranjar outra coisa, assim como estou presa não consigo ir procurar. Só era resolvida se mudasse de emprego ou de casa.

Entrevistadora: Falou-me há pouco que já recorreu à Cáritas e à Segurança Social, já recorreu a outras instituições durante a sua vida?

Entrevistada: Durante a minha vida, lembro-me quando estava grávida da Joana, a viver lá com esse moço indiano fui à Cruz Vermelha e também fui muito bem atendida, mas isto já foi há muitos anos, nunca mais lá fui.

Entrevistadora: Porque é que foi à Cruz Vermelha?

Entrevistada: Porque eu estava sozinha em cas, hoje em dia nós queremos saber uma coisa e vamos à net e vamos pesquisar onde é que devemos ir e eu estava sozinha em casa e as ideias vinham-me à cabeça é que nós passávamos mesmo fome, mesmo fome a sério e um dia eu apareci com uma barriga lá na Cruz Vermelha e os senhores não me conheciam de lado nenhum e deram-me caixas da minha altura com enlatados e essas

coisas e ainda veio uma ambulância (risos) trazer-me ao bairro social com as coisas, está a ver, isso já foi há muitos anos, porque eu não as podia carregar, nunca poderia. Também fui muito bem recebida, não conhecia lá ninguém, apareci lá a dizer que tinha muitas dificuldades e não sei quê, fui bem atendida mas nunca pensei lá ir depois, porque aqui a Cáritas consegue colmatar, um bocadinho vá, as minhas dificuldades.

Entrevistadora: E tem sido sempre sua a iniciativa de recorrer a estas instituições?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Tem sido sempre você a recorrer, a ter a iniciativa?

Entrevistada: A Cáritas porque já conhecia e porque também não tenho outra opção, eu não, eu nunca vou pôr em risco a Joana e a Maria, nunca.

Entrevistadora: E tem sentido mudança após o recurso a estas instituições?

Entrevistada: Senti uma grande mudança a nível de dinheiro, parece que não levar aqui as refeições todos os dias e o pão e os iogurtes, quer dizer isso para mim representa, imagine que a doutora agora me suspendia isto, o que é que eu ia fazer, está tudo caríssimo e são crianças para alimentar todos os dias.

Entrevistadora: Essa foi a grande mudança que sentiu após o recurso?

Entrevistada: Senti que a ajuda alimentar é fundamental para eu me conseguir orientar.

Entrevistadora: E como é que avalia a qualidade dos serviços que lhe têm sido prestados?

Entrevistada: Avalio muito bem.

Entrevistadora: E no outro serviço onde já foi, na Segurança Social?

Entrevistada: Avalio mal, mal, mal. É confusão, para pedir o apoio judiciário para as pensões foi o cabo dos trabalhos e papéis e a senhora que redigiu colocou lá uma expressão que não era e depois eu tive que fazer uma carta toda a emendar e atrasou-se ainda mais um mês. Aquilo a burocracia, eu acho que há ali uma falta de trabalhar também em equipa, em corrente, não sei há qualquer coisa, aquilo é muito impessoal, os guichés se calhar não comunicam entre si, não fazem, eu não sei acho que aquilo não

está bem, eu cada vez que vejo lá aquele simbolozinho da Segurança Social eu até tremo de ir lá, é sempre confusão e aqui não.

Entrevistadora: E quais é que considera que são os seus direitos e os seus deveres perante estas instituições a que recorreu?

Entrevistada: Pronto, o meu direito é sempre ser tratada com respeito, não é, às vezes não, como é que eu lhe explico isto, não me enquadro muito bem no tipo de pessoas que estão ali na sala, todos sabem o meu nome, todos gostam de mim (risos), sei o nome de muito pouca gente, gosto muito deles, pronto não me enquadro bem. O meu direito é ser bem tratada, sou, pelas senhoras da cozinha, outro dia, também lhe posso dizer isto eu disse: olhe eu queria-lhe agradecer a si e às suas colegas, à senhora que me vem entregar o saco cá fora, “então porquê filha?”, porque eu imagino o trabalho que vocês devem ter aí, mas é que as pessoas não fazem a mais pequena ideia para gerir tudo, porque eu até vi no Diário do Alentejo que elas servem mesmo muita, muita gente, o trabalho que vocês devem ter, é que se não fossem vocês, é que não é só as doutoras, isto é uma equipa e parece-me que isto funciona bem, se não fossem vocês o que é que seria de mim e das minhas filhas e a senhora começou a chorar, eu comecei a chorar, foi tudo uma choradeira. Pronto é ser bem tratada e ouvida.

Entrevistadora: E em termos de deveres, quais é que acha que são os seus deveres?

Entrevistada: Pronto, isto tem regras e outra coisa não seria de esperar, quer dizer eu devo respeitar isso, isto é à vontade mas não é à vontadezinha, não posso fazer o que quero pronto, é respeitar, é vir quando me chamam, é respeitar os colegas, é agradecer, agradecer é mesmo um dever meu, não sei eu acho que são estes os meus deveres aqui nesta instituição.

Entrevistadora: E para si, qual é a ideia que tem do que é um direito?

Entrevistada: Isso é que tinha que pensar, um direito acho que, é difícil arranjar uma palavra que defina um direito por acaso, acho que é uma coisa que na realidade é essencial, um direito é essencial, se nós violarmos os direitos é porque estamos a fazer uma coisa muito errada, portanto aquilo deve ser fulcral, um direito deve ser fulcral para a nossa vida.

Entrevistadora: E um dever, o que é que acha que é?

Entrevistada: Um dever é a mesma coisa, eu tento ao máximo cumprir os meus, não deve nada a ninguém e tento muito passar essa imagem às minhas filhas, é claro às vezes também faço disparates (risos), às vezes arrependo-me, mas também faço burrices (risos).

Entrevistadora: O que é para si uma pessoa pobre?

Entrevistada: Isso é muito subjectivo, veja lá eu não sou nada pobre (risos), não sou pobre.

Entrevistadora: Então porquê?

Entrevistada: Então que dar graças a Deus porque tenho uma família coesa, embora sejamos só três, a minha família somos só nós três, basicamente é isso eu não sou pobre.

Entrevistadora: O que é que acha que tem que a faz dizer que não é pobre?

Entrevistada: Sou uma sortuda, tenho duas filhas espectaculares, até agora nunca foram crianças difíceis, não quer dizer que não venham a ser, pronto, nunca foram aqueles bebés difíceis de criar e hoje em dia não são crianças nada exigentes. Tenho uma família coesa, logo isso faz de mim funcional, em relação às outras famílias, isso pode ser mau, isso é ser pobre, às vezes mesmo precários a pobreza às vezes faz isso a disfuncionalidade, n o meu caso não. Tenho isso, pronto tenho saúde, alguém em quem encostar a cabeça as minhas filhas, só não tenho é dinheiro, porque eu vejo o dinheiro como um veículo para as coisas, eu não me interessa números na conta bancária, nem notas de 100, não me interessa nada disso, interessa-me é trocar aquilo por coisas que nos fazem falta.

Entrevistadora: Então sendo assim o que é uma pessoa pobre, não tem a ver só com dinheiro?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Então tem a ver com o quê?

Entrevistada: Se quiser nesse sentido, é sempre uma pessoa, sou eu nesse sentido, sou pobre no sentido lato das coisas, tenho dinheiro para subsistir mas muito, muito dificilmente, muito dificilmente vou subsistindo, superando obstáculos, já superei isto, já superei aquilo, eu sou pobre. Agora o pobre no sentido da palavra é uma pessoa não

informada, não lutadora, é uma pessoa encostada, é uma pessoa que está deprimida mas que não dá graças a Deus. Por exemplo, uma pessoa pode estar deprimida, imagine eu agora estava muito deprimida, mas eu tenho que dar graças a Deus porque tenho ali duas filhas espectaculares, nós rimos à mesa, se quisermos ir comprar imagine um gelado vamos, eu não sou pobre.

Entrevistadora: E se pudesse o que faria para acabar com a pobreza?

Entrevistada: Mundial?

Entrevistadora: É como quiser.

Entrevistada: É difícil pensar nisso, eu consigo perceber que as coisas estão más, que a chamada crise está e as troikas e essas coisas todas, mas não consigo imaginar que tipo de recursos é que temos. Acho é que eles a nível mundial ou mais pequeno a nível do país eu não consigo imaginar que fundos é que há para as coisas, eu não sei, há fundos, há verbas para quê e quantas é que há, não sei eu acho que isto devia ser melhor distribuído. Acho também, eu tenho que lhe dizer isto, eu tenho ideia nas Sementes de Vida, aqui nem tanto, também não gosto de levantar a lebre como se diz, há pessoas que são indevidamente ajudadas, eu sei têm negócios paralelos, têm mais possibilidades que eu ou qualquer outro, são indevidamente ajudadas, são uns parasitas do apoio social, eu não me estou a referir só aos ciganos a eterna conversa dos ciganos, não, há mais pessoas. Outra coisa que eu acho extremamente errada é eu tenho uma colega do CAT, que é, eu posso-lhe dizer é das melhores empregadas da Serhogar, ela a limpar é um espectáculo, mas ganha, tem contrato de dois anos, ganha 600 e tal euros, falta, começa a trabalhar a partir das 10 horas, quer dizer não é justo, não é justo, acho que por ser do CAT, porquê desse favorecimento, não me parece e a Dr. ^a Carla Felício é a mesma Assistente dela e eu faz-me confusão, ela vai lá e ela consegue algo e eu vou lá por 100 euros e não consigo e isso é muito injusto, já não vou sequer. Acho que isto está mal distribuído, acho que isto, não sei olhe acho que isto foi o Ser Humano em si, isto parece um bocado conversa de padre, mas não é, nós estragámos isto, nós gastámos mais do que devíamos, até os recursos naturais esgotámos ao máximo e agora pagamos duras penas.

Entrevistadora: E se pudesse onde é que gostava de viver?

Entrevistada: Cidade ou sítio?

Entrevistadora: As duas coisas.

Entrevistada: Não sei, eu não gostava de viver assim numa grande, grande cidade, porque acho que não há qualidade de vida familiar. Acho que aquela coisa, aquela correria de deixar os moços na escola, eu aqui, venho aqui e agora vou a casa, ou vou pagar a luz e depois vou para casa, assim, pronto, não gostava. Gosto do Algarve, mas só porque tem praia, pela qualidade de vida muito, o custo lá é muito elevado. Não me importava de continuar a viver aqui, num sítio onde pudesse criar bem as minhas filhas em sossego, sim imagino isso sem muita correria.

Entrevistadora: Gosta de viver em Beja?

Entrevistada: Já gostei mais quando havia outras oportunidades, já gostei mais, agora nem tanto não é.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Porque não vejo saída sabe, quando eu vivia em Moura, vou a Moura agora, que já não vou, mas pronto quando ia a Moura está tudo igual. As jovens lá quando terminam a escola vão trabalhar para o Lar ou para o Intermarché, não há outra coisa, não há mesmo. Pronto, naquela altura há catorze anos quando vim para cá isto era um mundo, tanto que eu arranjei estes empregos lá no museu e mais não sei quê, sozinha a passar ali pelo Centro de Emprego, a passar, agora temos que ir implorar, mas dantes fazia isso e havia aqui mais oportunidades, a biblioteca é uma coisa que me fascina, aquele sítio fascina-me imaginava-me a trabalhar ali, sei lá.

Entrevistadora: Agora não vê muitas oportunidades cá?

Entrevistada: Quase nenhuma.

Entrevistadora: E o que é que ainda não fez na sua vida e que gostava de fazer?

Entrevistada: Oh isso é muito subjectivo, o que é que eu ainda não fiz, claro que gostava muito de viajar de conhecer outras culturas, coisa que pelos vistos não vai acontecer (risos), gostava muito de tirar um curso superior, gostava. Eu basicamente é assim, o sonho mais realizável que seria era estudar, eu quero e tenho que acabar o 12º ano, queria estudar, viajar. Bem pensando aquilo que eu mais quero para a minha vida é criar, sem sobressaltos a Maria e a Joana, introduzi-las na vida delas semi – adultas e

depois adultas e quando elas estivessem encaminhadas gostava que estudassem, quando elas, não sei quando, quando elas estivessem encaminhadas já não me interessava nada para mim.

Entrevistadora: Era mais para as suas filhas?

Entrevistada: É. Não quero que elas passem estes sufocos que eu às vezes passo, não queria, por isso é que tento incutir o estudo sempre na mais velha, às vezes não me saio lá muito bem, mas gostava que estudassem. Eu gostava que elas se sentissem realizadas.

Entrevistadora: Como é que vê o seu futuro?

Entrevistada: Próximo ou longínquo?

Entrevistadora: As duas coisas, o mais próximo e aquele que lhe parece estar mais longe.

Entrevistada: Mais próximo, o muito próximo, tipo Dezembro, Janeiro, vejo mau, mesmo mau, mesmo, vejo dificuldade, vejo, costumo ter um pensamento recorrente que é a senhoria, não ter dinheiro para a renda ou ela a expulsar-me, não sei, que não vou conseguir.

Entrevistadora: E o futuro mais longínquo?

Entrevistada: Mais longínquo, eu tenho esperança, sabe eu às vezes gostava de trabalhar à noite, mesmo na Serhogar há o apoio domiciliário nocturno onde as empregadas ganham 700 euros, quer dizer, porque é que eu não vou trabalhar, para já não tenho formação, teria que a tirar, mas porque eu tenho a Maria, eu não posso abandonar a minha casa durante a noite. Posso-lhe dizer que em Agosto ficaram fechadas em casa das 8 da manhã até às 9 da noite, quando eu chegava íamos à bomba com a cadela, íamos passear para desanuviar, porque a escola fechou e eu não tinha ninguém que ficasse com a Maria a não ser a irmã, aos fins de semana ia com o pai, mas durante a semana levantava-me e deixava a mesa posta, fazia imensos bolos, todos os dias um para comerem. O meu futuro assim mais longe, não quero pensar que é mau, penso que vou conseguir superar isto, eu dentro de mim sei que eu só mudo se, isto só muda se eu arranjar um emprego, outro, para mudar de casa, porque estas duas condições, estes dois factores, imagine eu agora estou muito mal de emprego, mas

morava imagine numa casa da Câmara com uma renda mais barata, não vivia sempre com este frio na barriga, um frio que nós sentimos aqui diariamente.

Entrevistadora: Chegámos ao fim, não sei se quer acrescentar alguma coisa?

Entrevistada: Não, olhe quero acrescentar que me senti mais leve.

Entrevistadora: Fico feliz por isso, foi muito importante o seu contributo, muito obrigada.

Entrevista “Odília”

28 de Novembro de 2011

Entrevistadora: Em primeiro lugar muito obrigada pelo seu contributo. Gostaria de começar quando em que nasceu?

Entrevistada: Em 1935.

Entrevistadora: E em que dia e mês?

Entrevistada: Mês de Janeiro, 10 de Janeiro.

Entrevistadora: Portanto tem quantos anos?

Entrevistada: 76 anos.

Entrevistadora: E onde é que nasceu?

Entrevistada: Nasci no Álamo e fui baptizada no Espírito Santo tinha um mês.

Entrevistadora: E é casada, é viúva?

Entrevistada: Sou viúva.

Entrevistadora: E tem filhos?

Entrevistada: Tenho três.

Entrevistadora: E que idades é que eles têm?

Entrevistada: Este é o mais novo tem 42.

Entrevistadora: E os outros?

Entrevistada: A mais velha tem 50 e a Cristina tem ano e meio só de diferença dele, que é a que está lá Norte.

Entrevistadora: Então que idade tem?

Entrevistada: Este tem 42 e ela tem mais ano e meio que ele.

Entrevistadora: Então tem 43 ou 44?

Entrevistada: Pois, nasceram os dois no hospital velho.

Entrevistadora: E os seus filhos são casados?

Entrevistada: A minha Cristina é casada, este já se sabe que não é casado, nunca na vida, vai estar a sofrer a vida inteira. A outra é muito inteligente, era até mais que a minha Cristina, que a minha Cristina era muito trabalhadora.

Entrevistadora: Então para nós percebermos, tem duas filhas e um filho?

Entrevistada: Duas filhas e um filho.

Entrevistadora: E são as duas casadas e ele é solteiro?

Entrevistada: Quer dizer a mais velha estudou aqui no liceu com professores antigos, todos, até ao 12º ano.

Entrevistadora: E é solteira?

Entrevistada: Fez com o Pereira Guerreiro, a Palma Ferro que era de Inglês, fez com o Martinho, professor de Matemática, fez com vários pronto que desistiram já, também não se davam bem com o ensino de agora, pediram a reforma e abalaram, não sei muito bem. Afinal de contas, eu como tinha a 4ª classe estava como educadora deles. E quando eles estavam mal, este começou a sentir sintomas foi quando passou do terceiro para o quarto.

Entrevistadora: Este seu filho que é solteiro?

Entrevistada: Este que é coiso, começou a fazer a matemática decorada, dizia logo dá tanto, tanto e tanto, a matemática que é custosíssima, dá tanto, tanto, tanto. Os professores chamaram à atenção, depois chorava, punha-se assim e chorava. Eu queria era contar o meu passado lá detrás que deste aqui não me quero lembrar.

Entrevistadora: Então vamos lá começar, primeiro tem uma filha casada e dois solteiros, é isso?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E com quem vive?

Entrevistada: Eu vivo com este filho.

Entrevistadora: E teve oportunidade de estudar?

Entrevistada: Só fiz a quarta classe, morei no campo, eu era do campo e eu tinha a quarta classe, só eu e um tio meu que foi criado com o padre, com um padre que havia em Mértola que era o padre Camachinho, morreu com 80 anos, esse tinha a quarta classe, escrevia para toda a gente nesse tempo, ele é que escrevia as cartas nesses anos. Há quantos anos, com a idade que ele tinha.

Entrevistadora: E a senhora agora está reformada?

Entrevistada: Eu estou reformada.

Entrevistadora: E o que é que fez durante a vida, que profissão teve, estudou e depois onde é que trabalhou?

Entrevistada: Fiz tudo. Trabalhei na Cruz Vermelha ali na Rua dos Infantes.

Entrevistadora: E o que é que fazia lá?

Entrevistada: Olhe, tirava as velhotas, punha-as nos carros sozinha, deitava-as sozinha, está a perceber, sozinha. Só a D. Emília parteira, não sei se ouviu falar, essa é que estava num quarto e a D. Amélia que era muito esquisita, que era a dona das farmácias, essa era muito esquisitona, bem eu estava, tinha lareira, fazia o lume, estava lá uma senhora que era a Tareco, eu fazia o lume eu levava ali naquilo, eu não sossegava. Depois ia dar a volta para ver como é que elas estavam e depois deitava-as sozinha, não havia água naquele tempo, tinha que ir à água quente e aquecer a água e levar a água para os quartos, aprendi a pôr arrastadeiras. Estava o Doutor Diniz ali e viu que eu estava um pouco fraca e deu-me umas injeções, eu estava ainda com os períodos, eu fui menstruada até aos 57 anos, que o Doutor Pinheiro dizia assim: oh mulher!

Entrevistadora: E depois da Cruz Vermelha onde é que trabalhou?

Entrevistada: Fui para o Nobre Freire, quando pensei e não pensei estava no Nobre Freire, não sei como é que foi que o senhor Cunha fez aquilo que eu fui transferida para o Nobre Freire, estive lá dez anos.

Entrevistadora: Também a trabalhar com pessoas idosas?

Entrevistada: Com noventa sozinha, na enfermaria tinha aí uns trinta acamados, com sacos e não havia sacos, eu tinha que lhes estar tirando os sacos, despejando e pondo-os pendurados na casa de banho que era para o outro dia e não havia fraldas tinha que arranjar bocados de lençol para pôr e coiso. Havia velhotes que tinham as pernas quase unidas e eu punha-lhes lençóis, havia muita, havia halibut, havia a vitamina C e a vitamina A, havia muitos líquidos para os lavar também, isso havia muito, lençóis também havia muitos e colchinhos e essas coisas, havia lá um esquizofrénico. E eu digo outra coisa, eu estava na Cruz Vermelha e ainda ia trabalhar para o Novo Mundo que era um café e restaurante, ainda ia para a cozinha e ainda servíamos duzentos almoços. Havia umas pessoas amigas, que é um senhor que já morreu, que as filhas estão no Banco de Portugal, as duas, que de vez em quando ainda vêm cá, são boas ainda são daquelas pessoas antigas, vêm cá e enchem-me a casa de tudo porque sabem que eu cuidei dos pais, que eu quando saía da Cruz Vermelha ia lá, direito para lá a tomar o café, já eu tinha a minha mesa posta para tomar o café, eu tratava do jardim dela que eles depois foram para Lisboa, eu tratava das casa, limpava a casa, passava a ferro três horas, que eles iam para Armação de Pera.

Entrevistadora: Então para além de trabalhar no Lar, depois ainda fazia esses serviços?

Entrevistada: Na Cruz Vermelha, que ainda era nova.

Entrevistadora: E depois do Nobre Freire onde é que trabalhou?

Entrevistada: No Nobre Freire comecei a senti-me, um dia perdi-me cheguei ali ao Jardim do Bacalhau, digo eu assim: aí mas onde é que eu estou? Perdi o tino, não sabia onde é que estava, completamente não sabia onde é que estava e depois o Doutor Pinheiro era o médico ali do Nobre Freire disse: olha retira-te daqui mulher, tu saís daqui muito mal, já estás com umas perturbações más. Eu era para chegar à hora, às 8 horas quando as outras saíam, cheguei às 11h, o que vale é que quando as outras entravam de manhã tinha tudo limpo, estava às 5 da manhã a limpá-los todos, tive três homens mortos caídos no chão e tive que os levar sozinha, tive que os levantar sozinha que a mulher que lá estava, o senhor Cunha era muito bom, mas ela era muito ciumenta e era muito má, porque havia lá pessoas, havia o Tareco, Água Doce, o Engrossa.

Entrevistadora: E foi esse o último sítio onde trabalhou?

Entrevistada: Pois, depois parti um pé, são essas coisas que eu tenho aqui neste pé que a doutora diz, hematomas ou o que é, e depois comecei a sentir, era muito magrinha, não chegava a 50 kg e depois comecei a sentir-me pesada e eu tive lá uma coisa de sangue muito grande assim pelas pernas abaixo, lavei-me fui à casa de banho, lavei-me e pus uma toalha de rosto e fui à doutora Celeste e ela disse-me no Hospital, ela estava no Hospital e disse-me: ainda não é para acabar e eu digo: ai mãe, ai Jesus. Eu quase todos os dias, quase todas as semanas tinha cartas debaixo da porta para empregos, o Padre Henrique mandou-me lá buscar para eu ir trabalhar para a casa dele, lá para o Lar, eu não fui, então eu agora estou aqui e vou trabalhar para o outro lado, o doutor Pinheiro queria-me levar para o Caramulo, lá para São Brás de Alportel.

Entrevistadora: E ainda se sentia capaz de ir trabalhar?

Entrevistada: Nessa altura ainda estava.

Entrevistadora: E depois quando ficou doente?

Entrevistada: Depois queria subir as escadas, já me custava a subir as escadas e dizia: esta noite não aguento.

Entrevistadora: E depois reformou-se?

Entrevistada: Depois adoeci e passaram uma carta, um papel, que eu perdi o papel, eu descontava muito, se as de dia descontavam eu descontava o dobro das de dia, eu tinha grandes descontos, descontava muito porque trabalha sozinha. Havia casernas que não me davam muito trabalho, mas aquela que tinha lá um esquizofrénico, assim que a mãe morreu, morreu logo ele também, esse gritava toda a noite e eu dizia-lhe: acomode-se filho; a mãe levou-lhe um quilo de bananas, comeu-as todas de uma vez, coitadito, a mãe era daqui destes lados do Carmo Velho, e ele estava lá ele gritava a noite inteira e levava uma injeção, estava lá uma que era a Esmeralda e ia dar a injeção, que ele levava todos os meses uma injeção ou então levava de quinze em quinze dias duas, era o único esquizofrénico que levava duas injeções, e então se não as leva não sei.

Entrevistadora: E diga-me uma coisa, se lhe pedisse para me contar como é que tem sido a sua vida desde o início, o que me dizia?

Entrevistada: Da minha infância?

Entrevistadora: Sim.

Entrevistada: Oh da minha infância era levantar-me de manhã e gostar de ver nascer o sol, que ainda hoje gosto e daquele cheiro das ervas do campo, fossem estevas, fosse sargaço, fosse alecrim, fossem rosmaninhos, depois aquelas crisântemos, aquele cheiro todo dava-me uma alegria muito grande. Este meu irmão que está em Lisboa, gostava muito de bicicletas, ainda fez corridas de bicicletas, daquelas corridas pequenas, ali de Tavira para não sei aonde, ainda andou nessa coisa toda e depois um dia estava por detrás da minha porta fazendo toalhas, que eu fiz muitas toalhas de renda, toalhas assim daquelas toalhas, depois de ter feito a quarta classe a gente tínhamos lavoura também e faziam muitas picaretas e coisas que faziam falta, agora é tudo feito à pressão, isto não vale nada o que fazem aí, faziam aquilo tudo numa forja, eram os meus dois irmãos e era o meu pai, eram todos trabalhadores naquela coisa toda. E a gente tínhamos searas, houve um ano que deu tanto trigo, tanto trigo, tanto trigo, tinham uns calcadores tão altos, tão altos, então e em chegando as 4 horas vinha o vento que era a pata de besta e tínhamos três bestas na arramada, tínhamos três bestas lá, uma burra e um macho e outro e tínhamos tarrafas para ir ao peixe e todos os anos íamos lavar a roupa às ribeiras e fazíamos lá caldeiradas de peixe e os figos das figueiras comíamos-los, ninguém dizia nada.

Entrevistadora: Era solteira ainda?

Entrevistada: Era solteira e depois havia um contrato em Faro, mas era quando era Faro, não é agora que Faro agora é só droga, era quando era Faro, havia um contrato que eles iam para lá seis meses, para os lavradores, iam para lá seis meses por causa de um senhor Peres que era muito rico e tinha lá um armazém e tinha falta de ferragem lá feita e eu o meu desporto era cinema, eu vi os melhores filmes do mundo, os melhores filmes do mundo vi eu, eu fui para a alta costura, que havia lá uma alta costura, vai dar à Igreja de São Pedro, não sei se conhece Faro, era mesmo em frente à Igreja de São Pedro e depois estava o Chiado e estava a Casa Verde.

Entrevistadora: E onde é que morava?

Entrevistada: Eu morava ao pé de uma moagem, ao pé da Rua Miguel Bombarda.

Entrevistadora: Então morou em Faro?

Entrevistada: Não, morar não, estávamos lá cinco ou seis meses. E depois a gente tínhamos também uns bocadinhos de terra e coisas assim, hortas ainda temos e tínhamos aquelas casas, conservámos sempre as casas, apesar que depois a minha Cristina é que lhes jogou a mão depois daquela coisa toda, mas já conto, as casas estavam boas, tudo feito em laje, com uma chaminé, ainda lá está o canudo, ainda lá está a panela. A minha mãe levantava-se às 5 da manhã e a porta aberta, a cozer o pão, o meu tio amassava, a minha mãe peneirava, fazia assim uma cruzinha e o pão muito branquinho e metia o pão no forno, que o forno ainda lá está, está uma palmeira também no quintal. Fazia o pão e o meu irmão apanhava muita lebre e muito coelho, aquilo era uma fartura elas vinham dar ali à porta, a caça vinha dar à porta e ela metia batatinhas enfiadas numa linha num tabuleiro, que ainda lá está o tabuleiro e punha lebres ali todas temperadas e as couves não se coziam como aqui as do Pingo Doce que aquilo é água coze logo tudo, levavam muito tempo a cozer, era dar volta, volta, volta, para aquilo se cozer. E eu ia para a escola e eu andava muito longe, andava muitos quilómetros.

Entrevistadora: E aí morava onde?

Entrevistada: Num monte.

Entrevistadora: Em que sitio?

Entrevistada: No Álamo, a seguir a Mértola, 6 km, eucaliptos de um lado, eucaliptos do outro, há muito eucaliptos lá para aqueles lados e agora andam semeando lá pinheiros, dando cabo daquilo tudo. Bem mas depois um dia estava por detrás da porta e ouvi assim bater à porta, era um rapaz, não sei se já morreu se não morreu, um Gregório, que era da Via Glória, não sei se conhece aquele sítio, a Via Glória é bastante longe, é bastante longe do Álamo, bastante longe e depois fui apresentada a um senhor que era António Lopes, fui apresentada a um senhor que era António Lopes e ele disse: fiquei encantado; e afinal não sei se o Gregório já morreu se não morreu, esse não sei não sei nada dele; bem eu não sei como foi e como não foi, não havia professora lá naquele monte, não havia casas e a minha mãe disse: tenho além aquela casa, vou dar a casa para ver se vem para aí uma qualquer para ensinar quatro ou cinco moços, tu já aprendeste a tua quarta classe em caminhadas e caminhadas, agora dá para ensinar quatro ou cinco moços. Bem, acontece que eu comecei a ter namoro com esse senhor da Via Glória, mas naquele tempo havia muita censura dos lavradores com as pobres, mas ninguém tinha nada que me apontar em coisíssima nenhuma, em nada; bem ele vinha

aqueles quilómetros todos para lá e para cá, que é isso que eu choro às vezes de noite e me lembro dele e sonho quase sempre com ele e não com este que eu fui casada, sonho é com o outro. Mas depois quer ver, ele vinha a daquela distância toda e tinha uma fotografia minha, que eu não tenho nada semelhanças do que era, nada, nada, nada, eu por dentro ainda tenho, agora por fora já não tenho nada, ele tinha a minha fotografia sempre à cabeceira da cama dele, ele vinha de longe com a sua samarra lá vinha ele, estava ali três ou quatro horas comigo sem sexo e depois ia-se embora e dizia; entro com amor e saio com amor; era só o que ele dizia, nem sequer houve, arrependida estou eu, não houve um beijo, não houve nada, só a mão assim, apertava assim a mão, apertava-me a mão assim, não era cá mão dada, apertava-me assim as duas mãos (olha para as mãos), nem parecem as minhas mãos com tanto que eu trabalhei, e depois ia-se embora. Ao fim de não sei quanto tempo aqueles homens que andavam com as canastras com as sardinhas e aquelas coisas: “menina linda quer alguma coisa para a Via Glória?” e eu digo: ele há-de estar lá à vossa espera; os moços já sabiam, estava ele à espera sempre para me mandar cartas, para me mandar bilhetes. Tenho cartas dele lindas, tenho cartas que eu sei lá, cartas escritas que eu não sei se aquilo era à máquina, se eram aquelas canetas do tipo de tinta, eu não sei, eram cartas lindas e depois dizia-me: espera-me. Ele acendia sempre um cigarrinho, ele fumava dois cigarros, acendia sempre um cigarrinho à portela lá dos Moinhos de Vento, eu via-o logo acender um cigarro, vinha aquele caminho todo, se fosse agora num tempo destes, não encontrava ninguém pois não, era mato, eram pedras, não sei como é que ele vinha, tanto que já tenho sonhado com ele, que ele está cocho de uma perna, tenho tido sonhos lindos com ele, lindos, lindos e digo mesmo ele um dia lá em cima a primeira pessoa que ele está é à minha espera, um dia lá em cima é a primeira pessoa, lá é que a gente nunca mais se aparta, nunca mais apartamos. E a minha irmã depois no monte, ele depois saiu médico, faltava-lhe um ano e meio para médico, disse-me assim, disse-me assim a última vez que estive comigo: espera por mim que eu agora só me falta um ano e meio para médico, tiro o ano e meio para médico, eram quatro a estudar e depois quando os anos não davam assim muito tiveram que os tirar, uma irmã dele tinha uma farmácia em Almodôvar, também já faleceu. Ao domingo iam sempre ao Espírito Santo à missa, iam sempre de carro de parrelha com um toldo assim por cima, era aquela coisa que iam sempre ali, era a igreja que ali havia o Espírito Santo. Eu depois o que é que me aconteceu, foi aquela professora que ela teve que adoecer, foi-se embora e eu fui ficar com os moços para virem para Mértola para a quarta classe, não havia mais ninguém

com a quarta classe, os moços passaram a primeira, a segunda, a terceira e a quarta, como era naquela tempo, e eu tive que vir com eles para uma pensão onde encontro o estojo do pai dos meus filhos e não é que me deu para fazer os moços, eu não sei como é que os moços foram feitos que eles dão ares a ele, ainda bem que Deus fez assim.

Entrevistadora: Então foi para Mértola e em Mértola conheceu o pai dos seus filhos numa pensão?

Entrevistada: Numa pensão, ele estava de relojoeiro, não parava em lado nenhum, não parava em lado nenhum, porque ele foi muito mal criado, foi criado aqui em Beja nas casas de essa gente de mau coiso na Rua da Branca, para aí, aquela coisa toda. Mas havia um chofer das camionetes que passava lá e conhecia aquilo tudo e disse assim: oh! Chamou a minha mãe e disse à minha mãe: não caia com aquela gente que aquilo é uma miséria, olhe dão-lhe cabo de tudo, arrastam-na, dão-lhe cabo de tudo. Passado um dia ou dois já estava lá uma prima no monte, aí a fazer visita aqui, olhe eu não sei como foi, elas as primas, as tias, eu não sei se naquele tempo havia droga, mas acho que não havia droga, mas acho que me drogaram, eu não sei, que eu esqueci o outro por completo.

Entrevistadora: E casou-se com este?

Entrevistada: Eu nem sei se me casei, foi no tempo dos registos que havia ali nos montes, faziam registos em casa.

Entrevistadora: E foi viver para onde?

Entrevistada: Fui viver para Mértola, ao fim de seis meses veio para Beja, deixou-me a mim e tive que ir para o monte outra vez com a turgia toda.

Entrevistadora: Ele deixou-a?

Entrevistada: Abalou, foi-se embora, nunca mais apareceu e eu depois fui para o monte, vieram-me buscar e eu fui para o monte.

Entrevistadora: Mas depois voltou a morar em Mértola?

Entrevistada: Não. E depois acontece que fui para o monte e depois dei voltas e mais voltas e vim parar aqui a Beja.

Entrevistadora: Como é que veio parar aqui a Beja?

Entrevistada: Já tinha a minha Paula, a Paula era pequenina, a mais velha e vim parar aqui a Beja. Quando cai aqui e vi Beja como isto era, andava um carro pelas ruas com as latas à porta e o frio e vi aquelas casas todas naquele estado e eu criada num monte e com umas casas tão limpas e tão asseadas, mesmo monte umas casas tão bonitas que a gente tinha, com uma chaminé, a minha mãe ia tapar a gente para ver se a gente estávamos bem tapados.

Entrevistadora: Não gostou de vir para Beja?

Entrevistada: Eu sei lá, perdi o sentido, eu vim para aqui com 18 anos, eu perdi a cabeça.

Entrevistadora: E nunca mais saiu de cá?

Entrevistada: Não. Acontece que a minha irmã ia lá depois à consulta dele: então ela ainda está bonita como era dantes, ela casou muito mal; e as lágrimas, estava fazendo as coisas e as lágrimas batiam-lhe em cima da mesa, um médico, tirou o curso depois de médico. De maneira que eu um dia, quando abriu ali o Pingo Doce, pego no telefone e telefone, há quarenta anos que não, pego no telefone aqui no Pingo Doce, eu não sei quantos anos tem o Pingo Doce ali e conforme ele levanta o coiso e faz assim: está, estou; peguei no auscultador; estou e porque é que ele me respondeu logo de lá: olá Odília como estás? Acontece que ele me conheceu, porque é que ele me conheceu a voz se eu não disse quem era, só perguntei quem fala, “olá Odília”, mas como é que ele me conheceu a voz? E porque é que eu tenho sonhos tão lindos com ele?

Entrevistadora: E ele entretanto casou-se?

Entrevistada: Ele casou e depois divorciou-se.

Entrevistadora: Então desde que veio para Beja nessa altura nunca mais saiu de cá?

Entrevistada: Nunca mais sai de cá, mas ainda me lembro disto, eu disse ao senhor padre, ao senhor padre Aparício, disse: senhor padre Aparício porque é que eu só me lembro da minha infância e só me lembro de lá? Porque foram os melhores tempos que a senhora passou na vida.

Entrevistadora: Ia-lhe perguntar mesmo isso, quais foram os momentos mais felizes da sua vida?

Entrevistada: Foi lá, porque sei que fui amada e isto o amor é a coisa mais linda do mundo, em não havendo amor não há nada, andar sexo sem amor isso não vale nada, amor verdadeiro aquele, amor verdadeiro aquele. Só me lembro do Amor de Perdição, que eu vi este filme Amor de Perdição, vi muitos, muitos, muitos quando estava em Faro, vi todos, o Conde de Monte Cristo, vi tudo, vi tudo, vi quando o Mar galgou a Terra, vi o do Zorba, vi o da Amália as Capas Negras, vi todos os filmes, pagava 25 tostões.

Entrevistadora: Viu esses filmes todos em Faro?

Entrevistada: Vi, vi-os todos.

Entrevistadora: O que é que fazia em Faro?

Entrevistada: Estava na alta costura que eramos dezoito.

Entrevistadora: Mas foi só durante um tempo?

Entrevistada: Foi só um tempinho, mas já arranjava, já punha entretelas nos casacos, naquele tempo usavam-se entretelas, eu cheguei a ter cento e quarente peças de roupa, mas nada vestia de preto no Verão, só vestia de preto no Inverno, preto saias pretas plicadas, vestia as blusas, mas era tudo vestidos claros, era tudo coisas claras. Tanto que ele no último sonho que eu tive disse-me assim: eu vou-te dar dinheiro para ver se tu compras os vestidos que tu tinhas, como tinhas dantes; a minha Cristina levou os vestidos quase todos que eu tinha, levou-os para Lisboa, antigos, antigos.

Entrevistadora: Então e diga-me uma coisa, quais foram os momentos mais tristes da sua vida?

Entrevistada: Eu fui sempre triste agora aqui.

Entrevistadora: Desde que veio para Beja?

Entrevistada: Desde que vim para Beja, sempre triste e depois esta história do meu filho, que eu não sabia bem o que era esquizofrenia, não estava bem atenta disto, apesar de eu ler bons livros, ainda lá tenho os livros, tenho o livro de Camões, Fernando

Pessoa, tenho o Aleixo, tenho vários livros, que eu não gosto dessas porcarias que há para aí, nem perdia tempo com isso.

Entrevistadora: Foi a doença do seu filho que a marcou?

Entrevistada: Foi a doença, eu meti-o em França, que eu pensava que era, mas de França trouxe um volume de papel assim, veio logo esquizofrenia, diz que não tinha nada de droga, tinha era esquizofrenia.

Entrevistadora: E como é que chegou a uma situação em que teve que pedir ajuda?

Entrevistada: É que eu deixei de trabalhar.

Entrevistadora: Deixou de trabalhar porque ficou doente?

Entrevistada: A minha Cristina, antes de lhe tirarem este dinheiro que lhe tiraram agora, a minha Cristina mandava-me sempre qualquer coisa, porque os meus medicamentos eram caros, são muito caros, se não os tomo, tenho uma depressão crónica, já tive dois dias no hospital com vinte e cinco de tensão, cai na rua, fui escorregando, fui escorregando e cai, mas depois fui para o hospital, tive a tensão a vinte e cinco, ele (o filho) andou abandonado sem comer nada, ali por aquelas ruas.

Entrevistadora: Porque é que acha que isso lhe aconteceu, porque está nesta situação?

Entrevistada: A depressão mata, a depressão crónica mata, porque não está simples, está crónica, eu tenho a bronquite crónica e tenho a depressão crónica.

Entrevistadora: E o que é que tem tentado fazer para mudar esta situação?

Entrevistada: Tenho pedido a Deus, tenho ido ali falar com o senhor padre, o senhor padre Aparício e tenho pedido a Deus, muito, muito, muito, que Deus faça o melhor para mim, que eu tenho tido às vezes vontade já de morrer para juntar lá a ele, de ir para ao pé dele.

Entrevistadora: E como é que passa o seu tempo?

Entrevistada: Como é que passo o meu tempo?

Entrevistadora: Sim.

Entrevistada: Olhe, passo mexendo assim umas coisinhas em casa, faço às vezes um alguidar meto roupa, como é que se chama aquilo Tide à mão que tira a porcarias toda, meto roupa, meto uma gotinha de lixivia daquela que não pinta, daquela que não deixa nódoa e meto-lhe aquelas coisinhas e depois penduro.

Entrevistadora: Passa assim o dia?

Entrevistada: Passo assim o dia e quando eu ainda não tinha esta coisa na vista, que me apareceu esta coisa na vista, eu tinha uns sobrolhos tão lindos, não tenho nada, pronto nada, nada, eu entretinha-me a ler, entretinha-me a ler aqueles livros, mas não eram esses livros, essas porcarias que elas lêem agora para aí, eu não gosto disso, entretinha-me a ler esses livros, Camões e coisas assim.

Entrevistadora: E com que pessoas é que contacta no seu dia a dia?

Entrevistada: Olhe o Fernando Pessoa era esquizofrénico, estava lá no livro, o Fernando Pessoa era esquizofrénico.

Entrevistadora: E quem são as pessoas com quem está durante o dia?

Entrevistada: Não contacto porque dei em perceber que as pessoas já não são como eram, andam assim fugindo de um lado para o outro, correndo de um lado para o outro, mas o que é que esta gente anda fazendo correndo de um lado para o outro, a correr, caramba correndo de um lado para o outro, o que é que isto, andam fazendo de um lado para o outro, as pessoas a correrem epá tudo entronchado, parece que anda tudo mal vestido uma bata por cima e depois ainda põem outra e depois ainda põem outra por cima, anda tudo mal vestido, não se sabem vestir epá, mas que é isto.

Entrevistadora: E a que sítios costuma ir?

Entrevistada: Não vou a lado nenhum já.

Entrevistadora: Mas aqui ao Centro costuma vir?

Entrevistada: Então pois, vim agora, vim já estes dias, já há uns diazinhos, a doutora é que depois vai sabendo essa.

Entrevistadora: E se pudesse escolher como é que gostava que fosse o seu dia?

Entrevistada: Eu não sei o que é que me vai acontecer.

Entrevistadora: Mas se pudesse escolher como é que seria o seu dia?

Entrevistada: Ia lá para onde ele estava, sempre fui amada, ia para lá de vontade.

Entrevistadora: E tem família próxima?

Entrevistada: Próxima tenho uma irmã com noventa anos, se ela estivesse mais nova eu ia lá para casa porque é uma coisa boa, tem as condições todas. Quem é a minha família mais próxima, olha a minha filha que está lá tão longe.

Entrevistadora: E é o seu filho com quem vive?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Vive só com ele?

Entrevistada: Vivo só com ele e quando olho para ele dá-me tristeza do olhar dele, quando olho para ele dá-me tristeza, dá-me assim tristeza. Gostava de morrer ou junta com ele logo e peço assim, não sei quem irá à frente, mas ele vai ficar mal, vai ficar mal mesmo que fique num lar fica mal, porque não vão ter paciência, que eu tenho que às vezes lhe dar de comer, e tens fome e tens coiso, que às vezes ele dá-lhe vontade de comer e eu levanto-me e eu venho dar qualquer coisa para ele comer de noite, às vezes vai daqui a comida e não a quer comer logo e depois dá voltas e depois eu ponho-me ali à espera.

Entrevistadora: Recebe daqui a comida?

Entrevistada: Pois elas têm levado daqui a comida.

Entrevistadora: E tem tido apoio da sua família?

Entrevistada: Então tinha daquela minha filha, antes dela lhe ter acontecido isso, de lhe terem tirado aquele dinheiro e antes de isto estar mal, antes como isto estava ela ainda me levou a certos sítios, ainda me levou a Vilamoura, que agora nem falar nisso, nem tão pouco ela quer falar no Algarve, agora isso então. Ainda me levou a Vilamoura, ainda me levou à casa dela.

Entrevistadora: Não vai à casa dela?

Entrevistada: Já fui lá duas vezes, mas como eu, desejando de chegar àquelas pontes, os moços pequenos riam-se, aqui arrepiava-me.

Entrevistadora: E agora que precisa mais, tem tido apoio, que tem mais dificuldades, alguém a tem ajudado?

Entrevistada: Não, não me tem ajudado ninguém, era só ela que me ajudava.

Entrevistadora: E quais são as pessoas que são mais próximas de si?

Entrevistada: Mais próximas de mim, de família?

Entrevistadora: Sim, tem alguém?

Entrevistada: Tinha aquela irmã, mas tem noventa anos, não está como estas senhoras estão aqui.

Entrevistadora: E amigos, tem?

Entrevistada: Amigos já não tenho nenhum, tinha só estes que morreram, estas pessoas que eram do banco e que ela era também modista, eu ia lá a casa dela a cuidar do quintal e a cuidar das flores e a caiar.

Entrevistadora: E já morreram todos?

Entrevistada: Não, as filhas estão no Banco de Portugal e você ouviu falar de umas queimadinhas que morreram aqui em Beja, que apareceram queimadinhas, não ouviu falar?

Entrevistadora: Não.

Entrevistada: Ali ao pé da gare, ela era dos correios, enfermeira dos correios, como é que ela se chamava, aí depois esquece-me o nome das coisas.

Entrevistadora: E com aqueles que ainda estão vivos, costuma estar com eles algumas vezes?

Entrevistada: Essas pessoas antigas, que eu ainda considero pessoas de vergonha, essas ainda gosto de as ver, agora isto que está por aí já não gosto muito.

Entrevistadora: E costuma vê-las muitas vezes ou não?

Entrevistada: Às vezes quando vou à rua, quando vou ao Pingo Doce, que a minha volta é só ali o Pingo Doce e a Igreja e quando vou à farmácia, é só ali na ao pé dos bombeiros, não vou mais longe, não consigo andar por causa das pernas. De maneira que quando as vejo, alegro-me de ver aquelas pessoas, mas morreram-me já pessoas que eu me deixaram muito marcada.

Entrevistadora: E o que costuma fazer com elas, vai ao Pingo Doce?

Entrevistada: O barulho faz-me mal e só vejo tráfico à minha frente.

Entrevistadora: Não costumam fazer nada juntos?

Entrevistada: Não, não quero, não quero nada. Com as pessoas antigas é que eu queria, elas já faleceram, mas ainda estão cá alguns, quando me encontro ainda fico satisfeita quando os vejo. Agora pessoas como havia a vizinhança como havia aqui há anos já não, porque depois eu pensei, bem elas agora, parece que têm mais dinheiro, vivem agora com mais carros, com mais dinheiro, do que viviam antes quando eu trabalhava naquela rua de noite, quando eu trabalhava de noite para vir para o Lar, não faziam nada naquela rua encostadas à parede, não faziam nada e estavam mais velhas do que estão agora, agora estão mais novas.

Entrevistadora: E diga-me uma coisa está a receber apoio aqui do Centro?

Entrevistada: Pois, é daqui agora, agora tenho estado aqui, levo a comida, é a comida.

Entrevistadora: E porque é que veio aqui ao Centro pedir ajuda?

Entrevistada: Então o meu filho é que veio de lá e veio para aqui.

Entrevistadora: Foi do Hospital é que o encaminharam para aqui?

Entrevistada: Ele primeiro foi para o Hospital aqui de Beja muito mal, ele estava caído ao pé dos bombeiros, os bombeiros gostam muito dele e eles o Manel não está bem além, quer-se levantar e não pode, vamos lá ver o que é que ele tem. Oh estava ele todo sujo, todo coiso, parecia que era terra que tinha no corpo, pegaram nele e enrolaram-no numa manta ou sei lá o que foi, pegaram nele e levaram-no para o Hospital, conforme os bombeiros o deixaram. Caiu ali ao pé dos bombeiros, e depois ele aquele, o médico que o atendeu disse para a assistência do Hospital para tomar conta daquele caso, ele foi dali e eu depois no outro dia não o vi e eu disse assim então mas, deixei-me dormir,

então o meu filho. Ele às vezes vai para a Policia, a contar, às vezes quando estava melhor da cabeça, ia para a Policia contar-lhes muitas coisas, a Policia já me disse, o Comandante já me disse que ele deu-nos aqui grandes pistas, que a gente nem sequer os apanhava, diz o Comandante.

Entrevistadora: E quando foi encaminhada para aqui acha que a ouviram, acha que foi ouvida no seu pedido, na sua necessidade?

Entrevistada: Então eu depois dirigi-me aqui à doutora.

Entrevistadora: E como correu, acha que foi ouvida?

Entrevistada: Ouviu, acho eu, ele não veio sozinho lá de cima, ele quando esteve lá em cima el passou pelo Curry Cabral, esteve uma porção de tempo a soro e ele deixou de falar.

Entrevistadora: E você falou por ele para pedir ajuda?

Entrevistada: Não, ele não falava, ele deixou-me tão mal, tão mal, cheia de dívidas até aqui ao pescoço, olha deve aqui três maços de tabaco, e eu depois nunca fui criada nesse ambiente, olhe ele veio aqui buscar mais isto, ele veio aqui buscar mais isto, epá.

Entrevistadora: Ficou com muitas dívidas?

Entrevistada: Fiquei com muitas dívidas.

Entrevistadora: E acha que a sua situação agora foi resolvida?

Entrevistada: Ainda eu tenho dividas, ainda eu agora me têm estado a pedir dívidas que tenho que as pagar depois, ainda tenho, ele deixou-me até aqui entalada, um dizia-me isto, outro dizia-me aquilo, essas pessoas que eu digo que têm milhões de contos, dizem que têm milhões de contos, têm casas.

Entrevistadora: E só pediu ajuda aqui ao Centro ou já foi a outras instituições?

Entrevistada: Eu depois, disse-me aquele médico aqui do hospital, vá lá ao Centro ali abaixo. A doutora Fátima Lampreia, ela é que estava, foi ela que me atendeu e muito simpática e esteve tirando uma fotocópia do Manel e outra do meu e aquela coisa toda e disse vá um bocadinho para fora que eu depois já a chamo, naturalmente foi quando ela ligou para o doutor Paradela e ela foi tão simpática e foram duas escadas a descer ainda

cá para baixo, que ela estava lá em cima e ela viu-me a descer as escadas abaixo e mandou-me um beijinho.

Entrevistadora: Então foi lá que a aconselharam a vir aqui ao Centro?

Entrevistada: Foram elas que telefonaram ao Paradela e o Paradela telefonou para aqui.

Entrevistadora: E acha que mudou alguma coisa na sua vida depois de ter vindo aqui para o Centro?

Entrevistada: Eu acho que não mudou nada.

Entrevistadora: Não mudou?

Entrevistada: Não, não.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Eu acho que estou aqui, eu aqui estou, é como lhe digo, estou pensando onde o outro lá está, lá para cima, é lá para cima é que eu quero ir, quero ir para ao pé dele.

Entrevistadora: Então e diga-me também está aqui no Centro de Dia?

Entrevistada: Estou pensando de noite e dia, é que eu tenho medo que as meninas às vezes vão e ele não está em casa. Ele ontem tomou os comprimidos e chegava a casa, comprimidos, dinheiro, comprimidos e dinheiro.

Entrevistadora: O apoio que recebe é só ao nível da alimentação?

Entrevistada: É isso e assistência na toma dos medicamentos, higiene pessoal. Eu não tinha bronquite, apanhei bronquite apanhei tudo, eu não tinha tosse.

Entrevistadora: E diga-me está aqui com o seu filho no Centro de Dia?

Entrevistada: Pois, agora estou aqui. E quando ele não quer vir como é que eu faço? Em ele não vinho também não venho, depois vou deixá-lo lá sozinho.

Entrevistadora: E o que acha da qualidade do serviço, gosta de aqui estar?

Entrevistada: Eu não sei o nome de nenhuma.

Entrevistadora: Mas gosta de aqui estar?

Entrevistada: Gosto, eu estou bem em todo o lado, eu só não sei o nome de nenhuma. Eu se não fosse ele eu ia para a Cruz Vermelha, porque elas já me disseram para eu ir para lá.

Entrevistadora: E gosta do serviço, é bem atendida?

Entrevistada: Gosto da comida, que é uma comida boa, a comida é uma comida boa, gosto da comida e são carinhosas para ele. Só que elas podem ter medo, mas não tenham medo que ele o mal que me faz, os gritos é a mim, às vezes está desorientado quer comer às 4 da manhã, às 4 da manhã foi onde eu me constipei, às 4 da manhã a pedir-me dinheiro e eu perdi a noite não dormi, hoje estou aqui meio, eu custa-me um bocadinho andar assim de camionete, a camionete não é assim muito boa (risos) e aqui as estradas não prestam, fico sempre com uma dor aqui nas costas.

Entrevistadora: E diga-me uma coisa o que é um direito para si?

Entrevistada: Um direito sei que é, estão fazendo bem a estas pessoas que aqui estão, já viu pessoas aí com a idade que têm se não fosse isto, elas tinham esta idade.

Entrevistadora: E o que acha que é um direito seu, que direitos acha que tem aqui?

Entrevistada: Eu acho que isto há-de ser um bocadinho pobre, mas pelo menos a comida não é pobre.

Entrevistadora: E acha que tem direitos aqui dentro?

Entrevistada: Eu acho que terei como as outras pessoas direitos.

Entrevistadora: Quais é que acha que são?

Entrevistada: Sei lá, ser igual às outras pessoas, eu não sei.

Entrevistadora: Sendo assim, que direitos acha que tem?

Entrevistada: Acho que os direitos que tenho aqui dentro é de estar aqui, de estar aqui um bocado mais confortada, mas também lhe digo se não fosse ele talvez não viesse aqui parar ainda.

Entrevistadora: E deveres, acha que tem aqui deveres ou não?

Entrevistada: Olhe se elas quiserem dar deveres que dêem, se não os quiserem dar que não os dêem.

Entrevistadora: O que é que acha que é um dever?

Entrevistada: Olhe é as pessoas respeitarem-se umas às outras, é o respeito, é as pessoas serem humanas, não serem selvagens umas para as outras, isto agora também olhe não sei.

Entrevistadora: E o que é para si uma pessoa pobre?

Entrevistada: Uma pessoa pobre é uma pessoa honesta, boa.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Porque a gente temos no circo o pobre e o rico, foi isso que chamaram uma vez à gente, essa não me esqueço lá na rua, o rico, ali o palhaço pobre faz mais rir que o rico, o palhaço rico não faz rir quase nada (risos) todo pintado de branco e aquela coisa toda e não faz rir quase nada e o palhaço pobre faz mais rir que o rico.

Entrevistadora: E diga-me outra coisa, considera-se uma pessoa pobre?

Entrevistada: Em doença considero-me.

Entrevistadora: Acha que é pobre porquê?

Entrevistada: Para mim a maior riqueza era a saúde, é o que eu não tenho.

Entrevistadora: E se tivesse saúde acha que não era pobre?

Entrevistada: Eu sei lá se não tivesse saúde se não era pobre, não era nada ia vivendo, mas viver como esta gente vive também não quero, também não queria esse viver também não queria. Nem andar saindo do Pingo Doce e andar de café em café, que agora cada porta sim é um café, um é cafeteira, não cafeteira faz a minha filha que mora no Norte não bebe bicas, faz café de cafeteira.

Entrevistadora: E se pudesse o que fazia para acabar com a pobreza?

Entrevistada: Que eu pudesse?

Entrevistadora: Sim, se pudesse o que é que fazia para acabar com a pobreza?

Entrevistada: Então como é que a pobreza estava acabada com isto que aqui vai, com este regime que a gente tem em cima, onde é que essa pobreza se acaba? Já a senhora viu nesses bairros onde há tanto tráfico de droga.

Entrevistadora: E se mandasse o que é que fazia?

Entrevistada: Se fosse eu que mandasse, mandava o Salazar, olhe pronto digo-lhe já tudo, mandava como esse, não havia para cá droga, foi isso que deu cabo disto tudo.

Entrevistadora: E se pudesse onde é que gostava de viver?

Entrevistada: Onde é que gostava de viver, no monte.

Entrevistadora: Onde nasceu?

Entrevistada: Onde nasci.

Entrevistadora: Gosta de viver em Beja?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Porque não, não tenho recordações boas, nenhuma, nada, não fui amada, não fui nada, fui um farrapo que vim para aqui.

Entrevistadora: E o que é que ainda não fez na sua vida e que gostava de fazer?

Entrevistada: Agora nesta idade fazer agora?

Entrevistadora: Se pudesse o que é que gostava ainda de fazer?

Entrevistada: Agora com o filho assim, se fosse sozinha poderia ser, agora.

Entrevistadora: E se fosse sozinha o que é que gostava de fazer?

Entrevistada: Gostava de ler, ler, ler bons livros, punha-me e ler e via com esta vista e lia bons livros e arrumava as coisas de outra maneira como eu tinha dantes a casa que iam lá médicos, conheceu o doutor Lemos? Pois olhe esse foi também um apaixonado da minha mais velha, chegava a estar horas e horas naquele quarto e agora vá ver aquele quarto e vá ver como ele está.

Entrevistadora: Se pudesse gostava de ter a sua casa como tinha?

Entrevistada: Isso nem quero pensar nisso, ali o da Junta, não sei como se chama, disse que para aquela casa estar em condições tinha que gastar ali vinte ou trinta mil contos.

Entrevistadora: Como é que vê o seu futuro?

Entrevistada: Como é que o vejo, vejo-o cada vez pior filha.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Eu vejo as pessoas cada vez pior, parece que anda tudo mascarado, parece que andam parvas e agora com estes telemóveis, eu não posso ver isto, eu não posso ver esta gente com telemóveis a toda a hora, a toda a hora, até fui lá abaixo uma vez à Assistência Social, então ela atendeu-me com algum jeito? Então ela estava só a falar ao telemóvel, olhe eu digo-lhe uma coisa eu fui aqui ao Centro de Saúde, a minha médica é a doutora Sanina, ela é boa médica, como médica é boa médica, ela falou-me das pernas, disse-me que eu devia ter sido operada aqui às artroses, bem não fui, era magrita e não precisava destas coisas, nesse tempo já estava o peso em cima.

Entrevistadora: Chegámos ao fim, quer acrescentar mais alguma coisa?

Entrevistada: Digo-lhe uma coisa acho que o ensino das escolas agora é muito pior do que era dantes, muito pior, mas muito pior, acho que as pessoas não aprendem mas é nada, nada, nada.

Entrevistadora: Muito obrigada pelo seu contributo.

Entrevista - “ Paulo”

24 de Outubro de 2011

Entrevistadora: Muito boa tarde, agradeço muito o seu contributo para este trabalho de investigação, como já lhe expliquei ele tem o intuito de estudar a forma como pessoas que estão em situação de pobreza vivem a sua situação. Eu começava por perguntar alguns dados do seu perfil, quando é que nasceu?

Entrevistado: Nasci em 31 do 7 de 72.

Entrevistadora: E onde é que nasceu?

Entrevistado: Nasci no Hospital de Beja.

Entrevistadora: Portanto nasceu cá em Beja, verdade?

Entrevistado: Nasci cá em Beja, mas sou natural da Salvada.

Entrevistadora: E qual é o seu estado civil?

Entrevistado: Sou junto, os ciganos poucos se casam não é (risos), sou junto.

Entrevistadora: E tem filhos?

Entrevistado: Tenho cinco.

Entrevistadora: Tem cinco filhos, e são rapazes ou raparigas?

Entrevistado: Três rapazes e duas raparigas. Um já casado e outra por casar.

Entrevistadora: E os outros que idade têm?

Entrevistado: O que está casado tem 19.

Entrevistadora: E os outros?

Entrevistado: A outra que é a Vânia fez 18, tenho uma que é a Luana que fez 14 ontem, tenho um que é Moisés que tem 9 e tenho o Eliseu tem 15.

Entrevistadora: E quem são os seus familiares mais próximos, vive com a sua mulher e os seus filhos ou com mais pessoas?

Entrevistado: Não, na minha casa vivemos quatro filhos e sou eu e a minha senhora, o filho casado já está noutra casa à parte.

Entrevistadora: E quem são os outros familiares mais próximos que tem cá?

Entrevistado: Eu estou próximo da minha família quase toda.

Entrevistadora: É?

Entrevistado: Sim.

Entrevistadora: São muitos?

Entrevistado: Somos seis irmãos contando comigo e todos os dias estou em contacto com eles, todos estamos na aldeia na Salvada, todos os dias estou em contacto com eles. Todos os dias quero saber o que é que se passa, como é que estão, como é que não estão.

Entrevistadora: Está todos os dias com eles portanto?

Entrevistado: Todos os dias e quando não os vejo pergunto como é que está, como é que não está, são coisas que já vêm de há muito tempo.

Entrevistadora: É um hábito que sempre teve?

Entrevistado: Torna-se um hábito.

Entrevistadora: Onde mora, mora na Salvada?

Entrevistado: Sim.

Entrevistadora: E sempre viveu lá?

Entrevistado: Sempre.

Entrevistadora: E em termos dos seus estudos, estudou ou não, quais são as suas habilitações?

Entrevistado: Eu estudei quando era criança, durante quatro anos, depois tive que ir muito cedo trabalhar, aos sete anos fiquei logo sem pai e acontece que muito cedo fiz o quarto ano e fui trabalhar. Infelizmente dantes a vida era assim, sabe, fui trabalhar logo, fazer as campanhas e foi por isso que eu não estudei mais.

Entrevistadora: Gostava de voltar a estudar?

Entrevistado: Depois de adulto tirei, tirei um o 9º ano depois de adulto.

Entrevistadora: E em termos da sua profissão o que é que tem feito ao longo da vida?

Entrevistado: Desde cedo comecei a trabalhar logo no campo, ainda fui vendedor ambulante dei início à actividade, mas depois não deu e então depois fazia as campanhas em Espanha, Espanha era um local onde eu ia trabalhar, visto que o campo aqui estava um bocado, e então ia para Espanha e entretanto fui fazendo cursos.

Entrevistadora: Que cursos fez?

Entrevistado: Fiz um curso de pintor da construção civil, tentei nessa área mas depois não deu, mas fiquei com o curso e depois entrei como mediador.

Entrevistadora: E como é que surgiu essa hipótese de ser mediador?

Entrevistado: É assim eu trabalhava com a Associação Sementes de Vida e todos os dias elas iam para a Salvada e já me conheciam bastante. Elas estavam ligadas à Escola de Santa Maria onde há muitas crianças de etnia cigana e isso começou por aí, havia uma falta de um alguém para estar ali para acompanhar a comunidade e como já havia mediadores em várias partes do país, acontece que elas pensaram logo em mim, olha o senhor Paulo era uma pessoa boa que dava aqui para esse trabalho, e aconteceu comecei a ser mediador na Escola de Santa Maria.

Entrevistadora: Há quanto tempo é mediador?

Entrevistado: Então fui para, em 2008 comecei na Escola de Santa Maria, depois acabei contrato, entretanto houve candidaturas, o ACIDI que é que lançou essa proposta a Beja para ver se queriam um mediador e a Câmara de Beja aceitou logo porque fazia cá muita falta um mediador e foram-me buscar visto que já estava em Santa Maria e já havia algum conhecimento em toda a cidade da minha passagem por Santa Maria que

foi muito positiva e depois contrataram-me em 2009 com o projecto do ACIDI para a Câmara.

Entrevistadora: E tem sido até agora?

Entrevistado: Até agora.

Entrevistadora: Se eu lhe pedisse para me contar o como é que tem sido a sua vida o que é que me diria?

Entrevistado: A minha vida tem sido boa, tem tido altos e baixos. Sabe que a vida nem sempre corre como a gente quer, não é, por algum sentido é bom.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistado: Porque com a vida a gente aprende muito e as passagens que nós passemos há que tirar proveito delas nos maus momentos, nos ruins, nos bons, todo o tempo é proveitoso para a gente tirar experiência, não é, isto ao longo da minha vida tenho ganhado muita experiência, tenho vindo a adquirir coisas que é o saber ouvir, o saber escutar, estar sempre pronto. Isso são coisas que ao longo da vida a gente vai ganhando e há coisas que eu tinha que nem eu sabia, pronto coisas que vou adquirindo ao longo da vida que algumas são boas, outras não são muito boas, porque isto tenho coisas boas mas também tenho outras que são menos boas, mas pronto para o meu trabalho é o essencial saber ouvir, ter muita calma porque sabe isto de ser mediador é muito chato decidir, porque pronto nem sempre a gente estamos prontos para ouvir, isto às vezes não, isto há dias e há dias em que a gente pronto pela nossa vida. Sabe que o papel do mediador tem que estar sempre pronto para os outros e muitas vezes é difícil a gente estarmos sempre prontos para os outros, também temos a nossas coisas, temos a nossa casa e hoje não me apetecia e hoje não dava estou exausto e pronto essas coisas todas o mediador tem que deixá-las para trás e ao longo da vida eu tenho vindo a adquirir isso. Adquirir porque quero a todo o custo que isto mude a nível da etnia cigana, queria que isto mudasse com a etnia cigana e então como estou empenhado que isso mude claro que tenho que ter algumas características, algumas capacidades e uma das coisas que eu optei foi o ser mediador. Para mim foi muito bom, ao longo deste período de tempo que eu tenho sido mediador tenho feito algum trabalho que é reconhecido por todos os serviços, que não é fácil, porque antes de eu cá estar havia muitos conflitos, dizem eles, diz a Câmara que antes de eu cá estar havia muitos

conflitos, pronto havia certas situações que pronto não eram agradáveis e acontece que desde que eu estou cá as coisas estão mais calmas, as pessoas vêm falar comigo, eu tento sempre dar uma ideia para que eles não vão daqui desanimados. A pessoa quando vem à Câmara vem pedir ajuda e às vezes também irem para trás de mãos a abanar, isso não, então sempre lhe dou sempre uma esperança, uma ideia e pronto vou resolvendo sempre essas situações que cada vez está mais difícil, isto cada vez está mais difícil.

Entrevistadora: Falou há pouco de momentos bons e menos bons da sua vida. Quais é que foram os momentos mais felizes da sua vida?

Entrevistado: Eu sou uma pessoa que estou sempre contente, mesmo que as coisas não corram bem estou sempre contente, com uma esperança hoje está ruim amanhã com a esperança vai estar bom. Se vou pensar em certas situações claro fico triste e amanhã ainda fico mais, mas não sou desse aspecto, sempre que me levanto, levanto-me sempre bem disposto, sempre me levanto bem disposto e sempre pronto para o dia que me espera e na expectativa de sempre bem disposto porque isso é uma das formas que nós devemos encarar o dia a dia, a disposição conta muito, porque se vamos para o meu dia a dia porque eu sou mediador, mas não sou só na Câmara, eu sou 24 horas quase a bem dizer que eu sou mediador, pronto e então uma das coisas que eu como mediador tenho que ter é a minha disposição, porque se não há disposição não vale a pena. A gente sabe que isto está em crise, a gente sabe que as coisas não acontecem como aconteciam dantes, mas uma boa disposição faz com que as pessoas aceitem e vamos conversando e pronto eu acho que a boa disposição é uma mais valia para quem recebe as pessoas, para quem fala com as pessoas, para quem anda aí no dia a dia. Quando falo em momentos ruins e momentos bons, os momentos ruins claro que vêm, porque vêm muito, porque é assim as dificuldades às vezes fazem, pronto há dificuldades, há problemas.

Entrevistadora: E na sua vida, que momentos teve que mais o marcaram de mais felicidade, de menos felicidade, daquilo que já viveu?

Entrevistado: Pronto eu fui sempre feliz, eu fui sempre feliz, eu nunca, há pessoas que queriam ser isto queriam ser aquilo, eu não, vivo cada dia. Claro temos expectativas, mas eu não sonho alto, não faço estes planos, pronto eu quero, a mim interessa-me é o dia de hoje o de amanhã pertence a amanhã, claro que tenho tido, ainda agora me faleceu uma cunhada faz agora dois meses, isso já me faleceu, quando me fala em momentos infelizes é quando, nós os ciganos quando nos morre alguém estamos muito

ligados e sentimos muito, morreu-me uma sobrinha também há três anos de acidente, pronto esses é os momentos menos bons, claro que ninguém os quer, mas pronto. Além desses momentos ainda consigo dar força, dar a tal força ao mano, aos irmãos.

Entrevistadora: E os momentos assim mais felizes da sua vida, quais foram?

Entrevistado: Mais felizes, olhe eu vou-lhe contar. Eu, o dia mais feliz foi o dia do meu casamento, porque aconteceu que no dia do meu casamento fiz exame de condução, está a ver, o meu casamento durou oito dias. Fomos para Serpa oito dias, estávamos em Serpa, o meu casamento foi em Serpa e durou oito dias, no segundo dia tive que vir para Beja fazer exame de condução, às 8 horas da manhã tinha que estar cá em Beja aqui ao pé da gare, fiz exame de condução, o engenheiro, sabe eu sou uma pessoa muito aberta gosto muito de conversar, eu cumprimentei o engenheiro e depois disse senhor engenheiro hoje é o dia do meu casamento, e ele: ai que bom, muito bem. Dei uma voltinha, até não foi uma volta daquelas que era o habitual, foi uma voltinha mínima ali um quarto de hora, estacionei. Fui para o casamento estava tudo em festa (risos), tudo à minha espera, então este foi um dos momentos mais felizes da minha vida.

Entrevistadora: Considera que já viveu em situação de pobreza ou com dificuldades?

Entrevistado: Eu pronto, eu tenho tido sempre uma vida, quer dizer com algumas dificuldades. É assim, há pessoas que têm dificuldades, mas depois gastam o dinheiro mal gasto, está a ver dinheiro mal gasto, às vezes é assim, eu claro que o meu dinheiro dá sempre para eu gerir a minha casa, quer dizer as dificuldades, quer dizer eu queria ter mais condições e não as tenho. Agora quando falo em dificuldades é assim, eu tenho é que não falte o pão em casa, está a ver essa é a minha preocupação, porque há aí pessoas que para terem certas coisas em casa depois sofrem, eu não dentro da minha casa nunca faltou o pão e isso neste momento é muito importante a gente nunca faltar nada em casa e o que eu peço a Deus é que nunca me falte o pão dos meus filhos em casa.

Entrevistadora: Alguma vez lhe faltou para si, ao longo da sua vida?

Entrevistado: Sim, vários dias às vezes já tem faltado, mas quando falta de manhã à tarde já há, está a ver, é a tal coisa. Mas são coisas que há pessoas que, eu estou preparado para isso sabe, eu sou uma pessoa que também os meus gastos são poucos, não fumo, eu bebo pouco, eu não saio, pronto eu sou uma pessoa que olhe muito me geral para a minha casa e então poucas despesas faço, mas já tenho tido situações de às

vezes, custa-me muito quando os meus filhos querem uma coisa e eu não lhe posso comprar e tento explicar: o pai não pode porque o pai não tem; e eles não aceitam querer, eu sei que eles não aceitam e isto custa-me não é. Um pai quer dar o essencial a um filho e muitas vezes não há, não é, e muitas vezes sempre tento explicar porque é que não há, mas deixa pode ser que para o mês que vem.

Entrevistadora: E quais é que acha que são as razões de querer dar aos seus filhos e não ter, porque acha que acontece isso, que está nessa situação?

Entrevistado: Porque é assim na minha casa só entra um ordenado que é o meu e esse é o grande problema, eu tenho só o meu ordenado e tem que dar, somos quatro, seis pessoas em casa já sabe como é que é calçar, vestir e a comida, isso mal dá para pronto, para sobreviver, não dá para mais nada pronto. Se houvesse, a mulher andar à procura de trabalho mas não encontra, isto está cada vez mais difícil e pronto penso que isso é, se entrasse mais alguma coisa pois claro sempre dava para fazer mais alguma.

Entrevistadora: O que é que tem feito para tentar mudar essa situação?

Entrevistado: Tenho feito, é assim agora têm lançado em muitas instituições cursos, a minha senhora pronto não sabe ler nem escrever, então ainda agora, eu pertença à luta contra a pobreza e estivemos no Porto e eu lancei lá um apelo aqui para Beja que houvesse cursos de alfabetização para que aquelas pessoas que não sabem ler aprendessem a ler para que assim um dia mais tarde houvesse uma possibilidade para trabalho, porque está sendo muito difícil, mas pronto vale a pena sempre nós tentarmos, estarmos sempre disponíveis, não é. E então tenho ido a vários sítios à procura de trabalho para a minha senhora, mas não tem sido possível, as pessoas dizem que isto está mau e está claro, há uma dificuldade grande de trabalho e as pessoas que são analfabetas ainda mais, é isso.

Entrevistadora: E aqueles momentos em que sente mais a pobreza, quando sente mais algumas dificuldades, como é que acha que chegou a essa situação, porque é que acha que isso lhe aconteceu?

Entrevistado: Ora bem, quando a gente íamos, é assim aqui toda a região, a Espanha dava muitas oportunidades, porque nós íamos para a Espanha e a Espanha era um sítio que nós íamos e fazíamos o nosso dinheirinho, tendo o trabalho ali nós íamos e isso era uma, desde que Portugal entrou em crise a Espanha também entrou e isso foi uma

grande perda de oportunidade de trabalho, porque tínhamos na Espanha, e então desde que Portugal entrou em crise a Espanha também foi atrás e desde aí tem havido uma grande dificuldade, uma grande dificuldade mesmo.

Entrevistadora: E em termos do seu dia a dia, como é que passa o seu tempo, como é que é o seu dia a dia?

Entrevistado: Então olhe, o meu dia a dia é saio de casa deixo os dois mais pequenos na escola às 9 horas, depois venho para o meu trabalho e aqui estou até ao meio dia e meia, depois vou almoçar e depois saio às cinco e meia.

Entrevistadora: E com que pessoas é que contacta no seu dia a dia, com muitas pessoas?

Entrevistado: Com muitas, muitas pessoas. Estou naquela parte do atendimento geral e por ali passa tudo, passa tudo, todas as pessoas que vêm à Câmara pedir apoios e ajuda passam por aquele lugar e mais a minha colega ali e pronto faço do meu dia a dia a minha vida, com a minha boa disposição faz com que esteja sempre, há pessoas que nunca estão contentes, eu não eu sou uma pessoa que estou sempre contente, sempre, quando alguma coisa me deixa triste faço sempre com que, ultrapasso um bocado, já passou vamos esquecer. Então, porque a vida, a vida é curta, a vida é como um jogo hoje se perde amanhã se ganha e há quem não saiba perder e nós temos que saber ganhar e saber perder. E pronto faço da minha vida e faço do meu dia a dia aqui na Câmara sempre bem disposto com toda a gente, às vezes vêm pessoas aos serviços que não vem bem dispostos: e porque é que não fazem isto e porque é que não fazem aquilo e vocês não fazem nada?; e às vezes nós estamos bem dispostos e ao ouvirmos bocas: vocês não fazem nada, vocês são uns vigaristas; claro que a pessoa não fica bem disposta, mas nunca isso me afectou, nunca me afectou e depois aí tentando falar com as pessoas, as pessoas vão, porque o essencial do meu trabalho aqui é a pessoa vem muito furiosa, vem com umas ideias muito diferentes e quando sai diferente e é isso que eu quero a pessoa sai com uma esperança, com isto com aquilo e é isso que eu quero. O diálogo conta muito, a gente fala com eles, mas veja lá esteja lá calmo, passe um bocadinho mais tarde o Engenheiro não está, ou a Doutora não está, ou isto ou o outro e sempre tento que a pessoa vá mais calma, essa é a minha intenção sempre do meu dia a dia, esse é o meu dia a dia.

Entrevistadora: E tirando aqui o local de trabalho, que outros locais costuma frequentar, onde é que costuma ir?

Entrevistado: Sabe, eu sou Pastor Evangélico, também me ocupa muito o meu dia a dia, sou voluntário nessa área toda, faz falta. Porque é assim as pessoas convidam-me e há convites que ficam muito longe e estar aqui no trabalho, eu tenho dias que saio daqui e nem vou a casa.

Entrevistadora: Vai directo?

Entrevistado: Vou directo e tenho dias que chego a casa às 11 horas (da noite), chego estoirado, chego a casa já está tudo a dormir, se calhar nem janto não me apetece, mas pronto só de ir ao sítio que me estavam esperando. Tenho dias que é desde as 9 horas até à meia noite.

Entrevistadora: E tirando o facto de ser Pastor Evangélico, vai a outros sítios, que locais costuma frequentar?

Entrevistado: Pronto, estou ligado aqui ao Núcleo Distrital de Beja da Luta contra a Pobreza, com o Anselmo, pronto isso também, o voluntariado mexe muito comigo, sabe as pessoas, isto da crise, estou sempre ocupado, sempre.

Entrevistadora: E sem ser no trabalho, quando não está a trabalhar costuma frequentar outros locais?

Entrevistado: Sim eu vou, cafés não, eu não sou pessoa para estar nos cafés, não.

Entrevistadora: Onde é que costuma ir?

Entrevistado: Conviver, porque é assim eu às vezes quando saio de casa eu levo horas (risos) é um e é outro e conversa para aqui, conversa para ali, num trato de um assunto meu é sempre dos outros e isso torna-se no meu dia a dia. Ainda foi ontem, não, sábado fui às compras com a minha mulher e uma seca e a minha mulher disse assim: eu deixo de vir contigo (risos); então mas que conversa é essa (risos) então agora queres que eu deixe as pessoas, as pessoas vêm falar comigo, sim eu tenho tempo mas também poças, mesmo ao sábado, é sábado, é domingo, então como é que vais e como é que vai isto e como é que vai aquilo e já trataste disto e já trataste daquilo, então quando é que vamos ali. E isso tudo não é, uma das coisas que eu não gosto de fazer é deixar a pessoa

plantada ou voltar as coisas ou reagir com uma má, não, tento sempre dar uma boa resposta e isto às vezes custa porque epá a gente estar a fazer compras e é confrontado com uma pessoa epá e já está outro à espera, epá por favor logo não posso sair de casa não é. Mas, pronto mas dentro desses problemas todos, pronto sinto-me bem porque as pessoas, é sinal que as pessoas gostam não é, gostam de me ouvir e gostam de falar comigo.

Entrevistadora: Se pudesse escolher como é que gostava que fosse o seu dia a dia?

Entrevistado: O meu dia a dia, olhe eu não sou daquelas pessoas que pronto faça muitas coisas, eu estou contente com o meu dia a dia. Eu se pudesse escolher o meu dia a dia era, se eu pudesse escolher era tratar dos assuntos das pessoas todas, essa era para mim era uma vitória grande, era as pessoas vinham ao pé de mim e eu tentar sempre uma solução, tem falta disto tome lá. Essa era a minha vontade para mim, era a coisa mais importante resolver a situação das pessoas, porque cada vez são mais os problemas, porque é assim eu quase todos os dias me chegam pessoas, a mim contam-me tudo, epá pessoas que não têm água em casa, a água está corta, isso para mim é uma tristeza, têm a luz corta e vêm falar comigo e eu não posso fazer nada porque não, simplesmente vai daqui só um incentivo, um apoio, um consolo, uma esperança, só mais nada e eu não queria só isso entende e quando falo com as pessoas é sempre, as pessoas têm que saber que eu não mando nada, se eu mandasse eu dava mas como eu não mando. Sempre nesta expectativa de dar uma esperança, deixa lá, e já viu a gente saber de pessoas que estão em casa querem tomar banho e não têm água está corta, quererem a luz e não têm luz e isso para mim é, se eu mandasse ou se eu quisesse que as coisas mudassem era nesse aspecto.

Entrevistadora: E em relação à sua família que falou há pouco, como é que é a relação com a sua família?

Entrevistado: Muito boa, muito boa, eu sou dos irmãos mais novos, entre os ciganos os mais velhos é que mandam, mas eu não, eu sou dos mais novos mas estou sempre ali pondo a pata (risos) ou seja sempre estou dando apoio e eles qualquer coisa fazem conta comigo. Olhe que isto entre os ciganos é muito difícil o mais velhos escutarem os mais novos e no meu caso não os mais velhos, até a minha própria mãe que ela é a nossa amada é a minha mãe, bastante sofreu para nos criar e ela dá sempre as suas opiniões, mas quando eu falo até ela me escuta e ela sabe que eu quando falo é sempre com uma

esperança de fazer o bem para todos quando falo, há pessoas que falam mas quando é para o lado deles puxam, eu não, eu não puxo nem por mim nem por ninguém, dá-se sempre o que é melhor e eu dou sempre a minha opinião, por isso o meu relacionamento com a minha família não podia ser melhor.

Entrevistadora: Tem tido apoio da sua família, mesmo naquelas situações que me descreveu em que passou menos bem, em que teve mais dificuldades?

Entrevistado: É assim, quando eu falo nessas dificuldades entre a família, é a família toda que está a sofrer e aí é que é, eu dar força a eles e depois chegar a momentos não ter força para mim, isso é que é, quando chegar aí é que não se pode fazer nada, é dar força aos outros e depois não ter força para mim. Aí tenho o apoio da minha mulher, ela bastante apoio me dá, dá-me sempre força.

Entrevistadora: E quando passa alguma dificuldade, de ter falta de alguma coisa, a sua família apoia-o?

Entrevistadora: Sim, sim a minha família sempre, às vezes há coisas que eles nem se apercebem e quando eles se apercebem até se zangam muito: então porque é que não disseste?; deixa também agora estar a chatear, deixa também e então tenho sempre apoio deles e se eles um dia souberem que estou passando uma dificuldade e se eu não lhes disser eles ficam chateados comigo, porque eu faço-lhes igual a eles ajudo-os muito, quer a dizer a ajuda às vezes não é a nível de dinheiro, o apoio não é, às vezes não é só dinheiro, a pessoa só pensa no dinheiro, claro que sem dinheiro não se faz nada, mas às vezes a presença de uma pessoa cá para mim às vezes vale muito mais do que o dinheiro, um consolo, uma ideia, um apoio, isso conta muito, isso conta muito e eu nesse aspecto não sinto falta porque eu uso uma palavra muito boa: o que semeamos, colhemos e eu como semeio também colho.

Entrevistadora: Quem são as pessoas que lhe são mais próximas, são da sua família ou são amigos?

Entrevistado: Tenho muitos amigos, tenho muitos amigos, quer dizer eu acho que não tenho inimigos, eu para mim não tendo inimigos, porque mesmo aquelas pessoas que me fazem mal eu não olho para elas como inimigas, para mim não tendo inimigos, mas as pessoas mais próximas é a minha família. E tenho amigos mesmo como colegas de trabalho são meus amigos, tinha amigos muito próximos mas como levaram certos

rumos, anda ter aqui ao café e eu ao café não vou e aí criamos uma barreira, epá tu nunca saís de casa, epá deixas de ser meu amigo, eu para o café não vou, eu não vou para o café no café há muita coisa, é as bebedeiras e as safadices é essas coisas todas, não vou ao café e muitos amigos que eu tinha, muitos perdi-os.

Entrevistadora: Por isso?

Entrevistado: Exactamente, além de ser cigano, fiquei com muitos amigos da escola de criança, das brincadeiras. Quando eu saio do meu trabalho vou para casa e às vezes quando passo por um café, claro que entro num café e as pessoas dizem assim: eh grande milagre! Fica tudo espantado quando entro num café, se não é de hábito, entro mais aqui em Beja num café do que entro na Salvada, eu quando vou daqui para a Salvada acabo o meu trabalho não vou para o café, vou para casa e já não saio, só se algum colega meu vier lá a casa e quiser ir tomar o café, mas o café dois minutos, passa pelo café, bebe o café e dois minutos casa. Pronto e às vezes quando vou ao café e encontro os meus amigos de escola: epá espera lá, espera lá um bocadinho já vais, então e lembras-te do outro? Então não havia de me lembrar, e a conversa até dura mais cinco ou dez minutos, mas quando vou aos cafés é só pronto as pessoas até ficam espantadas.

Entrevistadora: Com a sua família disse-me que estava diariamente e com que frequência encontra os seus amigos?

Entrevistado: Os meus amigos, tenho amigos que mesmo que estejam longe estou sempre em contacto com eles, os telemóveis é uma aproximação que nós temos em cada dia a estar em contacto uns com os outros: epá hoje não posso ir ter contigo. Está bem pronto.

Entrevistadora: E o que costumam fazer?

Entrevistado: A gente, os meus amigos mais que eu tenho, os ciganos são mais os da igreja, são pessoas que encaixam mais comigo, não fumamos, não bebemos, é só para pronto sabe que há amigos querem é petiscos, querem é isso. Podemos é querer um petisco, olha vamos para casa (risos) mas há muitos que não querem, ah petiscos isso vamos para o café, isso eu não um petisco ou vamos para o campo ou para isto ou para o outro e isso. Com os da igreja é que eu estou mais, estamos a falar desta igreja ou daquela ou dos problemas, sabe eu pertença à Associação de Portugal, sabe e então há muitos problemas de Norte a Sul e depois pronto temos estes problemas, até já me

queriam pôr como responsável, mas eu disse que não, não pode ser, não posso ocupar muitos cargos senão depois por causa de uns perco outros e então não dá.

Entrevistadora: E com a sua família o que é que costuma fazer?

Entrevistado: Com a minha família em casa, oh em casa, quando chego a casa há sempre, tenho os meus dois mais pequeninos estão sempre os dois, um quer uma coisa e o outro quer outra e eu quando chego a casa é vá, eu tenho que ouvir logo o que é que se passa (risos), ah o mano não me deu isto, o mano não me deu aquilo, o mano fez isto, o mano fez outra, o que é que se passa. Todos os dias quando chego a casa ou é minha mulher que está: olha zanga-te com eles que eles fizeram isto, fizeram aquilo, a pai tem que ouvir tudo. Quando chega o pai a casa é as filhas, é a mulher, é os filhos, é tudo e eu tenho que estar pronto para eles também, está a ver. É que eu além de estar aqui, chego a casa também tenho que estar pronto para eles, pronto para ouvir, porque se o meu filho o mais pequeno se ele está zangado e se eu não dou atenção, oh já não me mostra a cara o resto do dia, está a ver. Uma pessoa às vezes vai daqui exausto e chega a casa ainda tem que ter esta abertura, esta paciência de ouvir: vá o que é que se passa? Porque foi o hábito, foi o hábito, ainda foi ontem sai e depois quando cheguei estava ele o Eliseu, porque o Moisés não lhe dei a bicicleta, partiu-lhe a bicicleta, não sei quê, não sei que mais e eu também não vinha, pronto há dias, também não estava nos meus melhores dias, mas eu quando ele estava a falar comigo quando eu não liguei, ficou logo ele assim, mas conta lá que o pai quer ouvir, comecei então a ouvir, ele explicou-me, ah ele fez isso, anda cá Moisés e aí ele ficou mais contente.

Entrevistadora: E o que é que costumam fazer quando estão todos juntos, aos domingos por exemplo?

Entrevistado: Quando estamos todos juntos, vou passear, nem sempre não é porque às vezes tenho domingos que estou em trabalho. Os domingos que estou em casa claro é para dar um passeiozinho, claro não muito longe, um passeiozinho, vamos à casa do meu filho, às vezes vou ao pé dos meus sogros são de Santo Aleixo e pronto.

Entrevistadora: E em termos da relação que tem tido com as instituições, está a receber algum tipo de apoio neste momento ou os seus rendimentos provêm do seu trabalho ou está a ser apoiado por alguma instituição, neste momento?

Entrevistado: É assim através de uma instituição mas a que nível?

Entrevistadora: A nível financeiro se está a receber algum apoio.

Entrevistado: Não, pronto a REAPN que é a luta contra a pobreza é uma coisa que não tem fundo lucrativo, como é que eu vou explicar, é uma coisa voluntária, quando as coisas são voluntárias parto para elas sem interesse, se estou lá é porque quero é voluntário. Essa luta contra a pobreza a que eu estou ligado sou o representante cá de Beja, ainda , estivemos no Porto a semana passada, o apoio pronto tivemos uma reunião no Porto, essa reunião para lá chegar, para estar lá às 8 da manhã no hotel onde se íamos reunir, tive que passar o domingo o dia inteiro no autocarro a recorrer pessoal, abalar aqui de Beja, passar por Évora, recorrer os de Portalegre, passar a Lisboa, a buscar os de Setúbal e irmos por aí acima e abalar de casa às 10h30 da manhã para chegar às 8 da noite ao Porto.

Entrevistadora: Actualmente vive do seu ordenado?

Entrevistado: Só vivo do meu ordenado, essas coisas da igreja, da luta contra a pobreza, isso é tudo voluntário, pronto gosto tudo o que é para ajudar, sou daquela pessoas que gosto, isso é dar-mos de nós aos demais. A luta contra a pobreza é voluntariado, é falar com as pessoas em situação de pobreza, é ajuda-las, o que é que faz falta o que é que não faz falta, e isso são coisas que eu não vou adquirir nada, são coisas que eu estou disposto a ajudar.

Entrevistadora: E já recorreu a alguma instituição para pedir apoio?

Entrevistado: Não, era, fui sempre daquela pessoa pouco amiga de pedir.

Entrevistadora: Nunca recorreu a instituição nenhuma para pedir nada?

Entrevistado: Não, mas neste momento fui pedir apoio às Cáritas e não estava na lista se calhar tenho que esperar mais um ano, mais um tempo está a ver, era o único apoio que eu.

Entrevistadora: Foi o único apoio que pediu foi à Cáritas?

Entrevistado: Sim.

Entrevistadora: E porque é que pediu, porque recorreu a essa instituição?

Entrevistado: Porque, pronto estão a dar coisas muito boas e pronto essas coisas todas que eu compro e era mais isso que eu não comprava a farinha, a massa, o arroz, essas coisas todas. Dizem que me dão, mas agora aquilo é por lista e eu não estava nesta lista, mas agora vão-me pôr na próxima lista, que isso agora vai levar algum tempo, pronto eu disse está bem deixe estar quando vier é sempre bom.

Entrevistadora: Sente que foi ouvido nesse pedido?

Entrevistado: Sim, a esse nível sou sempre bem recebido em todas as situações, instituições que eu vou sou sempre bem recebido, sempre bem recebido.

Entrevistadora: Sendo assim após esse pedido a sua situação ainda não foi atendida?

Entrevistado: Elas disseram que me davam, mas pronto tem que ir a uma lista de espera, que fizeram agora uma e quando lançarem a outra já me vão pôr.

Entrevistadora: Portanto não recorreu a mais nenhuma instituição na sua vida?

Entrevistado: Não.

Entrevistadora: E a esta de quem foi a iniciativa de recorrer à Cáritas, foi sua?

Entrevistado: Não, foi da minha mulher, ela disse-me olha as Cáritas estão a dar estas coisas e isso era muito bom, e eu então olha deixa que eu vou lá, depois fui lá e falei com a minha colega que lá está também e ela disse-me então venha cá senhor Paulo, inscreva-se cá que a gente pode fazer isso, inscrevi-me porque não estava lá nessa lista que saiu agora. As Cáritas agora vão dar pelas aldeias e deram à minha família, a mim não me deram porque eu não estava na lista não é e então fui, a minha senhora disse-me e eu fui depois lá falar com eles e não senhora podemos sim senhor e portanto tenho que ir para uma lista.

Entrevistadora: Sendo assim ainda não sentiu que isso tivesse mudado nada na sua vida, porque ainda não recebeu nada?

Entrevistado: Mas pronto já estou à espera já é bom, não é, já é bom.

Entrevistadora: E como é que avalia a qualidade dos serviços prestados por esta instituição, qual é a ideia com que ficou quando recorreu à Cáritas?

Entrevistado: Eu pensei que pronto ia chegar lá e dava o meu nome e quando dessem aos outros me davam logo a mim, pensando eu assim, mas não. Eles lá disseram-me que eu não estava nesta lista, fizeram-me uma lista, fizeram-me uma lista de 2011, já está chegando ao fim, agora vão lançar em Janeiro ou Fevereiro a lista de 2012 e aí nessa lista é que me vão pôr a mim, porque se não estiver não me podem dar.

Entrevistadora: E como é que avalia a qualidade do serviço quando lá foi?

Entrevistado: Bom eles não eram para olhar para, pronto nessa área a pessoa se vai lá é porque tem falta e eu acho que a pessoa ao ir a esses serviços pedir ajuda, devia ser logo ajudada, não é. Uma lista e se essa lista está cheia porque que é que eu tenho que esperar mais um ano? Acho mal, mas pronto são ordens que eles lá põem que eu aceito, mas eu aceito mas há muita pessoa que não aceita, porque havia lá muitas pessoas a dizer e a gente o que é que come e isto e o outro e com razão, não é, e com razão porque ali é um sítio que as pessoas vão e onde dão a ajuda alimentar e só lá vai quem tem falta e era para ser logo ajudado, mas pronto, entendo assim, mas há muita pessoa que não entende. Claro que eu quando lá fui era com intenção de dar o meu nome e na próxima ronda que fossem dar, que me fosse dado a mim.

Entrevistadora: Quais é que considera que são os seus direitos e os seus deveres face à instituição a que recorreu?

Entrevistado: Os meus direitos é assim, desde logo que a Cáritas é uma instituição que está a dar apoio eu acho um direito, eu acho um direito que se eles estão pronto a dar essa ajuda acho um direito que eles também me podiam dar, mas também acho que é cada vez mais as pessoas que concorrem a essa ajuda e não chega a todos, não é. É assim cada vez mais, eu soube no dia que lá fui que estão a dar muitas refeições às pessoas que não têm onde comer e estão a dar muitas refeições e acho muito bem darem. Às pessoas mais estrangeiras, mais estrangeiros, tudo o que é estrangeiro está cá na cidade de Beja, está tudo a almoçar ali e a jantar, também não é assim os portugueses que às vezes vão lá já se têm queixado que os estrangeiros têm mais direitos do que os outros que estão cá, mas isso já são coisas que, vejo que o direito é que eles possam dar ajuda, mas também há um dever que eles têm, têm muita pessoa e então às vezes não dá para todos não é.

Entrevistadora: E quais é que acha que são os seus deveres perante a instituição?

Entrevistado: Então acho que é bom, que é um dever muito bom porque eles estão a fazer um trabalho muito bom.

Entrevistadora: E acha que tem alguns deveres para com a instituição?

Entrevistado: Sim, eu acho que sim, se eles estão a dar ajuda acho que têm que dar ajuda a todos é um dever, pronto se eles estão a dar essa ajuda todas as pessoas que têm falta, acho que é um dever também meu se eu for lá ter direito a isso, não é.

Entrevistadora: E o que é para si um direito?

Entrevistado: Um direito para mim, um direito é ter direito às coisas que eles têm também tenho direito, visto que às vezes os direitos nem para todos são iguais não é, mas pronto acho que o direito de qualquer português é ter o essencial, não é.

Entrevistadora: Porque é que acha que os direitos não são iguais para todos?

Entrevistado: Acho que em Portugal há muitas injustiças, há uns que têm mais direitos que outros, está mal, acho que pessoas que têm direito a umas coisas porque têm lá as cunhas. Isto das cunhas faz com que hajam muitos direitos, porque eu tenho visto pessoas que vão recorrer a um direito e não lhe é dado e depois fulano tem esse direito e fulano tem o outro, está a perceber. Isso é sinal, mostra que os direitos não são iguais para todos, não é, e acho que o direito devia servir ser igual para todos não é, só que cá em Portugal é assim, as cunhazinhas também contam, as ajudas, está lá fulano e vou lá, é aquele fulano que me vai fazer isto e me vai fazer aquilo e a pessoa depois ultrapassa certas regras, certos limites, passa por cima, este está primeiro e deixa o outro para trás e põe o outro à frente, pronto. Acho que os direitos deviam ser todos iguais, para todos.

Entrevistadora: E o que é para si um dever?

Entrevistado: Um dever para mim é respeitar toda a gente, não maltratar ninguém, um dever para mim é às vezes pessoas, pôr-se no lugar do outro, do próximo, para mim era um dever que toda a gente devia ter era pôr-se no lugar do outro. Porque às vezes não custa nada, está no lixo olha, será que aquela pessoa que está no lixo não sente vergonha de estar no lixo, a apanhar lixo, tem a água corta olha que se lixe, será que essa pessoa que vem cá que tem a água corta, será que essa pessoa não tem vergonha de vir cá dizer que tem a água corta. Certas situações que eu quando falo com as pessoas, ponho-me no lugar deles e quando a gente se põe no lugar destas pessoas que têm falta então aí as

coisas mudam, porque às vezes não se faz porque não se quer, há coisas que não se podem fazer, mas há outras que não se faz porque não queremos fazer, às vezes está mesmo ali à mão e não se faz não é, porque às vezes as pessoas vêm as coisas diferentes e ao vermos as coisas diferentes não valorizamos porque é que a pessoa, às vezes as pessoas passam por situações e a situação faz com que eles façam esses pedidos, essas coisas e passem por situações menos agradáveis, mas é a situação que estão a viver, não é. A pessoa que nunca viveu dessa forma claro que não sabe valorizar essas pessoas, pronto para mim um dever é respeitar toda a gente e quando se respeita toda a gente, é atender a pessoa, tratar da pessoa, isso é um respeito que a gente temos que dar às pessoas para aquelas que estão mais necessitadas, para aquelas que andam que levam uma vida que não é o habitual. Quem é que não quer ser rico, quem é que não quer ter uma vida boa, claro que há situações que há pessoas que podiam ter vidas boas e não as têm, porque é conforme eu disse há bocado a vida é um jogo e uma vez se perde e outra vez se ganha e há pessoas que perdem e tornam a perder novamente e quando se perde é um alerta, perdes hoje a ver se amanhã não perdes, está a ver, mas há pessoas que perdem hoje: ah deixa e amanhã perdem novamente e nunca lhes serve para que eles parem: epá espera aí não posso perder mais, então o que é que eu tenho que mudar, o que é que eu tenho que fazer. Oportunidades todos têm, uns mais do que outros, não é.

Entrevistadora: E o que é para si uma pessoa pobre?

Entrevistado: Uma pessoa pobre é assim, a pessoa pobre para mim a pessoa pobre é feliz, é mais feliz o pobre do que é o rico para mim.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistado: Porque a pessoa pobre, eu falo por mim, quer dizer o rico, porque é que o rico nunca está contente, eu não sei, grande vida, grandes carros, grandes casas, vejo-o chateado e vejo-o preocupado. Será que ser rico é bom? Às vezes olho para o pobre vai passear todo contente, quer dizer o pobre porque é pobre está contente, está mais contente o pobre por ser pobre do que está o rico por ser rico.

Entrevistadora: E porque é que acha que os ricos andam assim?

Entrevistado: Porque o rico nunca está contente, o rico para ser rico cada vez quer ter mais, hoje tem dois e está fazendo tudo por tudo para amanhã ter três e daqui a uma semana quer ter cinco porque é rico, se é rico quer é juntar mais riqueza, mas o pobre

em tendo o trabalho e o pão do dia a dia, não lhe falta o pão de cada dia, quer dizer não se come bifes come-se uma açorda (risos).

Entrevistadora: E aqueles que não têm isso?

Entrevistado: Agora espere aí isso já não é pobre.

Entrevistadora: Então o que é?

Entrevistado: Para mim o pobre, o problema foi sempre este, ser pobre é uma pessoa que trabalha ganha o dia a dia, porque é assim o pobre chega ao fim do mês acabou o dinheiro mas nunca faltou nada, esse para mim é o pobre, estou a falar desse pobre que trabalha para comer, esse pobre é feliz, estou a falar dessa pobreza. Agora há aqueles que já não são pobres, vivem umas vidas que pronto isso já não é pobreza, porque é assim o pobre lá por ser pobre mas tem que ter uma casa.

Entrevistadora: Como é que chama aos outros que não têm casa, não têm dinheiro?

Entrevistado: Como é que chamo, há muita maneira, nós chamamos-lhes os nómadas, nós os ciganos os que não têm casa são os nómadas. Pronto eu acho que as pessoas vão-se habituando, porque a pobreza está dividida segundo os hábitos, há o pobre que pronto, epá sou pobre posso passar sem isto e há o outro pobre olha hoje é oito, amanhã é oitenta. Eu acho que todo o pobre devia ter um tecto e devia ter pronto um trabalho, esse é o pobre, um tecto, ter o essencial que é a água e a luz e trabalhar para comer, para mim é o pobre.

Entrevistadora: Considera-se pobre?

Entrevistado: Sim.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistado: Porque não sou rico (risos). Considero-me pobre sim, mas sou feliz, é por isso que eu não gosto de ser rico, sabe que eu não gostava de ser rico.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistado: Porque eu ao ser rico era logo pobre, só gostava de ser rico com uma intenção ajudar as pessoas. Só que sendo rico se calhar não tinha a liberdade que tenho, sou uma pessoa livre, sou uma pessoa que tenho que dar contas ao meu serviço, trabalho, mas de resto não tenho que dar contas a ninguém, vou para onde quero e então sou uma pessoa livre. Tudo o que faço, há pessoas que se escondem de A, B ou C, eu não eu tudo o que faço é livre e se calhar se fosse rico já não tinha a liberdade que tenho, sabe isso para mim ia-me prejudicar, porque há coisas que nasce connosco e não há riqueza que pague isso.

Entrevistadora: Porque acha que os ricos não são livres?

Entrevistado: Não, acho que não. O rico deve ter uma vida muito ocupada, vive preocupado, não dorme, acho que o rico só de estar a chover ah, o que tem não o faz estar quieto, não o faz estar sossegado e o pobre não, o pobre tem o seu trabalho, já sabe que de manhã tem que se levantar para ir para o trabalho e até aquelas horas tem que estar no trabalho e chega aquela a casa e se calhar ainda vai cavar, mas está contente e o rico hoje o negócio ganhou mas não ganhou o que ele queria, não está contente, eh o sacana e isto e aquilo e o outro, quer explorar, quando mais explorar, quer dizer nunca está contente, o rico nunca está contente.

Entrevistadora: Se pudesse o que faria para acabar com a pobreza?

Entrevistado: Era tirar aos ricos e dar aos pobres (risos). Se eu pudesse não havia ricos, uma vida toda igual, todos iguais todos diferentes conforme somos, mas para mim era tudo igual, tudo ter os mesmos direitos, os mesmos deveres, as mesmas obrigações e estarem todos no mesmo patamar. Para mim isso era o essencial, porque um ter muito e o outro não ter nada, não, epá há ricos olham para os pobres ah pobre, ser pobre! É assim há ricos que olham para os pobres como miseráveis, és sempre um pobre desgraçado, então isso está mal, essas pessoas mereciam agora vais ver o que é ser pobre. Agora claro que nem todos são iguais não é, há pessoas ricas que são boas, porque é assim eu acho que o pobre, que nem todo o pobre também é bom, há pobres ruins, mas pronto o essencial é o pobre é uma pessoa boa que passa por momentos ruins, momentos menos bons e então está adaptado ao nível da dificuldade e a dificuldade é ter dificuldade, alegria e então sabe valorizar todas as áreas, enquanto que o rico é rico nunca está contente, porque o rico não dá valor àquilo que tem para poder alcançar mais, como quer mais não pensa assim epá eu estou bem, eu vou desfrutar

daquilo que tenho, mas não pode se não deixa de ser rico e então para alcançar aquilo que não tem, não dá valor àquilo que tem. Enquanto que o pobre como não tem, hoje vou almoçar com calma, almocei muito bem e agora vou daqui vou para o meu trabalho, mas está contente, eu acho que o pobre é mais feliz do que o rico. Essa é a minha maneira de ver as coisas, porque olho para o rico e olho para o pobre, e então eu acho que ser pobre, agora ser pobre mas viver debaixo de um nível de vida normal, as pessoas também não terem um tecto isso já não é ser pobre, é já baixo nível de exclusão e acho que isso já não é ser pobre, eu não sei qual a palavra adequada para utilizar nessa pessoa, mas é uma classe já muito baixa não ter, pronto acho que todo o pobre tem direito a água, luz e tecto, é o mínimo, o ser pobre é ter o mínimo das coisas, porque há quem olhe para o pobre e quer dizer está sujo é pobre, não se pode olhar dessa forma porque o pobre, a pobreza não é miséria, há quem olhe está ali no lixo é pobre, olham a pobreza como miséria, não se pode, a pobreza é pobreza não têm as regalias que os outros têm, é pobre mas é bem apresentado, não mete nojo a ninguém, não passa fome.

Entrevistadora: A miséria é diferente sendo assim?

Entrevistado: A miséria é muito diferente porque há quem olhe para a miséria como a pobreza e não.

Entrevistadora: O que é a miséria então?

Entrevistado: A miséria é a pessoa desmazelada, é a pessoa que se habitua a certas situações, porque eu falo por mim sabe o que é que me trás todos os dias muito activo? É dar um banho de água gelada de manhã, há pessoas que dão banhos à noite eu não, eu gosto de dar de manhã, chega a casa está exausta dá um banho e pronto, mas eu não de manhã cedo levanto-me dou um banhito é a vida, é o que apetece de manhã é aguinha fresquinha, um banhito que é para sair pronto para o dia que me espera, pronto isso são coisas que nós vamos adquirindo.

Entrevistadora: E a miséria é quem não faz esse tipo de coisas?

Entrevistado: Exactamente, está um dia sem tomar banho, está dois, está três, se calhar tem ali a água, mas depois não faz sentido, a água para quê? A água é para beber.

Entrevistadora: E quem não tem água?

Entrevistado: Agora, agora sim, há pessoas que não têm água e são limpinhas, eu lembro-me um ano fiz uma campanha da azeitona e estávamos num monte e o monte não tinha água, tinha um poço e eu todos os dias vinha da minha azeitona e eu ia ao poço tomar banho e havia pessoas ao meu lado que não tomavam, isso são hábitos, sentem-se bem, mas eu como não estava habituado não me sentia bem, havia pessoas que se sentiam bem. Os hábitos vão fazendo com que as pessoas se sintam bem com as situações que passam e então eu não estava habituado, eu mesmo de noite a água já estava gelada, eu chegava ao poço um balde de água por cima, ensaboava-me e pronto fui habituado assim, para mim chegar a casa lá ao monte e dar um banhito era uma alegria, enquanto que para outra pessoa não se calhar chegava a casa e queria comer, são hábitos. Agora o pobre, há muita maneira de ser pobre segundo os hábitos a que se vão habituando.

Entrevistadora: E em termos do sítio onde vive, se pudesse escolher onde é que gostava de viver?

Entrevistado: Eu digo o sítio para mim não interessa, porque há pessoas que queriam viver junto à praia ou viver em Lisboa, gosto do sítio onde vivo, porque há pessoas que gostam de viver num meio urbano e conhecido, há outros que gostam do campo, isto cada um tem as suas ideias, mas eu gosto muito de viver onde estou a minha aldeia é sossegada, sou reconhecido desde a minha adolescência pelos meus vizinhos, por toda a gente, porque eu gosto de viver onde me conhecem, porque há pessoas que não gostam de viver onde os conhecem, essas pessoas às vezes fazem coisas muito mal feitas e depois querem-se afastar para não ficarem conhecidos. Eu gosto de viver onde vivo o meu dia a dia, gosto do sítio onde estou, porque é um sítio sossegado, é um sítio de confiança, sou reconhecido, respeitado, porque é assim se calhar por ser cigano se fosse morar para outro sítio olham para mim: é o cigano, não o quero, aqui sou reconhecido, além de ser cigano sou reconhecido, sinto-me bem.

Entrevistadora: O que é que ainda não fez na sua vida e que gostava de fazer?

Entrevistado: O que é que gostava de fazer, essas expectativas não, como vivo o dia a dia não.

Entrevistadora: Não há nada que gostasse de fazer na vida e que ainda não teve oportunidade?

Entrevistado: Gostava de viajar, era uma das coisas que eu gostava, o que eu gostava era de conhecer certas coisas que ainda não tive oportunidade, gostava muito era de viajar, não tive oportunidade, gostava muito de viajar.

Entrevistadora: Como é que vê o seu futuro?

Entrevistado: O meu futuro, vejo o meu futuro um pouco complicado.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistado: Porque a gente o que está a ver todos os dias acho que não há futuro, agora a expectativa é de acordar sempre bem e que isto dias bons vão vir, mas acho que isto está a ficar um pouco, as pessoas estão, sabe que aí atrás as pessoas viviam com uma esperança vou-me pôr nisto, vou-me pôr naquilo, porque faziam a vida para o futuro e acho que agora o futuro não sabemos o que é que nos espera, o dia de amanhã é como uma carta fechada, não se sabe o que é que lá está e então não sabemos o futuro. O meu futuro eu desde que não me falte o trabalho para mim já é um futuro muito bom para mim, que não me falte o trabalho para mim já é um grande futuro.

Entrevistadora: Chegámos ao fim, não sei se quer acrescentar alguma coisa?

Entrevistado: Não, não senhora.

Entrevista “Sílvia”

28 de Novembro de 2011

Entrevistadora: Em primeiro lugar boa tarde e muito obrigada por dar esta entrevista e pelo contributo que irá dar. Começava por lhe perguntar qual é a sua data de nascimento, quando é que nasceu?

Entrevistada: Isso é que está mais mau, sei que faço anos dia 5 de Setembro.

Entrevistadora: Dia 5 de Setembro. E sabe em que ano ou não?

Entrevistada: O ano é que eu não sei. Fiz anos não foi este mês que passou foi o outro.

Entrevistadora: E quantos anos fez?

Entrevistada: Fiz 25.

Entrevistadora: 25 anos portanto. E onde é que nasceu?

Entrevistada: Nasci em Santa Maria.

Entrevistadora: Aqui em Beja, na freguesia de Santa Maria?

Entrevistada: Sim, nasci no Hospital de Beja.

Entrevistadora: E qual é o seu estado civil, é casada, solteira?

Entrevistada: Casada.

Entrevistadora: É casada. E tem filhos?

Entrevistada: Tenho.

Entrevistadora: Quantos são?

Entrevistada: Quatro.

Entrevistadora: Quatro filhos e que idade é que eles têm?

Entrevistada: Uma fez este mês nove anos, o outro tem seis anos, a outra tem nove anos e uma tem um ano.

Entrevistadora: São todos pequeninos, todas meninas?

Entrevistada: Não, três meninas e um rapaz.

Entrevistadora: E vivem com quem?

Entrevistada: Vivem comigo, numa casinha que a minha mãe me deu, um quarto e eu fiz uma cozinha e duas casas que o meu mano que deu por cima dele, eu fiz um quarto para mim e um quarto para eles. Tenho três casas e tenho uma casa de banho.

Entrevistadora: Vive com os seus filhos e com o seu marido?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E vive com mais outras pessoas?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Mas tem família aqui perto?

Entrevistada: Tenho.

Entrevistadora: Quem são essas pessoas?

Entrevistada: Tenho logo a minha mãe ao meu lado, tenho logo os meus irmãos também, que moramos todos ali uns ao pé dos outros.

Entrevistadora: Moram todos perto?

Entrevistada: Sim. E depois tenho os meus tios, as minhas tias, é uma família grande (risos).

Entrevistadora: E sempre viveu em Beja?

Entrevistada: Sim, sempre vivi.

Entrevistadora: E já teve várias casas aqui em Beja ou sempre viveu no bairro?

Entrevistada: Sim, sempre vivi aqui, a gente nunca teve direito a casas. Fizeram para lá uma casa lá para o canil, mas os ciganos é que tiveram direito, a gente nunca tivemos direito a nada.

Entrevistadora: Viveu sempre cá no bairro sendo assim?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E teve oportunidade de estudar?

Entrevistada: Não, porque a minha mãe andava de monte em monte com o meu pai guardando o gado e eu tinha andar com eles seguindo a vida deles.

Entrevistadora: Chegou a fazer a quarta classe?

Entrevistada: Não, não cheguei.

Entrevistadora: E sabe fazer o seu nome?

Entrevistada: O nome sei fazer ainda mais ou menos, agora de resto não sei nada.

Entrevistadora: E gostava de voltar a estudar?

Entrevistada: Gostava, então eu estou à espera agora que me chamem para a escola, porque disseram que havia uma proposta de eu ir para a escola e agora estou à espera que me chamem para mim ir. Ainda há tempo para tudo.

Entrevistadora: Claro que há tempo.

Entrevistada: Até para a morte há ele tempo.

Entrevistadora: E o que tem feito em termos profissionais durante a vida?

Entrevistada: Olhe cuidar dos meus filhos, é a minha lida de casa, de casa ir buscá-los à escola, da escola chegar a casa, cuidar deles, é a minha vida tem sido esta.

Entrevistadora: E chegou a trabalhar em algum sítio ou não?

Entrevistada: Não, nunca trabalhei.

Entrevistadora: Esteve sempre em casa?

Entrevistada: Estive sempre em casa, porque quando me mandavam chamar para algum curso como eu não tinha a quarta classe mandavam-me para casa.

Entrevistadora: Mandavam-na sempre para casa?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Então tem estado sempre desempregada?

Entrevistada: Sim, sempre.

Entrevistadora: O que é que lhe dizem quando vai pedir emprego?

Entrevistada: Quando vou pedir emprego a primeira coisa que perguntam é a escolaridade que eu tenho, eu digo que não tenho a quarta classe, perguntam-me de onde eu sou, eu digo que sou do Bairro da Esperança, também rejeitam a gente por a gente ser daqui do bairro.

Entrevistadora: Tem sentido isso?

Entrevistada: Tenho sempre sentido. Uma vez fui, mandaram-me um postal do coiso ali do trabalho.

Entrevistadora: Do Centro de Emprego?

Entrevistada: Do Centro de Emprego. Eu fui lá com o postal e perguntaram-me onde é que eu morava e eu disse que morava aqui, a senhora disse que não precisava mais porque já tinha uma proposta para outra senhora. Então se me mandaram ir lá, é porque tinham falta, mas como eu disse aquilo, disseram que não tinham falta. A gente aqui do bairro somos muito excluídos em tudo.

Entrevistadora: O que é que acha que pensam das pessoas do bairro?

Entrevistada: Pensam que elas são más, que elas só vivem à base de venderem objectos assim de tráfico ou qualquer coisa, pensam que são mal criados, que não têm educação, é o que pensam. Mas por ser um, não quer dizer que seja tudo e por um paga tudo.

Entrevistadora: E se lhe pedisse para me contar como tem sido a sua vida, o que é que me dizia?

Entrevistada: Oh, a minha vida tem sido desde que eu nasci até agora (chora). A minha vida, juntei-me com um rapaz que era de Lisboa, ele judiava muito comigo, entrou para a tropa, abalou para a tropa e deixou-me.

Entrevistadora: Ele tratava-a mal?

Entrevistada: Sim e eu depois juntei-me com o pai agora dos meus filhos, que agora é o meu marido. Antes de eu o conhecer bem fui para a casa da mãe dele, era muito judiada que a doutora Dulce sabe, que ela até me vigiou a gravidez e tudo, a primeira gravidez que eu tive e lá do hospital da assistência social, a doutora Josefa também andou sempre vigiando. Tinham coiso de ele me estar sempre batendo, tratava-me sempre, sempre mal, até que um dia a minha esta a mais velha, eu fui internada e por causa de uma pírua que eu tinha tomado e viu a menstruação, com quatro meses, viu a menstruação, tanto era ela judiada com era eu (chora). Depois tive o Nelson, desde que eu tive o Nelson foi quando ele começou a melhorar um pouco para mim, mas era também exigido pela cabeça da mãe, porque a mãe queria tudo à maneira dela e queria tudo ao jeito dela, mas não podia ser, as filhas eram donas da casa e eu não podia ser, eu era ali a gata borralheira. Depois daí para cá ele começou a ver e começou a mudar a relação dele comigo e depois viu a filha internada e tudo e uma vez ele chega a casa e dá com a mãe dele a guerrear comigo por causa de uma neta que ela tinha lá, mandou a neta, porque a neta deu uma dentada à minha mais velha e eu claro não gostei, mandei ela dizer-lhe o tempo que está ensinando a sua neta a morder a outra, ensine a mocinha a não fazer isto à prima. E ela não, pareceu-lhe mal, começou a guerrear comigo e estás morando aqui na minha casa, achas que estás mal vai-te embora e assim e assado.

Entrevistadora: Isso foi com o seu anterior companheiro?

Entrevistada: Não, já com este. E eu disse se quer que me vá embora eu vou e desde aí arrumei as minhas coisinhas e abalei para a casa da minha mãe. A minha mãe viu que eu era um penar e disse daqui já não abalas, dou-te o quarto onde tu estás agora dormindo e fazes uma cozinha, o teu mano dá-te duas casinhas lá em cima e tu fazes um quarto para ti e um quarto para os teus filhos e acrescentas mais a casa de banho. E foi isto que eu fiz, agora desde agora a gente às vezes temos aquelas guerreias, mas não é assim como ele me fazia do anterior, do passado, agora às vezes guerreamos e ele comigo, às vezes dá-me vontade de abalar como no mês passado me deu, fui chorar lá à Cáritas, à doutora Susana, a doutora telefonou aqui para a doutora Dulce, ela ajudou-me um mês, era para me dar um mês pão, ela já me ajudou os dois meses, já vai acabar este mês o pão, que agora este mês não posso pagar o infantário da Clara, a ver se ela espera até dia 8 que é quando eu recebo o abono para lhe poder pagar. Mas a minha vida tem sido assim, desde os 15 anos até agora aos 25 anos.

Entrevistadora: Quais foram os momentos piores da sua vida, os mais infelizes?

Entrevistada: Os meus piores foi às vezes eu querer dar comer aos meus filhos e não ter.

Entrevistadora: São os momentos mais infelizes?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E os mais felizes da sua vida quais foram?

Entrevistada: Os mais felizes é quando os tenho ao pé de mim e quando vejo que eles estão contentes, eu também estou contente (chora).

Entrevistadora: É quando se sente mais feliz?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E como é que acha que chegou a esta situação de pobreza, como acha que chegou aqui?

Entrevistada: Olhe não sei, é porque uns têm tudo e os outros não têm nada.

Entrevistadora: Quais é que acha que são as razões para ter chegado aqui, consegue identificar algumas razões para isso?

Entrevistada: Olhe uma foi eu não aprender a estudar, mas mesmo que eu aprendesse a estudar não valia de grande coisa porque não dão trabalho à gente, a gente em dizendo que vamos aqui deste bairro metem a gente de parte logo. Algum trabalho que a gente consegue é só da Câmara, você vá à Câmara pergunte e a maioria é tudo daqui do bairro, é tudo do bairro. Eu às vezes vou à Câmara vou pedir trabalho, não me dão porque já estou inscrita, o meu marido agora estava à espera de entrar como efectivo, agora até excluíram-no de parte, há três anos que ele anda lá metendo se entra e ele quando vai para entrar, não sei o que é que faz, ou não sei porque é que as outras têm cunhas não sei que metem-no sempre de parte.

Entrevistadora: O seu marido também não trabalha?

Entrevistada: Não, mas acho que ele tem a escolaridade obrigatória.

Entrevistadora: Estão os dois desempregados?

Entrevistada: Sim e a doutora se quiser dar a razão dê-me, a doutora não acha que duas pessoas da mesma casa estando as duas efectivas, porque é que não metem a outra pessoa que não tem trabalho e deixam aquela de parte. Houve um senhor que entrou, sem filhos sem nada e recebem o dinheiro da Câmara, é só tudo para bebedeiras que a gente vemos e porque é que não metem estas pessoas, como o meu marido explicou a vida dele e a situação dele, porque é que não o meteram?

Entrevistadora: Acha que o facto de morar aqui no bairro a impede de ter trabalho?

Entrevistada: Acho que sim, acho que sim.

Entrevistadora: Acha que essa é uma das razões para estar nesta situação?

Entrevistada: Não, são mais.

Entrevistadora: Quais são?

Entrevistada: Olhe, uma é porque a gente cada vez mais vemos a nossa vida andando para trás, a gente mal recebe o nosso dinheiro vamos ver pagamos ali, pagamos aqui e ficamos sem nada e ficamos sem coisas em casa. A outra é porque quando a pessoa nasce com aquele destino, há-de morrer já com aquele destino que tem já ninguém lho tira, ela pode ter um emprego, pode ter muita coisa, mas quando ela nasce para penar, vai penar até à morte e eu acho que o meu caso é este (chora).

Entrevistadora: E o que é que tem feito para mudar esta situação?

Entrevistada: Às vezes tento e às vezes não choro à frente dos meus filhos, eles logo a minha mãe já está chorando, porque eles quando me vêm a chorar, eles choram também. Eu às vezes tento-me fazer de forte à frente deles e não mostro o que eu tenho falta e o que às vezes preciso e depois vou para dentro da casa de banho ou para outro lado qualquer e choro, eles às vezes perguntam-me: mãe o que é que tens? E eu digo assim: a mãe não tem nada é a mãe que está a desabafando sozinha; e a minha mais velha é assim: é mentira, é a mãe que não tem nada para dar à gente para comer.

Entrevistadora: Eles apercebem-se?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E o que é que tem feito para tentar mudar esta situação?

Entrevistada: Às vezes tento, agora quando houve este caso de pedir à assistente social a ver se me ajudava, eu corri tudo, a doutora há-de pensar é mentira dela, foi verdade, eu fui a isto de limpar escadas, perguntaram-me a escolaridade que eu tinha, eu disse que tinha, que não fiz o quarto anos, disseram logo que não precisavam e há uma que já tem muitas mulheres e este ano está mau e para o ano ainda vai estar pior. No fundo de desemprego dizem que têm lá gente inscrita à parva, está muita gente desempregada, quer dizer se o outro ano estava este ano ainda está mais. Fui aqui abaixo, aqui ao coiso da padaria, a ver se precisavam dali alguém para limpeza, também disseram que não precisam, mesmo os padeiros ou o que é, mesmo eles fazem esse serviço. Olhe não sei, para melhorar a minha vida, tento mas não consigo.

Entrevistadora: E como é que passa o seu tempo?

Entrevistada: Olhe o meu tempo é arrumando as casas, estendendo roupa.

Entrevistadora: Passa o tempo mais em casa?

Entrevistada: Sim, passo o tempo em casa?

Entrevistadora: Como é que é o seu dia?

Entrevistada: Olhe o meu dia é ir levar os meus filhos à escola, chego da escola meto-me em casa a arrumar as coisas, acabo de arrumar as coisas vou estender a roupa, acabo de estender a roupa vou fazer o almocinho, acabo de fazer o almoço vou agora às três e meia buscá-los, depois das três e meia dou-lhes o lanche, acabando de dar o lanche meto-me ao pé deles que eu não sei ler, mas tento-os ajudar que é para eles serem alguém na vida, como eu não fui mas quero que os meus filhos sejam, meto-me ali ao pé deles e passamos a tarde juntos e em sendo para aí sete horas vou fazer o jantar, comemos, vamos ver televisão um bocadinho, acaba daquela hora deles, aí às nove horas acabam de coiso, mando-os deitar, a gente deita-se até ao outro dia de manhã.

Entrevistadora: E com que pessoas contacta durante o dia?

Entrevistada: Olhe durante o dia contacto mais com as minhas irmãs porque estão ali ao pé de mim e com a minha mãe. Mas pronto às vezes não me dá jeito desabafar com a minha mãe porque ela também tem a vida muito atrapalhada e não me dá jeito eu estar ali, porque ela já lhe basta a vida dela e depois ainda mais a minha, sinto-me mal, uma filha que se puder reservar tudo para mim eu reservo tudo para mim e se puder resolver

resolvo e se não puder olhe também tanto me faz, mas também estar-lhe tirando onde ela não o tem, também não vale a pena.

Entrevistadora: E onde costuma ir durante o dia?

Entrevistada: São muito poucos.

Entrevistadora: Quais são?

Entrevistada: Às vezes vou ali ao Pingo Doce comprar algumas coisinhas ou vou ali ao Continente.

Entrevistadora: Vai levar os seus filhos à escola.

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E aqui ao Centro costuma vir?

Entrevistada: Não. Agora tenho vindo porque tenho vindo buscar o pão, venho sempre de manhã buscar o pão, mas o pão é até ao final deste mês e depois, só venho quando a doutora Dulce vai lá à procura para mim vir aqui, é quando eu venho, mas durante isto são poucas as vezes que eu venho aqui, às vezes venho aqui para pagar o infantário da Clara.

Entrevistadora: E se pudesse como é que gostava que fosse o seu dia?

Entrevistada: Oh mãe, se eu pudesse gostava que o meu dia fosse o dia mais feliz, que eu nunca tive, da minha vida.

Entrevistadora: Como é que era esse dia?

Entrevistada: Era passear, arejar um bocadinho a cabeça. Também gostava de levar os meus filhos comigo, mas às vezes os filhos também, eu tive quatro dias, estes quatro dias que agora estiveram em casa, que entrou a greve e depois eles ficaram porque não havia autocarro, eu já me doía a cabeça, já dava picadelas na cabeça, eu dizia assim ai mãe se eu encontrasse um buraquinho para mim ir para aquele cantinho, estar um bocadinho mesmo descansadinha eu dava graças a Deus. Porque às vezes uma pessoa por mais, eu gosto muito dos meus filhos, em primeiro lugar os meus filhos, mas às vezes uma pessoa também precisa de estar um bocadinho ali quieta no nosso cantinho e estar a pensar.

Entrevistadora: E se pudesse como seria então o seu dia?

Entrevistada: Olhe o meu dia era ir passear, era ir a muitos lados que ainda nunca fui.

Entrevistadora: Onde é que gostava de ir?

Entrevistada: Gostava de ir a Lisboa conhecer lá aquilo.

Entrevistadora: Nunca foi a Lisboa?

Entrevistada: Fui, mas quando ia era só para, foi à base de desgraças, era chegar lá e voltar para trás, agora conhecer aquilo ainda não conheço aquilo, gostava de ir, gostava de passear lá um dia inteiro só para minha conta, ver lá aquelas lojas, ver lá aquelas coisas (risos). Porque uma pessoa foi habituada aqui e há-de morrer aqui já.

Entrevistadora: E quando foi a Lisboa foi só por causa de desgraças?

Entrevistada: Olhe a minha mana foi para lá, foi lá operada, ela trabalhava aqui e tudo, por causa de um quisto que lhe apareceu, um buraco aqui no dente e tudo, ela foi mesmo operada lá e tudo, tanto que ela meteu lá a placa e tudo. Fui, esta vez que fui foi aí, e esta vez que eu estava dizendo que o outro rapaz com quem me tinha juntado, também foi uma única vez, mas também era chegar lá e meter-me em casa e já não saía, já não abalava de lá.

Entrevistadora: E em termos de relação com a sua família, dá-se bem com eles?

Entrevistada: Dou-me, se eu chegar ao pé deles e disser assim tenho falta, especialmente um mano meu, se eu chego ao pé dele e digo assim tenho falta disto, ele mesmo que não tenha ele vai-me arranjar que é para me dar. Foi este que me deu as duas casas.

Entrevistadora: Então tem tido o apoio deles?

Entrevistada: Sim e da minha mãe também.

Entrevistadora: E da sua mãe.

Entrevistada: Sim, porque este mês eu vi-me aflita que não tinha nada em casa, e não tinha, e a minha mãe é que me estava dando comer a mim e comer aos meus filhos,

porque ela isto diz onde como um, come dois, come três, come quatro, o comer é pouco mas divide-se entre todos.

Entrevistadora: E quais são as pessoas que lhe são mais próximas?

Entrevistada: Olhe é a minha mãe, o meu pai e os meus irmãos. Ajudas da minha sogra também não tenho, dos meus cunhados também não tenho.

Entrevistadora: E amigos?

Entrevistada: Amigos, não tenho nenhum.

Entrevistadora: Não tem amigos, as pessoas mais próximas são da família?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E está muitas vezes com as pessoas da sua família?

Entrevistada: Às vezes não.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Olhe, esta manhã senti-me eu atrapalhada que não sabia para onde é que havia de voltar, queria levar os outros, tanto que perdi o autocarro e tudo, queria levar uns ali ao ciclo, queria levar a outra à creche. Sentia-me já atrapalhada já não sabia qual era a minha volta que eu havia de dar, fui levar uma à creche, fui levar outra lá ao coiso, depois quis voltar a pé para casa.

Entrevistadora: E com a sua mãe e os seus irmãos, está muitas vezes com eles?

Entrevistada: Às vezes têm a vida deles e eu tenho a minha também.

Entrevistadora: Estão juntos uma vez por semana, todos os dias?

Entrevistada: Todos os dias a gente vê-se porque ela mora mesmo ali ao pé de mim, as minhas irmãs também, ela tem uma irmã minha em casa que o marido dela também está preso, era esta que vinha agora comigo, que o marido dela está preso e ela também coitada tomara ela arranjar para aqueles que tem em casa, quanto mais para os outros.

Entrevistadora: E o que é que costuma fazer com a sua família?

Entrevistada: Olhe, às vezes quando há dias assim de coiso metemo-nos todos ali a falar e o meu pai mete-se a contar a vida dele anterior de guardar gado e os moços metem-se todos ali ouvindo.

Entrevistadora: E para além de estarem em casa costumam fazer outras coisas?

Entrevistada: Não, a gente é só mais à base de casa, sentar-se ali um bocadinho no passeio, como a doutora Dulce sabe.

Entrevistadora: Não costumam ir assim a nenhum sítio?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Estão mais aqui no bairro?

Entrevistada: É mais aqui no bairro.

Entrevistadora: Dizia-me há pouco que está a receber o Rendimento Social de Inserção?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E tem mais algum tipo de apoio, disse-me que vinha aqui buscar o pão?

Entrevistada: É só até ao final deste mês, a doutora Dulce estava-me a dizer que já eram para me terem tirado no mês passado, mas depois esqueceu-se e agora é até ao final do mês.

Entrevistadora: Era ajuda alimentar aqui do Centro, é isso?

Entrevistada: Era só o pão.

Entrevistadora: E é a senhora que recebe o Rendimento Social de Inserção?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E porque é que foi à Segurança Social pedir o Rendimento Social de Inserção?

Entrevistada: Eu não fui pedir, eu estava grávida desta mais velha, que lhe estive a explicar e a doutora Isabel Reina viu.

Entrevistadora: A médica?

Entrevistada: Sim, viu que eu tinha dificuldades na minha vida, que eu queria fazer um enxoval à minha filha, nesse tempo ainda era o dinheiro assim em escudos, até ela me deu três contos e tudo para mim ir comprar uma prenda para a Beatriz. Elas foram muito boas para mim, a doutora Josefa e tudo. E ela disse assim tu queres ter direito ao Rendimento Mínimo? Tu agora vais ter uma criança, tu agora não podes estar sem ganhos nenhuns, porque tu agora tens uma criança, tens que estar ganhando alguma coisa para tu estares cuidando da tua filha, em fradas, em papas, em qualquer coisa que tu precisas e tanto precisa ela como precisa a mãe. E eu depois disse doutora mas elas lá disseram que eu não posso estar recebendo, que eu ainda só tenho quinze anos e não posso e tinham cortado à minha mãe o Rendimento Mínimo, porque a minha mãe andava de monte em monte, tinham-lhe cortado o Rendimento e ela disse não, não, tu tens que ter direito, mesmo que a tua mãe não tenha eles têm que te dar.

Entrevistadora: Isso foi há quanto tempo?

Entrevistada: Ela tem nove anos.

Entrevistadora: Há nove anos, foi desde que a sua filha nasceu?

Entrevistada: Sim, estava grávida dela. E a doutora depois disse espera aí que eu vou telefonar para a doutora Josefa que é aqui do Hospital e ela vai já te encaminhar lá para o coiso. Tanto que era a doutora Luísa, nesse tempo era a doutora Luísa e a doutora Luísa não me queria dar, não queria dar e a doutora Josefa disse não, não, você tem que dar e à filha dela, porque ela agora vai ter uma bebé, ela precisa de ajuda e precisa de apoio, não precisa que ainda digam mais coisas que ela não pode ter, porque ela tem direito e o Rendimento Mínimo existe que é para ajudar estas pessoas assim e ela lá depois viu que a doutora Josefa meteu o pé em frente a ela, ela lá mo deu, desde aí até agora tenho sempre recebido.

Entrevistadora: Então não foi sua a iniciativa, foi da médica?

Entrevistada: Foi a médica.

Entrevistadora: E considera que ouvida nesse processo do Rendimento Social de Inserção?

Entrevistada: Eu se fosse por mim, se fosse eu que fosse pedir ela não mo dava, porque ela estava emburrada com a minha mãe, elas não mo davam e depois não me queriam dar porque eu era menor, mas a doutora Josefa disse não têm que lhe dar porque ela vai ter uma criança e ela precisa de apoio.

Entrevistadora: Acha que foi melhor ter sido a sua médica a pedir?

Entrevistada: Sim, e mesmo a doutora a assistente social do Hospital é que foi pedir e depois eu andava sendo vigiada pela doutora Dulce e tudo.

Entrevistadora: E considera que a sua situação foi resolvida com isto?

Entrevistada: Foi resolvida a respeito disto de me darem o Rendimento Mínimo, mas dizer que me dão mais qualquer coisa não me dão. Eu vejo às vezes pessoas com bons trabalhos, com os maridos a ganharem e elas a ganharem, elas têm direito a Rendimento Mínimo e tem direito a este banco alimentar e eu se for lá pedir eu não posso, não me podem dar porque eu já estou recebendo o Rendimento Mínimo e dizem que o Rendimento Mínimo dá muito bem para mim e para os meus filhos.

Entrevistadora: Quanto é que recebe de Rendimento Mínimo?

Entrevistada: Agora assim não sei dizer.

Entrevistadora: Então o que acha que era preciso para que a sua situação fosse resolvida?

Entrevistada: Olhe não queria que me dessem o Rendimento Mínimo, sou franca, porque o Rendimento Mínimo também não é nada e não é à base do Rendimento Mínimo que a gente se governa, porque não é. Queria que me dessem um trabalho, que eu pudesse descontar, que eu tinha direito a alguma coisa, se eu quisesse ia levantar, olhe no caso de eu querer ir levantar uma máquina de lavar, para mim lavar a roupa aos meus filhos e não ter direito porque eu não tenho ganhos nenhuns de parte nenhuma e se eu tivesse um trabalho eu podia chegar lá agora com aqueles papéis eu mostrava e tinha direito e assim não tenho.

Entrevistadora: E para além da Segurança Social e do Centro já recorreu a mais alguma instituição?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Já foi à Cáritas, como me tinha dito?

Entrevistada: Sim, da Cáritas ajudam daquelas coisas que dão, a massa, arroz, aquela farinha.

Entrevistadora: E recebe alguma ajuda daí?

Entrevistada: Só recebo isto, mais nada, mas isto são alimentos que as crianças não comem. Os melhores dão a quem elas querem e os piores deitam para a gente que somos pobres, somos pobres e comemos aquilo que elas querem, estavam dando o açúcar que era uma coisa tão boa, até isto tiraram à gente para dar uma massa bolonhesa que as crianças não tocam nisso sequer, o leite ainda é bom, o leite é leite Mimosa então ainda é bom, olhe é com o que eu me tenho desenrascado, mas agora foi buscá-lo só para o ano.

Entrevistadora: De quando em quanto tempo recebe essa ajuda?

Entrevistada: Recebo de dois em dois meses.

Entrevistadora: Portanto recebe isso e recebe o Rendimento Social de Inserção?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E daqui do Centro foi só durante este tempo?

Entrevistada: Foi só agora até ao final aí do mês, olhe é agora até sexta –feira que vem.

Entrevistadora: E de quem foi a iniciativa de ir a estas instituições?

Entrevistada: Foram mesmo elas lá da Cáritas e mesmo lá da Assistente Social é que mandam a gente ir para lá ir buscar isto.

Entrevistadora: Então não foi sua, foram as Assistentes Sociais que lhe disseram para ir, nomeadamente aqui do Centro?

Entrevistada: Sim, sim. E quem deixa passar o dia que está marcado já não tem direito, vê eu que não posso hoje ir buscar as coisas, se for amanhã já não tenho direito. É marcar para depois ir quando eles lhe apeteçam para mim ir buscar, se eu vou para ir buscar roupa aos meus filhos lá, primeiro escolhem a boa para quem elas querem e a ruim é que elas metem lá para a gente ir buscar.

Entrevistadora: Então acha mal que seja assim?

Entrevistada: Acho mal, se as pessoas vão dar para as pessoas que têm falta, elas devem pôr lá, não é agora por estarem lá trabalhando uma leva carrinho para a prima, outra leva roupa para o primo e quem vai lá buscar leva aquilo já que as outras não querem.

Entrevistadora: E sentiu mudanças na sua vida depois de ter ido a estas instituições, sentiu que mudou alguma coisa na sua vida?

Entrevistada: Acho que não.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Porque não, as coisas que elas me dão, não são umas coisas que se diga que são boas, a bem dizer. O Rendimento Mínimo até durante um ano recebia mais a respeito da Clara, até que ela fez um ano recebia mais e eu também, como ela fez um ano cortaram-me a minha parte e a parte dela, é quando ela precisava mais que vai sendo maior, que vai sujando mais fraldas, vai dando mais trabalho foi quando me cortaram, o abono também a parte dela foi logo à vida. Então para uma criança que tem um ano, eram para dar mais ajudas porque a mãe precisa mais, é ao contrário. Tenho dois passes dos meus filhos, do autocarro, para ir buscar e agora estou-me vendo à rasca para mim ir buscar os passes, porque tenho que ir à cidade para os ir buscar, porque são todos os meses para irem para a escola e então a Câmara não era para ver isto, para mandarem um autocarro aqui para este bairro, para levar as crianças e trazê-los, então se mandam para o Bairro das Pedreiras que os pais têm belos carros, que os ciganos agora têm uma vida melhor que a gente, com uns belos carrões e tudo. Se têm condições, porque é que a Câmara não fez o mesmo para aqui para este bairro, porque tem mais crianças e para aquele bairro vão para lá quatro ou cinco e aqui do bairro são muitas crianças que vão às nove e meia da manhã.

Entrevistadora: E não têm transporte?

Entrevistada: E não têm transporte de parte nenhuma, hoje perdi eu o autocarro porque não tinha mais transporte. Tive ir com os meus três filhos meter-me por aí a pé, para ir levá-los lá.

Entrevistadora: Há pouco falou na qualidade das coisas que lhe davam, como é que avalia a qualidade dos serviços destas instituições que conhece?

Entrevistada: Eu só tenho recebido dessa, mas o que acho que elas dão à gente não são coisas que elas deviam dar porque a gente vemos que aparece aí na televisão, vêm coisas boas, vemos óleo, vemos açúcar, vemos farinha, vemos manteiga, vemos tudo do bom e do melhor e porque é que aqui à gente dão uma manteiga congelada e arroz que aquilo quando a gente faz é arroz que a gente cola à parede, manteiga de vaca que dão à gente, farinha é farinha daquela que a gente faz com água e que damos aos nossos filhos, os nossos filhos custam a.

Entrevistadora: A comer isso?

Entrevistada: Não, a fazer o serviço deles, porque aquilo é muito grosso. Massa, a única coisa que se aproveita dali é a massa para fazer a canja, uma massa que é a massa pevide e é a massa esparguete e é o leite com chocolate que dão, agora de resto não se aproveita mais nada.

Entrevistadora: Quer dizer que a qualidade dos serviços podia ser melhor, no seu entender?

Entrevistada: Podia, então porque é que o Banco Alimentar, que a gente sabemos que tem, da Cáritas e porque não ajudam a gente também com isto, um mês davam uma coisa, noutro mês davam outra. Assim já dividiam o mal, já pelas aldeias, o açúcar que era uma coisa que estavam dando, tiraram o açúcar, como acham que estavam dando muito, que era um pacote de açúcar, ainda o tiraram e a gente viu, eu ontem vi embalagens de caixas tudo o que era bom lá para aqueles lá de fora, então quer dizer que aqueles lá de fora têm mais direitos que a gente aqui em Portugal.

Entrevistadora: Os lá de fora, são os de fora do país?

Entrevistada: Sim. A gente também temos falta, porque se o ano passado estava pior, este ano ainda está pior e são todas as famílias a queixarem-se, porque eu ontem fui ao Continente, deram-me um saquinho a ver se dava qualquer coisa e eu disse olhe desculpe lá mas eu não posso ajudar, para mim não tenho eu, às vezes dirijo-me à Cáritas para ir buscar para me ajudarem e havia pessoas que nem pegavam nos sacos, porque não tinham, então se não levavam para casa porque o dinheiro custava a chegar,

ia tirar da boca dos meus filhos para dar ali, também não podia porque eu tenho quatro filhos.

Entrevistadora: E quais é que considera que são os seus direitos e os seus deveres perante estas instituições?

Entrevistada: Olhe, ajudar mais a gente.

Entrevistadora: Acha que isso é um direito?

Entrevistada: Acho que é um direito e não era discriminar um para dar a outro, porque há pessoas que até têm direito para irem lá buscar o comer já feito e com bons ordenados, vão buscar o comer, o jantar e o almoço logo pronto. Se eu for lá pedir dizem que não me podem dar porque eu estou recebendo o Rendimento Mínimo e é com o Rendimento Mínimo que eu chego ao fim do mês pago luz, pago água, pago o infantário, pago os passes dos meus filhos e compro comer aos meus filhos, não chega, nem pensar, porque eu recebi na sexta – feira passada e eu não tenho já dinheiro nenhum, portanto vim falar agora com a doutora Dulce para ver se ela esperava para pagar o infantário da Clara.

Entrevistadora: E que direitos é que acha que tem mais nas instituições?

Entrevistada: Olhe, às vezes a gente vê tanta coisa e ouve tanta coisa que às vezes não sabe para onde é que se há-de voltar.

Entrevistadora: O que é que costuma ver?

Entrevistada: Olhe, se eu for lá agora consigo, se você for lá agora comigo e disser ajude lá esta rapariga, esta rapariga está a passar dificuldades na casa dela, dizem logo a gente não podemos, porque a gente não temos ordem para ajudar porque ela tem o Rendimento Mínimo, acabo eu de sair de lá consigo, entra outra aquela já tem.

Entrevistadora: Porque acha que isso acontece?

Entrevistada: Acontece porque elas gostam mais de umas do que gostam doutras e acontece porque o Governo não sabe o que é que elas fazem, porque o Governo se soubesse o Governo também caía em cima delas, porque elas não basta chegarem ali ao fim do mês e ganharem o delas e não fazem nada. Se elas passassem um dia o que a gente passa na nossa casa, elas davam mais valor à gente, mas é que elas não passam.

Entrevistadora: Quando diz elas está a falar de quem?

Entrevistada: Das assistentes sociais, que às vezes até vou lá pedir ajuda, o mês passado fui por causa da Clara, esta agora até não tenho razão de queixa.

Entrevistadora: Onde foi?

Entrevistada: Fui aqui à Cáritas, porque ela é de lá, dessa razão de queixa não tenho, deu-me aquele mês, deu-me uma semana deu-me coisinhas para mim comer em casa e tudo, mas depois na outra semana ela se quiser que se amanche, se não quiser não se amanche, então eu só comi uma semana? Então a outra semana eu comi o quê? Quis-me amanche, quis andar pedindo às lojas fiado para mim comer, se não fossem as lojas, se não fossem as pessoas conhecerem a gente, se não me dessem fiado como é que eu me amanhava com quatro crianças tudo ali do mesmo tamanho.

Entrevistadora: E quais é que acha que são os seus deveres nas instituições?

Entrevistada: Olhe acho que elas deviam ajudar mais estas pessoas que têm falta, não são aquelas que têm, porque aquelas que têm bons ordenados essas não têm falta, vão lá chorar mas não têm falta. Há um ditado que diz quem chora mais mente, eu não vou lá chorar, porque eu se fosse lá chorar, elas diziam aí coitadinha e mais não sei quê e às vezes elas querem saber a nossa vida e não ajudam a gente, querem saber só para dizer que sabem, a nossa vida e a gente às vezes temos medo de confessar a nossa vida porque temos medo que elas tirem os nossos filhos, porque é o nosso medo é este, porque às vezes a gente não dizemos tudo o que é, porque se eu for dizer tudo o que é, porque às vezes dizem assim tiraram o filho daquela, então se eu vou contar a minha vida tiram também os meus e assim aguento-me com aquilo que tenho e faço aquilo que puder e se eu puder aguentar aguento, se não puder olhe descarrego tudo.

Entrevistadora: E acha que tem alguns deveres, para com essas instituições?

Entrevistada: (pausa) Dever a respeito de quê?

Entrevistadora: Quais é que acha que são os seus deveres quando vai às instituições como a Cáritas, a Segurança Social, o Centro?

Entrevistada: Olhe agora venho eu agora aqui falar com a doutora para ver se ela me podia baixar o abono, porque eu estou pagando quinze contos de abono e quinze contos

é muito dinheiro, ela disse que não podia fazer nada já viu, eu venho pedir elas dizem que não podem, ficam sabendo a minha vida e não me ajudam em nada, não vale a pena.

Entrevistadora: O que é para si um direito?

Entrevistada: Para mim um direito é, se a gente se for ali aquele lado e dizem tem direito tome lá tem direito. Não é a gente bater àquela porta e dizerem assim: ah tu não tens direito e ainda vimos pior do que vamos.

Entrevistadora: E o que acha que é um dever?

Entrevistada: Um dever é ajudarem as pessoas e não ajudam.

Entrevistadora: O que é para si uma pessoa pobre?

Entrevistada: Aí uma pessoa pobre é tudo, é eu querer ir com os meus filhos a um lado e eles dizerem-me assim mãe eu gostava de ter aquilo e eu dizer assim a mãe não pode (chora).

Entrevistadora: Isso é uma pessoa pobre para si?

Entrevistada: Para mim é.

Entrevistadora: Acha que é pobre?

Entrevistada: Acho que sou, que eu podia estar a dar mais aos meus filhos e não estou dando.

Entrevistadora: O que é que a faz dizer que é uma pessoa pobre?

Entrevistada: Porque me sinto pobre mesmo, porque eu estou à base do Estado, um dia que o Estado me corte o Rendimento Mínimo ainda fico pior do que aquilo que estou. O Estado já vai cortar os Rendimentos Mínimos, como é que uma pessoa pode, eu não posso, ou morremos à fome ou roubamo-nos uns aos outros, ou matamo-nos ou vendemos droga, que é o que há aí agora, nem para isto já dá, não sei.

Entrevistadora: Disse-me que se sentia pobre, o que é sentir-se pobre?

Entrevistada: Sentir-se pobre é chegar ali ao supermercado, querer comprar mais alguma coisinha para a minha casa e já levar o dinheiro à conta para aquilo que eu vou comprar, não posso alargar-me mais e uma pessoa em tendo posses vai buscar aquilo,

vai buscar aquilo e uma pessoa em sendo pobre não pode, só vai buscar aquilo que pode e aquilo que tem mais falta em casa que é à base de comer, se eu tiver dinheiro para uma Planta e para um pacote de café, não posso ir comprar outras coisas, tenho só para aquilo é aquilo que eu vou comprar. Uma vez levei os meus filhos e eles queriam um chocolate, como agora há o Pai Natal e tudo e eles queriam, mas eu disse não pode ser filho, em primeiro lugar a barriguinha e depois logo vêm as outras coisas, em a gente chegando a casa tenho panito, uma canequinha de café e manteiga é o suficiente.

Entrevistadora: Se pudesse o que é que fazia para acabar com a pobreza?

Entrevistada: Olhe fazia muita coisa, eu se me saísse aí o Euromilhões ajudava as pessoas mais pobres.

Entrevistadora: Como é que as ajudava?

Entrevistada: Ajudava, chegava àquelas aldeias que via que as pessoas tinham falta, dava um tanto dinheiro a elas, elas iam fazer a vidinha delas, ajudava uma coisinha destas para as pessoas mais carenciadas e quando elas tivessem falta iam lá e iam buscar tudo.

Entrevistadora: Se pudesse onde é que gostava de viver?

Entrevistada: Eu gostava de viver aqui no meu bairro.

Entrevistadora: Gosta de viver no bairro?

Entrevistada: Sim, gosto.

Entrevistadora: Mesmo dizendo que às vezes é um bocado discriminada por isso?

Entrevistada: Sim, mas gosto, porque eu nasci aqui e hei-de morrer aqui.

Entrevistadora: Gosta de aqui viver, porquê?

Entrevistada: Não sei, uma pessoa já foi aqui habituada, já nasceu aqui e há-de morrer aqui.

Entrevistadora: E o que é que ainda não fez na vida e que gostava de fazer?

Entrevistada: Oh, gostava de fazer tanta coisa, já desde os quinze anos que foi quando eu fui mãe que eu nunca mais soube o que era a vida, a minha vida tem sido só casa, filhos, filhos, casa, não tem sido mais nada.

Entrevistadora: O que é que gostava de fazer se pudesse?

Entrevistada: Oh, às vezes gostava de fazer tanta coisa, mas uma pessoa não sabe e às vezes nem vale a pena uma pessoa pensar, às vezes pensa para quê? Às vezes estou sonhando e digo assim aí mãe estou comendo isto, ou estou sonhando que estou numa bela casa ou estou sonhando, acordo e digo assim olha ainda estou aqui na mesma (risos). Para mim chega o que vale uma pessoa ter muito e depois não ter nada, como há pessoas que têm muito e depois não têm nada, morrem de repente e não se gozam de nada, por isso eu tenho pouco vou-me governado com aquele pouco que tenho, mas vou tendo alegria suficiente.

Entrevistadora: Como é que vê o seu futuro?

Entrevistada: Olhe, o meu futuro é cuidar dos meus filhos, dos quatro, cuidar deles, deixá-los amparados e depois se Deus me quiser levar, leve-me que eu já fiz a minha obrigação de mãe.

Entrevistadora: Muito obrigada, não sei se quer acrescentar alguma coisa que eu não tenha perguntado?

Entrevistada: Não, acho que está tudo.

**APÊNDICE H. QUADRO DE ANÁLISE DAS ENTREVISTAS
REALIZADAS A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA**

Quadros de Análise das Entrevistas às Pessoas Pobres

II. Trajectória de Vida dos Entrevistados					
1. Momentos marcantes/incidentes críticos no percurso de vida					
Sílvia	Amélia	Odília	Jorge	Felisbela	Inês
<p>“Não (tive oportunidade de estudar)...a minha mãe andava de monte em monte com o meu pai guardando o gado e eu tinha que andar... seguindo a vida deles...estou à espera que me chamem para a escola...nunca trabalhei...quando me mandavam chamar para algum curso...não tinha a quarta classe mandavam-me para casa.”</p> <p>“Quando vou pedir emprego a primeira coisa que me perguntam é a escolaridade...digo que não tenho a quarta classe perguntam-me de onde...sou...digo que sou do Bairro da Esperança, também rejeitam a gente por...ser daqui do Bairro...somos...excluídos em tudo... (o que acha que pensam das pessoas do bairro?)...pensam que...são más, que...vivem à base de tráfico...que são mal criadas...que não têm educação...por ser um, ...paga tudo.”</p> <p>“Juntei-me com um rapaz...ele judiava muito comigo...abalou para a tropa e deixou-me...depois juntei-me com o pai agora dos</p>	<p>“Do Funchal vim para Lisboa, para casa dos meus avós, o meu pai fez-se emigrante na Venezuela...depois mandou-me buscar.”</p> <p>“Tive um acidente de mota com vinte e dois anos, nessa altura tinha quatro filhos...o meu marido ficou sem uma perna e eu fui operada à perna esquerda...andeí com ferros...engravei de outro menino, fiz uma gravidez de canadianas de alto risco...Depois comecei a ter meninos, meninos, até aos sete...”</p> <p>“O meu marido é reformado...depois eram muitos moços, o ordenado...era muito pouco...Comecei a fazer o tráfico de droga...estive presa quatro anos e quatro meses...não me arrependo de nada...só...de ter deixado os meus filhos cá fora...cumprí a minha pena...”</p> <p>“...optei pelo tráfico porque fui pedir ajuda para um filho...fez uma operação muito grande...nunca me ajudaram em cinco tostões...tive que me desenrascar...o meu filho não podia ficar surdo...”</p> <p>“Saí de lá (prisão)... a minha filha...apareceu-lhe um tumor...ia fazer catorze anos, nunca tive ajuda</p>	<p>“...morava... num monte...um dia...fui apresentada a um senhor...”</p> <p>comecei a ter namoro com esse senhor...choro às vezes de noite e sonho quase sempre com ele...não houve um beijo...não houve nada...</p> <p>tenho cartas dele lindas...depois fui para Mértola...encontrei o pai dos meus filhos...nem sei se me casei, foi no tempo dos registos...deixou-me...tive quer ir para o monte outra vez...”</p> <p>“...este (filho que sofre de esquizofrenia)...vai estar a sofrer a vida inteira... começou a sentir sintomas quando</p>	<p>“Não tenho pai, não tenho mãe, o meu pai foi morto a tiro e a minha mãe morreu com um AVC...já me morreram dois irmãos...um na prisão...e o outro...com problemas de droga.”</p> <p>“...o meu pai mataram-no...a tiro pela Polícia de Choque...no 25 de Abril...ficámos sete filhos... e a minha mãe não tinha possibilidades de meter a gente nos estudos...a minha vida foi de tristeza...sem pai...sem mãe...passei muita fome...miséria.”</p> <p>“...os meus irmãos foram seguidos...tenho um que é doente...outro dão-lhe ataques e</p>	<p>“...sou sozinha, os meus filhos e o meu marido...estou com despesas...até fomos à DECO pedir ajuda...é do banco...conforme ia tendo necessidade para comer ia pedindo, agora a coisa está muito grande...tenho RSI há dez, onze anos...os meus pais sempre foram pessoas com dificuldades...”</p> <p>“...a morte do meu pai (momento identificado como mais marcante)...eu gostava muito dele...dos mais felizes foi ter os meus filhos.”</p>	<p>“...tive...uma filha que é doente mental, depois o meu casamento deu mal...desde princípio...com o meu primeiro marido...era muito mau para mim...dava-me porrada...queimava-me os peitos...nunca fui feliz...até me partiu os dentes todos...”</p>

<p>meus filhos, que agora é o meu marido...fui para casa da mãe dele...era muito judiada...a primeira gravidez que...tive...lá do hospital da assistência social...andaram sempre vigiando. Tinham coiso de ele me estar sempre batendo.”</p> <p>“...um dia a minha (filha) mais velha...foi internada...tanto era ela judiada como era eu...arrumei as minhas coisinhas e abalei para casa da minha mãe...agora não é assim como ele me fazia no...passado...”</p> <p>“...no mês passado...fui chorar à Cáritas...ela ajudou-me um mês...vai acabar este mês o pão...não posso pagar o infantário...os piores (momentos)...eu querer dar comer aos meus filhos e não ter...”</p> <p>“Os mais felizes é quando os tenho (filhos) ao pé de mim...eles estão contentes...também estou contente...”</p>	<p>de ninguém, sem ser dos meus filhos...fiquei um mês e meio a dormir dentro de um carro...pedi um quarto à assistente social e disseram-me que não havia verbas.”</p> <p>“...dizem que eu tenho trabalho certo...tenho que meter...baixa...o meu marido...é dependente de mim...quase não vê...anda muito pouco...trago para casa 360 euros...água, luz e comer não dá...tantos aí sem fazerem nada a receberem Rendimento Mínimo...isso revolta uma pessoa...fiz uma carta...para a Segurança Social...ninguém fez caso de nada...eu trabalho, tenho o marido nas condições que tenho..., uma neta com seis anos...foi o tribunal...foi-me dada a mim...quer dizer não sou ajudada em lado nenhum?...não queria dinheiro...só precisava que me ajudassem a pagar a farmácia que ainda devo...não posso deixar morrer o pai dos meus filhos...”</p> <p>(momentos mais felizes)...quando me diziam...está grávida...e os netos...são os momentos que a gente temos mais bonitos são esses...mais felizes é quando tenho tudo ao pé de mim com saúde...”</p>	<p>passou do terceiro para o quarto ano...punha-se assim e chorava...não sabia bem o que era a esquizofrenia.”</p> <p>“...eu era do campo... trabalhei na Cruz Vermelha... ainda ia trabalhar para um café e restaurante... um dia perdi-me...não sabia onde é que estava... depois parti um pé...queria subir escadas...já me custava... depois adoeci e passaram uma carta...” (foi-lhe diagnosticada uma depressão crónica).</p> <p>“ (momentos mais felizes) foi lá (local onde nasceu), porque sei que fui amada...o amor é a coisa mais linda do mundo.”</p>	<p>pode cair...o outro não trabalha porque diz que não arranja.”</p> <p>“Os momentos em que me senti mais triste foi que não fui criado com o meu pai...foi a morte do meu pai (pausa)... (momentos mais felizes?)...são mais os desgostos.”</p>		
--	--	--	--	--	--

II. Trajectória de Vida dos Entrevistados

1. Momentos marcantes/incidentes críticos no percurso de vida (cont.)

Margarida	Mariana	Artur	Paulo	Maria	João
<p>“...casei comprámos casa...depois comprámos uma casa maior e mais cara com uma prestação mais alta...as coisas começaram a ficar complicadas...o meu marido ficou desempregado...entretanto já arranhou trabalho, mas tem sido difícil pagar...é muito caro.”</p> <p>“...o (momento) mais feliz foi quando pensei ser mãe...aqueles mais tristes é querer dinheiro para pagar as minhas despesas e não ter...desespero...tenho momentos...custa-me muito querer dinheiro para comprar...coisas para a minha filha...e ter que estar sempre a pedir ajuda à minha mãe...se não fosse ela ainda passava mais dificuldades do que passo.”</p>	<p>“...os meus pais são de origem humilde, o meu pai bebia, era alcoólico...a minha mãe sempre foi...infeliz no que diz respeito ao casamento...tinha o pilar da minha avó...entretanto faleceu...não fui feliz, não havia aquele lar afectuoso, se eu tivesse um problema guardava para mim...importava-me aquela disfuncionalidade sentimental.”</p> <p>“...a Joana...é de um primeiro relacionamento...que durou apenas o estado da gravidez e poucos meses após ter nascido. Quando ela tinha um ano iniciei o meu relacionamento que durou doze anos...este agora que acabou...e do qual nasceu a Maria que tem quatro anos.”</p> <p>“Cá não tenho ninguém...não tenho um relacionamento muito...chegado ao meu pai...nunca tive...mesmo quando morava com eles...e desde que me separei o meu pai não me fala...e a minha mãe ficou muito chateada...Eles são muito conservadores...Separei-me uma primeira vez e ...eles...ficaram aliviados...eu vivia com uma pessoa de uma cultura diferente...indiana...era muito infeliz...do segundo casamento gostavam do rapaz...e isso ainda fez um afastamento maior.”</p>	<p>“...tenho trabalhado...nas obras...mas agora não há obras, parou tudo...tem sido complicado viver assim com duas filhas e só com o ordenado dela (mulher)...vou ganhar para aí quatrocentos euros de subsídio de desemprego...que rem que eu vá estudar...somos obrigados para não...cortarem.”</p> <p>“...às vezes sem dinheiro, estar à espera que receba algum...acaba-se ter que estar novamente à espera...durante a vida...tive bons trabalhos e ganhava bem...agora é que não é nada.”</p> <p>(momentos mais</p>	<p>“Somos seis irmãos contanto comigo e todos os dias estou em contacto com eles...quero saber como é que estão...”</p> <p>“...estudei quando era criança...depois tive que ir muito cedo trabalhar, aos sete anos fiquei logo sem pai...tirei o nono ano depois de adulto...”</p> <p>...já me conheciam bastante...há muitas crianças de etnia cigana...havia falta de alguém para...acompanhar a comunidade...já havia mediadores em várias partes do país...pensaram logo em mim...para esse trabalho...comecei a ser mediador na Escola...depois acabei contrato...queriam um mediador e a Câmara de Beja...foram-me buscar.”</p> <p>“...ao longo da minha vida tenho ganhado muita experiência...saber ouvir...escutar...ter</p>	<p>“...aos quinze anos... casei...deixei de estudar...comecei a trabalhar...como empregada de limpezas...”</p> <p>“...tive um divórcio litigioso, uma separação muito difícil, fui vítima de violência doméstica (pausa)...eram maus-tratos e os meus filhos a verem-me maltratada, foi muito difícil tomar uma decisão (chora)...já não aguentava mais...pedi-lhe o divórcio e ele esteve para me matar...”</p> <p>“...saí de casa...telefonei para o 144...depois é que tomei a iniciativa pelo Rendimento Mínimo...tinha uma amiga que tinha uma casa, fui ter com ela, ela deu-me acolhimento, paguei...achava justo...entretanto</p>	<p>“...a vida era com muita dificuldade para os meus pais...estava dois anos na escola e tinha que ir guardar gado para subsistir em casa...ainda fiz a quarta classe, mas não fiz o exame...”</p> <p>“...houve uma coisa comigo e com ela (última companheira) e separámo-nos...agora vivo sozinho...já vai fazer dezasseis anos...”</p> <p>“...deixámo-nos e...eu comecei a ganhar um bocado de vergonha de andar lá e imigrei para aqui.”</p> <p>“...parti uma perna e o Joelho a ajudar uma velhota...desequilibrei-me...tenho...isto cheio de ferros...não consigo dobrar a perna...dói-me</p>

	<p>“...frequentei um Psicólogo...tinha sempre uma coisa má, um sentimento que queria resolver uns fantasmas que me perseguiram em relação à minha mãe...acho que fiquei muito melhor...A minha mãe...foi sempre uma excelente mãe, é daquelas senhoras muito honestas...mas a nível de amor é negligente, nunca me disse que gostava de mim, raramente havia contacto físico...é uma coisa que me incomoda...levei sempre a mendigar uma atenção especial da minha mãe...não há afecto...sinto-me sozinha e procuro uma mãe e não há.”</p> <p>“...tive uma adolescência dormente...o que sei aprendi sozinha nos livros...o começo da vida adulta foi difícil...nunca tinha visto um bebé à minha frente...”</p> <p>...vim para cá (Beja), primeiro estive numa residência para estudantes...depois mudei-me para um quarto...conheci...esse moço indiano...engravei...não estava muito informada...não tive cuidado absolutamente nenhum...”</p> <p>“Não cheguei a terminar o 12º ano...ainda continuei com aquele sentimento de ir ao curso, mas...é uma cultura complementemente diferente...tinha que estender a roupa à noite porque as pessoas do sexo masculino...alguém me podia ver...tinha que usar o cabelo</p>	<p>felizes) “Primeiro o nascimento das minhas filhas, andar de avião...também foi um sonho...os mais tristes é não trabalhar, é uma tristeza uma pessoa estar deitado e a mulher ir trabalhar...uma pessoa anda aí feito parvo...”</p>	<p>muita calma...isto de ser mediador...é difícil a gente estarmos sempre prontos para os outros...quero a todo o custo que isto mude a nível da etnia cigana...tenho feito algum trabalho que é reconhecido por todos os serviços...havia muitos conflitos...desde que eu estou cá as coisas estão mais calmas...”</p> <p>“...fui sempre feliz...vivo cada dia...claro temos expectativas...mas eu não sonho alto.”</p> <p>“...momentos infelizes...nós os ciganos quando nos morre alguém estamos muito ligados e sentimos muito...”</p> <p>“...o dia mais feliz foi o dia do meu casamento...durou oito dias...no segundo dia tive que vir fazer exame de condução...fui para o casamento estava tudo em festa...à minha espera.”</p>	<p>arranjei...onde estou a morar.”</p> <p>“Os meus filhos...é a única coisa a que eu me posso pegar... (o que mais a marcou) o meu divórcio, a minha casa que eu tive que deixar para trás.”</p> <p>“Muito feliz...o nascimento dos meus filhos...não tem explicação...quando podem vêm cá, vão-me ver e assim.”</p>	<p>bastante...não posso fazer esforço de nada...disseram-me que eu tinha capacidade para ir trabalhar, mas...eu não posso...há pessoas mais novas e que têm reforma...estou à espera...mesmo uma reforma mínima.”</p> <p>“...em baixo à porta do cemitério arranjei uma barraquita, às vezes peço uns empréstimos...e depois tenho o Rendimento (Social de Inserção)...pago todos os meses a minha continha.”</p> <p>“...os meus filhos já adultos...foram conhecer o pai...partiram da minha companhia eram muito pequeninos... Morreu o meu pai e morreu a minha mãe...sinto-me sozinho.”</p> <p>“Mais felizes era quando era mais novo...ia para os</p>
--	--	--	--	--	--

	<p>preso...como a minha turma era mista...também proibiu a minha ida para o curso...enclausurou-me mesmo...foi aterrador...a subserviência feminina...era violento...eu ligava para casa: (fala com a mãe) «pergunta ao pai se eu posso voltar», ela não perguntava...tinha medo...das reacções do meu pai...passei coisas horrorosas.”</p> <p>“Quando o conheci (o segundo companheiro)...era uma pessoa que estava a tomar metadona...a droga na vida dele foi um acidente de percurso...não é esse tipo de toxicodependente que nós vemos aí...que rouba...era um consumidor em casa...não gostava de falar nisso.”</p> <p>“O que correu mal...vivi com esse rapaz (fala do segundo relacionamento)...vivo um dilema...ele sempre foi um excelente pai...mas eu não era feliz...não tínhamos dinheiro...ele não me deixava trabalhar porque é uma pessoa muito ciumenta...nunca foi agressivo nem verbal nem fisicamente...cheguei a um ponto de ruptura psicológica...detesto que me persigam e me controlem.”</p> <p>“...tem uma micro empresa...meteu-se aí numa obra muito grande à qual não conseguir dar resposta...entrou numa espécie de bloqueio e de stress mental...recai na heroína...passei um</p>				<p>bailaricos...tinha os meus pais e queria uma parodiazita...”</p> <p>“Mais triste...foi quando aconteceu isto com a minha mulher...tinha saúde e tudo e tinha capacidade para trabalhar...apeguei-me a ela e depois de um momento para o outro desapareceu.”</p>
--	--	--	--	--	--

	<p>mini inferno, ele não ia trabalhar, não tinha dinheiro, começava a ressacar...juntei tudo e separei-me...sinto-me culpada...não devia ter abandonado uma pessoa nessa situação...”</p> <p>“...separei-me estava a receber o RSI...hoje em dia ganho muito menos...mas eu queria trabalhar e não podia estar só à espera do RSI...em casa sem fazer nada...vou falar com a empresa de limpezas...Comecei a trabalhar nisto e estou muito arrependida...não pelo trabalho...se eu tivesse continuado a receber o RSI não passava aquilo que eu hoje passo...é um verdadeiro inferno...ao final do mês ganho 300 e poucos euros...a crise também se abateu sobre a empresa...não temos clientes.”</p> <p>“...estar a receber RSI em casa não faz qualquer sentido...sou jovem tenho saúde e quero dar o exemplo às minhas filhas...não penso que seja um bom exemplo estar em casa encostada a um envelope...se uma doutora me dissesse...você volta a receber RSI, eu iria dizer que sim...não por uma questão de comodismo...é porque eu não consigo dormir bem à noite...perdi imenso peso...nenhum dos pais me paga a pensão de alimentos...está tudo em tribunal...aguentava-me antes porque cada um me dava 100</p>				
--	---	--	--	--	--

	euros... só tenho 1,10 euros na carteira, pago luz e água e fico o resto do mês sem dinheiro.” (momentos mais felizes) “Gostei muito de ter sido mãe...acho que tenho imensa queda para ser mãe.”				
I. Trajectória de vida dos entrevistados					
2. Razões que conduziram à situação de Pobreza do ponto de vista do entrevistado					
Sílvia	Amélia	Odília	Jorge	Felisbela	Inês
“...uma foi eu não estudar...mas mesmo que eu aprendesse...não valia de grande coisa porque não dão trabalho à gente...em dizendo que vamos daqui deste bairro (Bairro da Esperança) metem a gente de parte logo...” “...as outras têm cunhas...é só tudo para bebedeiras...a gente cada vez mais vemos a nossa vida andando para trás...mal recebemos o nosso dinheiro...pagamos ali, pagamos aqui e ficamos sem nada e...sem coisas em casa.” “...porque uns têm tudo e outros não têm nada...quando uma pessoa nasce com aquele destino...já ninguém lho tira...quando nasce para penar, vai penar até à morte...acho que o meu caso é este.”	“...se o meu marido trabalhasse, com o meu ordenado...vivíamos bem, assim infelizmente não conseguimos viver...gasto muito dinheiro em remédios e tenho água e...luz para pagar e temos que comer todos os dias.” “...as coisas aumentam de dia para dia...e os ordenados são iguais...não se consegue sobreviver com ordenados iguais e as coisas mais caras...” “É deles roubarem tanto, se cada um que lá está (no Governo) não metesse tanto ao bolso...não havia tanta miséria.”	“...deixei de trabalhar...os meus medicamentos...são muito caros...tenho uma depressão crónica...já estive no hospital...ele (o filho) andou abandonado sem comer nada, ali por aquelas ruas...tenho bronquite crónica e...depressão crónica...a depressão mata.”	“Cheguei a esta situação porque a minha mãe não tinha posses...aconteceu porque levaram logo o meu pai quando a gente erámos pequeninos...fomos criados...sem ninguém...a minha mãe não tinha, as vizinhas sempre tinham alguma coisinha para a gente comer.”	“Aconteceu porque conforme eu ia tendo necessidades is pedindo, não pensei...nas consequências que tinha para pagar.” “Porque isto não há trabalho, se...tivesse um trabalho já se conseguia orientar...pagava as despesas...para comer e para nos irmos governando...assim eu não tenho trabalho é muito difícil e com estas despesas ainda mais.”	“...estive sempre assim...pedir e levar um não, não vale a pena...pobre já eu nasci...basta que a minha mãe abandonou a gente todos...tenho penado desde que nasci e hei-de penar até que morra.” “Porque não temos trabalho...vive-se só da reforma do meu marido...nem tenho direito a rendimento nenhum, nada...é com sessenta contos que eu vou pagar água...luz e...a gente viver?”

II. Trajectória de vida dos entrevistados					
2. Razões que conduziram à situação de Pobreza do ponto de vista do entrevistado (cont.)					
Margarida	Mariana	Artur	Paulo	Maria	João
“...foi devido à compra da casa...se eu tivesse ficado com a outra casa a prestação era mais baixa...e também o desemprego sem dúvida alguma, eu e ele (marido)...sem trabalho mesmo que se queira é complicado.”	“A situação pôs-se má porque suspendi o RSI...renda para pagar...senão a senhoria expulsava-me...começo a ver que começa a faltar o dinheiro...” “...sinto-me culpada...não sei se fiz mal...já não amava a pessoa com quem eu morava...que...entretanto recai na heroína...não devia ter abandonado uma pessoa nessa situação...fui egoísta...agora pago duras penas por isso...depois também se reflectiu muito a nível financeiro.” “...na realidade...nunca fui tão feliz como agora...como mãe e mulher...o que se passa é que...vivo sempre no fio da navalha...tenho muito medo de ser despejada...”	“...os partidos...tanta mudança tanta coisa...” “...acho que foi o euro, desde que acabaram com o escudo, acho que isto se complicou ainda mais...agora aumentaram o IVA, qualquer dia ainda vai faltar mais trabalho, vai tudo fechar...acabaram com o emprego...”	“...na minha casa só entra um ordenado...é...esse o grande problema...seis pessoas em casa...calçar, vestir e comida...mal dá...para sobreviver...a minha mulher anda à procura de trabalho mas não encontra...” “...quando a gente íamos...a Espanha...fazíamos o nosso dinheiro...desde que Portugal entrou em crise, a Espanha também entrou...foi uma grande perda de oportunidade de trabalho.”	“Por causa de...não ter trabalho...não tenho dinheiro, não tenho comida.”	“...ter que pedir apoio...a fome puxa...tinha fome...depois começaram-me a dar apoio...através da roupa...se eu ainda tivesse capacidade...não posso trabalhar...”

II. Trajectória de Vida dos Entrevistados					
3. Atitudes/Ações do entrevistado para inverter a situação de pobreza					
Sílvia	Amélia	Odília	Jorge	Felisbela	Inês
<p>“As vezes tento...não choro à frente dos meus filhos...eles quando me vêm a chorar...choram também...tento-me fazer de forte à frente deles....melhorar a minha vida, tento mas não consigo.”</p> <p>“...houve este caso de pedir à Assistente Social a ver se me ajudava...corri tudo...fui a isto de limpar escadas...disse que não fiz o quarto ano...disseram logo que não precisavam.”</p> <p>“No fundo de desemprego dizem que têm lá gente inscrita à parva, está muita gente desempregada...fui aqui abaixo...da padaria...também disseram que não precisavam.”</p>	<p>“Este mês peço aqui, peço ali, pago, tenho falta vou pedir outra vez...quando receber pago, depois tenho falta todos os meses, vou pedindo, nunca estou bem.”</p>	<p>“Tenho pedido a Deus, tenho ido falar com o senhor padre...que Deus faça o melhor para mim...”</p>	<p>“...tenho feito muito, tenho guardado ovelhas...cabras, pelo campo...apanhando vento, chuva.”</p>	<p>“Procurar trabalho, ainda agora vim do Centro de Emprego...não consigo nada...não há trabalho.”</p>	<p>“...tenho lutado, andar aí sempre a pedir trabalho...não há trabalho. Nem sequer para varrer as ruas.”</p> <p>“...não peço nada a ninguém, da minha vida ninguém sabe...ninguém nos ajuda nada...tenho uma irmã...ela não me ajuda em nada.”</p>

II. Trajectória de Vida dos Entrevistados 3. Atitudes/Ações do entrevistado para inverter a situação de pobreza (cont.)					
Margarida	Mariana	Artur	Paulo	Maria	João
<p>“...é jogar-me a tudo o que aparece...com a falta e a necessidade a gente somos capazes de fazer tudo...olhando para a minha filha,...tenho que lhe dar uma vida mais ou menos...procurar trabalho...”</p>	<p>“Tudo...vim aqui à Cáritas...às vezes sinto-me...uma ampulheta...que a areiazinha do invólucro de cima está-se quase a ir embora...eu trabalho, quero trabalhar mais, mas não há.”</p> <p>“...o que eu tento fazer é procurar...gostava de ter um emprego onde ganhasse pelo menos o ordenado mínimo nacional...O que eu tento inverter é procurando...é tentar poupar ao máximo em casa...nunca mais lavei a louça com água quente...tenho imenso medo...vivo apavorada.”</p>	<p>“Tenho tentado trabalhar, não paro, saio de um vou para outro...tem que se fazer à vida, é complicado mas terá que ser.”</p> <p>“...acabaram com o emprego...isso é que é o mau estar no nosso país...”</p>	<p>“...pertencço à luta contra a pobreza (EAPN/Portugal – Núcleo Distrital de Beja)...lancei lá um apelo aqui para Beja que houvesse cursos de alfabetização, porque está sendo muito difícil...a minha senhora não sabe ler nem escrever...”</p> <p>“...tenho ido a vários sítios à procura de trabalho para a minha senhora...há uma dificuldade grande de trabalho e as pessoas que são analfabetas ainda mais...”</p>	<p>“Tenho procurado no Centro de Emprego, tenho procurado cursos, o máximo que posso fazer faço...até vou a uma entrevista para um curso para o 12º ano.”</p> <p>“...a gente vai numa expectativa de ter um curso ou um trabalho e às vezes não é aquilo que a gente espera para mudar a vida...ter um trabalhinho era tudo diferente...deixava de vir à Cáritas...era uma coisa diferente...poder fazer o...comer em casa...escolher aquilo que posso comer...”</p>	<p>“Agora o que é que eu vou fazer...se eu ainda tivesse capacidade de andar, nem que fosse a guardar um rebanho de ovelhas, não posso trabalhar nas obras, não posso ir para cima de andaimes...tenho que ter as pernas como deve de ser...vou-me aguentando até haver outra coisa.”</p>

III. Vivência do Quotidiano					
4. Forma como o entrevistado passa o dia a dia					
Sílvia	Amélia	Odília	Jorge	Felisbela	Inês
<p>“...o meu tempo é arrumando as casas, estendendo roupa...passo o tempo em casa.”</p> <p>“...o meu dia é ir levar os meus filhos à escola, chego da escola meto-me em casa a arrumar as coisas...vou...às três e meia buscalos...dou-lhes o lanche...meto-me ao pé deles que eu não sei ler, mas tento-os ajudar que é para eles serem alguém na vida...passamos a tarde juntos...vou fazer o jantar, comemos, vemos televisão...a gente deita-se até ao outro dia...”</p>	<p>“...levanto-me às 6 da manhã, trato do meu marido...dou-lhe insulina, ...a medicação já está preparada da tarde...saio de casa às 6h30, vou trabalhar...chego a casa...tomo banho, visto-me...vou estender ou vou passar a ferro ou vou à cidade...”</p>	<p>“...quando... ainda não tinha esta coisa na vista...entretinha-me a ler...passo mexendo umas coisinhas em casa...um alguidar de roupa...depois penduro.”</p>	<p>“...levanto-me vou beber um cafezinho e vou trabalhar...depois saio às quatro horas...o meu tempo é...a beber café, tenho brincadeiras no café, passamos o tempo...com os meus amigos e malta...da minha idade.”</p>	<p>“De manhã venho aqui buscar o almoço...à tarde meto-me em casa a arrumar as coisas...ontem tive que vir à escola por causa da reunião...hoje também tenho uma e quando os filhos estão em casa é com os filhos a fazer os trabalhos de casa.”</p>	<p>“Arrumo as minhas coisas, cuido do meu neto, estendo a roupa...estou na minha casa.”</p>
III. Vivência do Quotidiano					
4. Forma como o entrevistado passa o dia a dia (cont.)					
Margarida	Mariana	Artur	Paulo	Maria	João
<p>“...trabalhando, vou para casa...vou ao jardim com ela (filha) quando posso.”</p>	<p>“...tenho dias muito ocupados...levanto-me às 6h30 da manhã...tenho que ir a pé até aos clientes...a senhora que guiava a carrinha foi ter o bebé...só tenho uma hora desde que a escola da Maria (filha mais nova) abre até tocar à porta da cliente...a mais velha já trata de si sozinha...trabalho de manhã quando há...depois venho aqui à Cáritas...vou outra vez trabalhar...depois fazemos sempre o jantar em conjunto porque não há mais nenhuma época de reunião durante o dia...jantamos...e eu faço a lida da casa.”</p>	<p>“Venho aqui para o Bairro (da Esperança) com os meus amigos...tenho convivência é aqui, jogo às cartas...ao dominó...beber umas cervejinhas...ai com a malta...até que a mocinha (filha) saia para ir buscá-la...ir buscar a mulher...”</p>	<p>“...saio de casa deixo os dois mais pequenos na escola...depois venho para o meu trabalho...depois vou almoçar e depois saio às cinco e meia.”</p>	<p>“Arrumo a casa, vejo televisão, leio...livros quando posso, gosto de ler.”</p>	<p>“O meu dia, levanto-me, lavo a cara, como qualquer coisinha se houver. Venho aqui (à Cáritas) direito...tomo o pequeno almoço dou uma voltinha, dai a nada chegasse o almoço...depois vou para baixo...se o tempo estiver muito mau...deixo-me estar...sossegado...deito-me para</p>

	“...durante a semana não faço nada de...interessante, não vejo televisão, nem leio, só vou passear a cadela...estou cansada...a animação lá em casa começa na sexta feira...e sábado, é declarado ninguém lá em casa faz nada...vamos ao parque...à biblioteca...visitar uma exposição...se estiver a chover...fazemos biscoitos...eu invento...depois no domingo volta a rotina.”	jantamos e casa.”			descansar a perna e deixo-me estar.”
III. Vivência do Quotidiano					
5.Pessoas com quem o entrevistado contacta no dia a dia					
Sílvia	Amélia	Odília	Jorge	Felisbela	Inês
“...durante o dia...mais com as minhas irmãs...e com a minha mãe. Mas...às vezes não me dá jeito desabafar com a minha mãe...sinto-me mal...se puder reservar tudo para mim reservo.”	“Com todas...durante a manhã com as minhas colegas de trabalho, da parte da tarde mais com as minhas filhas.”	“Não contacto...as pessoas já não são como eram...”	“...com os meus amigos.”	“Estou aqui (na Cáritas) com estas raparigas que vêm buscar o almoço, depois estou em casa com os meus filhos, às vezes vou à da minha sogra.”	“...não falo com ninguém, falo com o meu neto...com o meu marido...”
III. Vivência do Quotidiano					
5.Pessoas com quem o entrevistado contacta no dia a dia (cont.)					
Margarida	Mariana	Artur	Paulo	Maria	João
“...com a miúda (filha)...vou um bocadinho à da minha mãe...”	“...tenho uma amiga...é assim a pessoa mais chegada. Contacto com as minhas clientes, mas é do tipo...olá...até logo...E com a Maria e a Joana (filhas) e aqui com as pessoas da Cáritas e mais ninguém.” “...a minha avó e os meus tios sabem... que eu vivo numa situação precária, mas nunca lhes peço nada.”	“Com poucas,...colegas, amigos de infância e a mulher e as mocinhas (filhas).”	“Com muitas...pessoas. Estou naquela parte do atendimento geral e por ali passam...todas as pessoas que vêm à Câmara pedir apoios...”	“...sou amiga de casa, sou pouco amiga de ir aos cafês.”	“...falo às vezes com pessoas que a gente conhece por aqui (na Cáritas).”

III. Vivência do Quotidiano					
6.Locais frequentados pelo entrevistado					
Sílvia	Amélia	Odília	Jorge	Felisbela	Inês
“As vezes vou ali ao Pingo Doce...ao Continente...levar os filhos à escola...são poucas as vezes que venho aqui (ao CSCR Bairro da Esperança).”	“Ao café, gosto muito de ir ao café...hospitais, café, casa está o meu dia feito. Estou para ir a Fátima e ainda não arranjei tempo...nem dinheiro.”	“Não vou a lado nenhum já...”	“Aqui ao café ao lado...”	“O Centro de Saúde, o Centro de Emprego, às vezes...vou à de uma vizinha minha...”	“Não vou a lado nenhum, fico em casa.”
III. Vivência do Quotidiano					
6.Locais frequentados pelo entrevistado (cont.)					
Margarida	Mariana	Artur	Paulo	Maria	João
“...vou ao jardim...ao Continente dar uma voltinha, porque há outros sítios onde depois tenho que gastar muito...evito ir...dantes se calhar ia todos os fins de semana...agora tive que me privar...”	“...gosto muito de ir à biblioteca...ao parque...ao Pax-Júlia (cine-teatro)...visitar...uma exposição.”	“As vezes vou à dos meus pais...depois vou ao café e depois para casa, é a vida.”	“...sou Pastor Evangélico...tenho dias que saio daqui e nem vou a casa...estou ligado ao Núcleo Distrital de Beja da Luta Contra a Pobreza...o voluntariado...estou sempre ocupado...não sou daquelas pessoas para estar nos cafés.”	“Venho para a Cáritas e vou para casa, no outro dia venho para a Cáritas outra vez.. (não frequenta mais nenhum local) ...Porque não tenho dinheiro.”	“...venho aqui (à Cáritas)...dou uma voltinha até ao jardim,...pela cidade...ando na bicicleta aqui da Câmara...vou até ao Continente...ao quartel.”

III. Vivência do Quotidiano					
7.Forma como o entrevistado gostaria que fosse o seu dia a dia					
Sílvia	Amélia	Odília	Jorge	Felisbela	Inês
<p>“...que fosse o dia mais feliz que eu nunca tive na vida...Era passear, arejar...a cabeça...era ir a muitos lados que ainda não fui...gostava de ir a Lisboa conhecer lá aquilo.”</p> <p>“...Também gostava de levar os meus filhos comigo...mas às vezes uma pessoa também precisa de estar quieta no nosso cantinho...a pensar.”</p>	<p>“...era, ir trabalhar...eu gosto muito de trabalhar e gosto daquilo que faço e depois de tarde ter um bocadinho mais de sossego...é muito complicado, a saúde do meu marido.”</p>	<p>“Eu não sei o que é que me vai acontecer.”</p>	<p>“...os meus dias...lidar com os meus amigos, que ainda tenho, e que tivesse a minha mãe que me desse um apoio...”</p>	<p>“No trabalho para poder dar de comer aos meus filhos...era o que eu mais gostava era um trabalho.”</p>	<p>“O meu dia em casa...na minha casinha é que eu estou bem...gostava de trabalhar, mas não há trabalho,...é uma...situação muito má.”</p>
III. Vivência do Quotidiano					
7.Forma como o entrevistado gostaria que fosse o seu dia a dia (cont.)					
Margarida	Mariana	Artur	Paulo	Maria	João
<p>“...eu gosto dos meus dias...gosto do meu trabalho...mas se calhar ao fim de semana...tinha um passeio diferente...levar a minha filha a conhecer coisas que...ela não conhece, mas...na maioria é tudo coisas pagas.”</p>	<p>“...dormir melhor, porque eu estou sempre muito preocupada e nervosa...não consigo dormir descansada...a pensar no dia seguinte como é que vou arranjar dinheiro...”</p> <p>“O meu dia...gostava que fosse...levantava-me de manhã...sempre ir trabalhar, nem que fosse a fazer qualquer coisa...que elas estivessem bem na escola e...à tarde chegassem e estar descansada...ter um emprego que me pagassem condignamente e uma casa com melhores condições...que eu pudesse pagar.”</p>	<p>“Não...gostava de estar em casa sem fazer nada...gostava de ter um trabalho mais ou menos razoável e ter uns fins de semana à maneira...para a praia, um gajo quer ir e não pode...”</p>	<p>“...estou contente com o meu dia a dia...se pudesse escolher era tratar dos assuntos das pessoas todas...tem falta disto, tome lá...resolver a situação das pessoas, porque cada vez são mais os problemas...”</p>	<p>“Em casa...trabalhava, arranjava emprego. Era o que eu queria.”</p>	<p>“...os meus dias...do melhor que pudesse ser...eu fui um homem de cantar...alegre...Tenho...gaitas de beijos...se...tivesse confiança na letra...ia fazendo umas cançõezinhas para mim...se eu tivesse a situação de escrever bem, fazia.”</p>

IV. Relação com a família e outras redes de sociabilidade					
8.Perspectiva do entrevistado sobre a relação que mantêm com a família					
Sílvia	Amélia	Odília	Jorge	Felisbela	Inês
“...se eu chegar ao pé deles (familiares) e disser...tenho falta...disto...especialmente um mano meu...vai-me arranjar...para me dar.”	“...cada um nas suas casas são reis, mas estamos sempre comunicando uns com os outros.”	“...quando olho para ele (filho que sofre de esquizofrenia) dá-me tristeza...não sei quem irá à frente, mas ele vai ficar mal...mesmo que fique num lar, porque não vão ter paciência...”	“Estava mais tempo com a minha mãe, se tivesse a minha mãe.”	“É bom dia, boa tarde quando nos vemos...eles no lado deles e eu no meu...não sou muito de andar de casa em casa...com o meu marido e os meus filhos estamos ali no nosso cantinho.”	“A gente não se dá bem...eu não vou à casa dela (irmã) nem ela vai à minha casa. Com o meu filho, o meu marido e o meu genro.”
IV. Relação com a família e outras redes de sociabilidade					
8.Perspectiva do entrevistado sobre a relação que mantêm com a família (cont.)					
Margarida	Mariana	Artur	Paulo	Maria	João
“Boa, graças a Deus.”	“...quando falo em família, associo sempre à Maria e à Joana (filhas)...os meus pais são a minha referência biológica...quando penso na minha família vejo uma coisa distante...não é o meu porto seguro...”	“Boa, os meus pais,...irmãos, damo-nos todos bem graças a Deus.”	“Muito boa...sou dos irmãos mais novos...dou sempre a minha opinião...o...relacionam ento com a minha família não podia ser melhor.”	“...Muito amorosa...”	“A minha família agora já não há mais nada, agora é só boa sorte...para os meus filhos...É uma relação distante...tenho muita pena...”

IV. Relação com a família e outras redes de sociabilidade					
9. Apoio prestado pela família perante a situação de pobreza do entrevistado					
Sílvia	Amélia	Odília	Jorge	Felisbela	Inês
“Sim e da minha mãe também...este mês...vi-me aflita que não tinha nada em casa...a minha mãe é que me está dando comer a mim e...aos meus filhos...é pouco mas divide-se entre todos.”	“Sim...extraordinário...elas (filhas) ...também vivem do trabalho delas...cada um com a sua, mas quando...foi preciso...fomos todos.”	“...tinha (apoio) daquela filha, antes...de lhe terem tirado aquele dinheiro...antes de isto estar mal...agora nem falar nisso...não me tem ajudado ninguém, era só ela que me ajudava.”	“O apoio que tive foi só do meu irmão mais velho,...está sempre em cuidado comigo e eu com ele também é igual... isso das cunhadas...fazem uma vez e depois dizem que não...(tive) mais (apoio) pelos meus amigos.”	“Às vezes a minha sogra ou uma vizinha minha, mas da minha família nada.”	“Não (tive apoio da família) ...o meu filho não tem trabalho...está em casa. Só quem recebe sou eu e o meu marido...a reforma.”
IV. Relação com a família e outras redes de sociabilidade					
9. Apoio prestado pela família perante a situação de pobreza do entrevistado (cont.)					
Margarida	Mariana	Artur	Paulo	Maria	João
“...muito mesmo...deixando que não me falte nada, dentro...do possível...em termos de alimentação com a minha pequenina...com o vestir...tenho a minha mãe que me ajuda nisso...o infantário é ela que paga...a minha mãe tem que trabalhar mais...do que aquilo que trabalhava se não...tivesse que me ajudar.”	“...não tenho. A minha mãe quando lhe peço dinheiro...para ela é sempre tudo errado, salienta-me os pontos negativos em vez de me encorajar...detesto isso...o meu pai foi uma pessoa que...já não recupero mais...fui perdendo.”	“...dos meus pais e dos meus sogros...compram roupas às mocinhas (filhas do entrevistado), a minha mãe especialmente... não me dá de comer porque eu não quero...não precisamos de chegar a esse ponto...um dia mais tarde se calhar terá que ser...”	“...tenho o apoio da minha mulher...dá-me sempre força...a minha família sempre. Se eles um dia souberem que estou passando uma dificuldade e se...não lhes disser...ficam chateados comigo...às vezes não é só o dinheiro...um consolo, uma ideia, um apoio, isso conta muito...”	“Sempre...para ter coragem...tive o apoio deles ...(se não tivesse) talvez ainda estivesse em casa.”	“...quando parti a perna e o joelho... nunca apareceram, é porque não podem...que o ordenado também é pouco...para eles...fizeram aquela desculpa para mim, para não virem cá...”

IV. Relação com a família e outras redes de sociabilidade					
10.Pessoas mais próximas do entrevistado					
Sílvia	Amélia	Odília	Jorge	Felisbela	Inês
“...é a minha mãe, o meu pai e os meus irmãos...Ajudas na minha sogra...dos meus cunhados, não tenho...amigos, não tenho nenhum.”	“Filhos...amigos não há...há conhecidos.”	“Tinha aquela irmã, mas tem noventa anos...amigos já não tenho nenhum...morreram.”	“...esse apoio é dos meus amigos...”	“...uma vizinha minha, é mais de fora do que de casa...amigos não, não sou muito de fazer amigos...”	“Os meus netos, a minha filha, o meu marido e o meu genro.”
IV. Relação com a família e outras redes de sociabilidade					
10.Pessoas mais próximas do entrevistado (cont.)					
Margarida	Mariana	Artur	Paulo	Maria	João
“...a minha mãe, a minha irmã e o meu marido...(amigos) tenho poucos mas bons, porque acho que as pessoas já não são muito sinceras umas com as outras.”	“...tenho só a colega, não tenho assim mais ninguém.”	“As mais próximas são da minha família, os meus pais, a minha mulher, as minhas filhas e os meus irmãos...há um amigo ou outro...assim amigos são os nossos.”	“Tenho muitos amigos...mesmo colegas de trabalho são meus amigos...fiquei com muitos amigos de criança...mas as pessoas mais próximas são da minha família.”	“Da família...(amigos) poucos mas bons.”	“...pessoas que a gente conhece por aí (na Cáritas)...porque as outras (da família) estão fora do alcance...”

IV. Relação com a família e outras redes de sociabilidade					
11.Frequência das relações sociais que o entrevistado mantém com a família e/ou amigos					
Sílvia	Amélia	Odília	Jorge	Felisbela	Inês
“...todos os dias a gente vê-se porque ela (mãe) mora mesmo ali ao pé de mim, as minhas irmãs também...”	“Todos os dias.”	“Essas pessoas antigas...às vezes quando vou à rua...ao Pingo Doce e à igreja...quando vou à farmácia.”	“Todos os dias...”	“Os meus filhos e o meu marido só...com a minha vizinha vou lá...quando tenho tempo para ir...”	“...esses (da família) vejo a toda a hora.”
IV. Relação com a família e outras redes de sociabilidade					
11.Frequência das relações sociais que o entrevistado mantém com a família e/ou amigos (cont.)					
Margarida	Mariana	Artur	Paulo	Maria	João
“...quase todos os dias, a minha mãe vejo-a todos os dias...”	“...os meus pais já não os vejo há dois anos, nem o meu sobrinho. A minha irmã há dois anos também...a minha colega...falamos todos os dias várias vezes por telefone...sinto-me sozinha.”	“Normalmente... todos os dias...”	“Todos os dias estou em contacto com eles (irmãos)...os meus amigos...mesmo que estejam longe estou sempre em contacto com eles, os telemóveis é uma aproximação que nós temos...”	“Quando posso.”	“Eles vêm aqui comer (à Cáritas) e também andam por aí fora... (todos os dias) Exactlymente...”

IV. Relação com a família e outras redes de sociabilidade					
12. Atividades realizadas pelo entrevistado na companhia da família e/ou amigos					
Sílvia	Amélia	Odília	Jorge	Felisbela	Inês
“...metemo-nos todos ali a falar e o meu pai mete-se a contar a vida dele...e os moços metem-se todos ali ouvindo...é só mais à base de casa...sentar-se ali um bocadinho no passeio...”	“Vamos beber um cafezinho...isto não há dinheiro para mais...infelizmente...Gostávamos mas não há...quando se recebe paga-se um cafezinho a todos, quando não há cada um paga o seu.”	“Não...quero nada. Com as pessoas antigas é que eu queria...já faleceram.”	“É beber umas cervejinhas...comer um coelhinho frito, é comer umas coisas quaisquer...”	“...ficamos em casa...os moços costumam trazer trabalhos de casa, meto-me ali com eles...o pai põe-se a ver televisão ou tem ali umas coisinhas semeadas...não dá para sair, não há (dinheiro).”	“Nada, estar ao pé do lume...não saímos...Para onde é que a gente vai?...Nunca fui mulher de sair, sempre em casa.”
IV. Relação com a família e outras redes de sociabilidade					
12. Atividades realizadas pelo entrevistado na companhia da família e/ou amigos (cont.)					
Margarida	Mariana	Artur	Paulo	Maria	João
“...vamos às compras, vamos buscar a pequenina (filha)...Quando se pode vamos passear...para ir para fora gasta-se muito e às vezes é preferível não se ir.”	“Nós costumamos fazer...coisas em conjunto (refere-se à colega de trabalho)...ela ao fim de semana vinha cá...levava a carrinha íamos...à piscina...ao parque...para minha casa.” “Ninguém me vai visitar, a minha casa não é frequentada por ninguém, a não seu esta minha colega...uma coisa que me magoa na minha mãe é isso...”	“Jogamos snooker (com os amigos)...umas cervejinhas e tal...Com a minha família estamos em casa, ao fim de semana vamos ao cinema...de Verão saímos para uma barragem ou para a praia...quando há...vamos...a um baile.”	“...os amigos que...tenho são mais os da igreja...não fumamos, não bebemos...vamos para o campo...Com a...família em casa...quando estamos todos juntos vou passear...não muito longe...vamos à casa do meu filho...às vezes...dos meus sogros.”	“Vamos beber café, o máximo é ir beber café...”	“...conversa...umas anedotas...quando chega a hora a gente vai comer (à Cáritas)...vamos ao jardim...uns passeiozinhos, a andar por aqui e por acolá.”

V. Relação com as instituições de apoio social					
13.Apoio institucional auferido no momento da entrevista					
Sílvia	Amélia	Odília	Jorge	Felisbela	Inês
“...Rendimento Social de Inserção...o pão...é só até ao final do mês. (ajuda alimentar do CSCR do Bairro da Esperança).”	“Uma (filha) recebe...Rendimento Social de Inserção, esta (outra das filhas) está pendente...Já pedi à Cáritas...e ainda me deu apoio alimentar...dois meses...era para ir hoje falar com a doutora do apoio alimentar.”	“...tenho estado aqui (no Centro de Dia)...levo a comida (do CSCR do Bairro da Esperança)...”	“Estou recebendo a bolsa da Cercibeja...os dois (irmãos) recebem...Rendimento Social de Inserção.”	“...Rendimento Social de Inserção...aqui da Cáritas estou a receber alimentação...levo para casa.”	“...nem direito a receber comida, não tenho nada...estive dois anos no desemprego... Acabou...Fui pedir o Rendimento Mínimo, mas não tenho direito...nunca mais lá fui.”
V. Relação com as instituições de apoio social					
13.Apoio institucional auferido no momento da entrevista (cont.)					
Margarida	Mariana	Artur	Paulo	Maria	João
“...o prolongamento do desemprego,...o subsidio social...estou a receber há uns três anos...”	“...a Cáritas...a nível alimentar...também emprestam o dinheiro...não sei como...pagar as contas...estou a receber 48 euros à mesma de RSI, porque quando faz um ano de contrato de trabalho reduz...”	“Estou (a receber subsídio de desemprego) desde o dia 16.”	“Só vivo do meu ordenado...neste momento fui pedir apoio às Cáritas e não estava na lista...tenho que esperar.”	“O Rendimento... (Social) de Inserção...há três anos...(da Cáritas)...comida... há uns seis meses.”	“...Rendimento Social de Inserção...pequeno almoço, almoço e jantar (no refeitório social da Cáritas Diocesana de Beja)...o empréstimo que às vezes me emprestam aqui...depois pago.”

V. Relação com as instituições de apoio social					
14.Motivos que conduziram o entrevistado a recorrer a instituições de apoio social					
Sílvia	Amélia	Odília	Jorge	Felisbela	Inês
“...estava grávida desta mais velha...(a médica) viu que eu tinha dificuldades na minha vida...eu ainda só tinha quinze anos...e tinham cortado à minha mãe o Rendimento Mínimo...porque andava de monte em monte.”	“...às vezes quero comer e não tenho e trabalho todos os dias.”	“...o meu filho...veio de lá (do hospital)...estava muito mal...o médico que o atendeu disse para a assistência do hospital tomar conta daquele caso (esquizofrenia do filho)...ele deixou-me...cheia de dívidas até ao pescoço.”	“...estava para os campos,...a...guardar ovelhas, cabras...foi a doutora (Assistente Social)...ela meteu-me no curso.”	“Porque já não tinha dinheiro para comer...”	“Porque tinha o Rendimento Mínimo,...uma vez recebi...tive que dar baixa, nunca mais tive direito.”
V. Relação com as instituições de apoio social					
14.Motivos que conduziram o entrevistado a recorrer a instituições de apoio social (cont.)					
Margarida	Mariana	Artur	Paulo	Maria	João
“Tinha mesmo que pedir porque só o que ele (o marido) recebe...é para a casa...ficámos com uma dívida à Segurança Social...esse dinheiro tivemos que o pedir ao banco...estamos a pagá-lo.”	“...as...dificuldades que eu tive quando fui morar sozinha com a Joana (filha mais velha)...o...medo de ser despejada...de não conseguir ter os dois menores a cargo...”	“Para ver se ela (a Assistente Social) me arranjava aí alguma coisa (de trabalho)...”	“...estão a dar coisas boas...e era mais isso que eu não comprava, a farinha, a massa, o arroz, essas coisas todas.”	“Não tinha com condições em casa para fazer comida, não tenho dinheiro, não tenho nada em casa, tive que pedir ajuda...não tinha trabalho...e tinha uma renda para pagar...”	“...andava tudo a receber e eu tinha que receber também, tenho os meus direitos...porque me faz falta...foram as Assistentes Sociais que atestaram...que eu não posso (trabalhar),...sabem ...como é que eu estou...”

V. Relação com as instituições de apoio social					
15. Iniciativa do recurso a instituições de apoio social					
Sílvia	Amélia	Odília	Jorge	Felisbela	Inês
Encaminhamento do Hospital	Própria	Encaminhamento do Hospital	Própria	Própria	Própria
V. Relação com as instituições de apoio social					
15. Iniciativa do recurso a instituições de apoio social (cont.)					
Margarida	Mariana	Artur	Paulo	Maria	João
Própria	Própria	Esposa	Esposa	Própria	Própria

V. Relação com as instituições de apoio social					
16. Duração do apoio social auferido pelo entrevistado					
Sílvia	Amélia	Odília	Jorge	Felisbela	Inês
9 anos	Recebeu 2 meses apoio alimentar da Cáritas Diocesana de Beja (apoio já cessado)	Há menos de 1 ano	3 anos	11 anos (intercalado com a frequência de cursos de formação)	A prestação de RSI foi cessada (não há informação da data da cessação).
V. Relação com as instituições de apoio social					
16. Duração do apoio auferido pelo entrevistado (cont.)					
Margarida	Mariana	Artur	Paulo	Maria	João
3 anos	1 ano (interrompeu para ir trabalhar)	Há menos de 1 ano	Aguarda deferimento do pedido de ajuda alimentar à Cáritas Diocesana de Beja	3 anos	3 anos

V. Relação com as instituições de apoio social					
17. Perspectiva do entrevistado sobre o atendimento nas instituições de apoio social					
Sílvia	Amélia	Odília	Jorge	Felisbela	Inês
“...se fosse eu a pedir...elas (as assistentes sociais) não mo davam...a doutora é que foi pedir...”	“...ninguém me ouve...porque elas têm medo de uns e não têm medo de outros...as assistentes sociais...”	“...dirigi-me...à doutora...ouve...”	“Foi, foi (bem atendido)...”	“Sim, tenho sido muito ajudada...porque vêm que eu tenho necessidade...”	“Fui...muito ouvida...fizeram o que puderam.”
V. Relação com as instituições de apoio social					
17. Perspectiva do entrevistado sobre o atendimento nas instituições de apoio social (cont.)					
Margarida	Mariana	Artur	Paulo	Maria	João
“Sim...na altura quando preenchi os papéis fui falar...na Segurança Social...veio aceite e em relação ao Centro (de Emprego)...eles tinham falta e aceitaram.	“Apenas e só na Cáritas...já fui em tempos na Segurança Social, quando tinha outra Assistente (Social)...aquilo não era impessoal, era uma coisa que eu falava e que às vezes me ajudavam...a Cáritas é...uma segunda casa para mim...sinto-me segura.”	“...é das primeiras vezes que venho cá pedir...acho que até fui bem recebido.”	“...a esse nível sou sempre bem recebido em todas...as instituições...”	“...ajudaram-me, não é aquilo que se pode dizer que é fabuloso mas ajudaram-me...à medida que podem...conversamos...vou às entrevistas, essas coisas assim.”	“Atenderam...tanto foram que me apareceu este ordenado (Rendimento Social de Inserção)...”

V. Relação com as instituições de apoio social					
18. Perspectiva do entrevistado sobre a resolução da situação que conduziu ao pedido de apoio social					
Sílvia	Amélia	Odília	Jorge	Felisbela	Inês
“Foi resolvida a respeito...de me darem o Rendimento Mínimo...não é à base do Rendimento Mínimo que a gente se governa...queria que me dessem um trabalho, que eu pudesse descontar...e assim não tenho.”	“...nunca ninguém me disse...precisas toma lá...eu não precisava de dinheiro, só pelo menos que me ajudassem a pagar a farmácia...a mim ninguém nunca...me ajuda...”	“Ainda...tenho dividas...tenho que as pagar.”	“Foi (resolvida)...sei que tenho pessoas na Cercibeja...sempre à minha vontade...”	“...no meu caso sim, tenho tido o que comer...sandes para os meus filhos levarem para a escola...o mais importante é ter comida para os meus filhos.”	“Não ficou resolvida, não tive direito a nada...”
V. Relação com as instituições de apoio social					
18. Perspectiva do entrevistado sobre a resolução da situação que conduziu ao pedido de apoio social (cont.)					
Margarida	Mariana	Artur	Paulo	Maria	João
“Resolvida não...porque é uma situação temporária...se agora estou mal depois vou ficar ainda pior.”	“Não está resolvida...porque as coisas estão muito difíceis...só era resolvida se eu mudasse de emprego ou de casa.”	“...não me vão arranjar trabalho...como isto está é complicado...”	“...disseram que me davam, mas pronto tem que ir a uma lista de espera...”	“Não há dinheiro, não há trabalho, era resolvido se eu tivesse um trabalho.”	“Penso que sim, com esta idade...agora era tratar de uma reformazita...”

V. Relação com as instituições de apoio social					
19. Trajectória do recurso a instituições de apoio social					
Sílvia	Amélia	Odília	Jorge	Felisbela	Inês
- Centro Distrital de Segurança Social de Beja; - Cáritas Diocesana de Beja; - Centro Social, Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança	- Cáritas Diocesana de Beja; - Centro Distrital de Segurança Social de Beja	- Centro Hospitalar do Baixo Alentejo; - Centro Social, Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança.	- Centro Social, Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança; - Cercibeja	- Centro Distrital de Segurança Social de Beja; - Cáritas Diocesana de Beja.	- Centro Distrital de Segurança Social de Beja; - Cáritas Diocesana de Beja.
V. Relação com as instituições de apoio social					
19. Trajectória do recurso a instituições de apoio social (cont.)					
Margarida	Mariana	Artur	Paulo	Maria	João
- Centro Distrital de Segurança Social de Beja; - Centro Social, Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança	- Cruz Vermelha Portuguesa (delegação de Beja); - Centro Distrital de Segurança Social de Beja; - Cáritas Diocesana de Beja.	- Centro Social, Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança	- Cáritas Diocesana de Beja	- Centro Distrital de Segurança Social de Beja; - Cáritas Diocesana de Beja.	- Cáritas Diocesana de Beja; - Centro Distrital de Segurança Social de Beja

V. Relação com as instituições de apoio social					
20. Mudanças sentidas pelo entrevistado após o recurso a instituições de apoio social					
Sílvia	Amélia	Odília	Jorge	Felisbela	Inês
“Acho que não...as coisas que...me dão...não são coisas que se digam que são boas ...o Rendimento Mínimo...recebia mais até que ela (a filha) fez um ano...quando ela precisa mais que vai sendo maior...cortaram-no...tenho dois passes dos meus filhos, do autocarro...não têm transporte de lado nenhum...era para mandarem um autocarro para este bairro...”	“Não mudou nada...nunca fui ajudada.”	“...acho que não mudou nada...”	“...mudar foi no...aprender...todos os dias havia escola...professores...colegas...fiquei contente...”	“Mudar muito...não mudou, porque o Rendimento Social de Inserção é pouco...o melhor que está a acontecer é a comida.”	“Não mudou, é a mesma coisa...acho que ainda é pior.”
V. Relação com as instituições de apoio social					
20. Mudanças sentidas pelo entrevistado após o recurso a instituições de apoio social (cont.)					
Margarida	Mariana	Artur	Paulo	Maria	João
“...melhorou...se eu não tivesse recorrido...não estava a receber este dinheiro...ajuda e muito.”	“Senti uma grande mudança a nível de dinheiro...senti que a ajuda alimentar é fundamental para eu me conseguir orientar.”	“...ainda não sei...deixe lá ver.”	“...estou à espera...já é bom.”	“...continuo sem dinheiro...porque o dinheiro não chega.”	“Senti que fiquei mais...apoiado...Aquele dinheirinho já me dá para aquilo que eu quero...faz de conta que é uma família que eu tenho aqui.”

V. Relação com as instituições de apoio social					
21. Perspectiva sobre a qualidade dos serviços prestados pelas instituições de apoio social					
Sílvia	Amélia	Odília	Jorge	Felisbela	Inês
“...o...que elas dão à gente não são coisas que...deviam dar...a...manteiga congelada e arroz...que a gente cola à parede...a massa...e o leite com chocolate...é...a única coisa que se aproveita dali...de resto não se aproveita mais nada.”	“Elas na Cáritas têm um bom agrado, mas ajudar só ajudam quem elas querem e a Assistente Social lá de Baixo (do Centro Distrital de Segurança Social), está falando com a gente e está de costas voltadas...muito mal criada...”	“Gosto da comida...e são carinhosas...”	“...faz bom trabalho e não apertam com uma pessoa.”	“É bom...quando venho aqui sou atendida bem e educadamente...nunc a tive queixas...tenho sido sempre bem atendida.”	“É boa para quem elas ajudam...mas para mim não...não me dão nada...”
V. Relação com as instituições de apoio social					
21. Perspectiva sobre a qualidade dos serviços prestados pelas instituições de apoio social (cont.)					
Margarida	Mariana	Artur	Paulo	Maria	João
“...fui pedir uma coisa que acho que tinha direito...não tenho razão de queixa.”	“(A Cáritas) avalio muito bem...(A Segurança Social) avalio mal...é confusão...a burocracia...há ali...falta de trabalhar em equipa...é muito impessoal...até tremo de lá ir...”	“Acho que é bom...não tenho assim que dizer...”	“...a pessoa se vai lá é porque tem falta...devia ser logo ajudada...porque é que eu tenho que esperar?...Acho mal...eu aceito...mas há muita gente que não aceita...”	“(Na Cáritas) bom...A comida, o atendimento...a gente somos estimadas pelas pessoas...(Na Segurança Social) não tanto...devia ter outro apoio que não tenho...um rendimento mais justo...não fui bem atendida.”	“É bom...as pessoas que estão aqui (na Cáritas)...têm capacidades para falar para as pessoas...”

V. Relação com as instituições de apoio social					
22. Perspectiva do entrevistado sobre os seus direitos e deveres nas instituições de apoio social					
Sílvia	Amélia	Odília	Jorge	Felisbela	Inês
“(direitos)...um direito...não era discriminar um para dar a outro, porque há pessoas que têm direito para irem buscar o comer já feito e com bons ordenados...se eu for lá pedir dizem que não...porque estou recebendo o Rendimento Mínimo, não chega...recebi na sexta feira passada e...já não tenho dinheiro nenhum...(deveres) deviam ajudar mais estas pessoas que têm falta. Venho pedir...ficam sabendo a minha vida toda e não me ajudam em nada...”	“(direitos)...não tinha direito porque tenho um trabalho certo...não se podem basear no ordenado, mas sim naquilo que eu trago para minha casa...eu era para ser ajudada...(deveres) se me pedirem...sou capaz de ir ajudar a qualquer um...”	“(direitos)...acho que terei como as outras pessoas direitos...ser igual às outras pessoas...os direitos que eu tenho...é de estar aqui um bocadinho mais confortada...(deveres)...se elas (as funcionárias do Centro de Dia) quiserem dar deveres que dêem...”	“(direitos) Os meus direitos...ainda hoje estou para meter uma placa nos dentes...tenho falta de vista...estamos à espera de vir a assistência social dar-me alguma coisa...e os óculos também...(deveres) O meu dever não é nada.”	“(direitos)...direitos ...assim...de mandar não...direitos de respeito por mim e por todos que venham aqui...(deveres)É respeitar...os funcionários e as doutoras...deixar as coisas como encontro tudo limpo, não deitar nada para o chão...”	“(direitos)...vejo pessoas que recebem muito dinheiro e mal empregado...não é com a reforma do meu marido que eu comia...para o nosso lado não vem, mas vem para o lado dos outros...(deveres) não sei...explicar...É ser ajudada é só o que eu queria...”
V. Relação com as instituições de apoio social					
22. Perspectiva do entrevistado sobre os seus direitos e deveres nas instituições de apoio social (cont.)					
Margarida	Mariana	Artur	Paulo	Maria	João
“(direitos) É...trabalhar...dar o meu melhor, rezando para que gostassem do meu serviço para eu ficar cá...(deveres)...dar o meu melhor...fazer de tudo pela instituição para que me consigam manter cá mais tempo.”	“(direitos)...é sempre ser tratada com respeito...ser bem tratada e ouvida...(deveres) isto tem regras...eu devo respeitar isso...é vir quando me chamam, é respeitar os colegas...agradecer...é mesmo um dever meu.”	“(direitos)...os meus direitos acho que não são nenhuns, são direitos se ela (a Assistente Social) tiver alguma coisa para arranjar...(deveres) Acho que não...”	“(direitos)...uma instituição que está a dar apoio eu acho um direito...que eles possam dar ajuda, mas também é um dever que eles têm...(deveres)...dar ajuda a todos é um dever...a...todas as pessoas que têm falta...acho que é um dever...meu...se for lá ter direito a isso...”	“(direitos) Esses ainda muito menos...(deveres) ajudar o próximo...aqui (na Cáritas) não tenho nenhuns.”	“(direitos) O direito que tenho é comer...tomar banho, barbear, a roupinha...se há alguma coisa que eu não tenho dinheiro é pedir e eles fazem-me o empréstimo...o meu dever...se eles quiserem falar...comigo...já tenho estado aqui...numa reuniãozinha.”

V. Relação com as instituições de apoio social					
23. Noção do que são direitos e deveres do ponto de vista do entrevistado					
Sílvia	Amélia	Odília	Jorge	Felisbela	Inês
“Para mim um direito é se...dizem tem direito, tome lá. Não é a gente bater àquela porta e dizerem...não tens direito e ainda vimos pior do que vamos...um dever é ajudarem as pessoas e não ajudam.”	“Para mim um direito é como um dever, é igual...o direito é eu precisar e ser ajudada e um dever é eu ter e retribuir, mas como...não tenho, como é que eu...posso ajudar...se a mim não me ajudam...se não semeia não pode recolher.”	“Um direito sei que é, estão fazendo bem a estas pessoas já com...idade...(dever) é as pessoas respeitarem-se umas às outras...serem humanas, não serem selvagens umas com as outras.”	“Ter direito...em acabando esse contrato...a receber o ordenado mínimo...(dever) não sei,...não tenho dever de nada.”	“Um direito é respeitar as pessoas, não mandar vir com as pessoas...um dever é a gente cumprir com as coisas, se as pessoas disserem que não é porque não têm.”	“(direito) é de me ajudarem a mim, se o Estado dá o dinheiro é para ajudar os pobres...não aqueles que recebem os ordenados certos...sou contra essas coisas...(dever) para mim é ser ajudada..”
V. Relação com as instituições de apoio social					
23. Noção do que são direitos e deveres do ponto de vista do entrevistado (cont.)					
Margarida	Mariana	Artur	Paulo	Maria	João
“Mais ou menos o direito e o dever anda ela por ela...tentar fazer o trabalho bem feito...para que tenhamos muito trabalho.”	“(direito)...acho que é uma coisa que...é essencial, se nós violarmos os direitos...estamos a fazer uma coisa muito errada...um direito deve ser fulcral para a nossa vida...(dever) tento ao máximo cumprir os meus, não dever nada a ninguém...tento...passar essa imagem às minhas filhas...”	“Um direito é uma pessoa querer mandar ou ter...um dever é o que tem que ser feito.”	“...às vezes os direitos nem para todos são iguais...acho que o direito de qualquer português é ter o essencial...Em Portugal há muitas injustiças, há uns que têm mais direitos que outros...porque têm lá as cunhas...um dever...é respeitar toda a gente, não maltratar ninguém...é pôr-se no lugar do outro, do próximo...”	“(direito) é uma coisa que a gente quer e não conseguimos alcançar...trabalho...um dever é uma coisa que a gente tem que fazer...não tenho nenhuns neste momento...(gostava de ter) um emprego.”	“...o meu direito é levar uma coisa que eu necessito...aquilo que eu preciso...não tenho dever nenhum...um...dever...é vir aqui e auxiliarem-me.”

VI. Perspectiva sobre a pobreza					
24. Noção de pessoa pobre do ponto de vista do entrevistado					
Sílvia	Amélia	Odília	Jorge	Felisbela	Inês
“...uma pessoa pobre é tudo...é...querer ir com os meus filhos a um lado e eles dizerem...gostava de ter aquilo e eu dizer...a mãe não pode. (chora).”	“Uma pessoa pobre...é querer comer e não ter, mesmo que trabalhe todos os dias.”	“Uma pessoa pobre é uma pessoa honesta, boa...a gente temos no circo o pobre e o rico...o palhaço pobre faz mais rir que o rico...”	“Uma pessoa pobre é uma pessoa que não tem nada na vida para gastar, que não tem ninguém, comparado com outros eu não tenho para comprar.”	“É não ter nada para comer, nem para vestir, nem para calçar.”	“...eu por mim vejo...fomes...vi a fome do meu marido, ter que pagar...água...luz e ainda...que comer...estive... quase quatro meses sem água e não fui ajudada em lado nenhum.”
VI. Perspectiva sobre a pobreza					
24. Noção de pessoa pobre do ponto de vista do entrevistado (cont.)					
Margarida	Mariana	Artur	Paulo	Maria	João
“...uma pessoa pobre é uma pessoa que quer comer e não tem...que passa mesmo dificuldades em termos de alimentação, medicação, de tudo, não só a nível monetário...há pessoas mesmo pobres que querem dinheiro...para comer e não têm.”	“Isso é muito subjectivo...eu não sou nada pobre...o pobre...é uma pessoa não informada, não lutadora, é uma pessoa encostada...eu tenho que dar graças a Deus porque tenho...duas filhas espectaculares...eu não sou pobre.”	“...há pessoas mesmo pobres...um pobre é esse mendigo que anda...na rua...se tem uma casa ainda não é muito pobre...esses da rua é que é o limite de chegar a pobre.”	“...para mim o pobre é feliz, é mais feliz o pobre do que o rico...o rico nunca está contente...o pobre está mais contente...tendo o trabalho e o pão do dia a dia. Para mim o pobre...chega ao fim do mês acabou o dinheiro mas nunca faltou nada...o pobre lá por ser pobre...tem que ter uma casa...água e luz e trabalhar para comer...não ter tecto já não é ser pobre, é já baixo nível de exclusão...”	“É o momento que eu estou vivendo agora...porque não tenho dinheiro para comprar a comida para casa	“Para mim uma pessoa pobre sou eu...é uma pessoa mesmo no final, a arrasar, não tem deveres, não tem nada, não tem quem o auxilie...andar por aí de porta em porta...temos a Cáritas para auxiliar, é escusado as pessoas andarem aí a bater à porta ou...roubar...para se alimentar...”

VI. Perspectiva sobre a pobreza					
25. Perspectiva do entrevistado sobre a sua situação de pobreza					
Sílvia	Amélia	Odília	Jorge	Felisbela	Inês
“Acho que sou (pobre)...podia estar a dar mais aos meus filhos...porque me sinto pobre mesmo...estou à base do Estado, um dia que...me corte o Rendimento Mínimo ainda fico pior do que aquilo que estou...ou morremos à fome ou roubamo-nos uns aos outros...matamo-nos ou vendemos droga...sentir-se pobre é chegar ao supermercado...e... levar o dinheiro à conta...”	“...já fui rica, hoje sou pobre...tenho muitos dias...que...não tenho nada para comer...tenho muitos dias que bebo café com leite e café preto...”	“Em doença considero-me (pobre)...para mim a maior riqueza era a saúde...que eu não tenho...”	“Sou pobre, porque não tenho pai, não tenho mãe...sou um penante na vida...há pessoas que têm os incentivos todos...calho de ser pobre e ser asseado...sou pobre numa coisa...falta aqui...a mãe, o pai...”	“Às vezes quero dar o que os meus filhos me pedem e não posso...os meus mais velhos estão descalços...têm uns ténis todos rotos...custa muito.”	“...tenho uma vida muito pobre, não tenho uma vida de rico...vejo pessoas que vivem melhor que eu...é querer comer e não ter, custo a pagar a água...é uma guerreia para pagar a luz...”
VI. Perspectiva sobre a pobreza					
25. Perspectiva do entrevistado sobre a sua situação de pobreza (cont.)					
Margarida	Mariana	Artur	Paulo	Maria	João
“Em certa parte sim, porque...muitas das vezes quero dinheiro para comer e não tenho, tenho que recorrer à minha mãe.”	“Não sou pobre...tenho uma família coesa (fala das duas filhas), logo isso faz de mim funcional...a pobreza às vezes faz...a disfuncionalidade...tenho saúde...as minhas filhas...só não tenho é dinheiro...vejo-o como um veículo para as coisas que nos fazem falta.”	“...não me considero pobre, mas...também não temos...para darmos a ninguém, é para a gente só...tenho comida em casa todos os dias...tenho carro, não ando a pé, as mocinhas (filhas) andam bem vestidas...não sou assim pobre, pobre.”	“...não sou rico...considero-me pobre, mas sou feliz...não gostava de ser rico...não tinha a liberdade que tenho...não há riqueza que pague isso...só gostava de ser rico com uma intenção de ajudar as pessoas...o rico deve ter uma vida muito ocupada, vive preocupado...nunca está contente.”	“Considero-me (pobre)...Porque não tenho dinheiro para comprar a comida para casa...não tenho...dinheiro...estou vivendo um momento difícil...”	“...sou pobre, venho aqui (à Cáritas) porque sou pobre...se eu tivesse (dinheiro) não vinha aqui...eu devia ter...uma casa em condições e procurar uma mulher para mim...infelizmente ...sou quase parecido com um cão...ninguém me vai acarinhar...animar-me...um gajo por vezes sente-se só...”

VI. Perspectiva sobre a pobreza					
26. Perspectiva do entrevistado sobre formas de combater a pobreza					
Sílvia	Amélia	Odília	Jorge	Felisbela	Inês
“...se me saísse o euromilhões ajudava as pessoas mais pobres...chegava àquelas aldeias...via que as pessoas tinham falta, dava um tanto dinheiro a elas...quando elas tivessem falta iam lá...buscar tudo.”	“...dava trabalho a toda a gente e um bom ordenado...e as coisas mais baratas...como antigamente...”	“Se fosse eu que mandasse, mandava o Salazar...não havia cá droga, foi isso que deu cabo disto tudo.”	“...ajudava aqueles que precisassem, se tivesse...ajudava os pobres...se tivesse dinheiro, se tivesse as vida como muita gente tem...ajudava-os.”	“Ajudava todo o mundo...se me saísse o euromilhões ajudava a quem precisasse...distribuía pelas instituições, principalmente pela Cáritas que me tem ajudado muito.”	“...isso não sei explicar...gostava que a minha vida mudasse...a minha vida não muda...farto-me de ir a Assistentes Sociais...não sou ajudada em nada.”
VI. Perspectiva sobre a pobreza					
26. Perspectiva do entrevistado sobre formas de combater a pobreza (cont.)					
Margarida	Mariana	Artur	Paulo	Maria	João
“...criar mais postos de trabalho era uma boa solução...havendo trabalho se calhar havia mais poder de compra...é como se fosse uma bola...vivemos uns dos outros...se eu tiver mais dinheiro...vou comprar e a pessoa que vende, vende mais...”	“...não consigo imaginar que tipo de recursos é que temos...acho que isto devia ser melhor distribuído...há pessoas que são indevidamente ajudadas, são uns parasitas do apoio social...gastámos mais do que devíamos, até os recursos naturais esgotámos...agora apagamos duras penas.”	“...se eu tivesse dinheiro dava, agora assim o que...vou dar? Eu também não tenho.”	“Era tirar aos ricos e dar aos pobres, se...pudesse não havia ricos...para mim era tudo igual...ter os mesmos direitos, os mesmos deveres...estarem todos no mesmo patamar...”	“Tirava a miséria que há no nosso país...Dava trabalho...”	“...sair o euromilhões... Acabava logo com a pobreza para mim...podia auxiliá-los (aos outros)...mas não podia ser muito porque primeiro estava eu...”

VII. Perspectivas de Futuro					
27. Perspectiva do entrevistado sobre o local onde gostaria de viver					
Sílvia	Amélia	Odília	Jorge	Felisbela	Inês
“...gostava de viver aqui no meu bairro.”	“Aqui no meu bairro.”	“...gostava de viver no monte onde nasci.”	“Sempre no meu bairro...não abalo daqui.”	“No mesmo sítio, gosto de viver no meu bairro.”	“Numas belas casas...mas aqui em Beja.”
VII. Perspectivas de Futuro					
27. Perspectiva do entrevistado sobre o local onde gostaria de viver (cont.)					
Margarida	Mariana	Artur	Paulo	Maria	João
“...gosto de viver cá.”	“Não me importava de continuar a viver aqui...onde pudesse criar bem as minhas filhas em sossego...sem muita correria.”	“...gostava de viver aqui.”	“...gosto de viver onde vivo...onde estou...”	“Na França...gostei de lá estar...as pessoas são diferentes...”	“Gostava de viver aqui em Beja...”

VII. Perspectivas de Futuro					
28. Perspectiva do entrevistado sobre o local onde vive					
Sílvia	Amélia	Odília	Jorge	Felisbela	Inês
“...porque nasci aqui e hei-de morrer aqui.”	“...o bairro há bons e ruins...se for para a cidade...há...a mesma coisa...É um bairro como outro qualquer...Às vezes as pessoas é que deitam a fama, mais do que...é...”	“Não (gosto de viver em Beja)...não tenho recordações boas...não fui amada...fui um farrapo que vim para aqui.”	“...gosto de viver cá,...sempre disse...quando morrer é quando abalo daqui...”	“...foi...onde fui criada...que nasci...gosto de viver...Não gosto é...venda da droga...se pudesse mudar isso mudava.”	“...a minha terra foi aqui, foi aqui que...nasci...que...fui criada...”
VII. Perspectivas de Futuro					
28. Perspectiva do entrevistado sobre o local onde vive (cont.)					
Margarida	Mariana	Artur	Paulo	Maria	João
“Porque...sempre vivi...gosto de viver cá...tenho cá a minha família.”	“Já gostei mais quando havia outras oportunidades...agora nem tanto...temos que...implorar...”	“Aqui é que temos tudo...é que eu nasci, a minha família, os meus pais estão cá, aqui...tenho os meus apoios...”	“...é sossegado, sou reconhecido desde a minha adolescência...por toda a gente...gosto de viver onde me conhecem...é um sítio de confiança...sou respeitado...sinto-me bem.”	“...Gosto...não vivi em mais lado nenhum.”	“Gosto, porque...já estou aqui há tempo e já fiz amizade com as pessoas...como se estivesse na minha terra...”

VII. Perspectivas de Futuro					
29. Perspectiva do entrevistado sobre o que ainda gostaria de realizar na vida					
Sílvia	Amélia	Odília	Jorge	Felisbela	Inês
“As vezes sonho...estou comendo...estou numa bela casa...”	“...sempre sonhei conduzir um camião...um bom jardim de infância para os moços brincarem, que aqui não há nada...”	“Gostava de ler...bons livros...e arrumava as coisas de outra maneira como...tinha antes a casa...que...para...estar em condições tinha que gastar ali vinte ou trinta mil contos.”	“Desde que trabalhasse, sempre gostei de fazer tudo.”	“Fazer os meus filhos felizes...comprava o que os meus filhos precisassem...para brincar...Eles querem muito, mas eu não tenho para lhes dar.”	“...o que eu gostava...era trabalhar na Câmara...a varrer as ruas...e a podar...sempre gostei...só que não tenho oportunidade... sempre gostei de trabalhar...”
VII. Perspectivas de Futuro					
29. Perspectiva do entrevistado sobre o que ainda gostaria de realizar na vida (cont.)					
Margarida	Mariana	Artur	Paulo	Maria	João
“...uma viagem...gostava de ir a Veneza...gostava que me saísse o euromilhões...”	“...gostava muito de viajar...conhecer outras culturas...gostava muito de tirar um curso superior...aquilo que mais quero na minha vida é criar, sem sobressaltos a Maria e a Joana (filhas)...gostava que elas se sentissem realizadas.”	“Ter uma empresa de trabalho...tinha trabalho e uma empresa para dar trabalho às pessoas...”	“Gostava de viajar...conhecer certas coisas que ainda não tive oportunidade...”	“Trabalho...”	“...dar uns passeiozinhos de avião...para não estar sempre no mesmo sítio...gostava de andar como os outros, aí está a pobreza, se tivesse (dinheiro) ia dar uma voltinha...”

VII. Perspectivas de Futuro					
30. Forma como o entrevistado encara o futuro					
Sílvia	Amélia	Odília	Jorge	Felisbela	Inês
“...o meu futuro é cuidar dos meus filhos...deixá-los amparados...depois se Deus me quiser levar...já fiz a minha obrigação de mãe.”	“...o meu futuro é cada vez mais miséria, trabalho demais...não são os trabalhadores que são para ter miséria.”	“...vejo-o cada vez pior...”	“O meu futuro está feito como eu estou...na mesma miséria...para a frente não sou capaz de ir, sempre para trás.”	“Espero que o meu futuro seja bom...sonho que possa...dar um futuro bom aos meus filhos...para realizar os sonhos deles...para mim se...pudesse arranjar um trabalho, já era o meu futuro...era bom.”	“O meu futuro vejo-o para trás...a gente pensa que tem, mas não temos nada na vida...”
VII. Perspectivas de Futuro					
30. Forma como o entrevistado encara o futuro (cont.)					
Margarida	Mariana	Artur	Paulo	Maria	João
“...vejo-o um bocado complicado...tenho medo de...não arranjar trabalho...é menos esse dinheiro, são mais dificuldades...”	“Mais próximo...vejo...mesmo mau...vejo dificuldade...não ter dinheiro para a renda...que não vou conseguir...mais longínquo tenho esperança...que vou conseguir superar isto...arranjar um (outro) emprego...para mudar de casa...”	“...fraco...Da maneira que as coisas estão...Vamos morrendo sem saber e novos, acho que...vai ser o futuro.”	“...vejo o meu futuro um pouco complicado...agora a expectativa é acordar sempre bem...que não me falte trabalho, para mim já é um grande futuro...”	“Com poucas esperanças...falta o trabalho...voltar a ter comida em casa...”	“Tenho esperança...a gente tem sempre uma esperança quando acorda de manhã...”